

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO ELEMENTO PARA O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Leonardo Koury Martins¹

RESUMO: O presente artigo procura contribuir com o diálogo sobre a Educação Popular enquanto elemento político pedagógico ao somar-se no cotidiano das e dos assistentes sociais, seja no lugar do trabalho profissional ou na integração da categoria com as lutas e a organização dos movimentos sociais no Brasil. Estes elementos articulados são importantes para enfrentar os desafios apresentados no atual contexto ultra neoliberal, onde se ampliam as mazelas vivenciadas pela população atendida nos diversos espaços sócio ocupacionais.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Popular; Movimentos Sociais; Profissão

ABSTRACT: This article seeks to contribute to the dialogue on Popular Education as a political pedagogical element by adding to the daily lives of social workers, whether in the place of professional work or in the integration of the category with the struggles and organization of social movements in Brazil. . These elements added are important to face the challenges presented in the current ultra-neoliberal context, where the problems experienced by the population served in different socio-occupational spaces are increasing.

Keywords: Social: Social Work; Popular Education; Social Movements; Profession

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho profissional no Brasil e apresenta diversas possibilidades na sua atuação a partir de inúmeros espaços sócio ocupacionais, frente às demandas advindas das expressões da “questão social”. A dimensão educativa no Serviço Social, em sua característica mais ampliada, se dimensiona como fruto dessas diversas possibilidades, exige das e dos assistentes sociais uma série de articulações e mediações reflexivas à realidade, além da busca por referenciais teórico críticos, constituído nas aspirações de uma educação que traduza outras perspectivas de mundo.

É através do cotidiano de assistentes sociais que se pode potencializar inúmeras perspectivas ideopolíticas e prático analíticas que comunicam com a vida da classe trabalhadora. Essa potencialidade pode ser constituída nos atendimentos a partir do campo do trabalho, na organização do diálogo coletivo com a população e também entre as atividades exercidas nos

¹ Leonardo Koury Martins, assistente social, professor, doutorando no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora PPGSS-UFJF. ORCID 0000-0002-5572-8483, e-mail: leonardokourymartins@gmail.com

espaços de atuação profissional. A escolha a partir da dimensão pedagógica crítica perpassa pela ótica classista voltada à compreensão de que o plano de trabalho das e dos assistentes sociais se somam ao projeto profissional hegemônico na atualidade e por sua vez, pela somam as frentes políticas da classe trabalhadora que tem como perspectiva a construção de outra ordem de sociedade. Tais perspectivas podem e precisam estar vinculadas.

A leitura em Paulo Freire, que apresenta a educação como condição crítica problematizadora para além dos espaços escolares, têm suas entranhas espalhadas nos territórios, campos, florestas, águas e compreende que essa educação precisa estar no cotidiano da vida. Sua pedagogia percebe a Escola não como um espaço isolado, mas integrada à sociedade, diferente de outras perspectivas pedagógicas que até então, tinham como característica o demarcar do chão. Para Machado (2012), a teoria crítica ganha novos elementos a partir da leitura sobre a educação em Paulo Freire onde diversos mecanismos teórico-práticos podem ser problematizados como a escuta, a compreensão do cotidiano e a aproximação das identidades e diferenças entre saberes.

Para contribuir com esse diálogo, este texto trará possibilidades para a atuação profissional com vistas à instrumentalidade enquanto dimensão da profissão. O papel educativo crítico do Serviço Social nos diversos espaços sócio ocupacionais pode proporcionar avanços a partir da autonomia relativa e da práxis. Essas condições são possíveis estratégias que avançam na elucidação dos ideários sob a luz do projeto profissional crítico do Serviço Social, com vistas, ao horizonte de uma outra ordem de sociedade.

Apresentar diálogos sobre este tema na atualidade é justamente reafirmar como as aproximações que identificam o Serviço Social e a Educação Popular desenvolvem possibilidades frente a atuação das e dos assistentes sociais para uma prática educativa libertadora e crítica, que não se perca frente aos propósitos e as dimensões constitutivas da profissão na cotidianidade.

DESENVOLVIMENTO

O centenário de nascimento de Paulo Freire, com referência nesta década, tem se apresentado como um acontecimento histórico mundial, sendo Paulo Freire o patrono da educação brasileira e um dos autores mais lidos do planeta, reconhecidamente apresentado

como um dos mais importantes cientistas do século 20. Sua obra inaugura um novo momento no campo da pedagogia, por compreender a educação para além do espaço escolar.

Por consequência do centenário do educador, no Brasil, os ataques advindos justamente por sua relevância político-pedagógica, a partir de dizeres desqualificadores recorrentes realizados pelas organizações de extrema direita no país tem se intensificado. As características fascistas e neo-conservadores advindas por estes grupos apresentam como análise, na sua base ideológica, o discurso de ódio aos ensinamentos da Educação Libertadora e em paralelo a perseguição às ações das diversas instituições e movimentos sociais que acreditam nesse modelo de educação enquanto prática da liberdade e possibilidade de leitura da vida.

A Educação Popular, chamada também de educação libertadora, se aproxima do olhar pedagógico do projeto profissional crítico do Serviço Social a partir do processo de renovação da profissão. É nesse período que assistentes sociais apresentaram a constituição de um novo campo hegemônico no segundo quartel do século 20. Tamanho posicionamento político tem como propósito romper com o conservadorismo na profissão.

O que transversaliza a Educação Popular no Serviço Social são as características da leitura crítica da realidade social. As dimensões constitutivas da profissão e os princípios descritos pelo Código de Ética apontam para a responsabilidade de construção de uma nova ordem de sociedade, conforme apresentado também pela leitura de Paulo Freire que descreve tal necessidade. Para ambas análises essa nova ordem é impossível frente à égide do modo de produção capitalista e precisa ser construída pelas vias de um processo revolucionário.

Em que se problematize as teorias iniciais que qualificam o conceito de Educação Popular, sempre fica a pergunta se é possível trazê-la enquanto ação formativa através da teoria crítica. É necessário ressaltar que as possibilidades teóricas e práticas que envolvem o Serviço Social e a ação da práxis a partir da Educação Popular precisam constantemente de alinhamento, visto o avanço do ultra-neoliberalismo no Brasil e no mundo e os desafios conjunturais presentes. No Serviço Social, como exemplo, as refrações da “questão social” exigem da profissão a articulação contínua enquanto classe para resistir, mas também para avançar e não se perder no cotidiano do imediatismo e do pragmatismo que rondam os espaços do trabalho.

Se considerar breve retrospectiva nos anos de 1970 quando se constitui no país as bases da Educação Popular, de acordo com Paulo Freire (2007), as linhas dessa lógica educacional se moldam a partir da resistência aos períodos mais nefastos da ditadura militar. O formato dessa

pedagogia se define como problemática não apenas da forma de ler o mundo, mas de como apresentar necessárias questões para que a realidade seja percebida em sua dialética e transformadora. (FREIRE, 2007)

É nesse contexto que o primeiro rompimento da Educação Popular com os modelos tradicionais e cartesianos de ensino e aprendizagem perpassa por dizer em qual lugar que se apresenta o conhecimento. Como esse lugar da crítica a partir da hierarquia e que a vida é um parâmetro concreto e não uma forma ideal. Não há a partir da prática da Educação Popular, como exemplo, a relação professor e aluno porque constitui outra ótica, a prática entre educador e educando que “se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 2001, p.87)

Nesse cenário, também o Serviço Social, a partir do processo de renovação, tem por uma significativa parcela da categoria, inspirada pelo Movimento de Reconceituação na América Latina e no contexto nacional desencadeado pelas lutas contra o autoritarismo, diálogos fundamentais para a tomada da disputa pela hegemonia no interior da profissão. Os elementos desse período procuram ser cotidianamente afirmados pelas entidades representativas e fomentar questões teórico-práticas para o cotidiano de trabalho de assistentes sociais nos seus mais diversos espaços de atuação.

Assim, de acordo com Iamamoto (2010) é através do movimento da dialética, no contexto das relações sociais, que entre as mediações do trabalho profissional na coletividade é possível produzir a perspectiva de resistência e de avanço. As configurações no campo teórico e prático no Serviço Social exigem das e dos assistentes sociais adentrar no horizonte das lutas sociais para além do lugar de atuação nos diversos espaços sócio ocupacionais.

É por esse caminho que perpassam os princípios da profissão nos espaços sócio ocupacionais que adjetivam ao Serviço Social alguns conhecimentos frente à organização de território; a atuação em comunidades e coletivos; no atendimento a partir do contexto apresentado pelo trabalho e na possibilidade de produzir reflexões profundas e possibilidades de diálogo no intuito fomentar questões que proporcionem contrapor a ordem posta.

Por sua vez, o trabalho de base a partir da Educação Popular, pode trazer mediações importantes para a compreensão da totalidade e problematizar estratégias voltadas à atuação cotidiana. A profissão por articulação do seu campo hegemônico optou por vincular-se “ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, ou seja, entende-se que é preciso nadar contra a mesma correnteza que hoje

nos arrasta (o sistema capitalista) para a partir desse processo, construir forças com outros conjuntos da classe trabalhadora com o intuito de romper as violências e as opressões. (CFESS, 1993, p. 11)

A DIMENSÃO EDUCATIVA CRÍTICA E O COTIDIANO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

A compreensão da teoria crítica no Serviço Social tem por finalidade trazer a partir do conhecimento científico o propósito fomentador da práxis, essa ação transformadora só pode ser constituída para além do mero “bater cartão” como expressam os ditados populares dos movimentos sindicais nos anos de 1980. As bases formativas do projeto profissional crítico estão presentes nas atuais diretrizes curriculares da ABEPSS, na lei que regulamenta a profissão e nas normativas do conjunto CFESS-CRESS. Essas bases são um importante arcabouço para elucidar o compromisso do Serviço Social para além da óptica mecânica do fazer imediato.

É a partir do processo de reconceituação da profissão, do movimento organizado no período que culminou em diversos momentos como no Congresso da Virada e frente a organização de assistentes sociais nas lutas sociais, que se avistou via análise conjuntural horizontes nas movimentações contrárias às teorias conservadoras que eram, naquele momento, hegemônicas como método de ensino e trabalho no Serviço Social brasileiro. Esse lugar de posicionamento contrário ao conservadorismo possibilitou à profissão no seu atual campo hegemônico a necessidade de garantir o alinhamento estratégico com as lutas gerais da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2010)

O conhecimento acumulado pelo Serviço Social frente ao entendimento da luta de classes e a aproximação com leituras políticas que naquele período estavam sendo instituídas, como a Educação Libertadora, posicionavam um novo campo para as lutas sociais frente a repressão do golpe civil-militar empresarial. É neste período que diversas assistentes sociais apresentam a possibilidade a partir do processo de renovação de uma nova configuração político profissional para a disputar a direção das entidades representativas.

A aproximação do Serviço Social aos movimentos populares e sindicais são elementos que se configuram tão fortemente no campo hegemônico da profissão a partir dos anos de repressão militar. Um exemplo dessa aproximação frente às lutas sociais é o relato de Paulo

Freire sobre a responsabilidade de ir contrário à ordem burguesa, pela necessidade de expressar uma nova constituição via organização popular, o autor descreve:

A educação popular aposta na prática transformadora em termos amplos, profundos e radicais, porque procura em uma nova e possível sociedade, a possibilidade de nadar contra a correnteza que traz o autoritarismo e a fome como resposta. (FREIRE, 2007, p. 103)

Na atualidade, os desafios da Educação Popular e os princípios e perspectivas das normativas do Serviço Social se somam na procura de fortalecer a construção coletiva frente às novas configurações postas na virtualidade do trabalho e na putrefação social vivenciada no desenvolvimento do ultra neoliberalismo. Os princípios do Projeto Ético-Político profissional e o cotidiano das e dos assistentes sociais precisam apresentar caminhos necessários para articular ações transformadoras nos espaços sócio ocupacionais. É possível compreender a necessidade de uma educação libertadora e crítica, seja no cotidiano do trabalho, na política de Saúde, de Habitação, de Assistência Social ou mesmo no assessoramento dos movimentos sociais.

As possibilidades do trabalho de base e de uma ação coletiva que tenha como propósito a defesa do projeto profissional crítico se encontram descritos nos princípios do Código de Ética Profissional, tendo parte importante desses apontamentos mais expressivos:

“II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;” (CFESS, 1993, p.23-24)

A partir da leitura das aproximações entre o Serviço Social e a Educação Popular, Bezerra (1984, p. 55) considera que “o propósito da educação libertadora em que deva caminhar pelo fazer profissional cotidiano da categoria” é concreto e possível. O ato de “politizar o diálogo com a população atendida nas políticas públicas se materializa nos diversos instrumentos técnicos” elencados pela atuação das e dos assistentes sociais, mas também, quando contrários aos princípios e normativas corre o risco de despolitizar. Para isso, se faz necessário

compreender que não é possível construir uma atuação de neutralidade no exercício profissional.

É necessário descrever, que as e os assistentes sociais também podem estar inseridos como trabalhadoras e trabalhadores nos movimentos sociais, como campo do trabalho assalariado. Mas a participação da categoria pode e deve estar nos espaços de construção e militância como dirigentes, apoiadores e participantes de maneira geral. Os conhecimentos dispostos na formação profissional quando presentes na articulação com a população aliados ao método da educação popular se tornam um instrumento de aproximação interessante para esse diálogo. (BEZERRA, 1984)

Se por um lado existem as ações que trazem o fazer da e do assistente social para o campo do posicionamento crítico ao fortalecer o sentimento de classe, é preciso cautela na compreensão de que as instituições empregadoras não estarão, por vezes, com o mesmo posicionamento. A defesa das normativas corre risco, porque se por um lado é hegemônico o posicionamento do projeto profissional enquanto classe por via das responsabilidades éticas afirmadas pelas entidades representativas do Serviço Social, por outro lado o mercado de trabalho está sob a ótica burguesa que se somam ao cenário de precarização do ensino que tendem a distanciar a atuação da profissão crítica. A integração de assistentes sociais nas lutas sociais pode ser um mote para a articulação política para fortalecer setores progressistas e autônomos frente às tensões constituídas no interior da sociabilidade burguesa.

Para tanto, a aproximação com os movimentos sociais tende fortalecer a visualização de leituras atualizadas das demandas da população e como “essas demandas se encontram apresentadas pelos coletivos a partir do trabalho de base”. Com a aproximação de assistentes sociais nos movimentos sociais, se torna possível mediações que buscam fortalecer a defesa do projeto profissional, e neste momento possa afirmar para a profissão um lugar de proximidade como o sustento teórico e prático necessário aos diversos espaços sócio ocupacionais. (BEZERRA 1984, p. 48)

A aproximação de assistentes sociais no campo das lutas sociais não apenas potencializa as dimensões do Serviço Social como também favorece a relação da profissão com o conjunto mais amplo de condições para uma leitura ampliada da conjuntura que se insere nos desafios do trabalho profissional. É no espaço da articulação dos movimentos sociais e a sua relação com o

cotidiano do trabalho que se apresentam as possibilidades para ampliar a ação pedagógica mediatizadora presente nas bases estruturadoras da Educação Popular.

Como exemplo a dimensão técnico-operativa nos espaços de formação de grupos onde pode ser realizado o convite para as representações dos movimentos sociais dialogarem sobre suas vivências, que ao trazer os representantes dos movimentos para os grupos e por consequência fortalece a construção de identidade política frente às opressões e violências cotidianas, mas também qualifica o espaço de diálogo das rodas de conversa ou de outras dinâmicas fomentadas. Seja pela condição apresentada por mulheres militantes dos movimentos feministas em atividades da política de Assistência Social, ou mesmo, a presença de integrantes do movimento estudantil para apresentar suas vivências aos jovens nas escolas tecendo questões sobre os desafios enfrentados pelos estudantes na educação brasileira.

Essa atuação prática deve estar articulada com a dimensão teórico-metodológica ao ser constituída como diálogo entre os espaços de formação dos movimentos sociais e das organizações autônomas seja em seminários ou nas plenárias, ou seja a partir da leitura ou do uso de referência de livros que trazem o cotidiano dos movimentos sociais. Pode ser fundamentada como formação através da arte e da cultura dos movimentos, na leitura sobre os problemas urbanos ou da reforma agrária através do uso da música. Para a Educação Popular uma letra de samba não apenas ensina, como sistematiza a realidade vivida, que se consolida no espaço teórico reflexivo.

Assim, a dimensão ético-política pode ser explicada no posicionamento de cada uma ou cada assistente social frente às mazelas sociais, na posição contrária ao arbítrio e o autoritarismo voltado ao dia a dia do trabalho. Essa posição, como exemplo, se faz na construção das bandeiras de lutas articuladas nos atendimentos à população ou na presença da categoria nos atos públicos organizados pelos movimentos sociais, que se formam pela mobilização de um abaixo assinado ou no apoio e estruturação de uma nota pública que traduz a realidade vivenciada naquele território.

Atuar com vistas aos territórios, por exemplo, pode possibilitar horizontes para o debate da riqueza socialmente produzida frente à pobreza e a fome enfrentadas pela população que é atendida pelos serviços públicos, bem como se posicionar contrário à segregação espacial e a ausência de infraestrutura para sobreviver nas favelas ou nas áreas rurais.

O lugar da neutralidade não cabe ao Serviço Social e que tais realidades devem ser problematizadas em conjunto com a população atendida pelas diversas áreas sócio ocupacionais. Afinal, para os trabalhadores e trabalhadoras essa problematização interessa e possibilita a compreensão concreta da ordem vigente a partir do entendimento de suas contradições.

Se somam as dimensões e as possibilidades de uma interface educativa as reflexões trazidas por Iamamoto (2007, p. 33) em que “as e os assistentes sociais devem estar no cotidiano dos movimentos e das organizações”, contudo se faz necessário reassumir o trabalho de base e compreender que através de uma educação libertadora com vistas às práticas da autonomia e da liberdade é possível ampliar as ações intencionadas no projeto profissional.

A mobilização e a organização popular, não podem parecer submersas do debate teórico-profissional, “ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos maciços da organização sindical, mas não do trabalho de campo”, perceber o lugar do Serviço Social para o fortalecer dessas lutas é urgente e necessário. (IAMAMOTO, 2007, p. 33)

Se é possível fortalecer essas lutas através do trabalho de base a partir da metodologia da Educação Popular, aplicá-la frente a teoria crítica pode ser um alavanque à concretização da práxis disposta pelas normativas do Serviço Social. Garantir com que essas ações superem os limites do modelo tecnicista e funcionalista presentes nas políticas públicas é extremamente oportuno. Ainda mais na atual conjuntura de desmonte vivenciado por toda população brasileira e mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas que é preciso ter força, é preciso ter raça e é preciso ter gana sempre, parafraseando os sentimentos descritos pelos poetas Milton Nascimento e Fernando Brant (1978) e cantado por todo clube da esquina entre os períodos mais nefastos do autoritarismo brasileiro entre os anos de ditadura civil-militar e empresarial na segunda metade do século 20. Nas noites mais escuras e nos tempos mais difíceis, reler os clássicos como parte da análise é fundamental para a atuação do Serviço Social, assim como de outra qualquer profissão.

Para Iamamoto (2010) as e os assistentes sociais necessitam a partir do conhecimento criterioso compreender os processos sociais, econômicos e políticos e a sua interface frente à

vivência dos sujeitos que perpassam as políticas públicas e os demais espaços que estejam presentes na profissão está na ordem do dia. Em momentos tão adversos, como já vivenciado na democracia brasileira, as releituras devem alimentar ações inovadoras e construir as bases para fortalecer o projeto hegemônico da profissão. Aliás, tal “conhecimento é pré-requisito e serve para impulsionar a tomada de consciência e problematizar uma cultura de participação e de democracia”. (IAMAMOTO, 2010, p. 200)

Também é apresentado a partir de Netto (2009, p.04) que “os projetos profissionais são estruturas dinâmicas” e por esse motivo se constroem frente às necessidades sociais e as transformações históricas, culturais e econômicas. Essas necessidades e transformações são responsáveis por imprimir uma agenda para a profissão. Se cabe ao Serviço Social brasileiro o projeto profissional que tem o alinhamento com um projeto de sociedade diferente da ordem posta, com vistas à construção de uma nova ordem, as bases descritas no trabalho das e dos assistentes sociais e através dos princípios do Código de Ética devem ser educativas, críticas e libertadoras.

O trabalho de base a partir da Educação Popular, deve trazer as categorias como a mediação a partir da teoria crítica. A profissão no seu campo hegemônico optou por vincular-se “ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, ou seja, por sua vez entende que é preciso nadar contra a mesma correnteza do sistema capitalista, e o como, com quais ferramentas e o com quem enfrentar tamanhas marés é muito importante. (CFESS, 1993, p. 11)

As experiências iniciadas por Paulo Freire através da Educação Popular, precisam ser ampliadas e estar vinculadas ao diálogo sobre a resistência e luta às condições cotidianas onde atua a profissão. São décadas que marcaram a educação libertadora em todo o mundo tecendo reflexões teórico-práticas como respostas no intuito de avançar frente aos golpes, as chacinas, as violências e as situações de emergência e calamidades.

As experiências a partir de uma leitura que trace a educação no viés da autonomia e da liberdade surgem também como ampliação dos processos de formação política junto às trabalhadoras e trabalhadores, porque possuem o papel de interferir no movimento contínuo da alienação e fomentar a tomada de consciência, como indica Iasi (2011). Essa leitura, incide nas formas de perceber o mundo que, frente ao domínio da sociabilidade burguesa, fundada na

exploração do trabalho e na propriedade privada, se apresentam de maneiras mistificadas a fim de garantir a sua reprodução.

O debate sobre a Educação Popular e o Serviço Social, a partir de teoria crítica, reconceitua o que descreve Freire (2001, p.12) como “o desenvolvimento da consciência político-organizativa”; sendo assim, a capacidade de intervenção na realidade social e a disputa de pretensões deve ser orientadas para a ação política que visualize nos limites do hoje a cidadania, mas no horizonte do amanhã que tenha como alvo a emancipação humana.

Neste contexto, não apenas o espaço do trabalho profissional, mas o papel de cada assistente social, na compreensão das dimensões do Serviço Social tem como possibilidade contribuir para os enfrentamentos e indagações que se apresentam na realidade dos tempos. O entendimento dos desafios apresentados para a classe trabalhadora e a capacidade da leitura crítica por uma nova construção educativa, tende a afastar assistentes sociais de uma ótica educativa moralizadora como predominava a gênese da profissão. Para isso, educar a partir de um posicionamento classista pode aproximar a práxis cotidiana frente às tensões dispostas na atual conjuntura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Aída. As atividades em educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CFESS. **Resolução CFESS nº 273**, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2024.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento sobre Educação Popular. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Serviço Social e educação popular:** diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

REBELIÕES DA SENZALA E AS CONTRIBUIÇÕES AO SERVIÇO SOCIAL: UMA REANÁLISE DA GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Ana Luíza Tavares Bruinjé
Mariana Leite Péres

Resumo: O presente trabalho possui como objetivo central o apontamento das contribuições de Clóvis Moura, especificamente em sua obra *Rebeliões da Senzala*, acerca da compreensão da gênese da chamada *questão social* no Brasil. Metodologicamente apropria-se de pesquisa bibliográfica, direcionada pelas categorias Trabalho, Estado e Luta de Classes, a fim de destacar a análise da transição histórica que permite a consolidação do capitalismo dependente no Brasil. A partir disso, espera-se colaborar no debate contemporâneo acerca dos fundamentos da particularidade da gênese da *questão social* no Brasil, enquanto acúmulo teórico relevante ao trabalho e formação em Serviço Social, visto que esta profissão possui como objeto de investigação e intervenção as expressões da *questão social*.

Palavras-chave: “questão social”; Serviço Social; Rebeliões da Senzala; Clóvis Moura.

Resumen: El objetivo central de este trabajo es resaltar los aportes de Clóvis Moura, específicamente en su obra *Rebeliões da Senzala*, sobre la comprensión de la génesis de la llamada *cuestión social* en Brasil. Metodológicamente, utiliza investigación bibliográfica para resaltar el análisis de la transición histórica que permite la consolidación del capitalismo dependiente en Brasil a través de las categorías de Trabajo, Estado y Lucha de Clases. A partir de esto, se espera colaborar en el debate contemporáneo sobre los fundamentos de la particularidad de la génesis de la *cuestión social* en Brasil, como acumulación teórica relevante para el trabajo y la formación en Trabajo Social, ya que esta profesión tiene como objeto de investigación e intervención las expresiones de la *cuestión social*.

Palabras claves: “cuestión social”; Trabajo Social; Rebeliões da Senzala; Clóvis Moura.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de pesquisa bibliográfica ampliada que possui como objetivo destacar as contribuições de Clóvis Moura e Jacob Gorender no que diz respeito a compreensão da gênese da chamada *questão social* na particularidade brasileira.¹ Situa-se, portanto, enquanto acúmulo teórico relevante ao trabalho e formação em Serviço Social, em vista de ser esta uma profissão que possui como objeto de investigação e intervenção as expressões da *questão social* (ABEPSS, 2021). Inegáveis são os avanços da categoria profissional no desvelamento dos determinantes daquela - pela intenção de ruptura no processo de renovação do Serviço Social brasileiro (Netto, 2015) - em que se adensa a análise teórico-metodológica sobre a *questão social* pela teoria social de Marx, passa-se a considerar o Serviço Social no processo de reprodução das

¹ Ver mais em: BRUINJÉ, Ana Luíza Tavares. A gênese da *questão social* no Brasil a partir das contribuições de Clóvis Moura e Jacob Gorender. Orientadora: Luciana Gonçalves Pereira de Paula. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

relações sociais (Iamamoto, 2014), possuindo como objeto de intervenção as expressões da *questão social* sendo a última entendida pela Lei Geral de Acumulação Capitalista (Marx, 2017) e ocupando lugar central nas Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996). Apesar disto, a pesquisa tem indicado, como problema, lacunas na compreensão histórica acerca dos fundamentos da particularidade da gênese da *questão social* no Brasil, sendo mais recorrente sua abordagem abstrata ou relacionada ao seu surgimento originário na Inglaterra. Neste sentido, tem-se como hipótese, que as obras de Moura e, no caso deste resumo especificamente, o livro *Rebeliões da Senzala*, originalmente publicado em 1959, demonstra possibilidades de desvelamento de mediações fundamentais para compreender a luta de classes estabelecida durante o Escravismo Pleno e Tardio, o significado social do aparato burocrático-estatal voltado a atender o interesse da classe senhorial, as condições de vida e sobrevivência da classe escravizada e as modificações, principalmente após 1850, para reorganização do processo produtivo através da substituição do regime de trabalho escravo para o assalariado.

DESENVOLVIMENTO

Partindo de intelectuais de referência ao Serviço Social, principalmente, Iamamoto (2001) e Netto (2001), que abordam rigorosamente a chamada *questão social*, compreendemos que esta parte, fundamentalmente, das contradições postas na realidade social a partir da apropriação privada (dos meios e) da produção pela exploração da força de trabalho que é assalariada, logo, é, necessariamente, um processo próprio do capitalismo. Ainda, refere-se não somente à essa contradição fundamental, mas implica na forma como esta rebate nas condições de vida da classe trabalhadora, afinal, “esse processo é denso de conformismos e rebeldias” (Iamamoto, 2015, p. 160), enquanto expressões da luta de classes. Esta organização e mobilização da classe trabalhadora, seja no sentido de reivindicar a responsabilização do Estado ou de, revolucionariamente, pautar o fim da sociedade de classes, pelo tensionamento que produz no próprio processo produtivo e para a acumulação de capital privado, recebe, em contrapartida, primeiramente, a repressão do Estado, ou seja, sua intervenção coercitiva. Com a entrada do período monopolista do capitalismo mundial e seus rebatimentos (Netto, 2009), o Estado passa a atuar também através do consenso, criando e implementando, enquanto concessão, Políticas Públicas Sociais setorializadas e fragmentadas, com o interesse de, por um

lado, retirar dos proprietários dos meios de produção o ônus da reprodução social do trabalhador e, por outro, apaziguar os conflitos mais radicais que ameaçam a acumulação de capital. Este é o debate geral da *questão social* que, embora indique elementos abstratos e condições gerais da sua existência, não explica e nem aponta as mediações particulares acerca da forma de exploração do trabalho, da intervenção do Estado e das mazelas que arrebatam as condições de vida da classe trabalhadora no Brasil. Tendo em vista que a particularidade da formação sócio-histórica do capitalismo dependente no Brasil parte, historicamente, da transição do regime de trabalho escravo ao assalariado, a fim de se compreender os determinantes que particularizam a *questão social* no país, é necessário entender a sua própria formação e é, neste sentido, que a obra de Clóvis Moura é fundamental.

A partir do exposto acima, podemos concluir que Trabalho, Estado e Luta de Classes são categorias fundamentais para compreender a chamada *questão social* e, enquanto categorias irreduzíveis da realidade brasileira, destacamos *Raça* e *Classe*. Neste sentido, vejamos na sequência uma breve análise da obra *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*² a partir destas categorias, a fim de contribuir na busca das mediações que permitam compreender a particularidade da gênese da *questão social* no Brasil. Desde sua primeira obra, Moura (2020) apresenta, de maneira assertiva, a relação de dependência forjada na chamada acumulação originária (Marx, 2017), consolidada pelas relações coloniais e que vão desembocar na constituição de um capitalismo dependente no Brasil, atravessado pelas contradições próprias, primeiramente, da luta de classes entre escravos e senhores e, posteriormente, entre assalariados e burguesia.³

A própria gênese do capital, em sua totalidade, exigiu a implementação e exploração de processo produtivo baseado no trabalho escravo, no latifúndio e na agroexportação monocultora, embora, “a continuação prolongada da escravidão, quando o capitalismo industrial já se havia consolidado em toda a sua plenitude, cedo se transformou em entrave ao desenvolvimento da economia inglesa” (Moura, 2020, p. 83). Neste sentido, a desagregação do regime de trabalho escravo se dá de maneira processual, determinada por interesses externos e

² Primeira obra de Clóvis Moura, publicada originalmente em 1959 pela Editora Zumbi, em São Paulo.

³ Embora nesta primeira obra Moura ainda não conceitue rigorosamente a datação das fases do escravismo, o que ocorre em *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988), com a divisão do Escravismo Pleno (1550 - 1850) e Tardio (1850 - 1888), pode-se compreender que há uma transição histórica e dialética entre uma produção escravista, seu processo de desagregação e transformação para um capitalismo dependente.

controlada pela classe senhorial através da expressão de seus interesses na atuação do aparelho estatal.⁴ Dadas as modificações no âmbito produtivo, a partir do antagonismo da exploração de uma classe sobre outra, faz-se necessário a elaboração e fortalecimento de um aparelho estatal, inicialmente colonial, para a reprodução das necessidades da Metrópole e dos senhores. Ou seja, embora não seja um Estado burguês (entretanto, atenda os interesses do capital externo), constitui-se enquanto um aparelho estatal repressor a favor dos interesses da classe dominante e, conseqüentemente, da continuidade da produção escravista.

A perspectiva moureana de transição histórica do capitalismo dependente no Brasil passa pela compreensão da existência anterior de um Modo de Produção Escravista, baseado na exploração da força de trabalho da população indígena e, majoritariamente, negra afrodescendente. Exploração esta que pressupunha a violência, coerção, repressão, perseguição e extermínio pela estafa do trabalho, principalmente nos primeiros séculos do escravismo, ou seja, uma produção econômica que, para sua reprodução, implica a sistemática coerção extraeconômica. A chave analítica central de sua vasta obra e, centralmente na obra aqui analisada, é compreender a luta de classe presente nos processos históricos, percebidos, por sua vez, através da relação entre a totalidade da formação e consolidação do capitalismo em nível mundial, e as formações históricas particulares. Na brasileira, refere-se fundamentalmente a luta empreendida entre as classes fundamentais contrapostas do modo de produção escravista⁵: por um lado, os escravizados, tendo toda sua força de trabalho apropriada, sem a propriedade inclusive de si e seus descendentes; e, por outro, os senhores, donatários (e posteriormente proprietários) das terras, detentores do plantel de escravizados, dos meios e instrumentos de produção.

O estabelecimento da escravidão sistemática veio subverter em suas bases o regime de trabalho até então dominante na sociedade brasileira. Essa transformação se processará em todas as formas de manifestações da vida social. Demograficamente aumentou o ritmo acelerado e ininterrupto a população da Colônia; do **ponto de vista sociológico cingiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores de escravos**, ligados economicamente em face do monopólio comercial à metrópole, **outra constituída pela massa escrava**, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil Colônia e era quem

⁴ Moura se refere ao aparelho estatal, enquanto “aparelho repressor da classe senhorial”, demonstrando parte de sua compreensão acerca da formação do Estado enquanto instituição que zela pela reprodução das forças produtivas estabelecidas em prol dos proprietários dos meios de produção (Moura, 2020, p. 176).

⁵ Que não é tratado da mesma forma que o Escravismo clássico romano.

produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros. (Moura, 2020, p. 77, **grifos nossos**).

Outro ponto fundamental à análise moureana é a centralidade do movimento de rebeldia de escravizados e quilombolas enquanto expressão da luta de classes. Este enquadramento aprimorado no prisma analítico dos processos históricos permite avançar na compreensão de uma suposta passividade dos escravizados ao longo do escravismo; esta perspectiva não faz além de reproduzir a lógica elaborada por Moura em 1977 acerca da relação entre o bom escravo/mau escravo⁶ e dar continuidade ao mito da democracia racial.

O estudo dos quilombos, insurgências e guerrilhas, principalmente do período ascendente do escravismo (1550 - 1850) - quando do aumento da intensidade e volume de exploração do trabalho, com a facilidade de reposição do plantel via tráfico internacional -, possibilita compreender que, a partir da contradição central presente no momento da produção⁷, constituem-se expressões negativas no cotidiano de vida da classe escravizada, como morte prematura, adoecimento, mutilação, mortalidade infantil, suicídios, além da super precarização das condições de vida e sobrevivência. E o nível da exploração da força de trabalho, mediada no escravismo centralmente pela violência e controle dos mecanismos extraeconômicos, amplia os movimentos de rebeldia e insubordinação, sejam eles singulares ou coletivos, mais ou menos conscientes.

A análise da luta de classes na particularidade brasileira deve ainda levar em conta as distinções regionais que, longe de serem espontâneas, são determinadas pelo próprio momento produtivo do escravismo em relação às exigências do capitalismo na totalidade do comércio mundial. O nordeste, aos primeiros séculos do Modo de Produção Escravista, ascendia com a produção de açúcar e algodão em um período de legalização do tráfico internacional de escravizados, impulsionado pela acumulação originária de capital e, posteriormente, a ascensão industrial dos países de capitalismo clássico; logo, a presença de grandes movimentos

⁶ Em *O Negro: de bom escravo a mau cidadão* (Moura, 2021 [1977]), o autor busca demonstrar que a noção de bom escravo enquanto submisso, benevolente e passivo foi construída teórica e ideologicamente a fim de garantir a exploração e dominação dupla de classe e raça. Por outro lado, e com base nos estudos históricos e documentais realizados em *Rebeliões da Senzala*, analisados com base em uma perspectiva revolucionária, desenvolve a noção de bom escravo enquanto o quilombola, insurgente e ativo que desgastava o escravismo econômica, política e psicologicamente.

⁷ Como vimos acima, contradição aquela que antagoniza exploradores e explorados, proprietários e desapropriados no processo de trabalho escravista.

insurgentes, a constituição de quilombos de ampla abrangência geográfica, social e política tem maior presença regionalmente. Assim como, na outra face da moeda, o desenvolvimento rigoroso de mecanismos de coerção militar dos senhores de escravos e aparelho estatal colonial. Minas Gerais ainda detém presença ampla de quilombos e guerrilhas, dado ao grau de estafa da força de trabalho no processo produtivo escravista da mineração. Já a região que atualmente é o estado de São Paulo e Rio de Janeiro, por ter o processo de ascensão quando as forças produtivas escravistas no nordeste já entravam em declínio e a demanda internacional da produção do café (central nestes estados) exigia o aumento da produtividade, adentram ao aperfeiçoamento da produção cafeeira inicialmente a partir do regime de trabalho escravo, transformando-se processualmente em assalariado, incorporando o trabalhador imigrante e marginalizando produtivamente o trabalhador negro livre ou liberto. Logo, enquanto que no nordeste passa-se a constituir uma *economia de miséria* (Moura, 2021, p. 52) que, embora incorpore a força de trabalho negra, esta se dá de maneira precarizada e mal remunerada, no sudeste há a intensificação da associação do trabalhador negro livre e liberto à camada que, posteriormente, Moura vai chamar de “desocupados” e *franja marginal*, predominantemente identificados pela *marca étnica* (Moura, 2021), dando sustentação à constituição de um exército industrial de reserva avolumado e racializado (Fagundes, 2022) já nos primórdios da organização das forças produtivas de caráter plenamente capitalista.

A análise de Moura (2020) acerca da participação dos escravizados e quilombolas em outros movimentos políticos, assim como do empreendimento de suas próprias lutas e formação de quilombos, indica a atuação direta do aparelho estatal escravista a fim de conter, reprimir e eliminar as insurgências, assim como do extermínio de quilombos e suas lideranças. Percebe-se assim, o poderio bélico por parte dos senhores e do aparelho estatal colonial, assim como, a repressão violenta dos movimentos, principalmente de suas lideranças radicais e dos escravizados, condenados mormente à açoites e enforcamentos públicos. Das inúmeras revoltas com participação de escravizados e quilombolas, e a própria formação de quilombos e guerrilhas⁸, chamamos atenção para alguns pontos em comum: todos foram sufocados dado a diferença de propriedade bélica entre colonizados e colonizadores; todos demonstram a

⁸ Como a Balaiada (Maranhão), Sabinada (Bahia), Cabanagem (Alagoas), o levante da barca *Laura Segunda* (Ceará), o levante de 1824 no Recife, o Quilombo de Orobó, Cachoeira e Xiquexique (Bahia), o Quilombo de Turiaçu (entre o Pará e o Maranhão), entre outros.

negação do trabalhador negro em relação à condição de exploração do trabalho escravo, apresentando-se mais ou menos conscientes deste processo, expresso nas formas de organização dos quilombos e levantes; a maioria repercute inicialmente na insatisfação da classe senhorial, tanto com a fuga quanto com a destruição de plantações e engenhos e chega ao aparelho estatal enquanto uma demanda desta classe a ser atendida através da repressão militar extraeconômica; demonstram ainda, o ônus do empreendimento de captura e extermínio dos quilombos tanto por parte do aparelho estatal quanto da classe senhorial, tendo em vista que, por vezes, esta ficava responsável pelo pagamento da captura, assim como das diárias de soldados e mercenários; por fim, todas terminam com a condenação a açoites e enforcamentos públicos das lideranças negras em praça pública ou exposições dos corpos mutilados, expressando o grau de repressão militar quanto à organização do protesto negro e do uso da violência como mecanismo de coerção e consenso coletivo à reprodução social, e ainda, com a violência como potência econômica (Castelo, 2021). Ou seja, a intervenção coercitiva do aparelho estatal se dá no sentido da reprodução das forças produtivas próprias do Modo de Produção Escravista que, por sua vez, vão atender as demandas da acumulação de capital nos países industriais. Logo, a racionalidade do escravismo vai além das vontades individuais dos sujeitos implicados.⁹

A Lei Eusébio de Queiroz¹⁰ e a Lei de Terras¹¹, ambas de 1850, expressam, no âmbito das relações de produção, as transformações das forças produtivas do período demonstrando, por um lado, o interesse da Inglaterra na ampliação dos setores industriais e urbanos para investimento de capital externo, transferência de valor e aumento do volume de consumidores assalariados e, por outro, o interesse nacional de continuidade da estrutura de classes, ou seja, da manutenção da propriedade da terra e dos meios de produção pela classe senhorial e

⁹ “[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. [...] Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (Marx, 1974, p. 135-136 apud Neto, 1989, p.109).

¹⁰ “[...] a Lei Eusébio de Queiroz, foi a mais direta nos seus objetivos e eficiente nos seus efeitos; foi inquestionavelmente aquela que atingiu de forma definitiva o escravismo pleno, nesse período de transição.” (Moura, 2020a, p. 124).

¹¹ “Em face desta problemática, surge, em 1850 a chamada Lei de Terras, ou seja a lei nº 601, pela qual o Estado abria mão do seu direito de doar e colocava as terras no mercado para a venda a quem dispusesse de dinheiro para adquiri-las. Com esta reviravolta, o Estado passa a ser mero vendedor, e não distribuidor de terras de acordo com o interesse público.” (Moura, 2020a, p. 105).

burguesia nascente. São, portanto, legislações que, juntamente a outras voltadas a “proteção” do escravizado enquanto mercadoria¹², buscavam ampliar o *quantum* da força vital a médio prazo e criar mecanismos de procriação. É ainda neste mesmo movimento que se aumenta o número de manumissões ou alforrias, seja de escravizados idosos que já não tinham valor produtivo e acarretavam apenas dispêndio improdutivo, largados, portanto, à morte por marginalização; assim como daqueles poucos que alcançavam a manumissão, em uma média de 10 anos neste período (Gorender, 1985, p. 356). É, portanto, expressão de uma transição já iniciada que requeria, por um lado, a implementação do regime de trabalho assalariado, e por outro, a partir dos interesses dos antigos senhores, a continuidade da propriedade da terra e monopólio produtivo agroexportador; portanto, uma transição produtiva embora sem alterações estruturais na divisão de classes e no caráter dependente exportador.

Podemos concluir que a forma de exploração do trabalhador negro durante o modo de produção escravista inclui a alienação não só de sua força de trabalho, mas do próprio sujeito, que passa a circular enquanto mercadoria – embora com isso, não perca sua condição subjetiva de portador de força de trabalho –, e a associação direta deste ao trabalho escravo. Logo, o racismo se constitui, na particularidade brasileira, essencialmente na organização das forças produtivas e relações de produção no escravismo dada a associação direta do trabalho escravo – portanto, subalterno, manual, artesanal, mecânico, inferior, degradante e braçal – ao trabalhador negro capturado na costa ocidental do continente africano. Por outro lado, constitui-se, na própria divisão do trabalho no escravismo, o trabalho intelectual, político, jurista, administrador, refinado, superior, desenvolvido, racional, relacionado ao branco europeu, principalmente português, inglês, francês e holandês. A associação entre a formação das classes no escravismo com elementos étnicos distintos classificados hierarquicamente a partir da forma de exploração que será utilizada, constitui uma organização racista das forças produtivas e relações de produção. Tendo em vista que a transição dos modos de produção no Brasil não revoluciona a organização das classes, embora altere a forma de exploração do trabalho e a

¹² Como a Lei do Ventre Livre (1871), do Sexagenário (1885), a que proíbe a venda de escravizados casados e seus descendentes (1869) e a Lei do fim do açoite (1886). É importante situar o sentido desta proteção. Não ainda como a proteção social que passa a ser desenvolvida, inicialmente por iniciativa dos próprios trabalhadores com as Caixas de Resistência (Ferreira, 2020) e posteriormente no estabelecimento de legislações por parte do Estado. Mas uma proteção voltada à reprodução dos escravizados de forma a diminuir o valor da aquisição inicial no processo de produção, tendo em vista o aumento do valor deste sujeito enquanto mercadoria.

essência da acumulação – de renda monetária à capital (Gorender, 1985) –, a distribuição étnica que sedimenta a divisão social do trabalho permanece inalterada, constituindo a estrutura de classes e raças¹³ no capitalismo dependente.

A análise teórica de Moura (2020), embora nesta primeira obra tenha um caráter introdutório para fundamentar as guerrilhas, quilombos, revoltas e insurgências as quais participaram os escravizados, permite algumas indicações para compreender, preliminarmente, acerca da formação do exército industrial de reserva¹⁴, ponto relevante ao objetivo aqui proposto na busca da gênese da *questão social* no Brasil. O crescimento do setor comercial, manufatureiro e industrial desempenhado no meio urbano passa a absorver a força de trabalho de imigrantes europeus, a população camponesa branca que se inseriu nas cidades¹⁵, assim como pequena parcela de libertos e livres, nesta ordem. À medida que ocupam estes espaços mediados por uma hierarquia étnico/racial estabelecida historicamente, a superpopulação relativa forma-se de maneira inversa a absorção destas frações de classe racializadas, ou seja, cria-se um exército industrial de reserva avolumado composto majoritariamente por trabalhadores negros (Fagundes, 2022). Ainda neste sentido, destaca-se o que Moura (2020, p. 97) chama de trabalhadores “desocupados” (2.822.583, em 1882). Percebe-se, portanto, que os trabalhadores negros escravizados, antes centrais à produção escravista, passam à marginalização produtiva e a categoria de “desocupados”¹⁶.

Na cena contemporânea, nota-se as maiores taxas de desemprego entre a população negra e de mulheres, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

¹³ “O emprego de etnia ao invés da utilização do tempo raça se tornou um ponto de amplo debate entre intelectuais, pesquisadores e militantes ao longo da segunda metade do século XX e ainda é tema de debate na segunda década do século XXI. O professor Kabengele Munanga sintetiza essa discussão apontando para o ponto de que o uso de etnia como substituto da raça atuaria como uma espécie de “nova ética das relações raciais”, mas que esta operação de substituição de signos em nada altera a situação de desigualdade social.” (Farias, 2021, p. 14).

¹⁴ “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. [...] Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista.” (Marx, 2017, p. 705; 707).

¹⁵ Muitas delas fugindo dos conflitos entre Exército e milícias dos senhores contra os quilombolas.

¹⁶ “Os desocupados eram ex-escravos marginalizados que depois iriam ingressar na faixa dos servos que aumentariam progressivamente no Brasil. A qualificação do trabalhador só podia ser feita à medida que ele ingressasse naquela nova classe que surgia: a classe operária.” (Moura, 2020, p. 97).

Contínua (Pnad Contínua) realizada pelo IBGE no primeiro trimestre de 2023¹⁷, e, os piores resultados para o índice de miséria para “pretos ou pardos, e, especialmente as mulheres pretas ou pardas” (Saboia; Neto; Villacorta, 2023, p. 2) brasileiras. Elementos que indicam o lugar da “questão étnico-racial” e da “questão de gênero”, não como meras mediações de expressões culturais, ideológicas, sociais e políticas da “questão social”, mas como constitutivas destas no âmbito econômico das relações sociais capitalistas, no sentido de que “a noção de exército industrial de reserva nos permite entender como, no modo-de-produção capitalista, a geração de uma população sobrança assume a função particular de ‘produto e alavanca do processo produtivo capitalista’” (Souza, 2005, p. 116).

Rebeliões da Senzala é precursor em sua análise da participação ativa e passiva de escravizados, livres, libertos e quilombolas, situando o trabalhador negro enquanto sujeito portador de práxis social em potencial, devido ao grau de alienação condicionado pelo regime de trabalho escravo. Embora apareça como mercadoria e transite economicamente enquanto uma, a realidade apresenta fatores que o condicionam, inevitavelmente, à genericidade humanidade. O ser social escravizado é, antes de qualquer outra coisa, sujeito vivo, agente dinâmico, portador de força de trabalho que, na sua atividade ou passividade, tensiona ou corresponde ao processo produtivo em questão. O quilombola, por sua vez, é o elemento positivo e radical pela negação do trabalho através da fuga (atuando de maneira passiva), e ainda, organizando-se em comunidades, destruindo engenhos, queimando canaviais, assassinando senhores e feitores (quando age de maneira ativa contra a organização da sociedade escravista).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dito isso, podemos perceber que, ao analisar a transição histórica que permite a consolidação do capitalismo dependente no Brasil a partir das categorias Trabalho, Estado e Luta de Classes, notam-se dois movimentos em nível de abstração. Primeiro, os contornos particulares que aquelas desempenham, principalmente entre 1850 e 1889, direcionadas

¹⁷ Para saber mais, vide: “Desemprego é maior entre mulheres e negros, diz IBGE”. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-diz-ibge>>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

socialmente por uma perspectiva de “modernização sem mudança”¹⁸ faz com que, ao mesmo tempo em que se transformam: i. o regime de trabalho (de escravista à assalariado); ii. a estrutura formal do aparelho estatal (colonial, monárquico e republicano); e iii. a partir das mudanças para a reorganização produtiva objetivando a reprodução ampliada do capital, transforma-se qualitativamente a estrutura da luta de classes (de escravizados/senhores para assalariados/burguesia), este movimento é orquestrado pelos detentores dos meios de produção do escravismo que, atendendo parcialmente seus próprios interesses e as necessidades de acumulação de capital estrangeiro, manipulam (principalmente através da Lei Eusébio de Queiroz, a Lei de Terras e a Guerra do Paraguai) a transformação republicana e assalariada “moderna”, ainda que, sobre as bases arcaicas da forma de superexploração da força de trabalho e garantindo a permanência da *franja marginal* agora como superpopulação relativa¹⁹.

Segundo. A análise da transição histórica a partir das categorias indicadas, por desvelar as mediações postas, revela também as minúcias e determinantes que antecedem a própria consolidação das relações de produção hegemonicamente capitalistas no Brasil. Ao observar a organização das forças produtivas e das relações de produção, seguindo o fundamento moureano, no Modo de Produção Escravista, percebe-se: i. o estabelecimento produtivo (extrativista e beneficiador) baseado na exploração escravista da força de trabalho, que pressupõem o controle, a violência e os mecanismos extra econômicos com vistas a garantir a exportação de mercadorias²⁰; ii. a organização de um aparelho estatal altamente repressor a

¹⁸ “O processo de modernização da última fase dessa sociedade escravista [1850-1888] era, por essas razões, injetado. A tecnologia era introduzida do exterior, os meios de comunicação mecanizavam-se, abriam-se estradas de ferro em todo o território nacional, o cabo submarino era inaugurado, tínhamos gás de iluminação, telefone, bondes de tração animal, mas tudo isso superposto a uma estrutura traumatizada no seu dinamismo pela persistência de relações de produção escravistas. Era, portanto, uma modernização sem mudança social. Em outras palavras: as estruturas básicas da sociedade brasileira ainda eram aquelas que procuravam manter e eternizar essas relações obsoletas, criando, com isso, uma contradição flagrante e progressiva com o desenvolvimento das forças produtivas que se dinamizavam.” (Moura, 2019, p. 260).

¹⁹ Seja em sua força flutuante, latente, estagnada ou o lumpemproletariado (Marx, 2017, p. 870).

²⁰ É importante sinalizar introdutoriamente que, apesar da produção organizar-se com vistas a produzir *mercadoria* (Marx, 2017, p. 158), ou seja, produtos originados do trabalho que tem como objetivo, para além da realização do seu valor de uso, também do seu valor de troca com vistas de, ao final, resultar em um dinheiro-valor, acrescido daquele inicial, a ausência da divisão social e técnica do trabalho tendo como base a exploração da força de trabalho assalariado, não permite afirmar que, a estrutura econômica, política e social do período escravista do Brasil (1550 - 1888) caracteriza-se, essencialmente, enquanto uma produção capitalista. Embora atue fundamentalmente para ampliar a acumulação de capital de países estrangeiros industriais, inserindo-se na totalidade do mercado mundial, a particularidade da sua produção caracteriza-se como o escravismo moderno, já demonstrado no Capítulo 24 (Marx, 2017).

favor dos interesses, ora da Metr pole, ora dos plantadores que atuava fundamentalmente, pela centralidade da coer o contra as fra es ativas da classe escravizada, embora o próprio estabelecimento estrutural da coer o enquanto parte da racionalidade escravista atue também como um mecanismo de consenso   reprodu o social; e iii. o tensionamento cotidiano e sistemático entre as classes antagonizadas no processo produtivo (plantadores/escravizados), produzindo um desgaste econômico, político na sociedade escravista (Moura, 2019, p. 271), e ainda, expressões negativas no cotidiano de vida e sobrevivência da classe explorada.

Ora, não tem como negar a existência de uma *questão posta na sociedade escravista*, embora não seja a mesma *questão social* de que estamos tratando. Existem media es entre o Trabalho, o Estado e a Luta de Classes na transi o que nos indicam quais os elementos do escravismo que são substituídos e aqueles que, de modo contínuo, constituem a forma o do capitalismo dependente no Brasil e particularizam a chamada *questão social* aqui. (Bruinj , 2024, p. 163).

Tendo em vista, introdutoriamente, os contornos que a gênese da *questão social* no Brasil assume a partir da análise realizada, pode-se perceber que a compreensão dos seus fundamentos – central para o debate do Trabalho e da Forma o Profissional em Serviço Social – deve ser estudadas a partir da desagrega o do regime de trabalho escravo para o estabelecimento pleno do assalariado, tendo como pilar estrutural das rela es de produ o e trabalho o racismo. E ainda, buscando as media es entre uma *questão posta na sociedade escravista* e a chamada *questão social* no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **A centralidade da questão social para o Serviço Social brasileiro.** In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 42. Brasília: Associa o Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro: Associa o Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo.** In: *Revista Temporalis*, n. 3. Brasília: Associa o Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

_____; CARVALHO, R. D. **Rela es sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpreta o histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez Editora, 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.

FAGUNDES, G. G. **Superexploração e racismo no Brasil: diálogos e questões.** Curitiba: Appris, 2022.

FARIAS, M. **Nota do Editor.** In.: MOURA, C. *O negro, de bom escravo a mau cidadão? Ilustração Marcelo D'Salete.* São Paulo: Editora Dandara, 2021.

FERREIRA, G. C. **Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros.** 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Editora Ática, 1985.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro.** 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020a.

_____. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NETO, B. R. de M. **Marx, Taylor Ford: as forças produtivas em discussão.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: *Revista Temporalis*, n. 3. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2001.

SABOIA, J.; NETTO, J. H.; VILLACORTA, V. N. **Índice de miséria ampliado e desagregado por cor ou raça e sexo.** In: *Texto para Discussão 002/2023 do Instituto de Economia.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

SOUZA, D. C. C. D. **A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal.** In: *Cadernos Cemarx*, v. 1, n. 2. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

A SAÚDE PARA ALÉM DO SUS: A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO CUIDADO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA PEDIATRIA DO HU/UFJF

Ingrid Adame Moreira¹
Jéssica de Cássia Costa Silva²
Marcela Gonçalves de Araújo³
Vitória Nacarate Machada⁴

Resumo: Este artigo tem como temática central a intersectorialidade das políticas públicas inseridas no contexto de atendimento às crianças e adolescentes. Através da perspectiva de afirmação da garantia ao direito à integralidade e a importância da discussão desta problemática entre os serviços da rede intersectorial, o artigo é construído a partir do trabalho desenvolvido pela equipe do Serviço Social da Pediatria do Hospital Universitário de Juiz de Fora - MG.

Palavras-chave: Intersectorialidade; Pediatria; Políticas Sociais.

Abstract: This article's central theme is the intersectorality of public policies inserted in the context of care for children and adolescents. Through the perspective of affirming the guarantee of the right to integrality and the importance of discussing this issue among the services of the intersectoral network, the article is constructed based on the work developed by the team of the Social Service of Pediatrics at the Hospital Universitário de Juiz de Fora - MG.

Keywords: Intersectorality; Pediatrics; Social politics.

INTRODUÇÃO

Para darmos início à discussão presente neste estudo, torna-se essencial demarcarmos que a política social tem sua origem diretamente ligada ao desenvolvimento do sistema capitalista, com ênfase no período da Revolução Industrial, “cenário em que se acentuam as desigualdades sociais e começam a ganhar vitalidade as lutas dos trabalhadores em prol do reconhecimento de direitos.” (SOUZA; SANTOS, 2023, p. 258).

Dessa forma, a desigualdade e exploração, bem como o conflito entre capital e trabalho, inerente a esse modo de produção, passam a se manifestar nas expressões da questão social, fazendo nascer as primeiras medidas de proteção social, que, posteriormente, irão se constituir como políticas sociais, estabelecidas pela classe dominante e respondendo a seus interesses.

¹Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social pela UFJF, assistente social no HU/UFJF; ingrid.adame@ufjf.br

²Assistente Social, Especialista em Saúde da Família, assistente social residente no HU/UFJF; jessica.costasl@gmail.com

³Assistente social residente no HU/UFJF; marcelalegjf@gmail.com

⁴Graduanda em Serviço Social pela UFJF, estagiária no HU/UFJF; vitoria.nacarate@estudante.ufjf.br

Compreendemos que as expressões da questão social advêm da nova dinâmica de pobreza e pauperismo iniciada com a superação do feudalismo pelo capitalismo (NETTO, 2007). Em conformidade com Iamamoto e Carvalho (2008), a questão social

não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão [...] (CARVALHO e IAMAMOTO, 2008, p.77).

Nesse contexto, as políticas sociais se inscrevem duplamente enquanto conquistas e concessões, no sentido de garantir a reprodução da força de trabalho, amenizando, assim, os conflitos entre as classes sociais para a manutenção da ordem social vigente. Tais políticas são, assim, “respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da “questão social” no capitalismo” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 51).

Na contemporaneidade, nos deparamos com a racionalidade neoliberal presente no capitalismo, em que o Estado se pauta em uma agenda mínima para o social, havendo um estreitamento das conquistas no que se refere a esse meio, o desfinanciamento das políticas sociais e o retrocesso dos direitos em andamento. Isso acontece porque, no novo padrão de acumulação flexível capitalista, as políticas sociais convivem com os impactos vindo da restrição orçamentária, bem como com a lógica de fragmentação, focalização, privatização e/ou terceirização presentes nos serviços públicos.

Ao pensarmos na realidade brasileira dentro dessa discussão é essencial levar em consideração o contexto histórico, político, econômico e social, do país. Visto que,

no caso brasileiro, a configuração do Estado tem a setorialização e fragmentação como constitutivas da estruturação histórica das políticas públicas, concebidas e organizadas para serem implementadas isoladamente, sem que haja planejamentos conjuntos e ações articuladas (Martinelli et al, 2020, p. 8).

Diante desse panorama, ao pensarmos nas sequelas produzidas pelas múltiplas expressões da questão social, partimos da ideia de que, apenas a intersetorialidade e a complementaridade dos serviços presentes nas políticas públicas irão contribuir para a melhoria na qualidade e nas condições de vida da população.

A intersetorialidade, como aponta Martinelli et al (2020, p. 8), se coloca como estratégia de gestão pública democrática, no intuito de dar respostas à setorização e à fragmentação a partir da articulação entre os setores. Ela não deve ser compreendida como uma ação individual dos profissionais ou das equipes, pois, “requer decisões institucionais e políticas nos níveis de planejamento e de execução que rompam com a cultura política da setorização [...]” (Martinelli et al, 2020, p. 9).

Nesse sentido, é a partir da intersetorialidade que os sujeitos e os setores da sociedade se mobilizam para articular as políticas públicas. Sendo assim, o grande desafio é a criação de sistemas e/ou fluxos que tenham como finalidade a construção de uma cultura organizacional e de bases políticas que visem o atendimento integral das demandas da população, que são produzidas pelas expressões da questão social.

Para a elaboração deste trabalho foi realizada a análise de dados registrados e coletados em fichas de acompanhamento de crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço Social de um hospital universitário em Minas Gerais. As informações referem-se aos acompanhamentos realizados durante o ano de 2022. Além de análise documental, também foi realizada revisão bibliográfica.

INTERSETORIALIDADE NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Ao tratarmos da intersetorialidade observamos que o debate em torno dessa temática é feito articulando-a com as políticas públicas a partir das ações conjuntas no enfrentamento das expressões da questão social, pela proteção social e inclusão. Portanto, “a intersetorialidade incorpora a ideia de integração, de território, de equidade, enfim, dos direitos sociais” (Junqueira, 2000, p. 42), se colocando como uma possibilidade na resolução das adversidades apresentadas pela população de um determinado território.

De acordo com Schutz e Miotto (2010, p.65) ao trabalharmos com a perspectiva de intersetorialidade, existem quatro aspectos relevantes: o primeiro, consiste na maneira de

pensar, que deve ser focada na comunicação semelhante à usada na transdisciplinaridade⁵; o segundo, compreende a adoção de um projeto político que seja transformador para as políticas públicas; o terceiro, refere-se ao fato das ações intersetoriais serem planejadas e avaliadas de forma participativa; e o quarto, diz respeito à atuação em rede articulada entre Estado e sociedade.

Com base nesse debate levantado pelas autoras supracitadas, compreendemos que a ação intersetorial presente nas políticas públicas atua considerando os problemas sociais e suas soluções por uma perspectiva integrada e de totalidade, observando assim, a complementaridade dos setores e a superação da fragmentação dos mesmos. Nesse sentido, daremos destaque, por agora, ao último ponto trazidos por Schutz e Miotto (2010), as redes, às quais estão presentes em cada política pública e possuem base de construção na intersetorialidade.

Nesse contexto, a ideia de rede aqui se relaciona à “articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social” (Bourguignon apud Schutz; Miotto, 2010, p. 63) e são vistas como um caminho possível para o enfrentamento das expressões da questão social. A rede, portanto, é estruturada por indivíduos, grupos ou organizações, “sendo um fato social, mas também uma oportunidade de reflexões sobre o social e as práticas cotidianas” (Junqueira, 2000, p. 40). Assim, ela se coloca como uma construção coletiva que dá base também para a análise e interpretação da realidade social.

Outro elemento que está associado à intersetorialidade e por assim dizer à ideia de redes é o território, visto que é dentro deste que elas irão se materializar e que serão colocados em prática esses conceitos, pressupondo intervenções em áreas geograficamente delimitadas. Nessa dinâmica, ao se ter o conhecimento do território, tem-se também o conhecimento das necessidades da população e suas singularidades. Desta forma,

⁵ De acordo com Ely (2003, p. 114), a transdisciplinaridade vem sugerir a formação de um terreno que tenha autonomia teórica, disciplinar e operativa, no qual, irá se estabelecer uma coordenação por todas as disciplinas e interdisciplinar.

territorialidade e intersetorialidade potencializam as intervenções públicas, ampliando possibilidades e efetividade das ações integradas e desenvolvidas através da construção de diagnósticos, programas, ações e com responsabilidades compartilhadas (Paz;Taboada, 2010, apud Martinelli et al, 2020, p. 9)

Seguindo nessa análise é relevante também tratarmos da aproximação que a intersetorialidade tem com a descentralização, visto que, a intersetorialidade permite a resolução dos problemas da população de forma mais integrada e que a descentralização permite a distribuição de poder para uma instância mais próxima à essa população, que são os municípios. “Nessa lógica, considera-se que é no município que se concretizará ação e integração intersetorial, por ser espaço definido social e territorialmente.” (Schutz; Mioto, 2010, p. 66).

Como vimos até aqui, a intersetorialidade se inscreve em práticas contextualizadas. Tais práticas, são envoltas por diversos atores sociais que assumem o compromisso com a corresponsabilização, que é entendida como o aumento da participação em comum e de relações mais transversalizadas, as quais dão a possibilidade para reflexões e estratégias pensadas coletivamente.

Dentro dessa determinação, no que se refere às ações intersetoriais voltadas à infância e a juventude é sabido que,

a intersetorialidade busca garantir a integralidade das ações de atendimento à criança; assim como parte do entendimento de que a criança que acessa o serviço de saúde é a mesma que acessa a creche ou a pré-escola, a comunidade, as atividades de esportes, os programas da assistência social e os demais equipamentos disponíveis no território e na comunidade (Moura et al ,2022,p. 51)

Quando pensamos nestes sujeitos, pensamos de imediato nas medidas de proteção integral voltadas a eles, às quais por envolver Estado, sociedade, família e entidades civis têm a possibilidade de ser articulada de forma a efetivar uma política intersetorial. Nesse sentido, parte-se do entendimento de que a criança e o adolescente, assim como aponta, Farinelli e Pierini (2016, p. 64) são detentores de direitos como todos os cidadãos e, caso a criança se encontre em uma situação que ameaça, esses direitos são garantidos às mesmas.

Nesse contexto, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8069/90, que, como consta em seu Art. 1º, vem dispor sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, reconhecendo esses sujeitos como seres humanos, dotados de direitos. Além disso,

o ECA, segundo as autoras mencionadas anteriormente, “detalha os direitos garantidos constitucionalmente, explicitando os mecanismos de participação popular e fiscalização das políticas públicas de atendimento a essa população” (Farinelli; Pierini, 2016, p. 64).

Por fim, a lei em questão vem enfatizar a necessária proteção, da família, da sociedade e do Estado, à criança e o adolescente na condição de vulnerabilidade, devendo este último ente citado, ser o responsável por agir a partir de políticas públicas e sociais na promoção e defesa desses sujeitos.

O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA PEDIATRIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Antes de iniciarmos a exposição sobre o processo de trabalho na Pediatria do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, consideramos ser precípua a elucidação da compreensão que possuímos sobre trabalho e processos de trabalho.

Segundo Marx (1995) o trabalho é um processo no qual participam o ser humano e a natureza. O ser humano, por sua vez, se utiliza de sua força de trabalho para transformar a natureza a partir da sua capacidade teleológica. Consideramos que o trabalho é uma atividade vital pela qual o homem satisfaz suas necessidades.

Em um processo de trabalho é necessária a existência de alguns elementos, conforme nos mostra Marx (1995): “a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX,1995,p. 202).

Partimos da compreensão de que o Serviço Social é trabalho e possui processos de trabalho. A profissão tem nas expressões da questão social seu objeto de trabalho, bem como possui instrumentos de trabalho, como a linguagem, fichas de atendimento social e econômico, relatórios, entre outros instrumentais. Na saúde compreendemos que o objetivo da profissão e também junto às crianças e adolescentes é identificar os determinantes que incidem no processo de saúde e doença dos usuários desta política pública.

Atualmente, a equipe do Serviço Social na Pediatria do Hospital Universitário conta com duas assistentes sociais, sendo uma delas residente, e duas estagiárias. Iniciamos nosso processo

de trabalho verificando se existem novas internações e a estas realizamos a entrevista social e econômica, através da ficha de atendimento do Serviço Social na Pediatria.

Durante a abordagem, se identificarmos demandas sociais que demandem o acompanhamento sistemático do Serviço Social, abrimos fichas de acompanhamento às crianças e adolescentes. Tais fichas possuem caráter sigiloso e por este motivo as mesmas são de manipulação exclusiva pela equipe do Serviço Social do Hospital Universitário. As informações contidas nas fichas de acompanhamento abertas ao longo de 2022 serão sistematizadas e analisadas a seguir.

ANÁLISE DE DADOS

Este trabalho foi construído com base na análise de dados registrados e coletados em fichas de acompanhamento de crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço Social de um hospital universitário em Minas Gerais. As informações referem-se aos acompanhamentos realizados durante o ano de 2022, totalizando 17 (dezesete) acompanhamentos de crianças ou adolescentes, em que foram realizadas intervenções mais sistemáticas do Serviço Social. Entre as informações coletadas durante a anamnese social e os atendimentos ao longo da internação da criança ou do adolescente, apresentamos os indicadores: idade, renda, raça/etnia, gênero da criança ou do adolescente, gênero do responsável, região de residência, os encaminhamentos realizados e, evidentemente, o motivo de abertura da ficha. Compreendemos que a consideração a essas informações, tornam-se relevantes admitindo que as intervenções do Serviço Social devem partir da concepção ampliada de realidade na qual as crianças e adolescentes estão inseridos.

Entre os motivos que levam à abertura da ficha de acompanhamento elencados pela equipe, estão: violação de direitos, acesso à rede sócio assistencial e crianças ou adolescentes institucionalizados. Dentre os atendimentos realizados no ano de 2022, identificamos como maior demanda para abertura de acompanhamento sistemático a questão de acesso à rede sócio assistencial, sendo esse o motivo de abertura de 10 (dez) acompanhamentos. Cabe destacar que, o motivo inicial de abertura do acompanhamento não significa que as intervenções posteriores no caso se limitaram ao motivo inicial. A partir do acolhimento, conhecimento da realidade da criança e do adolescente, de sua família e do contato com os equipamentos da rede, o Serviço

Social consegue identificar outras expressões da questão social que incidem sobre a realidade dos usuários.

Dos acompanhamentos iniciados, 4 (quatro) diziam respeito à crianças com idades entre 0 (zero) a 11 (onze) meses; 6 (seis) referiam-se à crianças com idades entre 1 (um) e 6 (seis) anos; 5 (cinco) de crianças entre 7 (sete) e 12 (doze) anos e 2 (dois) tratavam-se de acompanhamentos de adolescentes com 13 (treze) anos ou mais.

No tocante aos dados de renda, identificamos que em 6 (seis) dos casos, a principal fonte de renda da família da criança ou do adolescente é proveniente do Benefício de Prestação Continuada (PBC). Em 3 (três) dos casos, houve relato de que a renda principal da família é proveniente de trabalho formal. Além disso, observamos 3 (três) situações em que não existe renda. As demais crianças e adolescentes pertencem a grupos familiares em que a principal renda é proveniente de trabalho informal e/ou do Bolsa Família. Em relação à raça e etnia, 10 (dez) dos casos em acompanhamento eram de crianças ou adolescentes declarados pardos, 3 (três) declarados pretos, 2 (dois) declarados amarelos. Em 1 (um) dos casos não foi apresentada declaração étnico racial e apenas 1 (um) caso diz respeito a uma criança declarada branca.

Outro fator analisado é o gênero do principal responsável pela criança ou pelo adolescente. Exceto 2 (dois) casos em que as crianças são institucionalizadas e a responsabilidade por elas é da instituição de acolhimento, todos os demais responsáveis são do sexo feminino. Esses dados revelam uma estrutura firmada no modo de produção capitalista em que mulheres, especialmente as mães, são encarregadas pela realização de atividades e compromissos referentes ao cuidado dos filhos e/ou responsáveis. Souza e Guedes denotam

histórica e culturalmente, especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independente-mente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recai sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social. (SOUZA E GUEDES, 2016, p.125)

Nesta perspectiva, é possível desenvolver a reflexão de que a centralização da figura feminina no cuidado de crianças e adolescentes a partir da realidade analisada decorre de um fator histórico de disparidade e exploração de gêneros, não sendo um fator atípico identificado.

Concernente ao território das crianças e dos adolescentes em acompanhamento pelo Serviço Social do hospital em 2022, identificamos que 12 (doze) residem em regiões mais vulneráveis da cidade. Sob este aspecto, devemos apreendê-lo sob variáveis que não se restringem à delimitações de terras e/ou limites geográficos. A percepção sobre território deve carregar suas dimensões históricas em seus múltiplos rebatimentos, seja pelos sujeitos ou pelas expressões materiais e subjetivas contidas no lugar. Neste sentido, Sposati expõe que o

território é mais do que um lócus, no sentido de definição de um lugar, não é algo estático como um endereço ou uma nomeação. Ainda que estes atributos façam parte do território, sua caracterização ocorre por vivências, significados e relações que constroem identidades individuais e coletivas. (Sposati,2013,p.6)

Dessa maneira, é possível fazer o movimento de reflexão acerca dos dados apresentados, concebendo que, não por acaso, as aberturas de fichas de acompanhamento são protagonizadas por territórios de maior vulnerabilidade. Há uma compreensão de que a construção histórica das classes e de suas possibilidades de inserção urbana e rural formaram um processo de afastamento dos trabalhadores dos centros urbanos, os afastando até as periferias e/ou localidades de menor prestígio estrutural, social e econômico. A construção e o movimento do território refletem também na qualidade de vida e acesso dos moradores/usuários, podendo ser exemplificado pela colocação de Guimarães (2011) que

a sociabilidade primária (familiares, amigos ou vizinhos) também parece relativamente ameaçada em diferentes bairros da cidade, contribuindo para um relativo isolamento social e uma fragilização das relações de interdependência que fundam as relações comunitárias e que podem ser mobilizadas em ocasiões específicas, diante de situações de maior gravidade, quando envolvem problemas de saúde e acidentes (Guimarães, 2002). (GUIMARÃES,2002 apud GUIMARÃES 2011,p.99).

Importa destacar que essa dimensão territorial também pode incidir no acesso às políticas públicas e na intersetorialidade que deve existir entre as mesmas. As crianças e adolescentes que vivem nesses territórios de maior vulnerabilidade têm o acesso às políticas públicas dificultado, seja pelo transporte público, seja pelo não acesso aos carros de apoio disponibilizados pelo poder público (caso tenham direito), seja pelas condições da moradia ou pelas condições de acesso à moradia. Estar em territórios mais vulnerabilizados incide, muitas vezes, na não adesão aos acompanhamentos necessários em saúde que essas crianças ou

adolescentes necessitam e, desta forma, impacta na não existência de intersetorialidade e, assim, não é garantido o atendimento integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Totalidade dos dados acima apresentados corroboram para a compreensão de que “o assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento” (Piana, p. 86), buscando também respostas e alternativas nas políticas públicas. Esses profissionais atuam na direção de garantir o atendimento integralizado às crianças e adolescentes, de modo que a rede socioassistencial seja convocada a prestar os atendimentos necessários a essa população. Assim, os assistentes sociais podem colaborar suscitando que exista intersetorialidade entre as políticas públicas voltadas à área da infância e juventude. Entretanto, esse trabalho em rede depende também da vontade política da gestão em implementar fluxos nos quais tais políticas “conversem” entre si para que a integralidade das ações seja realmente alcançada. E tal ação não depende, exclusivamente, do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste artigo com a certeza de que a discussão sobre a intersetorialidade das políticas públicas na infância e adolescência tem muito a avançar e que essa temática é precípua para tratar efetivar a rede de proteção para crianças e adolescentes. Chegar ao final deste trabalho é saber que ele, na verdade, é o ponto inicial para que novas discussões sejam realizadas sobre esse tema.

Acreditamos que a perspectiva da promoção de direitos prevista no Estatuto da Criança e do adolescente é a bússola para que se efetivem ações em rede e, por sua vez, seja efetivada a intersetorialidade entre as políticas públicas. Garantir a intersetorialidade é uma decisão política. As políticas setoriais se organizarem em rede também é uma decisão política, de gestão.

Garantir a intersetorialidade entre as políticas públicas depende de uma transformação na compreensão acerca dessas políticas tanto dos agentes que as executam como também dos gestores. Sabemos que a intersetorialidade e trabalhar em rede são desafios impostos a esses agentes visto que o pleno funcionamento das políticas públicas é inviabilizado por seu sucateamento, desfinanciamento, entre outros. Porém, acreditamos que através da

intersetorialidade, do trabalho em rede, que conseguimos efetivar o atendimento integral às crianças e adolescentes.

O Serviço Social é uma profissão que tem potencial para suscitar esse trabalho em rede, visto que muitas demandas que chegam aos assistenciais sociais necessitam de articulação intersetorial com as políticas públicas. Cabe ao assistente social conhecer os equipamentos, instituições e organizações adscritas no território em que atua ou em que reside a criança ou adolescente, os quais atende. Identificar as principais características do território, bem como dos equipamentos ali presentes, assim são favorecidos os direcionamentos e as formas de comunicação e corresponsabilização entre as instituições que prestam atendimento a esse público. Ademais, admitindo que território não se limita à definição de espaço geográfico, à integralidade e à intersetorialidade que também devem ser perpassadas pelo deslocamento, não só dos usuários de um espaço ao outro para acesso aos serviços, mas também dos profissionais para conhecimento, aproximação e viabilização de uma rede intersetorial.

Acreditamos que ainda há muito a avançar na viabilização da intersetorialidade entre as políticas públicas e compreendemos que somente através dessa rede é possível, de fato, garantir a proteção integral e a promoção da saúde às crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marileuza Sampaio. A REDE INTERSETORIAL PARA GARANTIA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO -BA. Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente. Universidade de Brasília (UNB). Brasília-DF, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/32659/1/2022_MarileuzaSampaioAraujo_tcc.pdf . Acesso dia 17/10/2023

BEHRING, Elaine; e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 5ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

Brandão Guimarães Iracema. PERIFERIAS E TERRITÓRIOS SOB EFEITOS CONJUGADOS DA PRECARIZAÇÃO: algumas tendências. Caderno CRH [en línea]. 2011, 24(1), 89-104. ISSN: 0103-4979. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632186007> . Acesso dia 24/10/2023

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm . Acesso dia 18 /10/2023
- CARVALHO, Raul e Iamamoto, Marilda. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 22ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- ELY, Fabiaria Regina. Serviço Social e interdisciplinaridade. Revista Katálysis, vol. 6, núm. 1, enero-junio, 2003, pp. 113-117. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil. Disponível em: file:///C:/Users/Home/Downloads/administrador,+Artigo+12+6.1.2003.PDF.pdf . Acesso dia 20/10/2023
- FARINELLI, C. C.; PIERINI, A. J. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. O Social em Questão, v. 19, n. 35, p. 63–86, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264171003/html/> . Acesso dia 20/10/2023
- IAMAMOTO, M. V. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais/ Brazil of inequalities: “social question”, work and social relations. In: Revista SER Social, nº 33, p. 261-384, 2013. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FaPa1Oy8kQ65voJ4T345.pdf> Acesso em: 23/09/2023.
- JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. Revista de Administração Pública, v. 34, n. 6, p. 35 a 45–35 a 45, 1 jan. 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6346> . Acesso em: 19/10/2023.
- MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: O capital. Crítica da Economia Política. 15ª Edição, Editora Brertrand Brasil, volume 1, 1995, capítulo V.
- MOURA, C. S. DE et al. Estratégias de promoção da saúde na primeira infância: tecendo redes locais. Saúde em Debate, v. 46, p. 45–56, 27 dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/qjQXg69WjCjJsNXKyV4BFQH/#> . Acesso em: 18/10/2023.
- NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- PIANA, M. C. O serviço social na contemporaneidade: demandas e respostas. In: PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf> Acesso em: 23/09/2023
- SCHUTZ, Fernanda. MIOTO, Regina Célia Tamasso. Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. Sociedade em Debate, Pelotas, 16(1): 59-75, jan.-jun./2010. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/337> . Acesso dia 18/10/2023
- SPOSATI, A. Território e gestão de políticas sociais. Serviço Social em Revista, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 05–18, 2013. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/l052O6W43ac8A78E4c81.pdf> . Acesso dia 19/10/2023
- SOUSA, L. P. D., & GUEDES, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década . Estudos Avançados, 30(87), 123-139. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/119119> Acesso dia 19/10/2023

SOUZA, C. A. DE; SANTOS, V. C. POLÍTICA SOCIAL E CAPITALISMO: NEXOS HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS ATUAIS. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, v. 7, n. 2, p. 255–276, 22 set. 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/6689> . Acesso dia 19/10/2023

TÃNO, B. L.; MATSUKURA, T. S. Intersetorialidade e cuidado em saúde mental: experiências dos CAPSij da Região Sudeste do Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/8pjwNXdHx7sn3Hh6bbGVWsk/> . Acesso dia 18/10/2023

WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L.; DA PAZ, R. D. O. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. *Serviço Social & Sociedade*, n. 137, p. 7–13, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DPfFVvJzjDFYSzB9NWWHv7z/#> . Acesso dia 19/10/2023

Wegner W, Pedro ENR. Os múltiplos papéis sociais de mulheres cuidadoras-leigas de crianças hospitalizadas. *Rev Gaucha Enferm* 2010; 31(2):335-342. Acesso dia 24/10/2023

UM DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUNS RESGATES NECESSÁRIOS

Luciana Gonçalves Pereira de Paula¹

Érica Aparecida dos Santos Francisco²

Resumo: Este trabalho apresenta um debate acerca dos Fundamentos do Serviço Social e para isso resgata duas importantes obras: Iamamoto e Carvalho (2014); Netto (2011). A hipótese é a de que há interpretações divergentes em meio a nossa categoria profissional sobre estes Fundamentos. Assim, alguns debates sinalizados são: as diferentes interpretações sobre o que seriam os Fundamentos do Serviço Social e o resgate desses fundamentos nas obras clássicas de nossa área de conhecimento. Este trabalho se realizou a partir de uma revisão bibliográfica e concluiu que a reflexão sobre os Fundamentos do Serviço Social abre a possibilidade de avançar no debate das atribuições e competências profissionais, bem como das requisições institucionais que se apresentam no cotidiano profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Assistente Social; Fundamentos; questão social.

Abstract: This work presents a debate about the Fundamentals of Social Service and for this it rescues two important works: Iamamoto and Carvalho (2014); Netto (2011). The hypothesis is that there are divergent interpretations among our professional category regarding these Fundamentals. Thus, some debates highlighted are: the different interpretations of what the Fundamentals of Social Service would be and the recovery of these fundamentals in the classic works of our area of knowledge. This work was carried out based on a bibliographical review and concluded that reflection on the Fundamentals of Social Service opens up the possibility of advancing the debate on professional duties and competencies, as well as the institutional requirements that arise in everyday professional life.

Keywords: Social Work; Social Worker; Fundamentals; social issues.

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFJF. Doutorado em Serviço Social pela UFRJ. Professora na Faculdade de Serviço Social/UFJF. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). ORCID: [0000-0002-6744-4234](https://orcid.org/0000-0002-6744-4234). E-mail: luggppaula@gmail.com.

² Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Salgado de Oliveira. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutoranda em Serviço Social pela UFJF. Assistente Social da Universidade Federal de Viçosa. Membro do grupo de estudos da Faculdade de Serviço Social/UFOP: Um estudo sobre a relação entre a incorporação dos fundamentos da profissão, o entendimento acerca das competências e atribuições privativas e as formas de resistência às requisições indevidas pelas assistentes sociais mineiras. ORCID: [0009-0001-6772-5503](https://orcid.org/0009-0001-6772-5503). E-mail: erica_dos_santos_jf@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a realizar um debate acerca dos Fundamentos do Serviço Social tomando por base o resgate de duas das mais importantes obras publicadas, em nossa área de conhecimento, sobre essa temática. As obras em questão são: Yamamoto e Carvalho (2014); Netto (2011). A hipótese defendida neste trabalho é a de que, embora pareça existir um grande consenso em torno do entendimento do que sejam os Fundamentos do Serviço Social, na realidade, há interpretações divergentes em meio a nossa categoria profissional. Existem diferentes compreensões em torno dos Fundamentos do Serviço Social e esse tema, apesar de tão relevante para a própria compreensão da gênese e do desenvolvimento de nossa profissão, nos parece muito pouco debatido entre nós, ainda hoje. Isso se comprova com os apontamentos feitos por Teixeira (2019, p. 21), quando diz que

Ao procurar no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a palavra-chave - Fundamentos do Serviço Social, entre os anos de 1996 a 2018, foram disponibilizadas 24 pesquisas. Dessas, 19 dissertações de mestrado e 05 teses de doutorado; das 05 teses identificadas pelo resumo, percebeu-se que 04 abordavam diretamente os Fundamentos do Serviço Social.

Desse modo, nos parece que o parco debate sobre o tema em questão promove uma falsa sensação de que estaria tudo resolvido quando se trata dos Fundamentos do Serviço Social, encobrendo debates importantes que ainda precisamos realizar. Alguns desses debates serão brevemente sinalizados dentro dos limites deste trabalho. São eles: algumas das diferentes interpretações sobre o que seriam os Fundamentos do Serviço Social e o resgate desses fundamentos nas obras clássicas de nossa área de conhecimento.

Portanto, este trabalho se realizou a partir de uma revisão bibliográfica partindo de publicações significativas do campo do Serviço Social que tratam dos fundamentos desta profissão – entre clássicos e interlocutores contemporâneos que dialogam com tais publicações.

DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Como sinalizamos na introdução deste trabalho encontramos atualmente diferentes compreensões em torno do que seriam os Fundamentos do Serviço Social. Aqui, por conta dos limites deste trabalho, iremos apresentar três delas e posteriormente desenvolver aquela que nos parece ser a mais assertiva.

Dentre as três diferentes interpretações que mais encontram-se difundidas em meio a nossa categoria profissional, a primeira a ser destacada refere-se à compreensão dos Fundamentos do Serviço Social como sinônimo do conjunto de disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos (FHTM) do Serviço Social. Estes componentes curriculares, muitas vezes apresentados a partir de uma cronologia histórica da profissão, no conjunto de 04 ou 05 semestres, devem tratar dos Fundamentos do Serviço Social, mas não se confundem com eles. Segundo Teixeira (2019, p. 27), o conjunto de disciplinas de FHTM, geralmente, apresenta a discentes “muito mais a historiografia do Serviço Social do que o significado do Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista”. O autor ainda destaca que esse tipo de organização e concepção de história não coadunam com a perspectiva histórica presente nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996³, ainda que as cronologias sejam didaticamente importantes em determinados momentos do processo de formação (Teixeira, 2019).

Uma segunda interpretação dos Fundamentos do Serviço Social, encontra-se ancorada na compreensão destes enquanto matrizes de pensamento que subsidiam as análises, a formação e a atuação profissional de assistentes sociais. A respeito desta perspectiva encontramos em Yazbek (2018), a afirmação de que os “[...] fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade”. Segundo a autora, realizar análise sobre os Fundamentos do Serviço Social seria perceber a incorporação, pela profissão, de diferentes matrizes fundamentais de conhecimento

³ “A nova proposta curricular apresenta como aspectos centrais: considerar a questão social como foco central da formação profissional; acompanhar os processos que produzem e reproduzem a questão social, ou seja, apreender a dinâmica da vida social sob a ótica da totalidade, identificando suas várias dimensões. Ressalta a necessidade de pesquisar a realidade e a importância de prevenir-se das armadilhas do teorismo, militância e tecnicismo, ou seja, não visualizar os três elementos necessários à formação e à prática profissional de forma isolada, e sim articulada. Propõe organizar os conteúdos na lógica curricular em três núcleos de fundamentação: sobre o ser social, sobre a realidade brasileira e sobre o trabalho profissional” (BRAVO, 2009, p. 697).

do social na sociedade burguesa. Entre essas matrizes, a autora elenca: o pensamento doutrinário; o pensamento conservador; a matriz positivista; o pragmatismo; o estruturalismo; a matriz marxista; a fenomenologia; o pensamento pós-moderno. Nesse sentido, na atualidade, os Fundamentos do Serviço Social se expressariam na abordagem histórico-crítica fundada na teoria social marxiana (Yazbek, 2018).

A terceira interpretação a ser abordada neste trabalho, e aquela que nos parece de fato assentada na perspectiva marxiana, refere-se à compreensão dos Fundamentos do Serviço Social enquanto elementos que fundam esta profissão e, ainda hoje, a tornam necessária. Neste sentido, estamos tratando dos Fundamentos do Serviço Social como fenômenos sócio-históricos, inscritos na realidade concreta, que se desenvolvem e provocam a necessidade de um fazer profissional como o realizado por assistentes sociais. Assim sendo, a única matriz teórica capaz de captar e desvelar esses fundamentos é a marxista.

Portanto, compreender os Fundamentos do Serviço Social significa captar o significado social da profissão, inscrita na divisão social, racial, sexual e técnica do trabalho (Ecurra; Iamamoto, 2020). Para isso, faz-se necessário compreender que as bases de fundamentação do Serviço Social são constituídas por determinações econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas, contituídas na dinâmica concreta da vida social.

Em se tratando do Serviço Social no Brasil é preciso buscar a leitura dos Fundamentos do Serviço Social à luz da matriz teórico-metodológica marxiana, no bojo da particularidade da sociedade capitalista brasileira. E quem inaugura essa análise, em 1982, é Iamamoto em parceria de Carvalho (2014). Os autores, ancorados na perspectiva marxiana, apresentam a compreensão do significado da profissão inscrita no processo de reprodução das relações sociais capitalistas como um tipo de especialização do trabalho coletivo partícipe da divisão social e técnica do trabalho. Buscam desvendar as múltiplas determinações que provocam o surgimento do Serviço Social na sociedade capitalista, no contexto brasileiro, bem como o caráter contraditório do trabalho profissional, ultrapassando a compreensão endógena do Serviço Social voltada para uma análise de seus fundamentos a partir de si mesmo.

Em Iamamoto e Carvalho (2014) encontramos, pela primeira vez, a “questão social” como elemento fundante do Serviço Social. Desse modo, o Serviço Social se institucionaliza e se legitima como uma profissão no processo de desenvolvimento da industrialização e expansão urbana no Brasil - no contexto de constituição da classe trabalhadora e da burguesia

industrial - enquanto um dos recursos acionados pelo Estado e pelo empresariado, com apoio da Igreja católica para o enfrentamento da “questão social”, que se revela como a base de justificação da profissão (Iamamoto; Carvalho, 2014).

A questão social se refere ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Têm sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de suas necessidades vitais (Iamamoto, 2001, p. 16-17).

O adensamento deste debate se faz posteriormente com Netto (2011), por meio das análises que nos revelam que o surgimento do Serviço Social se deu por conta da constituição de um tratamento diferenciado dado às expressões da “questão social” em um determinado momento histórico preciso: a conformação do capitalismo monopolista. Segundo Netto (2001), nos diferentes estágios da ordem capitalista, a “questão social” é produzida compulsoriamente em diversas manifestações. A sua estrutura medular é determinada pela relação capital/trabalho, pelos componentes sociais, políticos, culturais e econômicos constituintes do modo de produção capitalista. O caráter explorador da ordem capitalista é a sua razão de ser e ela opera a partir das contradições e antagonismos que a constituem.

Netto (2001) considera que a “questão social” é indissociável das particularidades nacionais, culturais, geopolíticas, pois são determinantes que a concretiza, além disso, está atrelada a elementos de classe, gênero, etnia, geracionais, que fazem parte da formação sócio-histórica, portanto, não podem ser desconsideradas.

Dessa forma, em nosso entendimento, encontramos em Iamamoto e Carvalho (2014) e Netto (2011) elementos imprescindíveis para o debate e para a compreensão dos Fundamentos do Serviço Social assentados na perspectiva marxiana. Por isso, algumas breves considerações acerca destas obras serão apresentadas no próximo item deste trabalho.

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NAS ANÁLISES DE IAMAMOTO E NETTO

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), a reprodução das relações sociais não se limita à reprodução da força viva de trabalho e dos meios substanciais de produção; também engloba o processo de trabalho como um todo e a reprodução material de forma ampliada, envolvendo a produção, o consumo, a troca, a circulação e distribuição das mercadorias. Diz respeito à reprodução das relações sociais em sua totalidade no processo social, ou seja, abarcando a reprodução espiritual, as formas de consciência social pelas quais os sujeitos expressam o seu modo de viver no cotidiano, como por exemplo, nos espaços de lazer, na família, no ambiente religioso, ou político, ou escolar, ou profissional etc.

Desse modo, os autores procuram situar o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais para desvendar os elementos substanciais que trazem implicações sociais e políticas ao exercício profissional de assistentes sociais considerando dois ângulos indissociáveis que se relacionam numa unidade contraditória. O primeiro ângulo diz respeito a realidade vivida e representada na e pela consciência de seus profissionais, que se apresenta no discurso teórico-ideológico acerca do exercício profissional. O segundo refere-se ao exercício profissional em si, enquanto uma atividade determinada pelas condições concretas. A unidade contraditória entre esses ângulos mencionados podem levar a “uma defasagem entre as condições e efeitos sociais objetivos da profissão e as representações que legitimam esse fazer” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 80).

Iamamoto e Carvalho (2014) destacam que as condições que peculiarizam o exercício profissional de assistentes sociais se processam na dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade capitalista em determinados cenários históricos. O exercício profissional de assistentes sociais é, portanto, polarizado pelos interesses distintos das classes sociais antagônicas na sociedade capitalista. Isso significa afirmar que assistentes sociais reproduzem interesses contrapostos ao realizar qualquer atividade em seu cotidiano profissional. Assim, respondem tanto às requisições da classe dominante, quanto às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora por meio de qualquer ação que venham a desenvolver. Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 81), a/o profissional “[...] só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto”, pois participa de mecanismos de dominação e exploração ao mesmo tempo em que responde às demandas da classe trabalhadora no movimento do antagonismo posto entre as classes sociais.

A razão de ser desta profissão, portanto, é dada pela contribuição que oferece no jogo da luta de classes na sociabilidade do capital, o que revela o caráter ideológico do seu significado social. Do ponto de vista das requisições da classe dominante, o Serviço Social contribui com o controle político-ideológico e/ou repressivo principalmente por meio do aparato burocrático do Estado, facilitando a criação de mecanismos ideológicos favoráveis a manutenção das relações sociais capitalistas, no sentido de camuflar as tensões que lhe são próprias, como se fossem relações harmônicas e passíveis a uma conciliação.

No entanto, pode também atender às demandas da classe trabalhadora para além do que lhe é imediatamente solicitado. O Serviço Social tem o papel de contribuir na luta de classes por meio da capacidade intelectual de seus agentes, os quais podem utilizar seus conhecimentos para imprimir uma direção social e cultural à sua ação para favorecer a criação de condições de mobilização e de organização política dessa classe, visando contribuir para construção de um novo tipo de sociedade.

Isso significa tomar a “questão social” de fato como fruto de uma contradição posta, que sendo o conjunto das desigualdades engendradas pelo modo de produção capitalista revela também a potencialidade da resistência e da rebeldia da classe trabalhadora. Portanto, assistentes sociais devem buscar construir suas ações não somente para amenizar/minimizar as condições de pobreza e miséria da classe trabalhadora, mas, especialmente, para dar voz a estes segmentos desfavorecidos, para legitimar a sua inconformidade, para identificar seus focos de resistência, para estimular a conformação de consciência crítica, para potencializar a organização e a luta dos trabalhadores.

Em se tratando da “questão social” como Fundamento do Serviço Social, Netto (2001) explicita que esta expressão, ganhou notoriedade na segunda metade do século XIX, passando a ser usada pelo pensamento conservador, na intenção de naturalizar as desigualdades sociais, tornando-as alvo de ações de caráter reformista e moralizador. A intenção era evitar a compreensão de que sua determinação se assentava no modo de produção capitalista, na contradição entre capital/trabalho. O autor sinaliza que a expressão “questão social” surgiu

[...] para dar conta do fenômeno mais evidente [da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização [...] massiva da população trabalhadora constituiu o

aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial [...] (Netto, 2001, p. 42).

Segundo Iamamoto (2001) a “questão social” precisa ser analisada como parte constitutiva das relações capitalistas, ou seja, é indissociável do processo de acumulação de capital e dos impactos que este provoca na classe trabalhadora. É regulada historicamente por meio do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, sua produção/reprodução se dá no marco histórico de uma sociedade historicamente particular, expressando suas especificidades, como também as formas de seu enfrentamento pela classe trabalhadora.

Segundo Marx (2013) lei da acumulação capitalista se configura na órbita do capital e com isso tem-se o avanço dos meios de produção e do desenvolvimento da produtividade do trabalho social, que é mais acelerado que a parcela de trabalhadores produtivos. Com o incremento tecnológico e científico no processo de produção, por parte dos empresários capitalistas, os trabalhadores acabam produzindo mais em menor tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Esse processo advém do interesse dos empresários capitalistas em extrair uma quantidade cada vez maior de trabalho de uma parcela cada vez menor de trabalhadores. Além disso, amplia-se a jornada de trabalho e as formas de intensificação da exploração do trabalho (Iamamoto, 2001).

Esse quadro contribui tanto na produção das formas de mais-valor quanto na produção de uma população relativamente supérflua para o regime de acumulação do capital. A população de trabalhadores sempre amplia mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego na dinâmica de valorização do capital. Logo, “gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (Iamamoto, 2001, p. 15).

Conforme Iamamoto (2001), a “questão social” deve ser apreendida numa relação indissociável entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social pela qual é realizada. Desconsiderar essa relação leva a uma compreensão conservadora da mesma. Portanto, é preciso considerar a relação entre trabalho e “questão social” na historicidade das relações sociais do modo de produção capitalista.

Na sociedade capitalista, o “trabalhador livre” depende da venda de sua força de trabalho em troca de um salário quando é determinado pelos empresários capitalistas, ou seja,

precisa de encontrar espaço no mercado de trabalho. Aqui, tem-se “[...] a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade - enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção [...]”, assim, ele é “[...] excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência” (Iamamoto, 2001, p.16).

Iamamoto (2001) destaca que o pauperismo não deve ser compreendido apenas como resultado da distribuição de renda, mas se refere à própria produção no âmbito das relações entre as classes - a distribuição dos meios de produção - tendo impacto na vida concreta dos sujeitos sociais, os quais apresentam necessidades de aspecto material, espiritual, cultural, intelectual e moral, atingindo a totalidade da vida.

Nesse sentido, a “questão social” está inscrita na dinamicidade das relações sociais capitalistas e se reformula sob outros elementos e condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na órbita do capital. As expressões da “questão social” se modificam em razão das configurações das transformações societárias, da política, da cultura, das particularidades territoriais, dos aspectos étnico-raciais, das relações de gênero, das disputas ambientais e das lutas sociais, que lhe atribuem uma redefinição. Tais expressões alteram-se, mas sem extinguir sua natureza no processo de exploração do trabalho e nas respostas do Estado sob égide capitalista, fazendo com que o Serviço Social permaneça necessário.

Encontram-se, portanto em Iamamoto e Carvalho (2014) as primeiras formulações ancoradas em uma perspectiva marxiana, sobre os Fundamentos do Serviço Social. Mas, essas formulações foram sendo adensadas ao longo do tempo e temos em Netto (2011) importantes reflexões sobre o tema.

De acordo com Netto (2011), o momento designado de capitalismo monopolista foi responsável por uma significativa redefinição das funções do Estado, provocando a constituição de um processo de construção e legitimação políticas sociais. Esse processo ocorreu através de uma dinâmica democrática que foi mundialmente tensionada a, por um lado contemplar algumas demandas dos trabalhadores, e por outro, favorecer os interesses de maximização dos lucros do capital.

Nestas condições, as demandas da população e dos trabalhadores passam a ser parcialmente atendidas e refuncionalizadas para dinamizar os superlucros da ordem

monopólica. Esse processo foi tensionado por conflitos e contradições em escala global. A necessidade de legitimação do Estado encontrou saída na consolidação de políticas voltadas a classe trabalhadora, num jogo das forças políticas. Por meio dessas condições as expressões da “questão social” passaram a ser objeto de intervenção por parte do Estado, sendo foco das políticas sociais (Netto, 2011). Assim, Netto (2011) afirma que a origem do Serviço Social deve ser compreendida nesse período monopolista do capital, especificamente, quando as expressões da “questão social” se expandem e o Estado passa a intervir enquanto instrumento de controle da mesma, possibilitando alavancar o modo de produção capitalista.

Para o autor, a profissão surge vinculada a ordem monopólica, tendo esse momento histórico como seu fundamento. Assim, o Serviço Social torna-se necessário mediante aos fatores sócio-históricos que estão postos na realidade. Nesse processo de legitimação e profissionalização da categoria, seus agentes são chamados a atuarem frente às expressões da “questão social” e na execução das políticas sociais na esfera do Estado.

Netto (2011) salienta que só é possível pensar em política social pública na sociedade burguesa a partir do surgimento do capitalismo monopolista. A funcionalidade da política social é fruto das lutas de classes. E essa funcionalidade se constitui de forma fragmentada, expressando em diversas políticas sociais o controle da força de trabalho, por meio da regulamentação das relações entre capitalistas/trabalhadores.

As políticas sociais são implementadas como respostas institucionalizadas frente às expressões da “questão social”, que são recortadas como problemáticas sociais, como o desemprego, a fome, a falta de habitação, a ausência de escola, o não acesso aos serviços de saúde etc., para assegurar o funcionamento da ordem monopólica. É no âmbito político que as políticas sociais são operacionalizadas, enquanto instrumentos de apoio à ordem sócio-política, oferecendo “[...] um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como ‘social’, como mediador de interesses conflitantes” (Netto, 2011, p. 31).

Portanto, as bases de fundação da profissão estão atreladas aos processos sócio-históricos que estão postos na realidade. Conforme Netto (2011, p. 73-74), o Serviço Social se funda “[...] indivorciável da ordem monopólica”, pois os profissionais passaram a ser chamados para a operacionalização das políticas sociais, e a profissão encontrou sua funcionalidade na divisão social e técnica do trabalho. Assim, o processo de profissionalização do Serviço Social não está relacionado à “evolução da ajuda ou da caridade”, nem à “racionalização da

filantropia”, mas refere-se à inserção do profissional de Serviço Social no mercado de trabalho em uma sociedade regida pela lógica do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre os Fundamentos do Serviço Social, mediante as reflexões anteriormente sinalizadas neste trabalho, nos parece imprescindível para a compreensão do significado social desta profissão na atualidade. Portanto, estudar os Fundamentos do Serviço Social não significa apenas visitar o seu passado ou conhecer a sua história; nem tão pouco elencar as matrizes de pensamento que já serviram a assistentes sociais na busca pela compreensão da realidade social. O estudo sobre os Fundamentos do Serviço Social deve nos levar para a apreensão do significado social do nosso fazer profissional. E este, por sua vez, deve ser analisado no processo de reprodução das relações sociais considerando as especificidades das condições e relações de trabalho nos distintos espaços institucionais, os quais estabelecem requisições ao exercício profissional de assistentes sociais.

Os empregadores, em grande parte, detêm os meios, instrumentos de trabalho; recurso humanos e financeiros; definem as necessidades sociais que devem ser respondidas por assistentes sociais; estipulam o conteúdo sobre o qual incide esse trabalho; recortam as expressões da “questão social”; determinam as condições de operacionalização das ações; definem os índices e metas de produtividade; estabelecem a intensidade do trabalho; e impõem as exigências trabalhistas. Assim, é nesta condição de trabalhador assalariado que assistentes sociais se vinculam ao conjunto da classe trabalhadora (Iamamoto, 2011).

A condição de assalariamento é uma determinação importante para analisar o significado social do Serviço Social na sociedade capitalista, pois localiza assistentes sociais como trabalhadores que precisam vender a sua força de trabalho ao empregador em troca do salário, que é necessário para sua sobrevivência. Essa condição de assalariamento é regulamentada por um contrato de trabalho, que vai se desdobrar em uma série de condições alienantes próprias do modo de produção capitalista e de seu processo de reprodução. Atesta, portanto, o exercício profissional de assistentes sociais inscrito no reino do valor na sociedade do capital, perpassado pelas mesmas condições, relações de trabalho e dilemas - com suas particularidades - que afetam o conjunto de trabalhadores (Iamamoto, 2011).

É neste contexto de tensões e contradições marcadas pelas condições e relações de trabalho que se situa a relativa autonomia na condução do exercício profissional de assistentes sociais. Essa relativa autonomia é tensionada pelos empregadores com relação às funções e atribuições, às requisições, ao contrato de trabalho, às regulamentações referentes à organização do trabalho, à padronização das políticas sociais, ao incremento tecnológico, entre outras. Dessa forma, os empregadores impõem as condições que interferem na operacionalização da ação, como também “[...] condicionam a possibilidade de resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos” (Iamamoto, 2011, p. 219).

Por outro lado, a relativa autonomia apresenta a possibilidade de expressar uma direção social ao exercício profissional. A forma de construir o seu trabalho e modo de conduzi-lo decorrem da relativa autonomia que assistentes sociais dispõem, sendo estes corresponsáveis pelos rumos de suas atividades. Isso significa que, assistentes sociais podem se restringir ao atendimento das requisições do empregador ou buscar ir além e propor a construção de estratégias e táticas em uma direção alternativa àquela estabelecida pela lógica dominante em nossa sociedade. Mas, este movimento requer esforços de aproximação junto à nossa categoria profissional, ao projeto ético-político ainda hegemônico no Serviço Social e com outros possíveis parceiros, como profissionais de outras áreas e movimentos sociais ou populares.

Desse modo, a reflexão sobre os Fundamentos do Serviço Social nos leva a compreensão de nossa condição assalariada e, portanto, à percepção dos limites postos à nossa atuação profissional como partícipe na divisão social, sexual, racial e técnica do trabalho. Resgatar a leitura dos Fundamentos do Serviço Social por meio da tradição marxista incorpora avanços tanto do ponto de vista da compreensão da profissão em sua processualidade histórica, quanto em sua interpretação na atualidade, considerando a articulação dos nexos causais dados na sociabilidade do capital. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de avançar no debate das atribuições e competências profissionais calcadas nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a partir do conhecimento e enfrentamento das requisições institucionais que se apresentam no cotidiano profissional no tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAVO, M. I. S. **O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro.** In: Serviço Social e Sociedade, nº 100. São Paulo: Cortez, 2009.

ESCURRA, M. F e IAMAMOTO. M. V. *Serviço Social e trabalho da (o) assistente social: revisitando o debate histórico-critico.* In: MELO, A, I, S. C; CARDOSO, I. C. e FORTI, L; V. (Orgs) Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social: desafios e utopias. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo.** In: Revista Temporalis, Brasília, n. 3, p. 9- 32, jan./jun. 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. CELATS, São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo. Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8 ed. Cortez Editora, São Paulo: 2011.

_____. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”.** In: Revista Temporalis, Brasília, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

TEIXEIRA. R. J. **Fundamentos do Serviço Social:** uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, 2019.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social.** In: GUERRA, et al. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas-SP, Papel Social, 2018.

A “QUESTÃO SOCIAL” EM MARX ENQUANTO CATEGORIA E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

João Paulo Galhardo Brum

Resumo: O presente trabalho busca debater a utilização do termo “questão social” enquanto categoria válida para o debate marxista a partir da obra do próprio Karl Marx. Utilizando textos fundamentais para o Serviço Social, a partir de dois dos seus principais autores, José Paulo Netto e Marilda Iamamoto, tentamos esclarecer se “questão social” é uma categoria por si só ou se houve algum tipo de adaptação do termo nos moldes do Serviço Social. Para isso, o artigo de Elcemir Paço-Cunha se mostrou fundamental ao delimitar os limites da aplicação desse termo a partir da análise imanente da obra de Marx.

Palavras-chave: Marx; Questão Social; Serviço Social

Abstract: This paper aims to debate the usage of the term "social question" as a valid category for Marxist discourse based on Karl Marx's own work. By employing foundational texts in Social Service, authored by two of its main proponents, José Paulo Netto and Marilda Iamamoto, we seek to clarify whether "social question" stands as a category on its own or if there has been some sort of adaptation of the term within the framework of Social Service. To achieve this, Elcemir Paço-Cunha's article proves essential in delineating the boundaries of applying this term through an immanent analysis of Marx's work.

Keywords: Marx; Social Question; Social Service * Psicólogo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestrando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela UFJF. E-mail: jpgbrum@gmail.com

INTRODUÇÃO

A "questão social" talvez seja o principal pilar de sustentação do Serviço Social. Sua penetração no vocabulário dessa profissão é contundente e histórica. O papel do assistente social, tendo em vista a desigualdade social, aliada à exploração do trabalho e às condições alienantes características da sociedade capitalista, é fundamental para um vislumbre de um outro futuro possível. Seu papel é essencial ao possibilitar o aumento das possibilidades de se alcançar uma vida mais digna e verdadeiramente livre. A divisão social do trabalho e o modo de produção privado são fontes inegáveis de cerceamento da liberdade humana. Marx, ao caracterizar a subjetividade engendrada pelo modo de produção capitalista, afirma:

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. (...) O trabalho estranhado faz, por conseguinte: 3) do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana. 4) uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo

[próprio] homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana. (MARX, 2010, p.84-6)

O desmonte recente de conquistas sociais advindas de lutas históricas da classe trabalhadora é parte de um grave processo de aprofundamento da “questão social”. A ofensiva neoliberal, especialmente no Brasil, a favor da reprodução desenfreada do capital resulta em trágicas consequências para os trabalhadores. Tal realidade parece esgotar as possibilidades de mudança e de esperança. Compreender melhor as determinações da existência, porém, contribui para a mudança da própria realidade. A relação do serviço social e do marxismo com o conceito de “questão social” é uma dessas complexidades teóricas que abrangem a realidade, na qual seu desdobramento pode ajudar a alcançar uma melhor compreensão da práxis dessa profissão. Como descrito por lamamoto:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais(...)*. (2001, p.16-17)

José Paulo Netto (2001) defende que a questão social está inexoravelmente conectada à razão de existência do Serviço Social enquanto profissão e campo do saber: “sua *raison d’être* tem sido a “questão social” - sem ela, não há sentido para esta profissão” (p.49). O autor argumenta, ainda, que “na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a questão social é ponto saliente; incontornável e praticamente consensual” (p.41). Tal “questão social”, entretanto, é razão de disputa e debates dentro e fora do Serviço Social. Suas diferentes definições e histórias de origem complexificam e questionam essa aparência de consenso. Uma evidência de que o tratamento da “questão social” a partir dos textos de Marx não é consenso é a afirmação de Marilda lamamoto de que “a expressão “questão social” é estranha ao universo marxiano” (2001, p.11). Enquanto isso, na mesma publicação, Netto afirma que, em O Capital, “a

análise marxiana da "lei geral da acumulação capitalista", contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867 revela a anatomia da questão social" (2001, p.45).

A interlocução desse debate com o texto de Elcemir Paço Cunha "Contribuição ao debate da questão social em Marx", de 2014, pode fornecer pistas importantes sobre a consolidação ou não desse suposto consenso da "questão social" como razão de ser do Serviço Social e sua presença nos textos fundamentais de Marx. Isso se justifica, pois como colocado por Paço Cunha: "O problema a ser determinado é: a questão social se confirma ou não como uma categoria econômica, uma abstração razoável, semelhante às demais categorias como "formas de ser, determinações da existência"?" (2014, p. 38).

As análises de Netto e de Yamamoto sobre a "questão social" são pontos incontornáveis de tal debate. Suas contribuições dadas no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, realizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social em 2001, são, até hoje, referenciadas como pontos fundamentais de estudo sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO

Yamamoto inicia sua exposição no evento, a partir do tema "A Questão Social no Capitalismo", traçando um histórico do uso do termo "questão social" e as diversas metamorfoses que o mesmo sofreu, até chegar no centro do debate marxista. Apesar disso, a autora argumenta que Marx não usou diretamente o termo, mas que "os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista." (p.11). Isso se justifica, segundo a autora, pois no capitalismo surge o "trabalhador livre", que por não possuir nada além da sua força de trabalho, só se torna cidadão a partir do emprego, que nada mais é do que a venda dessa sua força de trabalho.

A existência do *trabalhador livre* - a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade - enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção, torna o indivíduo que trabalha um *pobre virtual*. *Pobre enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade*

¹ "as categorias expressam formas de ser, determinações de existência" (MARX, 2011, p.85)

de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência. Como a capacidade de trabalho é mera potência, o indivíduo só pode realizá-la se encontra lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos empresários capitalistas. Assim a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores. (IAMAMOTO, 2001, p.17).

Tal processo se dá pela distribuição dos meios de produção, que é desigual, gerando uma relação de proprietário e não-proprietário. O *pobre*, portanto, seria esse ser sem propriedade, dotado apenas da sua força de trabalho para venda, refém do meio social no qual está inserido. A propriedade privada entra aí, então, como principal motor da desigualdade social na sociedade capitalista.

No segundo momento de sua exposição, lamamoto trata da questão social na contemporaneidade, elencando quatro pontos principais que caracterizam novas faces do capitalismo. O primeiro diz respeito ao pagamento da dívida externa dos países como justificativa de orçamento limitado para investimento em políticas públicas. O segundo ponto trata das transformações do trabalho e da flexibilização de leis trabalhistas. O terceiro diz respeito à ofensiva neoliberal e a consequente redução do papel do estado na vida pública. E o último ponto detalha a invasão da lógica de mercado na esfera social, onde se compara o Estado com empresas privadas. O que se vê, então, é uma redução do papel do Estado e uma dominação do mercado privado, agravando ainda mais a lógica da propriedade privada e suas consequências nefastas.

O terceiro e último ponto diz respeito às estratégias de combate da questão social. Segundo o raciocínio da autora, caberia ao estado combater as desigualdades engendradas pelo capital privado, investindo em políticas públicas que combatam esses retrocessos contemporâneos. No Brasil, seria importante apostar na Constituição Federativa de 1988, fazendo valer seus princípios de universalidade e democracia. Além disso, "reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais." (p.23). Mais uma vez, a questão central do debate de lamamoto é a contraposição da questão social e o papel do Estado em mitigar suas consequentes mazelas. Assim, o embate público versus privado é o principal tema

debatido, com uma defesa do Estado como agente de melhorias sociais e garantidor da qualidade de vida da população.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas- de abrangência universal - no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento dos direitos sociais. Esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera do direito público para o direito privado ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos, que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida a suas dimensões civil e política, e rodando a cidadania social. Transfere-se para distintos segmentos da sociedade civil significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2001, p.25)

Já José Paulo Netto, na conferência intitulada “Cinco notas a propósito da “Questão Social”, começa o debate afirmando categoricamente a conexão ineliminável do Serviço Social com a “questão social”. Ao propor uma definição da mesma, alerta sobre suas diferentes compreensões. Mas, como indicado pelo título, a partir de cinco pontos o autor tenta fazer esse esforço de definição.

Assim como Iamamoto, Netto faz um pequeno resgate histórico, conectando o termo com o fenômeno do pauperismo, onde a pobreza, a partir do início da industrialização, "crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas" (p.42). A designação de “questão social”, portanto, teria surgido como consequência dos desdobramentos sócio-políticos das lutas sociais despertadas pelo pauperismo. “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”(p.43).

No segundo momento, Netto argumenta que a “questão social” passou a ser um termo usado com teor conservador, a partir da segunda metade do século XIX. Isso se deu devido ao fato de que passou-se a utilizar o termo a fim de justificar reformas sociais que atendessem aos interesses da classe burguesa, sem alterar de fato o monopólio privado dos modos de produção:

Mais precisamente, o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos

fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar. (NETTO, 2001, p.44)

Por isso, segundo o autor, o uso das aspas ao se referir ao termo se faz necessário, já que o pensamento revolucionário, a partir daí, identifica tal conceito com o pensamento conservador. No terceiro ponto de sua argumentação, Netto indica o momento em que Marx passou a compreender de forma mais abrangente o fenômeno da “questão social”:

É apenas com a publicação, em 1867, do primeiro volume d'O Capital, que a razão teórica acedeu à compreensão do complexo de causalidades da “questão social”. Somente com o conhecimento rigoroso do “processo de produção do capital” Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo. (2001, p.45).

Dessa forma, o autor vincula a obra madura de Marx à compreensão e explicação da “questão social”, principalmente em O Capital, mais especificamente no vigésimo terceiro capítulo do livro. Tal conexão se dá pela análise da exploração, fruto da relação capital/trabalho. O que diferenciaria a “questão social” de outras formas de desigualdade precedentes ao capitalismo seria que nesse modo de produção “a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica - bem ao contrário! - redução da produção de riquezas” (NETTO, 2001, p.46). Assim:

A “questão social”, portanto, nessa perspectiva teórico analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. (p.46).

No quarto ponto, Netto traça uma linha histórica que vai das revoluções do século XIX, passando pela entrada no século XX e suas guerras, pelo welfare state pós guerra, que gerou uma ilusão de que era possível um bem estar social no capitalismo, até à investida neoliberal que rompeu com as amarras de aparente coesão social. A partir dos anos 80, descobre-se uma “nova questão social”, que é apenas, segundo o autor, a velha questão com uma nova roupagem. Não se trata de novas questões, mas apenas o recrudescimento de avanços falsos que provam a impossibilidade de reformas dentro do capitalismo.

No quinto e último ponto, reforça-se a importância da dissolução do capitalismo como forma única de combate à “questão social”: “A possível derrota do capital, em condições tais em que se suprima a escassez, determinará a superação da ‘questão social’” (p.49). Além disso, o autor faz referência à existência do Serviço Social, conectando-a à existência do próprio capitalismo e da “questão social”:

A segunda indicação refere-se ao Serviço Social: sua *raison d'être* tem sido a “questão social”, sem ela, não há sentido para esta profissão. Mas até a sua resolução na supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para a profissão. O objetivo histórico da sua superação passa, ainda e necessariamente, pelo desenvolvimento das suas potencialidades. Ainda está longe o futuro em que esta profissão vai se esgotar, pelo próprio exaurimento do seu objeto. (p.49).

Elcemir Paço Cunha, em seu texto “Contribuição ao debate da *questão social* em Marx” (2014), tenta elucidar as conexões existentes do termo com o pensamento e, mais importante, com os textos de Marx. O que Paço-Cunha (2014) faz é buscar no próprio Marx o uso do termo “questão social” enquanto categoria, partindo do argumento de que o debate no Serviço Social não avança no solo marxiano a fim de nele encontrar as respostas para tal questão, “já que nenhuma dessas principais formas de tratamento da “questão” ancora diretamente tais conteúdos a partir de Marx” (2014, p.19). O que se faz é extrair do todo marxiano, principalmente de *O Capital*, o conceito abstrato de “questão social”. Além disso, as tentativas de definir a questão social acabam, muitas vezes, tendo um caráter vago, muito abrangente. Afinal, ao que se refere, na maioria das vezes, é ao efeito e aos desdobramentos da questão social, ou ao tipo geral de sociabilidade surgida no capitalismo. Tanto nas definições de Netto (2001) como nas de Iamamoto (2001), o que se tem é uma “equivalência a problemas sociais gerais engendrados pela contradição fundamental, no caso, a produção socializada mas de apropriação privada.” (PAÇO-CUNHA, 2014, p.19).

Porém, se o próprio Marx utilizou raras vezes o termo, e construiu a partir da categoria do pauperismo uma verdadeira edificação teórica, é questionável se a escolha e a insistência na “questão social” ainda é relevante ao se debater o autor. O fato da questão social não ser uma categoria marxiana não impede que ela seja uma categoria do serviço social, mas conectar o pensamento do Serviço Social com o pensamento de Marx através da questão social pode ser um equívoco. Paço-Cunha (2014) demonstra que o próprio capítulo XXIII d’*O Capital* não utiliza o

termo “questão social” nenhuma vez, apesar da afirmação de Netto de que tal capítulo teria como centro teórico tal questão. Além disso, categorias como pauperismo teriam uma relevância e uma presença maior nos textos marxianos, se constituindo como verdadeiros edifícios teóricos de fácil identificação e determinação a partir de Marx.

O trabalho de Paço-Cunha (2014) também demonstra que a utilização do termo “questão social” em Marx se deu mais em cartas e trocas intelectuais entre correspondentes diversos, estando presente em debates mais “informais”, e não nos textos principais de Marx. Isso indica que o próprio autor alemão conhecia mas evitava a utilização do termo nas suas construções teóricas formais. Ou seja, o termo não era estranho ao universo Marxiano, mas também não ocupava lugar central ou até mesmo secundário em suas elaborações. Esse debate se torna relevante para o Serviço Social pois:

Se o problema aqui em pauta, entretanto, fosse algo secundário, algo que não servisse de centro gravitacional ao Serviço Social ou que não tivesse recuperado as ideias de Marx de uma alegada crise, talvez não fosse tão grave o problema de não haver uma grafia sequer de “questão social” nos textos de Marx indicados antes, nem mesmo no capítulo supostamente dedicado à anatomia da “questão social”. Como uma categoria central, sua presença e desenvolvimento não poderiam ser substituídos por meros termos correlatos e, além do mais, nunca foi feito de Marx pecar pela falta de rigor em categorias tão centrais. Não parece ser prudente para a precisão de uma compreensão teórica fazer concessões às translações terminológicas, ainda mais em se tratando de *abstrações reais, categorias por meio das quais se reproduz no pensamento a processualidade efetiva das coisas*. (PAÇO-CUNHA, 2014, p.22)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, é possível se aproximar de uma resposta ao questionamento da confirmação ou não da questão social como categoria, já que as evidências trazidas pelo autor em seu texto de 2014:

(...) deixem entrever a possibilidade de ser a questão social uma elaboração conceitual de peso político e amalgamadora de inúmeros elementos, mas que não expressa relações reais em si como categoria, que não se confirma como “expressão teórica, abstração das relações sociais de produção” (...) (p.38)

O texto de Paço-Cunha não ambiciona resolver todos esses problemas, apenas aponta que o rigor de Marx e o rigor em relação a Marx dificulta definir de forma clara a importância da “questão social” para o autor de O Capital. Marx chega a afirmar em uma carta que toda questão humana é uma questão social, preferindo, por isso, muitas vezes, utilizar a questão nacional ou a questão operária. Além disso, categorias claras como mais-valor; pauperismo; relação capital-trabalho; processo de trabalho, dentre outras, são muito mais presentes e melhor trabalhadas na obra do autor.

O arremate final, talvez, seja a compreensão da relação entre a propriedade e a sociedade burguesa. O texto de Yamamoto, por exemplo, revolve em torno do papel do Estado como provedor das possibilidades de redução dos efeitos cruéis da “questão social”, sempre argumentando que a lógica privada invadiu as relações sociais, agravando a “questão social”. Sobre isso, é possível argumentar, portanto que:

(...) a questão social é expressão da questão da propriedade mais ao fundo, cujo significado histórico-mundial realiza-se na moderna sociedade burguesa. Quanto mais avança economicamente a burguesia num país - relações materiais efetivas -, e também seu domínio político - sua forma política correspondente -, mais claramente a questão social se impõe. Desigualdade social e pauperismo são expressões, não da questão social, mas da questão da propriedade, uma vez que todas as questões são sociais. (PAÇO-CUNHA, 2014, p.43).

E ainda:

(...) vemos que tal categoria (*questão social*) não ocupa o lugar central da analítica, pois o que a curva de fato, o que tem suficiente articulação na estrutura do pensamento, é a *propriedade* como relação social de produção que marca a forma particular da sociedade burguesa e fornece conteúdo à (variada) forma política dessa relação, o que, no conjunto, engendra a desigualdade social e o pauperismo, cuja solução só pode ser encontrada na abolição das relações sociais burguesas pela luta de classes como produto de um movimento histórico determinado. O que parece expressar melhor essa luta entre burguesia e trabalhadores é a *questão da propriedade*, algo muito próximo aos textos marxianos mais centrais, como o *Manifesto*, *A miséria da filosofia* ou mesmo *O capital*. Fica indicado, portanto, quão problemático é o caráter categorial da *questão social* na medida em que, mais uma vez, todas as questões entre os homens são sociais. Deste ângulo, *pauperismo* é uma categoria muito mais concreta e dispensa equivalências conceituais complicadoras. (p.44).

Talvez seja importante, então, que o Serviço Social inicie essa nova década retomando as bases marxianas para a discussão da propriedade privadas e do pauperismo, fundando novos paradigmas para o debate sobre as consequências do capitalismo. Com isso, não se abandona a

“questão social”, mas cria-se um novo rumo de discussão a partir da redescoberta de Marx de categorias que talvez expliquem de forma mais clara a realidade da vida presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**. In: Temporalis, Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001, p. 09-32.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2010.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Boitempo Editorial, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. In: Temporalis, Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001, p. 41-50.

PAÇO-CUNHA, Elcemir . **Contribuição ao debate da questão social em Marx**. In: CARINA BERTA MOLJO; CLÁUDIA MÓNICA DOS SANTOS. (Org.). Serviço Social e Questão Social: Implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora. 1ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014, v. , p. 15-58

SERVIÇO SOCIAL: CONSERVADORISMO, QUESTÃO SOCIAL E A ATUALIDADE DA TESE DO SINCRETISMO

Isabella da Paixão Alves¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo tratar da tese da estrutura sincrética do Serviço Social apresentada pelo professor José Paulo Netto em 1992 em seu livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. Para trabalhar esse tema, primeiramente, propõe-se uma breve discussão sobre as tendências teóricas contemporâneas no Serviço Social para que se compreenda a atualidade da tese do sincretismo. O destaque na análise diz respeito às influências positivistas e conservadoras presentes na prática profissional que podem contribuir na reprodução intelectual do sincretismo. A matriz crítico dialética se firma como direção hegemônica da profissão e sua produção de conhecimento nas últimas décadas, contudo, há de se atentar às fortes influências conservadoras das quais o Serviço Social nunca se apartou completamente e podem tender a serem reatualizadas no atual momento histórico, uma vez que o Serviço Social dialoga com o movimento do real na sociedade capitalista.

Palavras-chave: sincretismo; conservadorismo; serviço social.

Abstract: This article aims to address the thesis of the syncretic structure of Social Work, presented by Professor José Paulo Netto in 1992 in his book *Monopolistic Capitalism and Social Work*. In order to work on this theme, firstly, a brief discussion of contemporary theoretical trends in Social Work is proposed, so that the current thesis of syncretism can be understood. The emphasis in the analysis concerns the positivist and conservative influences present in professional practice and which can contribute to the intellectual reproduction of syncretism. The critical dialectical matrix has established itself as the hegemonic direction of the profession and its production of knowledge in recent decades, however, one must pay attention to the strong conservative influences from which Social Work has never completely departed and may tend to be re-updated in the current historical moment, a since Social Work dialogues with the movement of the real in capitalist society.

Keywords: syncretism; conservatism; social work.

INTRODUÇÃO

Este artigo é impulsionado e motivado, sobretudo, pelo debate das tendências teóricas contemporâneas no Serviço Social e pela tese da estrutura sincrética do Serviço Social, apresentada enquanto contribuição inédita pelo professor José Paulo Netto em 1992 em seu livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. Assim, a partir dessa discussão e do entendimento

¹ Assistente social na Atenção Primária à Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG. Preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família na Instituição Hospital Metropolitano Odilon Behrens. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Email: isabellapaixaovalves@gmail.com

das influências positivistas do pensamento conservador, bem como do sincretismo como expressão conservadora no Serviço Social, é possível compreender o trato fragmentado da “questão social” e a inespecificidade das demandas apresentadas ao assistente social em seus espaços sócio-ocupacionais.

Diante disso, instigados pelas considerações acerca dessa tese e a fim de trabalhar o tema em destaque, primeiramente, será proposta uma breve discussão sobre as tendências teóricas contemporâneas no Serviço Social para, em um segundo momento, tratar, por fim, da tese do sincretismo.

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS TEÓRICAS

Tem havido, desde as décadas de 1980/1990, um especial esforço acerca dos estudos e debates sobre os fundamentos do Serviço Social. O livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho representa um marco na apropriação da teoria social crítica pela produção acadêmica no interior do Serviço Social. Como enfatiza Simionatto (2018), é com Marilda Vilela Iamamoto que o Serviço Social garante bases efetivas na análise crítica da profissão em diálogo com a teoria de Marx.

O adensamento acerca deste debate se faz na compreensão dos fundamentos da profissão como indissociáveis de sua análise enquanto fundamentos históricos, teóricos e metodológicos. Contudo, vale ressaltar que o Serviço Social não é endógeno, ou seja, não tem um fim em si mesmo. Dá-se enquanto profissão na sociedade capitalista frente às suas relações sociais, demandas, processos históricos, culturais, econômicos, dentre outros. Ou ainda, enquanto especialização do trabalho coletivo e inserida na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Assim, temos pelo menos 30 anos de consolidação da discussão acerca dos fundamentos do Serviço Social e uma vinculação à teoria social crítica que expressa um direcionamento hegemônico para a profissão.

Na concepção de Mota (2013), o Serviço Social brasileiro, além de profissão, vem se constituindo ainda como área do conhecimento:

(...) o Serviço Social ampliou sua função intelectual, construindo uma massa crítica de conhecimentos, tributária da formação de uma cultura que se contrapõe à hegemonia

dominante, protagonizada pela esquerda marxista no Brasil, e o faz sem perder a relação de unidade com o exercício profissional, mas expando uma distinção entre o significado do Serviço Social enquanto área do conhecimento e profissão voltada para a intervenção direta na realidade. (MOTA, 2013:24)

Assim, frente às produções do Serviço Social apresentadas nos eventos promovidos pela Federación Internacional de Trabajadores Sociales (FITS), Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social (Aiets), International Council on Social Welfare (ICSW) e pela Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Alaeits), é possível observar como os demais países estão mais vinculados às sistematizações voltadas para a prática profissional como relatos de experiências voltados, inclusive, para práticas terapêuticas. Enquanto, por sua vez, o Brasil, além de ter ampliado sua participação nesses eventos, contribui com densas pesquisas acadêmicas, demonstrando sua consolidação enquanto área do conhecimento. (MOTA, 2013)

Diante dessa importante tendência, Souza (2014) alerta que à medida que se amplia seu leque temático também se aproximam correntes teóricas distintas. Assim, embora o pensamento crítico-dialético imprima direção à produção teórica do Serviço Social, expressam-se também outras matrizes do conhecimento, como estruturalista, funcionalista, “pós-modernas”.

É sabido que o pluralismo profissional preza pelo diálogo franco com outras perspectivas ideoteóricas (SOUZA, 2014) e está, inclusive, expresso no Código de Ética do Assistente Social: “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 2011:24). Contudo, como ressalta Souza (2014), o pluralismo pode representar uma linha tênue de ser ultrapassada quando, descolado de qualquer sentido ontológico, reproduz o discurso conservador teórico e político.

Assim, além de profissão de caráter interventivo mediada pelas políticas sociais no Brasil, o Serviço Social avançou para uma significativa contribuição na construção do pensamento social crítico, sendo essa uma perspectiva teórica que norteia diversos debates acerca do Estado, políticas sociais, da “questão social”², dentre outros, nas publicações do Serviço Social.

Não obstante, esse avanço do Serviço Social em direção à teoria social de Marx não se deu sem contradições. Embora esse seja um dos fatores destacados por Maranhão (2017) na

² Opta-se por utilizar o termo “questão social” que indica um alerta em seu uso devido à sua gênese conservadora.
Revista Serviço Social em Perspectiva

compreensão do lastro conservador no Serviço Social, neste artigo não será possível dar destaque a esse ponto que merece ser debatido em outro momento.³

Desta maneira, por partirmos da perspectiva de que o Serviço Social está imbricado com o movimento da sociedade capitalista e sua racionalidade, as diversas matrizes de conhecimento precisam ser alvo de investigação para que se compreenda suas influências e tendências no Serviço Social nas últimas décadas.

Parece ser possível afirmar que é um debate bem estabelecido e consensual de que a natureza do Serviço Social é contraditória e que tem como objeto a “questão social”. Moljo e Silva (2019) ressaltam ser incontestável a relação do Serviço Social com a estruturação do capitalismo em sua fase imperialista-monopolista, não como mera evolução de suas protoformas, e demarcado também pelas requisições impostas pelo mercado de trabalho na atuação frente às refrações da “questão social”.

Para Yazbek (2018), o estudo dos fundamentos representa uma matriz que busca compreender a realidade e a profissão e, na atualidade, os fundamentos se expressam na abordagem histórico-crítica. Contudo, no caminho percorrido pelo Serviço Social até seu diálogo com a teoria marxiana, faz-se necessário compreender as influências das matrizes do pensamento social no Serviço Social brasileiro e suas tendências.

Desta forma, será dado destaque, em uma breve apresentação, ao pensamento conservador, incontornável para a discussão do sincretismo do Serviço Social que será abordado mais à frente.

PENSAMENTO CONSERVADOR

Yazbek (2018) esclarece que o pensamento conservador é produto não intencional da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, pois não constitui uma teoria social, mas é um sistema de ideias preservador da autoridade moral frente às condições históricas que ameaçam

³ Para compreender melhor sobre as abordagens marxistas e sobre as contradições na aproximação do Serviço Social com as mesmas, consulte “SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas sobre os fundamentos no Serviço Social. In **Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica**. Guerra, Lewgoy, Moljo, Silva e Serpa (Org), Campinas, Papel Social, 2018.” e “MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela (Org). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2017.”

sua influência. Assim, “podemos conceber o conservadorismo como uma reação aristocrática à revolução francesa e às mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas.” (SOUZA; OLIVEIRA, 2018), representando um movimento de resistência à modernidade que trazia consigo mudanças em toda a vida social com a transição ao sistema capitalista.

Embora o conservadorismo passe a ser disseminado na Europa no século XIX, segundo Yazbek (2018), ao fim do século XVIII já era possível encontrar o discurso conservador em *Reflexões sobre a Revolução em França* de Edmund Burke, no qual este valoriza o feudalismo e defende “a família patriarcal, a comunidade local, a religião, a Igreja, as associações” (YAZBEK, 2018:4)

Com a consolidação do novo sistema, ascende um novo sistema de exploração, ainda mais aprofundado (SOUZA; OLIVEIRA, 2018) e, embora o movimento produzido pela burguesia se apresentasse como revolucionário em seu surgimento, por superar o sistema anterior, rapidamente abandona suas bandeiras de luta e sua concepção moderna deixa de ser praticável. Em decorrência disso, o conservadorismo vai se constituir enquanto estratégia da nova classe dominante.

Responsável por formar os primeiros assistentes sociais no Brasil, o pensamento doutrinário da Igreja Católica tem importante influência no perfil do Serviço Social em seu surgimento, imprimindo um caráter conservador, em que a “questão social” é analisada e tratada sob uma perspectiva moral de cunho individualizante. (YAZBEK, 2018)

Assim, a emergência do Serviço Social está fortemente atrelada ao conservadorismo, não se tratando apenas de ideias antimodernas herdadas do século XIX, mas que quando reatualizadas servem de base para manutenção da ordem do sistema capitalista. (YAZBEK, 2018)

Nesse espaço de contradições, entre as transformações societárias e as novas requisições sócio-institucionais ao Serviço Social, é que setores conservadores da profissão procuram atuar taticamente, de maneira a tensionar ou reverter os avanços do “projeto ético-político”. Entre as várias frentes dessa atuação tática dos setores conservadores, encontra-se o questionamento do marxismo como teoria e método válidos, do ponto de vista da intervenção e da produção de conhecimento; o avanço de ideologias conservadoras, como o liberalismo (e suas inúmeras vertentes), os pensamentos “pós-modernos”; o elogio de práticas terapêuticas; o retorno do personalismo cristão; o questionamento das posições políticas da categoria frente aos dilemas candentes da sociedade brasileira; entre outras. (SOUZA, 2020:317)

Sendo assim, o pensamento conservador não ficou no passado, “hoje, reativa-se fortemente o pensamento conservador, restaurador e defensor da ordem instituída e o pensamento reacionário que confronta valores democráticos e propõe a eliminação de direitos.” (YAZBEK, 2018:3).

Maranhão (2017) apresenta uma contradição: pois, se os esforços nas últimas décadas giraram em torno de uma aproximação do Serviço Social com a perspectiva crítico dialética, como seria possível explicar ainda a significativa tendência de valorização de um saber prático que produza resultados imediatos? O autor aposta na tese da estrutura sincrética do Serviço Social como um dos pontos centrais para a compreensão dessa contradição. Outros dois pontos que colocam desafios importantes na busca pelo rompimento com o conservadorismo no Serviço Social são, além do caráter sincrético da profissão, o processo histórico de aproximação da profissão com a tradição marxista de maneira “enviesada” e, também, as características do capitalismo maduro e sua correlação de forças com a luta de classes na contemporaneidade (MARANHÃO, 2017). Neste artigo, será dada centralidade ao debate da estrutura sincrética do Serviço Social.

A TESE DA ESTRUTURA SINCRÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Sincretismo é o termo que designa uma junção de doutrinas que expressam diferentes visões de mundo, de elementos que podem ser, inclusive, antagônicos. A tese sobre o sincretismo no Serviço Social foi abordada por José Paulo Netto (2011) em seu livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. O autor busca investigar o processo de profissionalização do Serviço Social brasileiro, para o qual vai colocar como eixo estruturante de análise o capitalismo dos monopólios como época histórica a partir da qual se torna possível a emergência do Serviço Social como profissão. Na era dos monopólios, o enfrentamento da “questão social” vai se dar, sobretudo, através das políticas sociais. Existe, nesse sentido, uma relação ontológica entre políticas sociais e o serviço social na concepção do autor. Netto (2011) sustenta sua tese com 3 fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social.

Em primeiro lugar: o universo problemático original (eixo de demandas histórico-sociais) - a característica fragmentada dada à “questão social”.

Essa forma de enfrentamento se dá através de um tratamento da “questão social” de maneira fragmentada que esvazia seu sentido de totalidade. Nas palavras de Souza (2020)

Abastecido pelas concepções de mundo liberal, positivista e conservadora, o Estado do capitalismo monopolista concebe e formula um conjunto de políticas e instrumentos que obscurecem, abstraem a “questão social” como resultante global das contradições do sistema do capital. Em seu lugar, coerente com a visão de mundo dominante e hegemônica, estabelecem uma visão (junto com um arsenal interventivo) segmentada, recortada, fragmentada, tratando-a como problemas dos indivíduos ou das “famílias” (numa concepção burguesa de “família”). (SOUZA, 2020:313)

O pressuposto da sociedade capitalista é um enfrentamento da “questão social” de maneira recortada, pois se considerarmos a totalidade da “questão social”, sua maneira de enfrentamento só pode ser realizada através de sua superação. Assim, “remeter o enfrentamento da “questão social” para sua essência sistêmica colocaria em xeque a legitimidade do capitalismo” (SOUZA, 2020:313)

Netto (2011) faz a crítica da análise da relação entre estatuto teórico do Serviço Social e a especificidade da prática profissional que, embora não seja casual, pela tradição profissional, é colocada como se seus fundamentos pretensamente científicos dessem matéria para a legitimidade da prática profissional. Dessa forma, o autor vai ressaltar, com base em sua pesquisa documental produzida pela categoria à época (analisa o Serviço Social das décadas de 30 a 60), que em uma tentativa de construir uma autoimagem profissional, na ideia de romper com as protoformas, recorre-se a suportes ditos “científicos”. Assim, atingir uma base científica significaria sair de uma situação, nas palavras de Netto (2011), de subalternidade técnica.

Essa perspectiva descrita desconsidera que a necessidade da profissão na sociedade capitalista decorre de demandas sócio-históricas. Toda atividade profissional, por ter ligação com as necessidades e dinâmicas sócio-históricas, pode ser colocada, inclusive, em xeque em determinado momento.

O exercício profissional é sincrético porque está intrinsecamente ligado à natureza socioprofissional do Serviço Social. Assim, para Netto (2011)

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social. (NETTO, 2011:92)

Nas palavras de Maranhão (2017),

Para Netto (1996), essa natureza socioprofissional é permeada por uma característica peculiar que acompanha o desenvolvimento histórico do Serviço Social: a estrutura sincrética, ou seja, a fluidez, o imediatismo e a heterogeneidade com que os profissionais de Serviço Social são obrigados a organizar sua prática interventiva cotidiana. (MARANHÃO, 2017:166)

Bom, se não existe elemento da sociedade que escape das características do capitalismo, então qualquer elemento da vida social pode representar lócus de atuação do Serviço Social. Daí decorre a característica da amplitude da natureza da “questão social” que comporta uma variedade de intervenções profissionais, ao que Netto (2011) vai destacar como inespecificidade ou indiferenciação operatória.

O estágio monopolista potencializa as refrações da “questão social”, apresentando-as de maneira ainda mais atomizada em sua fenomenalidade, possibilitando um recortado enfrentamento através de sua operacionalização via políticas sociais. Dessa forma, o assistente social, na prática profissional mediada pelas políticas sociais, vê-se em meio a demandas, às quais atende, permeadas por fatores econômicos, políticos, sociais etc., que são desvinculados por procedimentos burocráticos e administrativos (Netto, 2011).

Na dinâmica dos serviços institucionais, que apresenta limites na abordagem da “questão social”, o assistente social vai lidar com múltiplas refrações. Quando esbarra nesses limites no atendimento de refrações não contempladas pelo serviço institucional, este o “encaminha” a um outro serviço, mesmo que para o atendimento também do serviço social (Netto, 2011). Assim, existem problemas nos modelos formal-abstratos de intervenção para lidar com a “questão social”.

O conjunto de demandas que se apresentam ao assistente social são em si um conjunto sincrético em sua fenomenalidade, pois borram a “questão social” e escondem a categoria totalidade, central para a compreensão da realidade social. Portanto, o sincretismo é antagônico à categoria totalidade. Netto (2011) enfatiza ainda que a estrutura sincrética não está apenas para o Serviço Social, mas também para outras intervenções sociais (profissionalizadas ou não).

Outro fundamento da estrutura sincrética do Serviço Social é o horizonte do seu exercício profissional - o cotidiano. O cotidiano representa um limite ontológico que “aparece como limite da intervenção Social que, conectado à lógica institucional do Estado, opera alinhada a uma manipulação planejada da reprodução da força de trabalho” (SOUZA, 2014:552). O cotidiano

apresenta-se em suas três características: imediaticidade, heterogeneidade e superficialidade da fenomenalidade (SOUZA, 2014) e, por essas características, o cotidiano “borra” “as determinações que compõem a totalidade das relações sociais”. (MARANHÃO, 2017)

Por fim, o terceiro fundamento trata da modalidade específica de intervenção do Serviço Social: a manipulação de variáveis empíricas.

(...) para Netto, o desempenho aguardado do assistente social pela ordem vigente é a de “manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado”, ou seja, de interferência em circunstâncias de vida de sujeitos e grupos com objetivo expresso de alteração das mesmas sem qualquer conotação negativa precípua no uso do termo “manipulação”, como ressalta o autor. (SOARES, 2018:2)

Logo, a manipulação de variáveis empíricas enquanto rearranjo da organização do cotidiano, exige uma intervenção instrumentalizada, calcada no empirismo e pragmatismo. Ou seja, como destacado por Maranhão (2017), não é incomum que seja tido como profissional competente um assistente social apenas pela sua habilidade de manipular dados empíricos, dando uma resposta imediata dentro das diretrizes institucionais, sem que, necessariamente, tenham sido apreendidas mediações complexas em busca da determinação que envolve sua prática.

Essa tendência é habitualmente reforçada pelas instituições, através de suas diretrizes e manuais, que demandam o trabalho do assistente social. Dentro da lógica da racionalidade positivista, a prática tende a ser mensurada por indicadores produzidos por respostas imediatas na execução das políticas sociais em que os profissionais de Serviço Social se inserem. À vista disso, Maranhão (2017) destaca que o Serviço Social lida cotidianamente com a burocratização da vida social, uma característica típica das relações sociais capitalistas.

A burocratização, presente nos espaços institucionais, aparece como uma forma específica de alienação a que estão submetidos tais profissionais. A práxis burocrática das instituições reifica determinados elementos da realidade social que chegam aos assistentes sociais, transformando-os em “regras” formais de atendimento e intervenção profissional. (MARANHÃO, 2017:174)

Assim, há uma tendência contemporânea apontada por assistentes sociais de supervalorização de tipos de conhecimento que fortalecem a lógica do “saber prático” e que representam resultado imediato na atuação profissional em detrimento de uma análise que busque “ir além da mera manipulação imediata de aspectos do cotidiano” (MARANHÃO, 2017).

Desse modo, ao Serviço Social, calcado na perspectiva crítico dialética, resta o desafio de conhecer a realidade social, apreendendo-a em sua totalidade, buscando superar a fragmentação e o distanciamento dos fenômenos sociais de suas bases econômicas da realidade da sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontestável a consolidação do Serviço Social brasileiro como área do conhecimento fundada na teoria social crítica. Contudo, embora venha adensando os estudos sobre os seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos e sobre a profissionalização do Serviço Social, ainda paira sobre a profissão um lastro conservador com o qual se unem esforços em torno de sua ruptura nas últimas décadas.

A tese da estrutura sincrética contribui com nossas reflexões sobre o entendimento dos motivos pelos quais romper com o conservadorismo no Serviço Social não é tarefa simples. Aqui estamos imbricados com vários fatores importantes: o movimento da realidade social, a gênese do Serviço Social, a consolidação do capitalismo maduro, o surgimento das políticas sociais e o enfrentamento da “questão social”, as tendências teóricas que historicamente influenciam o Serviço Social e suas tendências atuais.

Este artigo, então, representou um esforço em abordar tais pontos, ainda que brevemente. Dessa maneira, faz-se necessário reforçar o projeto ético político do Serviço Social e o compromisso com a classe trabalhadora, pautando um trabalho que rompa com o conservadorismo e sua forte tendência à responsabilização e culpabilização do seu público-alvo pelos contextos em que vivem.

Num contexto de crise do capital, as tendências conservadoras se reavivam, fomentando e legitimando o papel assumido pelas políticas sociais de um estado em retração, no qual os direitos conquistados pela classe trabalhadora vêm sendo constantemente atacados.

Os assistentes sociais se inserem em diversos espaços sócio-ocupacionais que, embora tenham suas especificidades, vão ter, enquanto objeto de intervenção, as refrações da “questão social”. Buscar superar a fragmentação das demandas recebidas, ir além de sua fenomenalidade, para uma aproximação da totalidade - categoria que nos possibilita uma compreensão da

realidade social na sociedade capitalista. É preciso atentar para esse conjunto de demandas sincréticas que chegam aos assistentes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética do/a assistente social*. 2011. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em 05/10/2021

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 42ed. São Paulo, Cortez: 2014.

MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela (Org). *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2017.

MOLJO, C e SILVA F.S.D. Cultura Profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social em debate. In: Guerra, Yolanda; Lewgoy, Alzira, Moljo, Carina Berta, Serpa, Moema, Siqueira da Silva Jose Fernando. (Org.). *Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica*. 2ed. Campinas: Papel Social, 2019, p. 115-149.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: Revista Katálysis: Número Especial Bilíngue - Serviço Social, História e Desafios, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003> Acesso em 06/10/2021.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas sobre os fundamentos no Serviço Social. In: *Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica*. Guerra, Lewgoy, Moljo, Silva e Serpa (Org), Campinas, Papel Social, 2018.

SOARES, Lúcia. Sincretismo do Serviço Social e Intenção de ruptura. In: *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social: em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social*. Vitória: UFES. 2018.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 119, p. 531-559, jul./set. 2014.

SOUZA, J. M. A. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Recife: UFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/71> Acesso em: 09/10/2021.

SOUZA, J. M. A. OLIVEIRA, M. B. Conservadorismo: ideologia e estratégia política das classes dominantes. In: XVI ENPESS – em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço

Social. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22616/15110>. Acesso em 10/10/2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: *Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica*. Guerra, Lewgoy, Moljo, Silva e Serpa (Org), Campinas, Papel Social, 2018.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DO SERVIÇO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA SAÚDE

Diana Rodrigues da Silva Rebelo¹

Elaine Rodrigues Ferreira²

Teresa Cristina Torres de Abreu do Amaral³

Resumo: O presente artigo versa sobre a importância da Educação Permanente no cotidiano do trabalho do Assistente Social de uma unidade hospitalar de média e alta complexidade do SUS. Apresenta a Educação Permanente como um potente e estratégico instrumento que corrobora, significativamente, para construção de uma prática de cuidado do Serviço Social mais qualificada e comprometida com os interesses da classe trabalhadora, com os princípios do SUS e com o projeto ético-político da categoria profissional. Prática esta que reverbera diretamente, de forma competente, na população usuária atendida, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Destarte, descrever-se-á a dinâmica de alguns Encontros de Educação Permanente já realizados no espaço sócio-ocupacional do Ambulatório do Serviço Social.

Palavras-chave: SUS; Educação Permanente; Serviço Social; Prática de Cuidado.

Abstract: This article is about the importance of Continuing Education in the daily work of Social Workers in a medium and high complexity hospital unit of the SUS. It presents Permanent Education as a powerful and strategic instrument that significantly supports the construction of a more qualified Social Service care practice committed to the interests of the working class, the principles of the SUS and the ethical-political project of the category professional. This practice reverberates directly, in a competent way, on the user population served, both at the individual and collective levels. Therefore, the dynamics of some Continuing Education Meetings already held in the socio-occupational space of the Social Service outpatient clinic will be described.

Keywords: SUS; Permanent Education; Social Service; Care Practice.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema Educação Permanente em Saúde (EPS) no Serviço Social, na área da saúde, resulta das trajetórias de experiências que inclui, desde a nossa inserção em cursos de capacitação e pós-graduação até nossa prática profissional cotidiana, enquanto trabalhadoras

¹ Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela UFRJ. Especialista em Avaliação em Saúde pela ENSP/FIOCRUZ e Especialista em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social ENSP/FIOCRUZ. Profissional de Serviço Social do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad - INTO/MS. Email: drebello@into.saude.gov.br.

² Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela PUC/RJ. Especialista em Serviço Social Sócio-Jurídico pela ENSIN.E. Profissional de Serviço Social do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad - INTO/MS e Assistente Social da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – PMRJ. Email: erferreira@into.saude.gov.br.

³ Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela UFF-Niterói/RJ. Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial com Ênfase em Álcool e Outras Drogas - UNIFAGOC, Especialista em Gestão de Saúde e Assistência Social pela UNIFAGOC; Pós-graduanda em Políticas Públicas, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e de Gênero pela ENSIN.E e Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. Profissional de Serviço Social do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad - INTO/MS e Assistente Social da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – PMRJ. Email: tabreu@into.saude.gov.br.

da saúde, inseridas em uma unidade hospitalar cirúrgica, do Sistema Único de Saúde (SUS), especializada em ortopedia e traumatologia, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Além dos estudos, participação em eventos e debates e acompanhamento da criação, aprovação e efetivação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), enquanto política pública para formação e desenvolvimento dos trabalhadores, atrelado às inquietações que o cotidiano de trabalho nos traz, nos conduziu a eleger a Educação Permanente (EP) como estratégia para que o Serviço Social do Ambulatório pudesse elucidar, a partir da perspectiva histórica e dialética. Responder coletiva e criativamente aos desafios que emergem do complexo cenário de manifestações da desigualdade social, contexto esse que nos provoca e demanda de nós respostas efetivas e comprometidas com os interesses da classe que vive do trabalho e com os princípios ético-político, teórico-metodológicos e técnico-operativos que regem nossa profissão.

A experiência de Educação Permanente no campo do Serviço Social aqui apresentada, se desenvolveu, e ainda em curso, em uma unidade pública de saúde, com mais de 50 anos de atuação, que efetiva o direito à saúde e atende exclusivamente usuários do SUS. A iniciativa teve início e foi implementada a partir do segundo semestre de 2022, com a realização de seis (6) encontros quinzenais no período de três (3) meses.

DESENVOLVIMENTO

A Educação Permanente em Saúde é uma das modalidades da Educação na Saúde, instituída na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS, 2004). A PNEPS define a Educação Permanente como "aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho" (BRASIL, 2018a, p. 10). Para Ceccim e Ferla (2008), a Educação Permanente em Saúde se apresenta como instrumento do Sistema Único de Saúde (SUS) para a formação e o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde que intervêm em prol de uma educação crítica e transformadora, condição essa indispensável para incorporação de novos elementos às ações em saúde, pautada na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformação das práticas cotidianas.

Propor novas práticas de saúde, com compromisso com a integralidade e com as necessidades de saúde dos usuários do SUS, impõe necessariamente construir espaços de

diálogo e reflexão que se dediquem a observação e análise do cotidiano de trabalho, da instituição onde a atuação é desenvolvida e as relações nela estabelecida, as intervenções praticadas e as concepções adotadas, propiciando o engendramento de ações inovadoras, implicadas com os princípios do SUS. (CECCIM; FERLA, 2008, p.165).

No âmbito do Serviço Social, o "compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional" é um dos princípios fundamentais da profissão, instituído no Código de Ética do Serviço Social de 1993 (CFESS, 1993). A EP se apresenta para o Serviço Social como um instrumento político, criativo e promissor tanto para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados quanto no aperfeiçoamento da competência profissional dos Assistentes Sociais nas mais diferentes áreas de atuação. Entretanto, ao mesmo tempo que é uma estratégia política, é um instrumento de desenvolvimento desafiante na medida que, busca romper com relações hierarquizadas, típicas do contexto por nós vivenciado, contexto de exclusão e exploração, contexto de contradições, contexto do sistema capitalista de produção.

Na área da saúde, a EP se concretiza para o Serviço Social como dispositivo político para construção de novas propostas coletivas de intervenção e meio para integração entre ensino (formação) e serviço (prática em saúde), de forma a responder às necessidades dos usuários do SUS e a fortalecer o compromisso ético-político, na perspectiva do Projeto Ético- Político Profissional. Além de contribuir para formação e qualificação de profissionais, de forma crítica e propositiva, nos espaços sócio-ocupacionais, em consonância com a defesa e efetivação do conceito ampliado de saúde e do SUS (IAMAMOTO, 2000).

A experiência da Educação Permanente no Ambulatório do Serviço Social em foco, busca, construir coletivamente espaço de escuta e diálogo (local protegido) com as trabalhadoras da saúde que compõem o Ambulatório, de modo a refletir, dialogar e discutir questões do cotidiano vivenciado e favorecer a qualificação do processo de trabalho. Para isso, tem como objetivos específicos: fomentar reflexão crítica do processo de trabalho da equipe do Ambulatório e contribuir para aprimoramento das práticas de cuidado do Serviço Social, articuladas como o conceito ampliado de saúde, suas manifestações no dia-a-dia do trabalho e com os interesses dos usuários do SUS.

Para mensurar e avaliar os objetivos almejados pelo projeto, tivemos como indicadores quantitativos e qualitativos: espaço de educação permanente implementado; práticas de

cuidado construídas coletivamente com os profissionais do Ambulatório ARSOC; realizar pelo menos 80% dos Encontros propostos pelo projeto; participação de, pelo menos, 80% dos profissionais do Ambulatório ARSOC, no espaço de Educação Permanente; e reflexões e debates sobre o cuidado e prática profissional realizados com a equipe participante.

Como meios de verificação dos indicadores adotamos como instrumentos de informação: lista de presença; registros dos Encontros (atas); registro visual do grupo (fotografia); e atas de planejamento dos Encontros;

Assim, a proposta aqui exposta, visou alcançar os seguintes resultados:

- Fortalecimento da equipe do Ambulatório;
- Implementação do espaço de EP; e
- Reorientação das práticas de cuidados do Serviço Social no Ambulatório.

Para alcançar tal finalidade, ações participativas foram desenvolvidas, durante o período de um (1) mês que antecedeu a efetivação dos Encontros de EP:

- Debate e reflexão com o grupo de trabalhadoras do Ambulatório sobre a importância da construção coletiva de um espaço de reflexão e diálogo dedicado a pensar o cotidiano do trabalho e as práticas de cuidado da equipe;
- Levantamento de temas relevantes para discussão junto à equipe;
- Planejamento do projeto;
- Apresentação da concepção da EP aos trabalhadores da saúde do Ambulatório e à Chefia do Serviço Social;
- Inclusão de propostas para aperfeiçoamento do projeto, apresentadas tanto pela equipe quanto pela chefia do Serviço Social; e
- Construção final do Projeto de EP do Ambulatório do Serviço Social, junto aos trabalhadores da saúde que integram o espaço ocupacional, cerca de cinco (5) trabalhadores, em média.

Como fruto dessas trocas, definimos no coletivo, que as atividades da EP deste primeiro ciclo teriam como propósito o fortalecimento e aproximação da equipe. Desta forma, o planejamento dos Encontros de 2022/2, se efetivou da seguinte forma:

Encontros	Tema	Tempo	Objetivo	Dinâmica	Avaliação
I Encontro	“Juntos somos mais fortes”	10 min.	Considerar com o grupo de trabalhadores a importância da construção coletiva de um espaço de reflexão e diálogo dedicado a pensar o cotidiano do trabalho e as práticas de cuidado da equipe.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Projeto ao Grupo; - Apontamentos, sugestões e debate; - Encerramento: Música: <i>Começar de novo</i> - Ivan Lins (1979) Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=OKpx1FMNgal	Em uma palavra, o que ficou entre nós?
II Encontro	“Desafios e Possibilidades”	10 min.	Valorizar o respeito ao outro e ampliar a compreensão dos sujeitos no cotidiano, com sentimentos, emoções e ações que favoreçam o fortalecimento do grupo e a construção de novas práticas de cuidado em saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura: Frase para reflexão; - Atividade Principal: Música <i>Principia</i> - Emicida (2019); Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=DoiqkGr4yN4 <ul style="list-style-type: none"> - Encerramento: <i>Mafalda</i> (Tirinha) Fonte: https://revistafabulas.com/2014/04/08/ha-50-anos-a-protestar-contra-a-sopa-entre-muitas-outras-coisas/	O que me une a esse grupo?
II I Encontro	“Sonhos”	10 min.	Identificar necessidades, desejos e potencialidades do grupo.	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura: Dinâmica de Grupo: “Desafio”; - Frase para reflexão; - Atividade Principal: “O menino que descobriu o vento” - Filme (2019) Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=UJ_-JlW1llw&t=1s <ul style="list-style-type: none"> - Encerramento: Música: <i>Tempos Modernos</i> - Lulu Santos (1982) 	Poemas para reflexão individual: Clarice Lispector, Mario Quintana e Paulo Freire.

				<p>Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=OKpx1FMNgal</p>	
I V Encontro	<p>“Fazendo Acontecer!”</p>	10 min.	<p>Abordar a importância do grupo para a transformação de propostas/projetos em realidade.</p>	<p>- Abertura: Dinâmica de Grupo: “Diferenças”; - Atividade Principal: “Mudança” - Poema atribuído a Clarice Lispector; Fonte: https://momentosdeleitura.blogs.sapo.pt/mudanca-de-clarice-lispector-adaptacao-17943#.Y9voUHBMIdU - Reflexão sobre a Dinâmica e o Poema - Encerramento: Música “Vamos fazer um filme” - Legião Urbana (1993) Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=OKpx1FMNgal</p>	<p>Que mudanças precisamos adotar para que a nossa equipe faça acontecer?</p>
V Encontro	<p>Tem a proposta pelos participante: “Tempo”</p>	10 min.	<p>Reflexões sobre os nuances do tempo na percepção do indivíduo no cotidiano.</p>	<p>- Abertura: O que é o tempo? Noções de tempo de acordo com preceitos filosóficos: Crónos, Kairós e Aión; - Atividade Principal: Reflexão sobre o tempo na e para a Instituição; e - Encerramento: “Oração ao Tempo” - Caetano Veloso (1979) Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=HQap2iglhxA.</p>	<p>Como você vivenciou o tempo do nosso encontro? O que você leva e o que você deixa desse tempo do encontro?</p>
				<p>- Abertura: Frase para reflexão - Rubem Alves; - Atividade Principal: Que caminhos estamos construindo...</p>	

<p style="text-align: center;">V I Encontro</p>	<p style="text-align: center;">“Nós ”</p>	<p style="text-align: center;">o min.</p>	<p style="text-align: center;">Refletir sobre nossos Encontros e avaliar o projeto de Educação Permanente.</p>	<p style="text-align: center;">“ é tudo para ontem” - Emicida (2020) https://www.youtube.com/watch?v=qbQC60p5eZk - Reflexão sobre a atividade; - Encerramento: “O que é, o que é.” - Gonzaguinha (1982) https://www.youtube.com/watch?v=wZL7EnZtBss</p>	<p style="text-align: center;">O que fica entre nós?</p>
--	---	---	--	---	--

Os Encontros foram realizados nas dependências da unidade de saúde, às sextas-feiras, às 9h, com duração de, aproximadamente, noventa (90) minutos cada. A dinâmica de cada ação participativa foi desenvolvida de acordo com o tema e o objetivo proposto para cada Encontro. Utilizamos para efetivar os Encontros técnicas e instrumentos culturais que conferem significado ao tema e a cada participante, dentre eles: dinâmica de grupo, jogos lúdicos, práticas de desenho, músicas, poesias e poemas, filmes, etc. Ou seja, dispositivos que viabilizam atividades lúdicas, descontraídas e leves que proporcionam ao grupo interação com tempo de qualidade, sem deixar de abordar conteúdos de grande relevância para a força de trabalho envolvida.

Observou-se que a EP desenvolvida no Ambulatório do Serviço Social foi implementada, conforme concebida e esperada, com êxito, tendo recebido apoio da chefia do Serviço Social e total adesão da equipe do Ambulatório, o que viabilizou a realização de todos os Encontros propostos para o período e resultou na avaliação, construída coletivamente, da necessidade de continuidade da experiência no ano de 2023, prática que perdura até os dias de hoje.

Para os profissionais de saúde que compõem o Ambulatório, a atividade participativa contribuiu, e continua favorecendo, o aprimoramento das práticas de saúde desenvolvidas pelos trabalhadores do setor. Se por um lado, algumas ações de cuidado foram ou estão em processo de reorientação, por outro, a EP vem oportunizando a construção de novas práticas de atenção integral, direcionadas a uma maior qualificação das respostas ofertadas aos usuários do SUS atendidos no espaço, possibilitando aos trabalhadores da saúde ponderar, desconstruir

e criar processos de trabalho que efetivamente atendam às necessidades dos usuários em consonância com os princípios ético-políticos da profissão e do SUS.

Além da continuidade do Projeto “Educação Permanente no Ambulatório”, os debates e reflexões provocados nos Encontros de EP, somados aos projetos já desenvolvidos pelo setor, a longa experiência profissional das trabalhadoras que compõe o espaço e a trajetória do Serviço Social no âmbito do Ambulatório nessa instituição, viabilizaram as seguintes propostas feitas pelos atores sociais envolvidos para o ano de 2023:

- Construção de um projeto que busque identificar o perfil dos usuários do SUS atendidos no Ambulatório do Serviço Social⁴;
- Identificação das demandas apresentadas ao Serviço Social do Ambulatório (demandas profissionais, demandas institucionais e demandas dos usuários);
- Produzir artigos teórico-científicos que publicize a prática profissional desenvolvida no espaço ocupacional, que descreva a experiência da EP, materiais que possam ser compartilhados e inspirem novas iniciativas no campo da saúde;
- Planejamento, elaboração e implementação do Projeto “Serviço Social Itinerante”⁵; e
- Criar espaço na Reunião de Equipe do Serviço Social para discutir questões do processo de trabalho do Serviço Social do Ambulatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ratifica-se a importância do aprimoramento profissional para entendimento das constantes mudanças conjunturais, tanto no âmbito macrosocietário quanto nas microrrelações, para o desenvolvimento de uma intervenção mais qualificada e comprometida com os interesses da população usuária e com o projeto ético-político da categoria profissional.

⁴ Projeto em processo de elaboração.

⁵ O Projeto “Serviço Social Itinerante” consiste em uma proposta que busca potencializar a interlocução entre os trabalhadores dos setores/áreas que compõem o 1º andar do Instituto em questão. Objetiva-se ampliar a qualificação dos atendimentos prestados aos usuários do SUS, a partir da construção de um diálogo permanente entre os trabalhadores da saúde, promovendo desta forma, saúde e cuidado tanto para os trabalhadores quanto para os usuários do SUS atendidos nesta unidade de saúde.

Entretanto, não podemos nos esquecer da indispensável articulação teoria/prática que pode ser materializada através da investigação, da intervenção, da pesquisa, da ação, da ciência e da técnica, que em conjunto permite uma prática de cuidado responsável e qualificada (SOUSA, 2008, p. 122). Sendo assim, constata-se que o trabalho do Assistente Social no Ambulatório de um Instituto, de referência nacional, do SUS, especializado em cirurgias ortopédicas de média e alta complexidade, inserido num contexto social, político e econômico desfavorável para classe que vive do trabalho e permeado por diversos desafios. Desafios esses, decorrentes de uma estrutura social desigual e contraditória que reverbera em práticas institucionais que atendem essa realidade. É tácito afirmar, que existem infinitas brechas de construção de ações de resistência e consolidação das conquistas alcançadas no campo da saúde. Diante disso, o trabalho no Ambulatório do Serviço Social busca garantir a manutenção de práticas solidificadas e avançar rumo a novas possibilidades. Portanto, o território do Ambulatório foi/é solo fértil para a implementação da Educação Permanente. Como afirma Yamamoto: “Assim, o conhecimento não é só o verniz, que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado.” (1999)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, J.R.A. **O Cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde.** Saúde e Sociedade v.13, n.3, p.16-29, set-dez 2004.

_____, J.R.A. **Organização das ações de atenção à saúde: modelos e práticas.** Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 18, supl. 2, p. 11-23, abr./jun. 2009.

AMARAL, T. C. T. A., et. al. **Atuação do Assistente Social no Ambulatório: Relato de Experiência no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad - INTO/MS.** 17. Congresso Nacional de Assistentes Sociais. Brasília, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

_____. **Lei 8.080/1990.** Brasília, 1990a.

_____. **Lei 8.142/1990.** Brasília, 1990b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2018a.

BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: Czeresnia D. e FREITAS, C.M. (Orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2. Edição, rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009 (pp. 19-42).

CAMPOS G. W. S. Subjetividade e administração de pessoal : considerações sobre modos de gerenciar o trabalho em equipes de saúde. In: Merhy E. E. e Onocko R. T., (Orgs.). **Agir em saúde: um desafio para o público**. São Paulo : Editora Hucitec; 1997. p. 229-66.

CAROTTA, et al. **Educação permanente em saúde: uma estratégia de gestão para pensar, refletir e construir práticas educativas e processos de trabalhos**. Saúde e Sociedade, São Paulo, vol. 18, suppl. 1, p. 48 - 51, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000500008>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000500008. Acesso em: 13 out 2020.

CECCIM, R. B. **Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário**. Interface: Comunicação, Saúde e Educação, Botucatu, SP, v. 9, n. 16, p. 161-177, set./2004 fev./2005.

CECCIM, Ricardo B. e FERLA, Alcindo Antônio. Educação Permanente em Saúde. In. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2.ed. Rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 81p., 2010.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS- CRESS**. Brasília, 54 p., 2012.

DITZ, E. S. et al. Formação multiprofissional: estratégia de educação permanente na construção da integralidade na atenção à saúde. In: PINHEIRO, R. JUNIOR, A. G. S.; (Org.) **Por uma sociedade cuidadora**. 1. ed. Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/UERJ: ABRASCO, p.177-187, 2010.

FREITAS, CM. (Orgs.) **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2. Edição, rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009 (pp. 19-42).

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, E. M., et al. **A teorização sobre processo de trabalho em saúde como instrumental para análise do trabalho no Programa Saúde da Família**. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2004, v. 20, n. 2 [Acessado 10 Julho 2022] , pp. 438-446. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200011>; Epub 06 Abr 2004.

RICALDONI, C. A. C.; SENA, R. R. de. **Educação permanente: uma ferramenta para pensar e agir no trabalho de enfermagem**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, [S. l.], v. 14, n. 6, p. 837-842, 2006. DOI: 10.1590/S0104-11692006000600002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/2369>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ROSÁRIO, C. A., et al. **Sentidos da universalidade na VIII Conferência Nacional de Saúde: entre o conceito ampliado de saúde e a ampliação do acesso a serviços de saúde**. Saúde em Debate [online]. 2020, v. 44, n. 124 [Acessado 10 Julho 2022], pp. 17-31. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012401>. Acesso em: 08 mai. 2020. ISSN 2358-2898.

SOUSA, C. Toniolo. **A prática do Assistente Social:** conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8 (1):119-132, 2008. Disponível em:

<http://www.uepg.br/emancipacao>.

VASCONCELOS, M. et al. **Práticas educativas em Atenção Básica à Saúde.** Tecnologias para abordagem ao indivíduo, família e comunidade. Unidade Didática I. Organização do processo de trabalho na Atenção Básica à saúde. Módulo 4. Ed UFMG-Nescon UFMG. Belo Horizonte: 2009.

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MONTES CLAROS/MG: IV ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

Viviane Bernadeth Gandra Brandão¹
Amanda Cardoso Barbosa e Silveira²
Juliana Pereira Camayo³
Carlos Daniel Nunes de Almeida Belém⁴

Resumo: A Lei de nº 13.935 é um avanço significativo para o Serviço Social, que dispõe a inserção de Assistentes Sociais na rede pública de educação básica com o objetivo de promover ações para o ensino-aprendizagem, junto com a equipe multidisciplinar. Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar a atuação dos Assistentes Sociais na rede municipal de Montes Claros/MG de educação, compreendendo suas atribuições e competências, além dos desafios e potencialidades na educação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa, com base teórica no materialismo dialético. O levantamento bibliográfico foi de acordo na temática Serviço Social na Educação. Portanto, primeiro realizou-se um resgate histórico sobre a educação no Brasil. A seguir, temos a análise histórica do Serviço Social no Brasil, como a atuação do Serviço Social na educação. Logo, por meio da análise de dados nota-se a percepção dos Assistentes Sociais inseridos na rede de ensino municipal. Constatou-se por meio dos resultados que a atuação profissional do Assistente Social é imprescindível na educação com a intervenção na questão social, contribuindo de modo fundamental com toda a equipe pedagógica.

Palavras-chave: Montes Claros/MG; Educação; Serviço Social

Abstract: Law No. 13,935 is a significant advance for Social Service, which provides for the inclusion of Social Workers in the public basic education network with the aim of promoting teaching-learning actions, together with the multidisciplinary team. Thus, the research aims to analyze the performance of Social Workers in the municipal Montes Claros/MG education network, understanding their duties and competencies, in addition to the challenges and potential in education. The methodology used was bibliographic and field research with a qualitative approach, with a theoretical basis in dialectical materialism. The bibliographic survey was in agreement on the theme of Social Service in Education. Therefore, first a historical review of education in Brazil was carried out. Next, we have the historical analysis of Social Service in Brazil, such as the role of Social Service in education. Therefore, through data analysis, the perception of Social Workers inserted in the municipal education network is noted. It was verified through the results that the professional performance of the Social Worker is essential in education with intervention in social issues, contributing in a fundamental way to the entire pedagogical team.

Keywords: Montes Claros/MG; Education; Social Service Course

INTRODUÇÃO

No Brasil a educação escolar iniciou-se na época do Brasil colônia, porém quem tinha direito a esta era somente os pertencentes às classes mais nobres, tendo o seu surgimento longe dos problemas e necessidades sociais, num contexto em que só era interessante que a educação servisse para articulação dos interesses metropolitanos e atividades coloniais. Na década de 2000, a profissão de Serviço Social no Brasil passa por um percurso de luta com os profissionais da área da educação com o objetivo de que haja a inserção de modo mais amplo e apropriado dos/das assistentes sociais no âmbito escolar, foi aprovado no 32º Encontro Nacional CFESS-CRESS a inserção destes/as profissionais no campo educacional no ano de 2001, passado se os anos foram realizados diversos documentos, notas, manifestações e seminários acerca do Serviço Social na educação, depois de várias mobilizações é aprovada a Lei nº 13.935 em 11 de dezembro de 2019.

Desse modo, este presente trabalho consiste em refletir sobre a história da educação escolar no Brasil da sua chegada na época do Brasil colônia até a inserção dos/das assistentes sociais no âmbito escolar com aprovação da Lei Federal nº 13.935 do no ano de 2019, perpassando também pela análise dos dados da pesquisa realizada no município de Montes Claros - MG com os profissionais que estão inseridos nas redes públicas de educação básica: centro de educação infantil e escolas municipais, através do projeto: Interface entre Cultura e Educação: um estudo sobre a percepção dos profissionais de Serviço Social inseridos na política de educação do município de Montes Claros/MG” que é financiado pela Fapemig.

Trata-se de uma revisão bibliográfica, fundamentadas em estudos realizados pelos autores Melo (2012), CFESS (2023), Bernardon, Possa e Paindon (2022), Figueiredo e Maciel (2023), Andrade (2022), Lima (2017), tratando uma parte desses autores acerca da história da educação no Brasil e outros em relação o advento do Serviço Social na educação, dos anos 2000 até 2019 quando foi aprovada a Lei que dispõe sobre atuação dos assistentes sociais em escolas de todo o Brasil.

O que se espera com a escrita deste trabalho é que através deste seja compreendido o quanto o Serviço Social é importante para a que as expressões da questão social sejam enfrentadas no âmbito escolar, pois a presença destes profissionais resulta neste campo, em

uma educação de qualidade para os alunos/as, pois contribui para a permanência destes nas escolas, tendo em vista que este tipo de profissional compreende as dificuldades que são enfrentadas nessas instituições pelos alunos e funcionários, sendo estas de diferentes tipos, mas que se analisadas e intervindas com atuação do assistente social, torna o ambiente escolar um lugar que oferece uma educação de mais qualidades aos alunos/as e também até uma sociedade melhor já que a escola é vista como um local de aprendizado.

RESGATE SÓCIO-HISTÓRICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

O Brasil, nos anos de 1549, estava no período colonial e apresentava uma política e economia voltada à exploração. Como aponta a autora Melo (2012), nesse período, o Brasil possuía um modelo particular de relação política e econômica, tendo como dois elementos: o decisivo (metrópole) e o subordinado (colônia), para que fosse executado os lucros da exploração de bens naturais teria que ser concentrado nestes dois, para que ficasse na atividade produtiva da colônia. Ainda, houve a chegada dos padres e jesuítas, que tinham como objetivo realizar a ampliação do poder religiosa, e pretendia a dominação ideológica sobre os índios, convertendo-os à fé católica. Os indígenas eram ensinados a obedecer e aceitar os dogmas e as leis impostas pelos religiosos, sob pena de serem castigados por estarem em pecado (MELO, 2012, p. 12).

Sendo assim, inicia-se a educação escolar por meio das escolas jesuítas, mas de forma restritiva sendo voltada somente para as classes nobres. Melo (2012) explica que, a educação escolar vem surgir distante dos problemas e das necessidades sociais, em um contexto que o ensino só poderia ser conveniente e interessado a camada dirigente, sendo a nobreza e os

descendentes, para que servisse de articulação para os interesses metropolitanos e as atividades coloniais. Ou seja, a igreja católica, por meio da arma pacífica que é a educação, exercia o poder político, econômico e social.

Em seguida, com o passar dos anos, temos a chegada da família real no Brasil, no quesito da educação, como Melo (2012) cita, foi criado os primeiros cursos superiores no Brasil, sendo de economia, matemática superior, agricultura, química, história e desenho técnico, havendo um rompimento com a educação jesuíta, as escolas primárias continuavam

desempenhando a função de ensinar a ler, escrever e as escolas secundárias com a estrutura de aula régias.

A autora Melo (2012) explica que a educação no período imperial, em sua primeira constituição de 1824 instaura se no Art. 179 “ instrução primária e gratuita a todos os cidadãos.”, defendendo também a ampliação das escolas primárias, ginásios, museus, academias e universidades, que deveriam ser ensinadas os conhecimentos de gramática, ciências e belas artes.

Nos anos seguintes, com o período da revolução de 30, na educação Melo (2012) aponta que foi criado em 1930 o Ministério de Educação e Saúde e dualidade do ensino secundário e profissionalizante para a classe dirigente e proletária, já na constituição de 1934 estabelecia a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, ensino religioso facultativo, financiamento educacional em âmbito estadual e municipal, criação do plano nacional de educação para a fiscalização dos graus de ensino e a presença da disciplinas de educação moral e política.

Já nos anos de 1956 a 1964 temos o governo de Juscelino Kubitschek, a educação nesse período, Melo (2012) menciona que foi sancionada a Lei de reforma geral da educação nacional, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, no qual estabeleceu o princípio de equivalência para os cursos do ensino médio, o acesso ao ensino superior mediante aprovação do exame vestibular, determinou as disciplinas obrigatórias e obrigatórias complementares definidas pelo Conselho Federal de Educação e disciplinas optativas definidas pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Por fim, tem-se a Constituição de 1988, no quesito da educação temos o Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como os Art. 206 ao Art.214, sendo destacados os princípios, diretrizes e finalidades da Educação Nacional.

Por meio de toda exposição histórica realizada nota-se que a Educação brasileira passa por diversas reformas de sua trajetória, que foram influenciadas pelas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais, muitas vezes a educação sendo aplicada e outras permanecendo somente na teoria. Dito isso, é perceptível a importância da educação no

acompanhamento da evolução da sociedade, tendo como principal objetivo a emancipação dos sujeitos.

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Nos anos 2000 a profissão passa por um grande percurso de luta e movimentos com profissionais que trabalham e militam na área da educação. Logo, a partir dos anos 2001, o CFESS (2023) destaca a grande mobilização do CFESS-CRESS, com o objetivo de estabelecer as condições, políticas, técnicas e jurídicas para possibilitar de modo amplo e adequado a inserção das/os assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional.

O CFESS (2023) pontua ainda que, apesar de não ser uma área de grande empregabilidade como das políticas sociais, o Serviço Social desde o início colabora com o campo educacional e na defesa de uma educação pública como direito social universal, laico, crítico, de qualidade, com financiamento público e socialmente referenciada. Dito isso, o CFESS (2023) faz um resgate da trajetória da inserção da/o Assistentes Sociais na educação básica a partir dos anos 2001, no qual deu início com o 32º Encontro Nacional CFESS-CRESS que foi aprovado as primeiras propostas para a inserção da/o Assistente Social nas escolas, sendo deliberado:

Elaborar um relatório a ser organizado pelo CFESS, informando sobre o andamento da discussão no legislativo, referente à inserção do assistente social na área da educação e estimular essa discussão nos CRESS. Pressionar para a aprovação do projeto de lei e mapear as experiências e leis existentes no Brasil sobre o Serviço Social na área de educação (CFESS, 2023, p. 20)

Com o passar dos anos, CFESS (2023) realça que foi realizado vários documentos, notas, manifestações e seminários a respeito do Serviço Social na educação. Em meio disso, foi progredindo o processo de tramitação da lei de inserção das/os assistentes sociais na educação, no entanto após várias mobilizações foi aprovada a Lei 13.935 em 11 de dezembro de 2019, que dispõe: Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais (BRASIL, 2019).

A atuação da/o Assistente Social na Educação, Bernardon, Possa e Paidon (2022) acrescenta que estes, inseridos no âmbito escolar juntamente com outros profissionais, contribuem com a garantia da proteção de direitos das crianças e dos adolescentes, como também o fortalecimento do trabalho em equipe multidisciplinar na garantia da permanência dos alunos na escola.

Na Constituição Federal de 1988, a educação é posta como direito social, com os demais direitos inerentes a vida humana, sendo relevante para a vida do indivíduo. Dispõe-se no Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Figueiredo e Maciel (2023) compreendem que a intervenção da/o assistente social na educação perpassa pelas seguintes atividades realização de pesquisa sobre a realidade social dos alunos e família (fatores sociais, culturais e econômicos) e identificação das expressões da “questão social” para auxiliar nos planos de atuação; realização de atividades em grupo (famílias, estudantes e profissionais); elaboração e execução de projetos e programas de apoio e orientação intrafamiliar, com temas sobre violência, violação de direitos, racismo, dentre outros; contribuir com a escola para a participação dos sujeitos na construção de projetos políticos-pedagógicos e inserção de gestão na escola; articular com outras redes de serviço para o enfrentamento das expressões da “questão social”; identificar as situações que se devem providenciar encaminhamentos a rede de proteção social.

Ainda, Andrade (2022) acrescenta que a intervenção da/o Assistente Social se dá por meio do diálogo, visitas domiciliares, palestras e outras técnicas operativas, com o objetivo de analisar a realidade social do aluno e sua família. Encurtando a relação da comunidade, escola e família, o/a assistente social utiliza a articulação para intervir na realidade, com outros profissionais da rede de proteção, assim favorecendo a população.

O Serviço Social na educação, de acordo com Ribeiro e Reis (2018) é um desafio para a/o Assistente Social, já que se é um campo a ser explorado, uma vez que as políticas implementadas ainda não são eficientes para garantir uma atuação de qualidade que enalteça as competências, habilidades e atribuições do Serviço Social.

Por fim, Lima (2017) conclui que a atuação da/o Assistente Social possui uma atuação diferenciada na área da educação, já que envolve a família e comunidade para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. E também, por trabalhar em busca da democratização da educação realizando uma interlocução dando esclarecimentos à população. Por isso, o/a Assistente Social com o conhecimento sobre os direitos dos cidadãos, pode realizar uma mediação entre escola e comunidade, contribuindo para que a escola alcance sua função social, garantindo os direitos fundamentais.

DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

A metodologia desta pesquisa foi pautada pela modalidade de pesquisa qualitativa, por meio de análise de dados, juntamente com uma base teórica do materialismo dialético. Assim, com o intuito de realizar a interpretação da realidade, especificamente na rede educacional, com uma articulação com a atuação profissional do Serviço Social.

O Serviço Social na educação no município de Montes Claros passou por uma trajetória permeada de mobilizações, articulações e lutas para a inserção dos profissionais nesse âmbito. Mas, somente em 2019 temos a aprovação da Lei Federal 13.935, que dispõe Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

Diante disso, retoma-se ao objetivo principal da pesquisa, que é compreender a importância da inserção e atuação do Assistente Social nas escolas municipais. Esta pesquisa apresenta resultados de diversas perspectivas, que foram coletados por meio da aplicação de questionário com os Assistentes Sociais já inseridos na rede de ensino municipal.

No início do questionário foram realizadas as perguntas com o objetivo de entender o perfil do profissional inserido, sendo as seguintes perguntas “ Formação Acadêmica”, “ Tempo de atuação na profissão” e “ Tempo de atuação na instituição”. Diante das respostas nota-se que

dentre 04 profissionais, somente um, que está em processo de conclusão de pós graduação na área de educação.

Dando seguimento, ainda para compreender o perfil profissional, foi realizada a seguinte pergunta “Participou de curso de capacitação para a atuação do Serviço Social na educação?”, as respostas obtidas foram, 03 entrevistados responderam que “Não” e outro entrevistado pontua “ Sim, realizei cursos online ofertados pelo CRESS e de outros sites”.

Logo, é necessário atentar-se ao Código de ética profissional (CFESS, 1993) que estabelece em um dos princípios fundamentais “X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;”. Com também, ” aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código.” (CFESS, 1993).

Em seguida, foram realizadas as seguintes perguntas aos entrevistados: “Em sua opinião, qual a contribuição da inserção da profissão na rede pública educacional?”, logo obteve-se respostas que concordam sobre a importância dos assistentes sociais dentro da educação, e ainda de contribuir com o trabalho dos demais profissionais que estão inseridos no âmbito escolar.

Sendo assim, Andrade (2022) destaca que com a presença do Assistente Social na escola, pode auxiliar juntamente com outros profissionais, que ao trabalharem juntos, podem minimizar os impactos da desigualdade e conflitos sociais que geram a evasão escolar ou outros aspectos que atrapalhem no direito à educação da criança e do adolescente.

Logo, foi realizado a seguinte pergunta aos Assistente Sociais “Quais os principais desafios e potencialidades você percebe no campo educacional?”. Diante as respostas obtidas conclui-se que três dos entrevistados destacaram que não há uma compreensão dos demais profissionais da educação sobre o que é o Serviço Social e, principalmente, sua atuação no âmbito da educação.

Com base nisso, Almeida (2003) pontua que as dúvidas sobre o desempenho do papel do Assistente social expõem desconhecimentos por ambas partes, por um lado se exhibe a

possibilidade de sobreposição de funções e habilidades em relação às ações educativas que se dirigem para uma qualificação pautada na construção da cidadania, e por outro lado o mal-estar causado pela vinculação com a presença do Assistente Social com a consolidação das práticas assistencialistas.

Ante o exposto, CFESS (2001) afirma que a contribuição do Serviço Social poderá ser significativa, já que o trabalho é caracterizado em articular diferentes formas de organização e ter uma leitura e diagnóstico do contexto social, levantando suas dificuldades e necessidades. Dito isso, ainda complementa o CFESS (2001) a importância do Assistente Social na educação para integrar a equipe de ensino da área de educação, já que pode se contribuir com a melhoria das condições da constituição do direito à educação públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o percurso desta pesquisa pode-se compreender que a trajetória do Serviço Social na educação se dá desde o surgimento da profissão com as escolas na década de 30, tendo o foco no Ensino Superior. Assim, com os movimentos de reivindicação da inserção da profissão nas escolas de Educação Básica, após décadas houve a conquista da Lei Federal nº 13.935/2019 efetivando a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica, com o intuito de atender as demandas relacionadas à política de educação.

Ainda, foi necessário compreender a trajetória da educação no Brasil, com a educação sendo voltada a ideologia católica para garantir um poder político, econômico e social, mas depois há esse rompimento com a Igreja. Assim, a educação se transforma com o passar dos anos com diversas dificuldades em ser efetivada de modo público e gratuito. Apesar de todos os desafios, se obtém por meio da Constituição Federal de 1988, além de outros documentos da educação, que dispõe a garantia da educação como direito social direcionando o desenvolvimento e preparo para aquele cidadão exercer sua cidadania.

Logo, o Serviço Social sendo uma profissão que possui como objeto de intervenção a questão social, que surge com as expressões cotidianas, tais como família, saúde, trabalho, e exclusivamente o que se aborda a educação, e entre outras, entende-se que a atuação do

Assistente Social, sendo na área educacional, deve ser voltada para o fortalecimento da política educacional, como também nas expressões da questão social que irá afetar diretamente no acesso e permanência do aluno na rede de ensino.

Desta forma, por meio da pesquisa nas escolas municipais de Montes Claros constata-se primeiramente que diante o perfil dos profissionais é importante que, conforme a Lei da profissão e o Código de Ética profissional que estabelece em seus princípios fundamentais, estejam em compromisso com o serviço prestado e em busca constante da qualificação profissional. Contudo, deve se exigir uma contrapartida do Município e Conselhos do Serviço Social para uma capacitação com os Assistentes Sociais, como também toda a equipe multidisciplinar, para que seja efetivado uma atuação fundamental nas demandas que surgirem no âmbito escolar.

Em seguida, com base nas respostas obtidas sobre a importância da inserção do Serviço Social, nota-se que estes profissionais veem esse avanço no município como um ganho imenso para a profissão. Logo, é fundamental o Assistente Social nas escolas com uma relação com os alunos, as famílias e a comunidade, pois estes conseguem compreender aquele aluno, além do ensino, analisando de modo crítico que este aluno está inserido em um contexto social que pode influenciar no aprendizado e a permanência deste na escola.

Apesar disso, nota-se alguns desafios na atuação dos Assistentes Sociais na rede de educação, constata-se que não há um entendimento, principalmente por parte de alguns profissionais da área da educação, do que é o objetivo da profissão e a sua função no âmbito escolar.

A vista disso, com todo o percurso do CRESS no município de Montes Claros com a articulação da inserção do Assistente Social na rede pública, e após teve a conquista por meio da Lei Federal, é necessário ainda que este trabalho de mobilização persista para um fortalecimento da atuação profissional, realizando um trabalho com todos os profissionais da equipe pedagógica ressaltando o trabalho profissional do Assistente Social e sua importância na intervenção com as expressões da questão social que são apresentadas na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação.** Home Page do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, Minas Gerais, p. 1-7, 2003.

ANDRADE, Lais Melo de. **O Assistente Social em instituições de educação básica**. Revista Brasileira de Educação Básica, Belo Horizonte – online, Vol. 5, Número 22, Janeiro – Maio, 2022. Disponível em: <<https://rbeducacaobasica.com.br/2022/05/27/o-assistente-social-em-instituicoes-de-educacao-basica/>>. Acesso em: 02 abril. 2024

BERNADON, Andressa Correa; POSSA, Daniela Dalla; PADOM, Isabel Graciele. Serviço Social na educação e o trabalho em equipe multidisciplinar. In: DENTZ, Marta Von. PEREIRA, Larissa Ramalho. SANTOS, André Michel Santos. **Serviço Social na Educação: Experiências do trabalho profissional e problematizações em curso**. Edunisc, 1º ed, 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abril. /2024.

BRASIL. **Lei nº 13.935**. Brasília, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm>. Acesso em: 01 abril. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Diálogos do Cotidiano – Assistente Social: reflexões sobre o trabalho profissional**, Caderno 4. Brasília. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do Assistente Social 1993**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Diálogos do Cotidiano – Assistente Social: reflexões sobre o trabalho profissional**, Caderno 4. Brasília. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O Serviço Social na Educação**. Brasília/CF. Setembro, 2001.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. Ministério da Educação; Universidade Aberta ao Brasil; Instituto Federal de Educação. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

LIMA, Denise Ribeiro de. **Serviço social na educação: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação**. Instituto de Ensino Superior Franciscano. Bacharelado em Serviço Social. 2017.

RIBEIRO, Elder Pereira; REIS, Jackson Santos dos. **O Serviço Social na Educação: ação e intervenção**. Emblemas-Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais - UFG/CAC, v. 15 n. 1 (2018): Dossiê "Experimentações Etnográficas: Entrecruzando Linhas e Socialidades".

PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO NO TRABALHO NA ERA SUAS: UM DEBATE NECESSÁRIO NO TEMPO PRESENTE.

Jéssica Fernanda Gonçalves¹

Leni Maria Pereira Silva²

Samira de Alkimim Bastos Miranda³

Luciney Sebastião da Silva⁴

Resumo: O advento da organização da Assistência Social no Brasil a partir da entrada do século XXI pode ser considerado marco histórico de definição da proteção social no Brasil. Ao mesmo tempo muda a forma operacional de prestação de serviços na órbita da Assistência Social, exponencialmente, amplia a inserção dos profissionais do Serviço Social e assevera a precarização manifestada nas formas de ingresso e nas condições do exercício profissional nos espaços socioocupacionais. Diante da problemática, pressupõe-se, que em momento de significativa intervenção do Estado há uma expressiva agudização da precarização do trabalho das/os assistentes sociais. Desse modo o estudo analisa a relação da precarização do trabalho das/os assistentes sociais em tempos de pandemia e do SUAS. Trata-se de pesquisa qualitativa com uso de procedimentos de estudo bibliográfico, levantamento de dados secundários em sites oficiais e sob uma análise crítica e dialética. Considera-se que em tempos de SUAS as condições de trabalho e as formas de ingresso corroboram para a precarização e aponta processos de adoecimento no exercício profissional das/os assistentes sociais.

Palavras chave: Precarização; Trabalho; Sistema Único de Assistência Social; Serviço Social; Pandemia.

Abstract: The advent of the organization of Social Assistance in Brazil at the beginning of the 21st century can be considered a historical milestone in the definition of social protection in Brazil. At the same time, the operational form of service provision in the Social Assistance orbit changes, exponentially, expanding the insertion of Social Service professionals and asserting the precariousness manifested in the forms of entry and in the conditions of professional practice in socio-occupational spaces. Given the problem, it is assumed that at a time of significant State intervention there is a significant increase in the precariousness of the work of social workers. In this way, the study analyzes the relationship between the precariousness of the work of social workers in times of pandemic and SUAS. This is qualitative research using bibliographic study procedures, collecting secondary data on official websites and under a critical and dialectical analysis. It is considered that in times of SUAS,

¹Assistente Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Januária-MG; Especialista em Serviço Social na Educação pela FAMART. ORCID:0009-0002-4115-4148. E-mail: fernandajesi@hotmail.com

²Doutora em Ciências Sociais pela UERJ, professora da UNIMONTES. ORCID:0000-0020798-3092 E-mail:leni_2575@yahoo.com

³Mestre em Desenvolvimento Social e Especialista em Saúde Mental pela Unimontes. Assistente Social na Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. ORCID:0000-0001-8753-7879

⁴Mestre em Filosofia UFOP. Professor Departamento Filosofia Unimontes. ORCID:0000-0003-2854-6868 Email:lucineys43@hotmail.com

working conditions and forms of entry corroborate precariousness and point to processes of illness in the professional practice of social workers.

Keywords: Precariousness; Work; Unified Social Assistance System; Social service; Pandemic.

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a precarização do trabalho dos (as) assistentes sociais no Sistema Único de Assistência Social- SUAS e os rebatimentos contemporâneos desse processo na saúde dos profissionais. Compreendido como nova organização nos serviços sociais do Estado, o SUAS, representa a maior o salto da Política de Assistência Social mediante o avanço de serviços de caráter continuado e territorializado. Sposati (2013) estudiosa dessa política ressalta que a relação da Assistência Social enquanto Política preventiva e protetiva é permeada por uma relação de confronto aos valores da sociedade capitalista, uma vez que atribui a suas ações a manifestação da tutela e do assistencialismo, estigmatizando os usuários dessa Política e os trabalhadores que nela atuam.

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa com uso de procedimentos tais como: Estudo bibliográfico, levantamento de dados secundários e análise dos dados. Tais apreensões são tratadas na perspectiva analítica do materialismo histórico-dialético, uma vez que, a teoria social crítica pode averiguar e estratificar as relações que foram construídas no campo dialético, das contradições históricas e sociais que permeiam a luta de classes, situando a relação Estado e sociedade, bem como as contradições que emergem dessa relação e seus impactos sobre a vida cotidiana dos /as trabalhadores que atuam em políticas públicas. Dividido em três sessões, o estudo contempla discussões sobre precarização, trabalho e adoecimento dos profissionais do Serviço Social inseridos nos serviços do Sistema único de Assistência - SUAS. Desse modo, o primeiro momento discutimos o conceito de precarização do trabalho e sua manifestação no Serviço Social, analisando as novas modalidades de trabalho precário no atual processo de reestruturação produtiva.. Por fim, apontamentos sobre o processo de adoecimento dos (as) assistentes sociais, correlacionado com o acirramento da precarização do trabalho no tempo presente.

CAPITALISMO PANDÊMICO: PRECARIZAÇÃO INTENSIFICADA

Torna-se interessante demarcar um período sob o qual os autores tecem suas reflexões acerca das alterações ocorridas no mundo do trabalho que implantaram um lastro de mudanças no cotidiano das relações sociais. Assim, a década de 1970, representou um momento histórico para o mundo do trabalho. Criaram-se novas e reatualizaram velhas formas de controle sobre o trabalho modificando sua natureza e as relações de produção e desenvolveu um quadro permanente de incertezas e riscos no cotidiano dos trabalhadores.

No âmbito do Serviço Social, observa-se que a crise estrutural capitalista impacta o cotidiano tanto do exercício profissional quanto da sua inserção no mundo do trabalho. A gestão pública assolada pelo neoliberalismo, a partir dos anos 1990 no Brasil foi conduzida sob o signo das determinações econômicas. Moldada para atender aos empreendimentos do capital introduziu a flexibilização dos direitos trabalhistas e a terceirização como ocorre nos processos gerenciais advindos da indústria.

Situações como a apropriação da qualidade total; do cumprimento de metas; da terceirização e de processos licitatórios para contratação de profissionais de Serviço Social na modalidade de pregão fazem parte da atual conjuntura do trabalho para os/as assistentes sociais. Estes instrumentos da gestão do trabalho do setor privado chegam à era da “lei de responsabilidade fiscal”⁵ como atributos da eficiência da administração pública. Inova no aparato de oferta de serviços a partir de uma nova gestão pública. Contraditoriamente mediante a ampliação de serviços e de inserção profissional que se assevera a precarização do trabalho. Uma vez que essa expansão do mercado de trabalho se dá nos moldes flexibilizados e reestruturado onde cresce o trabalho precário, parcial, temporário, bem como as diferentes modalidades de flexibilização de vínculos e direitos, além da ampliação do trabalho voluntário e das diversas formas de cooperativismo e empreendedorismo, que ocultam os novos modos de gestão e (auto) exploração do trabalho (Raichellis, 2010).

Diante desse contexto a condição do trabalhador é de uma contínua expressão de precariedade. Tanto pelas condições para desenvolver suas atribuições e competências quanto para a garantia de seus direitos. Sob precariedade, Alves (2007) compreende que a precarização

⁵ Segundo Andrade [...] Lei Complementar n.º 101/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), atua diretamente na gestão fiscal para normatizar as finanças públicas. Inserida no bojo das exigências estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com o estabelecimento de limitações para gastos com diversos grupos de despesa na administração pública, exceto para o pagamento do principal e juros das dívidas interna e externa.

do trabalho constitui um elemento que nasce no processo de intensificação da exploração do trabalho desde sua formação na escravidão (em se tratando do Brasil) como da absorção da força de trabalho por meio da indústria.

Nesse sentido, Druck (2011) ressalta que a precarização acirrada *estratégia de dominação do capital* que modifica as condições de trabalho estável e assalariado. Situação que se intensifica com a onda neoliberal. Para Alves (2007) as formas de precarização a partir do Neoliberalismo são mais perversas. Para Pimenta e Araujo (2018) o modelo perverso de gestão neoliberal somente vê o trabalho por meio de indicadores de desempenho, ali onde o sujeito humano e sua atividade não passam de um recurso.

Este cenário desemboca não só na crise das identidades no trabalho, mas nas formas diversas de adoecimento físico e mental. A ética está comprometida nesse modelo, no qual o assédio moral se torna uma prática inerente à própria gestão (Pimenta e Araujo, 2018, p.210).

O trabalho precário é representante de um conjunto de situações que se manifestam no cotidiano do/a trabalhador/a. Segundo Druck (2011):

O trabalho precário em suas diversas dimensões (nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos) [...] (DRUCK, 2011, p.41).

O trabalho precarizado ficou evidenciado no mundo, de forma mais expressiva, a partir da pandemia do covid-19. O advento da crise econômica e sanitária gerada pela pandemia do Coronavírus no início dos anos 2020 tornou ainda mais evidente as contradições do sistema capitalista e o acirramento de desigualdades já existentes. Antunes (2022) ⁶ denomina de *capitalismo pandêmico* o efeito destruidor da atual reestruturação produtiva do capital que uma forma de trabalho combinada com o aumento das tecnologias de informação que empurra a

⁶Antunes (2022) adianta que a pandemia contribuiu para expansão do trabalho nas plataformas digitais, a qual denominou de *Uberização* do trabalho. Uma nova forma de intensificação da precarização, na qual as relações de trabalho são individualizadas e a exploração e o assalariamento invisibilizados. O trabalho vivo é substituído por atividade automatizada e robotizada. Ressalta o autor que essa categoria de trabalhadores não para de crescer a nível mundial e não se limita aos entregadores e motoristas, mas se expande para demais trabalhadores como médicos, professores e engenheiros por exemplo. Assim, mediante a hegemonia do capital financeiro, introduz-se um maquinário informacional digital altamente avançado, capaz de potencializar exponencialmente a utilização da força de trabalho

classe trabalhadora para a flexibilização, terceirização e informalidade, reduzindo o trabalho vivo e intensificando a corrosão dos direitos trabalhistas. Resta saber, como essas mudanças no mundo do trabalho impactam o fazer profissional dos assistentes sociais em tempos de capitalismo pandêmico?

O TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ERA SUAS: PRECÁRIO DO PRECÁRIO

A luz da sociologia do trabalho tendo como expoente Alves (2007) define a precarização com precisão em suas análises situando-a a partir da precariedade histórica que releva o novo estatuto do trabalho. Pondera o autor:

A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. A precarização é entendida como uma característica da precariedade, um elemento que a precede, que corrobora para a fragilização dos direitos e da vida do trabalhador, em outros termos, é um processo historicamente determinado, que ganha amplitude no período de industrialização do capitalismo marcado pela explícita contradição entre as classes capital / trabalho (Alves, 2007, p.113-114).

Nesta perspectiva, compreende-se que a precarização é fenômeno inerente da acumulação de riqueza, especialmente quando se considera que o aumento de riqueza se dá em virtude da agudização e expansão da pobreza. E, no marco do capitalismo moderno e sob os efeitos da crise do capital eclodida na década de 1970 é possível compreender questões que merecem destaque: O histórico estado de precariedade⁷ em que se desenvolvem as forças produtivas e a intensificação da exploração do trabalho que instala a precarização enquanto um efeito irreversível nos moldes da sociedade capitalista.

Essa condição representa todas as relações sociais assentadas na dinâmica sócio-metabólica do capital, uma vez que, a acumulação da riqueza resulta dos processos de empobrecimento da classe trabalhadora. E, em contextos como ocorreu com o advento da aprovação de um tripé protetivo, no interior da Seguridade Social brasileira não será diferente. O fato da Assistência Social estar inserida na Seguridade Social, não redundou em melhores

⁷A precarização é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho. É o conteúdo do Estado político da decadência histórica do capital. O Estado neoliberal tende a suceder, sob determinadas condições histórico-políticas, o Estado social (Alves, 2007, p. 114).

condições de trabalho e, portanto, não isentou das mudanças ocasionadas pelo processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho. Ao contrário, torna-se evidente que as políticas sociais mediante a instauração do Neoliberalismo desde a década de 1990, estiveram a serviço da consolidação do modelo de acumulação capitalista ao criar e ampliar políticas sociais de caráter redistributivo e compensatórias aos trabalhadores e aos sem trabalho.

Esses indicativos já sinalizados por Mota (2010) são reafirmados por Bochetti e Behring (2021) ao analisar as tendências da Política de Assistência Social no Brasil no contexto da pandemia do Covid-19. Contexto de asseveramento da omissão do Estado por meio do desmonte da Seguridade Social que seguiu um rito drástico agudizando retrocessos no campo dos direitos trabalhistas e desencadeadas, especialmente sob iniciativas do governo do ex-presidente Bolsonaro onde se percebe uma onda ultraneoliberal, resultando em “um processo “acelerado” e ampliado de assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto, o que difere imensamente do direito à Assistência Social” (Bochetti e Behring, 2021, p.81) Adoece-se pela letalidade do vírus e, por outro lado, adoece-se por não receber proteção social no exercício profissional. Foi um período nebuloso em que os trabalhadores não recebiam materiais de proteção, segurança e combate a disseminação do vírus, ao contrário, muitos esforços foram envidados, inclusive pelo Ministério de Saúde descaracterizando a gravidade e mobilizando a sociedade para agir em dissonância das orientações da Organização Mundial da Saúde.

Outro elemento notório no contexto pandêmico foi a perda de empregos formais. Conforme dados do IBGE (2021) o número de desempregados ultrapassou os 15,2 milhões no primeiro trimestre deste ano, taxa de 14,9%, superior aos 14,7%, o que representa menos de 452 mil pessoas sem emprego. Quanto a taxa de informalidade aumentou 2,6% em um ano, de 38% para 40,6%, e de 0,6% em relação ao trimestre anterior, quando registrava 40%.

Dados eu revelam o acirramento da *questão social* onde a pandemia do Covid-19 revelou precariedade da oferta e a restrição como são conduzidas as Políticas Sociais, situação que redundou em retrocessos as medidas para seu enfrentamento. Nesse sentido, pobreza e desemprego asseverado, caos pandêmico e os impactos gerados pelo desmonte do Sistema de Proteção Social incidem diretamente no trabalho do e do/a assistente social colocando à prova aos desafios do cotidiano profissional. O retrocesso do Estado na operacionalidade da pandemia foi de vários movimentos. Uma catástrofe sem precedentes foi o, no governo de Bolsonaro,

corte de orçamento de 70% dos recursos destinados ao provimento do Sistema Único de Assistência Social. Sendo uma perda gradativa de investimentos nos anos 2019 que tinha o início da gestão que caiu de R\$3 bilhões, em 2019, para R\$910 milhões no ano 2020. Um efeito desastroso que comprometeu as atividades que incluem o cadastramento e pagamento do BPC e do Auxílio Brasil, o antigo Bolsa Família, uma vez que o SUAS também responde pelo Cadastro Único.

PANDEMIA E SUAS: ADOECIMENTO EM TEMPOS DE TRABALHO PRECÁRIO

É necessário considerar que a pandemia ocorre em um contexto mundial de precarização do trabalho, de aviltamento das condições de trabalho, perda de direito e exponencial desemprego, nada de novo, mas muito mais perverso. Condições que já denotam o comprometimento da dignidade da vida em detrimento da exposição ao adoecimento e à morte. Antunes (2021) e Souza Santos (2020) construíram preciosas análises sobre relação da pandemia com a crise estrutural do capital. Estes, em obras específicas, mas com objeto em comum apresentam a relação de apropriação estratégica do capitalismo em relação aos impactos da pandemia.

Antunes (2021) averba que:

O cenário social no país, antes do ingresso da pandemia, já contabilizava uma massa imensa de trabalhadores informais, precarizados, flexíveis, intermitentes, e que, no caso dos uberizados, não tinham alternativa senão trabalhar 8, 10, 12 e até 14 horas por dia. Se não o fizessem, não perceberiam salários, pois compreendem uma categoria completamente à margem dos direitos do trabalho (Antunes, 2021, p.211-212)

Diante do contexto da pandemia e da precarização ascendente devido às investidas do Estado neoliberal em desinstitucionalizar direitos, proteções sociais, que havia dado início nos anos de 2016 como foi o caso da aprovação da PEC-95⁸ que congelava os orçamentos das políticas

⁸Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Segundo Mariano "A EC 95/2016, ao constituir uma opção equivocada por alcançar superávit primário por meio do limite de gastos, aprofundando a crise econômica para satisfazer setores ligados ao capitalismo rentista, parece mais uma medida que pretende devolver o país ao seu habitual Estado de exceção econômica, imposto pelo *mainstream*, aliás, a toda a América latina. Isto é, trata-se de um obstáculo neocolonialista ao desenvolvimento soberano de economias periféricas, que vivenciaram nos últimos tempos governos com tendências populares e mais democratizantes, com o objetivo de domesticá-las na tradicional relação econômica de dependência com as economias do capitalismo central (Mariano, 2017, p.201) " fonte: MARIANO. C.M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômica e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, jan./abr. 2017

sociais por vinte anos. Essa ingerência estatal além de intensificar a exploração do trabalho e cruelmente acirrar a desigualdade tornou o país o maior campo de disseminação do vírus. Ampliando o número de mortos em escala vertiginosa, onde o Brasil é o segundo país com mais mortes por Covid-19 no mundo, apenas atrás dos EUA.

Aos que estão vivos e sobrevivendo a desigualdade se manifesta em dados. Segundo IBGE (2020) ⁹a taxa informalidade de 39,9% (36,8 milhões) da população ocupada passa a compor, na linha de frente, a população usuária dos serviços do SUAS³. Sendo que a estimativa do Governo Federal era de que até 70 milhões de pessoas possam receber o Auxílio Emergencial. Para o Instituto essa população é o equivalente a quase o dobro da população do Canadá e bem mais que a totalidade da população da Argentina (Agência IBGE, 2020).

Segundo Souza Santos (2020) as pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga, uma vez que:

Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde para nos defendermos do vírus porque vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque são obrigados a trabalhar em condições de risco para alimentar as famílias, porque estão presos em prisões ou em campos de internamento, porque não têm sabão ou água potável, ou a pouca água disponível é para beber e cozinhar, etc. (SOUZA SANTOS, 2020, p.24).

Essa seletividade perniciosa da pandemia anunciada pelo sociólogo pode ser compreendida a partir da medida drástica adotada que foi o isolamento. Recurso necessário, mas doloroso para todos/as aqueles/as que tinham como exclusivo meio de provimento a venda da força de trabalho, isso para todos os setores produtivos ficou evidente.

As recomendações da OMS parecem ter sido elaboradas a pensar numa classe média que é uma pequeníssima fração da população mundial. O que significa a quarentena para trabalhadores que ganham dia-a-dia para viver dia-a-dia? Arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à sua família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida desta? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção (Souza Santos, 2020, p.16).

É esse contexto de asseveramento da precarização que marcará esse século e esse *éofio da navalha* nos termos de Raichelis e Arregui (2021) diante a perda deletéria dos direitos sociais e degradação da vida dos trabalhadores, intensificando sentimentos de medo, angústia e

⁹ Ver www.agenciaibge.gov.br 2020.

sofrimento. Uma gestão do trabalho sobre relações hierárquicas, sob modalidades de controle e relações de poder que se potencializam os sofrimentos e que os inviabiliza, é tormenta e indicativo de desumanidade (Dejours, 2015, p.158).

Dados da Fundação Getúlio Vargas e pelo Núcleo de Estudos da Burocracia (FGV/NEB, 2020), realizada com assistentes sociais no SUAS aponta que cerca de 74,26% dos apontaram mudanças na gestão do trabalho. Ocasionalmente sentimentos de insegurança, medo, frustração e preocupação especialmente em relação ao vínculo de trabalho e com os usuários da Política em um contexto de desproteção estatal. Outros órgãos com dados levantados é a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS, 2020) que indica que transtornos depressivos graves aumentaram em 35% e os transtornos de ansiedade em 32%. Para o órgão cerca de 65% dos países relataram interrupções nos serviços essenciais de saúde mental e uso de substâncias em 2020. Esse índice caiu para 14% no início de 2023. Outro fator que desencadeou severos impactos, segundo pesquisa Fiocruz (2022)

O principal motivo apresentado pelos profissionais de saúde para a sensação de esgotamento se refere à falta, escassez ou inadequação dos equipamentos de proteção individual (EPI) (23%), seguido da contaminação pelo contato com os pacientes (18%) e de problemas de infraestrutura na unidade de saúde (14%).

Em se tratando dos profissionais, especialmente da área de saúde, tem-se um agravamento também revelado pela pesquisa do Ministério da Saúde¹⁰, Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Enfermagem (2020) foi registrado 180 mil casos de Covid-19 em profissionais de saúde de todo o país, com 163 óbitos.

Sobre as condições de trabalho a Fiocruz em sua pesquisa intitulada “condições de trabalho e saúde mental no contexto do Covid-19 no Brasil” junto às categorias profissionais¹¹, são

¹⁰A Fundação Osvaldo Cruz no período de 2020 a 2021 ouviu cerca de 15.132 profissionais em mais de 2.000 municípios nas 5 regiões do país, de um universo de aproximadamente 2 milhões de pessoas das 14 profissões da saúde. No Boletim (2020) informa que o Sistema Único de Saúde (SUS) possuiu mais de 200 mil serviços de saúde (média e alta complexidade); cerca de 430 mil leitos. De recursos humanos possui mais de 3 milhões e 500 mil profissionais da saúde, sendo 2 milhões de médicos e profissionais que compõem a equipe de enfermagem. No período da pandemia do Covid-19 foram pesquisados médicos (intensivista, infectologista, pneumologista, radiologista, clínico, cirurgião geral, anestesista, patologista, generalistas), a equipe de enfermagem (enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem) e fisioterapeutas (cardiorrespiratórios), que estão no atendimento da atenção primária em saúde e na rede hospitalar de referência em Covid-19 em todo o país. Ver Boletim Epidemiológico Especial nº 22.

¹¹**Médico; Enfermeiro; Fisioterapeuta/Terapeuta Ocupacional; Odontólogo; Biomédico; Farmacêutico/Bioquímico; Psicólogo; Assistente Social; Nutricionista; Fonoaudiólogo; Biólogo; Médico Veterinário; Administrador Hospitalar; Educador Físico; Engenheiro (segurança do trabalho, sanitarista) Graduando (medicina, enfermagem.**

submetidos vínculos precários como o contrato temporário (13,3%) vem em terceiro e ¼ informa que tem outras atividades como 'autônomos' prestam serviços avulsos sem qualquer vínculo trabalhista ou proteção social (Fiocruz, 2022, p.21).

Acerca das condições para o exercício profissional tem-se:

43,2% dos profissionais de saúde não se sentem protegidos no trabalho de enfrentamento da Covid-19, e o principal motivo, para 23% deles, está relacionado à falta, à escassez e à inadequação do uso de EPIs (64% revelaram a necessidade de improvisar equipamentos). (18%), a ausência de estrutura adequada para realização da atividade (15%), além de fluxos de internação ineficientes (12,3%). (Fiocruz, 2022)

Em caso específico do Serviço Social no contexto diante dos dados da pandemia, o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) realizaram um levantamento em 2021 sobre a pandemia e Serviço Social, nessa registram 114 assistentes sociais.

Dos dados¹² obtido por meio do Memorial feito pelo Conjunto verificou-se que 56,1% dos casos de óbito eram de profissionais que atuavam na Política de Assistência Social. 23,6% atuavam na saúde, 3,5% atuavam na educação; docentes foram 0,7% e 1,7% eram discentes. Os dados também revelam em menor expressividade, assistentes sociais que vieram a óbito cuja atuação vinculava-se ao Terceiro setor, Presídio, Entidades, Habitação e aposentados, respectivamente 0,8%. Em movimentos sociais, programas socioeducativos e Direitos Humanos, o equivalente a 1,7%. Nota-se que o número expressivo de assistentes sociais na Assistência Social se dá tanto pela exposição direta nos serviços. Bem como o aumento expressivo da demanda em detrimento do acirramento da desigualdade e empobrecimento da classe trabalhadora. Além de ser uma das políticas que não dispunha do EPIS para assegurar minimamente a proteção.

No campo da saúde mental, a pesquisa da Fiocruz revelou os principais impactos ocasionados pela pandemia na saúde do trabalhador

Perturbação do sono, como insônia ou hipersonia; Cansaço extremo/Incapacidade de relaxar/Estresse; Alteração no apetite/Alteração do peso; Aumento no consumo de medicações, álcool ou bebidas energéticas, cigarro; Dificuldade de concentração ou pensamento lento; Perda de satisfação na carreira ou na vida/Tristeza/Apatia; Perda de confiança em si, na equipe ou no trabalho realizado; Medo; Sensação negativa, suicida; Dificuldade de experimentar felicidade; Sentimento de solidão (Fiocruz, 2022).

¹² Dados levantados a partir do memorial realizado pelo CFESS/ ABEPSS dedicado, em homenagem aos assistentes sociais vítimas do Covid-19.

Situação já sinalizada em estudos de Fernandes e Barreta (2021) em pesquisa realizada no início da pandemia com profissionais do SUAS que aproximadamente 70% dos profissionais classificaram o trabalho no cotidiano profissional como estressante/ou muito estressante. Tipos de adoecimento como “insônia, síndrome do pânico, narcolepsia, transtorno obsessivo compulsivo (TOC), cansaço excessivo, enxaqueca, gastrite, estafa, síndrome de Burnout, fibromialgia, hipertensão, angústia [...]” são revelados (Fernandes; Barreta, 2021, p.190).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revelou que a precarização se manifesta de forma objetiva por meio das formas de contratação e recrutamento da mão de obra. Situações como definição das formas de vínculos onde se define o contrato temporário, com redução de direitos, flexibilização ou desconsideração da existência de direitos trabalhistas, previdenciário se garantias conforme posto, ou exposição à situação de risco à saúde ocasionando vulnerabilidade social por meio do comprometimento jurídico e econômico.

A pandemia acirrou uma condição que já era precária. Instala-se num contexto de deterioração de direitos e coloca segmentos da classe trabalhadora, especialmente, assalariados, informais e profissionais com contratos precários em estado latente de exposição a letalidade do vírus. Mas em uma condição de vida que já era de risco em detrimento da pobreza, da informalidade e da ostensiva perda de direitos sociais que se iniciou a partir de 2016, o efeito foi devastador de adoecimento, morte e sofrimento mental.

Acerca do adoecimento têm-se nos dados a comprovação por meio dos pedidos de licença, dos atestados sinalizando casos de ansiedade, depressão, dores entre outros sintomas. Situações que tiveram notoriedade no período pandêmico. Trabalhadores das Políticas Públicas como saúde, assistência social e educação, expostos ao vírus foram acometidos pela doença; vieram a óbito. Diante do “novo normal”, os casos de doenças mentais ocuparam dados estatísticos. A análise dos dados e a revisão bibliográfica demonstrou que a gestão do trabalho no SUAS é tensionada por fatores que afetam o trabalho dos/as assistentes sociais seja nas condições operacionais de trabalho seja na relação com os pares, desencadeando adoecimentos e sofrimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- _____. ANTUNES, R.O Vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. 1. ed. Bauru: Canal 6, 2020. Recurso digital. (Projeto Editorial Praxis). p. 181-188
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaio da sociologia do trabalho**. 2 Ed : Práxis, 2007.
- BARRETO; HELOANI; **Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais**, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Ssc7hLDWdns4BcYxMmS5fQF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19/04/2024.
- DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e Resistências**. CADERNO CRH, Salvador, v. 24 n.spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf Acessado em 20 de Abr. 2024.
- DÉJOURS, C. **A psicodinâmica do trabalho: análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2015.
- FERNANDES; BERETTA. **Saúde mental e trabalho: A realidade dos trabalhadores do SUAS**. Rev. Psicol Saúde e Debate. Set., 2021:7(1): 181-194.2021. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/763/503>. Acesso em: 18/04/2024.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS-FGV; Núcleo de Estudos da Burocracia-NEB. **Nota técnica - A pandemia de COVID-19 e os profissionais da Assistência Social no Brasil**. jun. 2020.
- FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Pesquisa Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19 no Brasil – ENSP - CEE- FIOCRUZ**, 2020/2021.
- FRANÇA; MOTA. **PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO: uma abordagem psicodinâmica**. RBNDR · ISSN 2358-5153 · ano 8 · nº1 · p. 5-20 · jun. · 2021. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2021/07/1_RBNDR_20211.pdf. Acesso em: 19/04/2024
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua*, Rio de Janeiro, 15 maio 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-em-30-mar-2024>.
- MOTA, A. E. Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao serviço social brasileiro. **Diálogos do Cotidiano: Assistentes sociais Reflexões sobre o cotidiano profissional**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 49-65, 10 mar. 2022.
- _____. (Org). **O Mito da Assistência Social: Ensaio sobre Estado, política e Sociedade**. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PIMENTA. A.M. ARAUJO. N.G. de. O que pode o trabalhador num modelo de gestão neoliberal? In: **Psicologia em Revista, Belo Horizonte**, v. 24, n. 3, p. 930-946, dez. 2018

RAICHELLIS, R; ARREGUI, Carola. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021 Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 de Abr.2024.

SOUZA E SANTOS. B. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Biblioteca Nacional de Portugal. Almedina. 2020.

AS PRINCIPAIS DEMANDAS APRESENTADAS POR ASSISTENTES SOCIAIS NOS PLANTÕES DO CRESS MG EM 2023

Claudio H. Miranda Horst¹
Luciana M. Mourão Cardoso²
Marcelo Soares da Rocha³

Resumo: O artigo tem como objetivo refletir sobre as principais demandas que chegaram aos plantões do setor de orientação e fiscalização do CRESS-MG no ano de 2023. Trata-se de pesquisa documental, que utilizou como corpus de análise os *formulários* dos plantões. O plantão é um instrumento adotado como estratégia de materialização e avanço da orientação e fiscalização do exercício profissional de assistentes sociais em Minas Gerais, na perspectiva da Política Nacional de Fiscalização do conjunto CFESS/CRESS. Os resultados apontam a importância do plantão, a multiplicidade e os principais temas que atravessam o cotidiano profissional.

Palavras-chave: Plantão; Orientação e Fiscalização; Serviço Social; Conjunto CFESS/CRESS.

Abstract: The article aims to reflect on the main demands that reached the shifts in the CRESS-MG guidance and inspection sector in the year 2023. This is documentary research, which used the shift forms as the corpus of analysis. The duty is an instrument adopted as a strategy for materializing and advancing guidance and supervision of the professional practice of social workers in Minas Gerais, from the perspective of the National Inspection Policy of the CFESS/CRESS group. The results point to the importance of the shift, the multiplicity and the main themes that permeate daily professional life.

Keywords: Duty; Guidance and Supervision; Social service; CFESS/CRESS set.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as principais demandas que chegaram aos plantões do Setor de Orientação e Fiscalização (SOFI) do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/MG) em 2023. Partimos do pressuposto que o Plantão é um instrumental estratégico, um espaço privilegiado para materialização da orientação e fiscalização do exercício profissional de assistentes sociais em consonância com a Política Nacional de Fiscalização (PNF) do conjunto CFESS/CRESS.

Além da compreensão do Plantão como parte do trabalho de agentes fiscais, também o consideramos instrumento estratégico no cotidiano dos CRESS, uma vez que visa a construção

¹ Assistente Social, Professor no Departamento de Serviço Social da UFOP, Doutor em Serviço Social, E-mail: claudio.horst@edu.gov.br.

² Assistente Social, Agente Fiscal do CRESS-MG, E-mail: luciana.mourao@yahoo.com.br.

³ Assistente Social, Agente Fiscal do CRESS-MG, E-mail: marcelorochabh@gmail.com.

de respostas às diversas demandas ao Setor de Orientação e Fiscalização. Diferentemente do que a Profissão vem realizando historicamente nos espaços dos plantões (Amador, 2009; Monteiro, 2010), as respostas de agentes fiscais a essas demandas têm sido mediadas pelo Projeto Ético Político do Serviço Social, constituído pelo Código de Ética Profissional, pela Lei de Regulamentação da Profissão, pelas resoluções e outras normativas do Conjunto CFESS/CRESS e dimensões.

No período de 02 de Janeiro a 31 de Outubro de 2023, as/os agentes fiscais da Sede e Seccionais do CRESS 6ª Região utilizaram o formulário de atendimento do Plantão para registrar as demanda da categoria durante os atendimentos, que ocorrem de segunda a sexta feira, no horário de 13:00 as 19:00 horas nas respectivas sedes do conselho. As demandas são oriundas de contatos telefônicos, atendimentos presenciais (individuais/coletivos), ou ainda, via e-mail.

Trata-se de reflexão realizada a partir de pesquisa *documental*, com ênfase *qualitativa*, que utilizou como corpus de análise os *formulários* dos plantões para coletar os dados. A *amostra* diz respeito ao total de 1.907 formulários de atendimentos analisados, chegando a uma média de 191 atendimentos por mês e 10 atendimentos por dia. Os dados foram organizados em tabelas, gráficos e conteúdos temáticos como parte da técnica de *análise de conteúdo*.

O artigo está organizado em *duas partes*. Na primeira, apresentamos o espaço do Plantão, sua organização e objetivo no âmbito da particularidade do trabalho de agentes fiscais no CRESS/MG. Na segunda parte, discutimos as principais demandas trazidas pela categoria de assistentes sociais ao CRESS 6ª Região.

O PLANTÃO COMO ESTRATÉGIA DE MATERIALIZAÇÃO DA PNF

I.

O Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região, através da Comissão de Orientação e Fiscalização, buscando cumprir as deliberações do Conjunto CFESS/CRESS e as diretrizes propostas pela Política Nacional de Fiscalização (PNF), instituiu, como instrumento e metodologia de trabalho do Setor de Orientação e Fiscalização (SOFI)⁴, o Plantão.

⁴ O Setor de Orientação e Fiscalização é composto por Agentes Fiscais, auxiliar administrativo e Coordenação Técnica, tendo como responsabilidade encaminhar e executar os procedimentos necessários às deliberações da COFI, bem como, a implementação da Política Nacional de Fiscalização (PNF) (Resolução CFESS nº 512/07). O SOFI, Revista Serviço Social em Perspectiva

Compreende-se como plantão o espaço de atendimento de serviços prestados à sociedade, uma estratégia de intervenção profissional que atende necessidades de usuários de um serviço. No SOFI, o plantão é compreendido como um serviço de atendimento e orientação às demandas rotineiras, espontâneas e emergenciais da categoria profissional dos/das assistentes sociais, bem como dos atores relacionados ao trabalho profissional. O plantão é executado por assistentes sociais/agentes fiscais, na sede e nas seccionais do conselho, por meio de contato telefônico, por e-mail e atendimento presencial. Este serviço tem como objetivo orientar, fiscalizar o exercício profissional do/a assistente social na perspectiva de defesa da profissão e do Projeto Ético Político. Devido ao caráter pedagógico e preventivo deste serviço, percebemos uma maior aproximação e valorização do conselho pela categoria profissional.

A/O agente fiscal plantonista é responsável por repassar informações aos agentes fiscais que estão executando atividades externas, bem como, acolher e dar encaminhamento às demandas apresentadas pela diretoria. As atividades emergenciais que surgem no decorrer do plantão, tais como, lacração de material sigiloso ou visitas não programadas são de responsabilidade da/o agente fiscal plantonista. A coordenação técnica responde pelos atendimentos neste interstício de tempo em que a/o agente fiscal plantonista estiver em atividade externa decorrente das demandas emergenciais.

A/O agente fiscal plantonista é responsável por deixar as demandas do plantão encaminhadas. Caso não seja possível, deverá tomar as providências necessárias para repassar as pendências para a/o próxima/o plantonista. Conforme sinalizado, o funcionamento do plantão é de segunda a sexta-feira, no horário de 13 às 19h. Utiliza-se como procedimento, o atendimento, com escuta qualificada, através de contato telefônico, presencial, ou ainda, via e-mail, de forma a viabilizar a demanda apresentada.

A condução metodológica utilizada é, de um modo geral, a de orientação, tendo como parâmetros as normativas da profissão (Código de Ética, Lei 8662/93, resoluções), além de

além de responder pelos encaminhamentos da COFI e os procedimentos administrativos da fiscalização, também é responsável por elucidar e orientar a categoria profissional de Assistentes Sociais, as instituições públicas ou privadas, autárquicas, filantrópicas e a sociedade, em geral, sobre assuntos relativos ao exercício da profissão. A orientação realizada pelo SOFI se dá por meio de atendimentos telefônicos, de e-mails e presencial. Tais demandas são devidamente registradas em formulário próprio para posterior análise e direcionamento de ações no campo orientativo e educativo.

pareceres jurídicos, bibliografias diversas, discussões técnicas e demais legislações pertinentes ao exercício profissional do Serviço Social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

O plantão foi instituído para garantir o atendimento às demandas espontâneas e emergenciais, tendo como finalidade atender aos assistentes sociais, as instituições e a sociedade. Atendimentos esses primados pela qualidade, confiabilidade, presteza e rapidez, de forma a garantir o acesso às orientações, informações e encaminhamentos no que tange às competências do conselho. Entendemos que esta estrutura contribui com o propósito de orientar e fiscalizar o exercício profissional de assistentes sociais. Seja pelo planejamento estratégico da COFI ou pelos compromissos assumidos pelo Conjunto CFESS/CRESS perante a categoria e a sociedade.

As ações administrativas advindas da organização dos processos administrativos, das denúncias de infração à Lei Federal N°. 8.662/93, das demandas internas de diversos setores do conselho levaram a necessidade de aprimorar a metodologia de trabalho das/os agentes fiscais, de forma a garantir as condições técnicas necessárias à execução de suas atribuições, visando à manutenção da qualidade dos serviços prestados. Apresentado o espaço do plantão, sua organização e objetivos, passaremos ao balanço do ano de 2023.

SÍNTESE DOS DADOS E DEMANDAS DOS PLANTÕES DE 2023

Conforme estamos demonstrando, partimos do pressuposto que o plantão é uma estratégia que possibilita, tanto a materialização da PNF, como também o seu avanço. Conforme sabemos, o aspecto pedagógico da fiscalização está previsto na PNF: *A ação fiscalizadora dos CRESS deve ser definida em conformidade com a Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS, articulando-se as dimensões: afirmativa de princípios e compromissos conquistados; político-pedagógica; normativo e disciplinadora.* De modo geral, podemos observar as seguintes demandas e características dos atendimentos:

I. Atendimento por contato telefônico e eletrônico (e-mail) para consultas gerais por parte de assistentes sociais, instituições e sociedade em geral. *Principais demandas:* informações ou esclarecimentos sobre acúmulo de cargos públicos, supervisão de estágio, ensino a distância, orientação sobre como proceder a denúncias éticas, divulgação de vagas, carga horária de

trabalho, piso salarial, acolhimento de denúncias de exercício ilegal do Serviço Social, dentre outras.

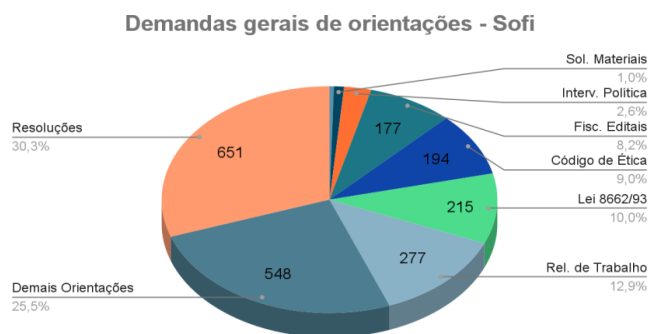
II. Atendimento presencial: previamente agendado ou não. *Principais demandas:* situações trabalhistas, dúvidas sobre exercício profissional, informações de procedimentos para realização de denúncias éticas e de infrações à lei 8.662/93 etc.

III. Demais atividades da/o plantonista: encaminhamentos das deliberações da COFI; elaboração de relatório da reunião da COFI supervisão de estagiários; fiscalização de concursos; manutenção do suprimento dos instrumentais da fiscalização; elaboração de ofícios e minutas diversas, dentre outras.

Inicialmente, temos alguns dados que sintetizam e apresentam um panorama mais geral. O primeiro apresenta as principais formas de atendimentos das demandas que chegaram aos plantões de janeiro a outubro de 2023. Observa-se que majoritariamente (56,5%) das demandas, chegaram via telefone, pelas ligações para a sala do plantão. Em segundo lugar, foram as demandas por meio do e-mail institucional (40,8%). Por fim, temos duas formas de acesso aos plantões que aparecem de maneiras reduzidas nos relatórios analisados: o Whatsapp (0,5%) e o presencial (2,2%). Tal informação demonstra que as duas principais formas de acesso ao serviço possibilitam, de forma igualitária, que todos/as os/as profissionais do Estado sejam atendidos, independente da área/município que se encontrem. Tal ação possibilita ao Cress executar ações educativas e preventivas conforme previsto na PNF.

O segundo dado, conforme gráfico 1 abaixo, traz um panorama temático mais amplo, elencando os dados em categorias gerais, que serão subdivididas e apresentadas, em outros gráficos abaixo, focando em recortes específicos, dentro de cada tema⁵.

⁵ Com exceção dos temas “**fiscalização de concursos**” que foi objeto de levantamento e de análise por outras agentes fiscais do mesmo setor, visando publicação específica. Bem como o tema “**solicitação de materiais**” que, por não se tratar estritamente de demanda orientativa, não será abordada nesta produção.



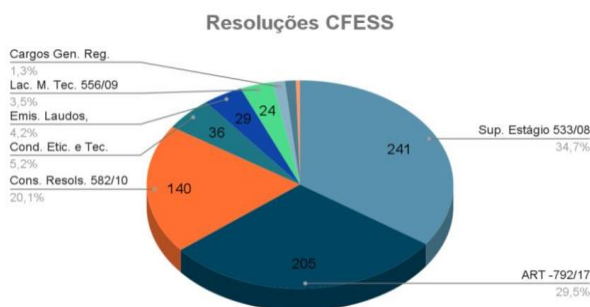
Conforme podemos observar, as demandas foram categorizadas tendo como base as principais normativas da Profissão, em especial a Lei 8662/93, o Código de Ética e as Resoluções do CFESS voltadas diretamente para o trabalho cotidiano do/da assistente social, e ainda, as demandas denominadas de Intervenção Políticas, Relações de Trabalho, Fiscalização de Editais, Solicitação de Materiais e Demais Orientações.

De antemão, sinalizamos as três principais demandas que identificamos. A primeira diz respeito ao diálogo, dúvidas e elucidações em torno das legislações que regulamentam o exercício profissional, constituindo 30,3% das demandas ao longo do ano.

No segundo destaque, aparece o que chamamos de “Demais Orientações” que dizem respeito às orientações gerais do Serviço Social brasileiro, desde a formação profissional até as questões do trabalho, por exemplo, questões em torno das políticas públicas.

E por fim, para nos atermos aos três maiores destaques, a demanda pelas questões afetas às relações de trabalho, que consolidaram 12,9% do total. Trata-se da demanda que aparece diante da conjuntura vivenciada na realidade brasileira, do histórico ataque e retirada de direitos sociais e trabalhistas, desemprego, rebaixamento de salário e a proletarização da profissão.

Na sequência, com percentuais menos expressivos aparecem a Lei 8662/93, com 10%, o Código de Ética com 9%, a Fiscalização de Editais com aproximadamente 8% e intervenção política, com pouco mais de 2,5%. Mais adiante, iremos tratar com mais detalhes cada um desses temas em suas subdivisões.



O Gráfico 2, conforme podemos observar, trata da subdivisão do tema *Resoluções*. O gráfico expressa as orientações que foram mais demandadas pela categoria dos assistentes sociais. Em primeiro lugar, destaca a Resolução CFESS 533/2008, que trata da supervisão direta de estágio, com 34,7%, seguida da Resolução CFESS 792/17, que trata da Anotação de Responsabilidade Técnica, atualmente atualizada pela Resolução CFESS 1031/2023, com 29,5%.

Na sequência aparece a Resolução 582/10, que regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS com 20,1%. Com percentuais menos significativos, aparecem as Resoluções CFESS 493/06, que trata das condições éticas e técnicas, com 5,2%, a Resolução 557/09, que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntas entre o assistente social e outros profissionais, com 4,2%, a Resolução CFESS 556/09, que trata da lacração de materiais técnicos e técnico sigiloso, com 3,5% e por último, a Resolução 572, que trata da atuação sob a nomenclatura de cargos genéricos, com 1,3%.

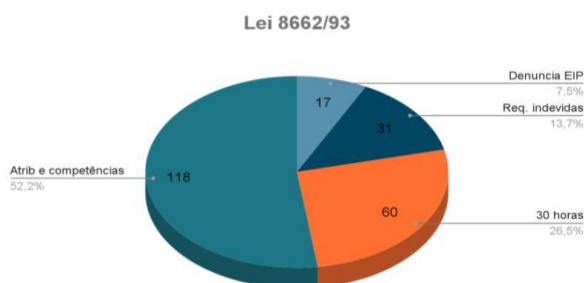
O fato de a Resolução 533/08, que trata da supervisão direta de estágio, aparecer em primeiro lugar não surpreende, uma vez que a precarização da educação tem se acentuado a cada ano, e não só a educação à distância, mas também a qualidade da educação presencial. Desse modo, a supervisão direta de estágio também sofre os reflexos dessa precarização. Não são raros os contatos de estudantes, com o conselho, para solicitar apoio para inserção em campos de estágio, como se a instituição de ensino tivesse um papel secundário nesse processo.

Nota-se também a ausência de elo entre a supervisão acadêmica e a supervisão direta do campo estágio, além da tentativa de imposição, aos assistentes sociais, para a realização da supervisão, por parte de gestores das instituições, que costumam firmar termos de estágio sem considerar a autonomia profissional para receber, ou não, estagiários e as condições éticas e técnicas para a supervisão.

Também importa citar as denúncias que chegam ao conselho, quanto ao estágio irregular sem a supervisão direta. Sendo assim, esse é um tema desafiador à profissão e a inconsistência dessa forma precarizada de educação se reverbera no estágio e acaba atingindo em cheio todos os atores deste processo - coordenadores de estágio, supervisores acadêmico e de campo e as/os próprio/as discentes, que se veem perdidos nessa trama, o que acaba refletindo sobre as demandas que chegam ao plantão.

Quanto a expressividade da demanda por orientações sobre a emissão ou cancelamento da Certidão de Responsabilidade Técnica (Resolução 792/18), acreditamos que tem relação com a crescente assunção, pelo terceiro setor, das demandas relativas ao campo da saúde mental - especificamente, das demandas referentes ao tratamento da dependência química - bem como ao acolhimento de pessoas idosas em Instituições de Longa Permanência.

Soma-se a isso a contratação de assistentes sociais para a função de Referência Técnica, por meio de contratos precarizados e com baixos salários, o que gera a rotatividade e a substituição do profissional que é a Referência Técnica, aparecendo como demanda nos atendimentos do plantão.



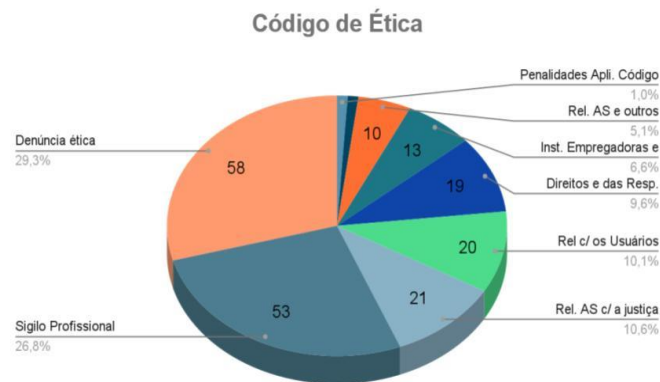
O gráfico 3 traz um recorte sobre os subtemas relacionados à Lei 8662/93, que regulamenta o exercício profissional de assistentes sociais. No que tange à referida lei, as principais demandas da categoria foram as orientações sobre as competências profissionais e as atribuições privativas. As competências profissionais são aquelas intervenções que não são exclusivas de assistentes sociais, e que estão previstas no artigo 4º da referida Lei. Já as atribuições privativas, por se tratar de matéria de Serviço Social, são exclusivas de assistentes sociais e estão elencadas no artigo 5º da Lei 8662/93. Sendo assim, considerando os recortes da Lei 8662/93, as orientações mais demandadas foram sobre atribuições e competências profissionais, ou seja, orientações sobre o exercício profissional, com um percentual de 52,2%, o

que, muitas das vezes, tem relação direta com as requisições indevidas, cujo percentual foi de 13,7%.

Em seguida, aparece a demanda sobre a jornada de 30 horas, definida pela Lei 8662/93. (Incluído pela Lei nº 12.317, de 2010). Apesar de essa ser uma conquista da profissão no ano de 2010, essa ainda é uma das demandas rotineiras do plantão, visto que a adequação à lei ainda não é uma realidade em alguns municípios, bem como em parte das esferas estadual e federal. Apareceu em segundo lugar, no que se refere às demandas pertinentes à referida lei, podemos dizer que ainda é um tema que afeta sobremaneira os profissionais que não tem seus direitos respeitados. Isso diante de um cenário laboral de precarização do trabalho, somada às baixas remunerações. Essa é uma demanda que ainda desafia o conselho, que se vê pressionado pela categoria, diante de uma lei federal que não é cumprida e as esferas se amparam em jurisprudências para a negativa desse direito.

O gráfico também traz o que chamamos de requisições indevidas, ou ainda atribuições incompatíveis com a profissão. São aquelas atribuições delegadas ou impostas aos assistentes sociais, que, contudo, não são reconhecidas, nem aceitas como atribuições ou competências, a exemplo das tarefas meramente administrativas, como a impressão de prontuários, contatos telefônicos para informar alta de pacientes, guarda de pertences, dentre outras.

E, por fim, as denúncias de exercício ilegal da profissão que somam 7,5%. Como o próprio nome já diz, trata-se de denúncias contra pessoas que exercem atribuições privativas e/ou se identificam como assistentes sociais, sem, contudo, possuir registro ativo no conselho ou ainda denúncias contra pessoas que já foram assistentes sociais, mas que se encontram com os registros cancelados. Observa-se que esse tipo de denúncia vem reduzindo ao longo do tempo, paralelamente à consolidação da lei que regulamenta a profissão, juntamente com a PNF.



O gráfico 4 traz demandas relacionadas ao Código de Ética de Assistentes Sociais. No que se refere a esse eixo, quando demandado ao plantão, o que aparece em primeiro lugar são as denúncias éticas, com 58% das demandas. Nesses casos, o SOFI realiza as orientações para que o denunciante possa formalizar a denúncia, que, na maioria das vezes, são realizadas pelos profissionais da própria categoria, mas não exclusivamente.

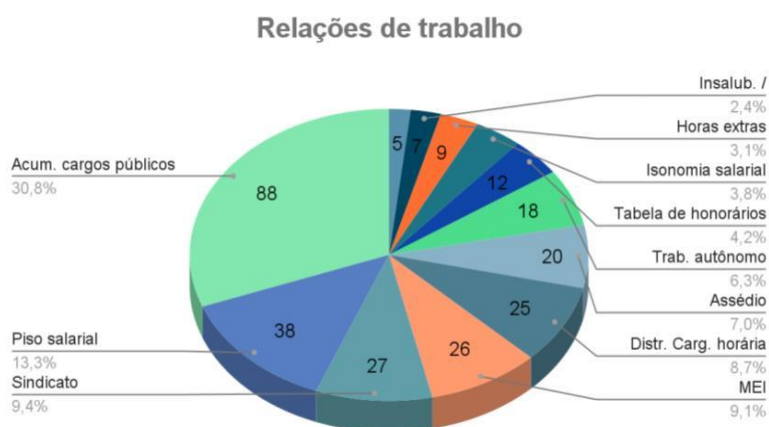
As denúncias chegam também por meio de usuários dos serviços e de profissionais de outras categorias, contudo, importa demarcar que as denúncias éticas não são apuradas pelos agentes fiscais, mas sim pela Comissão Permanente de Ética, através de seus componentes. Contudo, o SOFI, devido a sua expertise, funciona como porta de entrada para esse tipo de denúncia, realizando as devidas orientações e procedimentos necessários para a realização da denúncia.

Dando sequência aos dados do gráfico, o que aparece em segundo lugar são questões relacionadas ao sigilo profissional. Sobre o sigilo, o Art. 15 do Código de Ética diz que constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional e o Art. 16 também do referido código, ressalta que o sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. Nesse sentido, grande parte das demandas sobre sigilo que chegam ao plantão surgem da preocupação com as convocações e intimações por autoridades, especialmente as judiciais.

Em terceiro lugar, aparecem as relações do assistente social com o sistema de justiça, com 10,6%. Tratam-se de imposições para assistentes sociais de outras instituições, como as que compõem o SUAS (CRAS E CREAS) visando a produção de estudos sociais, perícias, laudos e relatórios, o que é recebido com estranheza, visto que tais demandas, embora sejam atribuições

e/ou competências de assistentes sociais, estão desvinculadas das finalidades institucionais no que se refere ao papel das instituições que compõem a política de assistência social.

Com percentual similar, 10,1%, aparecem as relações de assistentes sociais com os usuários, que em determinadas situações podem ser conflituosas. Como exemplo, podemos citar a gravação do atendimento pelo usuário, dentre outros. Na sequência, ainda sobre o Código de Ética, com 9,6%, aparece a demanda por orientação sobre os direitos e as responsabilidades gerais do/a assistente social. E com 6,6%, a demanda por orientação sobre as relações com as instituições empregadoras e outras. Por fim, com percentuais pouco expressivos, aparecem demandas de orientações sobre as relações com assistentes sociais e outros/as profissionais, bem como demandas de orientações sobre a observância, penalidades, aplicação e cumprimento do código.



O Gráfico 5 traz dados sobre as relações de trabalho de assistentes sociais. A principal demanda da categoria, nesse recorte, tem relação com o acúmulo de cargos públicos, com percentual de 30,8%, seguida por demandas referentes ao piso salarial 13,3%.

Já a demanda refere ao acúmulo de cargos públicos, está relacionada às possibilidade algumas legislações que reconhecem o assistente social como profissional da saúde, possibilitando assim tal acúmulo. É importante destacarmos que apesar da existência dessas legislações e do entendimento do conjunto CFESS/CRESS respaldado pelo parecer jurídico 40/2022, observamos que tal situação tem se tornado um complicador para a categoria, que ao solicitar junto aos órgãos públicos a possibilidade do acúmulo de seu cargo, na maioria das vezes tem se deparado com uma negativa institucional.

As procuradorias municipais e estaduais compreendem que o acúmulo só é possível caso o profissional esteja atuando em um espaço sócio ocupacional da saúde, não permitindo que o profissional que esteja em outro espaço de atuação, por exemplo, as políticas públicas de Educação e/ou Assistência Social acumulem cargos públicos. Tal fato, nos leva a compreender que essa divergência tem aumentado a procura da categoria pela orientação através do Plantão do Sofi.

Já com relação ao Piso Salarial, indicado pelo gráfico com o percentual de 13,3%, estando em segundo lugar nesse tema de relações de trabalho, a categoria busca orientações junto ao plantão sobre a aprovação dos projetos de leis, referentes a essa temática, assim como possíveis alternativas para a melhoria de sua remuneração, isso devido principalmente às mais precárias condições de trabalho as quais estão sendo submetidos. Trata-se de uma luta histórica na profissão que o conjunto vem travando, exigindo estratégias coletivas.

Observamos ainda nesse gráfico das relações de trabalho e com percentuais bem próximos, a demanda por orientações no que tange a questões relativas a sindicato 9,4% e contratação por MEI 9,1%. Compreendemos que tal fato relaciona-se com as precárias condições de trabalho a que a categoria tem sido submetida atualmente, tais como contratos precários, pejetização, perda dos direitos trabalhistas, proporcionadas pelas novas configurações do trabalho e conjuntura atual, além de sinalizar as grandes perdas de um afastamento por parte da categoria das organizações de representações dos interesse dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões, inicialmente desenvolvidas neste artigo, necessitam de maiores aprofundamentos. Mas já nos possibilitaram levantar algumas sínteses e reflexões iniciais. A primeira delas sinaliza a importância do CRESS-MG apostar no espaço do plantão como estratégia fundamental para operacionalização da PNF, e ao mesmo tempo, para o atendimento das demandas que chegam ao SOFI, e para a aproximação da categoria profissional

Em segundo lugar, destacamos a exigência desse espaço sócio-ocupacional diante da pluralidade de demandas que chegam cotidianamente ao conselho, exigindo, por parte de agentes fiscais, um profundo conhecimento das dimensões que sustentam o Projeto Ético Político, particularmente sobre as resoluções e documentos internos do conjunto CFESS/CRESS.

Com vistas a materialização da orientação e fiscalização pela perspectiva da PNF e, diante da pluralidade e do quantitativo de demandas que chegam ao plantão, faz-se imperativa a oferta de um serviço profundamente embasado nos preceitos teóricos, éticos e técnicos, que devem se expressar no exercício cotidiano de assistentes sociais. Assim, acreditamos que a sistematização e a análise dos dados referentes às demandas do plantão vêm a contribuir com a leitura da conjuntura atual para o exercício profissional na respectiva região e assim, provocar reflexões e respostas do conselho para a categoria diante dessa conjuntura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Nº 8662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. RESOLUÇÃO CFESS Nº 512/2007. Dispõe sobre a Política Nacional de Fiscalização. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_512-07pdf

MONTEIRO, F. DE O. Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade**, n. 103, p. 476–502, jul. 2010.

AMADOR, J. R. O. A prática do Serviço Social no plantão: limites e desafios para a efetivação de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 97, p. 124–142, jan/mar. 2009.

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PROFISSIONAL CRÍTICO: NOTAS PARA O DEBATE

Geunice Tinôco Scola¹

Resumo: O ensaio apresenta elementos parciais que fundamentam a pesquisa de doutoramento intitulada “As determinações subjetivas na constituição do sujeito profissional crítico nas Universidades Federais de Minas Gerais”. A pesquisa apoia-se nos contributos do filósofo György Lukács para avançar na discussão relativa à dialética objetividade-subjetividade, com vistas a compreender em que medida objetividade e subjetividade forjam o sujeito profissional crítico e como isso se expressa no exercício profissional dos Assistentes Sociais das Universidades Federais de Minas Gerais contemporaneamente. Trazer o sujeito profissional crítico e a temática da subjetividade para o centro da análise reforça a importância de uma reflexão sobre as dimensões da individualidade e da coletividade no tempo presente.

Palavras-chave: Objetividade-subjetividade; sujeito profissional crítico; G. Lukács

Abstract: The essay presents some of the elements that underpin the doctoral research entitled "The subjective determinations in the constitution of the critical professional subject in the Federal Universities of Minas Gerais". The research is based on the contributions of the philosopher György Lukács to advance the discussion on the dialectic of objectivity and subjectivity, to understand the extent to which objectivity and subjectivity form the critical professional subject and how this is currently expressed in the professional practice of social workers in the Federal Universities of Minas Gerais. Placing the critical professional subject and the theme of subjectivity at the center of the analysis reinforces the importance of reflecting on the dimensions of individuality and collectivity in the present.

Keywords: Objectivity-subjectivity; critical professional subject; G. Lukács

INTRODUÇÃO

Nos estudos dedicados à temática dos Fundamentos do Serviço Social é comum o tratamento conferido ao exercício profissional de imputar-lhe atributos típicos do pragmatismo empirista, da imediaticidade e instrumentalidade de suas ações, do ecletismo, entre outros. Por óbvio que a permanência de tais características se fazem sentir mesmo quando reconhecemos

¹ Assistente social da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), mestre em Ciência Política/ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cláudia Mônica dos Santos. Membro do Grupo de pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1173-2122>. E-mail: geunice@ufsjeu.br

a hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional² no âmbito acadêmico-formativo, no arcabouço legal de regulamentação do exercício profissional e no interior de suas entidades organizativas. Isso porque o conservadorismo, traço característico de nossa sociedade e assumido nos dias atuais de maneira radical e extremada, se faz presente historicamente na profissão, com uma tênue fronteira entre sua base e o processo desencadeado com a vertente intenção de ruptura (Guerra, 2013).

A despeito disso, considera-se que a ênfase, por vezes excessiva, que atribui o vínculo do exercício profissional e, por consequência, do próprio assistente social a um viés próprio ao estatuto do conservadorismo profissional, obscurece os investimentos profissionais em alternativas que buscam romper com obstáculos que, amiúde, mostram-se desafiadores.

O propósito deste ensaio é realizar uma reflexão acerca dos elementos centrais que fundamentam a discussão proposta pela autora sobre o sujeito profissional crítico e a temática da subjetividade a partir de um referencial lukacsiano. De início, faz-se a discussão sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, ponto de inflexão com o conservadorismo na profissão, que estabelece os parâmetros para uma formação pautada por uma perspectiva crítica, fundamentando, assim, um novo agir profissional e a constituição de um sujeito profissional crítico. Na sequência passa-se a uma breve apresentação dos elementos centrais da dialética objetividade-subjetividade nos termos lukacsianos. Apresenta-se brevemente a metodologia proposta para a pesquisa e reserva-se, ao final, algumas considerações que indicam os desdobramentos da pesquisa.

A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA PARA A PROFISSÃO

Não são poucas as pesquisas que vêm se dedicando à compreensão do que se convencionou chamar Projeto Ético-Político do Serviço Social. A literatura (Iamamoto, 1999; 2008; Netto, 1992; 2015) indica, como espaço temporal no qual se evidencia o processo que inaugura uma *intenção de ruptura* com o Serviço Social tradicional, o período entre os anos de

² Associa-se tal denominação ao projeto que firma sua fundamentação de análise, interpretação e possibilidade de intervenção profissional na tradição marxista. A partir de uma postura crítica, dada pela intensificação da interlocução com o pensamento de Marx e da contraposição ao tradicional conservadorismo, que atravessa a história da profissão, vanguardas profissionais assumem a direção de renovação do Serviço Social no Brasil por intermédio de uma perspectiva nomeada por Netto (2015, p. 206) como *intenção de ruptura*.

1970 e 1980, em um contexto histórico de luta pela redemocratização da sociedade brasileira. O esforço empreendido na edificação de uma ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro resultou em um direcionamento sociopolítico que se tornou profissionalmente hegemônico no âmbito acadêmico-formativo, no arcabouço legal de regulamentação do exercício profissional e no interior de suas entidades organizativas.

O somatório de avanços teórico-práticos identificados, dados pelos amadurecimento e redimensionamento da imagem da profissão, característico do processo renovador, se corporifica no Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP)³. Os três documentos normativos⁴ que materializam a direção social inscrita no PEP sinalizam, em termos gerais, a renovação política das entidades organizativas da categoria profissional (CFAS/CRAS, hoje CFESS/CRESS), as consequentes instituições dos Códigos de Ética de 1986 e de 1993 e a superação das limitações formativas, baseadas na segmentação teórico-prática tradicional, tipificadas como Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Representam, ainda, a salvaguarda da autonomia profissional, manifesta pela codificação de princípios e valores éticos, do estabelecimento de competências e atribuições, definindo-se os conhecimentos basilares na formação profissional (Iamamoto, 2007).

O PEP traz consigo a consciência da existência e da articulação das dimensões⁵ teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, sinalizando, esta última, uma direção social e um dever-ser. Ao ser assumido como referência à formação, à organização e ao exercício profissional, tal projeto, em sua essência, expressa o fazer profissional como uma práxis que

³ O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro recebe os influxos do movimento de reconceituação latino-americana, do Método BH, e de outras experiências e processos, mas, sobretudo, e de maneira contundente, tem-se o Congresso da Virada (1979) como ponto de inflexão para o fortalecimento da adesão da categoria profissional nas lutas sociais contra a ditadura, pela defesa da redemocratização da sociedade brasileira e pelo necessário impulso de renovação profissional.

⁴ Relembramos que as referências normativas ao PEP são: o Código de Ética do/a Assistente Social (Resolução CFESS Nº 273 de 13 março de 1993), a Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8662/1993) e as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, de 1996. Esta última, aprovada na Oficina Nacional da ABESS, hoje ABEPSS, resultou de um intenso debate desenvolvido, entre os anos de 1991 e 1996, em fóruns regionais e nacionalmente. Nelas são estabelecidas “as diretrizes gerais, os pressupostos e princípios da formação em estreita articulação ao exercício profissional” (ABRAMIDES, 2019, p. 60-62). Soma-se a tal normativa constitutiva um elenco de leis provenientes do título VIII — Da Ordem Social —, artigos 193 a 232, prescrito pela Constituição Federal de 1988, que dispõem sobre a regulamentação de políticas sociais diversas.

⁵ Santos (2013, p.25) apresenta o entendimento dessas dimensões como princípios basilares para a consubstancialização da profissão de Serviço Social. Seus elementos são, portanto, constituintes da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação. São as várias EXTENSÕES que determinam a profissão e suas particularidades.”

associa pensamento e ação, tendendo ao objetivo de transformação. Não se trata de qualquer idealização, em termos de sua efetividade, mas de considerá-lo como possibilidade, uma vez que enquanto projeto ele comporta, como já indicado, um devir, mas importa, igualmente, sua coexistência antagônica com outros projetos, com implicações diretas na “luta cotidiana difícil e complexa diante das contradições e dos paradoxos societários existentes” (Sarmiento, 2011, p. 218).

Pautado em valores que sugerem uma direção social assumida, o projeto profissional ingressa, necessariamente, no interior das disputas e contradições econômicas e políticas típicas da dinâmica societária capitalista, daí advindo a consciência de sua inexorável dimensão política. Netto (1999) menciona que um projeto profissional associa-se a um projeto societário, tipo de projeto coletivo que oferece um sentido norteador para a sociedade e evidencia um nível de abrangência e extensão macroscópica. Os projetos societários no ordenamento social do capital possuem, forçosamente, uma perspectiva de classe, sendo balizados por determinações para a preservação do *status quo* ou de rechaço a este, respondendo aos interesses e às demandas da classe social a qual se vinculam.

Inserido no campo dos projetos profissionais, o PEP possui dinamicidade e capacidade de renovação. Vincula-se aos processos histórico-social e profissional sobre os quais incidem transformações de ordem econômica, histórica e cultural, além do desenvolvimento da própria profissão. Sua inalienável dimensão política, naquilo que diz respeito às relações com um projeto societário e às interseções de diferentes naturezas — classe, gênero, etnia/raça, etc. — como elementos configuradores da sociabilidade existente, inaugura vínculos teórico-práticos e ético-políticos com um ideário emancipatório.

A complexidade das esferas da ética e da política no ordenamento da sociabilidade capitalista, com repercussões em nosso projeto profissional, exige de nós uma reflexão ainda mais acurada, associada às contradições, aos matizes e traços que as delineiam contemporaneamente. Significa, portanto, que a tarefa de reflexão não pode prescindir de ter em consideração que as diversidades e diferenças existentes no contexto social balizam nossas concepções de ética e política e convergem reciprocamente, muito embora, não em grau e medida idênticos.

No campo da ética, o Código de Ética de 1986 dá os primeiros passos na direção da construção de uma nova ética profissional, com avanços importantes e limitações a serem

superadas. O Código de 1993 servirá para suplantar tais limitações e promover um avanço teórico decisivo na normatização fundamentada em princípios e valores absolutamente humanistas, que se apresentam como preceitos fundamentais na condução do exercício profissional. A importância da defesa dos princípios e valores reunidos no Código de 1993 vincula-se ao campo democrático, à garantia de direitos e a uma perspectiva instituinte de uma nova ordem societária, associando-se, de maneira inalienável, a *um novo modo de operar o trabalho profissional* referenciado por tais princípios (Iamamoto, 1999).

A dimensão política da profissão, por sua vez, exige ao profissional ir além da política cotidiana permitida no ambiente institucional, habitualmente impregnada de empirismo, burocratismo, práticas manipulatórias, etc., para, a partir de

uma visão de mundo, articulada a uma ética correspondente [que] se liga à ação no sentido de interferir no comportamento dos homens, no enfrentamento dos conflitos sociais.[...] os assistentes sociais, enquanto cidadãos e trabalhadores, passam a ser parte de um 'sujeito coletivo', que partilha concepções e realiza, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política (Op. cit, p. 230).

Ao projetar ações, direcionadas para a objetivação de valores e finalidades, o assistente social define sua práxis. A designação do projeto profissional como ético e político envolve a compreensão de que “a teleologia implica valores e que a objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos diferentes”. Nesse sentido, um projeto profissional justifica-se pelo atendimento de necessidades sociais, com vistas à produção de respostas objetivas que repercutirão em termos sociais, éticos e políticos. (Barroco, 2010, p. 65)

O projeto profissional, expresso no PEP, possui uma estrutura elementar que possibilita incorporar novos elementos, questões e contendas processualmente. Mas, sobretudo, é importante destacar a afirmação da direção e do compromisso esculpidos no projeto ao expressar “em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central — a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”. (Netto, 1999, p. 15)

Inobstante ao que possa parecer, examinando os argumentos apresentados até aqui, não há de se falar em uma hegemonia absoluta ou, sequer, na plena efetivação do projeto ético-político. Isto porque a confluência entre a natureza de um projeto e a ação humana não se faz

sem mediações e contradições. Entre a projeção e sua efetivação “não há uma relação de identidade”, pois entre consciência e ação — sujeito e objeto — processa-se uma *relação não identitária*. Nesse sentido, Lukács (2013) argumenta que a distância entre sujeito e objeto se faz de maneira idêntica entre objeto concreto e seu conceito, donde se depreende que o idealizado, o que projetamos, resulta em algo diverso quando materializado por nossas ações. Sobre a efetivação de uma ideia incidem questões, fatos ou problemas não previstos que provocam alterações e o desenlace mostra-se não idêntico ao formulado no pensamento.

Importante ainda que se tenha em mente o fato de que, como diz Netto (1999), o Projeto Ético-Político se constrói por um *sujeito coletivo heterogêneo*, em suas origens, expectativas sociais, condições intelectuais, etc. Trata-se de um corpo profissional no qual coexistem projetos individuais e societários distintos, o que significa o reconhecimento e a aceitação do pluralismo no interior da profissão a referendar, da mesma forma, a existência de projetos profissionais divergentes e em disputa pela garantia de sua hegemonia.

ASPECTOS DA SUBJETIVIDADE HUMANA NOS ESCRITOS DE LUKÁCS

Para uma aproximação maior do tema que fundamenta os estudos em tela, optou-se por apresentar brevemente as principais categorias do pensamento lukacsiano que servem de base para o entendimento da subjetividade em termos marxista.

Previamente destacamos a inexistência de discussão específica sobre a questão da subjetividade humana no campo marxista, mas, em sentido diverso, o que se identifica são reflexões dispersas, não sistemáticas e referências simultâneas na tessitura textual e analítica realizada seja por Marx, seja por Lukács. Ainda assim, ambos os autores, em suas obras, desenvolvem reflexões que, ao trazerem à tona uma posição teórica de natureza ontológica, evidenciam os atributos próprios do ser social, e Lukács o faz a partir do resgate das determinações ontológicas do ser social elaboradas por Marx.

Há consenso em diferentes estudiosos do pensamento marxiano (Teixeira, 1999; Alves, 2006; Lukács, 2013) sobre a relevância desta questão em Marx e, sobretudo, de sua compreensão. Porém, o precário entendimento do tema e mesmo sua subalternidade ainda persistem, inclusive entre autores que se vinculam à tradição marxista (um marxismo vulgar), que atribui ao pensamento de Marx um determinismo econômico.

Nessa perspectiva, o estudo da individualidade⁶ no pensamento marxiano assume importância singular contemporaneamente, seja para superarmos o desvirtuamento de sua obra em relação ao tema, seja para avançarmos na compreensão dos fundamentos da individualidade humana neste autor. Aqui tem-se o propósito de apresentar, de maneira bastante introdutória, os princípios conceituais da ontologia materialista de Lukács, compreendendo-a como um importante passo na retomada dos elementos basilares do pensamento marxiano, que informam as determinações ontológicas do ser social.

O complexo do trabalho é o ponto de partida da análise realizada por Lukács em sua obra “Para uma ontologia do ser social”. Nela o pensador indica ser este o complexo fundante do ser social que se configura como “modelo de toda práxis social”. Isto porque o trabalho, como atividade humana, transforma a natureza com vistas a suprir as necessidades dos homens. Neste processo o homem preserva a si mesmo, ao estabelecer o nexo entre as esferas orgânica e inorgânica, absolutamente imprescindíveis para tanto, e, simultaneamente, inaugura as relações entre os homens. Significa, então, que o ser social ao se desenvolver o faz tendo como base o ser orgânico que, por sua vez, sobrevém do inorgânico, em um processo de autocriação, na contínua produção e reprodução do homem e do mundo que habita. O gradual “afastamento da barreira natural”, pela diferenciação e complexificação deste novo ser, faz com que o vínculo biológico deixe de ser exclusivo, embora sempre presente na existência humana.

Na medida em que a atividade laboral é o meio de responder aos carecimentos humanos, o homem, como “um ser que dá respostas”, desenvolve novas capacidades e impulsiona o desenvolvimento social, o conhecimento e a criação dos meios necessários à reprodução social. Assim, um contínuo desenvolvimento é viabilizado pelo trabalho que exige do homem uma adaptação ao mundo, não apenas reativa/passiva, mas consciente e ativa (Lukács, 1978, p.5).

Alguns elementos são identificados por Lukács como característicos do trabalho. Em primeiro plano e como categoria ontológica central do trabalho tem-se o pôr teleológico. A dimensão teleológica representa o pôr dos fins que a consciência realiza. Ao recorrer à consciência, tendo o trabalho como elemento de mediação, o homem articula a intenção —

⁶ Teixeira (1999) e Alves (2006) abordam a questão da individualidade humana no pensamento de Marx, a partir de estudos realizados nas obras marxianas do período de 1843 a 1848 e nos Grundrisse, respectivamente.

finalidade do ato humano, o pôr dos fins — com os elementos que permitem a concretização do previsto/idealizado. O que particulariza a atividade humana é por certo que ela é posta em movimento por um ato da consciência. Mas não se pode perder de vista a necessária existência de um propósito na interação homem-natureza, que se efetiva a partir da análise da realidade objetiva. O papel ativo atribuído à consciência é decisivo, na exata medida em que não lhe cabe mais ser um epifenômeno da reprodução biológica : “o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal” (Marx citado por Lukács, 1978, p.5).

Lukács reconhece que toda práxis social, tendo o trabalho como modelo, traz consigo uma contradição que lhe é inerente, pois todo ato social envolve escolhas que devem sopesar corretamente a forma de utilizar os nexos causais que possibilitam a realização do fim. É preciso, portanto, que na decisão entre alternativas o homem considere tanto meios quanto fins e circunstâncias na efetivação dos propósitos almejados. A alternativa definida como “um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente.” (2013, p. 73)

Aqui tem-se a introdução da categoria alternativa, de caráter essencialmente cognitivo, porque apresenta as possibilidades concretas, as escolhas possíveis para o homem de estipular as finalidades dos seus atos laborais, tanto quanto a forma de executá-los. Esta dimensão da práxis humana manifesta-se na ação do sujeito, o “sujeito que põe”, com caráter de objetividade e subjetividade, sendo condicionada tanto pela consciência ponente, com uma ação derivada de carecimentos e de projetos individuais, quanto pelas determinações objetivas da realidade social.

Ora, se o sujeito que trabalha é quem realiza e dirige sua ação para finalidades que são definidas de antemão, há de reconhecer que todo o movimento desta atividade envolve e se nutre da subjetividade humana. Não significa, todavia, que o fator subjetivo⁷ implique a supressão da objetividade existe, mas, ao contrário, o que identifica-se como característico é o imbricamento entre objetividade e subjetividade nas ações humanas.

Ao definir o homem como um ser que dá respostas às suas necessidades, “por meio de uma cadeia de alternativas”, Lukács introduz mais um elemento que se manifesta no ser

⁷ Termo utilizado por Lênin, segundo Lukács (1978, p. 12).

social, a liberdade. A liberdade participa do complexo da subjetividade, pois é derivada do sujeito da alternativa e, enquanto tal, da decisão a ser por ele tomada para que o processo de trabalho se efetive. Contudo, a liberdade, em sua gênese ontológica, não pode prescindir de considerar que seu fundamento se vincula “em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas” da realidade; de modo igual, envolve um “querer transformar a realidade”, ou não, e, portanto, a referência última, mesmo que abstratamente, permanece sendo a realidade.

SOBRE A METODOLOGIA PROPOSTA E ASPECTOS PRELIMINARES

A proposta da pesquisa de doutoramento volta-se ao conhecimento dos sujeitos que em seu exercício profissional defrontam-se com alternativas postas e a respectiva necessidade de escolher a partir de novas referências teóricas, políticas e éticas numa perspectiva que rompe com a tradicional ação profissional. Nesse sentido, indagar sobre o sujeito profissional crítico, sobre a relação dialética entre objetividade e subjetividade de suas ações e sobre o nexos ético-político que caracteriza a adesão ao Projeto Ético-Político Profissional são de fundamental importância para compreender a particularidade do exercício profissional nessa perspectiva.

A escolha da abordagem quantitativa, como primeira fase da pesquisa, se faz para responder questões que nortearão a construção do perfil socioprofissional das/os assistentes sociais e de aproximação aos cenários organizacionais, tanto quanto para a construção da amostra da população a ser pesquisada. A ferramenta de coleta de dados a ser utilizada para esse fim será o questionário on-line, por se tratar de uma pesquisa de cunho censitário englobando um amplo universo de profissionais. O Estado de Minas Gerais agrega o maior número de instituições federais de ensino superior, contando com 11 (onze) universidades em regiões distintas e corpos técnicos que totalizam 158 (cento e cinquenta e oito) assistentes sociais em áreas como saúde, gestão de pessoas e assistência estudantil, conforme mapeamento realizado.

Na segunda fase da investigação, o método qualitativo servirá de alicerce maior no processo de conhecimento da realidade pesquisada, considerando tratar-se de uma pesquisa descritiva. A abordagem qualitativa objetiva a compreensão e a interpretação de sua matéria prima, que constitui-se dos elementos essenciais e complementares da existência humana:

experiência, vivência, senso comum e ação. Assim, a utilização do grupo focal objetiva a apreensão das percepções, atitudes e sentimentos relativos ao tema pesquisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maranhão (2016) reafirma que a principal *peleja*⁸ para o Serviço Social continua sendo a consolidação e o espraiamento da perspectiva crítico-dialética, particularmente no âmbito da atuação profissional. De fato, o que se observa é o incremento aos conhecimentos instrumentais e pragmáticos que favorecem respostas pontuais às demandas cotidianas que se apresentam no universo profissional. Inobstante o complexo de problemas⁹ que desafiam a construção de um exercício profissional crítico, com abundantes referências pela literatura, defende-se aqui ser mais do que necessário avançar na compreensão das *possibilidades* e, nesse sentido, as indagações a serem feitas são: O que favorece a adesão a uma perspectiva profissional crítica pelo sujeito profissional? Quem é esse sujeito profissional que adere ao projeto ético-político profissional, cujo exercício profissional se edifica em um ambiente social que se contrapõe perversamente à projeção e às escolhas que realiza na construção do agir profissional?

As reflexões que introduzem a compreensão do tema da subjetividade, em termos lukacsianos, buscam avançar no enfoque das condições objetivas e subjetivas que engendram um determinado tipo de profissional, em suas crenças, valores, modos de agir e interagir. Pretende-se, nesse sentido, suscitar reflexões sobre o sujeito profissional e a constituição e efetiva assimilação do *ethos* profissional propugnado pela perspectiva crítica da profissão.

A discussão precedente expõe elementos importantes, ainda que parciais, do debate que incide sobre as condições objetivas e subjetivas¹⁰ determinantes para a constituição do

⁸ Expressão utilizada como título da coletânea organizada pelas professoras Ana Elizabete Mota e Ângela Santana do Amaral (2016) na qual Maranhão apresenta um artigo.

⁹ Maranhão (2016) elenca três circunstâncias que potencializam as bases conservadoras do Serviço Social e, com isso, geram sempre dificuldades adicionais de apropriação da perspectiva crítico-dialética: o “sincretismo profissional”; a *aproximação enviesada*, portanto frágil, sob muitos aspectos vinculada ao marxismo vulgar; e traços de manipulação, amplificados absurdamente no capitalismo maduro, que provocam uma acentuada desigualdade na correlação de forças entre as classes, enfraquecendo, assim, o projeto político da classe trabalhadora.

¹⁰ Guerra (2000) define o que seriam as condições objetivas e subjetivas com as quais o assistente social se confronta no exercício profissional: as condições objetivas se referem à produção material da sociedade e as condições que se apresentam postas na realidade objetiva, tais como, a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção,

sujeito profissional crítico. Depreende-se que o assistente social ao definir finalidades para o exercício profissional e articular os recursos e o sistema de mediações essenciais para a obtenção do fim desejado, estabelece um vínculo entre sua ação teleológica o conjunto de alternativas concretas de sua prática. Ao decidir entre alternativas postas, o assistente social exercita a sua possibilidade de realizar escolhas, o que também implica ter em vista as respostas a tais escolhas, bem como a direção social pretendida, demonstrando a possibilidade de adesão a uma perspectiva profissional pautada em um arcabouço teórico-metodológico crítico e em valores e princípios ético-políticos.

Conjectura-se que a literatura do Serviço Social mantém ainda um debate pouco expressivo, no qual o sujeito profissional crítico, em suas escolhas e respostas frente às demandas sociais postas no cotidiano institucional e no interior da racionalidade capitalista, não comparece. Em vista disso, pretende-se trazer à cena este sujeito e considerar suas escolhas e decisões circunscritas ao campo dos possíveis. A pesquisa encontra-se fundamentada nestes pressupostos, com desdobramentos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo, Cortez, 2019.

ALVES, A.J.L. A Individualidade Moderna nos Grundrisse. Verinotio - **Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**. No 4, Ano II, abril de 2006.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

FORTES, Ronaldo V. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. Verinotio - **Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**. Ano XI . out./2016 . n. 22.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.16, n.esp., p.39-49, 2013.

a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Já as condições subjetivas são atinentes aos sujeitos, às escolhas por eles realizadas, ao nível de aperfeiçoamento e competência profissionais, envolvendo, igualmente, o preparo técnico e teórico-metodológico, ao acervo de referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos, dentre outras.

_____. A instrumentalidade do serviço social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V.; SANTOS, Cláudia M. dos (orgs.). A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. 1ª ed. São Paulo. Cortez Editora: CNPQ, 2021. p. 25-67.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 10ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1999.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas de Ciências Humanas**. NOGUEIRA, Marco A.; BRANDÃO, Gildo M.; CHASIN, J.; SODRÉ, Nelson W. S. (Orgs.) Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo. 1978, p. 1-18.

MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana E.; AMARAL, Angela (orgs). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo, Cortez, 2016. p. 165-205

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS. 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª ed. São Paulo, Cortez, 2015.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. Revista Conexão Geraes, nº3, 2º sem/2013. p. 25-30.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Ética e Serviço Social: fundamentos e contradições**. Revista. Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 210-221, jul./dez. 2011.

TEIXEIRA, Paulo T. Fleury. A individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848. **Ensaios Ad Hominem**, n.1, Tomo I. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: IV
ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL**Rosana Soares Ruas¹Ariane Viana Cavalcanti²Marlene Cavalcanti Albuquerque³

Resumo: O Presente relato de experiência busca apresentar a atuação do Assistente Social no Terceiro Setor, especificamente na Fundação Sara Albuquerque Costa. O principal objetivo é descrever o trabalho dentro da política de Assistência Social e a articulação com a rede intersetorial e contribuir para o debate da atuação deste profissional no seu espaço de trabalho.

Palavras-chave: Assistente Social; terceiro setor; Política de Assistência Social;

Abstract: This experience report seeks to present the role of Social Workers in the Third Sector, specifically at the Sara Albuquerque Costa Foundation. The main objective is to describe the work within the Social Assistance policy and the articulation with the intersectoral network and contribute to the debate on the performance of this Professional in their work space.

Keywords: Social Worker; third sector; Social Assistance Policy;

INTRODUÇÃO

A Fundação Sara nasceu da convivência que os pais, parentes e amigos da pequena Sara tiveram com a dor e a esperança durante seu tratamento de leucemia, em 1996/1997. O transplante muito caro fez com que os amigos e colegas de trabalho se unissem e promovessem a campanha “Ajude a Salvar a Vida de Sara”. Formou-se uma corrente de amor, numa demonstração de solidariedade jamais igualável. Apesar de todo o apoio, a pequena Sara faleceu em 22/11/1997 e, imediatamente após o falecimento, os pais resolveram colocar em prática o sonho idealizado durante o tratamento da pequena Sara, pois passaram pela difícil experiência do tratamento fora de seu domicílio, mesmo com a benção de contar com o apoio de amigos,

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Faculdade Santo Agostinho. Assistente Social da Fundação Sara Costa Albuquerque. Supervisora de estágio de Campo da Unimontes. E-mail: rosanasoaresruas77@gmail.com

² Acadêmica de Serviço Social pela Unimontes. Membro do grupo de estudos Núcleo de Estudos Espaço Feminino da Universidade Estadual de Montes Claros – NEFE. E-mail: arianeavalcantio5@gmail.com

³ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Faculdade Santo Agostinho. Fundadora da Fundação Sara Costa Albuquerque. E-mail: m_cacosta@hotmail.com

tanto em Belo Horizonte como em São Paulo. Álvaro e Marlene sentiram que Deus colocava em suas mãos a missão de investir o que restou da quantia arrecadada na campanha em algo duradouro, que pudesse levar a outras crianças, como Sara, e a outros pais, como eles, o alívio e o apoio que tanto tiveram durante a árdua experiência de sofrimento da própria filha.

Assim, em junho de 1998, foi instituída, em Montes Claros – MG/Brasil, a Fundação Sara Albuquerque Costa, para receber e assistir crianças e adolescentes com câncer e seus acompanhantes. Em 2009 a entidade recebeu convites de médicos e empresários de Belo Horizonte e, após comprovar a viabilidade, foi instalada uma filial na capital mineira em junho de 2010, expandindo assim a assistência para todo o estado de Minas Gerais.

A Fundação Sara, dentro da Tipificação da Assistência social, é classificada como “Casa de passagem” e realiza, com excelência, um enorme trabalho para busca de melhorias do tratamento e cuidado integral para os assistidos, o Serviço Social neste local se caracteriza como protagonista no atendimento e teve a sua inserção desde a sua criação, no ano de 1998.

As instituições que são classificadas como Terceiro Setor é baseado em termos de solidariedade, devido à natureza de entidades de direito privado, elas apresentam certas particularidades na questão de eficácia e flexibilidade nos seus serviços. As expressões da questão social antes eram particulares apenas do Estado, porém devido a sua burocracia e benefícios legais, resulta-se em algumas situações ineficazes na prática dos serviços. Devido essa realidade, é estimulado ainda mais o uso deste setor, para assim melhorar os serviços oferecidos a população.

Diante deste contexto, as políticas sociais passaram por redução no orçamento e constantes reformas, o que provocou dificuldade no acesso a essas políticas e transferindo grande parte das responsabilidades para o setor privado.

DESENVOLVIMENTO

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social na Fundação Sara, pode-se destacar: Realização do primeiro contato com o responsável legal do assistido, aplicando entrevista social para compreensão do quadro sócio – familiar e informá-lo sobre os objetivos da Entidade, as normas da casa, bem como seus direitos e deveres; Emissão de pareceres ou

posicionamentos sobre o tratamento; Organizações de palestras, abordando temas de natureza social, que favoreçam a divulgação do trabalho realizado e os projetos sociais da Fundação; Realização de pesquisas e desenvolvimento de programas sociais que promovam o desenvolvimento e a melhoria no atendimento; Execução junto com a equipe multidisciplinar recadastramento dos usuários de toda região do Norte de Minas, incluindo Montes Claros e sul da Bahia, no intuito de conhecer a realidade social vivenciadas pelas famílias e buscando estabelecer redes, junto às prefeituras, hospitais, órgãos governamentais em geral e comunidade no intuito de defender os direitos e beneficiar usuários.

Para realização do primeiro contato e cadastro de uma nova assistida, foi necessário uma visita hospitalar, no dia 16/03/2023, na Santa Casa de Montes Claros. A adolescente de 16 anos, residente na Comunidade de Cava Curral, com distância de 23km da cidade de Glaucilândia – MG. Portadora de Carcinoma de Nasofaringe e, de acordo com relatos da mãe, a filha precisou ser entubada em função de intercorrências logo no início do tratamento, ficando em coma, sem perspectiva de melhoras clínicas. Após a realização do diagnóstico social, foi informado que o grupo familiar era composto por 04 (quatro) membros, já inscritos no Cadastro único, porém não recebiam nenhum benefício social assistencial. A renda per capita da família foi de R\$52,00 (cinquenta e dois reais), proveniente do trabalho rural do pai, que tirava leite das poucas vacas e vendia para o sustento da casa.

Segundo relatos da usuária, a situação financeira era delicada, pois a renda que subsidiava o sustento do grupo familiar, naquele momento, não dava para custear as despesas de sua filha, com itens como: fraldas, lenços, material de higiene pessoal, dentre outros. Por esse motivo decidiu-se por recorrer a Fundação Sara para o apoio com essas despesas. A mãe temia uma possível alta, pois segundo ela não teriam condições de bancar a filha em cuidados no domicílio e, em casos de emergência, não saberia a quem recorrer. Estava ciente que o seu município é de pequeno porte, não tinha uma Unidade Hospitalar, mas somente saúde básica, ESF e Posto de Saúde. Foi orientada a pedir um relatório médico em caso de alta, para possibilitar uma tentativa de intermediar uma alta programada.

Durante a visita hospitalar, foi apresentada à mãe toda a assistência e apoio prestado pela Fundação Sara, bem como o papel do Assistente Social como um intermediador para garantia e defesa dos direitos do paciente Oncológico. E que, nesse caso, a Equipe Social entraria em contato com a rede intersetorial e socioassistencial, do município de origem da família,

juntamente com a equipe técnica do hospital onde estava internada. O objetivo imposto foi a realização de um trabalho conjunto, para oferecer à adolescente um cuidado de qualidade naquele momento difícil de sua vida.

Iniciando as intervenções, em primeiro momento foi destinado a uma conversa sobre o caso com a médica oncologista responsável pela paciente, que confirmou as informações da mãe da adolescente, de se tratar de uma paciente em cuidados paliativos e que, em algum momento, realmente, teria que receber alta e ter continuidade dos cuidados em seu domicílio. Segundo a médica já havia levado o caso para outros profissionais de saúde e todos pactuavam da mesma condução clínica. Ela acionou o Serviço Social do Hospital e juntas, equipe médica e Serviço Social, montamos um Plano de Ação para darmos andamento na alta programada, cuidados e seguimento no tratamento no domicílio.

Mas afinal o que são cuidados paliativos? De acordo com Felipe Martins (2022), os cuidados paliativos se enquadram como uma assistência multidisciplinar que busca melhorar a qualidade de vida, afim de minimizar o sofrimento das pessoas com doenças graves. Esses cuidados vão muito além de um tratamento para quem se encontra em fase terminal, ele atua na promoção da sobrevida focalizando na dignidade e no conforto do paciente.

O primeiro contato com o município de origem da assistida foi realizado por telefone, quando falado com a Assistente Social sobre o caso, que ficou de realizar visita domiciliar para conhecer, in loco, a realidade social vivenciada pela família e buscar entender por que, mesmo com o cadastro único e com a renda per capita baixa, o grupo familiar não estava recebendo do programa bolsa família, que na época tinha o nome de auxílio emergencial.

A Assistente Social do Município realizou visita domiciliar, juntamente com a equipe de saúde, no dia 17/05/2023, e foi constatado que, realmente, a família tinha perfil para enquadrar no programa do Governo Bolsa Família e, assim, orientou o pai em como atualizar o cadastro e tentar rever a situação e recebimento o mais breve possível. Durante a visita foi constatado várias dificuldades para retorno da adolescente para sua residência, dentre elas a distância de 23KM da cidade de Glaucilândia – MG, com trajeto todo em estrada de terra.

Dia 19/05/2023 foi necessário a locomoção até o Município de Glaucilândia para reunião com o Secretário de Saúde, representantes do CRAS, Saúde e Setor Jurídico do Município. Nessa reunião foi levado o relatório médico completo, com todas as necessidades que adolescente teria no cuidado em sua residência, explanado sobre a situação social e emocional da mãe. O

Secretário de Saúde e sua equipe foram solícitos, mas apresentaram vários desafios que teriam que enfrentar, por se tratar de uma paciente que reside na zona rural. Colocaram dificuldade de acesso, devido distância e estrada ruim, que fica intransitável em épocas de chuvas. Outra situação levantada foi a falta de uma ambulância equipada, sendo que o SAMU, quando é acionado, desloca-se da Cidade de Bocaiuva ou Montes Claros, correndo o risco de não conseguir chegar a tempo no hospital de referência da adolescente.

No relatório médico constava necessidade de vários itens como: oxigênio terapia, sonda, equipo e outros. O Secretário de Saúde, em concordância com o jurídico do município, se comprometeu em providenciar os itens da lista, apesar de que muitos não constarem na lista licitada pelo SUS. Mas o maior receio dos representantes daquele município foi à dificuldade de locomoção uma vez que Glaucilândia oferta atenção primária, e quando o município depara com uma situação de urgência e emergência o paciente é encaminhado para Montes Claros, que são aproximadamente 60KM de distância. Colocado para eles sobre a residência familiar, que segundo a mãe disse os tios e primos fizeram uma adequação, reformando a casa para receber a adolescente; que em sua residência, segundo a genitora, ela tem uma rede de apoio, parentes próximos que a auxiliaria nos cuidados da filha. Assistente Social do Município confirmou a informação, inclusive me apresentou o relatório da visita domiciliar realizada no dia 17/05/2023, com registro de fotos. Existe mais de uma opção de estrada para o caso de um atendimento de emergência, entre a cidade de Glaucilândia a Comunidade de Cava do Curral. Para tranquilizar a mãe, esta precisaria de contatos rápidos e de uma equipe com médico, enfermeiro, fisioterapeuta, dentre outros profissionais, com acompanhamento regular domiciliar e um cronograma de atendimento organizado. A enfermeira presente e o médico manifestaram o interesse em conversar com a médica responsável, para entenderem melhor a situação clínica do paciente. Diante do exposto, foi marcado uma reunião na Fundação Sara com as equipes de Glaucilândia, Fundação Sara e Santa Casa, para o dia 23/05/2023.

Na reunião contamos com 17 participantes, sendo 11 de Glaucilândia, 2 da Santa Casa e 04 da Fundação Sara. Como intermediadora fiz abertura da reunião e após solicitei que a Dra E.C fizesse a explanação do caso clínico, inclusive reforçou que se tratava de uma adolescente em cuidados paliativos, que o trabalho em rede é de fundamental importância para proporcionar o melhor cuidado possível para ela, que a equipe multiprofissional devido à complexidade do caso, tem um papel essencial para melhoria da qualidade de vida, por mais que o objetivo não

seja curar mais tem uma grande relevância e traz segurança para família, portanto é importante que faça reunião com os pais, que dê uma boa explicação para todos os envolvidos, inclusive para rede de apoio familiar (família extensiva, vizinhos...) sobre o combinado entre a Secretária de Saúde, Hospital e Fundação Sara, de qual será o papel de cada um no contexto de cuidados domiciliares da adolescente. Inclusive foi proposto um plano individualizado com o nome dos responsáveis, médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, nutricionista para acompanhamento e evolução durante o processo de cuidado e que sempre que tivesse qualquer dúvida ou novidade poderiam entrar em contato com a médica oncologista sem reservas. Foi um momento de muitas trocas entre os profissionais, quando tivemos a oportunidade de esclarecer dúvidas e apontar condições para que a adolescente voltasse, com segurança, para sua casa. A médica oncologista pontuou existem princípios em medicina paliativa que regulam as ações da equipe multiprofissional; eles se baseiam no conhecimento científico das especialidades individuais e possibilitam intervenções clínicas e terapêuticas nos diversos campos da ciência médica.

Existem princípios sobre os cuidados paliativos que foram publicados pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 1986 e corroborados em revisão realizada em 2002, vejamos

a promoção do alívio da dor e de outros sintomas que causam desconforto: A presença de uma equipe multidisciplinar significa que o conhecimento específico de cada área, além de medidas não farmacológicas e abordagem psicossocial, resulta em uma prescrição farmacológica mais eficaz que contribui para o alívio da dor;

No caso da adolescente ficou acordado pela equipe médica do Hospital e equipe de Saúde do Município de Glaucilândia que ela iria receber alta com uma receita com toda medicação proposta, durante o processo de cuidados podendo sofrer adequações sempre que houvesse mudanças do quadro clínico e que juntos tentaríamos viabilizar a tempo e a hora toda medicação.

Afirmação da vida, considerando a morte como processo natural. Compreender a morte ajuda o paciente a entender sua doença, o que permite discutir o processo de adoecimento e a tomada de decisões. (OMS, 2002)

Neste Caso será um trabalho direcionado a família da adolescente, devido ela está em coma.

Não adiantar nem postergar a morte: intervenções ativas e de reabilitação que melhorem a qualidade de vida do paciente podem retardar a progressão da doença sem

causar mais desconforto e sofrimento do que o já causado pela própria doença. (OMS, 2002)

Essa situação que será bem abordada com a família para evitar possíveis questionamentos, maiores sofrimentos, sempre trazendo uma atuação em conjunto, um apoio nas condutas e tomadas de decisões. O assistente social será um grande intermediador entre todos os envolvidos no processo.

Integração do psicossocial e espiritual no cuidado: é importante a presença de vários profissionais, identificando problemas e tomando decisões em conjunto com o paciente, pois a doença ameaça a vida e envolve perdas como autonomia, segurança, autoestima, capacidade física e outros aspectos que garantem o controle de relacionamentos que tanto o paciente quanto sua família se sentem incapazes de lidar. Portanto, ao desenvolver o cuidado, é de suma importância incluir os aspectos humanos em conjunto com as próprias crenças do paciente. (OMS, 2002)

A família da adolescente é extremamente católica, e desde o início do tratamento vem buscando apoio espiritual através de missas, unção, correntes de oração outros. Inclusive eles acreditam em sinais, que após oração ela responde com os olhos. Na medida do possível acreditamos que tal situação traz conforto para eles.

Ofertar sistema de suporte que possibilite ao paciente viver tão ativo quanto possível, até sua morte: os cuidados paliativos se concentram na qualidade de vida, independentemente da doença ou estágio em que o paciente se encontra, ajudando-o a progredir do diagnóstico até o fim da vida. (OMS, 2002)

Mesmo estando em coma, a equipe e a família buscou proporcionar um suporte integral para paciente, como a sonda naso gástrica, uma boa hidratação, cuidados de higiene pessoal, mudanças de posição, exercícios para o corpo e respiração, dentre outros. Ela recebeu muitos cuidados para minimizar sofrimento dela e da família.

Ofertar sistema de suporte que auxilie os familiares a enfrentar a doença e a experiência do luto: a família e os amigos do paciente servem como uma rede de apoio e são importantes na tomada de decisões. A informação adequada sobre a condição e evolução da doença permite que os familiares compreendam todo o processo e proporciona uma sensação de segurança e apoio, o que pode prevenir complicações futuras durante o período de luto. (OMS, 2002)

Foi trabalhado com a família o luto, como seria que acontecesse em sua residência? Quais seriam os passos? Como seria o funeral e o enterro? Dentre outras questões.

Iniciar o mais precoce possível, junto a outras medidas de prolongamento de vida, como a quimioterapia e a radioterapia, incluindo se necessárias para melhor compreender e manejar os sintomas. Conforme recomendado pela OMS, os cuidados paliativos devem ter incluídos no cuidado do paciente a partir do momento em que uma doença com risco de vida é diagnosticada, mesmo que ainda haja chance de recuperação. No caso da assistida, a família optou por uma quimioterapia paliativa para melhorias de qualidade respiratória da adolescente e que realmente trouxe conforto.

Em uma equipe interdisciplinar há possibilidade de troca de instrumentos, técnicas, metodologia e abordagem entre as disciplinas. Trata-se de um diálogo que leva ao enriquecimento e transformação das disciplinas envolvidas, compreendendo-se o estabelecimento de relações menos verticais entre as disciplinas. (Almeida, 2005).

Nesse caso, não há uma justaposição entre os elementos disciplinares, mas, sim, uma combinação nova de elementos internos, com trocas de saberes, conhecimento para uma tarefa a ser realizada em conjunto.

Nos tempos atuais, falar em atendimento humanizado se tornou, algo comum, espécie de clichê na área da saúde. Porém, ao contrário do que parece, muito se fala e pouco se pratica. Dessa forma “por se tratar de um momento delicado de sua vida, é fundamental que ele seja recebido no estabelecimento de saúde da melhor forma possível” (Caldeira, 2019).

Nesse sentido, a Fundação Sara criou uma série de programas e procedimento com intuito de garantir para seus assistidos e famílias por ela atendidas a melhor assistência e acompanhamento de forma a reconhecer o serviço da instituição. A família que possui uma criança ou adolescente com câncer procura pelo acolhimento hospitalar e institucional não só pelo diagnóstico recebido, mas também por questões psico sociais.

É justamente pensando nas melhorias do processo de trabalho que foi criado pelo Ministério de Saúde, no ano 2000, o Projeto de Humanização Hospitalar. O intuito é promover uma nova cultura de atendimento que apoie a melhoria na qualidade e eficiência dos serviços prestados (Aurichio, 2024).

De acordo com Caldeira (2019), de forma geral, o conceito de humanização na saúde diz respeito a práticas e recursos voltados para a ampliação do relacionamento entre profissionais e cidadãos. Entender o sofrimento de quem está sendo atendido, bem como contar com suas opiniões, é um dos postos-chave de um trabalho que leva em conta a totalidade do indivíduo para além da enfermidade.

Parar e ouvir o paciente é um exemplo de atividade que coopera para a humanização dos processos dentro de clínicas e hospitais. A tarefa pode parecer fácil, mas a sobrecarga da rotina hospitalar dificulta a aproximação entre os sujeitos e acaba endurecendo o olhar diante das angústias do outro. Sua importância vem justamente daí (Aurichio,2024).

É preciso ressaltar que a medicina humanizada em clínicas e hospitais nem sempre depende apenas de profissionais. Ao se falar sobre o assunto, detalhes como a infra-estrutura do ambiente e a qualidade dos serviços prestados também podem ser afetados, pois afetam não só a experiência dos pacientes, mas também a dos próprios funcionários.

A inclusão entre usuários e funcionários estabelece as conexões necessárias para o sucesso do tratamento. Portanto, um processo humanizado é imprescindível para garantir que o desempenho seja concluído da melhor maneira. Para melhor compreender a importância do cuidado humanizado, basta considerar que o paciente não busca apenas soluções para seus problemas de saúde, mas busca alívio e conforto pessoal. Portanto, é necessário considerar as necessidades existentes, responder de forma solidária e capacitar quem busca o serviço.

A assistência humanizada à criança hospitalizada e a seus familiares de acordo com Nóbrega (2006) são tido como

uma estratégia que busca minimizar os traumas decorrentes da hospitalização, não devendo, porém, ser uma ação individual nem de grupos, mas de todos aqueles que, de alguma forma, prestam assistência a esse binômio.

No caso descrito acima a maioria do tempo a adolescente permaneceu hospitalizada, necessitando de todos os cuidados e intervenções hospitalares. Em muitos momentos os atendimentos realizados pelo serviço social são embasados de elogios e críticas pela família destinada aos profissionais direcionados ao cuidado pela criança ou adolescente hospitalizado. Um dos papéis do serviço social nestes casos é o acolhimento, a orientação e a intermediação,

em algumas situações são fomentadores de melhorias do cuidado e facilitadores para que a família pudessem receber informações de forma clara e objetiva do quadro clínico e das intervenções clínicas planejadas.

Assim, torna-se imprescindível a interação entre a família e a equipe que assiste a adolescente, buscando meios para compreendê-la nas suas necessidades, integrá-la, orientando-a quanto às ações a serem adotadas durante a hospitalização e após a alta, com o objetivo de manter a saúde da criança. (Nóbrega 2006)

A Fundação Sara trabalha de forma conjunta para estabelecer um relacionamento de confiança e empatia entre a instituição, a equipe de saúde responsável e os pais da adolescente hospitalizada, reconhecendo os sentimentos dos pais, disponibilizando tudo necessário para a promoção do bem-estar da filha. Foi uma intervenção multiprofissional que favoreceu e percebeu que a humanização da assistente hospitalar ao paciente e sua família se constitui numa estratégia que busca resgatar o respeito à vida humana, independentemente da situação atual vivenciada por ela. Para o Serviço Social enquanto houver vida, deverá ser com dignidade e respeito, dessa forma, foi lutado até o fim por esta adolescente e seus familiares para que em nenhum momento eles se sentissem abandonados ou desassistidos, buscou-se ofertar o melhor em cada fase.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Glaucilândia, Fundação Sara e Santa Casa não mediram esforços para viabilizar todas as solicitações para o atendimento domiciliar da adolescente. Foi realizada a melhoria da estrutura das estradas de acesso a sua residência; a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social, junto com o setor jurídico, providenciaram todos os itens prescritos pela médica, disponibilizaram uma equipe especializada para o atendimento à paciente.

A adolescente teve alta, voltou para conforto e cuidados familiar. Onde, apesar de estar em coma profundo, para família foi de suma importância vê-la novamente em seu quarto, próximo de tudo que ela mais amava. Infelizmente no dia 09/07/2023 ela veio a óbito por insuficiência respiratória.

É importante ressaltar o papel do Serviço Social neste caso para resguardar o direito a proteção à vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas em condições dignas para o seu tratamento e acompanhamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA-Filho N. **Transdisciplinaridade e o paradigma pós-disciplinar na saúde**. Saúde Soc 2005; 14:30-50.

AURICHIO, Adriana. O que é atendimento humanizado? Descubra seus benefícios! Nuria blog, 2024. Disponível em: <https://nuria.com.br/humanizacao-hospitalar/> acesso em 25 fev.2024.

DATASUS – Departamento de Informática do SUS, 2015.

FROSSARD, A., Os **cuidados paliativos como política pública: Notas introdutórias**. Rio de Janeiro, RJ, Vol.14, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). Câncer. Tipos de câncer. **Câncer infantojuvenil**. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

Nóbrega, Maria Miriam Lima da. **Assistência humanizada à criança hospitalizada. Humanização da assistência à criança hospitalizada**, 2006.

Organização Mundial da Saúde – OMS. **Serviços de cuidado paliativo gestão de qualidade**, 2002.

SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA DIREITOS DO PÚBLICO INFANTO-JUVENIL COM CÂNCER

Rosana Soares Ruas¹

Leni Maria Pereira Silva²

Ariane Viana Cavalcanti³

Resumo: O Presente artigo analisa o Serviço Social na defesa de direitos nos serviços de terceiro setor da área de assistência social. A inserção do serviço social no terceiro setor é histórica, tendo inovações na construção de mediações para que o Estado cumpra com o seu dever de garantir direitos à população. Trata-se de uma pesquisa qualitativa tendo como instrumentos de estudo da realidade a pesquisa bibliográfica seguida de relato de experiência para subsidiar a produção das reflexões acerca da atuação profissional. O exercício profissional é apreendido como instrumento de defesa de direitos para a população usuária dos serviços ofertados pela instituição em estudo. Compreende-se que o trabalho dentro da política de Assistência Social e a articulação com a rede intersetorial é um dos caminhos de defesa de direitos para a população usuária do terceiro setor.

Palavras – chave: Serviço Social; Terceiro setor; Direitos Sociais; Relato de experiência.

Abstract: This article analyzes Social Work in the defense of rights in third-sector services in the area of social assistance. The insertion of social services in the third sector is historic, with innovations in the construction of mediations so that the State fulfills its duty of guaranteeing rights to the population. This is a qualitative research using bibliographical research as instruments for studying reality, followed by an experience report to support the production of reflections on professional performance. Professional practice is seen as an instrument of defense of rights for the population using services. offered by the institution under study. It is understood that work within the Social Assistance policy and articulation with the intersectoral network is one of the ways to defend rights for the population using the third sector.

Keywords: Social service; Third sector; Social rights; Experience report.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre o Serviço Social no terceiro ganha notoriedade nos anos 1990. Momento em que ascende a inserção de organizações não-governamentais (ONG's) no vazio promovido pelo Estado para atuar junto a população demandatária de direitos e inclusão social tem se

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Faculdade Santo Agostinho. Assistente Social da Fundação Sara Costa Albuquerque. Supervisora de estágio de Campo da Unimontes. E-mail: rosanasoaresruas77@gmail.com

² Assistente Social . Doutora em Ciências Sociais. Professora Curso de Serviço Social Unimontes. ORCID:0000-0020798-3092 Email leni_2575@yahoo.com

³ Acadêmica de Serviço Social pela Unimontes. Membro do grupo de estudos Núcleo de Estudos Espaço Feminino da Universidade Estadual de Montes Claros – NEFE. E-mail: arianecavalcantio5@gmail.com

iniciativas que se desenvolvem como, em algumas regiões, determinantes para aproximação da garantia de direitos sociais e, de promover uma dignidade humana quando a saúde torna-se ausente e, em especial, quando o humano adoecido é uma criança e uma adolescente que ainda não experimentou as peripécias da infância e não alcançou a fase adulta para saber dos experimentos e das necessidades de agir e recompor o passo diante de uma escolha que não trouxe aprendizados e conquistas.

A Fundação Sara, dentro da Tipificação da Assistência social, é classificada como “Casa de passagem” e realiza, com excelência, um enorme trabalho para busca de melhorias do tratamento e cuidado integral para assistidos portadores de câncer.

No âmbito de recorte de realidade o artigo se estrutura num estudo acerca da processo de trabalho do Serviço Social no terceiro setor e num segundo momento as apreensões a partir de um relato de experiência em que se apresenta a intervenção do Assistente Social em um caso. Um relato que contextualiza a experiência do Serviço Social como componente equipe interdisciplinar que atua nos casos por meio da análise de conjuntura e no campo da defesa de direitos. Por meio do atendimento às famílias de Crianças e Adolescentes com Câncer, do Norte de Minas Gerais e Sul da Bahia, o Serviço Social compreende as contradições entre Estado e Sociedade no tocante a histórica desproteção social que famílias de baixa renda são submetidas.

DESENVOLVIMENTO

Ao se observar a relação do serviço social e emergência do terceiro setor é necessário aproximar do conjunto de mudanças no padrão de resposta à questão social elaboradas nas últimas décadas. Situações que são tensionadas pela ausência do Estado, pelas formas precárias de inserção nos espaços sócio-ocupacionais e, como esses se organizam para intervir nas demandas que chegam, além de um movimento de reordenamento do espaço socioprofissional mediante a desinstitucionalização dos direitos, privatização de serviços, mercantilização e refilantropização das formas de enfrentamento da “questão social”. Contexto em que se destaca a retração do Estado quanto à responsabilidade no enfrentamento da questão social, onde se destaca a transferência de responsabilidades do Estado para o “terceiro setor”.

Por terceiro setor compreende o conjunto de instituições não vinculada ao Estado, mas que prestam serviços à sociedade de forma filantrópica e complementar às obrigações do

Estado. Constituído por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) , o terceiro setor abrange entidades sem fins lucrativos, privadas mas de caráter público, que atuam a serviço dos interesses coletivos.

O terceiro setor é compreendido como o conjunto de Organizações não– governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) – regulamentadas pela lei 9.790/99 - fundações, associações comunitárias, movimentos sociais, instituições filantrópicas, entre outras entidades, configuradas como “organizações privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária” (ACOTTO; MANZUR, apud MONTAÑO, 2002, p.55).

Campo de atuação do/a Assistente social, o terceiro setor ocupa um espaço significativo para o ingresso de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais. Trata-se de espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais, constituído sob os princípios que conduzem a profissão que se politiza mediante as asperezas das expressões da questão social.

Como alude Iamamoto (1982) o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, no quadro do desenvolvimento das relações sociais capitalistas (IAMAMOTO, 1982). . Tal condição construída ao longo dos tempos representa uma importância para a profissão e ao mesmo tempo revela seus desafios em meio as contradições socioeconômicas.

Situação que se assevera mediante a crescente retraimento interventivo do Estado que precariza a oferta de serviços sociais e que avoluma as demandas para o terceiro setor. Que não é política pública é ação filantrópica complementar do Estado. Ação que poderia ser compreendida como subsidiária, mas que mediante o avanço da austeridade financeira é concebida como essencial e, para milhares de famílias foi a única porta que se abriu e que várias mãos acolheu no momento de medo e dor.

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA DIREITOS DO PÚBLICO INFANTIL COM CÂNCER

O Instituto Nacional do Câncer (INCA (2011), o câncer é uma doença genética caracterizada pela divisão e proliferação desordenada de células que sofreram mutação em seu material genético. Ele ocorre em qualquer parte do organismo e é o acúmulo das células que dão origem aos tumores.

Trata-se da principal doença causadora de morte em crianças com menos de 15 anos de idade (INCA, 2011). Atinge 10 em cada 1.000.000 crianças a cada ano, em todo o mundo, sendo que uma criança em cada 600 pode desenvolvê-lo durante a infância, porém hoje se sabe que dois terços desses cânceres são considerados curáveis se o diagnóstico for precoce e o tratamento administrado for adequado ao tipo de câncer.

No Brasil, o câncer já representa a primeira causa de morte por doença entre crianças e adolescentes de 1 a 19 anos, para todas as regiões. Nas últimas quatro décadas, o progresso no tratamento do câncer na infância e na adolescência foi extremamente significativo. Hoje, em torno de 70% das crianças e adolescentes acometidos de câncer podem ser curadas se diagnosticados precocemente e tratados em centros especializados.

Os desafios presentes no campo da atuação da/o assistente social junto ao terceiro setor que atende e atua na defesa de direitos de crianças e adolescentes exige do (a) profissional o domínio de informações para identificação dos instrumentos a serem elaborados e exige habilidades técnico-operativas para a construção do diálogo setores estratégicos da sociedade para a salvaguarda dos direitos do público atendido na instituição. O conhecimento da realidade é instrumento indispensável para a construção das mediações, intervenções tanto condizentes com a realidade como para externalizar os compromissos éticos-políticos da profissão impressos a partir da dimensão teórica-metodológica e posto em ação no campo da dimensão técnico-operativa.

Requisições indispensáveis para a compreensão do contexto sócio histórico em que se situa sua intervenção: a apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais na perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico; identificação das demandas inseridas na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (ABEPSS, 1996 apud CFESS, 2010).]

Desse modo diante da realidade da Fundação Sara junto aos seus usuários tem-se na intervenção profissional o acompanhante da criança e sua família; as orientações necessárias sobre o afastamento e do acompanhante de suas atividades normais durante o período de internação e tratamento ambulatorial.

Bem como a construção de uma escuta qualificada em que seja possível mediar demandas, que as vezes não se expressão de forma clara e direta. Mediar entre a existência da fome, a ignorância do não saber e não dispor de condições para ofertar com dignidade o tratamento para o ente familiar. Ou seja, uma atuação demandada pela realidade e que se apresenta como possibilidade de reconhecer as demandas sociais e mediá-las para o campo dos direitos sociais.

MEDIAÇÕES EM CASO CONCRETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Certa feita o Serviço Social foi acionado para atender uma demanda hospitalar. Em visita hospitalar ocorrida no dia 16 de março de 2023, na Santa Casa de Montes Claros, foi realizado o cadastro da adolescente T.R.D.S, com 16 anos, residente na comunidade Lajeado⁴, com distância de 23km da cidade de Montes Claros – MG. A usuária com diagnóstico de Carcinoma de Nasofaringe e, de acordo com relatos da mãe, a Sra M.D.C.D.S., a filha precisou ser entubada em função de intercorrências logo no início do tratamento, ficando em coma, sem perspectiva de melhoras clínicas.

O Serviço Social da Fundação Sara realizou primeiro atendimento de modo a coletar informações acerca do caso e de suas demandas, bem como identificar a realidade da família. Trata-se de família nuclear residente em município vizinho. Com atividade econômica ligada a agricultura familiar, composto por 04 (quatro) membros, inscritos no Cadastro único do Governo Federal, porém não contemplados com benefício social assistencial. A renda per capita da família chega a R\$52,00 (cinquenta e dois reais), proveniente do trabalho rural do pai, que tirava leite das poucas vacas e vendia para o sustento da casa.

Segundo relatos da usuária, a situação financeira delicada, pois a única renda que subsidia o sustento do grupo familiar vem das atividades do genitor. Tal realidade e diante do

⁴ trata-se de condinome para assegurar o sigilo dos envolvidos

quadro clínico da adolescente a família recorreu aos serviços da Fundação Sara Albuquerque para orientações e apoio com despesas.

Durante a visita hospitalar, o Serviço Social da Fundação Sara em contato com a genitora apresentou toda a assistência e apoio prestado para família e usuária e, como seria a atuação e processo de trabalho realizado pela Assistente Social como um intermediador para defesa dos direitos do paciente oncológico.

INTERMEDIações

Importante destacar que o público atendido para além das situações correlatas ao adoecimento tem uma histórico de desproteção social, sua maioria, tendem, em determinados momentos, agravar o quadro clínico e social. Considera-se que os casos de crianças pobres acometidas pelo câncer (em suas variadas manifestações) representa um desafio, especialmente pela doença, mas agravado quando o/a usuário são oriundos das classes pobres e, que não dispõem de condições de dar um atendimento domiciliar no tocante a segurança alimentar, higiene, cuidados afetivos entre outros. O contexto de vulnerabilidade social das famílias comprometem o processo de cuidado e atendimento medicamentoso que o tratamento exige.

A vulnerabilidade Social segundo Carmo e Guizardi (2018) pode ser considerada como:

a conexão dos vocábulos em latim *vulnerare*, que significa ferir, lesar, prejudicar 11,34,35,36,37,38, e *'bĭlis* – suscetível a 36 – teria dado origem à palavra vulnerabilidade. Conformado na matriz discursiva da Bioética, o conceito de vulnerabilidade como condição inerente ao ser humano, naturalmente necessitado de ajuda, diz do estado de ser/estar em perigo ou exposto a potenciais danos em razão de uma fragilidade atrelada à existência individual, eivada de contradições (Carmo e Guizardi, 2018,p.6)

No âmbito da saúde vulnerabilidade é apreendida como:

Em saúde, a utilização do termo vulnerabilidade começou no início dos anos 1980, com os estudos sobre a síndrome da imunodeficiência adquirida (aids), compartilhando conceituações da área dos Direitos Humanos. Foram as características da evolução da epidemia, como a mudança no perfil das pessoas atingidas e variáveis socioeconômicas, que

trouxeram à tona novas associações ao contexto da infecção, exigindo a redefinição das ideias individualizantes até então vigentes sobre os “grupos de risco”. A adoção do conceito de vulnerabilidade, em substituição ao de grupo de risco, aconteceu nesse processo, indicando a ampliação das chances e formas de acometimento pela doença pela totalidade da população (Carmo, 2018.p.7).

Para a assistência Social a categoria vulnerabilidade ganha um caráter adjetivado pelo termo social, que indica a evolução do entendimento acerca das privações e desigualdades ocasionadas pela pobreza (Carmo e Guizardi, 2018).

A respeito dos processos que são desencadeados a partir da chegada do caso identifica-se uma gama de procedimentos de intervenção profissional: intervenção propriamente dita, reuniões, elaboração de instrumentos de monitoramento e o atendimento na instituição e em domicílio. Estes dois últimos recebem atenção da equipe da Fundação para o seu pleno desenvolvimento.

Como já destacado no momento em que o caso chega à fundação o primeiro procedimento adotado é uma intervenção. A intervenção é o momento em que toda a equipe se atenta às demandas do caso e começa a agir. Especialmente no tocante às situações que demandam maiores informações junto aos serviços e setores pelos quais a criança ou adolescente já passou.

Uma intervenção que aglutina atendimento, apoio e contatos que possam corroborar para a inserção dos usuários nos serviços ofertados pela instituição e para a defesa de que nas instituições externas, que compõem o conjunto de cuidados voltados aos usuários, ocorra uma mobilização para implicar atenção delas com o caso em discussão.

Desse modo, por meio de reunião de caso com a médica oncologista, profissional que passa a ser responsável pela paciente, e Serviço Social da Fundação iniciam um procedimento de inserção na atenção que a Fundação propõe.

Como relatado no outro item de primeiro momento diante da identificação do caso foi realizado um Estudo Social. Esse procedimento representa o momento em se realiza o conhecimento da realidade social, que advém do estudo da demanda que é colocada ao

profissional no seu espaço ocupacional. Dotado de análise teórica e ética. Pode ser construído a partir de estudo bibliográfico, documental, entrevistas, visitas, observações técnicas.

Nesse caso, a médica e o Serviço Social estudam a demanda. Posteriormente acionam o Serviço Social do Hospital e juntas, equipe médica e Serviço Social, elaboram o instrumento que subsidiará toda a intervenção, ou seja, um Plano de Ação para atender e monitorar o andamento das ações a serem desenvolvidas que são desdobradas em cuidados na instituição e o tratamento no domicílio.

O Plano de Ação é composto por compromissos realizados durante o procedimento de internação e do acompanhamento da Fundação Sara. Prevê ações correlatas ao tratamento medicamentoso, orientações dos direitos sociais (benefícios, auxílios e recursos no município e provimentos advindos das intermediações da Fundação Sara), acompanhamento pedagógico, psicológico e outros recursos que possam ser articulados para melhor atender as demanda da usuária e sua família.

Nesse interim, o Serviço Social da Fundação mobiliza outras frentes. Age por meio do contato com o município de origem da assistida. Esse contato inicial foi realizado por telefone junto ao Serviço Social da Prefeitura /Secretaria de Saúde para que no município tenha uma intervenção direta no cotidiano familiar. Desse modo é requisitado ao colega, assistente social, uma reunião para construção de procedimentos para atuar, conjuntamente de forma intersetorial e interdisciplinar no caso.

A visita domiciliar é sugerida como fito de conhecer, in loco, a realidade social vivenciada pela família e buscar entender o cotidiano, especialmente, sobre suas condições de sobrevivência, cuidado, alimentação e possibilidades para o devido acompanhamento do tratamento da saúde da criança.

A interlocução entre os profissionais nos mais variados serviços (seja da Fundação, dos hospitais e das prefeituras) são indispensáveis para uma intervenção. Contatos telefônicos, reuniões presenciais e online, envio de documentos e requisições de procedimentos e, a criação de um fluxo de informações torna-se uma construção rotineira. Tratá-los metodologicamente por meio dos registros e análises dos seus resultados e impactos representa uma tarefa necessária para se construir determinado domínio sobre o fenômeno. E, a partir daí acumular experiências que possam sinalizar processos e avaliação dos mesmos.

Desse modo, quando acorda-se que a Assistente Social do Município visitará a família em seu domicílio, juntamente com a equipe de saúde, como ocorreu no dia 17/05/2023, e identifica-se condições objetivas e subjetiva de precariedade da família, especialmente, pelo grau de vulnerabilidade social compreende-se a urgência de se construir ações que rompam com o histórico de desproteção à família. Além de considerar que diante do contexto familiar e a chegada de um diagnóstico tende-se há um agravamento e com possibilidades de esgarçamentos dos laços afetivos. E, são situações dessa natureza que tendem a colocar em risco o tratamento por ausência de renda, cuidado e proteção. Tanto pela família, mas especialmente, por uma ação incipiente do Estado em não promover as garantias sociais necessárias para que a família possa ter como cuidar e zelar da saúde com as devidas condições de renda e de alimento e, tendo um responsável com condições de se fazer presente ao longo do tratamento.

Por meio do relatório médico foi possível ter acesso informações acerca das exigências para o tratamento domiciliar da usuária. Instrumentos como oxigênio terapia, sonda, equipo e outros eram necessários. Diante das exigências o receio dos representantes daquele município foi a dificuldade de locomoção com uma situação de urgência e emergência o paciente é encaminhado para Montes Claros, que são aproximadamente 60KM de distância.

A família informou que os tios e primos fizeram uma adequação, reformando a casa para receber a adolescente; que em sua residência, segundo a genitora, ela tem uma rede de apoio, parentes próximos que a auxiliaria nos cuidados da filha. Informação confirmada pela Assistente Social do Município que inclusive apresentou o relatório da visita domiciliar realizada no dia 17/05/2023, com registro de fotos e detalhes acerca das ações realizadas pelo grupo familiar.

Ainda na reunião a enfermeira presente e o médico manifestaram o interesse em conversar com a médica responsável, para entenderem melhor a situação clínica do paciente. Diante do exposto marcou-se nova reunião, agora nas dependências da Fundação Sara com as equipes do município, Fundação Sara e Santa Casa, para o dia 23/05/2023.

Na reunião contamos com 17 participantes, sendo 11 do município, 2 da Santa Casa e 04 da Fundação Sara. Como intermediador da reunião o Serviço Social da Fundação apresentou um panorama da situação social do caso e as ações que devem ser empreendidas para o devido

atendimento da caso. Após a médica oncologista da Fundação detalhou o quadro clínico da usuária e as demandas específicas para o tratamento. Foi um momento de muitas trocas entre os profissionais e na oportunidade de esclarecer dúvidas e apontar condições para que a adolescente voltasse, com segurança, para sua casa.

Como sinaliza Siegel (2018) em uma equipe interdisciplinar há possibilidade de troca de instrumentos, técnicas, metodologia e abordagem entre as disciplinas. Trata-se de um diálogo que leva ao enriquecimento e transformação das disciplinas envolvidas, compreendendo-se o estabelecimento de relações menos verticais entre as disciplinas” (Siegel,2018,apud Lopes-Junior,2019).

Nesse caso, não há uma justaposição entre os elementos disciplinares, mas, sim, uma combinação nova de elementos internos, com trocas de saberes, conhecimento para uma tarefa a ser realizada em conjunto.

Em tempo, a adolescente T.R.D.S teve alta, e retornou aos cuidados familiares. Onde, apesar de estar em coma, para família foi de suma importância vê-la novamente em seu quarto, próximo de tudo que ela mais amava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura que a realidade propicia traz a centralidade da defesa de direitos. Dessa visita elabora-se uma defesa no âmbito dos direitos sociais por considerar que a famílias é publico alvo dos programas do Governo, mas que até o momento não tinha sido contemplada.

Desse modo e diante dos fatos a reunião interistucional no dia 19/05/2023 no Município de Lajedoo/MG. Com representações da Secretaria de Saúde, tendo a presença do Secretário de Saúde, representantes do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Atenção primária da Saúde e Setor Jurídico do Município foi apresentado relatório médico eu descrevia todo o quadro clínico e demandas para melhor trato do caso. Esclarecendo todas as necessidades que adolescente teria no cuidado em sua residência, bem como a situação social e emocional da mãe e grupo familiar.

O município por meio dos representantes apresentou as dificuldades de acesso, devido distância e estrada ruim, que fica intransitável em épocas de chuvas. Outra situação levantada foi a falta de uma ambulância equipada, sendo que o SAMU, quando é acionado, desloca-se da Cidade de Bocaiuva ou Montes Claros, correndo o risco de não conseguir chegar a tempo no hospital de referência da adolescente.

Tal apontamento revela as disparidades regionais e o obstáculo que tais situações representam para o tratamento e o devido cuidado com as famílias e seus entes quando o caso envolve adoecimento. Uma abordagem intersetorial é utilizada para a visita *in loco*. Ir ao município em que família reside é uma estratégia operacional necessária que corrobora tanto para estreitamento de lações entre família e Fundação. Mas, especialmente, para firmar tratativas que possam corroborar para que a usuária e família, nesse momento de tratamento, tenham mais dignidade no transcurso e garantir segurança e apoio institucional torna-se uma tática necessária. Desse modo foi firmado que o município de Lajedo, que haveria melhoria de infraestrutura nas estradas de acesso a sua residência; quanto as Secretarias Municipal de Saúde e de Assistência Social, junto com o setor jurídico, providenciaram todos os itens prescritos pela médica, disponibilizaram uma equipe especializada para o atendimento à paciente. Além de manter o monitoramento do atendimento hospitalar e social quando da alta da usuária. Compreender que o contexto de pobreza asseverado por um estágio elevado de desproteção social corrobora para o agravamento dos casos de adoecimento. Famílias de baixa renda terão mais dificuldades de cuidar dos seus entes devido a inexistência de condições objetivas e se manifesta na ausência de condições subjetivas. A baixa renda compromete os cuidados e incidirá na forma como os usuários possam vir ter cura ou não mediante o estágio em que a doença esteja.

Outro fator importante é compreender que o adoecimento por via da manifestação do câncer deixa de ser um fator biológico e ganha contornos sociais e políticos. Uma vez que as condições sociais das famílias serão determinantes para a oferta de cuidado e cumprimento do tratamento. Do ponto de vista político é compreender que cuidar da família, em seu tratamento das famílias de baixa renda é papel iminente do Estado.

Oportunizar o tratamento adequado, mas garantir de forma equitativa condições para que o acesso aos direitos e recursos sejam possíveis para o alcance da dignidade e possibilidade de

cura. Interlocações interinstitucionais e interdisciplinares são indispensáveis para que ações das políticas sociais tornem a vida da população digna. São essas circunstâncias que corroboram para cumprimento da prioridade absoluta e assegure o desenvolvimento peculiar. Em casos de adoecimento que essa seja a mesma condição. A análise da realidade e articulação de procedimentos interventivos como estudos, reuniões, visitas, elaboração de relatórios, como o caso apresenta, demonstra a instrumentalidade do Serviço Social que é acionada e criada no campo da defesa dos direitos sociais.

É importante ressaltar o papel do Serviço Social neste caso para resguardar o direito a proteção à vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas em condições dignas para o seu tratamento e acompanhamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 09 mar. 2024

BRASIL. Política Nacional de Atenção Oncológica. Publicada em 09 de dezembro de 2010. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://www.mpba.mp.br/atuacao/saude/temasensaude/oncologia/5_Nota_Onco_MS_2010.pdf Acesso em 09 de março 2024.

CARMO.M.E. GUIZARDI.F.L. conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. In: **Cad. Saúde Pública** 2018

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER – INCA. Seção de Oncologia Pediátrica: disponível <http://www.inca.gov.br>. Acesso em 10/03/2024

FROSSARD, A., **Os cuidados paliativos como política pública: notas introdutórias**. cad. Vol.14EBAPE.BR: Rio de Janeiro.2016

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992

UM PASSO À FRENTE E VOCÊ JÁ NÃO ESTÁ MAIS NO MESMO LUGAR: O 'PRINCIPIAR' DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS¹

Cristiano Costa de Carvalho²
Eliana Bolorino Canteiro Martins³

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo apresentar reflexões introdutórias em torno do fazer profissional no processo de implementação do Serviço Social na educação básica nos Estados e municípios brasileiros a partir da Lei nº 13.935/2019, uma vez que profissionais tem encontrado dificuldades e em alguns casos resistências para o pleno desenvolvimento e implementação da referida Lei. Na parte metodológica recorreu a análise documental e produções bibliográficas que versam sobre a interface entre Serviço Social e políticas de educação básica, bem como da análise das experiências de implementação do Serviço Social em projetos e em escolas nas cidades do Rio de Janeiro (RJ); Presidente Prudente (SP); Limeira (SP) e João Pessoa (PB), como forma de apreensão dos complexos e intencionalidades em torno do objeto de pesquisa e das práticas sociais em curso. Como resultado identificamos elementos que estão presentes na formação cultural, política e do capitalismo periférico marcado pelo viés conservador, autoritário, mercadológico e de precarização das relações de trabalho que inviabiliza a consolidação de direitos e mudanças sociais, por outro lado, o estudo aponta possíveis estratégias e possibilidades que dialogam com o campo das atribuições e competências de assistentes sociais em temas e questões como: classe, gênero, sexualidade, orientação sexual, relações étnico-raciais, enfrentamento ao trabalho infantil, uso abusivo de drogas, violências, *bullying*, promoção em saúde, saúde mental, evasão e fracasso escolar. Palavras-chave: Serviço Social; Formação e trabalho profissional; Prática profissional; Educação básica.

ABSTRACT: *The present study aims to present introductory reflections on professional practice in the process of implementing Social Service in basic education in Brazilian states and municipalities based on Law No. 13,935/2019, since professionals have encountered difficulties and in some cases resistance. for the full development and implementation of the aforementioned Law. In the methodological part, documentary analysis and bibliographical productions were used that deal with the interface between Social Service and basic education policies, as well as the analysis of experiences implementing Social Service in projects and schools in the cities of Rio de Janeiro (RJ); Presidente Prudente (SP); Limeira (SP) and João Pessoa (PB), as a way of understanding the*

¹ Parte do título do artigo é uma menção da música 'Um Passeio No Mundo Livre' do artista pernambucano Chico Science (1966-1997).

² Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP. Bolsista CAPES em período sanduíche no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES, ISCTE, Lisboa). Professor no IEC/PUC Minas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-6523-5917. E-mail: ss.cristiano@gmail.com

³ Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Pós-Doutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

complexes and intentions surrounding the research object and ongoing social practices. As a result, we identified elements that are present in the cultural, political and peripheral capitalism formation marked by the conservative, authoritarian, market bias and precariousness of work relations that makes the consolidation of rights and social changes unfeasible. On the other hand, the study points out possible strategies and possibilities that dialogue with the field of duties and competencies of social workers in themes and issues such as: class, gender, sexuality, sexual orientation, ethnic-racial relations, combating child labor, drug abuse, violence, bullying, promotion in health, mental health, dropout and school failure.

Keywords: Social service; Training and professional work; Professional practice; Basic education.

INTRODUÇÃO

O processo de implementação de políticas públicas tem configurado um debate extremamente denso e complexo na História do Brasil recente, especialmente no pós-Constituição de 1988. Por vez a realidade brasileira é marcada por diversos tensionamentos que perpassam aspectos relacionados a cultura política, especialmente dos traços do patrimonialismo, e da inversão de valores típica da não lógica republicana que persiste no país e do capitalismo periférico ao qual o país está inserido na divisão internacional do trabalho.

Desvendar estes aspectos passa a ser um desafio para profissionais da área de Serviço Social, especialmente por possuir como característica: assegurar processos de trabalho, produção e reprodução do conjunto de intencionalidades socioprofissionais dentro da estrutura do Estado, o que exige ganhar repercussões no âmbito das políticas públicas por meio de uma determinado trabalho profissional que confere valor de uso e valor de troca e consequentemente a inserção na divisão sociotécnica do trabalho.

A concepção de disputar a estrutura do Estado é um traço marcante que foi desenvolvida no interior da profissão de assistente social com o chamado movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro. Entende-se, a reconceituação como um processo marcado pelo amadurecimento dos processos formativos e do trabalho profissional e consequentemente da sua direção sociopolítica enquanto profissão.

O amadurecimento da profissão e especialmente da sua direção sociopolítica é datada de um determinado contexto histórico e reflete um conjunto de valores e intencionalidades que tem atravessado gerações de profissionais e ganhado reconhecimento que extrapolam os “muros da profissão” afinal, no Brasil, o Serviço Social possui um projeto societário (Netto, 2009).

Historicamente localizamos a reconceituação no período de 1965 a 1975, como assinala Marilda Vilela Iamamoto (2017):

No período de 1965 a 1975 ocorre um marco importante no Serviço Social na América Latina: o movimento de reconceituação, impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente que se refratavam na universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, com nítidas particularidades nacionais (Iamamoto, 2017, p. 25).

Naturalmente estamos falando de uma profissão que para existir precisa disputar a estrutura (direção) e dinâmica do Estado. O que impõe capacidades investigativa crítica, analítica e interventiva dado a complexidade da temática e o jogo político que está alicerçado pelo amplo movimento das classes sociais, disputas e tensionamentos culminando em uma correlação de forças que reverberam em torno das concepções e direção sobre o Estado.

A temática de implementação de políticas públicas por si só é relevante e contraditória, uma vez que diversos intelectuais da área de Serviço Social têm refletido sobre a relação entre o trabalho de assistentes sociais e políticas públicas (Braz, 2004; Pereira, 2007; Ortiz, 2010; Almeida e Alencar, 2011), demarcam as contradições e complementariedades nesta relação.

É de amplo reconhecimento que o Estado brasileiro pós-constituição de 1988 tem assumido como principal característica a negação de direitos sociais e explicitamente se posicionado e adotado publicamente o viés do receituário neoliberal sustentando pela narrativa da responsabilidade fiscal. Isso fica explícito no discurso e nas práticas governamentais nos anos de 90 do século XX e início do século XXI.

O abismo entre os direitos positivados, especialmente previsto no Art. 6º da Constituição e o *modus operandi* das políticas públicas é algo que tem despertado uma narrativa de esvaziamento das disputas políticas, sendo este um equívoco, pois o projeto das elites nacionais sempre foi de sustentar a narrativa do não-Estado, da parceria público-privado para gestão e execução de políticas públicas, da incompetência gerencial, da corrupção como algo sistêmico e generalizado, do chamado terceiro setor, etc. Um verdadeiro tensionamento para que a sociedade civil decreta amplamente a incompetência do Estado para assumir suas

responsabilidades e fundo público em detrimento da direção do mercado como o que há de mais sofisticado e avançado⁴.

Diversos ideólogos têm assumido e propagado esse discurso neoliberal de esvaziamento da esfera pública e conferido ao mercado a narrativa de excelência de gestão, da eficácia e eficiência das necessidades sociais. É como se o mercado fosse o reino da competência e o Estado da incompetência. Uma narrativa perigosa que simplesmente ignora o fato que muitos dos governantes eleitos e que assumem a gestão pública trabalha para finalidade privatista e para isso cria inúmeras barreiras para inviabilizar o pleno desenvolvimento das políticas públicas estatais.

Essa relação perigosa entre Estado e mercado por meio de *lobby* de grandes empresas e corporações tem sido uma marca nefasta nas mais diversas políticas públicas. As políticas de saúde a exemplo, o Estado deixa de desenvolver sua própria indústria de insumos e medicamentos para delegar a compra direto no mercado. As políticas habitacionais praticamente inexistente no Brasil, também delegada para grandes empreiteiras, bancos e financiamentos para construção de imóveis de baixa qualidade e em quantidades insuficientes para superar o histórico *déficit* habitacional. A educação enfrenta o processo de desmonte explícito, nas palavras de Darcy Ribeiro “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. A assistência social cada vez mais entregue para entidades filantrópicas, o que confere um viés público-privado e religioso na gestão e na finalidade do atendimento o que fere radicalmente a Constituição e a construção do Estado laico. Enfim, estamos falando de um amplo processo que marca praticamente toda a estrutura das políticas públicas no Brasil e bem representado por meio da EC 95/2016 - “Teto de Gastos”, em vigor desde 2016, congela os gastos públicos por vinte anos.

O necessário enfrentamento a conotação sobre a premissa que o Estado brasileiro quando cria políticas públicas é pautado pelo viés de ‘políticas pobres para pessoas pobres’ diz muito sobre a concepção de modelo de desenvolvimento do Estado. Contrapor este aspecto de forma a desenvolver políticas públicas de qualidade, que assegure condições necessárias para viabilizar a dignidade da pessoa humana é urgente e necessário (Pereira, 2007).

⁴ Sobre esta discussão vala a pena aprofundar em Behring (2021).

Partindo desta premissa, o texto pretende apresentar alguns desafios para ‘princípios’ o trabalho de assistente social nas políticas de educação básica pública (no âmbito dos estados e/ou municípios), partindo da concepção que o trabalho profissional do assistente social integra processos de trabalho coletivo seja em instituições públicas ou privadas.

O ‘princípios’ do trabalho e inserção de assistentes sociais na política de educação básica tem como marco um amplo movimento de lutas e construções coletivas que antecedem a promulgação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019⁵ e no momento está em processo de implementação nos estados e municípios brasileiros enquanto política pública. Por se tratar de um movimento dialético, a efetivação de uma política pública (no caso, a inserção de assistentes sociais na educação básica) exige dos diversos interlocutores um amplo processo de diálogos e aproximações que vão ao encontro do que Karl Marx afirmou “A história se repete, a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa”⁶, ou seja, conhecer a História, o terreno, cenário, estratégias, condições de trabalho, etc fazem parte desta especificidade do texto uma vez que “transformar o presente e o futuro, evitando reproduzir os erros já cometidos” é uma necessidade e essencial para que as particularidades do Serviço Social na educação básica não reproduza abordagens e equívocos que marcam a História da profissão no contexto de hegemonia do conservadorismo em suas protoformas.

A construção do texto recorreu a pesquisa bibliográfica e documental, bem como dos elementos analisados a partir das experiências de implementação e de projetos com a presença de assistentes sociais na educação básica nos municípios: Rio de Janeiro (RJ); Presidente Prudente (SP); Limeira (SP), ambos na região sudeste e João Pessoa (PB), na região nordeste do Brasil. Analisar as experiências foi de fundamental importância para uma melhor apreensão das condições objetivas, desafios e potencialidades da implementação do Serviço Social na educação básica. Essa aproximação para análise das experiências aconteceu por meio dos seminários do I Encontro Estadual e Pesquisa do GEPESSE - “Tendências do trabalho de assistentes sociais na Educação Básica pública no Brasil” que aconteceu no mês de agosto de 2023 de forma *on-line* e gravada. No seminário houve espaço para exposição das experiências profissionais, assim sendo,

⁵ Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

⁶ MARX, K. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In: Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni et al. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

o presente estudo se propõe a analisar as experiências, coletar dados e informações que dialogam e extrapolam a produção bibliográfica presente na literatura especializada do Serviço Social na educação básica.

SERVIÇO SOCIAL: OS DESAFIOS DE PRINCIPIAR O TRABALHO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho fundamentado na lei que regulamente a profissão (Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993) no Código de ética Profissional e um acervo de conhecimentos organizado a partir de diretrizes curriculares para sua formação e exercício profissional consolidada pela Associação Brasileira e Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), assim, conferindo ao profissional uma autonomia técnica.

Conforme afirma Iamamoto (1982) a atuação profissional do assistente social interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais, em todas as políticas sociais que visam o enfrentamento das expressões da questão social. Portanto, tanto a formação inicial quanto a permanente se tornam essencial para o trabalho profissional na direção do projeto ético-político profissional.

A profissão é sedimentada por conhecimentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, consubstanciado nas dimensões investigativa, educativa e interventiva do Serviço Social. Apesar de ser uma profissão liberal a condição de inserção no mercado de trabalho está estreitamente vinculada ao assalariamento, inserindo-se majoritariamente em instituições públicas e privadas em políticas públicas organizadas pelo Estado para o enfrentamento das expressões da questão social. A partir de sua autonomia relativa o assistente social realiza concomitantemente a prestação de serviços sociais e a dimensão educativa da profissão, respondendo contraditoriamente as demandas do capital e do trabalho (Iamamoto, 1982).

A categoria profissional constrói um projeto ético-político profissional sedimentado na perspectiva histórico-dialética visando em última instância a defesa dos direitos humanos e sociais da classe trabalhadora, respeitando os princípios éticos elencados no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993).

Importante ressaltar que na sociabilidade capitalista a Política de Educação se constitui em uma estratégia do Estado para assegurar uma formação profissional adequada aos interesses do mercado e disseminar a ideologia dominante internalizando os valores hegemônicos, mas contraditoriamente propicia acesso ao conhecimento socialmente construído pela humanidade sendo historicamente campo de luta da classe trabalhadora para acessar a educação formal. Desta forma, é um território tensionado por projetos educacionais e societários em disputa pelas classes fundantes (capital e trabalho). Assim, conhecer o significado da política de educação nos processos de reprodução social e a complexidade e particularidade de cada nível e modalidade de ensino é primordial para os assistentes sociais que atuam nesta política social.

Historicamente o assistente social atua no âmbito da política educacional desde os primórdios da profissão no Brasil, contudo a expansão deste espaço sócio-ocupacional tem ocorrido principalmente a partir dos anos 2000 e, especificamente na educação básica, a partir da aprovação da Lei nº 13.935/2019 que “dispõe sobre a prestação de serviços da psicologia e do serviço social na educação básica” no Brasil, conquista após vinte anos de luta dessas categorias profissionais, especificamente em relação ao Serviço Social, tendo à frente as entidades representativas da profissão – Conselho Federal/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) com o apoio da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Assim, vem ocorrendo a inserção de assistentes sociais na educação básica pública atendendo a prerrogativa da legislação recentemente aprovada, porém com traços de precarização das condições de trabalho, seja pela forma de contratação (temporária, terceirizada, processos seletivos, baixos salários e condições técnicas e éticas de trabalho), seja pela desproporcionalidade entre a quantidade de profissionais contratados e a configuração da rede pública, seja estadual ou municipal (quantidade de unidades educacionais compostas por um expressiva quantidade de estudantes).

Para além desta situação, realçamos que a aproximação com o conhecimento da política de educação na formação inicial de estudantes de serviço social, é muito restrita, as vezes inexistente além da precarização da educação superior, que rebate na graduação em Serviço Social, principalmente a partir da expansão do Ensino à distância (EaD). Desta forma, parte significativa dos profissionais que tem sido contratado para trabalhar na educação básica,

possuem fragilidade de conhecimentos específicos referentes a esta política social e tem sido comum a não efetivação de uma capacitação/formação para assumir o cargo de assistente social.

Importante lembrar que ainda é também reduzida a produção de conhecimentos sobre o trabalho do assistente social na política de educação, apesar do empenho de profissionais, pesquisadores e grupos de pesquisa, dentre eles o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESS), que tem se empenhado em pesquisar e tratar de divulgar reflexões críticas referentes a Política de educação e, especialmente dando visibilidade a sistematizações de experiências profissionais na área da educação básica.

Diante dessa conjuntura e sintonizados com o debate do conjunto CFESS/CRESS, o contato com assistentes sociais que atua a longa data na educação básica e os recém-contratados, que nos propomos a uma breve reflexão sobre o trabalho de assistente social na educação básica recuperando algumas questões da *práxis* profissional que possam contribuir no percurso do principiar a atuação deste profissional nesses espaços sócio-ocupacionais na perspectiva do projeto ético-político profissional (Carvalho e Veroneze, 2023).

Inicialmente se faz necessário adentrar na configuração da política de educação básica no Brasil, que se constitui um dos níveis de ensino, parte da complexa forma do desenho desta política pública – a educação, que ainda não possui um “sistema integrado”, consubstanciando um desenho complexo de níveis e modalidades de ensino distribuídos nas instâncias federal, estadual e municipal com responsabilidades individuais e/ou compartilhadas. No caso da educação básica, a finalidade que a rege, de acordo com a LDB/1996, descrito no artigo 22 afirma: “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. A referida legislação explica ainda que este nível de ensino é subdividido da seguinte forma: **educação infantil** (creche e pré-escola), de responsabilidade do município; **ensino fundamental** (1º ao 9º ano), cuja responsabilidade é partilhada entre o município e o Estado; **Ensino Médio** (1º ao 3º ano) de responsabilidade do Estado. A indagação que paira é a seguinte: será que há condições objetivas na operacionalização da educação básica que, de fato, propicia a efetividade desta “finalidade” apregoada por esta legislação?

Salientamos que historicamente a política educacional no Brasil articula o público e o privado em todos os níveis de ensino, portanto, também na educação básica se faz constante a

presença de instituições privadas, sejam confessionais ou mercantis. Para este texto adentramos na atuação do assistente social na educação básica pública.

Conforme mencionado anteriormente também na educação básica os interesses do capital, que tem sido capitaneado pelo Banco Mundial, apresenta diretrizes visando ampliar o acesso e a permanência de estudantes provenientes da classe trabalhadora empobrecida, com intuito de diminuir o abismo estatístico que permeia este nível de ensino apesar dos processos de avanços que tem sido conquistado nas últimas décadas. Neste sentido, corroboramos com a reflexão de Algebaille⁷, estudiosa da educação básica, quando comenta que nas últimas décadas houve uma “expansão para menos” neste nível de ensino, ou seja, a expansão do acesso não foi acompanhada das condições objetivas para promover a qualidade da educação, principalmente para uma formação integral, crítica, propositiva que de fato desenvolva as potencialidades humanas.

É nesta conjuntura como o assistente social recém-contratado, geralmente de forma precária, com mínimas condições de trabalho, sem uma formação inicial e permanente no processo de inserção nos espaços ocupacionais, podem construir uma proposta de trabalho na perspectiva do projeto ético-político da profissão? Este é um vasto debate que pretendemos iniciar nos limites deste texto.

Primeiro desafio – compreender os motivos (para além da legislação), sobre as requisições e conhecimentos que os gestores possuem sobre a inserção do profissional e as expectativas sobre atuação na educação básica, conseqüentemente evidencia que o assistente social deve desenvolver competência sobre os conhecimentos necessários referentes a política e legislação da educação básica⁸. Conhecimento sobre o trabalho desenvolvido por cada

⁷ O livro é uma reflexão oportuna e necessária, veja mais em: ALGEBAILLE, E. **Escola pública e pobreza no Brasil. A ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2009.

⁸ “Legislação educacional, em sentido amplo, é o conjunto das normas jurídicas sobre Educação que delineiam a ação do Estado, estabelecem diretrizes para as políticas públicas, proclamam princípios, direitos e deveres precipuamente por meio da Constituição Federal de 1988 e da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Integram a legislação educacional as leis complementares, as leis ordinárias, os decretos, as portarias, as resoluções e outras normas jurídicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal que regulamentam determinados dispositivos da Constituição e da LDB. A expressão “legislação educacional” distingue-se de “legislação do ensino”, que possui um sentido mais restrito, de conjunto de regras de estrutura e funcionamento do ensino nas escolas; distingue-se, também, da expressão “direito educacional”, cujo sentido é bem mais abrangente e pode ser compreendido como um novo e vasto campo do conhecimento, situado na interseção entre Educação e Direito, superando-se, assim, a ideia de um simples conjunto de normas sobre determinado tema, sentido que é mais apropriado à expressão ‘legislação educacional’. De acordo com Cury, “o termo ‘legislação’ é a junção de dois termos: *legis* + *lação*”, ambos provenientes do latim, e “quer dizer algo que foi ‘dito’, que foi ‘escrito

membro da equipe que compõem o trabalho coletivo na instituição escolar ou da gestão (pedagogo, psicólogo, coordenador pedagógico, licenciaturas, etc), com os quais vai atuar. Exercitar a dimensão investigativa da profissão por meio do mapeamento da rede de educação básica estadual e municipal além de efetivar uma breve análise de conjuntura sobre o município e território; verificar as condições da educação básica no município, ou seja, identificar os índices de evasão escolar, repetência escolar; conhecer os atores da rede de educação – perfil – e investigar as principais requisições solicitadas para o profissional assistente social.

Efetivar a dimensão teleológica da profissão significa organizar um projeto de intervenção inicial contendo formas de avaliação para posteriormente aprofundar, ampliar as propostas de intervenção. Gradativamente é importante construir uma ação coletiva envolvendo, neste processo de planejamento, o quanto for possível, os trabalhadores da instituição e representações dos estudantes e famílias.

Apresentar o que é o Serviço Social como profissão, as dimensões que particularizam o trabalho do assistente social na educação de forma geral e a concepção de educação que a profissão tem formulado ao longo das últimas décadas; concepção de evasão, concepção de permanência e gestão democrática deve estar contida no projeto ou plano de intervenção inicial.

Importante lembrar que nesta seara há requisições institucionais, que são imediatistas, fragmentadas, que reforçam preconceitos - de classe, gênero, sexualidade, orientação sexual e étnico-raciais – e que muitas vezes culpabilizam os estudantes, famílias e professores pelo fracasso escolar e as reais demandas dos usuários desta política social ficam veladas imersas nos “problemas” cotidianos que invadem o universo educacional. Cabe ao assistente social desvelar as reais determinações das expressões da questão social através de mediações (universal, particular, singular) para encontrar estratégias para o seu enfrentamento.

Inicialmente faz-se necessário reconhecer que o público-alvo do trabalho do assistente social deve abranger toda a comunidade escolar (professores, gestores, diretor, coordenador

sob a forma de lei e que está sendo apresentado ou que está se dando a conhecer ao povo, inclusive para ser lido e inscrito em nosso convívio social” (CURY, 2000, p.13). De acordo com Duarte, os termos da legislação educacional brasileira apresentam-se organizados a partir de seis grandes temas: **avaliação educacional, currículo, etapa e modalidade de ensino, financiamento da educação, formação docente e gestão dos sistemas de ensino.** [...] Desse modo, a legislação educacional é o instrumento que viabiliza a apresentação e o desenvolvimento da ação do Estado na área da Educação, em determinado momento histórico. (DUARTE, 2007)” in MIRANDA, 2010.

pedagógico, funcionários de apoio, estudantes, famílias) e inclui a análise do território onde a unidade educacional está situada, para alçar um conhecimento na perspectiva de totalidade.

O trabalho do assistente social no espaço educacional genuinamente é de caráter **interdisciplinar** com profissionais formados em pedagogia, psicologia e licenciaturas (Ciências Naturais, Física, Geografia, Informática, Matemática, Química, Artes Visuais, Dança, Música, Ciências Sociais, Filosofia, História e Letras) entre outros; **intersetorial** ao desenvolver a construção de propostas de ação compartilhadas, entre setores diversos da gestão pública e da sociedade civil que implica o estabelecimento de co-responsabilidade e co-gestão pela melhoria da qualidade de vida da população (CAMPOS, *et al.*, 2004) e **interinstitucional** por meio da construção de parcerias, protocolos e fluxos de forma mútua com o objetivo de executar projetos ou atividades de interesse recíproco, no caso, atender as demandas da comunidade escolar pelos sistemas de saúde, assistência social, dentre outros que compõem o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes (SGD). Ressalta-se que a “escola”, no sentido amplo do termo, como representação da política de educação, está inserida no sistema de proteção social a criança, adolescente e jovens, tendo uma responsabilidade relevante no enfrentamento de violações dos direitos sociais, de forma particular, o direito a educação escolarizada (ECA, 1990).

Segundo desafio – conjunto de atribuições e competências de assistente social na educação. No âmbito da política de educação, a partir da perspectiva que a formação profissional do assistente social é generalista, podemos considerar que as competências e atribuições do assistente social, descritas respectivamente, nos artigos 4º e 5º da lei que regulamenta a profissão (lei n. 8.661, de 7 de junho de 1993), certamente são também efetivadas nos espaços sócio-ocupacionais da política de educação, com suas particularidades.

Existe um esforço coletivo de profissionais, estudantes e pesquisadores no país para delinear as especificidades de atribuições e competências de assistentes sociais na educação⁹, hoje, pontuamos no campo das atribuições:

Ampliar o acervo de informações e conhecimentos acerca do social, das expressões da questão social e dos preconceitos existentes na sociedade brasileira (racismo, machismo,

⁹ Amplia a discussão em: CARVALHO, C. C de; MARTINS, E.B.C. Atribuições, competências e contribuições do Serviço Social na educação básica: reflexões necessárias. Revista Serviço Social & Realidade, Franca, v. 31, 2022.

homofobia, gênero, etc.) que persistem na comunidade escolar, afinal, a instituição Escola não é uma ilha, está integrada e inserida nos complexos e expressões da sociedade como um todo, nesse sentido, espera que o profissional consiga efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos estudantes/famílias e também os profissionais da educação (CFESS, 2013).

Por estar inserido na instituição e na política de educação, nesse sentido, é atribuição de assistente social conhecer o projeto político pedagógico (PPP) e se propor a contribuir com informações para construção e constante atualização deste documento, inclusive inserir o planejamento das ações do serviço social e da psicologia neste projeto. De acordo com Veiga (1998, p.11-35), o PPP busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade, fortalecer e propiciar a abertura de canais de inferência dos atores da comunidade escolar nos processos decisórios da escola (grêmios estudantis, conselho de escola, associação de pais e mestres, etc).

Efetivar a articulação da política de educação com as demais políticas sociais, incluindo efetivamente a “escola” na rede de proteção integral à criança e ao adolescente, facilitando o acesso das famílias/estudantes aos direitos sociais é uma atribuição.

Fortalecer a efetivação de ações coletivas no interior das unidades educacionais; Efetivar processo de sistematização da experiência profissional contribuindo com a produção do conhecimento sobre o serviço social na educação; Participar das instâncias de controle social – conselhos municipais de educação com intuito de contribuir no planejamento de políticas educacionais na direção de efetivação da educação escolarizada como direito social; Favorecer a relação família-escola-território ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; em fim, de forma geral, prestar serviços sociais de qualidade no âmbito da política de educação, coerente com a concepção de educação sintonizada com o projeto ético-político profissional, sendo uma educação crítica, emancipatória que propicie o desenvolvimento das potencialidades humanas, faz-se necessária formação permanente dos assistentes sociais. Neste quesito podemos destacar o artigo X do Código de Ética profissional

(CFESS, 1993): “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Eis alguns dentre outros desafios para ‘princípios’ o trabalho de assistentes sociais no âmbito da política de educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de assistente social na educação precisa ser efetivado - considerando o arcabouço de conhecimentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político e pelas dimensões: investigativa – educativa e interventiva – a partir das suas habilidades, atribuições e competências e da relativa autonomia profissional, portanto, o conhecimento é uma estratégia para atuação profissional sintonizada com o projeto ético-político profissional.

O conhecimento propicia ao profissional ter visibilidade da sua relativa autonomia na condução do seu trabalho, conforme Raichelis (2020), o conhecimento permite aos sujeitos profissionais romperem com visões deterministas e/ou voluntaristas para se apropriarem da dinâmica contraditória dos espaços institucionais e poderem formular estratégias individuais e coletivas que escapem da reprodução acrítica das requisições do poder institucional.

Guerra (2009) acrescenta que a dimensão investigativa (componente constituinte da natureza da profissão) questiona, problematiza, testa as hipóteses, mexe com os preconceitos, supera a mera aparência, por questionar a positividade do real. O que permite construir novas posturas visando uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale dizer competente e compromissada com os princípios da profissão nesta perspectiva o assistente social que trabalha na política de educação precisa:

- ✓ Conhecer o significado da política de educação nos processos de reprodução social aos mecanismos de qualificação e desqualificação da força de trabalho e de disputa pela hegemonia;
- ✓ Identificar as particularidades da política de educação em cada nível de ensino; se apropriar e aprofundar conhecimentos das produções teóricas referente a realidade educacional e sobre os fenômenos socioeducativos como evasão e fracasso escolar; a compreensão das atribuições de cada profissional envolvido com o trabalho coletivo na educação para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar;

- ✓ Analisar a realidade social estabelecendo uma relação entre as determinações conjunturais e a sociabilidade capitalista desvelando as mediações da universalidade, singularidade e particularidade no cotidiano profissional;
- ✓ Construir um trabalho profissional que reitere a dimensão teleológica a partir da incorporação de instrumentais de planejamento, avaliação e sistematização, particularmente, a partir da elaboração de projeto de intervenção que valorize a dimensão crítica, propositiva e investigativa do exercício profissional e que explicita os compromissos éticos e políticos coletivamente assumidos na profissão;
- ✓ O projeto de intervenção deve ser articulado ao projeto político pedagógicos da instituição educacional. Assistentes sociais precisam dizer quais são suas atribuições e competências, para isso, a construção e publicização do projeto de intervenção é fundamental;
- ✓ Produzir conhecimentos sobre a realidade social em torno das condições de vida dos usuários (crianças/adolescentes, estudantes da EJA), suas relações familiares, as demandas da instituição e a própria atuação dos assistentes sociais, possibilitando atendimento de demandas institucionais, mas principalmente das demandas profissionais que expressam as reais necessidades da classe trabalhadora;
- ✓ Mobilizar a dimensão educativa do serviço social contribuindo com a ampliação dos conhecimentos de todos os atores da comunidade escolar referente as expressões da questão social que atravessam aspectos da formação social e da cultura brasileira ainda conservadora e autoritária, trazendo reflexões e intervenções críticas sobre temas como: classe, gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, trabalho infantil, uso abusivo de drogas, violências, *bullying*, promoção em saúde, saúde mental, etc, ampliando também os conhecimentos referente as raízes das desigualdades sociais, a concepção de família, de criança, adolescente e juventudes, dentre outras temáticas que impactam na vida de todos sujeitos, mobilizando reflexões por meio da educação popular, método freiriano que valorize metodologia dialógica, teatro do oprimido em um viés interdisciplinar;
- ✓ Conhecer e trocar experiências profissionais consolidadas do serviço social na educação tendo em vista e conhecimento que temos um acúmulo histórico de intervenção profissional no âmbito da educação;

- ✓ Efetivar a articulação da educação com outras políticas sociais na perspectiva da intersetorialidade envolvendo a rede socioassistencial; os conselhos municipais; os movimentos sociais – especialmente da educação (MIEIB¹⁰, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; Sindicatos dos profissionais da educação, etc), mobilizando a luta pela ampliação e universalização dos direitos sociais e do direito à educação;
- ✓ Despertar a compreensão que a escola não é uma “ilha” e não está desconectada da realidade social e que pertence e está inserida na rede de proteção social da criança e do adolescente;
- ✓ De acordo com Ricardo Antunes (2018) e Raichellis (2020), há uma nova morfologia do trabalho, um processo que atinge a totalidade da força de trabalho inclusive as relações de trabalho no espaço estatal das políticas sociais e, portanto, impactam no trabalho dos assistentes sociais e demais profissionais via precarização, terceirização, degradação, intensificação do trabalho e que essas condições incidem no exercício profissional. É preciso reconhecer e traçar estratégias coletivas no enfrentamento a essa realidade.

Portanto, **precisamos refletir**: quais são as condições objetivas do trabalho do assistente social na educação básica? A favor de quem vamos intervir? Com quais valores? Com quem podemos contar e como? e para que? quais são as concepções que delineiam o processo de trabalho na área da educação?

Em tempos de crise estrutural do capital marcado pelo ‘pós-pandemia’, as desigualdades sociais, marca histórica do Brasil, estão e serão acirradas e as fragilidades das políticas sociais, especialmente a educação tem sido e serão ainda mais atacadas. Neste contexto extremamente adverso, a resistência precisa ser coletiva e propositiva, contrapondo-se ao poder dominante ultraneoliberal e extremamente conservador. Conforme afirma Raichelis (2020), é fundamental “resgatar o sentido de pertencimento de classe e as alianças com forças coletivas de resistência” e por fim, como afirma Paulo Freire:

Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança. [...]. Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente vivendo, histórica, cultural e socialmente existindo, como seres fazedores de seu caminho que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao caminho que estão fazendo e que assim os refaz também (FREIRE, 1992, p.91 e 97).

¹⁰ Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil

O momento é de construção, esforços coletivos foram desenvolvidos ao longo das últimas décadas, existem estudos e pesquisas em desenvolvimento em torno do “lugar” que o serviço social passa a ocupar na educação básica brasileira e o presente estudo sintetiza alguns pontos que observando as particularidades locais tende a contribuir para os inúmeros desafios e enfrentamentos que estão postos para os profissionais da área nesta fase de ‘principiar’.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2004. n. 78.
- CAMPOS *et al.* Avaliação de Política Nacional de Promoção da Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. v 9, n 3, p. 745-749, 2004.
- CARVALHO, C. C de; VERONEZE, R. T. Considerações sobre a práxis no trabalho interventivo do/a assistente social. In. **Temporalis**, 23(46), 357-374, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n46p357-374>>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CFESS. **Resolução CFESS n. 273/93**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CFESS. **Subsídios para o trabalho do Assistente Social na Política de Educação**, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CURY, C. R. J. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DUARTE, M. R. T.; DUARTE, A. M. C. **Termos da legislação educacional brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. CD-ROM.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão*. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 13-38, jan. 2017.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**/Marilda. 1ª ed. São Paulo, Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 1982.

MIRANDA, A.B. **Legislação educacional**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios a crítica dos mínimos**. 4.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. 214 p.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2020. v. 2. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2024.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.

O CAPITALISMO DEPENDENTE E A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE E NORTE DE MINAS

Diego Tabosa da Silva¹
Gabriel Vitor Souza Santiago²
Geovana Moreira Gouvea Alves³
Noêmia de Fátima Silva Lopes⁴
Wesley Helker Felício Silva⁵

Resumo: O presente estudo tem como objetivo discutir a emergência do Serviço Social no Brasil influenciada pelo capitalismo dependente no Nordeste e Norte de Minas Gerais, bem como o surgimento das Escolas de Serviço Social dessas regiões. Desse modo, procurou-se levantar fatores sociais, econômicos e políticos que eclodiram no surgimento do Serviço Social e das escolas. Utilizou-se como método, o materialismo histórico dialético, a pesquisa do tipo bibliográfica, de abordagem qualitativa. Por fim, concluiu-se que, apesar do desenvolvimento desigual e combinado, as regiões supracitadas foram cruciais para o desenvolvimento e maturação profissional e acadêmica no Brasil, contribuindo para a formação de profissionais críticos e comprometidos com a pesquisa.

Palavras-chave: Serviço Social; Capitalismo Dependente; Escolas de Serviço Social; Nordeste; Norte de Minas.

Abstract: The present study aims to discuss the emergence of Social Work in Brazil influenced by dependent capitalism in the Northeast and North of Minas Gerais, as well as the emergence of Schools of Social Service in these regions. In this way, we sought to identify social, economic and political factors that emerged in the emergence of Social Services and schools. The method used was dialectical historical materialism, bibliographical research, with a qualitative approach. Finally, it was concluded that, despite uneven and combined development, the aforementioned regions were crucial for professional and academic development and maturation in Brazil, contributing to the training of critical professionals committed to research.

Keywords: Social service; Dependent Capitalism; Schools of Social Work; North East; North of Minas.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Serviço Social emerge como uma forma de racionalizar a ajuda, sob a necessidade do Estado em conter a classe trabalhadora, sem comprometer o lucro do capital.

¹ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

² Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

³ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

⁴ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

⁵ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Em um período histórico caracterizado pela acumulação e a concentração de capital, algumas regiões brasileiras expressam o fenômeno do desenvolvimento desigual e combinado, ocasionando uma condição de dependência das regiões periféricas como o Nordeste e o Norte de Minas Gerais, às regiões centrais como o Centro-Sul. Nesse contexto, surgem na década de 1930 as primeiras escolas de Serviço Social do Brasil na região Sudeste e após alguns anos, surgem as escolas de Serviço Social da região Nordeste e no Norte de Minas.

No processo de transformação e dominação capitalista no Brasil, as regiões Nordeste e Norte de Minas expressam similaridades sociais e econômicas e apresentam particularidades importantes para a emergência do Serviço Social. Iniciado com a “questão dos mocambos”⁶ Em Recife, Pernambuco teve a sua primeira Escola criada entre 1938-1940, sendo a primeira de outras escolas na região Nordeste, que contribuíram para a determinação teórico-metodológica da profissão na década de 1950, sendo reconhecida como um espaço de influência intelectual. Nesse cenário, a escola permitiu uma aproximação com os fundamentos marxistas, sendo um campo de germinação de ideias reformistas para a profissão e para o âmbito acadêmico.

O objetivo geral deste artigo é pautado na ideia da emergência do Serviço Social no Nordeste e Norte de Minas Gerais, e na formação acadêmica através das escolas dessas regiões, buscando realizar uma análise da conjuntura histórica e econômica das Escolas da região Nordeste. O objetivo específico busca compreender os motivos que levaram a criação das Escolas e quais as suas influências na região Nordeste e Norte de Minas, tendo em conta a sua inserção desigual e combinada e a maneira a qual desenvolveu-se o capitalismo nestas regiões.

Para o deslinde da escrita foi utilizada a pesquisa bibliográfica exploratória à luz do método materialismo histórico dialético, de abordagem qualitativa sobre as primeiras escolas de serviço social na região Nordeste do Brasil. Por fim, é preciso destacar que se trata de resultados parciais do projeto de pesquisa “Serviço Social no Norte de Minas: trajetória histórica e cenário atual”, que se encontra em fase de revisão bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO

⁶ Entende-se por “mocambos” pequenas comunidades de escravos fugitivos na época do Brasil colonial, a “questão dos mocambos” foi uma típica expressão da “questão social” em Pernambuco que alude a habitações em situação irregular feita por trabalhadores pauperizados num processo de migração forçada do área rural para urbana.

Em um cenário político-econômico desenvolvimentista, profundas transformações abalam a estrutura da sociedade e suas instituições no Brasil, onde o eixo econômico é a região Centro-Sul. O modo de produção capitalista na lógica monopolista ocasionou o fenômeno da inserção desigual e combinada e sua principal expressão: o capitalismo dependente, que se concretiza por meio da expropriação pela autocracia burguesa e o crescimento econômico com miséria, exclusão e ausência de direitos (Marini, 2000; Netto, 2011).

Vale destacar que segundo Luce (2018), a dependência como categoria teórica do marxismo, é a síntese de múltiplas determinações, que residem nas relações inscritas nos níveis de abstração da economia mundial e das formações econômico-sociais. Não é mera herança colonial, dependência externa ou um outro modo de produção, mas a maneira particular que o capitalismo se desenvolveu em determinada região, mediante ao processo de desenvolvimento da economia mundial capitalista.

Podemos dizer que a dependência é característica do sistema socioeconômico dos países e regiões subdesenvolvidas, que participaram de modo dependente do processo de desenvolvimento da economia mundial capitalista. Assim como ressalta Bambirra:

“é necessário insistir que o grande aporte da teoria da dependência foi ter demonstrado que este não é meramente um fenômeno de relações internacionais, de intercâmbio comercial desfavorável aos países pouco desenvolvidos; mas, sim, que são relações internas [na sua imbricação com a economia mundial] que configuram uma estrutura econômico-social cujo caráter e dinâmica estão condicionados pela subjugação, exploração e dominação imperialista” (Bambirra, 1978, p.99).

A região Nordeste e o Norte de Minas no processo de dominação capitalista do Brasil é a mais afetada por esse fenômeno, percebe-se que pelas contradições sociais e políticas próprias do capitalismo, a região Nordeste, conseqüentemente, apresenta características particulares da “questão social”⁷. O desenvolvimento desigual interno do capitalismo no Brasil nos fornece a chave para a explicação do descompasso, funcional à eclosão dependente, com inserção também desigual e combinada no imperialismo (Fernandes, 1976 apud Silveira Jr., 2021, p. 202). Este processo é sintetizado por Theotônio dos Santos:

“A dependência é, pois, o modo específico da produção capitalista em nossos países. É, também, a forma em que se estruturam nossas sociedades. A dependência é a situação

⁷ “questão social” na concepção de Netto (2001).

que condiciona nosso desenvolvimento e lhe dá uma forma específica no contexto mundial – a do desenvolvimento capitalista dependente”(Dos Santos, 2018, p.49).

A região do Norte de Minas desde o século XVI, ainda no período colonial possuía vínculos econômicos com a região Nordeste por pertencer ao território das capitanias da Bahia e de Pernambuco como uma extensão da economia açucareira, que funcionava como uma das principais atividades econômicas da região no Brasil colônia (Oliveira, 2000, p.118). O modelo agroexportador brasileiro na região Nordeste concentrou-se nas terras litorâneas, resultando na desigualdade entre a região litorânea nordestina e o sertão, onde os grandes colonizadores expropriaram a vida e o trabalho dos pequenos camponeses que habitavam nessa região.

As atividades agrícolas do nordeste iam se expandido à medida que o modelo agroexportador ia se desenvolvendo, entretanto, o desenvolvimento das atividades agrícolas não acompanharam o desenvolvimento das forças produtivas, e isso resultou, por um tempo, no imobilismo político de um lado, e no autoritarismo da classe dominante latifundiária de outro, dessa maneira o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçam para produzindo o subdesenvolvimento (Oliveira, 2000, p.119). Até que essa população de pequenos agricultores pauperizados pela exploração que eram submetidos pelos colonizadores, passaram a habitar e assim compor a sociedade emergente da região do Norte de Minas Gerais, sendo esta região um local de exploração devido ao Rio São Francisco⁸.

Com o início da Era Vargas (1930-1945) e o histórico Golpe de 1930, o Serviço Social emerge como uma profissão orientada a racionalizar a ajuda sob a necessidade do Estado para conter as inquietações da classe trabalhadora e amenizar os danos causados pela a produção e acumulação do capital na era monopolista. As primeiras escolas de formação surgem ainda na década de 1930 na região Sudeste, mais precisamente em São Paulo no ano de 1936 e no Rio de Janeiro em 1937, posteriormente em 1940, surge a primeira escola de Serviço Social na região Nordeste em Pernambuco.

No contexto da década de 1930 a população nordestina se encontra extremamente pauperizada por efeito da produção e exploração do trabalho, a classe operária em conjunto com um proletariado agrícola, ganha uma potencial força política, trazendo à tona a “questão

⁸ O Rio São Francisco, popularmente conhecido como “Velho Chico”, tem uma extensão de 2.863 km e percorre cerca de 521 municípios entre o Estado de Minas Gerais e a Região Nordeste.

dos mocambos”, uma forma típica de expressão da “Questão Social” na cidade de Recife, o que exigiu do Estado Novo a intervenção no âmbito habitacional, educacional, da assistência à maternidade e à infância (Silveira Jr., 2021, p. 204). Assim a primeira escola de Serviço Social em Pernambuco tem como base de sua formação a Doutrina Social da Igreja Católica e uma política higienista.

Essas particularidades apresentadas pela região Nordeste, colaboraram para o processo de renovação do Serviço Social já na década de 1970, com iniciativas profissionais progressistas alinhadas com as lutas sociais e a democratização do estado no período do golpe de 1964. No epicentro das atividades agrícolas e manufatureiras, onde o trabalho assalariado e o núcleo operário se mostram evidentes é que se percebe o descompasso do Serviço Social em relação às outras regiões brasileiras.

Conforme o pressuposto, através desse descompasso surge, contraditoriamente, uma diferenciação teórico-metodológica das instituições que fundaram a Escola de Pernambuco, contribuindo para a aproximação do marxismo e a formação de profissionais críticos. Essa diferença teórico-metodológica é exprimida no caráter centrado em indivíduos e que não se apoiava na industrialização e intervenção estatal. Ademais, surge a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE que contribui ainda mais para a diferenciação do Serviço Social do Nordeste e sua formação.

No ano de 1959 a região do Norte de Minas é incorporada formalmente à macrorregião Nordeste do país, quando ainda era composto por 24 Municípios, devido a um processo de emancipação a região cresce para 44 Municípios e 42 deles faziam parte da área do Polígono da Seca, devido às condições climáticas, sob a jurisdição da SUDENE, sendo assim a região foi integrada no plano federal às políticas de estímulo à produção da região Nordeste (Oliveira, 2000, p.118).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante desse contexto histórico da emergência do Serviço Social no Nordeste, a Escola de Serviço Social de Pernambuco é a primeira a ser criada entre os anos de 1938-1940, e passa a ser integrada à Universidade Federal de Pernambuco no ano de 1971, o quadro intelectuais e das estruturas institucionais que fundaram a Escola de Serviço Social em Pernambuco era composto

por juristas, médicos e padres ligados ao Juizados de “Menores”, ao Círculo Operário do Recife e ao Movimento de Higiene Mental (Silveira Jr., 2021, p.206), a intervenção era sobre o “desajustamento social” sendo o público-alvo as crianças, adolescente e mulheres empregadas ou subempregadas.

Alguns anos após a criação da Escola de Serviço Social de Pernambuco, em 1944 é criada a Escola de Serviço Social da Bahia com orientação da Doutrina Social da Igreja Católica, sendo inicialmente uma espécie de “departamento” especializado da Ação Social e da Ação Católica, composto por religiosos, profissionais liberais e educadores (Costa & Mercuri, 2021, p.119). O aspecto modernizador encontrado como fator fundante das Escolas de Serviço Social em todo o Brasil devido a ideologia política da época, requer da Escola de Serviço Social da Bahia, a formação de agentes competentes para executar uma “assistência social organizada e eficiente com bases científicas”. Em 1948 tivemos a formação das primeiras assistentes sociais egressas da Escola de Serviço Social da Bahia.

Outra escola de grande relevância para região Nordeste e para o Serviço Social e seu processo de renovação foi a Escola de Serviço Social de Natal em Rio Grande do Norte, num momento de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, a profissão passa a exigir profissionais capacitados para intervir tecnicamente na “questão social” operando com coerção e consenso (Lima, 2021, p.168).

Em 1945 é criada a Escola de Serviço Social de Natal que inicialmente não tinha um regimento próprio, orientando-se pelos regimentos das escolas do Rio de Janeiro e São Paulo (Lima, 2021, p.175 apud. Gouveia et al., 1993), o processo de institucionalização no Serviço Social em Natal se deu com a Lei n. 1889/53 que instituiu o curso de Serviço Social como de Nível Superior sendo reconhecida pelo MEC como Escola de Ensino Superior em 1956.

Na década de 1950 o Brasil era atravessado pela dinâmica da modernização capitalista, a criação da Escola de Serviço Social de Fortaleza e suas proposições para a formação profissional ocorreram no decurso do processo de “modernização conservadora” do estado do Ceará, caracterizado por uma economia e política subalterna nos contextos regionais e nacionais (Bezerra & Costa, 2021, p.132).

A inauguração da Escola de Serviço Social de Fortaleza realizada no dia de 23 de março de 1950, vinculada ao ISF (Instituto Social de Fortaleza) uma entidade de direito privado e era administrada pela Congregação da Sociedade das Filhas do Sagrado Coração de Maria, uma

instituição católica atuante no território brasileiro com sede na França. Somente em 1975 que a Escola de Serviço Social de Fortaleza foi integrada à UECE (Universidade Estadual do Ceará).

As escolas de Serviço Social no estado de Paraíba foram criadas durante a década de 1950, no decorrer da segunda conjuntura político-econômica do governo de Getúlio Vargas. A Escola de Serviço Social de João Pessoa criada em 1951 é inaugurada em 19 de março de 1952, sendo a quinta Escola de Serviço Social da região Nordeste, era vinculada à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, instituição não governamental em âmbito nacional.

No interior do estado da Paraíba é criada a Escola de Serviço Social de Campina Grande em 1957 pelas Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula, sendo ela oficializada pelo MEC em dezembro de 1959 (Almeida, 2021, p.189).

No que tange a Região do Norte de Minas Gerais, não há produção sobre as Escolas de Serviço Social da região. Estima-se que as primeiras escolas surgem todas na primeira década dos anos 2000, concentradas na cidade de Montes Claros, a “capital norte-mineira”, conhecida popularmente como a princesinha do Norte, sendo somente uma escola localizada em Janaúba, outro município da região.

O fato de terem surgido já nos anos 2000 aponta outra configuração para essas escolas, visto que surgem depois da consolidação da Lei 8662/93 que regulamenta a profissão, além do Código de ética profissional de 1993, que direciona a prática profissional das/dos assistentes sociais.

Ademais, já havia Conselho Regional de Serviço Social em Minas Gerais (CRESS-MG), sendo que em 2011 o Norte de Minas ganhou uma seccional localizada em Montes Claros-MG.

Em relação às escolas, o que se sabe é que elas surgem ligadas à iniciativa privada e que eram três: Faculdade Santo Agostinho - FASA, Faculdades Unidas do Norte de Minas - FUNORTE e Faculdade Vale do Gortuba - FAVAG. Já em 2002, houve a aprovação da criação do curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, dando início a uma nova etapa do Serviço Social norte-mineiro.

O fato da criação do curso em uma universidade pública, gratuita e de qualidade trouxe novos horizontes. O compromisso com a pesquisa, com a educação permanente e com a criticidade se tornaram objetivos dos profissionais que foram graduados ou que estão cursando graduação na UNIMONTES. Sendo assim, outro viés foi dado para a prática profissional.

Conforme o estudo realizado acerca das escolas do Nordeste, sabe-se da sua relevância na aproximação com o marxismo e na formação de profissionais críticos. No Norte de Minas, essa realidade não foi diferente, visto que uma universidade pública passou a ofertar o curso. Desse modo, passaram a existir nessa região profissionais formados no Norte de Minas e que são comprometidos com a práxis profissional.

Conforme o pressuposto, apesar da região norte-mineira enfrentar descompasso em relação às outras regiões, isso não prejudicou a formação profissional. Pelo contrário, fez com que houvesse mais profissionais interessados na construção de uma nova ordem societária, visando o fim do capitalismo e, conseqüentemente, de todas as formas de exploração e preconceitos.

Por fim, percebe-se que a região do Norte de Minas e do Nordeste se assemelham no quesito desenvolvimento, visto que as condições econômicas, sociais e políticas são parecidas, influenciando nas escolas de Serviço Social da região, na academia e no desenvolvimento do trabalho profissional nas instituições que exigem profissionais graduados em Serviço Social, como por exemplo, nas políticas de Saúde e Assistência Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, conclui-se que a região Nordeste e Norte de Minas, apesar do seu avanço desigual comparado às outras regiões provocado pela expansão do capitalismo dependente e um processo de industrialização promovido pela SUDENE que favoreceu a burguesia agrária e industrial, contribuiu de forma crucial para a emergência e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, formando profissionais comprometidos com o desenvolvimento de pesquisas de cunho teórico-crítico, como exprime os cursos de Serviço Social das Escolas do Nordeste e Norte de Minas..

Percebe-se a forte relação entre o Serviço Social e a Doutrina Social da Igreja Católica, numa região que era núcleo de movimentos e revoltas populares por parte da classe trabalhadora e dos trabalhadores agrícolas contra as medidas de um governo autoritário e desenvolvimentista. Podemos afirmar que as particularidades da região nordeste e a emergência do Serviço Social tradicional relacionado com instituições de caridade colaboraram para a

aproximação com a teoria crítica influenciando diretamente no processo de reconceituação do Serviço Social em todo o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, B. L. F. Trajetória do Serviço Social na Paraíba. In: MOTA, Ana E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. S. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. 1, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. (p. 186-200)
- BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1978.
- BEZERRA, Leila Passos & FARIAS, L. A. C. O curso de Serviço Social no Ceará. In: MOTA, Ana E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. S. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. 1, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. (p. 132-148)
- COSTA, Iraneidson Santos & MERCURI, Cristiana. A escola de Serviço Social da Bahia em sua primeira década (1944-1954). In: MOTA, Ana E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. S. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. 1, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. (p. 116-131)
- DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo ou Facismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Rio de Janeiro: Insular, 2018.
- LIMA, R. L. O Serviço Social em Natal (RN). In: MOTA, Ana E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. S. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. 1, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. (p. 168-185)
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. (p. 197-271)
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L.; CARDOSO, J. M. A. & BOTELHO, T. R. **Formação Social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000. (p. 117-124)
- SILVEIRA Jr., A. A. A emergência, desenvolvimento e tendências do Serviço Social em Pernambuco. In: MOTA, Ana E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. S. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. 1, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. (p. 201-215)

VELHAS E NOVAS QUESTÕES DA HABITAÇÃO NO BRASIL: UM SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO PARA UM PROBLEMA SOCIAL CRÍTICO

Fabício André de Almeida Linhares¹

Resumo: Apontamos elementos do problema habitacional brasileiro no seio da Questão Social, demonstrando o esforço histórico da escola brasileira de Serviço Social em se construir ao longo das últimas sete décadas. A partir de um recorte da questão social, definido no problema da habitação, apresento uma análise deste, buscando, quando possível, conexões com o desenvolvimento da escola de Serviço Social no Brasil. Foi empregado o uso de categorias próprias do método Materialista, Histórico e Dialético, intercalando-se no texto as questões referentes ao recorte que fizemos, do problema habitacional brasileiro, com o desenvolvimento da escola de Serviço Social no Brasil, ora priorizando uma vertente, ora outra, mas sempre que possível, buscando compreender relações existentes entre elas.
Palavras chaves: Habitação; trabalho, fundamentos do serviço social.

Abstract:

We point out elements of the Brazilian housing problem within the Social Question, demonstrating the historical effort of the Brazilian school of Social Service to build itself over the last seven decades. From a section of the social issue, defined in the housing problem, I present an analysis of this, seeking, when possible, connections with the development of the school of Social Work in Brazil. He was responsible for using categories specific to the Materialist, Historical and Dialectical method, interspersing in the text questions relating to the section we made, of the Brazilian housing problem, with the development of the school of Social Service in Brazil, sometimes prioritizing one aspect, sometimes another, but whenever possible, seeking to understand the relationships between them.

Keywords: Housing; work, fundamentals of social work.

INTRODUÇÃO

É conhecido que o problema habitacional brasileiro é grave. Não é necessário expor dados. A necessidade de morar cria a demanda pra a classe à qual a casa é um incomensurável valor de uso – a classe que vive do trabalho. Por outro lado, a mesma necessidade cria também uma significativa demanda para a classe capitalista, na medida em que para esta, a casa é potencialmente² um relevante valor de troca.

¹ Doutorando no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

² Afirimo *potencialmente* porque a massa trabalhadora, em grande parte, ainda utiliza da autoconstrução, estando boa parte da produção habitacional ainda fora da esfera de valorização do Capital.

O que se apura historicamente, é que o Estado tende a intervir nesta questão através das políticas sociais ou políticas habitacionais. Como a questão apresenta-se, ainda que de formas diferentes para as duas classes, é preciso que o Estado decida sobre qual demanda concentrará seus esforços; se no atendimento às necessidades que justificam o valor de uso, ou aquelas necessidades que requerem a realização do valor de troca.

Para atender às demandas do Capital, o Estado age criando meios que garantem a conversão destes bens de uso (residências) em mercadorias³. O fato de morar representar reconhecido valor de uso, não faz da casa, por si só, uma mercadoria. Para cumprir com este objetivo é necessário modificar a forma de produzi-la bem como as formas de propriedade sobre ela.

Esta mudança ocorreu em todo o mundo, entre o final da década de setenta e ao longo da década de oitenta, com o “início de uma série de políticas de desmonte dos componentes institucionais básicos que sustentavam os arranjos dos Estados de Bem-Estar Social” (Rolnik, 2015, p. 34). As políticas habitacionais, em geral, nem sempre privilegiaram a propriedade privada. Esta mercantilização surge no mundo quando as políticas públicas deixam de abordar a habitação como um bem social. Nos países em que vigorou o Estado de Bem Estar Social, priorizou-se o acúmulo de um grande estoque público habitacional e programas de moradia que garantiam o aluguel social. Os recursos destinados a tais programas foram aos poucos estancados (Rolnik, 2015) e grande parte do estoque público de habitações foi privatizado e até mesmo demolido para garantir a mercantilização da moradia.

No seio do esforço político/econômico para mercantilizar a moradia, há um enorme problema; comum para ambas as classes: Em geral, a classe trabalhadora não pode pagar pelo valor total de uma casa. Este problema de cunho econômico se equivale em grandeza ao problema social da habitação pela particularidade desta mercadoria: muitas pessoas não podem comprar um carro ou um barco, mas isto não gera um problema social. O valor de uso da casa é peculiar, não satisfazer à necessidade de morar cria um dos maiores problemas sociais que conhecemos, o problema da moradia.

Sob esta batuta, o financiamento surge, assim como no caso de outras mercadorias, como o *trufo* que poderia solucionar o problema. Novamente, as peculiaridades deste produto implantam novas barreiras ao consumo: A massa trabalhadora brasileira não pode pagar as prestações destes imóveis com as taxas de juros praticadas no mercado financeiro. Esse

problema reside também no fato de que esta não é uma mercadoria qualquer³. Além de demandar uma extraordinária quantidade de trabalho humano para sua produção, a casa agrega valores decorrentes da distribuição do valor em renda fundiária, a renda da terra. Além de pagar pelo valor produzido, o trabalhador tem de pagar pelo direito a ocupar determinada porção do território. “Nessa sociedade, a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos” (Iamamoto, 2001, p. 13), mas isso não significa que, fora da esfera capitalista da produção de mercadorias, a massa trabalhadora seja por completo impedida de morar, cabendo a ela, em cooperação interna, satisfazer a esta necessidade; como tem ocorrido no Brasil ao longo da história, pelo menos até o atual programa Minha Casa Minha Vida, através da autoconstrução e da construção artesanal.

Esta realidade, conforme demonstraremos, se impõe às políticas do Estado brasileiro, não apenas para a questão da habitação, mas também para as políticas econômicas e urbanas, reverberando, como veremos, no Serviço Social praticado no país. Estas políticas (em particular a habitacional), não apenas influenciam as práticas profissionais e todo o campo de trabalho do Serviço Social, mas também contribuem com o acúmulo de experiências que resultam nas constituições teóricas do fazer do assistente social.

II- O SERVIÇO SOCIAL E O PROBLEMA HABITACIONAL NO PERÍODO DITATORIAL

No Brasil, apenas em 1964, alguns meses após o golpe militar, a propriedade privada se torna central na política pública para a habitação (Rolnik, 2015). Um marco deste momento é a frase proferida pela então deputada Sandra Cavalcanti⁴, em uma carta que a mesma escreve para o então presidente Castelo Branco: “A Casa própria faz do trabalhador um conservador de direita, defensor da propriedade privada”. Este conceito, casa própria, passa

³ Marx, no prefácio da 1ª Edição do livro I de O Capital, afirma que a mercadoria é a célula econômica da sociedade burguesa; é a forma que reveste o produto do trabalho (Marx, 1994, p. 4).

⁴ Foi secretária de Serviço Social do então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda e acusada de “higienizar” os bairros da zona sul carioca em processos de remoção de favelas. Em meados da década de 60, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sendo nomeada a primeira presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH).

a ser fundamental para a expansão do capital imobiliário residencial. A partir de 1964 o Assistente Social se torna elemento chave neste esforço, pois

a atuação dos assistentes sociais se focava no acompanhamento aos trabalhadores, desde a constituição das cooperativas habitacionais, execução das obras, até a mudança para os novos conjuntos habitacionais [...] Neste período houve a retomada da remoção de favelas, encabeçada pelo Estado, em várias cidades brasileiras, e os assistentes sociais também se fizeram presentes, sem criticar as manobras de expulsão forçada da população favelizada. (Nalin, 2013, p. 141).

Assinala Netto (2009) que Ora, Ao longo de todo o ciclo ditatorial, incontável contingente de assistentes sociais apoiou-o abertamente (seja por convicções, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sociais assessoraram serventúrios da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar queo nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática (Netto, 2009, p. 29).

Os assistentes sociais, desde a gênese da profissão, foram historicamente requisitados pela classe dominante para exercer funções de persuasão e coerção sobre as formas de organização dos trabalhadores, impulsionando-os a um processo de adesão frente às configurações do capital (Paula, 2021, p. 183).

Contudo, o Serviço Social dava seus primeiros passos a caminho de um programa coerente e consolidado à realidade da profissão. Entre 1961 e 1964, nos conta Batistoni, a Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG)

[...] busca sua modernização pelo fluxo da interlocução com as Ciências Sociais e Humanas no currículo [...] a escola passou a encampar como atividade curricular as práticas vinculadas ao Movimento de Educação de Base (MEB) impondo-se o estudo da pedagogia de Paulo Freire [...] como se conhece, essas foram práticas profissionais geradoras da erosão do Serviço Social tradicional no Brasil, interrompido com o golpe de 1964 (Batistoni, 2021, p. 79).

Ao irromper na esfera governamental, a ditadura militar-empresarial conteve de forma violenta este movimento⁵, e interferiu diretamente na atuação de profissionais e estudantes.

⁵ De acordo com Batistoni, o regime reprimiu duramente a vanguarda do Serviço Social brasileiro que resistia e buscava quebrar a linha de frente do conservadorismo. Relatam-se prisões, invasões de escolas, silenciamento e medo (Batistoni, 2021, p. 80).

“Dessa mudança decorreu a retração dos campos de estágio em comunidades e sua ampliação em instituições públicas de política social, em especial na política habitacional, que se tornou um espaço inusitado de estágio acadêmico e atuação profissional” (Batistoni, 2021, p. 81). Em resposta, a sufocada ala crítica do Serviço Social, através da Escola Católica de Serviço Social de Minas Gerais,

[...] respondeu a essa nova demanda, reconduzindo para os campos de habitação popular (área na qual acumulava experiências através dos estágios, desde 1950) alunas(os) remanescentes das práticas no MEB e de outras experiências em comunidade, revelando uma alternativa paradoxal, pois gerou um campo fértil de questionamentos e renovação prática (Batistoni, 2021, p. 81).

Ao mesmo tempo em que combatia com violência as tendências críticas do Serviço Social, o regime militar buscou “promover e consolidar o projeto profissional modernizador, compatível e funcional ao projeto da autocracia burguesa” (Portella, 1992, p. 223). Esse projeto burguês tinha aos fundos “o esgotamento do padrão de acumulação que, consolidado desde o segundo governo de Vargas (1951-1954), marcava a dinâmica da economia do país: exauria-se o que alguns estudiosos designaram por ‘substituição de importações’ (Netto, 2009, p. 18).

A indústria da habitação de forma alguma escapa a este contexto:

[...] a industrialização restringida passa a ceder o lugar à industrialização pesada, implicando um novo padrão de acumulação. O modelo de desenvolvimento emergente supunha um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo e, notadamente, um financiamento que desbordava as disponibilidades do capital privado (nacional) e estrangeiro já investidos no país (Netto, 2009, p. 18).

Neste cenário, desde 1964 o Estado brasileiro vem intervindo no problema habitacional através das políticas de financiamento, que em suma, tem praticamente resumido a aplicação de políticas habitacionais. O Estado tem atuado como agente financeiro para a produção industrial e compra de imóveis, tendo como foco, não a produção de casas para atender à demanda da classe trabalhadora por moradia, mas a de mercadorias para produção de valor.

Ora, “a dimensão política da profissão não se confunde nem com política pública e muito menos com partidos políticos. Também não se identifica com as relações de poder entre

governados e governantes” (Iamamoto, 2007, p. 229) e a partir de meados da década de setenta é retomado o movimento de ruptura com o “lastro liberal conservador que preside as origens e desenvolvimento do serviço social na região” (Iamamoto, 2019, p. 35).

Uma das mais importantes dimensões deste movimento se expressa no projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais formulado na primeira metade dos anos 70.

[...] Ali se elaborou o conhecido Método de Belo Horizonte e se efetivou uma original reestruturação curricular da formação profissional, ainda desconhecida — expressões do desenho abrangente, alternativo e global de um projeto acadêmico e profissional que inaugurou a trajetória da intenção de ruptura com os marcos do tradicionalismo no Serviço Social no Brasil (Iamamoto; Santos, 2021, p. 72).

Cabe uma breve análise conjuntural: em 1974, o general Ernesto Geisel é escolhido pelos militares para assumir a presidência do país, e a linha dura do governo começa gradativamente a perder força. Contraditoriamente o inverso se pôde observar para o restante da América Latina, com eclosão de ditaduras e regimes ainda mais rígidos que o brasileiro.

No Brasil, ainda na década de 70, os movimentos sociais e sindical começam a refluir no território. “O acúmulo político e intelectual presente em diversas frentes profissionais ligadas às organizações populares e trabalhistas, além de escolas progressistas de Serviço Social [...] permitiu transitar no avanço do debate da ação profissional” (Elpídio, 2021, p. 278–279).

Em 1984, a crise econômica coloca fim à já decadente política habitacional alicerçada no BNH. As taxas de juros atingiram níveis estratosféricos gerando uma inadimplência generalizada, uma vez que as prestações subiam muito mais que os salários; exigindo-se a criação de um fundo de compensação para cobrir a diferença entre as taxas de juros praticadas no mercado e a correção salarial. Através do decreto-lei 2.291/84, o então presidente José Sarney extingue o banco, passando parte de suas atribuições para a Caixa Econômica Federal. O programa social que nasceu no emergir da ditadura, e que em grande parte lhe deu sustentação econômica, política e social durante sua vigência, pereceu às vésperas de seu completo naufrágio. No entanto, nos compete compreender que este decurso, em grande parte, coincidiu com o período de declínio da hegemonia da ala conservadora do Serviço

Socialbrasileiro, com a ascensão de tendências marxistas, e interlocução com outras áreas do conhecimento. Em nota, explica Batistoni (2021):

A área habitacional demandava uma modalidade de atuação de grande funcionalidade para o regime. No entanto, configurou-se como escoadouro das tensões sociais, para o qual convergiram assistentes sociais numa atividade comunitária peculiar, consolidando-se na conhecida experiência dos Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoops) e adotando as referências da proposta metodológica da Escola em Belo Horizonte e, em seguida, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esse espaço foi nucleador de algumas das lideranças da reorganização sindical da categoria profissional nos três estados mencionados, cuja manifestação pública de oposição à ditadura e ao tradicionalismo profissional se deu no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o “Congresso da Virada”, ocorrido em São Paulo em 1979 (Batistoni, 2021, p. 81).

HABITAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA NOVA ORDEM DEMOCRÁTICO-BURGUESA

O ano de 1979 é de fato o ano da virada. A lei da anistia, aprovada pelo congresso e sancionada pelo presidente Figueiredo em vinte e oito de agosto, embora tenha desonerado os crimes cometidos pelos militares desde o golpe, permite um reagrupamento da esquerda como relaxamento das perseguições e retorno de boa parte da vanguarda, da arte/cultura aos movimentos sindicais/políticos.

Um mês após a anistia, acumuladas as experiências das atividades próprias da profissão, como as intervenções na área habitacional, particularmente através dos Inocoops, asexperimentações da Escola de Belo Horizonte e também o próprio “processo de renovação, marcado pela busca da ruptura com o tradicionalismo” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 200); ocorre em São Paulo, em fins de setembro, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o congresso da virada, reconhecidamente episódio histórico cujo legado até os dias atuais subsidia a luta interna do Serviço Social por teorias e práticas aliadas aos interesses de classe de seus usuários.

O que decorre, de modo geral, dos processos e viradas pós 79, entre os quais se incluem, e porque não, aqueles ligados ao legado do Serviço Social brasileiro, é a queda formal do regime autocrático e reestabelecimento da democracia burguesa, a partir da constituinte de 1988. Todavia, o movimento da história é espiral, sendo, portanto, improvável sua repetição. O modelo de Estado que se implanta a partir daí, certamente traz consigo novos traços que o distingue da realidade brasileira anterior ao golpe.

Linhares (2019)⁶ aponta o novo empenho do Estado burguês pós 88: uma voracidade nunca antes vista em garantir produtividade ao trabalho ainda improdutivo no território brasileiro. Esse alcance se atingiu com a viabilização da investida do capital sobre a máquina pública, fosse através das privatizações, fosse através das terceirizações no setor; mas agora, se faz necessário demonstra-lo na política habitacional pós 2009, com a industrialização da produção residencial voltada para a massa trabalhadora, até então baseada majoritariamente na cooperação, no artesanato, no trabalho independente e na autoconstrução.

A eleição de Fernando Collor em 1989 golpeou duramente a esperança de um projeto popular de Estado, idealizado pelo movimento progressista em curso, em parte, já acusado neste artigo. Por mais de uma década, Collor e seus sucessores alimentaram o avanço do Capital sobre o trabalho improdutivo. Apenas para se mensurar a dimensão deste avanço, sem contabilizar as grandes privatizações como as da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Vale do Rio Doce; em 1998, através da Lei Federal nº 9.632/98 o presidente Fernando Henrique Cardoso colocou em extinção, nada menos que 79.930 cargos do serviço público em todo Brasil. Estes cargos foram gradativamente ocupados por trabalhadores vinculados à iniciativa privada⁷ (Linhares, 2019).

Neste cenário, a Escola de Serviço Social brasileira, ainda colhia os frutos do acúmulo decorrente do período anterior. A onda neoliberal do imediato pós 88 apenas surte efeito na dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social anos mais tarde. Em 2009, escreve Paula: “Vimos percebendo, nos últimos anos, um acúmulo crescente de críticas em relação à direção social da profissão. E estas críticas frequentemente referem-se às pretensas lacunas deixadas por ela no campo da prática profissional” (Paula, 2009, p. 54). Na realidade, “do ponto de vista neoliberal, defender e implementar esse projeto ético-político é sinal de ‘atraso’ ou andar na contramão da história” (Netto, 2009, p. 19)

Assim, em 1996, o Serviço Social brasileiro ainda pôde avançar na construção de um projeto profissional coerente com a realidade em que opera. Segundo a ABEPSS, entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos envolvendo a comunidade acadêmica e profissional, em

⁶ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2019 intitulada “Espaço (im) produtivo e trabalho não docente na Universidade Federal de Juiz de Fora”.

⁷ Sendo estes cargos extintos, passaram a ser ocupados por trabalhadores terceirizados à medida que os servidores públicos que os ocupavam aposentavam-se, exoneravam-se ou de qualquer outra forma, deixavam os cargos que ocupavam.

um amplo e democrático debate, que culminaram na elaboração das diretrizes curriculares (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, c2024).

Segundo Ecurra e lamamoto (2020), as diretrizes curriculares têm em sua centralidade a *Questão Social* e o *trabalho*. “A ‘Questão Social’ é compreendida como o conjunto da expressão de desigualdades e de lutas sociais, em suas múltiplas manifestações, constituindo o objeto ou a ‘matéria’ sobre o qual incide o trabalho do assistente social” (Ecurra; lamamoto, 2020, p. 94).

De meados da década de oitenta até final dos anos dois mil, afóra a elaboração do Plano Nacional da Habitação (PlanHab), já em 2005, o Estado brasileiro praticamente se absteve de encampar políticas públicas para a habitação, salvo casos isolados nos estados e algumas medidas de pouco alcance dos governos federais. Isso não significa que a massa trabalhadora não tenha, neste período, produzido heroicamente suas casas; inclusive, o déficit habitacional pouco variou em relação ao período posterior até o Estado brasileiro implementaro Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Aliás, o déficit aumentou, como resultado desta política⁸.

O Programa Minha Casa Minha Vida, instituído no ano de 2009, implementado pela presidente Dilma Rousseff, mas apresentado por seu antecessor Lula da Silva, foi criado sob o argumento de combate ao déficit habitacional, mas esta pesquisa aponta que o programa parece certrar-se na captura do trabalho humano em favor de grupos de indivíduos proprietários de capital. É esta a cena em que o MCMV prometeu investir e produzir valores recordes no mercado de produção imobiliária. E cumpriu com o prometido.

De fato, até 2020 foram injetados quase 230 bilhões de reais em subsídios para produção de unidades habitacionais, além da redução da carga tributária para as empresas construtoras (Brasil, 2020). O valor produzido é inquestionável. O valor investido pelo MCMV é valorado pelo trabalho de construção das unidades e apropriado por empreiteiras e bancos. Este trabalho, (de produzir casas) não nasceu a partir do programa, ele já existia e já produzia valor de uso, de tão expressiva monta, que, como dissemos, o déficit habitacional pouco variou em comparação com o período em que o programa vigora. Sim, “apenas a auto

⁸ Embora se tenha produzido mais de 5 milhões de unidades habitacionais entre 2009 e 2019 (Brasil, 2020), o déficit habitacional não encolheu, pelo contrário, aumentou de 5,45 milhões de residências para 5,88 milhões no período entre 2008 e 2019. Informações obtidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008 e 2019.

construção da moradia (com seus diversos graus de precariedade legal e urbana) conseguiu produzir habitação para famílias de baixa renda numa quantidade capaz de alterar a paisagem das periferias brasileiras” (Baravielli, 2014, p. 10). Entretanto este trabalho não produzia valor para o capital, embora lhe fosse útil, o que passou de fato a acontecer a partir da implementação do Minha Casa Minha Vida.

Não fosse um detalhe, não haveria nenhuma anomalia neste processo de produção de valor, nem mesmo essa cooptação do trabalho improdutivo (do pedreiro, por exemplo) para o circuito de produção de mercadorias do Capital. Todos sabem que o capitalismo sempre encontrou novos mercados. O detalhe é que no caso do MCMV, o capital inicial privado é em grande parte constituído com recursos públicos. Os imóveis começam a ser pagos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo Serviço e do Orçamento Geral da União ainda na fase de execução dos projetos. Na prática, os valores migram da esfera da distribuição (Estado) para a esfera produtiva (Construtoras), para que, através do trabalho industrial, resultem mais-valor.

A história apresenta muitos modelos de políticas habitacionais (Rolnik, 2015); políticas que deveriam ser debatidas nos espaços voltados à assistência social de onde poderiam surtir bons resultados se comparados aos programas BNH e MCMV; aliás, em termos de déficit habitacional, os modelos não se comprovaram mais eficientes que os poucos investimentos aplicados no período entre ambos. O problema da moradia em si, indica Engels, é estrutural no capitalismo: “enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente a questão da moradia ou qualquer outra questão social que afete o destino dos trabalhadores” (Engels, 2015, p. 108). Entretanto, Linhares (2019), já demonstrou que as relações de trabalho com o Estado são mais amenas para o trabalhador que a relação Capital-Trabalho. Penso que para o Trabalho, a revés do Capital, seria melhor que o quase terço de trilhão de reais investidos com recursos públicos no MCMV assegurassem uma produção estatal.

Penso que o Trabalho deveria estar no centro do debate de todas as políticas públicas, e nenhuma política pública deveria ser implementada sem que se tenha por princípio os melhores efeitos possíveis para os trabalhadores que a executam. O mecanismo de produção de valor, criado pelo MCMV não é o melhor para o trabalhador que irá produzir a nova casa,

nem mesmo para o assistente social que deveria conduzir os processos de implementação das políticas habitacionais.

Um estudo realizado pelo próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁹ aponta que

Desde 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) assumiu a maior parte da provisão habitacional de interesse social no Brasil, operando fora do marco do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e colocando em segundo plano, como orientador da política habitacional para as famílias de mais baixa renda, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Este trabalho traz a hipótese de que o MCMV não seja orientado pelo enfrentamento do déficit habitacional, segundo princípios, diretrizes, critérios e formas de atendimento elencados pelo PlanHab, respondendo mais a estratégias de alavancagem do desenvolvimento econômico do país (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013, p. 5).

É necessário apurar qual a participação efetiva dos profissionais assistentes sociais neste programa que foge às orientações originais do Plano Nacional de Habitação, desvinculando-se de suas diretrizes e principalmente das *formas de atendimento* por ele elencadas. Há de se sugerir que a nova política industrial-habitacional, que privilegia a produção de mercadorias fetichizadas em favor de relações entre coisas, abstendo-se de planejamentos e ações, pensadas e executadas à luz das particularidades de indivíduos, famílias, grupos e lugares; tenha pouco a requerer destes profissionais. Se no período BNH, ainda que de forma contraditória, o serviço social atendia, orientava e organizava os novos mutuários, no MCMV o usuário não se depara mais com o assistente social, e sim com o corretor de imóveis precariamente contratado pela construtora.

O caráter contraditório das políticas sociais não pode ser subestimado porquanto viabiliza o acesso a direitos conquistados pelas lutas históricas da classe trabalhadora, mesmo que na atual conjuntura sociopolítica brasileira, as políticas sociais estejam se distanciando crescentemente da perspectiva de universalização, transformadas em mercadorias à venda no mercado, como é o caso da saúde e da educação, ou inseridas na lógica do consumo e do endividamento da classe trabalhadora, como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida (Raichelis, 2018, p. 27).

⁹ Vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Malgrado, vê-se, na atualidade, o avanço de concepções conservadoras no interior do Serviço Social (Fernandes, 2021), sob as quais tende-se a naturalizar a coisificação das relações sociais e suas consequências. Mas as análises acima reforçam o lugar do assistente social no mundo do trabalho como categoria profissional, na medida em que desnuda sua atuação, repleta de contradições como em qualquer profissão, mas além de necessária, também sujeita à precarização, ao desemprego, à terceirização, à alienação, ao comprometimento da autonomia relativa e a todas as formas possíveis de domínio e exploração capitalista. Esta leitura se mostra nítida “sob a base da perspectiva crítico-dialética de matriz marxiana em que se ergue o Projeto Ético-Político, de onde se estruturam os princípios ético-políticos vigentes, onde se assenta a direção social estratégica colocada para a prática profissional” (Silveira Júnior, 2016, p. 178).

CONCLUSÕES

A primeira conclusão que se pode abstrair da pesquisa é a confirmação do peso da questão habitacional sobre a questão social no Brasil (mas não exclusivamente nele). Nesta ceara, a habitação figura com destaque nas políticas sociais de Estado e por conseguinte no trabalho do assistente social. Em segundo lugar, confirmou-se ao longo do breve estudo que há um entrelaçamento entre o devir do Serviço Social Brasileiro e as políticas de Estado voltadas para a questão habitacional em uma perspectiva histórica. Demonstrou-se de forma suficiente que há influências da questão habitacional sobre a conformação dos fundamentos teóricos e metodológicos que norteiam a categoria.

A literatura sobre a questão habitacional, produzida em diversas áreas do conhecimento, é rica na tentativa de explicar, demonstrar ou compreender a questão habitacional, mas muitas vezes é pobre por não conseguir visualizar suas bases materiais. Os dados sociais, apesar de muito importantes, somente podem explicar o problema em sua superficialidade. De forma semelhante, assinala Maricato:

Os estudos que têm como objeto o urbano, a habitação, o financiamento e a terra, raramente incorporam o tema da construção em seu escopo. [pelo contrário] (...) a maior parte das pesquisas sobre habitação se dão no contexto da esfera do consumo, dimensionando-o e qualificando-o. O Estado e as políticas públicas ocupam um papel central no conjunto desses trabalhos. Embora eles forneçam um quadro importante sobre a carência de moradias, a segregação territorial, a exclusão social e as políticas institucionais, ignoram, frequentemente, a centralidade da produção na determinação do ambiente construído (Maricato, 2009, p. 33).

Mesmo quando há avanço na literatura, a questão material que tange o problema se limita ao debate acerca da especulação imobiliária ou à renda fundiária, quando além, ao aspecto da financeirização da habitação, mas sem elencar especificamente os elementos materiais que tangem o trabalho e a produção residencial. Neste sentido, o presente artigo buscou extrapolar estes limites abordando a questão em um aspecto crucial: a casa é potencial ou efetivamente uma mercadoria de elevado valor, na medida em que sua edificação demanda extraordinário consumo de trabalho, gerador de mais valor em sua produção. Esta pesquisa demonstrou que, no Brasil, esta potencialidade, de transformar a casa em uma mercadoria de elevado valor, centraliza as políticas habitacionais adotadas desde 1964.

Assim, o presente artigo evidencia também o envolvimento da categoria Assistente Social com a questão social, para além do que superficialmente se pode observar nas políticas sociais voltadas para a área habitacional.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes curriculares da ABEPSS**. c2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BATISTONI, M. R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Org). **A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 71–94.
- BARAVIELLI, J. E. **Trabalho e Tencologia no Programa MCMV**. 226f. Tese (Doutorado em arquitetura). Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-17062015-102658/publico/Jose_Baravelli_DO.pdf Acesso em 09 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. **Programa minha casa minha vida**: relatório de avaliação. Brasília: Ministério da Economia, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ELPÍDIO, M. H. Preparando a “virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e formação profissional do serviço social brasileiro. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Org). **A história pelo avesso**: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo:Cortez, 2021. p. 271–293.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ESCURRA, M. F.; IAMAMOTO, M. V. Serviço social e trabalho do assistente social: revisitando o debate histórico-crítico. In: MELO, A. I. S. C.; CARDOSO, I. C. C.; FORTI, V. L. (Org). **Trabalho, reprodução social e serviço social desafios e utopias**. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 93–116. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-trabalh-reprodu%C3%A7%C3%A3o-social>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FERNANDES, L. D. S. Reatualização do conservadorismo no serviço social: entre a proposta de reforma profissional e as estratégias de enfrentamento à questão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10., 2021, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2021. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_978_978612d2efecdd_2d.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 9–32, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

IAMAMOTO, M. V. **serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: IAMAMOTO, M.V.; YASBECK, M. C. (Org). **Serviço social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019. p. 34–57.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso**: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Minha casa minha vida, nosso crescimento**: onde fica a política habitacional? Brasília: IPEA, 2013. (Texto para discussão; 1853). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2693/1/TD_1853.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

LINHARES, F. A. A. **Espaço (im) produtivo e trabalho não docente na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11614/1/fabricioandredealmeidalinhares.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. v. 1 e 2. (Livro 1).

MARICATO, E. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação**. Cadernos metrópole, nº 21, Riode Janeiro, Observatório das Metrópolis. 2009.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do congresso da virada em tempos de conservadorismo reacionário.

Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199–212, 2020. DOI: [10.1590/1982-02592020v23n2p199](https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p199)

NALIN, N. M. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate**. 2013. 250 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5552/1/000452191-Texto%2bCompleto-o.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. In: CONSELHO FEDERAL DESERVIÇO SOCIAL (Org). **30 anos do congresso da virada**. Brasília: Cortez, 2009. p. 15–42.

PAULA, L. G. P. **Dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação**. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2013/04/luciana.pdf>.

Acesso em: 28 jan. 2024.

PAULA, L. G. P. **Estratégias e táticas: reflexões no campo do serviço social**. Curitiba: CRV, 2021.

PORTELLA, M. C. R. **Nas veredas da utopia: a experiência reconceituadora na Escola de Serviço Social da PUC/MG**. 1992. 365 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

RAICHELIS, R. Serviço social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org). **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 25–65.

ROLNIK, R. **Guerra do lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A. A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 31, p. 167–188, 2016. DOI: [10.22422/2238-1856.2016v16n31p167-188](https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p167-188)

O SERVIÇO SOCIAL E A LUTA PELO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Maria Madalena Rodrigues Silva¹

Resumo: Este trabalho consiste em apresentar e discutir a participação de assistentes sociais na defesa das instituições democráticas e o papel do serviço social na luta pelo fortalecimento da democracia, visto que a profissão tem um código de ética que tem como valor ético central a liberdade e a democracia como princípio fundamental e parte constitutiva de uma sociedade que luta por justiça social e participação popular. A metodologia usada foi a revisão bibliográfica e o texto está dividido em duas partes, uma breve análise do sistema democrático brasileiro e uma análise do projeto ético do serviço social brasileiro.

Palavras-chave: Serviço Social; Democracia; Código de ética.

Abstract: This work consists of presenting and discussing the participation of social workers in the defense of democratic institutions and the role of social work in the fight to strengthen democracy, since the profession has a code of ethics that has as its central ethical value freedom and democracy. as a fundamental principle and constitutive part of a society that fights for social justice and popular participation. The methodology used was a bibliographic review and the text is divided into two parts, a brief analysis of the Brazilian democratic system and an analysis of the ethical project of Brazilian social services.

Keywords: Social Work; Democracy; Code of ethics.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar e discutir a participação de assistentes sociais na luta pelo fortalecimento das instituições democráticas em momentos de crescimento do conservadorismo e aprofundamento das desigualdades sociais. Haja vista que o país passou por um período de fortalecimento dos aparatos do Estado durante a ditadura militar e uma abertura maior ao final deste período.

A trajetória da democracia no Brasil é marcada por diversas nuances e fragilidades, é possível analisar a democracia brasileira em dois momentos antes e depois da ditadura de 1964, o primeiro momento analisado aqui é o período de 1945 com o fim da ditadura do Estado Novo implantado por Getúlio Vargas e a criação de uma constituição com a garantia de direitos individuais e descentralização de poderes em 1946, e o segundo após a ditadura militar, regime instalado entre os anos de 1964 até 1985.

¹ Graduanda pela Universidade Estadual Montes Claros. E-mail: rmadalena2018@gmail.com
Revista Serviço Social em Perspectiva
Montes Claros (MG) | Vol. 8, Num. Especial | 2024 | ISSN: 2527-1849

A década de 80 do século XX é marcada por um período de transição entre um regime ditatorial para um regime democrático que contou com uma intensa participação de diversos grupos sociais que ansiavam e reivindicavam uma constituição de caráter social com um sistema de seguridade amplo. “Apesar das dificuldades para concretizar, na prática, os preceitos definidos na carta constitucional, é inegável o avanço contido na adoção do conceito de seguridade social, por inscrevê-lo no terreno do direito, imprimir status de política pública...”(Raichelis,1998,p.19). O fim do regime ditatorial foi um momento onde houve grande participação popular requerendo direitos outrora negados e há uma participação de diversos movimentos sociais que reivindicavam uma abertura maior para a participação popular e nesse sentido segundo Raquel Raichelis (1998):

Ao longo da década de 80, o Brasil foi palco de um intenso processo de revitalização da sociedade civil, que na luta por democratização, colocou em xeque não apenas o Estado ditatorial, mas a rede de relações autoritárias que atravessava a sociedade brasileira. (Raichelis, 1998:19)

Fruto de diversos embates e interesses em 1988 é promulgada a constituição que amplia o papel do Estado na garantia de direitos e principalmente direitos sociais, visto que o país atravessava um período de crescimento da desigualdade social com altos níveis de desemprego. Nesse momento histórico os movimentos sociais foram fundamentais para a inclusão de diversos direitos principalmente das minorias como mulheres, negros e crianças. E os assistentes sociais estão inseridos nesse campo em constante disputa, pois o Estado amplia seu papel na esfera jurídica, porém a efetividade das leis não contemplam a população como um todo, e é nesse ambiente que o serviço social estava inserido. Para Netto (2010) o serviço social da década de 1980 passou por profundas modificações em comparação aos anos de 1960 onde havia uma certa homogeneidade dentro da categoria, e nesse sentido ele avalia que a durante a autocracia burguesa houve modificações no serviço social:

A apreciação do processo do Serviço Social no marco da autocracia burguesa indica que os movimentos da dinâmica profissional fizeram mais que responder funcionalmente às demandas e aos condicionalismos que aquela lhe colocava. O ocaso da autocracia e a sua ultrapassagem revelaram que, sob ela, o Serviço Social desenvolveu potencialidades sem as quais não apresentaria as características com que veio atravessando a década de oitenta. Efetivamente, a compreensão do envolver profissional sob o regime autocrático burguês, se não pode ser enviada pelo anacronismo que consiste em pensá-lo a partir das realidades atuais, ganha uma nova luz se se consideram as virtualidades que explicitou quando da superação da ditadura. Também aqui, um estágio de

desenvolvimento mais alto contribui para esclarecer aquele que se mostra menos complexo (Netto, 2010, p. 127).

Netto amplia o debate em torno de diversos movimentos que transformaram o Serviço Social desde meados dos anos 70 que vão culminar no processo de reconceituação, para além do sentido político é uma posição que rompe com o conservadorismo. Segundo ele, “pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes” (NETTO, 2008, p. 151). O movimento de mudanças no Serviço Social é parte de um processo que antecede 1964; no entanto, é durante a ditadura militar e depois dela que o Serviço Social desponta como um movimento de laicização e com profundas modificações, não é um processo unívoco e sim parte de um processo histórico.

Nesse sentido o texto busca estabelecer uma análise do projeto ético do serviço social, que é fortemente influenciado por essas novas dinâmicas da sociedade em transformação, em sintonia com o anseio da categoria de construir um projeto pautado na construção de uma nova ordem societária com uma postura de alinhamento com a contínua capacitação e com uma política que elimine qualquer forma de dominação e exploração.

UMA BREVE ANÁLISE DO PROCESSO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

O período abordado no texto é o fim do Estado Novo e o processo de redemocratização a partir de 1985 com a abertura para eleições presidenciais. Ao longo da história brasileira o regime democrático sempre foi palco de discussões e debates, e nesse sentido alguns autores como a historiadora Ângela de C. Gomes defendem que entre 1946-1964 o país começava a construir um caminho para a consolidação de um regime democrático “aliás, justamente porque se estava avançando e caminhando em direção à ampliação de direitos de cidadania, a terceira República foi interrompida pelo golpe de 1964.” (GOMES, FERREIRA, 2018). A autora pontua que esse período é marcado por diversas tensões, onde há continuidades com as políticas adotadas durante o Estado Novo, porém surgem transformações que iram permitir a formação de partidos políticos e um aumento considerável do número de eleitores e a constituição de instituições democráticas.

A constituinte era uma das pautas dos partidos de oposição ao governo de Getúlio Vargas, principalmente o partido comunista que foi perseguido durante o Estado Novo, é um anseio da classe trabalhadora organizada em sindicatos. Nesse sentido Anita Prestes (2016) afirma que o partido comunista acreditava que só sob um regime democrático seria possível a criação de uma constituição que garantisse direitos e participação política, “nas condições concretas daquele momento histórico, a Constituinte seria o único meio capaz de levar à implantação de um regime democrático no Brasil, sepultando a Constituição de 1937 e as instituições do Estado Novo”(PRESTES,2016).

A constituição de 1946 é reflexo do jogo de forças entre diversos grupos políticos que atuaram para a derrubada do governo ditatorial de Vargas e a formação de uma assembleia constituinte, onde foi estabelecido o sistema de eleição por voto secreto e universal, a instituição de partidos políticos e a formação dos três poderes executivo, legislativo e judiciário. A carta constitucional amplia direitos sociais, porém mantém limitações conservadoras como por exemplo, a interdição ao direito dos trabalhadores de se organizarem com a formação de greves, aos analfabetos negava-se o direito ao voto, restringindo a plena cidadania.

Este é um período da história brasileira onde os partidos políticos ganharam força para concorrer as eleições, a imprensa tinha liberdade para funcionar, de 1945 até 1964 foram eleitos presidentes de forma democrática com bastante apelo popular, porém com diversos conflitos e tensões inerentes ao jogo de forças estabelecido pelas elites para se manterem no poder.

Assim conforme Ianni (2010) em seu livro formação do pensamento social brasileiro: “Ocorre que em 1961-1964 a crise econômica e política havia provocado um acentuado divórcio entre as exigências do poder econômico e as tendências do poder político”(IANNI,2004). Para o autor ao longo da vigência dos anos que antecederam o golpe militar de 1964, o país havia passado por diversas transformações como o crescimento urbano e a intensa industrialização, uma ampliação do capitalismo refletido no desenvolvimento da agricultura, na concentração de terras, na formação de uma burguesia nacional e estrangeira, e a formação de uma vasta classe de trabalhadores do campo e da cidade.

E nesse sentido o desenvolvimento econômico entra em descompasso com a política, o golpe militar de 1964, no Brasil, resultou que “Diante do ascenso político do povo, no sentido de fazer avançar a democracia, a grande burguesia prefere destruir inclusive as poucas conquistas democrático-burguesas alcançadas em 1946-64: voto secreto, partidos, habeas corpus,

liberdade de imprensa, liberdade de reunião e discussão.”(IANNI,2004, p.289). No campo democrático a constituição é um dos pilares da democracia brasileira e dela emana o direcionamento para todas as instituições, e nesse sentido uma das medidas adotadas durante a ditadura foi a criação de atos institucionais para centralizar o poder e lapidar a liberdade das instituições de tentarem se opor ao regime ditatorial.

Ao fim do longo período ditatorial com fortes mobilizações de diversas categorias sociais, com a formação de greves e passeatas a população pressiona e tensiona o período de redemocratização, e a constituição é promulgada com alguns avanços em comparação as outras constituições.

A carta constitucional de 1988, estabelece a instituição jurídica dos mecanismos clássicos da democracia representativa como parlamento, partidos políticos, voto universal, abriu possibilidades de exercício da democracia participativa com a criação de plebiscito, referendo e projetos de iniciativa popular. No aspecto das políticas públicas institui a criação de conselhos de gestão setorial com o objetivo propiciar a participação da população com a criação de políticas sociais.

Esse período de abertura influenciou diretamente a formulação do código de ética de 1993, pois segundo Netto: “A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o reatamento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais” (NETTO,2008), não é possível pensar o serviço social descolado da realidade social, profissão de suma importância na conjuntura de formação e ampliação do estado de direito.

A PROFISSÃO NA LUTA PELO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

É preciso pensar e compreender o Serviço Social enquanto profissão que nasce em um determinado momento de amadurecimento do capitalismo e constante aumento da pauperização, criado para controlar as demandas dos trabalhadores conforme o interesse do Estado e da burguesia.

Nesse sentido, há a cooptação das instituições filantrópicas a favor do interesse das classes dominantes. No Brasil, as primeiras escolas de Serviço Social surgiram no início do século XX em meio ao processo de urbanização e industrialização. A prática profissional era marcada

por ações caritativas e pela moralização da “questão social”, com realização de trabalho de caso, grupo e comunidade.

Na sua origem, a profissão tinha como orientação teórico-metodológica a doutrina social da igreja católica com base, por exemplo, nas encíclicas papais. O Serviço Social é atravessado pelas transformações ao longo do tempo e, pouco a pouco, foi consolidando o seu papel de intervir na realidade social de forma mais autônoma em relação a sua origem. Ao longo do século XX, a profissão passou pelo processo de renovação e abre espaço para o Serviço Social crítico, com um Código de Ética profissional de 1993, com a Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93 e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (1996) que foram formuladas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com um código de ética que direciona a ação política da profissão. Assim, a participação da categoria nas gestões democráticas é fundamental para a viabilização das políticas públicas uma vez que o Serviço Social tem um papel fundamental de viabilizar a participação da população nas decisões institucionais, conforme afirma Maisa Miralva da Silva:

Nesse sentido, (re) conhecer e respeitar a LOAS é um bom ponto de partida, mas a legislação, por mais inovadora, por si só não garante a superação das práticas conservadoras que marcaram a gênese da assistência social como campo de intervenção do Estado. Sua efetiva implementação implica num compromisso de aliar o que a Lei assegura a uma concepção de direitos e de cidadania sob a perspectiva da democracia a partir mesmo das desigualdades etárias, culturais, de classe, gênero e outras (Silva, 2002, p. 17).

Com um projeto político nítido e bem definido, o Serviço Social tem atuado de forma firme na luta pela liberdade como valor ético central, pela democracia e a cidadania como categorias centrais das ações dos profissionais inseridos em diversos campos de atuação. Assim, o trabalho do assistente social é um dos pilares da viabilização de políticas públicas e há, dessa maneira, um compromisso respaldado pelo código de ética no fortalecimento das instituições criadas democraticamente. Segundo a autora dentre os deveres ético-profissionais do serviço social está a contribuição para viabilizar a participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais, garantindo a plena informação.

O projeto ético-político contruído ao longo dos anos 90 é parte integrante da realidade social numa conjuntura que permitiu um alinhamento entre os profissionais e a realidade social,

projeto que se afirma na regulamentação, nas diretrizes curriculares e nos princípios que norteiam a prática profissional.

No código de ética do Serviço Social a liberdade é compreendida como valor ético central, como caminho para a emancipação dos indivíduos sociais com vista a direcionar atuação do Assistente Social que é marcada por uma profunda interação com as políticas sociais públicas, exigindo um sólido entendimento das leis que regulamentam a profissão e dos fundamentos que orientam a prática social.

Essa interação é de suma importância para o desenvolvimento de estratégias eficazes de intervenção social que promovam os direitos e o bem-estar da população. Conforme, Iamamoto:

Requisita-se, hoje, um profissional propositivo e não apenas executivo, capaz de formular projetos de trabalho, negociá-los com os empregadores, defender seu espaço ocupacional em um mercado cada vez mais competitivo. Enfim, um profissional capaz de formular, gerir, implementar e avaliar políticas e projetos sociais; de elaborar estudos e pesquisas; de assessorar movimentos sociais e Conselhos de Políticas Sociais e de Defesa de Direitos- da Criança e do Adolescente, de Idosos e Deficientes-; um profissional que possa contribuir para sua implantação e funcionamento, de modo a potenciar sua contribuição nos processos de democratização das políticas públicas (Iamamoto, 1998, p. 16).

Para a autora ainda que o Estado seja o maior empregador dos assistentes sociais, na atualidade do mundo globalizado o profissional é requisitado a ocupar diversos lugares além do ambiente público e nesses novos espaços ele também é convocado a operar de forma ética e competente, através dos recursos teóricos e técnico metodológico. Visto que, a Lei Federal N.º 8.662/93, que regulamenta a profissão do Assistente Social, e o Código de Ética do Assistente Social estabelecem princípios e diretrizes que enfatizam a defesa intransigente dos direitos humanos e a luta pela eliminação de todas as formas de preconceito. Trata-se de trabalhar pela cidadania dos usuários, facilitando acesso a seus direitos econômicos, sociais e políticos; no sentido de emancipação e autonomia frente as demandas da sociedade e dos desafios impostos por padrões de desigualdades.

DEMOCRACIA NO CÓDIGO DE ÉTICA

A perspectiva democrática estabelecida no quarto princípio do código de ética do assistente social estabelece “a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”, nesse sentido a democracia é indissociável da formação de uma sociedade que democratiza todos os espaços, que ultrapassa a democracia representativa. Nesse sentido, a cidadania é uma construção histórica e não há como pensar democracia sem cidadania, que também significa ser parte integrante e ativo dos projetos de construção da participação coletiva, nesse sentido democracia deve ser pensada além do voto. Democracia que deve ser pensada no contingente da efetiva participação popular nas reais demandas dos múltiplos indivíduos e realidades que compõem a sociedade.

No código de ética o aprofundamento democrático parte da perspectiva assinalada por Nélson Coutinho (1979) da democracia como valor universal, como superação da democracia burguesa: “Não creio que nenhuma formação popular responsável ponha hoje em dúvida a importância dessa unidade em torno da luta pelas liberdades democráticas tais como essas são definidas” (COUTINHO,1979), o autor demonstra que a democracia precisa ser parte de uma luta pela transformação social, pela superação de traços conservadores que pensam a democracia apenas com um mecanismo jurídico e inerte. Lutar pelo fortalecimento das instituições constituídas dentro do campo democrático requer pensar em um movimento de construção da cidadania ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social é uma profissão que assegura aos profissionais um direcionamento político materializado nos regulamentos e por um código de ética que estabelece que a atuação deve ser pautada em princípios éticos e democráticos. Logo, a ação na sociedade tem um direcionamento político no sentido proposto por Gramsci, que entende a política como um momento de transição do ético ao político. Segundo Yamamoto:

Ainda que o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal, - o que abre possibilidades para um eventual exercício autônomo – o assistente social é, de fato, um

trabalhador assalariado, inscrito nas esferas governamental, empresarial, em organizações não governamentais e entidades filantrópicas... Ao vender sua força de trabalho especializada por um salário (valor de troca da mercadoria força de trabalho), o assistente social entrega o valor de uso de sua mercadoria ao empregador: o direito de consumi-la durante uma jornada, segundo diretrizes, políticas, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições, que se materializa a relativa autonomia, de que se dispõe o profissional na consecução de suas ações, na definição de prioridades e de formas de execução do seu trabalho (Iamamoto, 1998, p. 14).

A autora afirma que a autonomia do assistente social está nas suas ações e na definição de prioridade e no exercício do seu trabalho enquanto ser que é parte da produção da vida material e que tem o compromisso de fortalecer as instituições democráticas constituídas, por entender que esse é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e para a formação de cidadãos mais participativos.

Embora na contemporaneidade o Serviço Social tenha um direcionamento ético e político, ele não está imune aos discursos e projetos políticos conservadores que minimizam as instituições públicas através da redução de verbas e criam discursos de esvaziamento do espaço público de debate, o que na prática fragiliza a luta pela construção de espaços de diálogo em que a população possa ser ouvida.

Em conclusão, o que se tentou mostrar nesse breve texto é que o fortalecimento das instituições democráticas devem ser pautadas nas necessidades históricas dos trabalhadores, na efetiva luta contra o conservadorismo e uma profunda leitura crítica da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA:

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, V. 9, 1979.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social**. Lei 8662/ 93 de regulamentação da profissão, 10ª Ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011.

GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. Locus: **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018

IAMAMOTO, Marilda Vilella. O Serviço Social em tempo de globalização. **Revista Inscrita**, Brasília (DF), ano 7, n. 10, 1998.

IANNI, Octavio. Populismo e militarismo. In: **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO, José Paulo Netto. A construção do projeto ético-político do serviço social. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. 10 anos depois da Constituição Cidadã. **Revista Inscrita**, Brasília (DF), ano 11, n. 12, 1998.

SILVA, Maisa Miralva da Silva. O Serviço Social em tempo de globalização. **Revista Inscrita**, Brasília (DF), ano 7, n. 10, 2002.

PRESTES, Anita Leocadia. **Os comunistas e a Constituinte de 1946: por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946.** Estudos Ibero-Americanos, v. 32, n. 2, p. 171-186, dez. 2006.

“ELA ME LEMBRA MINHA AVÓ”:**ENTRE DONA BENTA E TIA NASTÁCIA, UM DIÁLOGO COM OS PARÂMETROS DE ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE E AS EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO NO HUCF**Nahiamy Martins Ferraz¹

Resumo: O presente artigo busca analisar uma experiência de estágio obrigatório em Serviço Social no Hospital Universitário Clemente Farias (HUCF), à luz do documento "Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde". O foco está na relação entre teoria e prática, na relevância do estágio para a formação profissional, sob a perspectiva da formação, através do estudante. A análise de caso de uma idosa em situação de rua, atendida pelo Serviço Social do HUCF, com foco nas relações étnico-raciais, de gênero e geracionais. O caso demonstra como o processo de envelhecimento no Brasil é marcado por desigualdades, a análise racializada do caso revela a influência do racismo estrutural na qualidade e quantidade de atenção dispensada aos pacientes. O caso analisado reforça a necessidade de uma prática profissional crítica, reflexiva e comprometida com a superação das desigualdades e a promoção da saúde para todos.

Palavras-chave: Serviço Social, Saúde, Estágio, Relações Étnico-Raciais, Gênero, Envelhecimento, Autonomia, Desigualdade.

Abstract: This article aims to analyze a mandatory internship experience in Social Work at the Hospital Universitário Clemente Farias (HUCF), in the light of the document "Parameters for the Performance of Social Workers in Health". The focus is on the relationship between theory and practice, the relevance of the internship for professional training, from the perspective of training, through the student. The case study of an elderly woman in a street situation, attended by the HUCF Social Service, with a focus on ethnic-racial, gender and generational relations. The case demonstrates how the aging process in Brazil is marked by inequalities, the racialized analysis of the case reveals the influence of structural racism on the quality and quantity of attention given to patients. The analyzed case reinforces the need for a critical, reflective and committed professional practice to overcome inequalities and promote health for all.

Keywords: Social Work; Health; Internship; Ethnic-Racial Relations; Gender; Aging; Autonomy; Inequality

INTRODUÇÃO

O campo de estágio em Serviço Social constitui-se como um dos pilares fundamentais na formação dos futuros assistentes sociais, configurado como um espaço de aprendizado, reflexão e na aplicabilidade concreta da indissociabilidade entre teoria e prática na atuação dos

¹ Graduanda em Serviço Social pela Unimontes. E-mail: correiodanay@gmail.com

profissionais, sob observação dos estagiários inseridos no campo de atuação. Neste contexto, o Estágio Curricular Obrigatório Nível III emerge como um componente essencial na jornada formativa dos estudantes de Serviço Social, visto que por ser o último módulo de estágio, visa reunir a capacidade de análise crítica dos estudantes construída durante toda trajetória de formação profissional. Este trabalho tem por objetivo dialogar acerca de uma experiência vivenciada no campo de estágio do Hospital Universitário Clemente Farias (HUCF), no Setor de Serviço Social, amparado pelo documento “Parâmetros de atuação de Assistentes Sociais” publicado pelo Grupo de Trabalho Serviço Social na Saúde, através do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2009.

A relevância do documento indicado consiste na sua capacidade de elucidar, orientar e fundamentar a atuação dos profissionais assistentes sociais no setor da saúde. Ao oferecer orientações e análises críticas pertinentes à área, este material se consolida como um marco no processo de sistematização das práticas e deliberações emanadas do Encontro Nacional do Eixo CFESS/CRESS daquele período. Este encontro, caracterizado pelo aprofundamento das discussões sobre a atuação do assistente social na saúde, reflete o amadurecimento e a necessidade de orientação continuada proporcionada pelos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social. Nesse sentido, o presente trabalho busca tecer uma ponte entre a experiência vivenciada durante o estágio curricular no HUCF e as diretrizes propostas pelo CFESS. Através da análise de um relato de experiência, registrado no diário de campo, e do diálogo estabelecido com o material didático orientador, buscando evidenciar a relação indissociável entre teoria e prática, assim como apontar a importância do Estágio para a formação, buscando contribuir para a reflexão sobre a prática profissional dos assistentes sociais na saúde, sob a perspectiva estudantil, inseridos neste campo de atuação.

O objetivo neste trabalho é analisar o caso apresentado à seguir, buscando compreender suas implicações e contribuir com novos entendimentos. A paciente deu entrada no Hospital Universitário Clemente Farias (HUCF), através de encaminhamento do Consultório na Rua, com lesão identificada e necessidade de tratamento. A enfermeira da equipe do Consultório na Rua informou que a idosa estava na região da Rodoviária e que foi realizada tentativa de abordá-la em outro momento, mas a mesma recusou atendimento, inclusive apresentando muita resistência em ser levada no momento de sua admissão. Se identifica com

o nome de Maria Eva², mas se apresenta resistente em repassar informações sobre seu contexto, apenas indicou o nome e apontou que está de passagem pela cidade. Em contato com a rede, as profissionais do Centro POP indicaram que a paciente já esteve na unidade para tomar banho e se alimentar, indicou que estava vindo do município de Manga e que estava em tratamento de saúde por lá, mas que precisou abandonar para seguir viagem. A paciente foi avaliada pela equipe médica, internada na clínica de saúde mental com suspeita de demência, pois não fala sobre nada de seu contexto ou vivência e em diálogo com a rede (profissionais do Consultório na Rua, equipe de psiquiatras da Saúde Mental do HUCF, psicólogos e assistente social) decidiram pela institucionalização da mesma, o processo ainda está em andamento.

DESENVOLVIMENTO

A análise de caso de uma idosa, em situação de rua, atendida pelo Serviço Social do HUCF, mobilizada pela rede do Consultório na Rua e disposta na internação da Psiquiatria, consiste na oportunidade para refletir sobre relações étnico-raciais, de gênero e geracionais, além de elucidar as complexidades inerentes ao trabalho social neste âmbito. A ótica das expressões da questão social estão presentes no dia a dia da atuação profissional, por isso, apontam a necessidade de uma compreensão ampla e crítica das múltiplas facetas que compõem a realidade social, assim como as estruturas que orientam essa realidade. Como destaca o CFESS (2009),

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS³, 1996) demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação de determinantes sociais econômicos e culturais das desigualdades sociais. A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais da vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos (as) trabalhadores (as) em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os trabalhadores, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos. (CFESS, 2009, p. 17).

² Em detrimento da segurança e da privacidade das pacientes, às suas identidades serão conservadas no presente trabalho, os nomes utilizados são fictícios.

³ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

A partir do caso descrito, inicia-se a análise buscando compreender como o processo de envelhecimento no Brasil tem sido fonte de pesquisa constante nas últimas décadas. Em outros países do mundo a questão do envelhecimento já tem sido pautada, as pesquisas brasileiras começam a escrever acerca do tema, visto o crescimento da população sessenta mais (60+) e a necessidade de formulação de políticas públicas que consigam atender às demandas apontadas por essa população, seus familiares e/ou redes de apoio e cuidado. Porém, a expectativa de vida é variável de acordo com as condições de acesso à saneamento básico, saúde, educação, segurança e demais fatores sócio-econômicos. Por isso, é necessário realizar um recorte, inspirado na campanha do eixo CFESS-CRESS⁴ de 2019: no processo de envelhecimento, quem é preto e pobre morre primeiro, sem necessariamente passar pelo caminho do envelhecimento.

Dona Eva chega a Montes Claros “muito bem aparentada” segundo a equipe. Penso que não é necessário ressaltar na presente análise que o conceito de boa aparência segundo o processo estrutural e institucional do racismo que constitui a sociedade brasileira é o padrão embranquecido. A paciente está com roupas limpas, sem exalar mal cheiro e aparentemente bem alimentada e nutrida, não apresentando nenhum indicativo de uso e abuso de álcool e outras drogas e logo causa estranheza: como é possível que ela se organize na rua? Em diálogo com a paciente, a mesma indica que viaja para resolver “as coisa da vida dela”, que toma banho todos os dias em igrejas e associações e que se alimenta bem, pedindo refeições em portas de restaurantes e padarias. Para a dinâmica das ruas, não parece uma boa organização?

Compreender quais as fontes de questionamento da equipe médica sobre como uma idosa com todos os estereótipos de uma vovó Dona Benta: cabelos grisalhos presos em um coque, a pele clara, estatura baixa, vestida com vestidos florais, calma e uma boa contadora de histórias - desde que não sejam sobre suas informações - é fundamental para compreender seu tratamento. Como não romantizar essa mulher? Em diálogos com a equipe, era possível encontrar pessoas chorosas pelos corredores “ela me lembra minha avó, como podemos deixar que ela volte para a rua?”. Quais são os espelhos, reflexos e memórias que a classe médica do

⁴ A Campanha em comemoração ao dia 15 de Maio, dia das e dos Assistentes Sociais do Eixo CFESS/CRESS de 2019 teve como título: “Se cortam direitos, quem é preto e pobre sente primeiro”.

HU, compreendida como uma classe de maior prestígio social e de maioria branca, se reconhece? E quais os impactos disso para os tratamentos médicos?

O caso analisado, da paciente Maria Eva Possibilita análise sobre o atendimento médico, as noções de vulnerabilidade e preterimento que a própria dinâmica hospitalar através dos casos vivenciados explicita como as noções estruturais de racismo podem direcionar a quantidade e qualidade de atenção dispensada aos pacientes. Visto que ao decorrer do relato, pode-se analisar que a paciente remete a avó de alguns profissionais, na análise do caso, é comparada a Dona Benta. Mas gera o questionamento, e quando é uma idosa mais parecida com a Tia Nastácia, qual é a atenção dispensada e o cuidado que é cedido? Será que a mesma estaria recebendo os mesmos cuidados e esforços? Será que as noções de vulnerabilidade também seriam equivalentes? Frente a essa realidade, quantas Tias Nastácias e quantas Donas Bentas atendemos em um Hospital 100% SUS?

O documento do CFESS destaca que em uma equipe multidisciplinar a particularidade do Serviço Social que compõe uma equipe de saúde baseia-se nos “ângulos particulares de observação na interpretação das condições de saúde do usuário e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações” (CFESS, 2009, p. 23), por isso, tem uma atuação diferenciada frente aos outros profissionais dispostos, pois, possui a capacidade analítica de identificar as totalidades da realidade social, baseada em uma formação profissional crítica.

Segundo Silva, a desigualdade do acesso à saúde de pessoas pretas é determinada desde antes de nascer, quando refletimos sobre as mulheres negras serem as principais vítimas de violência obstétrica e apresentarem os menores índices de preparo pré-natalidade. Na infância, crianças pretas são acometidas por doenças tratáveis como vermes, piolhos e demais parasitas que estão ligadas em grande parte à falta de acesso a saneamento básico de qualidade. Na vida adulta, pessoas pretas têm menor índice de acompanhamentos em médicos quando se trata de doenças que exigem acompanhamento profilático⁵ como diferentes tipos de câncer, mas apresentam maior incidência em mortes decorrentes de infartos, hipertensão, diabetes,

⁵ Conjunto de precauções que tem como objetivo evitar uma doença.

insuficiências hepáticas, além de causas externas. No período da velhice, apresentam maior índices de abandono e violência.

A feminização do cuidado atinge as mulheres como uma imposição de gênero, mas é preciso compreender que mesmo nessa ótica, existem diferenciações necessárias quando refletimos sobre as diferentes formas de imposições raciais. Para as mulheres pretas, cabe também o lugar imposto do cuidado, na qual a herança escravocrata é refletida na indissociabilidade desse lugar com o trabalho. As mulheres que são responsáveis pelo cuidado doméstico (muitas vezes dentro e fora de casa enquanto trabalho), cuidado de familiares, se dividindo entre filhos e idosos, por isso cabe compreender, no processo de envelhecimento, quem cuida dessa mulher? Existe um padrão diferente no que se refere às possibilidades de tratamento para diferentes sujeitos, à partir da análise racializada, me questiono: se Dona Eva fosse preta, se ela se parecesse mais com a Tia Nastácia do que com a Dona Benta, o padrão de atendimento, de preocupação, de comoção, de lembrança dos avós e a compreensão de defesa dos Direitos dos Idosos, seria igual?

Em Montes Claros, a aplicação da Política Nacional para a População em Situação de Rua não tem como centralidade a retirada das pessoas da rua em primeiro momento, visto que existe principalmente uma dificuldade estrutural como a dificuldade de Unidades de Acolhimento, por isso, o trabalho das profissionais é direcionado para a compreensão de como buscar atendimento, acesso à direitos e possíveis formas de melhoria da dinâmica de vida ainda no ambiente das ruas. O perfil brasileiro de pessoas em situação de rua é de maioria masculina, negros, de faixa etária entre 25-45 anos segundo Relatório Preliminar População em Situação de Rua, no município, esse perfil é presente, tornando explícito a necessidade de discussão dessa temática à luz da categoria raça e gênero de análise.

No Hospital Universitário, por ser um hospital que atende cem por cento de seus pacientes via Sistema Único de Saúde, o perfil de paciente é notoriamente composto por maior concentração de pessoas negras e pobres, apesar das pesquisas⁶ não considerarem raça como

⁶ No ano de 2023 foi realizado uma pesquisa no Hospital denominada “Perfil dos Pacientes Internos” referente aos levantamentos realizados em 2022, pelo sociólogo Gilson Cássio de Oliveira, do Escritório da Qualidade do HU-Unimonte, porém, nessa pesquisa os dados levantados foram: dados estratificados por sexo, faixa etária, local de residência, leito/especialidade, caráter de atendimento (eletivo e urgência e emergência) e internações em Unidade

um critério relevante de análise para compreender os pacientes atendidos. Dentre esses pacientes, de acordo com a localização do Hospital e os pontos de localização das pessoas em situação de rua no município (as áreas centrais e a rodoviária), esse público é frequentemente atendido na unidade hospitalar.

No que se refere à Dona Eva, a mesma afirma não ter gostado de ter sido pega à força na rua para internar no hospital, mas reconhece a importância do tratamento, ao mesmo modo que afirma não ter necessidade dela ficar no hospital, dizendo o tempo todo sobre como gostaria de ir embora. Afirma que não quer falar suas informações pessoais, deixa escapar alguns dados como uma possível infância em Salvador - BA e um conhecimento extremamente específico de vários municípios brasileiros, com detalhes de ruas e monumentos históricos. Não é possível saber se Dona Eva sofreu alguma violência, se tem alguma pendência com a lei ou se simplesmente não quer ser identificada. Até onde vai a autonomia de Dona Eva de guardar para si suas informações? Não sabemos sequer se o nome dela é esse, pois não apresenta documentos, não sabemos sua idade, filiação ou parentesco. Pode a Dona Eva seguir viagem assim, sem uma identificação formal?

Segundo o CFESS (2009), a concepção de humanização para as Assistentes Sociais precisa evitar as “visões distorcidas que levem a uma percepção romântica e/ou residual da atuação, focalizando as ações somente na escuta e redução da tensão” (CFESS, 2009, p. 26), considerando que o papel de atuação das profissionais não é reduzido à redução de conflitos, porém, é acrescida enquanto uma capacidade profissional de uma percepção ampliada que permite a análise de determinantes sociais do processo médico (para além do eixo saúde atrelado à ausência de doença), bem como das dinâmicas sociais, familiares, trabalhistas, e demais campos essenciais da vida social.

A partir do debate da autonomia penso ser indispensável a reflexão sobre como é tratada a autonomia para pacientes de saúde mental? No caso de Dona Eva, foi diagnosticada pela equipe médica com demência, o que pode justificar o fato da mesma não querer se identificar (embora haja controvérsias dentro da própria equipe se o diagnóstico se enquadra ou não).

de Terapia Intensiva (UTI). Descreve também os procedimentos realizados e os tipos de casos atendidos, com base na Classificação Internacional de Doenças (CID). A pesquisa não considerou a centralidade e a relevância da análise de dados a partir do critério raça-cor presente em todos os prontuários de todos os pacientes atendidos.

Pacientes com demência normalmente não são mantidos hospitalizados, pessoas em situação de rua também não, pois são raros os casos do que são chamados pelo hospital de “internação social”. Porém, pela vontade de Dona Eva de ir embora e a concepção da equipe que a mesma não pode se organizar na rua, a mesma está sendo mantida na ala psiquiátrica, visto que é a única sala que os pacientes ficam trancados, sem autonomia para sair.

A luz desses questionamentos, o documento “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde” pontua sobre o compromisso profissional atrelado aos princípios éticos dispostos no Código de Ética e orientados pelo Projeto Ético Político do Serviço Social, que não abrem brechas para atuações com cunho discriminatório, racista, etarista e machista. Sendo assim, direcionando a atuação, podemos analisar os parâmetros orientadores que são materializados pela documentação, fruto do amadurecimento crítico e teórico da categoria profissional.

A concepção da reforma psiquiátrica é necessária para compreensão da necessidade de luta pela queda dos manicômios e pensarmos em internações que não sejam baseadas no trancafiamento do sujeito. No último ano já foi aprovada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), através da Resolução 487 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que orienta a queda dos hospitais de custódia reforma o questionamento: porque temos uma ala psiquiátrica trancada com segurança fiscalizando e barrando cada paciente, da mesma forma, o questionamento se repete quando analisado o caso de Dona Eva, porque mantê-la trancada na saúde mental, se inclusive seu quadro psicológico tem apresentado piora pois a mesma só aponta que gostaria de ir embora. Recordo da quantidade de vezes que pacientes (em outro padrão) já foram liberados por muito menos. Atualmente, Dona Eva não tem a menor perspectiva de sair e receber alta, visto que as previsões dos processos institucionalizados costumam superar os 200 dias de internação.

Em uma equipe multidisciplinar existe um grande desafio que é a escuta e ação planejada de forma coletiva visando o bem estar do paciente, caso não haja esse respeito e colaboração, as intervenções podem ser realizadas de forma unilateral. O caso de Dona Eva é um grande exemplo disso, visto que a equipe médica solicitou o processo de judicialização, mesmo com indícios nítidos de discordâncias nas reuniões multidisciplinares, inclusive com os

questionamentos do Serviço Social sobre os próximos protocolos em casos de internações de idosos em situação de rua. Nesse momento é possível perceber os limites de uma intervenção em ambiente hospitalar na qual a centralidade é médica e as outras intervenções precisam ser incisivas sobre seus posicionamentos profissionais, de acordo com cada área de atuação que é para além da medicina por si só.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo do Serviço Social, além de realizar os questionamentos apresentados, me pergunto sobre o nosso compromisso com a defesa da autonomia dos sujeitos e com os limites que são impostos, além de reconhecer as importantes contribuições do diálogo do setor de Serviço Social com as demais alas do hospital, pensando em nossa capacidade analítica e compreensão de totalidade. Compreendo que é excelente prestarmos atendimento e cuidado à Dona Benta, mas porque não analisar as diversas Tias Nastácias que transitam pelo hospital todos os dias e ainda assim, não recebem tratamento igualitário, com tanta qualidade e zelo. É preciso que a perspectiva de saúde baseada no princípio da universalidade extrapole a nossa percepção de si e do que entendemos como reflexos familiares, para que não se pense uma saúde que seja dividida entre “nós” e “eles”, mas compreender a necessidade de uma saúde igualitária no acesso e na qualidade, para todos, pensando no princípio das equidade para que principalmente a quem historicamente teve seu acesso negado a esse espaço de cuidado.

Após as análises mencionadas, buscou-se construir um diálogo construtivo com o documento em questão, ressaltando suas significativas contribuições para a prática do Serviço Social no âmbito da saúde, esse diálogo abordou como as diretrizes e abordagens propostas pelo documento influenciam diretamente a atuação dos assistentes sociais, especialmente no contexto de instituições de saúde como o HUCCF. Buscou-se identificar e destacar as principais contribuições do documento para a consolidação das práticas de assistentes sociais na saúde, enfatizando a importância da abordagem multidisciplinar, refletindo sobre os desafios enfrentados pelas assistentes sociais, especialmente no que diz respeito à interação com essas equipes.

Conclui-se portanto que um dos aspectos cruciais revelados pela análise do caso foi a influência do racismo estrutural na qualidade e quantidade de atenção dispensada aos pacientes. A identificação de Maria com a figura de Dona Benta, por alguns profissionais, em contraste com a hipotética comparação com Tia Nastácia, lança luz sobre as discrepâncias no tratamento e cuidado oferecidos a pacientes que se assemelham mais a estereótipos racializados e negativamente conotados. Este contraste suscita questionamentos pertinentes acerca de como as noções de vulnerabilidade e preterimento são moldadas por preconceitos raciais e como isso afeta a assistência prestada. Portanto, a reflexão derivada da análise deste caso ressalta a importância de uma prática profissional informada, crítica e eticamente comprometida, que não apenas reconheça, mas também busque ativamente superar as complexidades e desafios impostos pelas discriminações étnico-raciais, de gênero e geracionais no contexto da saúde pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Relatório Preliminar População em Situação de Rua** - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal. 2023.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei nº 8.662. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

FERNANDES, N. C., & Natividade, C. dos S. J. da. (2020). **A naturalização da violência contra a mulher** / The naturalization of violence against women. *Brazilian Journal of Development*, 6(10), 76076–76086. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-145>. Acesso em 06/11/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_ua_digital.pdf>

SILVA, A. da. **Aging from the perspective of racism and other forms of discrimination: influences of institutional and structural determinants on the lives of older adults**. *Rev. bras. geriatr. gerontol.* [online]. 2019, vol. 22, no. 4, e190210, ISSN: 1981-2256 [viewed 3 June 2020]. Acesso em 06/11/2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbagg/a/sDTHTLQdgb4hXPCHMBvXVZH/?lang=pt>>.

ILUSTRAÇÃO

IMAGEM I



Dona Benta (Zilka Salaberry) e Tia Anastácia (Jacyra Sampaio), na primeira versão do Sítio do Pica-Pau Amarelo da TV Globo. (Fonte: Veja.com)

A IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS: SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Juliana Pereira Camayo¹
Suzana Alves Dos Santos Barros²
Thainara Soares Veloso³
Viviane Bernadeth Gandra Brandão⁴

RESUMO: O estudo apresenta as possibilidades de articulação entre as políticas públicas: assistência social, saúde e educação. O objetivo é elucidar as políticas, identificar e propor discussões relativas à relevância da intersectorialidade para o cuidado ampliado ao usuário. A pesquisa será conduzida por meio da revisão bibliográfica, a partir da leitura de autores que contribuem para o aprofundamento da discussão acerca da temática para melhor efetividade dos direitos dos usuários. Diante do que discorreremos ao longo desse estudo, consideremos relevante uma maior articulação entre as três políticas públicas mencionadas, uma vez que a intersectorialidade é a principal estratégia para estimular melhores resultados no ambiente da assistência social, saúde e educação.

Palavras-Chave: Intersectorialidade; Política; Saúde; Educação; Assistência Social

ABSTRACT: The study presents the possibilities of articulation between public policies: social assistance, health and education. The objective is to clarify policies, identify and propose discussions regarding the relevance of intersectorality for expanded care for users. The research will be conducted through a bibliographical review, based on reading authors who contribute to deepening the discussion on the topic to better enforce user rights. In view of what we discussed throughout this study, we consider greater coordination between the three public policies mentioned to be relevant, since intersectorality is the main strategy to stimulate better results in the environment of social assistance, health and education..

Keywords: Intersectorality; Policy; Health; Education; Social Assistance

1 Assistente Social, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

2 Assistente Social, atua na Rede Municipal de Educação de Montes Claros, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

3 Assistente Social, especialista em saúde mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental/ Unimontes. Atua no Cento de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD III). Preceptora da Residência Multiprofissional em Saúde Mental/ Unimontes.

4 Assistente Social, doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Docente no Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Contato: viviane.brandao@unimontes.br

INTRODUÇÃO

A intersetorialidade está presente no Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Política de Educação, trata-se de um importante princípio para pensar a comunicação entre as diferentes políticas públicas. Diante dos diversos determinantes que incidem na vida dos sujeitos é necessária uma contínua articulação e comunicação para que a totalidade que permeia a realidade dos/as usuários/as possa ser contemplada. O objetivo deste estudo é abordar debates que elucidem as políticas de assistência social, saúde e educação, identificar e propor discussões relativas a importância da intersetorialidade e articulação para o cuidado ampliado com o usuário, tendo em vista a realidade permeada por expressões da questão social.

A escolha da temática se dá por ser um tema relevante para o cenário brasileiro, tendo em vista a importância do cuidado ampliado para a viabilização dos direitos dos usuários. A pesquisa será conduzida através do método de revisão bibliográfica de autores que contribuem no aprofundamento da discussão acerca da intersetorialidade com as políticas públicas, aprimorando a efetividade no atendimento aos sujeitos.

A metodologia é muito importante nas teorias, pois é justamente o caminho que o pesquisador usa para fazer a sua pesquisa, é a metodologia que permite que o pesquisador articule suas ideias, seus pensamentos. A pesquisa qualitativa, nas Ciências Sociais, se preocupa com a realidade das pessoas e não com números quantitativos, busca adentrar no universo dos sujeitos, trabalha com crenças, valores e atitudes. Tal metodologia vai mais fundo e busca captar dados que não são possíveis de serem expressos através de números, equações e dados matemáticos. É preciso ressaltar que os dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas se complementam entre si (MINAYO, 2002).

Diante de tais afirmações faz-se necessário afirmar a atuação dos assistentes sociais nas políticas de saúde, educação e assistência social visto que contribuem com a perspectiva de cuidado ampliado e análise crítica e reflexiva da realidade em que o usuário está inserido. São profissionais que possuem em sua formação estudos que direcionam para apreensão crítica das expressões da questão social e do antagonismo das classes sociais. Em conformidade com os escritos de Pontes (1997) a mediação é fundamental no trabalho do/a assistente social na perspectiva de romper com a imediatividade e buscar a intervenção pautada

na totalidade. Tal autor corrobora para o pensamento de que é preciso reconstruir as demandas de intervenção, através da mediação, para alcançar possibilidades mais amplas e dinâmicas de contribuir para a emancipação humana.

DESENVOLVIMENTO

A política de saúde e assistência social compõe o tripé da seguridade social que tem como objetivo assegurar os direitos da população usuária, são políticas caras ao cenário brasileiro mesmo que muitas vezes sucateadas pelo projeto neoliberal, já a educação é vislumbrada como um dos principais pilares de uma sociedade, se configurando, portanto, como direito social indispensável.

POLÍTICA DE SAÚDE

O Sistema Único De Saúde (SUS) trata-se de uma proposta de garantia universal de saúde a toda a população independente de contribuição e condição financeira. Essa proposta de saúde para todos deve ser garantida pelo Estado e é um direito de todo cidadão (PAIM, 2009). De acordo com a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. § 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. § 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade. Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

É relevante ressaltar que a concepção de saúde, nesta perspectiva universal, foi uma conquista do Movimento de Reforma Sanitária, um processo de inúmeras lutas para conseguir a

consolidação da saúde na Constituição Federal regulamentada como dever do Estado e direito dos usuários. Na proposta do SUS, cunhada pela reforma sanitária, observa-se princípios do acesso universal à saúde, igualdade, integralidade, descentralização, participação da comunidade. De acordo com Paim (2009), a Constituição Federal de 1988, aponta que as Políticas Econômicas e Sociais são de extrema importância para que o direito à saúde seja garantido, pois diversos fatores econômicos e sociais interferem sobre a condição de saúde da população, em vista disso reafirma-se a necessidade da articulação intersetorial entre as diferentes políticas. O SUS é concebido como uma rede interligada, que é regionalizada através de equipamentos em diferentes territórios e distintos níveis de complexidade, a regionalização e a hierarquização visam garantir o atendimento integral da saúde da população. O SUS, após ser aprovado na Constituição Federal, passou pelo processo de regulamentação através da Lei Orgânica da Saúde, de 19 de setembro de 1990 (Lei 8.080/90). Mesmo diante da legislação vigente, no que diz respeito a política de saúde, tem-se diversos atravessamentos que dificultam o acesso dos usuários aos seus direitos. Em conformidade as assertivas de Rosa (2017, p.49) “No que tange as dificuldades de articulação entre os CAPS, a atenção básica e outras políticas públicas, pode se afirmar que a questão da intersetorialidade ainda é um problema sério”. De acordo com Bravo, Pelaez e Pinheiro (2018) o avanço do neoliberalismo e as perdas no campo da saúde no Brasil estão postas na história brasileira, desde 1990 o Brasil vem passando por uma contrarreforma do Estado que incide sobre as políticas públicas, sendo uma delas a da saúde. Deste modo, cada vez mais é implementado os projetos neoliberais contraditoriamente aos ideais defendidos pela Reforma Sanitária, resultando assim no avanço do projeto privatista de saúde, que está em consonância com os interesses mercadológicos.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal (1988) apresenta uma inédita concepção para a assistência social brasileira. Incluída no âmbito da seguridade social como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um novo campo: o campo do direito, da universalização do acesso e da responsabilidade estatal. De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) nos Art. 203º e 204º, a assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado, neste sentido tem-se a Lei 8.742/ 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que regulamenta o disposto na CF,

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema de bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social (PNAS, 2004, P.17).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) surge como mecanismo de regulamentar a assistência social como política pública, tendo por objetivo a proteção social às pessoas que necessitarem e que estão em situação vulnerabilidade ou risco social. Assim, de acordo com a PNAS (2004, p. 32):

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Segundo os escritos na PNAS (2004) tem-se a divisão dos equipamentos em Proteção Social Básica e Especial, cada uma com sua especificidade e determinados tipos de demandas. A Proteção Social Básica tem o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) como equipamento de referência no atendimento, o objetivo é prevenir as situações de risco atuando no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A proteção social especial tem como referência para atendimento aos usuários o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), atua com sujeitos ou grupos em situação de risco social e é subdividida em Média e Alta complexidade. O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) surge no ano de 2011 através da lei n° 12.435 com um modelo descentralizado, responsável pela gestão e organização de toda a rede socioassistencial e tem o objetivo de materializar o que está preconizado na LOAS. O SUAS

trabalha com a noção de rede, onde os serviços estão sempre interligados um ao outro para que a proteção social seja garantida a todos que necessitarem.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A educação é vislumbrada como um dos principais pilares de uma sociedade, “art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa (...)” (LDB/1996), se configurando, portanto, como direito social indispensável pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CRFB/1988).

No artigo 205, da mesma Constituição, há a definição de que a Educação é direito de todos e dever de muitos, estabelecendo princípios a serem pautados no ensino:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (CRFB/1988).

Entretanto, apesar de ser tão bem abrangida na teoria, onde recebe a devida importância, na prática, a situação da educação no Brasil ainda é preocupante, muitas crianças e adolescentes

não possuem a igualdade de acesso ao ensino, acabam não permanecendo por tempo suficiente nas escolas, pois a desigualdade social está enraizada no nosso país, fazendo assim que continuem a existir muitos obstáculos que atrasam uma educação eficiente, dificultando que todos consigam o mesmo aprendizado ideal.

A educação brasileira é resultado de uma lenta e difícil construção histórica, política e social que, apesar dos avanços conquistados ao longo do tempo - seja através de lutas sociais e movimentos reivindicatórios, reformas, leis e reestruturação do aparato estatal -, ainda encontra em sua efetivação disparidades que tornam o exercício de seus princípios e diretrizes desconexos dos parâmetros constitucionais (em muitas localidades do país), deixando lacunas diante da ausência ou minimização de um sistema educacional nacional de qualidade para toda a população brasileira (SANTOS; PEREIRA; DENTZ, p.18, 2022).

Além disso, com o advento da pandemia do Corona vírus em 2020, as mazelas sociais ficaram em maior evidência, crianças e adolescentes das zonas rurais, regiões mais necessitadas em diversos aspectos não conseguiram ter acesso ao ensino, pois as escolas não tinham condições de chegarem até eles, seja através de envio das atividades ou de ensino a distância, pois as zonas rurais possuem maior dificuldade a terem acesso à tecnologia. Podemos observar através da pesquisa realizada pelo Agência Brasil, pela Mariana Tokarnia (s.p., 2021):

Em 2020, o número de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos fora da escola passou para 1,5 milhão. A suspensão das aulas presenciais, somada à dificuldade de acesso à internet e à tecnologia, entre outros fatores, fez com que esse número aumentasse ainda mais. Somados a eles, 3,7 milhões de crianças e adolescentes da mesma faixa etária estavam matriculados, mas não tiveram acesso a nenhuma atividade escolar, seja impressa ou digital e não conseguiram se manter aprendendo em casa. No total, 5,1 milhões ficaram sem acesso à educação no ano passado. (...) os dados mostram que 28,4% das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos da região Norte estavam sem aulas em 2020. Na região Nordeste, esse percentual chegou a 18,3%. Na outra ponta, 5,1% das crianças e adolescentes dessa faixa etária na região Sul estavam sem acesso à educação. Na região Norte, em áreas rurais, a porcentagem de exclusão chegou a quase 40%.

Diante desses dados, apesar de terem sido colhidos em um momento atípico do país, se observa que o problema educacional se alinha a diversos outros problemas relacionados a desigualdades presentes no Brasil, regiões mais pobres acabam sofrendo em maior nível do que regiões mais ricas. Além disso, observa-se que a pobreza, preconceito, discriminação, exclusão

social são processos desgastantes que dificultam as esperanças, potencialidades dos sujeitos. Para isso, é necessário tentarmos superar as questões sociais que aprofundam na educação, ou seja, dentro do ambiente escolar, empoderar, conscientizar os grupos mais fragilizados para tornar-se um novo sujeito social, participativo, exercendo todos seus direitos de cidadania, de acordo com a CF de 1988. Pensar na atuação do/a assistente social inserido na educação, certamente assegura o fortalecimento no combate às demandas no campo educacional que chegam às escolas, as quais são as mais diversas. O ambiente escolar está repleto de expressões da questão social a serem trabalhadas pelo/a assistente social. O profissional tem o dever de garantir o acesso aos direitos sociais da população. Como a educação é um direito de todos, os/as assistentes sociais têm uma ampla área de trabalho juntamente às escolas, familiares e profissionais atuantes nas instituições escolares, assim como promover o acesso às demais políticas públicas. (LUCIANO; SILVEIRA, p. 05, 2021).

INTERSETORIALIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A intersectorialidade parte do pressuposto da articulação de políticas, voltado para proporcionar uma visão ampla da realidade social que o sujeito está inserido. No âmbito das políticas públicas e sociais este conceito se faz essencial, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. No que diz respeito ao tripé que compõe a Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social) a intersectorialidade deve se fazer presente para possibilitar que determinada demanda possa ser vista em sua totalidade e que as intervenções sejam feitas de forma integralizada e articulada, pressupõe a comunicação e compartilhamento entre setores que operacionalizam o acesso aos direitos (PASTOR; BREVILHERI, 2009). A intersectorialidade deve expressar uma discussão entre as políticas públicas, por meio de ações no enfrentamento das desigualdades. Ainda, há muitos avanços que são fundamentais para a efetivação da intersectorialidade, no qual deve haver um trabalho em conjunto com diferentes setores para assim responder as questões apresentadas. Dessa maneira, Bellini et al. (2014) destaca que é de suma importância que as políticas sociais estejam interconectadas e isso remete à centralidade da proteção social, em seu sentido mais amplo, para com os sujeitos. Ainda, Guimaraes e Orth (2014) ressalta que promover a intersectorialidade entre as políticas sociais pressupõe defender

transformações sociais amplas e significativas, que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa, democrática e cidadã. A intersetorialidade tem por objetivo mitigar o processo de fragmentação e individualização das diferentes políticas públicas existentes, e para isso é necessário a constante integralização e articulações entre serviços e os atores que protagonizam sua implementação. O processo de descentralização proposto pelo SUS contribui com a intersetorialidade na medida em que estimula a participação dos usuários e democratização dos serviços. Os desafios que perpassam a intersetorialidade são marcados pela dificuldade no âmbito das políticas de considerarem que as realidades dos usuários são marcadas por inúmeras expressões da questão social, logo, é preciso articulação de diferentes serviços e setores para proporcionar o cuidado integral (JUNQUEIRA, 1977).

Essa dicotomia pode ser superada pela intersetorialidade, pela ação integrada das políticas sociais. As políticas sociais, mesmo as de caráter universal têm dificuldade em promover a equidade e a integralidade do atendimento. Apesar dos problemas sociais manifestarem-se setorialmente, sua solução está na dependência da ação de mais de uma política. São parte de um todo complexo e demandam uma maneira integrada para resolvê-los, daí a necessidade de ordenar as estruturas de poder das políticas públicas (JUNQUEIRA, 1977, p. 32).

Pensar a intersetorialidade pressupõe o entendimento de uma realidade ampla, marcada por diversos fatores e permeada pela luta de classes. Em conformidade com as assertivas de inúmeras são as justificativas para a dificuldade da intersetorialidade, entre elas a escassez de recursos, no entanto é necessário atentar-se para o papel do Estado diante da sociedade e do sistema capitalista e da luta de classes, conforme Netto (2011, p. 26) assume um papel específico diante da sociedade como “comitê executivo da burguesia”. O controle social, neste processo, insere-se como importante possibilidade de pensar a intersetorialidade, mesmo que parcialmente, visto que a população é estimulada a fiscalizar, nos âmbitos das conferências e dos conselhos, as políticas sociais. (BIDARRA, 2009). Diante das exposições é válido pontuar a importância do trabalho dos assistentes sociais diante da busca pela intersetorialidade e viabilização de direitos, trata-se de um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social em suas diferentes expressões. No Serviço Social a análise da totalidade é essencial na intervenção, conforme os escritos de Marx (2013) é preciso sair da aparência e buscar a essência dos fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões realizadas considera-se que a intersetorialidade deve expressar uma discussão entre as políticas públicas, por meio de ações no enfrentamento das desigualdades. Ainda, há muitos avanços que são fundamentais para a efetivação da intersetorialidade, no qual deve haver um trabalho em conjunto com diferentes setores para assim responder as questões apresentadas.

Para que a intersetorialidade tenha efetividade, é necessário que as políticas públicas de assistência social, educação e saúde não comportem como partes isoladas, individualizadas, mas que venha a ter uma articulação em redes, ou seja, de interdependência entre elas, promovendo assim, melhor interação e proporcionando benefícios para todas às pessoas envolvidas. Logo, espera-se que toda a discussão auxilie na reflexão dos direitos dos sujeitos, contribuindo na consolidação destes, referindo-se ao acesso e integralidade aos sujeitos sociais. Além do mais, por meio do material produzido, que essas análises sirvam para outras discussões e estudos com finalidade de transformar a realidade social.

Diante do que discurremos ao longo desse estudo, consideramos relevante uma maior articulação entre as três políticas públicas: assistência social, saúde e educação que foram analisadas, a intersetorialidade é a principal estratégia para estimular melhores resultados entre as três políticas mencionadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLINI, Maria Isabel; FALER, Camilia Susana (org). **Intersetorialidade e políticas sociais: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BIDARRA, Zelimar Soares. Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo.n..99, 2009. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_administracao/concursos/intersetorialidade.pdf. Acesso em 01 de Abril de 2024.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; PINHEIRO, Wladimir Nunes. **As contrarreformas na política de saúde do governo Temer**. Argum. n. 1, 2018 p. 9-23.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990.** Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.html. Acesso em 20 de Abril de 2024.

CRFB/88. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21/08/22.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; ORTH Thiana. Intersetorialidade e Inclusão Produtiva: Um desafio para as políticas sociais. In: BELLINI, Maria Isabel; FALER, Camilia Susana (org). **Intersetorialidade e políticas sociais: interfaces e diálogos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Novas formas de gestão na saúde: Descentralização e intersectorialidade. Saúde e Sociedade. São Paulo.n.6, 1977. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/hvM7qCyv5M5wNpWc7xQJjGt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de Abril de 2024.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www.dca.fee.unicamp.br/~leopini/consu/reformauniversitaria/ldb.htm>. Acesso em: 20/08/22

LUCIANO, Scharlana; SILVEIRA, Darlene de Moraes. **Um estudo sobre a importância do serviço social na rede pública de educação básica.** Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17492/1/Scharlana%20Luciano%20-%20TCC%20Final%20282%29.pdf>. Acesso em: 20/08/22.

MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro I: **O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo. Expressão Popular, 2011.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Setembro de 2004

PAIM, Jairnilson Silva. **O QUE É SUS.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. 143 p.

PASTOR, Márcia; BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes. **Intersetorialidade.** In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline (org). Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** São Paulo. Cortez, 1997.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **Política de Saúde Mental e os Serviços Substitutivos aos Hospitais Psiquiátricos: A Inserção de Assistentes Sociais.**In: Seminário Nacional de Serviço Social na Saúde. CFESS, Brasília - DF, 2017.

SANTOS, André Michel dos; PEREIRA, Larissa Ramalho; DENTZ, Marta von. **Serviço social na educação: experiências do trabalho profissional e problematizações em curso.** Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3377/1/Servi%3%a7o%20social%20na%20educa%3%a7%3%a3o.pdf>. Acesso em: 21/08/22.

TOKARNIA, Mariana. **Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020>. Acesso em: 23/08/22.

SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: SUBSÍDIOS PARA UMA REFLEXÃO A PARTIR DE SEUS FUNDAMENTOS

Elton Luiz da Costa Alcantara¹

Resumo: Este trabalho busca apresentar elementos para uma compreensão da relação entre Serviço Social e seguridade social no Brasil, desde seus fundamentos e diante dos atuais desafios históricos. Efetua-se uma exposição das características fundantes do Estado, das políticas sociais e do Serviço Social na concretização da formação social capitalista brasileira. Tais elementos conformam a materialidade na qual surge e se desenvolve a profissão e sobre a qual os sujeitos a ela vinculados atuam, imantados pelo que é próprio desse *corpus* profissional. Finalmente, passamos à apreciação dos renovados desafios, que exigem da categoria a manutenção de uma aguçada compreensão dos elementos substanciais da realidade social e articulações com quem compartilha dos valores inerentes ao Projeto Ético-Político.

Palavras-chave: Serviço Social; Seguridade Social; Fundamentos

Abstract: This work seeks to present elements for an understanding of the relationship between Social Work and social security in Brazil, from its foundations and in the face of current historical challenges. An exposition is made of the founding characteristics of the State, social policies and Social Work in the implementation of Brazilian capitalist social formation. Such elements shape the materiality in which the profession emerges and develops and on which the subjects linked to it act, magnetized by what is specific to this professional corpus. Finally, we move on to appreciate the renewed challenges, which require the category to maintain a keen understanding of the substantial elements of social reality and articulations with those who share the values of the Ethical-Political Project.

Keywords: Social Work; Social Security; Fundamentals

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um ensaio teórico que, partindo do referencial materialista histórico-dialético, se propôs a apresentar as articulações necessárias à relação entre o Serviço Social e a Seguridade Social a partir de seus fundamentos. Foi suscitado pelos debates ocorridos em grupo de estudos organizado pela Seccional Uberlândia - CRESS-MG ao longo do ano de 2020, finalizado em uma roda de conversa na modalidade *online*, na qual o autor do trabalho expôs as reflexões em tela.

Compreendemos que, para um entendimento do Serviço Social em qualquer espaço sócio-ocupacional, é necessário dimensionar adequadamente essa profissão, tomando o

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFRJ. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social do DMAE - Uberlândia. E-mail: eltonluizcosta@gmail.com

pressuposto de considerarmos-la, como registra Iamamoto (2011), inscrita em uma determinada *divisão social do trabalho*, que vai criar as condições para o exercício profissional, observado no contraditório processo de *reprodução das relações sociais capitalistas*. Ainda que os termos aqui apresentados não sejam novos, tendo apoio na tradição *histórico-crítica*² (Montaño, 2009), busca-se, neste artigo, oferecer alguns subsídios que permitam uma adequada análise do Serviço Social e da Seguridade Social em seus fundamentos diante dos desafios históricos de nossos tempos.

Ademais, avalia-se que só poderá ser realizado um adequado desvelamento, tanto do Serviço Social quanto das políticas de Seguridade Social, a partir da consideração das determinações da sociabilidade capitalista, que são o terreno histórico a partir do qual ambos emergem e se desdobram. Assim, organizou-se o presente artigo em dois eixos: (i) Fundamentos históricos e teóricos da profissão e da seguridade social; e (ii) Serviço Social e seguridade social na atualidade.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA PROFISSÃO E DA SEGURIDADE SOCIAL

a. Estado e Políticas Sociais: considerações fundantes

Para tecer considerações acerca do Estado e das políticas sociais em solo brasileiro, partimos do pressuposto de que esta realidade se concretiza como um capitalismo de caráter *hipertardio*³ e subordinado ao capitalismo central no conjunto do desenvolvimento das relações

² Conforme denota Montaño (2009), a perspectiva histórico-crítica “entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos *projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à ‘questão social’*” (p. 30 - grifos do autor).

³ Evidencia-se que, mesmo na Europa, onde o capitalismo “nasce”, não se pode atribuir o molde “clássico” a todas as formações emergentes, o que leva a pensar que o “não-clássico” se torna de fato o predominante, por não haver um modelo que permita enquadrar cada elemento de outros países ao considerado original, com o risco de cair em erros grosseiros de análise e ação. Isso posto, não achamos também que não se deva abstrair os elementos dos países onde primeiro se instalou e de forma mais avançada se demonstraram as relações capitalistas e suas contradições inerentes. Sendo o caso, entraríamos em outro método de análise do real, que não o marxista, que apenas toma singularidades em si mesmas sem as conexões que as tornam parte de um universal, a particularidade. Portanto, no caso brasileiro, adotamos a denominação chasiniana de *hipertardio*, tendo o seguinte ponto em vista e fazendo uma comparação entre Brasil e Alemanha: “em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos *casos clássicos*. Mas enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto da Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num

internacionais, no sentido do monopólio. Isso se dará a partir de uma *via colonial*⁴ (Chasin, 1978), com a utilização da mão de obra escrava.

Conforme aponta Mazzeo (2015), a formação social brasileira é “uma *particularidade histórica*, engendrada pela universalidade de um *capitalismo em precipitação*, na medida em que, nas colônias, o capitalismo desenvolveu-se com especificidades próprias [...]”, de forma que, “as colonizações da América, em geral, e da *particularidade brasileira* [...] estão inseridas, assim, no amplo processo de acumulação originária do capital, iniciado a partir do século XVI [...]” (p.15).

O Estado, além de expressão jurídico-política dessa realidade material⁵, vai ser o garantidor e impulsionador dos processos de mudanças sociais que ocorrerão ao longo das décadas, fruto de diversas correlações inter e intraclasses e de acontecimentos internos e externos à realidade nacional. Dentre as principais características definidoras das transformações societárias na particularidade brasileira é sua ocorrência “pelo alto”, sem uma participação ativa dos diversos setores subalternos. Assim, diante de uma “debilidade econômica, conformadora de um Estado que a expressa”, não se verão instalados “os elementos democráticos típicos das burguesias que alcançaram o poder pela via da revolução”, administrando-se “fórmulas políticas autocráticas [...] amoldadas às novas situações *histórico-concretas* da sociedade brasileira e às novas sínteses, sem que, com isso, quebrassem suas *raízes genéticas* de economia subsumida aos centros mundiais do capitalismo” (Mazzeo, 2015, p. 26).

momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o ‘*verdadeiro capitalismo*’ alemão é *tardio*, enquanto o *brasileiro* é *hipertardio*” (Chasin, 1978, p. 628).

⁴ No espírito da determinação que leva a classificar a via não-clássica brasileira como de inserção hipertardia ao capitalismo, diante da diferenciação com a tardia alemã, diferencia-se também o modo pelo qual isso se deu a partir da lenineana categoria de “*via prussiana*”, em muitos casos também utilizada como alusão à forma brasileira. Sem eliminar sua identificação possível e necessária, ao modo de determinação mais precisa, a utilização da *via colonial* nos parece bastante profícua. Nos dois casos (alemão e brasileiro) de “*universal das formas não clássicas*”, observa-se a incidência do atraso, para o qual o progresso paga um alto tributo, mas são “*dois particulares* que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é, nem se põe como o mesmo” (Chasin, 1978, p. 628). Diante disso, é posta a opção comparativa/alternativa: “de um lado, pois, firmemente estabelecido, temos o *caminho prussiano*; a seu lado, sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de *via ou caminho colonial*”, à qual consideramos válida por igualmente entendermos que oferece “a propriedade de combinar a dimensão histórico-genética com a legalidade dialética” (Chasin, 1978, p. 629).

⁵ Marx e Engels (2008) compreendem o Estado como um “comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (p. 12), na medida em que a burguesia é a mandatária dos processos de produção e reprodução do capitalismo. Ademais, Marx (2008) expõe: “as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...]” (p. 47).

Enquanto a organização econômico-material for capitalista, o Estado necessariamente estará perpassado por essa mesma lógica, e as respostas que ele apresenta para além do nível coercitivo, como é o caso das políticas sociais, também é produzida nesses moldes, ainda que sejam fruto da organização da classe trabalhadora. O que de forma alguma deve ser entendido como indiferença quanto à necessidade dessa organização, mas ter a compreensão de que forma, no interior da estrutura estatal, essas demandas são acolhidas e retornam à sociedade, estruturalmente limitadas ao horizonte do capital⁶. Assim que, ao operar com “a política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes” (Netto, 2011, p. 30).

Na medida em que assegura – por meio de políticas econômicas diretas e indiretas – a acumulação ampliada de capital, encontramos imbricadas às suas funções econômicas as funções políticas, que dizem respeito à busca do Estado em encontrar legitimidade entre os setores subalternos da classe trabalhadora, alargando sua base de legitimação sociopolítica, assegurando um consenso e mantendo a hegemonia burguesa para além da coerção. Tal medida ocorre a partir da implementação de políticas, programas e serviços sociais, que são respostas dadas pelo Estado (burguês) às chamadas expressões da “questão social”⁷.

O Estado não pode suprimir a contradição entre a finalidade e a boa vontade da administração, por um lado, e seus meios e sua capacidade, por outro, sem suprimir a si próprio, pois ele está baseado nessa contradição. Ele está baseado na contradição entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*. Em consequência, a administração

⁶ Em 1844, Marx (2010) havia escrito um artigo intitulado “Glosas Críticas Marginais ao artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’. De um Prussiano”, onde analisa uma revolta de tecelões contra as péssimas condições a que estavam submetidos na indústria e os baixos salários que recebiam. O que nos interessa, nesse caso, é perceber como Marx irá abordar o Estado como uma expressão dos interesses burgueses, onde a luta dos trabalhadores, para se efetivar plenamente, deve ultrapassar seus limites. Na medida em que o Estado é representação política do poder material dominante, um organismo em poder da classe dominante, jamais seria buscada a raiz dos problemas sociais.

⁷ Sobre a expressão “questão social” é importante dizer que “surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo” (Netto, 2011, pp. 152 e 153). Tal fenômeno se constitui como algo novo, apesar da pobreza e do antagonismo entre ricos e pobres ser muito antigo, pois “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (p.153 – grifos do autor). Nesse sentido, devemos entender a “questão social” como “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto e Carvalho, 2011, p. 84).

deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor. [...]

Se quisesse eliminar a impotência de sua administração, o Estado moderno teria de eliminar a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, teria de eliminar a si mesmo, porque ele existe tão somente como antítese a ela. (Marx, 2010, pp. 39-40)

Com tal panorama em mente, a partir de uma perspectiva de análise que parte da materialidade da vida e suas relações histórico-sociais, podemos apontar, também brevemente, como o Serviço Social está posto nessa concretude histórica.

b. Capitalismo e Serviço Social: relação de ontogênese e suas mediações

O Serviço Social, historicamente, é apenas uma dentre um amplo leque de profissões mobilizadas pelo Estado, articulada à iniciativa privada, a dar respostas operando com as políticas sociais em diversas instituições, como mediadoras dos interesses acima mencionados, que são os fins últimos do Estado, este sob hegemonia da classe burguesa. Ou seja, é, originalmente, uma resposta dada às demandas da classe trabalhadora não para que esta se organize em prol da reivindicação de seus direitos, mas para garantir sua subalternidade (ativa ou passiva) nos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo como moduladoras da aceitação da barbarização social. Instrumentalizado pelas políticas sociais, o Serviço Social encontra nelas a sua base de sustentação funcional-ocupacional (Montaño, 2009), o que orientará sua intervenção sobre as mazelas sociais: as expressões da “questão social”.

A/o assistente social, chamada/o a intervir junto aos usuários, portando uma série de atribuições socioinstitucionais, determinada/o tanto pelas políticas sociais com as quais lida quanto pelas características subjacentes à vida cotidiana – heterogeneidade, imediaticidade e superficialidade extensiva – (Netto, 2012) particularizada na dimensão institucional (em sua maioria, governamental), está propenso a ser mero “manipulador de variáveis empíricas” (Netto, 2011), com práticas profissionais de cunho conservador e reiterador das relações que ali se cristalizam. Nesse sentido, levamos em consideração as reflexões de Netto (2011) sobre a existência de uma *estrutura sincrética* inerente à profissão, explicada pelas características medulares que dimanam de seu *ethos* profissional – determinando-a teoricamente – e pela condição cotidiana da vida, na qual o/a assistente social intervém, consubstancialmente pela instituição que o captura via relações contratuais de assalariamento.

A despeito disso, historicamente efetivou-se uma politização à esquerda na categoria profissional, com a hegemonia de certos pressupostos alinhados a uma tradição em que o marxismo é pedra angular⁸. Isso se deu a partir de novas condições concretas que possibilitaram ultrapassar os limites de outrora (ainda que carregue novas contradições) na condição alcançada pelo Serviço Social, diante da qual “democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ídeo-política” (Netto, 1996, p. 111), e a profissão atingiu a sua maioria na elaboração teórica.

Assim, a questão da profissionalidade do Serviço Social explica-se pela “criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – [...] o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam esse agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho” (Netto, 2011, p. 70). Nessa consideração, entendemos que escapa ao controle dos indivíduos situados no efetivo profissional o travejamento de influências e condicionantes externos à profissão, ainda que existam possibilidades de intervir de acordo com valores e princípios distintos dos hegemônicos e, numa articulação coletiva que encontre subsídios e alicerces externos, alterar os rumos da profissão (como foi o caso da “intenção de ruptura”).

Portanto, a profissão não se constitui como mero subproduto das determinações imediatas, de fato em cada contexto histórico articula-se de maneiras muito próprias, até à construção de um Projeto Ético-Político, na busca de se articular em torno das verdadeiras demandas da classe trabalhadora, vinculado a um projeto societário anticapitalista e revolucionário. Cabe ressaltar que isso ocorre muito mais no âmbito dos seus extratos de vanguarda, mobilizados em torno das entidades estudantis, profissionais, de ensino e pesquisa, mas tendo também relativa repercussão no âmbito daquelas profissionais que se encontram na linha de frente dos serviços onde a categoria de assistentes sociais encontra-se inserida⁹.

A condição da/o assistente social de ser profissional assalariada/o entra em tensão com o projeto profissional, “que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de

⁸ A esse movimento se deu o nome de *intenção de ruptura* (Netto, 2015).

⁹ Ainda que a perspectiva crítica hegemonize essa categoria por meio do projeto mencionado, não deita raízes em um solo sereno, fértil e “descontaminado” de outras perspectivas, pois efetivamente trava uma árdua batalha de ideias contra forças ideológicas das mais variadas matizes (positivismo, funcionalismo, fenomenologia, pós-modernismo, etc) com maior ou menor penetração a depender de elementos conjunturais e estruturais à profissão e à sociedade. Ou seja, se ao longo de algumas décadas, emergiu, amadureceu e se consolidou um projeto ético-político profissional, com isso, por certo, não houve uma eliminação daqueles vetores conservadores, renovados ou não, que, desde as origens (ou mais recentemente), foram (são) parte da profissão.

liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social” (Iamamoto, 2009, p. 08). Tal consideração é importante e nos leva à discussão da autonomia relativa da/o assistente social, que se encontra condicionada àquilo que se constitui como os elementos de conformação do trabalho profissional já aludidos.

Os espaços sócio-ocupacionais concretizam a função social do/a assistente social; os/as requisitam para algo (ou seja, apresentam requisições profissionais) dentro do universo de competências e atribuições privativas, impondo a dinâmica do trabalho dentro daquele circuito. Sobre isso incide a vontade da/o profissional; não como volição meramente individual e destituída de concretude, mas a condensação de uma formação de nível superior, que a/o dota com a qualidade de intelectual, retirando o caráter meramente técnico (ainda que não deixe de ter sua dimensão técnico-operativa como aquilo que lança o Serviço Social no contexto socioinstitucional) que historicamente se atribui à profissão e ao fazer profissional da/o assistente social.

A autonomia relativa da/o assistente social está, portanto, alicerçada nas condições objetivas que oportunizam a sua função social e à sua capacidade de intervir sobre a dimensão cotidiana a partir de valores e princípios, de um corpus teórico-metodológico e um conjunto de instrumentos técnico-operativos que caucionam seu projeto profissional, apreendidos ao longo de sua formação (que não pode ser restringida ao período de tempo em que se encontrava na graduação, mas deve ser contínua enquanto mantiver vínculo com essa profissão).

Agora, é necessário compreender o modo como Serviço Social e Seguridade encontram-se articulados levando em conta o “desafio e o fardo do tempo histórico” atual, que reiteram as agruras do passado em novas configurações.

SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL NA ATUALIDADE: NOVAS CARACTERÍSTICAS REINCIDENTES

No Brasil, há um certo consenso em torno da existência de um “antes e depois” que toma como referência a Constituição de 1988, onde são plasmados os anseios dos trabalhadores no período de distensão da forma autocrática civil-militar, em torno de um Pacto Social que media os interesses de classe ali situados. A partir dessa Constituição, portanto, que será transcrita a seguridade social como a entendemos hoje, ainda que no âmbito mais jurídico-

formal, cuja posterior concretização ocorre nos marcos do padrão neoliberal de acumulação de capital, via privatizações, da financeirização exponenciada, do ataque aos direitos históricos dos trabalhadores (contrarreformas ou expropriações secundárias), dentre diversas outras formas.

Apesar dos ataques terem se iniciado já no governo Collor (1990-1992), é com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que se levará a cabo o projeto do capital para o capitalismo brasileiro, desmantelando os direitos conquistados na década de 1990 e administrando um governo implacável contra os trabalhadores. Assim, a Seguridade Social – formada pelo tripé Saúde/Assistência/Previdência – é (des)montada a partir dos princípios neoliberais da contrarreforma do Estado, orientadas pelas principais potências mundiais a partir de seus organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI, OMC, dentre outros); e as medidas de privatização, flexibilização, de ofensiva contra o trabalho e contrarreforma do Estado, são religiosamente e obediamente aplicadas no Brasil ao longo de toda a década de 1990 e seu período subsequente. Assim, opera-se um conjunto de ajustes econômicos num projeto de enfraquecer o caráter interventor do Estado no âmbito das políticas sociais, hipertrofiando uma dita “sociedade civil” para que esta assumira a execução de todas as ações de âmbito socioassistencial.

O atual momento histórico que se expressa na realidade brasileira (uma particularidade de um contexto mundial) se caracteriza pela profunda regressividade nos direitos e nos valores sociais, na medida em que, de forma cada vez mais agressiva, o capital opera mecanismos tanto de desconstrução e construção ideopolítica entre a classe trabalhadora (inclusive nos seus setores mais organizados, como sindicatos, conselhos, partidos etc.) quanto de derruição de direitos.

Tendo como raiz todas as considerações que foram levantadas em itens anteriores, além dos elementos contemporâneos fundamentais acima expostos - pelos quais o Serviço Social não passa incólume, característicos do capitalismo na fase neoliberal, que é o modo como o ele se concretiza na atual quadra histórica -, podemos considerar que não são nada desprezíveis os desafios postos à profissão na sua relação com a Seguridade Social. Indubitável a importância de ter em mente duas questões essenciais para não cairmos no conto do vigário da possibilidade de girar para trás a roda da história em busca de se reeditar um modelo de bem-estar social:

1) Jamais houve bem-estar social no Brasil, ou na América Latina como um todo. Na verdade, poucos países no mundo tiveram essa experiência, proporcionada tanto por uma fase de expansão do capital, uma “onda longa com tonalidade expansiva” (Mandel, 1982), quanto pela necessidade de ofertar alternativas às experiências socialistas no seio do capitalismo, nos seus países centrais. Na América Latina, a realidade foi a implantação de ditaduras; na África e na Ásia, a manutenção do colonialismo;

2) Como demonstra Mészáros (2002) em suas análises da crise dos anos 1970, o capitalismo atingiu seus limites absolutos e não pode mais oferecer possibilidades civilizatórias, apenas barbárie. As crises mais recentes, como em 2006/8 e 2014/16, são desdobramentos dessa crise estrutural e, diferente da tentativa de uma articulação em torno de um projeto conciliatório, o capital edita formas cada vez mais reacionárias como respostas possíveis. Por isso, por não poder proporcionar políticas sociais no seu sentido mais amplo, de modo permanente, são editadas respostas algumas vezes atraentes, porém falsas.

Sem pretensão de esgotar aqui as possibilidades, mas parece-nos sugestivo indicar aquilo que nos parece ser algumas das características da política de seguridade social na quadra histórica atual, que corresponde a uma resposta fascizante às expressões da “questão social”: (i) assistencialização da seguridade social; (ii) privatização da saúde; e (iii) ruptura da solidariedade de classe e mercantilização da previdência social.

Mota (2010) trata do “mito da assistência social”, em que esta política, editada com um caráter de política compensatória e paliativa focada na transferência de renda vai ser superdimensionada frente à ausência de políticas de garantia de emprego. Ao mesmo tempo em que há um enorme ataque à previdência social, alegando seu déficit orçamentário, e o sucateamento e privatização da Saúde, via organizações sociais, planos de saúde, dentre outras ações nas demais políticas sociais, centraliza-se a proteção social na política de assistência social, que por sua própria característica focaliza suas ações nos setores mais subalternos da classe trabalhadora.

A retórica burguesa do “empoderamento dos usuários”, que atravessa todas as políticas sociais, assume o papel de verniz da reprodução da ideologia burguesa que responsabiliza o sujeito pela sua condição de trabalho e vida em detrimento da construção de elementos concretos de apoio a tais sujeitos e suas famílias, como políticas de emprego, equipamentos sociais extensivos e intensivos, que respondam de maneira concreta às suas

demandas. Parece-nos que esta é a tônica ideológica da assistência social (ainda que não seja exclusividade dela) quando se depara com as chamadas “vulnerabilidades sociais” de indivíduos e famílias¹⁰.

Na saúde, a privatização no interior dos serviços, que se desdobram em contratos de trabalhos precários e sem direitos aos seus trabalhadores, ainda os coloca como responsáveis pela precarização do serviço em si. A política de humanização, que prega uma mudança de postura dos profissionais de saúde no sentido de acolher melhor as demandas dos usuários, não se refere às condições e relações de trabalho para que se preste um serviço de qualidade.

Na Previdência Social, ocorre mudanças no tempo de aposentadoria, tentativas de extinguir o Serviço Social, precarização das condições de trabalho, dentre outras, que se desdobram em dificuldades de acesso. Busca-se a todo momento negar o financiamento solidário da previdência social para que se estimule a contratação de planos de previdência complementar. Nos termos de Granemann (2012, p. 254), a implementação de condições como rebaixamento de valor e aumento de condicionalidades restritivas tornam viável “a expansão de um mercado previdenciário que funciona diretamente como espaço de inversão de capitais em busca de valorização”.

A abordagem sobre as famílias, ainda que reconceituada, compreendendo a composição familiar com muito mais riqueza de mediações, continua a responsabilizar as famílias trabalhadoras pelas sequelas produzidas pela “questão social”, cuja carga maior recai sobre as mulheres destas famílias, submetidas a um rol de moralização, culpabilização e responsabilização no seio doméstico.

Neste contexto, o Serviço Social é requisitado pelas diferentes instituições que materializam essa seguridade social assistencializada, privatizada e rompedora com valores históricos da classe trabalhadora. É requisitado, portanto, para compreender e responder a “questão social”, ao mesmo tempo em que expressa, também oculta a realidade no seu sentido na ótica da razão formal-abstrata, produzindo respostas a partir dessa mesma racionalidade (Guerra, 2011). Assim, são respostas que mais visam ocultar as contradições do capital e, de forma alguma, eliminá-las, apenas tocando o mais superficial e local da ponta desse enorme

¹⁰ Iamamoto (2019, p.52-53) caracteriza a *teoria do risco* como anverso a teoria da crise do capital.

iceberg que é a “questão social”, com vistas à moralizar, responsabilizar e punir os indivíduos e famílias das classes trabalhadoras usuárias da seguridade social.

Emerge, no cotidiano profissional, variadas formas que se apresentam com um verniz técnico, racional para qualificar as respostas às diferentes demandas apresentadas, mas que, na verdade, são abordagens dessas múltiplas contradições a partir de uma lente que legitima a sociabilidade constituída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social reproduz essas formas controversas, mas teve (e tem) a possibilidade de ressignificar os vetores postos por essa lógica tanto no sentido de se apropriar a partir de uma perspectiva historicizante, de totalidade, que capte as múltiplas mediações no seu caráter contraditório e ontológico, trazendo à tona a essencialidade das formas manifestas na imediaticidade do cotidiano. Mas isso só é possível de ser feito desde uma perspectiva crítica, marxista, pela qual se funda nosso Projeto Ético-Político. Somente desse modo é possível enxergar as alternativas à barbárie que se encontram no solo do cotidiano profissional. Inelimináveis dentro do modo capitalista de viver, mas não absolutas no horizonte das ações dos sujeitos dessa profissão inseridos nas diversas instituições.

Supõe, formação continuada, capacidade de articulação com outras profissões e movimentos sociais, participação nos espaços organizativos da categoria e mobilização da classe trabalhadora. Algumas dessas ações são possíveis dentro do âmbito da profissão, mas um verdadeiro processo que consiga alterar, mesmo que conjunturalmente, as relações regressivas que estão postas implicam ações que vão muito além de uma profissão, qualquer que ela seja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Chasin, José. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio**. 1ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

GRANEMANN, Sara. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In: Salvador, Evilásio [et al.] (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012, v 1, p. 243 – 260.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais**. *Serviço social*, 41p., 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. **Glosas Críticas Marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”**. De um Prussiano. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Mészáros, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A Natureza do Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria do Carmo Brandt. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 20ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Ano XVII, n. 50, pp. 87 – 132, Abril 1996.

GRAMSCI E O SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE DAS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS

Bruna Figueiredo Oliveira¹

Resumo: Este trabalho pretende endossar os debates que se encontram em torno das “estratégias e táticas” no Serviço Social brasileiro, enfatizando que após o Movimento de Reconceitualização na América Latina e do Processo de Renovação no Brasil é possível afirmar que avançamos em termos teóricos, políticos e nos direcionamentos da atuação profissional, a partir da perspectiva crítica que tem como base a tradição marxista. Desse modo, a obra gramsciana, com foco central nas formulações sobre “classes subalternas” servem como fermento teórico para pensarmos a profissão e as mediações necessárias para viabilizar as “orientações” do Projeto ético-político – PEP e contribuir na viabilização do objetivo final: emancipação pela da classe que é dominada pelo capital.

Palavras-chave: Estratégias e táticas; Serviço Social; Classes Subalternas; PEP;

Resumen: Este trabajo pretende refrendar los debates que se encuentran en torno a las “estrategias y tácticas” en el Servicio Social brasileño, enfatizando que después del Movimiento de Reconceptualización en América Latina y el Proceso de Renovación en Brasil es posible afirmar que hemos avanzado en la teoría. términos, direcciones de acción política y profesional, desde una perspectiva crítica basada en la tradición marxista. De esta manera, el trabajo Gramsciano, con su enfoque central en formulaciones sobre “clases subalternas”, nos sirve como fermento teórico para pensar sobre la profesión y las mediaciones necesarias para hacer viables y viables los “lineamientos” del Proyecto ético-político – PEP. contribuir a alcanzar el objetivo final: la emancipación de la clase dominada por el capital.

Palabras clave: Estrategias y tácticas; Servicio social; clases subalternas; PEP;

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é contribuir com o debate das estratégias e táticas no Serviço Social brasileiro a partir da obra gramsciana, com foco central na categoria de “classe subalternas”, entendendo que sua aplicabilidade na atuação profissional permite que os Assistentes Sociais reconheçam criticamente as diferenciações que compõe “os subalternos”. Ou seja, é preciso compreender os explorados e oprimidos em um sentido mais abrangente que as categorias marxistas tradicionais, pois a contradição capital/trabalho se enriquece e se

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Mestra e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGSS\UFJF. ORCID: 0009-0006-4451-0354. E-mail: brunaofigueiredo@hotmail.com.

complexifica por meio de muitas determinações, para além dos conflitos do mundo do trabalho” (Marro, 2022, p. 47).

Obviamente que não será possível aprofundarmos todos os elementos que compõe esse arsenal, contudo, às indicações que serão apresentadas – mesmo que de maneira aproximativa – demonstram a importância das formulações do comunista italiano que servem como fermento teórico para pensarmos a profissão e as mediações necessárias para viabilizar as “orientações” do Projeto ético-político – PEP, consolidado a partir da perspectiva crítica, da ruptura com o conservadorismo e a defesa da construção de uma sociedade livre das amarras do capital.

Sendo assim, será possível perceber que nosso foco, nesta versão resumida do estudo, está centralizado na contribuição de Gramsci para o debate das estratégias e táticas, desse modo, os temas que se referem ao desenvolvimento histórico do Serviço Social e sua evolução crítica (do Serviço Social Tradicional até a contemporaneidade com o PEP) serão apenas indicadas a partir de uma nota de rodapé as obras que compõe um arcabouço com os autores clássico para entender a profissão e seu papel fundamental no capitalismo monopolista.

Dito isso, é preciso evidenciar que as linhas a seguir compõe um arsenal teórico regido eminentemente por uma revisão bibliográfica, com o intuito de acumular as discussões realizadas em torno do objeto que será pesquisado. Desse modo, recorreremos ao próprio Gramsci e seus intérpretes – Simionatto (2011) e Kátia Marro (2022) – para tratarmos sobre a categoria de “classe subalternas” e suas contribuições para o Serviço Social, além disso, Iamamoto (2012) e Paula (2016) integram o debate tratando respectivamente sobre os desafios profissionais no cenário contemporâneo da crise do capital e da construção das estratégias e táticas em consonância com o PEP.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Netto (2011) o Serviço Social surge no Brasil em meados na década de 1930², mas no mundo já era uma profissão que exercia um papel fundamental no

² Sobre o desenvolvimento histórico do Serviço Social no Brasil e América Latina, assim como sua atuação necessária para o capitalismo monopolista, além do incremento – fundamental – crítico/marxista em solo brasileiro, indicamos com destaque algumas obras fundamentais, para tanto cf: “O Serviço Social e a tradição marxista” (Netto, 1989); “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, (Netto, 2011); “A intenção de ruptura” In: Ditadura e Serviço Social (Netto, 1991); “Serviço Social em tempo de capital fetiche” (Iamamoto, 2007) etc.

desenvolvimento da sociedade burguesa – passagem para o capitalismo monopolista – desempenhando fortemente sua atuação com a questão social, que de acordo com Lamamoto (2001) pode ser apreendida da seguinte maneira: “(...) como o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (p. 27).

Contudo, é preciso elencar que apesar do Serviço Social ter sido implementado na sociedade de classe com o propósito de servir os seus interesses, é a partir desse mesmo solo que o profissional atende às necessidades dos trabalhadores. Sobre isso, Paula (2016) afirma que ao mesmo tempo que “reproduz as condições de dominação, mas também as possibilidades de percepção dela e de ruptura com as estruturas de dominação. Eis o antagonismo a essa sociedade regida pelo capital e que perpassa também as atividades profissionais, como o Serviço Social” (p. 14). Nesse mesmo sentido, continuemos com argumento da autora:

Desse modo, se consideramos, inicialmente, que o Serviço Social surge como uma tática articulada a um conjunto de estratégias de dominação da classe trabalhadora – que associam coerção e consenso -, percebemos também que os próprios assistentes sociais podem construir táticas e estratégias que venham a fortalecer, por meio do seu exercício profissional, os interesses de uma ou de outra classe social (ibidem).

Nesse sentido, o Serviço Social atua a partir da face contraditória da relação capital/trabalho por intermédio do Estado, e por isso torna-se uma força “tática num conjunto de estratégias de dominação”. Por conta desse caráter contraditório (atendendo demandas dos trabalhadores e servindo mediações que garantam o funcionamento da ordem vigente) é possível o estabelecimento de estratégias e táticas no exercício profissional que possa favorecer os subalternos, rompendo os paradigmas impostos pela hegemonia do capital e articulando de maneira aproximativa as bases críticas capazes de guiar as ações dos assistentes sociais na efetivação dos princípios contidos no nosso Código de Ética e no PEP.

As formulações a seguir pretende tratar de maneira geral sobre esses aspectos, elencando que essa capacidade crítica que pode se fortalecer nesse aspecto contraditório da profissão, só é possível se em termos teóricos, metodológicos e políticos, quando à base sustentadora trata-se da tradição marxista. Por isso, falar de Gramsci e Serviço Social é tão

importante se quisermos avançar na “construção de estratégias político-profissionais e táticas técnico-operativas” e sua incidência no exercício profissional (PAULA, 2016).

O debate sobre estratégias e táticas no Serviço Social ganha fôlego e aprofundamento teórico – com foco na tradição marxista – principalmente após os estudos da professora, pesquisadora e assistente social Luciana de Paula, com sua tese de doutorado que posteriormente culminou no livro, intitulado “Estratégias e Tática: Reflexões no campo do Serviço Social”, que servem como referências fundamentais para os debates, pesquisas, reflexões e estudos que pretendem entender e contribuir com o desenvolvimento da profissão.

Obviamente que os limites desse trabalho não nos permite retratar todos os níveis de abstração necessários para desenvolver com aprofundamento teórico os elementos que o tema necessita, porém, mesmo que de maneira aproximativa será possível compreender o desenvolvimento histórico do Serviço Social – dialeticamente conectado com a formação socio-histórica do Brasil, sendo este um país de capitalismo dependente com sua inserção tardia no sistema capitalista – e suas diferentes estratégias políticas, profissionais e táticas técnico-operativas. Isto posto, recorrer ao pensamento de Gramsci, servirá como complemento teórico, capaz de ajudar nos direcionamentos dos processos concretos inseridos na realidade dinâmica e contraditória que se assenta o Serviço Social e seus profissionais, por isso, sua relevância nessa proposta de estudo.

Por conseguinte, as linhas a seguir pretendem responder tais questionamento: O que são estratégias e táticas? Qual sua importância e aplicabilidade para o exercício profissional do Serviço Social? Porque Gramsci e suas elaborações podem fortalecer o debate crítico e a materialização do PEP?

Iniciando pela questão sobre do que se trata estratégias e táticas, iremos recorrer ao trabalho de Paula (2016) pretendemos de forma sucinta demonstrar como a autora tratou desse assunto, vale ressaltar que não iremos seguir a trilha teórico-metodológica utilizada pela autora, para evidenciar as diferentes concepções sobre estratégias e táticas, haja vista que seu trabalho perpassa por um vasto estudo de obras sobre o respectivo tema, como Clausewitz (1979) e Jomini (1949), Tzu; Maquiavel; Lenin; Rosa Luxemburgo; além de Marx e Engels.

Dito isso, recorreremos as formulações da autora:

Estratégia: Arte de planejar operações de guerra; arte de combinar a ação das forças militares, políticas, morais, econômicas, implicadas na condução de uma guerra ou na preparação da defesa de um Estado; arte de dirigir um conjunto de disposições: estratégia política. O termo estratégia tem a sua origem etimológica na palavra grega *strategos*, a qual deriva de *stratos*, que significa exército, somada a *agos*, que quer dizer comando. Estratégia significava, portanto, a arte do general comandar as suas tropas

Tática: Arte de combinar a ação de tropas, ou os recursos característicos das diferentes armas, a fim de obter o máximo de eficácia no combate; conjunto de meios ou recursos empregados para alcançar um resultado favorável. A origem do termo tática vem do grego *taktiketechné*, “a arte de resolver, de colocar coisas em ordem”, relacionado a *atasein*, “arranjar, colocar em ordem” (PAULA, 2016, p. 19)

Sobre a concepção marxista, a autora afirma,

As obras marxistas nos ensinam que não podemos construir roteiros universais que se apliquem a qualquer realidade. Cada contexto exige a construção de estratégias e táticas diferenciadas. Nos ensinam que muito além da ideia de longo e curto prazo, estratégias e táticas estão relacionadas com objetivos e projetos que, em nossa sociedade, são essencialmente classistas. Concluimos, assim, que estratégias e táticas são elementos que se encontram sempre articulados a um determinado objetivo, mas não se confundem com esse objetivo (ibidem).

Em síntese e atrelado as concepções sobre o tema a partir do campo marxista, a autora sintetiza e destaca quatro elementos fundamentais, apesar de não serem únicos,

no processo de estratégias e táticas: a definição do objetivo a ser alcançado; a construção coletiva das estratégias e táticas; a análise objetiva da realidade concreta; a apreensão de conhecimento teórico. Essas são algumas das chaves que podem nos permitir a construção de caminhos estratégicos e orientações táticas a serem percorridos com maior sucesso (PAULA, 2016, p. 56).

Após essa breve contextualização, podemos continuar nossas elaborações e desenvolver as respostas para as questões que direcionam o nosso debate.

Dito isso, é sabido que o exercício profissional dos Assistentes Sociais têm desde sua gênese uma atuação que serve como prática esclarecedora – para a população que necessita acessar os mais variados direitos: moradia, saúde, educação, assistência social, etc – e de mediadora – que estabelece entre os objetivos/finalidades da instituição que trabalha e o público que atende, ou seja, interesses antagônicas – através da sua “ação persuasiva que tenda a mobilizar o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão” (PAULA, p. 182, 2016). Dito de outro modo, são os Assistentes Sociais que legitimam, acomodam, eliminam os conflitos, controla as contradições, abrandam as desigualdades e administra os conflitos para que os interesses da burguesia em todos níveis – econômico, social, ideológico etc – perpetue.

É por isso, que durante o processo de desenvolvimento industrial no Brasil (com ênfase na Era Vargas 1930) o seu processo de Revolução Passiva, que modernizou ao mesmo passo que conservou os elementos arcaicos, através de um pacto conciliador que unia a burguesia emergente e as elites agrária, o papel profissional do Serviço Social foi de suma importância, haja vista que, as assistente sociais difundia os valores civilizatórios burgueses, essenciais para os novos padrões capitalistas que emergiam a partir da sociabilidade brasileira.

Vale ressaltar que esse período histórico no Brasil foi arena de muitas disputas populares reivindicações tanto do movimento operário que reivindicava direitos políticos e sociais quanto das classes médias em ascensão requerendo maior participação política nos aparelhos de poder, essa pressão dos “baixos” movimentou os setores da oligarquia agrária dominante, (especificamente o setor da produção) para o triunfo da Revolução de 1930, ou seja, para conter os movimentos populares – mesmo que esses se apresentassem de maneira “elementar, esporádica, subversiva, desorganizado e não orgânica” – foi preciso levar a cabo a criação de um novo bloco de poder. Para tanto, os profissionais formados nessa época foram alvos estratégicos da elite brasileira em desenvolvimento, para Paula (2016) “os objetivos profissionais do Serviço Social se articularam com interesses da classe dominante que desejava estender a dominação burguesa por toda vida social (p. 182).

Portanto, se os interesses da burguesia nacional em ascensão se alinhavam aos interesses da profissão, isso nos permite afirmar que as primeiras estratégias efetivadas pelas assistentes sociais brasileiras eram subservientes as classes dominantes. De acordo com Paula (2016) no plano teórico eram orientadas pela influência europeia e EUA, ou de forma mais precisa, seria o “Serviço Social Tradicional”, ou seja, “um projeto de profissão que articula os objetivos profissionais [...] aos interesses das elites do nosso país, [...] à manutenção da ordem vigente (p. 183).

Contudo, “após o Movimento de Reconceituação³ na América Latina, é possível afirmar que o maior legado teórico da experiência reconceitualizadora foi aproximação com a perspectiva marxista e a abertura de interlocução com outras áreas do conhecimento”

³ Movimento de cunho latinoamericano, de caráter necessariamente sincrético e multifacetado, que suscitou um intenso debate teórico-metodológico entre os assistentes sociais durante uma década (1965 a 1975).

(SIMIONATO, 2018, p. 85). Quando falamos de Brasil, foi o Processo de Renovação⁴ do Serviço Social que avançou em termos de possibilidades crítica, teórica e atuação profissional, ou seja, alguns profissionais decidiram que era preciso refletir para além das amarras impostas pelo direcionamento dado pelo Estado, pelas Escolas que formavam os assistentes sociais e sobretudo, o capital, iniciando assim as primeiras aproximações com a teoria crítica e a tradição marxistas (obviamente que essa inserção teórica não aconteceu de forma cristalina e fidedigna das obras marxistas e marxianas, pelo contrário, Netto (simio) afirma que somente a partir de 1980 é possível falar de leitura e apropriações um tanto quanto honesta do pensamento de Max).

Tal feito proporcionou para a profissão ganhos teórico-políticos, sendo eles: “intenção de ruptura” e “projeto ético político profissional” “que se configurou como direcionamento para todos os assistentes sociais identificados com os propósitos dessa vertente do Processo de Renovação” (PAULA, 2016, p. 183). Sendo assim, podemos agora indicar brevemente como todo esse arcabouço crítico constituiu-se enquanto instrumento orientador para os profissionais, ao mesmo tempo que requisitou dos “assistentes sociais a formulação de estratégias e táticas que pudessem estabelecer mediações entre os princípios defendidos por esse projeto e a realidade profissional vivenciada pela categoria (idem, p. 184).

Se os princípios que compõe o PEP superam a herança conservadora e à subserviência da profissão à classe burguesa, é importante que possamos ressaltar quais são esses princípios: a liberdade, a autonomia e a emancipação humana, portanto, isso indica que esse projeto se compromete em defender unicamente os direitos da classe trabalhadora, se alinhando na luta para ampliar e aprofundar os direitos sociais e humanos, os preceitos democráticos e a cidadania; acesso à a riqueza que é produzida e aos serviços de qualidade, etc.

Para tanto, é de suma importância destacar sobre o compromisso e denúncia contra todos os tipos de preconceitos, opressão e violência, além de entender a importância do pluralismo e as mais variadas formas de existência. Porém, é óbvio que “materializar”⁵ os preceitos indicados em nosso PEP – e todo avanço crítico da profissão, assim como

⁴ Segundo Netto (1991) o Movimento de Reconceituação, foi um processo único e exclusivo do Brasil, amplamente heterogêneo com três perspectivas diferentes – perspectiva modernizadora; reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

⁵ Falar em materialização do PEP – algo totalmente corriqueiro nos mais variados debates e produções no Serviço Social – é uma construção sem mediação, pois o PEP apenas dá direção, indica um horizonte, mas não será na atuação profissional que este será realizado.

anteriormente destacado através das Diretrizes Curriculares, da Lei de Regulamentação da profissão e das instâncias representativas, CRESS/CFESS⁶, ENESSO⁷, ABEPSS⁸ – não significa dizer que é tarefa do Serviço Social transformar a sociedade capitalista através da atuação profissional dos assistentes sociais, mesmo que o projeto profissional esteja vinculado a um projeto societário, no qual tem compromisso histórico na construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem. Sobre esse tema, Netto (1999) nos contempla explicando tais diferenças:

[projetos societários são aqueles] que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, de que trataremos adiante) não possuem este nível de amplitude e inclusividade. Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.) (...) (p. 2).

Enquanto os projetos profissionais, ainda de acordo com Netto (1999), podem ser descritos da seguinte maneira:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais (p.4).

⁶ Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social;

⁷ Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social;

⁸ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;

Dito isso, podemos afirmar, a partir das elaborações de Paula (2016) que os projetos profissionais são as estratégias dos projetos societários, portanto, podem estar vinculados a manutenção ou superação da ordem vigente. Além disso, a construção de estratégias e táticas não é algo próprio do Serviço Social, ou seja, elaborar “estratégias e táticas político-profissionais e técnico-operacionais, [são] as mediações necessárias entre realidade e anseios de qualquer atividade profissional existente” (p. 186).

Desse modo, o mais importante nesse processo de articulação até a efetivação de práticas profissionais, é o estabelecimento de objetivos e posteriormente a elaboração das estratégias e táticas, isso quer dizer, que quando há um objetivo claro para ser alcançado – mesmo que as condições objetivas não permita sua efetivação no plano imediato – as estratégias e táticas, que devem ser pensadas a partir de várias dimensões, serão construídas e articuladas no movimento dialético que engloba o cotidiano; a dinâmica estrutural do capital – que rearticula a dinâmica da superestrutura – ; os objetivos antagônicos das instituições de trabalho; espaços de atuação profissional que não oferecem o mínimo de recursos necessários para lidar com os usuários; falta de financiamento nas políticas, serviços e programas; governos que reduzem as possibilidades dos processo de democratização; excesso de processos burocráticos; metas de produtividade; demandas variadas que exigem repostas imediatas; entre tantos outros.

Contudo, somente com o “pleno reconhecimento da realidade socio-histórica” e a capacidade de construir novas perspectivas, é que será possível permanecer na rota do objetivo inicialmente proposto. Por isso, é preciso estar preparado para possíveis reformulações, inclusive sob situações imprevisíveis. “A capacidade criativa dos profissionais deve ser a base fundamental de todo o processo de estratégias e táticas profissionais, pois se a realidade onde se inserem esses profissionais encontra-se em constante movimento, as estratégias e táticas precisam acompanhar esse movimento” (PAULA, 2016, p. 191, 192).

Por isso, é comum, e totalmente alinhado as demandas impostas pela realidade que estamos inseridos, profissionais – e no caso mais amplo, dirigentes, intelectuais, militantes políticos comprometidos com a luta revolucionária, leia-se superação do capitalismo – que realizam sua atuação nos trilhos do direcionamentos do PEP e junto à isso, se comprometem individualmente na luta revolucionária, através de movimentos sociais, partidos, sindicatos, etc., além de contribuírem através da promoção de ações coletivas e detectando focos de resistência dos trabalhadores, a partir da sua atuação enquanto assistente social, mas acabam defendendo

a permanência de políticas, financiamentos, programas, gestões de governo etc. que mascaram os reais problemas enfrentados pela classe trabalhadora, que minimizam mas não resolve efetivamente as mazelas produzidas pela capital, justamente porque entendem que no plano estratégico, é preciso garantir o que é possível – por exemplo, que as pessoas tenham acesso à alimentação, agasalho, moradia, água potável, etc. – mesmo que isso não faça parte dos fundamentos que compõe o seu objetivo final, entretanto, garante de forma tática, à aproximação com o que se espera alcançar.

E assim como já foi dito anteriormente, essa capacidade de reformular, reatualizar, traçar novas perspectivas, só é possível a partir de um olhar aprofundado do real, entendendo suas múltiplas determinações e seu movimento dialético. Para tanto, um elo importante nesse processo é o arcabouço teórico capaz de capacitar e aprimorar o que antecede a construção dos objetivos e a efetivação das estratégias e táticas. É por isso, que as linhas a seguir desse trabalho, pretendem tratar justamente sobre a importância das orientações para o processo de construção e efetivação/aproximação do objetivo definido. Acreditamos que uma contribuição importante, são as formulações do italiano e dirigente comunista, Antônio Gramsci.

Sendo assim, a intenção dessa proposta de estudo é fortalecer através do debate teórico a construção de estratégias e táticas no Serviço Social que fundamentem à defesa do PEP e constroem em conjunto com outras instancias representativas e organizativas da classe trabalhadora o enfrentamento da hegemonia burguesa em prol dos processos revolucionários.

Vale destacar que tais apontamentos não são novidades, destacamos, obviamente a obra da autora – (PAULA, 2016) – que serve como bússola desse estudo e suas tímidas ponderações. Contudo, tratar sobre Gramsci e sua “incidência no Serviço Social”, assim como já anteriormente elaborado por Simionatto (1999) as reflexões com ênfase no campo das formulações teórico-conceituais que ajudam na estratégias e táticas profissionais ancoradas na defesa do PEP, ainda não se esgotaram. Sendo assim, voltemos nossa atenção ao próximo tópico.

Á GUIA DA CONCLUSÃO: GRAMSCI E O SERVIÇO SOCIAL

De maneira breve, será exposto as contribuições que o filósofo italiano é capaz de proporcionar para o debate das estratégias e táticas no Serviço Social com foco nas orientações do Projeto ético-político e todos os avanços proporcionados pela evolução crítica da profissão.

Não será possível desenvolver com tamanha riqueza teórica todos os elementos que compõe esse arsenal – assim como Paula (2016) fez em seu livro – mas, indicações importantes que corroboram com o que já existe de acúmulo e produção sobre o tema, além de indicar debates e formulações teórico-conceituais futuras.

Sendo assim, será possível perceber que nas linhas a seguir não estamos preocupados em elaborar uma espécie de manual com os ensinamentos de Gramsci para uma melhor apreensão e efetivação prática que pode nortear atuação dos assistentes sociais em seus variados espaços de atuação profissional. Entretanto, aprendemos anteriormente que somente o acúmulo teórico é capaz de direcionar os rumos que elaboram o objetivo final e as estratégias e táticas para alcançá-lo. Desse modo, Gramsci e seu conjunto conceitual e categorial nos ajuda na interpretação dos fenômenos decorrentes do capitalismo contemporâneo em sua fase financeirizada, assim como viabiliza, através “práxis” provisões que possibilitam a transformação da realidade concreta. Dito isso, cabe respondermos, quem foi Antônio Gramsci?

Gramsci, nascido na ilha da Sardenha na Itália, foi um importante filósofo além de militante comunista e intelectual comprometido com a revolução, herdeiro do legado marxista e leninista, sempre esteve preocupado em construir teoricamente e politicamente as bases para uma hegemonia dos subalternos. Foi dirigente partidário pelo PSI (Partido Socialista Italiano) e PCI (Partido Comunista Italiano) e deputado durante dois anos, até ser preso pela ditadura fascista de Mussolini.

Nesse sentido, qual a contribuição efetiva de Gramsci para o Serviço Social? Principalmente numa era da vida social refletida por um cenário intenso de crise que revelam de forma escancarada os desafios profissionais diante dos retrocessos das conquistas da classe trabalhadora gerando desemprego, agravamento da questão social e regressão das políticas sociais (IAMAMOTO, 2021). No caso do Brasil, apesar de estarmos sob novos solos, quando tratamos do neoliberalismo – haja vista que durante a pandemia da covid-19 o cenário se aprofundou num combo composto de crise econômica, social e política, regido pela gestão ultraneoliberal do governo de Jair Messias Bolsonaro – que após as eleições de 2023, retomamos os níveis democráticos necessários para construir os embates contra o capital fora da arena neofascista, ainda assim estamos diante daquilo que Gramsci denominou de “contrarreforma”.

Além disso, o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais não promove e tampouco requer profissionais que conheça amplamente sobre as vivências da classe trabalhadora, pelo

contrário, o avanço da burocratização resulta, portanto, na falta de organização política, sobressaindo o pragmatismo e imediatismo (IAMAMOTO, 2012). Posto isto, e buscando responder as questões iniciais sobre Gramsci e o Serviço Social, Simionatto (2011) afirma que apesar de não estarmos falando de uma ciência, pensar a profissão a partir da teoria gramsciana, principalmente neste contexto histórico, contribui para fortalecer justamente, aquilo que tratamos anteriormente sobre a face contraditória que sustenta nossa profissão, ou seja, mesmo diante da convocações burguesas que elegem o Serviço Social para lidar com as expressões da questão social, sem que isso atrapalhe o pleno funcionamento do capital, os assistentes sociais também situam-se no terreno político ideológico, com refrações nas condições materiais de existência dos sujeitos, é também nessa esfera que as classes subalternas têm possibilidades de construir novas subjetividades e estratégias políticas na luta por uma nova hegemonia, entendendo que luta por hegemonia não se reduz à disputa entre concepções de mundo, não é apenas as batalhas das ideias, mas na estrutura material (SIMIONATTO, 2011).

Vale ressaltar que as “incidências” de Gramsci no Serviço Social não é algo novo, pelo contrário, a profissão acompanhou o percurso de assimilação teórica do filósofo italiano, seguindo os mesmos trilhos entre erros e acertos que são frutos da evolução interpretativa dos intelectuais que buscaram compreender seu legado teórico e contribuíram para a conformação da edição crítica dos “Cadernos do Cárcere”, além de outras publicações e o importante trabalho filológico que segue com força no Brasil .

Sendo assim, há um amplo leque de categorias desenvolvidas por Gramsci que servem para ler a realidade, orientar e transforma-la, como por exemplo, o rico debate sobre Estado Integral; Hegemonia; Reforma intelectual e moral, Vontade geral, consciência ético-política, Partido revolucionário (Moderno Príncipe), intelectuais orgânicos e tradicionais e Classe Subalternas, com destaque para essa última – haja vista que não será possível desenvolver sobre todas e sua relação com o Serviço Social – pois ela trás consigo determinações muito importantes se quisermos falar sobre os mais variados extratos que compõe a classe trabalhadora atendida pelos profissionais do Serviço Social.

Nesse sentido, é de suma importância que os assistentes sociais comprometidos com PEP saiba reconhecer criticamente as diferenciações que compõe “os subalternos” ou seja, seu modo de vida e suas determinações no contexto de produção e reprodução das relações sociais e, ajude – através da formulação de estratégias e táticas – na orientação política, através de

indicações de tipos de organização, seja partidária, sindical, grupos de resistência, movimentos sociais etc. ou realize atividades, rodas de conversa, estudos, recursos artísticos, entre outros que fortaleça o processo de “elevação da consciência”. Superando uma consciência corporativista ou egoísta-passional, para que assim possa chegar no momento “ético-político”, capaz de organizar os anseios, as construções subjetivas e ideológicas que são resultados do “senso-comum” que inclusive mantém o controle e o consenso dos subalternos (GRAMSCI, 2007).

É preciso ir ao próprio Gramsci para buscarmos com maior rigor a explicação sobre “classes subalternas”⁹ e sua aplicabilidade na atuação dos assistentes sociais comprometidos com os valores revolucionários. De acordo com Marro (2022) “Trata-se de uma perspectiva que permite abordar os explorados e oprimidos em um sentido mais abrangente que as categorias marxistas tradicionais, pois a contradição capital/trabalho se enriquece e se complexificar por meio de muitas determinações, para além dos conflitos do mundo do trabalho” (p. 47)

Dada a falta de autonomia dos grupos subalternos, suas iniciativas “defensivas” estão submetidas a leis próprias da necessidade, mais simples, mais limitadas e politicamente mais restritivas do que as leis de necessidade histórica que dirigem e condicionam as iniciativas das classes dominantes (GRAMSCI, 2002, p. 138). A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes [...]. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação (GRAMSCI, 2002, p. 135).

Ainda nesse sentido, concordamos com Marro (2022) e sua apreensão retirada dos escritos de Del Roio (2017), que sintetiza o pensamento de Gramsci sobre o assunto

[...] Gramsci foi além das classes fundamentais do capitalismo e descobriu, no silêncio da história das camadas subalternas, as dimensões culturais que não podiam ser simplesmente incorporadas ao conceito de um proletariado europeu, branco e masculino. Gramsci não abandonava a centralidade operária definida pela inserção nas relações de produção capitalista. A subalternidade era uma dimensão *acrescentada*, que permitia entrecruzar as diversas formas de sujeição

⁹ Por conta dos limites deste trabalho não será possível desenvolver todas as potencialidades da categoria de “classes subalternas” tampouco as produções que iluminam esse caminho teórico, contudo, é importante destacar as formulações sobre o tema, tanto ao que se refere ao próprio Gramsci, cf: volume 5 dos Cadernos do Cárcere, “Caderno 25” – edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques, co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira, RJ, 2002, além disso, ver: “Gramsci e a emancipação dos subalternos” (Del Roio, 2007) e “Classes Sociais e Grupos Subalternos: distinção teórica e aplicação política” (Galastri, 2014).

de trabalhadoras e trabalhadores em sentido amplo (DEL ROIO, 2017, P. 17 *apud* MARRO, 2022, p. 47).

De modo geral, trabalhar os elementos que compõe a realidade a partir da categoria de classes subalternas, é essencial, pois permite adentrar na diversidade da classe, podendo iluminar reflexões e a construção de estratégias e táticas dos assistentes sociais, ou seja, reconhecendo as diferentes necessidades e seus antagonismos. As preocupações e as hipóteses de trabalho serão construídas a partir daquilo que chamamos atenção anteriormente, sobre à “diversidade imposta pela dinamicidade da realidade concreta”, requerendo criatividade, capacidade crítica e reformulação dos mecanismos estratégicos e táticos. Obviamente que Gramsci, não elege os assistentes sociais como os sujeitos capazes de promover a unificação dos subalternos, mas fala dos intelectuais orgânicos e do intelectual coletivo que é o partido revolucionário – Moderno Príncipe (inclusive há um campo de debates e polêmicas sobre os intelectuais e o Serviço Social, por ora, não é possível desenvolvermos esse debate)

Contudo, se defendermos que dentro do campo da “autonomia relativa” os profissionais do Serviço Social, comprometidos com PEP, podem contribuir a partir do elemento contraditório que compõe o campo de trabalho imerso na luta capital e trabalho, Gramsci e suas elaborações exercem um importante trabalho, sendo possível extrair deste, um roteiro de estudos que ajuda na interpretação do mundo contemporâneo e por consequência as armas que estrategicamente e tática serão utilizados para chegarmos no objetivo final: contribuir para emancipação plena da classe que é dominada pelo capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 5** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques, co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 3** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.- 3• ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **“Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora”**. In: CFESS, Diálogos do Cotidiano – Reflexões sobre o trabalho profissional – caderno 1. Brasília: 2021.

IAMAMOTO, M. V. **“A questão social no capitalismo”**. Revista Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – Brasília, ano II, nº 3, jan-jun. de 2001

MARRO, Kátia. **Para sair das margens da história: classes subalternas e insurgências populares nas pistas de Gramsci**. Serv. Soc Soc. São Paulo, n. 143, p. 42-61, jan-abril. 2022.

NETTO, J. P. **“A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”** In: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 01. Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-Unb, 1999.

NETTO, J. P. **“A intenção de ruptura”** In: Ditadura e Serviço Social. SP: Cortez, 1991.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Revista: Serviço Social e Sociedade, 1989, ano X, n. 30, abril de 1989, São Paulo. Cortez.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social** – 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de Paula. **Estratégias e Táticas – Reflexões no campo do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 2. Ed – Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. **Marxismo Gramsciano e Serviço Social: interlocuções mais que necessárias**. EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 17-33, Jul 2011.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A RELAÇÃO COM O TRIPÉ UNIVERSITÁRIO

Heryca Menezes Baeta¹
Késia Silva Tosta²
Lara Mariana Gomes Pereira³
Tamires Araújo Rufino⁴

Resumo: Este artigo explora a relação entre o projeto profissional do Serviço Social e o tripé universitário, considerando sua indissociabilidade, por meio de uma pesquisa bibliográfica documental. Assim, ao compreender a tríade universitária como primordial para a interlocução entre universidade-sociedade, bem como para a fundamentação de uma formação profissional articulada com as dimensões teórica e investigativa, nota-se que o tripé põe-se como essencial para a formação em Serviço Social. Haja vista que este possibilita o desenvolvimento das dimensões da profissão, além de permitir o reforço das premissas postas pelas diretrizes curriculares da ABEPSS e pelo Código de Ética da profissão, viabilizando assim a disposição de profissionais qualificados e alinhados com o direcionamento crítico.

Palavras-chave: Ensino; Pesquisa; Extensão; Serviço Social.

Abstract: This article explores the relationship between the professional project of Social Work and the university tripod, considering their inseparability, through documentary bibliographic research. Thus, when understanding the university triad as essential for the dialogue between university and society, as well as for the foundation of professional training articulated with the theoretical and investigative dimensions, it is noted that the tripod is essential for training in Service Social. Considering that this enables the development of the dimensions of the profession, in addition to allowing the reinforcement of the premises established by the ABEPSS curricular guidelines and the profession's Code of Ethics, thus enabling the provision of qualified professionals aligned with the critical direction.

Keywords: Teaching, Research, Extension; Social Work.

INTRODUÇÃO

A instauração formal da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão advém da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Portanto, é a partir deste marco que se estabelece

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0009-0005-7759-3208. E-mail: heryca.baeta@ufv.br.

² Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0001-9154-828X. E-mail: kesia.tosta@ufv.br.

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0009-0009-1429-6643. E-mail: lara.mariana@ufv.br.

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0009-0005-3255-3077. E-mail: tamires.araujo@ufv.br.

oficialmente nas instituições públicas de ensino superior o tripé universitário. Dessa maneira, este trabalho tem o objetivo de entender como o projeto profissional do Serviço Social se relaciona com o tripé universitário, o qual propõe a articulação conjunta sobre ensino, pesquisa e extensão. Para isso, se tem como indagação: A partir do projeto ético político da profissão, quais são os posicionamentos do Serviço Social em relação ao tripé universitário?

Dessa maneira, a metodologia deste estudo guia-se por uma pesquisa de caráter exploratório, com instrumentos documentais e bibliográficos. Logo, a revisão documental buscou uma análise frente a legislações e documentações estabelecidas no âmbito da profissão, bem como do ensino superior, dando destaque ao processo formativo da profissão. Já para o que se refere a busca bibliográfica, objetivou-se evidenciar autores que discutam as categorias do tripé universitário, bem como o processo de formação em Serviço Social, por meio de plataformas digitais como o Google Acadêmico e Scielo.

A relevância deste estudo justifica-se em virtude da campanha realizada no ano de 2019 pelo Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social. Assim, reconhecendo a educação enquanto direito, esta campanha detém como tema “Graduação em Serviço Social: Só se for legal, crítica e ética” (CFESS, 2019). Em que expressa como foco reforçar as premissas de escolha de instituições que garantam ensino, pesquisa e extensão, além de serem reconhecidas pelo Ministério da Educação e que estejam de acordo com as diretrizes pedagógicas deste Ministério, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior, a partir das resoluções CNE/CES nº 15/2002 e CNE/CES nº2/2007 (CFESS, 2019).

Assim, situa-se a categoria do ensino como o processo de ensino-aprendizagem a partir da troca de conhecimentos entre estudantes e professores, localizando o protagonismo do estudante. Ademais, a pesquisa orienta a produção de conhecimento científico, acentuando subsídios para a compreensão da realidade. Em sequência, a extensão contempla o produto do ensino e pesquisa, pois é o cenário que viabiliza a interação destes resultados com a sociedade, a partir das subjetividades e saberes presentes nestes contextos.

Dessa maneira, objetivando a efetivação do comprometimento da universidade com a tríade universitária, o processo formativo de qualidade de futuros assistentes sociais coloca-se em evidência. Dado que, a formação de qualidade junto ao tripé universitário corrobora para a

formação mais alinhada com a realidade em que os sujeitos irão atuar, visto que insere os discentes em temáticas, discussões e realidades que cercam o agir profissional do Serviço Social.

A PESQUISA CIENTÍFICA, A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A pesquisa científica nos coloca a refletir sobre o conceito de ciência, neste sentido “a ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação” (FERRARI, 1974 apud MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 80). Portanto, a pesquisa científica norteia-se pelas proposições da ciência sendo orientadas por atividades como a observação, investigação e análise, focadas na busca por explicar as particularidades dos fenômenos evidentes.

Assim, a ciência e a pesquisa científica definem-se enquanto processo dinâmico de construção e revisão do conhecimento, em que a lógica e a busca pela veracidade desempenham papéis cruciais. Nesse sentido, esta dinamicidade determina-se pela estruturação lógica imbricada à formulação de hipóteses com o potencial de testagem para a busca da objetividade dos fenômenos. Haja vista que através dessa abordagem busca-se atingir a apreensão objetiva e totalizante dos fenômenos.

Nessa perspectiva, é necessário compreender que o conceito de ciência possui diversas apropriações, e também segmentos que se norteiam pelas demandas de interpretações dos espaços complexos onde os indivíduos se inserem, levando ao desenvolvimento de várias disciplinas científicas para estudar e explicar esses fenômenos. Estabelecendo-se preceitos classificados em critérios como complexidade, conteúdo, objetos de estudo, diferenças nos enunciados e metodologias.

A partir disso, nos cabe destacar que existem várias formas de conhecimento, sendo possível afirmar que os mesmos coexistem na essência dos indivíduos e eventos, permitindo a variabilidade de pensamentos e tendências sobre diferentes assuntos as quais não se determinam apenas pelo conhecimento científico. Entretanto, por conhecimento científico entende-se aquele que é adquirido pela ação de pesquisar, visto que para Tripodi, Fellin e Meyer (1975) a pesquisa refere-se a sistemática aplicação de procedimentos sob o intuito de criar, alterar e expandir conhecimentos. Assim, o que afasta um conhecimento do outro e elenca o

científico como o adequado à produção científica, determina-se pela forma, método e os instrumentos que se utilizam para adquirir o conhecer. Por isso, este conhecimento põe-se enquanto verificável, mutável, falível e aproximadamente exato, dada a compreensão de que a partir de reformulações e novas proposições a sistematização de conhecimentos põe-se de maneira assertiva (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Outrossim, cabe pontuar que a concretude adquirida pelo processo da pesquisa científica e da coleta de dados evidenciam elementos essenciais para as apreensões de determinadas realidades vivenciadas no contexto vigente. Haja vista, que a utilização do método científico consolida a relação de confiabilidade e objetividade das descobertas científicas. Abarcando perspectivas que atravessam as percepções do pesquisador, de modo a conferir a capacidade de análise por meio de hipóteses e coleta de dados, buscando resultados críticos e racionais que viabilizam o processo de compreensão dos fenômenos (GIL, 2008).

No que tange a extensão universitária, de acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX (2013) no Brasil as atividades de extensão emergiram concomitantemente com a gênese do ensino superior, entretanto apenas no contexto de luta pela redemocratização no país que se amplia as inquietações quanto ao caráter assistencialista destas práticas, de maneira a redirecionar as concepções de universidade.

Assim, a Extensão Universitária viabiliza a possibilidade da concretude entre o ensino e a pesquisa, visto que permite a comunicação com a sociedade e expressa seus anseios na produção de novos conhecimentos, estabelecendo assim o compromisso das instituições de ensino superior com a sociedade. Dessa maneira, “a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2013, p. 42).

Ainda nos cabe destacar, que a extensão permite a articulação presente entre a teoria vista nos espaços de formação e a prática demandada pela realidade. Nesse sentido, segundo Thiollent (2002) a extensão vai para além do circuito acadêmico, ampliando, construindo e reconstruindo os saberes, e é importantíssimo “para identificar problemas, informar, capacitar e propor soluções” (THIOLLENT, 2002, p. 66).

Dessa maneira, o presente estudo respalda-se na extensão enquanto popular ou emancipatória (DIAS, 2021), a qual tende a buscar o diálogo entre a universidade e a população, para resolução de problemas reais e concretos a partir da construção coletiva de conhecimentos. Logo, esta perspectiva de extensão apresenta a finalidade de defender os direitos sociais, os saberes populares, a autonomia e a emancipação dos sujeitos, visando a transformação da realidade social. Neste sentido, a extensão viabiliza a troca de saberes e conhecimentos, sejam eles de caráter acadêmico ou popular, de modo a instrumentalizar o dinamismo entre teoria e prática. Assim, apresenta como “consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade” (FORPROEX, 2013, p. 22).

Por conseguinte, a categoria ensino refere-se a esfera em que se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, vale ressaltar que historicamente no Brasil a educação desenvolveu-se com caráter elitizado, a partir de concepções de ensino voltadas para a transferência de conhecimento. Sendo assim, Paulo Freire (1987) categoriza tais perspectivas pelo conceito de educação “bancária”, a qual refere-se a forma de ensino que se guia pelo ajustamento, que impede o desenvolvimento da consciência crítica e a compreensão da realidade e dos saberes dos sujeitos, retirando-os o protagonismo de transformação dos espaços em que encontram-se inseridos.

Com isso, em contraposição a esta assertiva a perspectiva de ensino aqui defendida configura-se pelo intuito de produzir aprendizagem sob o viés da troca de conhecimentos entre alunos e professores, compreendendo o estudante enquanto protagonista. Portanto, nas palavras de Freire (1996, p.21) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Nessa perspectiva, o ensino dialógico possibilita que o discente ao ser educado também conceda contribuições ao educador, desmistificando a ideia de ensino hierarquizado. Consolidando assim, a valorização do pluralismo de conhecimentos haja vista que todos ocupam espaço no processo de aprendizagem, fazendo com que a construção conjunta do conhecimento perpassa os sujeitos integrados a este processo.

Desse modo, ao compreender o homem como sujeito histórico, torna-se fundamental situar os discentes como sujeitos detentores de saberes adquiridos ao longo da construção

sócio-histórica humana. Logo, os mesmos compõem realidades que a partir de suas vivências cotidianas e materiais viabilizam a obtenção do saber, cabendo ao ensino expressar a realidade concreta que os indivíduos estão inseridos, para que novos saberes façam sentido na vivência cotidiana e o aprendizado seja efetivado com caráter participativo, crítico e reflexivo.

A INDISSOCIABILIDADE DO TRIPÉ UNIVERSITÁRIO

Ao considerar as contribuições sobre as categorias do tripé universitário, situa-se o ensino como processo crítico, de indagação e participação, visto que tende a instigar os questionamentos dos estudantes frente a realidade social. De modo a estimular a dimensão investigativa necessária à categoria da pesquisa, nesse sentido a pesquisa fomenta a prática do ensino uma vez que oferece subsídios para a compreensão da realidade. Visto que, partindo da cotidianidade para o questionamento e investigação, esta categoria permite o encontro entre o campo das ideias e a materialização das ações (MINAYO, 2011). Dessa maneira, “as questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na realidade, nela encontrando suas razões e seus objetivos” (MINAYO, 2011, p. 16).

Desse mesmo modo, cabe destacar a relação entre o ensino e a pesquisa, visto que o ensino se sustenta no conhecimento existente, transmitindo-o e construindo-o junto aos alunos, enquanto a pesquisa apresenta essência exploratória, gerando questionamentos e inquietações, podendo acarretar na busca por respostas, revelando assim novos conhecimentos. Neste sentido, a materialização do ensino torna-se dependente de conhecimentos sistematizados, que são transformados pela pesquisa no momento da busca por respostas. Logo, o ensino deriva da pesquisa à medida que as apreensões atingem a capacidade comunicativa de ser transmitidas a um grupo (SANTOS, 2012, p.5).

Outrossim, o ensino e a extensão universitária também estão intrínsecos, uma vez que ambos visam responder às demandas sociais e articular o conhecimento acadêmico no mundo real. Logo, a esfera do ensino caracteriza-se enquanto perspectiva basilar para o fomento de conhecimento que possam ser convertidos em habilidades de interpretações de mundo e aplicações práticas dos estudantes. Dito isso, a extensão apresenta-se como ponte entre a

academia e a sociedade, envolvendo este objetivo do ensino em projetos, ações e políticas públicas, com intuito de trazer impactos concretos (SANTOS, 2012, p.8).

Dessa forma, a interação das categorias do ensino, pesquisa e extensão pauta-se além das perspectivas acadêmicas e investigativas, pois atravessam as limitações da universidade e acabam por se materializar no enfrentamento de desafios reais da sociedade, atuando como estímulo para o desenvolvimento econômico, cultural e social. Assim, ressalta-se que a instauração formal da tríade universitária, ensino, pesquisa e extensão adveio com a Constituição de 1988 no artigo 207, o qual institui que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207). Dessa maneira, evidencia-se a importância da indissociabilidade entre as categorias do tripé universitário para a formação profissional, visto que permite aos discentes um processo educativo que debruça-se sobre a complexidade da realidade social, sendo este o futuro cenário de atuação dos mesmos. Desse modo, a indissociabilidade requer que as três dimensões do tripé universitário sejam trabalhadas em articulação conjunta. Assim,

Se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade (MOITA; ANDRADE, 2009, p. 269).

Dessa maneira, embora a materialização isolada dessas categorias ainda apresente significância, a sua realização de maneira articulada viabiliza a compreensão da totalidade dos fenômenos, além de permitir interações com a sociedade, reconhecendo suas demandas e inquietações, para que as investigações e intervenções sejam realizadas adequadamente. Isso posto, o princípio de indissociabilidade atua como figura determinante para efetividade do trabalho acadêmico, fomentando o vínculo entre a universidade e sociedade, a partir dos preceitos de emancipação, reflexão crítica e produção teórica alinhada à realidade (ANDES, 2013).

A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E O TRIPÉ UNIVERSITÁRIO

A profissão do Serviço Social, bem como o processo de formação dos assistentes sociais, a partir do movimento de renovação assume comprometimento com a classe trabalhadora, objetivando compreender suas realidades com o intuito de intervir de maneira crítica e dialética, sob a perspectiva de intervenção nas expressões da “questão social”. Dito isso, localiza-se o projeto ético político hegemônico do Serviço Social, o qual refere-se ao conjunto de legislações, normativas, atuações profissionais e processos formativos que confirmam o direcionamento defendido pela categoria profissional. Assim, atualmente o Serviço Social estrutura-se a partir de ações profissionais em prol da democracia, direitos humanos, emancipação, equidade, justiça social, além da eliminação das formas de preconceito e autoritarismo (CFESS, 1993).

Portanto, para a constituição das diretrizes que orientam os cursos de Serviço Social nas instituições de ensino superior, destaca-se o dualismo entre as premissas instituídas pelo Ministério da Educação - MEC e pela ABEPSS. Desse modo, as diretrizes curriculares adotadas pelo MEC determinam-se de maneira generalista, não comprometendo-se efetivamente com os princípios ético-políticos adotados pelo Serviço Social. Ao passo que, a regulamentação defendida pela ABEPSS ultrapassa tal generalização, de modo a defender a formação crítica e ética dos assistentes sociais e a viabilizar a compreensão sócio-histórica da realidade brasileira.

Nesse sentido, cabe destacar que embora as legislações apresentadas pelo MEC contenham premissas importantes para a concretização de futuros profissionais da área, a mesma não comunga com todo aparato ético, político e metodológico defendido pela profissão. Desse modo, dentre suas incoerências e lacunas tem-se a introdução de atribuições que não implicam na atuação do assistente social em prol da classe trabalhadora. Com isso, insere-se competências de domínio aos recursos da informática, em que segundo Iamamoto (2014, p. 616-617) “no perfil do bacharel em Serviço Social constava ‘profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social’, o que foi retirado e substituído por ‘utilização dos recursos da informática’”.

Nesse viés, as diretrizes gerais para o curso de graduação em Serviço Social apresentadas pela ABEPSS (1996) destacam pressupostos, princípios, matérias básicas e núcleos de fundamentação importantes para o fortalecimento do Serviço Social crítico desde o processo de formação profissional. Assim, o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social,

localiza o trabalho como categoria central para a compreensão do ser social e da produção da sociabilidade. Discutindo categorias como consciência, liberdade, universalidade e outros. O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, debruça-se sobre a constituição social do país, pontuando as diversidades regionais. Além de evidenciar sua inserção no modo de produção capitalista em níveis de dependência aos países de capital central. O núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, discute sobre as relações sociais e histórico-materiais condicionadas pela interlocução do trabalho profissional com os usuários dos serviços ofertados e as instituições empregadoras. Debruçando-se sobre os recursos e autonomia relativa do assistente social em seus ambientes de trabalho.

Por conseguinte, no que diz respeito ao tripé ensino, pesquisa e extensão no processo de formação dos discentes, torna-se possível observar que os princípios de fundamentação profissional defendidos pela ABEPSS (1996) comungam com os pressupostos do ensino superior universitário de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A necessidade do tripé universitário é explicitada nos princípios das diretrizes curriculares da ABEPSS, preconizando o currículo dinâmico, flexível, da teoria social crítica, da dimensão investigativa e interventiva articuladas para análise da realidade concreta, produzindo conhecimentos.

Dessa forma, torna-se perceptível que a introdução da tríade universitária reforça os princípios das diretrizes curriculares defendidas pela ABEPSS por compor um espaço de debate e introdução da teoria crítica nos espaços formativos reforçando o protagonismo discente. Além de viabilizar a apreensão da realidade social dos sujeitos de modo a promover a investigação e intervenção de maneira mais efetiva.

As diretrizes curriculares da ABEPSS dispõem explicitamente sobre: “caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional”, “indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão”, “ética como princípio formativo perpassando a formação curricular” e “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABEPSS, 1996, p. 7). Nessa perspectiva, ao considerarmos as diretrizes curriculares observa-se a consonância para com o tripé, uma vez que direta ou indiretamente, todos os princípios remetem uma compreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade, estimulando uma formação com preparação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que se adequam às categorias do tripé universitário de forma singular e principalmente pela expressão

da indissociabilidade. Pensar em formação para o trabalho profissional de assistentes sociais pressupõem uma formação articulada no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Assim, situamos a importância em articular a formação profissional em Serviço Social com o tripé universitário, pois seu desenvolvimento permite com que os discentes se apropriem de conhecimentos construídos pelo processo de ensino-aprendizagem, a partir de saberes e vivências dos múltiplos atores sociais, compreendidos pelo professor, aluno e sociedade. Além disso, localizando a profissão enquanto interventiva, faz-se necessário o conhecimento das realidades que cercam os usuários, premissa possível pelo caráter investigativo viabilizado pela pesquisa. Produzindo assim, novos conhecimentos que estão em diálogo com as necessidades apresentadas pelos usuários finais deste processo, possibilitada pela categoria da extensão. Nesta perspectiva, Bravo e Matos (2004, p. 3) evidenciam a relevância da extensão e a pesquisa enquanto “papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, pois o Serviço Social é uma profissão que tem uma dimensão interventiva e supõe uma bagagem teórico-metodológica como recurso para a explicação da vida social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender o processo de maturação do Serviço Social, a partir de um projeto profissional em que se reforça a função e os valores da profissão ancorado nos direitos sociais e na defesa da classe trabalhadora, nota-se o estabelecimento de legislações, processos formativos e atuações profissionais que fortaleçam a perspectiva crítica. Nesse viés, o projeto ético político hegemônico do Serviço Social se reforça durante o processo formativo por meio da realização de ações, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, situamos a relevância do ensino por compor a dimensão teórico-metodológica no processo de formação dos assistentes sociais. Visto que, é por meio desta categoria que se efetiva a apreensão das teorias sociais críticas, possibilitando a leitura da realidade a partir de bases científicas. Dessa maneira, no âmbito do ensino localiza-se a oferta de disciplinas e matérias basilares para a conscientização crítica e política dos discentes, fomentando inquietações e reflexões acerca da dinâmica social capitalista. Assim, o arcabouço teórico viabilizado pela categoria do ensino resulta no desenvolvimento de posicionamentos ético-políticos em consonância com os princípios da categoria profissional.

Dessa maneira, a inserção dos estudantes de Serviço Social em espaços formativos que articulam o tripé universitário permite o contato com a realidade em que estarão futuramente inseridos enquanto profissionais, de modo a previamente instigá-los a guiar-se pelo arcabouço teórico apreendido e pelos princípios do Código de Ética profissional. Assim, a relevância do tripé ensino, pesquisa e extensão para a formação em Serviço Social, afirma-se por permitir o amadurecimento destes futuros profissionais, ao desvelar por meio da investigação as relações ocultas presentes na cotidianidade e na sociabilidade burguesa. Extrapolando, as armadilhas tecnicistas e teoricistas postas aos profissionais do Serviço Social (IAMAMOTO, 2009).

Logo, o ensino não se limita a mera transmissão do saber, bem como a pesquisa não configura-se pela supremacia acadêmica, especialmente a pesquisa fundamental para efetivação do trabalho do assistente social. Desse modo, o diálogo da universidade com a sociedade viabiliza a formação desejada conforme os parâmetros ético-políticos da profissão (BRAVO; MATOS, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ANDES, Cadernos. Propostas do ANDES-SN Para a Universidade Brasileira. 2013. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>>. Acesso em: 01 de abril de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 31 de março de 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CES n. 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, MC de. As dimensões ético-políticas e ético-técnicas na formação acadêmica do assistente social: a articulação ensino-pesquisa e extensão. **Anais, XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica**, 2004.

CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética. 2019. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1568>>. Acesso em: 01 de abril de 2024.

- DIAS, Marcelo Miná. A extensão universitária entre o assistencialismo, o mercado e a emancipação social. **A Academia**, p. 1-8, 2021.
- FALCÃO, Rita Dácio et al. A fronteira nacional e o livro didático. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**, v. 20, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 1996.
- FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Porto Alegre, 2013.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. **Editora Atlas SA**, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, p. 616-617, 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, p. 15-50, 2009.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Capítulo 1 O DESAFIO DA PESQUISA SOCIAL. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**, p. 9, 2011.
- MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.
- SANTOS, Marcos Pereira dos. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, n. 2, 2012.
- THIOLLENT, Michel. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Revista Cronos**, v. 3, n. 2, 2002.
- TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry J. **Análise da pesquisa social: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais**. Rio de Janeiro, 1975.

SERVIÇO SOCIAL NA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA: A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA DIANTE SEQUELAS PÓS-PANDÊMICA.

Carlos Matheus Matos Santos dos Santos¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo dialogar a respeito das expressões da questão social no contexto da educação, e sua recente conexão com o Serviço Social pela Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Em seguida, busca-se relatar a perspectiva de autores que contribuem para a reflexão acerca da contribuição crítica da profissão nessa área. Com isso, aprofundar-se na temática perante a pandemia do COVID-19 e como afetou a vida de estudantes, em sua maioria, de baixa renda que não tiveram oportunidade de manter os estudos de forma online. Assim, descrever diferentes políticas públicas que promovem uma educação mais inclusiva, e os embates existentes nos espaços socioeducativos. Por fim, relatar uma experiência realizada na Escola de Aplicação da UFPA (Universidade Federal do Pará), e compreender atentamente o trabalho do(a) Assistente Social diante contradições sociais, principalmente, pelo olhar mais crítico que esse profissional tem na sociedade.

Palavras-chave: Serviço Social; COVID-19; Política Pública; Educação.

Abstract: The present work aims to discuss the expressions of the social issue in the context of education, and its recent connection with Social Service by Law No. 13,935, of December 11, 2019. Next, we seek to report the perspective of authors that contribute to reflection on the critical contribution of the profession in this area. With this, delve deeper into the topic regarding the COVID-19 pandemic and how it affected the lives of students, mostly low-income students who did not have the opportunity to continue their studies online. Thus, describe different public policies that promote more inclusive education, and the conflicts that exist in socio-educational spaces. Finally, report an experience carried out at the Escola de Aplicação at UFPA (Federal University of Pará), and carefully understand the work of Social Workers in the face of social contradictions, mainly through the more critical view that this professional has on society.

Keywords: Social Work; COVID-19; Public Policy; Education.

INTRODUÇÃO

Em termos de educação acessível, o(a) assistente social participa das lutas para que os indivíduos que compõem o corpo social obtenham seus direitos e, conseqüentemente, adquira o mínimo para o seu subsídio diário, seja através de benefícios, programas e habitação. Entretanto, os espaços de educação são locais que estão, também, sujeitos a exclusão e

¹ Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará — UFPA. E-mail: carlosmatos.matheus1@gmail.com

propagação de violência ora por negligência, LGBTfobia, racismo entre outros diversos preconceitos. Assim, existe o contexto social no qual crianças encontram-se na necessidade de ajudar sua família na renda familiar, e isso em especial agravou de forma exorbitante na pandemia, o percentual de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil no Brasil aumentou de 4,5% em 2019 para 4,9% em 2022, indicou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com essa realidade avançando, a preocupação das consequências dessas crianças expostas ao perigo diário ganha mais viabilidade e a necessidade de um profissional que dialogue com esses sujeitos é primordial. Com isso, o(a) assistente social desenvolve um olhar crítico à essas expressões da questão social e busca manusear os seus instrumentos para promover um diálogo acessível e comunicativo. Embora não seja restrito a esse profissional lidar com as desigualdades, tampouco apenas ele cooperar com as demandas que surgem, fica evidente que o Serviço Social é uma área que se propõe a fazer um olhar mais crítico e humanizado com os(as) usuários, visando entender sua real situação e depois intervir.

Assim, é importante a ênfase das políticas públicas para ser um forte instrumento do(a) assistente social no momento que for intervir às demandas, principalmente, para ter o que viabilizar ao usuário no momento de seu trabalho. Para exemplificar, é registrado o relatório realizado pelo autor sobre o trabalho desse profissional na Escola de Aplicação da UFPA (Universidade Federal do Pará), e a importância do olhar crítico às demandas sociais, contribuindo de forma individual e sem generalizar os casos.

LUTA PELA DESMISTIFICAÇÃO DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA SOCIEDADE.

Atualmente, o Serviço Social continua sendo interpretado, principalmente na sociedade, como um aparelho assistencialista que trabalha em função da filantropia² e a luta pelo contrário faz-se frequente, porque a sua participação no corpo social e em outras dimensões são de extrema importância, suas opiniões e atribuições trabalham positivamente como modelo crítico

² Qualquer atividade destinada aos “pobres”, “carentes”, “desvalidos”, foi sendo associada à assistência social, mesmo sendo atividade ou ações exclusivas das áreas específicas como saúde (leitos em hospitais, tratamentos de saúde gratuitos, órteses e próteses, etc.) e educação (bolsas de estudo, creches, reforço escolar). (Gonçalves; De Paiva, p. 166, 2017)

estrutural de um país que almeja o seu desenvolvimento, e quando destacamos os espaços de educação e ensino, são estes os responsáveis pelo protagonismo da participação e conexão com os indivíduos no quesito viabilizar direitos e guiá-los na busca benefícios do Estado.

Desde 1993, com a formação do Código de Ética Profissional do Serviço Social, o(a) profissional tem esse modelo como molde para exercer suas atribuições, e para trabalhar no estímulo da ampliação de seus espaços de trabalho. Por isso, nas escolas não são diferentes, pois continua sendo um local que o(a) assistente social consegue desenvolver suas habilidades e ter mais conhecimento das expressões da questão social, desde pauperismo, a opressões e preconceitos, e além disso, produzir os seus estudos de casos, que mostraram ser de suma importância para a não precipitação em casos que pareçam superficiais, e a produção de um diagnóstico social para monitorar estudantes que estejam a passar por dificuldades na escola, ou, evitar evasão escolar.

Recentemente, a Lei 13.395/2019 tornou como obrigatoriedade a presença dos profissionais de Serviço Social e de Psicologia na educação básica, após mais de 10 (dez) anos na luta pela sua validação. Assim, por se tratar de um acontecimento atual, esses espaços são considerados novos para os profissionais, sendo necessário o debate para a desmistificação de muitas conclusões precipitadas, ou seja, estudos e pesquisas que envolvam os(as) usuários desses ambientes para obterem mais informações faz-se essencial para inovar os instrumentos para lidar com eles, pois cada espaço de atuação necessita de um método para atendê-los, pois não tem como abordar um usuário de um ambiente escolar da mesma forma que lida com um usuário em locais voltados à saúde, assistência social, habitação, dentre outras.

Segundo Dentz *et al.* (2015, p. 7-31), fica evidente a importância dos assistentes sociais em ambientes escolares, e o cuidado em tratar os casos mais particulares:

Estudos ressaltam a inserção do assistente social em escolas por volta de 1906, fato ocorrido nos EUA, de modo que esses profissionais nos centros sociais eram designados a fazer visitas as crianças que não compareciam nas instituições de ensino afim de descobrir o real motivo, ou seja verificavam a evasão escolar. Esses profissionais tratavam a problemática de maneira isolada, trabalhando cada questão em pontos distintos, a criança, a instituição e a família, afirmando que um não interferia o outro.

Além disto, em um contexto latino-americano, a inserção do serviço social foi tardia, a busca do Estado por soluções de apaziguar a sociedade foi vista nesse campo, uma vez que o controle social era o foco inicial. Entretanto, após o congresso da virada, em busca do Serviço

Social de se desconectar com o conservadorismo, acabou-se por almejar um campo crítico, que luta a favor das minorias. Assim, quando destacamos a educação como um direito regido por lei, entra a contradição da ausência de todos(as) ao acessá-lo, tendo em vista a exclusão socioespacial que diversas pessoas sofrem, pela falta de oportunidade, entre outros.

COMPREENDENDO OS DETERMINANTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO.

Os espaços de educação enfrentam desafios muito antigos, principalmente, por ser um local que em boa parte das situações são problemas trazidos por estudantes cheios de receios e particularidades. Por esse ângulo, nota-se a necessidade de não generalizar esses casos, para que futuramente, possam analisar suas habilidades especiais, e entender a si e fugir das estatísticas, ou seja, escapar da realidade que muitos sofrem: marginalização, evasão escolar, possível bullying, pedofilia, drogas (uso abusivo, tráfico, exposição), violência entre outros casos que necessitam a inserção de profissionais capacitados para instruir e encaminhar esses crianças/jovens para apoio, ou, qualquer outro tratamento que for julgado melhor. Para que esses diagnósticos sejam feitos, desde escola à família ou estudante, é imprescindível um agente facilitador, que coopera também com a realidade dos alunos, sendo um profissional que produza um local confiante para que o retorno seja positivo.

Por essa perspectiva, a lei 12.101, promulgada em 27 de novembro de 2009, produziu novidades ao trabalho e à estrutura institucional das organizações beneficentes, ora no nexo da assistência social, ora em relação às demais áreas como políticas, saúde e educação. O artigo primeiro consta:

A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei. (Brasil, 2009)

De acordo com Silva (2010, p. 3), o Serviço Social faz presente no contexto escolar como resultado da união de uma mazela, mas ainda por necessidade face ao contexto social, político e econômico atual. Assim, a presença do assistente social em locais escolares facilita, sobretudo os filhos de famílias mais carentes, e mesmo a estas, ao acesso aos serviços sociais e assistenciais,

através de programas, informações e encaminhamentos realizados a partir da própria instituição que são frequentadas.

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em que pese a dimensão socioeducativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos socioinstitucionais. (Almeida, 2000, n.p.).

Legalmente, o conceito de educação prática é focado em um desenvolvimento positivo e perseverante na vida dos discentes, uma vez que o processo tenha como foco um instrumento acessível e almeja a equiparação, para obter consciência de que existem disparidades na sociedade. Por isso, a dinâmica deve ser capaz de visualizar a sociedade em um contexto crítico, eficaz, que detenha princípios críticos para que possam fornecer educação especial àqueles que mais necessitam. Essa busca por uma educação que inclua as diversidades é o desafio atual, de profissionais que cooperem com os professores, coordenadores e etc., para achar soluções pedagógicas no auxílio aos demais, visando todos que precisam de cuidados, atenções e acolhimentos. Como consta a Lei 8069/90:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990)

Em outras palavras, não fica restrito aos profissionais da educação lidar com as divergências sociais, tendo em vista que ao consagrar esses princípios, pois o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reflete a respeito do reconhecimento da importância de um apoio coletivo e governamental para a construção de um corpo social que visa o equilíbrio equitativo.

OS EMBATES DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA.

Com a pandemia do COVID-19, medidas emergenciais foram necessárias para amenizar os desafios que com ela se intensificaram, assim como a desigualdade social estrutural, que foi aprofundada pelo crescimento do ultra neoliberalismo e pelo neofascismo no Brasil. A crise sanitária provocada pelo novo coronavírus impactou profundamente a sociedade em vários

aspectos, exigindo adaptações e soluções em áreas como saúde, trabalho, economia, educação, segurança, entre outras. No âmbito educacional, as desigualdades entre as redes públicas de ensino e o segmento privado ficaram ainda mais evidentes. (Degenszajn *et al.*, p. 160, 2021)

A necessidade de manter o distanciamento social para conter a disseminação da doença levou à suspensão das atividades presenciais nas escolas, universidades e demais instituições de ensino, afetando o processo de aprendizagem de milhões de estudantes de todas as idades e níveis de escolaridade de forma inédita dando palco para o ensino remoto — que intensificou a sua existência nesse período (Andrade; Cavaignac, p. 66, 2022). A educação é uma das áreas de atuação do Serviço Social que enfrenta muitos desafios para garantir o pleno exercício da profissão e a efetivação dos direitos sociais e educacionais. Esses desafios se intensificaram com a pandemia do COVID-19, que trouxe novas demandas e dificuldades para o trabalho do assistente social. Uma das principais questões que se evidenciou nesse contexto foi a exclusão digital de milhões de estudantes e suas famílias, que não possuem acesso à internet ou aos equipamentos necessários para acompanhar as atividades remotas³ propostas pelas escolas.

O Estado Brasileiro, no governo de Jair Bolsonaro, além da omissão e negligência para com a saúde coletiva, também negligenciou os problemas educacionais, deixando as instituições de ensino sem apoio e orientação para lidar com essa realidade complexa e desafiadora (...) para os primeiros cem dias, o governo Bolsonaro trouxe propostas de mudanças para todos os níveis da educação brasileira. Essas metas, no entanto, não coincidem com o plano programa apresentado no processo eleitoral (Cislighi, p. 3, 2019). As dificuldades da rede pública são enormes e envolveram não apenas a questão da conectividade, mas também a formação dos professores, a qualidade do material didático, a participação das famílias, a avaliação dos estudantes, etc.

Diante do cenário pandêmico, o ensino remoto tornou-se essencial para evitar um colapso na educação mundial. Tendo em vista o Brasil, um país onde segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), cerca de 1 em cada 4 brasileiros não têm acesso

³ O problema da promoção do ‘ensino remoto’ durante a pandemia, muitas vezes, deixou de lado qualquer posição crítica e todo um acervo acumulado no setor por décadas. Predominantemente, vimos o tema ser tratado sob o mesmo viés ideológico que reveste o progresso tecnológico no modo de produção capitalista, mencionado no início deste texto: o da neutralidade. Todo o contexto geral de mudanças na dinâmica da acumulação capitalista, e específico, de expansão indiscriminada no campo educacional, ficaram secundarizados ou ocultos. Irônica e tragicamente, essa falta de profundidade teórica e crítica é que dá o tom quando o assunto é o do retorno às atividades presenciais. (Minto, p. 144-145, 2021)

à internet, é possível prever a quão desafiadora se tornou a criação de medidas para superar a crise educacional instalada. Fato esse que exigiu dos professores a elaboração e adaptação a métodos de ensino para amenizar os impactos negativos à comunidade estudantil.

Segundo Andrade e Cavaignac (2022, p. 65)

As dificuldades de acesso à internet e às novas tecnologias de informação e comunicação contribuem para a ampliação das desigualdades sociais no presente e no futuro, afetando principalmente estudantes que se encontram em condições econômicas e sociais piores do que as de estudantes com acesso a tais tecnologias. Antes de relacionar essa problemática ao aumento das obrigações domésticas e familiares indicadas pelos estudantes pesquisados, importa destacar que estes estão em um curso composto majoritariamente por mulheres. De certa forma, apesar de as mulheres vivenciarem historicamente uma dupla jornada de trabalho, incluindo as atividades do trabalho profissional e as atividades familiares, em uma situação de isolamento social devido à pandemia, ambas passam a ocupar o mesmo espaço e, muitas vezes, sendo executadas ao mesmo tempo.

A partir da análise apresentada, pode-se compreender que o contexto de emergência sanitária causado pela pandemia do COVID-19 trouxe novos desafios e demandas para o serviço social na área da educação. Além de lidar com as expressões da questão social que já faziam parte do seu campo de atuação, o assistente social também teve que se adaptar à nova realidade da educação remota, buscando garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas atividades pedagógicas online. Para isso, o profissional teve que utilizar novos recursos e estratégias, principalmente aqueles relacionados à tecnologia, como plataformas digitais, questionários eletrônicos, site institucional, e-mail e contato telefônico. Esses recursos foram importantes para manter a comunicação e o acompanhamento dos estudantes e suas famílias, bem como para identificar e encaminhar as demandas emergenciais.

ANÁLISE NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA: RELATANDO A PARTICIPAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.

Ante o exposto, a crise sanitária da COVID-19 alastrou inúmeras disparidades sociais, sendo importante compreender as realidades das crianças e adolescentes nas unidades de ensino. Assim, foi realizada uma visita monitorada na data 28 de junho de 2023, na Escola de Aplicação da UFPA, localizada em Belém do Pará, que é uma escola pública responsável pela oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental de nove anos, Ensino Médio e Educação de

Jovens e Adultos, que conta com o apoio de enfermeiros, psicólogos, assistente social, entre outras formas de gestão que cooperam com a aprimoração educacional dos alunos. Com isso, fica explícito a conexão dessa instituição com ensinos superiores como, por exemplo, os sofisticados métodos de aprendizagem, pela estrutura, espaços educacionais e a preocupação com a saúde mental dos alunos, o que justifica a rara evasão escolar nesses locais. Além disso, a oportunidade de aprender 4 (quatro) idiomas, proporcionando ao estudante perspectivas que fogem do ambiente presente, mas sim, a buscar outras visões.

Retornando, a Lei 13.935/2019 foi implementada para garantir Psicólogo e Serviço Social nas escolas da rede pública e educação básica, como relatou a assistente social Maria do Socorro Freitas do Vale Guimarães, que durante a visita monitorada explicou o trabalho da sua profissão nesses espaços e os desafios para combater as desigualdades existentes. Em sequência, a profissional descreveu experiências e relatos de sua atuação dentro daquele espaço, e pontua a necessidade de sermos indivíduos que possam enxergar além da condição superficial da realidade. Para explicitar, a Socorro comenta o caso de uma criança que reproduzia assédio contra meninas da mesma idade, por volta dos 8 (oito) anos de idade. Após analisar essa situação, os profissionais decidiram investir e fazer uma visita domiciliar na casa dessa criança, e verificaram o espaço em que residia, perceberam que ele convivia com dois casais, sendo seu pai e mãe, tio e tia. Ou seja, concluíram que o menino ao ver os adultos em atos de reprodução sexual, repetia os mesmos gestos na escola, por aquele ambiente ser sexualizado e inferiorizar a mulher.

Tal situação poderia ter tomado um rumo diferente, ou simplesmente, sujeito a expulsão, porém a presença de profissionais que conseguem, através dos estudos, interpretar a linha social com mais precisão é de suma importância, para não produzir falsos diagnósticos sociais, e conseguir ampliar a melhoria da sociedade por intervir tal caso, e auxiliando os indivíduos. Com isso, a criança pôde receber um tratamento diferenciado, e modificar esses comportamentos, com o apoio do psicólogo, entender e guiá-lo para um caminho melhor.

Entretanto, um fator presente na Escola de Aplicação é a desigualdade dos estudantes, por ser uma instituição reconhecida pelo MEC (Ministério da Educação), e pela aproximação das universidades superiores com o ensino médio, acabam recebendo a inscrição de alunos não

apenas de classe média baixa e similar, mas de classe média alta, promovendo a disparidade no ensino, uma vez que as realidades não coincidem. Dentro desse cenário, professores Doutores e Mestres aprimoram suas modalidades pedagógicas para aproximar mais esses estudantes, para não haver conflitos e desigualdade, porém é um processo árduo.

Durante o período da pandemia de 2020 a 2022, a diferença de acesso às aulas de forma remota foi nítida a disparidade das classes nas aulas, muitos alunos que dependiam dos lares da Escola de Aplicação encontram-se sem recursos para acompanhar aqueles que obtêm dos meios para acessar a internet. Na mesma época, o governo paraense proporcionou tablets e recursos para que esses alunos pudessem ter condições de comparecer às aulas, mas não foi um processo fácil de controlar, houve muitas divergências e debates, o que ocasionou em reuniões para produzir estratégias a respeito disso.

Em uma perspectiva crítica, ao analisar critérios para aprovar os alunos, a prioridade deveria ser os inscritos com menos poder econômico, para promover o avanço daqueles que não obtêm dos meios financeiros, e assim, educar e conscientizar mais esses futuros universitários. Em destaque, um ponto positivo é a preocupação que a escola tem com as informações que chegam nos discentes, pela elaboração de meios contra as famosas *Fake News* e pela dedicação em impor a Lei 11.645 de 2008, onde é obrigatório o ensino sobre a cultura afro-brasileira e africana nas salas de aulas, para combater mais a estrutura racista que existe na sociedade, tendo em vista que o público alvo que se inscreve nos sorteios para acessar a escola são, majoritariamente, compostos por pessoas negras e pardos, e a localidade em si, é próxima de periferias.

Por fim, a descrição do CFESS de 2023 com relação aos anos de lutas do Serviço Social é de grande importância, pois consta as lutas que essa profissão teve para poder ingressar nas escolas, e a compreensão de que as expressões da questão social atravessam a realidade educacional, e que estudar é um privilégio, por familiares poderem abdicar da mão de obra para fornecer essa realidade aos filhos, (...) portanto, a relação dialógica entre a educação e o Serviço Social torna-se incontornável, uma vez que as expressões da questão social são estruturantes da própria lógica que orienta a constituição dos sistemas de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O(A) Assistente Social enfrenta desafios diários em sua área de trabalho, e no espaço escolar (...) pois se configura ainda como um campo a ser explorado e efetivado. Segundo Alves (2010, n.p.) as políticas implementadas não são suficientes para garantir uma atuação de qualidade que valorize as habilidades, competências e atribuições do Assistente Social. Ou seja, são diversas as demandas que o profissional em Serviço Social precisa se apropriar para intervir de forma eficaz.

A pós-pandemia provocou uma crise sem precedentes na educação mundial, afetando milhões de estudantes, professores e gestores. As formas de enfrentar essa situação variam de acordo com as condições históricas, sociais, políticas e econômicas de cada país e região. No Brasil, a pandemia escancarou as desigualdades educacionais que já existiam, mas que se agravaram com a necessidade de isolamento social e fechamento das escolas. Muitos estudantes da rede pública não têm acesso à tecnologia e à internet, que são recursos fundamentais para a realização de atividades pedagógicas remotas.

Em síntese, é de suma importância que o(a) Assistente Social produza os diálogos com os(as) usuários para continuar compreendendo as demandas, viabilizando os direitos que surgirem e se especializando para estudar a sociedade em si. Logo, o Serviço Social no ambiente socioeducacional enfrenta as mais diferentes dificuldades, ora no desenvolvimento de práticas de excelência no âmbito educacional, ora na busca por promoção à igualdade e à justiça social. (Alves, 2010, n.p.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *O Serviço Social na Educação*. In: *Revista Inscrita*. Nº 6 CFESS, 2000. p.19-24.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; CAVAINAC, Mônica Duarte. Serviço Social e universidade em tempos de ensino remoto emergencial. **Serviço Social & Sociedade**, p. 52-70, 2022.

ALVES, Ilza Maria Da Silva. Desafios E Possibilidades De Atuação Do Assistente Social: A Area Da Educação Como Espaço Sócio-Ocupacional. In: **XIII Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais, 2010**. 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza et al. Não é uma crise, é um projeto: a política de educação do governo Bolsonaro. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosangela Dias O. da; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Por que precisamos falar de desigualdade?. **Serviço Social & Sociedade**, p. 157-163, 2021.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015

GONÇALVES, Priscila Ambrozio; DE PAIVA, Ariane Rego. Serviço social e instituições filantrópicas da assistência social: Novas requisições profissionais. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 1, n. 1, p. 162-178, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). PNAD Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=38243> Acesso em: 8 de março de 2024.

MINTO, L. A PANDEMIA NA EDUCAÇÃO. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 139-154, 30 jun. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REÚBLICA. **Lei nº12.101, de 27 de novembro de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm Acesso em: 06 de março de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 2 de março de 2024.

Trabalho Infantil aumenta em 2022 e afeta 1,9 milhão no Brasil. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/trabalho-infantil-aumenta-em-2022-e-afeta-19-milhao-no-brasil.shtml#:~:text=Com%20o%20poss%C3%ADvel%20impacto%20da,Brasileiro%20de%20Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica.\)](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/trabalho-infantil-aumenta-em-2022-e-afeta-19-milhao-no-brasil.shtml#:~:text=Com%20o%20poss%C3%ADvel%20impacto%20da,Brasileiro%20de%20Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica.)) Acesso em: 8 de março de 2024.

A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES HUMANAS NO CAPITALISMO

Tallison Huan Ferreira Silva¹

Resumo: A fome é uma expressão da “questão social” decorrente da pauperização produzidas pelo sistema capitalista. Uma parte significativa da população é privada de acessar uma alimentação condizente com suas necessidades diárias, mesmo sendo um direito de todos os cidadãos. Sendo esse um direito, deve ser garantido no âmbito das políticas sociais. Por isso quando o combate à fome é negligenciado pode-se afirmar que ela torna-se um projeto de governo. Este trabalho tratou sobre o fenômeno da fome na perspectiva das necessidades humanas, compreendida a partir do referencial teórico marxista. A relevância deste trabalho justifica-se pela importância de entender as causas fundamentais da fome, assim como os motivos pelos quais este fenômeno ainda presente. Observou-se por fim que a fome é um projeto de governo que intensifica o neoliberalismo e que, por isso, o Estado deixa à mercê da própria sorte, aqueles que estão com fome.

Palavras-chave: Modo de produção capitalista; Necessidades Humanas; Fome;

Abstract: Hunger is an expression of the “social issue” resulting from the pauperization produced by the capitalist system. A significant part of the population is deprived of access to food that meets their daily needs, even though it is a right for all citizens. Since this is a right, it must be guaranteed within the scope of social policies. Therefore, when the fight against hunger is neglected, it can be said that it becomes a government project. This work dealt with the phenomenon of hunger from the perspective of human needs, understood from the Marxist theoretical framework. The relevance of this work is justified by the importance of understanding the fundamental causes of hunger, as well as the reasons why this phenomenon is still present. Finally, it was observed that hunger is a government project that intensifies neoliberalism and that, therefore, the State leaves those who are hungry to their own devices.

Keywords: Capitalist mode of production; Human Needs; Hunger;

INTRODUÇÃO

O estudo das necessidades humanas dentro do contexto capitalista é essencial para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam a vida das pessoas. Desde os primórdios da civilização, as necessidades humanas têm sido o precursor por trás das atividades sociais e econômicas, impulsionando a busca por alimentos, segurança e uma variedade de outros recursos essenciais para a sobrevivência e o bem-estar. No entanto, a forma

¹ Assistente Social, Técnico em Enfermagem, Pós Graduando em Direito Trabalhista pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. ORCID: 0009-0008-7016-8227E-mail: tallisonhuan@outlook.com

como essas necessidades são compreendidas e atendidas varia significativamente de acordo com o sistema socioeconômico predominante em uma determinada sociedade.

Dentro do sistema capitalista, as necessidades humanas frequentemente subordinam-se aos imperativos do lucro e da acumulação de capital. Heller (1986), em sua obra sobre a teoria das necessidades, distingue entre necessidades biológicas e sociais, enfatizando a importância de satisfazê-las para garantir uma existência digna e plena. No entanto, no contexto do capitalismo contemporâneo, as necessidades humanas tendem a ser reduzidas a meros requisitos de sobrevivência, submetidas à lógica implacável de acumulação de capital.

Neste contexto, a alimentação emerge como um exemplo emblemático das complexidades envolvidas na satisfação das necessidades humanas no capitalismo. Enquanto a produção de alimentos é fundamental para garantir a sobrevivência e o bem-estar das populações, ela também é profundamente influenciada pelas dinâmicas econômicas do mercado capitalista. A produção de alimentos é frequentemente orientada pela busca pelo lucro, levando a práticas agrícolas intensivas, desigualdades estruturais na distribuição de recursos e uma crescente desconexão entre os sistemas alimentares e as necessidades nutricionais das populações.

A fome tem origem agregadas ao modo de produção, se perpetuando ao longo do tempo. Desde os primórdios da propriedade privada até a lógica atual do sistema que baseia-se na acumulação de lucro.

Perpassa neste artigo entendimento das necessidades humanas a partir de Agnes Heller, no qual evidenciar que com o alastramento do capitalismo, concomitantemente as necessidades humanas vão sendo limitadas, e também ocorre a degradação do próprio trabalhador e aumento da pobreza.

Adiante, será discutido a partir de Lukács e Marx o trabalho como *práxis*, através do ser social, ou seja, ao realizar o trabalho o sujeito irá identificar-se na excursão deste, entendendo e compreendendo o processo do trabalho. Por fim aborda-se através de Wood e Mézáros a perversidade do capitalismo, no que tange a sua constituição, e desdobramentos das necessidades humanas, tratando o homem como mero objeto, deixando o trabalhador à mercê da sociedade.

DESENVOLVIMENTO

A CONCEPÇÃO DE NECESSIDADES HUMANAS EM HELLER

As necessidades humanas são complexas, uma vez que é relativo à sobrevivência do sujeito social. A análise de Marx das necessidades humanas são históricas e buscam entender elementos ontológicos, categorizando as necessidades humanas como natural e socialmente produzida. Para Heller (1978, pag. 28) “A necessidade física corresponde aqui à biológica, ou seja, aquelas necessidades dirigidas à conservação das meras condições vitais”. Neste sentido, quando Marx estabeleceu a classificação das necessidades como "naturais", a "produção social" não nega o conteúdo das necessidades naturais, ou seja, aquelas relacionadas às condições materiais de existência, como alimentação, abrigo e vestuário.

Assim, segundo Heller (1978), a redução das necessidades humanas ao conteúdo social, inclusive as de natureza biopsicológica, é um produto da sociedade capitalista. “É a sociedade burguesa que subordina os sentidos humanos às «grotescas necessidades práticas» e as torna «abstratas», reduzindo-as a meras necessidades de sobrevivência.» (HELLER, 1978, p. 29).

Dessa forma, a satisfação das necessidades na sociedade capitalista perpassa na subalternidade da classe trabalhadora a sucumbir a uma renda salarial mínima, a qual é essencial para proporcionar sua existência social e biológica, a venda da sua mão-de-obra. No entanto, na ausência de trabalho, essa parcela da população em situação de vulnerabilidade social, que foi expropriada, passa por um processo de pauperização, podendo recorrer à assistência social do Estado. Heller (1978) aponta que as necessidades dos sujeitos só podem ser atendidas por meio do estabelecimento de instituições sociais.²

² Segundo Carvalho (2018) no período de 1947 a 1958, Heller foi aluna e assistente de Georg Lukacs. Depois de receber seu doutorado em 1955, ela continuou envolvida na Escola de Budapeste com alguns colegas de pesquisa, como Georg Markus, Ferenc Feher e Mihai Wajda. No entanto, após a expulsão do Partido Comunista, Heller perdeu seu cargo na Universidade de Budapeste e emigrou para a Austrália no final dos anos 1970 e depois para os Estados Unidos. Atualmente, a filósofa húngara ocupa a cadeira Hannah Arendt em Filosofia e Ciência Política na New School for Social Research, em Nova York. A verdade é que, nessa época, Heller foi entrando gradualmente em diálogo com outras linhas de pensamentos e outras formas de conhecer o mundo, o que levou ao abandono da perspectiva marxista de leitura da realidade e ao afastamento da tradição marxista. Salienta-se que construção da análise baseia-se a partir do livro “Necessidades Humanas em Marx”, que tem como linha o materialismo dialético, momento no qual análise da realidade feita por Heller perpassava-se pela teoriomarxista.

As necessidades humanas são construções sociais que mantêm uma legitimidade que, em última análise, não é determinada pela natureza ou pelas condições naturais, mesmo que tais condições sejam inalienáveis. O processo de atendimento das necessidades humanas tem o privilégio de transformá-la, recriando estas ou criando novas necessidades que se tornam tão necessárias quanto às "primeiras necessidades" com as quais o homem lidou no início de sua história e em sua constituição como ser social. Nesse sentido, a concepção de Heller (1978) de atender às necessidades básicas, não perpassa apenas economicamente, ou seja, suprir o básico que o capital determina, mas a autora afirma que

Por exemplo, na sociedade moderna, a satisfação da necessidade de aprender só é possível através de instituições adequadas para a educação pública. O mesmo pode ser dito em relação à necessidade de proteger a saúde e a inúmeras espécies de necessidades culturais, até mesmo a necessidade de comunidade (HELLER, 1978, p. 35).

Assim, devido à constante necessidade de atender às crescentes demandas dos trabalhadores, as instituições de assistência social surgiram e se tornaram mais complexas. Neste aspecto, para Marx (2011), ao perderem suas condições de vida, por não conseguirem vender sua força de trabalho, os trabalhadores vegetam no pauperismo. Por isso, esse segmento passa a aceitar qualquer tipo de trabalho em troca de um mínimo para garantir a sobrevivência.

Para Lukács (1978), a categoria do trabalho é destacada como um elemento vital para a existência do ser humano que é associado ao plano ontológico do ser social. Nesta perspectiva, entende-se como trabalhador a pessoa que se torna humana através deste, com seres que dão respostas, no sentido de que as atividades laborais que realizam emergem como respostas às necessidades materiais que levam à ação.

Diante disso, Lukács (1978, p. 3) destaca que o “ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico”. O homem como ser social surge e materializa-se a partir da interação com o universo orgânico (a natureza e o próprio homem) e do contato com objetos concretos.

Por meio desse processo de interação (universo orgânico e universo inorgânico), temos o surgimento da existência social, e também o processo de evolução da mesma, sendo a consciência o elemento norteador desse universo.

Nesse viés, Lukács afirma:

Do mesmo modo, o processo de reprodução assume na natureza orgânica formas cada vez mais correspondentes à sua própria essência, torna-se cada vez mais nitidamente um ser sui generis, ainda que jamais possa ser eliminado o seu enraizamento nas bases ontológicas originárias. Mesmo sem ter aqui a possibilidade sequer de mencionar um tal complexo de problemas, gostaríamos, porém, de recordar como o desenvolvimento do processo de reprodução orgânica no sentido de formas superiores, o seu tornar-se cada vez mais pura e expressamente biológico no sentido próprio do termo, forma - com a ajuda das percepções sensíveis - também uma espécie de consciência, importante epifenômeno, enquanto órgão superior do funcionamento eficaz dessa reprodução (LUKÁCS, 1978, p. 4).

A consciência surge como um elemento importante e superior na reprodução da existência social, fazendo com que ela evolua biologicamente, se materialize como um ser racional e aja conscientemente no universo que a cerca. A partir do pensamento e da ação conscientes, os seres sociais passam a agir teleologicamente na natureza, pois a consciência é um elemento necessário e vital desse processo, dando origem a outro elemento: o trabalho.

Segundo Lukács (1978, p. 4), "Para que o trabalho nasça, como base estrutural dinâmica de um novo tipo de ser, é imprescindível certo grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica". O trabalho surge como elemento intrínseco na evolução humana e, no desenvolvimento da consciência, é o elemento central que distingue o trabalho humano do trabalho animal. A esse respeito, Lukács (1978, p. 5) destaca:

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal.

A partir do desenvolvimento da consciência, e do entendimento das atividades que realizava, o homem deixou de ser um animal, passando a se constituir enquanto ser social, organismo dotado de uma consciência racional e de um viés teleológico.

O trabalho como elemento ontológico do homem leva a uma transformação da natureza e do próprio homem, afetando-o e dando-lhe novas faces, tanto individuais quanto coletivas. Segundo Lukács (1978, p. 6) "com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo –

ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham”. Nesse aspecto, o autor delinea:

Já por esse motivo, mas antes de mais nada porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário – precisamente no plano ontológico –, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto (LUKÁCS 1978, p. 6).

A partir do trabalho, o homem está imerso no intenso processo de reprodução, transformação e evolução. O homem torna-se um ser social que age conscientemente de acordo com o trabalho da teleologia, transformando a natureza em sua relação com a natureza e ao mesmo tempo transformando a si mesmo, desenvolvendo e adquirindo novas potencialidades. Este é o trabalho teleológico inerente ao ser social.

O processo de reprodução do homem a partir do trabalho se dá mediante o crescimento material, onde irá suprir suas necessidades. Desse modo compreende-se que o homem, enquanto ser social consciente, age na natureza de forma racional, a partir do trabalho teleológico: mediante as necessidades, ele sente suas carências, idealiza o seu objetivo e age sobre a natureza, extraíndo dela os materiais necessários para suprir as suas necessidades. O homem é um ser genérico, conseqüentemente, um ser natural que estabelece relações sociais com os outros homens e a natureza. Esta última apresenta-se para o trabalho, sendo ela modificada pelo trabalhador que automaticamente também é modificado, caracterizando o trabalho.

O homem utiliza-se do trabalho para satisfazer as suas necessidades básicas. Em Marx (2011) este processo de trabalho é apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição natural eterna da vida humana, sendo igualmente comum a todas as suas formas sociais. O trabalho é a objetificação, que se apresenta para suprir as necessidades do homem, sendo a alimentação uma desta. Ou seja, o ser humano cria suas próprias necessidades e ao mesmo tempo cria os meios para satisfazê-las. Essa é a diferença entre o ser humano e o animal. Nesse sentido, o homem é basicamente a origem das necessidades, que são satisfeitas por meio da objetivação, de modo que os objetos criados medeiam o desenvolvimento de novas

necessidades. Assim, a natureza ativa do homem, como executor de atividades concretas perante a natureza, contribui para a objetivação da criação de novas necessidades.

Nesse sentido, como o sistema de necessidades baseia-se na divisão do trabalho e a satisfação das necessidades aparecem mediadas pelo mercado, o objetivo dessa forma social não é satisfazê-las por si só, mas a valorização do capital.

PRODUÇÃO PARA O LUCRO E NÃO PARA A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES

Denota-se que o capitalismo teve sua origem agrária, neste sentido Wood (1998) pontua que não é um fenômeno oriundo somente das cidades e sim um processo das grandes mudanças das relações humanas e que este nasce no campo. Ou seja, o capitalismo tem o feudalismo como condição necessária, mas não condição suficiente, já que pode ter vários resultados a partir do ponto de partida feudal.

Wood (1998) afirma que ao longo da história, sempre ocorreram trocas e vendas dos excedentes para diversos fins. Já no capitalismo, praticamente tudo é mercadoria produzida para o mercado. As relações entre os capitalistas, sua mão-de-obra e seu salário, sua matéria-prima e produção, e seu lucro giram em torno do mercado e sua demanda, sendo este considerado o principal regulador das ações. E esse sistema dependente do mercado acaba gerando imperativos como a competitividade, a acumulação, maximização dos lucros, e a busca incessante por novos mercados.

Neste sentido compreende-se que o capitalismo como se conhece hoje é resultado de longos e complexos processos de transformação nas relações humanas, e não apenas um processo natural, considerando que no princípio ele existia de forma embrionária, ou seja, encontrava-se em estágio rudimentar, no qual só precisava se libertar de algumas amarras.

No capitalismo agrário existia a divisão entre os produtores, que trabalhavam a terra, camponeses que tinham a posse dos meios de produção, no caso a terra, e os apropriados que se apropriaram do trabalho alheio (excedente agregados através da força por grandes proprietários ou Estado). Compreendendo o poder que esse o mercado tem, em detrimento disso Wood (1998) salienta que:

[...] Os efeitos imperativos do mercado foram intensificar a exploração tendo em vista o aumento da produtividade - fosse a exploração do trabalho dos outros ou alto-exploração do agricultor e sua família. (...) Onde os pequenos produtores independentes, supostamente a espinha dorsal de uma república livre, tiveram cedo de encarar a cruel escolha imposta pelo capitalismo agrário (WOOD, 1998, p. 19).

Ou seja, na indústria ou na agricultura, a diferença entre a sociedade pré-capitalista e a sociedade capitalista está na relação de propriedade entre produtores e expropriados, e não na questão urbana-rural. Destaca-se que esta relação no capitalismo foi desenvolvida como a venda de sua capacidade de trabalho em troca de salário, sem posse da propriedade dos meios de produção.

Neste sentido, entende-se que o capitalismo gira em torno do mercado uma vez que este é o seu senhor. Wood (1998) afirma que:

[...] O capitalismo não é uma consequência "natural" e inevitável da natureza humana, ou mesmo das práticas sociais antigas como o comércio. É o resultado tardio e localizado de condições históricas muito específicas. [...] Exigiram uma transformação nas trocas do homem com a natureza, com vistas ao provimento das necessidades vitais básicas (WOOD 1998, p. 29).

Neste contexto, o capitalismo apresenta-se em um período de expansão praticamente universal nos dias atuais, com uma forte força na obtenção da propriedade material, obtida às custas de uma extensa expropriação e intensa exploração. E também uma crescente:

[...] Produtividade e capacidade de alimentar uma vasta população; por outro lado a subordinação de todas as condições aos imperativos do lucro. Isso significa, entre outras coisas, que pessoas que podiam ser alimentadas são frequentemente deixadas famintas (WOOD 1998, p. 27).

Denota-se que na verdade, significa que existe uma grande disparidade entre capacidade produtiva do capitalismo e a qualidade de vida que proporciona. Uma vez que o seu surgimento acarretou vários problemas sociais e ambientais, afetando diretamente a classe trabalhadora. Neste sentido demonstra que este permeia-se através da:

(...) ética do uso irresponsável da terra, da doença da vaca louca e da destruição ambiental. O capitalismo nasceu no âmago da vida humana, da interação com a natureza

da qual depende a própria vida. A transformação dessa interação pelo capitalismo agrário revela os impulsos inerentemente destrutivos de um sistema no qual os aspectos fundamentais das existências estão sujeitos às exigências do lucro (WOOD 1998, p. 28).

Percebe-se que os efeitos destrutivos do capitalismo constituem continuamente, enquanto os efeitos positivos não têm sido apresentados com a mesma consistência. Wood (1998), explicita que uma vez que o capitalismo é inserido em um país este se espalha rapidamente para os demais, juntamente com seus efeitos destrutivos que estão sobrepujando os ganhos materiais.

O capitalismo, portanto, desenvolveu-se em um lugar preciso e em uma época determinada, não como uma força natural, mas como o fruto de “relações de propriedade particulares”, as quais permeiam-se pelas “mediações do mercado”. Neste sentido o importante para o capital é que a classe trabalhadora mantenha as produções de lucro do sistema, Mézáros (2011) compreende-se ser insustentável:

[...] que a disjunção de necessidade e produção-de-riqueza – que vem a ser uma característica necessária da geração de riqueza sob o domínio do capital – possa sustentar a si própria indefinidamente, mesmo nos países de capitalismo mais avançado e privilegiado; ainda menos que possa satisfazer “no momento apropriado” (graças a seu glorificado “dinamismo”) às necessidades elementares da vasta maioria da humanidade que agora tão insensivelmente despreza (MÉZÁROS, 2011, p. 605).

Tal ideia é inconcebível uma vez que o capital coloca os sujeitos como meros objetos, buscando a princípio acumulação de riqueza. Evidenciando-se que as necessidades humanas é um momento secundário para a lógica da acumulação capitalista. Neste sentido, demonstra-se que há uma subordinação das necessidades humanas à produção e reprodução do valor. Mézáros (2011) afirma que esta perspectiva tem sido uma marca do capital desde seu início, no qual tem sido configurada historicamente como sendo o principal processo de seu desenvolvimento.

Percebe-se que o homem é tratado como uma mercadoria e independente das suas necessidades básicas, está ali para um propósito da lógica de valorizar o capital. Neste sentido, deve-se ter em mente que as:

[...] realizações problemáticas do sistema do capital emergem de uma estratégia autocontraditória que ingênua ou assustadoramente ignora as exigências de um adequado “domínio do homem sobre suas condições de existência orgânica e inorgânica” como a precondição necessária de um domínio humano socialmente viável sobre as forças da natureza (MÉZAROS, 2011, p.609).

No qual “A subordinação das necessidades de capital humano à reprodução completa do valor de troca no interesse da autorrealização ampliada do capital tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início” (MÉZÁROS, 2011, p. 606).

Além disso, esse processo de separação/apropriação da riqueza produzida não se limita à divisão completa do homem de sua natureza. Como o modo de produção capitalista se reproduz objetivamente em uma visão inconsistente de que a base natural das próprias condições materiais de existência do homem é eliminada, e que seu objetivo maior é o lucro, esta externalidade faz com que o trabalhador se envolva em uma autodestruição absurda. Conforme Mézáros (2011)

[..] Dadas as limitações e contradições estruturais desta ordem social universalmente mercantilizadora, orientada para o lucro, o escopo de sua produtividade é desesperançosamente limitado – e sua direção, além de certo ponto do desenvolvimento histórico em andamento, radicalmente pervertida – pelo modo no qual as demandas da expansão do capital praticamente definem o critério de “utilidade” ao qual tudo deve se conformar. (MÉSZÁROS, 2011, p. 620).

Aliás, cria-se o direito de utilidade completamente fúteis! Voltados ao mero consumo, apenas para satisfazer a dinâmica da acumulação capitalista. Como resultado, o consumo torna-se mais acessível, vital para a reprodução do capital e cada vez mais distancia-se do atendimento das necessidades humanas básicas.

Desta forma, as necessidades humanas ao longo das transformações do sistema capitalista foram cada vez mais secundarizadas e submetidas à dinâmica de valorização do capital, na concepção de não haver necessidade de garantia dos mínimos necessários. Como um sistema sem limites para sua expansão, o capital acaba se tornando incontrolável e inerentemente destrutivo. O excesso de produção e consumo, os danos ambientais em escala global, o desemprego e a precarização do trabalho são estruturais, e atingem as classes mais pobres da sociedade.

Compreende-se de acordo com Netto (2010) que as bases de sustentação do capitalismo são as mesmas que geram contradições, o período e a cultura de cada região representam como o desenvolvimento do capitalismo irá gerar as expressões da questão social, percebe-se neste sentido que:

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente os valores de uso (NETTO 2010. n.p.)

Nos termos de Netto (2010), o desenvolvimento do sistema capitalista é permeado pelo avanço civilizatório baseado na barbárie. No qual as expressões da “questão social” irá apresentar-se cada vez de maneira intensa, neste sentido a pobreza será conseqüentemente a propulsora da fome.

Desse modo, observa-se que o sistema capitalista busca somente construir estratégias que o beneficie, e como consequência evidenciará de maneira exacerbada as expressões da “questão social”.

Esta perspectiva do capital irá corroborar para o aumento significativo da fome, sendo está entendida neste capítulo, evidenciada pelo aumento da acumulação de riqueza e má distribuição destas que caracteriza o pauperismo em consonância com as expressões da “questão social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca incessante pelo lucro no sistema capitalista muitas vezes se sobrepõe à preocupação com a satisfação das necessidades humanas básicas, perpetuando o ciclo de

pobreza e exclusão social. Esse fenômeno é evidenciado pela prevalência de desigualdades socioeconômicas profundas em muitas partes do mundo, onde uma minoria acumula riqueza enquanto uma grande parte da população luta para ter acesso aos recursos mais básicos, como alimentação, moradia e saúde adequada.

Nesse contexto, é fundamental analisar criticamente as estruturas socioeconômicas que sustentam essa dinâmica desigual. O capitalismo, como sistema econômico dominante, tem seu funcionamento fundamentado na maximização do lucro e na acumulação de capital, muitas vezes em detrimento do bem-estar humano e ambiental.

O modo de produção capitalista perpetua a fome, o que pode trazer a reflexão que a não garantia do suprimento das necessidades básicas é algo planejado para existir, pois ao observar todo o funcionamento do sistema a classe trabalhadora permanece sempre submetida a classe dominante, sempre vivendo à margem e não acessando todos os direitos.

Portanto, é possível defender que a fome é um projeto, visto que atualmente pelo nível de produtividade do capitalismo ela pode ser superada, porém é mantida. Investimentos em políticas públicas, por exemplo, tendem a serem vistos como desnecessários uma vez que a prioridade é a liberdade irrestrita do mercado. Nesse sentido, cabe ao Estado um papel cada vez menor no combate às desigualdades em nome do livre mercado.

Se essa racionalidade não for superada, não só a segurança alimentar e nutricional estará ameaçada, mas também a manutenção da vida humana, tendo em vista as condições naturais necessárias para nossa sobrevivência como espécie. Desse modo, observa-se que o sistema capitalista busca somente construir estratégias que o beneficie, e como consequência evidenciará de maneira exacerbada as expressões da “questão social”.

Com isso este artigo buscou contribuir com o entendimento das necessidades humanas a partir da fome e suas origens, salienta-se a necessidade de maiores aprofundamentos e pesquisa sobre o tema, visto que este é pouco estudado dentro do Serviço Social, sendo uma discussão de grande relevância no cenário brasileiro onde milhões de pessoas estão em situação de fome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teoría de las necesidades en Marx. Barcelona: Ediciones Península, 1986

WOOD. E. M. **As origens agrárias do capitalismo.** Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Trad. de Paulo

César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 605 – 709.

LUKÁCS, George. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.** p. 1-25. (Em manuscrito "in: "Termas" v.4").

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E O CONTEXTO DO ULTRACONSERVADORISMO

Ricardo Silvestre da Silva¹

Resumo: O texto que segue visa realizar apontamentos sobre a construção histórica da política de assistência social brasileira após a Constituição Federal de 1988, considerando que este processo é atravessado por uma cultura política conservadora articulada. Este pensamento conservador remete à formação social brasileira autoritária, excludente e elitista, tornando-se um aspecto que necessita ser constantemente enfrentado pelo conjunto das forças políticas progressistas. Contudo, as determinações históricas do século XXI contribuíram para produzirem um tipo de pensamento ultraconservador, conduzido por uma extrema direita que se transformou em algo que se torna um entrave no processo de avanço da assistência na cena contemporânea.

Palavras chaves: Assistência Social; Ultraconservadorismo; Política Social; Estado; Questão Social

Abstract: The text that follows aims to make notes on the historical construction of Brazilian social assistance policy after the 1988 Federal Constitution, considering that this process is permeated by an articulated conservative political culture. This conservative thought refers to the authoritarian, exclusionary and elitist Brazilian social formation, becoming an aspect that needs to be constantly faced by all progressive political forces. However, the historical determinations of the 21st century have contributed to producing a type of ultra-conservative thinking, led by an extreme right that has become something that becomes an obstacle in the process of advancing assistance in the contemporary scene.

Keywords: Social assistance; Ultraconservatism; Social Policy; State; Social issues

INTRODUÇÃO

A construção da assistência social no Brasil, enquanto política pública, a partir dos seus marcos regulatórios inaugurados com a Constituição Federal de 1988², deve ser considerada um marco civilizatório no avanço da proteção social brasileira, particularmente de um segmento da

¹ Assistente Social, Doutor em Serviço Social, Professor adjunto do curso de Serviço Social da UFMG. <https://orcid.org/0000-0002-6548-948X>. ricardosmg@ufvjm.edu.br

² Além da Constituição Federal, que regulamentou a Assistência Social, em seus artigos 203 e 204, temos a LOAS em 1993 e o SUAS em 2004.

população, historicamente “excluída³” do acesso aos direitos sociais ao longo do período do “Brasil republicano”. Foi necessário quase um século, desde a instauração da república no final do século XIX, para que finalmente o Estado brasileiro reconhecesse a assistência enquanto uma política pública, retirando-a ao menos no campo jurídico constitucional do limbo da caridade, filantropia e altruísmo, que historicamente sempre esteve fortemente articulada a suas bases conservadora e moralizante.

Contudo, devemos ter clareza que este processo institucional não supera o Brasil profundo do conservadorismo, de repulsa e ódio que as elites econômicas e políticas nutrem historicamente contra as camadas populares e periféricas. Por outro lado, devemos ter clareza que o processo que se desenrola no Brasil ao longo da década de 1980, é uma tentativa de acertar contas com parte do passado autoritário e excludente, em que todos os projetos nacionais republicanos vitoriosos consolidaram um traço marcante de nossa formação social: a exclusão, desigualdade social e a concentração de riqueza e poder nas mãos de uma elite branca, endinheirada, masculina que tem a heteronormatividade como padrão.

Ainda nesta direção, tal movimento expressa resistência e luta de uma parte da sociedade brasileira, que se articula de uma forma mais ampla com a tradição democrática, popular e periférica, que sempre existiu na sociedade brasileira⁴, e tomando emprestado o que disse Conceição Evaristo, em relação às lutas anti-racistas, mas que em alguma medida serve para expressar o conjunto de lutas sociais em favor dos impedidos de acessar a riqueza social, pois enquanto o sistema os empurrados para a invisibilidade social produz estratégias para sua aniquilação “*a gente combinamos de não morrer*”. (Evaristo, 2016:100).

Por isto, podemos inscrever a longa e árdua luta para alçar a assistência social ao *status* de política social, é parte deste movimento para ampliar a noção e o alcance do Estado republicano, que nas suas condições objetivas de existência, seja possível garantir direitos sociais à uma parte da população, impedida de garantir sua reprodução a partir das relações de compra e venda da

³ O termo exclusão aqui deve receber uma atenção especial e ser devidamente relativizado, pois na lógica inaugurada pelo capitalismo, o mesmo se articula com uma necessidade fundamental deste modo de produção que é a produção sistemática de “excluídos” da riqueza social. Nestes termos, a superação definitiva desta problemática implica na construção de uma nova sociabilidade, que ultrapasse as relações entre o capital x trabalho.

⁴ É importante termos a devida clareza que a história oficial narrada, recorrentemente recebe os contornos retóricos e ideológicos de uma elite dominante, que constrói uma narrativa em seu favor, contanto neste processo com a desprezível contribuição de “intelectuais” dispostos a manipular os fatos e contribuir com o fortalecimento de um projeto de país excludente. Contudo, torna-se fundamental lembrar que sempre existiu na sociedade civil, grupos que lutaram em favor da ampliação de direitos.

força de trabalho. Consideramos que este movimento tem um duplo sentido, sendo sua dimensão mais imediata garantir condições para a reprodução objetiva de uma parcela da população, enquanto primeiro ato histórico⁵, que inscrita na desproteção social e largada à própria sorte do canto da sereia liberal da meritocracia, vê-se obrigada a construir estratégias de sobrevivência enquanto único caminho possível para existência, mas rechaçadas pelo moralismo burguês reforçando assim, a invisibilidade destes segmentos populacionais.

A outra dimensão deste processo, inscreve-se em um quadro mais largo, articulando-se a um projeto societário conduzido pela vanguarda da classe trabalhadora, que assume seu protagonismo e busca construir estratégias de inclusão de segmentos populacionais aliados da dimensão “emancipatória” do republicanismo, e a democratização da riqueza social a partir da disputa do fundo público⁶ em favor dos interesses da classe trabalhadora, possibilitando saltos históricos qualitativos em direção da superação da questão social⁷ e seus fundamentos.

A assistência social não deve ser entendida como um fim em si mesma, mas parte integrante do conjunto de estratégias classistas de determinado projeto societário em disputa no interior do Estado, que busca ampliar seu marco civilizatório na direção de contribuir com a ruptura da exclusão e pobreza de parte da classe trabalhadora, além de garantir dignidade a segmentos populacionais como idosos e pessoas com deficiências sem acesso a renda. Aqui nos deparamos com uma questão central que precisaremos enfrentar no próximo ciclo histórico, no debate em torno das políticas sociais particularmente a assistência social, que é a consolidação e avanço de um tipo de pensamento e práticas políticas associadas e este pensamento, comumente denominada de extrema direita.

Este tipo particular de pensamento, que ganha muita força na cena contemporânea principalmente a partir dos acontecimentos em 2016⁸, culmina na vitória eleitoral dois anos depois de Jair Bolsonaro para presidente da república, é profundamente nocivo a ampliação dos direitos sociais, movimentos populares e a um padrão civilizatório, conquistado pela classe trabalhadora, promovendo deste modo grande retrocesso e atingindo a assistência social.

⁵ Ver Marx, 2007.

⁶ Sobre este debate ver Salvador, 2010.

⁷ O debate sobre a questão social é atravessado por determinações diversas e é importante para a compreensão do significado da assistência social. Sobre o tema ver Netto, 2001 e Teles 2024.

⁸ Aqui me refiro particularmente ao processo de impeachment de Dilma Rousseff e a subida à presidência da república do golpista Michel Temer.

Por isto, cabe ao conjunto de forças políticas orientadas por uma criticidade, presentes no processo de construção e implementação da política de assistência social, refletir sobre este processo de modo que sejam capazes de ao mesmo tempo, desconstruir as armadilhas deste pensamento e suas práticas, como fortalecer a dimensão pública e inclusiva desta política.

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL, PÓS 1988 E O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA

A emergência da assistência social com a Constituição Federal de 1988⁹, deve ser compreendida de forma articulada a um processo mais largo de movimentações sociais, presentes na sociedade civil e articuladas a um conjunto de demandas sociais, oriunda de grupos sociais e protagonizadas principalmente por sindicatos e movimentos sociais a partir da abertura da década de 1980. Vale destacar, que a ditadura civil-militar, inaugurada com o golpe de 1964, produziu um vasto portfólio de atrocidades e violações aos direitos humanos, mas também no campo econômico aprofundou a desigualdade social, concentração de renda e aumentou a pobreza, além de um quadro hiperinflacionário¹⁰ com o fim melancólico daquilo que convencionou-se chamar de “milagre econômico”, convertido na “década perdida”.

O resultado histórico deste processo para o conjunto das forças democrático-progressistas, foi além do combate sistemático de todas as formas de resistência e luta por direitos e democracia, mistificado através do comunismo que assumiu o posto de inimigo interno, utilizando-se a violência institucional do Estado como estratégia, também um vácuo de direitos e liberdades proibidos pelo regime ditatorial. Assim, a movimentação que se ergue em 1984 em torno da luta pelas “Diretas Já” e pela construção da nova Constituição, que seria promulgada em 1988, conectam-se a este movimento social que visa superar o passado autocrático das décadas anteriores, recuperar liberdades, reconstruir a democracia institucional e ampliar os direitos sociais e trabalhistas.

⁹ A previsão desta política nesta carta constitucional, consta nos artigos 203 e 204. (Brasil, 2016).

¹⁰ Depois de mais de duas décadas de ditadura o Brasil tem na década de 1980 um quadro grave de crise econômica, o que contribui com a movimentação social e lutas em favor de direitos sociais. <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/18/como-era-viver-no-brasil-da-inflacao-descontrolada-dos-anos-1980>

É neste quadro de retomada das movimentações sociais e políticas, presentes na sociedade civil, que se inscreve as diversas lutas para inserir no texto constitucional, demandas fundamentais de segmentos populacionais, convenientemente negligenciados pelos (des)governos militares, localizando-se tais disputas, por exemplo, em temas como a saúde, educação, meio ambiente, populações indígenas, família, criança e adolescente, idoso, previdência social e assistência social. O desdobramento destas diversas disputas e tensionamentos, vão ao longo dos anos seguintes construindo legislações e normativas específicas¹¹, e emoldurando as políticas sociais no final do século passado, incluindo a assistência social. É este quadro amplo de forças políticas¹², em que as posições de contornos liberal-democrático sobressaem, o responsável por conduzir a redemocratização constitucional brasileira após os anos de repressão militar.

Contudo, devemos ter a clareza que o passado conservador, autoritário e excludente, presente na formação brasileira, também se faz presente ao longo de todo o período pós-redemocratização, inclusive durante os debates em torno da assembleia constituinte, o que pode ser observado em seus aspectos liberalizantes, que em alguma medida impedem ou dificultam que os avanços sociais e democráticos pudessem alcançar maior amplitude.

Observa-se também neste processo, a presença de um grupo diverso de forças políticas conservadoras, resquícios do período anterior e que se acomodam na nova república de coalizção, como, por exemplo, ligados ao agronegócio, mercadores da fé alheia, ancorados em uma “teologia da prosperidade¹³”, anti-indigenistas e contrários ao meio ambiente, neoliberais envolvidos em um discurso do “Estado mínimo” privatizante, anticomunistas que nutrem ódios contra todos os segmentos da classe trabalhadora, além da presença de um nacionalismo condescendente com o Estado de exceção, conduzido pelos aparatos repressivos do Estado¹⁴.

¹¹ Aqui destacamos o SUS (1990), ECA (1990), LOAS (1993) e o Estatuto do Idoso (2003). Além disto, a própria Constituição produziu alterações em questões importantes como a Seguridade Social, além de abrir possibilidades para o surgimento de outras legislações, como a Lei 11.340/2006, conhecida como a “Lei Maria da Penha”.

¹² Este arco de coalizção política no processo de discussões em torno da assembleia constituinte, contou com a participação de velhas forças partidárias, integrantes período republicano, como novas forças que surgiram a partir de 1980. Neste campo, estiveram presentes defensores do liberalismo e o mercado, como também forças políticas que postulavam posições trabalhistas-socialistas.

¹³ Para o debate de questões sobre o tema, além de Weber, 2001, ver também Romeiro, 2007, Lemos, 2017 e Pena e Zientarski, 2022.

¹⁴ Ao contrário disto, a nova carta constitucional, anistiou todos que praticaram quaisquer “atos de exceção”, supostamente por motivações políticas, o que incluiu torturas, perseguições e assassinatos, resultante de um amplo acordo com os militares no processo de transição “lenta, gradual e segura”. (Skidmore, 1988). Apenas em 2012 que

O período anterior ditatorial, pode ajudar a compreender que o resultado final da Constituição de 1988 tenha sido uma tentativa de responder às postulações democráticas e de liberdades da sociedade civil, sem abandonar o apetite liberalizante das elites brasileiras, além de afastar quaisquer pretensões socialistas na condução das políticas de Estado. A síntese deste processo, portanto, foi o máximo possível de democracia, liberdade e direitos que a sociedade brasileira naquele momento conseguiu alcançar, a partir da movimentação popular e sua relação com a institucionalidade política existente, devendo ser considerada um marco e referência nas disputas e aprofundamentos democráticos futuros.

Consideramos ser importante destacar a presença do conservadorismo político em todo este processo de revitalização democrática brasileira, por duas razões fundamentais, que em alguma medida se conecta com o debate que realizamos neste ensaio. O primeiro para demonstrar que a tradição política brasileira de realização de acordos pelo alto, conduzidos por uma elite, sempre foi o *modus operandi* da vida nacional, excluindo ou dificultando a participação popular e periférica. O segundo e mais dramático para as décadas vindouras é o recrudescimento de um pensamento político cada vez mais conservador e distante das demandas populares, acompanhado ações políticas concretas, que aumentam a desigualdade social e afasta as práticas estatais dos interesses da classe trabalhadora.

Ainda que não tenha sido possível para este tipo de pensamento, sobressair-se no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 com a força que pretendia, devido à pressão e movimentação por democracia e direitos vindo das ruas, o mesmo já se fazia presente, atualizando-se e acomodando-se ao novo contexto institucional, mas conectado ideologicamente a uma extensa tradição sociológica de ódio contra segmentos populacionais periféricos, suas demandas imediatas e seus direitos. Será, portanto neste terreno de antagonismos e disputas que se constituirá a assistência social no Brasil a partir de 1990.

Nesta direção, sob a nova regulamentação constitucional é que se desenvolverá a construção da política da assistência social integrada à seguridade social¹⁵, em que destacamos

será instituída a Comissão da Verdade, através da Lei 12528/2011, que tem como finalidade apurar os crimes e violações cometidos pelo período ditatorial. Sobre tal comissão, ver <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. A previsão constitucional de anistiar os crimes cometidos durante a ditadura foi regulamentada no artigo 8º das “Disposições Transitórias”. (Brasil, 2016).

¹⁵ Previsão constitucional no artigo 194, em que a Seguridade Social é formada pela Saúde, Previdência e Assistência Social. Ver Brasil, 2016.

dois principais marcos regulatórios: A LOAS em 1993 e o SUAS em 2004. Contudo, devemos ressaltar que sempre fez parte da cultura política brasileira, a idéia que articula a caridade com práticas assistencialistas, principalmente a partir do surgimento da LBA em 1942¹⁶, enquanto estratégia para atendimento das famílias dos soldados enviados à segunda guerra mundial e comandado pela primeira dama, mas que nos ciclos seguintes é incorporada no interior das ações públicas assistenciais do Estado.

Este aspecto da vida política brasileira é importante de ser destacado, pois demarca a dimensão assistencialista historicamente impregnada a esta política, particularmente por parte da institucionalidade política que busca barganhar direitos sociais em troca de capital político, transformando a vulnerabilidade e exclusão social em moedas para manutenção da pobreza e relações de poder elitistas e excludentes.

Por isto, em um país profundamente desigual como o Brasil, onde parte da população será empurrada para a assistência social enquanto única forma de ter garantida parte de sua reprodução imediata, esta política social estará suscetível à impregnação de práticas de cunho caritativas, moralistas e seletivas, fragilizando sua possibilidade de contribuir com a democratização e universalização de serviços públicos e direitos sociais, bem como acentuando o caráter estigmatizado e humilhante que a elite política insiste em impregnar nas populações trabalhadoras e periféricas em sua maioria atravessadas também pelo racismo.

É importante refletir sobre este traço conservador, oriundo na formação brasileira e presente na construção da assistência social, para percebemos que as forças que atuam neste campo¹⁷, colocam-se sistematicamente contra uma tradição política excludente e em uma postura de resistência, posicionando-se em favor de segmentos e grupos populacionais profundamente excluídos da mínima proteção estatal, que não lhes garantiu historicamente sequer participar da cidadania regulada pela democracia formal burguesa.

Por isto, a construção institucional da política de assistência social neste campo, procurou romper com a tradição assistencialista presente nas tradicionais práticas estatais, que durante um longo período mistificaram favores com direitos, buscando impregnar à mesma uma dimensão de profissionalização, legalidade e organicidade, necessários às políticas sociais

¹⁶ Sobre este debate, ver Sposati, 2014 e Barbosa, 2017.

¹⁷ Neste campo destacamos o protagonismo e vanguarda da categoria profissional do serviço social.

republicanas. Neste caminho a LOAS¹⁸ vem cumprindo o papel de atribuir princípios e diretrizes legais e formais a esta política, definição de competências administrativas, gestão e criação de espaços decisórios coletivos e paritários, criação de benefícios e serviços, além de criação de mecanismos para financiamento da política.

Desta forma, ao transformar a assistência social em uma política pública, retirando-a do limbo das práticas assistencialistas, apoiadas no personalismo, paternalismo político e calcada nos “coronelismos” regionais, busca estabelecer novas dinâmicas republicanas transparentes e objetivas no seu processo de gestão, efetivação e avaliação. Devemos compreender, entretanto, que o movimento constitucional e infraconstitucional que se estabelece, não retira da concretude desta política, práticas perpassadas por moralismos, posturas excludentes ou personalistas, pois a mudança de qualquer cultura política e paradigma ético, não ocorre meramente com um movimento legislativo, mas a partir da luta concreta, cotidiana e sistemática dos sujeitos presentes nesta disputa.

Portanto, será a partir deste movimento que se erguerá no início dos anos 2000, o SUAS¹⁹ – Sistema Único de Assistência Social – como parte desta luta e estratégia para promover o aprofundamento da dimensão pública, democrática e equitativa necessária em sua organização, pois concebe uma estrutura em que as problemáticas deverão ser enfrentadas em níveis de proteção, articulados à complexidade da vulnerabilidade social apresentada, capitaneada por equipamentos sociais específicos e equipe qualificada para lidar com tais problemáticas.

Deste modo, o Brasil construiu ao longo deste período uma política de assistência social, consistente e capaz de incorporar na proteção estatal, segmentos sociais vulnerabilizados e historicamente excluídos do acesso a direitos, como, por exemplo, população de rua, idosos pauperizados e abandonados, mulheres vítimas de violência, crianças e adolescentes empobrecidas, pessoas com deficiência sem renda, ou seja, o conjunto de indivíduos e famílias que por diversas vicissitudes não conseguem garantir sua reprodução, através do mercado por meio da venda de força de trabalho.

Portanto, a construção histórica da assistência social após 1988 deve ser considerada um marco, mas sem perder de vista que ocorre perpassada por disputas com forças políticas

¹⁸ Ver Lei 8742/93. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm

¹⁹ Ver a PNAS. Brasil, 2009.

conservadoras, excludentes e autoritárias, sempre presentes na institucionalidade brasileira, que insistem em negar direitos, aprofundar desigualdades e atualizar posturas preconceituosas e estigmatizantes contra a população vulnerabilizada pela pobreza.

Neste quadro político, entre a abertura dos anos 1990 até meados da segunda década do atual século²⁰, assistimos no Brasil o recrudescimento de um tipo de pensamento político, que se afasta das conquistas civilizatórias democráticas, aproximando-se do que podemos chamar de fascistização da política, ancorado em uma perspectiva ultranacionalista, profundamente autoritária e o culto sistemático a violência e ódio contra a classe trabalhadora em geral²¹.

Este processo de agudização do conservadorismo se gesta a partir do período liberal-democrático na década de 1990, seguido de outro em que se tenta construir uma coalização democrático-popular a partir dos anos 2000, que busca acomodar demandas populares²² sem alterar a lógica de acumulação das elites econômicas. Não é possível discutir aqui os particularismos deste complexo processo, mas a partir de 2013 este ciclo democrático recente brasileiro iniciará um processo de esgarçamento, aprofundando-se em 2016 com o impeachment de Dilma Rousseff, e atingindo sua plenitude dois anos depois com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

A consolidação desta forma de pensar, assumindo o escopo de um projeto político eleitoral e conseguindo apoio popular, deixa claro a incompletude do processo democrático institucional brasileiro, e, principalmente que uma “esquerda” institucional-burocrática é insuficiente para as pretensões emancipatórias e civilizatórias dos trabalhadores. O peso elitizado e excludente da nossa formação social, conduzida por uma elite branca, heteronormatizada e preconceituosa, que forjou em nossa história recente, períodos de extrema violência e brutalidades contra os trabalhadores e vulnerabilizados sociais, permanece presente em nossa tradição política, demonstrando ser uma possibilidade sempre que as especificidades históricas criarem as condições para sua incorporação na vida social política. Por isto, a necessidade sistemática de

²⁰ Este é um processo complexo, atravessado por inúmeras determinações que ultrapassa o objetivo do presente debate proposto neste texto.

²¹ A discussão sobre o fascismo é complexo por vezes ocorre sem a devida precisão histórica. Apenas para ilustrar sobre o tema ver Puchukanis, 2020.

²² A partir deste período surge, por exemplo, ações como Minha Casa, Minha Vida, PROUNI, REUNI, PRONATEC, Bolsa Família, Mais Médicos e Farmácia Popular.

organização da luta pela ampliação da dimensão pública do Estado, como uma estratégia para a universalização da cidadania.

O que temos, portanto é que a alternância de modelos institucionais de governabilidade democrática, atravessadas por suas mediações políticas, proporciona que a narrativa anti-sistêmica tenha sido capturada por um pensamento ultraconservador de extrema direita, sendo apresentado como alternativa e aceito por uma parcela da sociedade, incluindo parte da classe trabalhadora e sua parcela mais vulnerabilizada. Assim, a vanguarda dos trabalhadores e seus movimentos, não foram capazes ainda de aprofundar e radicalizar os marcos civilizatórios conquistados em direção da radicalização dos direitos sociais, da democracia e da publicização do Estado com contornos socialistas.

Devemos também realizar algumas considerações sobre o que estamos chamando de extrema direita ultraconservadora, tendo como referência a direita política tradicional, pois salvo raras exceções, possuem muito mais semelhanças do que disparidades, confluindo na forma como ocorre suas aproximações e entendimento sobre a realidade social e suas contradições²³. Para validar seu projeto ultraliberal, o pensamento ultraconservador de extrema direita, ancore-se em uma tentativa de homogeneização da vida social, através de um suposto patriotismo elitista e excludente; conexão entre o espaço político e uma religiosidade alienante-opressora; a violência e o ódio como estratégia para lidar com os adversários, que passam a ser entendidos como inimigos na pátria e a construção de uma narrativa de eficiência e inexistência de corrupção, ainda que isto seja uma falácia. Isto produz constrangimentos com a direita tradicional, mas não invalida ou rechaça seu primo siamês patriota em seus círculos de poder.

O resultado deste processo é um caudaloso negacionismo científico e adoração à bestialidade, institucionalização estatal de todo o tipo de violências e banalidade contra a vida humana, incivilidade como prática institucional cotidiana, rechaço das instituições republicanas, ataque e desprezo contra as minorias, fomento da misoginia e racismo sistemáticos, além de um amplo retrocesso a todos os direitos sociais e marcos civilizatórios conquistados, dando forma aquilo que Mbembe (2019) chamou de necropolítica.

²³ Tal proximidade ficou muito clara no arco de alianças que apoiou Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, e durante praticamente todo o seu governo em que o silêncio se fez presente por parte significativa das forças políticas, movimentos sociais e a grande mídia.

Neste contexto, portanto, a política de assistência social, enquanto resultado de um processo de avanços sociais, defronta-se com o ultraconservadorismo de extrema direita, que ataca e nega direitos sociais, atuando para retroceder conquistas e esvaziar a dimensão pública do Estado, no que se refere à proteção social às camadas pauperizadas da população. Isto pôde ser observado, por exemplo, quando durante a pandemia de Covid-19, a gestão dos benefícios assistenciais foi transferida para um banco público, esvaziando os CRAS de sua responsabilidade na execução desta política.

A sociabilidade capitalista que produz continuamente acumulação²⁴, é a responsável também por criar uma massa de pessoas pauperizadas e invisibilizadas socialmente, não sendo possível a estes segmentos acessarem sequer a cidadania formal, através do mercado pela compra e venda da força de trabalho. O processo de construção de políticas sociais, incluindo aí a assistência social, é o resultado do conjunto das lutas em favor da ampliação da dimensão pública do Estado, disputa do fundo público e alargamento da cidadania formal e restrita defendida pelo liberalismo.

Assim, a extrema direita com suas concepções ultraconservadoras, ao colocar-se como resposta anti-sistêmica, captura simbolicamente a narrativa de que representa a ruptura com a opressão em que vive a maioria das pessoas no contexto do capitalismo, sem, contudo, fazer qualquer articulação com a realidade concreta, mas criando mecanismos fetichizados e fantasiosos que contribuem na verdade com o aprofundamento e complexificação do sistema de opressão e violência existentes.

Pensar então, o significado da assistência enquanto um processo de resistência para a existência, torna-se necessário, pois o conjunto de forças políticas capitaneadas pela extrema direita ultraconservadora, vem atuando para retroceder ao máximo e no limite destruir o conjunto de conquistas e avanços civilizatórios, demarcados pela necessidade de avançar no caráter público e universal que deve ter o Estado e as políticas sociais gestadas em seu interior.

²⁴ Conferir o capítulo XXIII do Capital. Ver Marx, 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada no presente texto, procurou compreender o processo de construção da assistência social a partir da Constituição Federal de 1988, como um marco significativo no processo de lutas dos movimentos social em favor da ampliação dos direitos sociais a partir do final do século XX. Contudo, observamos que a partir da segunda década do nosso século, ocorre o recrudescimento de um pensamento político de caráter ultraconservador, conduzido por uma extrema direita.

Este conjunto de forças políticas encontra eco na sociedade, organizando-se eleitoralmente e obtendo êxito nesta empreitada com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018, o que representa um profundo retrocesso para as conquistas e direitos sociais, incluindo a política de assistência social. Ainda que este governo tenha sido derrotado nas eleições de 2022, o pensamento ultraconservador e a extrema direita permanecem presentes nas relações políticas brasileiras.

Deste modo, as reflexões realizadas neste ensaio, não tem qualquer pretensão conclusiva, mas contribuir com uma necessária discussão que deverá ser empreendida no próximo ciclo, em relação ao enfrentamento e construção de estratégias para derrotar este projeto político, incluindo a assistência como uma das frentes que deverá ser construída, com o objetivo de fortalecer este espaço enquanto possibilidade de fortalecimento de cidadania e direitos para segmentos populacionais vulnerabilizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): O protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. 2010, 244 fl. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BRASIL. **Lei nº 8742/1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 1993. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm [acesso em 05/02/2024].

BRASIL. PNAS. **Política Nacional de Assistência Social**. MDS, Brasília: 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf [acesso em 10/02/2024].

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf [acesso em 01/02/2021]

BRASIL DE FATO. **Como era viver no Brasil da inflação descontrolada dos anos 1980?**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/18/como-era-viver-no-brasil-da-inflacao-descontrolada-dos-anos-1980>. [acesso em 01/02/2024].

LE MOS, Carolyne Santos. **Teologia da prosperidade e sua expansão pelo mundo.** Revista Eletrônica Espaço Teológico. Vol. 11, n. 20, jul/dez, 2017, p. 80-96. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/article/view/35992/24781> [acesso em 07/02/2024].

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** Livro 1, Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: nº 1 Edições, 2019.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** Temporalis, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, nº 3, jan./jul. 2001.

PENA, Anderson dos A. P., & ZIENTARSKI, Clarice. **Cristianismo de libertação, teologia da prosperidade e as perspectivas da luta de classes no Brasil.** Revista Brasileira De Educação, 27, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270062> [acesso 07/02/2024].

PUCHUKANIS, Evguiéni B. **Fascismo.** São Paulo: Boitempo, 2020.

ROMEIRO, Paulo. **Os super crentes.** São Paulo: Mundo Cristão, 2007.

SALVADOR. **Evilásio. Fundo público e seguridade social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: De Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPOSATI, Aldaiza et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 2014.

TELES, Heloísa. **A questão social, o Estado e a desproteção social: dilemas na atualidade brasileira.** SER Social, v. 26, n. 54, 2024. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/38759. [acesso em 10/02/2024].

WEBER, Marx. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ESTADO E POLÍTICA SOCIAL: SISTEMÁTICA ANÁLISE RELACIONAL

Emiliene Oliveira da Silva¹

Resumo: O presente artigo surge a partir dos estudos realizados nas disciplinas de Estado e Política Social e Serviço Social e Questão Social, ministradas no curso de Mestrado em Serviço Social, no programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFJF. Tendo como objetivo trazer uma breve reflexão acerca do papel do Estado inserido na sociedade capitalista, e sua relação com as políticas sociais, partindo da perspectiva analítica da concepção de Estado e sua relação com as políticas sociais na lógica capitalista, e da apreensão acerca do conceito *questão social* desenvolvido por lamamoto.

Palavras-chave: Estado; Política Social; *Questão Social*

Abstract: This article arises from studies carried out in the subjects of State and Social Policy and Social Service and Social Issues, taught in the Master's degree in Social Service, in the Postgraduate program in Social Service – UFJF. Aiming to bring a brief reflection on the role of the State inserted in capitalist society, and its relationship with social policies, starting from the analytical perspective of the conception of the State and its relationship with social policies in capitalist logic, and the apprehension about the concept Social Question developed by lamamoto.

Keywords: State; Social Policy; *Social issues*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo trazer uma breve reflexão acerca do papel do Estado inserido na sociedade capitalista e sua relação com as políticas sociais. Deste modo, em um primeiro momento, será feito uma breve apreensão do que se entende por Estado e qual sua função dentro da dinâmica capitalista. Para tanto, tomaremos como norteador, uma perspectiva analítica marxista, onde será abordado como se dá a relação entre Estado e política social, tendo como mediador as expressões da *questão social*.

Já no segundo momento, discorreremos acerca da conceituação de *questão social* sob a perspectiva de lamamoto, adentrando em questões consideradas no seguinte artigo como relevantes para tratamento do conceito. Para tal, dando ênfase na discussão da *questão social*, buscamos introduzir a dinâmica do modo de produção capitalista, seguindo a lógica de produção

¹ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). ORCID: 0009-0009-9912-3986 Email: emilieneo.silva@gmail.com

de mercadorias e a relação do sujeito com a categoria trabalho. Partindo do pressuposto de modificação do homem e natureza para produzir meios que atendam à sua necessidade, abordamos de forma breve a conotação que a produção de mercadorias adquire na sociedade de acumulação capitalista.

Vale ressaltar que o presente artigo não se atentará em fazer uma retomada histórica a respeito da *questão social*, mas apontar sua interpretação contemporânea sob a perspectiva da autora Marilda Villela Iamamoto, a qual partilhamos a compreensão. O conceito possui diversas interpretações e debates a seu respeito, contudo, nos atentamos a perspectiva analisada pela autora aqui supracitada.

ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Segundo Marx e Engels (2005), o Estado é o comitê executor dos negócios da burguesia. Dentro da perspectiva marxista, o Estado é produto da divisão social do trabalho. Este antecede o capitalismo, sendo suas funções associadas a um dado momento histórico. Portanto, o Estado adquire particularidades específicas a partir de cada conjuntura, o que observaremos a seguir.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a dinâmica social foi se modificando, surgindo novas condições nas relações e reproduções sociais. Colocando, por conseguinte, necessidades e particularidades de ação ao Estado burguês², para manter a ordem e o bom funcionamento da engrenagem do capitalismo: a exploração da classe trabalhadora.

No contexto em que as relações capitalistas eram regidas por um regime absolutista, se fez necessário uma reestruturação do Estado. Assim, o Estado absolutista deixa de ser suficiente, uma vez que não proporcionava meios para que o capitalismo se desenvolvesse tal como sua dinâmica sistêmica demandava. Emergindo, nesse contexto, uma nova dinâmica que atenderia às necessidades de expansão e manutenção do modo de produção capitalista, o Estado burguês que, segundo Mandel (1982) é um produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político e de sua maquinaria institucional pela classe burguesa.

² Partindo da compreensão de Estado como comitê executor dos negócios da burguesia (Marx e Engels, 2005), Estado burguês, portanto, é o aparato ideológico e político, pelo qual a burguesia exerce sua dominância de classe.
Revista Serviço Social em Perspectiva

Mas, como colocado por Mandel (1982), embora realizada a transição:

[...] o Estado burguês clássico da época da ascensão vitoriosa do capital industrial era um “Estado fraco” por excelência - porque se fazia acompanhar pela demolição sistemática do intervencionismo econômico dos Estados absolutistas, que impedira o livre desenvolvimento da produção capitalista enquanto tal. (MANDEL, 1982, p. 335)

Neste sentido de permitir o livre desenvolvimento econômico, se fez necessário, primeiramente, proteger a condição de propriedade privada e da liberdade de compra e venda da força de trabalho³. Sendo por meio de contratos e leis que esta condição se assegura. Oliveira (2020, p. 214) coloca que quando tais contratos sociais são estabelecidos enquanto relação social fundamental ao Estado, criam-se mecanismos que permitem a compra e venda de mercadorias, sendo a força de trabalho uma delas. Para Marx (2014, p. 57)

Nestas circunstâncias, se expressa o pensamento liberal, partindo da compreensão de que a liberdade está associada diretamente à propriedade privada, ao direito de posse. Como coloca Oliveira (2020, p. 216) “os princípios da liberdade, da vida e da propriedade privada serão as premissas que orientarão estas sociedades e sobre elas se assentará a lógica do direito liberal”.

Assim, o Estado, enquanto representante da sociedade e tendo função de controlar e promover a ordem, contará com legislações que vão permitir que se tenha uma boa relação social. Necessitando, assim, que seja um Estado forte e soberano, com ações punitivas a quem tentar contra a ordem comum. Ordem essa determinada pelo próprio Estado, ou seja, por sua lógica classista.

Netto (2011, p. 19) explicita que “é na fase monopólica do capitalismo que as contradições estabelecidas se conformam enquanto traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, conferidas à ordem burguesa”. Segundo o autor (2011, p. 20), a fase monopólica altera significativamente a dinâmica da sociedade burguesa, potencializando as contradições fundamentais do capitalismo e as combinando com novas contradições e antagonismos.

O Estado, na fase monopólica do capitalismo, reconfigura sua função, onde as atribuições políticas e econômicas se imbricam na centralidade da atuação, tendo como principal tarefa assegurar as condições econômicas de produção e reprodução do capital. Ou seja, o

³ Para maior aprofundamento e compreensão, vide Marx (2018).

Estado é apropriado pelo modo de produção capitalista enquanto um instrumento para sua manutenção.

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções (NETTO, 2011, p. 25).

Nesta perspectiva, o Estado se defronta com uma atribuição específica: a *questão social*. Mas, este, uma vez que sua responsabilidade central é manter as condições fundamentais ao capital, não pode atuar diretamente na gênese da questão social, visto que, esta é intrínseca ao modo de produção capitalista. Como podemos observar em Netto (2011, p. 32) “[...] Tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho - o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa”.

Nesse sentido, serão a partir das refrações da *questão social* que o Estado irá atuar, viabilizando meios em que, ao passo que mantém seu comprometimento com o capital, busque respostas às demandas da classe trabalhadora. Sendo, neste contexto, efetivadas as políticas sociais, de maneira contínua e expandida em resposta a tais condições.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada (NETTO, 2011, p.30).

Ao pensar o Estado em toda sua dinâmica cíclica correlacionada com o desenvolvimento capitalista, na sua função de aparato ideológico a favor da classe dominante, temos maior clareza de que toda a sistematização administrativa deste está diretamente relacionada com o capital. Neste ponto, o Estado atua, ora mais contundente, ora mais maleável, no tocante às necessidades da classe dominada. Necessidades essas que, embora relacionadas à classe dominada, ainda assim, são relevantes ao capitalismo. Como exemplo, condições básicas de sobrevivência para manutenção da exploração pelo trabalho.

À vista disso, o Estado irá atuar viabilizando meios em que, ao passo que mantém seu compromisso com o capital, busque respostas às demandas da classe trabalhadora. Sendo, neste contexto, implementadas as políticas sociais de maneira contínua no sentido de mediar as relações de interesse entre classe trabalhadora e capital, e fragmentada em diversas políticas pontuais e insuficientes. Iamamoto (2010, p. 156) elucida que:

As configurações assumidas pela *questão social* integram, tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. [...] expressa, por tanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais.

Tal condição pode ser percebida ao analisarmos como as políticas sociais são condicionadas. Temos políticas de assistência social, de saúde, de educação, dentre outras, que muitas vezes não são enxergadas e analisadas em sua totalidade, bem como sua real finalidade dentro da lógica capitalista.

Essas condições contribuem para que se mantenham as desigualdades e as próprias necessidades de estas existirem. Oliveira (2015, p. 350) faz a seguinte colocação a respeito:

Um aspecto que comumente se destaca no campo das políticas sociais é a análise da política social segmentada em várias políticas como saúde, educação, previdência social, assistência social, criança e adolescente, idoso etc., sem uma percepção da interrelação entre elas, caindo sempre em análises residuais que não abarcam o real significado desta política dentro do modo de produção capitalista. Neste sentido, é comum aludirmos, ainda que sem percebermos, a fraseologias que não explicam seu movimento dialético e contraditório, mas apenas reafirmam a sua funcionalidade para a permanência das desigualdades.

Partindo do pressuposto de que o Estado enquanto aparato ideológico e político da burguesia, podemos apreender, como colocado por Oliveira (2018, p. 241) que “ao longo do processo de formação do capitalismo, as políticas sociais serviram para alavancar a acumulação de capital, desmobilizar a classe trabalhadora e garantir a extração da mais-valia sobre o trabalho não pago.

Fundamentando-se nessa compreensão, as políticas sociais podem ser analisadas a partir de uma dupla finalidade. Analisando-a enquanto meio para reduzir as desigualdades sociais e, assim, amenizar os impactos das contradições de classes. E também, enquanto instrumento do capital para manter certa contenção e manutenção da classe trabalhadora e, por consequência, do sistema de acumulação capitalista.

Nessa perspectiva, as políticas sociais podem ser associadas a uma emancipação política dos sujeitos, mesmo que de maneira fragmentada e focalizada, uma vez que não rompe com as estruturas do modo de produção capitalista, tão pouco, contribui para que haja conscientização política visando a uma emancipação humana⁴. Oliveira (2015, p. 365) exprime que:

Numa sociedade regida pelo modo de produção capitalista, o limite da emancipação humana está posto por aquele que assumiu para si a responsabilidade de definir e legislar em prol do bem comum, mas que na sua essência legisla e favorece apenas interesses classistas e particulares. Desta forma, as políticas sociais serão apenas mecanismos de atingir determinados segmentos, como bem demonstra a ofensiva neoliberal.

Ou seja, embora as políticas sociais sejam extremamente importantes para a classe trabalhadora, enquanto possibilidade de, minimamente, acessar serviços e/ou promoção de condições básicas de sobrevivência, é, ao mesmo tempo, um aparato de controle e preservação das desigualdades sociais, uma vez que as políticas não têm como finalidade a resolução do problema, mas sua amenização.

BREVE ANÁLISE A DESPEITO DA QUESTÃO SOCIAL SOB A ÓPTICA DE IAMAMOTO

Para entendermos o conceito de *questão social*, primeiro é necessário compreender brevemente a dinâmica do modo de produção capitalista a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

A Lei Geral da Acumulação Capitalista foi formulada por Karl Marx, em sua maior obra, O Capital⁵, onde desvela todo o processo de produção capitalista, e seus desdobramentos nas relações sociais, constituída pelas classes sociais. Marx parte da mercadoria, extrato primário do desenvolvimento capitalista, para ir se aprofundando nos pormenores do processo de produção.

Sua construção teórica considera o tempo e espaço das relações e suas configurações. Traz o homem como modificador da natureza e, por consequência, de si mesmo. Este ponto é essencial para compreender sua formulação a respeito da Lei Geral da Acumulação Capitalista, pois é a partir do trabalho - meio de modificação da natureza - que se desdobra a sua

⁴ Ver a respeito sobre emancipação política e emancipação humana em Sobre a questão judaica (MARX,2010).

⁵ O *Capital. Crítica da Economia Política* é uma obra dividida em três livros, sendo o assunto da Lei Geral de Acumulação Capitalista tratado no capítulo XXIII do livro 1.

análise. Assim, primeiramente, deve ser compreendido o que é mercadoria no pensamento de Marx.

A mercadoria é, em si, um objeto que satisfaça uma necessidade externa qualquer do ser humano (MARX, 2014). Neste sentido, esta necessidade traz à mercadoria um valor de uso, uma vez que tal objeto tem uma utilidade, uma finalidade específica ao sujeito. Nela também se expressa o valor de troca, que corresponde à quantidade de diferentes mercadorias que se equivalem numa troca (MARX, 2014).

Partindo da compreensão de Marx (2018) a composição do capital é dividida em dois eixos principais. O primeiro eixo, denominado de composição orgânica, é constituído a partir da relação entre capital constante e capital variável, onde o primeiro refere-se ao valor dos meios de produção (trabalho morto) e o segundo referente ao valor da força de trabalho (trabalho vivo). O segundo eixo, entendido por composição técnica, seria como a composição orgânica se materializa no modo de produção. Ou seja, a proporção de capital constante e capital variável despendido na produção de determinada mercadoria.

Assim sendo, podemos dizer que ao passo que o capital constante é acrescido, o capital variável decai.

[...] Se cresce a quantidade do trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora e acumulado pela classe capitalista, com velocidade bastante que só possa transformar-se em capital com um acréscimo extraordinário de trabalho pago, haverá então uma elevação de salário e, não se alterando as demais condições, decrescerá proporcionalmente o trabalho não pago. Mas, quando esse decréscimo atinge o ponto em que o capital não obtém mais em proporção normal o trabalho excedente que o alimenta, opera-se uma reação: capitaliza-se parte menor da renda, a acumulação enfraquece e surge uma pressão contra o movimento ascensional dos salários. A elevação do preço do trabalho fica, portanto, confinada em limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente (MARX, 2018, p. 732).

Observando o movimento que o capitalismo utiliza para se reproduzir, compreendemos que, ao passo em que se tem um aumento exponencial da acumulação de capital, se tem, também, o aumento da população que não consegue se inserir nas relações de trabalho. Situação essa que é condição essencial ao sistema capitalista.

Ou seja, ao passo que os capitalistas acumulam capital de maneira exponencial, investindo cada vez mais em capital constante, o valor da força de trabalho decresce. Decrescendo, por conseguinte, a necessidade de investir em capital variável, acarretando ao que

chamamos de exército industrial de reserva⁶. Este distanciamento proporcional e acelerado é o que configura a desigualdade entre as classes sociais.

Marx (2018, p. 743) explicita que:

Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.

Neste sentido, podemos considerar a *questão social*, intrínseca ao modo de produção capitalista, sendo resultado da desigualdade entre as classes sociais, fruto da relação entre capital e trabalho, sustentada pela acumulação capitalista sob a exploração da força de trabalho. A lógica de produção de mercadorias na relação trabalho e capital produz, por consequência, diversos antagonismos entre as classes sociais, inclusive uma massa de pessoas convivendo com a miséria.

A *questão social*, segundo Iamamoto (2014) é o tensionamento entre as classes sociais em todas as suas dimensões, sejam elas em suas contradições e/ou nas lutas sociais resultantes de tais contradições. Também está relacionada à interferência do Estado, ou seja, como este responde às exigências da classe trabalhadora frente às suas reivindicações. Para Iamamoto:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho tornase mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mate-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2014, p. 27).

E prossegue, dizendo que “a *questão social* que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2014, p. 28).

Partindo, portanto, da compreensão de que a *questão social* é intrínseca ao capitalismo, à medida que o modo de produção capitalista vai se modificando, as expressões da *questão social* vão tomando novas características, assim como os meios de administração⁷ do Estado. Souza Filho e Gurgel (2015, p. 42) pontuam que:

⁶ A respeito ver MARX, 2018. O Capital. Crítica da Economia Política, p. 740.

[...] a administração na sociedade capitalista ou administração capitalista expressa-se enquanto uma forma de dominação da classe burguesa, baseada na racionalidade instrumental estruturada formal e legalmente, que possui como finalidade viabilizar a produção social e a apropriação privada da mais-valia, via exploração da força de trabalho, e expressa-se, também, pela necessidade de manter a ordem social, difundindo ideias da classe dominante, reprimindo reações e atendendo determinadas demandas da classe trabalhadora (SOUZA FILHO; GURGEL, 2015, p. 42)

Mas, embora ocorram certas variações, os fundamentos que sustentam o modo de produção capitalista - gênese das relações de produção e reprodução social -, não são modificados. O Estado burguês sempre irá atuar a partir das necessidades de manter a ordem capitalista em pleno funcionamento, gerando as desigualdades sociais, as expressões da *questão social*, suficientes para que o sistema se mantenha em “bom funcionamento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haja vista que o modo de produção capitalista é dinâmico e, portanto, se metamorfoseia para que sua sistematização se mantenha em pleno funcionamento, o Estado precisa acompanhar essas mudanças, direcionando a forma como serão administrados seus projetos políticos. Neste sentido, as transformações do Estado sempre estão associadas às novas fases do sistema capitalista, ora demandando um Estado mais flexível em relação as necessidades sociais, ora mais enrijecido.

Partindo da compreensão do Estado enquanto aparato ideológico e político funcional ao capital, não tem, nem poderia tem, enquanto objetivo concreto, findar as desigualdades sociais. Essa constatação se sustenta ao identificarmos que, o que temos como *questão social*, é parte intrínseca do modo de produção capitalista. Para além, é necessária para que tal sistema consiga se produzir e reproduzir. Sua finalidade de manter a ordem social e o bom funcionamento do sistema capitalista, baseado na acumulação de capital.

Assim, a *questão social*, a partir da compreensão de lamamoto (2014), é o conjunto das relações e contradições resultantes da exploração do trabalho pelo capital. Abarca tanto as relações econômicas, políticas e sociais, como também, as lutas sociais da classe trabalhadora.

Podemos identificar também que, à medida que o modo de produção capitalista se desenvolve, surgem novas expressões da *questão social*, sendo essa intrínseca e inerente ao capital. Uma vez que este último precisa que haja as contradições de classes sociais para que sigam em seu pleno desenvolvimento.

Por este ponto de vista, o Estado, para assegurar a ordem social, concede políticas sociais focalizadas em determinadas demandas importantes para a manutenção da classe trabalhadora. Mas, embora sejam importantes e necessárias, essas políticas são fragmentadas e insuficientes, sem perspectiva de “resolver” a gênese dos problemas sociais, apenas reduzindo-os de maneira paliativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF). Disponível em: Acesso em: 01 mar. 2023.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 25ª ed. - São Paulo: Cortez, 2014

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. - 4ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. - 7ª ed. - São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V, CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10ª ed. - São Paulo: Cortez, 1995.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultura, 1982

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 33ª ed. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 33ª ed. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

____ **Sobre a questão judaica.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** 4ª Ed. São Paulo, BOITEMPO EDITORIAL, 2005.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** - 8ª ed. -São Paulo: Cortez, 2011

OLIVEIRA, E. A. **Política Social: política para o capital ou para o trabalhador?** Argumentum. Vitória, v.10, n.3, p. 232-243, set/dez. 2018 Disponível em: Acesso em: 28, fev. 2023.

____ **Estado e direito no capitalismo: um debate entre o liberalismo e marxismo.** Revista Katálysis, v. 23, n. 2, p. 213-222, maio/ago. 2020 Disponível em: Acesso em: 28, fev. 2023

____ **A funcionalidade da política social e os limites da emancipação humana na ordem do capital.** SER Social, Brasília, v. 17, n. 37, p. 348-367, jul.- dez./2015. Disponível em: Acesso em: 01, mar. 2023.

SOUZA FILHO, R; GURGEL, C. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica.** Biblioteca Básica do Serviço Social, Vol. 7 – São Paulo: Cortez, 2010.

TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: A LUTA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA BUSCA POR RECONHECIMENTO E DIREITOS

Edson Douglas Birino¹
Hortência Dias Silva Neta²

Resumo: A luta por reconhecimento, direitos territoriais e a urgência de debates sobre a preservação dos territórios e os modos de vida das comunidades tradicionais no Brasil são desafios a serem superados que revelam as complexas dinâmicas territoriais que existem desde o período colonial até a atualidade. O entendimento do conceito de territorialidade, destaca a diversidade de perspectivas e explora temas como a desterritorialização como processo de exclusão, além de processos de reterritorialização quando um grupo em específico apropriar em determinada área. Essas relações históricas entre grupos sociais e territórios, possuem uma diversidade fundiária marcada por lutas territoriais e necessidade de reconhecimento da identidade de povos. No contexto específico de Bocaiúva, as tensões na certificação de terras para comunidades quilombolas de Mocambo, questionam a eficácia do Estado nesse processo.
Palavras-chave: territorialidade, resistência, identidade, políticas públicas.

Abstract: The struggle for recognition, territorial rights and the urgency of debates on the preservation of territories and the ways of life of traditional communities in Brazil are challenges to be overcome that reveal the complex territorial dynamics that exist from the colonial period to the present. Understanding the concept of territoriality highlights the diversity of perspectives and explores themes such as deterritorialization as a process of exclusion, in addition to re-territorialization processes when a specific group appropriates a certain area. These historical relationships between social groups and territories have a land diversity marked by territorial struggles and the need to recognize the identity of peoples. In the specific context of Bocaiúva, tensions in the certification of land for quilombola communities in Mocambo question the effectiveness of the State in this process.

Keywords: territoriality, resistance, identity, public policies.

INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais desempenham um papel crucial na preservação da diversidade cultural e ambiental. No entanto, com o avanço das novas tecnologias e do estilo de vida urbano, os territórios e modos de vida dessas comunidades enfrentam ameaças, pois além de resistirem a se integrar a essa nova realidade, muitas vezes

¹ Graduado em Direito pela Faculdade Santo Agostinho, mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), bolsista pela CAPES, edouglasb@hotmail.com.

² Graduada em Direito pela Faculdade Santo Agostinho, mestranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), membro do Núcleo Interdisciplinar de pesquisa socioambiental – NIISA/UNIMONTES, assessora do Tribunal de Justiça de Goiás, hortenciadsn@gmail.com.

convivem com conflitos relacionados a seu território.

A luta das comunidades tradicionais pelo reconhecimento de sua identidade e pelos direitos relacionados à proteção de seus territórios é marcada por desafios significativos que vão além das barreiras culturais e legais. Isso destaca a urgência de promover debates sobre a importância do respeito e da preservação desses povos e o seu modo de vida.

Diante dessa realidade, o objetivo desse presente trabalho é discutir as dinâmicas territoriais vivenciadas pelos povos tradicionais no Brasil e apresentar o processo de regularização fundiária da comunidade tradicional de remanescentes quilombolas Mocambo, localizadas no município de Bocaiúva em Minas Gerais.

Se por um lado há necessidade de acelerar o processo de titulação de terras para a comunidade de Mocambo. Há também, discussão quanto a possibilidade de políticas públicas eficientes assegurarem direitos as comunidades tradicionais e reduzirem os conflitos decorrentes da ausência de titulação dos territórios.

Com procedimentos metodológicos, foi realizada uma discussão teórica com base em temas relacionados ao conceito de territorialidade, movimentos sociais, resistência, territórios sociais, direitos e conflitos dos povos tradicionais no Brasil. Dados relacionados à certificação das comunidades quilombolas disponibilizados pela Fundação Cultural Palmares também foram levantados e discutidos.

TERRITORIALIDADE E O FATOR IDENTITÁRIO

A discussão sobre territorialidade é um exercício complexo. Quando o termo é associado a processos de construção, controle, uso e atribuição de significados ao espaço, ficam em evidência a sua natureza plural e diversidade de explicações conceituais. Deste modo, é necessário estudar a territorialidade como um processo contextualizado em termos históricos, físicos e sociais que explora a evolução de diferentes perspectivas em diversas áreas do conhecimento, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais.

Segundo Almeida (2008), é necessário refletir sobre a diversidade de perspectivas entre a relação de movimentos sociais e territorialização, de modo que seja possível observar a territorialidade como fator identitário e político-organizativo para as comunidades tradicionais. É válido pontuar que as modalidades de uso da terra desafiam o ordenamento jurídico, uma vez que a continuidade histórica dos povos tradicionais na

sociedade brasileira é marcada pela pressão sistemática sobre seus territórios.

Godoi (2014), por sua vez, afirma que não existe apenas uma territorialidade, em sua concepção, é correto afirmar que existem várias territorialidades. A autora destaca a importância das dimensões sociais, simbólicas e físicas na compreensão do território e discute a relação entre territorialidade e poder, enfatizando a associação frequente do conceito ao controle exercido pelos Estados-nação uma vez que os mesmos desempenham um papel importante, seja na promoção da territorialização ou em processos de desterritorialização em situações de deslocamento compulsório:

Outro ponto importante é o sentido que estamos conferindo à desterritorialização e aqui ela está sendo pensada como estando relacionada a processos de exclusão e expropriação em relação a grupos, populações e povos impossibilitados de construir e de exercer efetivo controle sobre seus espaços de vida e trabalho, isto é, seus territórios, e não no sentido que comumente se encontra em estudos sociológicos que associam desterritorialização ao mundoglobalizado vinculando-a a mobilidade e desenraizamento (GODOI, 2014, p. 11).

Deste modo, diferentemente das abordagens sociológicas mais comuns que muitas vezes associa a desterritorialização à mobilidade e desenraizamento em um contexto globalizado, mas ela aqui é entendida como um processo associado à exclusão e expropriação de grupos, populações e povos que perdem o seu valor dentário e não

são capazes de construir e exercer sozinhos, o controle efetivo sobre seus espaços de vida e trabalho e precisam de aparato político e dispositivos legais que garantam a autonomia e proteção em seus respectivos territórios.

A perda do lugar em situações de deslocamentos compulsórios causados por grandes projetos desenvolvimentistas, empresas de extração, expansão agrícola e criação de áreas de preservação ambiental são exemplos de desterritorialização. Contudo, também podem ocorrer processos de reterritorialização, nos quais as populações buscam novos territórios, muitas vezes apoiadas por mediadores como organizações não governamentais, igrejas e sindicatos. Portanto, a desterritorialização está diretamente ligada a processos de perda de controle sobre espaços de vida e trabalho, implicando movimentos de reconquista afirmação de identidade e reorganização territorial.

AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DOS POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL

No Brasil, as relações entre grupos sociais e territórios apresentam um conjunto multifacetado de questões antropológicas, históricas e políticas que são cruciais para o entendimento da realidade atual de povos tradicionais. Desta forma, a origem das lutas territoriais e sua ressignificação em contextos ambientalistas e legais apresentam-se como uma ferramenta analítica para compreender a diversidade fundiária do Brasil e as atuais lutas territoriais.

A diversidade fundiária brasileira possui aspectos que permeiam as interações complexas de sociedades indígenas, comunidades quilombolas, caboclos, caiçaras e outros grupos tradicionais que transcende a mera redistribuição de terras. Categorias como "terras de preto," "terras de santo" e "terras de índio" ganham destaque, revelando nuances nas dinâmicas de ocupação e afirmação territorial (LITTLE, 2003).

Almeida (2008), afirma que o desenvolvimento histórico do território nacional tem sido caracterizado por mudanças constantes nas relações sociais e de poder relacionadas ao reconhecimento e valorização de formas tradicionais de uso coletivo da terra. Desde o período colonial, essas práticas enfrentaram resistência diante da influência hegemônica de grupos que controlam os instrumentos políticos e os meios de produção, especialmente terra e água, de modo que o processo de privatização dos espaços aumentou os conflitos na questão fundiária, revelando um ordenamento desigual do território.

Sobre a demarcação atual dos territórios dos povos indígenas, Santos (2015) relata que a relação entre o Estado brasileiro e esses povos remonta à segunda metade do século XVIII, no período colonial do Brasil. Nessa época, as interações e "amizades" entre portugueses e indígenas foram cruciais para a expansão e delimitação de terras da colonização portuguesa no vale do rio Branco, em resposta às tentativas de ocupação por parte de Espanha, Holanda e Inglaterra. A ocupação, inicialmente visava mais do que objetivos econômicos, era orientada principalmente por motivos político-estratégicos e envolveu uma abordagem militar sustentada por relações clientelistas com as populações indígenas locais em aldeamentos para povoamento das áreas ocupadas.

O autor também comenta que a construção do Forte São Joaquim e a formação de aldeamentos indígenas foram estratégias-chave de ocupação do território nacional.

Apesar de revoltas nos aldeamentos entre 1780 e 1790, a "amizade" entre indígenas e colonizadores continuou a influenciar os limites territoriais, mesmo após a Coroa portuguesa deixar de incentivar essa ocupação por meio dos aldeamentos. A região também foi objeto de disputa entre Holanda e Inglaterra, com esta última avançando no território brasileiro com base em relatórios que questionavam a soberania brasileira na área.

As ações históricas de territorialização no Brasil colonial e imperial são repletas de conflitos, resistência e acomodações entre grupos sociais em meio à expansão das fronteiras. A ascensão do Estado-nação no século XIX e sua relação com a "razão histórica" que é composta por três elementos fundamentais, o regime de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar específico e a profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva evidenciamos desafios enfrentados pelos povos tradicionais na busca por reconhecimento de seus territórios (LITTLE, 2003).

Os regimes de propriedade comum emergem como elementos cruciais na definição e exploração de recursos naturais, desafiando a lógica territorial do Estado-nação. Em paralelo, a importância do "lugar" e da memória coletiva na construção da identidade e nas lutas territoriais dos povos tradicionais destaca a persistência histórica e cultural dessas comunidades.

De acordo com Little (2003), ao analisar a situação das populações residentes em unidades de conservação e reservas extrativistas, é possível notar que as transformações na dinâmica territorial impulsionadas pelo movimento ambientalista estão repletas de tensões entre preservacionismo e socioambientalismo, ou seja, os aparatos legais para as normas ambientais estão em desarmonia com as comunidades locais.

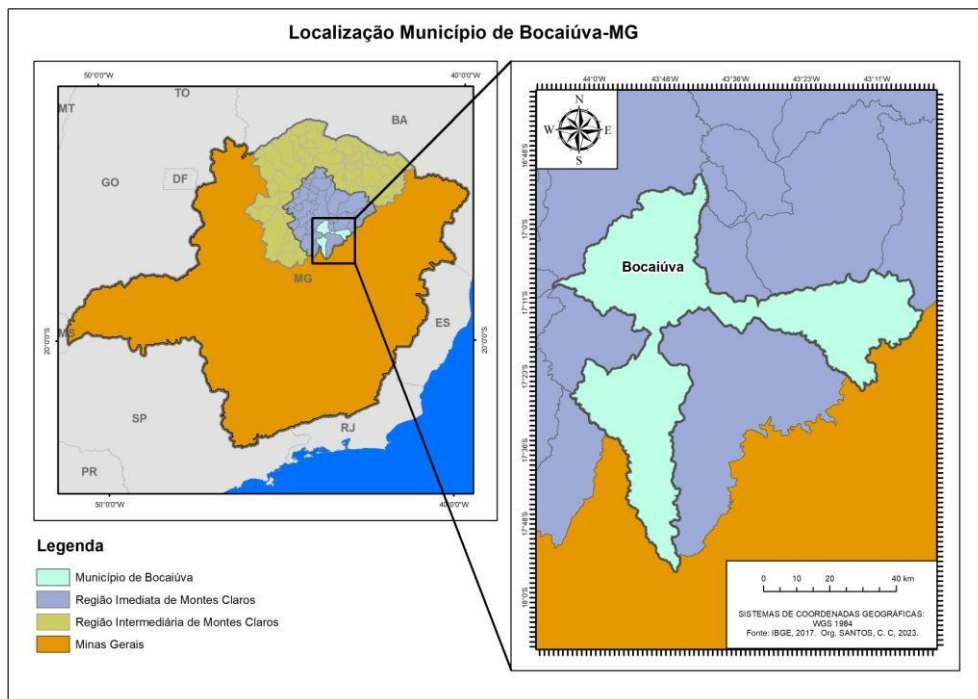
O autor também menciona que a maior parte dos desafios enfrentados pelos povos tradicionais no século XXI pode ser resumida a luta pela defesa de seu território e reconhecimento de modos de vidas, contudo, é válido pontuar que a persistência da razão instrumental do Estado é evidenciada em programas como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) que é uma tentativa milionária de vigiar o que ocorra na Amazônia e por meio de informações geográficas precisas e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) que tem por meta, zonestar todo o território nacional de acordo com os seus usos mais "apropriados" em termos técnicos.

Em teoria pode-se concluir que a definição de territorialidade é uma tarefa complexa, pois aborda a diversidade de perspectivas e dimensões sociais, simbólicas e físicas. Porém, na prática a materialidade desse conceito pode ser uma tarefa mais árdua, uma vez as dinâmicas territoriais, como o a situação vivenciadas pelos povos tradicionais no Brasil, explicita os desafios deles enfrentados ao longo da história que é marcada por conflitos, lutas, resistências e destacando-se pela defesa do território e reconhecimento de seus modos de vida perante a sociedade brasileira.

O TERRITÓRIO E A COMUNIDADE QUILOMBOLA MOCAMBO

Conforme o mapa 1, é possível observar a localização do município de Bocaiúvas nas regiões geográficas intermediária e imediata de Montes Claros dentro do estado de Minas Gerais. O município possui uma área total de 3.206,757 km² e de acordo com o último censo de 2022, a população corresponde a aproximadamente 48.032 habitantes (IBGE, 2022).

Mapa 1 – Localização do Município de Bocaiúva-MG



Fonte: IBGE, 2017. Org. SANTOS, C. C., 2023

Em Bocaiúva existem tensões e práticas no que tange a morosidade do processo de certificação de terras a comunidades tradicionais. Esses impedimentos legais sobre

direitos e acesso a políticas públicas destinadas a comunidades quilombolas, são um problema e merece análise e discussão sobre o papel do Estado em garantir que as políticas públicas cheguem a esses povos.

Existem três comunidades quilombolas certificadas no município de Bocaiúva, são elas: Macaúba Palmito e Macaúba Bela Vista certificada em 22 de maio de 2015, Mocambo e Sítio também certificada em certificada em 22 de maio de 2015 e Borá certifica em 02 de maio de 2016 (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2022).

Apesar do reconhecimento pela Fundação Palmares e da certificação, a falta de titularidade do território da comunidade quilombola Mocambo, levanta questões sobre a eficácia do papel do Estado nesse processo desde a promulgação da Constituição Federal em 1988 até o Decreto n. 4.887 de 2003. Desta forma, esses desafios legais, burocráticos e administrativos, aliados à lentidão do sistema judicial, têm impacto significativo no acesso aos direitos e políticas públicas destinados da comunidade, conforme destaca Almeida (2010, p. 13):

A efetivação dos novos dispositivos da Constituição Federal de 1988, contraditando os velhos instrumentos legais de inspiração colonial, tem se deparado com imensos obstáculos, que tanto são urdidos mecanicamente nos aparatos burocrático-administrativos do Estado, quanto são resultantes de estratégias engendradas por interesses de grupos que historicamente monopolizaram a terra.

Apesar da legalização das terras aos remanescentes de quilombos, conforme Leite (2012, p. 357), as comunidades “[...] constituído no interior de processos de dominação (jurídico-política), incorporaram múltiplas dimensões relacionais, por vezes em acentuado antagonismo com outros agentes e interesses locais, ou mesmo em relações de aliança e complementaridade com estes”. Desta forma o autor alinhando o posicionamento de que o território transcende a moradia e passa a ser parte da identidade desse grupo e relata que os avanços na legalização de terras dos povos quilombolas necessitam de mais eficácia no que se refere à delimitação, a demarcação e a titulação.

A ausência de titulação também contribui para a perpetuação de conflitos socioambientais na luta pela defesa do território.

Constantemente a ausência de titulação do território tradicional impede que os povos tenham acesso a direitos assegurados pelo ordenamento jurídico pátrio. A título de

exemplo, os direitos previdenciários que dependem da comprovação da propriedade de terras.

A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A discussão quanto a eficácia de políticas públicas para assegurar os direitos dos povos e comunidades tradicionais ainda persiste, pois conforme já apresentado, é ineficaz e demorado o processo de reconhecimento, certificação e titulação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais.

No contexto da comunidade de Mocambo, a ausência de titulação do território, como já apresentado, tem contribuído para a perpetuação de conflitos socioambientais e impedido o exercício de direitos.

O grande desafio, no entanto, é a construção de políticas públicas participativas, pois é cediço que boa parte das políticas públicas construídas no Brasil não são específicas para esses povos e nem permitem a participação desses na sua construção.

A necessidade de construção de políticas públicas participativas para comunidades quilombolas é crucial para garantir a efetividade e a relevância dessas políticas, bem como para promover o empoderamento dessas comunidades e a preservação de suas identidades culturais e territoriais.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que as comunidades quilombolas têm uma história de marginalização e exclusão social, enfrentando desafios como a falta de acesso a serviços básicos e pressões sobre seus territórios. Nesse contexto, políticas públicas que são desenvolvidas sem a participação ativa das próprias comunidades correm o risco de serem inadequadas às suas necessidades reais e, em alguns casos, até mesmo perpetuar a injustiça histórica.

Ao envolver as comunidades quilombolas no processo de formulação e implementação de políticas públicas, é possível garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas perspectivas sejam consideradas. Isso pode levar a soluções mais inclusivas e culturalmente sensíveis, que abordem os problemas específicos enfrentados por essas comunidades.

A construção de políticas públicas participativas também pode contribuir para a sustentabilidade dos territórios quilombolas, ajudando a proteger seus recursos naturais e

culturais. Ao envolver as comunidades na gestão de seus próprios territórios, é possível promover práticas de uso da terra mais sustentáveis e respeitosas com o meio ambiente, garantindo assim a preservação desses espaços para as gerações futuras.

Além de todas as discussões quanto a relevância da participação desses povos na construção das políticas públicas, tem-se ainda, a obrigatoriedade prevista na Convenção 169/OIT, quanto a necessidade de consulta livre, prévia, informada e de boa fé, sempre que as medidas a serem tomadas pelo Estado e que afetem os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.

Costa Filho (2013, p. 20), esclarece que:

A Convenção determina que os governos devem proteger os povos e comunidades que possuem culturas e modos de vida diferenciados. Isso implica proteger seus territórios, suas organizações, suas culturas, suas economias, seus bens (materiais e imateriais) e o meio ambiente em que vivem. Além disso, essas ações devem ser realizadas com a participação desses povos e comunidades, de acordo com os seus desejos e interesses.

Deste modo, as políticas públicas, quando construídas com a participação dos povos e comunidades tradicionais, pode garantir a proteção de sua cultura e modos de vida diferenciados.

Em resumo, a construção de políticas públicas participativas para comunidades quilombolas é essencial para garantir a justiça social, promover o empoderamento das comunidades e preservar suas identidades culturais e territoriais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As complexas dinâmicas territoriais enfrentadas por comunidades tradicionais no Brasil são ações que se iniciaram desde a formação do território brasileiro e se perpetuam até os momentos atuais. A compreensão do conceito de territorialidade como fator identitário e político-organizativo, destaca desafios históricos e atuais na demarcação e reconhecimento de territórios. Porém, os entraves legais afetam o acesso aos direitos dos povos tradicionais e ressalta a necessidade de eficácia na legalização das terras.

Os remanescentes da comunidade Mocambo em Bocaiúva são exemplo da debilidade da execução de políticas públicas, pois, apesar da certificação, os povos quilombolas não possuem titularidade das suas terras.

Desta forma, o papel do Estado diante dessas situações deve ser questionado, e pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto são urgentes e debates para preservar os modos de vida das comunidades tradicionais diante dos desafios históricos devem ser enfatizados.

No campo das políticas públicas, ao envolver as comunidades no processo de tomada de decisões, é possível desenvolver políticas mais eficazes e sustentáveis, que atendam verdadeiramente às necessidades e aspirações dessas comunidades historicamente marginalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ALMEIDA, Alfredo W. de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. In: DELGADO, Nelson (Org.). *Brasil Rural em Debate*. Brasília: MDA/SDT e IICA, 2010, p. 137-213

COSTA FILHO, Aderval (Org.). **Direito dos povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: MPMG, 2013.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, v. 34, n. 2, p. 8-16, 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bocaiúva-MG – Panorama**, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bocaiuva/panorama>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geociências**, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília, 2002.

SANTOS, Anderson Marcos dos. Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. In: GEDIEL et.al. (orgs.) **Direitos em conflito: movimentos sociais, resistência e casos judicializados**. Curitiba: Kariós Edições, 2015, p. 13-47.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO INSTRUMENTO PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Dilene Pinheiro da Silva ¹

Resumo: O objetivo do texto é refletir sobre a finalidade da Política de Assistência Estudantil e sua efetividade nas Instituições Federais de Ensino. À luz da concepção do direito à educação, de assistência e políticas públicas que balizam os princípios e diretrizes na assistência ao estudante. Assim como identificar os principais marcos regulatórios para sua execução. Ressaltando que para efetivação deste direito é imprescindível a manutenção dos avanços já realizados e permanente esforço para continuidade de seu financiamento e ampliação de atendimento.

Palavras-chave: Permanência; Assistência Estudantil; PNAES

Abstract: The objective of the text is to reflect on the purpose of the Student Assistance Policy and its effectiveness in Federal Educational Institutions. In light of the conception of the right to education, assistance and public policies that guide the principles and guidelines for student assistance. As well as identifying the main regulatory frameworks for its execution. Emphasizing that in order to realize this right, it is essential to maintain the advances already made and make a permanent effort to continue financing and expand services.

Keywords: Permanence; Student Assistance; PNAES

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade uma breve reflexão da Assistência Estudantil como ferramenta para contribuir com a efetivação do direito à educação dos estudantes em vulnerabilidade social. Estes que ingressam nas Instituições Federais de ensino com a perspectiva de uma formação que possibilite melhores oportunidades de trabalho, entretanto, se deparam com as dificuldades para manutenção dos estudos.

Cavalheiro (2013, p. 30) considera que a “[...] finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil é apoiar, através de recursos financeiros e/ou por meio de outros serviços que se mostrem necessários, os estudantes de baixa condição socioeconômica”. O objetivo, como apontado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Mestrado em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: dilene.pinheiros@gmail.com

(FONAPRACE) é que os discentes obtenham êxito em seu percurso acadêmico minimizando a retenção e a evasão, definindo a Assistência Estudantil como “Um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES” (FONAPRACE, 2012).

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) subsidiada pelos estudos realizados pelo FONAPRACE, em 2004, aponta que entre as causas de evasão e retenção estão às dificuldades socioeconômicas de um expressivo número de estudantes. Dessa forma, considera que as ações articuladas para “a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida” (Andifes, 2007, s/p) são extremamente importantes.

Segundo Arruda (2008), os discentes que acessam a escola no Brasil, formam um público heterogêneo e que expressa as diversidades e as desigualdades sociais no país. Dessa forma, torna-se necessária a ampliação do acesso, mas também a articulação de estratégias de permanência, pontuando que “[...] no plano das políticas públicas se impõe a necessidade de criar condições para que os filhos das classes populares permaneçam na escola” (Arruda, 2008, p. 7).

DO ASSISTENCIALISMO À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Assistência Estudantil, realizada no contexto das Instituições Federais de Ensino, a rigor, é materializada por meio das políticas públicas formuladas a partir do Ministério da Educação (MEC). Entender o que vem a ser política pública é, então, elemento fundamental para compreender, como dito anteriormente, os princípios e objetivos que direcionam as tomadas de decisões quanto à assistência ao discente.

A elaboração de políticas públicas não acontece, portanto, de forma espontânea. É resultante de uma série de ações voltadas ao atendimento das necessidades apresentadas pelos sujeitos, tendo em vista a responsabilidade e o engajamento político e social de quem as projeta e formula. Pastorini (1997, p. 97) coloca que a formulação das políticas “[...] não podem ser pensadas como produto de uma relação unilinear, onde o movimento parta do Estado para a sociedade civil (‘concessão’), ou vice-versa, da sociedade civil para o Estado (‘conquista’),”

porém, é fruto de uma relação dialética e contraditória, resultado de lutas que envolvem diferentes setores da sociedade.

Segundo Pereira (2006, p. 68), “a necessidade, em geral, não pode ser reduzida a uma simples carência, mas deve ser vista como carência percebida, o que implica definição de valores, finalidades e existência de sujeitos envolvidos no seu enfrentamento”. São nas necessidades percebidas e socialmente partilhadas que são gestadas as políticas públicas, normas protetoras e os direitos

Assim as políticas públicas são “resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e classes sociais em cada contexto histórico” (Boschetti, 2009, p. 580). Sua análise deve, portanto, buscar superar os aspectos restritos ou unilaterais, que normalmente são utilizados para embasar sua elaboração e implantação de forma emergencial e focalizada.

Nesse sentido, Yasbek (1993, p. 50) afirma que as políticas sociais no Brasil possuem “[...] um perfil limitado e ambíguo: se apoiam muitas vezes, na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país”. As práticas históricas dessas ações acabam por influenciar a própria concepção da dimensão assistencial das políticas públicas, concepção que também se estende à Política de Assistência Estudantil.

Destarte, ao conceber a Política de Assistência Estudantil (PAE) e a formulação de suas ações é necessário que seja observado o caráter assistencial desta política e não as práticas assistencialistas. Para que as ações executadas pela PAE sejam efetivas e assumam a dimensão de direito como expresso no Art. 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, [...]” (Brasil, 1988).

Corroborando com esta postura a Andifes afirma que a inserção da Assistência Estudantil na práxis acadêmica e o seu entendimento enquanto direito social “é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado” (Andifes, 2007, s/p).

Outro conceito importante a ser destacado é a exclusão social vivenciada por inúmeros sujeitos, o que salienta a importância de uma Assistência Estudantil que atenda seus princípios e objetivos. Para Boneti (2006, p. 190) “a noção de inclusão [...] além de guardar consigo o significado original da exclusão, não se pode afirmar que esta palavra se constitua de uma noção

ou de um conceito”. Para este autor, “trata-se de uma positivação em relação a uma problemática social, a da exclusão”.

No âmbito educacional, as proposições de combate à exclusão social encontram-se num campo de disputa política entre projetos sociais e educacionais contraditórios com distintas concepções. O resultado é um leque de propostas de ações que objetivam a inclusão social. Tais propostas incluem, em especial, a educação profissional “na perspectiva de possibilitar a inserção no mundo do trabalho” (Abreu, 2012, p. 72). Segundo Melo, Santos e Andrade (2009),

A história da educação superior no Brasil não pode ser analisada sem considerar-se sua relação com o desenvolvimento sócio-histórico brasileiro. A história de nossa sociedade é marcada pelo elitismo e pela exclusão, com implicações semelhantes em nossa educação e conseqüentemente no ensino superior. Do período colonial, passando pelo Império até a Primeira República, os projetos e iniciativas no campo do ensino superior evidenciaram esses dois traços: um ensino voltado para as elites, para aqueles que podiam pagar e uma série de obstáculos e mecanismos que excluía a maior parte da população do acesso ao nível superior (p. 10).

Entretanto, com a disponibilidade de formação oferecida pelo Estado, caso essa inserção não aconteça, a responsabilidade de não-inclusão deixa o âmbito social e passa para o individual. Sposati (2000, p. 31) considera que foi atribuída à educação um caráter indenizatório que “[...] supõe o reconhecimento e a restituição das perdas ao desenvolvimento humano causados pela cultura elitista, dominadora, machista e pela subordinação econômica e política a que o neoliberalismo nos submete como parte dos países emergentes [...]”.

Ficando a cargo do Estado “adotar estratégias e políticas capazes de gerar apoios qualificados e diferenciados àqueles que tiveram desvantagens, efetivando seu potencial de desenvolvimento humano”. Segundo Araújo (2021) a universidade pública brasileira,

[...] trilhou um percurso diverso, desafiador, de múltiplas tensões entre interesses sociais, políticos e ideológicos. O acesso ao ambiente universitário, por longas décadas, ocorreu de forma a restringir e excluir os sujeitos pertencentes aos segmentos mais baixos da sociedade. Neste bojo, o restrito acesso à educação superior pública se apresenta como expressão da questão social por se configurar como um problema social politizado na esfera pública, em especial no processo de redemocratização do país, exigindo do Estado um posicionamento político que possibilitasse romper com o perfil elitizado da universidade pública (Araújo, 2021).

Dessa forma o limitado acesso ao ensino superior evidencia questões históricas, políticas, culturais e econômicas reafirmando que estes espaços estavam destinados aos sujeitos que possuíam condições financeiras, assim como acesso aos bens e serviços que permitiam uma

dedicação exclusiva aos estudos. Ressaltando neste contexto as desigualdades sociais e a necessidade de ações para acesso e permanência na educação, em especial o nível superior.

MARCO REGULATÓRIO

Numa sociedade marcada por profundas diferenças sociais, os discentes de baixa condição socioeconômica são frequentemente excluídos do acesso a uma educação de qualidade. Os primeiros esforços de minimizar a evasão, principalmente quando a motivação dessa era pela falta de recursos para os estudos, vinha da própria comunidade acadêmica.

De acordo com Fávero (1980), para que os discentes tivessem acesso às bolsas, conforme estabelecido no Estatuto das Universidades, era preciso que estes atendessem aos critérios estabelecidos pelo conselho universitário, composto por estudantes e professores. Os critérios estavam alicerçados nos méritos de cada estudante e, no caso de pobreza, o estudante deveria comprová-la por meio de “declaração de pobreza”, fornecida por institutos assistenciais. Também era observado o comportamento dos estudantes que solicitavam a bolsa, isto é, se de fato condiziam com a pobreza que afirmavam. Em caso positivo, o estudante era beneficiado com o auxílio.

Para captação dos recursos o Estatuto das Universidades previa em seu artigo 100, parágrafo 3º, a criação da “Caixa do Professorado Universitário” que deveria contar com a “[...] contribuição dos membros da Sociedade, de donativos de qualquer precedência e de uma contribuição anual de cada um dos institutos universitários fixada pelo Conselho Universitário” (Brasil, 1931).

Nessa esteira, no que diz respeito à legislação, a Constituição Federal de 1934 previa a assistência ao estudante e atribuía ao Estado esta incumbência, o que pode ser notado no parágrafo segundo do seu artigo 157: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (Brasil, 1934). Todavia, não houve empenho na promoção de políticas públicas para que o dispositivo legal fosse materializado e a democratização do acesso não aconteceu, continuando a universidade um privilégio de poucos e a pretensão apenas no papel.

O período que antecede ao PNAES, no que diz respeito às políticas de permanência, foi caracterizado por ações pontuais que dependiam de parcerias realizadas com as fundações de apoio ou empresas. As vagas ofertadas para os auxílios eram poucas, pois os recursos escassos priorizavam os discentes com menor renda per capita e em maior vulnerabilidade (Borsato, 2015).

Diante dos desafios, os Pró-Reitores de Assuntos Estudantis juntamente com as equipes de profissionais e estudantes nos encontros do FONAPRACE, tanto os regionais quanto os nacionais, buscaram a construção de propostas que foram encaminhadas à Andifes e ao MEC. Essas proposições subsidiaram a elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil, em 2007, pela Andifes, que tomou como referência as pesquisas realizadas pelo FONAPRACE.

Outro importante documento foi a Portaria Normativa do MEC n. 39 de 2007a, que prevê no parágrafo primeiro do seu artigo terceiro, que as ações da Assistência Estudantil devem considerar “a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (Brasil, 2007a).

Somado ao Plano Nacional de Assistência Estudantil, outros dispositivos legais trazem em seu bojo o princípio da igualdade de acesso, condições de permanência e conclusão do curso em consonância com o que prevê a Constituição Federal de 1988, como apresentado anteriormente. A Lei n. 9.394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de dezembro de 1996, incorpora esse princípio, literalmente, no seu Artigo 3º, inciso I: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto 6.096 de abril de 2007, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior e criar condições de permanência, prevê no inciso V do Art. 2º que o Programa terá, entre suas diretrizes, a de “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (Brasil, 2007). Para tanto, dispõe em seu Art. 7º que as despesas resultantes do decreto sejam incluídas na conta “[...] das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação” (Brasil, 2007) para as IFES.

Promulgado em 5 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude, Lei 12.852, dispõe sobre o direito dos jovens. No que tange à educação profissional, a referida legislação expressa em seu

artigo 9º que “o jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente” (Brasil, 2013). Para que este direito se materialize declara em seu artigo 13º que “as escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes” (Brasil, 2013).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto 7.234, foi publicado em 19 de julho de 2010 — que na mesma linha dos anteriores tem como objetivo a regularização das ações da assistência aos discentes (BRASIL, 2010a). Dispõe inclusive sobre as áreas em que as ações deverão ser executadas.

O PNAES tem como objetivos: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

Para efetivação dos objetivos do PANAES, as ações deverão ser desenvolvidas em dez áreas específicas: moradia estudantil; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

O marco regulatório também possibilitou um direcionamento na execução das ações nas distintas Instituições Federais de Ensino. Revelou também a necessidade de ampliação de vagas para os profissionais das equipes, como assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, entre outros, situação essa que impacta, diretamente, na qualidade do atendimento e no efetivo acompanhamento dos discentes, contribuindo para a diminuição da evasão.

Entretanto, ainda que, tenham se ampliado os recursos destinados ao PNAES inúmeras críticas foram apresentadas pelos gestores, profissionais e estudantes no que se refere a insuficiência destes para atendimento da demanda por programas e auxílios que possibilitem a permanência. Demanda intensificada após a aprovação da Lei de Cotas, Lei 12.711 de 2012, que evidencia que é preciso garantir tanto o acesso como a permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que as causas de evasão e retenção são multifatoriais e perpassam desde as dificuldades financeiras para o custeio de alimentação, transporte, moradia, material didático entre outras, assim como dificuldades de aprendizagem, descontentamento acerca do método didático-pedagógico docente, mobilidade acadêmica, necessidade de trabalho para manutenção própria e/ou da família, cansaço, e outros fatores que se somam a estes.

Daí a necessidade de uma Política de Assistência Estudantil estabelecida e que disponha de recursos para o atendimento ao estudante, tanto no âmbito da prestação de serviços quanto do aporte financeiro por meio dos programas de bolsas, entendendo que as ações desenvolvidas visam o acesso e a permanência. Estas contribuem para a inclusão social de uma parcela da população que historicamente ficou à margem do processo de desenvolvimento do país e que de outra forma não teriam como iniciar e concluir o curso numa instituição federal de ensino.

Assim, as ações para a permanência e, conseqüentemente, o combate à evasão precisa de todos os atores envolvidos desde os próprios discentes e suas respectivas famílias, passando pelos docentes, pelos técnicos administrativos e pela equipe gestora. Dessa forma, para uma resposta efetiva às diversas demandas apresentadas é necessário que a assistência estudantil seja compreendida e colocada em prática por todos enquanto uma política institucional, com investimento de recursos financeiros e humanos.

Como exposto as políticas públicas que atendem a assistência estudantil, são materializadas através do Ministério da Educação, especificamente pelo PNAES. É de fundamental importância a continuidade e a ampliação dessa política, pois, é na sua efetivação que inúmeros discentes vislumbram a possibilidade de romper com um ciclo de exclusão vivenciado por suas famílias. Cumprindo assim, a finalidade e os objetivos da Política de Assistência Estudantil, como também expresso nos textos das legislações aqui apresentadas que visam a efetivação do direito à educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica no Maranhão: avaliação do processo de implementação.**

2012. 197 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012

ANDIFES. **Plano nacional de assistência estudantil**. 2007. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 15 jan. de 2024.

ARAÚJO, Luciene. Restrito acesso à educação superior pública brasileira: uma expressão da questão social. **SER Social**, Brasília, v. 24, n. 50, p 115-135, jan./jun. 2022.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. **Democratização da Qualidade X Permanência na Escola: dois lados de uma mesma moeda ou uma relação conflituosa?** Disponível em: <<https://unig.br/wp-content/uploads/DEMOCRATIZACAO-DA-QUALIDADE-X-PERMANENCIA-NA-ESCOLA.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BONETI, Lindomar Wessler. Exclusão e Inclusão Social: teoria e método. **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 21, n. 75, p.187-206, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/index>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BORSATO, Francieli Piva. **A configuração da assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina – UEL, 2015

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009. Cap. 5. p. 575-592.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 1931. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília: Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 39**, de 12 de dezembro de 2007a. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 25 jan. de 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília: Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa nacional de assistência estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios**. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **Universidade e poder: análise crítica e fundamentos históricos 1930-1945**. Rio de Janeiro: Achimé, 1980.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Revista Comemorativa 25 anos: Histórias, memórias e múltiplos olhares**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

HERINGER, Rosana; HONORATO, Gabriela de Souza, 2014. Políticas de permanência e assistência no ensino superior público: o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). In: Maria Lígia de Oliveira Barbosa. (Org.). **Ensino Superior: expansão e democratização**. 1ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, v. 1, p. 315-350.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria "concessão-conquista". **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/65714846/Aldaiza-Sposat-Exclusao-Social-Abaixo-da-Linha-do-Ecuador>>. Acesso em: 20 jan. de 2024.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ESTADO, POLÍTICA SOCIAL E MILITARIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA

Sandra Rodrigues¹

Resumo: O artigo busca refletir acerca do *modus operandi* do Estado moderno em áreas econômica, política e culturalmente determinadas. Baseado em pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, parte-se da hipótese que o aparato burocrático-administrativo do Estado moderno, em períodos de retração das taxas de lucro, abre espaço à militarização como estratégia econômica e política que visa tornar menos constringentes os “males sociais” inerentes à sociabilidade burguesa. Tal movimento se expressa como um dos desdobramentos do cenário de crise em curso, tendo como uma de suas manifestações o estado de guerra civil permanente, possível de superação apenas pela via da revolução social².

Palavras-chave: Estado moderno; políticas sociais; militarização.

Abstract: The article seeks to reflect on the *modus operandi* of the modern State in economically, politically and culturally determined areas. Based on bibliographical research of a qualitative nature, it is based on the hypothesis that the bureaucratic-administrative apparatus of the modern State, in periods of retraction in profit rates, opens space for militarization as an economic and political strategy that aims to make “social evils” less constraining” inherent to bourgeois sociability. This movement is expressed as one of the developments of the ongoing crisis scenario, having as one of its manifestations the state of permanent civil war, which can only be overcome through social revolution.

Keywords: Modern state; social politics; militarization.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta breves considerações³ acerca do modo de ser e atuar do Estado moderno e seu aparato administrativo em áreas econômicas e socialmente determinadas, em que prevalece imperiosamente formas de intervenção baseadas na militarização da vida cotidiana⁴. Trata-se de um *modus operandi* que prevalece tanto nos países ricos como nos

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus do Mucuri/UFVJM. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutoranda em Serviço Social pela UFJF. Membro do grupo de estudos *Dýnamis* – Grupo de Pesquisa em Teoria Social e Crítica da Economia Política. E-mail: sandra.rodrigues@estudante.ufjf.br.

² Para maior aprofundamento em torno da categoria Revolução Social, sugerimos a leitura do livro *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*. De um prussiano, publicado pela editora Expressão Popular em 2010.

³ As reflexões realizadas no presente artigo resultam dos estudos realizados durante as Disciplinas *Estado e Política Social e Território e Sociedade*, ministradas, respectivamente, pelas Professoras Dra. Ednéia Oliveira e Dra. Elizete Menegat, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF.

⁴ Uma análise importante acerca da vida cotidiana pode ser encontrada no texto de José Paulo Netto, *Para a crítica da vida cotidiana*, In: NETTO, J.P.; FALCÃO, M. C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

pobres, com maior adensamento nesses últimos, como é o caso do Brasil. Considera-se que, onde vivem os povos expropriados das condições humanas de vida, seja nos países ricos ou pobres, as demandas sociais passam a ser parcialmente incorporadas e administradas pelo Estado como resultado da luta de classes para lidar com as mazelas sociais resultantes da desigualdade social engendrada pela propriedade privada da produção tornada social, sendo que, nos países pobres, tal incorporação e administração se opera de modo essencialmente violento. Desse modo, articulado às políticas públicas e aos direitos sociais, o Estado utiliza abertamente ações militares baseadas em formas cada vez mais bárbaras de violência contra os trabalhadores e contra o conjunto dos povos pauperizados.

A militarização da vida cotidiana há muito vem sendo naturalizada pela sociedade civil e ratificada pelo Estado, sendo que a oposição às formas bárbaras de violência permanece no campo ora da denúncia seletiva, ora do constrangimento individual baseado em indignações cada vez mais momentâneas, uma vez que esse processo de militarização não é apreendido a partir da estrutura econômica e social que o fundamenta. A inexistência de um programa ou projeto político dos trabalhadores que ancore a revolução social revela que o sujeito político dessa revolução se encontra emaranhado na lógica e nos limites da mercantilização, de modo que sua luta se dá no âmbito estreito da sobrevivência determinada pela alienação de seu trabalho, das condições de produção de sua vida material, aprimorada pelas determinações próprias do aprofundamento da crise estrutural do capital, que tem inovado as formas de exploração do trabalho e aumentado o número daqueles que compõem o que Marx (2013) chamou de superpopulação relativa.

Desse modo, o adensamento da militarização da vida cotidiana, constitutiva do caráter da atuação do Estado moderno de direito, demarca aqueles que se tornam econômica, social e politicamente descartáveis ao sistema, bem como os que acessam ou não direitos e políticas sociais a partir da classe e do espaço territorial que lhes foi legado ocupar. Tal cenário corresponde às bases da crise estrutural em curso (Mészáros, 2000), que tem como um de seus efeitos o estado de guerra civil permanente, possível de superação apenas pela via da revolução social⁵ (Menegat, 2012). A revolução social continua sendo uma alternativa em suspensão em

⁵ Para maior aprofundamento em torno da categoria Revolução Social sugerimos a leitura do livro *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano* publicado pela editora Expressão Popular em 2010.

face da dinâmica capitalista e de sua lógica de acumulação, que condiciona e reconfigura as condições e as relações sociais, incidindo na apreensão teórica e organização política da massa de assalariados e pauperizados a partir de suas verdadeiras condições de vida. Distanciam-se, assim, de seu alcance e de sua luta enquanto classe, as bases para um programa político que coloque efetivamente em xeque a propriedade privada da produção tornada social sob a ordem social regida pelo capital, regendo lutas fragmentadas e parciais que, apesar de se oporem à militarização operada pelo Estado moderno, não confrontam a base que a engendra e estrutura: a propriedade privada.

DESENVOLVIMENTO

Toda sociedade baseada em classes engendra relações contraditórias que implicam a desigualdade social. Nas formas de organização social que antecederam a sociedade burguesa, essa desigualdade se escancarava pelas relações de produção, consumo e distribuição social da riqueza baseada tanto no trabalho escravizado quanto no trabalho feudal (considerados suas particularidades históricas). Somente na conformação da sociedade moderna, em que o trabalho livre e assalariado se instituiu enquanto condição para a acumulação de capital e tudo se converteu em mercadoria, é que as relações antes escancaradas (a desigualdade econômica e social e a dominação e exploração de uma classe por outra) foram obliteradas por uma igualdade abstrata entre os indivíduos mercantilizados. Como afirma Arbia (2019), “apenas como sujeitos abstratos, formalmente iguais, destituídos de suas singularidades, colocam-se os indivíduos em condições de conviverem em uma sociedade tornada mercado; apenas por essa forma, terminam todos reduzidos a condição de sujeitos monetários” (Arbia, 2019, p. 1682).

Assim, a desigualdade mais fundamental e estruturante da produção capitalista se camufla numa relação entre “iguais”, mistificando sua essência expressa na propriedade privada do trabalho livre aplicado produtivamente (Cunha, 2011).

Na dinâmica da produção capitalista, as relações são constituídas pelas contradições internas ao sistema produtor de mercadorias. A monetarização dos indivíduos camufla as desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais por meio da estruturação de uma pretensa “comunidade abstrata fundada na igualdade apenas por força da impotente palavra legal” (Cunha, 2011, p. 6), que passa a ser instituída pelo Estado e por suas políticas sociais,

enquanto mediações burocrático-administrativas parcialmente incorporadas como resultado da luta de classes para lidar com as mazelas sociais resultantes daquela desigualdade fundamental, como o desemprego, a fome, a violência e o alijamento de grande parte da população, seja ela laboriosa ou não (incluindo a superpopulação relativa), das condições mínimas de vida.

Nesse cenário, a intervenção estatal não implica a superação dessas mazelas, mas apenas seu atendimento superficial e segmentado, sua reprodução, pois superá-las significaria suprimir radicalmente a contradição fundamental que as engendra, ou seja, suprimir a apropriação privada da riqueza socialmente produzida (Cunha, 2011), o que, por sua vez, supriria as bases que tornam socialmente necessário o Estado e seu aparato. Mesmo porque, como afirma Cunha (2011), cabe ao Estado na sociedade moderna agir tão somente “[...] sobre as relações que de outra forma estariam livres para operar em embates tão constantes que colocariam em risco a capacidade de geração de riqueza privada, embates entre capital e trabalho, mas também entre diferentes capitais (produtivo, financeiro, comercial, etc.) e distintas frações do trabalho” (Cunha, 2011, p. 8-9).

O imperativo na produção capitalista é o crescimento do capital e os mecanismos do processo de acumulação que garantam a elevação das taxas de acumulação e recuperação das taxas de lucro (Marx, 2017; Oliveira, 2023). Qualquer empecilho que transgrida essa finalidade tem logo encontrada sua adequação. Como as forças econômicas não se afirmam de modo linear e tranquilo, “um dos grandes problemas do capital para a manutenção de sua autorreprodução é a superação das crises estruturais, imanentes ao seu próprio desenvolvimento” (Arbia, 2015, p. 131). Essas crises “são fenômenos inevitáveis e necessários para a consolidação do modo de produção capitalista” (Oliveira, 2023, p. 194), e seu enfrentamento traz sempre ao primeiro plano os imperativos do capital, obedecendo exclusivamente à lógica de valorização, seja destruindo processos de produção, ou forças produtivas (Arbia, 2015). Como o aumento do capital, por condição, exerce influência sobre o destino da classe trabalhadora (Marx, 2013), o anverso dessas crises e seu enfrentamento são “incontáveis povos assolados pela fome, carentes de condições mínimas de uma vida humana, alijados das mais elementares formas de apropriação” (Arbia, 2015, p. 136).

A título da particularidade brasileira, pode-se considerar as relações apresentadas pelo documentário *Ônibus 174*, dirigido por José Padilha (2002). Nele é possível identificar algumas questões acerca da peculiaridade da formação social brasileira e, de certo modo, como o Estado

e suas políticas sociais no país, mas não somente, se conformam para o atendimento parcial e segmentado das mazelas sociais, sendo que em determinadas áreas predominam essencialmente intervenções militares baseadas na extrema violência. Nesses espaços observa-se que o Estado de direito inexistente, deixando à própria mercê aqueles que crescentemente constituem o quadro de aliados das condições humanas de vida.

O primeiro elemento que desperta atenção, ao se considerar o documentário supracitado, é a desigualdade social e racial constitutiva da formação social do Brasil, tendo como um de seus desdobramentos a questão da segregação espacial, aprofundada hodiernamente. A segregação espacial para Menegat (2012) se expressa como característica inerente à sociedade de classes, ainda que operando e se realizando sob circunstâncias diversas, sendo hoje uma realidade tanto nos países ricos quanto nos pobres. Porém, nos países pobres, tal segregação não ocorre ao acaso, antes, diz respeito ao mecanismo necessário à ordem social burguesa, posto que garante a naturalização do modo como a população que ali reside passa a ser tratada e atendida pelo conjunto da sociedade civil e pelo Estado que legitima, inclusive, formas mais aprofundadas de exploração e violência.

Segundo Menegat (2012), opera-se com essa segregação a cisão do território. Trata-se de uma cisão prática que é formalmente ocultada pela ideia abstrata de sociedade, expressa objetivamente como desdobramento do modo como se opera a acumulação capitalista, o enfrentamento às crises conjunturais, bem como às mudanças no processo de produção social. O caráter ideológico dessa cisão no território corresponde, portanto, à dinâmica do sistema que legitima moral e socialmente aqueles que economicamente estão aptos a vender sua força de trabalho, enquanto condição que permite aos sujeitos granjear *status* de cidadania e, assim, acessar bens e direitos sociais na órbita da mercantilização universalizada.

A segregação nesse caso pode ser identificada de dupla maneira: por um lado, realiza-se objetiva e materialmente, recaindo sobre determinada classe social, a dos trabalhadores, inclusa a superpopulação relativa como analisada por Marx (2013); por outro, opera o enquadramento moral e ideológico de corte econômico que se constitui socialmente tanto em torno daquele território quanto da população que o ocupa. Esse enquadramento corresponde à dinâmica da sociedade moderna e à sua lógica de acumulação que condiciona o papel econômico, social e político dos indivíduos, tomando como medida o ingresso ou não nos espaços de mercantilização da força de trabalho. O não ingresso é compreendido como incapacidade

individual e não desdobramento da organização das condições e relações sociais que constituem a vida sob a égide da concorrência generalizada, ou seja, “como resultado necessário da lógica em que são postas estas sociedades” (Menegat, 2012, p. 2).

Esse caráter moralizante que a classe dominante e o Estado moderno legitimam cotidianamente considera os sujeitos não a partir das condições e relações sociais em que se encontram e pelas quais se relacionam com o restante da sociedade e Estado, mas, antes, por uma perspectiva psicologizante, que responsabiliza os indivíduos por sua condição social. O limite objetivo das políticas sociais e do acesso a direitos fundamentais (educação, cultura, esporte, lazer etc.) explicita a única política que atende, mas não somente, as áreas pobres do país, sendo ela a segurança pública expressa nas forças dos aparatos militares.

Como considera Menegat (2012), trata-se do território em que não se legitima o Estado de direito e, sim, “o sentido autoritário do tratamento dos pobres no Brasil” (Menegat, 2012, p. 3). Essas determinações são inerentes à própria lógica do capitalismo, para o qual esses sujeitos representam força de trabalho e superpopulação à disposição para exploração e/ou extinção, num contexto de crise estrutural (Mészáros, 2000).

O exaurimento dos direitos sociais e as diversas formas de violência que acometem a classe social expropriada das condições mínimas de vida só constroem a sociedade em geral quando entra em xeque a vida daqueles(as) que são socialmente considerados “cidadãos”. A condição de cidadania, nesse caso, se vincula à inserção dos sujeitos na engrenagem do sistema na rota da mercantilização, sendo que os alijados dessa rota não pleiteiam tal cidadania. O exaurimento dos direitos sociais, no entanto, não ocorre sem resistência e lutas dessa população. Ao contrário, abre-se um estado permanente de lutas e disputas, ainda que fragmentadas, pela vida e pelas formas de repressão que se instalam em determinados territórios. Nesses espaços, o valor da vida passa a ser medido “a partir do lugar de moradia”, demarcado social e economicamente, influenciando o destino da população que ali se encontra, onde reina um estado permanente de guerra.

O conceito de guerra foi recolocado perante a crise de legitimação do Estado, enquanto expressão de sua ausência na garantia de direitos fundamentais, cujo espaço passa a ser ocupado pela guerra civil sob o comando dos aparatos militares que funcionam como norma de conduta nos territórios definidos por classe, raça e cor. Guerra civil naturalizada na sociedade, sem um horizonte no curto prazo para sua superação. Menegat (2012) afirma que a guerra se

apresenta como estratégia do capitalismo, principalmente em seus momentos de crise, quando estrutura sua recuperação fazendo uso de “métodos bárbaros” (Menegat, 2012, p. 8).

Desse modo, o capitalismo admite a civilização e a coexistência de formas bárbaras de socialidade para sua reprodução. A questão é que, no atual estágio de acumulação capitalista e apropriação privada da riqueza social, o caráter civilizatório da ordem social burguesa tem se exaurido, posto que sua dinâmica e lógica contemporânea tornaram lugar comum o horror e a guerra constante. Situação que se apresenta como socialmente aceitável diante do grau de reificação social atingido. Nesse cenário, passa a vigorar o poder material e ideológico da classe dominante sobre aqueles que vivem e morrem. A justificativa moral e ideológica dessa guerra, cujo cerne é a dinâmica econômica, política e social burguesa, mistifica seu conteúdo real e com isso não escancara o limite social e civilizatório da atual sociabilidade vigente (Menegat, 2012).

O processo de automação operado pela própria dinâmica capitalista em sua lógica de acumulação, principalmente a partir de 1970, alterou as relações sociais de produção, gerando o deslocamento da força de trabalho amplamente substituída por inovações tecnológicas. Esse fato tem demandado novas formas de regulação da sociedade, posto que o caráter social das pactuações entre as classes também vem sofrendo alterações, o que engendra formas contraditórias de relações e violência contra os agentes sociais, tornando, inclusive, a criminalidade um modo permanente na sociabilidade, tanto nos países ricos quanto nos pobres, expressando a “redução do caráter social do capitalismo” (Menegat, 2012, p. 12).

Identificamos que a degradação do “universo simbólico” da sociedade moderna baseada em pactos sociais e legitimidade dos Estados nacionais tem se exaurido. Menegat (2012) afirma que tal exaurimento vem adensando a segregação nos territórios, formalmente apreendidos como parte da sociedade, mas objetivamente legados à violência e à militarização da vida cotidiana. A violência que é concebida de modo individualizado e desvinculada do conjunto social que a constitui e a torna necessária ao estágio social em que se encontra a civilização contemporânea, sobretudo, devido às alterações que o capitalismo tem operado para manutenção de sua taxa de lucro na composição orgânica do capital.

Nesse cenário, a automatização expulsa não apenas os trabalhadores do processo de produção, mas também lhes retira os mecanismos para sua reprodução, consumo e distribuição social sem, contudo, suprir as necessidades sociais advindas da prescindibilidade do trabalho. Toda essa base material coloca desafios fundamentais tanto à organização política dos

trabalhadores quanto à construção de um programa político que confronte as bases da ordem vigente no sentido de uma revolução social que coloque como possibilidade real a construção de uma nova base social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teórica ora realizada permite identificar que o adensamento da crise estrutural que vivenciamos se apresenta como “momento de desordem produzido pelas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção” (Marx, 2013; Menegat, 2012, p. 13), que tem como uma de suas expressões a guerra civil que só pode ser superada pela via da revolução social (Menegat, 2012). A revolução social exige “um movimento social organizado”, porém a expulsão dos trabalhadores do processo de produção social tem impactado diretamente sua organização política em torno de um programa político que confronte abertamente a propriedade privada da produção tornada social sob a ordem social do capital.

A ausência da organização política e da luta da classe explorada em torno de um projeto societário oposto ao reinante abre brechas para a solução dos conflitos e das contradições expressos na crise social pela via da militarização da vida cotidiana, sobretudo nos espaços segregados e ocupados pelos pobres. A violência em sua forma mais bárbara como *modus operandi* do Estado moderno torna-se aceitável e admissível, principalmente nesses países, naturalizando seu modo de atuação e seu aparato burocrático-administrativo, e permite a dissipação de milhares de vidas em nome da valorização de capital. O que prevalece socialmente nesse cenário é apenas o constrangimento coletivo baseado na indignação temporária e no “silêncio de todos” (Menegat, 2012, p. 14).

Tais elementos nos permitem afirmar a inexistência, no curto prazo, das condições sociais, econômicas e políticas que ancorem a construção de um programa ou projeto coletivo dos trabalhadores baseado na revolução social. O sujeito político da revolução se encontra emaranhado na lógica e nos limites da mercantilização, suas lutas e necessidades sociais permanecem no campo da sobrevivência condicionada pelo trabalho alienado e o adensamento de sua precarização em face do aprofundamento da crise estrutural do capital. Desse modo, o espessamento da militarização da vida cotidiana em face da ausência proposital do Estado de

direito e suas políticas sociais segue demarcando aqueles que se tornam econômica, social e politicamente descartáveis ao sistema, bem como aqueles que acessam ou não as políticas e direitos sociais a partir do espaço geográfico que lhe foi legado e condicionado ocupar. Processo que não se afirma isento de formas de lutas que, fragmentadas, se apresentam nas disputas coletivas e individuais, mas, infelizmente, apartadas de um projeto de luta de classe de caráter essencialmente social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBIA, A. Determinações reprodutivas do capital, imanência das crises e estrangulamento do gênero humano. In: OLIVEIRA, E. A.; LAMAS, F. G. (Org.). **Ciências Humanas e Pensamento Crítico: um caminho para Marx**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, v. 1, p. 131-161, 2015.

_____. **Digressões (críticas) sobre liberdade, estado e direito em Hegel**. Revista *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1657-1684, 2019.

CUNHA, E. P. **O limite da politicidade para superação da desigualdade econômica**. *Libertas*. vol. 2, n.º 11, pp.1-19, 2011.

OLIVEIRA, E. A. de. **Crise, queda da taxa de lucro e a política social no capitalismo**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Revista *Katálysis*, vol. 26, n. 2, p. 193-201, 2023.

PADILHA, J. de. **Ônibus 174**. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2002.

MENEGAT, M. Guerra Civil no Brasil. In: **Estudo sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Instituto de Criminologia Carioca Editora, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. In: Outubro, n. 04, São Paulo, 2000.

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. “Glosas críticas ao Artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social, De um Prussiano’”. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana, In: NETTO, J. P.; FALCÃO, M. C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

VIOLÊNCIA POLICIAL: UMA BARREIRA PARA A EMANCIPAÇÃO DAS PESSOAS DAS PERIFERIAS BRASILEIRAS

MARIA FERNANDA SOARES ANDRADE¹

Resumo: A violência policial nas periferias brasileiras é um problema recorrente, que afeta a vida de milhões de pessoas em todo país. Esse fenômeno está intrinsecamente ligado ao preconceito estrutural que permeia esses locais, contribuindo para a marginalização e estigmatização de seus habitantes. O presente artigo busca, por meio de revisões bibliográficas e dados secundários, analisar como se manifesta a violência policial nas comunidades, comparando a incidência entre as vítimas a partir da raça e condições econômicas, bem como esse tipo de violência pode ser um impeditivo para a emancipação das pessoas que residem nessas áreas.

Palavras-Chave: Violência policial, Periferias, Emancipação.

Abstract: Police violence in Brazilian outskirts is a recurring problem, which affects the lives of millions of people across the country. This phenomenon is intrinsically linked to the structural prejudice that permeates these places, contributing to the marginalization and stigmatization of their inhabitants. This work seeks, through bibliographical reviews and study of secondary data, to analyze how police violence manifests itself in communities, comparing the incidence among victims based on race and economic conditions, as well as how this type of violence can be a deterrent for the emancipation of people residing in these areas.

Keywords: Police violence; Peripheries; Emancipation.

INTRODUÇÃO

A violência policial e suas ramificações têm sido um tema central nas discussões sobre justiça social e direitos humanos. Um aspecto particularmente preocupante é a forma como a violência policial afeta as populações, especialmente aquelas que residem em áreas de baixa renda e periferias urbanas, sendo essencial compreender como essa ação pode resultar em violações de direitos e acentuar desigualdades.

Constantemente, indivíduos que vivem em comunidades marginalizadas e em condições precárias são alvo de abusos e violações perpetrados por agentes de segurança pública, conforme afirma Machado e Noronha (2002 p.209) “para a polícia, os moradores das regiões pobres são estigmatizados como caranguejos que vivem na lama e que, estando desprovidos de humanidade, não possuem direitos”. Com esse cenário as consequências enfrentadas se tornam

¹ Discente do 2º período do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros
Revista Serviço Social em Perspectiva
Montes Claros (MG) | Vol. 8, Num. Especial | 2024 | ISSN: 2527-1849

profundas, minando o desenvolvimento, o exercício pleno da cidadania, dificultando o acesso a direitos fundamentais e perpetuando a marginalização desses indivíduos.

A justificativa para esse tema reside na necessidade de se discutir a violência policial e como ela afeta a vida das pessoas que vivem nas comunidades brasileiras, que por vezes possuem poucos meios para enfrentar e afrontar as agressões vividas, já que quem as praticam, seria na teoria, os responsáveis por combatê-las. É importante salientar que esse estudo não busca generalizar toda a atuação policial, somente pretende chamar atenção para casos de abusos e suas aplicações.

Para embasar essa reflexão, será realizada uma revisão de literaturas, bem como análise quantitativa de dados secundários, buscando entender melhor a relação entre a violência policial e a emancipação dos indivíduos nas áreas marginalizadas da sociedade, recorrendo a evidências que mostrem como essa violência pode se tornar um obstáculo significativo para a progressão social.

Espera-se que essa análise contribua para o aprofundamento do debate sobre a violência policial, buscando ampliar a consciência sobre essa realidade e fomentar a discussão de políticas públicas que promovam a segurança de forma justa e respeitando os direitos humanos.

VIOLÊNCIA POLICIAL E CONCEITOS

A violência policial é fenômeno com antecedentes históricos, que esteve e está presente em diferentes sistemas ao redor do mundo, disfarçado, muitas vezes, de segurança pública. Pode-se encontrar vestígios de sua prática desde o início dos tempos, onde o Estado toma para si a responsabilidade de ditar, o que pode e não pode ser feito dentro da sociedade. As práticas de controle social e repressão de grupos sociais não são uma novidade dos tempos modernos, as forças de segurança sempre foram usadas para manter a ordem e o poder estabelecido.

Para que se entenda o conceito de violência policial, é necessário compreender que não há somente uma percepção sobre assunto. Segundo Neto (1997) existem pelo menos quatro concepções diferentes a respeito, que possuem implicações importantes para um entendimento mais aprofundado.

A primeira concepção é do ponto de vista jurídico, um pouco mais rígida, ela considera como violência policial os atos de força excessiva exercidos de forma ilegal, quando por exemplo, o

policiais utiliza da força física para impor a sua vontade ou decisão perante um acontecimento, ignorando o contexto da realidade presente.

A segunda concepção, política ou sociológica, mais abrangente, interpreta a violência policial, os que mesmo dentro da legalidade, utilizam desta força de forma desnecessária e ilegítima, como exemplo temos troca de tiros, onde policiais apegando-se ao seu poder, colocam a vida de todas as pessoas em volta em perigo, podendo ocasionar mortes e ferimentos, ou seja, a polícia desconsidera os perigos em torno da operação e pessoas inocentes passam a ter a sua liberdade, direitos, e cidadania violentadas.

A terceira a concepção, a jornalística, além de considerar os atos ilegais e ilegítimos, também entendem a violência como os usos irregulares, escandalosos e/ou anormais da força física praticada por policiais, neste caso um exemplo seria a criação de barreiras, onde os policiais utilizam-se de armamentos pesados para coagir e interrogar a população de forma desproporcional ao contexto em que estão inseridos. Para a Constituição essa prática pode ser considerada normal, mas para a opinião pública pode parecer chocante e desnecessário o uso de tais ações, desta forma os meios de comunicação jornalísticos desempenham um importante papel para chamar a atenção da sociedade para casos de abusos.

A quarta e última concepção é apresentada pelo autor Carl Klockars, também chamada de concepção profissional, além de considerar os outros entendimentos, ele adiciona mais um conceito, que seria o uso excedente da força física utilizada por um policial em seu exercício profissional, independentemente das justificativas apresentadas por ele. Ou seja, mesmo que legal, o uso da força policial pode ser entendido como violência, basta de alguma forma invadir o espaço de direito do indivíduo que está à mercê da sua ação.

Diante das concepções apresentadas, surgem algumas dúvidas. Em nome de que e a quem os profissionais de segurança pública atendem? Qual o interesse em manter uma parcela da sociedade, fragilizada, estereotipada e inferiorizada? Qual o possível favorecimento em manter um determinado grupo de pessoas dominadas pelo medo e pelas incertezas? As realidades são bem transparentes, e fica evidente que talvez não seja tão atraente assim a ideia de que todos tenham a capacidade de serem verdadeiramente livres. As concepções são diversas, mas há um fato que não pode ser ignorado, a polícia é um aparato utilizado por quem está no poder para manter, a quem os interessa, controlados e sem perspectiva de emancipação.

Como afirma Netto (1996, p.22) “o Estado é o comitê executivo da burguesia”, ou seja, atua para proporcionar as melhores condições para que a burguesia se desenvolva e consiga se estruturar cada vez mais em nossa sociedade, e se para isso for necessário manter algumas comunidades coagidas e silenciadas, utilizando da segurança pública como meio, que assim o faça. Na história brasileira a polícia sempre teve papel fundamental de controle e ordem social, alicerçados por leis e pelo Estado, a questão fundamental, é que os grupos visados para serem controlados sempre foram os mesmos, da escravidão, a ditadura, até os tempos “democráticos”².

Conforme afirma, Eduardo Filho em seu livro, a criminalização do negro e da periferia na história brasileira, os fatos nos mostram, quem são as vítimas preferidas desse profundo problema constitucional, enfrentado pelo nosso país.

São os negros os que mais ocupam os presídios e as valas dos cemitérios, os que mais ocupam os guetos, os de menor poder aquisitivo e os que habitam as regiões periféricas, senzalas modernas, que se opera um direito diferente, muito distante do direito positivado em nossa Constituição. Negligenciar tais números, fatos e história é permitir continuidade de um sistema de extermínio histórico. (FILHO, 2016, P.74)

Desta forma, é necessária uma rápida passagem na história da estrutura social em que o Brasil foi constituído, lembrando os fatos que fizeram com que os negros sempre estivessem com a mira apontada para si, e como essa construção sistêmica contribuiu para a perpetuação das violências sofridas por esse povo, que conforme citado acima, foram especialmente afetados pela tentativa de usurpação de seus direitos básicos ao longo da história.

PERIFERIAS: Uma Análise Do Seu Surgimento

O período da escravidão no Brasil é, historicamente, o mais devastante do qual se teve registro. Foi construído através de políticas e um sistema de leis/práticas que visavam a apropriação, assim como a exploração extrema dos corpos e trabalho dos indivíduos africanos, subjugando-os a uma condição de inferioridade e servidão. Muitos foram aqueles que tentaram lutar pela salvação, porém as diversas formas de resistência exercidas pelo povo preto, tanto

² A palavra se encontra entre aspas para trazer um questionamento. Essa democracia atendeu a todos da mesma maneira? Ao ser jogado as margens da sociedade, após o período de escravidão, o povo negro foi privado da sua cidadania e liberdade, conceitos tão defendidos pela democracia.

individual quanto coletivas, foram tratadas com as mais diversas formas de tortura e repressão, demonstrando a necessidade dos que se sentiam superiores de mantê-los silenciados e submissos a qualquer custo. Além das infinitas violências psicológicas e físicas, foram sequestradas do seu país, impedidos de exercer a sua cultura, fé e modo de vida, colocaram-os como objetos/animais, exatamente pelos os que mais se assemelhavam com um.

Após o fim desse trágico período enfrentado pelo povo preto, mais precisamente em 13 de maio de 1888, com a famosa assinatura da princesa Isabel a Lei Áurea, que passaram a surgir as primeiras periferias brasileiras. Uma marginalização forçada aos que deixaram de ser, na teoria, escravizados, que não encontraram possibilidades, ao se verem sem oportunidades de emprego no campo e nas indústrias, com a justificativa que eles não tinham mão de obra qualificada o suficiente para servirem as novas formas de trabalho que passavam a surgir com a recente industrialização, e desenvolvimento do sistema capitalista. Com o fim da escravidão no Brasil, os negros libertos e suas famílias foram deixados à própria sorte, desprovidos de recursos, terras, educação e oportunidades econômicas. Sem qualquer apoio do Estado ou das demais estruturas públicas, muitos tiveram que buscar abrigo em áreas afastadas dos centros e das cidades, ou seja, às margens, resultando no surgimento das periferias e bairros precariamente urbanizados.

O processo de abolição da escravidão não foi acompanhado por medidas efetivas de inclusão social ou de reparação para a população negra. Ao contrário, as políticas pós-abolição frequentemente perpetuaram a violência e a estigmatização das pessoas negras. Essas condições de vida precárias contribuíram para a perpetuação da desigualdade, da pobreza e do abandono por parte do Estado.

A falta de infraestrutura, saneamento básico, serviços de saúde e educação de qualidade nessas áreas periféricas intensificou a exclusão social e a vulnerabilidade da população negra. Com a abolição, o povo foi liberto das correntes, mas não da opressão, passaram a ocupar as favelas como um novo tipo de senzala, onde a segregação e a discriminação encontram novo território para sobreviver.

Considerada a primeira romancista negra no Brasil, Maria Firmina dos Reis, publicou em 1859, o que também seria o primeiro romance abolicionista do Brasil, o livro *Úrsula*, que constrói uma narrativa ultrarromântica para falar das mazelas decorrentes da escravidão enfrentada por ela. É de extrema importância que passamos a dar voz para aqueles que viveram na pele as

violências desse período, e desta forma, consigamos minimamente, compreender pelo o que passaram milhares de vidas na história do nosso país.

Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!" (REIS, 1975, P.117)

Com esse relato é compreensível o tamanho da dor causada para tantas pessoas, o que tem de se destacar é que mesmo com o fim desse período não houve uma tentativa de reparação, o Estado se colocou ao lado do poder novamente, e um povo violentado de tantas maneiras, simplesmente se tornou invisível quando deixou de lhes servir sem restrições, tentaram de todas as formas torná-los dependentes das suas migalhas, não mediram esforços para que eles não conseguissem se enxergar fora daquela realidade. Talvez só não contassem com esse povo se erguendo mais uma vez e resistindo, mesmo quando foram descartados pela sociedade, não foram capazes de deixar de lutar pela sua plena e completa liberdade

Ao longo de uma trajetória mascarada por tantas dores, violências e resistência, o povo preto enfrenta, ainda nos dias atuais, inúmeras tentativas de violação de direitos, maquiadas com a justificativa de proteção e luta pela segurança. Mas os agentes percussores ainda são os mesmos do início, os mandantes podem ter mudado de nome, porém a classe que pertencem permanece a mesma.

UMA REALIDADE PERSISTENTE E PREOCUPANTE

A seletividade da violência policial é um fenômeno que atinge de forma desproporcional aqueles que vivem nas periferias das grandes cidades. Não é surpresa para ninguém que os negros são a maioria nessas regiões, segundo a pesquisa do Instituto Locomotiva, em parceria com o Data Favelas (Cufa), 67% da população das periferias é negra, esse fato é um dos principais responsáveis pela invisibilidade enfrentada por esses lugares. A constante violação de direitos, a sensação de insegurança e a falta de confiança nas autoridades tornam ainda mais difíceis a busca por oportunidades de trabalho, educação e ascensão social, além disso, a violência policial

acaba por reforçar estereótipos negativos sobre a população preta e pobre, contribuindo para a exclusão e marginalização desses grupos.

Alguns dados são necessários para que se compreenda a magnitude do problema de estamos tratando. Segundo a pesquisa “Vidas adolescentes interrompidas”, realizada pelo ISER e pelo Observatório das Favelas, a proporção de mortes causadas por agentes do Estado em relação a violência intencional cresceu de 12,6% em 2013, a 39,6% em 2019, no estado do Rio de Janeiro, entre os adolescentes vítimas dessas mortes, 79% são negros e 76% tinham entre 16 e 17 anos. Existem fatos que podem mostrar como esses números são refletidos na prática. Como por exemplo quando uma família foi executada com 80 tiros direcionados por militares, no ano de 2019, que segundo o delegado que investigou o caso, teriam “confundido” o carro da família com o de assaltantes. Não é um caso isolado, um fato que aconteceu na Vila Cruzeiro, zona norte do Rio de Janeiro, onde 23 pessoas foram vítimas de um massacre, em uma operação policial contra a organização criminosa Comando Vermelho, dos 23 mortos, 16 nem sequer eram investigados e um era menor de idade.

E os acontecimentos não param, o senhor Genivaldo de Jesus Santos foi asfixiado por gás lacrimogênio e spray de pimenta no porta-malas de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal, em Umbaúba, no estado de Sergipe, Genivaldo foi parado porque pilotava uma motocicleta sem capacete.

Os resultados destas ações foram a vida de milhares de pessoas perdidas. O número de mortos pela polícia em apenas oito estados brasileiros chegou a 4.219 em 2022. Desse total, 2.700 foram considerados negros (pretos ou pardos) pelas autoridades policiais, ou seja, 65,7% do total³. Muitos dizem ser por incompetência, mas se torna difícil compreender por que tantas vezes é o povo preto a vítima escolhida para lidar com essas incompetências.

Como assinala Luís Eduardo Soares, são tantos os exemplos, mas o que não se pode esquecer é que cada número é uma vida, abandonada por quem deveria ser o responsável por protegê-la, é uma família que já não possui mais contato com o seu próximo, são amigos que não poderão estar juntos novamente, é um povo que mais uma vez se sente derrotado por um sistema assassino.

³ Os dados são do estudo *Pele Alvo: A Bala não Erra o Negro*, realizado pela Rede de Observatórios da Segurança, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec).

A morte de um jovem negro e pobre numa periferia brasileira: mais um traço no catálogo da violência policial. Outra vida sepultada sob as patas do Estado. Já não importam palavras, números, curvas nem tabelas. Os dados quantificam a tragédia e a diluem. Neutralizam a brutalidade dos processos reais. Convertem a experiência radicalmente singular em mais um caso particular pelo qual o universal se manifesta, encapsulado no conceito (SOARES, 2015, p. 27).

É necessário que o Estado passe a agir perante da realidade enfrentada por milhões de brasileiros, e que ele se faça presente na elaboração de medias que combatam o problema na raiz, atuando diretamente nessa expressão da “Questão Social”⁴. É de extrema importância uma melhor preparação da polícia do Brasil, um treinamento verdadeiramente eficaz, que de a esses profissionais melhores condições, psicológicas e estruturais para desenvolver um trabalho realmente eficiente. Outro ponto a ser levantado é em relação a desconfiança das pessoas com a polícia, campanhas devem ser realizadas para uma nova aproximação entre a comunidade e as forças de segurança, mas também é evidente que, se não forem apresentadas soluções práticas a esses moradores, ficará muito difícil realizar qualquer programa social.

Por fim, a responsabilização pelos crimes, a impunidade em relação a crimes policiais é tremenda, o Estado não pode mais se omitir ao que acontece nas periferias brasileiras, as leis precisam ser postas em prática, é preciso uma verdadeira proteção a todo o povo, não somente a uma camada da população que é conveniente proteger. Afinal, se partimos do entendimento que todas as vidas importam, então se faz necessário uma segurança pública que mostre isso na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se demonstra, por todo o exposto, é que vivemos em uma país com questões sociais extremamente problemáticas. Existe uma dívida histórica com um povo estigmatizado, silenciado, humilhado e violentado por séculos, esse mesmo povo nos dias atuais, vivem a todo momento esperando a hora de serem confundidos com bandidos, ou de uma hora para outra terem uma bala em sua cabeça. Possuímos uma segurança falha, em que o preconceito fala mais alto na atuação de seus agentes, prejudicando a credibilidade da instituição como um todo, e

⁴ Segundo assinala lamamoto, “Questão Social” diz respeito ao “conjunto de expressões das desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”.

minando a confiança da população. É necessário que os responsáveis se façam presentes, atuem contra a essa violência, puna os criminosos, e que medidas de prevenção sejam criadas.

Enquanto não houver um Estado que realmente trabalhe pensando no bem estar do povo, que pare de pautar suas ações a partir dos interesses de uma minoria, e realize projetos públicos verdadeiramente eficientes, que contribuam para a liberdade social, intelectual, econômica e política das pessoas, especialmente da periferia, os problemas tratados ao longo deste texto, dificilmente serão solucionados. Principalmente vivendo em uma sociedade tão polarizada, onde os interesses se tornam cada vez menos comuns, e cada vez mais distanciados, a existência de uma instituição que una essas pessoas novamente, em prol das suas necessidades, se faz cada vez mais inegociável.

A luta contra a violência policial e a proteção das populações das periferias são desafios complexos, que exigem uma ação conjunta de todos os atores sociais. Somente com o comprometimento de todos será possível criar um ambiente de segurança e respeito aos direitos humanos, garantindo o pleno exercício da cidadania para todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, cor de sua pele, ou local de residência.

A emancipação deste povo está intrinsecamente ligada à superação da violência policial. Somente quando todos tiverem garantidos os seus direitos fundamentais, a sua integridade física e moral, poderemos avançar rumo a uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Espero com esse trabalho ter conseguido mostrar um pouco da realidade enfrentada por tantas pessoas, ter levantado debates acerca da atuação policial nas comunidades brasileiras, e apresentado soluções práticas para o fim dessa mazela, que persiste em perseguir uma população já tão historicamente maltratada.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao Curso de Serviço Social/ Universidade Estadual de Montes Claros, e as Professoras Sheyla Borges Martins, Geusiani Pereira Silva e Nascimento, Noêmia de Fátima Silva Lopes, pelo fomento a produção e o ensinamento prestado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BALA NÃO ERRA O NEGRO, Rio de Janeiro. Pode ser acessado em: <https://observatoriodeseguranca.com.br/>

ARNS. Disponível em: <https://comissaoarns.org/pt-br/>. Acessado em: 02/01/2024

FILHO. E.W. O., **A Criminalização do Negro e da Periferia na História Brasileira**. São Paulo, Boitempo. 2016, p.62-74.

IAMAMOTO.V.M. **A Questão Social no Capitalismo**. In:Temporalis. 2001, p.16.

ISER. Disponível em: www.iser.org.br. Acessado em:02/01/2024. 09:55.

LOCOMOTIVA. São Paulo. Pode ser acessado em: <https://ilocomotiva.com.br/>. Acessado em: 01/12/2023. 10:30.

MACHADO, Eduardo Paes e NORONHA, Ceci Vilar. **A Polícia dos Pobres: Violência Policial em Classes Populares Urbanas**. Artigo, Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 188-221.

NETTO. J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Cortez: 2ª edição. 1996, p.22-30

SOARES. L. E. **Bala Perdida: A Violência Policial no Brasil e os Desafios para sua Superação**. 2015, p. 27-34.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. **PROLÓGO DE HORÁCIO DE ALMEIDA**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1975. p. 117.

SAÚDE MENTAL E RACISMO ESTRUTURAL: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Débora Regina Amaral¹

Thalita Lorrane Rocha Rodrigues²

Resumo: Este artigo desenvolveu uma análise de como se estruturou a assistência em saúde mental no Brasil de modo a silenciar o racismo que, na perspectiva de Sílvia Almeida (2019), é estrutural e estruturante da formação social brasileira. Para tanto, recorremos a autores/as como Lélia Gonzalez (2020), Grada Kilomba (2019), Neusa Santos (1983), Frantz Fanon (2008), Rachel Gouveia (2017), Marco Duarte (2018) entre outras/os, que ajudam na compreensão de como os elementos que conformam a formação social culminam em desigualdade social e experiências de sofrimento e adoecimento, sobretudo para alguns grupos sociais, como o das pessoas negras. O percurso metodológico se deu por meio da pesquisa bibliográfica para estabelecer o estado da arte, pesquisa documental e análise de publicações em endereços eletrônicos oficiais do Ministério da Saúde. À guisa de conclusão, tem-se que o campo da saúde mental se organizou sem considerar os elementos de gênero, raça e classe, que estruturam a formação social. Dessa forma, a Reforma Psiquiátrica Brasileira e o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial ainda precisam avançar no que se refere a desvelar o sistema patriarcal, racista e capitalista e como ele se faz presente nas instituições manicomiais e também fora delas, assim como em toda sociedade para a melhoria do cuidado em saúde mental.

Palavras-chave: Saúde Mental; Racismo; Política Social.

Abstract: This article aims to develop an analysis of how mental health care was structured in Brazil in order to silence racism, which, from the perspective of Sílvia Almeida (2019), is structural and structuring. To do so, we turned to authors such as Lélia Gonzalez (2020), Grada Kilomba (2019), Neusa Santos (1983), Frantz Fanon (2008), Rachel Gouveia (2017), Marco Duarte (2018) among others, who help in understanding how the elements that shape social formation culminate in social inequality and experiences of suffering and illness, especially for some social groups, such as the black people. The methodological path was through bibliographical research to establish the state of the art, documentary research and analysis of publications on official electronic addresses of the Ministry of Health. By way of conclusion, it is clear that the field of mental health, was structured without considering the elements of gender, race and class, which structuralize social formation. Thus, the Brazilian Psychiatric Reform and the Anti-Asylum Movement still need to advance in terms of unveiling the patriarchal, racist and capitalist system and how it is present in asylum institutions and also outside them, as well as in every society, in order to improve mental health care.

Keywords: Mental Health; Racism; Social Policy.

¹ Graduada em Serviço Social. Especialista em saúde mental na modalidade de residência multiprofissional da Unimontes. Mestranda do programa de pós-graduação em História Social da Unimontes.

² Graduada em Serviço Social pela UNIMONTES. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

Este artigo desenvolveu uma análise de como se estruturou a assistência em saúde mental no Brasil de modo a silenciar o racismo que, na perspectiva de Sílvia Almeida (2019), é estrutural e estruturante. Para tanto, mesmo com os limites desta pesquisa, recorreremos a autores/as como Lélia Gonzalez (2020) para uma melhor compreensão sobre a condição social das pessoas negras no Brasil, sobretudo as mulheres negras, Grada Kilomba (2019), Neusa Santos (1983) e Frantz Fanon (2008), para analisar os efeitos do racismo na saúde mental, a Rachel Passos (2017) para ajudar a analisar elementos importantes que foram invisibilizados no campo da saúde mental e que repercutem no processo de cuidado, entre outras/os que ajudam na compreensão de como os elementos que conformam a formação social culminam em desigualdade social e experiências de sofrimento e adoecimento mental, sobretudo para alguns grupos sociais como as pessoas negras.

O percurso metodológico se deu por meio da pesquisa bibliográfica para estabelecer o estado da arte, pesquisa documental e análise de publicações em endereços eletrônicos oficiais do Ministério da Saúde. Partimos da constatação de que a Reforma Psiquiátrica, desde as primeiras experiências, esteve atrelada com a luta da classe trabalhadora, mas, principalmente, depois da realização do Encontro de Bauru/SP³, com a proposta da Luta Antimanicomial também se firmou o compromisso com as pautas antirracistas e feministas para a construção de um outro processo civilizatório, ou seja, a superação da ordem capitalista.

Com base em pesquisas de diferentes autores já citados anteriormente, este estudo se orienta pelo esforço de compreender os meandros que conformam a estruturação do serviço especializado de saúde mental no Brasil e o silenciamento das questões que envolvem os efeitos do colonialismo, racismo, gênero e diversas outras opressões que, combinadas, possibilitam a manutenção do Estado capitalista e a funcionalidade da própria sociabilidade burguesa.

³ II Encontro organizado pelo Movimento dos Trabalhadores da saúde mental realizado na cidade de Bauru em São Paulo no ano de 1987. Neste encontro, firmou-se o famoso lema “Por uma sociedade sem manicômios”, abrindo caminho ao nascimento do movimento da Luta Antimanicomial, movimento que agregou novos atores, sobretudo familiares e usuários, tornando-se a partir de 1990 um movimento social. Ressalta-se que este movimento aliado a outros parceiros pressionou o Estado brasileiro para a implementação de políticas públicas de saúde mental (Minas Gerais, 2007).

Inicialmente, apresentamos uma análise do imbricamento existente entre o racismo e também do gênero, que, nos termos da Judith Butler (1990), é uma identidade construída por meio de uma repetição estilizada de atos e que resulta em condições desiguais entre as pessoas, além das questões de classe. Trata-se de opressões que juntas criam abismos sociais e, conseqüentemente, sofrimento e adoecimento entre as pessoas.

Posteriormente, não sem considerar as enormes conquistas no campo, a exemplo do fechamento dos hospitais psiquiátricos e a criação de uma rede de serviços substitutivos para o cuidado no território, faremos uma problematização sobre as ofensivas neoliberais postas para as políticas públicas. especificamente aqui a da saúde mental, que podem configurar como um processo de (re)manicomialização, mais uma estratégica do capital, expressa na disputa permanente do campo por diferentes setores/interesses que atinge, sobretudo, a população pobre, preta e não por acaso periférica.

Por fim, espera-se que as reflexões e conclusões deste estudo possam ajudar aos leitores a compreenderem os emaranhados que conformam o campo da saúde mental, mas que também exigem da comunidade e do Estado um movimento no sentido da busca por melhorias do cuidado e respeito às diferenças, o que demanda considerar também os determinantes sociais que impactam os processos de sofrimento e adoecimento.

SAÚDE MENTAL E O RACISMO ESTRUTURAL: ELEMENTOS PARA O DEBATE

As primeiras formas de tratamento para pessoas em sofrimento mental no Brasil preconizavam a privação de liberdade e se legitimaram ainda durante o período colonial e escravagista, aproximadamente na primeira metade do século XIX com a introdução da psiquiatria pineliana e a criação do primeiro hospital psiquiátrico, o Hospício Pedro II em 1852. Até o final da década de 1980, o isolamento era entendido como a principal forma de tratamento e tornou-se uma resposta central da ação do Estado (Passos *et al.*, 2021).

Ao longo da história, seja pela assistência pública ou privada, a partir do nascimento da sociedade moderna foi reservado ao dito louco/a o lugar de exclusão social, alheio à sociedade, como “incapaz” de responder por si próprio, destituído de qualquer tipo de razão. É importante esclarecer que os hospícios foram criados como sinônimo de progresso e civilização, contudo

tinham grande funcionalidade para o Estado enquanto instituição de violência e de atenção aos interesses da sociabilidade burguesa (Cunha, 2022).

Observa-se que o hospício era o lugar privilegiado para enviar não apenas pessoas loucas, mas também ladrões, prostitutas, forasteiros, negros libertos, pobres aglomerados nos cortiços, pessoas “perigosas” e outros que não combinavam com o ideal de sociedade moderna e civilizada (Cunha, 2022). No mesmo sentido, o psiquiatra italiano Franco Basaglia (1985) esclarece que o hospício integra um sistema hierárquico-punitivo útil para a perpetuação e manutenção dos valores criados e determinados pela classe dominante.

Mas o que é a loucura, afinal? Qual conceito de doença mental norteia a presente discussão? É imprescindível, para esta pesquisa, discutir sobre as contribuições do filósofo francês Michel Foucault (2019) a partir da sua obra *História da loucura*, na qual não objetivou traçar um conceito fechado e fixo do que seria a loucura, mas afirmá-la como uma construção social a depender do contexto social e período histórico, algo fundamental para reafirmar que não se trata de uma entidade isolada metafísica, ou uma patologia com determinantes biológicos.

Nesse sentido, é interessante observar as primeiras formulações teóricas no século XVIII sobre o conceito doença mental a partir do trabalho do alienista Philippe Pinel. Para ele, era preciso investigar se a loucura se tratava realmente de uma doença ou de desvios morais, Pinel não foi um organicista e, por mais que desde sempre se buscou a sede da loucura, até hoje as pesquisas no campo não indicam essa resposta sobre a existência de determinantes biológicos para a definição da doença mental, inclusive já foi desmistificada a tese de que exista um desequilíbrio químico que justificaria a doença mental (Whitaker, 2017).

Dessa forma, buscar o conceito de doença mental exige situar as epistemologias. Há, hoje, o conceito de transtornos mentais encontrados no *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*, atualmente na sua quinta versão, que é uma linha da psiquiatria mais conservadora. Existe também o que é nomeado por psicoses⁴ na abordagem da psicanálise,

⁴ Termo criado pelo psiquiatra austríaco Ernst V. Feuchterleben, em 1845, para designar as manifestações psíquicas da doença mental. Para mais informações ver: *Psicose e esquizofrenia: efeitos das mudanças nas classificações psiquiátricas sobre a abordagem clínica e teórica das doenças mentais* (Fernando Tenório, 2014). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/gr4mBrtsJ6w9RBd9hWSnTPb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 22 de Abril de 2024.

teoria criada pelo médico neurologista Sigmund Freud, além de outras correntes da psicologia que possuem sua linha de compreensão sobre o adoecimento mental.

Por outro lado, os movimentos da RP e da LA vêm tecendo severas críticas a produções epistemológicas com foco em diagnósticos, sugerindo que a doença não deve ser maior que a pessoa. Tem-se, ainda, a importância de diferenciar doença de sofrimento, já que este não pressupõe àquele. Desse modo, há conceitos diversos para definir as questões que envolvem o adoecimento mental, o que exige sempre observar de qual perspectiva teórica se fala (Amarante; Freitas, 2015).

Ainda sobre as práticas iniciais de internação nos manicômios, quais corpos eram institucionalizados? Já temos evidências de que são todos aqueles que fogem aos parâmetros ocidentais, ou seja, nem sempre se tratou somente de doenças. Há uma organização social a partir de um conceito universal de homem, no qual se valoriza o branco-heterossexual “civilizado” do Primeiro Mundo. Portanto os diagnósticos e processos de patologização têm contribuído para tamponar as diferenças e desconsiderar os determinantes sociais envolvidos no processo de adoecimento mental (Cunha, 2022).

Ressalta-se que historicamente os corpos negros e pobres, especialmente as mulheres negras, estão entre as pessoas vivenciando as piores condições de vida o que precisa ser considerado no processo de adoecimento. Porém, conforme orientam Patrícia Collins e Sirma Bilge (2021), não se deve definir o grupo das pessoas negras como homogêneo, visto que a utilização da identidade é uma estratégia para mobilizar os interesses do grupo, ou seja, a adoção da identidade produz um lugar político e não uma essência. Portanto, não se pode desconsiderar a agência das pessoas negras que desde os tempos da escravização resistiram de diversas maneiras e se organizaram em prol de melhores condições de vida.

Sendo assim, as particularidades sócio-históricas do Brasil⁵, atentas aos processos de colonização e à escravização que deixaram marcas profundas em todos os aspectos das relações sociais, nos permitem compreender o racismo como elemento estrutural da sociedade brasileira que se manifesta também no campo da saúde mental. Dessa forma, não se trata de uma questão individual. O racismo estrutura a sociedade e se apresenta a partir de quatro elementos, a saber:

⁵ Características de um capitalismo de desenvolvimento tardio e dependente, em que as formulações das políticas sociais tiveram o sentido de atender interesses da acumulação capitalista, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Ver: MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982

a ideologia, a política, o direito e a economia, porém essa divisão é feita apenas para fins expositivos, pois se trata de um fenômeno complexo, no qual as pessoas vivem em um mundo em que a raça define vida e morte (Almeida, 2019).

Apesar disso, vários autores(as) denunciam o silenciamento da pauta do racismo no percurso histórico de construção da assistência em saúde mental no Brasil. Dentre eles(as), a assistente social Rachel Passos (2018), explica que diversos autores/as negros/as, como Frantz Fanon⁶, tiveram sua contribuição nesse processo apagada. Além disso, em seu importante texto “Holocausto ou navio negreiro? Inquietações para a reforma psiquiátrica brasileira”, ela desenvolve de forma pioneira uma crítica de como o movimento silenciou aspectos singulares da nossa cultura. A metáfora do navio negreiro é um chamado para considerar a formação sócio-histórica.

No que tange às contribuições do médico psiquiatra Fanon para a saúde mental, em geral vêm de uma práxis revolucionária na qual, a partir da experiência de atuação do hospital psiquiátrico de Blida-Joinville, em 1954, ele encontrou uma sociedade segregada pela colonização com reflexos no interior do manicômio, pois havia a separação das alas dos homens franceses, dos homens africanos e das mulheres. Frente a esse modo de organização, Fanon adotou outros critérios para o agrupamento dos pacientes a partir das patologias e as demandas por cuidado e não nacionalidades e questões de gênero.

Ressalta-se que, em 1953 Fanon atuou em um hospital psiquiátrico na Argélia, contexto em que ocorre também uma revolução independentista. Por conseguinte, ele clandestinamente decidiu receber nos manicômios alguns militantes da Frente de Libertação Nacional nas madrugadas para cuidados. Por outro lado, recebia também os torturadores adoecidos. Contudo, essa experiência permeada de muita contradição e revolta o leva à conclusão de que não é possível cuidar da saúde mental em uma sociedade colonial na qual se produz sistematicamente a violência (Faustino, 2020).

⁶ O psiquiatra martinicano Frantz Fanon é reconhecido hoje no Brasil pelos debates decoloniais, embora suas ideias e práticas médico-sociais na formulação da atenção à saúde mental, como médico ou gestor de serviços, permaneceram por tempos silenciadas, como sinalizam Sevalho e Dias (2022) e a própria Rachel Passos (2018). Atento à importância antropológica, sociológica e política da cultura, e crítico da opressão colonizadora, Fanon destaca que uma sociogênese da doença mental deve ser associada a uma organogênese e a uma psicogênese, considerando-se uma participação fundamental de “fatores externos”, que não são “nem orgânicos nem psíquicos”, mas antropológicos, referentes a dimensões “institucionais, sociais e culturais”. Trata-se, portanto, de considerar a dimensão social do sofrimento psíquico (Sevalho; Dias, 2022).

Nesse processo de retomada do pensamento de Fanon, cabe perguntar: Como identificar o racismo na saúde mental? Responder a essa pergunta é um enorme desafio e obviamente esta pesquisa possui seus limites, mas é a partir da obra *Pele negra, máscaras brancas* (2008), de Fanon, que se dá início a esse debate.

O autor explica que, ao contrário dos processos bioquímicos, as pessoas não escapam da influência humana e muito do que se vive está na mão de quem detém o poder. Para Fanon, com o processo de assimilação do negro pelo mundo branco se verifica um constante sentimento de inferioridade por parte das pessoas negras que seria mitigado pela máscara branca, uma forma de escapar da racialização, porém todas essas tentativas são frustradas pela realidade colonial. O negro incorpora vários papéis, mas nunca alcança o lugar almejado do branco e esse processo resulta em sofrimento.

Verifica-se, nas páginas iniciais da referida obra, a dimensão sociogênica que perfaz o conjunto de sua produção. O autor parte da experiência vivida dos negros para defender a sociogenia como um elemento fundamental nos diagnósticos, prognósticos e terapêuticas no cuidado a saúde da população negra, opondo-se a dimensões reducionistas. Fanon analisa que:

Reagindo contra a tendência constitucionalista em psicologia do fim do século XIX, Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é só uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia. De certo modo, para responder à exigência de Leconte e Damey, digamos que o que pretendemos aqui é estabelecer um sócio-diagnóstico (2008, p. 28).

No mesmo sentido, a autora portuguesa Grada Kilomba (2019), em *Memórias da plantação*, reflete sobre as relações construídas dos negros com a branquitude como um lugar de poder, na qual os brancos “naturalmente” ocupam os melhores extratos sociais. A autora, que também é artista e psicóloga, realiza o esforço a partir da psicanálise de identificar o deslocamento dos processos traumáticos de uma questão centrada no ego e em base familiar para refletir sobre o trauma de ocupar constantemente um lugar inferiorizado como o das mulheres negras e os seus processos singulares de subjetivação.

Frente a esse debate, a assistente social Rachel Gouveia (2017), entre outros autores, na coletânea *Luta antimanicomial e feminismos: inquietações e resistências*, discute amplamente sobre o silenciamento das questões de gênero, raça e classe no campo da saúde mental, indicando que as pessoas são atravessadas de maneiras diferentes nas suas experiências de vida,

portanto ser negro/a e pobre no Brasil significa viver sempre em estado de alerta no qual sua humanidade não é validada.

Nesse sentido, outra produção fundamental para analisar o racismo na saúde mental é a *Tornar-se negro: ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, da psiquiatra e psicanalista Neusa Santos (1983). Trata-se de um marco político e intelectual, obra pioneira em abordar o tema do racismo à brasileira, com o foco para a construção da emocionalidade do negro em vias de ascensão social, uma produção atenta às dimensões constitutivas psicossociais da violência racial.

A autora toma emprestados conceitos da psicanálise freudiana como narcisismo, ego e ideal do ego aliado ao pensamento do psiquiatra Frantz Fanon quando discute a força simbólica e estruturante do mito negro, ou seja, quando a natureza toma o lugar da história, o mito se instaura. Assim, o biológico encobre a história.

Por fim, nos tempos atuais, observa-se que a Política Nacional de Saúde Mental e a Lei da RP preconizam um cuidado que considere as questões de gênero, raça e classe. Porém, estes elementos são negligenciados nas práticas de cuidado nos serviços substitutivos, o que favorece a hegemonia de um cuidado, prioritariamente, médico-centrado.

Sobre a hegemonia de um cuidado biologicista, o psiquiatra Paulo Amarante e o psicólogo Fernando Freitas (2015) explicam que se trata de um cenário de medicalização da vida, no qual experiências comuns do cotidiano são transformadas em diagnósticos e doenças, ocultando os processos sociais a que são submetidas as pessoas, sobretudo as negras. Os autores explicam, ainda, que o processo de psiquiatrização antes atuante no interior dos manicômios ganhou novos e diversos espaços, e suas práticas são naturalizadas, além de o processo de patologização da vida ocultar as questões culturais e as diferenças entre as pessoas.

Nesse ínterim, é importante lembrar, conforme Paulo Amarante (2007), que o âmbito da cultura é uma das dimensões a serem transformadas no campo da saúde mental e, ao que tudo indica, um dos mais complexos, já que envolve mudanças das mentalidades. Dessa forma, é preciso considerar as especificidades das mulheres, das pessoas negras, das pessoas com deficiência e tudo isso aliado à condição de classe para então realizar o cuidado em saúde mental coerente com a realidade brasileira.

A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

A segunda parte desta pesquisa apresenta alguns dos avanços e retrocessos postos para essa política de saúde mental brasileira em contexto neoliberal após os anos de 1990. Apesar do adensamento das políticas neoliberais no mundo a partir de 1970, no Brasil o campo da saúde mental logrou avanços a partir do movimento da RP pela LA iniciado nesta mesma década. Em 2001, tem-se a aprovação da lei 10.216, reconhecida como a lei da Reforma Psiquiátrica e que instituiu um novo modelo de assistência para as pessoas em sofrimento mental. A materialização desse cuidado deu-se, sobretudo, com a aprovação da portaria 336, em fevereiro de 2002, que estabelece a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e em 2011 tem-se a promulgação da portaria 3.088, que criou a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)⁷.

Entretanto, ataques contra a Política Nacional de Saúde Mental e seus fundamentos conquistados e consolidados ao longo de mais de quatro décadas, que já vinham ocorrendo desde 2010, bem como elucida Marco Duarte (2018), são intensificados a partir de 2016 com o impeachment da até então presidenta Dilma Rousseff. Fundamentos estes, alinhados a recomendações e a experiências internacionais de cuidado em saúde mental, a partir de intensa mobilização de diversos movimentos, coletivos, frentes, fóruns, associações e entidades da LA, que resultaram na consolidação da Lei 10.216/2001 da RP.

Tais movimentos de retrocessos, protagonizados pelo governo do presidente Michel Temer (2016-2018) e, após pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), caracterizam-se como uma contrarreforma psiquiátrica e ficou mais ostensivamente evidenciado, em dezembro de 2020, quando a gestão federal vigente tentou revogar todo o arcabouço normativo de sustentação da RP. Contudo, a rápida mobilização de diversos coletivos antimanicomiais para o enfrentamento dos retrocessos garantiu o recuo do Governo Federal.

Entretanto, o desmonte dos programas de saúde mental de base territorial continuou a partir da revogação de portarias – entre elas, por exemplo, a que institui os CAPS, as residências terapêuticas – e também através de outras vias administrativas, tais como: a redução dos

⁷ Regulamenta o modelo comunitário e em meio aberto de assistência em saúde mental e organiza os serviços em diferentes níveis de atendimento.

recursos financeiros para a implantação de novos CAPS; o incremento e incentivo às comunidades terapêuticas CT's; a terceirização de serviços componentes da Rede de Atenção Psicossocial, ampliando o processo de privatização do SUS; e o aprofundamento da política de guerra às drogas, com todos seus efeitos de criminalização da pobreza e genocídio da juventude das periferias, majoritariamente a negra (Cerqueira; Bueno, 2023). Tem-se, ainda, a reintrodução do hospital psiquiátrico como dispositivo privilegiado de atenção às pessoas que necessitam de cuidados em saúde mental com incentivos financeiros públicos (Ministério da Saúde, 2017).

Após a eleição do presidente Lula no pleito eleitoral de 2022, algumas mudanças foram sinalizadas para o campo. Em janeiro de 2023, foi criado o Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras drogas – DESME, integrado à Secretaria da Atenção Especializada do Ministério da Saúde, que tem como objetivo fortalecer os CAPS, além de coordenar e articular políticas de combate ao consumo abusivo de álcool e outras drogas. Contudo, ainda no mesmo mês do referido ano, atendendo a pedidos de entidades religiosas, o governo criou um setor específico para as CT's, o que levantou críticas de organizações de direitos humanos contrários aos modelos de tratamento focados no isolamento, abstinência e religiosidade.

Vale destacar, ainda, a revogação da medida normativa criada pelo decreto nº 11.098 de 2022 que subordinava a Coordenação Nacional de Saúde Mental a das Pessoas com Deficiência à estrutura da Atenção Básica do Ministério da Saúde, promovendo evidente perda de recursos e autonomia e impactos diretos a RAPS, em seus diversos níveis de atenção e modalidades de cuidado. Até o momento da escrita desse trabalho, o decreto supracitado, dos vários, foi o único revogado. Em março de 2023, temos a nomeação da enfermeira Sônia Barros para a Coordenação Nacional da Saúde Mental no Brasil. Essa escolha se configurou como uma importante medida, visto que se trata de uma mulher negra, cujos ideais e cuja trajetória se alinham ao movimento da RP e da LA.

Nesse sentido, é sempre importante enfatizar que o lema da LA não se refere apenas a uma reforma no âmbito da assistência, mas a transformações sociais mais amplas. Ou seja, a luta por uma sociedade sem manicômios é também contrária às desigualdades de classe, gênero, raça/etnia e a favor da superação da sociedade privada (Passos, 2017). O que se tem percebido é que as saídas capitalistas em momento de crises têm sido conduzidas por uma reatualização das práticas manicomial, vinculadas a práticas conservadoras, racistas, eugênicas, higienistas,

proibicionistas, que se materializa e se manifesta na realidade brasileira através das práticas, legislações que ferem a liberdade e a dignidade humana, sobretudo de pessoas negras.

Tal afirmação pode ser confirmada ao analisarmos os retrocessos exemplificados que foram postos para o campo da saúde mental nos últimos anos e a maior população afetada. Há financiamentos que preconizam o tratamento em CT's em detrimento da política de redução de danos alimentam as várias notícias de mulheres e homens torturados e mortos nesses espaços; os cortes de financiamento de serviços do sistema único de saúde que fragiliza e compromete o atendimento da população majoritariamente preta e pobre que utiliza esses serviços públicos⁸; a política de drogas proibicionista que mata milhares de jovens negros periféricos todo ano, entre tantas outras políticas de morte que atingem majoritariamente pessoas de uma determinada classe e uma determinada cor⁹.

Saudemos a Ademir Otávio (tavinho), jovem negro de 25 anos, morto em abordagem policial quando entrou em surto psicótico no Caps de Ipaba/MG, em setembro de 2023; Genivaldo de Jesus Santos, de 38 anos, negro, morto em uma “câmara de gás” improvisada por policiais rodoviários federais no litoral de Sergipe/CE em maio de 2022; Rafael Rodrigues da Silva, de 41 anos, negro, morto durante abordagem policial no Gama, DF em maio de 2023; Pablo Ferreira de Carvalho da Silva, de 25 anos, negro, morto em fevereiro de 2023 em Cuiabá/MT, entre tantos outros/as que as poucas linhas não nos permitem citar neste trabalho. E o que essas pessoas têm em comum? Eram donas dos três pês, conforme explica Jurandir Freire Costa (1989): os desprivilegiados do Brasil, pessoas “pretas, pobres e psicóticas”. Tem-se, ainda, as tantas mortes noticiadas nas mídias sociais de pessoas que perderam a vida em comunidades nem “tão terapêuticas” como se apresentam, instituições atualmente ainda fortemente financiadas pelo governo federal. Ainda temos muito que avançar!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁸ A última Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2019 apresenta dados estatísticos da população usuária do serviço de saúde pública com destaque para pessoas pretas e pardas. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/maio/ministerio-da-saude-atualiza-o-manual-do-pcatool-brasil>>. Acesso em: 19 de Abril de 2024.

⁹ O “Relatório Pele Alvo: a Cor que a Polícia Apaga”, elaborado a partir de dados das secretarias de Segurança em 2022, apresenta que negros são a maioria do mortos em operações policiais. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/>>. Acesso em: 19 de Abril de 2024.

À guisa de conclusão, ressaltamos que o campo da saúde mental se estruturou deixando de considerar os aspectos da formação social brasileira, sobretudo no que tange ao cuidado em saúde mental. Por esse motivo, é preciso observar que há rupturas, mas também continuidades; o processo não é linear. Portanto, é preciso avançar no que se refere a desvelar o sistema patriarcal, racista e capitalista e apreender como estes elementos se fazem presentes em todos os espaços sociais, mesmo nos CAPS, com sua proposta revolucionária de cuidado no território.

É preciso considerar que os movimentos de RP e da LA ainda em curso no Brasil contribuíram para grandes transformações no âmbito social, cultural, jurídico e político, mas ainda precisam assumir para além dos discursos instituídos as pautas antirracistas, feministas, classistas nas práticas de cuidado, para então ultrapassar modelos de cuidado médico-centrado. Trata-se, por fim, de uma nova práxis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sívio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BASAGLIA, Franco. *A instituição negada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BUTLER, Judith. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In: CASE, S-H. (Org.). *Performing feminisms: feminist critical theory and theatre*. Baltimore: Johns Hopkins, 1990. p. 296-314.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2023*. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2024
- COLLINS, Patrícia. *Interseccionalidade/ Patrícia HillCollins, Sirma Bilge*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CUNHA, Maria Clementina. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo [recurso eletrônico]*. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2022.
- COSTA, Jurandir. *A história da psiquiatria brasileira: um corte ideológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.
- DUARTE, Marco José. Política de saúde mental e drogas: desafios ao trabalho profissional em tempos de resistência. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 18, n.2, p. 227-243, ago./dez. 2018.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUfba, 2008.
- FAUSTINO, Davison Mendes. *Frantz Fanon e a mental brasileira diante do racismo*. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

- FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- FREITAS; Fernando, Amarante; Paulo. *Medicalização em psiquiatria*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2015..
- GOMES, Tathiana Meyre. Reforma Psiquiátrica e formação sócio-histórica brasileira: elementos para o debate. *Argumentum*, Vitória, v. 10, n. 3, p. 24-34, set./dez. 2018.
- GONZALEZ. Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: *Ensaio, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANIFESTO DE BAURU. Bauru, dezembro de 1987, II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CARTA-DE-BAURU-30-ANOS.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2023.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. *Atenção em Saúde Mental*. Marta Elizabeth de Souza. 2. ed. Belo Horizonte, 2007.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017*. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Brasil, 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2024.
- PASSOS, Rachel Gouveia; MEYRE DA SILVA GOMES, Tathiana; SOUZA DE FARIAS, Jessica; DE CASTRO LOPES DE ARAÚJO, Giulia. A (re)manicomialização da política de saúde mental em tempos bolsonaristas:: A volta do eletrochoque e das internações psiquiátricas. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, [S. l.], v. 13, n. 37, p. 42–64, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/80618>>. Acesso em: 1 mar. 2024.
- PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*. Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22, set./dez. 2018.
- PASSOS, Rachel; PEREIRA, Melissa. *Luta Antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro no Brasil em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SEVALHO, Gil. DIAS, João Vinícius dos Santos. Frantz Fanon, descolonização e o saber em saúde mental: contribuições para a saúde coletiva brasileira. *Ciências de Saúde Coletiva*, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.42612020>>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.
- WHITAKER, Robert. *Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

A DISPUTA DO FUNDO PÚBLICO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Diogo Leite Durães¹

Wesley Helker Felício Silva²

Resumo: O texto está dividido em dois tópicos, o primeiro traz o conceito de Fundo Público, e como ele se tornou estratégico no capitalismo contemporâneo. Esse debate é importante, pois trabalha com categorias de valor, antivalor, mais-valia, trabalho necessário, e com o argumento de que o fundo público é contra a tendência da queda na taxa de lucro. (Behring, 2016). Fundo Público aparece como uma peça fundamental do capitalismo contemporâneo no qual incidem lutas de classes, tornando-se uma disputa entre os capitais, e os trabalhadores (Souza Filho, 2016). No tópico seguinte, mostro como o fundo público foi “surrupiado” pelos neoliberais para rendimentos do capital financeiro. As políticas sociais só conseguem maiores investimentos através de muitas lutas de classes e movimentos sociais.

Palavras-chave: Fundo Publico; Capitalismo; Políticas sociais.

Abstract: The text is divided into two topics, the first brings the concept of Public Fund, and how it has become strategic in contemporary capitalism. This debate is important, as it works with categories of value, anti-value, surplus value, necessary work, and with the argument that the public fund is against the trend of falling profit rates. (Behring, 2016). Public Fund appears as a fundamental piece of contemporary capitalism in which class struggles occur, becoming a dispute between capital and workers (Souza Filho, 2016). In the following topic, I show how the public fund was “stolen” by neoliberals for income from financial capital. Social policies only achieve greater investment through many class struggles and social movements.

Keywords: Public Fund; Capitalism; Social politics.

INTRODUÇÃO

O capitalismo viveu seus anos dourados no welfare state, que era regido pela teoria Keynesiana, onde o Estado deveria intervir na economia para garantir o pleno emprego e conter a retração econômica. Para Francisco de Oliveira (1988), o fundo público passou a ser no welfare state, de um lado financiamento da acumulação de capital, e por outro financiamento da reprodução da força de trabalho por meio dos gastos sociais, como por exemplo, a medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro desemprego, entre outros, o que favoreceu a classe média até o assalariado de nível mais baixo. Porém nos 70 veio à crise da superacumulação o que colocou em xeque o modelo keynesiano-

¹ Acadêmico 8º período Curso Serviço Social.

² Professor Doutor do Curso de Serviço Social da Unimontes.

fordismo, e como solução a esta grande crise capitalista surge idéias neoliberais. Segundo Perry Anderson (1995) o Neoliberalismo nada mais é que uma forma de reorganização do Estado para fortalecer o mercado na competitividade individual. Para os neoliberais é importante que os governos pratiquem uma política de corte de gasto, principalmente em cima das políticas públicas.

O PAPEL ESTRATÉGICO DO FUNDO PÚBLICO

O termo "fundo público" geralmente se refere a recursos financeiros que são coletados e geridos pelo Estado ou pelo governo para atender às necessidades públicas e financiar políticas e programas sociais. Esses fundos são constituídos por meio de impostos, taxas e outras formas de receita pública. De acordo Marques (2003), o fundo público é considerado um componente essencial do Estado de bem-estar social. Essa abordagem defende que o Estado deve desempenhar um papel ativo na promoção do bem-estar e na redução das desigualdades sociais, por meio da arrecadação e distribuição equitativa dos recursos do fundo público.

Para Souza Filho (2016) o fundo público se materializa a partir de dois movimentos o da arrecadação e do gasto público. Pelo lado da despesa a classe é pautada em quatro itens que são segurança e administração, consumo social, acumulação estatal e subsídios à acumulação privada. O somatório dessas diferentes despesas forma o total do gasto público.

Para Salvador (2012), o fundo público desempenha um papel fundamental no financiamento das políticas sociais no Brasil. Por meio da arrecadação de impostos, taxas e outras receitas públicas, o Estado brasileiro constitui um fundo destinado a atender às necessidades coletivas e financiar programas e políticas sociais. No Brasil, as políticas sociais abrangem diversas áreas, como saúde, previdência social, educação, assistência social, habitação, segurança alimentar, cultura e infraestrutura, entre outras. Essas políticas têm como objetivo promover o bem-estar da população, reduzir as desigualdades sociais e garantir direitos fundamentais.

O fundo público ao envolver toda capacidade de mobilização de recursos que o Estado utiliza para intervir na economia ocupa um papel de articulador das políticas sociais, ele se realiza na forma de impostos, contribuições e taxas, que são extraídas da sociedade e da mais-valia

socialmente produzida. A parte mais visível do fundo público é o orçamento público. (Salvador, 2017)

De acordo Torres (2022) no caso do Brasil, os principais impostos arrecadados são o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), entre outros. Esses recursos são geridos pelo governo em níveis federal, estadual e municipal e são alocados para financiar programas e projetos que visam atender às demandas sociais. Além do fundo público, o Brasil também pode contar com recursos provenientes de empréstimos internacionais, parcerias público-privadas e outras fontes de financiamento.

É importante ressaltar que o financiamento das políticas sociais no Brasil enfrenta desafios, como a limitação de recursos, a necessidade de gestão eficiente e a busca por formas mais equitativas de distribuição desses recursos. A discussão sobre a alocação adequada e eficaz do fundo público para o financiamento das políticas sociais é um tema relevante no contexto brasileiro. (Salvador, 2017)

O fundo público exerce 4 funções dentro da economia: a) o financiamento do investimento capitalista, através de incentivos fiscais, subsídios, desonerações tributárias; b) garantias de políticas sociais que asseguram direitos e permitem a inserção das pessoas no mercado de consumo; c) assegura investimento em infraestrutura, meios de transporte, pesquisas, subsídios e renúncias fiscais para empresas; d) assegura a transferência de juros e amortização da dívida pública para os detentores de Capital Portador de Juros (CPJ). (Salvador, 2017)

Em uma perspectiva marxista, é possível estabelecer uma relação entre o fundo público, o capital e a força de trabalho. Nesse sentido, o fundo público por sua vez, é composto em grande parte pelos impostos pagos pelos trabalhadores e pelas empresas. Os trabalhadores, ao venderem sua força de trabalho, recebem salários, dos quais são descontados impostos diretos ou através do consumo, estes impostos são posteriormente arrecadados pelo Estado que são direcionados para o fundo público. Assim, pode-se argumentar que o fundo público é formado em parte pela apropriação de parte do valor criado pela força de trabalho, que se transformou em salário. Ao tributar os capitais, o Estado retira parte do valor criado pelos trabalhadores, mas que, através da mais-valia, se tornou lucro. Esses recursos são então redistribuídos pelo Estado para atender às necessidades coletivas e financiar programas e políticas públicas. Observe que

esse é sim um aspecto do fundo público, ou seja, financiar os gastos em políticas sociais. Por outro lado, ele tem sido cada vez mais tensionado e sugado através da destinação desses mesmos recursos pelo mecanismo da dívida pública (Salvador, 2012)

Evilasio Salvador (2012) discute a importância do fundo público na garantia dos direitos sociais. Para o Estado brasileiro garantir direitos, as despesas vinculadas³ são importantes, mas o fato de garantir a vinculação nem sempre significa que os gastos garantem a justiça social, e busca erradicar as desigualdades sociais expandindo os benefícios e serviços de forma universal. Neste sentido, para este autor o fundo público envolve toda capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, o das empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras. O fundo público é, portanto um campo de disputa de conflitos de distribuição, no qual de um lado têm grandes capitalistas visando salvar suas altas taxas de lucro e do outro lado os trabalhadores que demandam direitos sociais.

Para Elaine Behring (2016) é importante discutir o fundo público como categoria central para uma compreensão da dinâmica do capitalismo em seu processo e reprodução ampliada. A centralidade do fundo público é mais evidente tanto para amortecer os efeitos da crise quanto para fazer o capital rotar e gerar causas contrariantes à queda da taxa de lucros. Têm como consenso, que a centralidade cada vez maior do fundo público como expressão da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

O fundo público se forma segundo Elaine Behring (2016) a partir da mais-valia socialmente produzida, diga-se do trabalho excedente, que reparte em juros, lucro e renda da terra, sobre o qual incidirá os impostos, que envolve todos os participantes, o capital portador de juros, o capitalista industrial, o comercial e proprietários de terras. Mas o fundo público também se compõe do trabalho necessário, do avanço tributário por meio da expansão tributária indireta, sobre o consumo. O que se dá após a exploração do trabalho que operou o

³ Segundo Pontes (2021) Despesas vinculadas são despesas que estão obrigatoriamente ligadas a uma finalidade específica, determinada por lei ou regulamentação. Essas despesas são estabelecidas com o objetivo de garantir o cumprimento de obrigações legais ou a realização de determinados serviços ou atividades. Normalmente, as despesas vinculadas estão associadas a áreas como saúde, educação, assistência social, cultura, ciência e tecnologia, entre outras. Os recursos destinados a essas áreas são direcionados para despesas específicas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela legislação.

processo de valorização do valor, onde se cria uma nova função dos salários a partir da carga tributária.

Existem diversas maneiras de absorver o excedente, tais como o armamentismo, o racismo e o desperdício. Além disso, observa-se a ausência de debates sobre trabalho e tecnologia, levando a uma reflexão sobre um pilar fundamental da teoria social de Marx: a lei do valor, e conseqüentemente, a tendência de queda da taxa de lucros, mesmo diante do aumento da abundância. A resistência à diminuição da taxa de lucro encontra suas raízes nas operações do fundo público. Dessa forma, surge um problema distributivo do excedente, não apenas como mais-valia, mas ao buscar nichos de valorização do capital. (Behring, 2016)

Nesta direção o fundo público é mais-valor (trabalho excedente), mas com ele não se confunde, e é trabalho necessário, onde tem impactos redistributivos, pois há que considerar que o trabalho paga a conta efetivamente produzindo mais-valia e sofrendo exploração tributária que implica em processos de pauperização absoluta e relativa na maioria das vezes combinadas, a depender da luta de classes nos espaços nacionais e considerado o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e a busca diferencial de produtividade do trabalho, razão pela qual as políticas sociais estão nas pautas dos trabalhadores, disputando o fundo público no contexto de classes. (Behring, 2016)

Para Souza Filho (2015), o fundo público é considerado um antivalor, conforme formulado por Francisco Oliveira (1998), o que abre espaço para outro campo de polêmicas em torno desse conceito. O capital que incorpora taxas de juros exerce considerável influência sobre uma parcela significativa do financiamento público, valendo-se das dívidas contraídas pelos Estados nacionais, entidades subnacionais e empresas estatais. No entanto, é importante destacar que o fundo público também desempenha um papel central para os trabalhadores, pois representa uma forma de apropriação daquilo que foi extraído ou expropriado deles. Isso evidencia uma luta de classes em relação à dinâmica do fundo público, seja na sua formação, no conflito tributário ou na sua alocação, envolvendo um conflito distributivo.

NEOLIBERALISMO E O AVANÇO DOS CAPITAIS SOBRE O FUNDO PÚBLICO

Não tem como pensar em um sistema capitalista sem a utilização de recursos públicos, o que acontece desde a época da expansão colonial até a despossessão das terras indígenas, a privatização de bens e propriedades da Igreja até a Revolução Francesa. A acumulação de capitais, por exemplo, através do mercado financeiro onde bancos utilizam ações de empresas estatais mantendo a valorização dos capitais pela via da dívida pública. Grupos sociais e políticos impuseram regras ao financiamento público tornando estável e abrangente, criou-se uma esfera pública ou um mercado institucionalmente regulado. (Oliveira, 1998)

A interação entre o fundo público, os capitais privados e a sustentação da força de trabalho caracterizam uma transformação significativa. Agora, o fundo público desempenha um papel prévio nas condições de reprodução de cada capital privado e nos padrões de vida, em contraste com sua natureza mais típica no contexto do capitalismo concorrencial. Keynes antecipou essa transformação destacando que a taxa de lucro, ao atravessar o domínio do financiamento público, torna-se um elemento estrutural insubstituível. (Oliveira, 1998)

Na esfera do fundo público, a abordagem neoliberal tende a influenciar a arrecadação e o gasto de maneiras específicas. Em termos de arrecadação, as políticas neoliberais muitas vezes favorecem a redução de impostos para as empresas e os indivíduos de alta renda, argumentando que isso estimulará o crescimento econômico. No entanto, essa redução de receitas pode impactar negativamente a capacidade do Estado em financiar serviços públicos e programas sociais. Outro aspecto relevante é a orientação neoliberal para a redução dos gastos sociais, como a seguridade social e programas de assistência social. Essa abordagem muitas vezes busca diminuir a intervenção estatal em questões sociais, deixando mais responsabilidades para o mercado e os indivíduos (Salvador, 2012)

Os fundos públicos, ao financiarem as políticas sociais, inserem-se no circuito do valor. Ao reproduzir a força de trabalho, os trabalhadores passam a integrar a dinâmica do mercado capitalista por meio do consumo de mercadorias. Esse consumo contribui para a circulação do capital, contrariando a tendência natural de queda da taxa de lucro. (Behring, 2016)

No âmbito da reprodução da força de trabalho, as despesas públicas designadas para a educação, saúde, pensões e outros programas de garantia de recursos aumentaram quase duas vezes mais rapidamente que o Produto Interno Bruto (PIB) nos países desenvolvidos nos últimos vinte anos. A competição entre os fundos públicos destinados à reprodução do capital e os

fundos que financiam a produção de bens e serviços sociais tem conduzido o Estado a uma crise fiscal, caracterizada como um jogo de soma zero, no qual o que um perde é exatamente o que o outro ganha. (Oliveira, 1988)

No que diz respeito ao gasto público, a apropriação neoliberal do fundo público é evidenciada por uma ênfase na redução dos serviços e programas governamentais. A privatização de setores antes controlados pelo Estado, como saúde, educação e infraestrutura, é uma característica comum dessa abordagem. A ideia subjacente é que a competição e a eficiência do setor privado podem fornecer melhores serviços do que as entidades governamentais. (Salvador, 2012)

Nos países de grande relevância, como a Suíça, existe uma conexão entre a dívida pública e suas posições no sistema capitalista, bem como suas dinâmicas. A perspectiva da direita sugere que a estatização dos resultados da produção social poderia conduzir a uma forma de socialismo burocrático e estagnado, resultando na redução dos recursos privados destinados ao investimento, e simultaneamente, no aumento da carga fiscal sobre indivíduos e famílias, o que diminuiria a propensão para o consumo. (Oliveira, 1998)

Na crise do Welfare State, a proposta da direita é a desmantelamento da regulação institucional, com a abolição das diferenças entre os sujeitos sócio-econômico-políticos. Não há uma fórmula pronta para resolver essa crise. Não se trata apenas de uma crise passageira, mas sim de levar às últimas consequências a verdadeira transformação ocorrida nas relações sociais de produção neste século, especialmente após a II Grande Guerra. (Oliveira, 1998)

O ataque do capital de juros ao orçamento público evidencia a apropriação do fundo público pelo valor e não pelo antivalor. Nessa dinâmica, o fundo público se insere no contexto da crise do capitalismo, pois a discussão sobre antivalor era pertinente apenas em um período anterior. Nos tempos atuais, essa abordagem torna-se inviável devido à nova mudança no padrão de financiamento público, caracterizada pela predominância do capital portador de juros. (Behring, 2016)

Quando todas as modalidades de utilização do fundo público estiverem claramente definidas e sujeitas a controles institucionais que não se configurem como um Estado Máximo, é nesse ponto que o Estado verdadeiramente se converterá em um Estado Mínimo. Isso ocorrerá por meio de um novo modo de produção, no qual a produção de excedente não terá mais valor

como elemento estruturante. Em vez disso, valores de cada grupo social dialogarão de maneira soberana, abrindo caminho para a concretização do socialismo. (Oliveira, 1998)

Para Souza Filho (2016), a acumulação capitalista emerge a partir de uma perspectiva marxista sobre a distribuição da renda e a repartição do valor. A disputa pelo destino do fundo público se concretiza por meio da defesa de políticas sociais universais e gratuitas, assim como dos direitos sociais, que se enquadram na agenda anticapitalista como mecanismo de transição e de reprodução da força de trabalho. Uma das contradições do capitalismo é que, embora as políticas sociais atendam de forma imediata às necessidades e demandas da classe trabalhadora, elas também contribuem para a manutenção da ordem do capital.

As políticas sociais atendem diretamente às necessidades de reprodução da força de trabalho, abrangendo áreas como educação, saúde, lazer, moradia e transporte. Elas também funcionam como salários indiretos, contribuindo simultaneamente para a reprodução do capital ao gerar uma série de demandas materiais. Essas demandas são então supridas pelo fundo público em colaboração com empresas capitalistas, promovendo a efetivação de bens e serviços sociais. Além disso, esse processo estimula o consumo das mercadorias produzidas, fomentando a dinâmica econômica. (Souza Filho, 2016)

A dependência dos países periféricos em relação aos países desenvolvidos evidencia uma dinâmica estrutural baseada na superexploração da força de trabalho. Isso resulta na operação da acumulação capitalista dependente, que se dá pela exportação de alimentos e matérias-primas para os países centrais. Essa prática desloca a acumulação via mais-valia absoluta para uma baseada em mais-valia relativa nesses países. De um lado, observa-se a redução das condições de destinação de recursos do fundo público, os quais são normalmente empregados para expandir os direitos sociais. Do outro lado, ocorre a violação do valor da força de trabalho. Assim, existe uma probabilidade menor de alocar recursos públicos para políticas sociais em comparação com uma dinâmica não dependente. (Souza Filho, 2016)

A reprodução do capital se ajusta em cada época histórica, seguindo um padrão que se assemelha a um campo de interações, no qual as dimensões mais amplas ou conceituais se conectam com as dimensões mais específicas e históricas do progresso do capitalismo. O elemento central nessa abordagem é a análise do ciclo do capital. A escolha da política econômica visa preservar ou modificar um determinado padrão de reprodução do capital. A implementação de diferentes políticas econômicas terá efeitos diversos nos recursos destinados

às políticas sociais e na distribuição de renda e riqueza. A quantidade de oportunidades para o desenvolvimento de políticas sociais varia conforme o padrão de reprodução do capital adotado. (Souza Filho, 2016)

Com a implementação da estrutura da política social, é possível criar um padrão de reprodução do capital mais propício aos interesses da classe trabalhadora. No entanto, a lógica subjacente da política social adotada pode ser restritiva, carecendo de fundamentos em termos de direitos de cidadania e dever do Estado. Dado que o salário total do trabalhador engloba salários indiretos, há a possibilidade de ampliar as políticas sociais por meio do fundo público, contribuindo para um movimento de pressão na acumulação de capital. Assim, o fundo público se torna um terreno de disputa. (Souza Filho, 2016)

Para Souza Filho (2016) ao distribuir a renda nacional, surge o conflito fundamental entre as classes sociais opostas do sistema capitalista. A batalha dos trabalhadores visa expandir o valor do trabalho necessário, diminuindo o valor atribuído ao trabalho excedente. Por outro lado, o capital busca aumentar a mais-valia, reduzindo o valor do trabalho necessário. O desfecho dessa luta de classes determina como a renda nacional será distribuída.

O fundo público se concretiza através de dois processos: arrecadação e despesa pública. No que se refere às despesas, a classe é orientada por quatro categorias: segurança e administração, consumo social, acumulação estatal e subsídios para a acumulação privada. A soma dessas diversas despesas constitui o montante total do gasto público. As despesas estatais podem ter impactos distributivos ou concentradores, dependendo de como são direcionadas para o salário indireto e a renda das classes capitalistas e das camadas mais privilegiadas em relação aos impostos arrecadados de cada classe e fração de classe. Nos países dependentes, as políticas sociais muitas vezes não se desenvolvem como iniciativas universalistas, públicas e gratuitas, que seriam consideradas responsabilidades do Estado e direitos de cidadania. (Souza Filho, 2016)

A apropriação neoliberal do fundo público refere-se ao modo como os princípios e políticas neoliberais impactam a gestão e utilização dos recursos públicos por parte do Estado. O neoliberalismo é uma abordagem econômica que defende a redução da intervenção estatal na economia, promovendo a livre iniciativa, a privatização e a diminuição do tamanho do setor público. Essa apropriação também pode incluir a concessão de subsídios e benefícios fiscais a empresas privadas, argumentando que isso estimulará o investimento e a criação de empregos.

No entanto, isso pode resultar em uma redistribuição desigual de recursos, beneficiando principalmente os setores mais ricos da sociedade. (Salvador, 2012)

Ao se apropriar do fundo público os neoliberais busca aplicar seus princípios na gestão de recursos estatais, buscando reduzir o papel do Estado na economia e promover a eficiência por meio da participação do setor privado. Essa abordagem tem implicações significativas para a distribuição de recursos, dificultando o acesso da classe trabalhadora a serviços públicos e a equidade social, desta forma os recursos que deveria subsidiar a seguridade social e utilizada para pagamento dos juros e amortização da dívida pública, favorecendo o capital privado. (Salvador, 2017)

Para Salvador (2017) o financiamento para a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho agora tem como pressuposto o fundo público, que é ampliado por meio dos gastos sociais. Além de remunerar a reprodução do trabalho através de despesas obrigatórias como saúde, educação e transporte, o orçamento do Estado, em uma nova abordagem, passa a remunerar também o capital financeiro. O capital financeiro, conhecido por sua volatilidade nos mercados financeiros e seu retorno lucrativo espetacular, é agora recompensado por meio da dívida pública. O Estado, ao enfrentar déficit orçamentário, busca financiamento vendendo títulos da dívida pública, o que, devido aos juros elevados, resulta no aumento da dívida. Com déficits crescentes, torna-se necessário cobrir a dívida, transformando esse sistema em um ciclo virtuoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Rodrigo de Souza Filho (2016) o Fundo público se expressa como mais um espaço público da luta social, à medida que o Estado amplia a intervenção na sociedade, o processo de disputa da riqueza socialmente produzida ganha um contorno qualitativo devido à expansão do fundo público. As lutas de classe interferem no processo de distribuição e repartição da riqueza, a partir da definição do valor da força de trabalho e da mais-valia, que é à base de definição do processo de repartição do valor. O Fundo Público e utilizado para custear os direitos sociais, dentre eles a Previdência Social que compõe juntamente com a Saúde e Assistência social o tripé da Seguridade Social.

O Estado passa atender às necessidades da acumulação de capital, transformando o Orçamento da Seguridade Social (OSS) em uma fonte de financiamento privado. Na atual configuração do sistema capitalista de exploração, a classe financeira dominante utiliza a estrutura do Estado como meio de exercer seu poder e agregar capital extraíndo recursos da sociedade através de impostos diretos e indiretos, das contribuições e também da apropriação das taxas de mais-valia. (Salvador, 2017)

Segundo Salvador (2012), a apropriação dos fundos públicos destinados aos serviços sociais no Brasil impulsiona o aumento do valor do capital ligado à dívida pública. Isso ocorre porque as porções da receita que originalmente deveriam ser direcionadas para políticas sociais, ampliando assim sua cobertura, são retidas pelo orçamento fiscal da União. Esses recursos são então alocados para atender ao superávit primário, em conformidade com os acordos estabelecidos com o FMI e o Banco Mundial, especialmente beneficiando o capital especulativo, que tem a capacidade de absorver uma considerável parte dos fundos públicos.

Em meio à intensificação da crise do sistema capitalista, as políticas sociais emergem como alvos principais da comercialização, da focalização, da privatização e da conversão de bens e serviços em commodities, visando sustentar o consumo e a competitividade. As reformas contrárias aos direitos sociais implementadas no Brasil nas últimas décadas, agravadas a partir de 2016, que impactam diretamente a seguridade social, refletem a investida capitalista em sua constante busca por lucros extraordinários. Esses processos de desmantelamento dos direitos, por meio do desgaste de seu financiamento, representam efetivas formas de expropriação das conquistas sociais, contribuindo significativamente para a exploração da mão de obra e a acumulação de capital. (Boschetti e Teixeira, 2019)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R, BOSCHETTI, I. S. Seguridade Social no Brasil e perspectivas do governo Lula. **Universidade e Sociedade: Desmonte e Descaso, seguridade social, financiamento da educação**, DF, Ano XIII, No 30, p. 09-21, junho de 2003.

BEHRING, E. R. **Fundo Público: um debate estratégico e necessário**. In: XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2016, Ribeirão Preto.

OLIVEIRA, F. **O surgimento do antivalor**. In: _____. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALVADOR, E. Fundo Público o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Revista Serviço Social em Revista**, Londrina, v.14, n.2, p. 04-22, jan.-jun. 2012.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n 130, p.426-446, set/dez. 2017.

TORRES, V. **Quais são os impostos federais, estaduais e municipais**. Disponível no site < <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/impostos-federais-estaduais-e-municipais/> > Acessado em 03/05/23.

A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/2019 PARA EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639

John dos Santos Silva¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre a questão racial no Brasil e os atravessamentos do racismo estrutural no cotidiano escolar. Para tanto, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise de legislações sociais, especialmente as Leis Federais: 10.639/2003, importante normativa para o combate ao racismo nas instituições de ensino e a Lei 13.935/2019 que prevê a inserção de assistentes sociais e psicólogos na política de educação básica. Consideramos que essa previsão pode ser de suma importância para fortalecimento da efetivação da primeira lei citada, visto que o Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro aponta para a defesa de uma sociedade livre de opressões, dominações e explorações, reverberando totalmente na atuação dos assistentes sociais inseridos no espaço sócio-ocupacional das unidades escolares da educação básica.

Palavras-chave: Lei 13.935/2019; Serviço Social na Educação Básica; Lei 10.639; educação antirracista;

Abstract: This article aims to reflect on the racial issue in Brazil and the intersections of structural racism in everyday school life. To this end, we used bibliographical research and analysis of social legislation as methodological procedures, especially Federal Laws: 10,639/2003, an important regulation for combating racism in educational institutions, and Law 13,935/2019, which provides for the inclusion of social workers and psychologists in basic education policy. We consider that this prediction can be of utmost importance in strengthening the implementation of the first law mentioned, since the Brazilian Social Service Political Ethics Project points to the defense of a society free from oppression, domination and exploitation, fully reverberating in the work of social workers inserted in the socio-occupational space of basic education school units.

Keywords: Law 13,935/2019; Social Service in Basic Education; Law 10,639; anti-racist education;

INTRODUÇÃO

É inegável o quanto o sistema de educação agoniza com as questões racistas que permeiam seu cotidiano ao mesmo passo em que é perceptível a falta de preparo e, muitas vezes, de interesse em lidar com o assunto, resultado da simbiose do pacto da branquitude - expressão cunhada por Cida Bento (2022) - com o racismo estrutural. Em colaboração com a luta antirracista e a ressignificação da educação, a Lei 10639/2003 é promulgada e concatena com a

¹ Assistente Social. Graduado em Serviço Social pela Faculdade de Mauá (SP). Mestrando no Programa de Pós-graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Assistente social na Secretaria de Educação do Município de Osasco/SP. Militante do Coletivo Ampliações (SP). ORCID: 0009-0009-0520-9763. Email: jjohn.saantos@gmail.com.

promulgação da Lei 13935/2019 que define a inserção do Serviço Social na Educação Básica. O Serviço Social traz em seu Projeto Ético-Político o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, tendo como bandeira de luta o antirracismo, bem como a dimensão pedagógica-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos no que se refere à pauta étnico-racial. Portanto, de forma multidisciplinar, o trabalho do assistente social tem muito a contribuir com a formação permanente e enriquecimento dos debates acerca da Lei 10639 no espaço sócio-ocupacional escolar. Neste contexto, a partir da teoria social crítica, além da análise da própria Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, pretende-se seguir a esteira de autores que trazem ricos debates acerca da pauta étnico-racial (Ferreira, 2010; Moura, 2021) e autores que debatem os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e sua função social (Iamamoto, 1982; Gonçalves, 2018).

DESENVOLVIMENTO

Em uma das aulas da disciplina de *Serviço Social, povos originários e a população negra: intersecção com gênero e sexualidades* do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PPGSS – PUC SP), ao discutirmos sobre crianças submetidas a violência racial, a professora Márcia Campos Eurico² fez uma analogia interessante. Você já experienciou sofrer um assalto, onde o bandido te rende e ao apontar a arma de fogo em sua direção, dá voz de assalto. Nesse exato momento você fica imóvel, aterrorizada e todos os seus sentidos parece que desaparecem, junto vem um medo gigante e uma sensação de incapacidade e impotência sob tudo o que está acontecendo. Fora a humilhação. Marcia Campos Eurico fala que as crianças submetidas a violência racial ficam num estado de não repouso, como se vivessem assaltos diários, todos os dias.

A história da Educação na sociedade brasileira traz consigo um rastro culturalmente deixado pela colonização e escravismo, a exemplo disso, um contexto em que poucas pessoas se encontravam alfabetizadas e havia proibição à frequência de negros nas escolas mantidas pelo Estado. Sabe-se que esse cenário sofre alteração somente em 1970 com a organização do

² Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Assistente social no Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Professora da disciplina de Serviço Social, povos originários e a população negra: intersecção com gênero e sexualidades do PPGSS PUC/SP.

movimento negro nacionalmente, tornando o negro sujeito político e pautando suas demandas educacionais – como a luta pela revisão do currículo oficial de modo a incluir conteúdos relacionados a história da África e dos afro-brasileiros –, culminando na Constituição Federal de 1988 onde torna obrigatório crianças entre 7 e 14 anos no ensino formal.

A ausência de reflexões sobre relações raciais no planejamento escolar e o silêncio sobre o racismo, preconceito e discriminação raciais contribui para que as diferenças entre a população negra e branca sejam entendidas como desigualdades naturais. Com isso, constroem a ideia do negro como seres inferiores. Para Cavalleiros (2005), não há como negar que o preconceito e a discriminação raciais constituem um problema de grande monta para a criança negra, visto que essa sofre direta e cotidianamente maus tratos, agressões e injustiças, os quais afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento intelectual. A escola e seus agentes, os profissionais da educação em geral, têm demonstrado omissão quanto ao dever de respeitar a diversidade racial e reconhecer com dignidade as crianças e a juventude negra.

A lei 10639 coloca à educação brasileira a necessidade de uma educação antirracista, que exige que educadores e educandos disponham de informações e conhecimentos para um aprimoramento da consciência racial, maior entendimento da História de África e das trajetórias dos movimentos sociais negros. A lei supracitada, promulgada em 09 de janeiro de 2003, traz em sua ementa “*as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"* nos níveis fundamental e médio principalmente. Para Márcia Eurico:

É importante considerar que a aprovação da Lei 10.639/03 reestabelece o diálogo com a história e a luta da população negra com na África e no Brasil, tentando romper com a lógica da subordinação racial no campo das ideias e das práticas educacionais, ressignificando a trajetória da população negra no Brasil. Por outro lado, toda a sociedade deve se comprometer com o estabelecimento de políticas públicas que efetivem o texto da lei (Eurico, p. 70, 2011)

Sabe-se que a população negra foi excluída do processo de desenvolvimento social brasileiro, por um longo período histórico, marcado por desigualdades. Com isso a obrigatoriedade imposta pela legislação, de alguma forma revelou nossa nudez ao trazer à cena político-social a questão racial no Brasil em suas diferentes faces (Leite e Filho, 2013). Entretanto, se falando de racismo estrutural, é falho argumentar que através da Lei 10.639 cessariam-se as práticas racistas e discriminatórias no ambiente escolar. Para Dennis de Oliveira (2021) as práticas

racistas não se trata de uma deformação comportamental, produto de um desconhecimento do assunto (por isso que alguns depositam a confiança na lei 10.639 que trata da educação para as relações étnico-raciais), muito menos tratar o problema do racismo como um conflito entre “comportamentos adequados” versus “comportamentos inadequados. Assim a ação mais eficaz para enfrentar o racismo seria educar a sociedade para melhorar os seus comportamentos. O autor pontua:

Pelo contrário, o não conhecimento da História da África, por exemplo, é produto de uma decisão ideológica pois, à medida que um sistema social necessita para o seu padrão de acumulação de riquezas construir hierarquias entre seres humanos, determinados temas que contrapõem a essa hierarquia estabelecida não são de interesse. Por isso invertendo a lógica o “não conhecimento” não apenas gera racismo mas é produto do racismo (p. 64, 2021).

E continua:

A concepção de racismo estrutural se encaixa na perspectiva da luta pela hegemonia da concepção materialista de racismo. Não se trata apenas de uma outra dimensão da percepção do racismo – o racismo estrutural distinto do institucional e do individual/comportamental. Mas de entender que o racismo estrutural é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas (p. 64 e 65, 2021).

A lei possui um caráter genérico, demonstra falhas, pois não estabelece metas, não define os órgãos responsáveis pela sua implementação e não estabelece metas e estratégias para a formação permanente e qualificação dos docentes. Ao mesmo tempo que não se deve desconsiderar que a conquista da Lei 10.639 é o resultado da trajetória de luta exercida pelos movimentos sociais negro no Brasil que a décadas denunciam as desigualdades raciais e exclusão dos negros nos espaços vitais de desenvolvimento e emancipação humana, nesse caso, a educação.

O SERVIÇO SOCIAL E A LUTA ANTIRRACISTA

A profissão do Serviço Social está inserida na divisão social, racial, sexual e técnica do trabalho e está regulamentada pela Lei 8662 de 7 de junho de 1993. Portanto, com o intuito de intervir nas expressões da questão social³ da sociedade capitalista, a assistente social, a partir da

³ Yamamoto em seu livro *O Serviço Social na Contemporaneidade* define questão social “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada
Revista Serviço Social em Perspectiva

teoria social crítica, terá competência para conduzir de forma ética e interventiva, os diversos encaminhamentos a serem tomados na relação com os usuários e os espaços sócio-ocupacionais das políticas públicas e instituições empregadoras.

Renata Gonçalves (2018) entende como fundamento teórico metodológico que a questão social na sociedade brasileira tem relação dialética com a questão racial advinda das relações escravistas da população negra. A autora é incisiva em dizer que “a questão racial e seu mais grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa”, portanto “o modo de produção capitalista beneficiou-se enormemente do escravismo e amparou as bases da opressão racial, possibilitando que esta se mantenha e continue a sustentar a reprodução do capital”.

No âmbito educacional, sabe-se que a educação é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988 e tem como aspecto, além da função social e pedagógica, o pleno desenvolvimento humano. Porém, segundo Mészáros (2008), entende-se que a educação na sociedade contemporânea atende majoritariamente às necessidades do capital, ou seja, produz-se conhecimentos suficiente para alimentar a lógica de ordem capitalista vigente.

Nesse contexto, com a identificação de demandas com fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que influenciam no desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes, se faz mais que necessário a atuação de profissionais do Serviço Social na Educação Básica. Acredita-se que a efetivação da lei 13935/2019 se conecta, a partir das atribuições das assistentes sociais na Política de Educação, com a efetivação de outras leis, como exemplo, a lei 10.639/2003 que preconiza o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro na área social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

O conjunto CFESS-CRESS tem deliberado, desde o triênio de 2008 – 2011, por dar centralidade a algum tema que caracterizasse a forma de campanha, fazendo com que ao longo de cada gestão o tratamento desses temas perpassasse por diversas ações a serem desenvolvidas, mas com força de uma identidade visual nacionalmente unificada da categoria. No 46º encontro

vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2011, p. 27).

Nacional CFESS-CRESS, em 2017, foi deliberado a campanha *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*, tendo como ponto de partida a certeza da existência e reprodução do racismo estrutural no Brasil, que se expressa em muitas e diferentes dimensões (CFESS, 2020).

A campanha teve papel fundamental para difundir o tema para todo o Serviço Social brasileiro, trazendo relevância e importância às questões raciais. Com isso, provocou-se uma verdadeira ebulição na profissão, ampliando o número de debates sobre o tema, de iniciativas para tratá-lo no âmbito da formação profissional, de pesquisas e, especialmente, fortalecendo projetos e ações de combate ao racismo por meio do exercício profissional (Santos, p. 69, 2020).

As atividades iniciaram-se nas comemorações do Dia da/o Assistente Social, em maio de 2018, mas teve seu pré-lançamento no 2º Seminário Nacional sobre o Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, em Fortaleza (CE). A partir de uma comissão no âmbito do CFESS, a campanha foi coordenada junto a assessoria de comunicação, foi formulado um projeto que estabeleceu os objetivos e as atividades a serem desenvolvidas. As ações passaram por atos públicos junto a movimentos negros e organizações de valorização da cultura e religião de matriz africana, panfletagens, participação em eventos dentro e fora do Serviço Social, criação de agendas para os profissionais, comemorações do Dia do Assistente Social, congressos e seminários nacionais tendo a temática étnico-racial na centralidade, criação do site da campanha e três edições do informativo “CFESS Manifesta”⁴.

O Serviço Social tem como compromisso ético o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito” e a “defesa intransigente dos direitos humanos”, com isso, é necessário utilizar todas as oportunidades para considerar que a questão racial está inserida na maioria das demandas associadas aos serviços, pois sabe-se que muitas vezes elas são despercebidas pelos usuários em função da ideia de “democracia racial brasileira”⁵. Portanto, no exercício profissional, podemos contribuir tanto na formulação, quanto na gestão, ou na execução dos serviços, com a alteração de instrumentos e rotinas de trabalho, para criar espaços que permitam refletir sobre o racismo e as desigualdades não só junto aos/às usuários/as, mas também aos/as trabalhadores/as (CFESS, 2020) dos espaços sócio-ocupacionais.

⁴ CFESS Manifesta 2017: Dia Nacional da Consciência Negra – quebrar correntes, resistir, desafiar, lutar, sentir, amar... é pra ter orgulho, é coisa de preto e preta; CFESS Manifesta 2018: Dia Nacional da Consciência Negra – vidas negras importam; CFESS Manifesta 2019: Dia Nacional da Consciência Negra – novembro negro arco-íris.

⁵ Para entender mais, ler *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (Moura, 2021).

O racismo institucional refere-se às operações anônimas de discriminação racial em instituições, profissões ou mesmo em sociedades inteiras (Cashmore et al., 2000 apud Eurico 2013). A autora continua:

O anonimato existe à medida que o racismo é institucionalizado, perpassa as diversas relações sociais, mas não pode ser atribuído ao indivíduo isoladamente. Ele se expressa no acesso à escola, ao mercado de trabalho, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições (Eurico, p. 11, 2013).

Referindo-se a educação, a defesa dos direitos da população negra está imbuída na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases de 1996, nas deliberações da Conferência de Durban (2001), no Estatuto da Igualdade Racial, nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na educação básica, ensino médio e ensino superior.

Em 2018, houve o lançamento do documento "Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social" pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que colocou como uma das centralidades de sua agenda política um projeto de formação profissional antirracista e reconheceu o significado sócio-histórico do debate étnico racial para o Serviço Social Brasileiro e, mais recentemente, a divulgação da Plataforma Antirracista – materialização de uma construção histórica de muitas gestões da entidade que subsidia no âmbito da formação e trabalho profissional e constrói posicionamentos subsídios para o avanço de uma formação antirracista – durante o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) realizado entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2022, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Por último, mas não menos importante, pelo contrário, fundamentalmente vultoso, foi criado uma resolução CFESS N° 1.054, de 14 de novembro de 2023 que Estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social, referenciadas nos princípios II, VI, XI inscritos na Resolução CFESS n° 273 de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional do/a assistente social. Trazendo várias considerações, dentre elas, a Declaração Universal de Direitos Humanos, Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, o Estatuto da Igualdade Racial, os direitos constitucionais dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988, o projeto ético político do Serviço Social e o Código de Ética do/a assistente

social e outras notas que norteiam os princípios ético-políticos da profissão, o documento traz, para além da sua função normativa, o papel pedagógico e reflexivo sobre o cotidiano da atuação profissional na direção de uma sociedade livre de opressão e exploração, conforme nosso projeto ético político.

Pode-se considerar a nova resolução como um aprimoramento do Código de Ética da profissão, quando se entende a importância de entender o combate ao racismo como uma exigência ética e política do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o racismo não se manifesta somente explicitamente em forma de insultos, violências e agressões verbais, por exemplo. No que tange a educação, o racismo também se manifesta de forma oculta quando as crianças e jovens negros estão entre os maiores índices de reprovação e evasão escolar. Segundo pesquisa levantada pelo CFESS (2020), o analfabetismo entre pessoas pretas/pardas é mais que o dobro do que entre pessoas brancas.

Percebe-se atitudes excludente de professores em relação às crianças negras, ou você nunca presenciou ou escutou alguma pessoa negra relatar os momentos em que eram colocados de lado, excluídos ou não inseridos nas atividades escolares? Por causa de sua cor de pele ou textura do cabelo, culminando na omissão dos professores frente a essas barbáries.

Na escola pública, é possível vivenciar um ritual pedagógico que reproduz a exclusão escolar do sujeito negro, nesse sentido, para Luiz Alberto Gonçalves (1987), o ritual pedagógico do silêncio exclui dos currículos escolares a história de luta dos negros na sociedade brasileira e impõe às crianças brasileiras um ideal de ego branco. Na mesma esteira, bell hooks (2017) relata que num dado período de sua vida escolar, tinha aulas com professores brancos cujas lições reforçavam os estereótipos racistas, fazendo com que, num certo momento, perdesse todo o gosto pela escola. Nesse sentido, tendo a escola como a primeira instituição após a família, na qual a criança é inserida e passa maior parte da sua infância e juventude, percebe-se o quanto de violências acumuladas interferirão no desenvolvimento e construção psicossocial desses sujeitos.

A defesa dos direitos da população negra no campo da educação está imbricada na relação de variadas legislações – inclusive a Lei 10.639/2003 – com o esforço e responsabilidade de todos/as trabalhadores/as da política de educação.

Ademais, reforça-se a importância do Serviço Social no espaço sócio-ocupacional escolar a partir do pressuposto que a profissão tem princípios e valores a serem defendidos nos locais de trabalho dos assistentes sociais. A luta no combate ao racismo reflete o compromisso político com a defesa intransigente e necessária dos direitos humanos da criança e do adolescente e das políticas sociais públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTO, Cida. O pacto da branquitude. 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.639. Brasília: DF, 2003.
- CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. Introdução. In Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: SECAD, 2005.
- CFESS. Assistentes sociais no combate ao racismo: o livro. Brasília: CFESS, 2020.
- EURICO, Marcia Campos. Questão racial e o Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. São Paulo, 2011.
- EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 114, p. 290- 310, abr./jun. 2013.
- FERREIRA, Camila Manduca. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. O silêncio: o ritual pedagógico a favor da discriminação racial. Belo Horizonte: UFMG, 1985.
- _____. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. Cadernos de pesquisa, nº 63. São Paulo: 1987. p. 27-30.
- GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.
- HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEITE, Alessandro da Silva; FILHO, Jairo Barduni. Algumas considerações sobre a educação antirracista nas séries iniciais do ensino fundamental. R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 15, n. 1, jan./jun. 2013.

MOURA, Clovis. O Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão? São Paulo: Dandara Editora, 2021.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. 1 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

SANTOS, Josiane Soares. A gente enfrenta o racismo no cotidiano: combate ao racismo institucional e o exercício profissional de assistentes sociais. in CFESS. Assistentes sociais no combate ao racismo: o livro. Brasília: CFESS, 2020.

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO NORTE DE MINAS GERAIS

Marcos Vinicius Silva Fagundes¹;

Larissa Nicole Rocha Gomes¹;

Ketley Nicoly Pinheiro Veloso¹;

Gilvania Barbosa Sena².

Resumo: Este estudo consiste em uma análise de políticas públicas destinadas à garantia e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O Fundo da Infância e Adolescência (FIA) configura-se como um fundo especial destinado à captação e alocação de recursos financeiros direcionados de maneira específica para a promoção da área da infância e adolescência, conforme estabelecido pela Lei Federal 8.069/1990, está atrelado aos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo por eles administrado. O FIA, visa à seguridade dos direitos e que promovam o desenvolvimento e o bem-estar das crianças e adolescentes que vivem em situações precárias e desiguais, o objetivo consiste em financiar projetos que atuem na garantia da promoção e proteção.

Palavras-chave: Fundo da Infância e Adolescência; Políticas Públicas; Política Estadual dos Direitos da Criança.

Abstract:

This study is an analysis of public policies aimed at guaranteeing and defending the rights of children and adolescents. The Childhood and Adolescence Fund (FIA) is a special fund designed to raise and allocate financial resources specifically aimed at promoting the area of childhood and adolescence, as established by Federal Law 8.069/1990. It is linked to the Municipal and State Councils for the Rights of Children and Adolescents and is administered by them. The FIA aims to guarantee the rights and promote the development and well-being of children and adolescents who live in precarious and unequal situations. The objective is to finance projects that work to guarantee promotion and protection.

Keywords: Childhood and Adolescent Fund; Public policy; State Policy on Children's Rights.

INTRODUÇÃO

A política pública é o campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação, ou no rumo e curso dessas ações, elas desenvolvem um papel de extrema importância para nossa

¹Acadêmico (as) do curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

² Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. ORCID: 0009-0003-1005-1821. E-mail: gilvania.sena@unimontes.br

sociedade contemporânea. Pois, é a partir da concepção de garantia e defesa de direitos que são efetivadas políticas afirmativas que objetivam um bem comum (SOUZA, 2007).

Sendo assim, políticas públicas destinadas à infância e a adolescência, são uma série de ações, projetos, programas e atividades governamentais voltadas para concretizar direitos previstos e sonhados na carta magna de um país. O Fundo da Infância e Adolescência (FIA) configura-se como um fundo especial destinado à captação e alocação de recursos financeiros, que são direcionados de maneira específica para a promoção da área da infância e adolescência. Conforme estabelecido pela Lei Federal 8.069/1990, está atrelado aos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo por eles administrado, e tem como prioridade arrecadar fundos para a aplicação de recursos em projetos que visem à seguridade dos direitos e que promovam o desenvolvimento e o bem-estar das crianças e adolescentes que vivem em situações precárias e desiguais, o objetivo consiste em financiar projetos que atuem na garantia da promoção e proteção.

O FIA constitui fundo especial cujo seu contexto no estado é resultante do produto de receitas especificadas que destinam a arrecadação e que por lei se vinculam à realização de determinados serviços, facultada a adoção de normas e peculiaridades de aplicação, que tem como objetivo: “financiar projetos destinados à efetivação de garantias constitucionais das crianças e adolescentes, por meio do custeio de ações e projetos que promovam, e defendam os direitos”. Dentre as modalidades de arrecadação do FIA, destaca a doação e a destinação através da declaração do Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas (IRPJ).

As destinações realizadas através do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) são limitadas a um percentual do Imposto de Renda devidas e devem ser feitas durante o ano-calendário. Assim como as que são feitas através IRPJ, devem ser realizadas seguindo as instruções legais. No Brasil, a Receita Federal é o órgão responsável por receber as doações feitas através do Imposto de Renda e garantir que essas doações sejam direcionadas ao FIA.

Ainda assim, cada estado e município são vinculados a um Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/CMDCA), sendo estes os principais órgãos vinculados ao FIA. Um dos pressupostos básicos correlacionados ao FIA/MG seria que os recursos do têm sido utilizados pelos municípios, de modo atender famílias, por meio de ações voltadas a grupos de crianças e adolescentes em situação de risco e marginalização.

Em Minas Gerais, conforme resolução CEDCA-MG n.o 34/2011, o conselho tem como competência formular a Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, considerando prioridades para consecução das ações propostas, captação e aplicação de recursos. Os valores que são arrecadados e destinados ao FIA possuem vastas possibilidades de alocação, em que os principais beneficiários são as crianças e os adolescentes. Podendo ser aplicados a projetos e programas que possuem como cultura a promoção de educação de qualidade, o desenvolvimento do bem-estar social, a defesa e segurança contra o trabalho infantil e exploração sexual, o acesso assegurado à saúde, o combate à fome e outros serviços imprescindíveis, além de medidas de auxílio a famílias em situação de vulnerabilidade.

O campo das políticas públicas é permeado por diversas colaborações disciplinares, assim como campo de pertencimento de áreas afins. O reconhecimento da complexa realidade que diz respeito ao campo educacional, social e econômico, tornou-se motivo de preocupação constante da sociedade brasileira, e inclinam, de uma maneira geral, para as políticas públicas. A relevância do presente estudo é identificar aspectos, singularidades e especificidades nas regiões geográficas de Minas Gerais que possam contribuir no esclarecimento do funcionamento das dinâmicas subjacentes das políticas públicas, das instituições, bem como dos atores e grupos de interesse, é de suma importância para a análise de aspectos relacionados ao orçamento público prioritário. A priori, este estudo justifica-se pela importância de direcionar de maneira precisa os recursos obtidos através do FIA, enfatizando a necessidade da transparência dos dados prestados pelos órgãos públicos para verificar se as regiões mais vulneráveis estão sendo beneficiadas por iniciativas governamentais.

Através desta pesquisa, é viabilizado para a sociedade a oportunidade de tomar conhecimento sobre os recursos que serão alocados ao FIA e direcionado aos projetos sociais, ocasionando então, uma participação ativa e presente da comunidade. Ademais, este ato de verificação, representará frente ao setor público um meio que a sociedade possui de exigir que a informação fornecida nos dados públicos seja repleta de transparência. Na esfera pública, excepcionalmente, o trabalho pode contribuir de forma contínua e significativa no aprimoramento da gestão, verificando se os recursos destinados por renúncia fiscal ao Orçamento Criança e Adolescente (OCA), estão de fato sendo remetidos a favor de crianças e adolescentes ou estão sendo executados em projetos que beneficia a sociedade em geral.

No contexto acadêmico o presente trabalho pode auxiliar a análise do contexto de arrecadação e de criação de políticas públicas eficazes que visam à garantia infanto-juvenil que é objeto de pesquisa do presente estudo. Desta forma, pesquisas sobre esse campo consistem em uma descrição da realidade social, pois a partir de tais realidades estratificadas por indicadores é que são formuladas diretrizes para o enfrentamento de problemas públicos e da sociedade em geral. Isso fundamenta a relevância da pesquisa ao abordar o acesso que as regiões possuem para a alocação dos recursos do FIA/MG, que, por força de lei, estão vinculadas à consecução de objetivos ou serviços específicos. Pesquisas nesta área são relevantes por contribuir cientificamente para assimilação do conhecimento por meio do entendimento das relações do federalismo e das políticas sociais sendo estes aspectos que interessam necessariamente os órgãos, contribuintes e a sociedade em geral.

O objetivo deste estudo consistiu em realizar um comparativo de arrecadação destinada ao FIA nas regiões geográficas de Minas Gerais ao longo dos últimos quatro anos, foram também objetivos da pesquisa compreender as políticas públicas atuantes no país, analisando o papel do FIA, sua forma de arrecadação, o contexto e potencial de arrecadação no estado. O método adotado para busca dos principais resultados do estudo deu-se através de informações documentais sobre a arrecadação de recursos do FIA no Norte de Minas Gerais, abrangendo tanto pessoas físicas quanto jurídicas, no intervalo de 2019 a 2023. A pesquisa debruçou em um árduo trabalho de levantamentos de dados ainda não evidenciados em outros estudos que contemplem a temática, a fim de promover meios para se obter, uma análise do potencial de arrecadação do FIA no Norte de Minas Gerais. As políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes tem sido um tema que vem suscitando inúmeras pesquisas e estudos no campo, em decorrência de sua expressiva relevância social, no entanto, estudos que destacaram o potencial de arrecadação do FIA no Norte de Minas em 2023 ainda são escassos. Evidenciando o ineditismo do tema.

DESENVOLVIMENTO

As políticas públicas desenvolvem um papel de extrema importância para nossa sociedade contemporânea. O início das políticas públicas no Brasil, ocorreram a partir de 1930, com a implantação do Estado Nacional-Desenvolvimentista (Vaitsman, Ribeiro e Lobato, 2013b).

Segundo Brasil e Capella (2016), o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização são de extrema importância para a compreensão das formas de participação popular e sua institucionalização, mas não pode ser entendido como o único período marcado por fortes mudanças institucionais e de redefinição de papéis. O ECA, surge neste contexto de criação de políticas públicas e garantias legais para os menos favorecidos, estabelecendo direitos e deveres a todos os entes da federação para a defesa da vida e dignidade humana.

O ECA modificou o paradigma segundo o qual a proteção prioritária e integral foi postulada pelo menos na lei, uma vez que sua completa implementação tem se dado em avanços lentos e ainda incompreendidos por grande parcela não só da população como dos operadores nela envolvidos. Recomendou a mudança do termo “menor” por carregar consigo toda a carga preconceituosa do antigo Código de Menores, visando, ainda, dissolver as diferenças historicamente construídas entre as infâncias pobres e ricas. Foi adotada a Doutrina de Proteção Integral, defendida pela Organização das Nações Unidas e pela Declaração Universal dos direitos da Criança (1959), segundo a qual as crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos em desenvolvimento, com à proteção integral: o direito à vida, à saúde, à educação e à convivência família e comunitária (PARREIRA; PIANA, 2016).

No contexto histórico brasileiro, o acesso da criança e do adolescente à cidadania é quase inexistente, a infância pobre foi sempre definida pelo perigo, devendo ser cerceada. O filho do pobre “menor” representava uma ameaça que deveria se expurgada do convívio societário. Com isso, a formulação das políticas buscou “segregar e excluir a população pobre do acesso às decisões sobre o seu destino e sobre os serviços oferecidos a ela (MARTINS, 2004, p. 197 *apud* PARREIRA; PIANA, 2016)”.

No período colonial as crianças eram consideradas um pouco mais que animais, dessa forma eram submetidos desde cedo a trabalharem em atividades penosas, insalubres e perigosas, crianças tinham baixa expectativa de vida, de no máximo 14 anos. Sofriam ainda, inúmeros ‘maus tratos’, costumavam explorar as pobres, através do trabalho infantil a fim de aliviar sua própria carga de trabalho (RAMOS, 1997, p.14 *apud* ANDRADE, 2017).

No Brasil Império não há nenhuma referência das garantias dos direitos infanto-juvenis, em sua constituição de 1824. Desta forma, percebe-se que mesmo com a criação de um país, ainda está enraizado na cultura a garantia mínima ou nenhuma de direitos. Segundo Custódio (2009), com abolição da escravidão e a proclamação da República em 1889, várias crianças pobres, passaram a circular pelas ruas das cidades, em busca de sobrevivência, o que passou a perturbar as elites locais.

No contexto atual, faz-se necessário importantes investimentos e ação no trabalho de prevenção e da proteção básica, descrita na parte geral do Estatuto da Criança e do Adolescente como direitos fundamentais (PARREIRA, PIANA, 2016).

O (FIA) é um dos principais instrumentos para o financiamento de políticas infanto-juvenis em todo o país, e constitui-se do fundo especial proveniente do produto de receitas especificadas, que são destinadas para fins de políticas públicas direcionadas a pessoas com vulnerabilidade social. De acordo com Digiácomo, (p.1, 2021) o FIA; “é resultante do produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas e peculiaridades de aplicação”.

O FIA/MG tem como objetivo primário: “financiar projetos destinados à efetivação de garantias constitucionais das crianças e adolescentes, por meio do custeio de ações e projetos que promovam, e defendam os direitos (PERES; PASSONE, p.2, 2010)”.

Conforme estabelecido pela Lei Federal 8.069/1990 o FIA configura-se como um fundo especial destinado à captação e alocação de recursos financeiros direcionados de maneira específica para a promoção da área da infância adolescência. O FIA está atrelado aos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo por eles administrado. Os conselhos decidem, em conformidade com a política de atendimento, sobre a aplicação dos recursos financeiros arrecadados. Segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) os mecanismos de descentralização do orçamento das entidades públicas visam deixar explícita na peça orçamentária à destinação específica de recursos públicos para um determinado fim. Os Fundos têm como objetivo financiar projetos que atuem na garantia da promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Os recursos são aplicados exclusivamente na área de criança e adolescente com monitoramento dos Conselhos. Como explicitado por Wilson Donizeti Liberati ao comentar as vantagens de implantação do FIA:

Com a implantação dos Fundos, tanto os recursos destinados pelo Executivo (dotação orçamentária própria) quanto os repassados pelas entidades da federação, assim como doações, multas administrativas e judiciais da Infância e Juventude, enfim, todos os ingressos em dinheiro destinados aos programas e políticas ligados ao atendimento das crianças e jovens deverão ser alocados, depositados no respectivo fundo municipal, estadual ou nacional. Dessa forma, com a implantação do Fundo Especial, esses valores não irão se confundir com as outras receitas, pois as receitas destinadas ao fundo serão sempre específicas e especificadas, com destinação certa (CYRINO; LIBERATI, 2003, p. 216).

Os recursos angariados pelo FIA desempenham o papel de suplemento aos recursos orçamentários e devem ser destinados prioritariamente para atender às necessidades da população infanto-juvenil. Portanto, é responsabilidade dos Conselhos Municipais conduzir, de maneira transparente e participativa, a elaboração, discussão e aprovação anual de um "Plano de Aplicação" para os recursos arrecadados pelo FIA.

Este plano deve estar estreitamente alinhado ao "Plano de Ação" do conselho, delineando políticas, programas e ações a serem implementados no município. O ECA define criança, para efeitos jurídicos, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. O artigo 2º da Lei no 8.069/90, também conhecida como ECA, estabelece que esta legislação é aplicada sem distinção de nascimento, sexo, raça, situação familiar, condição econômica, entre outras especificações.

Os direitos e garantias previstos no ECA são destinados a todas as crianças e adolescentes, sem qualquer discriminação, assegurando uma abordagem inclusiva em sua aplicação. Além do mais, dispõe sobre a criação do FIA, permitindo aos contribuintes do Imposto de Renda, em seu artigo 260, deduzir o valor das doações efetuadas ao FIA. As instituições contempladas pelo (FIA) têm a possibilidade de receber os recursos do repasse da arrecadação por meio de subvenções sociais ou auxílios. Ou então, elas podem utilizar esses recursos para a manutenção do próprio Fundo, subsidiando suas necessidades básicas. Isso proporciona flexibilidade às entidades beneficiárias, permitindo que direcionam os recursos de acordo com as demandas específicas, seja para suporte direto a projetos e ações ou para a sustentabilidade operacional do Fundo em si (BIROLO, 2017, p 27).

Do ponto de vista de Reis (2008), subvenções sociais são caracterizadas como recursos destinados a instituições públicas ou privadas, de natureza assistencial ou cultural, sem fins lucrativos. Servem exclusivamente para a prestação de serviços sociais, médicos e educacionais.

Os aportes financeiros e as assistências sociais destinados ao FIA desempenham um papel importante para a entidade. Isso se deve ao fato de que é por meio desses meios que os Fundos conseguem concretizar suas iniciativas e empreendimentos em conjunto com as crianças e adolescentes. Além disso, podem empregar tais recursos para custear as despesas essenciais decorrentes das atividades diárias, contribuindo, assim, para a manutenção operacional e efetividade das ações. Na recém-promulgada lei de outubro de 2023, denominada LEI Nº 14.692, foi instituída a prerrogativa para o doador do FIA de selecionar a entidade beneficiária de sua doação. Nesse contexto, o contribuinte passa a deter a autonomia para direcionar sua contribuição a um projeto específico, sob a condição de que o referido projeto seja devidamente aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O poder público assume um papel relevante e de destaque na responsabilidade e obrigações que visam assegurar que as crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos e consequentemente apropriados de forma plena. Essa parcela da população, é instrumento de destaque na sociedade, e em registros, possuem garantias legais. A CF/1988, em seu artigo 205, discorre que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em seu artigo 227, a CF/1988 qualifica que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, e opressão. "

É confirmado no artigo 204 da CF/1988, a obrigação do Estado, quanto à assistência social para os indivíduos: "As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195." Ao contemplar os artigos dispostos na Constituição Federal de 1988, torna-se evidente, que o Poder Público possui responsabilidades significativas sobre as crianças e adolescentes, sendo o mesmo, o principal alocador de recursos para os projetos que irão abranger e resguardar que as crianças e adolescentes tenham seus direitos e necessidades devidamente atendidas. Destacando-se a importância de destinação de recursos aos Fundos que possuem como objetivo o desenvolvimento dessa parte significativa da população. O Fundo de Infância e Adolescência,

para atingir seu objetivo, visando seus princípios, possui além dos recursos públicos, outras diferentes formas de arrecadar recursos, que podem variar em acordo com os diferentes regulamentos dos municípios, dos estados e do Governo Federal. As principais fontes de captar recursos se qualificam em: a) Doações de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas:

O artigo 260, do Estatuto da Criança e Adolescente dispõe que os contribuintes de Imposto de Renda poderão realizar doações aos Fundos das Crianças e Adolescentes, na esfera nacional, estadual, municipal ou distrital. Nesta modalidade de doação, os contribuintes poderão escolher o projeto que deseja que sua doação atenda, desde que, este projeto esteja entre os aprovados pelo conselho dos direitos da criança e do adolescente. Para isso, é imprescindível que o contribuinte obedeça às seguintes limitações: I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real. II – 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual.

b) Multas e Penalidades: Conforme o Art. 214. Os valores arrecadados em casos de infrações relacionadas aos direitos da criança e do adolescente reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município. É essencial a arrecadação de verbas para os fundos, tendo em vista que estes desempenham um papel significativo na sociedade. É importante destacar que o fundo irá destinar as suas arrecadações a finalidades já estabelecidas em seu regulamento, reforçando assim a alocação responsável e transparente dos recursos.

A realização da transferência intergovernamental no Fundo da Infância e Adolescência (FIA) indica a destinação de recursos, nas três esferas: Municipal, Estadual e Federal. Essa transferência possui como propósito ampliar e apoiar os projetos vinculados ao ECA que promovem o bem estar das crianças e adolescentes. A utilização da transferência, como forma de arrecadação, permitirá que a destinação seja feita em diferentes proporções para os projetos, de diferentes regionalidades. Portanto a transferência intergovernamental está sujeita a legislação das três esferas, tendo então, um regulamento a ser seguido para que as transferências sejam realizadas de forma legalizada. Os recursos arrecadados no FIA são responsáveis por um importante papel na sociedade, pois possuem destinações que visam melhorar a qualidade de vida e o bem-estar social das crianças e dos adolescentes. Estes recursos financiam projetos não apenas como os que incentivem o esporte, a cultura e o lazer, mas também programas que levam a alimentação para as crianças e adolescentes carentes, a

programas que visem pela proteção contra as violências, e projetos que resguardam a integridade das crianças e dos adolescentes. Estes projetos irão contribuir para o crescimento e desenvolvimento destas crianças, onde terão oportunidades de com os recursos devidamente aplicados em diferentes áreas. O resultado desta ação não é apenas em curto prazo, mas também em longo prazo. Pois o resultado não é individual e sim coletivo. Tendo em vista que se trata de um fator importante na construção do futuro das crianças e dos adolescentes.

Por se tratar de um fundo especial de natureza puramente contábil, não tem personalidade jurídica e estão vinculados administrativamente ao poder público, o FIA devem ter registro próprio e conta bancária específica, e em cada esfera dos entes federativos possui um regimento próprio. Na esfera municipal o FIA é regulamentado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Conforme previsto: “O CMDCA é o gestor político do FMDCA, o que significa que lhe cabe, formular, deliberar e controlar as ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente e, é o responsável por fixar critérios de utilização dos recursos do FMDCA e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)”. Na esfera estadual, o órgão responsável por supervisionar o FIA é o Conselho Estadual dos Direitos das Crianças (CEDCA), em consonância com a legislação de cada estado. O Estado de Minas Gerais, atribui as seguintes responsabilidades ao CEDCA: “O CEDCA-Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente é o gestor político do FIA, o que significa que lhe cabe, formular, deliberar e controlar as ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente e, é o responsável por fixar critérios de utilização dos recursos do FIA e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Nenhum recurso do Fundo Estadual poderá ter destinação e aplicação sem a deliberação do conselho (CEDCA).” Na esfera federal: Compete ao (CONANDA), a fiscalização do FIA em todas as regiões do Brasil. É o órgão encarregado por orientar a forma de como deve ser a prestação de contas da alocação dos recursos e por fiscalizar o movimento do FIA, é essencial para que a transparência dos recursos distribuídos aos projetos seja levada ao público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados do estudo apontam os números e informações documentais sobre a arrecadação de recursos do FIA no Norte de Minas Gerais, abrangendo tanto pessoas físicas quanto jurídicas, no intervalo de 2019 a 2023. A pesquisa debruçou em um árduo trabalho de levantamentos de dados, assim, este estudo traz a luz a realidade vivenciada e aspectos que elucidam a destinação destes recursos na atualidade trazendo aspectos que possam contribuir na luta por tais garantias. Em 2021 somente no município de Montes Claros com população média de 414.240 o seu potencial foi de R\$ 13.273.108,05, em 2022, esse valor ainda foi superior R\$ 15.163.664,92, e em 2023 R\$ 18.675.496,91. Evidenciando um aumento do potencial de arrecadação anual. De forma sintetizada, os resultados do último ano (2023) evidenciaram um potencial arrecadatório no Norte Minas Gerais de R\$ 29.574.220,52, provenientes de 16.133.452 contribuintes em todo o estado de Minas Gerais, cujas doações e destinações levantadas somente no referido período alcançam uma estimativa de 201.932 doações registradas pelo sistema apenas em declarações de imposto de renda de pessoas físicas, levando ao somatório de um total em reais de 284,51 em 2023 para todo o estado. Assim, concluímos que, no Norte de Minas Gerais esse somatório consiste em um positivo aspecto, já que a ampliação do fundo possibilita e o aumento da arrecadação na região possibilita que um número maior de ações provenientes dos recursos do FIA e destinadas aos grupos de maior vulnerabilidade sejam desenvolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLO, Karina Bez. Incentivos Fiscais do imposto de renda destinados ao Fundo da Infância e Adolescência: Estudo Entre Os Municípios Da Região Da Amrec. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5419/1/Karina%20Bez%20Birolo.pdf>>. Acesso em 3 out. 2024.

BRASIL, Artigo 260. 8.069. 1990. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10580967/artigo-260-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>>. Acesso em 21 de set. 2024.

BRASIL, Constituição Federal da República. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 21 de set. 2024.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia N. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. R. Política Hoje .V. 25, n. 1 (2016) - p. 71-90.

BRASIL, Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 02 de nov. 2024.

CABRAL, Edson Mauricio. A participação da sociedade civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: possibilidades e limites. PUC-SP, SP, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17633>>. Acesso em 3 nov. 2024.

CRCMG, Cartilha explicativa sobre o uso do Fia. Disponível em: <<https://www.crcmg.org.br/media/doc>>. Acesso em 23 de set. 2024.

CUCCINIELLO, M., PORUMBESCU, G. A., & Grimmelhuijsen, S. (2016). 25 years of transparency research: Evidence and future directions. *Public Administration Review*, 77(1), 32-44. 2024.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 6, p. 959–979, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/>>. Acesso em 01 de dez. 2024.

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br>>. Acesso em 10 de ov. 2024.

FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA - Infância e Juventude - Poder Judiciário de Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br>>. Acesso em 09 de nov. 2024.

HÖFFNER, K.; MARTIN, M.; LEHMANN, J. LinkedSpending: OpenSpending becomes Linked Open Data. *Semantic Web*, v. 7, n. 1, p. 95–104, 17 mar. 2015.

LEÃO, Carolina de A. O Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) [manuscrito] um estudo de caso sobre o acesso ao fundo em MG. 2018. Disponível em: <<http://monografias.fjp.mg.gov.br>>. Acesso em 21 de set. 2024.

MENDES, Alex Victor de S. O Menor Em Conflito Com a Lei: a Criminalidade e das Medidas Socioeducativas. 2022. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br>>. Acesso em: 01 nov. de 2024.

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente>>. Acesso em: 26 out. 2024.

Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas>>. Acesso em 01 de dez. 2024.

OSÓRIO, Suelen. Transparência na gestão pública: análise orçamentária do Fundo para a Infância e Adolescência de Santa Catarina nos anos de 2012 a 2016. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br>>. Acesso em 03 de set. 2024.

Participa mais Brasil - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/conanda>>. Acesso em 1 nov. 2023. PEREIRA JÚNIOR, Marcus Vinicius. Fundo da Infância e Adolescência (FIA) – aspectos teóricos e práticos: da implementação à execução: uma alternativa constitucional à redução da maioria penal. Natal. Ed. IFRN, 2016.

PIANA, Maria C; PARREIRA, Lúcia Ap. Políticas Sociais À Infância E Adolescência: Desafios Do Presente. Serviço Social e Realidade, v. 25, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br>>. Acesso em 01 dez. 2024.

RAMOS, Fabio P. Os problemas enfrentados no cotidiano das navegações portuguesas da carreira da Índia: fator de abandono gradual da rota das especiarias. Revista História. São Paulo: Ed. Abril Cultural, vol, XXIV, n. 137, dez., 1997. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br> >. Acesso em: 01 de nov. de 2024.

RECEITA FEDERAL. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>>. Acesso em 10 nov. 2024.

O PROGRAMA DESCUBRA! ENQUANTO MECANISMO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO INFANTIL ILEGAL

Fabíola Francielle de Jesus¹
Carlos Guilherme Gonçalves Borges Silva²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discorrer sobre as estratégias do Programa Descubra! no tocante à proteção dos adolescentes e jovens com relação ao trabalho infantil ilegal por meio da aprendizagem profissional. A relevância do tema deve-se, sobretudo, ao fato de que crianças e adolescentes são amparadas/os pela prioridade absoluta a ser assegurada pela família, sociedade e Estado. A pesquisa em questão é do tipo qualitativa, no formato de revisão de literatura, com dados interpretados por meio da análise de conteúdo e financiada pelas/os autoras/es. Dentre as considerações finais, destaca-se a relevância deste programa do governo de Minas Gerais no tocante ao combate do trabalho infantil e o incentivo à aprendizagem profissional de adolescentes e jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Descubra!; Crianças e Adolescentes, Lei da Aprendizagem; Trabalho Infantil.

ABSTRACT: This article aims to discuss the strategies of the Discover Program! regarding the protection of adolescents and young people from illegal child labor through professional learning. The relevance of the topic is due, above all, to the fact that children and adolescents are supported by the absolute priority to be ensured by the family, society and the State. The research in question is qualitative, in the format of a literature review, with data interpreted through content analysis and financed by the authors. Among the final considerations, the relevance of this Minas Gerais government program stands out in terms of combating child labor and encouraging professional learning for adolescents and young people.

KEYWORDS: Discover! Program; Children and Adolescents, Learning Law; Child labor.

INTRODUÇÃO

Este artigo possui como tema o Programa Descubra! de Incentivo à Aprendizagem de Minas Gerais, voltado a combater o trabalho infantil ilegal. O Programa em questão, doravante

1 Mestra em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Especialista em Análise da Violência, Criminalidade e Segurança Pública pela UNIMONTES. Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pós-graduanda em Serviço Social na Educação pela UNIVITÓRIA, Graduada em Serviço Social pelas Faculdades Santo Agostinho. Professora do curso de Serviço Social da UNIMONTES. Assistente Social da Unidade de Acolhimento para Mulheres Casa Esperança- Prefeitura de Montes Claros/MG.

2 Graduando em Direito pelo Centro Universitário FUNORTE.

denominado Descubra! nesta pesquisa, visa possibilitar o acesso de adolescentes³ e jovens⁴ entre quatorze e vinte e um anos, em condição de vulnerabilidade social⁵, a programas de aprendizagem e a cursos de qualificação profissional, de acordo com Minas Gerais (2023). A perspectiva é que o programa Descubra! além de proteger contra o trabalho infantil ilegal fomente oportunidades de aprendizagem profissional ao público em questão.

De acordo com Borges (2020) o Descubra! foi lançado em 23 de agosto de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na ocasião, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica nº 082/2019, instituindo o programa em questão, resultado de uma cooperação interinstitucional inédita, que congrega esforços de onze órgãos públicos municipais, estaduais e federais. O público prioritário é composto por adolescentes e jovens em cumprimento ou egressas/os de medidas socioeducativas, em acolhimento institucional ou em situação de trabalho infantil. O programa em questão visa fomentar que essas/es adolescentes e jovens sejam contratadas/os dentro da quota da aprendizagem legal das empresas.

O objetivo deste estudo é levantar quais são as estratégias do Programa Descubra! com vistas a combater o trabalho infantil por meio do incentivo à inclusão produtiva de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Por sua vez, justifica-se a relevância deste trabalho, visto que possui por intuito destacar os obstáculos encontrados pelas/os adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social para ingressarem no mercado de trabalho formal. Em grande medida, tais dificuldades de inserção no mercado de trabalho referem-se à concorrência desleal que esse público encontra em comparação às/aos outras/os adolescentes e jovens que possuem melhores condições socioeconômicas. Com isso, o precário ou nulo acesso aos recursos, oportunidades e apoio adequado diminuem consideravelmente as chances de entrada no mundo do trabalho formal, perpetuando ciclos de exclusão e desigualdades sociais. Daí, a importância de pesquisar este

3 Conforme o artigo 2º da Lei 8069 de 13 de julho de 1990, denominado Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 14/09/2023.

4 Em consonância com o artigo 2º da Lei 12852 de 05 de agosto de 2013, denominada Estatuto da Juventude, são consideradas jovens as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade. Consulte a lei em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 14/09/2023.

5 A definição de vulnerabilidade social neste projeto de intervenção diz respeito àquela oriunda da Política Nacional de Assistência Social e é “[...] decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p. 31).

programa do Estado de Minas Gerais.

Portanto, a necessidade de intervir diante da exclusão de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social aliados aos impactos positivos de qualificação profissional, formação humana, inserção no mercado de trabalho e protagonismo juvenil são fatores que justificam a relevância desta pesquisa.

Tal estudo possui natureza qualitativa, na modalidade de revisão de literatura e empregados dados primários e secundários. A sua estrutura se desenvolveu a partir dos seguintes elementos principais: Introdução, Desenvolvimento e Considerações Finais. A parte introdutória apresenta em linhas gerais o objetivo, a justificativa, procedimentos metodológicos, a estrutura do artigo e o problema de pesquisa. O Desenvolvimento tem em vista pontuar sobre a revisão de literatura, descrever a metodologia empregada, além dos Resultados e Discussão. As Considerações Finais avaliam se o objetivo do artigo foi cumprido, responder ao problema de pesquisa e apresentar os achados desta pesquisa.

Feitas essas considerações introdutórias, o problema de pesquisa é: quais as estratégias do programa Descubra! para combater o trabalho infantil ilegal e fomentar oportunidades de aprendizagem profissional às/aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social?

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

Esta pesquisa possui natureza qualitativa na modalidade de revisão de literatura. A bibliografia foi selecionada por meio da leitura exploratória de materiais diversos, tais como livros impressos e digitais de autoras/es consagradas/os e emergentes nas discussões em estudo, bem como demais fontes da *internet*, tais como artigos e matérias jornalísticas, selecionadas a partir dos seguintes descritores: Programa Descubra!; Crianças e Adolescentes, Lei da Aprendizagem.

Após tal etapa os materiais foram estudados, fichados e posteriormente transcritos com o auxílio do Programa Microsoft Word/2022. Além da pesquisa bibliográfica voltada à revisão de literatura e coleta de dados secundários houve também a pesquisa documental, voltada à coleta de dados primários, na perspectiva de Fonseca (2002). Os documentos consultados foram as atas do Comitê Interinstitucional do Descubra! deste município bem como o Projeto de

Intervenção do referido programa. A primeira autora desta pesquisa teve acesso a este material devido a ter auxiliado na escrita do Projeto de Intervenção com vistas a implementar o Descubra! em Montes Claros/MG. Em consonância com o autor consultado há três etapas da pesquisa documental: quais sejam: a pré-análise, a organização do material e análise dos dados coletados.

Os dados coletados foram interpretados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Esta técnica é aplicável em pesquisas de natureza qualitativa ou quantitativa. Em linhas gerais consiste em decodificar o teor de um conteúdo- que deve estar em um documento escrito- tendo em vista identificar as suas significações explícitas e ocultas. A autora apresenta os seguintes critérios de organização de uma análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

Por fim, a pesquisa foi desenvolvida nos meses de março e de abril do ano de 2024 no município de Montes Claros/MG e financiada pelas/os autoras/es.

Resultados e Discussão

A partir da revisão de literatura e da sua interpretação por meio da técnica de análise de conteúdo foi possível identificar os achados deste estudo e proceder à sua discussão. Deste modo, é importante ressaltar que conforme o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 as crianças, adolescente e os jovens têm a garantia constitucional do princípio da proteção integral, que estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a eles direitos de todas as ordens, segundo Brasil (1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente corrobora com tal princípio. Entretanto, a realidade distancia-se do ideal normativo, dado que muitas crianças, adolescentes e jovens recorrem ao trabalho infantil como uma estratégia de sobrevivência. Sabe-se que o trabalho infantil ilegal é um fenômeno recorrente no mundo e é uma violação dos direitos fundamentais no tocante à vida, à saúde, à educação, ao brincar, ao lazer, à formação profissional e à convivência familiar.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), instituição mundial que organiza e legisla sobre assuntos trabalhistas, define o trabalho infantil ilegal como:

[...] aquele que é perigoso e prejudicial para a saúde e desenvolvimento

Revista Serviço Social em Perspectiva

Montes Claros (MG) | Vol. 8, Num. Especial | 2024 | ISSN: 2527-1849

mental, físico, social ou moral das crianças e que interfere com a sua escolarização – seja porque as priva desta, seja porque as conduz ao abandono precoce da escola, seja porque as obriga a conciliar a frequência escolar com longas horas de trabalho (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2023, s/p).

Nos termos de Bessa (2019), o trabalho infantil ilegal é caracterizado pela realização de qualquer forma de trabalho- remunerado ou não- por crianças, adolescentes e jovens menores de idade, em desacordo com a legislação de cada país. Esta prática criminosa priva crianças, adolescentes e jovens de uma infância feliz, inviabilizando o desenvolvimento de todas as capacidades e habilidades do indivíduo de uma maneira saudável.

A autora em questão considera que a exploração da mão de obra infantil é uma prática muito comum ao longo da história. Além disso, apesar de ser uma prática considerada condenável, ainda é a realidade de inúmeras crianças, adolescentes e jovens ao redor do mundo. Para exemplificar, durante a Idade Média, o trabalho infantil irregular era usado como forma de complementar a renda familiar. No Feudalismo, por sua vez, as crianças eram consideradas aprendizes de artesãos, aspecto que beneficiava os senhores feudais.

Contudo, com a Revolução Industrial ocorreu um aumento significativo do uso de mão de obra infantil. Com a ascensão do modo de produção capitalista e uma alta demanda de trabalhadores, crianças, adolescentes e jovens- denominados “menores”- começaram a trabalhar nas indústrias a fim de complementar a renda familiar e passaram a trabalhar desde a mais tenra idade, submetidos a jornadas diárias de 14 horas. Não obstante, o salário correspondia à quinta parte do salário de uma pessoa adulta, na perspectiva de Bessa (2019).

Esse quadro fez com que diversas crianças, adolescentes e jovens fossem mutiladas/os nas máquinas, além das mortes contabilizadas em acidentes de fábrica. Ademais, eram submetidas/os a abusos físicos e sexuais no ambiente de trabalho, conforme pode-se visualizar no filme Daens- um grito de justiça⁶.

Bessa (2019) considera que a vulnerabilidade socioeconômica familiar e a necessidade de auxiliar no complemento da renda são preponderantes para a incidência do trabalho infantil ilegal. A esse respeito, são inúmeras as consequências para o indivíduo menor de idade

⁶ O filme em questão possui como protagonista o Padre Adolf Daens que revolta-se com as condições de trabalho das crianças e mulheres na fábrica de tecidos de Aalst, localizada numa cidade belga no século XIX. Frente à luta contra o interesse político, advoga-se a defesa pela dignidade das/os trabalhadoras/es, em especial as crianças, sendo que muitas delas morreram operando as máquinas de tecidos. Assista o filme em: <<https://vimeo.com/412496549>>. Acesso em: 07/09/2023.

submetido à exploração. Além das consequências psicológicas e físicas, o desenvolvimento pessoal da criança, do adolescente e jovem submetidos a esta violação de direitos também pode ser impactado, dado que podem apresentar irritabilidade, cansaço excessivo, alteração do sono e deformidades físicas em razão da alta carga de esforço físico durante o desenvolvimento corporal.

Por conseguinte, as relações interpessoais e a capacidade cognitiva também podem ser afetadas, impactando de forma negativa no desenvolvimento pleno das crianças, adolescentes e jovens nesta situação.

Não obstante a maioria dos países proibirem o trabalho infantil irregular em suas legislações, 152 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos foram submetidas ao trabalho infantil em 2016 ao redor do mundo, segundo dados disponibilizados pela OIT (2023).

Em termos estatísticos, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2016 demonstram que cerca de 1,8 milhão de crianças, adolescentes e jovens brasileiras/os entre 5 e 17 anos trabalham no país para garantia da própria sobrevivência e da sua família, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).

Diante do exposto, entende-se que o trabalho infantil de forma ilegal é reconhecido como uma das formas de exploração mais prejudiciais ao desenvolvimento pleno do ser humano. Seus efeitos deixam marcas que, muitas vezes, tornam-se irreversíveis e perduram até a vida adulta.

Conforme o ordenamento jurídico brasileiro o trabalho infantil é ilegal para crianças, adolescentes e jovens até os dezesseis (16) anos de idade. A exceção para essa regra ocorre quando a/o adolescente ou jovem está na condição de aprendiz, o que pode ocorrer a partir dos quatorze (14) anos de idade, de acordo com o artigo 60 do ECA. Desta forma, o ECA é um importante mecanismo de combate ao trabalho infantil ilegal e dispõe sobre as condições para o trabalho protegido para adolescentes e jovens, quais sejam: na forma de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos, ou com restrições ao trabalho noturno, insalubre e perigoso, para outras contratações com carteira assinada de trabalhadoras/es dezesseis (16) e dezessete (17) anos.

Quanto ao contrato de aprendizagem, Borges (2020) assinala que o seu objetivo é propiciar às/aos adolescentes e jovens “[...] a possibilidade de manutenção da subsistência ao mesmo tempo em que lhe propicia a garantia da sua formação educacional” (p. 510), o que é imperioso para a verdadeira emancipação e para o exercício da cidadania.

A fim de assegurar a efetiva contratação de aprendizes, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece em seu artigo 429, obrigatoriedade de que as empresas, com exceção de microempresas e empresas de pequeno porte, contratem de 5 a 15% de trabalhadoras/es como aprendizes, observando as funções que demandem formação profissional, conforme Brasil (1943).

Tendo em vista a importância da aprendizagem e a necessidade de atender a um público de extrema vulnerabilidade social com idade entre quatorze (14) a vinte e um (21) anos, foi criado o Descubra!, um Programa de Incentivo à Aprendizagem Profissional, no Estado de Minas Gerais, com o intuito de que o contrato de aprendizagem fosse uma efetiva possibilidade para um grupo específico de adolescentes e jovens em situação de maior vulnerabilidade social, conforme explica Borges (2020).

Conforme Borges (2020) o Descubra! foi lançado em 23 de agosto de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na ocasião, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica nº 082/2019, instituindo o programa em questão, resultado de uma cooperação interinstitucional inédita, que congrega esforços de onze órgãos públicos municipais, estaduais e federais, cujo público prioritário são adolescentes e jovens em cumprimento ou egressas/os de medidas socioeducativas, em acolhimento institucional ou em situação de trabalho infantil. O objetivo é que essas/es adolescentes e jovens sejam contratadas/os dentro da quota da aprendizagem legal das empresas. No tocante à denominação do Programa destaca-se que:

Um dos resultados iniciais positivos do Programa foi a sua própria denominação pela primeira turma de jovens contratados pelos supermercados, juntamente com a organização não governamental AIC - Associação Imagem Comunitária: “Descubra”. O nome proposto demonstra a importância do projeto. Interessante verificar o conceito da palavra “descobrir”. O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa informa: “achar o ignorado, o desconhecido ou oculto; manifestar, revelar, aclarar, clarear, romper (o sol) as nuvens”. (DICIONÁRIO, 2008-2013). Os significados do verbete indicam o grau de representatividade que o Programa tem na vida dos jovens, um contrato de trabalho que é uma possibilidade de descoberta tanto interna quanto externa, como forma, por exemplo, de ganho de visibilidade social e de inserção profissional (BORGES, 2020, p. 512).

O fomento ao protagonismo das/os adolescentes e jovens é um dos grandes diferenciais do Descubra!. De acordo com o site oficial do Programa, desde a sua implementação as/os

participantes são impulsionadas/os a participar da construção das etapas do Descubra! Isso se deu com a criação do nome do Programa, desenvolvido sob a coordenação da Agência de Iniciativa Cidadã (AIC), conforme pontuado acima. O envolvimento das/os adolescentes e jovens nas ações do Descubra! também foram visíveis no evento de lançamento do site e comemoração dos dois anos do Programa, de acordo com Minas Gerais (2023).

Uma das metas do Descubra! é a sua interiorização. A esse respeito, a implantação do Programa em Montes Claros/MG iniciou com a celebração do Acordo de Cooperação Interinstitucional nº 82/2019, cujo Termo de Adesão ao Acordo em questão foi assinado pelo prefeito de Montes Claros, Humberto Guimarães Souto, na data de 04/11/2021 e encaminhado ao Promotor de Justiça e Coordenador Regional das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos das Crianças e Adolescentes do Norte de Minas (CREDCANM) Danniell Librelon Pimenta. O representante ministerial em questão presidiu uma reunião voltada a dar continuidade às tratativas de implantação do Descubra! neste município. Tal reunião ocorreu na sala de reuniões da Prefeitura de Montes Claros na manhã do dia 22/06/2022.

Nesta ocasião, foi criado o Comitê Gestor Interinstitucional de Montes Claros/MG composto por representantes indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar, Ministério Público de Minas Gerais, Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG), Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT/MG), Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais (MPT/MG), Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais (SRT/MG), Polícia Militar, Polícia Civil, Centro Socioeducativo de Montes Claros, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT) e Divina Providência⁷

Tendo em vista a cumprir o objetivo de identificar as estratégias do Programa Descubra! para combater o trabalho infantil por meio do incentivo à inclusão produtiva de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social foram consultadas as atas do Comitê Interinstitucional do referido programa bem como o Projeto de Intervenção voltado à sua

⁷Tais informações referentes à implantação do Programa no município de Montes Claros/MG foram consultadas nas atas do Comitê Interinstitucional do Descubra!, sendo que a primeira autora colaborou com a escrita do Projeto de Intervenção deste programa.

implementação nesta cidade.

Conforme a Prefeitura de Montes Claros (2024) o programa Descubra! é operacionalizado por meio de oficinas de formação socioemocional e profissional. A esse respeito, o projeto “Construindo Oportunidades” visa capacitar as/os participantes, fornecendo-lhes as habilidades e competências necessárias para a inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, busca-se o princípio da equidade, a fim de contribuir para que as/os adolescentes e jovens tenham oportunidades de superarem as barreiras socioeconômicas e construir um futuro mais promissor.

É importante destacar que além da qualificação profissional as oficinas do Descubra! em Montes Claros/MG foram formatadas para trabalhar as habilidades socioemocionais, uma vez que são fatores determinantes para o sucesso profissional e pessoal. Aspectos como inteligência emocional, trabalho em equipe, comunicação não-violenta e efetiva e resolução de conflitos são elementos essenciais a serem abordados no Programa.

As oficinas do Programa Descubra! tem como objetivo dar um suporte às/aos adolescentes e jovens focando no autodesenvolvimento e na forma como lidar com os desafios de inserção no mundo do trabalho. Apresentando-lhes possibilidades e repertórios que as/os estimulem a construir projetos profissionais e novos horizontes de vida. Para isso, devem propiciar acolhimento, contribuindo para que adolescentes e jovens sintam-se confiantes para formar laços de convivência e aprendizagem.

Quanto às condições e formas de acesso são adolescentes e jovens na faixa etária entre quatorze a vinte e um anos de idade, sobretudo aquelas/es que estejam em cumprimento ou egressas/os de medidas socioeducativas, acolhimento institucional e/ou resgatados de situação de exploração de trabalho infantil; que preferencialmente esteja ou tenha sido atendido e/ou cadastrado por algum equipamento da Assistência Social, tais como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), unidades de acolhimento, dentre outros, segundo a Prefeitura de Montes Claros (2024).

Os módulos das oficinas do Programa Descubra! devem observar os seguintes critérios:

- Mínimo de cinco (5) e máximo de oito (8) encontros, com periodicidade mínima quinzenal;
- Cada encontro deve ter duração de 2:00 h até 4:00 h, podendo ser ajustado de

acordo com a realidade do grupo de adolescentes e jovens;

- Para a oferta adequada das oficinas recomenda-se o atendimento em grupos com até 30 participantes;
- Carga horária total de 32 horas;
- Deverá ser realizado um relatório descritivo de cada encontro realizado e cada adolescente e jovem deverá assinar uma lista de presença diária;
- Será necessário constar no relatório fotos das oficinas;
- As/ os adolescentes e jovens deverão finalizar as oficinas com o mínimo de 75% de frequência, serão certificados e encaminhados para segunda etapa (inserção em cursos profissionalizantes) e terceira etapa (inserção no mercado de trabalho) do Programa Descubra!;
- As oficinas serão realizadas no período da manhã ou tarde, conforme demanda e disponibilidade dos profissionais e participação dos adolescentes e jovens.

Em consonância com a Prefeitura de Montes Claros (2024) o cronograma das atividades deve ser elaborado em conjunto com as equipes técnicas dos serviços, organizações da sociedade civil ou secretarias municipais e estaduais de Desenvolvimento Social.

A participação das/os adolescentes e jovens pelo programa seguirá o seguinte percurso, contextualizando as formações nas etapas de Acolhida, Formação Socioemocional e Formação Integral para o Mundo do Trabalho.

Na fase da Acolhida são realizados encontros que envolvem a escuta ativa, a troca de informações e o reconhecimento das habilidades dos adolescentes através do método do grupo focal, além de proporcionar o entendimento da sua situação tanto na vida pessoal quanto no trabalho.

A Oficina de Formação Socioemocional tem como foco desenvolver as habilidades socioemocionais, comportamentais e conhecimentos técnicos necessários para permitir o ingresso da/o adolescente e jovem no mercado de trabalho e a sua permanência e crescimento qualificado no ambiente profissional. Assim, ela é orientada para o desenvolvimento de competências, a expressão da identidade pessoal, social, profissional e integral, gerando e agregando valores para vida e para o trabalho.

Referente à Formação Integral para o Mundo do Trabalho este eixo mostra como a identidade profissional possibilita ao indivíduo se reconhecer como o principal responsável por

conquistar e manter um trabalho com significado, que traga realização pessoal e que amplie seu autoconhecimento para desenvolver-se como ser humano. Trabalhando a capacidade de reconhecer valores, talentos e competências e explorando os diferentes saberes, os participantes são orientados para a necessidade do conhecimento técnico no processo de formação profissional e da necessidade de expansão da visão global para destacar-se no mundo do trabalho. Cientes da sua identidade pessoal, social e profissional, as/os participantes conseguem desenvolver a visão sistêmica e de futuro, para identidade cidadã, conforme pode ser verificado em Prefeitura de Montes Claros (2024).

Deste modo, a proposta do Descubra! é qualificar profissionalmente adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e contribuir com a sua inclusão produtiva. Por isso, empresas também são fomentadas a aderirem ao programa em estudo e ofertarem vagas por meio da Lei da Aprendizagem. Assim, é fundamental a participação do maior número possível de empresas, órgãos públicos, entidades qualificadoras e outras organizações da sociedade civil para que sejam criadas oportunidades reais de trabalho formal para adolescentes e jovens. A esse respeito,

A ideia é criar uma grande rede de apoio à cidadania por meio da aprendizagem profissional, oferecendo a chance de uma primeira experiência no mercado formal de trabalho e criando espaços efetivos de integração social e educacional para os adolescentes e jovens que integram o público prioritário do Descubra! (MINAS GERAIS, 2023, s/p.).

Diante do exposto, pode-se discutir que as estratégias empregadas pelo Descubra! voltadas à erradicação do trabalho infantil e a inserção das/os adolescentes e jovens no mundo do trabalho formal ocorrem na operacionalização das oficinas voltadas à qualificação profissional e também por meio da celebração de acordos de cooperação com empresas, tendo em vista a inclusão produtiva por meio da Lei da Aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo identificar as estratégias do Programa Descubra! com vistas a combater o trabalho infantil por meio do incentivo à inclusão produtiva de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, discutiu o trabalho infantil enquanto

uma dimensão histórica da “questão social” e pontuou de modo geral como se deu a implementação do referido programa em Minas Gerais e mais especificamente no município de Montes Claros/MG.

Considera-se que o objetivo em questão foi cumprido e possibilitou responder o problema de pesquisa, dado que verificou-se que as estratégias do Programa Descubra! para combater o trabalho infantil ilegal e fomentar oportunidades de aprendizagem profissional às/aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social referem-se à qualificação profissional de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social por meio das oficinas e via celebração de acordos de cooperação com empresas parceiras, voltadas à ampliação de oportunidades de inclusão produtiva para as/os participantes do programa.

Por meio dos achados da pesquisa pode-se considerar que o Descubra! possibilita aos adolescentes em jovens que estão vulneráveis frente a um sistema social e econômico de descaso, em todos os seus aspectos, uma oportunidade, por meio do contrato de aprendizagem. A concretização dos sonhos das/os adolescentes e jovens das classes menos favorecidas, em um país extremamente desigual como o Brasil, torna-se possível quando os direitos são observados e quando o Estado, empresas e a sociedade se organizam para criar oportunidades reais de inclusão social produtiva, como o faz o Programa Descubra!.

REFERÊNCIAS

BESSA, Liz. Trabalho infantil no mundo: entenda suas causas e consequências. **Politize**, Florianópolis, 21/11/2019. Disponível em: < [https:// ww.politize.com.br/trabalho-infantil-no-mundo](https://ww.politize.com.br/trabalho-infantil-no-mundo). Acesso em: 13/09/2023.

BORGES, Samantha da Silva Hassen. **O programa Descubra e a proteção dos jovens aprendizes em momento de pandemia**. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, edição especial, t. II, p. 509-526, jul. 2020. disponível em: <<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/56109/Revista%20TRT-3%20Covid%2019%20tomo-2-509-526.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14/09/2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.constituicao.htm>. Acesso em: 10/09/2023.

_____. **Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 ago. 1943, retificado pelo Decreto-Lei n. 6.353, de 1944, e retificado pelo Decreto-Lei n. 9.797, de 1946.

Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 19/09/2023.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente: **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 14/09/2023.

_____. **Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Brasília: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 14/09/2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social** – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS - Brasília, DF: MDS, 2004.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. **Trabalho infantil 2016**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf>. Acesso em: 05/09/2023.

MINAS GERAIS. **Descubra**: Programa de Incentivo à Aprendizagem de Minas Gerais. s/d. Disponível em: <<https://www.descubraaprendizagem.mg.gov.br/>>. acesso em: 19/09/2023.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Trabalho infantil**. 2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/lisbon/temas/WCMS_650871/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 14/09/2023.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Programa Descubra! de incentivo à aprendizagem em Minas Gerais**: estratégias para a sua implementação em Montes Claros/MG. Projeto de intervenção. 2024. No prelo.

VIMEO. **Daens**: um grito de justiça. Direção: Stijn Coninx. Bélgica; França; Holanda. 1992. Disponível em : < <https://vimeo.com/412496549> >. Acesso em: 07/09/2023.

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E OS INDICATIVOS SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES DA UNIMONTES

Geusiani Pereira Silva e Nascimento¹

Resumo: As políticas de atendimento aos discentes, implementadas e executadas nas instituições de educação superior, são fundamentais para a permanência desse público, cada vez mais empobrecido, nas universidades. O que as IES desenvolvem tem amparo legal, sendo suas ações e políticas direcionadas por inúmeras normativas que, inclusive, favorecem a regulação estatal. A preocupação universitária não deveria se ater ao cumprimento de exigências e metas relacionadas a um processo de avaliação institucional que, ainda, estimula muito mais a competição e o ranqueamento do que a melhoria efetiva da qualidade da educação superior ofertada à população. Por isso, merece atenção o que fora previsto nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é o principal instrumento de planejamento de uma IES, como a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Este documento é que assegura a observância das particularidades institucionais. Nessa direção é que apresentamos, por meio deste presente trabalho, considerações sobre as políticas de atendimento ao estudante a partir de sua referenciação nos instrumentos de avaliação institucional impetradas, nacionalmente, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A operacionalização desse estudo que ora se apresenta se deu por meio de pesquisas bibliográficas e documentais realizadas entre 2023 e 2024, com base nas investigações atinentes ao processo de doutoramento em educação pela Universidade de Brasília (UnB). Por meio dele, entendemos que os conhecimentos coletivamente produzidos sobre as demandas e necessidades estudantis; sobre o alcance das iniciativas políticas, bem como sobre a identificação das potencialidades e dos principais desafios são importantes para qualquer processo de políticas públicas. Considerando esses argumentos é que situamos o lugar dessa política de atendimento nas avaliações institucionais, tomando a realidade da Unimontes como uma realidade que merece ser considerada.

Palavras-chave: Autoavaliação institucional. Política de atendimento ao discente. Regulação estatal. Unimontes.

Abstract: Student service policies, implemented and executed in higher education institutions, are fundamental for the permanence of this increasingly impoverished public in universities. What HEIs develop has legal support, and their actions and policies are guided by numerous regulations that even favor state regulation. University concerns should not be limited to meeting requirements and goals related to an institutional evaluation process that, furthermore, stimulates competition and ranking much more than the effective improvement in the quality of higher education offered to the population. Therefore, what was foreseen in the Institutional Development Plans (PDI), which is the main planning instrument of an HEI, such as the State University of Montes Claros (Unimontes), deserves attention. This document ensures

¹ Assistente Social. Graduada em Serviço Social; especialista em Sociologia e Política e mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do curso de Serviço Social da Unimontes. ORCID: 0000-0001-6446-4769. E-mail: geusiani.nascimento@unimontes.br

compliance with institutional particularities. In this sense, we present, through this present work, considerations on student assistance policies based on their reference in institutional assessment instruments implemented, nationally, through the National Higher Education Assessment System (Sinaes). The operationalization of this study presented here took place through bibliographic and documentary research carried out between 2023 and 2024, based on research relating to the doctoral process in education at the University of Brasília (UnB). Through it, we understand that the knowledge collectively produced about student demands and needs; on the scope of political initiatives, as well as on the identification of potentialities and main challenges are important for any public policy process. Considering these arguments, we situate the place of this service policy in institutional evaluations, taking the reality of Unimontes as a reality that deserves to be considered.

Keywords: Institutional self-assessment. Student service policy. State regulation. Unimontes.

INTRODUÇÃO

A autoavaliação faz parte do processo de avaliação institucional das instituições de Educação superior (IES) brasileiras, realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Trata-se da dimensão interna dessa avaliação realizadas por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), institucionalizado no Brasil desde 2004, pela Lei n. 10.861.

Três instrumentos de avaliação integram o Sinaes (MEC *et al*, 2004). Estes são direcionados em diferentes momentos, compondo um ciclo avaliativo. O primeiro instrumento se efetiva em dois momentos que legitima a avaliação das instituições de educação superior (Avalies): 1) da avaliação interna (autoavaliação institucional) e 2) da avaliação externa (direcionada por comissões de especialistas conforme direcionamentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC, sintonizadas com os Conselhos de Educação, no caso das IES estaduais).

O segundo instrumento é de avaliação dos cursos de graduação (ACG), cuja operacionalização depende do tempo que se deram a autorização, o reconhecimento e a renovação do reconhecimento de cada curso. Essas avaliações também são feitas por comissão externa de especialistas designada para tal, por meio de visitas *in loco*.

O terceiro é último instrumento que integra o Sinaes é o da Avaliação do Desempenho dos estudantes efetivado por meio do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos estudantes (Enade). O MEC, mediante orientações do Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) é responsável pela definição amostral de quem participará desse

processo avaliativo que abarca, de forma diferenciada, estudantes do final do primeiro e dos últimos períodos dos cursos selecionados.

Os/as concluintes, além de se envolverem no processo mediante o preenchimento de um questionário, são submetidos a uma prova. Este conjunto de informações subsidiam o processo avaliativo mais amplo, inferindo noutros indicadores e em conceitos como do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC).

A autoavaliação institucional, portanto, faz parte do primeiro instrumento avaliativo previsto pelo Sinaes (2004). As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) são responsáveis por coordenar todo o processo de autoavaliação institucional no âmbito das IES. Mesmo sendo referenciada nacionalmente, e tendo instrumentos orientadores para sua efetivação, as instituições de Educação Superior, como as universidades, podem imprimir suas particularidades em todo esse processo avaliativo. Nesse sentido, podem escolher os indicadores mais adequados que evidenciaram a realidade concreta dessas IES.

As autoavaliações institucionais tem o objetivo de,

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (MEC, et al, 2004, p. 9).

Dentre os requisitos para sua realização são listados, nos dispositivos que orientam sua realização: a) a existência de uma equipe para organizar e coordenar todo o processo de avaliação interna, inclusive fomentando a participação a comunidade acadêmica; b) a necessidade de composição de uma comissão representativa, considerando os diferentes segmentos das IES; c) existência manifesta de apoio institucional em todo o processo, e na validação dos resultados; d) acesso a informações válidas e confiáveis, considerando as dimensões e nuances do processo avaliativo; e) o uso dos resultados das autoavaliações institucionais visando o aprimoramento institucional (MEC, et al, 2004).

Conforme previsões legais, a operacionalização desses instrumentos de avaliação institucional efetivada pelo Sinaes objetiva contribuir para a melhoria da qualidade da educação

superior, atentando-se para sua histórica expansão, e para os indicativos de eficiência e eficácia buscados pelo Estado.

Documentos evidenciam a dimensão formativa destas avaliações institucionais considerando o interesse público de contribuir com a constituição de uma cultura de avaliação institucional participativa, que envolve toda a comunidade acadêmica, e que provoque efeitos positivos nas tomadas de decisões que legitimem a missão, objetivos e a responsabilidade das IES, incidindo na pretendida qualidade da educação superior ofertada.

Mesmo que estimule a produção de avaliações próprias condizentes com a realidade institucional, não se perde de vista da necessidade estatal de regular a educação superior em todo o território nacional. Fato é que as autoavaliações são utilizadas nos processos de avaliação externa, que também compõe o Sinaes.

Autores como Dias Sobrinho (2006) demarcam que a regulação da política de educação superior não é algo particular da realidade brasileira, uma vez que materializa algumas tendências e orientações neoliberais, internacionais, que incidem sobre a elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais. Como enfatiza este autor,

a educação superior como sua avaliação têm hoje uma centralidade muito grande na economia e nas transformações sociais. Como em geral ocorre em quase todos os setores da vida nestes tempos de globalização capitalista, é a economia quem mais determina o que tem valor na educação (Dias Sobrinho, 2006, p.171).

Neste território brasileiro, marcado pela vigência de um capitalismo tardio, desigual e dependente, as inferências econômicas sob o Estado e, conseqüentemente, nas políticas sociais acabam sendo drásticas. A sua oferta se torna restrita, fragmentada e cada vez mais focalizada. É sob tais inferências que se situa, inclusive, as ênfase e defesas institucionais/organizacionais por uma intervenção estatal cada vez mais direcionada aos contextos de pobreza.

As avaliações institucionais, por sua vez, poderiam fomentar o acompanhamento permanente das iniciativas estatais com vistas a aprimorar e qualificar as políticas viabilizadas pelo Estado. No entanto, sob inferências neoliberais, sobressaem as ações e funções de um Estado economicista e gerencial, muito mais preocupado com a regulação institucional do que com o bem-estar dos seus nacionais.

Esse cenário, ainda, estimula um ranqueamento institucional que legitima ainda mais as lógicas de mercado. Todas essas inferências tendem a ser mais determinantes do que os próprios princípios do Sinaes, tais como o da responsabilidade social com a qualidade da educação superior, a globalidade e o respeito à identidade, missão e história da instituição.

Em todas as avaliações institucionais (internas e externas) é considerado o que as IES desenvolvem em termos de política de atendimento aos estudantes. Esta ação é avaliada como salutar para a diminuição dos indicativos de evasão, retenção, permanência discente, estímulo ao engajamento estudantil e para a conclusão dos cursos nos tempos previstos pelos Projetos Pedagógicos dos cursos superiores. A assistência estudantil é um tipo de política de atendimento aos estudantes, sendo um dos quesitos avaliativos das políticas acadêmicas listadas pelo Sinaes.

Além dos relatórios de autoavaliação institucional, produzidos como sínteses das avaliações internas e participativas, sabe-se que um dos principais documentos que baliza as avaliações é o plano de desenvolvimento institucional - PDI. Nele estão previstas as missões das IES, seus valores perseguidos, e as demais ações que deverão ser desenvolvidas, em determinado espaço de tempo, nas áreas do ensino, da pesquisa, extensão e gestão universitária.

Com base no exposto é que se apresenta este trabalho cujo principal objetivo é apresentar algumas considerações sobre a política de atendimento aos estudantes, previstas pelo Sinaes, e vinculados à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Tomamos, então, de forma complementar aos estudos bibliográficos realizados entre 2023 e 2024, as previsões dos PDIs e dos relatórios de autoavaliação dessas Universidades como nossas principais referências para a elaboração da presente comunicação ora apresentada.

DESENVOLVIMENTO

Assim como o tema da expansão descontrolada das IES no Brasil se tornou referência para vários estudos (Barros, 2015; Tomás & Silveira, 2021), os debates sobre a redemocratização do acesso às universidades também passaram a ser evidenciados, tanto nos planos nacionais como nas pesquisas apresentadas por pesquisadores de distintas áreas do conhecimento.

O perfil dos/as estudantes que têm ingressado nas instituições de educação superior (IES), desde a década de 1980, tem sido caracterizado como diferente daquele perfil identificado desde a criação dos primeiros cursos superiores no Brasil.

A chamada democratização do acesso às IES, mesmo influenciadas pelas políticas neoliberais, e direcionadas por interesses contraditórios e conflitantes, ampliaram as possibilidades de inserção de certos segmentos populacionais marginalizados, e/ou com condições socioeconômicas desfavoráveis. Entretanto, o ingresso às IES não foi acompanhado da oferta de condições para a permanência estudantil na educação superior, tampouco para a conclusão exitosa dos cursos escolhidos.

A necessidade de avaliar os cursos superiores e as ações das IES tornou-se pauta na agenda estatal. Historicamente, diferentes propostas e políticas de avaliação da educação superior foram implementadas no Brasil. O discurso é que um melhor acompanhamento e avaliação institucional aprimoraria as ações oferecidas, contribuindo para a qualificação do que é ofertado. Entretanto, a constituição de uma cultura de avaliação participativa, como processo contínuo no âmbito das IES não tem se concretizado, para além dos fins regulatórios do Estado.

É nesse contexto que se situa o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), institucionalizado em 2004. Possui duas dimensões, uma interna, que estimula a autoavaliação das IES e outra externa, que completa outras formas de avaliação institucional, como as externas, realizadas por comissões especializadas para autorização, credenciamento, reconhecimento ou renovação do conhecimento dos cursos superiores e das IES.

Nesses quesitos, tendem a obter o conceito máximo de 5 (cinco), as IES que comprovarem o desenvolvimento exitoso de,

programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, apresenta uma instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras (Inep; MEC, 2017, p.20).

Nem todas as instituições de educação superiores elaboram estudos explicativos, descritivos e mais aprofundados com vistas a conhecer e entender melhor essa realidade cada vez mais perceptível em vários estados brasileiros. Sem conhecimentos, e sem um processo de

acompanhamento permanente das políticas implementadas, torna-se impossível desenvolver análises para além do aparente.

Atualmente, muitas universidades, na ausência de uma política continuada de avaliação interna, “retiram” dos Censos da Educação Superior, publicizados por meio de sinopses estatísticas, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as bases de dados e informações para conhecerem suas próprias realidades. Sem sombra de dúvidas, esse aporte é indispensável. Contudo, as IES precisam acompanhar sua própria dinâmica para além do que hoje é produzido a partir dos Censos.

A autoavaliação institucional não pode ser considerada, apenas, como parâmetro de regulação por parte de sistemas nacionais como o Sinaes (2004), instituído no dia 14 de abril de 2004, por meio da Lei Federal de nº10861. Inclusive, a crítica marxista evidencia que o Sinaes tem sido utilizada como ferramenta ideológica e estrutural do capitalismo. Em vez de abordar as profundas desigualdades econômicas e sociais que permeiam o sistema educacional, o Sinaes concentra-se em avaliar instituições de educação superior de acordo com métricas quantitativas e indicadores que, muitas vezes, refletem a capacidade das instituições de se encaixar no modelo de mercado.

A avaliação institucionalizada por meio do Sinaes (2004) demanda a observância e legitimidade de algumas dimensões, tais como: “VIII- Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e da eficácia da autoavaliação institucional”. A Política de atendimento aos estudantes, por sua vez, é listada como a nona dimensão, que precisa ser avaliada nacionalmente.

A avaliação institucional interna, uma das modalidades de avaliação potencializada pelo Sinaes, apesar de direcionada por Diretrizes e um roteiro referenciado nacionalmente, pode ser incrementada com informações que versem sobre as especificidades das IES. A síntese analítica consubstancia-se com a elaboração de um relatório que precisa ser produzido, publicizado e analisado coletivamente pela comunidade universitária. Na Unimontes, o último relatório produzido foi em 2021. Este é caracterizado como “parcial”, mas, até a presente data, não se identificou nenhum debate mais ampliado a seu respeito.

Apesar de o Relatório de autoavaliação institucional da Unimontes (2021) alinhar-se com o roteiro apresentado pelo Sinaes (2004), quanto a padronização e uso de termos como da “política de atendimento aos estudantes”, no Regimento geral de 1999, ainda vigente apesar da

atual revisão do Estatuto da Universidade (2022), tem-se a dedicação de uma V seção curta para o tema “assistência ao estudante” que abrange “as áreas de orientação educacional, psicológica e para o trabalho, bem como apoio material e financeiro”.

Nesse relatório de autoavaliação da Unimontes de 2021, não existe menção sobre o quantitativo de estudantes inseridos nos cursos de graduação. Tampouco foram apresentados indicativos sobre o perfil desses universitários, nem sinalizações sobre as demandas socioeducacionais por eles apresentadas. Tem-se um indicativo que nenhum estudo dessa natureza, ou que verse sobre o alcance e efetividade da Política de Assistência Estudantil, por exemplo, fora realizado até a presente data. Tais inferências dão pistas sobre o lugar da autoavaliação institucional para os diferentes segmentos que compõe esta universidade.

CONCLUSÃO

Por meio da presente proposta de pesquisa tivemos a oportunidade de aprofundar os estudos sobre o processo de implementação e a execução da Política de Assistência Estudantil desenvolvida *na e pela* Unimontes. A partir de análises mais adensadas situamos o alcance, as particularidades, potencialidades e os desafios relacionadas a operacionalização dessa ação política que precisa ser a mais participativa possível.

A autoavaliação institucional não pode ser pensada pelos diferentes segmentos da universidade como um quesito obrigatório para cumprimento de exigências estatais. Ele cumpre uma função regulatória que precisa ser criticamente analisada, mas, é preciso que uma cultura de avaliação como processo, com fins de obter resultados para a qualificação e o aprimoramento de políticas públicas seja cotidianamente construída.

Os relatórios das avaliações internas, nessa direção, precisam ser considerados pelos diferentes sujeitos sociais, pelas instâncias didático-pedagógicas e a gestão universitária, sob o risco de se tornar um documento que cumpre sua função gerencial de registros.

Nos marcos de uma sociabilidade que trata o social como despesa, é preciso cuidar para que os recursos orçamentários sejam aplicados da melhor forma possível. Prioritariamente, é preciso conhecer demandas, necessidades reais, o perfil dos/as estudantes que têm chegado e estão na universidade, as dificuldades e as limitações vivenciadas; até pensando na importância dessas informações para o direcionamento de qualquer política universitária.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio institucional para o desenvolvimento desta pesquisa atinentes ao processo de doutoramento em educação pela Universidade de Brasília (UnB).

REFERÊNCIAS

BARROS, A. DA S. X.. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 361–390, abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 14 abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: Poder Executivo, 15 abr 2004a. Seção 01, p.3.

DIAS SOBRINHO, J. Paradigmas e políticas de avaliação da educação superior. Autonomia e heteronomia. **En publicação**: Universidad e investigación científica. Vessuri, Hebe. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP); Ministério da Educação (MEC). Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a distância Recredenciamento - transformação de organização acadêmica. Brasília: Inep; MEC, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf. Acesso em: 10 de dez. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Evolução do ensino superior: 1980-1998**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>. Acesso em: 11 de mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior#:~:text=O%20Censo%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Superior,sobre%20seus%20alunos%20e%20do centes>>. Acesso em: 11 de mar. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília: Inep, 2004b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES). **Roteiro de autoavaliação institucional**. Brasília: MEC/CONAES/INEP, 2004.

TOMÁS, M. C.; SILVEIRA, L. S. Expansão do ensino superior no Brasil: diversificação institucional e do corpo docente. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 9, n. 23, p. 149–177, 2021. DOI: 10.20336/rbs.781. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/781>. Acesso em: 12 abr. 2024.

TONET, Ivo. Universidade pública: o sentido da nossa luta. In: **Educação contra o capital**. 2ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 87-93.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS-UNIMONTES. **Regimento Geral da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES**. Montes Claros: 1999. Disponível em: <<https://unimontes.br/wp-content/uploads/2019/07/regimentogeral.pdf>>. Acesso em: 21 de out. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS-UNIMONTES. **Resolução CONSU/UNIMONTES nº. 006, de 17 de maio de 2022**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2022-2026). Disponível em: <https://unimontes.br/wp-content/uploads/2022/06/resolucao_consuo06-1.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS-UNIMONTES. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2021 (Relatório Parcial)**. Montes Claros: UNIMONTES; CPA, 2022. Disponível em: <https://unimontes.br/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio_CPA_2021.pdf> Acesso em: 21 de out. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS-UNIMONTES. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI – Unimontes (2017-2021)**. Montes Claros: Unimontes, 2017. Disponível em: <<https://unimontes.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-2017-2021.pdf>>. Acesso em: 05 de dez. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS-UNIMONTES. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI – Unimontes (2022-2026)**. Montes Claros: Unimontes, 2022. Disponível em: <<https://unimontes.br/regimento-geral-e-pdi/>>. Acesso em: 05 de dez. 2022.

MOVIMENTO LGBTQIAPN+ NO BRASIL

Layliene Kawane de Souza Dias¹

RESUMO: O presente trabalho tem como intuito apresentar o desenvolvimento do movimento LGBTQIAPN+² na particularidade brasileira, não perdendo de vista sua posição no interior da sociedade capitalista. Deste modo, objetiva-se apresentar uma concepção de movimentos sociais, o surgimento dos “novos movimentos sociais”, bem como do movimento LGBTQIAPN+ e seu desenvolvimento no Brasil. Destaca-se que a apreensão da realidade social exige o reconhecimento das relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade, tendo em vista que, na sociabilidade capitalista, são elas que conformam as classes sociais e, portanto, suas lutas sociais.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Movimentos Sociais; Relações Heteropatriarcais; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT: The present work aims to present the development of the LGBTQIAPN+ movement in Brazilian particularities, without losing sight of its position within capitalist society. In this way, the objective is to present a conception of social movements, the emergence of “new social movements”, as well as the LGBTQIAPN+ movement and its development in Brazil. It is noteworthy that the apprehension of social reality requires the recognition of social relations of class, race, gender and sexuality, considering that, in capitalist sociability, they are what shape social classes and, therefore, their social struggles.

Keywords: LGBTQIAPN+; Social movements; Heteropatriarchal Relations; Gender; Sexuality.

INTRODUÇÃO

Compreender a organização dos movimentos sociais na contemporaneidade nos exige, primeiramente, situá-los no interior da sociedade capitalista e seus antagonismos, onde temos de um lado uma classe detentora dos meios de produção e da propriedade privada (capitalista) e de outro, uma classe que possui sua força de trabalho para vender (trabalhadora). Neste processo, a classe capitalista se apropria da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora, ou seja, ao mesmo tempo que há o aumento da acumulação capitalista de um lado, do outro, há também a agudização da miséria da classe operária, o crescimento de uma

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPG/SS) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-Binária e outras manifestação de gênero e sexualidade.

superpopulação relativa³, assim como do pauperismo⁴ (Marx, 2023). São estas as contradições entre capital e trabalho que irão permear as classes sociais, bem como suas relações sociais.

Dito isto, cabe ressaltar que os movimentos sociais estão inseridos no interior da sociedade capitalista e, deste modo, precisam ser apreendidos em uma perspectiva classista. A classe constitui um aspecto determinante para a concepção e organização de tais movimentos, ainda que não seja o único, conforme nos aponta Galvão (2011, p. 15): “Assim, ainda que nem todas as reivindicações sejam de classe, e nem todos os conflitos sejam anticapitalistas, essas reivindicações e conflitos podem se articular, de diferentes maneiras, com as reivindicações de classe”.

Os movimentos sociais são expressões das lutas de classes (Galvão, 2011), tendo como ponto de partida a auto-organização da própria classe operária, isto, no entanto, não significa uma hegemonia no que se refere ao entendimento de tais movimentos. Podemos destacar, por exemplo, como elemento para a apreensão das disputas em torno destes movimentos, a crise do Capital nos anos 1960, que apresenta uma característica nova e fundamental, de não ser mais cíclica e sim estrutural.

Tal crise irá modificar as relações de produção e reprodução no sistema capitalista, que ocorre no mesmo período em que surgem os “novos movimentos sociais” defendendo que as formas de opressão e exploração ultrapassam o mundo da produção (Galvão, 2011), ou seja, um entendimento que reduz tais relações apenas ao mercado produtivo/industrial e não como algo que engloba toda a estrutura da sociedade capitalista. A influência do pensamento pós-moderno, marca a gênese de tais movimentos sociais, que trazem junto de si pautas que até então eram ignoradas ou secundarizadas pelos movimentos especificamente classistas. Acreditamos que seja possível, e necessária, uma leitura crítica e marxista desses novos movimentos sociais.

³ Trata-se de massas de trabalhadores excedentes ao modo de produção capitalista, divididas, segundo Marx (2023), da seguinte forma: *população flutuante* que se refere aos trabalhadores que ora são atraídos ora são repelidos pelo processo produtivo; *latente*, referente a população rural que vê seus postos de trabalho sendo substituídos por maquinários e muitas vezes precisam se transferir para áreas urbanas; e *estagnada*, formada por parte da classe trabalhadora em ocupações irregulares e temporárias, tendo como característica principal “[...] o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.” (Marx, 2023, p. 718)

⁴ Segmento mais baixo da superpopulação relativa, composto por três categorias: os aptos ao trabalho; os órfãos e filhos de indigentes; e os incapacitados ao trabalho, pessoas com deficiência, doentes, viúvas e etc. (Marx, 2023). O pauperismo, deste modo, “[...] constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva.” (Marx, 2023, p. 719)

Para tanto, o movimento precisa ser realizado em via de mão dupla, de um lado se faz necessário a compreensão e reconhecimento dos movimentos sociais que versam sobre distintas formas de exploração e dominação, para além da classe exclusivamente, sejam elas de raça, etnia, gênero, sexualidade, etária e etc. Do outro, também se faz necessário, localizar tais movimentos no interior da sociedade capitalista, ou seja, reconhecer que as contradições entre diferentes classes sociais conformam as relações sociais às quais estamos inseridos (Galvão, 2011).

Ao longo das últimas décadas podemos visualizar a proximidade das esquerdas partidárias junto a estas bandeiras de lutas (antirracista, antilgbtqiapn+fóbica, anticapacitista, entre outras) e demais segmentos sociais, ainda que isto tenha ocorrido de maneira lenta e até mesmo tardia (Cisne, Santos, 2018).

RELAÇÕES HETEROPATRIARCAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES

Destaca-se inicialmente, que a perspectiva aqui adotada se refere a sexualidade e identidade de gênero enquanto construções históricas e sociais. De acordo com Nogueira, Pereira e Toitio (2020), gênero designa as inúmeras formas de construção objetiva e subjetiva do “ser homem” ou “ser mulher”, que leva em consideração as condições biológicas (genitália), mas não se esgotam nas mesmas. Estes mesmos autores (2020) irão apontar que a sexualidade, que diz respeito aos desejos afetivos e/ou sexuais, apresenta-se como uma construção histórica-ontológica e corresponde às necessidades materiais e subjetivas de cada época, podendo se alterar dependendo dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que a permeiam.

Historicamente, com a imposição da propriedade privada, divisão sexual do trabalho, heterossexismo⁵ e cisgeneridade⁶, as relações de sexualidade e de gênero foram constrangidas a uma lógica predominante, nas quais são direcionadas funções e papéis específicos ao “ser homem” e ao “ser mulher”⁷, na perspectiva de produção e reprodução da ordem social vigente.

⁵ Sistema ideológico que nega e estigmatiza qualquer relação e/ou comportamento não heterossexual. Trata-se do “[...] sustento social do patriarcado sob padrão de reprodução heteronormativa do núcleo familiar monogâmico burguês (hétero e branco).” (Leite, Melo, 2021, p. 68).

⁶ Condição em que o indivíduo se identifica com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento.

⁷ Destaca-se, ainda, a existência de sujeitos que não se enquadram na lógica binária de gênero, ultrapassando as concepções do ser feminino e/ou masculino, ainda que estas tenham pouca visibilidade no interior da sociedade capitalista.

Tal apreensão, não trata-se de reduzir a sexualidade e identidade de gênero às relações de exploração e dominação, mas sim apontar que são estes os elementos que vêm estruturando as constituições de “ser homem” ou “ser mulher” na sociedade contemporânea. No interior da lógica capitalista estes papéis (de gênero e sexualidade) são utilizados como formas de reforçar a manutenção do *status quo*.

Ao longo da história, sobretudo após o surgimento da propriedade privada, desenvolveu-se um modelo exclusivo de família⁸, a monogâmica. É justamente neste período, com o início da agropecuária, que as noções de incesto, adultério e relações homossexuais passam a ser condenadas, visto que, temos o surgimento do sistema de herança (a passagem da propriedade privada de pai para os filhos homens) que exigia o reconhecimento de parentesco (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020; Engels, 2019).

A noção de propriedade privada também irá influenciar o destino de mulheres e homens numa mesma sociedade, em função da necessidade da “proteção” da propriedade, temos o início da divisão sexual do trabalho (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020; Engels, 2019). Nesta concepção de família monogâmica cabia às mulheres o cuidado da casa, dos filhos, bem como a reprodução biológica de futuros herdeiros, e ao homem cabia o exercício do trabalho e o direito sobre a vida das mulheres e filhos (Engels, 2019). Deste modo, houve a construção da única forma legítima de família, que se refere à monogâmica, patriarcal e heterossexual (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020), modelo este que é consolidado no processo de formação do modo de produção capitalista.

De acordo com Nogueira, Pereira, Toitio (2020), a divisão sexual do trabalho, para além da vinculação da mulher aos cuidados com a casa e família, pressiona a criação de dois gêneros, o masculino e feminino, que por sua vez, só podem se relacionar entre si, numa lógica heterossexual. Temos, portanto, a construção de relações heteropatriarcais de gênero e sexualidades hegemônicas:

Se as relações patriarcais de gênero não foram inventadas pelo capitalismo, este demandou novas formas de controle da sexualidade e do corpo da mulher. O início do capitalismo é marcado pela violência institucionalizada contra a diversidade sexual e de

⁸ Engels em “A Origem da família, da propriedade privada e do Estado” apresenta os diferentes modelos de família até a idade moderna e a concepção socialmente construída da família monogâmica. De acordo com o autor (2019), derivado da palavra *Famulos* - referente a conjunto de escravos domésticos -, família é um termo que em seu princípio remete a uma organização social onde o homem detinha seu poder sobre as mulheres, seus filhos e um conjunto de escravos (Engels, 2019).

gênero e para garantir a intensa subordinação das mulheres e sua manutenção no espaço doméstico. (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 40-41).

Diante do exposto, e reconhecendo o trabalho como elemento central na formação das relações sociais, convém reforçar que para além de uma divisão social, temos também uma divisão sexual e racial do trabalho, sobretudo se considerarmos a particularidade brasileira.

Para Cisne e Santos (2018), na sociedade heteropatriarcal-racista-capitalista essas três dimensões se relacionam entre si: i) *divisão social*, referente às relações entre classes sociais; ii) *divisão racial*, referente às relações de raça e etnia; e iii) *divisão sexual*, fundada nas relações sociais de sexo, que aqui assumi-se, como relações sociais de gênero e sexualidade.

Assim, no Brasil, temos a fundição destes três sistemas em um só, o *sistema heteropatriarcal-racista-capitalista*, ou o “nó” como apresenta Saffioti (1987, p. 60): “Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão entre os três sistemas de dominação-exploração [...] Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas.”.

Compreender tais relações, exige-nos ultrapassar o entendimento meramente subjetivo das mesmas e situá-las num contexto rodeado de determinações societárias, associadas ao trabalho enquanto fundante do ser social, sendo assim, faz-se necessário compreender o trabalho, indivíduo e diversidade humana de maneira articulada, em uma perspectiva de totalidade e como síntese de múltiplas determinações (Cisne, Santos, 2018).

Numa perspectiva de totalidade é necessário apontar que as relações heteropatriarcais de gênero e sexualidade, assim como as etnico raciais, conformam as classes sociais e suas relações, possuindo uma base material:

Em síntese, as classes sociais, a propriedade privada e a forma de mercadoria estruturam o capitalismo, as relações sociais de sexo, o patriarcado e as relações sociais de raça, o racismo. Essas três relações sociais, por serem permeadas pela exploração da força de trabalho, são estruturantes da totalidade da vida social, do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. (Cisne, Santos, 2018, p. 76)

Sendo assim, o heteropatriarcado e racismo foram “historicamente construídos e decorrentes de relações materiais de exploração e opressão” (Cisne, Santos, 2018, p. 76). Isto, em contrapartida, não significa apontar o capitalismo como criador do heteropatriarcado e

racismo, mas sim como potencializador dessas formas de opressão, dominação e exploração, o sistema capitalista se apropriou dessas condições para se reproduzir em larga escala.

MOVIMENTO LGBTQIAPN+ NO BRASIL:

No Brasil, compreender tais concepções de gênero e sexualidade, bem como o movimento LGBTQIAPN+ na contemporaneidade, nos remonta ao processo de formação sócio-histórica de nosso país, extremamente violento, marcado pelo extermínio dos povos originários e escravização dos povos negros africanos, sequestrados de seu continente de origem. A Igreja Católica assume, neste período, papel fundamental de catequização dos povos indígenas e condenação das relações que fugiam à norma heterossexual. Cabe ressaltar que as práticas de sodomia⁹, já eram comuns entre os povos originários que aqui habitavam (Trevisan, 2018), assim como no continente africano (Gomes, 2015), onde, inclusive, “homens” se vestiam e se portavam como “mulheres”, assumindo papéis desempenhados pelas mesmas.

No Brasil Colônia, com a imposição do crime de sodomia, tais práticas foram censuradas e, assim, as únicas relações afetivas e sexuais não condenadas diziam respeito ao casamento heterossexual monogâmico entre homens e mulheres brancos, sendo as relações sexuais voltadas para a reprodução biológica (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). No entanto, sabemos que a história possui ainda mais violência, o casamento forçado de mulheres indígenas com portugueses, estupro de mulheres negras escravizadas e o domínio dos homens brancos sobre todos.

A noção de pecado, a visão dicotômica entre carne e espírito e, sobretudo, o matrimônio religioso como a única forma possível de constituir família eram formas como a religião disciplinava as relações de sexualidade e de gênero. A prática sexual e a realização dos desejos da carne eram desaprovadas violentamente. A única relação sexual que não era considerada pecado era a relação heterossexual, monogâmica e voltada para a reprodução. E isso dentro da família patriarcal, em que a sexualidade das mulheres brancas poderia ser controlada cotidianamente, enquanto as mulheres escravizadas eram obrigadas a servir sexualmente (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 85).

⁹ Segundo Flores (2012, p. 125) a prática de sodomia, trata-se de “[...] perversão sexual, de maneira restrita era o coito anal praticado em homem, mulher ou animal. Neste caso também era chamado de crime nefando. A palavra tem sua origem na cidade Sodoma, um antro de perversões sexuais, segundo a Bíblia. As leis portuguesas e espanholas eram severas quanto à prática de qualquer tipo de sodomia.”

Ainda que não seja nossa intenção, no momento, aprofundar o debate das relações sociais deste período, este recorte histórico nos coloca em local de compreensão das particularidades da realidade brasileira contemporânea, uma sociedade ainda marcada pelo racismo, sexismo, machismo e LGBTQIAPN+fobia e ancorada em pilares conservadores e classistas. Essa forma truculenta de tratamento de sujeitos não heterossexuais é, para Nogueira, Pereira e Toitio, “a expressão de uma sociedade assentada em desigualdades sociais e que naturalizou a violência como forma de “civilizar” seu povo.” (2020, p. 114).

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE SUJEITOS LGBTQIAPN+ NO BRASIL: DISPUTAS E TENSÕES

Tratar sobre o movimento LGBTQIAPN+ nos remonta ao episódio que ficou conhecido como “Revolta de *Stonewall*”¹⁰, uma rebelião que eclodiu na cidade de Nova York em 1969, quando policiais tentaram invadir o bar frequentado por sujeitos LGBTQIAPN+, que culminou em um conflito violento. A partir desse ocorrido tais indivíduos passaram a se organizar e responder a violência policial, protestando e se colocando contrários a estes episódios violentos, neste período, formou-se em várias cidades dos Estados Unidos (EUA) o “*Gay Liberation Front*” (GLF) que defendia assumir a identidade sexual como um ato político (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

Ao final dos anos 1960 emergiram diversos outros movimentos sociais radicais, como é o caso do movimento feminista e negro. De acordo com Nogueira, Pereira e Toitio (2020), foi o partido “Pantera Negra para Autodefesa” que influenciou o movimento homossexual a se radicalizar buscando direitos civis e sua autodefesa. Cabe destacar que neste período estes indivíduos (LGBTQIAPN+) eram perseguidos, violentados e punidos por leis nestas regiões centrais, sobretudo nos EUA e países da Europa (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). Ainda que o capitalismo não tenha aprovado abertamente a violência contra essa população, utilizou-se dela para expansão e sucesso de sua fase moderna, entretanto, ressalta-se que não foi só nas sociedades capitalistas que a ideia da homossexualidade como doença ou pecado foi difundida, temos também, por exemplo, forte perseguição aos homossexuais no período stalinista (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

¹⁰ Stonewall era um bar frequentado pela população LGBTQIAPN+ onde, no dia 28 de junho de 1969, clientes reagiram a mais uma das frequentes batidas policiais no local. O episódio foi um marco para a organização política do movimento e a data ficou conhecida como o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+.

Segundo estes mesmos autores (2020), o movimento operário, desenvolvido ao longo do século XIX, se apresenta como precursor da organização política de outros movimentos sociais e é no fim deste mesmo século que surgem as primeiras iniciativas de defesa dos direitos de indivíduos homossexuais. Aponta-se, no entanto, que tais lutas sociais também não se encontravam livres de reproduzirem contradições e desigualdades (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020), temos, como exemplo, o destaque de homens gays no interior do movimento que, historicamente, sempre tiveram maior visibilidade do que as mulheres e demais identidades de gênero.

O movimento homossexual da época era majoritariamente destinado aos homens gays, que conquistaram a hegemonia da agenda política bem como da linguagem do movimento (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). A maior disponibilidade dos homens em se organizarem politicamente fizeram com que tais demandas coletivas fossem monopolizadas, visto que:

A divisão sexual do trabalho, que remete a mulher ao espaço privado-doméstico e o homem para o espaço público-produtivo, possibilitou o protagonismo dos homens gays na organização do movimento político contra o heterossexismo. Por consequência, a voz e os interesses gays passaram a predominar diante dos outros segmentos, os quais construíam aos poucos uma identidade coletiva própria (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 128-129).

Isto não significa colocar em dúvida a trajetória de lutas realizadas pelos homens gays, mas sim de apontar que até mesmo no interior deste movimento as mulheres e demais identidades de gênero foram historicamente invisibilizadas e até mesmo silenciadas.

No Brasil, a organização política de sujeitos LGBTQIAPN+ tem início a partir da década de 1970 e isto só é possível com o retorno dos exilados durante o período da ditadura civil militar, que tiveram contato com o mundo exterior e suas lutas a respeito da liberação homossexual (Trevisan, 2018). As primeiras iniciativas de formação de grupos homossexuais nos centros urbanos brasileiros, que ainda viviam os efeitos do período ditatorial e gradativamente experimentavam a abertura democrática, estavam rodeadas de questões referentes à importância desse debate frente ao momento político em que o país se encontrava, questionando-se, como demonstra Trevisan (2018) se: “[...] seria politicamente válido que nos reuníssemos para discutir sexualidade, coisa considerada secundária no grave contexto político brasileiro?” (Trevisan, 2018, p. 315)

De acordo com Trevisan (2018), em 1978 diferentes grupos de mulheres, inseridas dentro de organizações partidárias de esquerdas, começavam a levantar, numa perspectiva feminista, debates como sexualidade e aborto. Neste mesmo período outros grupos emergiram e passaram a buscar espaço no cenário político, levantando suas bandeiras de luta, como é o caso do movimento negro e ativistas ecológicos. As temáticas até então inéditas no cenário político brasileiro não causaram grande entusiasmo nas esquerdas, pelo contrário, para eles a sexualidade e racismo eram problemas pouco relevantes se comparada a problemática “maior”: a luta de classes (Trevisan, 2018). Para Trevisan (2018), a visão das esquerdas partidárias no período em questão, era que as lutas das “minorias” deveriam estar subordinadas à luta da classe operária, sendo esta mais importante e urgente do que qualquer outra.

Em 1979 surge o grupo “SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual” (Trevisan, 2018), onde homens e mulheres homossexuais passam a se organizar politicamente. Todavia, cabe apontar que esta relação não perdurou por muito tempo, visto que, motivadas pela maneira discriminatória e machista que eram tratadas, efeito do patriarcado e da adoção de uma conduta misógina por parte dos homens gays cisgênero, as mulheres passam a se organizar numa liga totalmente feminina (Trevisan, 2018). Ainda, não foram só as mulheres afetadas pela discriminação e preconceito no interior do movimento homossexual, travestis e transexuais também denunciavam a transfobia no interior do movimento, bem como negros e negras demonstravam o racismo presente no interior da organização (Trevisan, 2018).

Para além do preconceito, discriminação e hostilidades no interior do movimento homossexual, haviam também as disputas e desavenças políticas. Em 1979 foi dado início a organização do I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, que ocorreu no ano seguinte durante o mês de abril, em São Paulo. Segundo Trevisan (2018), durante este encontro foram fortes as tensões políticas que colocavam em discussão a autonomia dos grupos de liberação homossexual junto aos partidos políticos. Uma parte dos participantes do Encontro criticavam a cooptação do movimento homossexual pelas esquerdas partidárias, a “infiltração” de trotskista no interior do grupo SOMOS¹¹, bem como o processo de “domesticação” do grupo (Trevisan, 2018). Havia também aqueles que, em contrapartida, defendiam que o grupo

¹¹ Anos mais tarde houve a descoberta de um documento confidencial da Convergência Socialista que gerou grande revolta no interior do grupo SOMOS, visto que, tratava-se de um manual de instruções para cooptação do movimento homossexual (Trevisan, 2018).

SOMOS necessitava de um partido político que os representasse, de acordo com Santos (2016), por exemplo, a Convergência Socialista desempenhou papel fundamental para fomentar o debate a respeito da homossexualidade na arena política brasileira. Tais disputas resultaram, por fim, em caminhos políticos distintos aos integrantes do grupo SOMOS.

Para além das disputas políticas, a chegada da aids no país durante os anos 1980, conhecida como “peste” ou “câncer gay” (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020; Trevisan, 2018), também foi um fator importante para dissolução do grupo e demais organizações homossexuais. Neste período os movimentos de liberação homossexual passam a se mobilizar para enfrentamento da aids e, a partir da década de 1990, passam a atuar como organizações não governamentais, recebendo recursos públicos para o combate ao HIV-aids (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

A partir dos anos 2000, com o governo Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), a agenda LGBTQIAPN+ passa a ser tratada politicamente e muitos são os avanços neste cenário, onde temos, por exemplo: a criação do *Programa Brasil sem Homofobia*¹², lançado em 2004, que visava o combate à violência e preconceito contra a população LGBTQIAPN+ e previa o Projeto Escola sem Homofobia, consolidado durante o governo Dilma; o estabelecimento do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*¹³ em 2009; a constituição da *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*¹⁴ em 2011; entre outros.

Algumas outras conquistas, fruto da organização e luta do movimento, também merecem destaque, como é o caso do: reconhecimento da união estável entre casais homossexuais em 2011; direito da retificação de nome de pessoas trans e travestis em 2018; a criminalização da homofobia e transfobia em 2019; o direito a doação de sangue por sujeitos homossexuais em 2020; a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos; entre outros. Apesar da relevância de tais conquistas, cabe apontar que, majoritariamente, o reconhecimento de tais direitos foram iniciativas do Supremo Tribunal da Justiça (STF) e não do poder legislativo.

¹² Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf.

¹³ Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf>.

¹⁴ Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html.

Isto porque, temos, em contrapartida, a consolidação e crescimento do movimento conservador no país. Trata-se de uma “nova” direita, composta pela bancada evangélica, ruralista e militar que, de acordo com Trevisan (2018), juntas se tornaram as mais influentes e numerosas no Congresso Brasileiro fazendo com que propostas e projetos para a população LGBTQIAPN+ fossem censurados e/ou barrados. Tal bancada teve influência centrada principalmente na figura de Jair Messias Bolsonaro, abertamente machista, racista e homofóbico, que concentrou amplas forças no combate às pautas LGBTQIAPN+ (Trevisan, 2018) e chegou à presidência da república nas eleições de 2018.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Nos últimos anos, com a ascensão da direita brasileira, durante o governo Temer (2016-2019) e principalmente no governo Bolsonaro (2019-2022), presenciamos uma série de retrocessos no campo dos direitos da população e em especial a população LGBTQIAPN+. Para além das contrarreformas, desmonte das políticas públicas e avanço do ultra neoliberalismo, o contexto de pandemia, ocasionada pelo coronavírus SARS-CoV-2, foi outro agravante para tais lutas.

A pandemia escancarou ainda mais a divisão de classes em nossa sociedade, onde foi instaurada a política de morte, com pessoas destinadas a morrer e aquelas com direito a viver, foi a população pobre, preta e periférica as mais atingidas pela Covid 19, sem condições de realizar o isolamento social e arriscando suas vidas diariamente em seus postos de trabalho. Mattos (2020) destaca, ainda, que foram as mulheres que estiverem na linha de frente no combate à pandemia, visto o lugar historicamente associado às mesmas na divisão sexual do trabalho: “[...] uma das características da crise sanitária é evidenciar a importância do trabalho de cuidado, exercido de forma sub-remunerada no mercado de trabalho, majoritariamente, por mulheres e, de forma não-remunerada, nos lares, pelas mesmas mulheres.” (2020, p. 11).

Cisne e Santos (2018) ao tratar sobre a divisão sexual do trabalho não se limitam ao binarismo de gênero, mas buscam analisar outros elementos que compõem essas relações, como sexualidade e demais identidades de gênero. Deste modo, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ ficam destinadas a determinadas ocupações no mercado de trabalho, muitas vezes associadas a profissões consideradas femininas, de cuidado e portanto menos valorizadas

(Cisne, Santos, 2018). Foram estas pessoas, sobretudo na área da enfermagem, que estiveram no enfrentamento direto a Covid-19.

Neste período, os indivíduos LGBTQIAPN+ enfrentaram diferentes formas de preconceito, discriminação e violências, como exemplo disso, temos a população trans e travesti, exposta diariamente a riscos, sendo trabalhadoras do sexo ou ocupando vagas em subempregos, e, muitas vezes, vivendo em situação de rua. Segundo o relatório da ANTRA (2023) a expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos e o Brasil segue sendo o país que mais mata essa população no mundo inteiro. Ainda, de acordo com o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, apenas no primeiro semestre de 2022 foram observadas 273 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ (Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, 2023). O país segue silenciando e exterminando tais indivíduos.

Destaca-se, que estas taxas podem ser ainda maiores, tendo em vista que a não existência de dados governamentais oficiais a respeito da violência e mortes desta população constitui outro grande desafio ao movimento LGBTQIAPN+, população que continua invisibilizada em diferentes aspectos na arena política brasileira. Com o retorno do governo Lula (2023-2026), têm-se, novamente, um cenário de otimismo com as pautas que versam sobre a população LGBTQIAPN+, isto, no entanto, não significa a eliminação de tais problemáticas e preconceitos, tampouco que o segmento conservador de nosso país irá cessar os ataques contra tais movimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade, na sociabilidade capitalista, conformam as classes sociais. Sendo assim, constituem a classe trabalhadora que, segundo Cisne e Santos (2018), é *una e diversa*. Deste modo, tratar sobre tais relações não se refere apenas a condições subjetivas ou identitárias, pois, as mesmas possuem materialidade na sociedade capitalista, sobretudo levando em consideração a particularidade brasileira. Faz-se necessário, desta forma, compreender que racismo e heteropatriarcado atravessam e estruturam as relações sociais entre classes e dão substância às relações de exploração e opressão no interior da sociedade capitalista (Cisne, Santos, 2018).

Assim, os novos movimentos sociais, para além da dinâmica de enfrentamento às diferentes formas de opressão, exploração e preconceito, possui também uma dimensão classista, visto que se encontram inseridos no interior desta mesma sociedade. Apontamos que as relações sociais, fundadas por meio do trabalho, no interior da lógica capitalista atingem de maneira diferente mulheres, pessoas negras, povos originários, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, entre outros segmentos.

Ainda que, contemporaneamente, o capital se aproprie de determinadas lutas para a produção de uma imagem “igualitária”, de respeito e apoio ao “outro”, sobretudo por meio da política de consumo, Nogueira, Pereira e Toitio (2020) apontam que o sistema capitalista se apropria de uma nova forma dessas subjetividades para exploração e dominação. Diante disto, o movimento LGBTQIAPN+, para além da luta por direitos igualitários, inserção na sociedade contemporânea, bem como do reconhecimento de tais identidades, necessitam ir além, ultrapassar os limites da sociabilidade capitalista, buscando a construção de uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENEVIDES, B. G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CISNE, M; SANTOS, S. M. de M. dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. **Boitempo**, 2019.

FLORES, M. Sexualidade no Brasil Colonial: Os Delitos da Carne. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 146, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihrgs/article/view/57514>. Acesso em: 05 dez. 2023.

GALVÃO, A. Marxismo e Movimentos Sociais. **Crítica Marxista**, n.32, p.107-126, 2011.

LEITE, G. A.; MELO, A. de. Patriarcado, Raça e Capitalismo: o heterossexismo como padrão de dominação, opressão e exploração de vidas LGBTI. **Emblemas**, v. 18, n. 1, 67-80, jan. - jun. 2021.

MATTOS, M. B. As lutas sociais no Brasil da pandemia: sinais de reorganização?. Esquerda Online, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/19/as-lutas-sociais-no-brasil-da-pandemia-sinais-de-reorganizacao/>. Acesso em: 27 out. 2023.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro 1: O processo de produção do Capital / Karl Marx; Tradução de Rubens Enderle. - 3. ed. - São Paulo: **Boitempo**, 2023.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. 1. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

SAFFIOTI, H. O poder do macho. São Paulo: **Moderna**, 1987.

SANTOS, G. G. C. **Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil**. Contemporânea, v. 6, n. 1, p. 179-212 Jan.–Jun. 2016. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/393/162>. Acesso em: 05 fev. 2024.

TREVISAN, J. S. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. Ed. Rio de Janeiro: **Objetiva**, 2018.

PAULO FREIRE E SERVIÇO SOCIAL: CAMINHOS QUE SE CRUZAM NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Isadora das Graças Freitas¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer o debate sobre a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais ao longo da história da profissão, buscando uma interface com o debate sobre Paulo Freire e Serviço Social. Para isso resgata-se elementos da história do Serviço Social, em especial sobre o Movimento de Reconceituação Latino-Americano.

Palavras-chave: Serviço Social; Movimentos Sociais; Paulo Freire; Movimento de Reconceituação Latino-Americano.

Abstract: The present paper aims to bring the debate about the approach between Social Work and social movements throughout the history of the profession, seeking an interface with the discussion about Paulo Freire and Social Work. To do this, elements from the history of Social Work are rescued, especially the Latin American Reconceptualization Movement.

Keywords: Social Work; Social Movements; Paulo Freire; Latin American Reconceptualization Movement.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em abordar uma reflexão sobre a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais ao longo da história da profissão, buscando uma interface com o debate sobre Paulo Freire e Serviço Social.

Para isso, no primeiro momento será abordado sobre o Serviço Social e o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, com vistas a resgatar elementos que permitam demonstrar a aproximação da categoria profissional com os movimentos sociais, especialmente a partir da década de 1960.

No segundo momento, será apresentado um debate sobre os encontros e desencontros entre o Serviço Social e Paulo Freire, a fim de demarcar que essa aproximação se deu especialmente pela via dos movimentos sociais. E nas considerações finais do artigo haverá reflexões acerca do debate sobre Serviço Social e movimentos sociais, afirmando a importância dessa relação para o fortalecimento da luta de classes.

¹ Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFJF. ORCID:0009-0005-7624-1139.E-mail: isa.freitas101@outlook.com.

SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Conforme aponta Duriguetto (2016) a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais das classes subalternas pode ser compreendida a partir do Movimento de Reconceituação Latino-Americano. Contudo, Duriguetto (2016, p.98) ressalta que “a relação do Serviço Social com conflitos sociais de classe e segmentos subalternos organizados perpassa a profissão desde a sua gênese ainda que esta relação fosse permeada pelo controle do seu cotidiano, a reprodução da dominação e o apaziguamento desses sujeitos”.

Dito isso, é importante elucidar que o Movimento de Reconceituação da América Latina representa os primeiros movimentos de crítica ao Serviço Social tradicional (Iamamoto, 2015). Nas palavras da autora, era um movimento de

[...] denúncia — de autocrítica e de questionamentos societários — que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apontasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (Iamamoto, 2015, p.207).

Entretanto, esse movimento não acontece de forma isolada dos acontecimentos sócio-históricos da sociedade, sendo perpassado por vários determinantes como a ditadura civil-militar (Netto, 2015). Instaurada no Brasil em 1964, através de um golpe de Estado, tinha como finalidade atender às requisições do Capital internacional, adequando o Brasil a outros padrões de desenvolvimento nacionais, ainda numa condição subalterna aos países centrais (Netto, 2015).

Esse processo culminou na reorganização do Estado burguês, que precisou criar uma série de políticas e estratégias para implementar seus objetivos, o que demandou também a alteração dos perfis profissionais para adequação ao projeto modernizador (Netto, 2015). Inclusive, o Serviço Social buscou consolidar um perfil profissional com uma postura mais moderna, para conseguir atender as demandas burocráticas das instituições, consolidando uma prática mais racionalizada e mecanizada, seguindo a lógica da ditadura (Netto, 2015).

Conforme Iamamoto (2014), o Movimento de Reconceituação foi marcado pela heterogeneidade, cuja uma série de protagonistas como pesquisadores, estudantes e assistentes sociais de base, colocaram-se diante da busca de um novo Serviço Social latino-americano, que pautasse as particularidades da América Latina. E que no caso do Brasil, viesse a

consolidar um perfil profissional que respondesse às demandas do país, levando em consideração as particularidades históricas do mesmo (Netto, 2015).

É esse processo de construção coletiva que aponta para caminhos que culminou em projetos profissionais com direções teórico-metodológicas diferentes e em disputa pela hegemonia (Netto, 2015). Assim Netto (2015) afirma que o processo de renovação do Serviço Social no Brasil foi marcado por três principais direções, sendo elas: a perspectiva modernizadora; a perspectiva de reatualização do conservadorismo; e a perspectiva de intenção de ruptura — a qual será dado ênfase por se tratar de uma perspectiva que caminha rumo ao debate da aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais.

A perspectiva Intenção de Ruptura incorporou os segmentos mais críticos da categoria profissional que se colocaram claramente na defesa da ruptura com o Serviço Social tradicional e avançaram na construção de um arcabouço teórico e ideocultural que possibilitasse repensar a profissão e a sociedade — marcada pela luta de classes antagônicas. Inclusive, a partir de debates no interior das universidades, a fim de fortalecê-los e qualificá-los através de estudos, pesquisas e ações entre os profissionais, pesquisadores e estudantes de Serviço Social (Netto, 2015).

Além disso, em meados da década de 1960, conforme aponta Duriguetto (2016), há inserção de novos quadros docentes, cujos professores eram atuantes nas organizações da esquerda católica e já tinham tido contato direto com obras de referencial marxista— leituras realizadas, inclusive, nos momentos de formação política dos movimentos sociais e estudantis que participavam.

Essa perspectiva incorporou uma grande parcela de assistentes sociais, que se colocaram em prol da construção de um novo Serviço Social brasileiro e faziam, também, uma crítica à autocracia burguesa e ao momento sociopolítico, a ditadura militar. Por consequência desse envolvimento da categoria profissional e resultante de experiências e formulações efetivadas entre 1972 e 1975, teve-se como um marco o “Método BH”, consolidado por um núcleo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (Netto, 2015)².

² Para saber mais sobre o “Método BH”, ler a obra “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64” do autor José Paulo Netto.

Cabe inferir que no primeiro momento, as produções e documentações construídas pelos assistentes sociais apoiadores dessa perspectiva trazia consigo um caráter eclético (Netto, 2015). É na década de 1980 que a perspectiva de Intenção de Ruptura ganha mais fôlego e afinco, na consolidação desse projeto de ruptura. Assim, com o arcabouço teórico melhor consolidado e ancorado na tradição marxista, a categoria profissional faz uma análise intensa das formulações construídas por essa perspectiva, dando novos direcionamentos à profissão.

Conforme Duriguetto (2016, p.101-102) aponta, a aproximação da profissão com os movimentos sociais tornou-se mais forte, por volta da década de 1980, devido há alguns fatores: “a reinserção da classe operária no cenário político nacional na segunda metade dos anos de 1970”; “a recorrência à teoria marxiana e à tradição marxista, superando a remissão a manuais simplificadores do marxismo”; a “dimensão sócio-espacial”, que refere-se aos assistentes sociais catalisar e responder às demandas da classe trabalhadora nos espaços de trabalho, inclusive se reconhecendo como parte desta classe; e a “consolidação acadêmica e político-organizativa da profissão”.

Cabe elucidar, segundo Duriguetto (2016), que nesta época também o Serviço Social iniciou o processo de reorganização das entidades sindicais da categoria, criando-se a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) (1979-1983) e a Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais (ANAS) (1983-1985). Em 1985 a ANAS filiou-se à Central de União dos Trabalhadores (CUT) e em 1994 houve a dissolução da ANAS, “como uma estratégia de unificação da classe trabalhadora e de rompimento com corporativismos das estruturas sindicais” (Duriguetto, 2016, p.103).

Cumprir destacar também que a década de 1980 é marcada pela efervescência dos movimentos sociais e sindicatos. Badaró (2020) afirma que há o ressurgimento dos movimentos grevistas e as lutas de outros movimentos sociais que se expressou na criação do PT (1979/1980), CUT (1983) e MST (1984), mobilizações da campanha “Diretas já”, assim como ganha força movimentos sociais de diversas bandeiras, como Movimento de Mulheres, Movimento Negro, Movimento LGBTQIA+, entre outros.

Nesse conjunto de transformações — inclusive com o declínio da ditadura —, o terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, marca a ruptura do Serviço Social com a hegemonia do conservadorismo na profissão. Duriguetto (2016, p.102) afirma que neste congresso houve “uma momento de ruptura da categoria, sob direção das entidades sindicais,

com as posições conservadoras que estavam à frente do evento”, alterando-se a programação, organização e direção política do evento, com apoio da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), incluindo participantes de movimentos de base, lideranças sindicais e movimentos sociais na participação do congresso. Alterações essas que sinalizaram um novo rumo para a profissão, ao assumir uma defesa clara com o interesses da classe trabalhadora e se reconhecendo como parte desta. Isso é uma evidência sólida da conexão entre Serviço Social e movimentos sociais.

Nota-se que a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais e sindicatos— inclusive a reorganização do seu próprio sindicato, possibilitou o fortalecimento da categoria profissional e a aproximação dos assistentes sociais com as demandas e lutas da classe trabalhadora. Essa aproximação do “movimento de ‘intenção de ruptura’ com o conservadorismo e de sintonia com as organizações populares e sindicais impactou também o conjunto CFAS/CRAS” (Duriguetto, 2016, p.), e os assistentes sociais sindicalizados passaram a disputar a direção desses conselhos de representação da categoria.

Convém evidenciar que ao longo da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, outros debates surgiram no âmbito do Serviço Social, entre eles, o debate da dimensão ídeo-política da profissão (Duriguetto, 2016). Conforme afirma Duriguetto (2016, p.104) esse debate foi desenvolvido por segmentos do Serviço Social, cujas propostas de intervenção pautavam-se no “compromisso com os setores populares”, tendo como principais estratégias a “formação de alianças, educação popular, investigação-ação e assessoria aos setores populares”, nas “instituições estatais, empresas privadas e os movimentos sociais” (Duriguetto, 2016, p.105).

Duriguetto (2016, p.105) adverte sobre as imprecisões e equívocos acerca dos componentes da dimensão ídeo-política, especialmente sobre “o assistente social como um ‘educador popular’, como ‘intelectual orgânico’ e a transformação social como objetivo profissional”. Debates que iniciaram por volta da década de 1980 e que embora tenham avançado, ainda hoje possuem lacunas³.

³ Este trabalho não irá abordar a discussão sobre a dimensão ídeo-política, reconhecendo a profundidade e maturidade teórica que isso exige. A importância desta discussão na atualidade aparece no livro “O trabalho profissional do/a assistente social e suas possibilidades: Reflexões sobre as dimensões do Serviço Social”, das autoras Adriana Ramos, Fátima Grave Ortiz e Luciana Gonçalves Pereira de Paula, lido e debatido na íntegra ao longo Revista Serviço Social em Perspectiva

Nota-se que a perspectiva de Intenção de Ruptura, mesmo diante do cenário sociopolítico marcado pela ditadura civil-militar, conseguiu avançar ao construir um novo Serviço Social que rompesse de fato com as bases tradicionais da profissão no que concerne a sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva. Entretanto, esses avanços não se deram de forma linear, precisando a categoria profissional recuar em alguns momentos.

Todo esse processo possibilita a reformulação do Código de Ética dos assistentes sociais em 1986, que expressa uma nova perspectiva da “Ética” para o Serviço Social — algo fruto do acúmulo teórico das discussões realizadas nos anos anteriores. Nele aparecem vários princípios que visam fortalecer a atuação profissional dos assistentes sociais, dentre eles: a defesa dos interesses da classe trabalhadora; a garantia da qualidade dos serviços para os usuários — bem como a alteração do próprio termo “clientes” para “usuários”; a importância da aproximação com os movimentos sociais e sindicatos, com o objetivo de fortalecer a luta da classe trabalhadora. Nele pauta-se a liberdade como valor ético central; a garantia da autonomia e a participação ativa dos usuários nas ações; o fortalecimento da democracia; e a emancipação humana. Além da demarcação da necessidade de construir uma nova sociedade que rompa com a ordem social do capital, onde não haja exploração de nenhuma classe, gênero, raça e etnia (CFESS, 2012).

Nesse contínuo esforço do conjunto da categoria profissional em construir uma direção crítica para o Serviço Social durante a década de 1990, culmina-se o Código de Ética de 1993 — que traz algumas reformulações do Código de Ética de 1986, porém mantém o compromisso com a historicidade dos avanços da década de 1980. Há também, em 1993, a aprovação da nova Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Duriguetto, 2016). Esses processos marcam a construção do Projeto Ético Político hegemônico da profissão, frutos do amadurecimento do processo de consolidação da Intenção de Ruptura.

Portanto, não se pode pensar na construção do Código de Ética e do Projeto Ético-Político isolado dos determinantes sócio-históricos que os constituem, na perspectiva de compreender o que eles expressam e na intenção de reafirmar a importância de seus princípios e direções. Eles se expressam no cotidiano profissional dos assistentes sociais e devem estar

dos encontros, em 2023, do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) da UFJF.

cada vez mais presentes e consolidados para fazer frente a outros projetos profissionais do Serviço Social que seguem em disputa pela hegemonia.

PAULO FREIRE E SERVIÇO SOCIAL

Como demonstrado no capítulo anterior as transformações ocorridas no Serviço Social entre as décadas de 1980 e 1990 localizam o Serviço Social na realidade histórica, inicia uma intensa discussão que descortina o processo de alienação, possibilitando que os sujeitos profissionais afirmam uma direção teórica e política mais coerente com a luta de classes na sociedade capitalista. Entre tantos sujeitos importantes para esse processo é preciso situar Paulo Freire.

A trajetória de vida e profissional de Paulo Freire é profundamente marcada pelo processo iniciado em abril de 1964, quando instalou-se no Brasil, a partir de um golpe de Estado, a ditadura civil-militar empresarial, marcada pelo autoritarismo, censura e repressão, a fim de estagnar as forças populares da sociedade brasileira como mecanismo para garantir a ordem estabelecida e atender a requisições internacionais (Netto, 2015). E esse mesmo contexto sociopolítico não marca apenas o rumo de Paulo Freire, mas também é catalisador de condições sócio-históricas para ocorrer o processo de Renovação do Serviço Social, onde a história da profissão ganha um novo direcionamento.

Alguns fatos históricos indicam a relação entre o Serviço Social e Paulo Freire, dentre eles o fato de que, segundo Scheffer (2013), o educador foi diretor do Departamento de Educação e Cultura do Serviço Social da instituição do Serviço Social da Indústria (SESI) em Pernambuco (1947-1954) e superintendente da mesma (1954-1957), onde desenvolveu um trabalho voltado para analfabetos pobres.

Cabe ressaltar que a partir da década de 1940 começou-se uma forte influência norte-americana para a disseminação da trilogia metodológica caso, grupo e comunidade, que contou com um grande número de assistentes sociais em suas ações (Scheffer, 2013). Evidencia-se que o desenvolvimento dessas ações com comunidades, no início da década de 1960, propiciou aos

assistentes sociais experiências vastas de abordagens grupais com ênfase educativa, tendo como base as ideias de Paulo Freire (Scheffer et al., 2021).

Além disso, Scheffer et al. (2021) indicam que nos primeiros anos da década de 1960, assistentes sociais e estudantes do Serviço Social de esquerda engajaram-se no Movimento pela Educação Básica (MEB) e desenvolveram atividades de alfabetização, animação popular e trabalho de sindicalização que tinham como base a pedagogia de Paulo Freire. Duriguetto (2016, p.105) também aponta a influência de Paulo Freire na realização de ações educativas realizadas pelos assistentes sociais nos movimentos sociais vinculados à Igreja Católica, em especial o CEBs. Essa aproximação possibilitou que a profissão atuasse com os membros da classe trabalhadora por uma outra perspectiva, em trabalhos de grupo por um viés mais “popular”, além da aproximação com os sindicatos através do trabalho de base, de sindicalização. Mesmo sem intencionalidade na ação, isso possibilitou uma vivência política para os assistentes sociais e novas formas de repensar as práticas profissionais.

Além disso, segundo Scheffer (2013), Paulo Freire participou como convidado principal da mesa de abertura do II Encontro do Nordeste de Serviço Social em 1964, “o que significou uma ‘aliança simbólica’ da categoria profissional com o pensamento freiriano” (Scheffer, 2013, p.297). Como já dito, é na década de 1960 que se inicia o Movimento de Reconceituação Latino-Americano e o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro.

Cabe ressaltar que a perspectiva de Intenção de Ruptura influenciou e foi influenciada pelas ideias do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, inclusive a literatura na qual inspiraram-se — ou seja, as obras e os autores que os países latino-americanos estavam se nutrindo para embasar a construção de um novo Serviço Social que rompesse com o tradicionalismo da profissão — que influenciava a construção do arcabouço teórico do Serviço Social brasileiro (Netto, 2015). Nesse processo, incorporar leituras progressistas ou críticas de matriz brasileira ou latino-americana, em especial sobre a realidade brasileira, era a via escolhida para construir e consolidar um novo caminho para o Serviço Social, sendo Freire um dos autores — que na época tinha lançado suas principais obras no exílio como “Pedagogia do Oprimido”. Contudo, Netto (2015) afirma que no que tange às propostas contestadoras, os estudos e as produções do movimento de reconceituação não se limitaram a simples incorporações freireanas, pois avançaram para uma perspectiva mais radical, de compreender as estruturas da sociedade de classes.

De acordo com Scheffer et al. (2021), apesar da mudança dialético-teórica no pensamento de Freire vista em sua obra *Pedagogia do Oprimido* e a aproximação que o educador estabelece com o pensamento marxista — através de diálogos na referida obra com autores como Hegel, Lukács, Marx, Engels e Lênin —, Paulo Freire não recusa outros referenciais teóricos como os da Filosofia Cristã, fazendo assim a fusão de diferentes matrizes do pensamento, o que demonstra o ecletismo teórico presente em suas obras.

Evidente que o Serviço Social já fez análises desse período histórico (Iamamoto, 2014; Netto, 2015) e apontamentos sobre as contribuições de Paulo Freire para a profissão (Netto, 2015; Scheffer et al., 2021), afirmando que o educador não pode ser considerado um autor marxista devido ao ecletismo teórico presente em suas obras, o que explica o motivo pelo qual Freire não é uma referência teórica para o Serviço Social brasileiro.

É na década de 1980, caminhando para o fim da ditadura civil-militar empresarial, que há um notório avanço no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro — com ênfase na construção da proposta defendida pelos protagonistas da perspectiva de Intenção de Ruptura e o próprio processo de crítica e revisão daquilo que havia sido construído até o momento — que demarca para a profissão um novo direcionamento, tornando-a uma profissão hegemonicamente crítica alinhada ao referencial marxista, demarcando uma clara opção em prol da defesa da classe trabalhadora e aliada aos movimentos sociais.

Portanto, cumpre reiterar que apesar do distanciamento do Serviço Social com o pensamento freireano, Paulo Freire foi um dos sujeitos que contribuiu para o Serviço Social repensar diversas questões, dentre elas a dimensão educadora da profissão, os elementos políticos presentes na intervenção profissional, o trabalho em grupo por uma perspectiva da educação popular (ainda que com equívocos e imprecisões) e sobre a importância de uma educação crítica que se oponha a esse modelo de educação bancária (Freire, 2019b). Sendo assim, pode-se dizer que a aproximação do Serviço Social com Paulo Freire se constituiu ora como avanço, ora como limite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo buscou-se resgatar a importância da aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais e sindicatos para o fortalecimento da construção do Projeto Ético Político da profissão. Duriguetto (2016) destaca que há pouca produção teórica sobre a relação entre a profissão e os movimentos sociais. Além de desafios no que concerne a inserção do debate sobre a relação do Serviço Social e os processos de mobilização e organização popular na formação profissional — inclusive, recuperando discussões sobre a equivocada leitura e postura militantes do fazer profissional que ainda perdura entre alguns assistentes sociais.

O debate sobre os encontros e desencontros entre Paulo Freire e Serviço Social, evidenciam as contribuições desse educador para a profissão, mesmo quando sua influência foi identificada como limitada para a direção teórica, política e ética que estava se construindo para o Serviço Social. Mas ao mesmo tempo, esse debate (Paulo Freire e Serviço Social) tem como linha tênue os movimentos sociais, pois é justamente nos espaços de organizações populares que a “metodologia de educação popular” (Duriguetto, 2016, p.110) de Paulo Freire foi utilizada, nos quais muitos assistentes sociais se inseriram.

Duriguetto (2016, p.112) ressalta que “a relação entre o Serviço Social e as lutas das classes subalternas é um componente ineliminável da nossa profissão, uma vez que a sua constituição sócio-histórica tem na questão social — e nas suas determinações centrais— a sua explicação fundante.” É em meio às lutas e conflitos de classe que as demandas chegam ao assistente social implicando sua intervenção. O que aponta para a importância de identificar perspectivas de trabalho que podem ser desenvolvidas nos diversos espaços sócio ocupacionais do assistente social em articulação com as lutas sociais da classe trabalhadora.

Portanto, é fundamental que os assistentes sociais contribuam com o fortalecimento dos processos de mobilização e organização popular, além do adensamento das discussões teóricas sobre a relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais, a fim de olhar para os elementos da história da profissão na intenção de avançar ainda mais nos debates já consolidados. É crucial pensar em estratégias que caminhem em direção a um projeto societário construído pela classe trabalhadora — sendo os assistentes sociais parte desta classe—, pois somente através da luta coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras será possível superar a ordem do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADARÓ, M. **As lutas sociais no Brasil da pandemia: sinais de reorganização?** Esquerda Online, Rio de Janeiro, p.1-21, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/19/as-lutas-sociais-no-brasil-da-pandemia-sinais-de-reorganizacao/>. Acesso em: 20 Abr. 2024.

Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 Abr. 2024.

DURIGUETTO, M. L. **Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo.** In: SILVA, M. L. O. (org.). Serviço Social no Brasil : História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SCHEFFER, Graziela. **Pedaços do Tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social.** Textos & Contextos. Porto Alegre, Vol. 12, N° 1, p.292-311, jan./jun., 2013. Disponível em:<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/14152/10741>. Acesso em: 20 Abr. 2024.

SCHEFFER, Graziela et al. (org.). **Serviço Social e Paulo Freire:** Diálogos sobre educação popular. Curitiba: CRV, 2021.

_____. **Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire:** caminhos cruzados com a tradição marxista. In: SCHEFFER, Graziela et al. (org.). Serviço Social e Paulo Freire: Diálogos sobre educação popular. Curitiba: CRV, 2021.

ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO A MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Jaqueline dos Santos Silva Teixeira¹
Rita de Cássia Pereira Farias²
Douglas Franco Bortone³

Resumo: O artigo apresenta reflexões acerca das políticas públicas que atendem os adolescentes autores de atos infracionais, como também as expressões da questão social enfrentada por eles. Discute-se os desafios enfrentados por assistentes sociais no trabalho junto às políticas voltadas para esses adolescentes. Em termos metodológicos, a pesquisa contou com uma revisão bibliográfica sobre o tema e realização de entrevista com profissionais atuantes no CREAS de um município de médio porte de Minas Gerais. Identificou-se que há muitas limitações no cumprimento das medidas socioeducativas, além de desafios decorrentes do minimalismo da Política de Assistência Social em um contexto de neoliberalismo.

Palavras-chave: Adolescentes; Direitos humanos; Serviço Social.

Abstract: The article presents reflections about the public policies that serve the adolescents authors of Infractional acts, as well as the expressions of the social issue faced by them. It discusses the challenges faced by social workers in working with policies aimed at these adolescents. In methodological terms, the research included a literature review on the subject and interviews with professionals working at CREAS in a medium-sized city of Minas Gerais. It was identified that there are many limitations in the fulfillment of socio-educational measures, as well as challenges arising from the minimalism of the Social Assistance Policy in a context of neoliberalism.

Keywords: Adolescents; Human rights; Social Work.

INTRODUÇÃO

Da antiguidade aos dias atuais, as crianças e os adolescentes vêm enfrentando diversas mazelas e expressões da questão social como a violência, fome, miséria, desnutrição, negligência, falta de acesso à saúde, vivendo sendo um mínimo de dignidade humana. Essa

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: jaqueline.teixeira@ufv.br

² Assistente Social. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Campinas (UNICAMP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica e do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8108-5370>. E-mail: rcfarias@ufv.br

³ Doutorando em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Bacharel em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0290-3601>. E-mail: douglas.bortone@gmail.com

situação se demonstra ainda pior quando se trata de adolescentes que cometeram atos infracionais, tendo em vista, o tratamento e julgamentos que recebem. Ao longo dos anos, houve mudanças significativas com relação aos direitos das crianças e adolescentes no país. Entretanto, mesmo diante dos avanços, ainda se nota a necessidade de readequação nas políticas que atendem esse segmento etário.

Apesar das políticas protetivas, definidas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, verifica-se uma grande evasão no cumprimento das medidas socioeducativas, pois os equipamentos públicos de atendimento não dispõem de um quadro profissional suficiente que atendam as demandas dos adolescentes. Além disso, em vários casos, ocorre a reincidência no ato infracional e, muitas vezes, as medidas socioeducativas são aplicadas sem a conjunção das ações previstas no ECA, se caracterizando apenas com uma punição aplicada ao adolescente infrator (Monte; Sampaio, 2011).

Posto isso, este estudo se propõe a estudar algumas limitações e possibilidades presentes nas políticas públicas voltadas para os adolescentes que cometeram atos infracionais. O aumento da criminalidade em nosso país e da não redução da inserção desses adolescentes no sistema socioeducativo motivam questionamentos quanto ao cumprimento do que está estabelecido no ECA.

Verifica-se que, ao invés do Estado buscar formas de prevenir a inserção dos adolescentes no mundo do crime ou reinseri-los na sociedade de maneira segura, de modo a evitar a reincidência no cometimento de atos infracionais, verifica é a manutenção das ações que eram praticadas antes do ECA. Por exemplo, recentemente, iniciou-se uma discussão no Senado Federal na qual se propunha à redução da maioria penal.⁴ Ou seja, em vez de buscar compreender o contexto em que os adolescentes estão inseridos e os motivos que os levaram ao cometimento do ato infracional, buscando aplicar medidas mais estruturais que coibirão o cometimento e a reincidência em tal ato, verifica-se as medidas aplicadas não atingem a raiz da questão.

⁴ O projeto que foi proposto pela primeira vez em 1993, cujo objetivo era reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos, voltou a ser discutido em 2015 no cenário político brasileiro. Diferente do texto original, as alterações que resultaram na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 115/2015 sugeriram que apenas jovens de 16 e 17 que cometessem crimes hediondos deveriam responder legalmente por seus atos. Após amplas discussões e consulta pública, a tramitação da PEC 115/2015 encontra-se encerrada e arquivada, permanecendo a maioria penal em 18 anos em todo território nacional. Para saber mais: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122817>.

Isto posto, este trabalho tem como objetivo levantar os fatores que limitam o cumprimento das medidas socioeducativas pelos adolescentes que cometeram atos infracionais. Para cumprir com esses objetivos foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e uma entrevista semiestruturada com os profissionais atuantes no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de um município de médio porte de Minas Gerais. Na estruturação do artigo, discute-se, primeiramente, a efetividades das políticas públicas frente ao minimalismo neoliberal, para depois discutir a percepção dos profissionais sobre as políticas e medidas socioeducativas que atendem os adolescentes infratores no CREAS de um município de médio porte de Minas Gerais.

A EFETIVIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE AO MINIMALISMO NEOLIBERAL

A elevação do número de adolescentes envolvidos em atos infracionais foi discutida no bojo do processo de redemocratização do país, na década de 1980. A atuação dos movimentos sociais após 21 anos de ditadura possibilitou obter alguns avanços dos direitos a população por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, que foi a constituição mais democrática e cidadã já instituída no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) reconheceram os adolescentes como sujeitos de direito que requerem prioridade absoluta no atendimento, por estarem em condição de desenvolvimento. Essas normativas consideram que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de resguardar e garantir às crianças e aos adolescentes o bem-estar no convívio social.

Entretanto, logo após a aprovação dessas normativas, o presidente da república, Fernando Collor de Mello, em 1990, iniciou o processo de implementação do neoliberalismo, com a abertura do Brasil ao mercado internacional, privatização de empresas estatais e alterações nas leis trabalhistas. A onda neoliberal se alavancou nos governos seguintes (Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro) que continuaram privatizando as empresas estatais, além de reduzirem os cargos públicos e diminuir drasticamente os investimentos públicos (Bezerra, 2024).

O neoliberalismo ainda se encontra bem presente e enraizado na nossa sociedade, com implementação de medidas voltadas para a flexibilização do trabalho e o trabalho terceirizado, sem a garantia dos direitos trabalhistas. Na manutenção de um Estado que dedica o mínimo para as políticas sociais, promove-se o desfinanciamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência), transportando sua responsabilidade para as Organizações da Sociedade Civil (OSPs). Esse minimalismo atinge diretamente toda a população, notadamente a mais pauperizada, que depende das políticas sociais, violando drasticamente os direitos humanos duramente conquistados por meio das lutas sociais.

No caso dos adolescentes que cometem atos infracionais, apesar da existência do ECA e das políticas oriundas do ECA, Passos (2018) afirma que o número de adolescentes em conflito com a lei, em privação ou restrição de liberdade é crescente. O levantamento anual realizado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) aponta que, no ano de 2017, havia 143.316 adolescentes infratores no Brasil em cumprimento das medidas socioeducativas nas instituições na modalidade meio aberto e meio fechado, o que corresponde a um número bastante elevado.

O cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto acontece no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), sob atuação de assistentes sociais e psicólogos. Nesse espaço de atuação, o profissional formado em Serviço Social irá intervir na realidade, buscando atender as demandas dos usuários e cumprir com a defesa intransigente dos direitos humanos; com a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas a garantir o acesso aos direitos da população usuária dos serviços, com defesa da democracia, se posicionando em favor da equidade e justiça social, que são princípios fundamentais previstos no Código de Ética da profissão.

Nesse espaço de trabalho, os assistentes sociais enfrentam grandes desafios para cumprir com o compromisso assumido no Projeto Ético-Político e Código de Ética da profissão. Conforme Raichelis (2009, p.02), o Serviço Social tem como premissa “intervir nos processos ligados ao enfrentamento da questão social, em suas mais agudas manifestações, que se renovam e se atualizam diante das diferentes conjunturas sociopolíticas”.

Porém, diante do minimalismo das políticas públicas, esse profissional tem encontrado sérias limitações para realizar o seu trabalho de forma efetiva, assegurando os direitos da população, especialmente, dos adolescentes infratores. Entretanto, muitas vezes esses

adolescentes já chegam nos equipamentos com os seus direitos violados. Ao serem encaminhados para a assistência e o atendimento socioeducativo, nem sempre encontram respostas para as suas demandas devido aos serviços precarizados e a falta de recursos da rede protetiva.

Os dados relativos aos adolescentes em cumprimento a medidas socioeducativas mostram que as ações implementadas para ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei não estão sendo efetivas. Dessa forma, é fundamental que o Estado implemente ações e políticas mais efetivas para a redução da criminalidade juvenil, evitando a reincidência dos adolescentes no cometimento de atos infracionais.

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CREAS SOBRE AS POLÍTICAS E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS QUE ATENDEM OS ADOLESCENTES INFRATORES

Para um maior entendimento de como se dá a aplicação das medidas socioeducativas e o acompanhamento dos adolescentes dentro do CREAS, foi realizada uma entrevista com os profissionais responsáveis pelo atendimento e pelos acompanhamentos dos adolescentes desde o primeiro contato com a unidade até a finalização do cumprimento da medida. No CREAS do município em estudo, há quatro os profissionais responsáveis, cujo grupo é composto por uma assistente social, uma psicóloga, uma advogada (que exerce a função de coordenadora da unidade) e um técnico de referência (de nível médio).

Na busca por compreender quais são as maiores limitações e desafios encontrados por estes profissionais no que se refere às políticas públicas e aplicação das medidas socioeducativas, foi feito entrevistas com esses profissionais. Diante das respostas dos entrevistados, se observa que existem diversos percalços em torno da efetivação e cumprimento das medidas socioeducativas no município em estudo. Esses obstáculos afetam não somente o adolescente, como também os seus familiares e os profissionais que atuam na área socioeducativa.

Durante a análise das falas dos profissionais, uma das limitações encontradas foi a evasão nas medidas socioeducativas. Em decorrência do não cumprimento da medida socioeducativa, ocorre a inviabilização do acompanhamento dos adolescentes. Sem esse

acompanhamento, o adolescente pode não ser introduzido no ambiente escolar, quando há a necessidade, e tão pouco é compreendido o contexto no qual ele está inserido. Não se torna possível conhecer as motivações que os impeliram a praticar o ato infracional, como também quais são suas necessidades e demandas. Muitas das vezes, essa evasão ocorre diante da demora para a deliberação das medidas socioeducativas, como afirma alguns dos profissionais entrevistados:

[...] a partir do momento que é levado ao judiciário, após uma audiência, vai ser determinado qual medida ele vai cumprir, se for de prestação de serviço comunitário ou de liberdade de assistida, porém, às vezes a gente recebe esse ofício comunicando que esse jovem vai iniciar a prestação de serviço depois de um tempo que essa audiência já foi realizada, porque na audiência, eles assinam a ata da audiência se comprometendo a comparecer ao CREAS e trazer o documento, a ata, a sentença, determinando a medida que ele vai cumprir, qual que é o período, só que muitos adolescentes não vêm, então essa evasão ocorre, às vezes, deles não comparecerem para trazer esse documento. (Entrevistado nº1, 2023)

[...] Então, quando chega a ser julgado, e seria para ele cumprir a medida, às vezes ele já atingiu a maioridade. E, às vezes, ele já está trabalhando. Então, tirá-lo da rotina de trabalho para vir ao CREAS, acaba sendo muito delicado. (Entrevistado nº2, 2023)

Assim, como ocorre essa demora para o encaminhamento, o adolescente e a sua família não serão atendidos, o que pode corroborar para um agravamento na expressão da questão social pela qual essa família é acometida. Se eles se encontrarem em situação de vulnerabilidade social, não será realizado o encaminhamento para a Assistência Social do município e não haverá o cadastramento em programas e benefícios de transferência de renda.

Se houver qualquer tipo de conflito familiar que esteja dificultando o convívio e o bem-estar desse adolescente, decorrendo em algum tipo de risco social, não ocorrerá nenhuma medida ou inserção em grupos ou oficinas voltadas para o fortalecimento de vínculo. Assim, toda essa problemática afeta também o fazer profissional dos profissionais, que lidam com esses adolescentes, já que, diante das condições citadas acima, este profissional fica praticamente impedido de cumprir com suas atribuições e atender de forma qualitativa tanto esses adolescentes quanto os seus familiares.

Outro aspecto levantado nas entrevistas foi a falta de infraestrutura adequada e poucos investimentos e recursos. Diante da onda neoliberal que se assolou em nosso país a partir de 1990, diversas políticas públicas e sociais vêm sofrendo com a falta de investimentos e

(des)financiamento, ocasionando na precariedade da oferta dos serviços para a população. Assim sendo, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, como tantas outras, também é afetada. Sendo o CREAS uma das unidades onde se concretiza essa política, este também vivencia na prática a falta de recursos e falta de infraestrutura para atender as demandas da população, deixando de cumprir com o que está previsto na Constituição Federal. Como é possível ver nas falas dos profissionais a seguir:

[...]Sim, e o equipamento necessário que a gente precisa. Uma sala adequada para poder fazer as palestras, uma dinâmica, reunir eles. A gente tem essa dificuldade. A gente pega uma outra sala, que não seja aqui do CREAS, mas uma outra sala em outro setor. Aí a gente tem que agendar. Então, tem essa dificuldade que talvez o agendamento que a gente precisa fazer, a da palestra dos adolescentes, não está disponível naquela sala. E aí vem dificultando. É uma deficiência. (Entrevistado nº3, 2023)

[...]Infelizmente, atualmente, eu acho as medidas socioeducativas muito pouco eficientes, já que, há um baixo investimento em capital humano e material nas políticas voltadas para esse público. Carece de uma valorização e atenção maior por parte dos gestores e formuladores de políticas públicas. (Entrevistado nº4, 2023)

Perante o minimalismo que afeta as políticas públicas e sociais, a oferta de serviço para o público demandante acaba sendo muito precária e defasada, pois não há uma infraestrutura adequada para realizar os atendimentos, já que, o equipamento não possui salas e espaços suficientes para a realização dos atendimentos, oficinas, rodas de conversas, entre outros. Além disso, para o acompanhamento dos familiares e dos adolescentes, é necessário realizar visitas domiciliares, que são de suma importância para que os adolescentes tenham suas demandas e necessidades ouvidas, para que possam ser articuladas medidas e encaminhamentos indispensáveis, mas, devido ao fato de nem sempre haver carros disponíveis para a realização destas visitas, o serviço fica comprometido.

Outro aspecto que apareceu nas entrevistas foi o quadro de profissionais insuficiente para atender os adolescentes de forma qualitativa. A questão de o equipamento possuir poucos profissionais para atender todas as demandas que chegam, é uma das limitações encontradas e que decorre devido ao minimalismo das políticas perante a onda neoliberal. No CREAS, os profissionais que são responsáveis por atender os adolescentes infratores, também são responsáveis por atender os outros usuários do equipamento. Estes profissionais acabam tendo pouco tempo para dedicar-se aos adolescentes e realizar um melhor acompanhamento com eles.

Além do mais, como o número de demandas destes profissionais é alta, acaba gerando um desgaste e uma sobrecarga de trabalho, diante da rotina acelerada, como afirmam alguns dos entrevistados.

[...] Falta investimento em capital humano aqui. (Entrevistado nº4, 2023)

[...] Então, ela é bem acelerada, né? Porque assim como o CRAS é porta aberta, o CREAS também é. Só que a gente tem aqui várias demandas. Então, a rotina em si, ela é acelerada e a gente não consegue atender todas as demandas. Uma deixa a desejar e a outra a gente faz com excelência, né? Mas todas a gente tenta acolher de todas as formas para que o usuário saia satisfeito, né? Com aquilo que ele está passando. (Entrevistado nº3, 2023)

[...]Então, assim, são dois técnicos para atuar, né, com o idoso, com necessidades especiais e a medida socioeducativa. Então, assim, por mais que a gente se esforce muito mesmo para dar conta de tudo, muitas vezes um serviço ou outro vai ficar a desejar, né? Infelizmente, sabe? Então, assim, a demanda é muito grande. Um dos motivos também de, talvez, ter uma evasão muito grande. (Entrevistado nº 2, 2023)

Durante a realização das entrevistas, alguns profissionais também relataram que o fato de ser um profissional do sistema socioeducativo acaba afetando sua vida pessoal de alguma forma. Seja por ansiedade ou por medo, alguns dos adolescentes que chegam na unidade estão em contextos familiares com profundas vulnerabilidades sociais e até mesmo em situação de conflito. Desse modo, caso eles se sintam contrariados, estes podem apresentar um comportamento rude.

Logo, o convívio com esses adolescentes pode despertar um pouco de ansiedade a estes profissionais, já que, aconteceu casos em que alguns profissionais chegaram a ser ameaçados por adolescentes que foram encaminhados para a unidade. Isso pode ocorrer devido à falta de preparo dos profissionais, ou até mesmo da própria expressão da questão social que eles vivem. Portanto, emerge-se a necessidade de um treinamento e acompanhamento para a equipe que trabalha com as medidas socioeducativas, visando não somente o bem-estar físico e mental destes profissionais, como também um melhor preparo e aperfeiçoamento para o trabalho e atendimento com esses adolescentes.

Por fim, as entrevistas apontaram como limitador da política a inexistência de uma Vara Especializada da Infância e Juventude no município. O município em estudo possui uma Vara Criminal, Infância e Juventude e Execuções da Comarca, vinculada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Este órgão não é responsável apenas pelas classes processuais regidas pela Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, ele é responsável por processos e

procedimentos de natureza variáveis, como processos civis e criminais de toda a comarca. Diante disso, este órgão recebe diariamente muitas demandas, e acaba não dando conta de fazer todas as deliberações e procedimentos referentes aos adolescentes e medidas socioeducativas em tempo hábil. Devido a inexistência de uma Vara Especializada da Infância e Juventude, há uma longa demora nos encaminhamentos dos adolescentes infratores para o cumprimento das medidas socioeducativas no CREAS.

Além disso, a comarca também atende 11 municípios vizinhos, sendo que, no Fórum do município atuam somente duas assistentes sociais, as quais são responsáveis por atender todas as demandas de toda a comarca. Diante disso, elas acabam ficando sobrecarregadas e demandando um tempo maior para a realização de seu trabalho.

[...] Quando fala de medida socioeducativa, a gente fala muito da questão da Vara Especializada da Infância e Juventude, né? Vara Especializada da Infância e da Juventude, que nós não temos aqui no município. Então, acaba que eles não dão tanta prioridade para esses casos, acaba se prescrevendo, arquivando, e aí a gente tem como reflexo adolescentes que não têm esse compromisso, não assumem esse compromisso. (Entrevistado nº 1, 2023)

[...] Do julgamento ser mais rápido. Não demorar tanto. Porque não tem uma... Uma rede aqui, né? Uma promotoria de justiça específica para isso. Da juventude, da vara da criança, da adolescência e juventude ali. Que é uma vara que julga outras inúmeras situações, às vezes até mais grave. Então, se essas que são mais tranquilas, mas que pode sim ter o impacto, elas vão ficando para lá. Então, quando elas são julgadas, muita coisa já aconteceu, muita água já passou por debaixo da ponte. E, às vezes, não faz nem sentido mais trabalhar aquela questão ali com aquela pessoa. (Entrevistado nº 3, 2023)

Quando ocorre as deliberações e encaminhamentos, os adolescentes já alcançaram a maioridade e já estão em vida adulta e às vezes não possuem disponibilidade de cumprirem as medidas. Foi relatado por um dos entrevistados que em algumas situações, esses jovens já nem lembram mais o ato infracional cometido, e pelo fato de alguns deles já estarem inseridos no mercado de trabalho, fica inviável impor que eles vão até o CREAS para o cumprimento da medida socioeducativa.

Os profissionais entrevistados acreditam que se houvesse no município a Vara Especializada da Infância e Juventude, os processos envolvendo crianças e adolescentes seriam tratados com mais prioridade, o que não ocorre na realidade, já que, muitas das vezes esses processos demoram anos para serem resolvidos e enquanto isso o adolescente infrator fica

desamparado pela justiça e pela assistência e proteção social, não recebendo nenhum acompanhamento ou ao menos o atendimento de suas demandas mais essenciais.

Nenhuma ação é feita durante esse tempo, seja para reintegrá-lo e para fazê-lo compreender as consequências de sua conduta ou mesmo para encaminhar para uma unidade de saúde ou inseri-lo na escola. Ações cruciais e indispensáveis que deveriam ser efetivadas, pois, são direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o minimalismo das políticas públicas e sociais permeadas pela onda neoliberal assolada no país, na qual o Estado diminui o seu papel referente a oferta das ações e serviços e bens sociais. O Estado investe no mercado e na iniciativa privada, enquanto as políticas públicas e sociais são negligenciadas e sem receber quaisquer melhorias ou investimentos. Ocorre uma contribuição para o sucateamento destas políticas, decorrendo na falta de contratação de pessoal, na falta de recursos e bens materiais essenciais, na precariedade no oferecimento dos serviços e na falta de infraestrutura adequada para a oferta desses serviços.

Portanto, identificou-se uma defasagem nos recursos disponíveis, devido à falta de investimento na PNAS. Assim, emerge-se um maior investimento do Estado nestas políticas que são essenciais para a população. Com um maior investimento, seria possível fornecer um local adequado e um ambiente mais agradável para a realização das consultas e atendimentos, como também ter disponível um veículo para os profissionais realizarem as visitas domiciliares, instrumento crucial para a compreensão do contexto no qual está inserido o adolescente. Sem esses recursos o acompanhamento e os atendimentos aos adolescentes, como também a efetivação do trabalho do assistente social e dos outros profissionais ficam praticamente inviáveis, impedindo o cumprimento com as suas atribuições do equipamento e a efetivação dos direitos humanos dos adolescentes que cometeram atos infracionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Julio Cesar de Carvalho. O aumento de jovens na criminalidade e a omissão dos familiares e do estado. 2018. Monografia (Bacharel em Direito) - Curso de Direito – Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES/UNITA, Caruaru, 2018.

BENEVIDES, Jamille; DANIEL, Rosangela; BERWIG, Solange Emilene. Políticas Públicas e Estatuto da Criança e do Adolescente–Materialização dos Direitos das Crianças e Adolescentes. III Seminário Internacional de Ciências Sociais-Ciência Política de, v. 18, 2014.

BEZERRA, Juliana. Neoliberalismo no Brasil. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/neoliberalismo-no-brasil/>. Acesso em: 4 abr. 2024

BRASIL. Medidas socioeducativas em meio aberto: Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas nas modalidades de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida. Brasília-DF, Ministério do Desenvolvimento Social. 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/SNAS_Cartilha_Medidas_SocioEducativas_Web.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 julho 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2021.

FRANCISCO, Julio Cesar; MARTINS, Marcos Francisco. Perspectivas da Educação Não Escolar no Trato com Jovens Infratores. **Educação & Realidade**, v. 42, p. 283-297, 2017.

MONTE, Franciela Félix de Carvalho; SAMPAIO, Leonardo Rodrigues; ROSA FILHO, Josemar Soares; Barbosa, Laila Santana. Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. **Psicol Soc** [Internet]. 2011Jan;23(1):125–34. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100014>.

OLIVEIRA, Carmen S. de et al. **Criminalidade juvenil e estratégias de (des)confinamento na cidade**. Revista Katálysis, v. 9, p. 53-62, 2006.

PASSOS, Thaís Cristina Alves. Letalidade infanto-juvenil: dados da violência e políticas públicas existentes. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. 110 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/conada/letalidade-infanto-juvenil-dados-da-violencia-e-politicas-publicas-existentis>. Acesso em: 11 de março de 2024.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. **Serviço social**, p. 377-391, 2009.

RODRIGUES, Mariana Almeida; ALVES, Vitória Beatriz Santana. A exploração do trabalho infanto-juvenil no modo de produção capitalista e o impacto das ações de políticas públicas para a sua redução no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1914>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018.

A MERCANTILIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS SEXUAIS PRATICADAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Ana Livia Ferreira Queiroz¹

Resumo: O presente artigo, objetiva analisar como a indústria cultural tem impactado no incentivo às violências sexuais praticadas contra crianças e adolescentes no Brasil. As violências sexuais se dividem em duas categorias: abuso sexual e exploração sexual. Por meio de estudos exploratórios realizados em 2023, foi possível verificar que o abuso é um comportamento inadequado de cunho sexual de um adulto para sua própria satisfação ao violar a dignidade e a integridade de crianças e adolescentes. Já a exploração sexual é uma forma de mercantilização da sexualização de crianças e adolescentes ao promover a pornografia e prostituição infantojuvenil. O artigo problematiza análises sobre os desafios ligados às violências sexuais presentes na contemporaneidade, percebendo a necessidade de sua desnaturalização, até para que possam ser enfrentadas.

Palavras-chave: Violência sexual; Indústria cultural; Pornografia; Exploração sexual; Crianças e adolescentes.

Abstract: The present article aims to analyze how the cultural industry has impacted the encouragement of sexual violence against children and adolescents in Brazil. Sexual violence is divided into two categories: sexual abuse and sexual exploitation. Through exploratory studies conducted in 2023, it was possible to verify that abuse is an inappropriate sexual behavior by an adult for their own satisfaction by violating the dignity and integrity of children and adolescents. On the other hand, sexual exploitation is a form of commercialization of the sexualization of children and adolescents by promoting child pornography and prostitution. The article problematizes analyses of the challenges related to sexual violence present in contemporary society, recognizing the need for their denaturalization in order to be addressed.

Keywords: Sexual violence; Cultural industry; Pornography; Sexual exploitation; Children and adolescents.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) busca garantir os direitos de crianças e adolescentes quando ocorrem situações em que os adultos usam desses jovens recorrendo a indução, coação ou forçando-os a práticas sexuais. A violência sexual praticada contra crianças

¹ Ana Livia Ferreira Queiroz acadêmica do terceiro período do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Estagiária do departamento da Diretoria de Documentação e Informações na mesma Universidade.

e adolescentes, existe por diversos fatores e atinge crianças e adolescentes independente da raça, da religião, do poder econômico ou do sexo. Contudo é válido destacar que meninas são mais atingidas do que os meninos, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou uma pesquisa em 2022, que mostra a evolução dos casos de estupro no Brasil onde em 2021 58,8% das vítimas são meninas com menos de 13 anos. Essa realidade é preocupante e evidencia a necessidade de medidas que visem a proteção das crianças e adolescentes. Segundo o Artigo 5º da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

As violências sexuais praticadas contra crianças e adolescentes se dividem em duas categorias de análise essenciais: o abuso sexual e a exploração sexual, são práticas que violam a integridade e os direitos das vítimas. O abuso sexual pode ser compreendido como a violação sexual que uma pessoa mais velha pratica contra a criança ou o adolescente, a ação praticada pelo indivíduo pode ser por meio das mídias sociais ou de modo presencial, pode ser intrafamiliar ou extrafamiliar.

A exploração sexual, em contrapartida é diferente do abuso, pois ela é a mercantilização do sexo e o modo como as crianças e os adolescentes se tornam objetos sexuais para a obtenção de lucro, troca ou vantagem. É uma forma de expressão da “questão social” significada por Iamamoto (2001) como,

[...] A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (Iamamoto, 2001, p.16).

Ou seja, a “Questão Social” é fruto do capitalismo, e o modo de produção (MPC) capitalista gera as contradições presentes na sociedade, e a intensificação da indústria da cultura como mercadoria é a implicação da mercantilização da exploração sexual, que é um modo de lucrar e tirar vantagens de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Entende-se então, que o indivíduo não participa do processo de escolha do seu próprio futuro, mas sim é imposto em uma para ele o modo como deve aceitar sua condição de explorado.

A exploração sexual se expressa de quatro formas: redes de prostituição, pornografia, tráfico de pessoas e turismo sexual. No Brasil, pode se perceber que a indústria cultural contribuiu para o aumento e incentivo das violências sexuais praticadas contra as crianças e os adolescentes ao validar uma “cultura de massa” e essa massificação pode se relacionar a sexualização infantil e a exposição precoce em uma sociedade em que a cultura é mercantilizada, afinal qual a função da indústria cultural senão legitimar ideologicamente o sistema capitalista?

Na obra de Nobe (2004), é apresentado a Teoria Crítica sob a perspectiva de análise dos autores Adorno e Horkheimer que conceituaram a Indústria Cultural. Na década de 1930, a Escola de Frankfurt nomeia a Indústria Cultural para definir a industrialização da cultura produzida em massa para virar uma mercadoria que gera o lucro e a alienação das pessoas, a indústria cultural surge para reforçar o capitalismo onde a cultura deixa de ser uma experiência reflexiva e se torna um processo de padronização da população.

Na Escola de Frankfurt, os pensadores buscavam reformular a teoria crítica e o marxismo com base em suas compreensões das relações sociais em sua totalidade, criticando o crescimento acelerado do capitalismo e o modo como a indústria da cultura “obedecia” ao capitalismo. Nobe (2004) afirma que a teoria crítica é uma abordagem que tem como base o pensamento de Marx, que analisava a sociedade de forma crítica estudando como os movimentos políticos, sociais e econômicos interferiam na vida das pessoas.

A indústria cultural, contribuiu indiretamente para a exploração sexual, colaborando com a propagação da pornografia a transformando em um produto que é de certo modo de fácil acesso. A pornografia é crime previsto pelo Art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que visa a proteção dos direitos dos menores contra a venda ou exposição de conteúdo pornográfico envolvendo sua imagem, com isso é preciso entender a causa da mercantilização da cultura na sociedade brasileira e como ela está interligada a mercantilização da criança e do adolescente.

DESENVOLVIMENTO

Na contemporaneidade as músicas, as roupas e as mídias sociais em síntese se tornam meios de divulgação e exposição precoce dos menores, pois a internet se torna palco para a criminalidade, facilitando o acesso dos pedófilos aos menores, o criminoso utiliza uma

identidade falsa para ganhar a confiança dos menores e conseguem pedir imagens e conteúdos sexuais por meio de ameaças e coações.

A pedofilia segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) desde os anos 60, é um transtorno de preferência sexual, em 2021 foi realizado o projeto de lei 4299/20 realizado pela ex-deputada Rejane Dias (PT-PI) para definir crime a pedofilia no Código Penal, pois apesar de ser uma prática enquadrada em artigos sobre crimes de violência sexual contra vulneráveis, no código penal não existe de fato uma criminalização específica para a pedofilia.

Na sociedade brasileira atual existe uma “cultura da pedofilia” onde ocorre uma grande sexualização de meninos e meninas vulneráveis para abusos e explorações sexuais. Essa cultura está enraizada na estrutura social em uma sociedade que mercantiliza as relações sociais e banaliza a cultura no país, normalizando comportamentos problemáticos que se reproduzem há anos nessa sociedade patriarcal que legitima a violência sexual praticada contra meninas.

A “cultura do estupro” promove a naturalização da sexualização de meninas em um cenário social em que a indústria mercantiliza a exploração sexual infantil e objetifica o corpo feminino, afinal a estrutura machista e patriarcal, sexista e misógina, não foi corrompida pela sociedade contemporânea, apenas reforçada por ela, pois as crianças e adolescentes são tratadas como meras mercadorias na manutenção de uma rede de tráfico de drogas e da prostituição. A cultura ideológica do capitalismo é perversa, sempre reforçando a ideia de que tudo e todos devem ser tratados como mercadoria, contribuindo para o processo de acumulação e isso chega a ser algo bárbaro. O capitalismo transforma a cultura em mercadoria, e impõe uma massificação aos cidadãos que passam a viver de acordo com aquilo que foi imposto e sem que eles percebam ficam vivendo em um ciclo de alienação, normalizando as produções culturais que sexualizam as meninas, e a “novinha” é culpabilizada pelos crimes do seu agressor como se ela tivesse pedido para ser abusada.

De acordo com a revista britânica “The Economist” (2015), no Brasil o termo mais pesquisado em sites de pornografia é “novinha”, contudo, as jovens não são aliciadas e abusadas apenas pelos pedófilos, outros criminosos vendem materiais pornográficos promovendo a exploração sexual infantil que pode levar ao tráfico de crianças e a prostituição. Mas quem são os abusadores? Afinal, apenas 20% das violências sexuais praticadas contra crianças e adolescentes são praticadas por pedófilos, em 2022 o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou uma pesquisa que informa que 17,5% dos abusadores são desconhecidos das vítimas e

82,5% são pessoas conhecidas das vítimas, os dados do gráfico é composto por pais/padrastos 40,8%, irmãos/primos e outros parentes com 37,2% e outros que compõem 13,3%.

Analisando o estudo do Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2021), do UNICEF, é perceptível que diversos casos de estupro contra menores são registrados e o criminosos em sua maioria são conhecidos da vítima, no entanto, a sociedade ainda precisa se conscientizar que a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes é um problema social que precisa ser solucionado.

Nesse sentido, o MPDFT (2015) enfatiza a necessidade do combate as violências sexuais práticas contra crianças e adolescentes,

O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes necessita de engajamento da sociedade, de instituições, famílias e do governo na prevenção dos crimes sexuais, no fortalecimento das denúncias e no comprometimento das instituições para que juntas possam, por meio de ações acolhedoras e eficazes, garantir a proteção integral de crianças e adolescentes (MPDFT, 2015, p.7.).

Quanto mais anônima for a pornografia, mais demandas terão de possíveis consumidores, afinal a pornografia é muito acessível atualmente visto que a internet é um eficaz meio de busca, a pessoa apenas digita o que quer e no mesmo momento aparece várias informações sobre o que foi pesquisado.

A indústria da pornografia digital consegue ganhar mais de 3 mil dólares por segundo, ela é o primeiro contado dos adolescentes com sexo, sendo uma espécie de educação sexual porque dentro de casa os jovens não podem falar abertamente com os pais sobre sexo e esse é um tabu que precisa ser quebrado, pois eles têm um acesso muito fácil a uma pornografia violenta que vai ensinar e incentivar eles que sexo é aquilo que ele assiste, esses garotos têm grandes chances de se tornarem abusadores dando continuidade em um ciclo que se perpetua há muitos anos nessa visão dá mulher como um objeto sexual para homens, onde elas devem estar disponíveis sempre para eles e que se por livre vontade elas não quiserem o sexo os homens vão e “pegam a força”.

É evidente que a pornografia cria um ciclo de naturalização do abuso e uma crise na saúde pública visto que os jovens assistem aos conteúdos pornográficos e reproduzem aquilo, no entanto, ocorrem problemas como doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce.

A exploração sexual infantil é o começo da violência, onde a sociedade não se interessa, pois é algo tão horrível que causa um distanciamento. Com isso muitas vezes o criminoso fica impune e o processo enraizado do patriarcado na sociedade vai cada vez mais ganhando força, as meninas devem ser submissas e as pobres e pretas ainda mais.

A vítima precisa de defesa e o criminoso se responsabilizar pelos seus atos, afinal, em um cenário em que uma menina de 13 anos transa com um homem de 45 anos é evidente quem é a vítima e quem é o criminoso. Essa cultura promovida pela indústria, onde se torna uma prática permissiva situações de estupro de vulnerável, a sexualização precoce e o casamento infantil em um país como o Brasil que é um país com um forte patriarcado e com muita desigualdade social, a pobreza é um mecanismo que enfatiza a necessidade do indivíduo de saciar a fome, sustentar o vício em drogas, consumir bens materiais ou até mesmo ajudar no sustento da casa. Diante do exposto, entende-se que essa exploração infantil é um fenômeno que deve ser eliminado e a sociedade precisa parar de naturalizar situações problemáticas e criminosas.

Conforme o The Freedom Fund (2023), estima-se que 500 mil crianças e adolescentes sejam forçados à exploração sexual comercial no Brasil e apesar da exploração sexual infantojuvenil no Brasil ser um crime combatido pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da criança e do adolescente (ECA) e está previsto no código penal, não significa que ela não acontece.

A exploração sexual está presente no cotidiano das pessoas, as meninas, principalmente, vítimas da exploração são invisibilizadas e apesar da sociedade as culpabilizar, elas são vítimas e isentas de responsabilidade, pois elas não têm culpa do contexto em que estão inseridas, tendo que se prostituir para conseguir dinheiro, o criminoso que “paga” pelo programa é o único que deve ser culpabilizado, pois ele é o adulto, com a obrigação de pelo menos contatar as autoridades para que a menor saía daquela situação de vulnerabilidade e não ir atrás da “novinha” para promover mais a violência sexual.

No filme *Anjos do Sol* (2006), dirigido por Rudi Langemann é retratado a exploração sexual e o tráfico infantil, no filme um homem vai a um povoado muito pobre para se aproveitar da situação precária das famílias e negocia com eles que se eles venderem os filhos essas crianças em tese teriam uma melhora de vida, o criminoso compra Maria e a leva para a capital para ser vendida para uma cafetina que leiloa Maria para um fazendeiro que força relações sexuais com ela. Esse fazendeiro manda Maria para o Amazonas em um povoado de garimpeiros para viver

em um bordel e lá todos os dias ela é forçada a se prostituir, um tempo depois ela consegue fugir desse bordel, todavia se coloca em uma situação que precisa trabalhar para uma cafetina, inconformada com aquela situação de está inserida novamente no contexto de seu corpo ser uma mercadoria Maria foge novamente e em meio as rodovias, pega carona com um caminhoneiro e o preço para a carona é o sexo. Toda essa situação explícita no filme ocorre no cotidiano brasileiro, quantas “Marias” não existem e ficam a vida toda vivendo em meio a diversas violências, se tornando apenas uma mercadoria para a indústria do crime?

[...]Era só uma menina que dedicou a vida a amores de quinta, é claro que ela já sonhou em se casar um dia, não estava nos planos ser vergonha pra família, cada um que passou levou um pouco da sua vida e o resto que sobrou ela vende na esquina (MENDONÇA,2021).

Segundo a ONU: “O tráfico de pessoas é caracterizado pelo "recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força, ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade, ou de dar ou receber pagamentos, ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração”.

Para compreender a exploração sexual dentro do tráfico de pessoas é preciso entender o que é o tráfico de pessoas. Sem dúvidas o tráfico de pessoas para fins a exploração sexual no Brasil possui muitas problemáticas, porque para acabar com o tráfico de crianças e adolescentes é prudente que todas as questões que impulsionam este mercado ilegal sejam extintas, pois a desigualdade social auxilia nos aliciamentos das meninas e meninos que vivem na periferia e se tornam vítimas de uma organização criminoso que visa o lucro por meio da prostituição.

Mesmo sendo uma prática criminoso, o tráfico de crianças e adolescentes para a exploração sexual é uma prática muito comum e recorrente na sociedade contemporânea, tendo em vista que a globalização intensificou a desigualdade social e conflitos estruturais do Brasil, onde em pleno século XXI o crime organizado está cada vez mais forte, apesar de meninos também serem traficados as vítimas são, majoritariamente, meninas pretas, com baixa escolaridade, pobres e predominantemente de 15 a 17. E embora a pobreza não seja um fator determinante, ela auxilia para que as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade se tornem possíveis vítimas.

De acordo com dados da Organização mundial do trabalho (OMT), o tráfico humano movimentava cerca de 32 milhões de dólares por ano e 79% das vítimas são destinadas à prostituição. A lei 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) do artigo 239, se criminaliza o tráfico de crianças e adolescentes no Brasil, apesar de ainda ser uma prática muito poderosa, tendo em vista que o Norte e o Nordeste sejam as principais rotas de tráficos de mulheres e adolescentes, no âmbito nacional e internacional, mesmo com sua criminalização a prática de comercializar pessoas ainda ocorre e os criminosos ficam impunes. O tráfico de crianças e adolescentes é uma forma de exploração sexual que ocorre de forma disfarçada por agências de modelo, de turismo, namoro-matrimônio, propostas de trabalho internacional e mais raramente por agência de adoção ilegal.

A maioria dos brasileiros acusados nos inquéritos e processos examinados está associada a um conjunto de negócios escusos (drogas, prostituição, lavagem de dinheiro e contrabando), que, por sua vez, mantêm ligações com organizações sediadas no exterior (OIT, 2006, p.23).

O tráfico é um grave problema social no país, com o poder de impactar para sempre a vida de quem está inserido neste meio, é uma organização criminosa composta por muitas facetas que se interligam, pois o tráfico de drogas e o tráfico de armas está diretamente ligado ao tráfico de pessoas. Quando são traficadas as meninas são forçadas a se prostituírem e se inserirem no mundo pornográfico, esses conteúdos de pornografia infantil não aparecem apenas na deepweb, mas também na internet comum de forma velada e naturalizada muitas vezes pela população. O enfrentamento dessas violências, pode ser feito pelo desenvolvimento da autoproteção da criança e pelo fortalecimento mental dos adultos que cuidam dos menores, os adultos precisam ensinar autoproteção, educação sexual e de gênero para meninas e meninos, pois são medidas importantes e eficientes para o enfrentamento das violências sexuais práticas contra crianças e adolescentes.

A “Questão Social” é o objeto de estudo e trabalho do assistente social, fruto de um sistema capitalista onde a expropriação e a exploração da classe trabalhadora é um fato. Compreender que existe um sistema violador de direitos sempre reprimindo os menos favorecidos e que em um cenário de contradições o modo de produção capitalista na sua busca pelo lucro destrói vidas principalmente quando há a normalização da intensificação da indústria da cultura como mercadoria, e a expressão da “questão social” presente dentro desse cenário da industrialização da cultura é a implicação da mercantilização da exploração sexual, que é um modo de lucrar e

tirar vantagens de crianças e adolescentes em situação vulnerabilidade, para tanto é necessário que medidas sejam tomadas para erradicar as violências sexuais praticadas contra a criança e o adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fato é que o capitalismo contribui diretamente para a mercantilização da cultura transmitida para a população, a cada dia mais as músicas, filmes, novelas, roupas, tudo produzido em massa e repassado para toda a população que consome essa cultura que promove a erotização e sexualização de meninos e meninas, as meninas principalmente, violadas pela indústria pornográfica e todas as mídias sociais que normalizam a exposição precoce e o modo com o corpo delas se torna mercadoria na indústria pornográfica. Esses problemas, apesar de serem reconhecidos juridicamente, precisam ser reconhecidos pela sociedade brasileira que naturaliza a “cultura do estupro”, sempre culpabilizando as vítimas enquanto os aliciadores e abusadores saem impune.

A exploração sexual quando não enfrentada abre caminhos para a intensificação da prostituição infantil, o tráfico de crianças e adolescentes, o crescimento dos cibercrimes: pornografia digital, sextorção, perseguição online e estupro virtual, e também para o turismo sexual. O dia 18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, essa data marca o momento em que a luta pela proteção dos menores tem efeito, é o momento que a população tem para se conscientizar e se mobilizar para defender meninos e meninas vítimas de abusos e exploração sexual.

Quando se trata de crianças e adolescentes, é de extrema importância que a percepção dos sinais da violência como: as mudanças de comportamento e o medo de ficar sozinho com determinada pessoa, pois muitas vezes esses jovens não possuem os recursos emocionais para lidar com situações abusivas. Com isso, medidas protetivas devem ser tomadas para estabelecer segurança para os jovens.

Quaisquer das violências explicadas geram impacto na vida das vítimas. Identificar sinais manifestados por crianças e adolescentes possibilita ação protetiva ou até mesmo rompimento de um ciclo de violência ou exploração sexual já estabelecido (MPDFT, 2015, p.10).

Ademais a pornografia infantil só é uma prática que a indústria mercantiliza porque existem pessoas que a consomem, essa prática precisa deixar de ser invisibilizada e naturalizada, a sociedade civil precisar reconhecer que a pornografia infantil existe e que é um comércio muito forte. A sociedade, em sua totalidade, deve compreender que abuso sexual e exploração sexual infantil existe e que as vítimas não são os abusadores e não está tudo bem um homem de 50 anos ficar reparando no corpo de uma menina de 15 anos.

Conclui-se então que a população tem que se conscientizar e se mobilizar para defender meninos e meninas vítimas de abusos e exploração sexual, quanto ao tráfico de crianças e adolescentes é prudente que todas as questões que impulsionam este mercado ilegal sejam extintas, pois a desigualdade social acaba inclusive contribuindo para os aliciamentos das meninas e meninos que vivem na periferia e se tornam vítimas de uma organização criminosa que visa o lucro por meio da prostituição. A violência sexual infantil é um problema que precisa do apoio dos Assistentes Sociais que estão inseridos em vários espaços implementando e viabilizando a defesa e a garantia de direitos proposta pelo Estatuto da criança e do adolescente, é preciso a contribuição das escolas, das igrejas, das ONGs e do governo para formular e pensar em implantar medidas que vão erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAMAMOTO. V. M. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis**. 2001, p.16.

PLANALTO. Lei 8.069. **Presidência da República**, Brasília, DF, 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br> . Acessado em: 20/11/2023.

PLANALTO. Decreto 5.017. **Presidência da República**, Brasília, DF, 12 de março de 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br> . Acessado em: 20/11/2023.

NOBRE. M. **A Teoria Crítica**. Zahar: 3ª edição. 2004.

OIT-Organização Internacional do Trabalho. **Tráfico de Pessoas para fins a Exploração Sexual**. 2ª edição, 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/>

MPDFT-Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação e enfrentamento**. Setembro de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022: Violência sexual infantil, os dados estão aqui para quem quiser ver.** 2022. MENDONÇA, Marília. **Troca de Calçada.** Gravadora: Som Livre.2021. Agência Câmara de Notícias. **Projeto define crime de pedofilia no código penal.** 19 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/721950-projeto-define-crime-de-pedofilia-no-codigo-penal/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,ou%20no%20in%C3%ADcio%20da%20puberdade>. Acessado:29/10/2023

The Economist. **Capitalismo nu.** 26 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.economist.com/international/2015/09/26/naked-capitalism>.Acessado:20/11/2023

The Freedom Fund. **Constatações sobre a Exploração Sexual Comercial de Crianças no Nordeste do Brasil.** 25 de julho de 2023. Disponível em: <https://freedomfund.org/our-reports/findings-csec-northeast-brazil/> Acessado: 22/11/2023

APONTAMENTOS SOBRE CIDADANIA, DEMOCRACIA E REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL

Samira de Alkimim Bastos Miranda¹
Luci Helena Silva Martins²
Jéssica Fernanda Gonçalves³
Raimara Gonçalves Pereira⁴

Resumo: A política de saúde mental pautada no movimento da Reforma Psiquiátrica, historicamente padece de inúmeros atravessamentos. A participação popular, sobretudo o engajamento dos que são alvo desta política é fulcral para a luta e garantia de direitos. Tal política apresenta fragilidades e as pessoas com sofrimento mental apresentam dificuldades para o acesso aos seus direitos. Diante desses desafios é relevante contemplar a participação social e a luta por direitos no âmbito da política de saúde mental por aqueles que dependem de tal política. Nesse sentido o presente trabalho é fruto das discussões realizadas na disciplina “Democracia, Espaço público e Direitos sociais” do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros e das reflexões desenvolvidas a partir da atuação das autoras em serviços de saúde mental. Objetivou-se discutir sobre a importância da participação social para a garantia de direitos das pessoas com sofrimento mental buscando interligar os textos trabalhados na disciplina referentes ao âmbito da democracia com a temática da luta por direitos deste segmento.

Palavras-chave: Democracia. Cidadania. Reforma Psiquiátrica.

Abstract: Mental health policy based on the Psychiatric Reform movement has historically suffered from numerous obstacles. Popular participation, especially the engagement of those targeted by this policy, is crucial to the struggle and guarantee of rights. This policy has weaknesses and people with mental suffering have difficulties accessing their rights. Faced with these challenges, it is important to consider social participation and the fight for rights within the scope of mental health policy by those who depend on such policy. In this sense, this work is the result of discussions held in the discipline “Democracy, Public Space and Social Rights” of the Postgraduate Program in Social Development at the State University of Montes Claros and reflections developed based on the authors' work in health services. mental. The objective was to discuss the importance of social participation in guaranteeing the rights of people with mental

¹ Mestre em Desenvolvimento Social e Especialista em Saúde Mental pela Unimontes. Professora Substituta do curso de Serviço Social da UNB-Assistente Social na Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. ORCID: 0000-0001-8753-7879. E-mail: samyalkimim@hotmail.com

² Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Pós-Doutorado pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) professora pesquisadora da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) no departamento de política social e ciências sociais (DPCS), no curso de Graduação em Serviço Social e no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS). ORCID: 0000-0002-9896-5446. E-mail: lucihelenam@yahoo.com.br

³ Assistente Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Januária – MG, Especialista em Serviço Social na Educação pela FAMART. ORCID:0009-0002-4115-4148. E-mail: Fernandajesi@hotmail.com

⁴ Mestre em Desenvolvimento Social e Especialista em Saúde Mental pela Unimontes; especialista em Inspeção, supervisão e Orientação Educacional pela Faculdade Intervale. Assistente Social na Coordenação de saúde Mental da Prefeitura de Montes Claros - MG. ORCID:0000-0003-0377-3300. E-mail: rhaymara2009@yahoo.com.br

suffering, seeking to link the texts worked on in the discipline relating to the scope of democracy with the theme of the fight for rights in this segment.

Keywords: Democracy. Citizenship. Psychiatric Reform.

INTRODUÇÃO

A política de saúde mental pautada no movimento da Reforma Psiquiátrica, historicamente padece de inúmeros atravessamentos. A participação popular, sobretudo o engajamento dos que são alvo desta política é fulcral para a luta e garantia de direitos. Tal política apresenta fragilidades e as pessoas com sofrimento mental apresentam dificuldades para o acesso aos seus direitos. Diante dos desafios postos ao Sistema Único de Saúde, em especial no que tange ao campo da saúde mental, é relevante contemplar a participação social e a luta por direitos no âmbito da política de saúde mental por aqueles que dependem de tal política.

Nesse sentido, o presente trabalho é fruto das discussões realizadas na disciplina “Democracia, Espaço público e Direitos sociais” do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros e das reflexões desenvolvidas a partir da atuação das autoras em serviços de saúde mental.

Objetivou-se discutir sobre a importância da participação social para a garantia de direitos das pessoas com sofrimento mental buscando interligar os textos trabalhados na disciplina referentes ao âmbito da democracia, com a temática da luta por direitos deste segmento. Trata-se, portanto, de uma discussão bibliográfica com as contribuições de Viviane Châtel (2006) Lefort (1991), José Murilo de Carvalho (2002) e Francisco de Oliveira (2000) dentre outros. O estudo está dividido em duas sessões. Em um primeiro momento discutiu-se o processo histórico de implementação da Reforma Psiquiátrica no Brasil a luta pelo reconhecimento dos direitos. Em seguida buscou-se analisar o movimento de Reforma Psiquiátrica, correlacionando com as formas de implementação da Cidadania e do processo de redemocratização do Brasil, trazendo apontamentos relevantes das conferências Nacionais de Saúde Mental como mecanismo relevante na convocação da participação social.

REFORMA PSIQUIÁTRICA: ANULAÇÃO E LUTA POR RECONHECIMENTO SOCIAL

Até o século XX o Estado e a sociedade pautaram a maneira de tratar os portadores de transtorno mental, os ditos “loucos” e anormais, sobretudo na separação destes dos espaços sociais por meio da institucionalização em estabelecimentos fechados. No manicômio, tinha-se a legitimidade para segregar da sociedade estes sujeitos. Para Lobosque (2003) os manicômios são concebidos como lugares destinados à loucura fora-da-cidade no sentido político. Eram direcionados a estes estabelecimentos aqueles julgados incapazes de decisão de escolha; os incapazes de responder em seu próprio nome e de reivindicar uma posição de igualdade diante dos outros homens.

As contribuições de H. Arendt (2004) ao fazer a associação entre o direito a ter direitos e o pertencimento na comunidade subsidia a reflexão sobre aqueles que mesmo estando integrados não participam ou participaram do rol de direitos. No caso estudado aqui, os ditos anormais, os “loucos” no Brasil (e no mundo) foram marginalizados do convívio social por meio de mecanismos criados com o aparato do Estado.

A autora em seus estudos sobre regimes totalitários entendeu que o não pertencimento à comunidade marcava uma desintegração geral da vida chegando à conclusão de que o indivíduo, apenas pela condição de ser humano, não é propriamente digno de direitos. Somente os que estão integrados a uma comunidade é que podem ter direitos: “Os sobreviventes dos campos de extermínio, os internados nos campos de concentração e de refugiados, e até os relativamente afortunados apátridas, puderam ver, que a nudez abstrata de serem unicamente humanos era o maior risco que corriam”. A autora (2004, p.260) reitera que “os Direitos do Homem, supostamente inalienáveis, mostraram-se inexecutáveis” (p.252).

Dessa forma, numa perspectiva histórica, as pessoas com sofrimento mental, fazem parte de um grupo de indivíduos que sempre esteve no plano da inexistência social, termo utilizado primeiramente por Robert Castel em “*As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*” (1995) para se referir aqueles que não se encontravam na condição salarial (os desvalidos, os desclassificados), e que foi retomado por Viviane Châtel para classificar os grupos que na sociedade ocidental, caracterizada por um individualismo exacerbado, passam por processos de expulsão social, “da negação do homem pelo homem” e de relações pautadas pela indiferença (Restrepo, 2010).

Para a autora aqueles que estão na esfera da visibilidade social podem incitar um processo de luta e defesa de direitos. Isto é perceptível, em certa medida, no campo da saúde mental através do movimento da Reforma Psiquiátrica que sob as influências da experiência italiana, na década de 1970. O marco de largada foi o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental em 1978, que num primeiro momento questionava sobre as condições de trabalho e seguidamente apresentou denúncias sobre a realidade dos hospitais psiquiátricos brasileiros e desencadeou articulações para mudanças relacionadas à forma do Estado e da sociedade lidarem com a loucura.

Toda essa mobilização culminou na mudança na legislação, em especial para a aprovação da Lei 10.216 de abril de 2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica que estabeleceu os direitos dos portadores de sofrimento mental e redirecionava o modelo assistencial em saúde mental. Portarias que criaram serviços substitutivos também foram instituídas reiterando o cuidado e tratamento desses indivíduos fora do hospital psiquiátrico. De acordo com Gabbay (2010, p.44), a RP e as mudanças na legislação referentes à política de saúde mental pretendiam restaurar a cidadania da loucura, ultrapassando “em muito a mera proposição de rearranjos nas técnicas e instituições. Representa, essencialmente, uma rediscussão do lugar da “loucura” e do “louco” na sociedade”.

Ressalta-se que pensar em cidadania e direitos implica a discussão sobre espaços democráticos dada a compreensão que é a partir desses espaços que se tem tanto a preservação quanto a invenção de direitos. Na concepção de Lefort (1991) a democracia é revolucionária por esse caráter: de sempre gerar direitos, não ser estagnada, diferentemente dos regimes totalitários no quais negam o conflito, asfixiam o dissenso. O regime democrático por ser aberto a processos reivindicatórios possibilita a instituição de novos direitos, uma vez que a apropriação do espaço público é fulcral para a conquista de direitos, e nesse sentido, a participação da sociedade civil no âmbito da política de saúde mental torna-se pertinente.

REFORMA PSIQUIÁTRICA, CIDADANIA NO BRASIL E DEMOCRACIA

José Murilo de Carvalho (2002) ao estudar a evolução histórica da cidadania no Brasil tem como um dos pontos centrais de argumentação a constatação de que o processo de cidadania no país se deu numa lógica invertida se comparado com a ordem de direitos descrita

por Marshal⁵. Ao fazer essa análise, que vai desde o período colonial ao período da redemocratização na década de 1980, Carvalho mostra que primeiro vieram os direitos sociais instituídos em um período de cessação de direitos políticos e restrição dos direitos civis; em seguida surgiram os direitos políticos de um modo contraditório uma vez que a expansão do direito do voto ocorreu em outro período ditatorial; e por último foram estabelecidos os direitos civis, que ainda são inacessíveis a uma parte significativa da população.

Carvalho (2002) viabilizou a compreensão de que a cidadania no Brasil se deu num percurso com uma baixa cultura cívica e política no país. Tal cultura cívica política desabrochou especialmente no período de redemocratização após o golpe militar de 1964. De acordo com o autor (2002, p.07), o “esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania”, “a cidadania, literalmente, caiu na boca do povo.”

Nessa direção, Wanderley Guilherme dos Santos (1979) ao fazer uma análise histórica acerca da interferência governamental na regulação das relações sociais no Brasil da década de 1930 até o final da década de 1970 (indicando que tal regulação se deu tendo como premissa os processos de acumulação), concebe a cidadania regulada, como a cidadania que ao invés de ter suas raízes em valores políticos pautava-se num sistema de estratificação ocupacional, definido de forma legal: os cidadãos eram aqueles membros da comunidade que estavam inseridos numa ocupação reconhecida por lei. Cidadania, associava-se, nesta perspectiva, com a integração ao mundo do trabalho. Sob essa lógica, àqueles sem “razão”, os portadores de transtorno mental bem como outras parcelas da sociedade que não possuíam uma ocupação de trabalho formal regulamentada pelo Estado estavam à margem da cidadania e dos direitos sociais.

Em sua análise, Santos (1979) propõe que o surgimento e desenvolvimento das políticas sociais por parte do Estado estiveram atreladas mais aos interesses econômicos do que à questão social propriamente dita, voltada para atender os interesses da acumulação capitalista. A pertinência do conceito de cidadania regulada está na indicação de que no Brasil o acesso aos

⁵ Para Marshal na Inglaterra a cidadania se desenvolveu na seguinte lógica: “Primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX”. Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais” (Cravalho, 2002, p.10-11).

direitos esteve associado às ocupações de trabalho e que o país não se submeteu a uma lógica de valores políticos universalistas.

Outro autor relevante para a reflexão sobre a fragilidade da cidadania no Brasil é o Francisco de Oliveira (2000). Apoiado em autores clássicos⁶ o autor pondera que a formação da sociedade brasileira foi um processo complexo de violência, de censura da fala, e de privatização do público, em súpula: de anulação política e do dissenso. Para este, a história mostra que desde a Revolução de 1930 à até a década de 1990 ocorrem duas ditaduras (a de Vargas 1930 e 1945 e a do golpe militar ao de 1964 até 1984), totalizando 35 anos de ditadura no espaço de aproximadamente 60 anos, além de golpes falhados, isto é, desde 1930 à 1990 tem-se à média de um golpe ou tentativa para cada três anos.

Do ponto de vista de Oliveira (2000) o empenho pela democratização, pela institucionalização de uma esfera pública, de fazer política decorreu quase por inteiro, da ação das classes dominadas. Política no sentido que definiu Ranciere: “a da reivindicação dos parcela sem parcela, a da reivindicação da fala, que é, portanto, desentendimento em relação a como se reparte o todo, entre os que têm parcelas ou parte do todo e os que não tem nada” (2000, p. 60-61). Tal luta foi um dos momentos cruciais de apropriação do espaço público e do desenvolvimento da ação política da sociedade civil. Nesta ocasião podemos falar de um desenrolamento de uma de cultura democrática.

A mobilização popular pela democracia teve frutos preciosos na Constituição Federal promulgada em 1988- CF/88. Houve a incorporação dos direitos políticos, cívicos e sociais, apontando uma direção normativa de cidadania plena no país. Segundo Carvalho (2002) nesse período de “auge de entusiasmo cívico”, a constituinte de 1988 aprovou a Constituição mais democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã. A sociedade teve papel fulcral para isto. Nesse aspecto, Dagnino (1996) afirma que a cidadania está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais que têm em suas organizações a luta por direitos como base.

Apesar da redemocratização e das conquistas formalizadas na CF/88, Carvalho (2002) reflete que o exercício do voto não garantia a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Havia a expectativa que o fato de haver a reconquista do direito de votar

⁶ Freyre, Prado Jr e Sérgio Buarque, Florestan Fernandes.

viabilizaria a garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. A participação e a liberdade foram garantidas (a manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre). Contudo, muitos avanços não se efetivaram como esperados, como por exemplo no que tange a qualidade da saúde pública, especificamente quanto aos serviços de saúde mental.

Nesse contexto de redemocratização temos dois movimentos que se destacam: a Reforma Sanitária (colaborando para garantir a saúde como direito de todos e dever do Estado), e o movimento da Reforma Psiquiátrica-RP que trouxe uma certa visibilidade para pessoas com transtorno mental que só tinham como referência a hospitalização psiquiátrica, reivindicando mudanças quanto a forma do Estado prestar atendimento a essa parcela.

A vocalização do movimento começou pelos trabalhadores da saúde mental em 1978 e se estendeu através das Conferências Nacionais de Saúde Mental⁷-CNSM. Estas, através da convocação à participação social, um dos principais marcos no que se refere a construção do modelo de atenção psicossocial no Brasil, todavia, ainda é incontestado o descompasso em sua execução, haja vista a temporalidade das mesmas, com ocorrências em 1986, 1992, 2001, 2010 e 2023, o que provoca a descontinuidade das ações de caráter propositivo, investigativo e participativo no cerne da política pública, no âmbito macro e também comunitário. Nesta direção, autores como Weber e Flemming (2023), destacam a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais e da participação social e dos trabalhadores, no que se refere a reivindicação a construção de agenda política comprometida com um modelo de atenção psicossocial de modo integral e que tenha como pauta a defesa aos direitos dos usuários.

Aa referência à cidadania e à mudança no modelo de assistência aos portadores de transtornos mentais esteve presente nos textos das cinco Conferências nacionais. Em todos os relatórios foram expostos os princípios da RP com o foco na construção de uma política de saúde mental desinstitucionalizante. De acordo com Heidrich, Berndt, Dias (2015) as Conferências

⁷ Em 1990 através da lei 8.142 a participação da comunidade na gestão do SUS foi oficializada por meio dos mecanismos de controle social: as Conferências e dos conselhos de saúde. As conferências cabem a formulação e a proposição de diretrizes da política e o conselho, enquanto órgão colegiado, devem ser compostos de formular e propor diretrizes para a política de saúde. por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, devendo atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde.

Nacionais são palco de debates importantes para nortear a luta por uma política de saúde mental universal, inclusiva e democrática.

Embora as Conferências sejam mecanismos importantes de participação social desta parcela da sociedade historicamente excluída e para direcionar a política, ainda existem lacunas quanto ao papel do Estado em operacionalizar a assistência preconizada e a garantir de fato a cidadania desse grupo social. Segundo Maciel et al (2009) no Brasil, houve um desmonte dos hospitais psiquiátricos sem que houvesse a instalação de uma rede alternativa suficiente e de qualidade para atender toda a demanda da saúde mental e sem a preparação da sociedade e da família para a inclusão sócio familiar dos doentes mentais. Bezerra Jr. (2007, p.244) reitera que num país como o Brasil, de dimensões continentais e enorme diversidade cultural,

Não é possível construir um modelo assistencial que sirva igualmente para as megalópoles e as pequenas cidades do interior, para grandes concentrações populacionais e regiões de população escassa, como em certas áreas amazônicas. As noções de rede e território, por exemplo, que são centrais às proposições da Reforma, não podem ser pensadas de forma idêntica em contextos socioculturais tão diferentes como os pequenos municípios.

Assim, os avanços (ou não) da RP estão ligados à realidade econômica, social, histórica, política e cultural de cada região no país. Como foi descrito, em um dos relatórios tem-se a ênfase à municipalização dos serviços, o que é importante, uma vez que a política de saúde mental a nível local irá se estruturar de acordo com as particularidades do município, porém, o risco é quando nas gestões locais a questão da saúde mental não entra na agenda política. Para os gestores públicos, que de modo geral são orientados pelo horizonte do curto prazo de quatro anos de mandato, a saúde mental é uma área de investimento de baixa rentabilidade político-eleitoral. Por exemplo, “diz efetuamos 15000 operações de catarata, ou aplicamos 1 milhão de vacinas, mas não se pode dizer “realizamos 200 reabilitações psicossociais” (Fonseca, 2007, p.39).

Para Ferro (2016) em muitos municípios existe um desconhecimento do controle social e das formas de controle das ações públicas pela população, sobretudo a atendida pela saúde mental. Além das questões a nível micro, local, Vasconcelos (2010) chama atenção para a análise dos desafios atuais à RP num contexto macro, num contexto de um Estado que tem desenvolvido suas políticas sociais sob as influências neoliberais. Em relação à saúde, se tem uma propensão do mercado regular os serviços: sujeitos que podem pagar recorrem aos serviços

privados e o Estado presta os serviços apenas aqueles que não os adquirem pela via do mercado aos que não podem pagar (a maioria da população), “fica uma assistência pública sucateada, focalizada e/ou uma forte tendência para a privatização crescente de várias linhas de atendimento à população, via provisão de serviços de saúde e saúde mental terceirizados” (Vasconcelos (2010, p. 03.).

A política de saúde mental de um modo geral tem enfrentado inúmeros desafios pela sua sobrevivência, visto, especialmente, nos últimos cinco anos, o acometimento de variados retrocessos, que colocaram em risco as conquistas da Lei 10.216/2001 e os avanços obtidos a partir das Conferências Nacionais de Saúde Mental. A exemplo têm-se, os variados incentivos ao processo de internação psiquiátrica, o desmonte da política sobre drogas com vasto incentivo financeiro às comunidades terapêuticas, em detrimento das políticas públicas de tratamento em meio aberto, enfatizando-se assim, no âmbito da política de álcool e outras drogas, um caráter punitivista e cerceador de liberdade (Weber e Flemming, 2023).

Não é possível dissociar a RP dos entraves vivenciados pelo SUS cada vez mais instável, cheio de tensões e crises. A RP não foi seguida pelo aumento do investimento público em saúde mental. Em virtude do sub-financiamento, muitos serviços substitutivos funcionam precariamente. Segundo Vasconcelos (2010), no Brasil ainda são reduzidos os serviços de saúde mental que funcionam 24 horas e os existentes muitas vezes estão saturados e não funcionam aos finais de semana, principalmente nos municípios de médio e pequeno porte.

Diante de um Estado que não consegue gerenciar as demandas dos diversos grupos sociais, a participação da sociedade civil no espaço público se revela essencial para a possibilidade do fortalecimento de uma política social, no caso exposto, a de saúde mental. Como bem lembra a Dagnino (2004, p.109) “supor que o reconhecimento formal de direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania é um equívoco que subestima tanto o espaço da sociedade civil como arena política”.

CONSIDERAÇÕES

Com base no exposto, não é possível pensar qualquer ação, qualquer luta pela pluralidade e diferença em um cenário de privação da ação. Vimos na perspectiva de Lefort (1991) que a democracia tem por si só um caráter revolucionário na medida em que constantemente

cria direitos e possibilita o espaço para conflitos, isto é, por meio do espaço público os diversos atores sociais podem se articular e buscar transformações na sociedade.

Notou-se que a trajetória histórica da cidadania no Brasil indica uma baixa cultura cívica democrática, o que interfere na apropriação do espaço público e na luta por direitos, especialmente em relação aos portadores de transtorno mental que sempre estiveram no plano da inexistência social.

A luta por reconhecimento social pautada na lógica da responsabilidade - pelo- outro, pode trazer ao espaço público reivindicações em prol de um grupo que possui baixa (ou até mesmo nenhuma) capacidade de vocalização.

Percebeu-se que o movimento da Reforma Psiquiátrica, que desabrochou no contexto de luta pela redemocratização e de um ativismo cívico, trouxe para o debate o rompimento com a lógica asilar de segregação e exclusão do sujeito com sofrimento psíquico, propondo práticas pautadas na perspectiva da atenção psicossocial e que as Conferências Nacionais de Saúde foram mecanismos de participação social importantes para influenciar a política de saúde mental. Contudo, num cenário de desfinanciamento das políticas sociais e de fragilidades de articulação dos usuários e familiares dos serviços de saúde mental, a demanda desse grupo tem sido suprimida pelo poder público.

Entendeu-se que a conquista dos direitos das pessoas com sofrimento mental só é possível num espaço democrático onde haja lugar para a diferença. Um grande desafio do Estado brasileiro desde a CF/88 continua sendo garantir a integração dos diferentes, dos parcela sem parcela. Percebe-se, portanto, a necessidade de aprofundar a discussão acerca da luta por direitos por parte desse segmento social a partir das experiências concretas de mobilização.

REFERÊNCIAS

ARENDET, H. O declínio do Estado Nação e o Fim dos Direitos do Homem *In* Origens do totalitarismo. Brasília, Forense Universitária, 2004.

BEZERRA JR, B. Desafios da Reforma Psiquiátrica no Brasil. *Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(2):243-250, 2007

BRASIL. Relatório Final da I Conferência Nacional de Saúde Mental. Brasília. 1988.

_____. Relatório Final da II Conferência Nacional de Saúde Mental. Brasília. 1994.

- _____. Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental. Brasília. 2002.
- _____. Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial. Brasília. 2010
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. São Paulo: Vozes, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHÂTEL, V. A Responsabilidade-pelo-outro: um preliminar à confiança. IN: Balsa, Casimiro (Org.) *Confiança e laço social*, ed: Colibri, 2006.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania In: DAGNINO, E. (org). *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 2004.
- FONSECA, A. L.C. Entre a ficção e a realidade: financiamento versus capacidade de atendimento. In: MERHY, E.E.; AMARAL, H. (Org.). *A reforma psiquiátrica no cotidiano II*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- FERRO, L. F. Fortalecimento do controle social em saúde mental: estratégias e possibilidades. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos*, v. 24, n. 3, p. 601-610, 2016.
- GABBAY, R. CIDADANIA E LOUCURA: UM PARADOXO? *Polêmica*, v. 9, n. 3, p. 43 – 55, julho/setembro, 2010.
- HEIDRICH, Andrea Valente BERNDT, Dulce Pinheiro; DIAS, Miriam. As conferências nacionais de saúde mental e o paradigma da desinstitucionalização. *Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social*. Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis-SC, outubro de 2015.
- LEFORT, Claude. *Pensando o Político: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade*-Tradução Eliana Souza, rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LOBOSQUE, Ana Marta. *Clínica em movimento: por uma sociedade sem manicômios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- MACIEL, Silvana Carneiro *et al*. Reforma psiquiátrica e inclusão social: um estudo com familiares de doentes mentais. *Psicol. cienc. prof*, Brasília, v.9, n.3, p. 436-447, set. 2009.
- OLIVEIRA, F. "Privatização do Público e Destituição da Fala: o Totalitarismo Neoliberal". In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (orgs) *Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia global*. São Paulo: Vozes, 2000.

RESTREPO, H. B. Pensar la inexistencia social. Reflexiones acerca de una idea de vivianne Châtel. Teuken Bidikay N° 01 (Argentina, Colombia, México) 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979

TELLES, V. S. Sociedade Civil e a construção dos espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org). Anos 90: Política e sociedade no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 2004.

VASCONCELOS, E. M. Desafios políticos da Reforma Psiquiátrica brasileira. São Paulo, HUCITEC, 2010

WEBER, Larissa; FLEMMING COLUSSI, Cláudia. AVANÇOS E RETROCESSOS NA EFETIVAÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, [S. l.], v. 15, n. 45, p. 25–33, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/97935>. Acesso em: 1 mar. 2024.

A EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO TEMA DA VIOLÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DOS DIREITOS

Simone de Souza Pires

Resumo: O objetivo foi avaliar a Educação Permanente com profissionais da Atenção Primária em Saúde realizada por uma área na Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2022, em exercício em unidades de saúde da família. Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa e qualitativa, onde realizou-se um questionário em relação ao conteúdo abordado e outro após um período de quatro meses para avaliação da utilização do conhecimento no trabalho. Como resultado inicial, observou-se uma grande satisfação dos profissionais em relação ao tema e uma carência desse tipo de atividade com profissionais. Foi possível ainda identificar que uma grande parte dos respondentes realizou alguma atividade relacionada ao tema da violência, evidenciando a importância da Educação Permanente na Atenção Primária em Saúde.

Palavras-chave: atenção primária à saúde; esf; violência; educação permanente.

Abstract: The objective was to evaluate continuing education with Primary Health Care professionals carried out by an area in the City of Rio de Janeiro in the year 2022. This is a quantitative and qualitative approach, where a questionnaire was carried out in relation to the content covered and another after a period of four months to evaluate the use of knowledge at work. As an initial result, there was great satisfaction among professionals regarding the topic and a lack of this type of activity with professionals. It was also possible to identify that a large proportion of respondents carried out some activity related to the topic of violence, highlighting the importance of Continuing Education in Primary Health Care.

Keywords: Primary Health Care; esf; violence; Permanent Education

INTRODUÇÃO

A Estratégia de Saúde da Família vem se configurando como a principal porta de entrada dos usuários do Sistema Único de Saúde desde a publicação da primeira Política Nacional de Atenção Básica em 2006, e enquanto componente de um sistema articulado em rede tem como pressuposto atuar na perspectiva de se constituir como ordenadora do cuidado em saúde da população.

Os pressupostos da Atenção Primária em saúde dimensionados por Starfield (ESCOREL, 2007, p. 165), orientam um modelo pautado em primeiro contato, longitudinalidade e abrangência do cuidado, coordenação e orientação familiar e às comunidades que busca romper com a noção de uma atenção de baixo custo e simplificada. Seus fundamentos e diretrizes

incluem trabalhar em um território adstrito levando em consideração todos os fatores condicionantes e determinantes da saúde e a realidade sanitária naquele espaço, para garantia do planejamento do desenvolvimento das ações. Como porta de entrada preferencial para a rede de serviços, se propõe a garantir o acesso universal e contínuo de qualidade e resolutivo através da proximidade, acolhimento, vinculação, responsabilização e resolutividade. Propõe-se a realizar a gestão do cuidado integral, trabalhando de forma multiprofissional e em equipe pressupondo o deslocamento do processo de trabalho centrado em procedimentos para o cuidado. Ainda deve promover o estímulo à participação dos usuários de forma a ampliar sua autonomia e capacidade na construção do cuidado à sua saúde e das pessoas e coletividades do território (BRASIL, 2011).

A Política Nacional de Atenção Básica, que já se encontra na sua terceira versão (BRASIL, 2017), apesar de poder ser considerada um avanço, ao mesmo tempo que recupera os princípios e diretrizes do SUS e reafirma a necessidade de ampliação do acesso da população aos serviços de saúde num contexto neoliberal não consegue alterar na prática o modelo da atenção prestada à população, como aponta Pires e Göttems (2009, p. 295):

Entre programa de saúde pública e a estratégia de mudança, Saúde da Família segue os dilemas do SUS, qual seja, de pretender-se universal e igualitário, numa realidade neoliberal e com pouca cidadania organizada para exigir oportunidades de vida.

As autoras (apud) afirmam que as mudanças precisam tanto de normas, diretrizes e ordenações, quanto da negociação, flexibilidade, confronto e criatividade inerente às ações de organização e práticas nos serviços no sistema de saúde.

Nesse sentido, seguindo o direcionamento da política de recursos humanos no SUS, a PNAB (BRASIL, 2017) institui como parte da infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica, a medida de Educação Permanente das equipes de Atenção Básica como ação que objetiva a reorientação do modelo de atenção à saúde no Brasil, devendo, a educação permanente ser constitutiva da qualificação das práticas de cuidado, gestão e participação popular, além de atuar como estratégia de gestão que ocorre na micropolítica do trabalho cotidiano.

A perspectiva da Educação Permanente se justifica devido a necessidade de criar condições para revisão de conhecimentos instituídos a partir da própria dinâmica dos serviços na busca da superação da fragmentação historicamente inerente ao processo de trabalho em saúde pautado no modelo biomédico.

A partir desta análise a Educação Permanente objetiva a transformação do processo de trabalho, voltada para melhoria da qualidade, bem como, da equidade no cuidado e no acesso aos serviços. Toma como base à reflexão sobre o que está ocorrendo e o que precisa ser transformado no contexto da atuação profissional, se estruturando a partir das necessidades do processo de trabalho e no processo crítico como inclusivo ao trabalho. Como destaca Ribeiro (1999:05)

ao tomar como objeto de transformação e de investigação o processo de trabalho a Educação Permanente não procura transformar todos os problemas educacionais, mas buscar as lacunas de conhecimento e as atitudes que são parte da estrutura explicativa dos problemas identificados na vida cotidiana dos serviços. Debruçar-se sobre os determinantes do problema significa abordar as múltiplas dimensões que o processo de trabalho envolve, incluindo questões relativas as esferas organizacional, técnica e humana

Desta forma, para além dos aspectos acerca da (re) organização do mundo do trabalho, um elemento importante para compreensão dos limites, possibilidades e dificuldades deste processo se refere às representações sociais sobre o trabalho. Este aspecto é relevante, pois as relações de trabalho, entendidas como relações sociais, congregam diferentes atores e intencionalidades, que se caracterizam por diferentes visões sobre o trabalho e, por conseguinte, em diferentes práticas. Transformá-las requer reconhecimento das diferenças e dos limites que impedem o desenvolvimento de mudanças. Sem esta compreensão:

corremos o risco de assumir uma proposta teórico-metodológica vinculada à educação permanente, mas que na prática, apenas renova os processos relacionados à educação continuada, que subestimam a dimensão da subjetividade e do conflito de interesses (RIBEIRO, 1999:09).

Assim, nesta perspectiva, identificar os problemas e se reconhecer neles, se constituem requisitos para aprendizagem. Nos últimos anos, a perspectiva da educação permanente se apresenta como demanda dos processos de municipalização e descentralização das políticas

públicas, na busca pela integralidade das ações; o que requer a ampliação da capacidade de decisão local e novas formas de relação com os usuários. Significa trabalhar com os profissionais a educação permanente, como parte do processo de gestão do trabalho coletivo nos serviços, cujos limites e possibilidades são definidos a partir de projetos políticos-institucionais.

Por isto, é importante demarcar que as discussões sobre práticas relacionadas a projetos de educação continuada e/ou permanente estão vinculadas ao contexto da gestão de Recursos Humanos e ao reordenamento social das profissões. Dar concretude a este entendimento tem sido um dos grandes desafios de muitas instâncias locais, o que se deve ao fato da gestão de Recursos Humanos ainda ser fortemente marcada pelo processo de administração de pessoal, sem repensar as possibilidades de reorganização das práticas. As exigências e desafios apresentados na atualidade requerem iniciativas profissionais em busca de resposta às demandas que emergem de diversas áreas, com destaque para a de Saúde, que enfrenta desafios em várias instâncias e níveis de intervenção, se constituindo um campo em permanente transformação.

Na Atenção Primária em Saúde essa iniciativa ganha destaque na medida que o modelo fragmentado, de caráter médico centrado e hospitalocêntrico vem sendo duramente criticado por não criar condições de promover efetivamente a prevenção ao risco de doenças e agravos, reduzindo sua eficácia e efetividade. Vale ainda ressaltar que tal modelo que se propõe a atuar de forma curativa e medicalizante por não possuir proximidade com a realidade social acaba por não ter intenção de modificá-la como proposta evidenciada com o novo conceito de saúde que implica a observância dos fatores determinantes e condicionantes do processo saúde-doença; como a alimentação, a moradia, o transporte, o lazer, o acesso a bens de consumo, entre outros; para além da doença restrita ao corpo biológico.

Assim, um pressuposto importante da educação permanente, de acordo com a PNAB (BRASIL, 2017) é o planejamento/programação educativa ascendente, que vai se basear na análise coletiva dos processos de trabalho, para daí se identificar nós críticos para serem enfrentados tanto no âmbito da atenção propriamente dita, quanto no da gestão. Tal análise pode contribuir na construção de estratégias que promovam o diálogo entre as políticas públicas

e a singularidade dos espaços cotidianos e seus sujeitos na perspectiva de transformação da realidade a partir destes elementos.

A violência como um tema que vem ganhando destaque no cenário nacional, sobretudo a partir das diversas interferências no processo de trabalho em Saúde da Família, seja no atendimento direto dessas expressões pelos profissionais, seja na dinâmica das comunidade onde estão localizadas as Unidades de Atenção Básica (UBS), se configura como tema de grande relevância para fazer parte do conjunto de temas para a Educação Permanente dos profissionais da Saúde da Família.

Em 2001 foi aprovada a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências que evidenciou a necessidade de se tratar o tema da violência como pauta importante para a Saúde Pública. O documento afirma que a violência deveria ser enfrentada por meio de estratégias de promoção da saúde e qualidade de vida com a Estratégia Saúde da Família (ESF) como porta de entrada principal para o desenvolvimento dessas ações.

Considerando tais questões, a escolha da pesquisa a fim de compreender os desdobramentos do processo de educação permanente com profissionais da Atenção Básica em saúde se justifica pela necessidade de reconhecer os desdobramentos possíveis e limites impostos no cotidiano das práticas sociais e pela necessidade de evidenciarmos as experiências de educação permanente no tema da violência na saúde da família que se configura na atualidade como modelo estratégico de referência para a população em geral e que possibilita a mudança efetiva de práticas em saúde.

Dessa forma, esta investigação teve como Objetivo Geral, identificar os impactos do processo de Educação Permanente com profissionais da Atenção Primária em Saúde que participam de treinamento para acompanhamento às violências em uma área programática da Cidade do Rio de Janeiro. Como objetivos específicos, foram elencados: analisar a satisfação dos participantes dos treinamentos para acompanhamento às violências em relação ao conteúdo tratado; identificar se o treinamento possibilitou o desenvolvimento de ações de multiplicação dos conteúdos problematizados na educação permanente nos diferentes espaços das unidades de atenção primária; identificar quais os espaços usados pelos profissionais para promover discussões acerca da violência.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo como pressuposto a política de recursos humanos pautada pela Lei 8.080 de 1990, a Política Nacional de Atenção Básica (2017) e a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências de 2001, a Atenção Básica se configura como porta de entrada para a rede de atenção à saúde, devendo estar capacitada constantemente para o acolhimento às diversas demandas de agravos em saúde.

Seguindo a diretriz de regionalização e descentralização da Política de Saúde, a Cidade do Rio de Janeiro é dividida em 10 áreas programáticas como Coordenadorias Gerais de Atenção Primária¹ (CAP) que gerenciam as Clínicas da Família (CF), Centros Municipais de Saúde (CMS), e Policlínicas. A CAP é composta pelos seguintes setores: Divisão de Ações e Programas de Saúde (DAPS); Divisão de Vigilância em Saúde (DVS), Divisão de Informação, Controle e Avaliação (DICA); Divisão de infraestrutura e logística; Centro de Estudos; e Recursos Humanos.

Assim, estaremos realizando o estudo na CAP 3.1, a partir do trabalho desenvolvido pela DAPS e DVS no ano de 2022. Este setor é composto por uma equipe multidisciplinar a fim de realizar assessoria técnica aos profissionais de saúde que atuam nas diversas modalidades de

¹ Bairros das Coordenações de Atenção Primária: CAP 1.0: Gamboa, Santo Cristo, Caju, Centro, Catumbi, Rio Comprido, Cidade Nova, Estácio, Imperial de São Cristóvão, Mangueira, Benfica, Vasco da Gama, Paquetá, Santa Teresa, CAP 2.1: Flamengo, Glória, Laranjeiras, Catete, Cosme Velho, Botafogo, Humaitá, Urca, Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea, Vidigal, São Conrado, Rocinha, CAP 2.2: Praça da Bandeira, Tijuca, Alto da Boa Vista, Maracanã, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú, CAP 3.1: Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral, Jardim América, Ribeira, Zumbi, Cacuia, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Cocotá, Bancários, Freguesia, Jardim Guanabara, Jardim Carioca, Tauá, Moneró, Portuguesa, Galeão, Cidade Universitária, Jacarezinho, Complexo do Alemão, Maré, CAP 3.2: Higienópolis, Maria da Graça, Del Castilho, Inhaúma, Engenho da Rainha, Tomás Coelho, Jacaré, São Francisco Xavier, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, Lins de Vasconcelos, Méier, Todos os Santos, Cachambi, Engenho de Dentro, Água Santa, Encantado, Piedade, Abolição, Pilares, CAP 3.3: Vila Cosmos, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vista Alegre, Irajá, Colégio, Campinho, Quintino Bocaiúva, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Cascadura, Madureira, Vaz Lobo, Turiaçu, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Guadalupe, Anchieta, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Coelho Neto, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, Parque Colúmbia, CAP 4.0: Jacarepaguá, Anil, Gardênia Azul, Curicica, Freguesia (Jacarepaguá), Pechincha, Taquara, Tanque, Praça Seca, Vila Valqueire, Joá, Itanhangá, Barra da Tijuca, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Grumari, Cidade de Deus, CAP 5.1: Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Gericinó, Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, CAP 5.2: Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos, CAP 5.3: Paciência, Santa Cruz, Sepetiba, Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba. (Fonte: Divisão administrativa geral do município do Rio de Janeiro – 2007 – IPP).

serviços de Atenção Primária para o acompanhamento, monitoramento, avaliação e planejamento das ações em saúde, especialmente com ações de visitas técnicas, capacitações, treinamentos em serviços.

Assim, mediante a assessoria técnica aos profissionais que atuam no acompanhamento das violências, houve necessidade de realização de treinamentos com equipes de médicos, enfermeiros e outros profissionais de nível superior. Foi planejado um treinamento de 8 horas com conteúdo teórico a respeito das políticas orientadoras do processo de trabalho em saúde e do atendimento à Linha de cuidado da violência e Ficha SINAN. Foi previsto a realização de 3 turmas com participação das diversas categorias profissionais da área da saúde. Houve divulgação e os gerentes ou diretores das unidades acordaram a participação dos profissionais de forma a não prejudicar o funcionamento das unidades e feito um formulário de inscrição pelo GoogleDocs.

Para estabelecer novas sínteses e contribuições no plano do conhecimento e da realidade histórica, desvendando novas demandas apresentadas pelas reconfigurações do mundo do trabalho, que impactam no cotidiano da atuação de um conjunto diverso de profissionais, cujas práticas e representações integram o contexto das relações sociais, iniciou-se um processo de uma pesquisa exploratória e analítica a partir de um questionário de satisfação em relação ao conteúdo ministrado no “Treinamento em atenção às violências na APS”. Após um período de 4 meses foi enviado aos profissionais um formulário GoogleDocs para avaliação pós-treinamento a fim de evidenciar o impacto no processo de trabalho dos profissionais que participaram do treinamento e poderiam atuar como multiplicadores. O resultado dos questionários foram inserido em uma planilha do Excell 2007 e analisados após aplicação de filtros. Tanto o questionário aplicado no dia do treinamento, como o enviado on-line não são identificados a fim de garantir que o entrevistado possa se expressar livremente em sua avaliação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O “Treinamento em atenção às violências na APS” contou com a inscrição de 104 profissionais de nível superior da área da saúde divididos em 3 turmas diferentes e 73 concluíram e receberam o certificado do curso. Mais da metade dos participantes eram profissionais em formação, onde 26,9% eram participantes do Programa de Residência Multiprofissional da Escola Nacional de Saúde Pública que se encontravam realizando a residência nas Unidades do território; 15,4% Residentes de Enfermagem e 14,4% da Residência Médica da SMS. Dos 73 participantes, 66 responderam ao questionário de avaliação do treinamento, tendo em vista que o questionário foi aplicado ao final do dia e alguns profissionais não permaneceram.

Em relação à participação pessoal nas atividades propostas, 83,3% consideraram sua participação satisfatória, enquanto 16,7% afirmaram que precisam melhorar. 98,5% consideraram a atuação dos facilitadores satisfatória; enquanto 70,8% consideraram que os facilitadores tinham muito conhecimento da metodologia de trabalho e 29,2 % consideraram que os facilitadores possuíam um conhecimento satisfatório. Nenhum dos participantes avaliaram que os facilitadores possuíam pouco ou nenhum conhecimento.

No que se refere à interação dos facilitadores com o grupo, 98,5% consideraram que foi satisfatória e o conteúdo do curso foi considerado 93,9% satisfatório. 98,5% dos participantes avaliaram que o conteúdo tratado no curso se aplica ao cotidiano de trabalho e 97% consideraram que os temas contribuíram para a capacitação crítica e reflexiva.

Consideramos que no geral, a avaliação do treinamento foi muito acima das expectativas e as sugestões de tema foram direcionadas para formas de abordagem, tais como, no tema da “educação de gênero”, “população LGBT”, “violência sexual em crianças”, “atendimento à usuários de álcool e drogas”, “usuários em situação de rua”, “política de redução de danos”, “recorte étnico-racial”, etc. Ainda houveram sugestões de temas como a forma de utilização da rede intersetorial. Alguns sugeriram incluir a equipe mínima das unidades para participação do treinamento.

Os comentários abertos reforçaram os dados quantitativos em relação à satisfação, demonstrando que o conteúdo do treinamento é pouco debatido no âmbito da Atenção Básica e evidenciando a necessidade de trabalhar o tema, como: *“achei o espaço de troca muito rico, para além do conteúdo programado. Muito interessante espaços como esse para fomentar debates entre os profissionais, aproximar vínculos e fortalecer rede”*; *“abriu a visão do profissional em relação a violência real nos territórios e como podemos trabalhar em cima dos fatos com propriedade”*; *“Grata pelo aprendizado, ótimo tema que é pouco discutido nas unidades de saúde”*; *“Considerarei a oficina muito importante, considerando que a temática perpassa o dia-a-dia na saúde e muitas vezes os profissionais não sabem como conduzir os casos e notificações”*.

Após 4 meses do término do Treinamento, foi disponibilizado o questionário de preenchimento online para os participantes com o objetivo de avaliar o êxito do treinamento para formar multiplicadores e avaliar se estes conseguiram atuar da forma planejada. O questionário era composto por apenas 5 questões, sendo que uma de identificação profissional.

Apesar dos esforços, foi obtido apenas 22 (vinte e duas) respostas. Dos que responderam, eram 4 preceptores, 4 residentes multiprofissionais, 4 assistentes sociais NASF, 3 educadores físicos, 2 residentes de enfermagem, 1 residente de medicina, 1 psicólogo NASF, 1 nutricionista NASF, 1 terapeuta ocupacional NASF e 1 fisioterapeuta NASF.

À pergunta *“o Treinamento foi útil na sua atuação como profissional na unidade em que você atua?”* vinte e uma (95,5%) pessoas responderam que sim. Entre as justificativas, destacamos três eixos: ampliação da visão, do olhar crítico e do conhecimento sobre as situações de violência, importância e correto preenchimento da notificação e instrumentalização do cuidado. A resposta que identificamos como negativa em relação a utilidade do treinamento justificou que *“o treinamento tem uma abordagem muito reducionista das questões enfrentadas pelos usuários e culpabilizante em alguns aspectos”*. Esta resposta causou indagação ao grupo que preparou a oficina, uma vez que a equipe possui uma preocupação central em explicitar o fenômeno da violência como algo complexo e multifacetado, assim como as práticas em saúde são permeadas por contradições pertinentes às políticas públicas que apresentam limites e possibilidades. Também se procura refletir nos treinamentos que a maioria dos casos de violência intrafamiliar perpassa uma questão de vínculo afetivo e que em muitos dos casos existe

uma necessidade de cuidado tanto com a vítima, quanto com o provável autor da agressão no sentido de garantir muito mais voltada para uma reflexão acerca da situação vivenciada do que de um rompimento do vínculo afetivo como expressão do rompimento do vínculo da violência. Entendemos que em muitos casos o rompimento do vínculo não encerra o rompimento da violência.

O próximo questionamento era “você conseguiu ser agente multiplicador na unidade em que você atua?”, cujas respostas foram exatamente 50% “sim” e 50% “não”. Dentre as justificativas às respostas positivas identificamos os seguintes argumentos: “atuando como preceptor da residência”, “consegui [...] como residente trazer esse debate para reunião de equipe e esclarecer os pontos da ficha de notificação”, “realizamos reuniões de matriciamento e sempre que uma situação de violência aparece podemos realizar discussões e educação permanente”, etc.

Os que responderam negativamente explicaram que não tiveram a oportunidade, que o período foi tumultuado, que há muita demanda para a equipe, e até que outros profissionais estariam mais diretamente envolvidos com a questão. Esta última resposta sugere uma não responsabilização do indivíduo. Outras justificativas foram: “é uma tendência da equipe buscar pelas assistentes sociais”; “foi acordado que multiplicaríamos o treinamento [...] porém a data foi desmarcada algumas vezes e não conseguimos multiplicar até o momento”; “para poder ser agente multiplicador, considero que o espaço de formação precisa ser pensado com maior carga horário e com outro nível de aprofundamento tanto teórico quanto do conhecimento da rede”. Além disso, algumas pessoas compartilharam seu desejo de ter discutido a questão com outros trabalhadores, mas não conseguiram por falta de tempo e espaço.

A penúltima pergunta era referente ao material disponibilizado no treinamento e seu uso na unidade atuante. 54,5% dos participantes referiram que utilizaram o material e 45,5% afirmaram que não.

O último questionamento foi no sentido de conhecer as atividades desenvolvidas no tema da violência na unidade em que você atua. Para essa pergunta houve 15 (quinze) respostas, mas apenas 13 (treze) referiram algum tipo de atividade desenvolvida, dentre elas:

- “Ação em saúde no território. Violência contra a mulher. O público, em sua grande maioria, foram os alunos do programa academia carioca e familiar”;

- *“Fiz uma caminhada da violência contra a mulher. A atividade consistia numa caminhada e conseqüente roda de conversa onde era explanado o tema violência”;*
- *“Oficina sobre violência no território e quais as possíveis soluções. Público alvo: ACS”;*
- *“Interconsulta e sala de espera, público mulher já vítimas e mulher em idade fértil”;*
- *“Tenho organizado atividades como parte do trabalho do NASF para discutir violência com a residência de enfermagem, porém, antes deste espaço de formação. Considero que as futuras capacitações podem trabalhar as estratégias possíveis para multiplicar”;*
- *“Com a terceira idade eu realizei rodas de conversa explicitarei diversos temas relacionados à violência”;*
- *“Educação permanente no cotidiano do serviço, em reuniões de matriciamento, atuação na preceptoría, reunião de equipe, rodas de conversa etc”.*

Apesar de identificarmos que apenas 33,3% dos participantes do treinamento terem respondido ao questionário pós, a avaliação foi muito positiva, tendo em vista que não é comum encontrar um processo sistemático de avaliação de ações de Educação Permanente realizada com profissionais da área da saúde, apesar de sua relevância para a mudança do modelo de atenção à saúde, historicamente centrado na concepção da doença. A maioria das repostas do questionário pós-treinamento foi enviada por profissionais da rede – 68,18% dos respondentes eram profissionais, enquanto 31,82% eram residentes em formação nas unidades – o que nos sinaliza um compromisso com o retorno desse momento formativo com aqueles que permanecem no serviço. Vale lembrar que os residentes foram a maioria dos participantes do treinamento.

O retorno em relação ao desenvolvimento do papel de agente multiplicador e de atividades relacionadas ao tema da violência no âmbito dos serviços também expressa um movimento interessante no sentido de disseminar informações, uma vez que o período de realização do treinamento e do questionário pós-treinamento foi marcado por atrasos no pagamento dos profissionais, greves, insuficiência de material de trabalho, entre outros entraves. Foi possível identificar que mais da metade dos profissionais que responderam ao questionário pós-treinamento conseguiu articular conteúdo do treinamento no cotidiano dos serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Permanente apresenta uma reflexão necessária na atualidade, uma vez que objetiva a transformação do processo de trabalho, especialmente na área da saúde que historicamente tem sido marcada por práticas engessadas, fragmentadas e acríicas aos processos sociais. A ideia do desenvolvimento dessas atividades formativa-reflexivas pode contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas para melhoria da qualidade, bem como, da equidade no cuidado e no acesso aos serviços.

A violência como importante agravo às condições de saúde dos sujeitos atendidos nas unidades de Atenção Primária, hoje considerada como porta de entrada da rede de atenção à Saúde, se configura como um tema ainda pouco aprofundado no cotidiano dos serviços. Daí a necessidade de se explorar o tema e produzir a capacidade crítica dos profissionais para lidarem com essa questão que não apresenta uma forma protocolar de ação.

Esse trabalho evidencia a necessidade de se identificar as necessidades dos profissionais que lidam com o atendimento de demandas no cotidiano a fim de prepará-los para uma série de ações que permeiam esse cenário. Também fica posto que o desenvolvimento de ações de educação permanente reflete sobremaneira no cotidiano dos serviços uma vez que foi possível observar o desenvolvimento de atividades como desdobramento do processo realizado no treinamento.

Assim, a avaliação das ações de Educação Permanente com profissionais, pode se configurar como elementos chave para o planejamento de atividades no âmbito da gestão, a partir das necessidades dos serviços tendo em vista a realidade de cada território, no sentido de transformação da dinâmica social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **PORTARIA Nº 2.436**, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 2.488**, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica /

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Política Nacional da Redução da Morbimortalidade por acidentes e violências**: Portaria MS/GM n.º 737 de 16/05/01, publicada no DOU n.º 96 seção 1E de 18/05/01 / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – 2ª Ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 64 p. – (Série E. Legislação de Saúde). ESCOREL, Sarah [et al.]. **O Programa de Saúde da Família e a construção de um novo modelo para a atenção básica no Brasil**. Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health 21, 2007

PIRES, Maria Raquel Gomes Maia; GÖTTEMS, Leila Bernardo Donato. Análise da gestão do cuidado no Programa de Saúde da Família: referencial teórico-metodológico. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília 2009 mar-abril; 62(2): 294-9.

PIRES, Simone de Souza. **A política de saúde em tempo de capital de fetiche**: um estudo sobre a implantação das Clínicas da Família na cidade do Rio de Janeiro e a mudança no modelo de atenção primária no contexto de privatização da saúde /Simone de Souza Pires. – 2014. 130 f. MIMEO

RIBEIRO, Eliana C. O. e MOTTA, José I. J. Educação Permanente como estratégia de reorganização dos serviços de saúde. In: **Revista Olho Mágico**. Ano 05. UEL. Novembro de 1999.

**A FOME DOS MEUS FILHOS NÃO SERÁ A RIQUEZA DOS SEUS:
O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E A NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA APRIMORAMENTO DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA
SAÚDE NO COMBATE À FOME**

Natalia Costa Silva¹
Larissa Rocha Correa²

RESUMO: A alimentação é um Direito Humano inalienável, acessá-la com qualidade é necessário para a garantia de que o homem possa manter sua saúde e conseqüentemente seu bem estar e direito. Ainda que na atualidade seja possível desenvolver diversos mecanismos de produção acelerada de alimentos, erradicando a fome mundial, encontram-se números alarmantes de pessoas em situação de insegurança alimentar, e o Brasil é um dos Países que possuem índice elevado de pessoas com fome.

Palavras-Chave: Alimentação, direitos, fome.

ABSTRACT: Food is an inalienable Human Right, accessing it with quality is necessary to ensure that man can maintain his health and consequently his well-being and rights. Although it is currently possible to develop several mechanisms for accelerated food production, eradicating world hunger, there are alarming numbers of people in a situation of food insecurity, and Brazil is one of the countries with a high rate of hungry people.

Keywords: Food, rights, hunger

INTRODUÇÃO

“Um, dois: Feijão com arroz”;³

A alimentação é uma necessidade vital assegurada no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, como um Direito Humano indissolúvel. Sabemos que comer e saciar a fome é uma das maiores prioridades humanas, no entanto, é necessário pensar e refletir sobre a alimentação para além desse ato de saciamento, mas discuti-la nas esferas sociais, da saúde, dentre outras. Diante disso, faz-se necessário que o Estado estabeleça medidas para a garantia do provimento alimentar da população brasileira. Algumas Políticas Públicas foram implementadas e o

¹ Assistente Social, graduada na Universidade Estadual de Montes Claros (2023). Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Email:nataliacosta0101@gmail.com.

² Nutricionista, graduada na Faculdade de Saúde Ibituruna (2018). Aluna Especial no Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros. Email:rlarissa2711@gmail.com.

³ Culturalmente no Brasil, algumas cantigas populares e parlendas são entoadas como forma de incentivo para as crianças se alimentarem, como homenagem a essa representação cultural utiliza-se da parlenda cantada “um dois, feijão com arroz” (1932), nos subtítulos do presente trabalho.

investimento-engajamento dessas Políticas permitiu que o Brasil saísse do Mapa da Fome no ano de 2014, mas da mesma forma o sucateamento ocorrido posteriormente nessas mesmas políticas fez com que houvesse o retorno no ano de 2022.

É indispensável considerar que a alimentação exige fisiologicamente que o organismo tenha acesso aos nutrientes necessários para manter o metabolismo e a homeostase. Sabe-se que uma dieta rica em nutrientes exige maiores investimentos na qualidade dos produtos adquiridos, o que se distancia da realidade da maioria da população, que inseridos em uma sociedade desigual e com baixos salários privam-se apenas em saciar a fome imediata, pois não possuem rendimentos financeiros para acessar a qualidade alimentar que se faz necessária. No entanto, comer com qualidade não deve ser considerado um privilégio restrito a um grupo seletivo na sociedade, É indispensável que esse direito se estenda para todos os indivíduos, assim as Políticas precisam prezar por condições mínimas de acesso a esses mantimentos e com qualidade.

Ancorando-se no Materialismo Histórico Dialético, para apoio nas análises considerando a historicidade e crítica para análise da realidade. Segundo Richardson (2012, p.54), “o materialismo dialético significou um avanço importante na interpretação dos fenômenos sociais⁴.” As análises pautaram-se em estudos bibliográficos que foram realizados ao longo de todo o processo de pesquisa. Permitindo então apresentar as contribuições de outros autores e pesquisadores que aprimoram e aprofundam a discussão. O presente trabalho busca apresentar a importância da alimentação de qualidade para garantia da dignidade da pessoa humana e o quanto é necessário o investimento em Políticas Públicas, para que viabilizem o acesso a esse direito para a população. Logo, o fortalecimento dessas Políticas irá impactar diretamente na atuação profissional mediante ao atendimento do usuário atravessado por essa expressão da questão social.

⁴ Conforme apresenta o autor de Pimenta (2018), a visão de Marx e Engels constitui o materialismo histórico dialético onde o enfoque é compreender as transformações sociais, permitindo uma ampla visão de totalidade.

ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E DIREITOS.

“Três, quatro: Feijão no prato”;

Houve uma longa trajetória para que hoje o acesso à alimentação seja entendida como um Direito Humano inalienável, conforme o Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos” (Assembleia Geral da ONU, 1948). Portanto, a necessidade alimentar está intrínseca ao homem genérico, pois de forma extintiva, os mesmos buscavam formas de se alimentar para a manutenção de sua sobrevivência.

Diante disso, as mudanças na estrutura da sociedade, impactaram nas formas do homem em se relacionar socialmente e com a natureza, pois historicamente é notório os avanços de novas tecnologias a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, o que gerou mudanças no modelo de produção, diversificações na colheita, novas formas de manuseio e tratativa dos alimentos, possibilitando superar o modo de viver primitivo, permeado pela escassez de alimentos, e de técnicas rudimentares de produção, para que na atualidade, exista uma super produção de alimentos.

No entanto, mesmo após todos esses acontecimentos que poderiam até mesmo erradicar a fome mundial, a realidade de grande parte da população inserida no Modo de Produção Capitalista é controversa, pois são atravessados pelas propostas liberais de que o acúmulo de riqueza, avanços e evolução. Entretanto, isso só funciona para uma minoria muito restrita, pessoas as quais não reconhecem a fome como sua inimiga, mas sim como sua aliada, pois a fome permite que o trabalhador se submeta às condições precárias de trabalho para sobreviver e seja obrigado a acessar os alimentos não por sua qualidade, mas por seu valor de mercado, uma observação constante na prática clínica nutricional é a substituição da carne pelos embutidos, como a salsicha, mortadela e linguiça, devido a diferença de preço. Logo, essa troca é desfavorável, sendo que esses alimentos são verdadeiros vilões e acarretam várias doenças incluídas nas síndromes metabólicas e até mesmo o câncer.

Um importante instrumento de pesquisa e levantamento de dados que permitem monitorar os índices de pessoas que têm sido atravessadas pela fome, é o Mapa da Fome. Desenvolvido e monitorado pela Organização das Nações Unidas (ONU), aliada ao Food and

Agriculture Organization (FAO). O Mapa da Fome faz levantamento de dados nos países para avaliação e intervenção, visto que, essa organização preza pelos Direitos Humanos, e ao que se refere ao direito alimentar, tem como meta: erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

No campo da nutrição, pesquisas são desenvolvidas em busca do atendimento alimentar integral dos sujeitos. No século XX, notadamente no ano de 1934, o médico e nutrólogo Argentino, Pedro Escudero, introduz os estudos voltados para a nutrição, perpassando os primeiros ensinamentos sobre nutrição, ainda não consolidados como uma área científica e profissional, para os médicos da época. De maneira criteriosa, em seu livro, *Alimentação* (1937), Escudero define as quatro leis que são à base da nutrição e da alimentação saudável, sendo elas: Lei da Qualidade, Lei da Quantidade, Lei da Harmonia e Lei da Adequação.

Na busca por um plano dietético adequado, a ingestão alimentar e de nutrientes deve ser quantitativamente suficientes para suprir a demanda energética do indivíduo e manter o seu metabolismo em equilíbrio (Lei da Quantidade). Todo alimento ingerido, tem a função de fornecer energia para o funcionamento a nível celular, portanto, a qualidade deste alimento influi diretamente nesse processo. Segundo Oliveira (2017), a má alimentação impacta na cognição de escolares, podendo comprometer, rendimentos, atividades e até mesmo o comportamento. Portanto, a boa alimentação deve ser estimulada e praticada desde a infância, sendo esse um período em que se desenvolvem grandes potencialidades refletidas na jornada humana.

Deste modo, entende-se que uma alimentação saudável está sustentada na ingestão de alimentos naturais e minimamente processados, excluindo os ultraprocessados e industrializados (Lei da Qualidade). Ademais, a distribuição dietética de carboidratos, proteínas, lipídios, fibras, vitaminas e minerais, devem ser feitas entre as refeições de maneira equilibrada e complementar uns aos outros, sem que haja a interferência de fatores denominados antinutricionais, em que um nutriente atrapalha a absorção de outro (Lei da Harmonia), além da adequação da dieta com base nas necessidades de cada indivíduo, sendo essa influenciada por fatores, como, idade, sexo, atividade física e patologias adjacentes.

Uma alimentação saudável e equilibrada oferta nutrientes e energia necessários para manter o metabolismo basal e atua no processo saúde-doença, visto que, uma alimentação desequilibrada está relacionada, também, no surgimento de doenças cardiovasculares, doenças metabólicas, dislipidemias, déficit cognitivo, doenças inflamatórias, dentre outras. Diante disso, a nutrição defende que é de suma importância que todas as pessoas tenham uma alimentação completa, e de qualidade para que desenvolva uma vida saudável, mas dados comprovam que essa necessidade não tem sido presente na vida de muitas pessoas pois conforme dados apresentados no relatório da FAO em (2022) estima-se que 828 milhões de pessoas foram afetadas pela fome em 2021 – 46 milhões a mais em relação ao ano anterior e 150 milhões a mais desde 2019.

Outro número alarmante disposto neste relatório, conforme apresentado pela Unicef (2022), cerca de 2,3 bilhões de pessoas no mundo (29,3%) estavam em insegurança alimentar moderada ou grave em 2021 – 350 milhões a mais em relação a antes do início da pandemia de covid-19. Em média, 924 milhões de pessoas (11,7% da população global) enfrentam insegurança alimentar em níveis graves, um aumento de 207 milhões em dois anos. Diante dos dados apresentados é perceptível que dificilmente será possível atingir o objetivo da ONU em relação à fome no prazo estabelecido. Ao que se evidencia as Diretrizes dos Direitos Humanos nesse sentido, os países têm articulado maneiras de atingir a meta estabelecida pela ONU e para isso o fomento e investimento em Políticas Públicas é essencial.

POLÍTICAS DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL.

“Cinco, seis: Falar inglês”;

Conforme apresentado no tópico anterior, todas as pessoas possuem o direito à alimentação de qualidade. No Brasil, este direito humano fundamental é previsto na Constituição Federal de 1988, inspirada nas previsões e garantias advindas desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A alimentação como um direito social básico faz parte do conteúdo do 6º artigo.

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Visando legitimar o direito alimentar da população brasileira e atingir a meta proposta pela ONU, algumas estratégias governamentais foram estipuladas para a realidade brasileira. O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovado no ano de 1999, é uma iniciativa do Ministério da Saúde que tem como objetivo promover a alimentação adequada e saudável, prevenir e controlar distúrbios nutricionais, como a desnutrição e a obesidade, e melhorar a qualidade de vida da população. O PNAN desenvolve ações de vigilância alimentar e nutricional, educação alimentar e nutricional, promoção da alimentação saudável e prevenção de doenças relacionadas à alimentação.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurado pela Lei nº 11.947, de 16/6/2009, visa garantir o acesso à alimentação saudável e de qualidade aos estudantes da rede pública de educação básica. O programa determina que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar sejam utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico local e para a promoção da agricultura familiar sustentável.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), criado em 2006 a partir da Lei nº 11.346/2006, visa assegurar o direito humano à alimentação adequada. Seu objetivo central é integrar ações e programas relacionados à segurança alimentar e nutricional em diversos níveis governamentais (federal, estadual e municipal) e setores da sociedade, através do combate à fome, promoção da agricultura sustentável, garantia ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e promover hábitos alimentares saudáveis.

O Fome Zero foi um programa social implementado no Brasil durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010. No período em que foi desenvolvido, segundo estatísticas, o país apresentava cerca de 50 milhões de cidadãos passando fome. Esse programa tem como objetivo principal erradicar a fome no país, garantindo o acesso à alimentação adequada para toda a população brasileira.

Observando as Políticas, e ações estabelecidas no Brasil, que vão de encontro à garantia do direito alimentar à população, o resultado dessas surtiram entre os anos de 1990 e 2000, expressando-se principalmente em 2014, momento em que conforme os dados da FAO, o país alcançou a meta de Objetivos do Milênio de reduzir o número total da população que enfrentava a fome pela metade. No entanto o Brasil se encontra novamente no Mapa da Fome em 2022, e conforme dados apresentados na reportagem do Jornal Nacional (2022):

São 61 milhões de brasileiros que enfrentaram dificuldades para se alimentar entre 2019 e 2021; 15 milhões deles passaram fome. A pesquisa faz uma média do que aconteceu durante três anos. Entre 2014 e 2016 eram menos de 4 milhões em insegurança alimentar grave. Jornal Nacional (2022)

Diante dos dados apresentados, houve um grande retrocesso na questão alimentar para o povo brasileiro. Assim, urge a necessidade de que medidas sejam tomadas para a proteção e efetivação dos direitos dos cidadãos brasileiros, haja visto que, foi experimentado e comprovado no país que o investimento e articulação das Políticas apresentam numeroso progresso diante desse desafio, assim como o não investimento impacta profundamente e de maneira negativa na vida da população.

A NECESSIDADE EMERGENTE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA À ALIMENTAÇÃO.

“Sete, oito: Comer Biscoito”;

Tendo em vista os pontos apresentados nos tópicos anteriores, em que a alimentação é considerada como um direito inalienável a todo ser humano e que para a sua garantia, no Brasil, algumas Políticas Públicas foram implementadas, porém, sem investimentos, ocorreu um retrocesso nos avanços realizados. O período em que grande parte desse regresso ocorreu, situa-se em meio à pandemia de COVID-19, considerando, conforme já citado anteriormente, fenômenos como a cultura, tecnologia e conhecimento, impactando também na forma do homem se alimentar. A pandemia atingiu o ato social de se alimentar, enfatizando ainda mais as desigualdades existentes e potencializando-as.

Nesse contexto, houve um grande caos na saúde pública a nível mundial, desmonte de direitos e risco iminente à vida com a incidência do coronavírus, impactando fortemente na seguridade alimentar. Segundo o economista Daniel Balaban, diretor do Programa de Alimentos da ONU, no Brasil, estima-se que 265 milhões de pessoas passaram por insegurança alimentar em 2019, pois assim como apresenta Alpino (2020) “A pandemia afeta a oferta e demanda de alimentos, reduz o poder de compra e a capacidade de produzir e distribuir alimentos, afetando especialmente os mais vulneráveis”. Diante dessa precariedade, em resposta a reportagem apresentada no Jornal Nacional (2022), Daniel Balaban, explícita, porém que a situação começou a piorar muito antes da pandemia:

A pandemia não é a maior culpada pelo Brasil estar de volta a esses números extremamente altos de pessoas com fome. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Essa população precisa do apoio de políticas públicas para ser incluída na cidadania, incluída na sociedade. Fazer com que as pessoas possam produzir, possam participar, colocar pequenos negócios, possam ter hoje uma formação educacional diferenciada, uma formação profissional diferenciada (Balaban, 2022).

O enfraquecimento das Políticas contribuiu para que quando os brasileiros foram atravessados por essa crise sanitária e de saúde houvesse impactos ainda mais severos e maior aprofundamento das expressões da questão social já existente. Em 2021, na cidade de Fortaleza⁵, pessoas são flagradas coletando alimentos em caminhões de lixo, refletindo o retorno do país ao vergonhoso e assustador ranking mundial do Mapa da Fome, mesmo sendo um rico exportador de alimentos para outros países.

Ao avaliar a economia brasileira, o agronegócio é evidenciado, pois o Brasil é o quarto maior produtor e exportador de alimentos em escala global, ficando atrás somente da China, Estados Unidos e Índia. Entretanto, há a coexistência de duas nações, uma centrada na superprodução de alimentos, concorrente de grandes potências mundiais pelos melhores mercados, e outra onde a sua população é marcada pela fome, vivendo em situação de vulnerabilidade alimentar. No ano de 2021, a produção de alimentos no país foi estimada para que se pudesse alimentar 1,6 bilhão de pessoas. Esse dado confronta diretamente a realidade nacional, sobretudo a reinserção do país no Mapa da Fome.

⁵ Em 2021 em reportagem do G1 por Gioras Xerez, é denunciado a precariedade alimentar dos cidadãos em Fortaleza os quais foram vistos buscando em caminhão de lixo de um supermercado mercadoria vencidas e descartadas para se alimentarem.

No início do ano de 2024, um vídeo de grande repercussão nas redes sociais após um repórter da TV Futuro entrevistar o jovem Michael Matias do Santos, um homem negro detido pela polícia no Rio Grande do Norte após um furto. Questionado pelo repórter, o rapaz responde com a seguinte afirmação:

(...) Para quem quer comer vale, eu não trabalho em reportagem para ganhar dinheiro. Tá ligado? E ninguém bota eu. Quer me botar na reportagem para mim ganhar dinheiro? Eu trabalho com vocês (...) Eu saio do mundo do crime, eu já não sou nada mesmo (...) Me coloca? Aceito qualquer salário (...) (Santos, 2024).

Esse jovem detido, algemado na caçamba da viatura da polícia faz uma denúncia em análise da cena e de cada trecho de sua resposta, apresentando a ampla desigualdade econômica, educacional e social dos brasileiros. Devido à falta de oportunidades, alguns indivíduos se colocam em situações de crime para garantir o acesso à alimentação. A ausência de chances e o grande número de mão de obra excedente, faz com que a realidade de aceitar qualquer tipo de remuneração exista, pois sem opções de escolha, fortalecendo o número de trabalhadores desempregados, em que Marx intitula como exército industrial de reserva cada vez maior, obrigando o trabalhador a aceitar trabalhos precários.

CONCLUSÃO

“Nove, dez: Comer pastéis”.

O processo de reconhecimento da alimentação como um Direito Humano inalienável, traz a todos uma garantia mínima de subsistência alimentar para sobrevivência. No entanto, os estudos comprovam que a alimentação não deve ser apenas para sanar a fome, mas que o corpo exige acesso a diversos nutrientes para atingir a qualidade de vida. O acesso dietético ideal e saudável para pessoas de baixa renda é difícil, não fazendo parte da sua realidade e sendo obrigados a partir para escolhas alimentares de baixo valor nutricional, ricos em conservantes, aditivos, calorias e carboidratos. Além da necessidade de pensar na alimentação de qualidade, é importante considerar as diversas esferas que a mesma pode perpassar na vida do sujeito, o ato

de alimentar pode ser considerado sagrado em religiões, representatividade cultural, preservação de memória ancestral, fortalecimento de vínculos, entre outros.

Considerando as informações expostas, a criação de Políticas Públicas para viabilização do acesso a esse direito é de suma importância para que toda a população seja alcançada e nutrida, o fortalecimento dessas políticas apresentam resultados positivos no Brasil, mas muito ainda precisa ser feito, pois quando a alimentação deixa de ser pauta principal do discurso governamental, existe uma grande interferência na atuação dos profissionais da saúde. Para que exista a garantia de qualquer outro direito é necessário a garantia primordial do direito a alimentação.

Portanto, é inadmissível que exista corte de gastos, baixo investimento e sucateamento das Políticas Públicas voltadas à alimentação porque muitas famílias são dependentes dessas para a sua sobrevivência. O Estado, por sua vez, deve ser responsabilizado e colocar como prioridade o investimento e a ampliação das mesmas, considerando a necessidade humana da qualidade alimentar, e respeitar todas as nuances sociais e representatividade alimentar dos territórios e seus sujeitos.

Assim, a erradicação da fome apenas tornará uma realidade concreta e satisfatória, considerando o acesso aos alimentos de qualidade e de maneira adequada a todas as pessoas. Enquanto o modo de produção utilizar da fome e necessidades básicas para dominação de uma classe, os Direitos Humanos sempre estarão vulneráveis. Os profissionais da saúde e pertencentes a classe trabalhadora, precisam reconhecer nossa potência e funcionalidade de nossas atividades na busca por superação desse modelo societário e combate à fome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPINO, Tais; SANTOS, Cláudia; BARROS, Denise; FREITAS, Carlos. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, [S. l.], p. 1-14, 2 set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JfJpWMhgZDrrsM9QG38VnBm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ESCUADERO, P. *Alimentação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Scientifica, 1934.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado

Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 19 abril.2024.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 11 de Junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; .Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm Acesso em: 19 abril.2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

ESTADÃO, Conteúdo. **Brasil está voltando ao mapa da fome, diz diretor da ONU.** 12 Maio 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-esta-voltando-ao-mapa-da-fome-diz-diretor-da-onu/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FAO, FIDA, OPAS, PMA e UNICEF. 2021. Versão resumida de Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe 2020 – Segurança alimentar e nutricional para os territórios mais atrasados. Santiago.

NACIONAL, Jornal. **Brasil volta ao mapa da fome das Nações Unidas.** [S.l.]:G1.globo, 6 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>. Acesso em 11 mar. 2024.

NETO, SOLON; BORGES, PEDRO. **Jovem que pediu emprego a repórter ao ser preso é solto em Natal.** Alma Preta, [S. l.], p. 1, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/jovem-que-pediu-emprego-a-reporter-ao-ser-presoe-soltoem.natal/#:~:text=Na%20delegacia%2C%20conforme%20den%C3%BAncia%20do,usada%20par a%20matar%20o%20padrao>. Acesso em: 19 abr. 2024.

OLIVEIRA, B. S. **Influência da alimentação no desempenho escolar de crianças e adolescentes.** 2017, 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Nutrição). União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME). 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos,** 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 03. julho 2023.

PICCOLOTTO, Leticia. **Brasil produziu comida para 1,6 milhão, mas 33 milhões passam fome.** Como?; A desigualdade entre alta produção e insegurança alimentar no país. **BrazilLAB,** 8 ago.2022. Disponível em: <https://www.brazillab.org.br/noticias/brasil-produziu-comida-para-1-6-bilhao-mas-33-milhoes-passam-fome-como>. Acesso em: 11 mar.2024.

PIMENTA, Janaina de Araújo. **O materialismo histórico dialético:** Perspectiva Metodológica para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO,

SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2018, Piauí. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas- UFPI. Teresina: UFPI (EDUFPI), 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. José Augusto de Souza Peres (et al) (colab). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 14a reimpressão. São Paulo: Atlas, 2012.

XEREZ, Gioras. **Moradores coletam comida em caminhão de lixo em Fortaleza**; vídeo.

G1.Globo, Ceará,.p.01, 18.out. 2021 .Disponível.em:.<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/18/moradores-coletam-comida-em-caminhao-de-lixo-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SERVIÇO SOCIAL E A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Rodrigo Silva Lima¹
Nycolas Silva Vellozo²
Mariana Pereira da Silva³
Sara Elizabeth Mendes Lopes⁴

Resumo: Este artigo, fruto dos resultados parciais do projeto de pesquisa “Os trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e sua interface com o trabalho de assistentes sociais”, identifica quantitativamente a produção intelectual da categoria profissional, quanto à temática da infância e adolescência, nos principais encontros de Serviço Social e analisa brevemente os seus enfoques e tendências políticas. O estudo sinaliza também as preocupações apontadas, na última década, nas deliberações do Encontro Nacional envolvendo o Conselho Federal (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), ressaltando os desafios postos ao exercício profissional e a necessidade de maior apropriação desses debates em pesquisas realizadas por assistentes sociais.

Palavras-chave: Serviço Social; crianças e adolescentes; violência.

Abstract: This article, stemming from partial results of the research project "The Thirty Years of the Child and Adolescent Statute and its Interface with the Work of Social Workers," quantitatively identifies the intellectual production of the professional category regarding the theme of childhood and adolescence at the main Social Work meetings and briefly analyzes their political focuses and trends. The study also signals the concerns addressed in the last decade in the deliberations of the National Meeting involving the Federal Council (CFESS) and Regional Councils of Social Work (CRESS), highlighting the challenges posed to professional practice and the need for greater appropriation of these debates in research conducted by social workers.

Keywords: Social Work; children and adolescent; violence.

INTRODUÇÃO

Este trabalho expressa os resultados parciais da pesquisa “Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Interface com o Trabalho de Assistentes Sociais”. Objetiva

¹ Assistente social. Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Associado da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS/UFF). E-mail: rodrigolima@id.uff.br

² Estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC CNPq. Membro do NUDISS/UFF. E-mail: nycolasvellozo@id.uff.br

³ Estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora sem bolsa. Membro do NUDISS/UFF. E-mail: ma_silva@id.uff.br

⁴ Estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora sem bolsa. Membro do NUDISS/UFF. E-mail: saraelizabethmendeslopes@id.uff.br

identificar as mudanças na Lei e as novas requisições profissionais para proteção integral. E tais requisições, sobretudo no enfrentamento às expressões da questão social e às manifestações da violência contra infância e adolescência, são desafios complexos tanto em trabalhos interdisciplinares, como em ações intersetoriais mediadas pelo Poder Judiciário.

Essas ações intersetoriais envolvem a compreensão do caráter antagônico dos interesses de classes nas instituições, a defesa da criança e do adolescente como prioridade absoluta nas disputas do fundo Público e a garantia dos direitos fundamentais, cujas políticas de saúde, de educação e de assistência social configuram as principais medidas de proteção do Estado. Nesse sentido, a articulação permanente dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) esbarra também na “obrigação” de atendimento das demandas do Poder Judiciário, tanto na elaboração de estudos e pareceres sociais, que extrapolam as funções protetivas das equipes técnicas na implementação das políticas sociais, como na incorporação das ações previstas na Lei 13.431/2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência.

A pesquisa, realizada com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), tem sistematizado as tendências da produção intelectual sobre o trabalho de assistentes sociais e acompanhado as propostas de alteração e aprimoramento do ECA em periódicos, anais dos principais eventos científicos no Brasil e em relatórios das entidades representativas do Serviço Social.

Por fim, o trabalho está dividido em duas partes: a primeira, sobre questão social e violência contra crianças e adolescentes em que se demonstra a incidência dos trabalhos sobre crianças e adolescentes nos principais eventos da categoria e nas deliberações nacionais dos Encontros do Conjunto CFESS-CRESS. E a segunda parte menciona brevemente as alterações do ECA, por meio dos dispositivos de proteção a crianças e adolescentes vítimas e testemunhas da violência, que interferem no exercício profissional de assistentes sociais.

QUESTÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA

É importante situar, do ponto de vista social, político e econômico, que governos conservadores e de extrema-direita chegaram ao poder, em 2016, a partir do “golpe” em Dilma Rousseff. Nesse contexto, se estabeleceu um aprofundamento da desestruturação de direitos e

adoção de medidas ultraneoliberais que atingem a esfera da proteção social (MAURIEL *et.al.*, 2020; CARDOSO; BRITO, 2019), como o “teto de gastos” previsto na Emenda Constitucional n. 95, no qual fica instituído, por vinte anos, o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Esse retrocesso acirrou, ainda mais, as expressões da questão social e a violência contra crianças e adolescentes. Além da mortalidade dos segmentos negros e pauperizados da classe trabalhadora em periferias e favelas, fenômenos como a fome, o trabalho precoce, os maus tratos na família, a violência sexual contribuíram para ampliar o quadro de desigualdades de uma sociedade de classes alicerçada no escravismo e no patriarcado. Uma infância em crise, intensificada pela pandemia da Covid-19, conviveu com o medo do adoecimento e da morte, com o afastamento presencial da escola, bem como a alteração da rotina e uma convivência mediada pelo uso de tecnologia e acesso às telas (BECKER, 2022).

De acordo com Lima (2021), o legado da tradição marxista é fundamental para a crítica desse contexto desigual e para desvendar as amarras que aprisionam a infância aos esquemas perversos de institucionalização. Para analisar a relação entre questão social e violência contra crianças e adolescentes, num primeiro momento, se recorreu à literatura especializada (IAMAMOTO 2002; MATOS, 2015; NETTO, 1992), onde a “questão social” é concebida como matéria do Serviço Social e objeto da intervenção do Estado. Esses autores identificam aspectos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, que são a base de sustentação das análises críticas acerca das atribuições e competências do Serviço Social. E, num segundo momento, são identificadas as produções de assistentes sociais sobre infância e adolescência, violência e racismo (EURICO, 2020; FALEIROS, 1995; SANTOS; SIMAS; LIMA, 2022), bem como as estratégias para seu enfrentamento e as principais tendências políticas da produção intelectual em eventos da categoria nas últimas décadas.

Tabela 1 – Quantitativo de trabalhos sobre infância e adolescência nos principais encontros de assistentes sociais no Brasil (2010–2022)

Ano do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (e o total de trabalhos aprovados)	Quantidade de trabalhos na área da infância e adolescência e percentual	Ano do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (e o total de trabalhos aprovados)	Quantidade de trabalhos na área da infância e adolescência e percentual
2010 (1720)	92 trabalhos = 5,34%	2010 (1400)	64 trabalhos = 4,57%
2016 (1031)	66 trabalhos = 6,40%	2013 (1288)	83 trabalhos = 6,44%
2018 (1176)	51 trabalhos = 4,33%	2016 (1426)	184 trabalhos = 8,97%
2022 (693)	25 trabalhos = 3,60%	2019 (1743)	197 trabalhos = 11,30%

Fonte: Anais do CBAS (2010; 2013; 2016; 2019) e Anais do ENPESS (2010; 2016; 2018; 2022). (Elaboração própria)

Existem levantamentos importantes que discutem a produção de assistentes sociais sobre infância e adolescência (FÁVERO, 2021) e, considerando o recorte histórico dos anos de 2010, é importante mencionar a Lei n.º 12.010/2009 como um marco das mudanças do ECA, ao alterar e acrescer diversos artigos sobre família, adoção, acolhimento institucional, etc. Nesse sentido, esses conceitos e categorias foram levados em consideração na metodologia de busca, análise e sistematização dos dados coletados tanto no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), como no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Além disso, foi feita a pesquisa nos relatórios dos encontros nacionais do conjunto CFESS-CRESS, a fim de observar as preocupações dos profissionais quanto ao tema da infância a partir das deliberações em cada evento.

Ao analisar os trabalhos do ENPESS, como evidenciado na tabela 1, é possível notar uma progressiva diminuição de trabalhos aprovados ao longo dos anos, visto que o número total da última edição analisada, em 2022 (25), chega a aproximadamente 1/4 dos trabalhos apresentados em 2010 (92). Sob essa ótica, percebe-se uma ampla preocupação com o debate na área da assistência social e de temas relacionados às relações familiares, à exploração sexual e demais violências contra crianças e adolescentes. São demonstradas as estratégias de enfrentamento à questão social e à violência no cotidiano das instituições. No ano de 2016 é abordado o tema do *bullying* e outras preocupações são destacadas, como a ênfase ao trabalho de assistentes sociais nas políticas de atendimento à juventude. O ano de 2018 apresentou como tendência as lutas e resistências do Serviço social. Evidencia-se a temática da pobreza e as violências sofridas por crianças e adolescentes num cenário radicalizado no capitalismo. A última pesquisa apresentada da ENPESS, no ano de 2022, sofreu uma queda no número de trabalhos aprovados, tendo como

destaque os efeitos deletérios da pandemia da Covid-19. Percebe-se, contudo, pouca ênfase nos trabalhos que dizem respeito à educação escolar. Portanto, quanto ao ENPESS, percebe-se uma redução de trabalhos apresentados por assistentes sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Na análise do CBAS, nota-se que, em 2010, houve um significativo número de trabalhos acerca das medidas socioeducativas, da política de assistência social e de temas relacionados à violência na infância e à proteção integral de crianças e adolescentes. Percebe-se que, em 2013, houve um avanço ainda maior em relação ao evento anterior, com mais trabalhos publicados, trazendo temas relevantes como o enfrentamento ao trabalho precoce de crianças e adolescentes, algo que atravessou o século XX, chegando aos dias atuais. Alguns trabalhos correlacionaram a “violência como questão da assistência social” e é de suma importância o aprofundamento e a melhor qualificação de tal correlação. Comparando os trabalhos aprovados nos anos de 2016 e 2019, se constatou o maior aprofundamento sobre o trabalho profissional e a necessidade de se discutir “a escuta especializada”. Ao contrário do que se verificou no ENPESS, o CBAS apresentou uma sensível ampliação das publicações, mas uma parca análise das alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dessa forma, nota-se que os estudos de assistentes sociais, no CBAS, avançaram ao longo dos anos, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido e medidas precisam continuar sendo tomadas na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Apesar dos números do CBAS serem expressivos, principalmente em relação ao ENPESS, a porcentagem em relação ao total de trabalhos é pequena, ainda mais considerando serem esses dois eventos os mais relevantes quanto à propagação de conhecimento da categoria. São indícios de que nas pesquisas acadêmicas (universidades), ao contrário do universo relacionado ao trabalho profissional, vem se observando uma redução da produção num período de uma década.

Já em relação às deliberações tomadas pela categoria profissional, essas não se distanciam do demonstrado pelas produções acadêmicas. Em primeiro momento, é válido ressaltar que a escolha para análise dos relatórios do encontro CFESS-Cress não foi feita de forma aleatória, tendo, portanto, a motivação de perceber as preocupações das entidades da categoria profissional quanto ao tema da infância e adolescência ao longo da última década, visto ser esse um momento ímpar e de ampla participação de assistentes sociais inscritas/os e ativas/os no

âmbito de jurisdição dos 26 Conselhos Regionais, devidamente eleitas/os em assembleia geral da categoria.

Foram destacadas as deliberações⁵ que movimentaram as gestões trienais do Conjunto CFESS-Cress dando um panorama geral de diferentes dimensões de atuação em defesa da profissão e do exercício profissional da/o assistente social. A partir da tabulação dos dados, foi feita uma divisão de cada proposta de maneira a filtrar aquelas mais evidentes quanto à atuação voltada a crianças e adolescentes.

Tabela 2 – Interface das deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS com a política de assistência social, educação e saúde

Ano	2011	2012	2013	2014	2017	2020	Total
Eixo Seguridade							
Assistência Social	05	12	06	06	00	00	29
Educação	01	01	03	05	01	02	13
Saúde	01	01	01	01	00	00	04
Total	07	14	10	12	01	02	46

Fonte: Deliberações do Encontro Nacional CFESS CRESS (2011; 2012; 2013; 2014; 2017; 2020). (Elaboração própria)

Esta tabela se refere à quantidade de deliberações relacionadas à infância e adolescência no eixo Seguridade Social. Nas análises do conteúdo das deliberações há o caráter crítico hegemônico da categoria profissional, contudo, é residual a discussão sobre infância e adolescência, principalmente quanto à política de saúde. Além disso, percebe-se a quantidade expressiva de deliberações na política de assistência social até 2014, principalmente em relação à aplicação das medidas socioeducativas. Diante disso, observa-se uma focalização quanto à temática da violação de direitos, de modo que desconsidera dimensões preventivas, para além das preocupações acerca proteção social especial.

⁵ Existem vários eixos de discussão: Orientação e Fiscalização Profissional (COFI); Ética e Direitos Humanos; Administrativo Financeiro; Formação Profissional, Relações Internacionais, Comunicação e Seguridade Social (que abarca assistência, saúde, previdência, educação e direito à cidade). Entre 2011 e 2013 todos os anos eram de deliberação, contudo, a partir de 2014 a metodologia do Encontro Nacional foi alterada e as deliberações ficaram circunscritas, apenas, ao primeiro ano da gestão, seguido de um segundo ano de monitoramento e o terceiro ano de avaliação.

Em cada encontro nacional CFESS-Cress são realizadas, em média, 50 deliberações, enquanto para a infância e adolescência se resumem a uma pequena parcela. Porém, é válido destacar que esse declínio não ocorre por um desinteresse de assistentes sociais em relação ao tema, mas pela amplitude da inserção profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais e também, pela mudança na metodologia das deliberações dos encontros, algo que ocorre para evitar repetições e dotar o conjunto CFESS-Cress de maior capacidade política de monitoramento e avaliação. Além disso, tais encontros não se descolam do contexto histórico ao qual estão inseridos, que influenciou diretamente num menor número de deliberações no ano de 2020 devido à crise sanitária da Covid-19.

Portanto, apesar dos avanços realizados com a adoção da metodologia do encontro e considerando a hegemonia crítica nessas entidades, os dados demonstram a necessidade de um debate mais amplo quanto a articulação das políticas sociais, abarcando de forma mais incisiva o eixo da seguridade social. Com as mudanças operacionalizadas as deliberações que versam sobre a temática da infância diminuíram e isso exige articulação com outros eixos de discussão, como Ética e Direitos Humanos, onde geralmente aparecem mais as mudanças na legislação e o acirramento das contradições sociais no neoliberalismo.

Outro aspecto a ser salientado é o peso das produções de outras áreas que não estão alinhadas com a tradição marxista. Conforme Sousa e Neves (2012), no processo de renovação do Serviço Social brasileiro as forças conservadoras foram enfrentadas e o marxismo incorporado à formação profissional. Contudo, existem poucas publicações de assistentes sociais em periódicos abordando a violência contra crianças e adolescentes e abrigo (acolhimento institucional) numa perspectiva marxista, algo que, do ponto de vista quantitativo, contrasta com o número de produções em CBAS. Tais referências não estão ancoradas qualitativamente no pressupostos do Projeto Ético Político, constatação preocupante, tanto para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), como para as Instituições de Ensino Superior (IES).

AS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS, COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E O ECA

De acordo com Iamamoto (2002), o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e não pode ser reduzida a uma concepção meramente conciliatória, mecanicista ou voluntarista. Além disso, na maioria dos espaços sócio-ocupacionais, é relevante ressaltar que a/o profissional trabalha direta ou indiretamente com expressões da questão social, com contradições na reprodução de relações sociais capitalistas.

No contexto brasileiro, os contornos da reprodução das relações sociais expressam particularidades diretamente conectadas à formação escravocrata e colonial, além de uma concepção de proteção à infância voltada à institucionalização desde sua gênese (ARANTES, 1995; RIZZINI; RIZZINI, 2004; EURICO, 2020; SARAIVA, 2022). Mulheres e crianças, por muito tempo, eram concebidas como meras mercadorias e os efeitos da questão social na vida das famílias, cada vez mais desprotegidas e submetidas à competitividade, de acordo com Matos (2015), não podem ser enfrentadas de forma moralizante ou por um processo de culpabilização individual, pois nessa sociabilidade se valoriza coisas e se desumaniza pessoas, “a burguesia arrancou da relação familiar o seu comovente véu sentimental e reduziu-a a uma mera relação de dinheiro” (MARX e ENGELS, 1998, p. 8).

A necessidade de análise da infância e da adolescência sob o prisma do método materialista histórico e dialético se justifica não só pelas Diretrizes Curriculares de 1996, mas pela compreensão de que tal categoria não se descola das classes sociais e da perspectiva de totalidade. O debate sobre “questão social”, que atravessou toda sociedade nas primeiras décadas do século XX, obrigando o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem, influenciou a ação de assistentes sociais junto às famílias operárias e, preferencialmente, com mulheres, crianças e adolescentes (IAMAMOTO, 2002). Conforme a interpretação marxista sobre a infância (LIMA, 2021) ou a partir da teoria benjaminiana, a lógica da reprodução social produz infâncias desiguais onde “a criança proletária nasce dentro de sua classe e é essa situação de classe que vai determinar aquilo que ela irá se tornar [...]” (MONSORES; AQUINO, 2018, p. 620).

Nesse sentido, no intuito de fornecer uma exemplificação, algumas referências estudadas refletem uma tendência de negação do marxismo ou não se ancoram nos pressupostos das Diretrizes Curriculares do Serviço Social. Isso é observável em produções da psicologia, da pedagogia e do direito (KOLLER, 2004; ARAÚJO, 2020). Apesar de análises críticas

e de grande relevância para o diálogo interdisciplinar, tais produções focam no indivíduo ou numa institucionalidade e, por não possuírem como fundamento e método o materialismo histórico, não chegam à raiz das desigualdades e no desvelamento das relações de poder que revelam os antagonismos entre classes sociais no Estado capitalista e, conseqüentemente, outras preocupações acerca da infância e da adolescência.

Sob essa perspectiva, é notável observar que, em contraste às demais áreas do conhecimento apresentadas, as quais acolhem diferentes referenciais teóricos, a produção acadêmica da categoria profissional apresenta uma predominância significativa de referências oriundas da tradição marxista. Tal afirmação advém da análise e levantamento realizado e apresentado pelas produções de assistentes sociais e pesquisadores nas duas últimas edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. E, para exemplificar, existem problematizações pertinentes quando se trata do debate sobre o trabalho com crianças e adolescentes em diferentes políticas como na assistência social (SOUZA; BOREL; FERNANDES, 2022), na saúde (SILVA *et al.*, 2019) e na educação (AMARAL, 2022).

As alterações do ECA, ao longo dos últimos anos, assim como os dispositivos do “sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência”, criado por meio da Lei 13.431/2017, estabelecem direitos e garantias fundamentais e a oferta de assistência jurídica e psicossocial especializada, para prevenir, combater e criminalizar as violências. E, nesse sentido, cabe mencionar duas ações recentes que, inevitavelmente, serão destinadas ao atendimento de assistentes sociais. De forma breve, a “escuta especializada” é um procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário. Já o “depoimento especial” é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

Busca-se dotar os espaços públicos de condições adequadas para realização dessas entrevistas ou testemunhos⁶ de maneira menos traumática para crianças e adolescentes. Assistentes sociais, inclusive, são profissionais que compõem as equipes dos órgãos de proteção

⁶ A entrevista é um instrumento utilizado historicamente para a garantia dos direitos e o atendimento de interesses distintos das classes sociais. Seu uso, na escuta especializada, difere do depoimento especial, pois ocorre no âmbito das políticas sociais de proteção à criança e ao adolescente, no intuito de acolhê-los a fim de buscar meios para viabilização de seus direitos.

e, por sua vez, diante de atribuições e competências, estão se preparando para a complexidade do atendimento de tais exigências, para minimizar o trauma da criança e do adolescente ao reviver, por meio de relatos, essas violências. (FÁVERO, 2013; LIVRAMENTO; AZEVEDO SEGUNDO, 2022; MATOS, 2019).

Tomando como base para a discussão as obras de Bortega e Togni (2020); Farias e Carvalho (2023); Panza (2022); Moller e Diniz (2019); observa-se um rico debate acerca dos dispositivos da Lei 13.431/2017, principalmente no âmbito jurídico. Nesse contexto, o que é mais importante proteger a vítima ou produzir provas contra os violadores de direitos? Entre a dimensão protetiva e punitiva há um paradoxo que envolve a ética profissional e as competências e atribuições privativas de assistentes sociais, que se referem diretamente à profissão, “no sentido etimológico, a competência diz respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo”. (IAMAMOTO *apud* MATOS, 2015, p. 681).

Outro aspecto evidenciado na literatura é que as vítimas ou testemunhas, no depoimento especial, são encaminhadas para profissionais de confiança do âmbito jurídico de forma que seja realizado um atendimento filmado e registrado, a fim de recolher provas e evidências que comprovem ou não a ocorrência de um crime. Contudo, a Lei não prevê qual profissional seria responsável para realizar a ação e, dessa maneira, isso é delegada historicamente a assistentes sociais (e psicólogos) visto a ampla presença dessa relação interdisciplinar no SGD (MOLLER e DINIZ, 2019; MATOS, 2019).

Tal debate apresenta questões pertinentes tanto quanto a atribuição profissional para a atuação nessa oitiva, quanto pela própria metodologia da mesma. Pois, considerando os princípios éticos da categoria, não cabe ao profissional uma atuação polícial, no qual há o intuito de punição do agressor ou recolhimento de provas, mas, primariamente, com o fim de garantir o acesso dos usuários aos seus direitos. Além disso, tendo em vista a obrigatoriedade do ato, é necessário ser avaliado a fim de não ocorrer a revitimização do usuário. Buscando, dessa forma, evitar a repetição de um trauma por tal infante por meio de uma objetificação do mesmo, com o fim de recolhimento de provas, e perpetuação de uma lógica adultocêntrica na atuação com esse público (MOLLER e DINIZ, 2019).

Em suma, é de crucial importância o compromisso ético político dos assistentes sociais, reconhecendo os limites e possibilidades de atuação pelo reconhecimento da autonomia

profissional para escolher quais instrumentos utilizar. Como visto pelos autores Moller e Diniz (2019) e Matos (2015), a Lei 13.431/2017 engloba todas as violências de uma maneira acrítica e não reflexiva e, por isso, sendo prejudicial para uma atuação qualificada com o usuário, visto que desconsidera as particularidades das violências e os diferentes impactos que atingem as vítimas. Assim, é importante uma análise cuidadosa sobre os diversos tipos de violências a que crianças e adolescentes são expostos, realizando uma análise de cada situação, reconhecendo que nem todas as violências são iguais (FALEIROS, 1995). Tal ação possibilitará uma intervenção mais qualificada sobre as possibilidades de atendimento para cada violência de acordo com suas particularidades, zelando pela integridade física, psíquica e moral da população usuária dos serviços.

Em suma, o texto aprovado, ao desconsiderar as opiniões dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Profissionais, prevê “escuta especializada” e “depoimento especial” em situações de “alienação parental”, “bullying” e de “exploração sexual”, as quais são situações complexas, que não podem ser minimizadas e apresentam raízes, respostas e procedimentos diferentes. O questionamento a essa inconsistência da legislação considera, não apenas a sua resolatividade, mas na incidência, concomitantemente ou não, de mecanismos de prevenção à violência: um destinado às famílias e às formas de opressão cotidianas e outro para repensar a lógica estrutural da exploração no modo de produção capitalista. As requisições de assistentes sociais, tanto na escuta, como no depoimento especial, devem indicar, do ponto de vista teórico, qual a relação entre a violência relatada e suas determinações sociais, contudo, não cabe à profissão a produção de provas contra possíveis violadores.

Além de possíveis ações, como o encaminhamento para os serviços das políticas sociais, está a emissão de parecer, trazendo elementos que indiquem possível situação de violência, fundamentado teoricamente na relação com as suas determinações estruturantes, para que seja possível compreender as formas de enfrentamento e de proteção, para que quem tenha o poder de decisão, decida. Em outros termos, não está no campo da atribuição profissional a produção de provas. Isso foge da legalidade profissional, pois desvirtua a função social da profissão (MATOS, 2019, p.17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem proporcionado diversas reflexões que exigem maior aprofundamento teórico. O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes não receberá o mesmo

tratamento por parte de assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, pedagogos, tampouco de profissionais do sistema de justiça ou das políticas de assistência, educação e saúde. Nesse sentido, é importante conhecer mais sobre tais dinâmicas e contextualizar melhor o impacto que as mudanças na lei e na proteção social brasileira, nos últimos anos, têm incidido no exercício profissional de assistentes sociais. O trabalho com crianças e adolescentes exige, não apenas, o conhecimento da legislação que as ampara, mas uma compreensão da reprodução social e do conjunto de relações sociais, de forma dialética, bem como os aspectos que marcaram a formação social brasileira e os contextos políticos na atualidade.

Portanto, a partir dos dados apresentados, é possível inferir que a temática da infância e adolescência, apesar de transversalizar o trabalho dos assistentes sociais, ainda é relegada a intervenções tópicas e pontuais, inclusive na formação profissional. Este campo de pesquisa deve ser apropriado, a fim de compreender quais os instrumentais necessários para a atuação direta com esses usuários, quais são as atribuições e competências e a ampliar a visibilidade profissional. Por fim, a violência contra crianças e adolescentes e as expressões da questão social são fenômenos complexos, heterogêneos e não podem ser correlacionados de forma mecânica na rede de proteção social e tais mediações, nesse cenário desafiador, têm rebatimentos nas competências profissionais e atribuições privativas de assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. Serviço Social na Educação: uma profissão fundamental no espaço escolar. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 17., 2022 (Anais).
- ARANTES, E. M. Rostos de Crianças no Brasil. In: PILOTTI, F; RIZZINI, I. (Org.). A Arte de Governar Crianças. A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1995.
- ARAÚJO, M. M. Pedagogia social em contexto de emergência: projetos de futuro à humanidade. *Conhecimento e Diversidade*, v. 12, n. 28, p. 114–114, 2020.
- BECKER, D. Infância em crise (Prefácio). In: MATOS, M. G. (Org.) *Infâncias epidêmicas: escola e saúde mental*. Rio de Janeiro: Pirilampo, 2022
- BORTEGA, J; TOGNI, F. Entre Proteção e Violação de Direitos: o momento adequado para apresentação de perguntas pelas partes no procedimento do depoimento especial. *Revista Atuação*, [S. l.], v. 15, n. 32, jul/nov, 2020.
- CARDOSO, R; BRITO, F. Nas trilhas do golpe: sobre a devastação como tecnologia de governo. Blog da Boitempo, 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/01/nas-trilhas-do-golpenotas-sobre-a-devastacao-como-tecnologia-de-governo/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

- EURICO, M. Racismo na Infância. São Paulo: Cortez 2020
- FALEIROS, V. Violência contra a infância. Revista Sociedade e Estado, [S. l.], v. 10, n.º 2, jul/dez., 1995.
- FARIAS, R; CARVALHO, M. Depoimento de crianças e implicações da Lei 13.431/2017 no trabalho de Assistentes Sociais. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, jul/dez, 2023.
- FÁVERO, E. T. O Serviço Social no Judiciário: construções e desafios com base na realidade paulista. Revista Serviço Social e Sociedade n. 115. São Paulo: Cortez, 2013
- FÁVERO, E. T. Crianças, adolescentes, jovens e direitos fundamentais: Estado da Arte no Serviço Social e Grupos de Pesquisa. Boletim, n.º 04, NCA, PEPGSS/PUC-SP, 2021
- IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOLLER, S. H. (Org.). Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- LIMA, R. S. Uma interpretação marxista sobre infância e abrigos. Revista Katalisys. Florianópolis, jan/abr., 2021
- LIVRAMENTO, V; AZEVEDO SEGUNDO. R. As reflexões acerca da iniciação científica sobre os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho dos assistentes sociais. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 17, 2022. (Anais).
- MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.
- MATOS, M. C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 124, 2015.
- MATOS, M. C. Nota Técnica sobre a “escuta especializada” proposta pela Lei 13.431/2017: questões para o Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1583>. Acesso: 12 abr. 2024.
- MAURIEL, A. P. O; et al. (org.). Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- MOLLER, D; DINIZ, D. Implicações do Depoimento Especial: a luta em defesa da proteção de crianças e adolescentes. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Discussões sobre depoimento especial no sistema conselhos de psicologia. Brasília, 2019.
- MONSORES, L; AQUINO, L. Concepções de Infância e a Educação das Crianças da Classe Trabalhadora: uma crítica benjaminiana ao projeto escola sem partido, Childhood & Philosophy, v. 14, n. 31, p. 609–624, 2018.
- NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992
- PANZA, J. A. Instrumentalização Profissional de Assistentes Sociais no Depoimento Especial. Temporáris, [S. l.], v. 22, n. 44, p. 285–300, 2022.
- RIZZINI, I; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2004.

SANTOS, E. C; SIMAS, F. N; LIMA, R. S (Org.). Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

SARAIVA, V. C. S. Serviço Social e acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

SILVA, T; *et al.* Família, Gênero, Negligência e Cuidado na Atenção à Saúde da Criança. Breve reflexão sobre as demandas direcionadas pela equipe de saúde ao Serviço Social. *In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16, 2019, Brasília. (Anais).*

SOUZA, M; BOREL, L; FERNANDES, M. Direitos Fundamentais em Tempos de Pandemia: uma análise sobre a situação do trabalho infantil em Manaus. *In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022 (Anais).*

“EU VIM PRESA POR SER MÃE DUAS VEZES”:**A VIVÊNCIA DA MATERNIDADE EM CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**Thalita Melchiades da Silva¹

Resumo: O trabalho apresenta algumas considerações sobre a vivência da maternidade em contexto de privação de liberdade. Constitui-se como um desdobramento da pesquisa realizada pela autora, a nível de mestrado, com mulheres detidas na Penitenciária Juiz de Fora I. Para a interpretação dos dados utiliza-se elementos da criminologia crítica, feminismo decolonial e da perspectiva interseccional.

Palavras-chave: mulheres; sistema prisional; maternidade

Resumen: El trabajo presenta algunas consideraciones sobre la vivencia de la maternidad en contexto de privación de libertad. Se constituye como un desdoblamiento de la investigación realizada por la autora, a nivel de maestría, con mujeres detenidas en la Penitenciária Juiz de Fora I. Para la interpretación de los datos se utiliza elementos de la criminología crítica, feminismo decolonial y de la perspectiva interseccional.

Palabras claves: mujeres; sistema penitenciario; maternidad

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado faz parte das discussões levantadas durante o mestrado acadêmico da referida autora. A pesquisa teve por objetivo compreender as práticas e representações sociais no que se refere à sexualidade, contracepção, reprodução e prevenção às IST/HIV/Aids das mulheres privadas de liberdade na Penitenciária Juiz de Fora I. Inicialmente foi feito levantamento entre todas as mulheres detidas na referida unidade prisional em termos de idade, raça, escolaridade e condição jurídica (com ou sem condenação judicial).. Posteriormente, realizou-se pesquisa qualitativa que contou com a participação de 12 mulheres privadas de liberdade para tratar de aspectos referentes a sexualidade, contracepção, reprodução e prevenção às IST/HIV/Aids. A pesquisa de campo ocorreu entre maio/2023 a agosto/2023. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos-CEP-

¹ Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Serviço Social e Políticas Sociais pela Faculdade Governador Ozanam Coelho (FAGOC). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). ORCID: 0000-0002-3791-9614. E-mail: thalita.jf@gmail.com.

da Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF- sob o número de parecer 5.823.055. Dessa forma o presente artigo trará uma dimensão do estudo, a maternidade, muito problematizada durante as entrevistas e que levantou questões relevantes que serão tratadas neste trabalho.

A inquietação para essa temática deve-se à vinculação profissional da autora que atuou como assistente social durante um período no atendimento direto a homens privados de liberdade. Entretanto, a presença das mulheres faz-se cotidianamente nesses espaços, na condição de visitantes, para a entrega de insumos não fornecidos pelo estado ou para elucidar dúvidas diversas acerca do funcionamento do cárcere.

Aliado a isso, as temáticas do estudo, são pouco estudadas na área de Serviço Social, com escassas produções acadêmicas no que se refere ao sistema prisional de um modo geral e em número ainda menor aquelas que tratam das especificidades das mulheres privadas de liberdade. Além da própria temática da sexualidade, constituir-se enquanto campo recente de pesquisa pelas/os assistentes sociais. Cabe sinalizar que, conforme aponta Almeida (2008), foi somente no ano de 2001 que o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), um dos principais eventos da categoria, inaugurou o eixo “gênero, raça/etnia e sexualidade”. Nessa linha, apenas em 2010 a temática ganhou destaque no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), com a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.

Para a interpretação dos dados utiliza-se elementos da criminologia crítica, feminismo decolonial e da perspectiva interseccional compreendendo que determinantes como gênero e raça contribuem de sobremaneira para vivências precarizadas no que se refere a estrutura social como um todo e afeta diretamente a forma como ocorre a experiência do cárcere na sociedade brasileira. Somado ainda a legislações que tratam sobre a temática e estudos que se relacionam com o objeto do presente trabalho.

AS MULHERES BRASILEIRAS PRIVADAS DE LIBERDADE

A população prisional feminina brasileira, segundo dados do Relatório de Informações Penitenciárias (RELIPEN), referentes a junho de 2023, era constituída por 27.375 mulheres presas, o que corresponde a 4,24% da população prisional como um todo, a qual havia alcançado, já nesse momento, o contingente de 644.305 pessoas em situação de prisão no país (RELIPEN, 2023).

O Brasil atualmente é o terceiro no ranking dos países com maior número de mulheres em situação de prisão. A lista contém os Estados Unidos e China, respectivamente como outros países no ranking daqueles que mais aprisionam mulheres. Acrescenta-se a esse fato o crescimento massivo no número de mulheres presas no decorrer dos anos, em termos numéricos, apesar de elas responderem a uma porcentagem menor dentro do sistema prisional, proporcionalmente o número de mulheres presas tem crescido muito mais com o passar dos anos do que o de homens.

Tais informações são corroboradas por Rabelo e Ramos (2021, s/p) ao afirmar que a população carcerária feminina vivenciou um aumento de mais de 600% entre 2000 a 2020. Esse número, quando se trata da população carcerária masculina, no mesmo período, é de 500%. As referidas autoras apontam ainda que tal tendência, crescimento maior do encarceramento feminino em comparação com o masculino, é observada também em nível mundial.

O documento, Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade/ 2017, apresenta que quase 75% dos estabelecimentos prisionais existentes são destinados exclusivamente a homens, 18% são unidades mistas e menos de 7% destinados exclusivamente às mulheres. Dessa forma observa-se que majoritariamente nem a própria arquitetura das unidades prisionais foi pensada para atender particularidades femininas no exercício da sexualidade, tendo o não respeito à maternidade como uma, mas não única, de suas expressões.

Em Minas Gerais, existe o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade em Vespasiano, todavia considerando o universo de precarizações econômicas submetidas as mulheres privadas de liberdade e suas famílias, de fato, a escolha reside entre permanecer mais tempo com a/o filho recém nascida/o ou mais próxima de familiares, incluindo as/os outras/os filhos. Há de se considerar também que a distância geográfica muitas vezes significa deixar de receber o pouco suporte material proporcionado por familiares via envio, esporádico que seja,

de insumos (material de higiene e alguns itens de alimentação) não fornecidos pelo estado. Estar em outra cidade significa aumento nos custos para postagem dessas mercadorias e conseqüentemente ficar sem acessá-las devido às dificuldades financeiras que as famílias enfrentam.

As mulheres negras em privação de liberdade equivalem a 63,5% da população carcerária feminina no Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2019) temos que 56,2% das mulheres são negras (pretas e pardas), 42,7% brancas, 1,1% amarela e 1,1% indígena. Ou seja, o sistema prisional é majoritariamente composto por mulheres negras e apresenta maior concentração dessas pessoas do que no país como um todo, o que pode sinalizar o quanto o sistema prisional tem sido colocado historicamente como um dos locais de concentração e “depósito” para a população negra no país.

MATERNIDADE NO CÁRCERE: O QUE DIZ A LEI

Assim, somente no ano de 2010 foi assinado um marco internacional que se refere diretamente aos direitos das mulheres detidas, trata-se das Regras de Bangkok – Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras. Tal documento, propõe um novo olhar acerca das especificidades de gênero na interface com o sistema prisional além de sugerir sanções que não sejam a privação de liberdade para as mulheres. Tal legislação é ampla e contempla diretrizes no que se refere a maternidade e também a outros aspectos da sexualidade, como a menstruação.

Regra 5 A acomodação de mulheres presas deverá conter instalações e materiais exigidos para satisfazer as necessidades de higiene específicas das mulheres, incluindo absorventes higiênicos gratuitos e um suprimento regular de água disponível para cuidados pessoais das mulheres e crianças(...) (ONU, 2016, p. 23 e 26)

Em território nacional, a Lei de Execuções Penas de 1994, Lei nº 7.210, de 11/07/1984, traz como primeira especificidade sobre maternidade e prisão, o artigo 81: “§ 2º - Às presidiárias serão asseguradas condições para permanecer com os filhos durante o período de amamentação.”(BRASIL, 1984,s/p).

No território mineiro temos também a Lei nº 11.404, de 25/01/1994 que disciplina a Lei de Execuções Penais no estado e traz um artigo interessante acerca da privação de liberdade, constando inclusive no rol de deveres do sentenciado: “ Art. 196 São deveres do sentenciado: IX - assistir o cônjuge ou o companheiro na manutenção e na educação dos filhos.”(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 1994,s/p).

Nessa direção, tem -se em 2020 o Habeas Corpus nº 165.704/STF que trata sobre a concessão de prisão domiciliar a pais e responsáveis por crianças menores ou pessoas com deficiência.

Aduz que além de violar a dignidade, a manutenção do encarceramento provisório de indivíduo, quando este é o único responsável pelos cuidados de criança menor de 12 (doze) anos ou de pessoa com deficiência, cria graves consequências nessas crianças em desenvolvimento.(BRASIL, 2020,p.2)

Ou seja, é ainda muito recente em termos de legislações a preocupação com a maternidade nos limites do cárcere. Assim, a invisibilidade da mulher privada de liberdade materializa-se em várias dimensões, e o aspecto da maternidade que é o que socialmente possui mais relevo e com isso proteção da lei, ainda possui marcos legais que carecem de maiores articulações para mudanças efetivas no cotidiano prisional.

AS MULHERES ENTREVISTADAS

No universo da pesquisa de campo, 9 mulheres são mães, ou seja, 75%. Tais dados coadunam com a realidade brasileira contida no documento Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres datado de 2018, apresentando percentual semelhante no Brasil de mulheres privadas de liberdade que são mães.

Os nomes utilizados são fictícios visando preservar a identidade das mulheres/familiares mencionados por elas no decorrer das entrevistas.

É latente o quanto a identidade com ser mãe materializa-se para as entrevistadas mesmo quando a temática não é tratada de forma específica. Logo na primeira pergunta da entrevista “Quem é a [nome da entrevistada] que está aqui na minha frente?” o elemento da maternidade já aparece como parte da descrição de 8 mulheres tal fato já sinaliza o quanto esse papel é um

definidor da identidade dessas mulheres e que isso, por si só, já expressa o quanto o cárcere traz danos nessa relação no que se refere às próprias mulheres bem como suas filhas/filhos.

Maria: *Sou Maria, tenho 36 anos, mãe de 4 filhos (...)* (Maria, entrevistada 2)

Ariel: *Mãe, protetora...* (Ariel, entrevistada 8)

Sofia: *Eu sou Sofia que é mãe, (...)* (Sofia, entrevistada 9)

Em outras, apesar de tal elemento “maternidade” não aparecer logo na apresentação, demonstra ter grande relevância para as mulheres. Em uma das entrevistas a mulher respondeu com monossílabos a quase todas as questões contudo ao dizer que a filha, que contava com 1 ano e 1 mês quando a entrevistada foi presa, e atualmente estava sob os cuidados da avó materna, a moça chora.

Para aquelas que são mães: 6 possuem filhos com idade inferior a 12 anos, que poderiam ser beneficiadas, considerando apenas os argumentos em torno da necessidade de proteção dessa faixa etária, pelo Habeas Corpus n. 165.704/STF mencionado anteriormente.

Pelos excertos abaixo, decorrentes do trabalho de campo, podemos perceber o impacto negativo que o aprisionamento materno traz para a vida das crianças e do quanto é tributada a essa figura a organização da família, para além inclusive da limitação etária imposta pela referida legislação(12 anos).

Maria: *Como eu te disse quando eu saí daqui eu desmaiei quando eu vi ela[filha mais velha]. Se ela tivesse pesando 30 quilos era o muito com 18 anos, morando na rua, dormindo na rua, tinha vezes que com a minha neta de 1 aninho e pouco e tipo assim, ninguém fez nada. (...) Só que quando no meu alvará tava medida protetiva de 200 metros dos meus filhos, eu achei que era dos menores(...) Como que eu ia dormir (...) com minha filha dormindo numa quadra poliesportiva? Levei minha filha pra morar comigo e tal, essas coisas todas. Fui presa por isso. Voltei presa, aliás por isso: Por descumprir o mandato judicial.*(Maria, entrevistada 2)

Isabela: *[filhas] Mas sente muito minha falta. Minha irmã chega, conta pra mim que elas tão dando trabalho na escola... (...) A minha[filha] mais velha[7 anos] é muito garrada(sic) comigo também... Tem dia que ela tá na salinha dela, ela sai do nada chorando, desesperada que quer que eu...*”(Isabela, entrevistada 5)

Observa-se também a figura da mulher nas atribuições, exclusivas ou não, a tarefa de cuidar das/os filhos. Na ausência da mãe, de acordo com informações levantadas no decorrer

dessa pesquisa, cabe às outras mulheres cuidar dos filhos, as avós em sua maioria conforme corrobora Boiteux e Rosa (2019,p.68) “ E a mãe que toma conta de seus netos e netas precisa fazer uma escolha: ou ela vai ficar com as crianças, levá-las- na escola ou vai visitar a mãe delas presa.” .

A ampla maioria das/os filhas/os das entrevistadas já eram cuidados exclusivamente pela mesma ou por outras mulheres da família. O pai faz-se figura ausente quer seja pela via do abandono material quer seja na esfera emocional. “A questão feminina possui uma especificidade fundamental: as mulheres são, geralmente, as responsáveis por seus filhos, seja aqueles que geraram durante o período pré-cárcere, seja aqueles que nasceram entre as grades” (ANGIOTTI e BRAGA, 2015, p. 271).

Kelly:(...) *Porque eu criei ela praticamente sozinha. O pai dela morreu, ela tinha 8 anos [atualmente tem 16 anos], eles mataram o pai dela a facçãozada.* (Kelly, entrevistada 4).

Ariel: *O quarto nem pai na certidão não tem. (...) Eu preferi que não tinha(sic) contato porque eu já tinha 3, os 3 o pai já não fazia nada. Então eu já era pai e mãe dos 3.* (Ariel, entrevistada 8)

Pesquisadora: *E com quem que tá sua filha?*

Clarice: *Com minha mãe...* (Clarice, entrevistada 12)

O impacto negativo maior na vida da criança quando a mãe é detida em comparação ao pai, foi observado por Torres (2012), em pesquisa realizada entre 2007 a 2010, no Centro Educativo Nova Semente, um abrigo de Salvador destinado a cuidar inclusive das filhas e filhos de mulheres em privação de liberdade.

Constatou-se, também, que a criança sofre mais com a prisão da mãe. Nas entrevistas e observações realizadas durante a pesquisa de campo, as educadoras relataram que as crianças não se importam em falar que o pai está preso e o tipo de delito, mas que quanto à mãe custodiada, explicam sempre que a mesma viajou e sentem-se ofendidas quando a genitora é alvo de comentários ou brincadeiras de outras crianças. Segundo depoimentos, as mães são percebidas pelas crianças de modo diferente do pai (TORRES, 2012, p. 173).

ENTRE LÁGRIMAS E SAUDADE: MATERNIDADE NO CÁRCERE

Trarei breves características de algumas mulheres/mães entrevistadas no decorrer da pesquisa a fim de mostrar de modo mais detalhado a difícil e dolorida equação de ser mãe no

cárcere.

Maria tem 36 anos, é negra e mãe de 4 filhos (idades no momento da prisão: 18 anos, 17 anos, 14 anos e 12 anos) frutos de um casamento permeado pela violência que se iniciou na adolescência dela e perdurou por mais de uma década. Os filhos menores de idade ficaram sendo cuidados pelo pai(ex-companheiro) após sua prisão.

Estudou até o 6º ano. Iniciaria um trabalho operacional quando retornou ao sistema prisional. Indícios de que tinha uma vida em liberdade com privações materiais quando afirma ser usuária de políticas sociais antes do cárcere.

Está presa há cerca de 1 ano ainda sem sentença. Nas suas palavras descreve o porquê da primeira prisão:

Eu vim presa (...) por causa da minha filha, da de 12 anos que eu deixei namorar.(...) Aí o que que acontece. O Lucas Silva me pediu para namorar com minha menina mais nova que na época ela tinha 12 anos. Eu falei pra ele que eu não via problema nenhum porque não é nenhum desconhecido. Trabalhador, honesto, essas coisa assim.(...) Aí na citação veio escrito que eu estava prostituindo minha filha porque achou muito preservativo masculino embaixo de uma cama de solteiro. Só que isso não tinha nada a ver, eu dormia no quarto dos meus filhos. Eu só ia pro meu quarto, quando o Cláudio[companheiro] ia pra minha casa, entendeu? E o motivo do muito preservativo é que o Cláudio tem HIV, entendeu? (Maria, entrevistada)

E sobre o atual motivo de ter sido presa novamente:

Maria: Só que quando no meu alvará tava(sic) medida protetiva de 200 metros dos meus filhos, eu achei que era dos menores(...) Não achei que fosse da minha filha. Mesmo que fosse, como que eu ia dormir no frio (...) com minha filha dormindo numa quadra poliesportiva? Levei minha filha pra morar comigo e tal, essas coisas todas. Fui presa por isso. Voltei presa, aliás por isso: Por descumprir o mandado judicial. (Maria, entrevistada)

Sintetiza dessa forma os motivos que fizeram ela estar privada de liberdade: “(...) Eu vim presa por ser mãe duas vezes: por não deixar minha filha namorar escondido, pra não dar mais uma netinha pra mim, né?(...) E por eu ter tirado minha filha da rua.” (Maria, entrevistada)

Recebe visitas esporádicas da irmã e fala como o aprisionamento impactou negativamente sua saúde e, em alguma medida, a vida dos filhos:

Maria: Aí chegou a notícia que minha filha tá no crack de novo, largou o marido, perdeu a guarda da filha pro marido então minha cabeça aqui dentro fica a mil.(...) Vivo parando no [nome do hospital] porque eu tenho problema de pressão e ela é emocional, ela vai a 20, 23...Vivo parando no [nome do hospital] e sou epilética também, não era, passei [após prisão] a ser...Dou crise de convulsão direto... (Maria, entrevistada)

Ariel é parda, tem 32 anos e em liberdade residia em duas residências, uma com a mãe mais os filhos e em outra com o companheiro. Mãe de 4 filhos (idades no momento da prisão: 14 anos, 12 anos, 9 anos e 7 anos). São frutos de relacionamentos diferentes, Ariel destaca que os respectivos genitores não ofereceram nenhum tipo de apoio no sustento das crianças. Assim com relação ao último decidiu falar que o genitor estava morto e não contar a ninguém quem é o pai do filho.

Ariel: Eu já cuido de 3, eu já sou mãe e pai de 3, não vai fazer falta pra ele. (...) Porque assim, meus filhos sabe quem é o pai deles, os outros 3... Aí falam assim: “Você não acha injusto?” Peraí(sic), eles sabem quem é o pai, o nome tá na certidão, conhece, dá um final de ano, dá uma festa de escola Dia dos Pais : “Cadê meu pai?”. O outro pelo menos não vê porque tá morto... (...) Não tem como cobrar nada. Não tem como você ver seu filho com um presente feito pro pai, chorando porque o pai não apareceu... (Ariel, entrevistada)

Cursou o Ensino Médio tendo completado a escolarização dentro do sistema prisional. Trabalhava em empregos diversos para sustentar a família, como faxina e bordado.

É a sexta vez que vem presa das outras vezes acusada por tráfico de drogas, porte de armas e descumprir ordem judicial, aparentemente com relação a prisão domiciliar: “ Porque eu precisava sair pra poder manter minha casa então eu fui, saí, fui presa de novo”. (Ariel, entrevistada)

Presa há cerca de 2 anos condenada no regime fechado há cerca de 30 anos, acusada de latrocínio.

Ariel: A gente desceu pra comprar um cigarro, no meio desse caminho a gente encontrou um conhecido da gente. Esse conhecido me cantou, ele [companheiro] bateu nesse cara. (...) Eu virei as costas e fui embora. Não vi o final da briga. (..) Deu que a gente roubou, porque diz que sumiu dinheiro e celular (...)(Ariel, entrevistada)

Não recebe nenhum tipo de visitação na prisão. Sobre as dores de maternar na prisão:

Ariel: Tem 1 ano e 2 meses que eu não vejo meus filhos nem numa chamada de vídeo... (...) Aí nas cartas a minha mãe me explica como estão as criança, ela põe peso, altura, qual série que tá. Igual um dia ela escreveu falando que não era pra eu chorar: Ela só me fala isso tudo, pra mim acompanhar mesmo a distância o crescimento dos meus filhos. (Ariel, entrevistada)

Sofia é negra, tem 40 anos e é mãe de uma filha (a menina tinha 1 ano de idade quando foi presa). Em liberdade residia com o companheiro e a criança.

Não concluiu o Ensino Fundamental. Acredita que seu vínculo empregatício, em um trabalho operacional, está mantido, mesmo com a prisão. Apresenta elementos de que se trata de uma pessoa advinda dos estratos mais empobrecidos da sociedade como a baixa escolarização e o fato de afirmar que o local onde mora é “mal falado”.

Detida há quase 3 anos antes da prisão não conhecia o sistema prisional: “Só via pela novela...”. Sobre o motivo da prisão: “É um homicídio que aconteceu... Foi outra pessoa e eu segurei... Foi um familiar meu, porque faz parte do meu sangue, né? Tive que segurar, entendeu?”

Recebe visitas do esposo e fala sobre a preocupação com a filha após estar no sistema prisional: “Achei que ele ia me abandonar... Achei que ele ia pegar minha filha também, ia sumir, arrumar outra mulher... Aí a cabeça da gente aqui dentro fica confusa porque a gente não sabe o que tá acontecendo lá fora...” (Sofia, entrevistada)

Sobre o que gostaria de acrescentar ao final da entrevista, o elemento da maternidade volta a surgir quando reclama dos embaraços da unidade prisional na liberação da chamada de vídeo como forma de visita.

Sofia: E ficar vendo o crescimento dela [filha] só por foto tem hora que me dá angústia... Porque ela tá ficando bonita, crescendo, aí vem com o cabelo de um jeito... Aí eu quero ver ela pessoalmente... Nem que seja da tela do computador... Essa era a minha vontade, que eu queria, sabe? Pra completar minha alegria... (Sofia, entrevistada)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invisibilidade da mulher no cárcere é expressa em várias dimensões incluindo a maternidade apesar das legislações que regem esse assunto.

Dentro das unidades prisionais, o trabalho precisa pautar-se no entendimento dessa particularidade (mulher-mãe) e das implicações disso na saúde mental das detentas. Assim, a facilitação do contato delas com familiares para justamente saber notícias ou ver as/ os filhas/os, que seja via dispositivo eletrônico na modalidade visita virtual, já podem trazer o mínimo de alento e assegurar o direito delas à minimamente vivenciar a maternidade.

Faz-se necessário ainda ter uma equipe de profissionais da unidade prisional com olhar sensível para atender as particularidades das mulheres em privação de liberdade. Entendendo

ainda que possuem necessidades diferentes do que o público masculino encarcerado, precisando também de um grupo de profissionais exclusivamente para esse segmento.

Tratar a maternidade com mais respeito incluindo a maternagem de mulheres pobres e negras, maioria no sistema prisional, implica em entender também a reparação social para além da mera privação de liberdade investindo em discussões acerca da descriminalização das drogas e em políticas sociais que permitam alternativas concretas de vida quando estiverem em liberdade para que de fato possam ter possibilidades de existência juntamente com suas filhas/os para além da inserção na criminalidade. Somado ainda há saídas transformadoras de uma sociedade sem prisões para que a vivência da maternidade e de outros papéis possam ser feitos livres de quaisquer amarras e grades, em todas as dimensões da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos assistentes sociais. In: **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v.1, 2008. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v11n20a07.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2019.

ANGIOTTI, Bruna. BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Da hipermaternidade à hipomaternidade no cárcere feminino brasileiro. In: **Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Leopoldo, v.12, 2015. Disponível em https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2015/12/16_SUR-22_PORTUGUES_ANA-GABRIELA-MENDES-BRAGA_BRUNA-ANGOTTI.pdf. Acesso em 29 set./2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. [Lei 11.404/1994 de 25/01/1994].

Contém normas de execução penal. Belo Horizonte, MG: Governador do estado, [1994].

Disponível em : <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-11404-1994-minas-gerais-contem-normas-de-execucao-penal> . Acesso em: 12 abr. 2024.

BOITEUX, Luciana. ROSA, Rachel, Mulheres presas, encarceramento e drogas. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia; NASCIMENTO, Adelle; CORREIA, Ludmila Cerqueira; ALMEIDA, Olívia Maria de. (orgs). **Luta antimanicomial e feminismos: formação e militâncias**. Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Habeas Corpus 165.704. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, [2020]. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/tu/turma-stf-hc-coletivo-gilmar.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. [Lei 7210 de 11 de julho de 1984-Lei de Execução Penal]. **Institui a Lei de Execução Penal**. Brasília, DF: Presidência da República, [1984]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade – Junho, 2017**. Brasília: 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório de Informações Penais-RELIPEN, 2023**. Brasília: 2023.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres, 2018**. https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf. Acesso em 25 jan. 2024.

ONU. [Regras de Bangkok]. **Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras**. Brasília, DF: CNJ, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/cd8bc11ffdc397c32eecd40afbb74.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023

RAMOS, Alcília. RABELO, Karina. **Mulheres na cadeia: crescimento populacional e questões de gênero**. [s.L.], 2021. Disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1994>. Acesso em: 15 nov. 2022.

TORRES, Cláudia Regina Vaz. A criança e o sistema prisional. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; FILHO, Milton Júlio de Carvalho(orgs.). **Prisões numa abordagem interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2012

O ACESSO À REMIÇÃO DE PENA PARA MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE EM MINAS GERAIS

Eric Gomes Silva¹

Nathalia Martins de Souza²

RESUMO: Esse trabalho analisa o acesso à remição da pena para mulheres privadas de liberdade no estado de Minas Gerais. Trata-se de uma revisão bibliográfica e descritiva de natureza quantitativa, à medida em que conta com os dados secundários da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN. Os resultados apontam que, inseridas em um sistema penitenciário pautado na dominação de gênero, a população penal feminina de Minas Gerais, de maior parcela negra e de baixa escolaridade, concentra sua remição em atividades que denunciam o sentido da ressocialização ofertada; a adequação moral ao que deve ser mulher por meio de atividades suplementares e do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Sistema Prisional; Remição.

ABSTRACT: This work analyzes access to sentence remission for women deprived of their liberty in the state of Minas Gerais. This is a bibliographic and descriptive review of a quantitative nature, as it relies on secondary data from the Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN. The results indicate that, inserted in a penitentiary system based on gender domination, the female penal population of Minas Gerais, with the largest proportion being black and with low education, concentrates its remission in activities that denounce the meaning of the resocialization offered; the moral adequacy to what a woman should be through supplementary activities and work.

KEYWORDS: Gender; Prison System; Remission.

INTRODUÇÃO:

A compreensão do conceito de gênero é destacada por Scott (1989) como a construção dos padrões sociais que definem o comportamento masculino e feminino. Nas instituições penais que se consolidam como um mecanismo de controle social, construídas racionalmente com a finalidade de impor o padrão ideal nos infratores (Goffman, 1974), o caráter reformatório é reforçado para as mulheres privadas de liberdade, pois as relações de poder e de gênero categorizam o que é ser feminino e estabelece o ideário de mulher como mães e esposas.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Sociais, Unimontes. Email: ericgomessilvaa@gmail.com

² Acadêmica do curso de Ciências Sociais, Unimontes. Email: mnathsouza14@gmail.com

As mulheres infratoras são percebidas socialmente como desviantes ao se desvincularem do modelo feminino padrão. Na década de 1940, são formulados os primeiros presídios femininos no Brasil, inicialmente administrados por instituições católicas, partem do princípio de correção das condutas desviantes dos padrões de feminilidade. Utilizam como mecanismo de reeducação o exercício de atividades tipicamente femininas, de forma a induzir a incorporação de características determinantes de esposas fiéis e boas mães. Logo, é necessário evidenciar o percurso histórico que caracteriza o controle específico exercido pelo estado brasileiro direcionado às mulheres em situação de cárcere.

Isto posto, este trabalho consiste em identificar o direito à remição no sistema carcerário feminino em Minas Gerais e os recortes sociais das mulheres em privação de liberdade. A pesquisa contextualiza o direito à redução de dias de pena por atividades educacionais ou laborais; a remição (Brasil, 1984). Localiza a remição dentro do processo histórico de reprodução de valores da dominação de gênero no sistema penitenciário. Assim, utiliza-se do referencial teórico das discussões produzidas por Davis (2018), Angotti (2018) e Campos (2020), além da revisão de definições legais derivadas da Lei de Execução Penal - LEP. Em relação ao método, a pesquisa se delinea com a análise dos dados secundários informados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN.

O trabalho está estruturado em um primeiro momento, embasado na perspectiva teórica, em que evidencia a definição legal de remição de pena no Brasil, a reprodução das desigualdades de gênero no sistema penitenciário feminino brasileiro e a correção dos desvios do padrão de feminilidade. Por fim, apresenta a análise dos dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN no estado de Minas Gerais, quanto ao perfil das infratoras e o acesso à remição.

PELO CAMINHO DA REMIÇÃO DE PENA

O sistema penitenciário brasileiro é regido pela Lei de Execução Penal - LEP (Brasil, 1984), a qual estabelece as regras e princípios para execução das penas privativas de

liberdade. A LEP representa um marco na forma de punição do Estado, pois inclui mecanismos de ressocialização, como a remição, que permite a redução da pena por trabalho ou estudo.

De 1984 a 2011, a LEP previa apenas o trabalho como meio de remição, mas as atividades educacionais foram introduzidas pela Lei nº 12.433 (Brasil, 2011). O texto legal estipula que, condenados cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto têm o direito de remir parte do tempo de execução, mediante o engajamento em atividades laborais ou educacionais, nas quais, doze horas de atividades escolares contabilizam um dia de pena reduzida e três dias de trabalho resultam como um dia de pena cumprida.

É preciso destacar a diferença conceitual entre “remição” e “remissão”. Segundo Ribeiro (2013), a remição exige da pessoa em situação de cárcere o despedindo do intelectual ou da força de trabalho, enquanto a remissão refere-se ao simples perdão da pena. A remição representa um mecanismo complexo de duplo benefício; ressocialização e redução de pena, no entanto, em um sistema prisional colapsado, passa a apresentar falhas. A lei prevê o direito, mas não garante sua efetiva aplicação. As atividades de remição não são disponíveis para todos, “Alcançam esse privilégio por bom comportamento, merecimento ou por corrupção” (Ribeiro, 2013, p. 224), além de representar uma fuga das celas superlotadas.

Em suma, ao proporcionar meios para a remição, a LEP visa estimular a reinserção dos detentos na sociedade de forma mais preparada e consciente, promovendo não apenas a punição, mas visando a ressocialização, mediante engajamento em atividade laborais ou educacionais, não configura no simples perdão da pena. No entanto, a efetivação desse direito enfrenta desafios, visto a realidade precária dos presídios que tornam a remição restrita e sua busca determinada pela necessidade de escapar de condições desumanas.

A REMIÇÃO DE PENA E A INTERFACE ENTRE A DOMINAÇÃO DE GÊNERO E O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO:

O sistema penitenciário se organiza a partir de valores da dominação de gênero, o que Campos (2020) alega ser uma interdependência complexa entre a reprodução da realidade social no sistema de justiça criminal. Angela Davis (2018) apresenta uma análise histórica do encarceramento dos Estados Unidos, que demonstra que as mulheres cumpridoras de pena eram vistas no século XIX, para além de detentas pagando por seus crimes, como transgressoras dos princípios morais fundamentais da condição feminina, fato que não as concedia o direito à redenção, como ocorre com os homens. Com o avanço dos movimentos de reforma das prisões, as quais estão incluídas as ações de redenção e resgate dos direitos dos apenados, foi introduzida a possibilidade de "salvação" das infratoras.

Obstante, após transformações socioeconômicas e políticas durante a década de 1980 observa-se, segundo Davis (2018), o crescimento do encarceramento feminino em âmbito mundial. Diante disso, a violência estatal imposta às mulheres passa a reforçar instrumentos de controle e repressão de uma sociedade caracterizada pela expansão do conjunto corporativo e seu domínio. É imprescindível reconhecer, então, os aspectos raciais e de classe que formam a estrutura de punições nas penitenciárias femininas.

A autora ressalta em sua análise que, apesar das prisões serem historicamente antigas, o caráter punitivo é repensado com a abolição do sistema escravocrata. A criação do novo sistema, a penitenciária, possuía como base as práticas de castigos da escravidão e reproduzia a conduta primordial impostas à negros escravizados; o de privamento dos seus direitos básicos. A relação entre as penitenciárias e a escravidão perpassa principalmente entre as mulheres negras, a autora descreve que:

(...) até a abolição da escravidão, a maioria das mulheres negras estava sujeita a regimes de punição que diferiam significativamente daqueles vividos pelas mulheres brancas. Como escravas, elas eram direta e muitas vezes brutalmente disciplinadas por condutas consideradas perfeitamente normais em um contexto de liberdade. As punições impostas aos escravos eram visivelmente influenciadas pelo gênero (Davis, 2018, p. 57).

A diferença na forma de correção das mulheres negras e brancas continuou a persistir no sistema de encarceramento, dado que a segregação entre elas nos reformatórios era comum, assim como as mulheres negras eram obrigadas a cumprir pena nas prisões masculinas na maioria das vezes.

Diante disso, a origem da remição de pena para as mulheres reproduz o contexto social e político presente nas penitenciárias marcada pelas questões de gênero, dado que as teorias positivistas entre o final do século XIX e o início do século XX considerava que os aspectos biológicos refletiam nas práticas criminais (Belknap, 2021). Logo, segundo as teorias, o crime resulta de problemas sexuais e emocionais de mulheres que são inaptas à se adequarem aos papéis de feminilidade, portanto, eram caracterizadas como “mulheres masculinas” ou primitivas.

De acordo com Belknap (2021), apesar da refutação das concepções positivistas em um momento posterior, ainda persiste no sistema penal a sua reprodução, o qual influencia nas punições severas das mulheres encarceradas, e no ideal de que não são dignas de reabilitação. Ao serem consideradas anormais e piores que os homens infratores, mesmo que cometam os mesmos crimes, explica Belknap que esse princípio reflete em um menor acesso à educação e formação profissional nas carcerárias femininas, o que não acontece com as masculinas.

PRIMEIROS PRESÍDIOS FEMININOS NO BRASIL E O TRABALHO COMO RESSOCIALIZAÇÃO DO “DEVER SER” MULHER

A exigência legal da criação de presídios femininos no Brasil surgiu com a promulgação do Código Penal de 1940 (Brasil, 1940), o segundo parágrafo do artigo 29 determina o cumprimento de pena em estabelecimentos específicos para mulheres. O sentido de punição do sujeito feminino, presente na gestão dos primeiros presídios, possui influência direta dos conceitos de gênero e criminalidade da época.

Angotti (2018) identifica que, nesse contexto de reformas do sistema penal, foram formulados os primeiros estabelecimentos prisionais femininos no Brasil. Na década de

1940, esses estabelecimentos eram administrados por instituições da igreja católica e suas regras eram adequadas às características socialmente construídas do que seria próprio ao sexo feminino. Assim, os princípios morais e religiosos justificavam a intervenção daquelas que não correspondiam ao “normal” e regia as atividades dentro dos presídios, determinando o padrão de comportamento que o sujeito feminino deveria seguir.

As mulheres compreendidas como criminosas em potencial, dentro do sistema penitenciário brasileiro, eram aquelas que não correspondiam à noção de feminilidade vigente. Angotti (2018) caracteriza que estas estavam na contramão do “dever ser”, sendo vistas como “(...) prostitutas, mães solteiras, mulheres masculinizadas, mulheres escandalosas, boêmias, históricas e outras” (p. 83). Quando mulheres percebidas como exemplos sociais; mães e esposas, cometiam crimes, eram justificados por seu caráter atípico. Prevalece a associação do estilo de vida com a criminalidade, a visão moralista e conservadora estabelece o desvio que determina o conceito de mulher criminosa e assim o sentido de sua punição.

O trabalho era visto como forma de correção dos desvios e parte do projeto de ressocialização que deveria ser colocado em prática para evitar o ócio e garantir atuação profissional no fim da pena das mulheres em situação de cárcere. O caráter desse trabalho é destacado por Angotti (2018) associado a tarefas estabelecidas tipicamente as mulheres, como o afazer doméstico. Como exemplo, Angotti destaca o regimento interno de 1942 da Penitenciária de Mulheres de Bangu, no Rio de Janeiro, que orientava as infratoras a lavar, gomar e passar para suprir demandas da lavanderia da instituição. Essas ações, segundo o regimento, teriam mais aplicabilidade na garantia de serviços quando libertas que quaisquer outros mecanismos capacitatórios complexos.

Atividades suplementares que não configuram necessariamente como trabalho, mas estão no campo da formação complementar, ou o lazer, também são ordenadas pela ressocialização ao padrão de feminilidade que estava presente nesse momento. A presença da costura, artesanato e outras atividades complementares são destacadas no trecho:

Em especial, as menções à costura e aos artesanatos aparecem nos documentos pesquisados tanto como atividades realizadas nos momentos de lazer quanto desempenhadas como trabalho penitenciário, uma vez que o trabalho manual era constantemente considerado mais um passatempo que propriamente um trabalho. A constante desvalorização do trabalho feminino e a subestimação do esforço dispendido nas atividades manuais e domésticas possivelmente contribuíram para a percepção de que o artesanato prisional não fosse propriamente um trabalho. No entanto, nesse contexto, o mais importante era permitir à mulher aprender ou desenvolver habilidades passíveis de serem reproduzidas na “vida livre” (...) (Angotti, 2018, p. 175).

Assim, desde a sua origem a mulher é punida no sistema penitenciário brasileiro por seu desvio do padrão de feminilidade socialmente construído. O sentido da ação das instituições prisionais se constituía em moldar o comportamento desviante ao modelo feminino padrão. A recuperação moral era imposta por meio de atividades laborais ou de lazer, que reforçassem os papéis de gênero conforme aquilo que lhe seria útil ao sair do cárcere; ocupações tipicamente femininas.

POPULAÇÃO PENAL FEMININA DO ESTADO DE MINAS GERAIS SEGUNDO A SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS

Minas Gerais é o segundo estado brasileiro com maior índice de aprisionamento de mulheres. Segundo o Relatório de Informações Penais divulgado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN (2023) foram registradas mais de duas mil detentas no primeiro semestre de 2023, correspondendo a 10% da população carcerária feminina do Brasil.

Entre as 2694 mulheres em situação de privação de liberdade, 71% eram negras, 24% brancas, 1,4% amarelas, 0,3% indígenas e 3,2% não tiveram sua raça informada. No que se refere à escolaridade, 4,2% acessaram educação de nível superior, 16% concluíram o ensino médio e 74% não chegaram a concluir o ensino médio, nas quais 1,6% são analfabetas. A faixa etária se refere a 16% de jovens entre 18 e 24 anos, 83% de mulheres adultas e 1,37%

de detentas com mais de 60 anos. No que se refere ao quantitativo de pessoas gestantes³ e lactantes, Minas Gerais apresenta 28 detentas grávidas e 12 mulheres lactantes, sendo que são assistidos 16 filhos nos estabelecimentos prisionais, entre 0 meses e 1 ano de idade.

Ao acessar os indicadores relativos à remição, os dados evidenciam que as atividades classificadas como educacionais são a principal forma de acesso ao direito. No entanto, ao desmembrar as informações entre educação suplementar, trabalho e educação formal, é possível verificar a discrepância percentual entre o exercício de atividades de educação suplementar, trabalho e educação formal. Como demonstra as tabelas 1, 2 e 3:

Tabela 1 - Detentas em atividades de educação suplementar em Minas Gerais, 1º semestre 2023

Educação suplementar	Número de detentas	% perante o total de detentas
População penal feminina	2.694	100,00%
Curso de formação inicial/continuada	95	3,53%
Remição pela leitura	382	14,18%
Remição pelo esporte	71	2,64%
Atividades complementares	935	34,71%
Total	1483	55,05%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2023.

Tabela 2 - Detentas em atividades de trabalho em Minas Gerais, 1º semestre 2023

³O estado de Minas Gerais apresenta presídio para abrigar pessoas gestantes e filhos com até 12 meses na cidade de Vespasiano em Belo Horizonte.

Trabalho	Número de detentas	% perante o total de detentas
População penal feminina	2.694	100,00%
Trabalho interno	1.042	38,68%
Trabalho externo	54	2,00%
Total	1.096	40,68%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2023.

Tabela 3 - Detentas em atividades de educação formal em Minas Gerais, 1º semestre 2023

Educação formal	Número de detentas	% perante o total de detentas
População penal feminina	2.694	100,00%
Alfabetização	72	2,67%
Ensino fundamental	337	12,51%
Ensino médio	226	8,39%
Ensino superior	47	1,74%
Curso técnico	0	0,00%
Total	682	25,32%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2023.

A maior parcela das detentas, 55% (1483), frequentavam atividades de educação complementar, na qual as “atividades complementares”; videoteca, atividades de lazer e cultura, apresentam 35% (935) da frequência. O trabalho aparece como segunda atividade mais frequentada com 40,68% (1096) da população penal feminina, sendo que a SENAPPEN (2023) informa que a remição foi utilizada como remuneração em 897 casos, as atividades de trabalho se concentram dentro dos presídios cerca de 39% (1042). Por fim, a educação formal com o menor índice de frequência, 25% (682).

Assim, os dados apresentados expressam os problemas estruturais que acarretam na população carcerária feminina no estado de Minas Gerais, visto que, evidenciam a considerável parcela de mulheres negras e com baixo nível de escolaridade. Quanto ao

acesso a remição, destaca-se a disparidade entre participação em atividades laborais e educacionais, sendo que a educação formal aparece em última posição nos meios de remição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Conclui-se que o perfil da população penal feminina no estado de Minas Gerais, segundo os dados disponibilizados pela SENAPPEN, é composto por mulheres majoritariamente negras e que possuem nível de escolaridade baixo. Apesar da existência do aparato legal, o índice inferior de remição da pena por atividades de educação formal, frente às atividades de educação suplementar e do trabalho, caracteriza o sentido da reinserção ofertada às infratoras.

A educação suplementar e o trabalho, anteposto à educação formal, denuncia a ausência de políticas públicas com capacidade de ofertar meios qualificados de reinserção. Não basta a Lei de Execução Penal instituir diretrizes se não há projetos estruturados e permanentes que atendam a demanda da população penal, visto que, apenas 25% das mulheres em situação de cárcere frequentavam algum nível de educação formal, sendo que, 74% da população penal feminina de Minas Gerais no primeiro semestre de 2023 não chegaram a concluir o ensino médio.

A remição ofertada pelo Estado exige o resgate da pena pelo exercício de atividades educacionais ou laborais, a discrepância do acesso à educação formal dentro do contexto de cárcere deve ser questionada. Visto que, desde a formação dos primeiros presídios as atividades complementares, associadas ao lazer e ao trabalho, eram formas de reafirmar a estrutura hierárquica de gênero e raça nas sociedades patriarcais, onde as expectativas recaem sobre as mulheres para desempenharem papéis tradicionais de mãe e esposa. No caso específico das mulheres negras, 71% da população penal feminina de Minas Gerais, essa dinâmica se acentua e reflete no trabalho doméstico.

Portanto, no estado de Minas Gerais, as atividades complementares e o trabalho persistem como os principais meios de readequação moral das mulheres que infringiram as normas da sociedade. O sentido do “dever ser” mulher ao qual o mecanismo de ressocialização se refere, reforça a ideia de que a transgressão está em contrariedade aos padrões preestabelecidos e ignora a complexidade das relações de gênero, classe e raça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da ciência, do estado e de deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. 2. ed. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2018.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. 1940. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

_____. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. 1984 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

_____. Lei nº 12433, de 29 de junho de 2011. **Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho**. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

BELKNAP, Joanne. **The invisible Woman: Gender, Crime, and Justice**. 5. ed. London: Sage Publications, 2021.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia feminista: teoria feminista e crítica às criminologias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. Editora Bertrand Brasil, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

RIBEIRO, Celio dos Santos. Do direito fundamental ao trabalho, da remição e da possibilidade de remissão em execução penal. **Revista Justiça do Direito**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 331-351, 4 fev. 2015. UPF Editora. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/4676>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, 1989.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAS. **Relatório de informações penais- RELIPEN: 1º semestre de 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semester-de-2023/relipen>. Acesso em: 14 fev. 2024.

O PAPEL PEDAGÓGICO DO ANTIRRACISMO NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Tarcísio Conceição Oliveira¹

Teresa Cristina Torres de Abreu do Amaral²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão dos cenários de formação e atuação profissional do Serviço Social, a partir da análise da universidade, da produção de conhecimentos e dos espaços sócio-ocupacionais de intervenção profissional da/o Assistente Social. É por meio dessa premissa, subsidiada pelas pesquisas dos autores no âmbito da pós-graduação, que o artigo debate a importância do antirracismo na formação e atuação profissional, corroborando com a função pedagógica e os referenciais teóricos da categoria, dialogando com produções teóricas não hegemônicas, mas que contribuem de maneira significativa para a perspectiva antirracista do Serviço Social e o compromisso ético político profissional frente as dinâmicas das relações sociais nessa sociedade capitalista.

Palavras-chave: Antirracismo; Produção de conhecimentos; Função pedagógica; Atuação profissional; Serviço Social.

Abstract: This article propose a reflection on the training and professional performance of Social Work, based on the analysis of the university, the production of knowledge and the socio-occupational spaces of professional intervention of the Social Worker. It is through this premise, supported by the authors' postgraduate research, that the article debates the importance of anti-racism in professional training and performance, corroborating the pedagogical function and theoretical references of the category, dialoguing with non-hegemonic theoretical productions, but which contribute significantly to the anti-racist perspective of Social Work and the professional political ethical commitment to the dynamics of social relations in this capitalist society.

Keywords: Anti-racism; Production of knowledge; Pedagogical function; Professional performance; Social Work.

¹ Educador social e Mestrando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5105-3730>. Email: tarcisiooliveira862@gmail.com

² Assistente social e Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: tabreudoamaral@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A universidade como um espaço de produção de conhecimentos, além de subsidiar bases teóricas e práticas para a formação e atuação dos trabalhadores do Serviço Social, é um espaço atravessado por diversos tensionamentos e questionamentos, assim como os demais espaços sócio-ocupacionais das/os Assistentes Sociais e a contradição da sociedade capitalista. Deste modo, problematizar o espaço em que a atuação profissional é gestada torna-se imprescindível a partir do entendimento da importância da *função pedagógica* na intervenção profissional (ABREU; CARDOSO, 2009). Ou seja, problematizar um espaço de produção de conhecimentos, permeado pelo eurocentrismo (QUIJANO, 2000) é entender os limites da nossa atuação e intervenção, mas também construir possibilidades, neste caso, o antirracismo (NOGUERA, 2012) e a sua potência no papel educador do Movimento Negro, conforme Nilma Lino Gomes (2017) afirma.

É com esta premissa que o presente resumo expandido destaca elementos da formação e atuação profissional dos autores, que perpassam a temática apresentada a partir de suas vivências e experiências em espaços de pesquisa da pós-graduação, movimentos sociais, política de assistência social e saúde, enquanto sujeitos racializados.

A partir do exposto acima, entende-se que é necessário aos trabalhadores do Serviço Social a aproximação com a formação sócio, política e econômica brasileira, compreendendo tal formação como um importante norte para entender a socialização dos indivíduos nessa sociedade de classes antagônicas em um sistema capitalista. Neste viés contempla-se uma das dimensões da profissão, conforme caracterizou Iamamoto (2004) citada por Toniolo (2008), que é: a competência teórico-metodológica. Logo, pautar a intervenção profissional no espaço sócio-ocupacional com uma perspectiva antirracista³ é essencial.

³ O trecho a seguir complementa o nosso entendimento acerca da perspectiva antirracista: “[...] não é raro que a proposta de uma educação antirracista seja tomada como um tema, alguma coisa pontual, localizada e “estrangeira” [...] A monorracionalidade exige um comportamento, uma lógica e protocolos que podem ser subsumidos a um esquema padrão de homogeneização. Denegrir a educação pode trazer justamente a assunção da heterogeneidade como elemento positivo” (NOGUERA, 2012, p. 70). Juntamente, temos o

O fazer profissional da/o Assistente Social, que, segundo Iamamoto e Carvalho (1996), é considerado trabalho, visto que, é uma profissão centrada na divisão sócio técnica do trabalho e tem elementos que compõem o trabalho em Marx; teorizam que diante de um sistema capitalista que vai provocar na sociedade diversas contradições, demanda-se o surgimento de um profissional que lide com essas questões. Objetiva-se que os trabalhadores do Serviço Social em seu espaço sócio-ocupacional se apropriem das leituras pertinentes à cor, raça e etnia em consonância com as diversas pesquisas que apontam que, a maioria da população brasileira é negra e que a maior parte das pessoas que acessam as políticas sociais é negra.

Portanto, juntamente a atuação profissional, a formação ofertada pelas universidades deve acompanhar a dinâmica das relações sociais desta sociedade capitalista, que é fundamentada nos processos de expropriação, colonização, escravização e eurocentrismo. É na dinâmica do dia a dia que este profissional encontra possibilidades de efetivar o seu compromisso ético-político, apoiado em referenciais teóricos que potencializam o seu projeto profissional e societário.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

Segundo Netto (2006), o projeto ético-político do Serviço Social é um projeto profissional construído por sujeitos coletivamente e vai sendo reconhecido e legitimado de acordo com o envolvimento e organização dos profissionais implicados. Dito isto, há de mencionar que, apesar do projeto societário – com viés emancipatório – ter o seu objetivo e o profissional também, eles apresentam um ponto de afliência que é a liberdade como valor central. Além disso, ambos dialogam com a perspectiva da construção de uma nova ordem societária.

seguinte questionamento colocado por Gomes (2021): “a educação, entendida como processo de humanização, tem sido sempre uma experiência edificante? É possível educar para a diversidade em uma sociedade marcada pelo colonialismo, pelo capitalismo, pelo machismo e pelo racismo? Se os movimentos sociais reeducam a sociedade e a escola, que saberes eles tem trazido para o campo educacional? Qual tem sido o lugar ocupado por esses saberes no cotidiano da escola, dos currículos e das políticas educacionais no século XX?” (p. 43).

Importante sinalizarmos as afluições de ambos projetos a partir do entendimento do modo de funcionamento da sociedade capitalista, pois em suas produções, Quijano (2000) destaca a *raça* como um dos eixos fundamentais e centrais para o entendimento do processo de colonização e escravização, uma vez que esta categoria é “[...] uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (p. 117). Portanto, o capitalismo brasileiro é atravessado por esses determinantes e, pensar sobre a construção de uma nova ordem societária perpassa pela eliminação do racismo, da hierarquização e subjugação. O antirracismo é um instrumento de denúncia do racismo, mas também oportunidade e perspectiva de eliminação do racismo e efetivação desta liberdade como valor central.

Deste modo, é importante pontuarmos brevemente, além de compreendermos, os retrocessos e ataques a democracia, as políticas sociais e aos direitos lutados e conquistados, como um indicativo de uma noção colonial que ainda predomina no imaginário social brasileiro. O avanço, mesmo que de modo paliativo e dentro da lógica capitalista da classe trabalhadora, em sua maioria composta por pessoas negras (pardos e pretos, conforme o IBGE⁴), reatualiza o *modus operandis* dos senhores coloniais, expressos em figuras políticas de poder por exemplo, assim como cargos de chefias nas diversas instituições deste país. Uma população negra escravizada que após a sua abolição pela Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1988, também chamada de Lei Áurea – e cabe pontuar que tal “libertação” só se deu após muita resistência e luta da população negra e não sob a chancela de uma bondade humana; foi colocada a margem de qualquer direito social.

Ademais, um dos componentes que sustentam o funcionamento da estrutura capitalista vigente é a ideologia, pois de acordo com Silvio Almeida “o racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas” (2021, p. 67). Ora, os espaços de produção de conhecimentos, neste caso, as universidades, são permeados por ideologias que, atravessadas pelo eurocentrismo, reforçam bases racistas em uma formação profissional

⁴ Mais informações disponíveis em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>> Acesso em 01 de abr. de 2024.

que se distancia da realidade. Ao mesmo tempo em que é possível perceber um descompasso entre formação e atuação, percebe-se também o movimento de reatualização dos trabalhadores do Serviço Social⁵.

A universidade não é uma instituição estanque da realidade social brasileira, logo, notamos neste espaço também a reatualização do *modus operandis* acerca da noção colonial, seja pela falta de disciplinas que abordem a temática da raça, cor e etnia – disciplinas obrigatórias e/ou eletivas, a falta de investimento e incentivo das políticas estudantis em garantir a permanência de estudantes negras/os cotistas, a não representatividade institucional e proporcionalidade de docentes negras/os no quadro geral de funcionários, dentre outras observações. Entretanto, nesta dinâmica toda, observamos também que:

A experiência oriunda da vivência da negritude potencializa a formação e a dinâmica acadêmica, uma vez que, os saberes e as trajetórias que comportam esses sujeitos são elementos riquíssimos para o processo de formação e aprendizado, bem como para a produção de conhecimento, possibilitando a transversalidade do debate étnico-racial no ensino, na pesquisa, na extensão e na experiência vivida dentro e fora do campus. Os coletivos negros cumprem um papel fundamental para recepção e acolhimento de estudantes cotistas, desenvolvendo ações que dão ênfase à formação política e a consciência racial, se constituindo como um espaço de reconhecimento, representatividade e protagonismo (SANTOS; OLIVEIRA; AZEVEDO, 2021, p. 151).

Diante disso, pensar o trabalho do Serviço Social em um espaço sócio-ocupacional em harmonia com o projeto ético político é se apropriar das legislações pertinentes a nossa atuação profissional. Aqui, menciona-se o Código de Ética de 1993, que pela primeira vez aborda em um de seus princípios o: “exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física” (2003, p 17). Além do mesmo, que expressa um histórico de amadurecimento teórico-profissional, cabe pontuarmos as ações do Conjunto CFESS-CRESS ao lançar diversos documentos com a temática em questão étnico-racial, a

⁵ No caderno *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo* é publicizado em uma linha do tempo como o racismo estrutural e estruturante provocou imensa desigualdade entre a população negra e povos originários em relação a população branca. Tal correlação deixa explícito que o racismo é útil ao capitalismo e, no Brasil, é uma política de Estado.

série “Assistente Social no combate ao preconceito” e o Caderno 3: Racismo do CFESS - Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017).

Este último documento tem por objetivo provocar as/os Assistentes Sociais o olhar crítico sobre as situações de preconceitos que surgem no cotidiano profissional e que tais preconceitos estão interligados com a ordem social burguesa. Neste documento são contextualizados brevemente os conceitos de: raça, etnia, racismo, preconceito racial, discriminação racial, intolerância religiosa e políticas afirmativas. Sendo assim, pode-se afirmar que tais palavras são carregadas de significados históricos e a/o Assistente Social precisa se apropriar desses termos e os seus significados para construir uma intervenção profissional baseada na defesa dos direitos da população atendida.

Todos estes movimentos podem ser interpretados a partir da *função pedagógica* na intervenção profissional, como destacam Abreu e Cardoso (2009): “a função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade” (p. 1). A *função pedagógica* pode ser mais notória nos espaços sócio-ocupacionais, mas a mesma é germinada nos espaços de produção de conhecimentos.

Ou seja, uma universidade que dialogue com referenciais teóricos antirracistas, propicia uma intervenção e *função pedagógica* mais próxima do projeto ético político profissional. É na universidade que a *função pedagógica* da/os Assistente Social começa a ser concebida.

O fundamento básico dessa discussão sobre a função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais encontra-se na premissa gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978), mediante a qual fica afirmada a vinculação das práticas educativas à luta pela hegemonia na sociedade, como elemento estratégico na base dos processos formadores da cultura (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 596).

Além disto, compreender esta potencialidade profissional que é a *função pedagógica* corrobora para o papel pedagógico do antirracismo na formação e atuação profissional, como também, o resgate do papel educador do Movimento Negro, pois: “os

movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade” (GOMES, 2017, p. 16) e “muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído” (p. 18) se não fosse a luta do Movimento Negro. A função pedagógica e a mobilização social (ABREU; CARDOSO) da/o Assistente Social dialoga diretamente com a potencialidade dos movimentos sociais, neste caso, do Movimento Negro e seu papel educador, de produtor de conhecimentos.

No cotidiano profissional da/o Assistente Social, é notório que algumas situações que surgem estão pautadas nas questões étnico-raciais que estruturam a sociedade capitalista. Sendo assim, dialogamos com Silva (2021), que aponta a importância da apropriação intelectual por parte das/os Assistentes Sociais de uma literatura de teóricos negros e negras, no qual não têm seus saberes como hegemônicos, mas podem contribuir significativamente para uma prática antirracista frente a uma sociedade que tem o racismo como estrutural e estruturante.

Outro documento elaborado pelo Serviço Social é o *Termo de Orientação Exercício Profissional Antirracista*, que visa guiar a prática profissional em bases antirracistas e que é importante considerar as relações sociais formadas em bases escravistas que perduraram por quase 400 anos. O documento também faz uma contextualização histórica de raça e etnia e aborda que o profissional tem um arcabouço de condições teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico operativos para lidar com as expressões da questão social com bases racistas, porém em um contexto social onde se acirra o neoconservadorismo por meio da ascensão da extrema direita no poder, as intervenções profissionais serão influenciadas por essa onda e poderão ter uma prática profissional de controle da população pobre, que em sua maioria é a população negra.

Por fim, o documento que completa essa tríade é um dos últimos materiais produzidos pelo CFESS-CRESS RJ, sendo a *Norma técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia*. Esse documento faz um balanço referente ao preenchimento do quesito raça/cor pela/o Assistente Social, enquanto identificador de como a população negra está vivendo, tendo como objetivo de ser um norteador para a construção de políticas sociais que vão ao encontro desse levantamento. Portanto, a opção

de preenchimento do quesito raça/cor/etnia é uma tomada de escolha ético-política em um país que se estrutura em bases racistas.

A partir dessa premissa do quesito raça/cor/etnia, convém mencionar que esta é uma questão primordial para se desenvolver uma prática profissional de forma articulada, ou seja, se em uma política de Assistência Social, em um determinado equipamento da proteção social de alta complexidade, o profissional se depara com uma maioria de adolescentes institucionalizados autodeclarados negros (pretos e pardos), não é possível prender-se somente na questão da individualização dos sujeitos. É necessário ir além da aparência e correlacionar com uma totalidade social que vai apontar que ao longo da história brasileira a maioria dos institucionalizados foram pessoas negras. Dar visibilidade a desigualdade social que a população negra vivencia é relevante para a elaboração de políticas públicas em uma perspectiva antirracista.

Outra experiência se dá na política de Saúde, onde as estatísticas apontam a população negra como a maioria dos usuários que dependem do Sistema Único de Saúde – SUS. Entretanto, Almeida (2014) aponta que apesar dessa dependência maior da população negra com relação ao SUS, percebe-se que nos equipamentos de alta complexidade é a população branca que mais acessa os serviços, provavelmente por difícil acesso da população negra a porta de entrada do SUS. Em um processo de refração e ataque da política de saúde, assim como todas as outras políticas públicas, a população negra é a que será mais atingida. Diante do exposto, é tácito afirmar que a coleta do quesito raça/cor/etnia vai dar a real dimensão de como esta população está inserida ou excluída nos processos sociais de acordo com sua cor e etnia⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁶ Há de se mencionar o período vivenciado da Pandemia da Covid – 19, que toda humanidade viu se agravar a situação sócio econômica, menciona-se agravar, pois a humanidade já vivenciava a mais uma crise do capital que sempre é mais cruel para a classe trabalhadora. Nesta grande crise humanitária foi notório o que Antunes (2022) destaca: a classe trabalhadora ficou em um “fogo cruzado” (expressão utilizada pelo autor); ou o indivíduo saía para trabalhar e corria todo o risco de uma contaminação pelo coronavírus e a possibilidade iminente da morte ou ele ficava em casa e não teria o mínimo de condições de manter as condições básicas de sobrevivência. Além disso, sabe-se que a maioria da população que se encontra sem garantia previdenciária por estar em situação de desemprego, trabalho informal, uberização, etc é a população negra – a que teve mais circunstâncias de exposição ao vírus e com a maior possibilidade de ser contaminada.

No breve percurso realizado até aqui é possível identificar as confluências entre uma formação e atuação profissional que destaque e potencialize o caráter pedagógico das/os Assistentes Sociais, sendo concernente aos referenciais teóricos da profissão, assim como dialogando com outros referenciais teóricos parceiros e, impulsionando o antirracismo dentro da categoria profissional. É um movimento que requer dia após dia a reatualização do compromisso ético-político, sem perder de vistas o vislumbre de uma nova ordem societária livre de todo e qualquer tipo de opressão.

Segundo Toniolo (2008), a/o Assistente Social trabalha diretamente com parte da classe trabalhadora e isso lhe concerne um lugar de privilégio no mercado de trabalho. Sendo assim, esse profissional terá condições de produzir conhecimentos sobre essa população e esse conhecimento vai propiciar diversas possibilidades de intervenção profissional. Acredita-se que é indispensável para o profissional uma formação continuada, realizar pesquisas no seu campo de trabalho, estudar, questionar as demandas institucionais e não ser um burocrata que não consiga redimensionar sua prática profissional e vislumbrar possibilidades de mudanças na vida da população atendida. Existem diversas produções teóricas, documentos e legislações que abordam a questão racial, logo, o Assistente Social precisa se apropriar desse conteúdo em direção de um fazer profissional antirracista.

Parafraseando a saudosa Dona Ivone Lara, que além de grande intérprete brasileira, contribuiu significativamente para a formação e atuação do Serviço Social, a raiz da liberdade encontra-se no sorriso negro, negro este “que já foi escravo / que é a voz da verdade / que é destino e amor / e também é saudade.. (um sorriso negro!)”. Que possamos manter o sorriso no rosto frente as adversidades da formação e atuação profissional em Serviço Social, não como forma de amenizar as barbáries da vida, mas sim como estratégia de sobrevivência, já que “a gente combinamos de não morrer” (EVARISTO, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁷ Compositores: Adilson Barbado e Jorge Portela.

- ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608
- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em pauta**, Rio de Janeiro – 2º Semestre de 2014 – n. 34, v.12, p.131-154. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.
- CFESS-CRESS. **Assistentes Sociais no combate ao racismo**, Brasília, 2016.
- CFESS-CRESS. **Assistentes Sociais no combate ao racismo**. Campanha da Gestão 2017-2020, Brasília, 2020.
- EURICO, Marcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. CFESS, 2022.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Editora Vozes; 2017.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11 ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1996.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 18: maio-out/2012, p.62-73.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander, Edgardo (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- SANTOS, Thamires C. M. dos; OLIVEIRA, Tarcísio C.; AZEVEDO, Luana S. de. Insurgências coletivas e vivências no contexto acadêmico: a experiência de reconhecimento de sujeitos e saberes a partir do Coletivo Negro Fuzuê. In: **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.67, v. 8 n. 67: Ensino de História e Relações Étnico-Raciais: olhares interioranos 2021.

SILVA, Ana Paula P. Relações Raciais e Pensamento Social Brasileiro: Reflexões Pertinentes a uma Formação Antirracista no Serviço Social. In: Eurico, Márcia Campos; Passos, Rachel G.; Almeida, Magali da S.; Martins, Tereza C.S. (orgs). **Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. São Paulo: Papel social, 2021. p. 79-105.

SOUSA, C. Toniolo. **A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Emancipação, Ponta Grossa, 8 (1):119-132, 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>.

A DEFESA ÉTICO-POLÍTICA DA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE IDENTIDADE DE GÊNERO NA AGENDA POLÍTICA DO CFESS

Euler Antônio Campos¹

Resumo: Nos últimos anos, o Conselho Federal de Serviço Social tem implementado diversas estratégias com o intuito de manifestar o seu posicionamento frente a livre orientação sexual e de identidade de gênero. As iniciativas têm desempenhado um papel importante no fortalecimento da identidade e da atuação política do Serviço Social, ao tempo em que contribuem para a manutenção e o desenvolvimento dos princípios e valores que norteiam o Projeto Ético-Político (PEP). Neste artigo, apontaremos ações político-estratégicas na defesa da livre orientação sexual e de identidade de gênero realizadas pelo CFESS, entre os anos de 2006 e 2023. Identificamos ações significativas para o fortalecimento da luta política e na consolidação da pela livre orientação sexual e de identidade de gênero nos elementos que constituem o PEP.

Palavras-chave: Projeto ético-político; Livre orientação sexual e de identidade de gênero; Conselho federal de Serviço Social.

Resumen: En los últimos años, el Consejo Federal de Servicio Social ha implementado diversas estrategias con el objetivo de expresar su posición frente a la libre orientación sexual e identidad de género. Estas iniciativas han desempeñado un papel importante en el fortalecimiento de la identidad y la actuación política del Servicio Social, al tiempo que contribuyen a la conservación y desarrollo de los principios y valores que guían el Proyecto Ético-Político (PEP). En este artículo, señalaremos las acciones político-estratégicas en defensa de la libre orientación sexual e identidad de género llevadas a cabo por el CFESS, entre los años 2006 y 2023. Identificamos acciones significativas para fortalecer la lucha política y consolidar la libre orientación sexual e identidad de género en los elementos que constituyen el PEP.

Palabras claves: Proyecto ético-político; Libre orientación sexual e identidad de género; Consejo Federal de Servicio Social.

INTRODUÇÃO

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Assistente Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Número ORCID: 0009-0009-3253-4537. E-mail: euler.campos@hotmail.com.

(ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), desempenha uma função fundamental na articulação dos elementos que compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS), sendo um espaço relevante na disputa de projetos profissionais. Essas entidades representativas exercem uma influência significativa na construção de um perfil profissional que incorpore de forma ética e política o projeto da profissão, além de contribuírem para o enfrentamento das fragilidades da categoria diante das diversas bandeiras de luta assumidas. Especificamente, o CFESS atua como ponto articulador em nível nacional, identificando as diferentes demandas e problemáticas enfrentadas pelos assistentes sociais em diversos campos de atuação, e colaborando na construção coletiva das estratégias necessárias para enfrentá-las.

Desde meados da década de 80, o Serviço Social tem consolidado sua defesa política da livre orientação sexual e identidade de gênero, influenciando significativamente o reposicionamento da categoria em relação a essa temática. Nesse contexto, este trabalho visa explorar as ações e campanhas promovidas pelo CFESS entre os anos de 2006 e 2023 sobre esse tema, tanto nos meios digitais quanto físicos. O recorte temporal de 2006 é justificado pela campanha pela Livre Orientação Sexual: "O Amor Fala Todas as Línguas", que representa uma das mais importantes expressões do avanço dessa temática para a profissão.

Este estudo é parte de uma dissertação de mestrado, cujo objetivo foi analisar a incidência da temática da livre orientação sexual e identidade de gênero nas dimensões constitutivas da profissão, que são as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA AGENDA POLÍTICA DA CATEGORIA: AÇÕES TÁTICAS POLÍTICAS

O CFESS vem desenvolvendo ao longo dos últimos anos uma série de estratégias que permitem expressar o posicionamento político da e para a categoria, contribuindo significativamente para um movimento contínuo de consolidação do PEPSS. Nesse bojo de táticas podemos elencar a adesão a mobilizações nacionais; participação em fóruns,

comissões; campanhas, comunicações e publicações em datas específicas, como as veiculadas pelo CFESS Manifesta; Livros, brochuras e cartilhas; construção de seminários e eventos coletivos; dentre outras. Destacamos que, entendemos estas ações no campo ético-político, por compreendê-las enquanto táticas que aprofundam e politizam os elementos que fundamentam o PEP, com potencialidade de enraizá-los e expressá-los no exercício profissional. Essas ações contribuem, dentre outros, de forma político-pedagógica, na dimensão PEPSS que demarca para a disseminação de uma cultura profissional crítica e participativa nos espaços de disputa junto à classe trabalhadora frente às investidas do capital.

Em 2005, no 34º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, foi aprovado a realização de uma campanha em defesa da liberdade de orientação sexual nacional pela categoria. Esta campanha ganha forma em 2006 e é lançada com o seguinte chamamento: “Campanha O amor fala todas as línguas - Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”. A estratégia tinha como um dos objetivos “contribuir para garantia do respeito à diversidade humana nos espaços institucionais de atuação e na formação profissional em Serviço Social” (CFESS, 2007). A campanha figurou como importante estratégia de suscitar no interior da categoria “o enfrentamento das formas de opressão e de exploração gestadas e/ou consolidadas na sociabilidade do capital” (Santos, 2005, p.95), sustentado na defesa do projeto ético-político profissional e nos princípios do código de ética que ele reflete. Marca, determinadamente, a defesa dos direitos da população LGBT pelo Serviço Social brasileiro. Contudo, apresenta a perspectiva da “livre orientação” e não como “diversidade”, significativo para a defesa da liberdade humana enquanto garantia da sua diversidade plena.

A campanha foi um marco para a agenda profissional de lutas sociais da profissão. Ela permitiu emergir as tensões nos diversos campos profissionais. Possibilitou, de um lado, confrontar o presente e reconhecido conservadorismo na lógica social e sua presença na profissão. O presente trabalho não busca analisar diretamente o impacto da campanha no cotidiano profissional, contudo podemos indicar que ela proporcionou importante visibilidade da temática à categoria, em momento oportuno e de grande relevância para o

debate público. Ainda, foi fundamental para apresentar à profissão uma análise crítica e em bases marxistas sobre a temática. Esse movimento ofereceu a possibilidade de apresentar a produção de conhecimento a partir de outro viés, na contra hegemonia das perspectivas teóricas de dominância no campo da sexualidade.

Vale ressaltar que, desde 2007 - ano seguinte ao da campanha em questão - o conjunto CFESS-CRESS vem estruturando uma Política Nacional de Comunicação, como estratégia para qualificar as informações para a categoria e com a população usuária, entendendo a comunicação “como meio estratégico, espaço de articulação permanente, para a luta por um projeto societário fundamentado na emancipação humana” (CFESS, 2023, p.23). Assim, a comunicação ganha importância no processo de reafirmação do PEP. Ainda, a partir deste momento, o conjunto CFESS-CRESS passou a investir de maneira mais evidente em campanhas que trouxessem a centralidade ao tema da livre orientação sexual e de identidade de gênero, construindo reflexões ético-políticas para a categoria, no sentido da reafirmação do PEP e enfrentamento aos projetos de profissão; e na alteração no perfil profissional.

Destarte, um projeto profissional do Serviço Social não é novidade para a profissão. A discussão sobre ele, no entanto, só ganha visibilidade no processo de renovação por meio de sua crítica e recusa ao conservadorismo. Na análise do Serviço Social inserido na mediação entre as classes é que se manifesta à profissão sua direção sociopolítica. Romper teórico-metodologicamente com o tradicionalismo conservador mobilizou conjuntamente um necessário reposicionamento ideopolítico. Afinal, aderir a uma proposta crítica profissional significa apreender plenamente a sua dimensão ideopolítica, produzindo na categoria profissional a capacidade de elaborar estratégias vinculadas ao projeto da classe trabalhadora (Paula, 2009). Essa dimensão organiza, assim, a direção de intervenção na realidade. Essa ação tem caráter ético, pois pode ter capacidade de afastar o sujeito de sua singularidade e rearticular suas objetivações (Barroco, 2009).

Nesse caminho, a partir de nossas pesquisas, apontamos a seguir as campanhas e conteúdos elaborados pelo CFESS na busca por alinhar a defesa da livre orientação sexual e de identidade de gênero ao PEP.

Em 2008, no ano final da campanha a Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual, o CFESS articulou sua participação na primeira conferência GLBTT (sigla usada na época) brasileira, com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. A ação governamental representou uma iniciativa pioneira a nível mundial, originada a partir da mobilização dos movimentos sociais. Essa iniciativa foi antecedida por conferências municipais e estaduais, as quais constituíram uma metodologia de engajamento da sociedade civil. O CFESS desempenhou um papel proeminente nas três edições das conferências realizadas no país. Sua participação representa um marco significativo para a categoria profissional, consolidando o conselho como um agente articulador para as deliberações realizadas durante esses eventos. Além disso, evidencia o compromisso político do Serviço Social na defesa crítica para a promoção de políticas públicas que respondam às necessidades da população LGBT brasileira.

Nesse contexto, é importante destacar que, naquele mesmo ano, o CFESS, por meio do CFESS Manifesta divulgou um texto enfatizando a relevância das conferências e do Serviço Social na luta pela promoção da livre orientação sexual e identidade de gênero. Essa manifestação pública reitera o engajamento da categoria na construção de uma outra sociabilidade mais justa e livre. Aponta para a construção junto aos movimentos sociais de estratégias de enfrentamento à sociedade do capital, incidindo politicamente para fora e para dentro da categoria ao asseverar a importância destes compromissos coletivos e que se alinham ao PEPSS.

Nos anos que se seguiram, o CFESS articulou diferentes ações para atuar frente aos Projetos de Lei 122/2006 (que tratava da criminalização da homofobia), 81/2007 (que institui o “17 de maio” como Dia Nacional de Combate à Homofobia) e 2000/2007 (que institui o “29 de agosto” como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica). Como exemplo, o Conselho enviou convite aos/às profissionais para adesão à campanha de sensibilização de senadores para aprovação do PL 122/2006, que trata da criminalização da homofobia, através do “Alô Senado” (CFESS, 2009).

Outra ação significativa foi a adesão pública à I Marcha Nacional contra a homofobia, que aconteceu em 19 de maio de 2010, em Brasília/DF. A mobilização visava

reunir diferentes movimentos sociais, centrais sindicais e instituições para protestarem contra as opressões vivenciadas pelo conjunto da população LGBT no Brasil. Nas marchas que ocorreram nos anos seguintes, o conjunto têm mantido seu apoio contínuo e participação ativa nas mobilizações, o que evidencia uma trajetória de engajamento consistente na construção e implementação de estratégias políticas em favor da população LGBT. Essa contínua participação do conjunto destaca sua adesão ética e política à luta pela livre orientação sexual e de identidade de gênero, bem como destaca como participante importante no debate público junto aos movimentos sociais.

Naquele mesmo ano (2010) foi instituído o Conselho Nacional de Combate à discriminação de LGBT (CNCD – LGBT) e o CFESS pleiteou vaga para participar do espaço, tendo sido eleito para compor como conselheiro na gestão 2011/2014. Teve como prerrogativa

uma atuação crítica e combativa, uma de nossas defesas tem sido que esse conselho mantenha sua autonomia em relação aos partidos políticos e aos governos, como o Conselho de Estado que é. Temos uma participação assídua voltada à construção coletiva e à qualificação política desse espaço. Para tanto, entendemos estar em consonância com o nosso projeto ético-político, a articulação e apoio aos movimentos sociais e suas lutas. (CFESS, 2017)

Até a sua dissolução pelo governo Bolsonaro, como parte de uma série de medidas que visavam enfraquecer os espaços de controle social na esfera pública, o CFESS foi reconduzido para desempenhar um papel contributivo no CNCD-LGBT. Essa recondução destaca a relevância da presença e da atuação política do CFESS nesse espaço, que se configura como um ambiente fundamental para a formulação e proposição de políticas voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos da população LGBT. Com a reinstauração do CNCD-LGBT, por meio do decreto Nº 11.471/2023, o CFESS retoma sua participação nesse espaço, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos humanos e da livre orientação sexual e de identidade de gênero. Essa retomada reflete a importância contínua do envolvimento do CFESS na construção coletiva junto aos movimentos sociais e na luta contra toda forma de discriminação e preconceito.

No ano de 2013, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) promoveu o lançamento da campanha intitulada "Nem rótulo, nem preconceito: Quero respeito". Tal

iniciativa visava reforçar entre as/os assistentes sociais a defesa dos direitos das pessoas trans e travestis, bem como consolidar o reconhecimento e o uso do nome social. Esta campanha acontece a partir das deliberações estratégicas do 42º Encontro Nacional CFESS-CRESS, como proposta para a ampla divulgação da resolução nº 615/2011, que “Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional” (CFESS, 2011).

Em 2014, durante o 44ª Encontro Nacional CFESS-CRESS, o conjunto reafirma seu compromisso com as questões LGBT no documento “As Bandeiras de Luta” do conjunto CFESS-CRESS, que condensa a trajetória de lutas políticas construída coletivamente ao longo dos últimos anos. No documento, dentre outras temáticas, o conjunto se propõe a “Defender a ampliação da rede de atendimento do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) como direito da população LGBT” (CFESS, 2015, p.18); “Posicionamento contrário a todas as formas de exploração e discriminação de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2015, p.18); “Defender os Princípios de Yogyakarta, o Plano Nacional Cidadania e Direitos Humanos LGBT e o Plano Nacional de Saúde da População LGBT” (CFESS, 2015, p.19); além de promover e manter o “debate contemporâneo acerca do uso do nome social nos espaços públicos e privados [...] e no acesso às políticas públicas para a população LGBT, considerando a livre identidade de gênero” (CFESS, 2015, p.39-40). Em nossa análise, o processo de disputa nas deliberações dos Encontros Nacionais demonstra a incidência na assimilação da pertinência da temática para a categoria, reflexo das ações anteriores que contribuíram para a modificação do *ethos* profissional, no processo de consolidação do PEP. Importante destacar que, no período de nossa análise, a partir de 2006, todas as edições dos Encontros Nacionais do CFESS-CRESS abordaram deliberações relacionadas à livre orientação sexual e identidade de gênero.

Em 2015 foi realizado o histórico e importante *Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero*, organizado pelo CFESS. A sua realização partiu da deliberação aprovada no 43º Encontro Nacional CFESS/CRESS e realizado em parceria com o CRESS-SP. Destaca-se a relevância deste evento, uma vez que, quase uma década após a realização da primeira campanha

promovida pelo conjunto acerca da diversidade, rearticula-se a necessidade de estabelecer um espaço ampliado de discussões, com a envergadura de um seminário, visando à continuidade do debate junto à categoria profissional. O referido evento proporcionou a reunião de renomados autores da temática no âmbito do Serviço Social, possibilitando uma análise crítica do exercício profissional em relação às questões pertinentes à população transexual e travesti. Em 2020, o CFESS publicou um livro contendo o conteúdo das palestras proferidas durante o referido seminário, contribuindo, assim, para a perenidade das valiosas reflexões e contribuições ali apresentadas.

Em 2016, visando produzir acúmulo teórico e educação permanente junto à categoria, o CFESS lança a série de cadernos “Assistente Social no combate ao preconceito” contendo, dentre outras temáticas, o caderno 4 que apresente criticamente o enfrentamento e o combate à transfobia, bem como representam espaço teórico que permite à categoria aprofundamento nas reflexões ético-políticas sobre a temática. Os cadernos buscam

[...] dialogar com os/as profissionais, problematizando o preconceito, suas origens e fundamentos históricos. A ideia é provocar a reflexão e contribuir para as estratégias efetivas de enfrentamento da reprodução do preconceito, chamando a categoria à responsabilidade ética na defesa do projeto ético-político (CFESS, 2016).

Em 2019, o CFESS lança o documento “Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS”, que aponta estratégias para superação das ações discriminatórias às pessoas trans e travestis no atendimento dos serviços prestados pelos CRESS. O conteúdo marca conceitos e normativas que regulam as ações profissionais em relação a este recorte populacional. Tem como foco, a busca por informar sobre a inserção de nome social no Documento de Identidade Profissional (DIP), estabelecido na resolução CFESS nº 785/2016. Sinaliza a atenção do conjunto em enfrentar o preconceito que se expressa em suas bases organizativas. Reconhecendo que, mesmo com todo avanço, ele se expressa no cotidiano do atendimento do conjunto.

Além destas significativas ações públicas, destacamos aqui as publicações do CFESS Manifesta, ferramenta que figura como espaço que oferece visibilidade “aos

posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional” (CFESS, 2020b, p. 10). Entre os anos de 2008 e 2023 houve cerca de 12 publicações do CFESS Manifesta que abordaram aspectos da livre orientação sexual e expressão de gênero:

Tabela 1 – Publicações CFESS Manifesta

Ano de publicação	Título do CFESS Manifesta
2008	CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual
2009	Visibilidade Lésbica: Respeito à Liberdade de Expressão Sexual
2010	Internacional do Orgulho LGBT: liberdade de orientação sexual. Não à homofobia
2010	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: o amor exige expressão e reverência coletiva
2011	Mundial de Luta contra a Homofobia: A nossa luta é todo dia contra a homofobia
2011	2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT: assistentes sociais em defesa da diversidade humana.
2012	Dia Mundial do Orgulho LGBT
2013	Dia Nacional da Visibilidade Trans
2015	Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans
2017	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: Família é diversidade! Assistentes sociais pelo direito de amar e conviver
2019	Dia da Consciência Negra: novembro negro arco-íris
2023	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: Vivas, visíveis e livres

Fonte: Elaboração própria.

É possível perceber a presença permanente da temática no espaço, com importantes contribuições para reflexão ética e política para a categoria. Reforçando a perspectiva de que a “liberdade de orientação e expressão sexual e a identidade de gênero são dimensões da diversidade humana e por isso integram a agenda de luta do Serviço Social brasileiro”, como indicado no CFESS Manifesta em posição ao Dia Internacional do Orgulho LGBT de 2010.

Um destaque especial damos ao projeto *Ética em Movimento*, iniciado nos anos 2000, pela Gestão do CFESS “Brasil, mostra tua cara” (CFESS-1999-2002). Foi e continua sendo uma estratégia fundamental para o avanço na qualificação ética do trabalho profissional junto à categoria, especialmente diante das mudanças vivenciadas na contemporaneidade. Possibilita avançar nas construções e acúmulos historicamente realizados pela categoria no campo da ética, em especial na sua relação com os Direitos Humanos, o que vem permitindo avançarmos nas questões que envolvem a construção de uma análise crítica sobre o tema, bem como na construção de uma perspectiva de sociedade que vislumbre a livre orientação sexual e expressão de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas idas dos últimos anos, a categoria se manifesta publicamente, a partir de diferentes frentes estratégicas, a favor da livre expressão da sexualidade e identidade de gênero. Vai, assim por dizer, construindo ações que expressam os fundamentos do projeto ético-político, oferecendo diversas possibilidades para consolidação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social. É, efetivamente, parte das táticas para reforçar aquilo já inserido no universo jurídico-normativo da profissão, mas que, por vezes, não é imediatamente assimilado pela categoria. Atesta a necessária ação concomitante de táticas jurídico-normativas e político-pedagógicas na disputa por novos valores frente aos já construídos na lógica do capital. Assim, percebe-se a permanente defesa ético-política da livre orientação sexual e identidade de gênero na agenda política do CFESS, oferecendo subsídios profícuos para impactar no reposicionamento ético-político da categoria profissional.

Por outro lado, com todo o avanço e esforço que o conjunto tem realizado nos últimos anos ainda é possível perceber algumas resistências da categoria no que tange a temática. Diferentes setores no interior da profissão divergem da importância do Serviço Social se apropriar das questões sobre a livre orientação sexual e expressões de gênero, desconsiderando a relação histórica e a realidade vivenciada por este recorte populacional. Há profissionais que ocupam a perspectiva política profissional de um viés

que assente a resposta às expressões da questão social que impactam mais especificamente a população LGBT no campo das políticas públicas; outros buscam o enfrentamento da questão nas linhas e referências conservadoras; outros, ainda, carregam a análise da questão a partir de um viés pós-moderno. Este movimento demonstra a permanente disputa do PEP que vêm se desenvolvendo historicamente no Serviço Social brasileiro. Reclama, também, a necessidade constante de construção de estratégias e táticas de forma contínua para avançarmos na incorporação dos princípios e compromissos ético-políticos do Serviço Social pela categoria, entendendo que disputamos, em contra-hegemonia, outros valores, como a liberdade, a equidade e a justiça social, diferentes dos valores burgueses produzidos e reproduzidos na classe trabalhadora, na qual está inserido o assistente social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQoGyz6x815V3u07yLJ.pdf> Acesso em: 08 de jun. 2022

CFESS. **CFESS Manifesta O amor fala todas as línguas Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual**. Brasília: CFESS, 2007. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2023

_____. **CFESS Manifesta CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual**. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta1aconferencianacionalGLBTT.pdf>. Acesso em: 08 de nov. 2023.

_____. **Resolução CFESS Nº 615, de 8 de setembro de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2022

_____. **44ª Encontro Nacional CFESS/CRESS: Relatório Final**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio-44-nacional-cfess-cress.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2022

_____. Caderno 4 Transfobia. In: **Série assistentes sociais no combate ao preconceito**. Brasília: CFESS, 2016

_____. **Hoje é o Dia Mundial de Combate à LGBTfobia**. Site CFESS. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1372>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

_____. **CFESS Manifesta**. Brasília: CFESS, 2020b. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2020-ManifestaEdeBatalhas2017-2020.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2023.

_____. **Política de Comunicação CFESS-CRESS**. 4 ed. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2023-4edPoliticaNacionalComunicacao-CfessCress.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2023

PAULA, L. G. P. de. **Dimensão ideo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Serviço Social, 2009. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2013/04/luciana.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2022

SANTOS, S. M. M. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/27471/1/TESE%20Silvana%20Mara%20de%20oMorais%20dos%20Santos.pdf> > Acesso em: 15 de dez. 2023.

FEMINISMO E O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UMA BREVE ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO MOVIMENTO PARA O DEBATE

Emilene Oliveira Silva¹

Iasmim Lopes Ribeiro²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar como as contribuições teóricas surgidas com e a partir do movimento feminista impactaram no debate de gênero, do patriarcado, na estruturação do conceito de divisão sexual do trabalho assim como nas análises acerca da situação da mulher na sociedade capitalista.

Palavras-chave: feminismo; capitalismo; contribuições teóricas

Abstract: This article has the objective to present how the theoretical contributions that emerged with and from the feminist movement impacted the debate on gender, patriarchy, the structuring of the concept of sexual division of labor as well as analyzes regarding the situation of women in capitalist society.

Keywords: feminism; capitalism; theoretical contributions.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge a partir dos trabalhos de conclusão de curso das autoras e tem o objetivo de apresentar de forma breve a importância do movimento feminista para a criação e desenvolvimento da temática de gênero assim como o debate do ser mulher e qual lugar se ocupa dentro da dinâmica capitalista.

Nesse sentido, a primeira parte do artigo abordará sobre o desenvolvimento histórico do feminismo nas contribuições teóricas acerca do debate de gênero. A segunda parte consistirá em apresentar, a partir dos desenvolvimentos do debate de gênero fomentado pelas contribuições feministas, em abordar sobre e como os mecanismos patriarcais presentes na sociedade capitalista impactam na realidade e vida das mulheres, destacando brevemente a situação da mulher negra nessa dinâmica.

¹ Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. email: emileneo.silva@gmail.com

² Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. email: iasmimlopes43@gmail.com

DESENVOLVIMENTO

GÊNERO E PRODUÇÃO TEÓRICA: CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO

O movimento feminista se produz e reproduz em consequência da conjuntura e especificidades de determinado momento histórico, considerando a raça, classe e região como relevante para compreender a opressão/exploração vivenciada pela mulher. Nesta lógica, o feminismo está constantemente se configurando e reestruturando.

Temos, como marco para o avanço do feminismo enquanto produção de conhecimento, o que se denominou “A segunda onda do feminismo”³, importante não só pelas conquistas através das lutas sociais, com pautas direcionadas às questões econômicas, de direitos políticos, civis e contra a ordem social, mas também por contribuir no processo de emergência dos estudos acerca da temática “gênero”.

O movimento feminista utilizava como uma de suas alternativas de reivindicação e propagação do feminismo a produção de jornais e revistas. Influenciadas pelas mulheres exiladas, as feministas marxistas contribuíram para que o movimento feminista e, por conseguinte, o feminismo, se inserisse no campo da produção teórica.

Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordou seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral. (PINTO, 2010, p.15).

Composto majoritariamente por mulheres da academia, as feministas marxistas começam a produzir textos abordando temáticas relacionadas à questão de gênero. Sob a lógica do sistema patriarcal, a condição de opressão/exploração da mulher traz a essas mulheres um olhar crítico e reflexivo sobre suas próprias condições na sociedade e, sobre a ideologia patriarcal que sempre sustentou tais condições. Este processo se dá juntamente com o desenvolvimento do movimento feminista. Ou seja, o feminismo, ao

³ A década de 1970 marca o movimento feminista com pautas contra a ordem social, promovendo manifestações e atos públicos no país, com criações de jornais e revistas trazendo os ideais feministas, se fortalecendo e aparecendo em atividades públicas, conferências e organizações.

mesmo tempo que se constrói enquanto movimento social, se constrói enquanto campo de estudo.

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. (PINTO, 2010, p.15).

É importante ressaltar que, neste período, seguindo os avanços do movimento enquanto luta social, o termo gênero era compreendido como sinônimo de “sexo”. Ou seja, desconsiderava os elementos sociais que constroem e condicionam as relações sociais de opressão/exploração; e também, o lugar da mulher inserida na sociedade capitalista. Assim, “sexo” correspondia à natureza e “gênero” à cultura – corpo, personalidade, comportamento.

Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1946), com tradução, em 1980, para o português, embora não utilizando o termo gênero, traz a concepção de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castro que qualificam de feminino”. (BEAUVOIR apud CISNE, 2018, p. 46).

Contribuindo e apresentando uma nova concepção teórica e, de certa maneira, política, para os estudos onde define masculino e feminino como construções sociais e históricas, e não configuradas biologicamente. É também, após tal colocação de Simone de Beauvoir, que o termo “gênero” começa a ser compreendido de maneira mais aprofundada pelas feministas brasileiras.

Ainda na década de 1980, o feminismo passa a compreender que há um recorte de classe, raça e região, permitindo uma diferença dentro do mesmo “gênero” (aqui ainda entendido como sexo), modificando suas pautas de lutas, trazendo avanços ao movimento feminista e ao campo de estudos. Neste sentido, os estudos sobre gênero se aprofundam e ganham maiores dimensões.

Os chamados “estudos de gênero” surgem sob a influência de feministas acadêmicas no final do século XX, destacadamente entre as décadas de 1970 e 1980. A sua grande contribuição veio para enfatizar a necessidade de se desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres. Em outras palavras, a despeito das divergências e multiplicidades teóricas quem envolvem o conceito de gênero, convencionou-se, hegemonicamente, que ele designa a construção social do masculino e do feminino. (CISNE, 2018, p. 46).

O próprio entendimento do conceito “gênero” se altera, à medida que o feminismo também vai redirecionando as pautas mais amplas e de maior profundidade crítica. Ou seja, por ser uma construção histórica, em determinado contexto e sociedade, está sempre em construção e desconstrução (movimento dialético).

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. (SAFFIOTI, 2011, p. 44).

Neste sentido, faz-se necessário compreender o termo gênero como uma categoria analítica, sob a égide do método materialista histórico dialético de Marx⁴. Desta maneira, há a possibilidade de analisar historicamente as construções sociais, para compreender como as relações de gênero são constituídas e atravessadas pelas relações de classe, raça/etnia e patriarcado⁵.

Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" -a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta

⁴ O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (NETTO, 2011 p.53).

⁵ Segundo Saffioti, o “patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (2011, p. 36). A partir da concepção feminista que o termo patriarcado se difundiu de maneira mais ampla, sendo assim, patriarcado corresponde a “uma formação social em que homens detêm poder, [...] e é quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de ‘opressão às mulheres’” (DELPHY, 2009, p.173). Biroli (2018, p.11) abordando sobre o termo define-o de maneira breve como “um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e criatividade destas”, sendo este “ativado de forma concreta, nas instituições e nas relações cotidianas”.

definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p.75).

Uma vez que a questão de gênero⁶ é uma das expressões das relações sociais desenvolvidas pela lógica do modo de produção capitalista, logo, está diretamente vinculada com as determinações burguesa e patriarcal. Sendo relevante que se faça uma análise de como se dão tais relações a partir de um recorte de classe, entendendo que tais relações são dialéticas e interligadas⁷.

O estudo de gênero, através de uma análise crítica considerando as correlações entre capitalismo, patriarcado e racismo (Saffioti, 2001), proporciona análises para que se tenha uma apreensão de como se dão as relações sociais de gênero, bem como, para formulação de políticas sociais eficazes, frente ao sistema de opressão/exploração da mulher. Contribuindo, assim, para uma reflexão crítica das relações sociais, no sentido de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

É necessário compreender que o sujeito do conhecimento possui gênero, e está inserido numa realidade concreta, num contexto social. Sendo assim, o conhecimento não pode ser considerado puramente objetivo. Há a subjetividade de quem o constrói, e este sujeito está atravessado pelos condicionantes de classe, raça e gênero. Reconhecer esta subjetividade de quem produz conhecimento é importância para entendermos a relevância dos estudos feminista/classista no campo teórico.

Nesse sentido, uma das grandes contribuições dos estudos feministas e de gênero é mostrar a importância da posição do sujeito que produz o saber, enquanto um sujeito generizado, uma vez que essa posição tem influenciado historicamente a produção do conhecimento científico, ocultando as experiências do universo feminino. Colocam-se, assim, novos sentidos sobre o que se considera conhecimento e se problematiza a pura objetividade e universalidade do saber

⁶ A “questão” de gênero tem uma importante relevância para o feminismo, sendo este o meio concreto pelo qual, através das lutas sociais, busca “superar” tal questão. Desta maneira, faz-se necessário o aprofundamento nos estudos e pesquisas acerca do “gênero” e sua articulação com as relações sociais, sendo estas construídas dentro da lógica do modo de produção capitalista e do patriarcado.

⁷ Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um "todo" constituído por "partes" funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. [...] Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica - seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica (NETTO, 2011, p. 56).

científico, mostrando que esse saber é sempre situado, parcial e subjetivo, porque nele se inscreve a experiência do sujeito do conhecimento. (FURLIN, 2014, p. 125).

Considerando os apontamentos acima, os estudos de “gênero”, progressivamente, adquirem espaço em diversos cursos acadêmicos, bem como em pesquisas e núcleos de estudos. Traz uma nova maneira de produzir conhecimento e fomentar pesquisas, de maneira que se tenha a objetividade necessária para que a produção seja útil e verídica, mas, ao mesmo tempo, trazendo um pouco da subjetividade de quem o produz.

Neste sentido, a produção de conhecimento, numa perspectiva feminista, traz em sua essência uma análise e percepção das relações sociais e de gênero de maneira mais aprofundada e crítica, enfatizando a opressão/exploração da mulher na sociedade. Deste modo, também contribui para um processo de desconstrução de um conhecimento construído a partir de uma subjetividade masculina, interferindo de certo modo na maneira em como se dá o processo de construção do conhecimento, para quem e para quem são produzidos.

Os estudos de gênero e as indagações sobre as epistemologias feministas introduziram, ao lado dos outros estilos de fazer ciência social, um estilo que desse mais lugar à reflexão sobre a subjetividade do (a) autor (a) e da construção das subjetividades dos sujeitos sociais. Com certeza, sem deslocar o outro estilo mais objetivista, produziu-se outra forma de escrever ciência. (MACHADO, 1998, p. 116).

A questão de gênero perpassa todos os contextos sociais, se constitui, dentro de um mesmo gênero, de maneiras diversas (dentro do mesmo gênero há conceitos, relações de opressão/exploração diferenciadas). Ou seja, o termo gênero não está diretamente associado apenas à desigualdade entre homens e mulheres (Saffioti, 2011).

Desta maneira, há uma abrangência no que diz respeito aos campos de estudo, temáticas e direcionamento do “para quem” se produz. A mulher está inserida em diversos contextos e meio social. Isso faz com que exista um campo de análise diverso no sentido de produção, pois são vários os recortes que podem ser feitos para estudo e produção teórica, numa perspectiva de compreender, analisar e superar a opressão/ exploração da mulher na sociedade.

Furlin (2014) contribui com o debate trazendo que as contribuições teóricas feministas são perpassadas pela subjetividade e experiências de quem as produz.

Trazendo, assim, uma “epistemologia alternativa, que atribui novos sentidos para aquilo que se considera conhecimento, permitindo, com isso, a ressignificação da objetividade e de outras categorias centrais para a filosofia feminista e para as ciências sociais”. (FURLIN, 2014, p.122).

PATRIARCADO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O movimento feminista e suas produções contribuíram de forma essencial na compreensão de que a partir das diferenças entre os gêneros criadas se estabelecem socialmente condutas de comportamento para mulheres e homens. Nessa divisão de papéis, o patriarcado fornece aos homens um lugar privilegiado.

O patriarcado em sua “forma prévia à intensificação do processo de industrialização, teria sido caracterizado pela *exclusão* das mulheres e pelo controle direto de um homem sobre uma mulher, exercido da sua posição de marido ou pai” (BIROLI, 2018, p.31). Entretanto, “mudanças históricas diretamente relacionadas às formas assumidas pelo capitalismo em sua fase industrial teriam atuado para que essas relações se modificassem” (Id. Ibid).

É através do patriarcado que se reforçam as desigualdades sociais de gênero. Ele permeia o espaço privado e público - tem “influência” tanto na vida familiar quanto no Estado -, sendo assim o lugar que, seguindo esse mecanismo de dominação, é socialmente estabelecido às mulheres, é o de submissão.

Quando referimos que o patriarcado permeia o espaço privado é importante ressaltar que sua influência recai até mesmo sobre a vida e corpo dessas mulheres.

Internacionalmente, a luta do reconhecimento do direito de dispor do seu corpo é sustentada de maneira unânime pelos movimentos feministas dos anos 70. Quem possui o poder de controle sobre o corpo feminino: o Estado, as autoridades religiosas, as corporações médicas, o chefe da família (marido ou pai) ou as próprias interessadas? (DEL RE, 2009, p.21)

Fica claro então que “os corpos estão no centro das disputas, evidenciando o caráter político e social do que neles se passa, do que representam em uma economia simbólica e material mais ampla” (BIROLI, 2018, p.134).

Desta forma, patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. Esse sistema “compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (CASTRO; LAVINAS *apud* MORGANTE; NADER, 2014, p. 3).

Sendo assim, a sociedade por meio de seus mecanismos “delimita com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p.8).

Biroli aponta que “a configuração das fronteiras entre a esfera pública e esfera privada implica lugares distintos para mulheres e homens”, situando também que nem “todos os homens e todas as mulheres se posicionam de maneira idêntica [...]” (2018, p.11).

Cabe ressaltar que o lugar do homem, nesse contexto, é o social, enquanto o campo historicamente destinado às mulheres, em grande parte das sociedades que existiram até hoje, é o doméstico, isso se concretiza principalmente através da educação social que perpassa a construção de sociedades, estabelecendo espaços socialmente desvalorizados às mulheres.

Em nossa sociedade ocorre uma “destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado” (KERGOAT, 2009, p.67)

Uma vez que se diz que desde sempre o espaço doméstico pertence às mulheres, ou que devido à sua condição de poder gerar outra vida há em sua natureza uma facilidade para se ocupar desses espaços, o fato deixa de partir de um caráter sócio histórico, ocorrendo então, uma naturalização. Este passa a ser visto como algo que se deu de maneira natural. De acordo com Saffioti (1987, p.11):

Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sócio-cultural. Ao se afirmar que sempre em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, elimina-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os característicos “naturais” destas funções.

Criou-se, a partir das diferenças entre os gêneros, preconceitos, presentes até hoje, de que mulheres são inferiores aos homens baseando-se em argumentos sobre inferioridade de força física e inteligência feminina, mesmo esses se provando falhos uma vez que cientificamente e historicamente não se comprovam.

Partindo da ideia de Saffioti (1987, p.30), não é por acaso que tais preconceitos são nutridos, cotidianamente, pelos meios de comunicação em massa, cujo controle é detido pela classe dominante. Esses julgamentos se mostram mecanismos de extrema importância para a manutenção da ordem e do poder dos homens brancos/cis/héteros na sociedade.

Uma vez que se cria esse ideário de que a mulher é inferior ao homem e que o ambiente doméstico lhe pertence desde sempre, fica mais fácil estabelecer condições de trabalho desvantajosas a essas mulheres. Observando esse aspecto fica explicitamente claro, que as mulheres se inserem em sua grande maioria em profissões que socialmente são ligadas ao cuidado (seja do ambiente ou de pessoas), menos prestigiadas, em cargos considerados subalternos e sempre ganhando salários inferiores aos dos homens, ficando evidente que “a remuneração pelo trabalho define-se numa escala em que o que é historicamente associado ao feminino tem menor valor” (BIROLI, 2018, p.48).

Assim se estabelece então a divisão sexual do trabalho, acerca disso Devreux (2005, p. 7-8) diz que esta é uma divisão social, uma

organização social do compartilhamento do trabalho (e, portanto, também, do emprego) entre os dois grupos de sexo. Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva.

Com o desenvolvimento das produções acadêmicas feministas ocorre a reformulação do conceito divisão sexual do trabalho. Com o tempo essas pesquisas passaram a “analisar o trabalho doméstico como atividade com o mesmo peso do trabalho profissional”, permitindo assim “considerar simultaneamente a atividade realizada nas esferas doméstica e profissional, e raciocinar em termos de uma divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2009, p.69).

De acordo com Kergoat (2009, p.67), “essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)”.

Tomando o contexto brasileiro contemporâneo como referência, percebemos que ocorreu uma expansão da informalidade no mercado de trabalho nas últimas décadas, que resulta da necessidade de manutenção da sobrevivência, devido ao desemprego em massa, à ampliação da desigualdade, intensificação do neoliberalismo, entre outros fatores ligados ao processo de expansão do capital, o que torna clara a desigualdade nas condições de trabalho para as pessoas do gênero feminino e particularmente para as mulheres negras, que são as que mais sofrem com esse processo.

Nesse sentido, é importante salientar que as desigualdades no acesso ao trabalho remunerado estão presentes “tanto entre homens e mulheres, como também entre diferentes grupos de mulheres” (BIROLI, 2018, p.39). É necessário ter em mente então que a divisão sexual do trabalho não se dá de maneira homogênea e binária, pois está enredada em outras estruturas hierárquicas, construídas socialmente, como as relações de classe e raça/etnia.

Na dinâmica capitalista atual, ocorre um movimento em que concomitante à chegada de certas mulheres em posições de poder também observa-se o aumento da precarização do trabalho para outras mulheres, acentuando ainda mais os antagonismos entre as realidades e interesses das mesmas. Sendo assim é:

[...] na conjugação entre gênero, classe e raça que posições relativas se estabelecem. Na pirâmide de renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e à profissionalização, as mulheres brancas estão mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas de seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população. A divisão sexual do trabalho incide sobre mulheres e homens em conjunto com sua posição de classe e com o racismo estrutural. (BIROLI, 2018, p.22)

Desta forma, com base em todos esses aspectos ideológicos presentes na nossa sociedade, a mulher negra se mostra no interior da classe trabalhadora como uma das mais exploradas pelo empresariado capitalista. Desta forma:

[...] Pôde-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isso, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (SAFFIOTI, 1987, p. 50)

No Brasil isso fica evidente, assim o patriarcado não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira, há de se levar em conta que principalmente no nosso país existe um outro fator de grande importância, sua base escravocrata propagadora do racismo.

A partir de Saffioti (1987) observa-se que não foi o capitalismo que “inventou” o patriarcado e o racismo, entretanto, com a emergência do capitalismo, ocorre uma fusão entre esses três sistemas de dominação-exploração que passam a ser inseparáveis tornando-se um só nó.

A mulher negra nessa dinâmica ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: “o de empregada doméstica e o de objeto sexual”. (SAFFIOTI, 1987, p.52)

Levando em conta os preconceitos e ideais que socialmente são propagados fica evidente sua função interessa aos capitalistas, uma vez que como Saffioti (1987) aponta

são pagos salários irrisórios às pessoas negras, às mulheres e piores ainda caso seja mulher negra.

Para estes donos do mercado é fácil pagar salários menores a um homem negro e mulheres, entretanto para as mulheres negras é pago um valor ínfimo em relação ao seu trabalho, acabando por fazer com que esta mulher passe “de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável.” (SAFFIOTI, 1987, p. 55)

Além de ser reservado cargos desvalorizados socialmente às mulheres negras, elas são, com grande reforço dos canais midiáticos, cabe ressaltar, extremamente sensualizadas e sexualizadas.

O homem branco construiu o mito da negra ou mulata sensual. Embora nenhuma pesquisa haja demonstrado que a negra ou a mulata seja mais sensual do que a branca, é assim que a mulher de sangue negro é socialmente considerada. (SAFFIOTI, 1987, p.53)

Conforme demonstrado, a situação da mulher negra difere do restante das mulheres, sendo necessário entender as particularidades que englobam o seu cotidiano dentro da sociedade capitalista. Neste sentido, a questão racial e de classe deve ocupar centralidade nas lutas feministas. Como colocado por Saffioti (1987, p. 108) “a questão da mulher negra deve ser central em todas as lutas feministas que realmente visem a destruição do patriarcado-racismo capitalismo”.

Levando em conta esse contexto histórico e ideológico presente na sociedade capitalista, chegamos ao ponto de compreensão de que todo esse aparato permeado por preconceitos machistas estão profundamente inseridos na mentalidade tanto dos homens quanto das mulheres. Isso acaba naturalizando determinadas desigualdades, contribuindo na preservação de injustiças sociais e reforçando a manutenção do poder nas mãos de homens brancos e adultos.

Como já pontuado anteriormente há uma fusão entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo, sendo assim como apontado por bell hooks (2015, p.195-196) “apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma

compreensão profunda das relações de classe. A luta de classes está indissolivelmente ligada à luta para acabar com o racismo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar a importância dos estudos de gênero na história, sua importância para a discussão da construção do ser mulher e do lugar estabelecido a estas dentro da dinâmica capitalista. A partir das considerações feitas ao longo do trabalho, entendemos haver inúmeras categorias de estudos sobre gênero, uma vez que o avanço no campo da produção de conhecimento está intimamente ligado ao progresso em que o feminismo enquanto movimento social se direciona, bem como às especificidades de cada contexto social e momento histórico.

Segundo Machado (2019), um novo estilo foi criado e legitimado a partir dessa crítica cultural. O feminismo, com certeza, é uma das vozes que faz parte desse novo estilo. Daí a importância de ressaltar a extrema importância e relevância dos avanços do feminismo na produção de conhecimento, trazendo consigo novas e mais críticas maneiras de compreender as relações sociais e o espaço da mulher na sociedade, bem como o próprio conceito do termo “gênero”, contribuindo para a formulação de políticas públicas melhor elaboradas e a desconstrução social e cultural de opressão/exploração da mulher.

Ressalta-se aqui que na nossa sociedade, para além do debate da opressão/exploração de gênero devemos ter em mente “sua articulação com outras categorias de análise, as categorias classe e raça. Concordamos que a articulação entre classe, raça e gênero é importante para a compreensão da situação das mulheres em nossa sociedade” (Guimarães, 2005, p.90)

Faz necessário reafirmarmos que, mesmo havendo avanços consideráveis, a desigualdade de gênero/raça/classe não será superada no âmbito do modo de produção capitalista. Temos em mente que as relações sociais são construídas dentro da lógica do modo de produção capitalista e patriarcal, portanto, para que haja um rompimento em como se dão tais relações, e assim, construir uma nova dinâmica social, é preciso que se tenha um novo modelo social para direcionar tal processo.

Apenas com o fim da sociedade capitalista é que se poderá criar uma nova sociedade livre das estruturas desiguais e de toda forma de opressão e exploração humana.

REFERÊNCIAS

- bell hooks. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, no. 16. Brasília, janeiro - abril de 2015, (pp. 193-210).
- BIROLI F. **Gênero e desigualdades, limites da democracia no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CISNE, M.; SANTOS, S. M.M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- DEL RE A. Aborto e contracepção. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP, 2009.
- DEVREUX A. M. **A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3 (p. 541-560), set./dez. 2005.
- FURLIN, N. **A categoria de gênero e o seu estatuto na produção do conhecimento: algumas considerações teóricas**. In: Periódicos UFSM, v. 27 n 2, 2014.
- KERGOAT D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP, 2009.
- MACHADO, L. Z. **Gênero, um novo paradigma?** In: Cadernos Pagu (11) 1998. (p.107-125).
- MORGANTE M. M.; NADER M. B. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anphu-Rio: saberes e práticas científicas. 2014.
- NETTO, J P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. **Feminismo, História e Pode**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15- 23, jun. 2010.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- _____. **O poder do macho**. 11ª impressão, São Paulo: Moderna, 1987, (Coleção polêmica).
- _____. São Paulo: Moderna, 2001.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade: jul/dez, 1995.

QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E VIOLÊNCIAS

Ana Livia Ferreira Queiroz¹

Gabriela Pinheiro de Mesquita²

Maria Fernanda Soares Andrade³

Resumo: O presente trabalho busca apreender as bases da violência étnico-racial no Brasil à luz da “Questão Social” significada por Yamamoto (2001), e perceber como ela implica condições, na contemporaneidade, há uma grande parcela da sociedade que foi, historicamente, alvo de injustiças, impunidades e desmoralização do seu ser advinda da criminalização da cor da sua pele; estamos falando de racismo. Para além, busca-se explicitar a relação controversa entre liberdade e realidade que foi imposta aos escravizados. Está é uma pesquisa de viés qualitativo, sob uso de revisão bibliográfica e pesquisa documental para obtenção de dados secundários, tendo em vista o materialismo histórico dialético que propõe a análise das conjunturas sócio-históricas para compreender o presente.

Palavras-chave: Questão Étnico-Racial; Racismo; Questão Social

Abstract: This study aims to grasp the foundations of ethnic-racial violence in Brazil in light of the concept of “Social Question” as defined by Yamamoto (2001). It seeks to understand how this violence affects contemporary conditions. Historically, a significant portion of society has been subjected to injustices, impunity, and the undermining of their identity due to the criminalization of skin color; we are referring to racism. Additionally, the research aims to elucidate the complex relationship between freedom and reality imposed upon former slaves. This qualitative study utilizes literature review and documentary research to gather secondary data, guided by dialectical historical materialism, in order to comprehend the present social historical context

Keywords: Ethnic-racial question; Racism; Social question

¹ Ana Livia Ferreira Queiroz acadêmica do terceiro período do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Estagiária do departamento da Diretoria de Documentação e Informações na mesma Universidade.

² Gabriela Pinheiro de Mesquita acadêmica do terceiro período do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

³ Maria Fernanda Soares Andrade acadêmica do terceiro período do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

INTRODUÇÃO

Falar de questão étnico-racial no Brasil significa remontar aos primórdios da emergente colônia, palco de demasiadas contradições entre aqueles que chegaram e trouxeram consigo a sua língua, cultura, costumes, religião e aqueles que foram trazidos, expropriados de seu próprio país em face da acumulação capitalista.

Sabe-se que a desigualdade social engendrada nos fundamentos basilares do Brasil tem nome, cor, gênero e raça. A invisibilidade do povo negro não é novidade na cena contemporânea, trata-se de uma construção histórica, social e racial que impossibilitou a emancipação dessas pessoas, tendo em vista que com a Abolição (1888), conforme afirma Gonçalves (2018), a violência legalizada deixou de existir, mas permanece o abismo entre estar “liberto” e ser integrado a uma sociedade assentada na supremacia branca.

Com todo esse caldo cultural e ideológico disseminado no Brasil, o racismo ganha cada vez mais força como forma de violência que fere, principalmente, a dignidade dessas pessoas. Mesmo com todos os avanços em relação a questão, como a criminalização do ato, e sendo o Brasil um país majoritariamente negro, também é majoritariamente racista. Sendo assim, buscase fazer um link com a “questão social”, significada por Yamamoto em 2001.

Ademais, o trabalho será dividido em três seções que buscam explicitar e dar notoriedade a fatos históricos que corroboraram para que fosse legitimada, ainda hoje, as discrepâncias sociais. Na primeira seção falaremos do que chamamos de “questão social”, na segunda se busca exemplificar a diferença entre liberdade e realidade, e, por fim, a terceira diz respeito a questão racial como refração da “questão social”.

FUNDAMENTOS DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

Falar de étnico-racialidade no Brasil, é pensar no processo expropriador de pessoas que foram transformadas em mercadoria em face da acumulação capitalista. No contexto histórico, a questão étnico-racial remonta ao período da colonização, quando os

colonizadores europeus impuseram sua cultura, língua e valores aos povos indígenas e, posteriormente, aos africanos, por meio da escravidão e da dominação territorial.

A escravidão foi implantada em meados do século XVII e se intensificou nos anos de 1700-1822. Quando se inicia esse processo no Brasil, o negro é trazido da sua terra natal em situação de subalternidade nos navios negreiros, sem as mínimas condições de subsistência para o ser humano. Eles foram submetidos a fome, a superlotação corroborava para disseminação de todo tipo de doenças, sofriam extenuantes torturas e houve a separação de suas famílias, uma prática que tinha como objetivo enfraquecer os laços e a possibilidade de insurreição, além de proibir qualquer manifestação da sua cultura.

Ao chegar à colônia, os negros foram vendidos aqueles que passariam a ser os donos de suas vidas, ou seja, os seus senhores. Nos engenhos de açúcar, nas plantações e até mesmo nas áreas urbanas, os escravizados eram explorados através de jornadas de trabalho exaustivas, humilhados de sol a sol sem qualquer possibilidade de remuneração, sofrendo ainda atentados a sua dignidade. Eles eram submetidos a castigos físicos como açoitamos, mutilações e torturas, como forma de punição para manutenção da disciplina requerida pelo seu senhor. Para além, violências psicológicas faziam parte do seu cotidiano, com a negação de sua cultura, idioma e costumes, sendo-lhes imposta uma nova identidade. O processo de aculturação forçada, tinha como objetivo torná-los dóceis e submissos, visando eliminar qualquer possibilidade de organização e resistência coletiva.

Como afirma, enfaticamente, Kopytoff (1982), o escravizado é colocado, por quem o escraviza, como um ser diferente, não humano, dentro da sociedade, e a partir desse novo status, como ele denomina, todas as ações feitas contra ele são justificáveis.

[...] a escravidão não deve ser definida como um status, mas sim como um processo de transformação de status que pode prolongar-se uma vida inteira e inclusive estender-se para as gerações seguintes. O escravo começa como um estrangeiro social e passa por um processo para se tornar um membro. Um indivíduo, despido de sua identidade social prévia, é colocado à margem de um novo grupo social que lhe dá uma nova identidade social (Kopytoff, 1982, p. 221-222).

Dentro desse sequestro de sua identidade social, muitos deixaram se enxergar como humanos, as condições as quais eram expostos, até mesmo a forma como eram olhados por quem se sentia superior, tudo para que de alguma forma eles não se enxergassem mais seres merecedores de direitos.

Para a mulher, estar em situação de escrava era ainda pior. Significava total submissão ao seu senhor e disposição para atender aos seus desejos carnis sempre que requisitada. A violência sexual a qual eram submetidas, além de desmoralizar a sua pessoa, causavam inimizades com as esposas do seu senhor, que não mediam esforços para dificultar a vida de quem já não possuía nenhum resquício de dignidade.

Considerada a primeira romancista negra no Brasil, Maria Firmina dos Reis, publicou em 1859, o que também seria o primeiro romance abolicionista do Brasil, o livro *Úrsula*, que constrói uma narrativa ultrarromântica para falar das mazelas decorrentes da escravidão enfrentada por ela. É de extrema importância que passamos a dar voz para aqueles que viveram na pele as violências desse período, e desta forma, consigamos minimamente, compreender pelo o que passaram milhares de vidas na história do nosso país.

Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!" (REIS, 1975, P.117)

Com esse relato é compreensível o tamanho da dor causada para tantas pessoas, o que tem de se destacar é que mesmo com o fim desse período não houve uma tentativa de reparação, o Estado se colocou ao lado do poder novamente, e um povo violentado de tantas maneiras, simplesmente se tornou invisível quando deixou de lhes servir sem restrições, tentaram de todas as formas torná-los dependentes das suas migalhas, não mediram esforços para que eles não conseguissem se enxergar fora daquela realidade. Talvez só não contassem com esse povo se erguendo mais uma vez e resistindo, mesmo quando foram descartados pela sociedade, não foram capazes de deixar de lutar pela sua plena e completa liberdade

Dentro desse processo social mencionado, se torna indispensável pensar sobre o apoio da Igreja Católica e como ele assistiu e deu subsídio as práticas desumanas que eram pensadas para os escravos, visando a libertação de seus maus instintos e purificação da sua alma (Moraes, 2018, n.p). Essa instituição serviu por muito tempo como legitimadora das práticas realizadas pela classe dominante, afinal como poderiam estar errados se obtinham apoio de quem mais entendia da bondade e da verdade divina.

LIBERDADE X REALIDADE

A abolição da escravidão se dá em 1888 com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Izabel. Todavia, sabe-se que para além da assinatura, vidas negras contribuíram para promulgação da Lei, como os movimentos e quilombos que foram formados com o objetivo de resistir as condições impostas pela estrutura social então vigente. Além das revoltas que aconteceram no curso da história, como a dos Mâles (1835), foram muitos os movimentos realizados por aqueles que mantiveram, mesmo com tudo acontecendo contra eles, a esperança de um futuro em que alcançariam o direito a existirem.

Nas palavras de Gonçalves (2018), “[...] percebemos que as correntes formais deixaram de existir, mas o salto para que os(a) trabalhadores negros(a) fossem reconhecidos como parte constitutiva da insipiente nação brasileira tonou-se um longo e intolerável cortejo.” Sendo assim, a população negra se viu totalmente desassistida de direitos, tendo em vista que a Lei versava sobre a sua “libertação”, mas não sobre a criação de Políticas Públicas que proporcionassem condições de existência.

É importante ressaltar que a burguesia trabalhava, sempre, para deterioração da imagem, dos agora, por Lei, considerados ex-escravos. Tendo isso em vista, emerge na sociedade brasileira a valorização da superioridade de uma raça, que não podia ser outra a não ser a branca. Sendo assim, o discurso veiculado na época, dizia que não eram qualificados o suficiente para ajudar a erguer o que esperavam ser um grande país em emergência. É justamente nesse contexto que as teorias raciais ganham força e passam a ser considerados como ciência para o século XIX (Gonçalves, 2018, p. 516). Prova disso, foi

a política implementada pelo Estado brasileiro, propondo a vinda de estrangeiros para o país, pressupondo o branqueamento da nação.

Nesse sentido, Gonçalves (2018) afirma que

O Estado brasileiro, alicerçado pelo ideário da superioridade branca, cuidou de organizar e legitimar o tratamento vil que seria destinado a ex-cativos(as). O Código Penal de 1890 tornou-se um importante instrumento jurídico que transformou em práticas criminais as manifestações da cultura negra (a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo, etc.) e passou a regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo aquele que resultava da recusa em contratar força de trabalho por causa de seu defeito de cor. Leis, Atos, Decretos, etc. que se seguiram evidenciam a preocupação da administração pública com esta gente, julgada preguiçosa, que perambulava pelas ruas (Gonçalves, 2018, p. 518).

É com esse movimento que a população escravizada é deixada, cada vez mais, as margens das Políticas Públicas que propunham um ordenamento moral dos ditos “maus instintos”, muitas vezes indicando para psicologização⁴ do indivíduo e moralização do ser.

“QUESTÃO SOCIAL” E QUESTÃO RACIAL

Tornar explícito a relação entre “Questão Social” e questão racial, visando proporcionar uma apreensão acerca da realidade exploratória que o sistema capitalista impõe as classes subalternas, percebendo que, os ex-escravos eram ainda mais subalternizados. Ademais, é interessante trazer elementos estruturais que, na atualidade, fazem com o negro permaneça em situação de subalternidade e vivência de maneira demasiada as refrações da “Questão Social”. Cabe também avaliar se a situação é fruto de uma construção histórica de desdobramentos de processos ou faz parte do interesse da classe hegemônica.

Até aqui falamos sobre as implicações da escravidão para aqueles que foram escravizados, e como se deu o processo de “libertação”. A partir de agora, trataremos

⁴ Procurar em Netto – Capitalismo Monopolista e Serviço Social
Revista Serviço Social em Perspectiva
Montes Claros (MG) | Vol. 8, Num. Especial I 2024 | ISSN: 2527-1849

desse fatídico fato histórico como uma implicação da “questão social”, significada por Iamamoto (2001) como,

[...] diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (Iamamoto, 2001, p. 16-17).

Por conseguinte, entende-se como “questão social” todas as desigualdades advindas do modo de produção capitalista (MPC), que busca expropriar do trabalhador e se apropriar do excedente produzido por ele, sem que haja nenhum repasse. Portanto, é válido e necessário discutir escravidão enquanto uma refração da “questão social”, em uma sociedade que possui bases fundamentais fincadas na exploração de uma classe em detrimento da outra.

Segundo o Artigo primeiro da Lei 12.288 de 20 de julho de 2010 inciso II a “desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;”. Diante do exposto, entende-se que a desigualdade racial é um impeditivo para emancipação do povo negro, advindo de uma conjuntura social e histórica que impõe condições específicas a uma população considerada “de cor”.

Em pleno século XXI, com o avanço das tecnologias e mentalidades revolucionárias em relação a sociedade, será possível ainda permearem preconceitos e intolerâncias capazes de atentar contra a existência do povo negro? De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022, mais da metade da população brasileira é negra, com 47% dos brasileiros se considerando pardos, 43% brancos e 9,1% pretos, e, em menor medida, 1% se considera amarelo ou indígena. Ou seja, é um número bastante expressivo que acopla uma população totalmente empobrecida e invisibilizada.

Sabendo disso, a taxa de homicídios por 100 mil jovens para a população branca é um total de 34,0; sendo 63,5 homens e 5,2 mulheres. Já para a população preta ou parda o total é de 98,5; sendo 185,0 homens e 10,1 mulheres.⁵ Levando em consideração as dicotomias existentes entre pessoas brancas e pretas e os seus privilégios dispostos na sociedade pela cor da sua pele, existem 15,4% pessoas brancas na sociedade com renda inferior a US\$5,50/dia, contra 32,9% de pessoas pretas ou pardas. Para além 3,6% de pessoas brancas tem rendimento inferior a US\$1,90/dia, contra 8,8% de pessoas pretas ou pardas.⁶

Os dados explicitam a realidade de quem sente na pele o peso de mais de trezentos anos de uma escravidão que perdura até os dias atuais, com uma nova roupagem, ou melhor, através de uma nova estratégia da classe hegemônica. Desigualdade social não se trata somente das disparidades existentes entre as pessoas. Ela traduz a historicidade do Brasil imbuída de aspectos raciais, com enfoque para o racismo. Não se é pobre porque quer. Não se mora na periferia porque deseja. Não se tem acesso a educação de qualidade porque se é preguiçoso. Isso, são as refrações da escravidão no Brasil que declamam, na atualidade, a invisibilidade dessa população, que é mantida nessa situação pelo Estado por conveniência ao empresariado, tendo em vista que o mesmo, “atua como comitê executivo da burguesia” (Netto, 1996, p. 22).

Com a história apresentada até aqui, fica evidente que temos um problema a ser enfrentado, e combatido, mas em contrapartida, os autores que deveriam ser responsáveis pela mudança não parecem estar dispostos a realizar coisa alguma. As violências e desigualdades, historicamente enfrentadas pelo povo preto, é um tema social e político, que afeta de forma desproporcional moradores dessas localidades, que se veem desamparados por uma instituição que os enxergam como seres inferiores. Portanto, é percebido na contemporaneidade que as desigualdades sociais estão engendradas nas bases da sociedade brasileira. Sendo assim, o racismo estrutural se constitui um importante

⁵ A pesquisa foi realizada entre pessoas de 15 a 20 anos de idade em 2017.

⁶ A pesquisa analisa pessoas abaixo da linha da pobreza.

empecilho para que, até os dias atuais, a população negra seja valorizada e entendida a partir das suas especificidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fato é que a população negra sempre teve, e tem, na sociedade brasileira um local de subalternidade. Desde de os primórdios da constituição do país que viria a se chamar Brasil, houveram ataques a essa população que foi trazida, ou seja, expropriada do seu local de nascimento.

Com a abolição, a prática escravista foi proibida por Lei e teve seu fim com promulgação desta. Entretanto, as implicações que ela produziu para a coletividade perduraram, e perduram, até a atualidade com o racismo estrutural tão fomentado no ideário dos cidadãos brasileiros.

Portanto, a questão racial no Brasil se constitui como um importante componente da “questão social” que encontra significação na contradição entre capital e trabalho com a apropriação do excedente produzido pelo trabalhador. A objetificação do indivíduo enquanto mercadoria também compõe as variadas facetas da “questão social”. E é justamente isso que foi feito com essa população.

De acordo com o apresentado pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), o racismo pode se manifestar de várias maneiras, incluindo atitudes em relações individuais, bem como em relações estruturais e institucionalizadas. Ele pode ser expresso através de ações concretas de discriminação racial ou através de omissão diante de injustiças decorrentes da condição étnico-racial. “A discriminação racial viola direitos, produzindo e ampliando a desigualdade. Retira das pessoas dignidade, alija do acesso a bens e serviços, expõe a situações vexatórias, humilha, invisibiliza, causa isolamento social. Trata-se de uma situação concreta ou de ameaça aos direitos e à dignidade humana.”

Em conclusão, é indiscutível que o racismo persiste como um grave problema social no Brasil. Apesar dos avanços conquistados ao longo dos anos, a discriminação racial

ainda se faz presente em diversos âmbitos da sociedade, afetando negativamente a vida de milhões de brasileiros. É fundamental compreender que o racismo no Brasil não se resume apenas a atitudes individuais de preconceito, mas também está enraizado em estruturas históricas e sociais profundas. A escravidão e o longo período de colonialismo deixaram um legado de desigualdade que se reflete na atualidade, perpetuando estereótipos, violências e exclusões.

A multiplicidade de culturas e etnias que compõem o Brasil é um dos nossos principais tesouros e deve ser respeitada e valorizada. Para combater efetivamente o racismo, é necessário promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, não apenas em discursos, mas por meio de políticas públicas concretas e ações afirmativas. A educação desempenha um papel crucial na desconstrução dos preconceitos raciais, ao possibilitar a reflexão crítica e a construção de uma consciência antirracista. É fundamental inserir o debate sobre raça e enfrentamento do racismo nos currículos escolares, garantindo uma educação inclusiva, plural e emancipadora.

Além disso, é necessário que a sociedade como um todo assuma a responsabilidade de combater o racismo estrutural. É preciso despertar a empatia e a solidariedade, superando estereótipos e valorizando a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua cor de pele. Combater o racismo implica na desconstrução de privilégios, na ampliação do acesso aos direitos e na promoção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária para todos. Somente assim poderemos construir um Brasil onde a diversidade seja não apenas tolerada, mas celebrada e respeitada.

Por fim, vincular a emergência da “questão social” no Brasil com a violência étnico-racial intrínseca as relações sociais produzidas e reproduzidas na sociabilidade capitalista, não representa um ato falho, mas sim um amadurecimento relativo em relação ao tema que proporciona uma melhor apreensão e problematização das situações hoje experienciadas pelas pessoas negras, através do prisma da desigualdade racial brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NETTO. J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Cortez: 2ª edição. 1996.

IAMAMOTO. V. M. **A Questão Social no Capitalismo**. In: Temporalis. 2001, p. 09-32.

PLANALTO. Lei 12.288. **Presidência da República**, Brasília, DF, 20 de julho de 2010. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/l12288.htm#art65. Acessado em: 16/11/2023.

GONÇALVES. R. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. In: Katálysis, volume 21, nº 3, p. 514-522.

MORAES. G. **A Formação em Serviço Social e a Questão Étnico-Racial: Primeiras Impressões sobre a Formação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, X., Uberlândia, 2018. Anais, n.p. Disponível: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1530830043_ARQUIVO_Artigorelacoesraciaiservicesocial_GiselleMoraes_COPENE_vT.pdf. Acessado em: 01/11/2023.

BRUM. G. **Censo 2022: Entenda como declarar sua raça**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-09/censo-2022-entenda-como-declarar-sua-raca>. Acesso em: 10/11/2022.

BARRETO. J. A. C.; MOREIRA. W. F. T. **Serviço Social e questão étnico-racial no Brasil**. Núcleo de Estudos e Pesquisa Espaço e Raça, Universidade Federal Fluminense (UFF). Disponível: https://www.uff.br/sites/default/files/informes/servico_social_e_questao_etnic_o-racial_no_brasil_1.pdf. Acessado em: 12/11/2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: Racismo**; Caderno 3; Brasília – DF, 2016.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. **PROLÓGO DE HORÁCIO DE ALMEIDA**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1975. p. 117.

ANALISANDO A INTERSEÇÃO ENTRE GÊNERO E RAÇA NA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UM ESTUDO COM BASE NO ATLAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL DE 2021

Maíra Macedo Rodrigues¹

Virgínia Alves Carrara²

Resumo: A violência contra a mulher, examinada sob as lentes da interseccionalidade de gênero e raça, revela uma realidade complexa e profundamente enraizada. A herança da escravidão no Brasil contribuiu para a perpetuação de desigualdades estruturais que afetam especialmente as mulheres negras. Recorremos aos dados do Atlas da Violência no Brasil de 2021 e autoras, como Lélia Gonzalez, Angela Davis, Sueli Carneiro, Heleieth Saffioti e Renata Costa, para exemplificar a preocupante situação da violência contra a mulher no país e trazer contribuições significativas ao debate sobre a interseccionalidade gênero e raça. Compreender a violência feminina requer análise interseccional, reconhecendo as múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres. O diálogo dessas autoras e dados atuais enfatiza a necessidade de esforços contínuos para erradicar a violência, promover a igualdade e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Violência, Gênero e Raça

Abstract: Violence against women, examined through the lens of gender and race intersectionality, reveals a deeply entrenched and complex reality. The legacy of slavery in Brazil has perpetuated structural inequalities that disproportionately affect Black women. We draw on data from the 2021 Atlas of Violence in Brazil and insights from authors such as Lélia Gonzalez, Angela Davis, Sueli Carneiro, Heleieth Saffioti, and Renata Costa to illustrate the concerning situation of violence against women in the country and contribute significantly to the discourse on gender and race intersectionality. Understanding female violence necessitates an intersectional analysis, acknowledging the multiple oppressions faced by women. The dialogue of these authors and current data underscores the need for ongoing efforts to eradicate violence, promote equality, and build a fairer and more inclusive society.

Keywords: Violence, Gender, and Race

¹ Educadora Infantil. Graduação em Educação Infantil pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestranda no Programa de Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. 0009-0003-1252-2885. maira.rodriques@ufv.br.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora Associada IV do Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Docente do PPGED da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Membro da Comissão Coordenação da Rede Iberoamericana de Investigação em Serviço Social. vcarrara@ufop.edu.br.

INTRODUÇÃO

Desde o início, a sociedade tem sido permeada pela violência, conforme destacado por Marx ao apontar que o capitalismo teve sua fundação enraizada em bases violentas, através de processos muitas vezes coercivos, nos quais grupos detentores de poder impuseram sua vontade sobre outros. Cavalli (2009) explica que embora Marx em seus estudos sobre o capitalismo, não abordou a violência como o eixo central deixa claro como aparece nas relações de classe, através da exploração no processo produtivo que se manifesta de múltiplas formas na sociedade contemporânea, resultando no desemprego, fome, miséria, dentre outras manifestações. De maneira análoga, a formação do Brasil foi moldada pela violência da colonização, deixando um legado na formação social, econômica e cultural no país.

Portanto, ao refletir sobre a origem da sociedade e a configuração específica do Brasil, é importante considerar a presença intrínseca da violência como um elemento moldador dessas realidades. Compreender essa dinâmica violenta ao longo da história é crucial para abordar as questões contemporâneas e buscar caminhos mais justos e equitativos para a sociedade.

A colonização das Américas foi terreno fértil para o processo de demonstração violenta do poder e da dominação por intermédio da tortura. O aprisionamento e a crueldade administrada aos nativos dos territórios colonizados e posteriormente aos imigrantes e pessoas sequestradas para o processo de escravidão era brutal. Suas peles carregavam as marcas que identificavam seu caráter de propriedade no processo de comercialização, mas também exprimiam as marcas dos castigos aplicados. A população indígena carregava o estereótipo de insubordinação aos colonizadores e, por isso, eram punidos com muita severidade, inclusive tendo membros do corpo amputados. Essa realidade demonstra explicitamente a relação profunda da tortura com o poder, na relação entre dominação e assujeitamento. (Fernandes, 2022, p. 2)

A violência de gênero é uma manifestação específica de uma aparência mais ampla de desigualdade e opressão. No contexto histórico brasileiro, essa forma de violência tem raízes profundas, muitas das quais remontam aos períodos colonial e escravocrata. Durante a colonização, as mulheres indígenas foram frequentemente

vítimas de violência perpetrada pelos colonizadores, refletindo não apenas a dominação étnica, mas também a opressão de gênero.

A escravidão trouxe consigo formas brutais de violência de gênero, pois as mulheres escravizadas eram submetidas a condições extremamente precárias e frequentemente eram alvo de abusos físicos e sexuais por parte de seus senhores. Esses padrões de violência de gênero continuaram a persistir após a abolição da escravatura, contribuindo para a construção de uma estrutura social que perpetuava a desigualdade entre os gêneros.

Ao longo da história brasileira, as mulheres enfrentam diversos obstáculos na luta pela igualdade de direitos e pelo fim da violência de gênero. Mesmo com avanços legais e sociais ao longo do tempo, a violência persiste de diferentes formas, seja na esfera doméstica, nas ruas ou no ambiente de trabalho. A cultura patriarcal, combinada com outras formas de opressão, cria um terreno propício à perpetuação da violência contra as mulheres.

Portanto, ao abordar a violência de gênero no contexto brasileiro, é essencial considerar não apenas as dinâmicas contemporâneas, mas também entender como essas questões estão enraizadas em estruturas históricas mais amplas. A luta contra a violência de gênero deve ser contextualizada dentro de um esforço mais amplo para desmantelar sistemas de opressão e construir uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

Para traçar um panorama da violência no Brasil, este estudo se baseia no Atlas da Violência 2021. O documento referido se trata de um relatório atualizando os dados de violência no Brasil a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

O documento analisado apresenta informações sobre violência que resulta em morte, no caso das mulheres, o feminicídio, não dando ênfase aos diferentes tipos de violência sofridos pelas mulheres. No entanto, o objetivo aqui é discutir as interseções de gênero e raça/cor nas diferentes formas de violência, para isso, usaremos os dados para

falar sobre como mulheres de diferentes negras e não negras são afetadas pela violência no Brasil, além de discutiremos os vários tipos de violência que as afetam, para entender melhor como isso acontece no país.

DESENVOLVIMENTO

PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO BRASIL: A INTERSEÇÃO ENTRE GÊNERO E RAÇA

O Atlas da violência 2021 apontou que em 2019 foram registrados no Brasil 45.503 homicídios, sinalizando uma queda em relação a anos anteriores, porém o documento sugere que tal queda deva ser vista não como uma redução no número de homicídios e sim uma diminuição no registro dos casos, pela deterioração dos mesmos.

Tal informação representa que embora tenha havido uma diminuição nos casos de homicídios contra mulheres, há um aumento notável nos registros de Mortes Violentas por Causa Indeterminada. Isso suscita inquietações sobre a qualidade dos dados e, possivelmente, uma deterioração na situação geral da segurança pública.

Esse aumento nas Mortes Violentas por Causa Indeterminada pode indicar um sub-registro ou uma classificação inadequada de casos que envolvem violência letal. Pode ser que casos de homicídios de mulheres estejam sendo categorizados de maneira equivocada ou que outros tipos de mortes violentas, que não eram devidamente investigadas no passado, agora estejam sendo classificadas como "Causa Indeterminada".

Essa deterioração nos dados é preocupante porque dificulta a análise precisa da situação da segurança pública, tornando desafiador avaliar o impacto real das políticas e a eficácia das medidas de prevenção de homicídios contra mulheres. Além disso, levanta questões sobre a necessidade de aprimorar os procedimentos de coleta e classificação de dados relacionados à violência e ao crime, a fim de obter uma compreensão mais precisa e abrangente da situação.

No que se refere especificamente a situação das mulheres, o Atlas aponta que no ano de 2019, o Brasil registrou 3.737 casos de homicídios envolvendo mulheres,

equivalendo a uma taxa de 3,5 vítimas para cada 100 mil habitantes do sexo feminino no Brasil e representando uma significativa redução em comparação aos 4.519 homicídios femininos contabilizados em 2018. Esse dado engloba o total de mulheres vítimas de homicídios no país em 2019, abrangendo situações em que as mulheres foram assassinadas devido à violência doméstica ou familiar, bem como em casos nos quais houve discriminação ou menosprezo em razão de seu gênero, de acordo com a definição de Cerqueira (2021) apud Chakian (2019). Além disso, também abarca casos relacionados à violência urbana, como roubos seguidos de morte e outros tipos de conflitos.

O conceito de violência, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), “abrange o uso de força física ou poder, em ameaça ou prática, que pode resultar em diversos impactos negativos, como sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (Krug, 2002). O relatório ainda ressalta outra característica da violência que podem se manifestar de maneiras diversas e em contextos distintos.

O documento não chama atenção para o agressor nos casos de violência contra a mulher. Entretanto, no âmbito da violência de gênero, é implicitamente sugerido que o agressor seja o homem, conforme sublinhado por Saffioti (p. 47, 2004) “o conceito de violência gênero engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto.”

Cabe destacar também o uso das expressões “uso de força” e “poder” na definição de violência, que sugerem algumas interpretações assim como Saffioti (2004, p. 33) bem o fez ao dizer “o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual”. Dessa maneira, é possível perceber uma conexão com a discussão sobre poder e privilégio. Essa afirmação sugere que, na maioria dos casos, o poder é exercido por aqueles que possuem características específicas, como masculinidade, brancura e heterossexualidade. Isso levanta questões importantes sobre desigualdades estruturais e sistemas de opressão presentes em diversas sociedades, principalmente ao tratar sobre o fenômeno da violência contra a mulher. Neste caso, a probabilidade da manifestação da violência do homem contra a mulher é muito maior do que o contrário.

Cabe pontuar que a violência em qualquer direção é inaceitável, mas a atenção específica dada à violência do homem contra a mulher reflete a necessidade de abordar e combater as desigualdades de gênero enraizadas na sociedade, além de que historicamente, as mulheres foram controladas e tiveram seus direitos retirados em muitas sociedades, criando uma situação de domínio histórico. Isso mostra que ainda existem diferenças importantes entre homens e mulheres no poder. A violência dos homens contra as mulheres é um exemplo grave dessa desigualdade, que está profundamente enraizado em maneiras de pensar antigas na sociedade.

Para elucidar essa idéia, Costa (2019) apud Federici (2017), cita a caça às bruxas, na qual criava uma imagem negativa e demonizada das mulheres com o objetivo de expropriar, os corpos, dos costumes, o conhecimento e controlar a sexualidade e a reprodução das mulheres.

A caça às bruxas foi, portanto, uma guerra contra as mulheres, foi uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de destruir seu poder social. Ao mesmo tempo, foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras onde se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade (FEDERICI, 2017, p.333-334)

Outro dado relevante a ser destacado é que houve um aumento significativo de 10,6% nos homicídios de mulheres no ambiente residencial, enquanto, no mesmo período de 2009 a 2019, ocorreu uma redução de 20,6% nos assassinatos fora das residências. Essa tendência sugere um possível aumento da violência doméstica. O Atlas da Violência 2021, também destacou uma distinção marcante nos instrumentos utilizados nos homicídios de mulheres que ocorrem dentro e fora das residências. As armas de fogo se destacam como o principal meio em homicídios de mulheres ocorridos fora de suas casas, enquanto as armas brancas e outros tipos de armas são mais frequentemente empregados em crimes relacionados à violência familiar e doméstica.

Engel (2020) destaca que discriminações, violências físicas, psicológicas, econômicas e sexuais estão entre os tipos de violência que mais acometem as mulheres. A Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha aponta as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher como a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral. Cerqueira (2021, p. 74) aponta como autor da

Violência Doméstica ou Familiar: “Pai, mãe, padrasto, madrasta, cônjuge, ex-cônjuge, manorado, ex-namorado, filho, irmão, cuidador”.

Minayo (2013) aponta algumas crenças que fundamentam a violência contra a mulher, como a de que “o homem é o chefe, o dono e sabe o que é bom ou ruim para todos. Mas ele se exclui do julgamento dos demais; e, de que a mulher é domínio e posse do homem” (Minayo, 2013, p.35). Essa citação reflete uma visão tradicional e patriarcal das relações de gênero, onde o homem é considerado como o chefe, o detentor do poder e aquele que toma decisões, enquanto a mulher é vista como propriedade ou posse do homem. Essa perspectiva simboliza as normas sociais que historicamente deram aos homens autoridade e controle sobre vários aspectos da vida, incluindo a esfera doméstica.

Tais crenças podem ser melhor entendidas com o auxílio do pensamento de Costa (2019, p.10) que explica o patriarcado como um sistema de dominação e exploração das mulheres e passa por reconfigurações e modernizações. De acordo com Costa (2019) apud Saffioti (2015), trata-se de uma relação civil, não privada, que concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres e estabelece hierarquias nas relações sociais e familiares da sociedade. Saffioti explica que o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo, isso significa que a influência do patriarcado não se limita apenas à estrutura familiar, mas se estende por toda a sociedade. Quando se afirma que o patriarcado atravessa a sociedade como um todo, isso implica que as relações de poder, as normas culturais, as instituições e as práticas sociais são moldadas por essa posição de gênero.

O patriarcado é um sistema social em que os homens detêm a maior parte do poder político, econômico e cultural, enquanto as mulheres frequentemente ocupam posições de menor prestígio e têm menos acesso a recursos. Essa dinâmica de poder pode ser vista não apenas nas relações familiares, mas em diversas esferas da sociedade, como no trabalho, na política e na educação.

Até aqui, foram exploradas as questões de gênero no debate acerca da violência. Agora, daremos destaque à discussão sobre questões raciais, com uma tentativa de abordar de forma integrada as temáticas de raça e gênero.

Em relação à questão racial, dados de 2019 revelam que 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Para cada mulher não negra que é vítima de homicídio, ocorrem 1,7 homicídios de mulheres negras. Esses dados evidenciam uma disparidade significativa na exposição das mulheres negras à violência letal em comparação com as mulheres não negras.

A violência contra as mulheres negras é uma realidade existente há muitos anos na história, especialmente durante o período da escravidão. Diferentemente das mulheres brancas, as mulheres negras enfrentam não apenas o sexismo, mas também o racismo estrutural, por este motivo a importância de se reconhecer a interseccionalidade que permeia a realidade dessas mulheres. Segundo Davis (2016, p. 24) no período escravista as mulheres negras eram desprovidas de sua identidade de gênero, isso porque, tanto homens quanto mulheres eram considerados unidades de trabalho lucrativas. Isso significa que as mulheres eram submetidas às mesmas condições que os homens sendo forçadas a trabalhar e recebiam até mais punições.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (Davis, 2016, p. 25)

Além do sofrimento físico e emocional decorrente das condições desumanas de trabalho, as mulheres negras eram frequentemente vítimas de violência sexual, uma manifestação grotesca do poder exercido pelos senhores de escravos com “uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros” (Davis, 2016, p. 39). De acordo com Davis (2016, p. 41) a violência sexual contra as mulheres escravizadas é minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão, imprimindo a ideia de que “as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos.”

Após a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava, uma nova forma de violência contra as mulheres escravizadas se manifestou: o controle da natalidade. Em outras palavras, as mulheres negras eram forçadas a dar à luz o maior número possível de

filhos, com o objetivo de aumentar a mão de obra escrava. No entanto, mesmo durante a gravidez ou o período pós-parto, eram obrigadas a trabalhar e sujeitas às mesmas punições.

Essa prática cruel não apenas explorava o corpo das mulheres negras como se fosse uma ferramenta de reprodução, mas também as submetia a condições de trabalho desgastantes, ignorando por completo as necessidades de saúde e bem-estar das mães. Além disso, ao semelhante de como Davis observou em relação à compra de animais, as mulheres escravizadas eram separadas de seus filhos, gerando uma desumanização ainda mais profunda.

A violência contra a mulher negra carrega uma herança e persiste na sociedade, perpetuando com as mesmas manifestações em todos os momentos históricos até os dias atuais. Por exemplo, Carneiro (2019, p. 153) destaca que a sociedade colonial e escravista contribuiu para a estereotipização da mulher negra a atributos sexuais considerados atrativos aos homens. Nesse contexto, as mulheres negras eram frequentemente reduzidas a estereótipos simplistas e exagerados, enfatizando características relacionadas à sua sexualidade, muitas vezes desconsiderando sua individualidade. Essa estereotipização não apenas objetificava as mulheres negras, mas também as colocava em posições de vulnerabilidade, sujeitas a preconceitos e discriminação baseados nessas percepções distorcidas.

O dito popular brasileiro citado por Carneiro (2019, p. 156) “Preta para trabalhar, branca para casar e mulata para fornicar” reflete uma visão enraizada em estereótipos raciais e sexuais e sugerindo uma divisão hierárquica e desumanizadora com base na cor da pele, associando estereótipos específicos a mulheres negras, brancas e mulatas. De acordo com a autora (2019, p. 160) a violência psicológica e sexual representam outro aspecto da violência racial e de gênero. As mulheres negras são desvalorizadas em comparação às brancas, evidenciando uma preferência dos homens por se relacionar ou casar com mulheres brancas. Esse cenário contribui para que as mulheres negras frequentemente enfrentem uma posição de abandono afetivo, enquanto, ao mesmo tempo, são objetificadas como alvos de desejo e exploração sexual.

Lélia Gonzalez (1984) também faz uso de uma a frase "Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta" para criticar às estereotipações e preconceitos que têm sido associados às mulheres negras na sociedade brasileira. A expressão sugere que as mulheres negras são direcionadas, de maneira específica, a ocupar determinadas posições sociais, como cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Isso implica na essencialização de seus papéis, evidenciando o racismo e o sexismo que são dirigidos especificamente a elas. Tal essencialização perpetua as desigualdades sociais e econômicas, ignorando a diversidade de talentos, aspirações e habilidades que as mulheres negras podem possuir. Além disso, a frase estigmatiza essas mulheres, associando-as a ocupações específicas, e, ao fazê-lo, desumaniza-as, tratando-as como se fossem menos dignas ou importantes do que outras pessoas.

De acordo com Cerqueira apud Romio (2013), é fundamental entender a violência contra as mulheres negras levando em consideração suas particularidades. Ela argumenta que essas mulheres estão significativamente mais expostas a diversos fatores que contribuem para a violência, tais como desigualdades socioeconômicas, conflitos familiares, racismo, intolerância religiosa, conflitos conjugais e outros aspectos.

Por fim, Lélia Gonzalez ofereceu grandes contribuições sobre o racismo estrutural na sociedade brasileira e a mitologia de democracia racial que, na realidade, servia para esconder a profunda desigualdade e discriminação racial no país. Ela enfatizou que o racismo não é apenas um problema individual, mas também sistêmico, enraizado nas estruturas sociais, econômicas e culturais do Brasil. Isso inclui o acesso desigual à educação, ao emprego e à representação política para pessoas negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de violência é constante em nosso cotidiano, manifestando-se de várias formas, tanto em eventos traumáticos significativos quanto em gestos aparentemente insignificantes. Esta realidade é dinâmica, pois ao longo do tempo, o fenômeno da violência tem evoluído, refletindo as complexidades e as transformações da sociedade.

A promoção da equidade de gênero e racial deve ser fundamental para encontrar soluções. Isso inclui fortalecer as leis de proteção às mulheres, aumentar a conscientização sobre as interseccionalidades envolvidas e capacitar as mulheres por meio da educação e oportunidades iguais. Somente reconhecendo e abordando as interseções entre gênero e raça, podemos aspirar a uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária, onde todas as mulheres possam viver livres da violência e da opressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Lei Maria da Penha. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União, 2006.
- CARNEIRO, Sueli. **Gênero e raça na sociedade brasileira. Escritos de uma vida**. BOD GmbH DE, 2019. (p. 150 a 184)
- CAVALLI, Michelle. **VIOLÊNCIA ESTRUTURAL Enfrentamentos para o Serviço Social?.** ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 5, n. 5, 2009.
- CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.
- COSTA, Renata Gomes da et al. **Apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente**. 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.
- MINAYO, Maria Cecília. 1. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde**. Impactos da Violência na Saúde, 2013.
- ENGEL, Cíntia Liara. **A violência contra a mulher**. 2020.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva** (Coletivo Sycorax, trad.). São Paulo: Editora Elefante, 2017, 464 páginas.
- Fernandes I dos S. **Da escravidão à prisão pelo fio condutor da tortura no Brasil**. Rev katálysis [Internet]. 2022May;25(2):283–90.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista ciências sociais hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- KRUG, Etienne G. et al. **O relatório mundial sobre violência e saúde**. A lanceta , v. 360, n. 9339, pág. 1083-1088, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

A EXPLORAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS POR PESSOAS “QUASE DA FAMÍLIA”

Camila Barbosa Rocha¹

Noêmia de Fátima Silva Lopes²

Resumo: A exploração das mulheres empregadas domésticas é um tema de grande relevância que tem sido objeto de debate em diversas partes do mundo. Este estudo tem como objetivo analisar a permanência da precarização do trabalho das empregadas domésticas, considerando suas origens históricas, as dimensões de gênero e raça envolvidas, e os desafios contemporâneos enfrentados por essas trabalhadoras. Utilizando uma abordagem qualitativa e descritiva, com procedimentos de revisão bibliográfica e documental, a pesquisa examina as condições de trabalho das empregadas domésticas ao longo da história do Brasil, desde os tempos coloniais até os dias atuais. Os principais resultados destacam a persistência da exploração e desvalorização do trabalho doméstico, especialmente entre as mulheres negras e das classes sociais mais baixas, refletindo não apenas desigualdades de gênero, mas também o racismo estrutural e as disparidades sociais existentes na sociedade brasileira. Apesar dos avanços legais, como a Emenda Constitucional nº 72, ainda há uma lacuna significativa entre a legislação e a efetiva implementação dos direitos das empregadas domésticas, devido à informalidade, falta de fiscalização e estereótipos de gênero.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico, Exploração, Desigualdade De Gênero, Racismo Estrutural, Precarização Do Trabalho.

Abstract: The exploitation of women working as domestic workers is a topic of great relevance that has been the subject of debate in various parts of the world. This study aims to analyze the persistence of the precariousness of domestic workers' labor, considering their historical origins, the gender and race dimensions involved, and the contemporary challenges faced by these workers. Using a qualitative and descriptive approach, with procedures of bibliographic and documentary review, the research examines the working conditions of domestic workers throughout the history of Brazil, from colonial times to the present day. The main results highlight the persistence of exploitation and devaluation of domestic work, especially among black women and those from lower social classes, reflecting not only gender inequalities but also structural racism and existing social disparities in Brazilian society. Despite legal advances, such as Constitutional Amendment No. 72, there is still a significant gap between legislation and the effective implementation of domestic workers' rights, due to informality, lack of oversight, and gender stereotypes.

Keywords: Domestic Work, Exploitation, Gender Inequality, Structural Racism, Precariousness of Work.

¹ Acadêmica do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual de Montes Claros.

² Docente efetivo do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros

INTRODUÇÃO

A exploração das mulheres empregadas domésticas é um tema de grande relevância que tem sido objeto de debate em diversas partes do mundo. Ao longo da história, o trabalho doméstico tem sido predominantemente associado às mulheres e, lamentavelmente, subvalorizado e mal remunerado. Mulheres que atuam como empregadas domésticas frequentemente enfrentam uma série de desafios e formas de exploração. Entre esses desafios estão longas jornadas de trabalho sem a devida remuneração, a falta de reconhecimento de direitos trabalhistas básicos, a ausência de acesso à seguridade social e a falta de proteção contra abusos físicos, psicológicos ou sexuais, entre outros.

A conscientização sobre essa questão tem crescido nos últimos anos, resultando em esforços para melhorar as condições de trabalho das empregadas domésticas. Em alguns países, avanços significativos foram feitos na implementação de leis e políticas que visam proteger os direitos dessas trabalhadoras, como a garantia de um salário mínimo, regulamentação das horas de trabalho e acesso a benefícios sociais.

No entanto, ainda há muito a ser feito para combater a exploração das mulheres empregadas domésticas em escala global. Isso requer ações coletivas, incluindo a adoção de leis mais abrangentes, a conscientização do público sobre os direitos das trabalhadoras domésticas e o empoderamento dessas mulheres para que possam exigir condições de trabalho justas e dignas. O estudo da exploração enfrentada por mulheres que trabalham como empregadas domésticas é de suma importância, abarcando dimensões sociais, científicas e acadêmicas que merecem atenção e análise aprofundada.

Considerando que as empregadas domésticas compõem uma parcela significativa da força de trabalho feminina em muitos países ao redor do mundo, essas mulheres enfrentam condições de trabalho desafiadoras, incluindo longas horas de trabalho, baixos salários, falta de acesso a benefícios sociais e exposição a formas variadas de exploração e abusos de diversas ordens. Compreender e abordar essas questões é essencial para promover a justiça social e garantir que todas as trabalhadoras sejam tratadas com dignidade e respeito.

Nesse contexto, o objetivo do estudo é analisar a permanência da precarização do trabalho das empregadas domésticas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva com procedimento técnico de revisão bibliográfica e revisão documental de dados dos institutos oficiais de pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho feminino doméstico no Brasil remonta aos tempos coloniais e está intrinsecamente ligado à construção da sociedade brasileira. Desde os primórdios da colonização, as mulheres assumiram as responsabilidades das atividades domésticas, cuidado dos filhos e da administração dos lares, enquanto os homens desempenhavam papéis predominantemente voltados para a produção econômica (Silva; Loreto; Bifano, 2017).

Durante o período escravocrata, o trabalho doméstico das mulheres negras escravizadas desempenhou um papel central na economia colonial. Elas eram responsáveis pelo trabalho nas senzalas, preparação de alimentos, cuidado das crianças e limpeza das casas dos senhores. Esse trabalho era extremamente desvalorizado e desumanizante, uma vez que as mulheres escravizadas eram submetidas a condições de trabalho degradantes e violências físicas e sexuais (Araújo Lopes, 2020).

Com o fim da escravidão e a “abolição” em 1888, muitas mulheres negras libertas encontraram no trabalho doméstico uma das poucas formas de sustento. No entanto, mesmo após a “abolição”, o trabalho doméstico continuou a ser caracterizado pela precariedade, baixos salários e condições de trabalho desfavoráveis, perpetuando assim a exploração das mulheres, especialmente as mulheres negras e pobres (Castro, 2020).

Ao longo do século XX, com a industrialização e urbanização do país, houve uma crescente demanda por mão de obra feminina no setor de serviços, incluindo o trabalho doméstico. Mulheres migrantes do campo e de regiões mais pobres do país encontraram no trabalho doméstico, uma das poucas oportunidades de emprego disponíveis. Essa migração em massa para as cidades aumentou ainda mais a oferta de força de trabalho no

setor doméstico, intensificando a precarização do trabalho e a desproteção das trabalhadoras (Pereira, 2022).

Durante o regime militar (1964-1985), o trabalho doméstico foi ainda mais desvalorizado e invisibilizado. A legislação trabalhista discriminava as empregadas domésticas, excluindo-as de diversos direitos garantidos aos demais trabalhadores, como jornada de trabalho limitada, remuneração adequada e acesso à previdência social. Essa exclusão legal perpetuou a discriminação e exploração das mulheres que trabalhavam como domésticas, reforçando a desigualdade de gênero e social (Castro, 2020).

A regulamentação da categoria de empregadas domésticas pela legislação brasileira revela a situação histórica e social dessas trabalhadoras, que por muito tempo estiveram renegadas dos direitos trabalhistas e da proteção legal. A Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada pela Lei nº 71.885, de 9 de março de 1973, foi um marco na tentativa de trazer alguma formalização e reconhecimento para esses profissionais. O Artigo 3º dessa lei define a empregada doméstica como "uma pessoa que presta serviços contínuos, sem fins lucrativos, a indivíduos ou famílias em um ambiente residencial".

A história da empregada doméstica no Brasil está intrinsecamente ligada à história da escravidão no país. Desde os primeiros africanos trazidos à força para o Brasil no século XVI, o serviço doméstico foi uma das formas de exploração do trabalho escravo. Mesmo após o fim oficial da escravidão no final do século XIX, o trabalho doméstico continuou sendo uma ocupação predominantemente destinada às mulheres negras e pardas, que muitas vezes eram forçadas a trabalhar nessas condições devido à falta de oportunidades em outras áreas (Silva et al., 2017).

A situação começou a mudar em meados do século XXI, com a crescente mobilização e conscientização sobre os direitos das trabalhadoras domésticas. Organizações da sociedade civil, sindicatos e movimentos feministas passaram a pressionar por mudanças na legislação trabalhista e por políticas públicas que garantissem direitos iguais para as empregadas domésticas. Essa pressão culminou na promulgação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, em 2013. Esta emenda representou um marco histórico ao estender diversos direitos trabalhistas às empregadas domésticas, incluindo jornada de trabalho limitada a 44 horas semanais, pagamento de

horas extras, seguro-desemprego, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), entre outros (Fraga; Monticelli, 2021).

No entanto, apesar desses avanços legais, os desafios persistem. A informalidade, a falta de fiscalização e a resistência cultural continuam a ser obstáculos para a efetiva implementação dos direitos das empregadas domésticas. Portanto, é fundamental continuar lutando por políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho e o pleno reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres (Silva; Albuquerque Filho; Alencar, 2021).

A história do trabalho feminino doméstico no Brasil evidencia uma trajetória marcada pela exploração, discriminação e precarização do trabalho das mulheres. É fundamental reconhecer a importância desse trabalho para a reprodução social e econômica do país, bem como promover políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho e o reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas.

O trabalho doméstico, há séculos, tem sido uma realidade marcante na vida de muitas mulheres, especialmente no contexto brasileiro. Desde os primórdios da colonização, as mulheres foram designadas para realizar as tarefas domésticas, enquanto os homens, em sua maioria brancos e privilegiados, ocupavam espaços de poder na economia e na sociedade em geral. Essa divisão sexual do trabalho, por si só, já demonstra uma desigualdade de gênero arraigada, mas quando analisada sob a perspectiva racial, torna-se ainda mais evidente a presença do racismo estrutural (Santos, 2021).

Mesmo após a “abolição” da escravatura, em 1888, o trabalho doméstico permaneceu como uma das poucas opções de emprego disponíveis para as mulheres negras. No entanto, essa atividade continuou sendo caracterizada pela precariedade, com baixos salários, longas jornadas de trabalho e falta de proteção legal. A ausência de políticas efetivas de inclusão e combate à discriminação racial contribuiu para a perpetuação do racismo estrutural dentro do ambiente doméstico (Costa; Santos; Rodrigues, 2022).

O racismo estrutural é outro fenômeno complexo que permeia as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade, resultando em desigualdades

sistemáticas entre grupos raciais. Trata-se de um tipo de discriminação enraizada nas instituições e práticas cotidianas, que perpetua a marginalização e a exclusão de pessoas racializadas, especialmente negras e indígenas (Almeida, 2022).

Essas disparidades têm impactos significativos na vida das pessoas racializadas, resultando em taxas mais altas de pobreza, desemprego, encarceramento, violência policial e mortes prematuras. Além disso, o racismo estrutural afeta a autoestima e o bem-estar emocional das pessoas negras e indígenas, criando barreiras para o seu pleno desenvolvimento e realização pessoal (Pereira, 2022). A importância de reconhecer e abordar o racismo estrutural não apenas como uma questão de justiça social, mas também como uma questão fundamental de saúde mental, desenvolvimento humano e igualdade de oportunidades.

O racismo estrutural se manifesta de diversas formas no contexto do trabalho doméstico. As empregadas domésticas negras são frequentemente estereotipadas e vistas como inferiores, o que se reflete na forma como são tratadas por seus empregadores e na falta de valorização de seu trabalho. Além disso, a ausência de políticas públicas efetivas de combate ao racismo e de proteção aos direitos das trabalhadoras domésticas contribui para a perpetuação da desigualdade e da discriminação racial (Alves, 2022).

O estigma associado ao trabalho doméstico, somado à discriminação racial, resultou em uma desvalorização sistemática das trabalhadoras domésticas negras. Essas mulheres enfrentam obstáculos adicionais para acessar oportunidades de emprego dignas e enfrentam maiores níveis de discriminação e exploração no local de trabalho (Sousa, 2021). Além disso, a falta de reconhecimento público e social do trabalho doméstico como uma ocupação legítima contribui para a invisibilidade das trabalhadoras negras nesse setor (Silva et al., 2017).

A luta por reconhecimento e igualdade das trabalhadoras domésticas negras é uma questão central na luta contra o racismo estrutural. Movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil têm pressionado por políticas públicas que reconheçam o valor do trabalho doméstico e combatam a discriminação racial no mercado de trabalho. A promulgação da Emenda Constitucional nº 72, em 2013, conhecida como PEC das

Domésticas, foi um passo importante na garantia de direitos trabalhistas para as empregadas domésticas, incluindo muitas mulheres negras. No entanto, ainda há muito a ser feito para superar o racismo estrutural e garantir a igualdade de oportunidades para todas as trabalhadoras domésticas, independentemente de sua raça ou etnia (Fraga; Monticelli, 2021).

O trabalho doméstico e o racismo estrutural estão intrinsecamente interligados na sociedade brasileira, refletindo e reforçando desigualdades históricas. Reconhecer e enfrentar essa interseccionalidade é essencial para promover uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as mulheres, independentemente de sua raça ou origem étnica, tenham acesso a oportunidades de trabalho dignas e sejam valorizadas em sua genericidade humana.

O trabalho doméstico, como uma forma de reprodução das relações sociais e de classe, transcende a mera realização de tarefas domésticas. Ele está intrinsecamente ligado à estrutura econômica e social de uma sociedade, refletindo e reproduzindo as desigualdades existentes (Ávila; Ferreira, 2020).

Ao longo da história, tem sido profundamente influenciado pelas relações sociais e de classe (Marx, 2017). Originado em um contexto onde as mulheres eram designadas para as tarefas do lar enquanto os homens ocupavam papéis de poder na esfera pública, o trabalho doméstico tornou-se uma forma de reprodução das relações de classe existentes. Essa divisão do trabalho refletia e reforçava as hierarquias sociais, colocando as mulheres, especialmente as de classes, subalternas, em uma posição de subordinação econômica e social (Almeida, 2022).

No contexto contemporâneo, embora tenham ocorrido mudanças significativas nas estruturas sociais e econômicas, as relações de classe ainda desempenham um papel fundamental na configuração do trabalho (Marx, 2017). As mulheres das classes mais privilegiadas muitas vezes contratam empregadas domésticas para realizar as tarefas do lar, enquanto as mulheres das classes trabalhadoras e mais pobres, continuam a realizar trabalho doméstico não remunerado em suas próprias casas. Isso perpetua uma divisão do trabalho baseada em classe, onde as trabalhadoras domésticas são frequentemente exploradas e subvalorizadas (Porfírio, 2022; Teixeira, 2021).

Essa disparidade nas condições de trabalho reflete e reforça as desigualdades sociais e econômicas existentes na sociedade. Enquanto as trabalhadoras domésticas das classes mais privilegiadas podem ter uma certa autonomia e poder de negociação, aquelas das classes mais baixas frequentemente enfrentam uma série de barreiras para a melhoria de suas condições de trabalho (Sousa, 2021).

Em sociedades conservadoras, as expectativas de gênero são rigidamente definidas, com as mulheres muitas vezes sendo encarregadas das responsabilidades domésticas enquanto os homens são vistos como os provedores financeiros da família. Essa divisão tradicional do trabalho reflete e reforça estereótipos de gênero arraigados, nos quais as mulheres são consideradas naturalmente mais aptas para tarefas domésticas e cuidado dos filhos, enquanto os homens são vistos como mais adequados para o trabalho remunerado fora de casa (Oliveira; Silva, 2023).

Essa mentalidade conservadora perpetua desigualdades de gênero ao limitar as oportunidades das mulheres no mercado de trabalho e reforçar sua dependência econômica dos homens. O trabalho doméstico, muitas vezes invisível e não remunerado, não apenas impede as mulheres de buscar empregos fora de casa, mas também contribui para a desvalorização de seu trabalho no contexto social e econômico (Yoshimura; Rodrigues, 2023).

Além disso, a cultura conservadora desencoraja a redistribuição equitativa das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres. Normas sociais e expectativas de gênero podem influenciar as escolhas individuais e familiares, levando as mulheres a assumirem uma carga desproporcional de trabalho não remunerado, mesmo quando estão empregadas fora de casa. Isso pode levar a um ciclo de desigualdade, no qual as mulheres enfrentam obstáculos para avançar em suas carreiras devido às demandas do trabalho doméstico, enquanto os homens têm mais oportunidades de se concentrar em suas carreiras e alcançar sucesso profissional (Nogueira, 2010).

Para ilustrar esta realidade, o filme brasileiro "Que Horas Ela Volta?" dirigido por Anna Muylaert, aborda questões complexas relacionadas ao trabalho doméstico, desigualdade social e conservadorismo. Através da história de Val, uma empregada doméstica que trabalha para uma família de classe média alta em São Paulo, o filme lança

luz sobre as dinâmicas de poder e as relações de classe presentes nesse contexto (Pinto; Siciliano; Bragança, 2019).

O conservadorismo é um tema central no filme, representado pela estrutura social que perpetua a desigualdade e marginalização das classes mais baixas, enquanto as classes mais privilegiadas se beneficiam desse sistema. A personagem principal, Val, representa as milhões de mulheres que trabalham como empregadas domésticas no Brasil, muitas vezes em condições precárias e com baixos salários (Lana, 2016).

O trabalho de Val é essencial para a família em que ela trabalha, pois ela cuida da casa, cozinha, limpa e até mesmo cria o filho da patroa. No entanto, apesar de sua importância para a família, Val é tratada com condescendência e desrespeito, refletindo a dinâmica de poder desigual entre empregador e empregado. Essa relação é um exemplo claro de como o conservadorismo permeia as relações de trabalho, reforçando estereótipos de classe e gênero (Bragança; Siciliano; Pinto, 2019).

Além disso, o filme também aborda a questão da invisibilidade do trabalho doméstico e da falta de reconhecimento e valorização desse trabalho. Val é vista como parte da família, mas ao mesmo tempo é mantida em uma posição subalterna, sem direitos ou benefícios trabalhistas adequados. Isso reflete a maneira como o conservadorismo perpetua a desigualdade ao manter certos grupos sociais marginalizados e sem acesso a oportunidades de ascensão social (Vázquez, 2018).

O filme "Que Horas Ela Volta?" oferece uma poderosa reflexão sobre o conservadorismo, as desigualdades sociais e o trabalho doméstico, temas que ecoam não apenas no contexto brasileiro, mas em muitas sociedades ao redor do mundo. Ao examinar a vida de Val, uma empregada doméstica, e sua relação com a família de classe média alta para a qual trabalha, somos confrontados com questões profundas sobre poder, privilégio e justiça social (Vázquez, 2018).

Uma das principais reflexões que o filme nos convida a fazer é sobre a invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico, especialmente quando realizado por mulheres de classes sociais menos privilegiadas. Val é uma figura central na vida da família para a qual trabalha, responsável por manter a casa funcionando sem problemas. No entanto, seu trabalho é muitas vezes subestimado e não é devidamente reconhecido.

Isso ressalta como as estruturas conservadoras podem perpetuar a marginalização de certos grupos sociais, negando-lhes o reconhecimento e os direitos que merecem (Yoshimura; Rodrigues, 2023).

"A Herança Conservadora" é um termo que se refere à perpetuação de valores, normas e estruturas sociais conservadoras ao longo das gerações, muitas vezes manifestadas em relações interpessoais e dinâmicas familiares. A expressão "ela é quase da família" é frequentemente utilizada para descrever a relação entre empregados domésticos e as famílias para as quais trabalham, e encapsula uma série de complexidades que refletem a herança conservadora presente na sociedade (Sanches, 2009),

Essa expressão sugere uma proximidade entre a empregada doméstica e a família empregadora, como se ela fosse parte integrante da dinâmica familiar. No entanto, essa proximidade muitas vezes mascara as profundas desigualdades de poder e privilégio que permeiam essas relações. A empregada doméstica pode ser tratada com carinho e afeto, mas ao mesmo tempo é mantida em uma posição de subordinação, com poucos direitos e oportunidades de ascensão social (Brites, 2013).

Essa dinâmica reflete a herança conservadora que valoriza a manutenção das hierarquias sociais e a preservação de papéis de gênero tradicionais. Historicamente, as mulheres foram socialmente designadas para o trabalho doméstico e cuidado dos filhos, enquanto os homens eram vistos como os provedores financeiros da família. Essas normas de gênero foram profundamente enraizadas na cultura e continuam a influenciar as relações interpessoais até hoje (Federici, 2019).

Além disso, a expressão "ela é quase da família" também destaca a invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico. Ao ser considerada parte da família, a empregada doméstica não é remunerada adequadamente pelo seu trabalho e pode ser privada de direitos trabalhistas básicos. Isso reflete a maneira como a herança conservadora perpetua a desigualdade ao marginalizar e desvalorizar certos grupos sociais (Poeschl, 2000).

No entanto, é importante reconhecer que as relações entre empregadas domésticas e famílias empregadoras, podem ser complexas e multifacetadas. Nem todas as situações são caracterizadas por exploração ou desigualdade, e há laços de afeto

genuíno entre as partes. No entanto, é fundamental reconhecer e abordar as desigualdades estruturais que permeiam essas relações, e trabalhar para promover a igualdade de direitos e oportunidades para todos os membros da sociedade (Porto, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços legais, como a Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, ainda há uma lacuna significativa entre a legislação e a efetiva implementação dos direitos das empregadas domésticas. A informalidade, a falta de fiscalização e os estereótipos de gênero continuam a perpetuar a exploração e a desvalorização do trabalho das mulheres nesta profissão.

Portanto, a conclusão deste estudo ressalta a necessidade urgente de ações coletivas e políticas públicas que visem não apenas garantir a proteção legal e os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, mas também desafiar as estruturas sociais e culturais que perpetuam a desigualdade e a discriminação. Isso inclui a promoção da igualdade de gênero, o combate ao racismo estrutural, a implementação efetiva das leis existentes e a conscientização da sociedade sobre o valor do trabalho doméstico.

Somente através de um esforço conjunto e contínuo, envolvendo governos, organizações da sociedade civil, empregadores e trabalhadoras, podemos criar um ambiente onde todas as mulheres, independentemente de sua origem étnica, social ou econômica, sejam tratadas com dignidade, respeito e justiça no local de trabalho. Este estudo serve como um chamado à ação para transformar a realidade das empregadas domésticas e construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ceila Sales. Racismo, sexismo e escravização de empregadas domésticas no Brasil : estruturas da colonialidade de poder. **Revista Científica FESA**, v. 1, n. 14, p. 15-33, 2022.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo

estrutural. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 212-221, 2022.

ARAÚJO LOPES, Juliana. Quem pariu América?: trabalho doméstico, constitucionalismo e memória em pretuguês. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, 2020.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. e020008, 2020.

BRAGANÇA, Maurício de; SICILIANO, Tatiana Oliveira; PINTO, Licia Marta da Silva. Interdição e invisibilidade nas representações cinematográficas: a geográfica doméstica das empregadas em Que horas ela volta? e Aquário 1. **Galáxia (São Paulo)**, p. 0109-0121, 2019.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de pesquisa**, v. 43, p. 422-451, 2013.

CASTRO, Mary Garcia. Trabalhadoras domésticas no Brasil. **Princípios**, v. 39, n. 159, p. 126-150, 2020.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros; SANTOS, Cleice Santos; RODRIGUES, Maria Elizabeth Tereza Moraes. Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 262-271, 2022.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MONTICELLI, Thays Almeida. “PEC das Domésticas”: holofotes e bastidores. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. e71312, 2021.

LANA, Lígia. “Da porta da cozinha pra lá”: gênero e mudança social no filme Que horas ela volta?. **Rumores**, v. 10, n. 19, p. 121-137, 2016.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. 2. ed. S. Paulo: Boitempo, 2017.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010.

OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira; SILVA, Anna Clara Coutinho. Divisão Sociossexual e Racial do Trabalho Doméstico Feminino e Superexploração do Trabalho. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2023.

PEREIRA, Marcela Rage. **A invisibilidade do trabalho escravo doméstico e o afeto como fator de perpetuação**. Editora Dialética, 2022.

POESCHL, Gabrielle. Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais. **Análise Social**, p. 695-719, 2000.

PORFÍRIO, Tamis. **A Cor das Empregadas**: a invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado. Editora Letramento, 2022.

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 879-888, 2009.

SANTOS, José Adailton Sousa. Mulheres negras e trabalho doméstico: racismo e desigualdades na pandemia do covid-19. **O Público e o Privado**, v. 19, n. 40, 2021.

SILVA, Deide Fátima; DE LORETO, Maria das Dores Saraiva; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de direito**, v. 17, n. 32, p. 409-438, 2017.

SILVA, Jessica Felipe; ALBUQUERQUE FILHO, Antonio Rodrigues; DE ALENCAR, Rafael Vieira. Ocupações domésticas no Brasil: uma análise a partir do conceito de Trabalho Decente. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, n. 11, p. 1-13, 2021.

SOUSA, Juliana. Moral das senzalas versus luta por direitos: o trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo. **Temáticas**, v. 29, n. 57, p. 269-299, 2021.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. Editora Jandaíra, 2021.

VÁZQUEZ, María Mercedes. Novas geografias de classe nos cinemas mexicano e brasileiro: Post Tenebras Lux e Que horas ela volta?. **Cinema Latino-Americano Contemporâneo: Resistindo ao Neoliberalismo?** pág. 65-81, 2018.

YOSHIMURA, Solene da Silva Soares; RODRIGUES, Carlos Manoel Lopes. A mulher no trabalho doméstico e nos cuidados com a família. **Humanidades em Perspectivas**, v. 7, n. 18, p. 48-61, 2023.

RAÍZES DA LUTA DE CLASSES E A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: RELAÇÕES SOCIAIS DE CLASSE, GÊNERO E RAÇA/ETNIA EM DEBATE

Bruna Cristina Faustino de Souza¹

Resumo: O surgimento e a agudização da questão social reivindicam o advento do Serviço Social. Este momento histórico, contudo, não nasce de forma apartada, sendo o passado brasileiro condição fundante para a sua compreensão. Através do materialismo histórico-dialético e de autoras contemporâneas do Serviço Social, este artigo objetiva discutir a construção da classe trabalhadora e a gênese do Serviço Social no Brasil, sob a perspectiva da unidade dialética entre as relações sociais de classe, gênero e raça/etnia. Os resultados apresentam que as relações sociais de gênero e de raça/etnia forjam a constituição da classe trabalhadora no Brasil, caracterizando-se como elementos fundantes e não apenas apêndices da dominação de classe, assim como determinam a gênese e o desenvolvimento da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; Gênero; Raça/Etnia;

Resumen: El surgimiento y agravamiento de la problemática social requiere la llegada del Servicio Social. Este tiempo, sin embargo, no surge por separado, siendo el pasado brasileño una condición fundamental para su comprensión. Al lado del materialismo histórico-dialéctico y de autores contemporáneos del Servicio Social, este artículo tiene como objetivo discutir la construcción de la clase trabajadora y la génesis del Servicio Social en Brasil, desde la perspectiva de la unidad dialéctica entre las relaciones sociales de clase, género y raza/etnia. Los resultados muestran que las relaciones sociales de género y raza/etnia forjan la constitución de la clase trabajadora en Brasil, caracterizando elementos fundacionales y no sólo apêndices de la dominación de clase, además de determinar la génesis y el desarrollo de la profesión.

Palabras clave: Trabajo Social; Género; Raza/Etnia;

INTRODUÇÃO

O surgimento do Serviço Social vincula-se com a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista que, em seu processo de expansão, passa a exigir profissionais capacitados na articulação de consensos diante do antagonismo de classes,

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Urgência e Emergência pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestranda em Serviço Social pela PUC-SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Aprofundamentos Marxistas da PUC-SP. ORCID: 0000-0001-6785-368X. E-mail: brunafaus@gmail.com.

no sentido de atenuar os conflitos sociais e promover o pleno desenvolvimento capitalista. Neste sentido, a profissão é chamada a intervir no seio da contradição entre os que demandam seus serviços – capital e Estado – e aqueles que o recebem – trabalhadoras e trabalhadores.

Assim caracterizado, o Serviço Social, e tantas outras profissões, nascem em conjunturas históricas, políticas e sociais que demandam novas respostas frente às requisições emergentes. Para esta profissão, o surgimento e a agudização da questão social são os elementos disparadores que reivindicam o seu advento. Precisamos reiterar, contudo, que sob o crivo da categoria de totalidade, este momento histórico não nasce de forma apartada, sendo o passado deste país condição fundante para a sua compreensão efetiva, afinal o surgimento da questão social está diretamente relacionado à “generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 125).

Assim, compreendemos que “que a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (Gonçalves, 2018, p. 515). Do mesmo modo, não podemos deixar de ressaltar os impactos decorrentes do controle e da exploração de corpos e saberes de mulheres, especialmente no âmbito do trabalho de reprodução social, que é base constitutiva para o desenvolvimento das sociedades capitalistas, forjando a mais importante mercadoria desse sistema: *a força de trabalho*.

Ao observarmos as expressões da chamada questão social em nosso país, desde sua gênese até os dias atuais, é evidente que as relações sociais de raça/etnia e de gênero conformam este processo. Assim, portanto, a população negra, feminina e LGBTQIAP+, ao longo da história, experienciou desigualmente as manifestações da questão social, assim como vivenciou diferenciados acessos – ou falta de acessos – a bens e serviços, como saúde, trabalho protegido, moradia, assistência social, entre outros.

Neste contexto, a partir do materialismo histórico-dialético e da contribuição de autoras contemporâneas do Serviço Social (Ferreira, 2010; Souza, 2020; Eurico, 2018; 2022; Almeida, 2014; Almeida, 2015; Passos, 2020; Rocha, 2009; Gonçalves, 2018), este artigo tem

como objetivo discutir a construção da classe trabalhadora e a gênese do Serviço Social no Brasil, sob a perspectiva da unidade dialética estabelecida entre as relações sociais de classe, gênero e raça/etnia.

DESENVOLVIMENTO

Compreender as raízes das desigualdades sociais e da construção da classe trabalhadora no Brasil nos exige, necessariamente, uma análise sobre o processo de colonização, que tem início nas Américas a partir do século XVI. Como nos aponta Assis (2022, p. 33): “Dizer que o Brasil foi colonizado parece repetir algo de conhecimento de todos que já se sentaram, mesmo que não por muitos anos, nos bancos escolares”. Todavia evidenciar o processo de invasão, saqueamento, genocídio e, especialmente, as decorrências deste no que concerne a colonialidade do ser, do saber e do poder² nas Américas, se apresenta como algo urgente e muitas vezes, não usual no campo da produção do conhecimento.

As raízes de construção do Brasil, após a usurpação Europeia³, foram amplamente marcadas pelo contexto de colonialismo, em um elo de enorme violência, com destaque para as relações sociais de raça/etnia. Quijano (2005) evidencia que a constituição da América Latina, e conseqüentemente do nosso país, estabeleceu um novo padrão de poder

² Quijano (2005, p. 120) inaugura a concepção de que a colonialidade do ser, do saber e do poder determinou a geografia social do capitalismo, constituindo a Europa e o europeu como elementos centrais na dominação capitalista.

³ Não podemos deixar de demarcar que a história do Brasil não tem início após o processo de colonização, sendo o passado dos povos indígenas/originários que habitavam este território, extremamente relevante e importante neste contexto. Por vezes, há um apagamento do desenvolvimento indígena em terras Brasileiras no período pré-colonial, com sua cosmologia, domínio da produção agrícola, manejos de utilização da água e dos demais recursos, bem como da sua cultura, religiosidade e vivência em comunidade. Criou-se um imaginário de que esta população era ingênua, sem racionalidade, bem como que ela assistiu passivamente o processo de invasão e saqueamento colonial, o que se caracteriza como uma verdadeira falácia. Como pontua Cruz (2017, p. 145): “a historiografia colonialista e eurocêntrica silenciou e marginalizou estes povos da história do Brasil, colocando-os como vítimas e fazendo com que eles desaparecessem da história ou fossem lembrados apenas como algo do passado. Entretanto, isto é uma questão de olhar, pois eles sempre tiveram presentes na nossa história não só como vítimas, mas também como sujeitos que sempre teceram estratégias de resistências e lutas em todos os momentos históricos, sobretudo, para garantir os seus territórios e os seus costumes e tradições, em confronto com os projetos colonial, imperial e republicano”.

mundial, fundamentado em dois eixos, sendo eles a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos em torno do capital e do mercado mundial.

A expansão do domínio do tráfico comercial, a extração de metais preciosos e a formação de um mercado regional crescentemente integrado e monetarizado na América, engendrados pelos grupos dominantes colonizadores, forjou a Europa como a sede central de controle do mercado mundial. Este controle, por sua vez, foi instituído sob o lastro do roubo e do extermínio dos povos originários e escravizados.

Desse modo, as nações latino-americanas materializaram-se como produto da expansão da civilização ocidental, tendo no estabelecimento de padrões de dominação externa uma marca de sua história. É fundamental destacar que a invasão e dominação Europeia não se apropriou, apenas das riquezas materiais, mas, igualmente, apagou, soterrou e deturpou a memória e estórias dos povos originários e dos africanos escravizados.

É fundamental ressaltar que a configuração que o capitalismo assumiu em todo globo, portanto, forja-se com relevos significativos em função da colonialidade, sob a marca da expropriação violenta de meios de vida, corpos e saberes da população negra e de mulheres (Ferreira; Fagundes, 2021). A análise da “assim chamada acumulação primitiva” nos oferta algumas pistas importantes no que concerne tal debate.

Em níveis determinados de análise, compreendemos que a assim chamada acumulação primitiva no Brasil tratou-se de um amplo processo histórico de expropriação violenta de meios de vida, corpos e saberes que subsidiou a conformação do estado moderno (Ferreira; Fagundes, 2021). Tem destaque neste processo, a forma pela qual a terra e o trabalho foram convertidos em mercadorias e subsumidos ao capital, sob o lastro da expropriação e dominação colonialista, pelo controle exercido sobre as mulheres e seus corpos e por uma configuração de Estado que responde estritamente aos interesses do capital:

Neste processo, tendo a violência estatal e privada como parteira da história, o colonialismo configurou a escravidão como pedestal para a extração de

sobretabalho e compressão dos salários (especialmente na passagem da manufatura à empresa fabril), no âmbito do mercado, e a expulsão das mulheres de sua posição de poder e controle sobre a reprodução social (processo que foi denominado de caça às bruxas) serviu de alicerce para a expropriação estrutural e sistemática do trabalho reprodutivo doméstico como parte constitutiva e negativamente determinada do valor da força de trabalho. Todo esse processo constituiu também um tipo específico de Estado conformado às necessidades do capital. Assim, residem na acumulação primitiva os próprios cimentos da tendência histórica da acumulação capitalista e do Estado nacional (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 65-66).

No que concerne a expropriação de corpos e saberes de mulheres, é muito importante evidenciar que este processo compõe uma das fundantes marcas da acumulação primitiva. Ao pensarmos em um modo de produção que requisita como recurso elementar a força de trabalho constante e excedente, objetivando a compressão de salários, o controle da vida reprodutiva assume centralidade importante:

No processo de afirmação de um modo de produção que demanda força de trabalho de forma constante e excedentária como recurso fundamental de compressão dos salários para abaixo do valor, controlar a vida reprodutiva não pode ser considerado assunto de segunda ordem. Daí as proibições às práticas sociais de controle de natalidade, a estigmatização das relações não heteronormativas e a desvalorização da prática de relações sexuais na chamada terceira idade. Da mesma forma, essa expropriação nos auxilia a compreender as raízes da *housewifization*, processo por meio do qual a divisão do trabalho converteu mulheres em donas de casa, sobre quem recaí com sobras o peso do trabalho doméstico e de cuidados, fundamentais para a reprodução da sociedade capitalista (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 67).

O controle da vida reprodutiva e dos corpos de mulheres negras e indígenas, igualmente, foi objeto de preocupação durante todo o período colonial, sob a ótica do melhor “custo-benefício” na utilização deste “recurso”:

As mulheres escravizadas podiam ser privadas da maternidade para que se mantivessem produtivas durante todo o ano, sem interrupções. Ou, alternativamente, podiam ser estimuladas a procriar como forma de reposição natural de braços para o trabalho (Mies, 2014). A prática do estupro foi parte das estratégias de controle das mulheres escravizadas, negras ou das diferentes etnias originárias (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 67-68).

Como demarca Passos (2020), o sequestro de crianças de mulheres negras, os estupros, a prostituição, a reprodução involuntária para a manutenção da força de trabalho

escravizada e a maternagem imposta (criação de crianças brancas) marcam a composição da formação social e do modo de produção capitalista no Brasil, impactando as relações sociais neste país, imprimindo um rastro, que nos acomete até os dias atuais.

Desde que o motivo da importação de escravos era a simples exploração econômica representada pelo lucro, os escravos, rotulados como sub-humanos ou inumanos, existiam relegados a um papel, na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho. Quer isto dizer que os africanos escravizados não mereciam nenhuma consideração como seres humanos no que diz respeito à continuidade da espécie no quadro da família organizada. Daí que a proporção da mulher para o homem estava perto de uma para cinco, e as relativamente poucas mulheres que existiam estavam automaticamente impedidas de estabelecer qualquer estável estrutura familiar. A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este de fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa. O costume de manter prostitutas negro-africanas como meio de renda, comum entre os escravocratas, revela que além delicenciosos, alguns se tornavam também proxenetas. O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço da herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco (Nascimento, 2016, p. 73-74 apud Passos, 2020, p. 119-120).

Entendemos, deste modo, que a assim chamada acumulação primitiva se caracteriza como um processo mais amplo do que “a separação violenta dos produtores diretos de seus meios de vida”. Este processo, igualmente, ensejou em expropriações de corpos e saberes de mulheres e em processos sistemáticos de desumanização pela extração de trabalho compulsório ou escravo, configurando a forma política do Estado nacional como uma instituição classista, racista e sexista (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 68).

Com o avanço da sociedade burguesa nos países de capitalismo central, o contexto de escravidão no Brasil foi convidado a se transformar, no sentido da alteração das suas bases de exploração, que definitivamente não se findam. A derrocada deste modo de produção se dá em um contexto de mudanças políticas, econômicas e, especialmente, de lutas e resistências da população negra, que estabelece condições para tal superação através das insurgências populares organizadas⁴. O cenário pós-abolição, todavia, lança a

⁴ Para mais elementos deste processo, ver Moura (2014).

população negra ao mundo livre sem quaisquer subsídios para tanto e constrói, igualmente, novas formas de perpetuar sua exploração e dominação.

O Serviço Social brasileiro emerge na década de 1930 e se consolida nessa sociedade, que é demarcada, de forma fundante pelas relações sociais de raça/etnia e gênero, como demarcamos acima. A classe trabalhadora, receptora da ação profissional, portanto, se constitui inserida na história deste país, que tem no sistema colonial e na opressão-exploração de gênero sua força motriz.

No que concerne à atuação profissional na gênese e no desenvolvimento inicial, observamos um Serviço Social, que se apresenta em sua fase Tradicional e determina sua ação através de um viés de formação social, moral e intelectual de famílias. Trata-se de um fazer profissional de cunho “moralizante”, que culpabiliza o sujeito pela sua condição, baseando-se em intervenções profissionais que inserem o usuário numa ideia de adequação ao comportamento esperado pelo capital e pela Igreja, como amplamente evidenciado na literatura desta profissão no Brasil⁵.

Ao Serviço Social, neste cenário, era destinada a tarefa de harmonizar a sociedade, promovendo o Brasil-potência-católico (Ferreira, 2010). Tal incumbência era materializada no “ajuste” das famílias trabalhadoras, sob um modelo de *família ideal*, o que se caracterizava como uma verdadeira impossibilidade para milhares de famílias subproletarizadas, inseridas em contextos extremos de pobreza, permeados pelas relações sociais de raça/etnia e gênero:

O modelo de família estável e higiênica, que só poderia ser ideal, era contraposto ao das “famílias populares” (uniões não legalizadas, grande número de filhos, pais desempregados, mães trabalhando fora, crianças criadas soltas pelas ruas, casas de habitação coletiva) que os assistentes sociais encontravam em seus postos de trabalho. O choque entre uma e outras famílias é exatamente o objeto do ajustamento levado a termo pelos assistentes sociais. [...] O ideal de família ajustada tinha na habitação um grande inimigo, já que as “famílias populares” viviam em habitações “populares”, muita vez coletivas e plurifamiliares, o que significava, para os assistentes sociais de que tratamos, insalubridade e,

⁵ No campo das referências mais utilizadas na profissão, vislumbramos os diversos trabalhos de Marilda Vilela Iamamoto e de José Paulo Netto. Achamos pertinente, igualmente, sugerir autoras fundamentais em tal acúmulo, dentro das quais destacam-se: Ferreira (2010), Ferreira (2020), Assis (2022), Eurico (2018; 2022), Almeida (2014), Almeida (2015), Passos (2020), Rocha (2009), entre outros.

sobretudo, promiscuidade. Viviam, em suma, “aglomerando-se numa promiscuidade lastimável, com grande prejuízo para a saúde e a moral” (Hannibal Porto. Primeira Semana de Ação Social, 1936, p. 165) (Ferreira, 2010, p. 153)

Cabe mencionar que o Serviço Social em sua gênese estava inserido na reprodução da educação eugênica⁶ e sexual, prevista na constituição de 1934, estabelecendo, por vezes, sua intervenção profissional através dos ideais eugenistas e do mito da democracia racial:

Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. Em ambos os casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial (Gonçalves, 2018, p. 515).

Em seu surgimento, a profissão se configura com fortes traços confessionais, inserindo-se no campo das vocações e missões de servir ao próximo e do cuidado com o outro, adequando-se, assim, às funções do casamento e da maternidade, socialmente imputadas à parte das mulheres. Desta forma, o Serviço Social à época de sua gênese, tem seus quadros profissionais preenchidos por maioria esmagadora de mulheres, brancas e burguesas.

Ferreira (2010, p. 138) chama atenção para como a pioneira Escola de Serviço Social de São Paulo, igualmente, privilegiava a formação pessoal sobre a formação técnica. A autora, ainda demarca como a vocação era requisito e como os (as) candidatos (as)

⁶ Segundo Silva (2022, p. 40-41): [a eugenia] No Brasil foi introduzida em fins do século XIX e difundida nas três primeiras décadas do século XX, sendo amplamente apropriada pela medicina e espraiada nas demais profissões da saúde. O seu período de maior divulgação coincide com a organização do mundo do trabalho livre no pós-abolição e com a preocupação da República brasileira em controlar as massas de populações negras trabalhadoras, assalariadas ou não. Aqui, a solução eugênica transvestida como higienismo ofereceu a possibilidade de um controle racial alinhado com a formalidade do contrato social estabelecido pela abolição, o que garantiu ao Estado a justificativa para uma intervenção rígida sobre o grande contingente de indivíduos diagnosticados como inferiores, incapazes para o exercício da liberdade, perigosos, responsáveis por perturbações da ordem e, portanto, do progresso da nação.

deveriam ser pré-selecionados (as). As condições de admissão no curso dizem muito, neste sentido: “ter dezoito anos completos, ter curso secundário ou preparo equivalente, apresentar atestado de idoneidade passado por um sacerdote, e pagar a taxa de 40\$000” (Revista Serviço Social, 1940, n.14, p. 09 apud Ferreira, 2010, p. 138). Deste modo, é incontestado o perfil das (os) primeiras (os) assistentes sociais brasileiras (os):

Se somarmos a pouca probabilidade de os negros ascenderem pelos canais educacionais às exigências francamente elitistas das escolas pioneiras de Serviço Social com diretriz confessional – as hegemônicas – torna-se ainda mais clara a configuração sócio racial da profissão: novamente “quase que exclusivamente branca, senhorial e católica” (Londres, 2001, p. 100 apud Ferreira, 2010, p. 139).

Gonçalves (2022, p. 111), igualmente, demarca tal perfil, destacando importantes pontos que evidenciam os impactos do sexismo e o racismo em tal composição:

É impossível abordar a gênese do Serviço Social na década de 1930, sem que nos venha à memória a imagem das primeiras Assistentes Sociais diplomadas no Brasil. A imagem é emblemática: 13 jovens mulheres bem-comportadas, com cabelos presos, maquiagens leves e roupas discretas que mal deixam à mostra seus antebraços. E é preciso frisar: todas mulheres brancas e oriundas da alta classe média católica. Aqui todos os detalhes são importantes.

A organização da sociedade nesta quadra histórica, fundada nas sequelas da escravidão e do colonialismo, não possibilita condições básicas para o acesso igualitário a educação, assim o racismo incidia diretamente na inserção dos sujeitos no ensino superior no país e, conseqüentemente, na carreira de Serviço Social:

[...] dos 9.956 pretos [de 356.325 pessoas que haviam concluído até 1940 qualquer curso, de qualquer grau] que em todas as épocas anteriores a 1940, e que naquela sobreviviam, tinham certificados de cursos feitos, 88,62% haviam concluído apenas o curso primário, 7,58% o secundário e 1,09% tinham certificados de cursos superiores. Por aí se vê a mínima probabilidade que tinha o negro na capital do País de vir a ser ‘doutor’ até a data recente de 1940 e só assim se pode

compreender o alarido que faziam os primeiros estudiosos do negro brasileiro em torno das ‘honrosas exceções’, que de fato, à luz desses dados, aparecem como verdadeira raridade de nosso laboratório étnico e sociológico” (Pinto, 1998, p. 158).

Igualmente, propomos uma reflexão sobre a introdução das mulheres no mundo do trabalho, comumente tratado como um ganho expressivo para os direitos civis das mulheres, que é amplamente destacado nas referências bibliográficas da profissão, quando pensamos na gênese do Serviço Social Brasileiro.

É primordial pensarmos em tal conquista, todavia, é fundamental, do mesmo modo, que possamos compreender que a entrada de mulheres no mercado de trabalho já se efetivava como uma realidade para massas femininas subproletarizadas, negras, periféricas, uma vez, que estas, em diversas situações, já estavam inseridas em ocupações, por vezes, precarizadas e informais, sendo, inclusive, caracterizadas como arrimos de família em diversos casos⁷.

O estabelecimento do Serviço Social como profissão, ainda, coloca um impasse para as (os) assistentes sociais no que diz respeito ao exercício remunerado, residindo a herança missionária de sua prática. Assim, por vezes, a baixa remuneração desse profissional foi justificada por um discurso que revela a classe social das quais as pioneiras são pertencentes: “afastar da profissão as pessoas pouco generosas, que vejam no trabalho somente um ‘meio de vida’” (Maria Kiehl. Revista Serviço Social, 1939, n.11, p.07 apud Ferreira, 2010, p. 31).

⁷ As mulheres negras neste quadrante histórico, caracterizavam-se como importantes arrimos de família, em um contexto de exclusão da mão de obra negra masculina em prol da presença do imigrante Europeu. Estas trabalhavam comumente como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras e passadeiras e arcavam com grande parte das despesas de suas famílias. Este tipo de trabalho, tido como de menor valor, é destinado para mulheres negras como uma possibilidade *sui generis*. Como pontua Gonçalves (2022, p. 113): “Essa mesma engrenagem impunha (e impõe) às mulheres negras um processo de tríplice discriminação: de raça, classe e gênero. Garantir a sobrevivência de sua prole implicou voltar a casa-grande para prestar seus “serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira” (Gonzalez, 2018, p. 44). Às mulheres negras são reservados os trabalhos mais precários, de baixa ou nenhuma remuneração. Só lhes é permitido ocupar os mesmos espaços de brancas (os) apenas na condição de servi-las (os), confirmando, portanto, o que Lélia Gonzalez (1982) denominou como *divisão racial do trabalho*, constantemente camuflada sob o manto do mito da democracia racial”.

Nesta perspectiva, o Serviço Social, se configura como uma alternativa de trabalho permitida às mulheres brancas da burguesia, uma vez que adequada às qualidades femininas exigidas pela sociedade, tanto no que concerne aos estereótipos de gênero e raça/etnia, como no que concerne a imagem “clerical” vinculada aos princípios da Igreja Católica. Este fato conjuga as relações sociais de gênero e as relações sociais de raça/etnia à gênese do Serviço Social e imprime à profissão uma imagem: a da mulher, branca, burguesa, de acordo com os valores, atributos e qualidades exigidas aos assistentes sociais por parte dos grupos dominantes naquele momento histórico.

Se a população pobre, negra, periférica, não se destacava entre o corpo profissional e na produção intelectual dessa categoria, sua existência se materializava na realidade:

Para se ter uma ideia, nos quarenta e sete números publicados até 1947 na Revista Serviço Social há referências veladas aos negros. A iconografia, por outro lado, prova que se os negros não estavam presentes nos artigos da Revista Serviço Social, estavam na realidade. As capas dos primeiros números exibem fotografias de uma população usuária dos serviços sociais em São Paulo, em creches, centros de assistência e abrigos, repleta de negros (Ferreira, 2010, p.12-13).

Contraditoriamente, assim, apesar da existência massiva da subproletarização da população negra, bem como da acentuada exploração e dominação de mulheres – através do trabalho reprodutivo e da compressão de salários – materializadas ao analisarmos a história de nosso país, não temos evidências de um olhar para este contexto por parte das profissionais pioneiras dessa profissão. O que pode ser explicado pelas relações sociais estabelecidas no país naquele momento histórico, que privilegiavam em grande escala a reprodução do racismo e do sexismo e determinavam o perfil das pioneiras, a intervenção profissional adotada e a produção de conhecimento empreendida.

Compreendemos, contudo, que olhar para essa história, com os avanços que temos hoje na produção de conhecimento no âmbito da teoria social crítica, é elemento fundamental para refletirmos os processos vivenciados sob outras perspectivas e para a construção de novas narrativas no interior da profissão, em consonância com o atual

projeto ético político, que preconiza a construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, raça/etnia e gênero.

Contraditoriamente, contudo, atualmente, ainda se identifica uma tímida explanação das discussões sobre as relações sociais de raça/etnia e gênero em parte da produção de conhecimento e na formação profissional do Serviço Social Brasileiro, especialmente quando vislumbramos os chamados fundamentos da profissão, não sendo raro, observamos análises que, ainda, privilegiam o estudo das sociedades Europeias e do trabalhador industrial branco para explicar a realidade brasileira, em consonância com um pensamento eurocêntrico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento bibliográfico empreendido neste estudo nos apresentou que as relações sociais de gênero e de raça/etnia forjam a constituição da classe trabalhadora no Brasil - caracterizando-se como elementos fundantes e não apenas apêndices da dominação de classe - bem como determinam, diretamente, a gênese e a forma como essa profissão se constituiu neste país.

O papel destinado a mulheres na gênese da profissão, o perfil destas denotadamente marcado por pessoas brancas, do sexo feminino e abastadas, a (im)possibilidade de acesso à universidade em um contexto de pós-abolicionismo, dentre outros fatores, ganham destaque quando empreendemos uma análise centrada na unidade dialética estabelecida entre classe, gênero e raça/etnia.

Compreendemos, portanto, que não é possível captar a constituição da classe trabalhadora brasileira em análises que se iniciam a partir de 1930 e/ou com a chegada dos imigrantes ao país, muito menos com estudos eurocêntricos, que explicam as relações sociais mundiais tendo como referência a realidade Europeia. A contextualização aqui feita – ainda que brevemente realizada e certamente com muitas ausências e reducionismos – é vital para qualquer exame que se suceda em relação a constituição da classe trabalhadora e da profissão de Serviço Social no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Eliane Santos de. A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. Em Pauta, Rio de Janeiro, 2º sem. de 2014, n. 34, v. 12, p. 131-154, 2014.

ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun., 2015.

CRUZ, Teresa Almeida. Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil. Revista SURES, n. 9, 2017.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

EURICO, Marcia Campos et al. Antirracismos e Serviço Social. Cortez Editora, 2022.

FERREIRA, Carla Cecília Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. Temporalis, v. 21, n. 42, p. 62-76, 2021.

FERREIRA, Camila Manduca. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista Katálysis, v. 21, p. 514-522, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. Rio de Janeiro: Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 18, n. 45, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade

do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

ROCHA, Roseli. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, n. 99, p. 540-561, jul./set, 2009.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. Grupo de Pesquisa EGBE, Projeto Canela Preta, 2020.

O NEGACIONISMO HISTÓRICO E A ESTEREOTIPAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE PROTAGONISTAS NÃO BRANCOS/AS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA BRASILEIRA EXPRESSADO ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO LITERÁRIO

Thamirys Vitória Lino de Oliveira¹

Maria Fernanda Aguiar Fonseca²

Resumo: O estudo analisa a relação entre o patrimônio literário brasileiro e a representação dos protagonistas não brancos/as na história nacional. Examina como a literatura reflete as relações sociais e contribui para a construção da identidade do povo. Destaca a falta de representatividade e os estereótipos presentes nas obras, como em "A Escrava Isaura" e "Iracema". Perpetuando o racismo, etnocentrismo e a visão eurocêntrica. Aborda a violência étnico-racial historicamente estabelecida, marcada pela colonização e pela naturalização da superioridade branca. Discute a hegemonia cultural, a negação da voz do "outro" e a necessidade de romper com padrões preconceituosos na literatura e na educação. Conclui mostrando o papel do Serviço Social destacando a importância da inclusão e valorização das diferenças, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos e discriminações.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Étnico-racial; Etnocentrismo; Estereótipos; Serviço Social.

Abstract: The study analyzes the relationship between Brazilian literary heritage and the representation of non-white protagonists in national history. Examines how literature reflects social relations and contributes to the construction of people's identity. It highlights the lack of representation and stereotypes present in the works, such as "A Escrava Isaura" and "Iracema". Perpetuating racism, ethnocentrism and the Eurocentric vision. It addresses historically established ethnic-racial violence, marked by colonization and the naturalization of white superiority. Discusses cultural hegemony, the denial of the voice of the "other" and the need to break with prejudiced standards in literature and education. It concludes by showing the role of Social Service, highlighting the importance of inclusion and valuing differences, to build a more fair and egalitarian society, free from prejudice and discrimination.

Keywords: Inclusive education; Ethnic-racial; Ethnocentrism; Stereotypes; Social Service.

¹ Graduanda em Serviço Social, 4º período, pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros – Minas Gerais, bolsista de Iniciação Científica, 2024. thamirysicm@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social, 4º período, pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros – Minas Gerais, 2024. mariafaf12@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, pode-se estabelecer que a formação de uma nação está primordialmente intrínseca nas relações sociais, estas que são cotidianamente construídas por diferentes seres sociais, com diversidades étnicas, raciais, de gênero, espiritualidades e saberes. Estudar o patrimônio literário é estudar a história refletida através do imaterial, produzido por diversos grupos sociais, cujo objetivo é a criatividade, a atribuição de significado e valor, como também de preservação da identidade, tradição e história, ainda que sejam estórias, pois evidenciam as expressões artísticas culturais do ser social. Sendo assim, o patrimônio literário contribui para a construção identitária do povo. Em consideração a isso, todos os brasileiros se sentem verdadeiramente representados como protagonistas de sua própria história? Quem realmente somos? Diante destes questionamentos, esse estudo se propôs a pesquisar temas que envolvem a história da nação brasileira, analisando a representação de protagonistas históricos não brancos/as representados/das através do patrimônio literário, e se apresentam [ou não] representações com manifestação de estereótipos, que infelizmente reproduzem o racismo, o etnocentrismo, a visão eurocêntrica e a colonialidade presente na sociedade brasileira. Sendo os sujeitos desta pesquisa: os negros/as e indígenas brasileiros/as, realizando um recorte espacial do Brasil e tendo foco nas produções literárias.

MÉTODO

A metodologia adotada para o estudo se constituiu em fontes documentais e bibliográficas, com o intuito de estudar as representações de protagonistas negros/as e indígenas na história e identidade brasileira, tendo em vista sua inegável participação histórica, assim como análise de algumas das muitas produções literárias brasileiras. Entendendo o patrimônio cultural como um espaço de representações e apresentações democráticas de memórias em tempos de democracia e a diversidade em seus vários aspectos. Bem como a necessidade de valorizar a literatura como parte do patrimônio cultural imaterial. Para tanto, utiliza-se as orientações de Gil e Meinerz (2017) sobre o

ensino da história brasileira com visão eurocêntrica, bem como sua naturalização e tratando de maneira secundária às ideias do sociólogo Aníbal Quijano acerca da colonialidade. Outrossim, a respeito das discussões de Lévi-Strauss sobre as diferenças, raça e história, cultura e etnocentrismo. Ademais, Rocha (1988), em o que é o etnocentrismo. Nessa perspectiva, essa é uma pesquisa qualitativa, descritiva, analítica e explicativa.

DESENVOLVIMENTO

Primordialmente, se faz necessário um estudo que busque a gênese da violência étnico-racial, que anteriormente estava relacionada de maneira errônea à superioridade genética entre brancos e não brancos, tentando comprovar este pensamento foram realizadas diversas experiências científicas com o objetivo de classificar o ser humano em diferentes categorias que seriam motivadas pela diversidade de raças, o que resultará em uma única classificação, o *homo sapiens*, afinal, são todos homens e mulheres pertencentes a uma mesma base de origem biológica. A diferença que enriquece os seres humanos está na cultura dos grupos sociais, que ultrapassa as limitações de aparência fenotípica, tem relação principalmente com a identidade e tradicionalidade. Consequentemente, existem muito mais culturas do que raças. Ademais, deve-se salientar a relevância do patrimônio literário para a (re)construção da identidade dos protagonistas e o papel do patrimônio cultural sendo extremamente importante para o combate ao racismo, à preservação da tradição artística e histórica dos povos, assim como o reconhecimento da identidade do ser social, tanto em seu pessoal, como na educação, política, arte, espiritualidade, valores e entre outros.

Sendo assim, como se constituiu o racismo, o etnocentrismo e principalmente, a hegemonia eurocêntrica? Em estudos antropológicos o sociólogo francês Lévi-Strauss (1980) busca compreender de maneira científica a origem deste pensamento, a resposta se encontra justamente na existência das diferenças, na troca de saberes e as relações com “outros” grupos diferentes do “meu”, porque, quanto mais trocas culturais, mais há desenvolvimento, a partilha de saberes proporciona novas ideias e acúmulo de

habilidades, dentre todos os povos, no continente europeu foi onde ocorreu em maior número desta diversidade de trocas, uma vez que na Europa durante o:

[...] começo do Renascimento era o ponto de encontro e de fusão das mais diversas influências: as tradições grega, romana, germânica e anglo-saxônica; as influências árabe e chinesa. [...] enquanto as culturas que mutuamente se fecundam sobre o solo europeu são o produto de uma velha diferenciação de várias dezenas de milênios, as da América, em que o povoamento é mais recente, tiveram menos tempo para divergirem; oferecem um quadro relativamente mais homogêneo. (Lévi-Strauss, 1980, p. 19)

O que trouxe vantagem aos europeus no que se trata do desenvolvimento de técnicas, de sobrevivência, na educação, arte e entre outras áreas. Porém, isto reforça a importância da necessidade de trocas culturais e distribuição dos conhecimentos entre as culturas e principalmente que estas diferenças sejam preservadas, contrariando a homogeneidade e padronização da cultura. Continuando, são estes aspectos que colocaram a cultura europeia como a “superior” às demais culturas, mas, e a questão da raça? como ela se encaixa e por que há racismo? Para responder a estes questionamentos se faz necessário recorrer à história e o colonialismo é um ótimo exemplo para tal, o objetivo central deste trabalho não é o processo de colonização, mas, sim, utilizá-lo como plano de fundo para compreender a ligação entre raça e cultura, no contexto de violência.

Na história do Brasil não foi diferente, a colonização feita pelos europeus, os portugueses, reforça este pensamento eurocêntrico de superioridade entre as culturas e que traz consigo os efeitos da colonialidade - permanência de traços da dominação colonial eurocêntrica e racista sobre os países dominados, ainda que já tenha ocorrido o fim do período colonial, as características perpetuam na ordem da sociedade - oprimindo tantos os povos originários, os indígenas, como também os negros, traficados da África, ambos para serem escravizados, o cotidiano deste período histórico, aproximadamente 1500-1822, foi datado de violência extrema, tanto dos brancos sobre os escravizados e dos não brancos entre si, nos documentos de história há relatos alarmantes de brigas e castigos³. Neste contexto de naturalização da violência e racismo, os não brancos eram

³ Sugestão de leitura para conhecer mais a respeito deste contexto histórico brasileiro da naturalização de atitudes extremamente violentas, texto de Morelli (2002).

vistos como mercadorias e “sem alma”. A identificação da cultura “superior” foi então associada a “fácil e rápida” indicação pela aparência, as pessoas com traços europeus e de cor de pele branca, sendo os demais, “inferiores” os quais recebem todos os tipos de adjetivos pejorativos:

O racismo brasileiro solidificou-se historicamente através da invisibilidade experimentada nas relações informais e íntimas do cotidiano das pessoas, reproduzindo-se em gestos diários de negatização, ridicularização e estigmatização dos grupos não brancos do país. (Gil; Meinerz, 2017, p. 23)

Naturalização reforçada atualmente pelas políticas sociais que fragilizam o reconhecimento da importância da diversidade cultural e seu acesso. Outrossim, a educação brasileira, ainda que esta seja uma das principais redes que constroem o ser social. Sendo também, o patrimônio cultural um aliado à ruptura da estigmatização, que igualmente está sendo alvo da colonialidade - realizando a manutenção da violência contra a cultura das/e às pessoas não brancas- mantendo uma visão etnocêntrica. Consoante a redação dada pela Lei nº11.645, de 2008, o Art. 26-A diz que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Todavia, o Portal do Ministério da Educação (2013) reconhece que a garantia da educação para todos não é alcançada apenas através de documentos oficiais como decretos ou similares. Ou seja, não se resume simplesmente a prescrever atividades de ensino ou estabelecer parâmetros e diretrizes curriculares. A qualidade social da educação é uma conquista que se manifesta através dos movimentos sociais, sendo um direito fundamental de todos os membros da sociedade brasileira. Em concordância ao Código de Ética Profissional da/o Assistente Social (1993), nos princípios fundamentais, o assistente social atua como um agente de transformação social capacitando membros de comunidades para reivindicar direitos e enfrentar as desigualdades sociais, contribuindo para a desconstrução das estruturas racistas, em meio a uma “democracia blindada”, termo utilizado por Duriguetto e Demier (2017) que faz referência as resistências pela busca e ampliação de direitos e políticas reformistas da classe trabalhadora, em um Estado neoliberal, reforçado desde o capitalismo monopolista, no qual dificulta o acesso a direitos. Diante disso, é possível perceber a importância das

lutas por direitos e da consciência de classe para si, bem, como, a ampliação da cidadania e da democracia. Além disso, há uma incongruência em estabelecer a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena apenas no ensino fundamental e ensino médio, pois, a educação básica é essencial para o aprendizado social com a diversidade. E mais do que isso, o ensino superior precisa estar inserido na responsabilidade de ter disciplinas da história e cultura afro-brasileira e indígena no Projeto Pedagógico de Curso, é necessário que os professores e profissionais de educação possuam uma formação crítica e de qualidade sobre o tema, afinal, são estes profissionais que estão/estarão responsáveis pela educação em sala de aula para formação dos sujeitos sociais e políticos.

Segundo Gil e Meinerz (2017), apesar da miscigenação e pluralidade de origens étnicas no Brasil, espaço para valorização e reconhecimento da beleza das diferenças, o que ocorre é a estigmatização, desigualdades sociais, ausência e perda de direitos, impulsionados por uma ótica de naturalização - advinda da colonialidade- que utiliza-se do referencial europeu para atribuir a imagem de quem são os brasileiros, principalmente a respeito da estereotipação dos protagonistas não brancos/as. É pueril acreditar que isto não irá refletir-se nas representações do patrimônio cultural, nas relações sociais e na política, sendo como um “palco” que revela todo este processo, como, ocorre na literatura - patrimônio cultural imaterial- por exemplo, que será abordado ao decorrer desta produção científica.

Diante disso, se faz necessário evidenciar a necessidade de romper com este ciclo, tendo também o conhecimento da totalidade, sendo a sociedade racista, patriarcal, eurocêntrica e capitalista. Bem como problematizar o etnocentrismo e suas consequências. Consoante Rocha (1988, p. 5) o “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência.”, evidenciando sentimentos de hostilidade e objeção em lidar com a diferença. Sendo o eurocentrismo, como discutido anteriormente, aquele que se sobressai hegemonicamente como “superior” e dominador. A naturalização da designação da identidade brasileira, sobretudo das pessoas não brancas, através do pensamento

preconceituoso europeu, traz consigo marcas de negação da voz da sociedade do “outro”, sobre quem ele mesmo é, impondo violentamente uma significação forçada da história e identidade, utilizando a perspectiva do meu “eu” que naturalmente possui este sentimento de estranheza ao diferente, em contexto brasileiro haverá a particularidade da herança, de muitos anos, da centralização da discriminação aos indígenas e negros/as, evidenciando-os como selvagens, desprovidos de intelectualidade, ingênuos, não humanos, preguiçosos, atrasados, também são sexualizados - advindas da violência sexual praticada desde a colonização- e entre outros adjetivos pejorativos. Partindo da concepção que o patrimônio literário deve ser reconhecido como patrimônio cultural imaterial, pois, também expressa cultura social e evidentemente sofre violação dos direitos culturais, que são:

[...] elencados como aqueles que dizem respeito à valorização e proteção do patrimônio cultural; à produção, promoção, difusão e acesso democrático aos bens culturais, à proteção dos direitos autorais e à valorização da diversidade cultural. (Rocha e Aragão, 2011, p. 1)

Outrossim, a violação deste direito se faz presente também no acesso à cultura, tendo em vista a lógica do capital na reificação das relações sociais, uma sociedade onde a sobrevivência é um objetivo difícil de se garantir - para as classes subalternas- e o lazer e a cultura são vistos de maneira elitizada pela população e até mesmo pela política, já que estas apresentam fragilidades nesse aspecto.

São efeitos prejudiciais do etnocentrismo no patrimônio cultural, a maneira negativa da construção da identidade de ser indígena e do ser negro/a no Brasil, evidenciando apenas a ótica da violência praticada contra estes grupos e em raríssimas vezes mostram de fato a exuberante beleza da cultura indígena e negra, não está posto aqui que a imagem de resistência não seja importante, porém, para muitas pessoas este contexto histórico - escravidão - está carregado de dor, vergonha e insulto, com uma associação de querer ser não branco/a é apenas relacionado a tudo o qual foi atribuído como desagradável e ruim; e que ser indígena está relacionado a atrasos em tempos de vida moderna e ingenuidade. Isto fragiliza o reconhecimento, pertencimento e significado em manter a tradição da sua própria cultura e do seu “eu”, justamente por conta da imposição que o “outro” conta de

como é ser o “eu” que não lhe pertence, sendo como perfeito e correto apenas a sociedade do “eu” dominador. É necessário mostrar a outra ótica, como protagonistas que são, participando de maneira ativa na construção e desenvolvimento do país, para que assim rompa com este estigma. Pois, a noção de progresso nunca poderá estar associada a um único grupo, seja na dependência voluntária ou não das diferentes culturas entre si:

[...] o dever sagrado da humanidade é conservar os dois extremos igualmente presentes no espírito, nunca perder de vista um em exclusivo proveito do outro; não cair num particularismo cego que tenderia a reservar o privilégio da humanidade a uma raça, a uma cultura ou a uma sociedade; mas também nunca esquecer que nenhuma fração da humanidade dispõe de fórmulas aplicáveis ao conjunto e que uma humanidade confundida num gênero de vida único é inconcebível, porque seria uma humanidade petrificada. (Lévi-Strauss, 1980, p. 23)

Importante dizer que o etnocentrismo não se limita apenas a um grupo social e cultural, pode estar presente em todos, o que se faz necessário construir uma postura de alteridade, que em concorde com Lévi-Strauss (1988) não é negar-se a si mesmo e, sim, conhecer novas culturas, ampliando para além das particularidades, contribuindo até mesmo para o reconhecimento de “quem somos e qual a nossa identidade”. Notório esclarecer que não se trata de etapas a serem realizadas para atingir tal objetivo e sim de concepção.

EXEMPLO DE PROTAGONISTAS NEGROS/AS E INDÍGENAS QUE FORAM RETRATADOS COM ESTEREÓTIPOS

Neste subtítulo será evidenciado exemplos da negação histórica da participação dos protagonistas não brancos/as na identidade brasileira, bem como os estereótipos presentes no patrimônio literário, através de uma breve análise de três produções, sendo uma delas a carta de Pero Vaz de Caminha.

Em se tratando da identidade negra presente [ou não] na literatura brasileira, pode-se evidenciar como resultados desta pesquisa a forte ausência de representações de

personagens negros/as, sendo o negacionismo histórico, como também a presença de estereótipos, uma vez que a aparição é:

Praticamente inexpressivo antes do romantismo, a abordagem do tema negro mostra-se preconceituosa mais pela ausência do que pela presença, o que é facilmente compreendido atentando-se para a carência de escritores e a associação com o grupo burguês escravocrata dos poucos que existiam. Com o romantismo, a partir de 1830, mais ou menos, percebe-se o personagem negro mais presente – mas não mais representativo – na literatura, sem ser realmente valorizado. Assim, ele era apenas um mero tema do momento histórico, sempre escravo, nunca um ser humanizado e atuante. (Calegari e Moreira, 2017, p. 50)

Ademais, a figura negra se encontra como coadjuvantes que se reconhecem e se conformam como inferiores às pessoas brancas. Uma das produções que pode ser usar como ilustração ao racismo e o etnocentrismo presente na literatura, é a produção “A Escrava Isaura” de 1999 do escritor Bernardo Guimarães (1825-1884), que possui como sinopse a estória de uma mulher branca filha de mãe negra escravizada e explorada sexualmente por um português, que então se torna o pai de Isaura. Após a morte de sua mãe e expulsão do seu pai da fazenda onde viviam, Isaura recebe “educação branca” através da criação feita pela esposa do Sr. Almeida, mas, continua como escravizada, que ao decorrer da estória vai ser vítima de perseguição de Leôncio para satisfazer seus desejos pervertidos e encontra seu amor verdadeiro, o Álvaro, a quem precisará conquistar sua posse em meio a desafios. Há muitos leitores que encontram beleza em “A Escrava Isaura” (1999), existindo críticos que defendem a produção como tentativa de colocar uma mulher branca em contexto de violência contra negros/as, com a proposta de trazer reflexões sobre o tema. Todavia, é inegável que a produção apresente muitos elementos racistas, preconceituosos e etnocêntricos/eurocêntricos, que revelam não só o pensamento preconceituoso coletivo, como, também, próprio da visão do “eu” escritor sobre a figura do “outro” personagem negro/a. Segundo a análise feita por Calegari e Moreira (2017) da obra, está presente em toda a produção o branqueamento da personagem Isaura, por ser filha de pai europeu e não negra genuína, como uma qualidade que a proporciona uma categoria da população branca, na inteligência e beleza, mas que ainda sabe reconhecer o “seu lugar”, sendo ainda inferior pelas suas raízes, que embora não se manifestam tanto na aparência, está em sua genética. Como é evidenciado

explicitamente em dos vários trechos preconceituosos: “[...] deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano.” (GUIMARÃES, 1999, p. 12). Deste modo, há uma tentativa de evidenciar que o branqueamento a torna melhor e indigna de ser maltratada, embora não seja “branca de verdade”, visão etnocêntrica que se alicerça na aparência para associar quem não pertence a cultura “superior”, a europeia.

Paralelamente, os indígenas também possuem sua participação como protagonistas recusados, sendo pouco presentes na literatura:

Entre os grupos ignorados, o indígena é um exemplo de exclusão, e até porque a inserção deles na literatura é tardia pela falta de espaço e por coincidirem, historicamente, com as lutas sociais ocorridas no último século. [...] Apenas aparecem nos primeiros registros do Brasil feitos pelos portugueses, sendo destacados textos dos colonizadores e jesuítas [...] foi decretado que o índio seria o símbolo da memória nacional, de modo idealizado conforme os padrões canônicos. (Zancan, 2017, p. 63)

Dentre as produções, é interessante analisar a transição da narrativa de quem é o “outro”, os indígenas, pela ótica do “eu” escritor, quando se compara os primeiros relatos da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei português D. Manuel I, o qual descrevia os indígenas com estranheza, como, selvagens, andavam nus e sem constrangimento, armados com arcos e flechas, pardos e entre outras descrições. Já os romances indianistas que idealizam os indígenas, com características medievais, sendo heróis, aventureiros, fortes, bonitos, valentes, porém, sempre submissos ao colonizador, como são as personagens Iracema e Poti na obra “Iracema”, primeira publicação em 1865, escrita por José de Alencar. Ainda que tenha mudado os adjetivos pejorativos para qualitativos, não possui a voz dos indígenas, são silenciados até os dias atuais, os leitores não podem ficar limitados a produções eurocêntricas a respeito da cultura dos povos originários brasileiros. A literatura representa Iracema como uma indígena submissa a cultura europeia por Martim que é colocado como conquistador, no qual não respeita as heranças culturais, a exemplo do segredo de Jurema. Iracema na qual se distancia das suas origens da tribo Tabajara para seguir Martim, que a deixa muito tempo sozinha mesmo após saber da sua gravidez, que falece de melancolia. Consoante Zancan (2017), muitas comunidades

indígenas produzem seus próprios textos, que são inclusive alvos da violação de direitos autorais. A escrita não deve ser utilizada como instrumento dominador e sim para ser usada como defensora da memória e cultura, as produções são escritas na língua de origem e também são traduzidas para o português. Entretanto, não são usadas na educação brasileira, limitando o estudo apenas a ótica eurocêntrica, como discutido anteriormente. Importante dizer que nenhuma das obras literárias citadas acima foram escritas por negros/as e/ou indígenas. Além do mais, estes estereótipos e preconceitos contribuem para as consequências antes discutidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto isto, é possível perceber como a literatura tem forte impacto na (re)construção da identidade brasileira e que deve ser inclusiva, elaborada e reconhecida como espaço democrático de memórias, tal qual é a proposta do patrimônio cultural. O objetivo da pesquisa em responder as perguntas guias foi alcançado, não são todos os brasileiros que se sentem representados como protagonistas de sua própria história, como um país com diversidades étnicas e culturais, porém, que cristaliza as relações sociais, sendo o Brasil carregado de traços excludentes e de colonialidade, discriminando os não brancos/as, através de poucas referências e quando há presença destas, é com estereótipos, violência e preconceitos.

Diante disso, se faz necessário reavaliar as políticas sociais, em consequência de suas fragilidades em garantir o acesso à cultura e educação, a preservação, proteção dos direitos autorais e à valorização da diversidade cultural. Assim como utilizar os textos originais de autores não brancos/as sobre quem eles são, dando espaço para a sociedade do “outro” se posicionar. Sendo de fundamental notabilidade que as medidas a serem realizadas para reverter de maneira crítica ao impasse - que é uma das expressões da “Questão Social”, pois se insere também nas contradições do capital, negando direitos - não se resumem e/ou se limitam ao campo da imediatividade, é necessário a práxis profissional, com uma concepção de mediação que leve em conta a universalidade, particularidade e singularidade. Outrossim, a responsabilidade do Estado em assegurar e

ampliar os direitos de todos/as brasileiros/as. Aliado ao papel do assistente social na pesquisa e produção de conhecimento, com o fim de fortalecer identidades culturais, promovendo emancipação política e humana, para romper com o ciclo da formulação das políticas sociais distantes dos interesses, estratégias e demandas dos protagonistas não brancos/as. Empenhando as organizações da sociedade civil, coletivização das lutas, ampliação dos direitos políticos e sociais. Outrossim, preservando as diferenças e as trocas culturais, em garantir melhor qualidade de vida, sejam as novas técnicas desenvolvidas por qualquer das culturas existentes, o objetivo não é limitar o espaço de interações e práticas culturais, mas preservar as diferentes culturas que enriquecem o ser humano e construir juntos uma sociedade com qualidade a todos/as. Afinal, o progresso nunca poderá ser limitado a um único grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **Iracema**. 24. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Bom Livro)

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 05 de abr. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**, 2013. (p. 14) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 06 abr. 2024

CALEGARI, L. C.; MOREIRA, F. M. **Processos de (des)legitimação do cânone: o negro na história da literatura brasileira**. In: Litterata: Revista do Centro de Estudos Hélio Simões. v. 6 n. 2 (2016): Revisões do cânone, 02 out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36113/litterata.v6i2.1394> Acesso em: 02 dez. 2023

CFESS, Código de Ética Profissional da/o Assistente Social. **Princípios Fundamentais**. 1993

DURIGUETTO, Maria Lúcia; DEMIER, Felipe. **Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo**. In: Argumentum, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 8–19, 2017. DOI: 10.18315/argum.v9i2.17066. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17066>. Acesso em: 01 abr. 2024.

GIL, C. Z. de V.; MEINERZ, C. B. **Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes.** *Horizontes*, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 19–34, 2017. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/436>. Acesso em: 24 nov. 2023.

GUIMARÃES, Bernardo de. **A escrava Isaura.** São Paulo: Ática, 1999. (p. 12)

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história.** Lisboa: Presença, 1980. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%20Claude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf . Acesso em: 20 ago. 2023

MORELLI, J. R. P. **Fragmentos do cotidiano em uma sociedade escravista - Resistência, acomodação, solidariedade e conflitos como estratégias de sobrevivência.** In: *Escravos E Crimes - Fragmentos Do Cotidiano: Montes Claros De Formigas No Século XIX.* Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2002. p. 102-155. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-30090/escravos-e-crimes---fragmentos-do-cotidiano-em-montes-claros-de-formigas-no-seculo-xix>. Acesso em: 20 set. 2023

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. **O que é etnocentrismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 5-10. Disponível em: <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/colec3a7c3a30-primeiros-passos-o-que-c3a9-etnocentrismo.pdf> Acesso em: 08 set. 2023

ROCHA, S.C.; ARAGÃO, A. L. **Direitos culturais no Brasil e uma breve análise do programa Cultura Viva.** In: *Artigos do II Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.* Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_SophiaCardosoRocha_e_outro_Direitos_culturais_no_Brasil_e_uma_breve_analise_do_Programa_Cultura_Viva.pdf . Acesso em 01 dez. 2023

ZANCAN, M. R. K. **A literatura canônica e a voz do indígena.** In: *Litterata: Revista do Centro de Estudos Hélio Simões.* v. 6 n. 2 (2016): Revisões do cânone, 02 out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36113/litterata.v6i2.1395> Acesso em: 27 nov. 2023

O ESPAÇO DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE: ENFRENTANDO O MACHISMO/RACISMO ESTRUTURAL NA POLÍTICA EM MONTES CLAROS-MG

Jennifer Taís Lima de Oliveira¹

Resumo: Esse resumo expandido tem como objetivo analisar a realidade da mulher negra, com ênfase no âmbito político de Montes Claros-MG, mostra também como podem sofrer desigualdades por serem mulheres e negras, e diante do etnocentrismo pode piorar a vivência dessa mulher dentro da sociedade. Esse trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, assim, evidenciando a dificuldade de inserção da mulher nesse âmbito político.

Palavras chaves: Mulheres; Negras; Etnocentrismo; Política.

Abstract: This expanded summary aims to analyze the reality of black women, with an emphasis on the political sphere of Montes Claros-MG, it also shows how they can suffer inequalities because they are women and black, and in the face of ethnocentrism it can worsen the experience of these women within society. This work was developed through bibliographical research, thus highlighting the difficulty of inserting women in this political sphere.

Keywords: Women; Black; Ethnocentrism; Policy.

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade historicamente guiada por um machismo/racismo estrutural, faz-se necessário repensar como a mulher, em especial a mulher preta, se insere, e está inserida, em vários espaços e contextos na sociedade. De acordo com Gonzalez (2020), o racismo é caracterizado como uma construção ideológica que direcionam certas práticas atingirem distintas ações de discriminação racial. É um discurso de exclusão que beneficia aqueles que praticam esse tipo de desigualdade na sociedade. O racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca a uma “inferioridade” negro-africana. É evidente que o feminismo desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, conforme foi apresentada novas questões, estimulou e desenvolveu a busca por uma maneira nova de ser mulher.

¹ Aluna de Serviço Social, 4º período na UNIMONTES-Universidade Estadual de Montes Claros em Minas Gerais. (2024)
taisjennifer17@gmail.com

O sexto caderno (série) intitulado *Assistente Social no combate ao preconceito*², publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), cita que o machismo foi historicamente construído, sendo disseminado de forma diversificada em diferentes tempos e sociedades. Trata-se de um preconceito sustentado por uma ideia de que o homem tem poder sobre a mulher, podendo exercer domínio sobre ela. Sob tais influências, existe um desmerecimento, a sustentação de práticas de controle dos seus comportamentos e, também, formas de apropriação do seu tempo, corpo e trabalho.

Muito se tem falado, nos últimos tempos, sobre violências, preconceitos, mas, também, sobre o protagonismo das mulheres negras. Contudo, se observarmos a nossa volta, mesmo com toda a qualificação e capacitação da mulher negra, ela não é valorizada. A autora Akotirene (2019) usa o termo interseccionalidade para nos mostrar como as mulheres negras são discriminadas e marginalizadas estruturalmente. Esse conceito destaca a complexidade entre diferentes formas de opressão e discriminação e como essa opressão se sobrepõe na vida das pessoas. A interseccionalidade equipa os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras. Pois não adianta uma empresa passar a contratar pessoas negras mas manter a discriminação em atos, como escolher cargos inferiores a esses. Houve um caso com esse contexto que citei:

Em 1976, a trabalhadora Emma DeGraffenreid e várias mulheres negras processaram a General Motors por discriminação, sob o argumento de que a empresa segregava a força de trabalho por raça e gênero, pois os homens negros trabalhavam na linha de montagem e as mulheres brancas nos serviços de secretariado. Para a Corte, tradicionalmente masculina e branca, é muito difícil compreender a identidade interseccional e criminalizar o racismo e o sexismo institucionalizados contra as mulheres negras sem enveredar pelos mesmos expedientes que as levaram recorrer às leis antidiscriminação, senão doesmarginalizar raça e gênero. (AKOTIRENE, 2019, p. 37)

² Livros, brochuras e outras informações com opção de download do CFESS:
<https://www.cfess.org.br/visualizar/livros>.

Frente a uma histórica cultura preconceituosa e de opressões, entende-se que nenhuma escolaridade, por si só, será suficiente para que tenham um espaço em uma sociedade racista. A condição de vida, de trabalho, de reconhecimento e respeito da mulher negra, ainda, evidencia a existência de perversas desigualdades socioeconômicas que não estão dissociadas das questões raciais e de gênero, somadas às contradições de uma sociedade desigual e de classes³.

Gonzalez (2020) apresenta porcentagem da mulher negra na força de trabalho, tínhamos 11,3 milhões de mulheres em 1976, no qual 57% se reconheciam como brancas e 40% como negras (pretas e pardas). A maior concentração do trabalho feminino ocorre nos setores de prestação de serviço e de comércio de mercadorias, mas 69% das mulheres negras trabalham como agricultura e na prestação de serviço, assim quer dizer que, as atividades sociais e o comércio absorvem principalmente mulheres brancas. O espaço que a mulher negra ocupa é muito menor, mostra que a luta é cansativa e longa. Seguindo essa linha raciocínio, cerca de 50% das famílias brasileiras brancas possuem um rendimento de três salários mínimos, contra 81% das famílias pretas e 71% das pardas. Apesar da família negra ter um maior número de integrantes também ganham menos do que as famílias brancas.

Um professor de sociologia chamado Francisco Porfírio fez um artigo onde fala como o etnocentrismo impacta na não alteridade de um observador⁴. O etnocentrismo defende a posição de que os diferentes étnicos podem referir-se com diferentes “raças”, no campo da antropologia e sociologia a espécie humana era classificada por distintas raças hierarquizadas, de modo que algumas fossem superiores a outras.

Diante do exposto é que se apresenta esta comunicação, resultante de pesquisas bibliográficas e documentais, com viés explicativo. Tem como principal objetivo entender

³ Em uma entrevista para o documentário “As divas negras do cinema brasileiro” Lélia Gonzalez faz uma análise em aspectos de classes para pensar a estrutura da sociedade. <https://www.brasilefato.com.br/2019/11/19/racismo-e-machismo-mantem-mulheresnegras-no-grupo-demenores-salarios-do-pais>.

⁴ “A palavra etnocentrismo designa uma forma de enxergar outra etnia (e suas derivações, como cultura, hábitos, religião, idioma e formas de vida em geral) com base na etnia própria”
Veja mais sobre “Etnocentrismo” em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/etnocentrismo.htm>.

os espaços se inserção e ocupados pelas mulheres negras considerando, particularmente, a existência do espaço para a mulher negra com ênfase na política.

Acredita-se que é relevante debater este tema considerando a realidade vivenciadas pelas mulheres negras, inseridas em diferentes espaços sociais. Dentre os principalmente questionamentos que ora se apresenta, destacam-se: quebrando barreiras essa mulher pode alcançar um reconhecimento na sociedade? Ela pode alcançar algum privilégio na sociedade? Em Montes Claros-MG podemos encontrar estudos sobre essa temática? Vale ressaltar que um pensamento etnocêntrico pode minimizar ou até mesmo justificar as práticas discriminatórias com base em critérios culturais próprios a essa luta.

MÉTODO:

A presente comunicação foi elaborada com base em pesquisas realizadas no segundo semestre do ano de 2023. As abordagens qualitativas e quantitativas foram indispensáveis para o desenvolvimento dessa pesquisa que tem um viés explicativo. Os dados e as informações foram analisadas sob uma perspectiva crítica, mediante a realização de estudos bibliográficos e documentais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a percepção do machismo/racismo estrutural a proposta dessa pesquisa consistiu em averiguar, a partir da metodologia adotada, a existência de espaço político para a mulher negra. Segundo Moura, Zuba e Ferreira (2021), em 2020, as mulheres ocuparam 16% dos cargos de vereadoras no Brasil, e dentro dessa porcentagem 6,3% foram vereadoras negras eleitas. A participação da mulher na política tem apenas 87 anos com a conquista de poder votar, porém a sua candidatura conta com vários empecilhos.

De acordo com o site do Senado Federal⁵ Luiz Inácio Lula da Silva incluiu o nome de Antonieta de Barros no livro de heróis e heroínas da Pátria, ela foi a primeira mulher

⁵ Deputada negra é reconhecida como heroína da Pátria
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/05/primeira-deputada-negra-do-brasil-e>

negra a assumir um mandato popular no Brasil, em Santa Catarina nas décadas de 1930, filha de escrava liberta ela foi excepcional na luta contra a discriminação dos negros e das mulheres.

No entanto, ainda em 2020 um total de 2.952 municípios do país ainda permaneceram sem nenhuma mulher negra eleita. Em Montes Claros-MG a maior cidade do Norte de Minas, pela primeira vez nessa quantidade, elegeu 4 (quatro) mulheres. Entretanto, nenhuma se declarou como negra, e isso merece ser estudado. Sobre esses dados, ainda é possível analisar a desigualdade formal entre homens e mulheres na disputa eleitoral. Entender o caminho destas mulheres que passaram pela democracia é compreender a representatividade que elas tiveram/tem.

De acordo com o site da prefeitura de Montes Claros-MG⁶, Maria Aparecida Bispo foi a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Montes Claros-MG. Como Vereadora, comentava que ela era exatamente o contrário do que uma sociedade elitista e machista poderia imaginar: “mulher, pobre, preta e professora”. Ela desafiou estereótipos e preconceitos ao representar uma parcela da população que é frequentemente marginalizada e sub-representada na política, ela contrariou as expectativas de uma sociedade machista e elitista, foi um marco a sua presença na Câmara Municipal de Montes Claros de inclusão e diversidade.

Recentemente, nas eleições de 2022, A Assembleia Legislativa de Minas teve 4 mulheres negras eleitas para deputadas estaduais, de acordo com o Jornal Braziliense⁷ foram elas:

- Leninha (PT), com 65.864 votos;

[reconhecida-como-heroina-da-patria#:~:text=Antonieta%20de%20Barros%20\(1901%2D1952,eleitas%20na%20hist%C3%B3ria%20do%20pa%C3%AAs.](#)

⁶ Maria Aparecida Bispo foi convocada no último ano da legislatura 1977 a 1982 para substituir o vereador Luiz Tadeu Leite. Na condição de suplente, ela atuou no cargo de 18 de maio de 1982 a 19 de janeiro de 1983. <https://www.montesclaros.mg.leg.br/institucional/noticias/tv-camara-apresenta-serie-especial-em-homenagens-as-mulheres>

⁷ A representatividade negra na Assembleia Legislativa de Minas aumentou nesta eleição, passando de três para quatro as deputadas preta <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5041608-quatro-mulheres-ampliam-representatividade-negra-na-assembleia-de-minas.html>

- Andréia de Jesus (PT), com 51.120;
- Macaé Evaristo (PT), com 50.416;
- Ana Paula Siqueira (Rede), com 33.621.

A quantidade de votos que essas mulheres negras tiveram e foram eleitas pode ser um começo de vitória, reconhecimento e visibilidade a figuras historicamente negligenciadas. Mas, as disparidades existentes entre homens e mulheres, e entre mulheres brancas e mulheres negras ainda é muito expressiva.

A Deputada Marilene Alves de Souza, Leninha (PT) foi homenageada em Montes Claros-MG e recebeu o título de Cidadã Benemérita, uma honraria a pessoas que praticam atos de relevância e interesse social em favor da população. No seu pronunciamento ela destacou: “Para chegar até aqui eu procurei andar com pessoas do bem, tratar todos com amor, carinho e diálogo. Sou defensora de todos, principalmente das mulheres, minha defesa não tem bandeira, represento a voz de todas as diversidades”⁸. Há cerca de 30 anos Leninha se juntou com a luta do Centro de Agricultura do Norte de Minas (CAA-NM), fez parte do sertão semiárido, ouvindo e olhando com carinho a diversidade, cultura e religião, ela contribuiu na construção de importantes políticas públicas que ajudou e ajuda várias vidas em diversas comunidades. Nessa entrevista com o CAA-NM ela destacou que ser mulher e ser mulher negra no parlamento significa aprofundar na questão de interseccionalidade, considerando a diversidade das mulheres, seja em cor, raça e sexualidade, ainda destacou a importância de lutar pela justiça na questão da divisão do trabalho, sobre desigualdades na remuneração das mulheres e na luta contra a violência.⁹

Andreia de Jesus (PT) é advogada popular, educadora infantil e mãe solo, trabalhou como doméstica na sua juventude e é a primeira da sua família a fazer um curso superior, ingressa na universidade através de políticas de ações afirmativas, sua segue ao

⁸ Deputada Leninha recebe Título de Cidadã Benemérita [Deputada Leninha recebe título de Cidadã Benemérita — Montes Claros](#)

⁹ Semente de luta floresce na Assembleia Legislativa de Minas Gerais [Semente de luta floresce na Assembleia Legislativa de Minas Gerais \(caa.org.br\)](#)

lado das pessoas privadas de liberdade e das ocupações urbanas e pela vida da juventude negra¹⁰.

Macaé Maria Evaristo dos Santos (PT) é graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), foi a primeira mulher negra a ocupar os cargos de secretariado municipal e estadual de Educação. Em 2013 assumiu a Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), durante sua gestão insistiu no Programa Bolsa Permanência, para os estuantes que atendiam aos critérios da política de cotas e a indígenas e quilombolas matriculados em universidades federais.¹¹

Ana Paula Siqueira (REDE) Assistente Social, mãe e professora nasceu e cresceu na periferia de Belo Horizonte. Teve cargo de chefia nos ambientes público e privado, apresentou mais de 150 projetos, alguns se tornaram leis. Direitos das mulheres, proteção das crianças e dos idosos, oportunidade para a juventude, gerar emprego e preservação ambiental. Isso é o que ela prega para uma sociedade melhor.¹²

O objetivo de mostrar um pouco a trajetória das deputadas é que vida delas não está distante da vida da mulher preta que você/nós conhece, essa representatividade é o que nos deixa viva, nos dando força para conquistar nossos objetivos, de sermos respeitadas e valorizadas.

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. (GONZALEZ, 2020, p.50)

¹⁰ Andreia de Jesus [Andréia de Jesus / PT - Assembleia Legislativa de Minas Gerais \(almg.gov.br\)](https://almg.gov.br)

¹¹ Macaé Maria Evaristo dos Santos [Macaé Evaristo – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Maca%C3%A9_Evaristo)

¹² Ana Paula Siqueira [Ana Paula Siqueira | Deputada Estadual por Minas Gerais](https://www.camara.gov.br/deputadas/ana-paula-siqueira)

Na análise de Gonzalez (2020) a mulher não tem alternativas para seguir uma vida comum pois ela é inferior a uma mulher branca e isso por sua dupla jornada de trabalho que ela tem que enfrenta, como, buscar água em uma bica qualquer da favela, preparação de uma refeição que sua família tem que fazer e distribuição de tarefa com seus filhos mais velhos, para que cuidem dos mais novos, após isso se dirige a casa da sua patroa, com horas antes por conta da sua condução e lá fica o dia todo, sem saber como e onde estão seus filhos que por uma sociedade discriminadora são sujeitos a passar por muitas desigualdades. Essa citação posta depois dos números de votos que mulheres negras tiveram é chocante e pouco aliviador, porém não está distante do que vivemos agora, é tão perto que não precisa ir muito longe para encontrar mulheres negras nessa situação de vida. Quando elas não estão como domésticas, encontramos elas também como “serviços gerais” em escolas, hospitais ou empresas privadas, como prestadoras de serviço e remuneração precária.

Gonzalez (2020) situa que o Censo de 1980, demonstra que permanecemos em uma sociedade hierarquizada, em quesito a acesso aos melhores salários nas diferenças profissões e na relação de hierarquia vamos encontrar em primeiro plano o homem branco, abaixo a mulher branca, em seguida o homem negro e por fim a mulher negra. Aqui, nessa sociedade vemos as diferenças vistas como desigualdades, os brancos usam sua cor de pele para ter vantagens sob outras raças/etnias. Uma sociedade onde o fato de ser de outra cor se difere como inferior ou é visto como vantagem para uma outra classe. Sabendo que parte da classe trabalhadora está no processo de tentativa em termos de luta de classes, luta por seus direitos, buscando defender e ampliar sua condição de vida. Essa luta não é uma questão de moral e sim de justiça social e econômica .

Onde o fato de ser negro, portanto diferente do branco, significa ser inferior ao branco. Onde o fato de se ser índio, portanto diferente do branco, significa ser inferior ao branco. Onde o fato de se ser mulher, portanto diferente do homem, significa ser inferior ao homem. Uma sociedade profundamente injusta, porque hierárquica. Uma sociedade onde, efetivamente, as relações de classe costumam a se estabelecer, embora nos polos mais avançados

da produção econômica essas relações tenham se desenvolvido e, evidentemente, se espalhado por aí. (GONZALEZ, 2019, p. 231)

Nesse estudo foi observada a falta de reconhecimento de mulheres negras em diferentes espaços, como o da política. E essa análise não pôde desconsiderar a existência de uma totalidade social burguesa que sustenta ideários e uma lógica societária ainda favorável para essa estrutura societária machista que exclui e diminui mulheres independentes. A consciência da opressão acontece antes de tudo por causa da raça, a exploração de classe se dá pela luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo.

De acordo com Collins (2019) tem uma sombra que obscurece a tradição intelectual das mulheres negras, omitir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo de oprimido facilita o poder por parte dos grupos dominantes. Mulheres negras que reivindicam chamam atenção para a política de supressão que seus projetos enfrentam.

Independentemente de classe social e de outras diferenças entre as estadunidenses negras, todas elas foram afetadas de alguma maneira por opressões interseccionais de raça, gênero e classe. As dimensões econômica, política e ideológica da opressão suprimiram a produção intelectual das pensadoras feministas negras. Ao mesmo tempo, essas mesmas condições sociais estimularam entre as estadunidenses negras padrões específicos de ativismo que também influenciaram e foram influenciados pelas pensadoras negras. Assim, caracterizando as experiências das estadunidenses negras marcadas por opressões interseccionais, a dialética entre opressão e ativismo também influenciou as ideias e as iniciativas das intelectuais negras. (COLLINS, 2019, p.13)

A autora demarca as mulheres negras dos Estados Unidos, e que a exclusão das ideias delas é uma forma de discriminação. As realidades das mulheres negras são negadas por todos os pressupostos do pertencimento plano a um grupo: a branquitude como condição de integrar o pensamento feminino, a masculinidade como condição para integrar o pensamento social e político negro, e essa combinação se faz parte do setor dominante da academia. E usando isso em uma perspectiva de todo, o que uma mulher negra fala, para ser reconhecimento é tão desgastante que muitas das vezes é esquecido

pelos caminhos, a mulher preta tem que esta provando e justificando o tempo suas falas para que ela seja escutada

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das averiguações realizadas na elaboração da pesquisa, entende-se que se faz necessário repensar as desigualdades raciais e de gênero que ainda determina posições, o “trato” e a valorização das mulheres negras pelo que elas são, explorar mais fundo as raízes históricas e estruturais dessas desigualdades apresentadas, esse sistema de opressão se perpetua e impacta a vida das mulheres negras em diferentes aspectos incluindo o acesso a política. A política é um desses espaços valorativos que versam muito sobre a coletividade, e ele também precisa ser ocupado por esse público, é fundamental a implementação de políticas públicas específicas para a abordagem de enfrentamento pelas mulheres negras, para garantir acesso igualitário promovendo representação em todas as esferas de poder.

Destaca-se também a importância da desconstrução do etnocentrismo e da reflexão sobre os privilégios associados ao gênero e a raça, tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

Então, companheiros, num momento como este, é importante que nós todos reflitamos, nós do movimento negro, da população negra, por que somos os grandes explorados e oprimidos desta nação. Vejamos esta sociedade como um todo, porque temos os nossos irmãos brancos também explorados, claro que não tanto quanto nós. (GONZALEZ, 2019, p. 208)

Gonzalez deixou esse parágrafo como um despertar de consciência, sabemos das distintas desigualdades, porém quem levou chicota nas costas fomos nós, os pretos. Quem teve seus filhos arrancados e foram submetidas a várias exposições de violência foram nós, as pretas. Acredita-se que a contribuição e inserção das mulheres negras nesse espaço de política é fundamental para seu reconhecimento, ampliação de sua participação ativa e de resistência. Ademais, entende-se que a perspectiva etnocêntrica pode dificultar o reconhecimento dos privilégios associados ao gênero e à raça, já que estruturas de poder e desigualdades podem ser internalizadas como normais dentro da própria cultura.

Sempre será relevante o estudo sobre esse tema e de como é oferecido conhecimento individual e coletivo. Avanços sociais na ampliação democrática demanda a presença de mulheres, (re)conhecendo a participação feminina na história.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica. In: LIMA, Marcia e RIOS, Flávia orgs. **Por um Feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismoafrolatino-americano.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MOURA, Mayra Paula Bispo de; ZUBA, Júlia Gomes; FERREIRA, Maria da Luz Alves. O Lugar das mulheres negras na política durante os anos de 1982 – 2020 na cidade de Montes Claros-MG. In: **Anais do 10º Coninter - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Anais...Niterói(RJ) Programa de PósGraduação em, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/432237-o-lugar-dasmulhereshttps://www.even3.com.br/anais/xc22021/432237-o-lugar-das-mulheres-negras-na-politica-durante-os-anos-de-1982--2020-na-cidade-de-montes-claros--mg/negras-na-politica-durante-os-anos-de-1982--2020-na-cidade-demontes-claros--mg/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamilia. **Feminismos Plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 14 mar. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/wp-content/uploads/2019/12/minilivroboitempo_patricia-hill-collins.pdf. Acesso em 21 abr. 2024.

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E/OU SEXUAL CONTRA AS MULHERES: O CASO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

Késia Silva Tosta¹
Heryca M. Baeta²
Maria Fernanda Barbosa Dias³
Tamires Araújo Rufino⁴

Resumo: A violência doméstica e/ou sexual contra as mulheres no Brasil é um problema histórico e persistente da lógica patriarcal, e o seu enfrentamento requer ações no âmbito da contenção, atendimento e prevenção. O objetivo do presente artigo é debater sobre as raízes da violência doméstica e/ou sexual contra a mulher, o enfrentamento através da Lei Maria da Penha e a atuação do Serviço Social nesse âmbito. Por fim, será analisado o Programa de Extensão Casa das Mulheres da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a proposta e execução do projeto “Serviço Social e feminismo: democratizando conhecimento sobre os direitos sociais” que atua no eixo de atendimento do programa de extensão.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Serviço Social; Projeto de extensão.

Abstract: Domestic and/or sexual violence against women in Brazil is a historical and persistent problem of patriarchal logic, and tackling it requires actions within the scope of containment, care and prevention. The objective of this article is to debate the roots of domestic and/or sexual violence against women, combating it through the Maria da Penha Law and the role of Social Work in this area. Finally, the Casa das Mulheres Extension Program of the Federal University of Viçosa (UFV) will be analyzed and the proposal and execution of the project “Social Service and feminism: democratizing knowledge about social rights” which operates in the service axis of the extension.

Keywords: Violence against women; Social Work; Extension project.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica e/ou sexual contra as mulheres é algo que permeia a nossa formação sócio-histórica, colocando-se como questão expressiva na atualidade. No Brasil, somos estruturados como uma sociedade de opressão em relação à classe, raça e gênero.

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professora do Departamento de Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0001-9154-828X. E-mail: kesia.tosta@ufv.br.

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0009-0005-7759-3208. E-mail: heryca.baeta@ufv.br.

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0009-0001-2725-2182. E-mail: maria.dias1@ufv.br.

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0009-0005-3255-3077. E-mail: tamires.araujo@ufv.br.

Assim, a luta de classes, o racismo e o patriarcado nos atravessam desde a nossa gênese e continua nos apresentando desigualdades e violências.

Nesse contexto, a família e o ambiente doméstico são frequentemente romantizados. Este meio torna-se associado exclusivamente a um lugar de cuidado e afeto, entretanto temos um número latente de violências que ocorrem dentro do ambiente familiar. Nessa perspectiva, a idealização deste espaço corrobora para uma maior dificuldade em identificar e combater esse tipo de violência. Como relata Falquet (2006, p.213) é necessário compreender que: “a família pode se revelar como o lugar de opressão, de exploração e de violência, ao mesmo tempo em que é refúgio contra a sociedade global racista e classista”.

No mais, para o que tange ao enfrentamento a violência doméstica e /ou sexual contra as mulheres no Brasil, temos desde 2006 a vigência da lei 11.340, popularmente conhecida como a Lei Maria da Penha, contemplando ações no âmbito da contenção, prevenção e assistência. Em mesma direção, o projeto profissional do assistente social soma à luta de enfrentamento a todas as formas de violência, preconceito e opressão. De maneira que, o Serviço Social enquanto profissão atua em várias políticas sociais e instituições que são importantes para a efetivação da Lei 11.340/2006. Compreendendo assim, que apesar das disputas e contradições existentes dentro da política social, o assistente social evidencia-se como profissional assíduo na defesa e garantia dos direitos sociais no seu sentido amplo.

Assim, através do instrumento de revisão bibliográfica e análise documental, guiado pelo método crítico dialético, o presente artigo objetiva analisar a violência doméstica e/ou sexual contra as mulheres no Brasil, suas formas de enfrentamento, a posição e contribuição do Serviço Social. Por fim, será discutido a experiência de um projeto de extensão denominado “Feminismo e Serviço Social: democratizando conhecimento sobre os direitos sociais”, vinculado ao Programa de Extensão Casa das Mulheres, que é uma parceria entre a Universidade Federal de Viçosa e a Defensoria Pública de Minas Gerais.

Desse modo, o trabalho se divide em três partes: na primeira serão abordados os conceitos de patriarcado, da violência doméstica e/ou sexual contra as

mulheres e da lei 11.340/2006 e seus desafios; posteriormente observa-se o projeto profissional do Serviço Social e sua relação no trabalho e enfrentamento a violência doméstica e/ou sexual contra as mulheres no Brasil. Por fim, apresenta-se o Programa de extensão universitária “Casa das Mulheres”, que existe desde 2010, e o projeto do Serviço Social que faz parte do programa desde 2022, reforçando a sua importância para a reflexão, investigação, intervenção e formação para a profissão.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E/OU SEXUAL CONTRA A MULHER E O SEU ENFRENTAMENTO NO BRASIL

De acordo com Delphy (2009), a palavra patriarcado vem das palavras gregas “*pater*”, que significa pai, e “*arke*”, que se traduz como origem e comando, compreendendo-se como autoridade do pai. Dessa maneira, o patriarcado denota-se enquanto elemento da formação sócio-histórica, na qual os homens são caracterizados como superiores, chefes, detentores do poder e no qual as mulheres são oprimidas. Nesse sentido, a estrutura social do patriarcado funda-se na lógica heterossexista, evidenciando-se enquanto imprescindível a lógica do capital, uma vez que propiciou aos homens a propriedade sobre o corpo das mulheres, controle das (os) filhas (os), realização da herança e perpetuação da propriedade privada. Assim, a partir dessa construção a mulher é tida como inferior e subalternizada, tal qual todos os sujeitos que fogem ou não performam masculinidade, e que violam o “‘modelo’ patriarcal do ‘macho’ também sofrem sua opressão” (Cisne e Santos, 2018, p.43):

Dessa maneira, a partir da fundamentação dessa estrutura social, as relações sociais de gênero se estabelecem como relações de hierarquia, opressão e exploração às mulheres, que são associadas “ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o ‘modelo’ patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação (Cisne;Santos, 2018). Nesse sentido, de acordo com as autoras Cisne e Santos (2018), o patriarcado surge de uma base material concreta e sócio-histórica, na qual ela destaca quatro, são elas:

- 1) as relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e

o corpo [e seus produtos - como o controle da procriação e a criminalização do aborto] da mulher e do que é associado ao feminino em toda sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT.

Portanto, a violência contra a mulher é uma das expressões que se estrutura e retroalimenta o patriarcado e a perpetuação de relações sociais de gênero desiguais, se associando juntamente com as relações de classe e raça. Nesse sentido, em um país de capitalismo periférico e dependente como o Brasil com sua formação sócio-histórica fundamentada no colonialismo, escravismo, o patriarcado funda-se em relações de superexploração, fortalecendo o conservadorismo, o patrimonialismo, o clientelismo, o machismo e o racismo. Assim, o patriarcado se estrutura através do medo e controle repercutindo em variadas formas de violência (Cisne;Santos, 2018).

Nesse sentido, no Brasil em 2006 temos aprovada a primeira legislação específica para o enfrentamento a violência doméstica e familiar, com a publicação da Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha. A referida legislação se baseou em tratados e convenções internacionais, como *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women* (CEDAW) de 1979, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher de 1994 e a Declaração de Beijing de 1995 (Tenório, 2018).

Enquanto principal marco regulatório a Lei Maria da Penha, reconhece a violência doméstica contra as mulheres enquanto uma grave violação dos direitos humanos. E visa prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, independentemente da raça, classe, etnia, orientação sexual, idade ou religião. Reconhecendo a existência de variadas formas de violência doméstica contra a mulher, como a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

De acordo com Tenório (2018), a Lei Maria da Penha não tem uma abordagem somente punitiva, mas também propõe serviços no âmbito do atendimento e assistência à mulher vítima de violência, como também, no âmbito da prevenção. Portanto, compreende-se que o enfrentamento a violência doméstica e/ou sexual contra as mulheres têm necessidades para além da perspectiva penal, mas também a necessidade de políticas

sociais articuladas no âmbito da assistência social, saúde, previdência, educação, entre outras.

Nesse sentido, para a articulação entre as esferas previstas na referida legislação, seja ela a contenção, prevenção ou assistência, evidencia-se a necessidade de uma abordagem intersetorial da violência para que ela possa ser contemplada em sua totalidade e que assim seja concedido às vítimas o que for necessário, conforme as suas demandas e particularidades (Rezende; Andrade, 2014). Dentro dessa perspectiva, sob o intuito de uma intervenção efetiva e multifacetada frente à violência doméstica, a noção de rede estipula-se enquanto imprescindível para um atendimento de qualidade que identifique as necessidades sociais e jurídicas da mulher, de forma ampla, complexa e efetiva (Brasil, 2010).

As políticas sociais são essenciais para o enfrentamento a violência doméstica e/ou sexual, entretanto, é importante refletir sobre seu caráter contraditório, permeado de disputas que está imbricado na sociedade capitalista (Behring; Boschetti, 2006). Na atualidade vivemos um cenário neoliberal de precarização, focalização e familismo das políticas sociais, que na particularidade brasileira se acentua pelo nosso capitalismo periférico e dependente (Fernandes, 2020) (Moraes, et.al., 2020). Essa lógica se distancia do enfrentamento amplo e efetivo das desigualdades em relação à classe, raça e às relações sociais de gênero (Tenório, 2018).

Dessa maneira, a falta de efetivação e precarização da legislação nos seus três âmbitos de prevenção, contenção e assistência (Tenório, 2018), perpetua o cenário de epidemia de violência contra a mulher. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2023, 33,4% das mulheres no país com 16 anos ou mais sofreram violência física e/ou sexual, o que é maior que a média global, que é de 27%, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). E a maior parte das mulheres que sofreram violência são as mulheres negras em 65,6%. Em relação aos casos de feminicídio, 69% ocorreram dentro das residências e 73% por companheiros e ex-companheiros.

É nessa realidade que o espaço familiar é extremamente romantizado em nossas relações sociais, e essa romantização endossa a família patriarcal, branca, rica e

heterossexual, normalizando culturalmente relações de opressão juntamente as relações de afeto (Tenório, 2018).

Desse modo, o enfrentamento a violência doméstica e/ou sexual contra as mulheres no país é de extrema complexidade e urgência. Enfrentamento que se baseia na integração de políticas públicas, com atuação articulada da rede multidisciplinar que busca atender e enfrentar a violência doméstica e /ou sexual a partir dos múltiplos serviços e profissionais. Nessa perspectiva, o Serviço Social desempenha papel central no combate a esta violência, posto que a profissão exerce uma atuação diretamente vinculada na garantia de direitos sociais, sendo os assistentes sociais operantes diretos em várias políticas públicas que atuam na repressão, prevenção e atendimento a mulheres vítimas de violência.

O PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E A RELAÇÃO COM O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E/OU SEXUAL CONTRA AS MULHERES

Ao analisar a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, observa-se que essa profissão nasce e desenvolve-se articulada à igreja católica, pautando-se na compreensão da “questão social” como uma questão moral e religiosa. Nesse sentido, Yazbek (2009) afirma que em meados de 1940 o conservadorismo católico, que marcou as fases iniciais do Serviço Social brasileiro, sofre um processo de tecnificação, haja vista o diálogo com o Serviço Social norte americano, permeado pela teoria social positivista. Assim, somente a partir dos anos 1960 evidencia-se um processo de recusa ao conservadorismo profissional, presente desde o surgimento da profissão, a partir do contexto de mudança econômica, política, cultural e social vivenciado no país, no processo de crise da autocracia burguesa (Netto, 2006).

Desse modo, as transformações da profissão juntamente ao processo de redemocratização do país e de grande efervescência dos movimentos sociais, acarretaram na necessidade de ruptura de parte do meio profissional com o papel assumido tradicionalmente pela profissão, buscando a construção de um novo projeto profissional de bases mais sólidas, críticas e articuladas a um novo projeto societário (Iamamoto, 2022). Dessa maneira, tendo em vista que o projeto profissional representa a autoimagem de uma

profissão, este está diretamente relacionado a um projeto societário e, por se inserir em uma sociedade classista, tem uma dimensão política (Braz; Teixeira; 2009).

Nessa perspectiva, o projeto profissional emergente no Serviço Social não se distancia da realidade do contexto histórico de renovação, uma vez que este, a partir de então, passa a se compromissar com a classe trabalhadora, desempenhando a análise crítica e reflexiva frente às suas intervenções. Assim, o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da profissão instituídos em 1993 assumem uma nova perspectiva, atuando sob o âmbito da compreensão e intervenção crítica nas chamadas expressões da “questão social”, focado na defesa dos direitos e na promoção da mudança social.

Na atualidade, o Serviço Social direciona-se à eliminação do autoritarismo e todas as formas de preconceito, bem como na garantia e promoção da democracia, equidade, justiça social, dos direitos humanos e liberdade, tendo ainda como base a defesa do trabalho e dos trabalhadores (CFESS, 1993).

Em suma, o Serviço Social caracteriza-se enquanto profissão com papel central no enfrentamento à violência doméstica e/ou sexual, uma vez que se configura enquanto área que possui sua atuação intrínseca na disputa e trabalho em políticas sociais que atendem mulheres na referida situação, bem como tem competência teórica, técnica e ética para atuar em ações prevenção a violência em múltiplos espaços.

O trabalho dos assistentes sociais localiza-se na disputa, ampliação e garantia de efetivação dos direitos sociais, portanto coloca-se diretamente contra a lógica neoliberal, machista, racista e classista. Assim, através da articulação constante entre dimensão investigativa e interventiva, a profissão visa articular propostas de atendimento integral às mulheres, na prevenção de situações de violência em variados espaços sócio-ocupacionais da política de assistência social, saúde, educação, área sociojurídica entre outras.

São competências e atribuições profissionais orientar indivíduos e grupos sobre os seus direitos; realizar gestão sobre benefícios sociais, políticas sociais e programas sociais; analisar a realidade social para intervir qualitativamente na vida das trabalhadoras/es; prestar assessoria, consultoria a órgãos públicos, privados, entidades, movimentos sociais; realização de estudo social e socioeconômicos. Sempre com a perspectiva de garantia e defesa dos direitos humanos.

A relevância do Serviço Social no enfrentamento a violência doméstica e/ou sexual contra as mulheres, se fortalece pelos princípios presentes no Projeto Ético-Político da profissão, que se coloca na defesa e garantia da democracia, defesa intransigente dos direitos humanos e eliminação de todas as formas de preconceito. A atuação de assistentes sociais põe-se defronte às violências de gênero, evidenciando-se enquanto crucial para a efetivação da Lei Maria da Penha. A respeito dessa assertiva, o Conselho Federal de Serviço Social (2021) aborda que

[...] o Serviço Social brasileiro, balizado pelos princípios éticos profissionais, incorporou a Lei Maria da Penha no seu cotidiano pelo compromisso histórico da categoria contra todas as formas de opressão. E conhecer a fundo a lei e lutar pela sua operacionalização integral passou a ser um compromisso de todo e toda assistente social (CFESS, 2021).

Por fim, o Serviço Social constitui-se como uma profissão interventiva e tem seu objeto de trabalho composto pelas expressões da “questão social”, que segundo Iamamoto (2015) pode ser entendida como resultado das desigualdades resultantes do sistema capitalista. Sendo assim, a violência doméstica e/ou sexual apresenta-se enquanto categoria de análise e de atuação das (os) assistentes sociais, considerada como uma dessas expressões, uma vez que esse tipo de violência se estabelece enquanto um fenômeno sócio-histórico multifacetado, baseado na submissão e inferiorização, que resulta em desdobramentos determinantes na qualidade e dignidade da vida feminina.

Nesse viés, é imprescindível que a formação desses profissionais esteja comprometida com o referido processo sócio-histórico, e de mesmo modo, articulada com estratégias que possibilitem aos discentes da área a capacidade de desempenhar e desenvolver competências para um agir profissional alinhado com os direcionamentos e legislações que a profissão se respalda, garantindo a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p. 6).

O PROGRAMA DE EXTENSÃO CASA DAS MULHERES E O PROJETO “SERVIÇO SOCIAL E FEMINISMO: DEMOCRATIZANDO CONHECIMENTO SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS”

A “Casa das Mulheres” é um programa de extensão entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) por meio do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG) e a Defensoria Pública de Minas Gerais na comarca de Viçosa. O Programa teve seu início no ano de 2010 e foi a primeira proposta no município de Viçosa/MG⁵ no âmbito de atuação no enfrentamento a violência contra a mulher, visando suprir a ausência de equipamentos especializados à essa frente.

A atuação do programa de extensão divide-se em quatro eixos principais, sendo eles: 1) Atendimento às mulheres em situação de violência; 2) Produção de informação sobre violência contra mulheres; 3) Mobilização, comunicação e educação para enfrentamento a violência; e 4) Formação de estudantes e trabalhadoras/es em temáticas relacionadas a desigualdade de gênero e violência. Sendo um programa de extensão universitária abarca vários projetos de extensão que visam atuar no enfrentamento a violência doméstica e/ou sexual contra as mulheres.

O eixo de atendimento às mulheres em situação de violência do referido programa funciona de maneira interdisciplinar englobando as áreas do Direito e Serviço Social, sendo compostos por dois projetos de extensão de áreas diferentes, mas que são realizados conjuntamente e articuladamente.

Nesse sentido, inserido no referido eixo, situa-se o projeto “Serviço Social e Feminismo: democratizando conhecimento sobre os direitos sociais”, existindo desde 2022, tem como foco o atendimento de mulheres em situação de violência. A partir do atendimento por discentes do curso de graduação em Serviço Social, busca compreender as particularidades das mulheres atendidas, fornece orientações sobre seus direitos e facilitar o acesso aos serviços disponíveis na rede de políticas públicas da região.

O objetivo do projeto é promover a disseminação do conhecimento sobre direitos sociais, efetivar um debate sobre as problemáticas que envolvem as mulheres vítimas de violência e todos os seus indicadores, além de facilitar o acesso a políticas sociais. Além do mais, o projeto visa promover discussões acerca da violência contra a mulher dentro da rede de serviços do município de Viçosa/MG e região.

⁵ Localizado na região da Zona da Mata de Minas Gerais.

A relevância do Serviço Social em um programa de extensão como esse se constata diariamente através das variadas expressões da “questão social”, que são identificadas no atendimento, como ausência de renda, moradia, serviços de saúde, que complexifica e potencializa as situações de violência doméstica contra as mulheres. O atendimento a essas mulheres, visa também, evidenciar as políticas sociais como direitos sociais, e problematizar de forma dialógica e respeitosa sobre as estruturas machistas, familistas e racistas deletérias para as nossas relações sociais.

Dessa maneira, a eficácia do referido projeto evidencia-se pela viabilização de um atendimento humanizado, eficaz e em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, potencializando as apreensões da unidade teórico-prática do curso de Serviço Social, obtidas pelas estudantes que nele atuam.

Assim, o projeto “Serviço Social e Feminismo: democratizando conhecimento sobre os direitos sociais” propicia a colaboração e relação entre universidade e sociedade por meio da extensão, viabiliza a aproximação de estudantes a discussões e abordagens inerentes à profissão, garante o reforço da rede de atendimento/enfrentamento por meio dos encaminhamentos, bem como possibilita às mulheres atendidas a instrução e informação que pode contribuir na interrupção da violência perpetrada, construindo assim uma maneira de disputar e lutar pela instigar a cidadania e autonomia das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o Serviço Social enquanto profissão relevante no que se refere ao trato e efetivação da Lei Maria da Penha, é preciso entender que as expressões da “questão social” atravessam a sociedade e se confluem com as violências estruturais sustentadas pelo patriarcado. Neste sentido, é sob este contexto de hierarquização e opressão das relações sociais de gênero que a violência contra mulher se estabelece, apresentando a necessidade de artifícios para o enfrentamento dessa construção socialmente fundamentada. Assim, a Lei Maria da Penha se gesta no processo sócio-histórico brasileiro, abarcando os âmbitos de contenção, prevenção e assistência como

base da legislação para o enfrentamento a violência doméstica e/ou sexual contra mulheres no Brasil.

Nesta perspectiva, em consonância com os pressupostos dessa legislação, enquanto uma iniciativa do município de Viçosa/MG o Programa de Extensão Casa das Mulheres coloca-se como uma estratégia de enfrentamento a violência doméstica e/ou sexual. Ademais, inserido no referido programa, o projeto “Serviço Social e feminismo: democratizando conhecimento sobre os direitos sociais”, propicia por meio de sua atuação atendimento humanizado às mulheres assistidas, debate sobre questões que às atravessam, orientação adequada sobre seus direitos, bem como um encaminhamento assertivo aos serviços da rede de atendimento. Nesse sentido, através desses encaminhamentos corrobora-se ainda para a disputa e funcionamento da rede de atendimento/enfrentamento a violência no seu sentido amplo, objetivando também o direcionamento correto dessas mulheres, para que não se percam na procura de atendimento nos múltiplos serviços. No mais, o projeto ainda viabiliza a aproximação das estudantes atuantes a discussões e abordagens inerentes à profissão, contribuindo de maneira direta para a formação profissional.

A partir da compreensão do cenário de machismo, racismo e conservadorismo que estamos imbricados, somado a políticas sociais precarizadas alinhadas à lógica neoliberal, os desafios são imensos. Entretanto, permanecemos alinhados aos movimentos sociais feministas, críticos e cobramos do Estado a responsabilidade perante o enfrentamento da violência doméstica e/ou sexual, disputando políticas sociais de direito social amplo.

Por fim, observa-se que o projeto “Serviço Social e feminismo: democratizando conhecimento sobre os direitos sociais” se ampara pelas construções estabelecidas na Lei 11.340/2006 e pelo posicionamento hegemônico da profissão do Serviço Social, posto por meio do Código de Ética e as Leis de Regulamentação da Profissão. Considerando que este direciona-se a partir de uma apreensão da totalidade social, que analisa e cita a violência doméstica e/ou sexual enquanto fruto e expressão decorrente das relações sociais de gênero, estas inerentes à construção sócio-histórica fundamentada pela lógica patriarcal capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública / **Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** – São Paulo: FBSP, 2023.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social:** fundamentos e história. Biblioteca básica de Serviço Social. Cortez: São Paulo, v. 2, 2006.

BRASIL. **Lei n.11.340**, de 7 de agosto de 2006. [Lei Maria da Penha]. Brasília, Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 27 de março de 2023.

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento da violência contra as Mulheres.** Setembro de 2010. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em 05 de maio de 2024.

CASA DAS MULHERES. **Programa de Extensão Casa das Mulheres** – edição 2022/2026. Melo e Martins (orgs.) – Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2021.

CFESS, 2021. Disponível em: [<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1831>]. Acesso em: 11 de março de 2023.

CFESS, Conselho Federal De Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**, 1993.

CFESS. **Assistente Social, Lei Maria da Penha é instrumento para o cotidiano.**[2021]. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1831>. Acesso em: 19 de abril de 2024.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M.M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** – São Paulo: Cortez, 2018. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v.8).

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: **Dicionário crítico do feminismo**, p. 173-178, 2009.

FALQUET, Jules. Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. **Revista Lutas e Resistências**, v. 1, p. 212-225, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. - Curitiba: Kottler Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. - 9.ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. Cortez Editora, 2022.

MORAES, Patricia M.; NUNES, Renata; HORST, Claudio H. M.; MIOTO, Regina Célia T. Familismo e Política Social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. In: **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 2, p. 802–818.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006.

REZENDE, Daniela; ANDRADE, Luciana. Rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência em Viçosa, Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TENÓRIO, Emilly Marques. **Lei Maria da Penha e medidas de proteção**: entre a polícia e as políticas. Campinas: Papel Social, p. 1-280, 2018

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, ABEPSS,. Brasília-DF, 2009.

INCLUSÃO E EDUCAÇÃO: OS DEBATES CONTRA O CLASSISMO/ETARISMO E A INSERÇÃO DOS IDOSOS NO CENÁRIO SOCIOEDUCACIONAL

Carlos Matheus Matos Santos dos Santos¹

Paula Cristina Luz Ferreira²

Resumo: Este artigo aborda as dificuldades enfrentadas pelas pessoas idosas no contexto do ambiente educacional, considerando a interconexão entre as problemáticas do Classismo e Etarismo. O preconceito etário no Brasil é uma realidade que se manifesta em diferentes âmbitos, incluindo nas famílias, órgãos governamentais e, principalmente, no mercado de trabalho. Analisamos também como a relação entre preconceito de classes e discriminação etária afeta a saúde e o desenvolvimento dos mais velhos, pois a etarismo é uma forma de preconceito que se baseia na criação de estereótipos, o que se torna um obstáculo àqueles que querem retornar aos estudos, especialmente quando não há recursos e incentivo à políticas específicas de acolhimento e permanência da pessoa idosa na área educacional.

Palavras-chave: Idadismo; Classismo; Educação; Envelhecimento.

Abstract: This article addresses the difficulties faced by elderly people in the context of the educational environment, considering the interconnection between the problems of Classism and Ageism. Ageism in Brazil is a reality that manifests itself in different areas, including families, government agencies and, mainly, the job market. We also analyze how the relationship between class prejudice and age discrimination affects the health and development of older people, as ageism is a form of prejudice that is based on the creation of stereotypes, which becomes an obstacle for those who want to return to studies, especially when there are no resources and incentives for specific policies for welcoming and permanence of elderly people in the educational area.

Keywords: Ageism; Classism; Education; Aging.

INTRODUÇÃO

A priori, este artigo tem como objetivo abordar as dificuldades de idosos ao retornar aos ambientes educacionais, para isso, será levado em consideração que o Classismo, que é o preconceito e discriminação direcionados a uma determinada classe social, e o Etarismo, nome que se dá às práticas discriminatórias contra uma pessoa com base em sua idade, são temas que estão diretamente interligados, abordaremos a importância de se discutir essa temática atualmente trazendo ao debate a visão de autores e pesquisadores experientes da área sobre envelhecimento humano, a fim de mostrar

¹ Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Pará. E-mail: carlosmatos.matheus1@gmail.com.

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Pará. E-mail: p.cristinao202@gmail.com.

como a relação entre preconceito de classes e discriminação etária afeta não só a saúde como o desenvolvimento dos mais velhos, quando os mesmos não possuem políticas específicas para acolhimento e permanência na área educacional.

Segundo Goldani (2010, p. 413), assim como em outras sociedades ocidentais, o preconceito etário no Brasil se manifesta em diversas esferas, incluindo famílias, órgãos governamentais e, especialmente, o mercado de trabalho. Muitas vezes, a discriminação por idade passa despercebida e afeta principalmente as pessoas mais velhas. Um exemplo disso é o fato de que a maioria dos programas e regulamentos governamentais (Sampaio; Navarro & Martín, 1999) é direcionada especificamente para pessoas consideradas "empregáveis", o que exclui outros grupos etários. Além disso, essas políticas podem ser ainda mais restritivas com base em gênero, raça ou deficiência. A autora ainda cita Erdman Palmore, que afirma que o preconceito etário é considerado um dos preconceitos supremos, ao lado do racismo e do sexismo, pois também se baseia na criação de estereótipos.

Segundo o relatório mundial da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o Idadismo (2022, p. 17), publicado pela Organização Pan-Americana da Saúde, é um fenômeno que se inicia na infância e se fortalece ao longo do tempo. Embora os pensamentos e atitudes relacionados à idade não sejam prejudiciais por si só, a discriminação ocorre quando esses padrões são reforçados e naturalizados. Goldani, em sua obra "Desafios do preconceito etário no Brasil", destaca que o uso da idade cronológica para categorizar pessoas resulta na negação sistemática de recursos e oportunidades a certos grupos, causando prejuízos significativos.

Como dito anteriormente, o idadismo muitas vezes interage e acompanha outras formas de estereótipos e preconceitos, como o racismo, sexismo e capacitismo, o que, somados, resultam em consequências negativas para a saúde e bem-estar dos indivíduos. Nesse caso, abordaremos o etarismo contra pessoas idosas relacionado ao preconceito e discriminação de classe, o classismo, e como essa intersecção afeta o acesso e a permanência desse grupo, especialmente os mais pobres, no contexto educacional.

INCLUSÃO EDUCACIONAL: REFLEXÃO SOBRE ETARISMO E CLASSISMO.

Em entrevista para o Centro de Referência em Educação Integral (2019), Maria Lacerda diz que no Brasil, a correlação de indivíduos com o meio educacional se espelha na renda no qual a pessoa possui, e, portanto, existe a desigualdade de acesso ao sistema educacional e o acesso a padrões diferentes de ensino, quando estudantes possuem condições desiguais de ofertas educacionais, o que deveria ser igual para todos. Em outras palavras, o salário que garante necessidades básicas, como alimentação e contas pagas, também proporciona uma educação privilegiada. Isso resulta em desigualdade de conhecimento adquirido. Portanto, não há ascensão social quando apenas uma classe detém o acesso à uma educação de qualidade, deixando para trás indivíduos que recebem o necessário apenas para sua subsistência, impactando sempre sobre os mais pobres, negros e periféricos. No contexto educacional, o classismo se manifesta de várias maneiras, como a discriminação de alunos de classes sociais mais baixas por professores ou colegas, a falta de recursos em escolas de áreas pobres e a dificuldade de acesso ao ensino superior para alunos de baixa renda. Além disso, o idadismo também afeta o ambiente educacional, discriminando alunos idosos e dificultando a adaptação das escolas para necessidades especiais.

Ante o exposto, este estudo justifica-se devido aos altos índices que mostram que uma grande parcela de idosos não possuem acesso à educação no país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, 8,4% dos idosos brasileiros não sabiam ler nem escrever. Além disso, apenas 6,5% dos idosos com 65 anos ou mais tinham ensino superior completo. Esses dados demonstram como o preconceito de idade, principalmente direcionado aos idosos, se mostra um problema sério no Brasil, que pode prejudicar seu acesso à educação de qualidade e o seu desenvolvimento. Portanto, a pesquisa sobre classismo e idadismo na área da educação se faz necessária para melhor compreensão de como essas formas de discriminação podem se manifestar no contexto educacional e quais suas consequências e impactos, para assim, a partir dessa compreensão, possibilitar o desenvolvimento de estratégias de combate a discriminação

e também da promoção à equidade e a justiça social, estratégias que não fiquem apenas no papel, mas que adentrem na matriz curricular escolar para sua maior reprodução.

No meio de trabalho e/ou educacional, o preconceito etário se manifesta como limitação da idade, frequentemente acompanhada de frases como “você não tem idade para isso”. Um exemplo ilustrativo ocorreu em uma universidade particular de Bauru (SP), onde uma estudante de 44 anos foi ridicularizada por três jovens colegas da mesma sala de aula. Esses colegas gravaram um vídeo comentando que “ela tem 40 anos e deveria estar aposentada”, revelando atitudes etaristas. Tal situação evidencia os desafios enfrentados por pessoas que buscam recuperar anos de estudos atrasados, mas encontram obstáculos por parte dos próprios integrantes do meio educacional. É crucial reconstruir a concepção do conhecimento como algo libertador.

Além disso, a desigualdade educacional no Brasil está frequentemente associada a falácias meritocráticas da sociedade capitalista. O acesso à educação é muitas vezes visto como um privilégio, e aqueles que não conseguem acessar os espaços educacionais são considerados indignos de uma realidade melhor. Esse estereótipo está enraizado em fatores históricos, econômicos e culturais e a recente pandemia da Covid-19 agravou essa assimetria social, como consta no site da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, 2023), a pandemia deu margem para o sistema educacional do país aumentar a disparidades raciais, sociais e locais, sendo um dos problemas estruturais dessa situação a falta de acesso a internet para assistir as aulas online, que conseqüentemente gerou um dos maiores problemas na educação, o abandono escolar.

Ao analisarmos essas disparidades, foi possível confirmar o que disse Palmore sobre o preconceito etário acompanhar outras formas de discriminação. No site da Agência de Notícias do IBGE, 2022, esclarece uma estatística da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), sobre a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos ter caído em 2022 para o menor nível (7,4%) histórico desde 2016, mas ainda é mais do que o dobro da registrada entre brancos (3,4%). De 2019 para 2022, a taxa de analfabetismo entre as pessoas pretas ou pardas de 15 anos ou mais recuou de 8,2% para 7,4% no país. Foi a primeira vez que o indicador ficou abaixo de 8%. Como consta no artigo

“Educação 2019”, pesquisado pelo PNAD, faz a seguinte afirmação sobre o analfabetismo como consequência de uma desigualdade na educação:

Nota-se que, no Brasil, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2019, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 18,0% para esse grupo etário. Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo: para 11,1% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 7,9% entre aquelas com 25 anos ou mais e 6,6% entre a população de 15 anos ou mais. (p. 02, 2019)

Ao analisarmos os resultados apresentados, percebemos dois aspectos relevantes relacionados à alfabetização e ao analfabetismo no Brasil. Primeiramente, há um avanço significativo na aproximação das crianças com a educação, o que tem contribuído para o aumento da taxa de alfabetização neste grupo. Por outro lado, o analfabetismo ainda persiste entre os mais velhos. Segundo dados da PNAD, o número de pessoas idosas no Brasil já ultrapassa os 30 milhões (IBGE, 2017). A inserção desses idosos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é crucial para combater o analfabetismo nessa faixa etária. Além disso, a pesquisa do PNAD (2019) revela uma disparidade significativa entre pessoas brancas e pretas ou pardas no que diz respeito ao analfabetismo no Brasil. No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo para pessoas de cor branca atingiu 9,5%, enquanto para pessoas negras, esse índice chegou a 27,1%. Essa diferença entre grupos raciais evidencia a predominância do analfabetismo entre a população mais velha negra.

Diante do exposto, entendemos que a sociedade brasileira se mostra ainda uma sociedade preconceituosa e estratificada em diversos aspectos, o que leva a atitudes de exclusão e marginalização de grupos minoritários. Nesse sentido, trazemos como argumento à pesquisa, que os estudos existentes sobre a discriminação pela idade no Brasil, principalmente associado a idosos, carecem de uma maior abordagem sob a perspectiva de interseccionalidade na área educacional, pois o idadismo ocorre através de múltiplas discriminações (Goldani, 2010).

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NA INSERÇÃO ATIVA DOS IDOSOS: SUPERANDO ESTIGMAS EDUCACIONAIS.

Na mesma perspectiva, trazemos ao debate, sob a concepção de Costa et. al., os resultados de pesquisa da PNAD 1998, pontuados em sua obra “Evolução das desigualdades sociais em saúde entre idosos e adultos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios” (2006), como as desigualdades sociais vem aumentando em todo o mundo, o que coloca o Brasil nos índices mais elevados de desigualdade, e em de forma síncrona, cresce o número de idosos. A autora sinaliza a simultaneidade do envelhecimento populacional com o aumento das desigualdades sociais como um tema fundamental para se incluir na agenda das políticas públicas nacionais e internacionais.

“As desigualdades sociais vêm aumentando em todo o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento. Estudo recente do Banco Mundial aponta para o aumento das desigualdades entre países, assim como dentro dos mesmos. O Brasil se coloca entre aqueles com um dos mais elevados graus de desigualdade social no mundo. Em paralelo, a população idosa experimenta um crescimento sem precedentes na história. Atualmente, encontram-se ao redor do mundo 476 milhões de pessoas com 65 anos ou mais de idade (idosos), 61% das quais vivendo em regiões em desenvolvimento e 3,6 bilhões com idades compreendidas entre 20 a 65 anos. A simultaneidade do envelhecimento populacional com o aumento das desigualdades sociais é um tema importante na agenda das políticas públicas nacionais e internacionais.” (p. 2, 2006).

Em 2019, o Brasil contava com quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que corresponde a uma taxa de 18,0% para esse grupo etário. Ao analisar as taxas nos grupos etários mais jovens, observamos uma queda no analfabetismo: 11,1% entre pessoas com 40 anos ou mais, 7,9% entre aquelas com 25 anos ou mais e 6,6% na população com 15 anos ou mais (BRASIL, 2020, p. 2). Esses resultados destacam que os idosos continuam sendo o grupo mais afetado pelo analfabetismo.

Marcos Peres traz uma reflexão sobre o analfabetismo como sendo um dos exemplos mais graves advindos da exclusão educacional e social. O autor elucida a existência de escolas que tem como missão a educação de jovens e adultos, que muitas vezes são trabalhadores e ainda assim buscam o acesso à educação, como é o caso da

Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) porém não há, especificamente, modalidades destinadas aos idosos, que possam atender particularmente às suas necessidades enquanto sujeitos sociais (PERES, 2009). A perspectiva de Testoni e Belther, em seu artigo “Educação de Jovens, Adultos e Idosos: O Reconhecimento da diversidade e o direito à educação para todos” (2022), reforça o que Peres afirma. Eles destacam a importância de reconhecer a diversidade dos educandos e a necessidade de estratégias educacionais inclusivas para atender às diferentes realidades e necessidades dos alunos:

“A Educação de Jovens, Adultos e Idosos é o retrato das desigualdades sociais e econômicas do Brasil. Isto ocorre porque existem duas faces desse problema: na primeira delas uma escola excludente diante da diversidade e na outra, o direito de aprender independentemente da idade e condição social.” (p. 97-98)

Em Belém do Pará, na Universidade Federal do Pará, o Programa Universidade da Terceira Idade (UNITERCI) desenvolve três projetos destinados a homens e mulheres a partir dos 60 anos e que não são voltados à formação profissional (UFPA, 2023). Para exemplificar, as autoras Andrea Mello Pontes e Ingrid Castro de Sá Pereira, em seu artigo “Velhices e Relações de Gênero: Um estudo preliminar junto às idosas participantes do grupo de convivência UNITERCI/UFPA”, descrevem:

O Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão UNITERCI, é um Grupo de Convivência da Terceira Idade, vinculado às práticas do curso de Serviço Social da UFPA, objetiva proporcionar a aquisição de novos conhecimentos acerca do processo de envelhecimento e velhice, oportunizando aos idosos a melhoria da sua qualidade de vida, autoestima o exercício consciente da cidadania, o fortalecimento das relações interpessoais e intergeracionais, inclusão digital e social, bem como, colaborar na transformação da concepção da sociedade do que é ser idoso, na atual conjuntura. (...) A partir do levantamento quantitativo de homens e mulheres, participantes da 32ª e 33ª turma do projeto “Atualização Cultural na Terceira Idade”, constatou-se que do total de 63 participantes da 32ª turma, 11 são homens (17,4%) e 52 são mulheres (82,6%). Na 33ª turma, não houve significativas alterações. Verificou-se que do total de 60 participantes, 9 são homens (15%) e 51 são mulheres (85%). (2019, p. 7).

Em outras palavras, compreendemos que os autores compartilham que a EJAI é uma modalidade de ensino que visa garantir o direito à educação para todos, independentemente da idade e da condição social. No entanto, eles também apontam a existência dos desafios e problemas persistentes nessa modalidade, como a falta de

reconhecimento da diversidade dos alunos, o pouco investimento voltado à esse modelo educacional, o que leva uma precariedade no ensino, mesmo que sejam criados aparatos, projetos, modalidades como a EJA, etc., a população idosa que busca o ingresso na área educacional não encontra o suporte e assistência necessária para o atendimento de suas necessidades específicas.

Para Testoni e Belther, o educador brasileiro Paulo Freire exerceu influência significativa na Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Sua metodologia permitiu que os educandos se conectassem com o mundo em que vivem, sem exclusão. Freire reconhecia que os indivíduos não estão alheios à realidade imposta pela sociedade capitalista; pelo contrário, são sujeitos com direitos, capazes de pensar criticamente e intervir nessa realidade. Sua missão era alfabetizar jovens e adultos, promovendo autonomia e reflexão no processo de aprendizado, superando a abordagem tradicional autoritária. Em consonância com essa visão, Santos e Andrade (2021), destacam como a estruturação da modalidade de EJA sob a perspectiva libertadora de Freire proporciona uma visão mais crítica, reconhecendo o sujeito, sua história e considerando as diversas realidades presentes no contexto educacional:

Estruturar a EJA à luz de processos pedagógicos que reconheçam o sujeito, sua história e suas expectativas significa reconhecê-lo como cidadão, agregando a pluralidade que muitas vezes é desconsiderada pela cultura escolar. Por tanto, a Educação de Jovens e Adultos necessita de transformações no sentido de atender e ampliar as pretensões dos educandos, para isso, o entendimento sobre o sujeito é fundamental (...). (p. 318, 2021)

Portanto, a Educação de Jovens e Adultos precisa de transformações no que diz respeito a atender, em sua totalidade, os grupos que dessa modalidade necessitam, trazendo ainda à discussão a concepção de Soares, o qual afirma que “para se chegar às necessidades, têm que se conhecer a realidade. A partir desse conhecimento da realidade, pode-se especificar melhor o que são as necessidades, as exigências, as expectativas, os interesses e os desejos” (2001, p. 213). Ademais, ao fazer a correlação das perspectivas desses autores, buscamos ilustrar como uma educação emancipadora se faz imprescindível nas diversas modalidades, principalmente nas que buscam incluir os mais idosos. É

fundamental, portanto, transformar a EJA em uma ferramenta política, que universaliza e inclui, que não seja apenas mais um aparelho acolhedor que media entre as desigualdades.

Segundo Goldani (2010), há uma correlação entre as sociedades ocidentais e o Brasil. Um exemplo desse tipo de discriminação é observado nos programas de permanência no emprego, que frequentemente são direcionados a pessoas consideradas “empregáveis” de acordo com sua faixa etária. Essa abordagem perpetua estereótipos e impede que os idosos participem plenamente da vida profissional e social. A autora afirma que isso tem haver com a veneração da juventude, onde a velhice é comparada a algo vergonhoso. Em indústrias com foco absoluto aos jovens, como o entretenimento e a tecnologia computacional, os funcionários que já passaram dos 30 anos são vistos como “acabados”. Nos ambientes de trabalho, funcionários mais velhos, em alguns momentos, não são contratados ou promovidos porque os chefes com a justificativa de que eles não são flexíveis comparados aos mais novos. Ou seja, em um sistema capitalista que valoriza o lucro acima de tudo, os empresários costumam optar por substituir os funcionários mais velhos, por mão de obra barata e jovem.

Com isso, buscamos destacar sob essa perspectiva, a importância de se estimular a aprendizagem ao longo da vida, baseada em uma educação que busca um desenvolvimento inclusivo e democrático, que respeite os princípios constitucionais, emancipatórios e humanistas na formação dos educandos. Assim, é necessário que a escola seja um lugar onde os idosos possam acessar os saberes em sua totalidade e não somente os saberes básicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise detalhada dos dados e revisão crítica da literatura permitiram identificar a interseccionalidade que deve ser levada em consideração nos estudos sobre preconceito etário no Brasil, pois o Etarismo/Idadismo não ocorre isoladamente, vários outros determinantes de discriminação e preconceito podem se interconectar e afetar determinados grupos (Goldani, n. 111, 2010). Um exemplo que trazemos é como o classismo amplia as disparidades sociais existentes e afeta desproporcionalmente pessoas

idosas, dificultando o acesso das mesmas às oportunidades no contexto educacional, além de faltar acesso à qualidade na educação e também dificultar a permanência delas nas escolas e/ou universidades.

Ainda assim, fazendo um breve retorno à concepção Goldani (2010), é importante destacar o que ela salienta ainda, que o primeiro passo para acabar com o preconceito etário, é, justamente, reconhecê-lo como um problema social. O segundo, consiste em escolher um método para assim combatê-lo e gerar a conscientização dos indivíduos a respeito das consequências desse tipo de discriminação (...) “finalmente, reconhecer o preconceito etário como um problema é o primeiro passo para eliminá-lo. O próximo consiste em escolher um método para combatê-lo e conscientizar os indivíduos a respeito das suas consequências”. (Goldani, p.428, 2010). Outro ponto que é importante destacar, é o fortalecimento das relações familiares como parte imprescindível desse processo de transformação.

Por fim, buscamos esclarecer que a educação representa para os idosos o mesmo que a vida: uma oportunidade de acessar bens e serviços, de ser e conviver com os outros, não apenas como consumidores, mas como agentes ativos que ainda podem enriquecer a sociedade com suas especificidades, em seus aspectos políticos e culturais. Ademais, é essencial defender o direito de todos à educação, para que haja uma educação sem preconceitos, que acolha cada vez mais aqueles que buscam os espaços educacionais com o propósito de oportunidades, seja para o mercado de trabalho, seja pelo fascínio do aprendizado, para assim ser possível enfrentar o retrocesso causado por ideologias fascistas e anti democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético político do serviço social: ruptura com o conservadorismo**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2019.

Agências IBGE Notícias, 2020. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das- pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio> Acesso em: 15 de nov. 2023.

_____. Educação 2019, PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar). IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

DA SILVEIRA, Michele Marinho et al. **Educação e inclusão digital para idosos**. RENOTE, v. 8, n. 2, 2010.

DE AQUINO TESTONI, Solange Aparecida; BELTHER, Josilda Maria. **Educação de jovens, adultos e idosos**: O reconhecimento da diversidade e o direito à educação para todos. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia (RECeT), v. 3, n. 2, p. 96-108, 2022.

DE SÁ PEREIRA, Ingrid Castro; PONTES, Andréa Mello. **VELHICES E RELAÇÕES DE GÊNERO**: um estudo preliminar junto às idosas participantes do grupo de convivência UNITERCI/UFGA. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne Carolina; BUAES, Caroline Stumpf. **Educação e envelhecimento**. Educação e Realidade, v. 40, n. 1, p. 09-15, 2015.

Educação Integral, 2019. As desigualdades educacionais no Brasil: enfrentando-as a partir da escola. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/desigualdades-educacionais-no-brasil/>> Acesso: 18 de dez. 2023.

GOLDANI, Ana Maria. **Desafios do "preconceito etário" no Brasil**. Educação & Sociedade, v. 31, p. 411-434, 2010.

O etarismo é prejudicial para educação como qualquer outra forma de preconceito. CNTE, 2023. Disponível em: <<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75922-o-etarismo-e-prejudicial-para-educacao-como-qualquer-outra-forma-de-preconceito>> Acesso em: 19 set. 2023.

PAHO - Pan American Health Organization, 2022. Relatório Mundial Sobre idadismo. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/55872>> Acesso em: 20 de dez. 2023.

PERES, Marcos. **Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal**: a exclusão educacional em contextos rurais da região nordeste. Revista Sociedade e Estado, v.26. n.3. 2011.

SERRA, Deuzimar Costa; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Os idosos na EJA**: uma política de Educação inclusiva. Olhar de professor, v. 19, n. 2, p. 149-161, 2016.

Universidade Federal do Pará - UFPA, 2023. Programa Uniterci desenvolve projetos de inclusão para idoso... Disponível em: <<https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/14176-programa-uniterci-desenvolve-projetos-de-inclusao-para-idoso-e-recebe-inscricoes-em-fevereiro>> Acesso em: 21 de dez. 2023.

TERRITÓRIO E O SUJEITO NEGRO: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO RACIAL

Iasmim Lopes Ribeiro¹

Resumo: O presente trabalho realiza uma breve análise histórica sobre a relação do território, do espaço periférico, com a raça no Brasil. Retoma-se ao contexto de escravidão no Brasil em busca de compreender a relação entre periferia e sujeito negro desde a escravidão, no período pós-abolição até os dias atuais.

Palavras-chave: território; periferia; questão racial.

Abstract: The present work carries out a brief historical analysis of the relationship between territory, peripheral space, and race in Brazil. We return to the context of slavery in Brazil in an attempt to understand the relationship between the periphery and the black subject since slavery, in the post-abolition period to the present day.

Keywords: territory; periphery; racial issue.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de contribuir para uma maior compreensão acerca da relação entre Raça, Território e Capitalismo; partindo da discussão de territórios racializados no decorrer histórico de nosso país. Enfatizo aqui que a relevância de debruçarmos sobre essa temática partindo de uma análise crítica marxista é devido à ligação entre o território (enquanto uma categoria) raça e o sistema capitalista, assim como sua influência na realidade dos sujeitos negros. Proponho me dedicar especificamente na relação entre raça e território por compreender que o território é determinado a partir das relações sociais na sociedade capitalista e que a depender de como um determinado território é tido socialmente, os indivíduos pertencentes a ele têm suas vidas perpassadas e até determinadas pelo estigma que esses territórios possuem.

Acerca do território no capitalismo Elpídio nos apresenta que:

Na sociedade capitalista, como outros valores de uso, a terra e a moradia se convertem em mercadorias, com especificidades que merecem ser destacadas

¹ Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. email: iasmimlopes43@gmail.com

das demais, pois trata-se de mercadorias das mais caras, dentre os componentes necessários à reprodução do trabalho na vida privada e familiar dos trabalhadores. (ELPÍDIO, 2020, p.7).

São nos territórios, cidades e bairros, em que a população de fato se reproduz, onde cria suas formas específicas de comunicação, os estilos musicais que os melhor representam, seu lazer, a maneira de se relacionar com os outros, enfim, sua forma de cultura, de sobrevivência. Por consequência, pensar o território é pensar nos sujeitos e em como se moldam a partir dele. Nessa pesquisa o objetivo é pensar um território específico, o território periférico racializado uma vez que, “a população favelizada representa cerca de 78% dos habitantes urbanos em países menos desenvolvidos e corresponde a um terço da população urbana mundial” (ELPÍDIO, 2020, p.13).

Elpídio apresenta dados de 1993 e 2007 em que

o percentual de residências que se encontravam em favelas ou semelhantes passou de 3,2% para 3,6%. Considerando a distribuição de acordo com o chefe da família, tem-se que 40,1% dessas casas são chefiadas por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7% por mulheres brancas. De acordo com o estudo, essa distribuição mostra a predominância da população negra em favelas, o que reforça que as desigualdades socioterritoriais têm cor e raça no Brasil. (2020, p.8)

Esses dados reforçam e ilustram que há uma relação entre os territórios periféricos e a questão racial. Neste trabalho, busca-se abordar a relação entre território e questão racial, para tal acredita-se ser necessário inicialmente apresentar o conceito de território a ser aqui utilizado.

DESENVOLVIMENTO

Partirá-se nesse estudo da concepção de território enquanto uma categoria de análise. Portanto, a concepção do presente projeto vai de acordo com o colocado por Elpídio ao apresentar território como “componente da dinâmica da sociedade, a partir de uma categoria constitutiva das múltiplas determinações sociais expressas nas relações

sociais de produção e reprodução da vida social” (2015,p.35). A autora ainda sobre território expõe sua apreensão

como parte do processo de materialização histórica e social da realidade que compreende a dimensão espacial como mediação constitutiva das relações sociais. Nessa dimensão, portanto, se desenvolvem as relações sociais capitalistas e se materializam as expressões da questão social. O *território* (grifos da autora), contudo, precisa ser situado como totalidade concreta, permeado por contradições inerentes ao modo de produção capitalista nessa fase histórica. Assim o *território* expressa e é atravessado por rebatimentos e transformações do tempo presente.(ELPÍDIO,2015,p.35)

Definido isso, podemos então compreender que há uma relação entre território e o sistema vigente atualmente, que é o capitalista. Para além é necessário estabelecer que

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. (HARVEY,2005, p.129)

Parte-se aqui do pressuposto de que assim como tantas outras esferas da vida, a produção e reprodução do território tem ligação de certa maneira com a construção da sociedade, no caso a ser estudado, da sociedade brasileira. Por conseguinte esse fato nos apresenta a importância de se entender o processo de formação da sociedade brasileira.

Para tal, devemos compreender que o sentido da colonização de nosso país se deu a partir de um contexto de crise na Europa. O Brasil, assim como todos os países latino-americanos, tiveram em sua colonização o intuito de servir aos interesses desses países exteriores, sendo utilizados como uma fonte de produção e geração de renda por meio de exportação de matérias primas, assim como pela importação de bens de consumo diversos.

Vista em um plano internacional e mundial a colonização dos trópicos (e consequentemente do Brasil), por esses motivos expostos anteriormente, passa a ter um aspecto de empresa comercial, que tem como objetivo “explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes” (PRADO JR.,1987, p. 94).

Caio Prado Jr. abordando sobre a gênese do Brasil, continua:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. (1987, p. 94-95)

A América Latina então passa a se inserir na lógica do sistema capitalista, de forma “subalterna” obviamente, fato que mesmo posterior a independência de seus países se perpetua. Logo, partindo desse processo, com bases sociais econômicas desiguais, esses países, inclusive o Brasil, tem implementado um capitalismo dependente em suas realidades.

Desta forma, no Brasil, é possível que haja uma articulação entre diversas características de sua formação e aspectos modernos. A partir da base colonial estabelecida nosso país se apresenta na economia internacional enquanto um país dependente e subordinado economicamente.

Sobre isso Clóvis Moura diz que:

O modo de produção que existe no Brasil é o capitalismo dependente. As relações de produção determinam, em última instância, a estrutura básica da nossa sociedade, alocam no espaço social diversas classes e frações de classes que, por seu turno, são dinamizadas de acordo com o nível da luta de classes (2019, p.77).

A respeito da formação da sociedade brasileira Ianni nos aponta que esta se apoiava “numa economia produtora de mercadorias para o mercado internacional, com fundamento na utilização predominante do trabalhador escravizado” (1987, p. 24).

Federici nos diz que no território americano “onde a colonização destruiu 95% da população nativa, a resposta foi o tráfico de escravos, capaz de promover à classe dominante europeia uma quantidade imensa de mão de obra” (2017, p. 206).

Ao mesmo passo em que nosso país se construía, o sistema capitalista dava continuidade ao seu processo de acumulação através da exploração nos países colonizados. Cabe situar que para além da exploração das terras, o sistema capitalista nesse processo de acumulação explora também um determinado povo.

Sobre isso, Federici (2017) aponta que “o capitalismo não teria se desenvolvido e tido sua ascensão sem o acesso e exploração das terras, sangue, suor e riquezas expropriados durante séculos das colônias americanas”. E continua ao apresentar que:

devemos enfatizar essa questão na medida em que ele nos ajuda a perceber o quão essencial foi a escravidão para a história do capitalismo e por que, periódica mais sistematicamente, sempre que o sistema capitalista se vê ameaçado por uma grande crise econômica, a classe capitalista tem que pôr em marcha um processo de “acumulação primitiva”, isto é, um processo de colonização e escravidão em grande escala. (2017, p.207)

Desta forma, a população africana escravizada, assim como seus descendentes atualmente, forneceu e seguem fornecendo “ao capital a aparentemente inesgotável provisão de trabalho necessário para a acumulação” (Federici, 2017, p.357). Isso demonstra como a exploração, escravidão (e suas formas análogas), genocídio da população negra (assim como das demais minorias sociais) são fundantes e necessárias a manutenção do sistema capitalista.

Os negros do continente africano foram a população que aos olhos dos interesses metropolitanos da época se enquadravam nesses quesitos de exigência. Tem-se o início então um movimento extremamente violento de usurpação de pessoas de seu território, cultura e famílias nativos para uma vida de escravidão repleta das mais variadas formas de violência.

Desta forma, esses sujeitos se vêem obrigados a constituir nas colônias um novo território, as senzalas, esse o primeiro local de pertencimento² do sujeito negro após ser usurpado de seu território natal. Um local onde era proibida de forma violenta sua cultura, seu eu, sua humanidade.

² Ressalta-se que esse pertencimento é um pertencimento forçado, realizado por meio violento e não de forma pacífica.

Para a sociedade escravocrata, a população negra não passava de mera mercadoria, não eram vistos ou tratados em momento algum como seres humanos, “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade” (Davis, 2016, p. 17).

Sobre o escravo, Clóvis Moura diz que

Ele até podia possuir alguns objetos de uso pessoal. Porém, o que ele não tinha e não podia ter era a posse do seu próprio corpo, que era propriedade do seu senhor. Essa é a condição básica que se sobrepõe a qualquer outra para definir-se a situação de escravo. Isto é: um ser alienado da sua essência humana. (2019, p. 261)

Nesse sentido, neste período é socialmente aceito quaisquer atos violentos (sejam físicos, psicológicos ou sexuais) infligidos a essa população, como os açoites, os nomes aos quais eram referidos, formas de tratamentos, estupros dentre tantos outros.

Cabe aqui apresentar que apesar do que historicamente e socialmente é apresentado, a população negra escravizada não era passiva a sua situação, foram inúmeros os movimentos de resistência que essa população desenvolveu durante as duras décadas de forte violência e violação de seus direitos.

Os escravizadores do povo negro retiravam não somente seus corpos dos territórios de origem, mas tudo o que os contruam como seres humanos. Entretanto, como já pontuado, essa população não era passiva a sua realidade, um exemplo claro de forma de resistência para esse povo se deu através de sua cultura e de sua religião nativa, meios pelos quais era possível se reumanizar. Sobre isso Clóvis Moura assinala que

No particular do Brasil, o trabalho dos candomblés, durante a escravidão e imediatamente após a Abolição, sempre foi visto como foco de perigo social e racial, criando-se, por isso, inúmeros estereótipos justificatórios contra o seu funcionamento. (2019, p.88)

Fica evidente que uma vez que as manifestações culturais e religiosas originárias do povo negro fornecia força e resistência aos mesmos, era necessário o combate a elas, isso era feito de modo direto (com as proibições por exemplo) e indireto (através da esteriótipação negativa e associação à algo demoníaco).

Outra maneira de resistência, essa talvez apontada de maior forma na história dominante, foram as fugas e as formas de sociedade (quilombos) que o povo negro realizou. -

Nos quilombos os sujeitos tinham (e continuam tendo nos dias atuais) formas diferentes de relacionamento, seja entre eles mesmos, com a produção de bens ou com a terra em si. O quilombo se mostrou um espaço onde esses sujeitos puderam se reumanizar, sendo forma de resistência, luta, batalha contra a situação que à força lhes impuseram, à morte iminente nas senzalas, contra a exploração nas fazendas. Desta forma, pelos quilombos serem (e continuarem sendo) formas alternativas de vida, de socialização, contrária à vigente foi (e é) visto pelo sistema como necessário de extermínio, uma ameaça, por isso socialmente é descredibilizado, mal visto, compreendido como um atraso.

Dos quilombos, o melhor divulgado e com grande (senão maior) importância na história brasileira, foi o Quilombo de Palmares, sobre ele Moura nos diz que

Palmares converge, em pleno século XVII, para si as atenções da Metrópole, mas, mesmo assim, assume proporções de um ato de resistência que não teve similar na América Latina. A vasta documentação que existe a respeito, especialmente de origem portuguesa (sabe-se também da existência de documentos em arquivos holandeses e italianos), bem demonstra a preocupação da Metrópole, de um lado, e, de outro, a importância social, econômica e militar de Palmares. (2019, p.266)

Ainda acerca de Palmares, sobre seu funcionamento temos que foi um território

Caracterizado por uma estrutura coletiva de uso e produção da terra, sem posses individuais e apropriação de excedentes. No quilombo, metaforicamente todos/as trabalham, se alimentam, dançam ao som dos tambores para saudar os seus deuses e deusas, protegem a natureza e produzem tudo o que é necessário para si e para a sua comunidade. As decisões são coletivas e o maior bem cultural está pautado da cosmogonia africana “Eu sou, porque nós somos”! (ELPÍDIO,2020,p.2)

Sobre esse “famoso” quilombo Elpídio (2020) dá continuidade e nos apresenta um destaque sobre sua organização política, onde as “mulheres, sacerdotes e sacerdotisas (...) bem como as pessoas mais velhas aquelas referências” exerciam um papel de destaque nas estruturas internas do quilombo, isso devido “à tradição africana e valorização da oralidade como memória e registro coletivo”(p.3).

Como as apresentações anteriores evidenciam, o território de Palmares e a organização social criada ali representava uma enorme ameaça ao sistema vigente no poder. Em vista disso Moura apresenta que:

Transformou-se Palmares no mais sério obstáculo ao desenvolvimento da economia escravista da região. Como a região na época, era a mais importante para a prosperidade desse tipo de economia, podemos aquilatar a preocupação que Palmares representava para as autoridades da Metrópole. (MOURA, 2019, p. 196).

Isso demonstra que nessa época o território era um fator de grande importância e forma de resistência, fato que perdura até os dias atuais. A utilização do território, por meio dos quilombos pela população negra, ao mesmo passo que era uma forma de criarem uma nova sociedade para os seus, em que as relações fossem mais justas, era (e segue sendo) também uma resistência e conseqüentemente ameaça ao sistema.

Sendo assim, levando em conta o poder de resistência que os territórios dos quilombos apresentam à sociedade vigente, existe

Por isso, os inúmeros impasses atuais em torno da legitimidade dos quilombos no Brasil, que historicamente sofrem com as sucessivas intervenções do Estado para seu aniquilamento histórico e relevância cultural para o povo brasileiro, em especial, para a maior parcela da sua população que é negra ou de sua descendência. (ELPÍDIO, 2020, p.6)

Elpídio ainda reforça isso ao citar que “é ilusório prever que em um modelo de cidade pautada pelo modo de produção do espaço na sociedade capitalista, haja um compasso possível de criação de igualdade na forma de uso, produção e ocupação dos territórios” (2020, p.4).

Esse fato fica evidente ao observarmos que há um enorme movimento de apagamento e invisibilização dessas experiências na nossa história, na realidade brasileira. Esse apagamento dessa construção social nos dizeres de Elpídio

tem sido uma tarefa constante do Estado Brasileiro, pois fica evidente a ameaça que o movimento subjacente de recuperação destes princípios pode representar ao modelo destrutivo hegemônico capitalista, branco, machista e sexista. (2020, p.5)

Ainda sobre o apagamento e invisibilização, Moura aborda que isso ocorre pois situar o negro historicamente é

vê-lo como agente coletivo dinâmico/radical desde a origem da escravidão no Brasil. E, por outro lado, revalorizar a República de Palmares, único acontecimento político que conseguiu por em cheque a economia e a estrutura militar colonial; é valorizar convenientemente as lideranças negras de movimentos como as revoltas baianas de 1807 a 1844. E destacar como de personagens históricos os nomes de Pacífico Licutã, Elesbão Dandarã, Luís Sanin, Luisa Main e muitos outros. É estudá-lo no âmago da revolta dos Alfaiates de 1798, na Bahia. É finalmente, mostrar o lado dinâmico da escravidão no Brasil, ou seja, o chamado lado negativo: as insurreições, os quilombos e demais movimentos dinâmico/radicais havidos durante aquele período.(1983.p.2)

Apesar de toda a movimentação de resistência do povo negro e denúncia da situação da escravidão por seus aliados, a abolição começa a ser discutida e ocorre principalmente por uma demanda econômica. Ianni (2004) apresenta que a libertação do povo escravizado se dá partindo das condições necessárias e indispensáveis à produção continuada do lucro. E enfatiza que

Somente quando o trabalhador é livre a sua força de trabalho ganha a condição efetiva de mercadoria. E como tal, ela pode ser comprada segundo as necessidades da empresa, isto é, da produção de lucro. Esse é o sentido essencial da abolição. As transformações da estrutura econômica impuseram a libertação do escravo. (IANNI, 2004, p.30)

Partindo desta lógica, a escravidão já não é algo mais aceitável, uma vez que ao capital não é mais um processo tão rentável, sendo assim há a necessidade de se destruir a escravidão. Entretanto, “a liberdade que se dá ao escravo é a liberdade de oferecer-se ao mercado de trabalho, como mão-de-obra apenas” (Ianni, 2004, p.320).

Ao mesmo momento em que o escravo se torna cidadão e está disponível para ser a mão-de-obra nacional, o país abre as portas para os imigrantes. Como Ianni demonstra, “a abolição ocorre em 1888, e a grande naturalização, em 1891” (2004, p.20). Sendo assim, a população negra não se insere dignamente no mercado de trabalho por ter que disputar com os povos imigrantes. Para além disso o povo negro tinha (e segue tendo) alguns empecilhos de cunho ideológico ao concorrer as vagas de trabalho.

Dos empecilhos ideológicos que essa população tinha e ainda tem que enfrentar podemos destacar os estereótipos intelectuais, os ideias repassados de que essa população não tem aptidão para estudos ou para profissões ligadas ao pensar; estereótipos físicos, de que esse povo é extremamente sexual; e várias outras formas de racismo.

Cabe ressaltar que muitas expressões de racismo ganham legitimação sob a “cartada” de que este não existe no Brasil, que não poderia existir uma vez que em nosso país as relações interétnicas são livres e somos a maior democracia racial. Faz-se erroneamente uma ligação entre a miscigenação (fato biológico) e democratização (fato sociopolítico) para se negar que haja em nossa realidade racismo.

Clóvis Moura reafirma que

Com argumentos da miscigenação para validar a ideia da democracia racial consegue-se deixar de analisar como foi ordenada socialmente essa população poliétnica e quais os mecanismos específicos de resistência à mobilidade social vertical massiva que foram criados contra os contingentes populacionais discriminados por essa estrutura. Esquecem-se de que esses segmentos populacionais eram componentes de uma estrutura escravista, inicialmente, e de capitalismo dependente, em seguida. Com essas duas realidades estruturais durante o transcurso da nossa história social foram criados mecanismos ideológicos de barragem aos diversos segmentos discriminados. (2019, p.90)

Partindo da formação sócio-histórica brasileira conseguimos compreender o motivo da população negra ocupar as camadas mais “baixas” da nossa sociedade e entender a funcionalidade dos preconceitos que continuam perseguindo essa população mesmo após o momento de abolição. O desprezo do mercado formal pela mão de obra negra liberta que entrou no século XX apenas com uma falsa liberdade, aprisionou “aos grilhões da pobreza, passando ao largo do acesso ao ensino básico, ou de outros mecanismos de mobilidade social, como o acesso ao crédito, à terra ou mesmo à proteção legal” (PAIXÃO, 2006 apud COSTA, p.2) essa população.

Como já pontuado, a produção dos territórios está ligada ao sistema capitalista, Elpídio a respeito diz que:

A produção capitalista do espaço, que tem como base fundante a propriedade privada da terra e a transformação deste bem universal da humanidade, em mercadoria se apoia no racismo estrutural também nas formas de constituição dos espaços urbanos. Daí, lidamos com uma dura realidade cotidiana do povo negro no Brasil, onde o racismo se materializa também nos processos de produção e ocupação socioterritorial. (2020, p.9)

Após o processo de abolição, a população negra não teve forma alguma de reparo às injustiças sofridas, desta maneira sem apoio algum, estavam jogados à sua sorte e sem a garantia de um trabalho para suprir as necessidades advindas de sua sobrevivência.

A situação se abrangia inclusive ao espaço de moradia, esse povo (a destarte dos que conseguiram uma fuga bem sucedida para os quilombos) teve desde o sequestro de seu lar as senzalas como espaço para viver nos momentos que não estavam sendo explorados no trabalho escravizado. Como alternativa, inicialmente a população que conseguiu se inserir no mercado de trabalho de alguma maneira, viram como alternativa de moradia barata e próxima aos seus trabalhos a evasão para os cortiços (posteriormente demolidos para ampliação da cidade) e os morros (que mais tarde se configuram nas favelas).

Neste processo histórico repleto de determinações sócio-históricas, formaram-se senzalas, cortiços, “barracões de zinco pendurados no morro”, palafitas, barracas de lona e de papelão. Se erguem “Cidades de Deus, Coroadinhos, Sol Nascente, Brasília Teimosas, Abolições, Casas Amarelas, Marés, Paraisópolis, Pinheirinhos” como expressão territorial marcada pela voracidade destrutiva do modelo capitalista de produzir o espaço desigual. (ELPÍDIO,2020,p.16-17)

Elpídio (2020) ainda nos apresenta que “o Brasil se constituiu em menos de um século como país predominantemente urbano” (p.10). E que

Esta urbanização, assim como o processo republicano e democrático brasileiro, ocorre de forma totalmente descomprometida com a transformação das bases sociais e com o cumprimento da função social e fundiária nas cidades e no campo. Aprofundam-se, pois, as desigualdades socioterritoriais e raciais, cria-se uma dimensão particular das cidades no país que autoriza processos institucionais de expulsão, de segregação, de marginalização que se expressam no cotidiano de trabalhadores “desalojados e despejados” da cidade do capital. (p.11)

Ambos os espaços citados anteriormente, e enfaticamente as favelas, tiveram historicamente negligenciados seu acesso ao saneamento básico, à infraestrutura adequada, lidando assim diariamente com a exclusão socioespacial, com o estigma

negativo vindo de olhares exteriores aquele ambiente, à violência institucional através da expulsão, militarização e conseqüentemente ao silenciamento verbal e físico; assim como o genocídio de sua população.

Acerca das inúmeras formas de violência que a população negra favelizada sofre, Elpídio destaca a pandemia SARs–CoV–19 sinalizando que :

todos os estudos epidemiológicos apontam a maior propagação e letalidade em territórios aonde o vírus chegou antes do saneamento básico e que as condições de vida e moradia de trabalhadores, expõe à população negra os danos mais sérios provocados pela doença. Tais considerações são fundamentais para pensar como os impactos de uma história de racismo estrutural e institucional são agravadas mediante a crise do capital que ao longo das últimas décadas e governos, que contribuíram para a precarização e intensificação da exploração da força de trabalho, acompanhada de perdas sucessivas de direitos e proteções sociais com governos neoliberais e agora, ultraliberal e neoconservador (...). (ELPÍDIO, p. 11, 2020)

Elpídio ainda destaca que

A população favelizada representa cerca de 78% dos habitantes urbanos em países menos desenvolvidos e corresponde a um terço da população urbana mundial. Apesar de a maior incidência deste fenômeno ocorrer em países do hemisfério sul e parte da Ásia (principalmente na China e na Índia), observa-se o crescimento da favelização nos grandes centros urbanos em países centrais do capitalismo (ROLNIK apud ELPÍDIO, 2020). É fato evidente que em países afrodiáspóricos e no território africano a população negra constrói suas moradias de forma adensada em espaços urbanos precários, denominados mais popularmente no Brasil, como favelas (mas que tem diferentes denominações a depender da cultura local). A autora salienta que a “mercantilização da moradia, bem como o uso crescente da habitação como ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, afetou profundamente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo”. (ROLNIK, p. 32 apud ELPÍDIO, 2020) Considerando aspectos das favelas, por mais que estas possuam formas de riquezas essenciais resguardadas em seus domínios territoriais (que são as pessoas, a cultura e ancestralidade do povo negro que nelas habitam), foi construída a partir de uma lógica perversa, da produção capitalista do espaço, que tem como base fundante a propriedade privada da terra e a transformação deste bem universal da humanidade, em mercadoria. (FARAGE apud ELPÍDIO, 2020) Daí, lidamos hoje com uma dura realidade cotidiana do povo negro no Brasil, onde o racismo se materializa também nos processos de produção e ocupação socioterritorial. (ELPÍDIO, 2020, p.13)

Para além, a população negra e parda formam uma enorme parcela da classe trabalhadora brasileira³. Como os próprios dados do IBGE apontam:

³ Segundo dados da PNAD 2019 pretos e pardos equivalem a 56,2% da população, sendo deste total 46,8% pardos e 9,4% pretos

As pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no País. Em 2018, tal contingente correspondeu a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões. Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas – apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018. (IBGE, p.02. 2019)

Ao mesmo tempo, é essa a população que em sua grande maioria é utilizadora das políticas públicas, ou seja, usuários dos serviços socioassistenciais aos quais são “ação” do Serviço Social.

Pesquisas atuais do próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, órgão responsável pela organização desta política em âmbito nacional, informam que 73,88% dos titulares do Programa Bolsa Família entre homens e mulheres são negros (DATA SOCIAL, 2015 apud COSTA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elpídio ligando a questão do território à questão racial e reforçando a importância dentro da profissão traz que:

Novos negreiros surgem neste contexto paralelo às favelas. É quando jovens negros/as perdem a suposta “liberdade”, o sistema reedita a senzala, que é o cárcere. Um novo território de segregação perverso que é habitado predominantemente por negros e suas famílias. Tais lugares ganham a objetivação de uma naturalização que não podem ser internalizadas, dentro e fora do Serviço Social, como se o “lugar” dos negros, tenha como marcas o lugar da violência, da pobreza e da criminalização. Romper as barreiras da segregação socioterritorial implica derrubar o modelo social que a produz. Superar o racismo e o capitalismo está no centro do processo. (2020,p.17)

Sendo assim se apresenta de grande importância para o Serviço Social estudar esse processo de forma crítica compreendendo que vai muito além do acaso relativo ao racismo imposto a vida da população negra e sim um projeto que tem lucrado com as vidas negras, desde suas formas de reprodução/sobrevivência, até com seu genocídio.

Em se tratando dos lugares e territórios forçadamente destinados ao povo negro pelas elites dominantes, vimos que a questão territorial é estruturante pela ausência da posse da terra, combinadas à perversa superexploração dos territórios afrodiáspóricos, via de regra, frutos das invasões coloniais e do imperialismo. Neste sentido, há uma relação dialética das determinações sociais que unificam racismo e capitalismo, por isso a necessidade da apreensão do

debate que não separa raça e classe, uma vez que se encontra no cerne da questão o Trabalho como mediação imprescindível à superação da sociedade de classes. (ELPÍDIO,2020,p.15)

Desta forma, ressalta-se aqui, que se alcançará o fim do racismo, seus reflexos sociais, o genocídio da população negra e as inúmeras consequências do mesmo, apenas com a destruição do sistema vigente, de suas formas falhas de socialização e qualquer forma de exploração existente. Somente desta maneira se conseguirá de fato alcançar a emancipação da humanidade, assim como criar novas formas de socialização em que o ser humano, o coletivo, compreendendo suas particularidades, é superior ao lucro.

REFERÊNCIAS

COSTA G. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. In: O Social em Questão - Ano XX - nº 38 - Mai a Ago/2017.

DAVIS A. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

ELPIDIO, M. H. Do quilombo às favelas: faces do racismo territorial na produção das cidades. In: Serviço Social, Favelas e Educação Popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Editora Navegando. 2020.

_____. Território, política social, e Serviço Social no contexto do social-liberalismo. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015.

FEDERICI S. Calibã e a bruxa. São Paulo: Editora Elefante. 2017.

HARVEY D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume. 2005.

IANNI O. Raças e Classes Sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004. 1ª reimpr. da 3ª. Ed. De 1987.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas; Informação Demográfica e Socioeconômica; n.41. 9 ISBN 978-85-240-4513-4. 2019.

LIMA T.C.S., MIOTO R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MOURA C. Sociologia do negro brasileiro. Editora Perspectiva; 2ª ed, 2019.

_____. Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. Afro-Ásia, 1983. PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. In: Francisco Iglésias. Caio Prado Júnior: história. São Paulo: Ática, 1987.

IMPACTOS DA COVID-19 JUNTO À CLASSE TRABALHADORA SOB A ÓTICA DO RACISMO AMBIENTAL

Geliany Aparecida Menezes Costa¹

Maicom Marques de Paula²

Resumo: Este estudo analisou os impactos da Pandemia da COVID-19 sob a classe trabalhadora nos espaços marcados pelo racismo ambiental na cidade de Cláudio-Minas Gerais, tendo como método as pesquisas bibliográfica e qualitativa, entrevista semiestruturada e estudo observacional. Foram mapeados, identificados e visitados 05 bairros com indícios do racismo ambiental e selecionados aleatoriamente 7 moradores para resposta à entrevista. Identificou-se a presença do racismo ambiental nestes espaços, seus negativos impactos sob a população residente, potencializados pelo surgimento da Covid-19. Infere-se que o enfrentamento ao capitalismo e um maior investimento nas políticas públicas faz-se necessário para diminuir o abismo entre as classes sociais e promover a garantia de direitos.

Palavras-chave: Categorias de trabalhadores; COVID-19; Racismo Ambiental; Território.

Abstract: This study analyzed the impacts of the COVID-19 Pandemic on the working class in spaces marked by environment through racism in the city of Cláudio-Minas Gerais, using bibliographic and qualitative research, semi-structured interviews and observation through studies as methods. Five neighborhoods with signs of environment through racism were mapped, identified and visited and 7 residents were randomly selected to respond to the interview. The presence of environmental racism in these spaces was identified, as well as its negative impacts on the resident population, heightened by the emergence of Covid-19. It is inferred that confronting capitalism and great reinvestment in public policies is necessary to reduce the gap between social classes and promote the guarantee of rights.

Keywords: Occupational Groups; COVID-19; Environmental Racism; Territory.

I – INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, uma epidemia de pneumonia atingiu um grupo de vendedores ambulantes no mercado de frutos do mar de Huanan, característico pelo comércio de animais vivos. Já nos primeiros meses de 2020, o aparecimento de diversos casos de pneumonia atípica fez com que governo e médicos da cidade de Wuhan, capital da Província de Hubei na China, alertassem para o que seria uma das mais rápidas e drásticas mutações de um vírus, desencadeando uma doença denominada como *Coronavirus Disease – 2019* (COVID-19) cujos infectados apresentavam diagnósticos

¹ Bacharel em Serviço Social – UEMG Unidade Cláudio/MG.

² Professor Ms. do curso de Serviço Social – UEMG Unidade Cláudio/MG. Conselheiro do CRESS – MG Gestão 2023/2026. Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Divinópolis – MG.

variados como infecções assintomáticas, tosse, febre, sintomas gripais e quadros graves respiratórios com possibilidade de morte. Dada a sua rápida disseminação, a COVID-19 foi declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020.

Estratégias como uso de máscaras, isolamento social, *lockdown*, barreiras em rodovias, cancelamento de voos, dentre outras, foram adotadas em todo o mundo visando minimizar os impactos econômicos e perdas de vidas humanas. Conforme Paula (2020), o distanciamento social, higienização frequente, ausência de toques e contatos físicos foram necessários para evitar o contágio. Esse novo *modus operandi* impactou diretamente as relações pessoais e familiares, o mundo do trabalho, as formas de consumo, como os demais espaços da vida cotidiana.

No Brasil, o aparecimento da COVID-19 se deu no 1º trimestre de 2020, momento em que 12,9 milhões de pessoas incorporavam a massa de desempregados, número rapidamente superado frente ao cenário pandêmico, acentuando as desigualdades e contradições sociais advindas principalmente das precariedades do trabalho, da informalidade e recorrente perda de direitos, frutos das contrarreformas do estado. Somaram-se a isso, a ausência de políticas públicas que garantissem a sobrevivência da classe trabalhadora (PRAUN, 2020).

Em 2020 economia e pandemia foram palavras centrais em todos os debates, e num país de significativas desigualdades como o Brasil, CPF e CNPJ concorreram acirradamente pela escolha de qual salvar, o que revela um estado de exceção, que perpetua o genocídio produzindo ainda mais vítimas do capitalismo e da necroeconomia neoliberal.

O aparecimento de doenças como a COVID-19 se relaciona à degradação ambiental e social. As condições ambientais se remodelam de acordo com o capital e sofrem consequências mediante forças evolutivas ou não intencionais, resultado das ações humanas, que visando vantagens econômicas provocam a exploração de animais silvestres, desmatamentos, queimadas e propiciam o aparecimento de vírus, bem como suas diversas mutações (HARVEY, 2020).

Tal pensamento, se alinha ao que conceituamos racismo ambiental; conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e

humana justificada pelo desenvolvimento e naturalizada pela inferioridade de determinados segmentos da população que sofre os impactos negativos do crescimento econômico, é relegada a condições precárias de vida e os ambientes urbanos ou rurais nos quais reside, tornam-se espaços periféricos, órfãos de investimentos do poder público (HERCULANO, 2006).

Para, além disso, conforme nos aponta Acselrad (2004a) a existência da intersecção entre raça e meio ambiente, infere ao racismo ambiental a prática da destinação às comunidades e populações negras, indígenas, imigrantes, não-brancas, os piores efeitos da degradação ambiental, de tal modo que conflitos causados pelo racismo ambiental não considerem o território e sim a economia mais forte, a cultura mais aceita.

Considerando-se que, sociedade e ambiente são inseparáveis, as condições objetivas dos territórios como o direito a urbanidade e a cidadania são fatores determinantes para a sobrevivência dos sujeitos.

Elencados tais apontamentos, o estudo que ora se apresenta objetivou identificar e avaliar os impactos da COVID-19 junto a classe trabalhadora, em especial nos espaços marcados pelo racismo ambiental na cidade de Cláudio/Minas Gerais.

DESENVOLVIMENTO

O racismo ambiental tem seu primeiro conceito apresentado por Benjamin Chavis, líder do movimento negro cuja militância se dividia entre a ciência e a religião, buscando definir as desigualdades e discriminações étnicas e raciais no que diz respeito aos indivíduos que são injustiçados ou privilegiados nas disputas socioambientais, tanto no sentido territorial quanto no âmbito dos direitos (JEFFREUS, 1994 apud CAPPELLA, 1996).

Racismo Ambiental pode ser significado como a discriminação racial nas políticas ambientais, quando se escolhe deliberadamente comunidades de cor para virar depósito de rejeitos tóxicos, é racismo ambiental quando se instala indústrias poluidoras, sancionando a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas das comunidades, excluindo pessoas de cor dos grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e instâncias regulamentadoras (JEFFREUS, 1994 apud CAPPELLA, 1996, não paginado).

Conforme sinaliza Tânia Pacheco (2008) o termo racismo ambiental “foi forjado no calor das lutas do movimento social no Condado de Warren para que os rejeitos tóxicos parassem de ser despejados por lá”. A autora esclarece que em 1982, na Carolina do Norte, rejeitos químicos foram depositados por mais de uma década na comunidade do Condado de Warren, local considerado um dos mais pobres do estado, historicamente constituído por descendentes de escravos.

Ainda, de acordo com Pacheco (2008), em situações nas quais o resultado do modelo de desenvolvimento capitalista causa influência sobre os povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas, pescadores e quilombolas, percebe-se que em países como o Brasil, a constituição dos poderes políticos, econômicos e culturais dominantes estão historicamente ligados a um passado colonial no qual os indivíduos brancos foram considerados e tratados como superiores.

Nesse sentido é perceptível que os efeitos da degradação ambiental são mais visíveis em comunidades e populações negras e indígenas, o que sinaliza a existência de uma intersecção entre raça e meio ambiente. Contudo, o racismo ambiental não se restringe “onde” os empreendimentos que mais poluem e degradam o meio ambiente são instalados e sim ao fato de “como” eles operam, como acentua Maíra Mathias (2017).

No que tange ao território brasileiro, embora o Estado, por meio de seus órgãos ambientais possibilite licenciamentos fora das normas e outras tantas irregularidades que visam, na maioria das vezes os interesses econômicos, a adoção de bandeiras de luta como da justiça ambiental e o combate ao racismo ambiental possibilitam repensar a organização da sociedade, fomentada pela emergência e fortalecimento de movimentos sociais.

Passamos a ter presente no nosso cotidiano o discurso de que a fórmula milagrosa de dominação da natureza – anunciada por Descartes e Bacon – teria afinal falhado e que a utilização predatória dos recursos não renováveis e o consumo ilimitado característico das sociedades modernas ocidentais poderiam conduzir-nos a um destino catastrófico. (PAES; SILVA, 2012, p. 85-86).

É neste contexto, de lutas e contradições sociais que emerge a pandemia da Covid-19, impactando significativamente a vida dos sujeitos, principalmente da classe trabalhadora.

No 1º trimestre de 2020, momento em que surge a pandemia da Covid-19, 12,9 milhões de brasileiros incorporavam a massa de desempregados, número rapidamente superado frente ao cenário pandêmico.

Com o surgimento da pandemia, estratégias para restringir a circulação das pessoas foram adotadas com o objetivo de preservar a saúde do maior quantitativo possível de pessoas, contudo isso não significou a proteção dessas pessoas da pandemia, principalmente a população mais pobre, que dadas as suas condições objetivas de vida e constante exposição, tornaram-se mais vulneráveis.

Nesse sentido, o período pandêmico desvelou as mazelas sociais já existentes, como a precarização do trabalho e seus nocivos impactos nas condições de vida e na saúde da classe trabalhadora. Somando-se a isso, como acentua Wolff (2020), com o “retrocesso no que diz respeito a pesquisa científica e desmonte das políticas públicas, a crise no Brasil se agrava constantemente”, questão potencializada pelo governo federal, à época, dada sua atuação de forma a menosprezar a existência do vírus e suas consequências.

Para, além disso, as ações governamentais de incentivo ao aumento do porte e uso de armas, discursos conservadores quanto a estrutura e organização das famílias, contribuíram sobremaneira para a ampliação da violência, inclusive a violência doméstica, quando mulheres, crianças e adolescentes, em razão das restrições e do isolamento social permaneciam mais próximas de seus agressores, acentuando as “sombrias desigualdades de gênero em suas interseções com as discriminações étnico-raciais de classe social e gerações” (WOLFF, 2020, p.02)

O cenário brasileiro pré-pandemia, já contava com a emenda 95/2016, também conhecida como “PEC da Morte” que recuou investimentos por 20 anos em vários setores como da saúde e educação. O desmonte das políticas públicas tornou mais evidente a precarização dos serviços e do atendimento à população, e somados as contrarreformas já existentes e as reformas trabalhista e previdenciária, impactaram negativamente à vida da classe trabalhadora e o trabalho em si, abrindo brechas ao avanço das tecnologias e do trabalho remoto (ANTUNES; PRAUN, 2019).

As possibilidades tecnológicas e do trabalho remoto (*home office*) emergiram como promessa de um novo formato de trabalho, compreendido e valorizado como

possibilidade da não interrupção das atividades laborais, contudo não consideraram a proteção dos direitos essenciais da classe trabalhadora. O que se apresentava como libertador tornou-se um problema, visto que nem todas as pessoas possuíam acesso ou facilidades para operar e se adaptar a essas novas ferramentas, evidenciando que estava para o capital a necessidade de rompimento a qualquer barreira que o impeça de se perpetuar (PRAUN, 2020).

Durante a pandemia, para muitos, a estratégia de isolamento social tornou-se para algo impraticável, haja visto suas precárias condições de moradia, sendo estes trabalhadores com baixa renda e nível escolar mínimo, que frente à necessidade do sustento familiar se viram obrigados a deixar suas casas e se exporem ao contágio.

Para a classe trabalhadora a eminência da falta do salário afeta a capacidade de escolha do trabalhador, pois o salário é a única forma de assegurar sua subsistência (SILVEIRA, 2020).

Acentua-se que no Brasil o trabalho é muitas vezes precarizado, com baixos salários, cargas horárias extensas e sem vínculos empregatícios formais. Conforme consideram Minayo e Freire (2020) a maioria desses trabalhadores são mulheres, que dividem seus horários em diversas funções como a responsabilidade de cuidado com a família, encontram-se na informalidade, recebem salários abaixo da média e não conseguem propor formas seguras de transporte para si e para os outros.

Como resposta paliativa aos impactos da covid-19 sobre a classe trabalhadora, o governo federal adotou iniciativas de transferência de renda como o auxílio emergencial, que no ano de 2020 contava com aproximadamente 107 milhões de pessoas cadastradas aguardando o recebimento do referido benefício.

O Coronavírus, conforme Žižek (2020), no que tange ao sistema capitalista “*é um sinal de que não podemos continuar no caminho em que temos estado até agora, de que é necessária uma mudança radical*” de que necessitamos repensar através das catástrofes, o tipo de sociedade que construímos, promover ações urgentes de coordenação global eficiente, reorganização da economia global, de forma a redimensionar os mecanismos de mercado.

Objetivando identificar e avaliar os impactos da COVID-19 junto a classe trabalhadora, em especial nos espaços marcados pelo racismo ambiental na cidade de Cláudio/Minas Gerais, este estudo adotou como procedimentos metodológicos a pesquisa qualitativa e bibliográfica, a entrevista semiestruturada e o estudo observacional.

A pesquisa bibliográfica direcionou-se à literatura relacionada ao objeto de estudo e indexada nas bases de dados; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), portal de periódicos eletrônicos do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e portal de Periódicos da CAPES. Utilizou-se de descritores como: Categorias de Trabalhadores, COVID-19, Racismo Ambiental e Território.

Foram selecionadas apenas as publicações relevantes ao tema, publicadas no período de 1990 (ano em que surge o primeiro conceito de Racismo Ambiental apresentado por Benjamin Chavis) a 2020, no idioma português, totalizando 20 artigos.

O trabalho de campo; estudo observacional e entrevista semiestruturada, ancorou-se nos conceitos apresentados por MARCONI; LAKATOS, 2007 e COOPER; SCHINDLER, 2003.

Mapeou-se 05 (cinco) bairros do município com indicativos da existência do racismo ambiental. Os dados primários foram colhidos através da observação dos pesquisadores; realização de visitas aos bairros nos períodos diurno e noturno, definição de quatro perguntas norteadoras relacionadas às potencialidades e dificuldades cotidianas de cada bairro e aplicação do questionário semiestruturado, através de meio eletrônico, a 07 (sete) moradores dos bairros selecionados, escolhidos aleatoriamente e cujas identidades foram preservadas.

Os principais “problemas” identificados durante o estudo observacional (visita *in loco*) e reafirmados pelos sujeitos da pesquisa (reposta ao questionário semiestruturado) foram: coleta de lixo insuficiente/acúmulo de lixo, esgoto a céu aberto, lotes vagos e sujos, animais soltos nas ruas, asfalto precário ou a ausência deste, iluminação pública precária, policiamento ineficiente, poluição, transporte público insuficiente, pouca oferta de serviços/comércio, distância considerável do centro urbano, inexistência de espaços para lazer, ausência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pouca ou nenhuma

informação/identificação das ruas, circunstâncias que demonstram a falta do poder público nestes espaços, limitando a garantia de direitos da população.

Os relatos abaixo, ilustram o contexto e a percepção dos moradores destas localidades;

“O principal problema é o esgoto a céu aberto, a falta de saneamento básico e tratamento de esgoto, poucos dias de coleta de lixo, causando interações, afetando a saúde e tornando o local insalubre” (Sabiá, 22 anos).

“É um bairro que tem muita criança que fica brincando ali na rua, o povo fica muito na rua, bairro de periferia mesmo, o povo sentado nas calçadas conversando até tarde, coisas que você não verá no centro da cidade” (Andorinha, 31 anos).

“Dias de chuva as ruas ficam inundadas de lama quase difícil acessar, se pudesse mudar meu bairro, eu colocaria comércio, lotérica, hospital, porque a distância do centro é muito longe e eu não tenho carro pra ir e faria um jardim para as crianças” (Bem-te-vi, 40 anos).

“O posto de saúde fica noutro bairro, tem que aglomerar e juntar com o povo de outros bairros para poder ser atendido, desse bairro, das casinhas populares, dos conjuntos dos predinhos, além do bairro em si” (Canário, 40 anos).

“Todas as pessoas do bairro trabalham em localidades mais distantes, raro são os que trabalham próximo, pois existem poucas indústrias aqui perto do bairro, então é um deslocamento bem grande, a maioria vai de lotação ou a pé mesmo, com ruas de péssima acessibilidade e iluminação ruim na volta pra casa” (Canário, 40 anos).

Embora se atribua um caráter democrático à COVID-19 no que tange a indistinta possibilidade de contaminação por todos os sujeitos, independente de classe ou qualquer outro recorte social, tornou-se evidente que os fatores de risco à exposição/contaminação, possibilidades e acesso a tratamentos não se apresentam de forma igualitária. Assim a pandemia da COVID-19 reforçou a existência da divisão de classes ao escancarar que de um lado concentraram-se aqueles com condições de se manter isolados, utilizando dos planos de saúde e desenvolvendo suas funções laborais à distância, e de outro a esmagadora maioria da população, constitutiva da classe trabalhadora, com baixos salários, moradias precarizadas, sem a oferta da segurança necessária.

Considerando que as populações pobres são mais suscetíveis a ter doenças crônicas, isso os coloca em maior risco de mortalidade associada a Covid-19. A dificuldade do acesso, que já existia, acentua a vulnerabilidade desta população nesse momento de crise [...] muitas dessas pessoas não têm condições de seguir as orientações das entidades de saúde para evitar a transmissão e o contágio pela Covid-19, como isolamento social e higiene adequada. Boa parte delas vive em comunidades com grande densidade populacional, em residências precárias e com pouco, ou nenhum, acesso à água limpa e saneamento. Nesse sentido, indivíduos e comunidades que já viviam em situação de vulnerabilidade antes da pandemia, hoje se encontram em uma conjuntura muito mais grave e complexa, que é intensificada pela crise da Saúde (FERNANDES; ORTEGA, 2020, p. 8).

O racismo é estruturante da sociedade e em momentos críticos como da pandemia da COVID-19 são nos locais com maior concentração de moradores, pertencentes a classes menos abastadas que se identifica a presença do racismo ambiental; falta de saneamento, alta densidade demográfica, impossibilidade de distanciamento social, ausência dos serviços de saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, cultura que também se evidenciaram os maiores índices de contágios pelo coronavírus.

Ao se deparar com as situações/problemas existentes nos territórios pesquisados, através do estudo observacional e relatos dos moradores tornou-se evidente a dicotomia entre os diferentes espaços/territórios sociais, constituintes de um mesmo município, bem como a divisão de classes ali presente, fruto do sistema capitalista.

A ausência de serviços e equipamentos de Saúde e da Assistência Social próximos aos 05 (cinco) bairros pesquisados/visitados infere a necessária reorganização e priorização da alocação de recursos e oferta de maior cobertura de atendimento pelos serviços pertencentes às diferentes políticas públicas, pois o racismo ambiental traz exatamente essa perspectiva, de que se destina a certas comunidades o mínimo possível perpetuando as desigualdades entre aqueles considerados diferentes.

Em março de 2021, quando encerramos este estudo, já se somavam 12 meses do início da pandemia e o município de Cláudio/MG aderiu à chamada onda roxa, contudo permanecia com suas atividades quase que normalmente, principalmente nos setores industriais e comerciais.

Em meio a decretos, restrições e fiscalizações pouco se percebia em relação a atitudes de cuidado e prevenção da população, que em boa parte seguia com o negacionismo da doença, com discursos de que *“a economia não poderia parar, que a fome iria assolar, como seria possível manter as condições de subsistência”* acompanhando o discurso produzido e reproduzido pelo presidente da república à época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das recomendações da Organização Mundial da Saúde com vista a evitar o contágio e as consequências do adoecimento pela Covid-19, a classe trabalhadora,

principalmente a parcela residente nos espaços em que se identifica o racismo ambiental se manteve exposta, sob constante risco de contágio, pois necessitava preservar seus postos de trabalho e a garantia do seu sustento, conforme assinalaram as entrevistadas Canário; “com a COVID19 houve um aumento de desemprego, por isso os que ainda estão trabalhando, se arriscam para dar o sustento à família”, e Sabiá; “temos que pegar lotação e sempre tá cheia, é um risco que temos que correr, se precisamos deslocar até o centro ou nossos trabalhos”.

Conforme aponta Soto (2008), “as cidades brasileiras expõem legados históricos que constituem dívidas sócio territoriais acumuladas durante séculos de urbanização segundo padrões desiguais do ponto de vista social, excludente do ponto de vista territorial e predatório do ponto de vista ambiental”.

Esse cenário demonstra a fragilidade nas políticas sociais, pois não se constituem no espaço sócio-histórico e sim no processo urbano-social excludente, onde a lógica mercadológica vai além da política urbana.

O Brasil encontra-se entre os países com as maiores cargas tributárias do mundo, em algum momento estes tributos necessitam retornar para a sociedade, seja através da manutenção, melhoria e ampliação dos serviços e políticas públicas, da criação de políticas afirmativas, de transferência de renda, ou da inovação e efetivação de uma política de renda básica e permanente.

Não se trata de promover privilégios, como os concedidos aos altos escalões dos poderes executivo, legislativo e judiciário, mas do exercício do direito a renda a todo cidadão que contribui para a produção da riqueza desse país. Urge compreender que o capitalismo, o liberalismo econômico, o neoliberalismo são modelos que propiciam a riqueza de poucos em detrimento da pobreza de muitos. Funcionam como instrumentos de manutenção das desigualdades, da ampliação dos abismos entre diferentes classes e da agudização das questões sociais. Logo não servem para a humanidade. O período da pandemia fora também um convite a reinvenção da vida, das relações entre os sujeitos, destes consigo mesmos, com a natureza, com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Revista Serviço Social em Perspectiva
Montes Claros (MG) | Vol. 8, Num. Especial I 2024 | ISSN: 2527-1849

ACSELRAD, Henri (org.) (2004a). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

CAPPELLA, V. B. El movimiento por La justicia ambiental: entre el ecologismo y los derechos humanos. **Anuario de filosofia Del derecho**, n. 13-14, p. 327-347, 1996.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

FERNANDES, Luisa; ORTEGA, Francisco. **A atenção primária no Rio de Janeiro em tempo de COVID-19**. Physis, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 1-11, jun./2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2020.v30n3/e300309/pt>. Acesso em: 23 fev. 2021.

HARVEY, David. *et al.* **Coronavírus e a luta de classes - Política Anticapitalista em Tempos de COVID-19**. 1. ed. Brasil: Terra sem amos, 2020. p. 5-48.

HERCULANO, Selene (2006). “Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental”. **Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. Consultado a 02.08.2020 em: <http://www.professores.uff.br/seleneherculano/publicacoes/la-como-ca.pdf>.

MATHIAS, Maíra - O QUE É RACISMO AMBIENTAL. **Combate ao racismo ambiental**, 14/03/2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/03/14/o-que-e-racismo-ambiental/>. Acesso em 20/11/2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. D. S; FREIRE, Neyson Pinheiro. Pandemia exacerba desigualdades na Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 09, p. 3555-3556, mai./2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903555. Acesso em: 24 jan. 2021.

PACHECO, Tânia (2008), “**Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania**”, in Superintendência de Recursos Hídricos (org.), *Justiça pelas águas: enfrentamento ao Racismo Ambiental*. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 11-23.

PAULA, Maicom Marques (2020) - É preciso reinventar a vida. **Boletim Trimestral Conexão Gerais**. Ano 5, Nº 18, abril, maio e junho de 2020, p. 4-6.

PRAUN, Luci. **A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020.

SILVA, L. H. P. E. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **E-cadernos CES**, Brasil/Bahia, v. 17, n. 17, p. 17, set. /2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1123>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

SILVEIRA, Andréa Luiza da; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. O medo: expressão de um coletivo de trabalhadores. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v.26, n. 2, p. 349-364, ago.2014.

SOTO, William Héctor Gómez. **Subúrbio, periferia e vida cotidiana**. In: Estudos Sociedade Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 1, p. 109-131, abril 2008.

ZIZEK, S. *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. 1. ed. Brasil: Terra sem amos, 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe, *et al.* “Pandemia na necroeconomia neoliberal”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, e74311, 2020.

MULHERES NEGRAS E MORADIA

Ana Letícia Chaves Santos¹

Virgínia Flávio Andrade¹

Resumo: As mulheres negras possuem um acesso limitado à terra desde os tempos coloniais e atualmente este acesso se restringe devido a sua permanência em serviço de cuidado como em sua grande maioria o de domésticas, que possuem baixos salários, além disso ainda possui grande parcela delas que não conseguem acessar o mercado formal e das que estão desempregadas dificultando ainda mais o acesso às políticas habitacionais de moradias existentes. Buscando a garantia do direito à moradia digna e direito à cidade essas mulheres passam a integrar movimentos sociais de moradia, a fim de terem acesso a justiça social e igualdade, sendo estes como afirma Lefebvre não só o acesso ao espaço urbano, mas a um uso da cidade em sua dimensão social, para que seja resolvido o déficit habitacional que impacta a vida de grande parte dessas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres negras, moradia digna, déficit habitacional

Abstract: Black women have had limited access to land since colonial times, and currently, this access is further restricted due to their predominance in caretaking roles, mostly as domestic workers, who earn low wages. Additionally, a large portion of them cannot access the formal job market or are unemployed, making it even more difficult for them to access existing housing policies. Seeking to guarantee the right to decent housing and the right to the city, these women are joining housing social movements to gain access to social justice and equality. As Lefebvre asserts, these movements aim not only for access to urban space but also for the social use of the city, in order to address the housing deficit that impacts the lives of a significant portion of these women.

Keywords: Black women, decent housing, housing deficit

INTRODUÇÃO

Com o nascimento da questão da terra como mercadoria nasce os problemas relacionados à moradia, que são acentuados com a cidade capitalista que visa o lucro acima de tudo. A industrialização trouxe consigo uma valorização do capital e portanto o consumo passa a ser o motor das cidades, portanto, tudo a ser visto de uma perspectiva do ganho comercial. A partir disso, as pessoas empobrecidas que antes tinham suas casas próximas às fábricas, nos centros, passam a ser empurradas para as margens da cidades para que os centros possam passar por uma higienização e assim ter seu espaço valorizado. Lefebvre (2008,p.10) afirma que o valor de troca e a generalização da mercadoria tendem a destruir a cidade e a realidade urbana, quando as subordina a si.

Levando em consideração a história, é notório que as mulheres possuem uma maior dificuldade em relação à posse da terra, pois elas só poderiam tê-lo através de um homem. Quando se pensa em raça aliado ao gênero esse quadro é ainda pior, visto que os negros eram escravizados e com o fim da escravidão eles continuaram sem acesso à terra perpetuando a situação de miséria e segregação. A partir dessa perspectiva da escravidão pode-se notar que há um grande empobrecimento de mulheres negras na sociedade o que faz com que elas tenham um acesso limitado a moradia digna mesmo que atualmente tenha políticas de habitação que assistem a população, pois em muitos casos essas mulheres não estão no mercado formal de trabalho e portanto não conseguem acessar tais políticas.

As questões relacionadas a gênero por muito tempo não abrangia demandas que estavam em torno das mulheres negras, nesta perspectiva elas eram invisibilizadas tanto nas questões de gênero quanto de raça. A partir disso é possível observar que estas mulheres sofrem duplamente com o preconceito e suas dificuldades de acesso à terra ainda são mais difíceis que a das brancas, pois como colocado acima as mulheres possuíam uma dependência dos homens para terem esse direito garantido, já que os homens negros também não possuíam direito a terra. Em todas as dimensões da vida social essas mulheres eram prejudicadas, no entanto esse fato não possuía visibilidade em nenhuma das lutas que ocorriam para obtenção de direitos.

Por meio dessa exclusão histórica essas mulheres negras sofreram de fato com o empobrecimento e até os dias atuais estão nessa posição, visto que elas por ocuparem em sua grande maioria serviços com baixos salários ou estarem no mercado informal elas não conseguem ter uma ascensão social para a ter melhores condições de vida e acesso a direitos como o de uma moradia digna, pois como o custo da terra e dos alugueis são muito altos e essas mulheres possuem baixos salários elas possuem dificuldades para garantirem o direito à moradia, levando-as a residirem em favelas e ocupações que não possuem infraestrutura adequadas. Silva diz que:

Além do acesso ao mercado de trabalho, a desigualdade se reflete na ocupação de posições de menor prestígio e remuneração. As mulheres negras estão sobrerrepresentadas no trabalho doméstico – são 57,6% dos trabalhadores nesta posição – e têm a menor

presença em posições mais protegidas, como o emprego com carteira assinada. Importa destacar que, embora na administração pública sua participação seja maior que a dos homens brancos, a sua presença, neste setor, se concentra nos serviços sociais – educação e saúde – e na esfera municipal, posições, em geral, com menor remuneração (Ipea, 2012).

DESENVOLVIMENTO

Moradia digna é uma necessidade básica do indivíduo e está garantida por lei, como assegura a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 no seu artigo 25. No entanto, ainda hoje podemos observar, que há famílias vivendo em situações precárias devido ao crescimento da cidade capitalista, que levou as camadas mais pobres para as margens das cidades. Lefebvre fala que, a cidade pode ser considerada mais como obra, mais como obra de arte que como produto material (LEFEBVRE, pg 51-52, 1901), no entanto pode-se perceber que essa cidade ideal pregada por ele está muito distante das cidades atuais, pois estas funcionam mais como produto material, visto que a valorização do capital e consumo são maiores que o cumprimento da função social da cidade. O uso do termo moradia digna nesta pesquisa não se restringe a casa mas sim a toda a infraestrutura que está no entorno desta.

Atualmente o déficit habitacional no Brasil é um problema público que não está ligado a uma falta quantitativa de residências, mas sim a valorização do preço da terra por meio de especulação imobiliária. Esta valorização é um método que os agentes imobiliários constituída pela elite empregam para conseguir lucros e também para segregar quem ocupará cada espaço, visto que as diferenças sociais determinam onde cada cidadão irá residir. Dessa forma, grande parte da população não consegue ter acesso a esses imóveis sendo necessário buscarem áreas afastadas dos centros sem a infraestrutura básica e também áreas favelizadas, além disso grande parte dessas moradias não possuem o básico para a habitabilidade.

Segundo a Fundação João Pinheiro (2024), em 2019 68,7% das pessoas que estão inseridas no déficit habitacional do Brasil são pretas ou pardas. Levando em consideração a feminilização da pobreza pode-se afirmar que grande parte dessa

porcentagem é composta por mulheres pretas e pardas, dessa forma segundo Helene, o acesso ao mercado de moradia no Brasil já é muito difícil para algumas famílias e quando se é mulher esse quadro tende a piorar (HELENE,2018, p. 956). Como mencionado acima, essa falta de acesso à moradia no Brasil afeta grande parte das mulheres negras, sendo de suma importância que o marcador de raça seja incluído nas pesquisas, pois há uma diferença no acesso a direitos devido a situação dessas no mercado de trabalho que as mantêm em uma situação de pobreza.

Amanajás e Klug (2018) vem mostrar que que o Direito à Cidade está garantido pelo Estatuto da Cidade (Art 2, Lei 10.257/ 2001) nos incisos I e I, em que discorre sobre cidades sustentáveis, onde há uma regulamentação dos artigos em nível federal referentes a políticas urbanas. Neste Estatuto, este direito às cidades sustentáveis é entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento, à infraestrutura urbana, aos serviços e transporte públicos, ao trabalho e lazer, para a atual e futuras gerações. Pode-se notar que o direito à cidade retratado neste estatuto é um apanhado de direitos sociais que deveriam de fato funcionar na vida das cidades, no entanto o sistema capitalista secundariza esses direitos em prol da busca do lucro que podem ser gerados nas cidades criando assim fatores segregantes nas cidades.

O começo dessa segregação é o custo da terra, que faz as pessoas empobrecidas terem que ir para as margens das cidades nas favelas e ocupações . Estes locais, não dispõem da infraestrutura básica, e também estão distantes dos centros levando os moradores a necessitar de transportes públicos que além de terem uma alta tarifa ainda não possuem linhas e quantidade de horários que atendam a demanda dessas áreas de forma que em muitos casos essas pessoas precisam percorrer longas distâncias até os pontos de ônibus e enfrentar viagens longas e desconfortáveis para acessarem seus serviços nos centros ou no caso das mulheres e em sua maioria das negras aos bairros elitizados para o trabalho doméstico. O deslocamento e os serviços que as mulheres exercem para o sustento ocupam grande parte do seu dia, sendo que estas deveriam dispor de conforto para o descanso, no entanto o que estas mulheres enfrentam é uma carga de sobretabalho quando chegam em seus lares e na maioria dos casos uma inexistência de conforto, devido às condições que essas moradias se encontram.

A dificuldade de acesso à moradia das mulheres negras está ligado às raízes históricas da escravidão e empobrecimento dessas, além disso o processo de urbanização brasileiro que em sua constituição é segregador empurrou-as para regoões periféricas e favelizadas que não possuem condições básicas para habitação. A localização dessas moradias também são fatores que impactam negativamente na vida das mulheres negras, pois afetam a segurança física, a saúde e o tempo gasto para locomoção, consequentemente influencia na qualidade de vida. A partir desses dados, nota-se a problemática da mulher negra periférica e suas dificuldades habitacionais, pois as periferias e favelas são muitas vezes ignoradas pelo Estado, deixando-as à mercê da própria sorte. Visto que, possuem rendas baixas e não possuem acesso às políticas de melhorias habitacionais, essa parte da população vive em condições degradantes, o que negligencia seu direito à moradia digna.

Há uma negligência do Estado e da sociedade quanto à garantia do direito à cidade da população feminina negra e periférica. Mercês e Bernardes (2019) falam que, há uma acentuação na vulnerabilidade quando essas mulheres são pretas ou pardas pois possuem os piores índices sociais e econômicos, sendo assim as mais afetadas pelas desigualdades produzidas pela discriminação de gênero, classe e raça. Possuem um maior distanciamento da possibilidade de pleno exercício da cidadania e usufruto de direitos básicos previstos na Constituição de 1988. Com isso, as autoras reiteram a afirmativa já mencionada que essas mulheres enfrentam mais obstáculos para terem acesso a uma moradia digna. Destacam que as disparidades de gênero, combinadas com as de raça e classe, enraizadas no processo histórico de desenvolvimento social e urbano, representam um obstáculo persistente para essas mulheres, transformando o conceito de moradia de um simples "local de residência" para um espaço onde se tornam presas. Elas permanecem nesses lugares até que o Estado intervenha, até que suas demandas sejam atendidas, criando uma base familiar sólida enquanto lutam incessantemente. Essa perspectiva motiva as mulheres a desempenhar papéis ativos nos movimentos sociais de moradia, impulsionadas pelo vínculo emocional com suas casas e a busca por melhorias que se façam necessárias para sua qualidade de vida e a de suas famílias.

Rodrigues (2022) enfatiza que o direito à moradia é fundamental, mas na sociedade capitalista, esse direito está condicionado ao pagamento. Na lógica capitalista do espaço urbano, os preços são determinados visando o lucro máximo, desvinculando-se da reprodução da força de trabalho. No contexto habitacional, os lucros também incluem a valorização da terra. Enquanto os alugueis aumentam exponencialmente, os salários mínimos têm aumentos marginais, acentuando as desigualdades, com os lucros imobiliários isentos de impostos e os trabalhadores recebendo salários insuficientes para uma vida digna. A maioria dos inquilinos que enfrentam altos alugueis ganha até 2 salários mínimos, evidenciando a estreita relação entre trabalho e habitação. Os trabalhadores buscam soluções ocupando espaços vazios e reivindicando a moradia como um direito, muitas vezes construindo em áreas irregulares. Embora contribuam significativamente para a produção do espaço urbano, são frequentemente marginalizados pela especulação imobiliária. A luta por habitações populares subsidiadas pelo Estado representa outra tentativa de solução.

Levando-se em consideração as políticas de habitação, pode-se notar que as mulheres negras ainda possuem uma dificuldade de acessá-las devido estarem em muitos casos no mercado informal de trabalho e também estarem desempregadas, fato que as impede de recorrerem ao Minha Casa Minha Vida, pois a falta comprovantes de renda que é uma das exigências para acessar tal política. Dessa forma, o déficit habitacional possui sua maior porcentagem em famílias chefiadas por mulheres negras mas o que se não pode dizer é que faltam moradias para atender essa demanda populacional, o que ocorre atualmente nas cidades capitalistas é uma forte especulação imobiliária, que deixa lotes e casas vazios com a finalidade de valorização, gerando assim lucro para os agentes imobiliários, que são a elite econômica e portanto são os representantes e os tomadores de decisões. O que se pode notar é que essa falta de acesso à moradia digna e portanto falta de acesso ao direito à cidade são frutos de desigualdades urbanas causadas de forma consciente pelos agentes imobiliários e pelo Estado, visto que há uma decisão de favorecimento do lucro em detrimento do cumprimento da função social da cidade. A Fundação João Pinheiro caracteriza déficit habitacional como:

O déficit habitacional é composto por três grandes componentes: Habitação Precária, Coabitação e Ônus Excessivo com o Aluguel Urbano. Os dois primeiros componentes ainda são compostos por subcomponentes. A Habitação Precária é a soma de: (a) Domicílios Rústicos e (b) Domicílios Improvisados. Enquanto a Coabitação é composta por: (a) Habitação do tipo cômodos e (b) as Unidades Conviventes Déficit (UCD).

A partir dos dados da tabela abaixo pode-se afirmar que a renda das pessoas negras são menores que as das não negras, e quando se inclui o marcador gênero esta renda tende a diminuir ainda mais. Analisando as cidades atuais é notório que além da renda a própria cor/raça fazem as pessoas sofrerem com a segregação pois as discriminações sociais a quais os negros vem sofrendo são de raízes históricas desde o Brasil colônia, onde estes eram escravizados e não possuíam o direito a terra, portanto como a terra era herdada neste tempo, houve uma perda histórica da possibilidade de obtenção deste direito. Com o fim da escravidão nada muda para eles, pois as discriminações continuam e até os dias de hoje a sociedade não conseguiu reparar essa falta que possuem com essas pessoas. Sabe-se que as mulheres negras foram silenciadas ao longo dos anos tanto pela luta dos irmãos negros quanto das suas irmãs brancas sendo portanto suas demandas secundarizadas ao longo da história.

Tabela 1: Renda Média

**Renda familiar média real por tipo de arranjo familiar e cor/raça
Brasil - 3º trimestre de 2019 e 3º trimestre de 2022 (em R\$ de 2022)**

Arranjo Familiar	3º trimestre 2019			3º trimestre 2022			Total 3T 2022/ Total 3T 2019
	Não negros	Negros	Total	Não negros	Negros	Total	
Casal com Filhos	6.818	3.694	5.050	6.587	3.767	4.987	-1,26%
Casal sem Filhos	6.222	3.380	4.752	6.186	3.677	4.898	3,06
Mulher com Filhos	3.733	2.307	2.893	3.547	2.362	2.833	-2,08
Homem com Filhos	4.898	2.814	3.654	4.860	2.923	3.742	2,41
Unipessoal							
Feminino	3.931	2.173	3.083	3.673	2.142	2.913	-5,50
Unipessoal							
Masculino	4.632	2.309	3.284	4.001	2.320	3.024	-7,91
Outros	4.928	3.172	3.974	5.453	3.284	4.253	7,02
Total	5.892	3.243	4.412	5.679	3.312	4.352	-1,36

Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE

Fonte: Fundação João Pinheiro (2022)

Dessa forma, quando vemos esses dados mostrarem que a renda das mulheres negras são as menores, este fato possui uma explicação histórica de

invisibilização e silêncio dessas mulheres que sempre estiveram no mercado de trabalho com a finalidade de sustento da família e busca por melhorias na qualidade de vida. É fato que ainda estão em uma posição de inferioridade habitando bairros, favelas e ocupações por falta de recursos para acessar moradias que tragam o mínimo de dignidade à pessoas humana. É a partir dessa insatisfação com o lugar a qual foram colocadas que estas mulheres se aproximam dos movimentos sociais, principalmente os voltados à moradia para que suas lutas e demandas sejam ouvidas e atendidas. Daí nasce o protagonismo das mulheres nos movimentos sociais de moradia, mostrando que há uma busca por mudanças nas moradias, para trazer conforto e dignidade para todos independente do bairro e da sua geolocalização.

A luta pelo direito à moradia digna vem funcionar como um fator de inclusão social, visto que os que sofrem dessa falta são os empobrecidos, que foram empurrados para as margens das cidades para que houvesse uma higienização dos centros e bairros de classe alta e dessa forma uma valorização dessas áreas. Dessa forma, a luta dessas mulheres nos movimentos sociais de moradia não são apenas para ter uma casa adequada mas sim, uma casa adequada, um bairro com uma boa infraestrutura, atendendo a demanda de mobilidade pela cidade e que tenha parques, praças, creches, escolas, postos de saúde para que os habitantes desses locais possam dispor de todos os recursos no seu bairro mas que também não precise ficar preso nele por falta de acesso a transporte público.

Tozzi (2020) vem afirmar que a falta de políticas públicas para as camadas mais desfavorecidas da sociedade e a precariedade urbana das cidades latino-americanas tornam a obtenção da casa própria uma questão central na luta social organizada. Além da busca pela habitação, os movimentos sociais em prol da moradia também almejam a reforma urbana e o direito à cidade, pois compreendem que o ato de habitar não se limita apenas ao espaço físico da residência, mas abrange também a localização na cidade, o acesso a serviços e a infraestrutura urbana. As mulheres desempenham um papel significativo nessa luta, pois enfrentam não só a associação tradicional do gênero feminino ao espaço doméstico, mas também enfrentam obstáculos como dificuldades de acesso à terra, insegurança quanto à posse da propriedade, dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal e falta de autonomia.

Lefebvre não discute as questões de gênero na cidade, mas a visão sobre direito à cidade que ele deixou para a sociedade é muito caro. Este vem afirmar que o direito à cidade é um direito fundamental de todos e que vai além de acessar o espaço urbano, para que se tenha plenamente este direito é preciso participar da construção e transformação do espaço urbano ativamente, para que as necessidades e demandas da população sejam respeitadas. Isso inclui a moradia digna, que vai além da casa adequada para atender cada família com sua demanda própria, mas também o acesso a espaços públicos de qualidade, serviços básicos, cultura, lazer e participação democrática na gestão da cidade.

Dessa forma este autor vem defender a moradia não como um produto de mercado mas sim como um direito fundamental, dessa forma ele tecia críticas a mercantilização da moradia, que como citado neste texto é uma forma de enriquecimento dos agentes imobiliários que causam exclusão e segregação das camadas empobrecidas, e defendia a políticas que garantem o acesso a moradias adequadas e de qualidade de forma universal. Ou seja, para este autor a cidade deveria ser repleta de justiça social e igualdade, portanto mesmo não trabalhando as questões ligadas a diferenças de raça e gênero, ainda sim ele trouxe uma discussão que está diretamente ligada a luta das mulheres negras nas cidades atuais. Buscando justiça social através da moradia digna e do direito à cidade, para que elas possam acessar de forma plena a cidade através do esporte, lazer, dentre outros usos e não apenas na chave do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto pode-se concluir que o acesso das mulheres negras à moradia digna é precarizado devido tanto ao empobrecimento dessas, quanto ao processo urbanizatório que empurrou a camada empobrecida para as margens da cidade com a finalidade de trazer valorização as terras centrais através da especulação imobiliária. Tal fato mostra que a cidade capitalista está preocupada com o lucro que a cidade tem a oferecer, inviabilizando assim parte da população. O que se pode notar é que há uma perpetuação das más condições de vida das mulheres negras mesmo que atualmente o

gênero feminino tenha conseguido adquirir muitos direitos, como o de priorização do acesso ao minha casa minha vida por famílias chefiadas por mulheres, pois boa parte delas estão no mercado informal de trabalho ou desempregadas.

A luta por moradia digna dessas mulheres também é uma luta por igualdade social, pois este conceito vai além de casa adequada como mencionado no texto, mas abrange bairros dotados de infraestrutura adequada, com acesso a transporte, praças, creches, escolas e tudo que seja necessário para a garantia da dignidade da pessoa humana habitar. Para conseguir visibilidade nessas lutas, as mulheres negras tornam-se protagonistas dos movimentos sociais de moradia, já que nem no movimento e nem no de gênero às suas demandas eram vistas. Portanto, a luta pela moradia é também uma luta por uma demanda social de inclusão de acesso à terra que é negado a essas mulheres desde os tempos de Brasil Colônia, mesmo que estas já possuíam um protagonismo no sustento da família após o fim da escravidão, devido a permanência de muitas delas nas casas grandes agora como domésticas e a perpetuação delas nessa classe até os dias atuais.

Lefebvre tecia críticas a cidade mercadoria, que visa o lucro acima de tudo, como citado ao longo do texto mesmo sem trabalhar questões de gênero e raça a suas discussões trazem a luz as questões que estas mulheres negras abordam nos movimentos sociais de moradia, que a busca por uma cidade repleta de justiça social, através da resolução do déficit habitacional de forma que consiga atender todas as pessoas de forma universal mesmo que estas não estejam no mercado de trabalho ou no mercado formal, pois estas são as que estão mais vulneráveis já que não conseguem adequar-se aos requisitos das políticas existentes, levando-as assim a morarem em bairros favelizados e em ocupações que não dispõe portanto da mínima infraestrutura para garantir uma moradia de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia Becalli. **Direito à Cidade, Cidades para todos e Estrutura Sociocultural Urbana**. Repositório do Conhecimento do IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, p. 29-44, 2018. Disponível em: <

[180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil_cap02.pdf \(ipea.gov.br\)](#) >. Acesso em: 12 de Abril 2024.

GOULART, Fabrício. **Em 2019, 68,7% do déficit habitacional no Brasil foi representado por pessoas pretas e pardas.** Assessoria de Comunicação Fundação João Pinheiro, 29 de jan 2024. Disponível em: <<https://fjp.mg.gov.br/em-2019-687-do-deficit-habitacional-no-brasil-foi-representado-por-pessoas-pretas-e-pardas-aponta-pesquisa/#:~:text=Em%202019%2C%2068%2C7%25,pesquisa%20%7C%20Fundac%C3%A7%C3%A3o%20Jo%C3%A3o%20D%20FJP>>. Acesso em: 20 de Fev 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Inadequação de Domicílios no Brasil por cor ou raça (2016-2019).** Diretoria de Estatísticas e Informações, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <[2023.06.13_relatorio_inadequacao_19.12.pdf - Google Drive](#)>. Acesso em: 12 de abril 2024.

HELENE, Diana. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia.** Cadernos Metrôpole: São Paulo, 2019. Disponível em : <<chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjkbkMZB7PYMvxTwZrXfgt/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 05 de out. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade.** 5^o edição. Editora Centauro, 2001.

MERCÊS, Maria Luiza Freire¹, BERNARDES, Marcia Nina. **Direito à Moradia sob a lente interseccional: reflexões críticas sobre a habitação das mulheres a partir da experiência da TETO em comunidades e a necessidade de se repensar o Direito e as Políticas Públicas.** Departamento de Direito- Puc Rio. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Maria%20Luiza%20Freire%20Merc%C3%AAs.pd> Acesso em: 06 de out. 2022.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **O direito à cidade e à moradia nas cidades brasileiras.** Espaço e Economia, Revista Brasileira de Geografia Econômica, online, n.24, p. 1-24, 2022. Disponível em: < <https://journals.openedition.org> > pdf>. Acesso em: 12 de Abril 2024.

TOZZI, Giovanna Furlan. **Relações de gênero e luta por moradia segundo a experiência de mulheres do MST-Leste 1.** Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade. n.10, p. 99-113, 2020. Disponível em: <[Vista do Relações de gênero e luta por moradia segundo a experiência de mulheres do MST-Leste 1 \(escoladacidade.org\)](#)>. Acesso em: 12 de Abril 2024.

A QUESTÃO URBANA DE MONTES CLAROS

Newton Ataíde Meira

Virgínia Flávio Andrade

Resumo: A cidade de Montes Claros/MG, caracterizada por ser uma cidade média e, portanto, a mais importante da região do norte de Minas Gerais, apresenta um caráter segregador devido ao seu processo de urbanização. Este processo que nasce com a industrialização possui o objetivo de gerar lucro para a cidade, assim o valor da cidade é tido como mais importante que seu valor de troca. Com isso a cidade passa a ser mercantilizada e as pessoas empobrecidas são empurradas para margens para que a especulação imobiliária ocorra nas principais áreas da cidade levando assim a uma valorização da terra (lote). A partir disso, as diferenças sociais começam a ser mais evidentes na cidade, de forma que bairros elitizados na periferia da cidade possuem uma infraestrutura de qualidade enquanto há ocupações consolidadas em que não há nem energia elétrica e tratamento de esgoto.

Palavras-Chave: Segregação; Cidades médias; Urbanização.

Abstract: The city of Montes Claros/MG, characterized as a medium-sized city and therefore the most important in the northern region of Minas Gerais, presents a segregating character due to its urbanization process. This process, which begins with industrialization, aims to generate profit for the city, thus the value of the city is considered more important than its use value. As a result, the city becomes commodified and impoverished people are pushed to the margins so that real estate speculation occurs in the main areas of the city, leading to a valorization of land (lots). From this, social differences become more evident in the city, so that elitized neighborhoods on the periphery of the city have quality infrastructure while there are consolidated occupations where there is neither electricity nor sewage treatment.

Keywords: Segregation; Medium-sized cities; Urbanization.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil teve sua intensificação a partir da industrialização, dessa forma o crescimento das cidades aconteceu de forma rápida e sem planejamento, empurrando os trabalhadores empobrecidos para as margens. A partir dessa expansão da urbanização houve um crescimento do número de cidades e com isso também surgem aspectos para atender às novas demandas das cidades em crescimento, como rede de transporte, rede água dentre outros.

A cidade passa a ser movida pelo lucro e deixa de cumprir sua função social. A relação entre o lugar possível na estrutura social e o espaço acessível na cidade tem sido intensificada, devido a apropriação desigual da cidade determinada pela produção

capitalista do espaço. O desenvolvimento espacial desigual, possui uma repercussão de forma material, determinando a possibilidade de acesso ao trabalho, à infraestrutura e aos serviços públicos, à moradia, elementos essenciais do “direito à cidade” (MONTEIRO e LIMA, 2015, p. 18).

É notória as desigualdades de acesso aos recursos que garantam direito à cidade, a população empobrecida, que nos últimos anos obteve um aumento, estão localizadas em áreas que muitas vezes não há serviços de qualidade, além de projetos de melhorias habitacionais não serem implementadas, levando-os a viverem em condições degradantes para a vida humana. Este fato deve-se à especulação imobiliária que tem como premissa o desuso de imóveis e lotes para obterem valorização do preço comercial e garantirem lucro para os agentes envolvidos nessas transações.

Montes Claros é uma cidade de médio porte e é considerada a cidade mais importante do Norte de Minas Gerais, pois esta é polo educacional e de saúde da região. Portanto, assim como as outras cidades médias do Brasil, estas, obtiveram um processo de urbanização acelerado e desordenado, trazendo consigo, a segregação socioespacial das pessoas empobrecidas devido à falta de um planejamento urbano participativo que pensasse na população da atual e futuras gerações. Com isso, a cidade se forma e, atualmente, esta, mostra as consequências desse processo urbanizatório. No entanto, quem vive esses impactos causados na cidade é a classe pobre, que foi empurrada para as margens onde o acesso aos serviços básicos é limitado.

Gomes (2007) retrata como sendo determinantes no processo de urbanização da cidade em questão as características das médias e grandes cidades brasileiras, que são o processo de periferização e a segregação socioespacial. Visto que, a partir desta constituição, que a cidade se forma e, com o passar dos anos, tornam-se ainda mais acentuadas as diferenças sociais que, neste caso, são percebidas pela infraestrutura dos bairros. Os bairros periféricos pobres carecem de melhorias na infraestrutura, enquanto os periféricos ricos nascem com uma infraestrutura bem diferente da realidade do primeiro. Pereira (2004) apud Gomes diz que houve um crescimento urbano em Montes

Claros após os anos 70, possuindo um padrão disperso de urbanismo, porém apresentava um alto grau de concentração de equipamentos urbanos nos bairros de classe alta.

DESENVOLVIMENTO

As cidades médias são consideradas atualmente os centros regionais, sendo Montes Claros nesse contexto considerada a capital do Norte de Minas, dotados de infraestrutura avançadas, este fato se deu devido a descentralização da industrialização. Esse “desenvolvimento” fez com que essas cidades se urbanizassem muito rapidamente, empurrando os empobrecidos que residiam nos centros para as áreas marginalizadas. A partir disso, também há uma valorização do preço da terra e com isso uma dificuldade de acesso a ela por vias legais, dessa forma o que resta como opção para os que não conseguem acessar este direito é ir residir em favelas ou ocupações. A precariedade dessas áreas é muito grande, visto que é negado o básico como creches, escolas e até mesmo postos de saúde.

Sobarzo (2008) vem apontar o que se torna cada vez mais evidente hoje é a predominância de uma abordagem na criação e manutenção urbana que prioriza principalmente a maximização dos lucros para agentes e empresas, com uma influência significativa do setor financeiro, que encontrou na compra e aluguel de propriedades urbanas uma fonte lucrativa e consistente de ganhos. Este processo não se limita apenas aos bairros recém-construídos ou renovados, voltados para moradia, comércio ou entretenimento. Também se manifesta nas áreas periféricas empobrecidas, onde a proliferação de favelas e a carência ou ausência de serviços públicos são evidentes, além da presença de poderes ilegais e paralelos que assumem funções que deveriam ser responsabilidade do Estado, cada vez mais ausente para essa parcela da população e essas regiões urbanas. No entanto, o Estado não hesita em apoiar, facilitar e até mesmo financiar empreendimentos na parte moderna e global da cidade.

A expansão urbana que traz consigo uma proposta de desenvolvimento econômico aumenta a segregação social, pois uma sociedade de consumo valoriza o lucro que a cidade pode-lhe proporcionar e não os fatores sociais aos quais ela deveria cumprir. Tal equívoco, visto hoje nas cidades, é datado desde a formação das cidades industriais, dado que os detentores de terras e agentes imobiliários são em sua grande maioria os investidores que desejam essa expansão da malha urbana da cidade como forma de captação de lucros. Lefebvre afirma que:

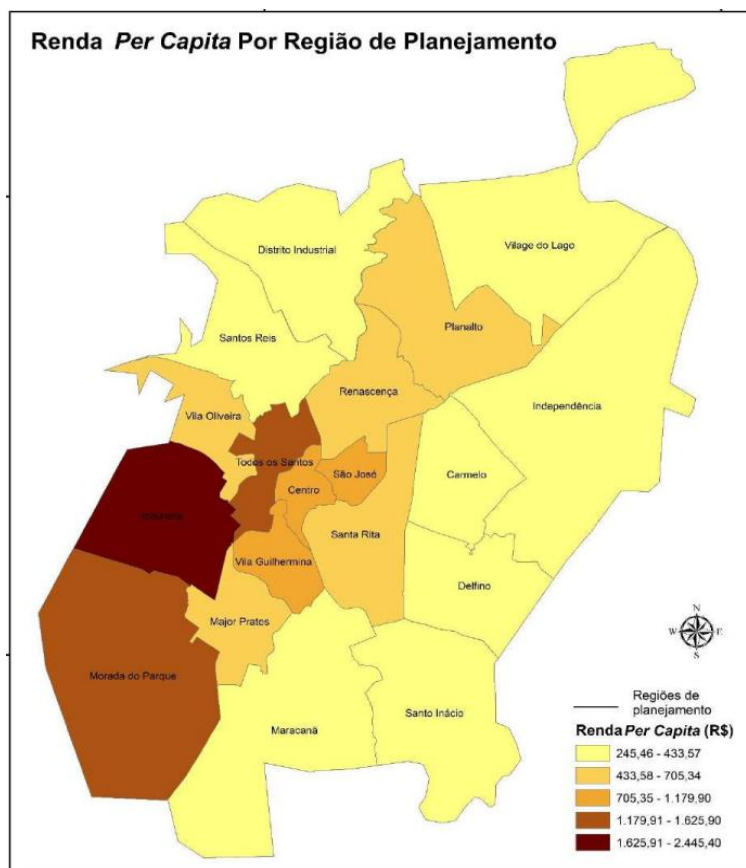
Atualmente, Lewis Mumford, G. Bardet, dentre outros, imaginam ainda uma cidade composta não por cidadãos, mas sim por cidadãos livres, libertos da divisão do trabalho, das classes sociais e da luta dessas classes, constituindo uma comunidade, associados livremente para a gestão dessa comunidade. Compõem assim, como filósofos, o modelo da cidade ideal. Imaginam a liberdade no século XX como a liberdade da cidade grega (singularmente travestida por uma ideologia: apenas a cidade como tal possuía a liberdade, e não os indivíduos e os grupos). Portanto, pensam na cidade moderna segundo o modelo da cidade antiga, identificada com a cidade ideal e simultaneamente racional. (LEFEBVRE, 2001, p. 47-48).

Esse direito à cidade citado acima, refere-se ao aspecto em que Lefebvre o conceitua no seu livro, como não sendo apenas um retorno às cidades tradicionais, podendo ser delineado como direito à vida urbana, transformada e renovada. Desconsiderando se o tecido urbano encerre o campo e o que há de vida camponesa, embora “o urbano” descubra sua base morfológica, sua realização sensível-prática. Presumindo uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que use os recursos da arte e da ciência. Apenas a classe operária tem o poder de tornar-se agente, portador ou suporte social dessa realização. Ainda contestando e negando, tal qual há um século, somente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. Como no século passado, mesmo com novas condições, ela reúne os interesses de toda a sociedade, e inicialmente com todos aqueles que a habitam. (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

A segregação que ocorre na cidade de Montes Claros é um reflexo do que ocorre em todo país. A classe rica escolhe onde vai residir e isso predetermina o local de moradia da classe empobrecida, visto que essas duas não ocupam espacialmente o mesmo local, visto que a especulação imobiliária em torno desses bairros de classe alta eleva o

preço da terra e dos imóveis. Segundo Leite¹ e Brito² (2011), as regiões norte, sul e leste de Montes Claros, possuem índices baixos de renda média, onde a ocupação irregular do solo, deficiência de transporte coletivo, dentre outros problemas irradiam o perfil populacional existente e a forma de apropriação da terra urbana.

Mapa 1: Renda por Região de Montes Claros



Fonte: Atlas Ambiental (2020)

Analisando os dados no Atlas Ambiental de Montes Claros nota-se que as regiões sul e norte que apresentam as menores rendas per capita, são as regiões que apresentam as duas menores taxas de distribuição de água, localizadas nas sub-regiões do Distrito Industrial e do Maracanã, respectivamente. Isso mostra que as regiões mais distantes dos centros são as que possuem piores níveis de infraestrutura e consequentemente qualidade de habitabilidade, esta situação fere o direito à cidade das pessoas que ali residem. No entanto, há regiões como o Ibituruna que são mais distantes dos centros, mas possuem uma boa infraestrutura e equipamentos urbanos, isso se dá

devido o bairro ser elitizado, ou seja, a especulação sob a terra deste é muito grande e, portanto, há uma certa valorização da área.

Gomes (2007) traz como explicação desse fenômeno o que ele menciona que Lagos (2000) chama de segregação voluntária. Grande parte dessas pessoas de altas rendas escolhem morar afastadas dos centros urbanos para que as suas moradias estejam em refúgios, normalmente condomínios, para que as mazelas e pobreza fruto das desigualdades não cheguem na porta das suas casas, além disso é uma forma de afastar corpos indesejáveis. Esta forma de autosegregação mostra como há uma acentuação de desigualdades sociais na cidade, pois enquanto parte da população é obrigada a estar nas margens sem a mínima infraestrutura, praticamente presas a uma realidade de exclusão e pobreza, uma pequena parte recorre às margens para fugirem dessas diferenças sociais que estão espalhadas pela cidade representadas por pessoas em situação de rua, ambulantes, dentre outros.

É fato que a urbanização de Montes Claros trouxe consigo uma segregação que empurraria os empobrecidos para as margens, isso é uma consequência da especulação imobiliária, que deixa os lotes e imóveis vazios para valorizarem, isto mostra que os agentes imobiliários não estão preocupados em cumprir o dever social da cidade e, portanto, garantir o direito à cidade das pessoas de forma plena, mas sim obter lucro através da cidade. Esse direito de desfrutar de forma plena a cidade é um fato que se mostra distante para esses moradores de periferias pois, o transporte público nestes locais, são reduzidos em alguns chegam até e ser inexistente, fazendo com que a mobilidade dessas pessoas na cidade seja reduzida. Lefebvre (2001) afirma que:

... a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria na industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso.

Com isso o autor quis mostrar que a cidade como mercadoria traz consequências para a vida urbana, sendo essas a segregação e as desigualdades que marcam as cidades do país sendo que Montes Claros não fica de fora. Nota-se que o valor

de troca da cidade em questão está acima do valor de uso quando se analisa que há condomínios e residências de luxo na cidade em bairros como São Luiz e Ibituruna (região oeste) que dispõe da melhor infraestrutura e arquitetura e em contrapartida temos ocupações já estabelecidas como a Ocupação Marielle Franco (região norte) que não dispõe de tratamento de esgoto e energia elétrica, nem mesmo banheiro em algumas moradias. Pensar que esta cidade possui pessoas que ainda vivem nessas condições é quase inimaginável quando se conhece apenas as áreas em torno do centro e da zona oeste da cidade.

As regiões enobrecidas da cidade possuem um adensamento populacional e predial pequeno, isso se dá devido aos vazios urbanos muito presentes na região com o objetivo de especulação imobiliária. Além desse fator, ainda há a questão do tamanho dos lotes que são muito superiores aos das demais áreas da cidade, visto que a arquitetura empregada nas casas é de alto padrão, portanto, ter uma extensa área faz-se “necessário”. Este tipo de construção é uma afirmação de poder e uma forma de expulsar vizinhos indesejáveis, já que com o valor do metro quadrado muito valorizado na região e os lotes são normalmente muito grandes isso limita quem será a vizinha mantendo assim um alto padrão residencial e, também, social, bem distante da pobreza e diferenças sociais. O mapa abaixo mostra como ocorre esse adensamento na cidade.

Pode-se perceber que há uma busca pelo poder público de apagamento dessa realidade a partir de higienizações urbanas, que ocorre nas cidades desde a reforma de Paris levando o proletariado e suas moradias precárias para as franjas da cidade e fazendo reformas com elementos que compõem e chamam a atenção pela beleza e desenvolvimento tecnológico para assim vender uma imagem de prosperidade e riqueza atraindo visitantes e gerando lucro para elas. O preço por essa maquiagem é a falta de qualidade de vida da população que é forçada a se esconder dos olhos da sociedade, pois estes vivem sem o mínimo necessário para uma vida com dignidade.

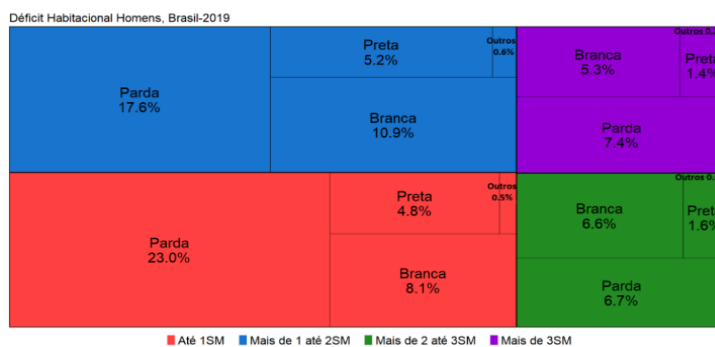
Um caso recente de higienização aconteceu na atual gestão na pandemia, quando houve a decisão de reformar a praça da Matriz, localizada na área central da cidade.

Esta praça era tradicionalmente usada por pessoas em situação de rua para se abrigarem e dormirem em um coreto existente lá. Como havia muitas pessoas se abrigando ali não só pela noite, mas também ao longo dia, esses corpos passaram a incomodar os agentes imobiliários, que normalmente são quem dita as regras da cidade, pois são os detentores do capital. Dessa forma, a prefeitura entra em uma reforma que fecha a praça com tapumes por anos, fazendo com que as pessoas que se abrigassem naquela região se dispersassem e fosse buscar outras áreas.

Dessa forma, se ganha um certo embelezamento na região que valorizaria a área e expulsa os corpos indesejáveis para que ocorra a valorização. A conexão de eventos que reafirmam a exclusão em prol de um embelezamento e conseqüentemente lucro fica evidente quando se tem a abertura de um órgão público na região. O fato de se conectar a reforma da praça com a abertura do público ser uma estratégia para que se tenha uma valorização dos imóveis da região é devido a cidade atualmente ter esse valor de mercadoria, ou seja, tudo que ocorre na cidade tem um objetivo econômico, a questão social fica secundarizada e muitas vezes até invisibilizadas.

O solo urbano e o espaço urbano são dominados por poucos atores, gerando assim uma camada de exclusão, este fato não é recente como o processo de urbanização brasileiro, ele nasce quando a terra passa a ser mercantilizada. Esta mercantilização da terra se expande além da venda, ela começa com a doação de sesmarias, pois ali já começa a exclusão do acesso à terra, visto que, quem as recebe não são os que já residiam nessas terras, mas pessoas vinculadas a Coroa Portuguesa e a partir disso se tem uma perpetuação dessa dominação, pois a população nativa e os escravizados que aqui chegavam não tinham esse direito. De fato, atualmente as pessoas negras ainda são as que mais possuem em números quantitativos dificuldade de acesso à terra. A tabela abaixo traz esses índices.

Tabela 1: Déficit Habitacional



Nota: SM: Salário Mínimo.

Fonte: Fundação João Pinheiro (2022)

Nota-se que há uma maior quantidade de pessoas pretas e pardas com déficit habitacional, o que está ligado às questões de terra no Brasil Colônia, esses séculos de escravidão e negação de todos os direitos marcaram o futuro da nação, pois o país se urbaniza com esse caráter segregador e racista que prende os negros e seus descendentes numa situação de empobrecimento sem acesso a muitos direitos. Este tipo de marcador é ainda pouco explorado em questões urbanas, o que dificulta os estudos sobre a segregação relacionados à raça. Em Montes Claros, por exemplo, os dados construídos e publicizados pelo poder público não trazem esses marcadores fato que leva a uma grande perda nas análises e, também, nos estudos, visto que grande parte dessas pessoas negras são as empobrecidas e que, portanto, as que mais são impactadas com a falta de acesso à terra.

Em Montes Claros há uma maior quantidade de pessoas autodeclaradas pardas e negras, levando-se em consideração que o maior adensamento populacional está nos bairros periféricos pobres o que foi mencionado de que ainda hoje se tem um reflexo do passado escravista no que se refere a acesso à terra tem-se uma confirmação que na cidade citada não se faz diferente. Os dados que serão apresentados abaixo também podem ser subestimados visto que por ser autodeclaração não se tem um controle da veracidade, pois devido ao preconceito que os negros sofrem muitas pessoas deixam de si autodeclararam dessa raça para não pertencerem a uma minoria, visto que estes sofrem uma forte discriminação social.

Sexo	Cor ou raça						TOTAL
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem Resposta	
Masculino	12.369	4.680	598	65.865	65	16	83.593
Feminino	18.283	6.311	790	79.509	116	32	105.041
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	30.652	10.991	1.388	145.374	181	48	188.634

Fonte: Cecad (2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o processo de urbanização na cidade de Montes Claros não se diferenciou da ocorrida no Brasil, dessa forma é certo que ela trouxe segregação e miséria social para a população empobrecida. Sabe-se que o direito à cidade dessas pessoas não está sendo respeitado de forma plena, devido ao abandono do cumprimento da função social da cidade por parte dos governantes, visto que estes em sua grande maioria pertencem a uma elite que não preocupam de fato com as demandas da população e sim com o lucro que será gerado através da cidade por meio da especulação imobiliária.

Os agentes imobiliários dominam os rumos que serão tomadas na cidade devido a força econômico e conseqüentemente política que apresentam na cidade de Montes Claros, dessa forma enquanto há miséria e falta de estrutura em favelas e ocupações já consolidadas a muito tempo, há bairros que possuem infraestrutura de qualidade, com presença de equipamentos urbanos, dentre outros. De fato, o que ocorre atualmente é uma busca constante de lucro pela cidade, assim a mercantilização da terra nunca foi tão lucrativa.

Essas diferenças sociais que marcam a cidade captam e aprisionam em condições de vida sem dignidade principalmente as pessoas pardas e negras que estão em maior quantidade na cidade, sabendo-se que os bairros elitizados abrigam um menor quantitativo de pessoas que os pobres, além de se considerar a renda per capita da cidade

conclui-se que grande parte dessas pessoas estão ocupando essas regiões que não possuem infraestrutura de qualidade para gerar uma vida digna e confortável.

REFERÊNCIAS

ATLAS AMBIENTAL DE MONTES CLAROS. Editora Unimontes, Montes Claros, 2020. Disponível em: <extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclefindmkaj/https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/7/2020/03/atlas-compactado>.pdf. Acesso em: 10 de out. 2022.

BRASIL. CECAD. Tabulação para família, janeiro 2024. Disponível em: <CECAD 2.0 (cidadania.gov.br)>. Acesso em: 12 de abril 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Inadequação de Domicílios no Brasil por cor ou raça (2016-2019)**. Diretoria de Estatísticas e Informações, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <2023.06.13_relatorio_inadequacao_19.12.pdf - Google Drive>. Acesso em: 12 de abril 2024.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos Contemporâneos sobre Montes Claros: (Re) Estruturação Urbana e Novas Articulações Urbano Regionais**. 2007. Dissertação (Escola de Arquitetura da UFMG) - Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: <Microsoft Word - Fernanda Gomes.DOC (ufmg.br)>. Acesso em: 12 de abril 2024.

LEITE, Marcos Esdras¹, BRITO, Jorge Luís Silva². **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do solo urbano e da dinâmica de favela em cidade média: o caso de Montes Claros-MG**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: < https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15937>. Acesso em: 05 de out. 2022.

LEFEBVRE, Henri. O direito à Cidade. 5^o edição. Editora Centauro, 2001.

MONTEIRO, Poliana Gonçalves; LIMA, Pedro de Novais Júnior. **O Gênero da Habitação: A Diretriz de Titulação Feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- UFRJ, 2015. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclefindmkaj/http://objdig.ufrj.br/42/teses/869346.pdf>. Acesso em: 06 de out. 2022.

SOBARZO, Oscar. **As Cidades Médias e a Urbanização**. Cidades, Rio Grande do Sul, v.5, n.8, p. 277-292, 2008. Disponível em: <AS CIDADES MÉDIAS E A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA | Revista Cidades (uffs.edu.br)>. Acesso em: 12 de abril 2024.

**DEMOCRACIA, DIVERSIDADE, EQUIDADE E PARTICIPAÇÃO:
DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTIRRACISTAS,
ANTICAPITALISTAS E ANTISEXISTAS**

Luci Helena Silva Martons¹

Resumo: Os marcadores da diferença em torno de classe, raça, geração, sexualidade permitem compreender os nós que negam a democracia, o pertencimento e a representação nas instâncias de poder, acentuando as desigualdades e sub-representação, tornando sofismático o acesso aos direitos de proteção e seguridade social. Nesse texto, mobilizar-se-á o tema da democracia, do antirracismo, feminismo e movimento de mulheres, face ao debate sobre direitos humanos e os desafios para o Serviço Social e outras profissões afins. A temática é relevante no sentido de valorizar o debate entre as diversas áreas das sociais e das humanidades e os desafios enfrentados por profissionais e estudantes, para se desenvolver pesquisas qualitativas, em uma sociedade desigual e contraditória em que poucos têm a pesquisa como modo de vida. Além disso, é interessante buscar novas estratégias de atuação profissional em uma sociedade que transforma, mas permanece com limitações em termos de sub-representação e participação política, acentuando o desenlace entre os princípios constitucionais e a efetivação dos direitos sociais e humanos.

Palavras-chave: teoria social e política, desafios da democracia, Serviço Social antirracista.

Abstract The markers of difference around class, race, generation, sexuality allow us to understand the knots that deny democracy, belonging and representation in the instances of power, accentuating inequalities and under-representation, making access to protection and social security rights sophismatic. In this text, the theme of democracy, anti-racism, feminism and the women's movement will be mobilized, in the face of the debate on human rights and the challenges for Social Work and other professions. The theme is relevant in the sense of valuing the debate between the various areas of social and humanities and the challenges faced by professionals and students, in order to develop qualitative research, in an unequal and contradictory society in which few have research as a way of life. In addition, it is interesting to seek new strategies for professional action in a society that transforms, but remains limited in terms of underrepresentation and political participation, accentuating the disconnect between constitutional principles and the implementation of social and human rights.

Keywords: social and political theory, challenges of democracy, anti-racist Social Week

INTRODUÇÃO

O presente texto resulta de esforços por enlaçar os conceitos de democracia e participação aos movimentos sociais em luta por contextos de justiça na América Latina, especialmente Brasil, em que a injustiça se normatiza tomando a forma da democracia possível. A teoria crítica (PEREIRA, 2000) e a filosofia e política do reconhecimento

¹ Assistente Social, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela UNESP- Professora do Ensino Superior - Universidade Estadual de Montes Claros - ORCID 0000-0002-9896-5446 E-mail: luci.martins@unimontes.br

(HONNETH, 2011, 2017) tem espaço central nesses estudos, por analisar as estruturas e instituições, bem como o perfil elitista dos grupos de poder, estabelecendo assim os desafios para democratizar as instituições com práticas de respeito, estima e reconhecimento dos direitos de cidadania. O republicanismo cívico é outra abordagem do campo da democracia e participação, em que caberia citar a proximidade de pensadores como H. Arendt (1981, 1989) Newton Bignotto (2000) Chico de Oliveira (2000), Heloísa Maria Murgel Starling (Oliveira, 2000), e Hannah Pitkin (2006), que partilham em comum o fato de que ocuparam ou ocupam importantes cadeiras nas universidades norte e sul-americanas, expoentes nos estudos que compõem o pensamento social contemporâneo, principalmente focado na Filosofia, Sociologia e Política, e nos possíveis hibridismos entre áreas interdisciplinares que partilham de referências culturais comuns (BURKE, 2006).

Os marcadores da diferença em torno de raça, geração, gênero e sexualidade permitem compreender os nós que negam a democracia, o pertencimento e a representação nas instâncias de poder, acentuando as desigualdades e sub-representação, tornando sofismático o acesso aos direitos de proteção e seguridade social.

Há cinco séculos que o Brasil deu início a saga de campeão em escravização, inicialmente de povos originários, africanos e imigrantes, enganados com as promessas de ganho de terra no Brasil, como os italianos da Colônia Cecília, no Sul do Brasil, retratados em estudos anarquistas e autogestionários.

Há cinco anos que o Brasil é campeão em assassinatos de lideranças de movimentos sociais e políticos, em disputa por dignidade do corpo, pois ao se falar de direitos humanos é o corpo e o sistema político que estão em jogo, questiona-se se ditadura ou democracia, que tipo de democracia é essa, se representativa, por que não representa seus cidadãos e cidadãs, com destaque para o assassinato de Marielle Franco, que perdeu a vida, como muitas outras lideranças, do MST, quilombolas, outros mártires de causas humanitárias, como vítimas de balas perdidas, juventude negra e pobre vítima das guerras contra as drogas e o encarceramento de negros, pobres e mulheres, tantos outros exemplos pessoas consideradas incômodas ao sistema, pois em conflito com a institucionalidade burguesa que prevê um modo seletivo de acesso aos direitos sociais, em geral mediados pelo dinheiro, que pode provir do salário, de rendas ou do tráfico de drogas, influências,

remédios, armas, corpos. A prática de denunciar os mecanismos de entrelace entre agentes públicos e o domínio do crime, do tráfico e das milícias, bem como as denúncias de escravização de estrangeiros, nordestinos e mulheres para o trabalho doméstico e na lavoura vem se destacando armando as pesquisas sobre o trabalho análogo a escravidão, de boias-frias nas regiões sudestes e centro oeste, dominadas pela grande produção agrícola e monocultura, identificadas com o mesmo padrão em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. São fatos contemporâneos que, dispostos para o público, mostram a persistência do velho mandonismo, tanto nas cidades grandes ou médias, e mais ainda nas de menores portes e no meio rural. Essas denúncias e pesquisas qualitativas vêm crescendo, mostrando que o país, por meio de disputas na sociedade civil, mobiliza-se contra a violência e servidão, prática que impacta o cerne da democratização (AVRITZER 1993, 1994) no país, que deixa estabelecer relações de inexistência social (CHATEL, 2004) e quebra de confiança (BALSA, 2004).

Assim, o Serviço Social, nascido em meio a essa contradição, soma-se a outras profissões que tentam superar o peso do passado, no Brasil, e na própria origem da profissão, atuando com metodologias histórico-críticas que nomeiam as relações sociais de poder estabelecidas pelo modo de produção capitalista, face à crise estrutural e sistêmica do capital (MESZAROS, 2009), e da particularidade do capitalismo, como sistema produtor de desigualdades sociais.

Assim, na formação, há o incentivo para pesquisas qualitativas com temáticas de gênero, raça e classe, diante da realidade social e dos desafios para as profissionais, assistentes sociais e afins, pesquisadoras (es), nomeadamente mobilizadas pelo tema da democracia, do antirracismo, feminismo e movimento de mulheres, face à interseccionalidade (AKOTIRENE, 2017), o debate sobre direitos humanos (ARENDR, 1989), e as diretrizes e resoluções da profissão do Serviço Social que reiteram a relação necessária e o vínculo da profissão com os movimentos sociais, em face dos desafios para a efetivação da proteção e seguridade social. Os estudos clássicos da profissão nomeiam os danos causados pelo modo de produção capitalista e o conservadorismo que ressurgiu em meio a modernização e reconceituação da profissão, bem como os efeitos do neoliberalismo na drenagem dos fundos públicos, desestruturação do estado e fim dos direitos assegurados,

ao menos em tese e na lei, pelas políticas sociais (BEHRING, 2011) e pela Constituição de 1988.

Assim, é pertinente refletir, nesse ensaio, os desafios da democracia no sentido de valorizar o debate entre as diversas áreas das sociais e das humanidades e os dilemas enfrentados por profissionais e estudantes, em comum, para se desenvolver pesquisas qualitativas, em uma sociedade desigual e contraditória, em que poucos têm a pesquisa como modo de vida, dado o cotidiano de banalidades e burocratização das exigências de acesso aos direitos, seja colocando o “trabalho” acima de qualquer coisa, mesmo o trabalho não é assegurado a todos, como ocorre com discentes que ingressam nas Universidades pelo sistema de cotas, como ocorre na UNIMONTES que, diferente da Universidade Estadual de Minas Gerais- UEMG, e não tem a permanência garantida, ou seja, estabelecendo entre Estado e cidadão /cidadã relações desiguais e outras violações expressas na desagregação do tecido social, acentuando o individualismo como ideologia burguesa, o mercado como único mediador de direitos, acentuando as zonas de pobreza, fome, miséria, os suicídios e a perda de identidade, face ao empobrecimento da classe trabalhadora e dos estratos e segmentos vulnerabilizados desta.

Além disso, é interessante buscar novas estratégias de atuação profissional em uma sociedade que transforma, mas permanece com limitações em termos de sub-representação das minorias no Sistema Único de Saúde ou Assistência, por exemplo, culminando com a participação política das classes trabalhadoras, subalternas, situadas em grupos minoritários, acentuando o desenlace entre os princípios constitucionais e a efetivação dos direitos sociais e humanos, o que levanta a importância para o Serviço Social se identificar como antirracista, anticapitalista, antisexista, anticapacitistas, mostrando para a sociedade os desafios que deveremos enfrentar, como um todo, construindo alternativas de luta coletiva.

DESENVOLVIMENTO

A teoria crítica tem início com Karl Marx, sociólogo, filósofo, economista, que colocou um limite nas formulações positivistas, idealistas, formuladas por teóricos e

pensadores que definiram a realidade a partir de seus quadros ideológicos limitados pelo véu da ideologia de classes, sem considerar a diversidade do movimento operário em luta nas revoluções de 1848, que emergiram junto da escrita do Manifesto Comunista (MONTANO e DURIGHETTO, 2012). Ao trazer o foco para os acontecimentos revolucionários que surgiram com a classe trabalhadora no centro, em confronto direto com os inimigos e adversários políticos, a teoria crítica se ergue contra a teoria tradicional. (COHN, 2008). A teoria crítica se desenvolve no século XX por meio dos desdobramentos do pensamento marxiano em contato com Max Weber e outras vertentes do pensamento social contemporâneo. (COHN, 2008, 2017) Na Escola de Frankfurt, a teoria crítica fundiu-se ao marxismo, por meio de Lukács, e ao pensamento original de Marx e de Weber (SILVA, 2008).

No Sul Global, Eduardo Galeano (1989) é um dos pensadores que trazem o debate da teoria crítica para a América Latina, por meio de análises em que expõe os impactos do crescimento econômico das elites atrelado às grandes potências econômicas. Richard Morse, brasilianista, explica esse olhar face ao “espelho do próspero” e mostra a reverência aos Estados Unidos (MORSE, 1988), o que impede o desenvolvimento social da região, que lhe serve de matéria prima e insumos minerais. Ariel, de José Enrique Rodó, escrito em 1900, dez anos depois de *Nostra América*, de José Martí (AVELAR, 2018) é literatura uruguaia que tematiza o “próspero” e seu mito originário, a partir da visão de Ariel e Calibã, o nosso resistente, símbolo do movimento social que tem início ao se ver como inteiro e não como um adendo ao reverso do outro. O utopia de Rodó estava em homogeneizar a crítica da economia e a crítica da cultura, feita por um iluminista materialista, Ariel, que faz referência ao Próspero, de Shakespeare (MORSE, 1988) e é a inspiração para uma crítica materialista a um modelo importado, que tem em Calibã, a força da cultura originária.

O movimento social latino americano e brasileiro deve importante legado a teoria crítica por meio de Antônio Gramsci, como mostram Carlos Nelson Coutinho (1984, 1989) e Evelina DAGNINO (1984, 2000, 2004). Além de Gramsci, assinala Dagnino (2000), os discursos e práticas da esquerda e dos movimentos sociais latino americanos tiveram ou têm referências plurais, como Habermas, Arendt e Foucault.

Ou seja, várias influências que, inclusive, estão presentes na formação acadêmica, quando estudamos as disciplinas da base comum nos cursos de Humanas, como Antropologia e Filosofia, que vem a compor uma base de interpretação crítica e antiautoritária.

Clovis Moura e Lélia Gonzales, por sua vez, são pesquisadores e ativistas ligados ao antirracismo, ele sociólogo, ela antropóloga, receberam a influência de outras figuras do movimento negro brasileiro, e afirmam o protagonismo negro, nacional e latino-americano, quando “o nó da questão é a questão racial” (GONÇALVES, 2018, ELPIDIO, 2021). Assim, está presente na profissão o desafio de compreender e narrar a história latino-americana e brasileira do ponto de vista dos povos latinos, no enfrentamento face à hegemonia global, retratada pelo imperialismo norte-americano, mas não só, com o encontro insensível dos colonizadores portugueses e espanhóis face aos direitos humanos e a alteridade, equidade e participação. Assim, estudos sobre o racismo mostram que, primeiro, os racistas fundam o conceito de raça para posteriormente se servirem dele, como teoria científica, para sustentar o mercantilismo e o capitalismo racial. Elpidio (2021) cita o caso da Revolução do Haiti e Montano e Durighetto (2012) avaliam as lutas por libertação nacional na América Latina, sandinistas, zapatistas, sendero luminoso, a revolução cubana, o sindicalismo nacional e os movimentos pela reforma agrária e novos movimentos sociais. O debate do neoconstitucionalismo evocado por Equador, Bolívia e Venezuela vem no sentido de representar uma resistência ao padrão normativo positivista, na configuração da geopolítica e do próprio estado-nação face à subordinação e negação da diversidade de povos.

No campo dos direitos dos humanos, no plural, temos necessidades comuns, tanto aos homens, quanto mulheres e não binários: necessidade de alimentação, trabalho, abrigo, sexualidade e poesia, talvez essas características possam nos definir como seres humanos e sociais, pois, tanto no passado e presente, e posteriormente, no futuro, essas necessidades acompanharão o que é o humano, e tal como a natureza, representada por animais, fauna e flora, há necessidades comuns construídas pelo homem, pelo utilitarismo, pelo trabalho vinculado à exploração de recursos naturais, pelas ocupações humanas, em

que está em pauta o que compreende por liberdade e emancipação, individual, coletiva, subjetiva e material.

Nas Universidades, o debate sobre em transversalidade de gênero e interseccionalidade apresenta metodologias qualitativas que buscam evidenciar o vínculo entre racismo, capitalismo e patriarcado, unidos num sistema fechado que tornou comum o estupro de mulheres para satisfazer impulsos do projeto da colonização que, pela força e violência, as subjugou ao âmbito doméstico, enfraqueceu e neutralizou as lutas sociais dessas mulheres e homens, submetidas a outros senhores e senhoras, no sistema escravocrata, e depois, como sistema republicano que repõe todos os sintomas resultantes de um modo de produção capitalista em que racismo, estigmas e desigualdades se tornam um desqualificador, um motivo a mais para ação devastadora do capital, "moedor" de gente e de reservas naturais. O racismo estrutural existente, mesmo depois da abolição, é exercido sobre os negros e descendentes, afrodescendentes, pardos, mestiços, trabalhadores rurais sem qualificação, pessoas simples com alguma deficiência, pobres trabalhadores da ralé, sem qualificação, trabalhadores braçais e manuais que também devem ser incluídos nas políticas de reparação e reconhecimento.

O Serviço Social desenvolve as pesquisas sociais sob o enfoque da teoria histórico-crítica, e essa abordagem dá forma ao projeto político e respalda o movimento de reconceituação, com seus princípios e especificidade em cada país da América Latina, desde meados de 1965. A teoria crítica, histórico crítica e o republicanismo cívico são formas de tratar a democracia e a representação, destacando os desafios para a luta de classes e contra o sistema de opressões, destacando a ação afirmativa, a cultura popular, a hegemonia e o papel da representação social, dos movimentos sociais e das Universidades, na formação de sujeitos políticos. Assim, sujeitos políticos e indivíduos sociais (PEREIRA e PEREIRA, 2007) compõem a base sobre a qual se almeja criar subjetividades livres, mais conscientes e justas.

Cabe referendar a importância de pesquisas qualitativas, analíticas e compreensivas, de estudos de casos, sobre temas transversais, focados no gênero, raça e classe, pois são as mulheres os protagonistas, negados historicamente pela experiência democrática, criada em Atenas; foram e continuam a ser as mulheres, a maioria mais

subjugada nos espaços de poder e representação política, tanto no judiciário, executivo, quanto legislativo; são as mulheres as beneficiárias diretas de programas de transferência de renda. Dessa forma, embora não sejam apenas as mulheres as vítimas do Estado opressor e da sociedade de mercado, os trabalhos escritos por mulheres revelam uma etnobiografia; também tem expresso, nas entrelinhas possíveis, a sua história de desigualdades de gênero, raça e classe, em face da desestruturação do Estado e o desmonte das políticas de proteção social.

Assim, importante destacar a inclusão e integração de mulheres, crianças neurodivergentes, estudantes negros, quilombolas, indígenas, trabalhadores precarizados, pessoas mestiças de pele parda ou branca, inclusive, em nossas pesquisas sociais, no sentido de fortalecer a frente ampla de defesa de direitos, por meio de lutas sociais constantes por acesso aos espaços públicos.

Em especial, nomeia-se a política de educação superior nas estaduais mineiras, seus embates pela valorização na carreira das e dos trabalhadores da educação, e especialmente, o protagonismo da classe trabalhadora de servidores e da classe estudantil face à ausência de uma política educacional e estudantil em Minas Gerais. Especialmente constrangedor o caso de designados, em que me incluo, já quase idosos, e ainda sem oportunidade de acesso à carreira docente, pelas contingências e leis sociais aprovadas de cima para baixo e que não se sustentaram, restando doenças trabalhistas e outras questões em descoberto, após 20 anos de trabalho desvalorizado e precarizado.

DISCUSSÃO

A problemática dos direitos sociais mediados pelo Serviço Social traz o tema das desigualdades sociais no país, que reproduz o velho padrão mandonista e assistencialista da velha questão social, por meio de desigualdades de poder no acesso a bens públicos, tanto no meio universitário quanto nos demais espaços públicos e privados. Assim, resta o desafio de refletir sobre o que não podemos esquecer sobre a profissão do Serviço Social: fundamentos legais, ético-político, teórico-metodológico e técnico operativo do trabalho profissional do Serviço Social em contextos de injustiça social. Tal reflexão, no marco

desses 20 anos de Serviço Social na UNIMONTES, é importante para sistematizar algumas compreensões que podem nortear a formação e a atuação profissional, nos vários espaços sócio-ocupacionais no norte de Minas Gerais.

Primeiramente, cabe referendar que a Lei 8662/93 regulamenta o exercício profissional. Segue também, o Código de Ética, resolução 273/93, bem como a resolução 533/2010 que regulamenta a Supervisão de Estágio. O Serviço Social é representado nacionalmente pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ABEPSS, pelo Conselho Federal Serviço Social, CFESS, e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, CRESS, que, desde 1996, apresentam Diretrizes Curriculares que decorrem do consolidado histórico-crítico da profissão, dando sequência ao trabalho da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, ABESS, e o Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviço Social, CBCISS. O conjunto representativo, no âmbito da profissão, apresenta publicações inovadoras, tais como as resoluções e normativas para os cursos, no âmbito nacional, conforme documentos nos sites da ABEPSS e CFESS.

A lei 12.317/2010 busca regulamentar a carga horária do e da assistente social em 30 horas, em conjunto com os movimentos sociais em luta pela regulamentação, sem a redução de salário, o que foi reconhecido em concursos para os níveis federais, mas ainda não é implementada como realidade em estados e municípios. A resolução 383/99 do CFESS insere o/a assistente social como profissional da Saúde.

O construto do projeto ético político profissional é um construto histórico, fruto de uma construção coletiva, de debates no seio da profissão e da sociedade brasileira, especialmente construído nos anos 1980 e 1990. Como construção aberta à contribuições diversas nos anos seguintes, pode ocorrer o sincretismo, o ecletismo e desembocar em várias abordagens, hoje em controvérsia, devido às tendências de conservadorismo na sociedade e no desenho das políticas sociais, que repõem o velho padrão de nivelamento por baixo no campo das políticas sociais, realidade resultante da desestruturação do Estado, perdas de direitos e redesenho da sociedade civil.

O projeto ético-político, consolidado no novo código de ética de 1993, incorporou os debates sobre a formação profissional, ocorridos nos Encontros propostos pelo conjunto ABEPSS/CFESS/CRESS. Tem-se que desde a origem dessa retomada do impulso

histórico crítico, o projeto ético-político adere às lutas e movimentos sociais democráticos pelo alargamento dos direitos humanos, e temas, por exemplo, da orientação sexual passam a ocupar o lugar de “opção sexual”; o debate sobre racismo e as questões de gênero vem a ter notável crescimento na profissão, tal como o debate sobre a linguagem de gênero, que discrimina o masculino e feminino na forma literária, já que a profissão é majoritariamente feminina e essa perspectiva não era adotada nos textos da biblioteca básica da profissão. Atualmente se evidencia uma “relação necessária” (ABRAMIDES e DURIGHETTO, 2014) entre Serviço Social e movimentos sociais, no sentido de democratização de Estado e sociedade civil brasileiros, como mostram as resoluções e diretrizes que vêm se consolidando, não somente como alterações formais, mas no sentido de incentivar a opinião pública a construir a materialidade do projeto ético-político contra o machismo, o patriarcado e o racismo, com o qual se estrutura o capitalismo global, racializado. Na prática, esse projeto propõe uma unidade entre as lutas profissionais e os movimentos sociais.

A profissão é também defensora do Estado de Direito, regulamentado pela Constituição Federal de 1988, e é crítica do desenvolvimento social e econômico adotado pelo Brasil e pelas democracias ocidentais, em luta contra o projeto privatista da nova direita em ascensão no mundo do trabalho. Assim, como todas as instituições do estado democrático de direito, a profissão se justifica como signatária dos direitos humanos, afirmando o direito à diversidade, pluralidade, equidade de gênero e de oportunidades, bem como incentivando ações afirmativas, respaldadas pelo Código de Ética: pluralismo - alteridade que se constrói juntos, liberdade e autonomia, que são relativas, dados os determinamos do sistema, contudo, sem tais princípios não se pode falar em instrumentalidade (GUERRA, 1995): habilidade profissional para se pautar e construir a práxis, a democracia e os direitos sociais, a partir do cotidiano profissional.

Estudos recentes trazem a contribuição de assistentes sociais pioneiras na luta antirracista, trazendo a discussão para o plano da construção ativa do movimento ou processo de reconceituação que, como movimento em processo contínuo, precisa de aderência da classe trabalhadora e estudantil, bem como expandir para os outros setores, profissionais, cidadãos que atuam nas políticas públicas e sociais. Assim, se trata de ampliar

a construção democrática em sociedades autoritárias e patrimonialistas, burocráticas, racistas e segregadoras. Em 2017, o conjunto ABEPSS/CFESS/CRESS lançou campanhas para um Serviço Social antirracista, antissexistas e anticapitalistas, sem classes e sem desigualdades sociais. Ou seja, aberto às formulações socialistas da luta de classes, contra outras opressões de gênero, étnico-raciais e por diversidade sexual, sem que as diferenças sejam submetidas ao critério de inferiorização. As diferenças entre as classes sociais, no âmbito das diferenciações citadas, são constructo histórico-social do capital, sendo inaceitáveis. As outras diferenças de gênero e étnico-raciais procedem da pluralidade de formas existentes, são formas democráticas de vida que devem ser aceitas, sendo que culturalmente a inferioridade é construída e reforçada pela criação do “conceito de raça, antes do racismo” (ARENDR, 1981), pela “desfiliação” da “sociedade salarial” (CASTEL, 1997), acrescida da “questão nacional” (BOGUS, 1999).

Dessa forma, diferenças essenciais devem ser respeitadas, outras diferenciações, por vezes, devem ser combatidas, no que tange à inferiorização com o que são notavelmente carregadas no espaço doméstico e nos espaços públicos e de poder, por sua relação com preconceitos e estigmas quanto ao corpo, por características físicas. O corpo feminino tido como mentalmente desequilibrado, por questões de gênero, maternidade e relativo a especificidade do envelhecimento, como variações hormonais, sendo o corpo feminino sexualizado, e depois da idade reprodutiva, descartado do mercado de validação, tanto pelo desemprego quanto pelo critério do etarismo. As idosas e as crianças desprezadas, o estupro sendo realidade, incesto naturalizado em algumas regiões do país, práticas que repetem o padrão heteronormativo na construção da família e na ideologia da “boa sociedade” em que não cabe aqueles considerados inferiores, fracos e selvagens, presos em locais antes concebidos para segregar e punir.

O CFESS publicou um Instrumento para uma educação antirracista nos anos de 2022, sendo que busca dar à profissão instrumentos para direcionar a materialidade de seu projeto ético-político. Isso ocorre quando a profissão consegue estabelecer limites ao modelo de gestão da pobreza e miséria, quando encampa as lutas de classes e os movimentos sociais, contra o capacitismo, etarismo, preconceito contra os pobres, mestiços, pessoas da massa de trabalhadores, usuários subempregados ou “supérfluos”,

“nem-nem” (nem estudam nem trabalham), pessoas neurodivergentes, mostrando a interseccionalidade entre as pautas de classe, gênero e raça e outras que venham a ser desenvolvidas pelas novas gerações no sentido de “ampliação cultural das massas.” (DAGNINO, 2000, ALMEIDA, 2014).

Com as diretrizes curriculares, em 1996, os aspectos teórico-metodológicos abraçam a dimensão ético-política e técnico-operativa no que se refere à diretriz de uma “unidade teórico-metodológica” entre as dimensões da profissão (teoria e prática) e entre a profissão e os movimentos sociais, ou seja, para que profissionais não pactuem com a ideia de que “na prática, a teoria é outra” (GUERRA, 1995) e para atualizar a profissão com o novo, expresso pelos movimento estudantil, e os Encontros de estudantes em nível nacional e nas esferas regionais.

CONCLUSOES

Como a formação no nível superior exige a complementação das dimensões de docência, pesquisa e extensão, a perspectiva profissional nem sempre é alcançada devido, primeiramente, o projeto societário em vigor, com a mercadorização dos direitos sociais, e o crescimento da formação à distância, somada à precarização da formação presencial, impactada por precarização das relações trabalhistas e da política estudantil. Notadamente, na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), a tríade não é reconhecida, devido ao projeto de sucateamento dos serviços públicos, a desvalorização dos profissionais existentes, tais como alguns contratados e aposentados que sobrevivem sem os benefícios e penduricalhos da carreira, ou seja, sem dedicação exclusiva ou reconhecimento de horas em projetos de pesquisa e extensão. Resulta que a competência e o trabalho profissional (do) assistente social pode ficar prejudicados por modelos de administração de recursos públicos fundado na diferenciação, sem critérios justos, fundado no assistencialismo, compadrio e favores, em que grupos de poder dividem entre si os recursos públicos, não chegando aos grupos sub representados, sejam eles moradores, estudantes, mulheres, negros, quilombolas, usuários/as das políticas sociais, servidores contratados, cidadãos e cidadãs na “inexistência” face aos direitos sociais, em

face da “desfiliação”, “desqualificação social” e subcidadania, aumentando o risco de desproteção e a fila dos programas de assistência social, no momento em que vigora o neoliberalismo e a ideologia da prosperidade, com aumento das religiões pentecostais que repõem a centralidade da família e a ausência do estado na mobilidade social (TEIXEIRA, 2024).

A profissão está inserida na divisão sociotécnica do trabalho como profissão liberal, contudo, sua perspectiva é coletiva, investigativa e interventiva. Alguns estudos sobre pesquisa social apontam para a importância dessa competência como ferramenta com a qual os/as estudantes, estagiários/as, profissionais, supervisores/as constroem sua identidade e excelência profissional, na mediação que visa superar o imediatismo, voluntarismo e imobilismo, por meio da práxis coletiva, pela dialética e o materialismo histórico-crítico que a informam.

A perspectiva histórico-crítica nas pesquisas sociais, por sua vez, constrói-se como transversal à formação e atuação profissional, e a ideia de pesquisa investigativa e interventiva vem diferenciar a profissão daquelas outras áreas que apenas investigam sem atuar diretamente sobre as expressões da questão social”, que vieram, na década de 1990, a ser construídas como objeto do Serviço Social. Assim, a pesquisa social, qualitativa e interventiva, vem a ser transversal, juntamente com a questão étnico-racial, a questão de gênero e do capitalismo global, sistema caracterizado pela contradição capital x trabalho, com o enfraquecimento das instituições representativas dos trabalhadores, notadamente os sindicatos, estado e os movimentos sociais.

As categorias hegemônicas, fruto do construto histórico, entendem a profissão como inserida na luta de classes, tendo o trabalho como categoria central (ANTUNES, 2018). O trabalho, entendido na suas morfologias, transformações e como centralidade, explica o vínculo entre a classe trabalhadora e as (os) assistentes sociais, que se constituem como classe e buscam transformar as condições subjetivas e objetivas com as quais lidam no exercício profissional. Transformar as condições subjetivas e objetivas que impedem a compreensão e atuação de grupos e classes subalternas, inseridos no cotidiano de desmonte das políticas sociais, vem a ser o desafio da instrumentalidade (GUERRA, 1995).

Dessa forma, a superação das condições de trabalho ditadas pelo sistema do capital, que abrange o capitalismo e as outras formas de sistema econômico existentes, exige superar, muitas vezes, a alienação e a violência que se naturalizaram nessas sociedades. De modo que a profissão busca construir sua instrumentalidade através da “hegemonia” (COUTINHO, 1984, DAGNINO, 2000), por meio da unidade citada, materializada pelas dimensões teórico-crítica, técnico-operativa e ético-política, voltada, para alguns, para a organização das classes subalternas. Contudo, essa atividade pode ficar prejudicada pelo desenho das políticas sociais que utilizam o trabalho profissional para atividades rotineiras e burocráticas de triagem, deixando a organização da classe subalterna como segundo plano, ou último, ou ausente do horizonte massificado do cotidiano.

Ao mesmo tempo, a formação profissional almeja se organizar como classe trabalhadora na defesa de melhores condições de trabalho, nesse momento de “crise estrutural do capital” (MESZAROS, 2008), nas particularidades do sistema capitalista, modo de produção de riquezas e miséria absolutas e sem critérios éticos. Assim, autores como Gramsci e Lukács (COUTINHO, 1984, 1989) são as referências críticas do século XX que, juntamente com Marx, mais influenciam as matrizes teórico-metodológicas da profissão. A aproximação com as ciências sociais tem permitido análises críticas que buscam nos sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e, também, nos economistas e filósofos, a base da crítica da economia política, diante das transformações societárias, em que se busca explicação e estratégia de atuação profissional para enfrentamento das transformações societárias descritas pelos clássicos da profissão. Fica evidenciado o vínculo e o debate da profissão com as lutas e movimentos sociais contra o racismo, gayslesbofobia, etarismo, capacitismo e contra o conservadorismo da nova direita em ascensão na sociedade brasileira, latino-americana e mundial. Desse modo, a luta pela desmercadorização dos direitos sociais é uma luta anticapitalista, sendo necessárias as mediações de classe, raça e gênero para reconhecer o que deve ser enfrentado para a dignidade das classes populares e subalternas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Temporalis, Brasília, ano 1, n. 17, jan./jul. 2009.

ABEPSS; CEDEPSS. Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Cadernos ABESS: Formação profissional: trajetos e desafios, São Paulo, Cortez, n. 7, 1997.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGHETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALMEIDA, Magali. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por de Inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados a atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf> Acesso em nov. de 2023

ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (org.) **Cultura e política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Novas leituras. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. Ensaio sobre as transformações e a centralidade do mundo do trabalho. 16a ed. São Paulo, Cortez, 2018.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Brasília: Forense Universitária, 1981.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989

AVELAR, Idelber. **Ariel, de Jose Enrique Rodó**. <https://idelberavelar.medium.com/ariel-1900-de-jos%C3%A9-enrique-rod%C3%B3-702a48c72244> acesso em 22/04/2024

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

_____. Além da dicotomia Estado/Mercado: Habermas, Cohen e Arato. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 36, 1993, p. 213-22

BALSA, Casimiro. **Confiança e laço social**. Ijuí, Editora Unijui / Colibri, 2004

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos**. São Paulo, Cortez, 2011

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

BIGNOTTO, Newton. **O silêncio do tirano**. Revista USP (37) 132-143 março/maio 1998. (Dossiê Direitos Humanos no limiar do século XXI).

- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**. Limites da Democracia no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília, UNB, 1996
- BOGUS, Lucia M. M, YAZBEK, Maria Carmelita e WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Desigualdade e Questão Social** (orgs. et al). 3a ed. São Paulo, EDUC, 2010.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.
- Cadernos ABESS: Formação profissional: trajetos e desafios**, São Paulo, Cortez, n. 7, 1997.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. São Paulo, DIFEL, 1996.
- CHATEL, Vivianne. A responsabilidade-pelo-Outro. Uma preliminar à confiança. In BALSÁ, Casimiro. **Confiança e Laço Social**. Ijuí, Unijui, 2004.
- COHN, Gabriel. **Weber, Frankfurt: teoria e pensamento social**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, Azougue, 2017.
- _____. **Sociologia: para ler os clássicos**. São Paulo, Azougue, 2009
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**, a dualidade de poderes. E outros Ensaio. São Paulo, Cortez, 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. E outros ensaios. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1984
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. Brasiliense. 2004.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação. Revista... 2004. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983> Acesso em 11/05/2023
- ELPIDIO, Maria Helena, VALDO, João Paulo da Silva. ROCHA, Roseli. **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate**. São Paulo, Anablumme, 2021.
- GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. Katálisis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018
- GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social**. 1a edicao, São Paulo, Editora Cortez, 1995.
- HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia**. Vol. II. Cap. 8. Civilização Brasileira, 2002.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. Para uma **gramática moral dos conflitos sociais**. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Lisboa, Edições 70, 2011.
- MESZAROS, ZVETAN. Crise Estrutural do capital. São Paulo Boitempo, 2008.
- MONTANO, Carlos, DURIGHETTO, Maria L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo, Cortez, 2012
- MORSE, Richard. **O espelho do próspero**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios a crítica dos mínimos.** 4.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

PITKIN, Hannah. Pitkin, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2006, n. 67 [Acessado 22 Abril 2024], pp. 15-47. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200003>>. Epub 16 Ago 2006. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200003>.

TEIXEIRA, Carlos Savio Gomes O Brasil Inteiro: diversidade e cooperação. **Conferência.** Catedra Otávio Frias Filho de Democracia, Comunicação e Diversidade. Instituto de Estudos Avançados da Universidade Estadual de São Paulo, março de 2024. Disponível em <https://youtu.be/312k9HHSFQM?si=YltXIRMozt3mSbxV>, acesso em 22/04/2024

SILVA, Josué Pereira. A quem fala a teoria crítica? (in) WAIZBORT, Leopoldo. **Ousadia crítica.** Ensaios para Gabriel Cohn. São Paulo, Azougue, 2008.

SOUZA, Jessé de. **A ralé brasileira.** Quem é e como vive. Belo Horizonte, UFMG, 2006

TELLES, Vera. Espaço Público e espaço privado na constituição do social. Notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social.** Revista de Sociologia. São Paulo: USP, vol 2, n. 1, p. 23-48, jan/jun, 1990.

TELLES, Vera. Sociedade civil e construção de espaços públicos. (in) DAGNINO, E. (org) **Sociedade civil e a construção de espaços públicos.** São Paulo, Brasiliense, 2004

RAICHELIS DEGENSZEJN, Raquel, ROJAS COUTO, Berenice, YAZBEK, Maria Carmelita. O **Sistema Único de Assistência Social no Brasil.** Apresentando a pesquisa e problematizando a política social no Brasil. Revista de Políticas Públicas, outubro de 2012. Universidade Federal do Maranhão, São Luiz do Maranhão. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321131651049.pdf>, acesso em 22/04/2024

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E DE GÊNERO

Luciana Santos Lenoir¹

Resumo: O trabalho é apresentado mediante o formato de um ensaio teórico e visa analisar a construção e reprodução das desigualdades de gênero na educação, fundamentadas pelas relações de poder mantidas, historicamente, pela ordem hierárquica patriarcal e pela cultura androcêntrica, capazes de gerar condições de segregação e exclusão sociais. Desse modo, são abordadas reflexões críticas quanto aos padrões de comportamento criados socialmente para meninas/mulheres em sistemas educacionais e que acabam por reforçar a desigualdade de gênero. Para tanto, recorreu-se a uma análise de caráter qualitativo, bibliográfica, de natureza exploratória, com método dedutivo e embasada em uma perspectiva histórica-crítica.

Palavras-chave: Patriarcado; Desigualdade; Gênero; Educação.

Resumen: El trabajo se presenta en formato de ensayo teórico y tiene como objetivo analizar la construcción y reproducción de las desigualdades de género en la educación, a partir de relaciones de poder mantenidas, históricamente, por el orden jerárquico patriarcal y por la cultura androcéntrica, capaz de generar condiciones de segregación y exclusión social. De esta manera, se abordan reflexiones críticas respecto de los patrones de comportamiento creados socialmente para niñas/mujeres en los sistemas educativos y que terminan reforzando la desigualdad de género. Para ello se utilizó un análisis bibliográfico cualitativo, de carácter exploratorio, con método deductivo y basado en una perspectiva histórico-crítica.

Palabras clave: Patriarcado; Desigualdad; Género; Educación.

INTRODUÇÃO

Na configuração histórica e cultural das sociedades denominadas como “modernas” e “contemporâneas”, as desigualdades de gênero são reproduzidas ininterruptamente e manifestam-se de diferentes maneiras, especialmente, nos sistemas educacionais. Desse modo, a desconstrução dos estereótipos relacionados ao gênero é condição essencial para erradicar a reprodução de padrões mantidos historicamente pela ordem hierárquica patriarcal que gera condições de segregação e exclusão sociais. É assim que as discussões que correlacionam gênero e educação são relevantes para compreender as permanências e mudanças nas estruturas das sociedades, além de que contribuem para delinear ações

¹ Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento Social pelo Programa em Pós-graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. ORCID: 0000-0001-5105-5923. E-mail: lucianalenoir74@gmail.com

coletivas que desmontem paradigmas sexistas e estereótipos que ainda persistem em diferentes níveis de ensino do país.

Nessa perspectiva, a assimetria sexual construída socialmente pelo patriarcado, é responsável reproduzir comportamentos em que a submissão feminina em relação ao universo padronizado masculino, justifica-se pelos fatores biológicos. O aparato biológico que sustenta o paradigma da hierarquia patriarcal é a assimilação do ideário de que a mulher, mais “vulnerável”, restringe-se à maternidade e aos cuidados com a família, fator que acaba por restringi-la ao espaço doméstico e domesticador, ao ambiente privado que coíbe sua liberdade, suas habilidades e sua participação em esferas públicas e políticas. Tais aspectos tendem a ser reproduzidos em sistemas educacionais e segundo Louro (2014), na prática educativa, há uma espécie de “fabricação” de sujeitos induzidos a reproduzir diferenças e desigualdades e a reforçar papéis sociais com teor sexista.

Desenvolveu-se, portanto, uma discussão crítica, de caráter qualitativo, bibliográfica, de natureza exploratória, pautada pelo método dedutivo ao interpretar um panorama da realidade histórica e social. Considera-se, portanto, a singularidade do objeto, assim como a subjetividade e as consequências de um fenômeno mediante a perspectiva histórica-crítica. Tratam-se de contribuições analíticas que contestem as reproduções de tradições e das disparidades no campo educacional, com designações conforme o sexo/gênero que suscitem consequências impactantes e negativas para as mulheres, perpetuando níveis de desigualdade de gênero.

O PATRIARCADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Os paradigmas que constituem as relações de autoridade que determinam a subordinação das mulheres são construídos e reproduzidos por circunstâncias multifatoriais. Algumas circunstâncias expostas por Biroli (2018) são evidenciados pela tolerância - explícita ou não - aos diferentes tipos de violência a que as mulheres são expostas, a reafirmação da ideologia maternalista e a imposição de restrições alusivas à autonomia da mulher quanto à sua capacidade reprodutiva. Nota-se que a divisão sexual do trabalho pode ser considerada como variável específica e decisiva (mesmo que

conectada aos demais fatores) para interpretar as estruturas que delineiam as hierarquias de gênero. Compreende-se, portanto, que a divisão sexual do trabalho é mecanismo reprodutor das desigualdades de gênero, ainda que não exposto isoladamente. “Ela compõe as dinâmicas que dão forma à dualidade feminino-masculino, ao mesmo tempo em que posiciona as mulheres diferente e desigualmente segundo classe e raça.” (BIROLI, 2018, p. 44)

Nota-se que a percepção da vida coletiva com segurança atrela-se a uma zona de conforto do imaginário patriarcal, ou seja, à ideia de que estaremos seguros vinculados àqueles/àquelas que pertencem ao nosso próprio grupo, família, raça, classe, religião, escola e assim sucessivamente. Segundo hooks (2017), os mitos conservadores se preservam ou renovam, mesmo diante das estatísticas capazes de corroborar que os diferentes níveis de violência doméstica, feminicídio, assédio ou importunação sexual, estupro e maus-tratos cometidos contra crianças e mulheres, ocorrem no fulcro do que se concebe como uma família patriarcal, uma vez que as vítimas de violência são mais vulneráveis aos ataques daquelas pessoas semelhantes a elas, do que por estranhos misteriosos e diferentes. Para a autora, é evidente que uma das principais razões que impedem uma revolução de valores, é a preservação da cultura de dominação, das relações de poder estabelecidas pela hierarquia patriarcal, que são capazes de estabelecer a manutenção dos vícios da mentira e da negação. Desse modo, quando o apego coletivo à desinformação é consumido e mantido estrategicamente por parte de várias “camadas de mentiras que as pessoas contam em sua vida cotidiana, nossa capacidade de enfrentar a realidade diminui severamente, assim como nossa vontade de intervir e mudar as circunstâncias de injustiça.” (hooks, 2017, p. 45)

Em dimensões históricas, as cadeias de reafirmação das desigualdades entre mulheres e homens, como também as de classe, raça e sexualidade, condensaram-se às discussões referentes aos direitos, à liberdade e à autonomia, sem atingir as pautas das problematizações que lhes envolviam. Para Birolí (2018), o indivíduo, aquele responsável por constituir um conglomerado de abstrações, subjetividades, normas e valores sociais, possui histórias diferentes quando são considerados os contextos socioculturais em que se insere, as experiências entre estratos sociais ou categorias tais como homens, mulheres

e raça, e especialmente, as assimetrias pertinentes à distribuição de recursos materiais. Desse modo, a autora afirma que os processos de individuação desiguais e diferenciados impedem de considerar os direitos individuais com isonomia, uma vez que há predominância em considerar uniformemente as conjunturas das relações pautadas pela autoridade masculina e pela heteronormatividade.

Centralizar as pautas femininas e as decisões das mulheres, mediante a identificação e reconhecimento das desigualdades entre elas, da diversidade que envolve suas experiências e motivações, é estratégia elementar para que seja possível ultrapassar o conservadorismo que perdura em diferentes cenários sociopolíticos. Diante das circunstâncias históricas que circunscrevem diferentes formas de opressão vivenciadas por mulheres, ressaltam-se:

- a) regulação e intervenção por parte do Estado e dos seus agentes na forma de criminalização, por um lado, mas também sua omissão quando a ação se faz necessária;
- b) controles e violências praticados no âmbito familiar por pais, maridos, mas também por outras mulheres;
- c) regulação baseada em crenças religiosas, seja pela interferência direta na legislação e nas públicas, seja pela ação política com o fim de transformar crenças em moralidade pública, utilizando de meios de comunicação e de recursos político-eleitorais;
- d) experiência diferenciada das mulheres nos meios urbano e rural e segundo os recursos materiais de que dispõem para prevenir a concepção e, quando julgarem necessário, interromper uma gravidez indesejada. (BIROLI, 2018, p. 146)

Desde a Antiguidade, a política é compreendida como universo predominante do masculino. Historicamente, o espaço público e as instituições consideradas como modernas, foram responsáveis por acondicionar o ideário de “universalidade à exclusão e marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados” (BIROLI, 2018, p.172). Tais condições são frequentemente expostas por intelectuais feministas, que revelam as gêneses patriarcal e capitalista que compõem as instituições políticas modernas, moldadas por relações de dominação fundamentadas também pelo viés racista e colonialista. Salienta-se que os reflexos de tais condições não possuem os mesmo impactos para todas as mulheres, uma vez que as dinâmicas sociais que lhes envolvem são variáveis conforme a exploração ao trabalho, a racialização e a precarização da vida. Nesse

sentido, verifica-se que a diversidade de ambientes políticos em que há sobrerrepresentação de homens brancos e detentores de diferentes propriedades, não pressupõe a equivalência de problemas para todas as mulheres. “Ainda que os obstáculos à participação política das mulheres seja um problema em si, os efeitos dessa participação desigual não as atingem da mesma forma, podendo até preservar as posições vantajosas de algumas entre elas.” (BIROLI, 2018, p.173)

Nota-se que ao passo em que os homens pleiteavam poderes na arena pública, as mulheres restringiam-se ao espaço doméstico e domesticador, ambiente que restringia sua liberdade e suas habilidades. Afastadas da dinâmica que circundava a vida pública e preservadas mediante a justificativa de manutenção do recato, representavam “a metade do mundo invisível social urbano, ausentes da política, do campo científico e da produção. Reprodutoras por natureza, delas se esperava apenas a continuidade da geração masculina pela perpetuação da raça.” (ALMEIDA, 2013, p.72)

Diante de tais considerações, percebe-se o negligenciamento dos efeitos gerados pelas transformações que perpassam a vida social, uma vez que ideologicamente há a percepção de que os fenômenos sociais e as leis ocorrem de modo espontâneo, ou seja, são previsíveis diante da realidade vivenciada. Tais aspectos, inevitavelmente, dificultam a inserção da categoria analítica de gênero na esfera acadêmica mesmo diante do reconhecimento de que se trata de um componente que altera substancialmente o campo científico ou de que as práticas acadêmicas são tendencialmente segregativas, marcadas pela seletividade (positiva ou negativa), quando se evidenciam, por exemplo, o direcionamento de temas de pesquisa. As discussões das pesquisadoras feministas revelam a situação descrita por meio da crítica à forma como as noções de objetividade, racionalidade e universalidade são historicamente aplicadas à ciência e revelam a necessidade de explorar outras formas de conhecimento também válidas. Considera-se que tais críticas não implicam em afirmar que as teóricas feministas ignoram ou rejeitam os preceitos de universalidade ou objetividade científicas, mas indicam a necessidade de ampliação das formas de participação acadêmica e de produção científica, por intermédio de outros procedimentos e técnicas que apliquem a pluralidade em seus múltiplos sentidos.

Nessa perspectiva, teorias e movimentos feministas passaram a reverenciar que o “pessoal é político”, por meio de uma condição que ultrapassava os limites conceituais do que se concebia como “político”, que até então se restringia às atividades da esfera pública e às relações sociais subsequentes, que delimitavam o poder social. Nessa perspectiva, quando os feminismos assumiram que o pessoal detém caráter político, acabou por promover a abertura para discussões acerca de questões que, outrora, se restringiam às dimensões do espaço privado. Tal fato desencadeou a ruptura do ideário liberal concentrado na dicotomia público-privado, que atrelava a arena pública ao Estado e às suas respectivas instituições, assim como a economia ao âmbito da política; enquanto o privado delimitava-se aos conteúdos que envolviam o universo doméstico, familiar e sexual, aparelhado ao teor pessoal, que se dissocia da categoria política. Identifica-se, portanto, o movimento feminista carrega uma premissa libertária e sedimenta-se mediante lutas pelo poder. Tais lutas são estabelecidas com o objetivo de conquistar a cidadania em seu sentido pleno, tendo em vista a participação política e inserção no mercado de trabalho.

DESIGUALDADES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Verifica-se que no Brasil, as diferenças, dicotomias, ambiguidades e desigualdades sociais são reproduzidas e reafirmadas em sistemas educacionais mediante designações das estruturas sociopedagógicas, metodológicas e didáticas. Conforme exposto por Louro (2014) a instituição escolar, desde a sua construção e sempre que possível, estabelece critérios e ações distintivas, mediante símbolos, signos, códigos e polaridades binárias que determinam o “lugar” de cada uma/a na sociedade. Diante dos múltiplos papéis que lhe foram atribuídos, a escola acabou por se incumbir de separar os sujeitos, ao atribuir a distinção entre aqueles/as que a frequentam ou não, além de que tende a reforçar, mesmo que involuntariamente, os padrões de comportamento. Historicamente, a escola, também, acabou por definir internamente os/as que lá se estavam, por meio de variadas alternativas de categorização, ordenamento e hierarquização. Separou, portanto, adultos de crianças, assim como católicos de protestantes. Reproduziu, também, as proporções das ambivalências entre ricos e pobres, meninos e meninas. A autora observa que não é por

acaso que, no Brasil, as primeiras instituições escolares carregaram suas gêneses masculina e religiosa. Basta lembrar que os jesuítas, além de estruturar e impor os métodos de catequização dos indígenas, concentraram-se no esforço peculiar de formação educacional dos meninos e jovens brancos dos estratos dominantes. Foi assim que, desde a sua concepção inicial, a instituição escolar encarregou-se de constituir sujeitos masculinos e femininos, heterossexuais, em conformidade aos padrões em que se instaurou.

Nessa perspectiva, Louro (2014) destaca que na prática educativa, há uma espécie de “fabricação” de sujeitos induzidos a reproduzir diferenças e reforçar papéis sociais com teor sexista. Trata-se de um processo contínuo e, de modo geral, sutil, porém perceptível aos olhares mais reflexivos e críticos quando se deparam com discursos normativos proclamados por autoridades ou até mesmo diante do cotidiano, quando se identificam condutas e linguagens que tendem a ser banalizadas e naturalizadas. No entanto, não é necessária uma percepção aprofundada para identificar a segregação sexista em ações corriqueiras no ambiente escolar, visíveis e reforçadas desde a educação infantil, tais como divisão de filas e distribuição de trabalhos em grupos entre meninas e meninos, como também, a separação de atividades lúdicas com brinquedos diferenciados segundo o sexo da criança.

Nota-se que a escola, mesmo designada como substantivo feminino é masculina, uma vez que se constitui essencialmente para emergir e propagar o conhecimento que, tendencialmente, foi validado pelos homens. Conforme exposto por Louro (2014), a escola não se atém a qualquer forma de conhecimento, mas sanciona e incorpora os quesitos fundamentais que determinada sociedade julga necessários para integrarem o currículo. Desse modo, a autora esclarece que as agentes do ensino, mulheres, acabam por ocupar o universo circunscrito pelo viés masculino, porque a construção e a difusão “dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação ‘científicos’ e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos.” (LOURO, 2014, p.93).

Além disso, identifica-se que a construção de instituições educacionais mediante a especificação de disciplinas, currículos, conteúdos e atividades conforme as distinções entre o sexo/gênero induzem à manutenção de estruturas sociais fundamentadas pelas

desigualdades. As reproduções de tradições e das disparidades no campo educacional, com designações conforme o sexo/gênero geram consequências impactantes e negativas para as mulheres, uma vez que permanece “operando um ponto de vista hierárquico entre os gêneros, que assimila tudo o que é masculino a ‘superior’ ou de maior importância”. (SUBIRATS, 1997, p. 19)

Quando competências e habilidades são estipuladas para mulheres por intermédio de currículos distintos, inevitavelmente, é declarado um consentimento para uma segregação que desconstrói do que é considerado mais valioso em um sistema educacional: o princípio da igualdade. Em tais circunstâncias, Subirats (1997) destaca que, tendencialmente, sistemas educativos, são idealizados e gerados para a educação dos homens e, portanto, mantêm um conjunto de orientações e normas, seja explícito ou não, em que as mulheres tornam-se foco de discriminação. Desse modo, emergem mecanismos educativos que condicionam ao protagonismo do homem por meio da inferiorização do desempenho das mulheres. São situações verificáveis mediante “menor titulação acadêmica, opção por estudos profissionais menos valorizados, menor desempenho acadêmico em algumas áreas de prestígio, menores níveis de assertividade e autoestima e menor consciência dos seus direitos”. (SUBIRATS, 1997, p. 19)

Salienta-se, segundo Tomassini e Zurbig (2020), que é possível agrupar os pontos críticos das desigualdades de gênero na educação mediante três lacunas. A primeira concerne às diferenças quanto à renda das mulheres conforme as áreas de conhecimento (segregação horizontal). A segunda refere-se às lacunas quanto à ascensão e retenção, ou seja, às discrepâncias das trajetórias e permanências dos homens em relação às mulheres no sistema acadêmico/científico (segregação vertical). E a terceira vincula-se às lacunas pertinentes à consolidação, isto é, ao acesso a cargos de liderança, que envolvem status e prestígio social em categorias profissionais científicas ou tecnológicas (teto de vidro).

Na concepção de Tomassini e Zurbig (2020), as origens e causas da segregação horizontal são variáveis, porém há o consenso na literatura em reconhecer que os interesses pela ciência oscilam ao longo das fases da vida e que as desigualdades de gênero quando evidenciadas precocemente são determinantes para a seleção das áreas de estudo e ocupações profissionais. As autoras ainda consideram que os interesses manifestos por

homens e mulheres diante de determinadas áreas do conhecimento ou profissões, sofrem influências significativas dos processos de socialização que abrangem a divisão sexual do trabalho.

Em tais termos, meninos e meninas apreendem, internalizam e reproduzem que os papéis masculinos são vinculados aos traços instrumentais e operacionais, orientados para a realização de atividades práticas, enquanto os papéis femininos estão associados às expressões do cuidado com o outro, com natureza solidária ou maternal. Além dos fatores mencionados, considera-se que os aspectos culturais são determinantes para a aprendizagem por observação, isto é, a percepção da execução das tarefas é abstraída, assimilada e concatenada ao gênero, condição que direciona a uma explicação individual para o fato de que meninas e mulheres tendem a certas escolhas educacionais, vocacionais e profissionais.

Ademais, nos sistemas educacionais, a cultura do androcentrismo acaba por intensificar a invisibilidade das mulheres e por inibir sua participação nas diferentes áreas do conhecimento. De acordo com Subirats (1997), na instância educacional, seja por meio de currículos defasados ou de abordagens descontextualizadas, há a tendência em tratar a história das mulheres, assim como do desempenho das suas atividades e da sua representatividade na sociedade com opacidade e sem o devido reconhecimento. Quando são explorados conteúdos que abarcam aspectos voltados para as mulheres, emergem menções direcionadas por signos e símbolos que reforçam ações tradicionalmente correspondentes à esfera doméstica, que remetem a uma condição secundária das mulheres na sociedade, com a ausência de referências positivas quanto às expectativas profissionais. E mesmo que já seja verificável um aumento significativo da inserção de mulheres na educação superior, da busca por diversificação curricular e profissional e do rendimento acadêmico das mulheres em relação ao dos homens, ainda não é possível afirmar ou garantir que ocorra a igualdade de gêneros na educação. A autora pondera que ainda permanece a interiorização de um sistema educativo androcêntrico, que reproduz a aceitação passiva dos papéis domésticos exercidos pela mulher na esfera privada e a limitação da participação da mesma em cargos que envolvem relações de poder e de liderança.

No que se refere aos múltiplos papéis atribuídos à educação superior e, por conseguinte, às universidades tendo em vista a formação crítica, o exercício da cidadania e a partilha das diferentes formas de conhecimento e informação, hooks (2017) destaca que, infelizmente, as parcialidades ainda se sustentam e são responsáveis por manter, mesmo que de modo involuntário, a supremacia branca, fundamentada pelas matrizes do imperialismo, do sexismo e do racismo. São aspectos que demonstram que a vida acadêmica não é politicamente neutra e segue a tendência em distorcer a função essencial da educação que é a prática da liberdade. Mesmo diante dos inúmeros clamores por reconhecimento da pluralidade cultural; pela busca em explorar a diversidade de conhecimento mediante a desconstrução das antigas epistemologias; pela transformação real das salas de aula, assim como do modo de ensinar e do que se ensina, ainda são necessárias revoluções para alterar o histórico de desigualdades no contexto acadêmico que reafirmam as relações de poder e dominação preservadas pela sociedade.

Certas pessoas acham que todos os que apoiam a diversidade cultural querem substituir uma ditadura do conhecimento por outra, trocar um bloco de pensamento por outro. Talvez essa seja a percepção mais errônea da diversidade cultural. Embora haja entre nós um pessoal excessivamente zeloso que pretende substituir um conjunto de absolutos por outro, mudando simplesmente o conteúdo, essa perspectiva não representa com precisão as visões progressistas de como o compromisso com a diversidade cultural pode transformar construtivamente a academia. Em todas as revoluções culturais há períodos de caos e confusão em que graves enganos são cometidos. Se tivermos medo de nos enganar, de errar, se estivermos a nos avaliar constantemente, nunca transformaremos a academia num lugar culturalmente diverso, onde tanto os acadêmicos quanto aquilo que eles estudam abarquem todas as dimensões dessa diferença. (hooks, 2017, p. 49)

Diante das dificuldades históricas e dos obstáculos ideológicos que reafirmam a desigualdade de gênero em processos educativos, Subirats (1997) aborda um conjunto de intervenções que, uma vez implementado, pode colaborar para a transformação dessa conjuntura. Enfatiza-se que autora considera que as intervenções sugeridas presumem, antes de tudo, a oferta da educação pública e a prevalência de ambientes democráticos, fatos que condizem em considerá-la como um direito humano e fundamental que estabelece princípios de equidade social. Desse modo, na percepção da autora, é possível

alistar componentes e suas respectivas linhas de ação destinados à igualdade de gênero na educação:

a) legislação: busca por mudanças e garantias legislativas necessárias para eliminar obstáculos de caráter normativo que possam impedir o acesso das mulheres à educação em igualdade de condições quanto aos homens;

b) acesso do/a aluno/a: criação de mecanismos para inserção e permanência das meninas e mulheres no sistema educacional, até que a paridade seja alcançada em todos os níveis e tipos de ensino;

c) estrutura das instituições educacionais: ruptura com a estrutura segregada ou unitária dos centros educacionais, bem como distribuição dos espaços que lhes envolvem;

d) estrutura curricular: identificação de prescrições existentes em relação aos currículos, em todos os níveis de ensino, bem como ao conjunto de saberes e valores que lhe compõem;

e) livros didáticos: verificação da presença ou ausência de conteúdos que insiram mulheres e à condução das abordagens relacionadas à reprodução da esfera privada nos livros didáticos;

f) currículo oculto: detecção de práticas habituais no sistema educacional que não são explicitamente enunciadas, mas que abrangem aspectos culturais ao reproduzirem hábitos de ensino, tanto em termos de atendimento ao alunado, quanto de observações, avaliações, realizadas pelos/as professores/as;

g) linguagem: desconstrução do caráter sexista da linguagem adotada e reproduzida no sistema educacional seja de modo subjetivo ao explorar conteúdos ou de modo prático, que envolve condutas nos processos de ensino-aprendizagem;

e) atividades esportivas: reformulação das atividades esportivas e recreativas, escolares ou extracurriculares, realizadas na abrangência do sistema educacional e que tendem a reproduzir segregação conforme o gênero;

f) formação e capacitação profissional: reconfiguração e atualização dos métodos adotados para ofertar a formação e capacitação profissional; e

g) paridade no corpo docente: busca pelo equilíbrio na composição do corpo docente, conforme o gênero, tanto em termos de presenças ou ausências, quanto ao número de cargos ocupados e tarefas desempenhadas.

Longe da alternativa cômoda de demonstrar um manual didático de ações e metas que auxiliem na implementação da igualdade de gênero na educação, as alternativas alistadas revelam perspectivas de avaliação de políticas públicas educacionais, como também direcionam para uma mudança de comportamento institucional, político, coletivo e individual. No entanto, desconsidera as diferenças históricas que são reproduzidas nos próprios sistemas educacionais, diante do marcador social da raça, que evidencia níveis de desigualdades entre as próprias mulheres. Ademais, também foram omitidas ações concretas, como canais de denúncias e grupos de acolhimento com segurança e confidencialidade no interior das próprias instituições educacionais, destinados àquelas meninas e mulheres vítimas de violência. Por fim, quanto ao item “paridade no corpo docente”, é necessário agregar o fator de equivalência salariais entre homens e mulheres com a mesma qualificação (titulação acadêmica) e experiência, de equidade de gênero segundo as áreas de conhecimento, assim como a oferta gratuita de creches e pré-escola para as/os filhos dos/as docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas educativos, ao longo da história, constituíram mecanismos e procedimentos que demonstraram o protagonismo do homem por meio da inferiorização do desempenho das mulheres. Como a educação e suas respectivas instituições são componentes da esfera sociocultural, inevitavelmente, ocorre a tendência em reproduzir as matrizes ideológicas patriarcais e androcêntricas que, por conseguinte, reforçam papéis masculinos vinculados aos traços instrumentais e operacionais, orientados para a realização de atividades práticas, enquanto os papéis femininos estão associados às expressões do cuidado com o outro, com natureza solidária ou maternal.

Mesmo diante de expressivas reivindicações e das transformações perceptíveis na sociedade contemporânea tendo em vista minimizar a desigualdade de gênero, ainda

persistem comportamentos e ações que substanciam e até mesmo intensificam as diferenças entre homens e mulheres no contexto dos sistemas educacionais ao redor do mundo.

Os caminhos para a desconstrução da hegemonia masculina em dimensões educacionais são longos e árduos. Não há alternativa única, já que os contextos sociopolíticos e culturais são diversificados e marcados pela preservação das tradições repletas de determinismos que, em grande parte das vezes, vinculam-se à ideia de que a dominação masculina é universal e natural. Acrescenta-se, ainda às referidas tradições, ao paradigma de supremacia do homem branco, europeizado e provedor da família. Mesmo que longos e árduos, os caminhos exigem a persistência para buscar alternativas multifatoriais fundamentadas pela diversidade e pelo exercício da democracia. É compromisso e responsabilidade de todos os segmentos e instâncias da sociedade e, especialmente, dos/as próprios/as educadores/as e assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, 2013, p. 71-78. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/816>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

hooks; b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SUBIRATS, M. La educación de las mujeres: de la marginalidad a la coeducación: propuestas para una metodología de cambio educativo. In: **Séptima Conferencia Regional sobre la Integración de la Mujer en el Desarrollo Económico y Social de América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 1997, p. 01-33. Disponível em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/16795/S9700636_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 23 set. 2022.

TOMASSINI, C.; ZURBRIGG, J. **Evaluación de las desigualdades de género en la comunidad científica de neurociencia de América Latina.** [Séries - Estudios y perspectivas - Oficina de la CEPAL em Montevideo.](#) CEPAL, 2020, p. 01-59. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/52947> Acesso em: 33 fev.2023.

SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E A PARTICULARIDADE DA MULHER NEGRA NO BRASIL: ELEMENTOS PARA PAUTAR A REPRESENTATIVIDADE

FEMALE UNDERREPRESENTATION IN POLITICS AND THE PARTICULARITY OF BLACK WOMEN IN BRAZIL: ELEMENTS TO GUIDE REPRESENTATIVENESS

Bárbara T. Sepúlveda¹

Resumo: O artigo em questão trata do acesso das mulheres negras à política institucional no Brasil. Questionam-se os limites de uma representação político-partidária que não garante sua participação, o que entendemos acarretar prejuízos para nossa democracia. A ausência de mulheres negras nesse espaço acaba por demonstrar o quão longe estamos de uma política de fato socializada, bem como da correspondente tematização das condições de vida dos grupos que compõe a sociedade brasileira. Tendo em vista esse contexto, defendemos a relevância daquilo que chamamos Política da Representatividade, de uma representação que considere tanto a necessidade de mulheres negras fazerem-se presentes na política institucional, quanto sua contribuição marginal, uma vez que o ocupe. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de artigos, livros e sites da internet. No intuito de demonstrar a sub-representação que acomete esse grupo em particular, utilizamos ainda de dados secundários, através dos quais resta evidenciado a permanência de uma lógica fundamentalmente racista e sexista na composição representativa da democracia brasileira.

Palavras Chave: Política Institucional. Mulher Negra. Representatividade.

Abstract: The article in question deals with black women's access to institutional politics in Brazil. The limits of party-political representation that does not guarantee participation are questioned, which we believe could cause harm to our democracy. The absence of black women in this space ends up demonstrating how far we are from a truly socialized policy, as well as the corresponding thematization of the living conditions of the groups that make up Brazilian society. In view of this context, we defend the relevance of what we call Representation Policy, of a representation that considers both the need for black women to be present in institutional politics, and their marginal contribution, once they occupy it. This is a bibliographical research, carried out using articles, books and websites. In order to demonstrate the underrepresentation that affects this particular group, we also use secondary data, through which the permanence of a fundamentally racist and sexist logic in the representative composition of Brazilian democracy remains evident.

Keywords: Institutional Policy. Black woman. Representativeness

INTRODUÇÃO

¹ Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros/MG.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5345-9021>

A mulher negra brasileira tem sido historicamente representada a partir das figuras da doméstica, mãe preta ou mulata (Gonzalez, 2020), apresentando uma maior dificuldade em ocupar os espaços públicos a partir de outro lugar, como é o caso da política institucional, evidenciando as particularidades de uma experiência racializada do gênero. Por outro lado, a luta que encampam em prol de sua humanização e emancipação, que remonta a colonização e escravidão, as têm qualificado, de forma a deslocar a norma, que celebra a política institucional como lugar do homem branco. Seguem, contudo, sub-representadas nesse espaço, conforme pretendemos demonstrar.

Entende-se que o acesso das mulheres negras à política institucional acaba por responder à necessidade genuína de formulação de políticas públicas inclusivas, pela quebra do monopólio político decisório, que não alcança os descendentes mais diretos de um sistema colonial reprodutor de desigualdades, que na periferia capitalista assume ares de barbárie. Ao acessarem o Estado, enquanto “forasteiras” (Collins, 2016), mulheres negras eleitas sustentam uma imagem e elaboram uma intervenção que confrontam imaginários e modelos políticos estabelecidos; tematizam a realidade de uma parcela da população frequentemente ignorada, dando voz às suas demandas, inserindo-as na agenda governamental. Essa política, a qual chamamos Política da Representatividade, alcançaria no Brasil relevância substantiva, tendo em vista nossa formação sócio-histórica e as interseções moduladas pelo capitalismo, patriarcado e racismo.

O artigo em questão visa discutir, a partir de uma abordagem bibliográfica, o problema da sub-representação das mulheres negras na política brasileira, a fim de identificar a particularidade de sua condição, possíveis implicações para nossa democracia, demarcando ainda a potência responsiva de uma representação que considere sua contribuição marginal, sem deixar de nos atentar aos aspectos contraditórios que permeiam a lógica de uma representação que se pauta na identidade.

DESENVOLVIMENTO

Em *Mulheres, Cultura e Política*, Daves (2017, p.53) lembra que: “A política não se situa no polo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência,

insinuando-se nos espaços mais íntimos”. Leva-nos com sua advertência a entender que, enquanto mulheres, não devemos ou podemos nos abster, quando na luta cotidiana temos que lidar com a falta de trabalho, de creches públicas, violência obstétrica, doméstica, dentre outros, problemas que são redimensionados quando intersectados pelo pertencimento étnico e racial. Disso depreende-se: a política precisa nos preencher, treinar nosso olhar para que as questões que nos atravessam sejam tematizadas a contento. Uma política feminista e antirracista.

Mas as mulheres têm sido aliadas da política, o que significa dizer que a política tem uma conformação de gênero. Diante de uma ciência política pouco interessada em dar a questão o tratamento merecido, foi, sobretudo, pela ação das próprias mulheres, a partir dos movimentos feministas e de sua produção teórica e intelectual, que esse cenário começou a mudar, ainda que lentamente (Biroli, 2020).

Um primeiro ponto tratado por elas envolve o esforço de compreensão das razões pelas quais as mulheres foram aliadas da atividade política. O caminho percorrido alcança a divisão sexual do trabalho, a divisão entre o público e o privado, que impactará a própria configuração do Estado, o tal contrato sexual², de que trata Poteman (2023). Quer dizer, mulheres (aqui, aquele grupo abstrato que, na verdade compreende apenas parte de um universo bastante diverso³) deveriam assumir o cuidado com a família e a casa, enquanto os homens iriam para rua, ocupar-se das questões importantes da sociedade, incluindo a política.

O interessante é perceber, fora uma divisão pura e simples, a ordem de hierarquia posta, pois erguem-se também critérios de valoração que fazem com que as atividades, comportamentos, características tidas como masculinas tenham maior importância diante das femininas (Miguel, 2014), e é disso que se trata a desigualdade de gênero; numa política que é generificada, significará, antes mesmo de uma barreira formal, dada por uma não compreensão do sujeito feminino como indivíduo/ cidadão, uma barreira subjetiva, já que

² O contrato sexual seria o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres, de um período pré-moderno, em direito patriarcal civil, agora na forma da lei (quem vota; quem pode ser proprietário; quem responde por si). As mulheres não participam do contrato original, elas são objeto dele (PATEMAN, 2023).

³ Para saber mais ver estudos sobre Interseccionalidade.

aquele é o espaço da autoridade, de quem fala grosso, e defende questões pretensamente universais, amplamente valorados.

Sacchet (2012) problematiza essa tal universalidade que o sujeito masculino assume na política, quer dizer, aquilo que defendem, em nome do que legislam, acarretaria benefícios para toda a população sem distinção de classe, sexo, raça ou qualquer outra característica individual. A igualdade liberal formal e abstrata é a base de onde partem, contudo, conforme afirma a autora, igualdade formal não implica automaticamente em igualdade de fato. Se há desequilíbrio de poder entre os cidadãos; se há demandas advindas de grupos sociais específicos negligenciadas, os direitos considerados universais podem se tornar meramente expressão do privilégio de alguns sobre os demais.

Tomemos a política de reserva de vagas para negros nas Universidades como exemplo. Embora o vestibular oferecesse vagas a partir de critérios indistintos, impessoais, objetivos e, portanto, universais, as Universidades brasileiras eram como redutos brancos, com negros perfazendo pouco mais de 2%⁴ do total dos seus estudantes, que por questões histórico-estruturais não a acessavam. O direito universal à educação superior convergia-se numa panaceia.

Não se trata de negar aquilo que compartilhamos enquanto cidadãos vivendo em sociedade. Há, sem dúvida, questões de interesse geral ou universais. Mas as feministas foram hábeis em demonstrar a injustiça da situação feminina na política, como os movimentos negros em problematizar a situação dos negros no acesso às Universidades brasileiras; ambos desnaturalizando uma condição de desvantagem, frente a um grupo hegemônico, dotado de poder material e simbólico.

Mas se o cuidado, enquanto lugar “natural” da mulher é a chave para entender sua ausência na política institucional, tendo em vista uma socialização e depois uma sobrecarga que mina sua capacidade e imaginação política, ele também ocupa- não podemos esquecer- lugar estratégico nas trajetórias masculinas, servindo como um tipo de suporte feminino, muitas vezes invisível (Biroli, 2020). Gênero é sempre relacional, assim como raça

⁴ Disponível em > <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>> acesso em dezembro de 2023.

também. Mulheres e homens, brancos e negros, constituem dinâmicas em que o privilégio de uns implica em prejuízo para outros.

Apenas na segunda metade do século XX, quando a maior parte dos países do mundo já convivia com o sufrágio feminino é que a sub-representação feminina na política passou a pauta relevante. Naquela ocasião, mulheres não só podiam votar, mas também serem votadas, o que não se traduziu em uma repartição mais equânime nas cadeiras dos parlamentos. Começou-se a pensar formas de se reparar tal desigualdade.

Os projetos sugeridos para alterar o quadro de concentração de poder político partem de diferentes interpretações teóricas, mas comum a várias delas é a percepção de que o modelo de democracia parlamentar, conforme articulado presentemente, é deficitário no que concerne à inclusão de ideias, interesses e perspectivas de setores sociais mais amplos. Dois projetos ganham destaque neste debate: um deles visa ao aprofundamento da democracia, através de modelos participativos implementados em nível da sociedade civil; o outro advoga uma maior participação de grupos sociais em processos de tomada de decisão das instituições políticas, por meio de políticas de ações afirmativas (Sacchet, 2012, p. 400).

Entre as opções vinculadas ao primeiro tipo de projeto podemos citar orçamentos participativos, conselhos de direito e política, conferências. No segundo tipo encontramos as cotas.

“As cotas sinalizam que, ainda que o processo de escolha de representantes possa ser formalmente correto, seu resultado é injusto se grupos sociais importantes não encontram presença adequada” (Miguel, 2014, p.98), ideia que se sustenta basicamente na fórmula da representação Descritiva, que postula um tipo de identificação entre representantes e representados que se dá por compartilharem traços de sua identidade (falaremos dela mais adiante). Mulheres correspondem à cerca de metade da população dos países do mundo, quando não, maioria. Não há justificativa para sua ausência nas instâncias de poder, entre os que constroem uma agenda pública, sob a pena de não sermos ouvidas.

A primeira Lei de cotas para as mulheres na política no continente americano foi na Argentina, em 1991. A partir de então vê-se iniciar um ciclo de adoção desse tipo de política, que alcançaria seu auge após a Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim, em

1995, quando 57% dos países do mundo as incluíram em seus ordenamentos jurídicos, incluindo três países latino-americanos: Cuba, Bolívia e México (Biroli, 2020). O Brasil instituiu sua lei de cotas para as mulheres na política (30% das candidaturas) um pouco depois, em 1997, apresentando mesmo muita dificuldade em preenchê-la, fazendo com que, juntamente com o Paraguai, ocupe a pior posição das Américas nesse quesito (Sacchet, 2020). Segundo dados da Agência Senado⁵, para a legislatura que começou em 2023, apenas 12, 3% das cadeiras do senado foram ocupadas por mulheres; na câmara dos deputados, elas não chegam 18% do total; entre vereadores representam 16% dos eleitos no País.

Os dados apresentados indicam que, em detrimento dos avanços alcançados, a diferença segue gritante, sendo que por hora, ainda não cruzamos o fator raça. Há duas ordens de fatores que explicam essa sub-representação feminina geral: o formal ou institucional e os de ordem informal, esse último relacionado àquela socialização para o cuidado, que vínhamos tratando até aqui, que faz com que mulheres tenham menor propensão para as atividades “da rua”. Aqui também estão barreiras para que conquiste o voto de outras mulheres, sujeitas ao padrão de gênero, colocado nesse espaço. A esse respeito, Miguel (2014) faz uma observação interessante: a busca por igualdade se dá pela tentativa de inserção numa universalidade, a política, que não é neutra. Pelo contrário, está preenchida pelas características do masculino, que influi nas normas, nas práticas, nos símbolos, no próprio olhar dos eleitores.

Dentre os fatores institucionais podemos listar o tipo de sistema eleitoral, baixo número de candidaturas, financiamento desigual das campanhas. Mas parece estar nos partidos políticos as principais barreiras a uma maior ocupação da política pelas mulheres, ao menos no que diz respeito ao Brasil, uma vez que reúnem todas essas variáveis. Mesmo um maior número de candidaturas femininas, dada pela imposição das cotas⁶, pode não refletir uma verdadeira intenção de elegê-las (Sacchet, 2020).

⁵ Disponível em > <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/03/apesar-de-maior-presenca-na-disputa-ao-senado-bancada-feminina-reduz-tamanho>< acesso em dezembro de 2023.

⁶ Sobretudo a partir da minirreforma eleitoral de 2009, que instituiu penalidades para aqueles que a descumprisse (SACCHET, 2020).

As barreiras mencionadas articulam-se outras, quando pensamos a mulher negra, sendo que os estudos feministas não consideravam até pouco tempo a questão racial. A um feminismo centrado na figura da mulher branca escapava que “no sistema Patriarcal, em que o privilégio da pele branca é um dos principais pilares, as arapucas usadas para neutralizar as mulheres negras e as brancas não são as mesmas” (Lorde, 2021, p. 146). Agora é o contrato racial⁷, de Mills (2023), o que nos ajuda a entender essa diferenciação, reservando o espaço da política institucional, ainda que com as limitações imposta pelo gênero, às suas cidadãs de primeira classe.

É preciso, sobretudo no tocante aos fatores informais, que levam a sub-representação feminina na política, alterar significativamente a ordem de estereótipos ao falarmos de mulheres negras. Ainda que o cuidado também possa ser uma realidade para elas, esse quase sempre é projetado para fora do lar. Nesse sentido, nem é socializada e nem vista como dona de casa, mãe de família, mas como empregada, babá, lavadeira, diarista. As mulheres liberadas no processo de industrialização, incorporadas ao sistema produtivo, muitas vezes sob a grita do direito ao trabalho, direito à participação política, deixavam suas casas e filhos sob a responsabilidade de uma mulher negra (a quem não coube lutar pelo direito de trabalhar, já trabalhava⁸), contribuindo com a ideia de um lugar social subalterno em relação à mulher branca. Para Pereira (2011) esse trabalho assume características próximas daquele realizado na estrutura anterior, escravista. Completa:

a demarcação do trabalho doméstico como sendo coisa de negra, agiu incisivamente no fortalecimento dos valores paternalistas e patriarcais, onde as relações se estabeleciam com forte apelo afetivo acrescido de uma falsa idéia de pertencimento, que perpetuavam práticas de subordinação e dependência estratificadas como naturais, inerentes a mulher negra (Pereira, 2011, p. 5).

⁷ Conjunto de acordos formais ou informais entre os membros brancos (extensivo às mulheres desse grupo racial) a fim de categorizar a população não branca como inferior, subpessoas, de modo que se justifique ocupar “posição civil subordinada em regimes políticos brancos ou governados por brancos, que os brancos já habitam ou estabelecem, ou em transações com esses regimes na condição de estrangeiros [...]”. (Mills, 2023, p. 43)

⁸ Há uma série brasileira produzida pela Netflix que aborda essa realidade de maneira bastante sensível: *Coisa mais Linda* (2019).

Como vestígio da mucama, que também se entendia dever servir seu senhor na cama, a mulher negra subalternizada ainda encarnará a mulata sensual (Gonzalez, 2020). Tais formas de ver dificultam a ocupação de outros lugares, diferem demais do sujeito que tradicionalmente ocupa a política: o homem branco⁹.

A intersecção de classe funciona como uma nova barreira, objetiva nesse caso. Elas, as mulheres negras, chefiam sozinhas 41,1% das famílias do país e, da totalidade das casas chefiadas por elas, 63% se encontram abaixo da linha de pobreza (Costa, 2021). Parafraseando aquela máxima recuperada por Daves (2017) no contexto norte-americano... mulheres querem pão, não se meter com política. Uma política das mulheres que não compreenda a importância da ampliação dos direitos sociais, da generalização da cidadania no Brasil, não inclui de fato as mulheres negras, e acaba por não as atrair também. Da mesma forma, é preciso contestar os estereótipos racistas e sexistas que recaem sobre elas.

O problema dos partidos também é redimensionado quando raça, gênero e classe se interseccionam, pelo menos essa é a conclusão a que chega (Costa, 2021), ao denunciar que são as campanhas realizadas por mulheres negras as que recebem menor volume de investimentos por parte dos partidos, fazendo com que elas tenham maiores dificuldades para converterem suas campanhas em votos efetivos, chegando a ser eleitas. A autora ainda lembra a ausência de um recorte racial na lei que define um mínimo de 30% de candidaturas para mulheres, o que em última análise, em virtude de vantagens estruturais e simbólicas, acabam beneficiando as mulheres brancas. Assim chegamos aos números de nossas representantes negras, atualmente 6,3% entre os vereadores, pouco mais de 2% na Câmara dos Deputados e 1% no Senado.

⁹ Lembro-me de uma senhora, por ocasião de uma eleição à prefeitura de Montes Claros/MG, cidade em que vivo, que ao ser questionada acerca das razões pelas quais ela não votaria na candidata negra para o cargo, a mais preparada e que melhor se saía nos debates, disse que a candidata não tinha “cara” de prefeita. No Mano a Mano, Leci Brandão, mulher negra, deputada estadual por São Paulo, relatou uma situação na qual um jornalista, ao questionar sobre seu trabalho na Câmara, perguntou a ela se fazia ali um samba (referência a sua vida artística), onde estariam os malandros e mulatas da Câmara. Não lhe ocorreu perguntar sobre seus projetos. Para a deputada, se estivesse lhe servindo um cafezinho esse “estranhamento” não lhe ocorreria. Ele simplesmente não conseguia assimilar outro lugar para ela.

Há, entretanto, conquistas a se comemorar, essas que se voltam para a redução das barreiras apresentadas, o que, juntamente com outras iniciativas, são vindas a partir da sociedade civil, podem no médio prazo equilibrar o jogo político. Entre elas a Emenda Constitucional (EC) 111/2021, que determina a contagem em dobro dos votos dados a mulheres e pessoas negras no cálculo que define a distribuição dos recursos dos fundos partidário e eleitoral; ou a Lei 13.488, de 2017, que prevê campanhas institucionais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para incentivar a participação de mulheres, jovens e da comunidade negra na política.

Ampliar a democracia sob a ordem vigente implica em entender limites e possibilidades da representação político-partidária, inclusive contextos e conjunturas específicas. Embora tenhamos ciência das várias possibilidades, entre formatos e fórmulas, pelas quais uma relação representante e representada pode se apresentar na contemporaneidade (a realidade é sempre mais complexa e dinâmica que a teoria), destacamos a conceituação clássica proposta por Pitkin (1967; 2006): a Formalista; a Descritiva; a Simbólica e a Substantiva.

A representação Formalista vincular-se-ia a uma ideia tradicional de representação, que a autora recupera de Hobbes. É aquela que concebe ao eleito/a uma espécie de autorização prévia, institucionalizada em normas e rotinas, pelos atos praticados no mandato. Se tem o meu voto, age em meu nome. Embora aconteça desse representante agir movido pelo que esperam os representados, uma representação de base formal assegura que essa não deve ser uma expectativa absoluta, nem mesmo pode ser invocada para que o critiquem ou resistam a ele. “Na verdade, na definição explícita, não existe algo como um (não) representar como se deveria” (Pitkin, 2006, p. 29). Ainda que uma consulta sistemática ao eleitorado possa parecer penosa ou mesmo pouco produtiva (nem sempre estarão munidos dos conhecimentos necessários), a falha aqui é óbvia. Implica numa distância que favorece o despotismo, a ausência de compromisso para com aqueles que representam.

Por outro lado, a representação Descritiva seria aquela que se realiza via identificação, pela semelhança com que é representado. Aqui a melhor analogia é o espelho. Espera-se que o/a eleito/a compartilhe características físicas e experiências com

seu eleitorado, o que garantiria uma melhor compreensão quanto às suas necessidades e demandas, e acabaria por se refletir nas ações ao longo do mandato. Conforme demonstra Sacchet (2012), o problema desse tipo de representação é o risco de se cair em certo essencialismo, pela noção de que membros de grupos sociais discriminados seriam os melhores defensores dos interesses do seu grupo, ignorando sua composição plural, o que soa contraditório, uma vez que têm vivências, valores e interesses diversos.

A representação Simbólica efetua-se, por sua vez, pelo uso de símbolos que aproximam as partes envolvidas, de que são exemplos: pátria, religião, trabalho, família, sendo propensa a articulação de regimes de caráter fascista. O representante, um líder, um pai. Pitkin (1967) chega à conclusão de que isso nem mesmo pode ser considerado representação, já que se afasta de uma vontade popular, para logo se converter num culto personalista. Longe de se restringir ao passado, é frequentemente recuperada, sobretudo em momentos de crise.

A última delas, a representação Substantiva, implica um movimento qualitativo de superação das demais. Fórmulas institucionais meramente formais, “essencialismos”, cedem lugar para uma compreensão total da representação, em que a qualidade do que é feito, assim como quem de verdade o representante é, garantem a expressão mais bem-acabada de uma relação ativa e recíproca entre representantes e representados. Nessa modalidade o representante trabalha de forma responsiva, tendo sua ação guiada pelos interesses dos representados, que participam ativamente do mandato, estando de alguma forma, presentes (Pitkin, 1967). Loureiro (2009), ao retomar justamente a representação de tipo Substantiva, lembra como a autora acaba por desacreditá-la, como algo não realizável na política do nosso tempo, algo mais próximo de um ideal. Embora sua composição total soe como algo realmente distante, a representação, tal qual a entendemos, pode apresentar traços substantivos, privilegiar mais ou menos a participação, buscar responder efetivamente aos representados.

Destaquemos a representação Descritiva, cujo traço negativo mais imediato seria o reforço à noção de identidade, sem que necessariamente avalie-se responsividade e efetividade dos mandatos (basta ser). Sustenta-se, sobretudo, na ideia de que a identidade do legislador interfere no conteúdo do que é legislado. Óbvio que a relação não é tão direta

e/ou restrita. Um homem pode legislar a favor dos interesses das mulheres; uma pessoa branca, trabalhar em nome do desmantelamento da opressão racista, somente a título de exemplo, e desde que nos atentemos às dificuldades inerentes à ausência de uma vivência das questões que subjazem essas experiências. Por outro lado, não é porque determinada pessoa negra, ou mulher, ocupa um cargo de poder, que necessariamente defenderá os interesses mais gerais daquele grupo (lembremos o caso explorado por Daves (2017), a primeira mulher na suprema corte americana, Sandra Day O'Connor, que fez oposição ferrenha ao direito das mulheres ao aborto e em outras questões de seu interesse, colocando-se do lado mais conservador. No Brasil, parlamentares negros, de direita, como Fernando Holiday tem atacado abertamente as cotas).

Contudo, em contextos marcados por desigualdades, como as de ordem racial, de gênero, dentre outras, a eleição de sujeitos vindos desses grupos é condição para a construção de uma sociedade que tenha como norte valores democráticos, com a devida socialização dos espaços de decisão política e de poder. Não há justificativa para que não estejam ali, para que não falem por si próprios, caso em que o contrato original, de liberal e formal, é questionado: Se somos todos iguais, porque pessoas como eu não são deputadas, senadoras, ministras da suprema corte? Sendo assim, a Representatividade também precisa ser considerada, pois ela aproxima os representantes e os representados, reconfigura o tal regime virtual branco (o qual acrescentamos masculino), dado substantivo, estimula uma identificação que, longe de se limitar a identidade (ainda que não neguemos sua importância), alimenta expectativas quanto às ações realizadas e um maior envolvimento entre as partes, o que não significa dizer que os representantes desses grupos não são diversos. O potencial da representação Descritiva não pode ser menosprezado, o que frequentemente se faz sob a acusação simplista do identitarismo.

Ademais, uma sociedade pluralista, como é a sociedade brasileira, implica uma multiplicidade de interesses, que demandam reconhecimento. Não parece possível que o alcancemos a partir de uns poucos, vindos sempre dos mesmos lugares. “Uma forma de assegurar que diferentes opiniões e perspectivas sejam ouvidas e de limitar excessos de poder é garantir espaço para que membros de grupos sociais distintos participem em processos político-decisórios” (Sacchet, 2012, p. 418).

Particularmente quanto a nossa problemática racial, seu reconhecimento se sustenta pelo questionamento quanto a uma hipotética democracia racial brasileira, levantam-se dados sobre a realidade da população negra brasileira, afirma-se a imbricação das desigualdades sociais e raciais; intelectuais, escritores, artistas, usam sua voz para reforçar a tematização do racismo, a relação que estabelece com o gênero e a classe. Assim, a pauta antirracista passa a ocupar espaço na agenda política, criando consensos, forçando a abertura do Estado brasileiro às demandas daquela população, assim como uma preocupação crescente quanto à sua presença nos espaços de poder. A Representatividade passa a compor as lutas em torno de uma maior democratização da sociedade e do próprio Estado brasileiro.

Uma Política da Representatividade, sob as bases de uma representação Descritiva, afirma-se na expectativa de que o/a representante detenha um olhar singular sobre a realidade vivenciada por seus eleitores e eleitoras, porque de alguma forma esta também é a sua. Conhece, portanto, os desafios, limites e violências associadas àquela experiência particular. Ao falarmos especificamente da mulher negra, esse olhar singular ao mesmo tempo em que a aproxima de seus eleitores e eleitoras, que se reconhecem nela, torna-a uma espécie de forasteira numa política ainda dominada por homens brancos, algo próximo do constatado por Collins (2016) entre as mulheres negras intelectuais nas Universidades estadunidenses. Da mesma forma que esse status de *outsider* teria proporcionado a essas um ponto de vista especial, quanto a si mesmas, à família e à sociedade, mulheres negras brasileiras envolvidas com a política institucional, cientes do seu lugar marginal, também podem explorar essa condição, contribuindo para a construção de leis e políticas públicas mais atentas à realidade dos grupos de onde partem.

Ali, seu papel, além de legislar, espera-se que com conhecimento de causa sobre as questões que intersectam a realidade de outras mulheres negras, é ainda propiciar o desmantelamento das "narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade", servindo de exemplo para outras como ela; para que mais mulheres negras se vejam potencialmente nesse lugar (Almeida, 2019, p. 68), contribuindo para superação de uma sub-representação estrutural e histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentamos no corpo desse trabalho, a ideia de que membros de grupos discriminados possam representar melhor os interesses de seu conjunto, pode, sem dúvida, ser contestada. Não se trata de entender a representação Descritiva como algo infalível. Contudo, parece-nos plausível aceitar que há algo de errado quando os principais espaços de tomada de decisão, que interferem na vida de milhões, compõem uma fotografia em que não aparecemos (vide o exemplo do Supremo Tribunal Federal).

O essencialismo, pretensos prejuízos relacionados ao foco na identidade, parecem riscos menores quando pautamos a importância da Representatividade, as implicações em termos de responsividade dos mandatos políticos que, sob essa característica, se ligam à população negra e periférica, ainda, as mudanças de ordem cultural e educativa, a força de mobilizar outras mulheres negras.

As discussões em torno da sub-representação feminina geral na política encontram-se mais consolidadas, tendo conquistado cotas para garantir a participação de mulheres nas eleições do país (embora não estejam livres de problemas). Mas o instrumento das cotas é falho quando se intersecciona a raça, com as mulheres negras e brancas partindo de lugares diferentes, experimentando, da mesma forma, barreiras diferenciadas. Apontarmos o problema nos leva a pensarmos soluções, e mais, garante que alinhemos expectativas no que se refere a democratização da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla [et al.] (Orgs.). **Mulheres, Poder e Ciência Política**: debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.
- COSTA, Andréa Lopes. **Sobre ancestralidade, memórias e resistência**: Antonieta de Barros, a primeira mulher negra eleita no Brasil. Prefácio. A radical imaginação..Franco (orgs).
- COLLINS, Patrícia Hill. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, 2016.

DAVES, Ângela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Orgs: Flavia Rios, Márcia Lima. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

LOUREIRO, Maria Rita. **Interpretações contemporâneas da representação**. In. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, janeiro-junho, p. 63-93, 2009.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILLS, Charles W. **O Contrato Racial**. Edição Comemorativa de 25 anos. Tradução: Teófilo Reis, Breno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

PEREIRA, Bergman de Paula. **De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição**. In. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História: São Paulo, 2011.

PITKIN, Hanna F. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

SACCHET, Tereza. **Representação política, Representação de Grupos e Política de Cotas: perspectivas e contendas feministas**. In. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.

_____. **A Culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais**. In. **Mulheres, Poder e Ciência Política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

SITES

Representação feminina no parlamento brasileiro. Agência Senado. 2022. Disponível em > <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/03/apesar-de-maior-presenca-na-disputa-ao-senado-bancada-feminina-reduz-tamanho>< acesso em dezembro de 2023.

Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista. Por Debora Brito. 2018. Disponível em > <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>> acesso em dezembro de 2023.

PROFESSORAS NEGRAS NO MUNDO ACADÊMICO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Angela Ernestina Cardoso de Brito¹

Resumo: O presente trabalho busca problematizar a representação das professoras negras dos cursos da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – FFCH, de Serviço Social/ UFBA, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa. Considerando a baixa representativa desse grupo populacional nas universidades, compreende-se que a necessidade de evidenciar essas discussões. A universidade nunca aceitou falar da sua branquitude, é necessário a produção de espaços acadêmicos inclusivos e democráticos que possam construir para uma sociedade antirracista e também pautada em igualdade de gênero e raça. Metodologicamente a pesquisa realizou de cinco entrevistas com as professoras negras das universidades mencionadas. As entrevistas foram orientadas por quesitos, orientando a pesquisadora. A análise guiou-se com base nas interrogações formuladas e pela perspectiva da pesquisadora e entrevistadas. Por fim, neste estudo, considerou que, as universidades são permeadas pela brancura entre seus pares, as professoras negras são isoladas em suas pesquisas e grupos de trabalho, raramente exercem cargos de chefia e por vezes desmerecidas entre seus pares e discentes.

Palavras-chave: Representação Social; Professoras Negras; Racismo

Abstract: The present work seeks to problematize the representation of black female professors in the courses of the Faculty of Philosophy and Social Sciences – FFCH, of Social Work / UFBA, of the Center for Social Studies of the University of Coimbra and of the University of Lisbon. Considering the low representation of this population group in universities, it is understandable that there is a need to highlight these discussions, The university has never accepted to talk about its whiteness, it is necessary to produce inclusive and democratic academic spaces that can build for an anti-racist society and also based on gender and race equality. Methodologically, the research carried out five interviews with black professors from the aforementioned universities.. The interviews were guided by questions, guiding the researcher. The analysis was guided by the questions formulated and by the perspective of the researcher and interviewees. Finally, in this study, she considered that universities are permeated by whiteness among their peers, black professors are isolated in their research and work groups, rarely hold leadership positions and sometimes undeserved among their peers and students.

Keywords: Representation; Black Female Teachers; Racism

¹ Assistente Social/UNESP. Doutora em Política Social/UFF. Mestrado em Educação/UFScar. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Coordenadora do Programa de Mestrado em Serviço Social/UFBA. [0000-0001-5286-9961](https://orcid.org/0000-0001-5286-9961). Angela.ernestina@ufba.br
(Exemplo: ¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Assistente Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do grupo de estudos XXXX. ORCID: 0000-0000-0223-288X. E-mail: nome.nome@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do resultado do estágio pós doutoral realizado no Centro de estudos Sociais da universidade de Coimbra nos anos de 2019 e 2020. Buscou analisar alguns aspectos das representações sociais das professoras negras dos cursos de Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – FFCH, do Curso de Serviço Social/ UFBA, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa.

Importante considerar que a proposta do pós-doutoramento, partiu do censo racial realizado na UFBA no ano de 2017². O estudo considerou³ que o índice de paridade racial da UFBA é de 0,26 e que o índice de paridade de gênero é de 0,96. As mulheres brancas praticamente conseguiram uma equidade em relação aos homens brancos, mas as mulheres e homens magros não atingiram esse percentual. Não há dados quantitativos referentes as Universidades de Portugal. (BRITO, 2023)

Lima; Vala (2004) em pesquisa demonstram que embora considerados problema social, o preconceito e o racismo são entendidos como um problema do outro⁴.

“Seja porque nós, enquanto atores sociais e imbuídos dos valores do igualitarismo e da justiça que compõem a nossa formação democrática, analisamos o racismo na maior parte das vezes como um problema do outro “xenófobo”. (LIMA; VALA: 2004. p.402)

Metodologicamente a pesquisa realizou de cinco entrevistas com as professoras negras das universidades supracitas. As entrevistas foram orientadas por quesitos, estes apenas orientavam a pesquisadora. A análise guiou-se com base na trajetória e no movimento de investigação, nas interrogações formuladas, pela perspectiva da pesquisadora e entrevistadas, nas codificações nos elos entre sentidos e significados, ou seja, as maneiras de compreensão dos grupos sociais, como e constroem e organizam

² A pesquisa contou com auxílio de bolsistas do Cnpq e da Pró reitoria de Ações Afirmativas - PROAE que cedeu as bolsas: permanecer, Sankofa e Projetos Especiais. Agradecimento especial a PROAE, sem a qual o estudo não teria sido possível.

³ Para saber mais sobre a pesquisa acessar: www.later.ufba.br

⁴ Os autores apontam pesquisa por amostragem realizada em 1997 nos países da comunidade europeia onde, 22% dos europeus se preocupam com o racismo. (Ben Brika, Lemaine, & Jackson, 1997 apud Lima; Vala 2004). No Brasil, pesquisa realizada por amostragem apontou quase 90% dos entrevistados se considera não racista, contraditoriamente a mesma percentagem indica que os brasileiros acreditam que existe racismo no Brasil.(Lima; Vala: 2004).

os diferentes significados desses estímulos na universidade, assim como as possibilidades de respostas que podem acompanhar esses estímulos. As entrevistadas participaram ativamente do processo, sugerindo perguntas, alterações sugestões. Após a transcrição as entrevistas foram devolvidas para professoras que fizeram leitura do material e devolveram com novas modificações e sugestões. Somente então realizou-se as análises.

A primeira parte do trabalho brevemente os conceitos de racismo, preconceito e representação social e isolamento. Em seguida analisa como aparecem de forma direta e indireta as atitudes de racismo, por meio das representações sociais, narradas pelas professoras negras nas relações intergrupais nas três instituições acadêmicas. O artigo analisa, a perspectiva das representações sociais, como mecanismo do racismo que contribui para a expressão do preconceito racial e branquitude. que participaram ativamente do processo, sugerindo modificando. A qualidade de exclusão racial extrema na docência superior deve ser considerada para refletirmos sobre formas de interpretação das relações raciais no Brasil e em Portugal.

Nos últimos anos, as organizações da sociedade civil que lutam pelos direitos de grupos minoritários têm obtido diversos avanços no que diz respeito a manifestações de comportamentos e atitudes discriminatórios. No entanto, o Serviço Social, bem recentemente vem discutindo a questão racial digamos, de forma mais aberta, exteriorizado como perspectiva crítica, teórica e política, “que viabilize a exteriorização do colonialismo/colonialidade não os desfazendo ou revertendo-os num pós-colonialismo, mas sim superando-os” (Quijano: 2005, p. 139)

Martins (2015) ressalta que tanto a subalternidade como a interdependência econômica promovem um quadro epistemológico que continuamente desqualifica as experiências e saberes das populações que foram objeto da dominação colonial.

A pesquisa vem descortinar essas representações de superioridade da branquitude que persistem nas Universidades produzindo sujeitos que historicamente se apropriam dessas construções, fortificando as representações pejorativas atribuídas aos negros e negras e por consequência carregam olhares e ações nas relações nos muros universitários. Assim o trabalho consistiu em dar voz as professoras falarem sobre a maneira como são

tratadas nas instituições, seus pontos de vista, na perspectiva das representações sociais, como um discurso justificador contribui para a expressão do preconceito racial.

DESENVOLVIMENTO

RACISMO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O racismo pode ser analisado como estratégias que os grupos dominantes encontraram para driblar as normas anti-racistas, são discursos ideológicos que justificam a sua situação dominante sem, aparentemente, violar essas normas (Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001). Podemos dizer que historicamente esses grupos, no caso da inserção de professores negros e negras nas universidades, por meio de concurso público (Brito, 2017) têm conseguido implantar processos discriminatórios em nome da defesa da justiça e da igualdade universais. A universidade ainda se constitui como um espaço não somente privilegiado, mas um espaço de branquitude, de superioridade branca com efeitos objetivos nas universidades.

O racismo cria um lugar em que a humanidade não pertence a todos, transforma em coisas os que não pertencem a seu grupo étnico, proporcionando experiências diferentes para os sujeitos (Santiago, 2019).

Os estudos apontam para a existência de dois tipos de preconceito: o clássico, caracterizado pela expressão de atitudes e comportamentos hostis em relação a um grupo alvo e o novo, em que sua expressão se apresenta de forma menos aberta e mais encoberta. A expressão encoberta do preconceito (Vala, rito & Lopes, 1998, 1999).

Nesse sentido, o racismo expressa-se através das estratégias aonde grupos dominantes encontraram para driblar as normas antirracistas. Trata-se, pois, de discursos ideológicos que justificam a sua situação dominante sem, aparentemente, violar essas normas (Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001).

PROFESSORAS NEGRAS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ISOLAMENTO ACADÊMICO

As representações sociais são as formas pelas quais o senso comum expressa seu pensamento (Jodelet, 1993, Moscovici, 1976). De acordo com Brito (2023) a representação estereotipada das mulheres negras ainda emergente no imaginário coletivo está normalmente relacionada a uma mulher subalterna, que varre o chão, lava o banheiro, serve o café, e com as quais se tem pouco ou nenhuma identificação. Permanece a imagem de um ser que fala alto, é desprovido de intelectualidade e dos princípios de uma moralidade socialmente aceita. Criam-se signos que são representados social e coletivamente. As linhas abissais validam verdades universais.

No caso das representações sociais, interessante pontuar a experiência vivenciada pela que a Professora 1, UFBA/Brasil, percebe que outras colegas brancas e brancos, assumem cargos e ministram componentes considerados importantes, seja na graduação ou pós-graduação, por exemplo, são deixados componentes optativos “específicos da área de relações raciais e étnicas”. Enfatiza que nunca ministrou outro componente “que fosse obrigatório pra mestrado e doutorado, coisa que outros colegas brancos, com muito menos tempo já fizeram e fazem” A professora descreve que não disputou esses lugares, porque não foi oferecido, e sobretudo porque nunca foi convidada. Observa que colegas brancas sequer terminaram ou acabaram de concluir estágio probatório, e assumem cargos de chefia, cargos de responsabilidade, seja na pós-graduação, seja na graduação. “Coisa que eu tenho certeza que jamais aconteceria comigo”

A narrativa revela que as professoras negras a atribuição de identidades estigmatizadas atribuídas ao longo da história, primeiro com a colonização e, depois, introduzidas subjetivamente por meio do capitalismo mundial, colonial e moderno.

Faz-se necessário relatar que quando a professora 1, UFBA/Brasil, retorna do pós-doutoramento foi convidada para assumir a coordenação do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO, um período conturbado, relata que: “...foi a primeira vez, assim, que eu fui lembrada pra ocupar um cargo desse tipo”. Acontece que o Centro ficava em outro local separado, fora do campus em que a professora lecionava, “Então, foi pra esse lugar que eu fui convidada pra assumir um cargo de direção”, um lugar que ninguém queria e ainda logo em seguida o cargo foi extinto pelo Reitor,

E uma série de coisas aconteceram enquanto eu fiquei, né, quase dois anos nessa condição, exercendo um cargo de direção, quando o cargo não mais existia, sem legitimidade, até sair também completamente. (Professora 1, UFBA/Brasil)

Nota-se que o cargo de chefia, na experiência da professora 1, UFBA/Brasil ocorre somente em um contexto em que nenhuma colega branca desejou assumir, os lugares racialmente privilegiados são sempre ocupados pelas professoras brancas.

O isolamento acadêmico⁵ é outra estratégia comum da branquitude para se manter no poder e minar pesquisas desenvolvidas pelas professoras negras. As pesquisas desenvolvidas pelas professoras negras são desvalorizadas. No âmbito da faculdade o projeto desenvolvido, pela professora 1, UFBA/Brasil, em seu departamento não é valorizado, embora tenha criado oportunidades para várias estudantes realizarem intercâmbio, para outros países, antes mesmo do Ciências sem fronteiras ter sido criado etc. (Entrevista 1, UFBA/Brasil). Pesquisas desenvolvidas pelas professoras negras não são consideradas científicas, seus currículos são desmerecidos. A inserção de professores negros e negras nas universidades se depara com branquitude e portanto com a legitimidade dos brancos de estarem no interior das universidades, então várias questões podem ser colocadas, como por exemplo o questionamento sobre as questões teóricas e epistemológicas da legitimidade de suas pesquisas.

Carvalho (2006) discute o confinamento acadêmico, afirma que

as teorias e as interpretações das relações raciais no Brasil sempre foram elas mesmas racializadas, como consequência da distância e do isolamento mútuo que tem caracterizado as relações entre os intelectuais e acadêmicos brancos e os intelectuais e acadêmicos negros. (CARVALHO, 2006, p.2)

Por sua vez, percebe-se que em Portugal professoras negras passam pelas mesmas situações, a professora 4, Universidade de Lisboa/Portugal da Universidade de Lisboa conta que “eu sinto mais dificuldade, é constituir um grupo, não precisa ser um grupo, mas uma rede, de acadêmicos negros, que pensam conjuntamente”. Para essa professora para não dizer que existe racismo surgem até convites

⁵ CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006

Convidam, as pessoas pra irem a palestras, convidam-nos para os passeios e tal, mas quando é uma oportunidade assim grande deles poderem financiar um projeto com a gente, ou poderem expor numa posição de coprodução e tal, é tudo mais difícil. Nem na minha Universidade, e nenhum lugar em Portugal, né?! Portugal não há igualdade das questões raciais, Portugal não estuda a questão racial como uma questão estrutural. (Entrevista 4, Universidade de Lisboa/Portugal)

Para professora 4, Universidade de Lisboa/Portugal, essa questão é um dilema, considerando as intelectual, não sobrevivem sozinhas e podem ser engolidas pelo sistema “então irá enlouquecer, pode até não enlouquecer, mas vai, vai ficar desenquadrada. Ninguém aguenta uma vida inteira que também desenquadrada” (Entrevista 4, Universidade de Lisboa/Portugal)

A universidade adoce, a brancura adoce. As professoras negras reconhecem a opressão a qual estão submetidas sob esse ideal acadêmico e talvez podemos comparar ao discurso de Sojourner Truth, “*Ain’t I women*”, proferido durante uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851; as professoras negras são personagens importantes na academia e devem ser reconhecidas por sua inteligência, compromisso ético e luta contra um sistema opressor.

Ademais, ao silenciar e inferiorizar as professoras negras, as universidades não demonstram qualquer interesse em discutir a temática do racismo estrutural e as diferentes formas de transformações do racismo. Abordam as relações de classe de maneira harmônica e idealizada, fato que remete ao ideal de democracia racial, com suas bases e ascensão no início do século XX. Ideologia que se baseava na mestiçagem, que considerava existência de harmonia nas relações entre as pessoas negras e brancas, sendo amplamente aceita e divulgada por décadas, inclusive nas universidades. Paradoxalmente, foi justamente desse ambiente segregado que saíram todas as teorias que negam a existência de segregação racial no Brasil.

Sobre essa situação, a professora 5, Universidade de Coimbra, ressalta a existência e negação do racismo em Portugal,

“ninguém se pergunta por que não tem investigadoras negras no Centro de Estudos sociais/UC? São mais de 100 do CES e cadê os negros? Na academia portuguesa há silenciamento sobre as questões raciais, sobre o racismo. “As duas únicas pessoas que eu conheço no CES são Inocência Mata e o Bruno Sena Martins” (Professora, 5 Universidade de Coimbra/Portugal).

A branquura estabelece relações de poder que vai além da pele, estruturando modos de vida e promovendo hierarquias sociais (GARZÓN, 2021).

A este respeito a professora 2, UFBA/Brasil, diz que sua carreira foi marcada por muita dor e sacrifício, mas que busca a espiritualidade para auxiliá-la. “Se você não fosse negra, você estava num outro lugar. Mas negro é teimoso e sempre vence, não é?! . Então, eu acho que essa é uma coisa que faz a gente seguir adiante”. (Professora 2, UFBA/Brasil).

Todos os outros grupos raciais que não são brancos são diferentes, pois diferem do “[...] grupo que tem o poder de se definir como a norma – a norma branca” (KILOMBA, 2019, p. 75). Então, essa maneira com que as professoras negras são costumeiramente tratadas, não é incomum serem confundidas com outros funcionários como técnicos de limpeza, vendedores etc. É o que relata a professora 3, ao tentar comprar um livro no campus em que trabalha, o vendedor diz que os livros daquele setor eram destinados apenas aos docentes. (Professora 3, UFBA/Brasil).

Pode-se perceber, desse modo, que a forma de representação professora 3, UFBA/Brasil, espelha a opressão étnico-racial e de classe, uma vez que contribui para perpetuar esta visão de homogeneização das professoras negras, reduzindo-a a uma atuação em profissões consideradas, por vezes, subalternizadas e, de certa forma, realçando uma posição social fixa e imutável (GUBERNIKOFF, 2009).

Então esse tipo de situação é bem frequente, aconteceu inúmeras vezes, inúmeras vezes de pessoas entrarem aqui diretamente e me encontrar aí e dizer ... tem algum professor na casa e eu eventualmente dizia depende, sempre/ muitas vezes tratava na ironia ... algumas vezes quando precisava me posicionar concretamente sempre me posicionei, é, é mas esse tipo de situação o que a gente chama né/ normalmente a pessoa fala você trabalha aqui?. essa lógica do você trabalha aqui, "muitas vezes" muitas vezes, até é:: recentemente ainda. (Professora 3, UFBA/Brasil)

A respeito disso, se entende que nas relações intergrupais, discentes e professores estabelecem estereótipos como: confusos, atrapalhados, agressivos, etc. De outro lado estão os professores brancos que não precisam fazer nenhum esforço para serem classificados socialmente como como inteligentes, com características e significados positivos como beleza, leveza, delicadeza, gentis, amorosos etc.

A professora 5, Universidade de Coimbra /Portugal, diz que o racismo cria fronteiras para acesso à universidade, primeiro porque o racismo influencia na construção da

subjetividade das pessoas. “Então no caso das mulheres negras a gente tem a questão da interseccionalidade, né?! atuando de uma forma ainda mais violenta sobre essa construção dessa subjetividade”. Torna uma pessoa potente e confiante, exige superar duas condições de inferioridade social, socialmente construída: ser mulher e o fato de ser negra. A academia em si é um espaço muito masculino tanto na sua forma de organização, quanto na própria construção de suas epistemologias. Adentrar nesse espaço é vencer uma barreira.

“Os marcadores sociais de gênero e raça, portanto, são delimitadores de espaços e, por isso, se deve considerar a dimensão espacial das relações raciais e de gênero. Essa espacialização se reflete nas diferentes configurações dos espaços sociais em que se observa a demarcação diferenciada de lugares entre homens e mulheres e/ou brancos e negros, sendo que sobre as mulheres negras incidem os efeitos tanto do racismo quanto do sexismo” (FERREIRA, FERREIRA, TEIXEIRA, (2022, p.3)

Para a professora 5, Universidade de Coimbra /Portugal é necessário desinstitucionalizar o racismo, que as instituições assumam que o racismo existe, propondo construção de uma metodologia pra desorganizá-lo. E, enquanto isso não acontecer, a ocupação de pessoas negras em determinados postos, por exemplo, de professores de ensino superior e instituições de renome, fica ao cargo da subjetividade das pessoas, e a gente sabe que ficar ao cargo da subjetividade das pessoas inclui com um, manter a situação de privilégio branco. (Professora, 5, Universidade de Coimbra).

Lélia Gonzales (1982) colocou questões desafiadoras para a construção do feminismo no Brasil, particularmente em virtude da sua produção e reflexão sobre o papel e o lugar da mulher negra na sociedade brasileira, podemos pensar no papel desafiante que significa ser negra nas universidades onde a branquitude herdada de gerações passadas.

O preconceito, viabiliza o desenvolvimento econômico e tecnológico do capitalismo, aumenta as diferenças entre ricos e pobres (Camino & cols., 2001), expressas nas estatísticas que continuam mostrando o aumento mundial da pobreza que afetam a população negra, expresso através das diferenças culturais, reflete a ambiguidade da globalização. As ambiguidades da globalização também afetam o racismo nas relações trabalhistas.

Não é demais lembrar que Davis (2016) aponta em seus estudos que no século XIX com a divisão da esfera da produção e reprodução, com seu apogeu no período de expansão do capitalismo industrial, também se consagra a divisão sexual. A autora ressalta que essa transformação acompanha uma revalorização da produção, eliminando o reconhecimento da importância das tarefas que não tivessem valor no mercado. É a partir desse processo que vai sendo forjada a figura da dona de casa – modelo universal de feminilidade e ideal de prosperidade da classe média (DAVIS, 2016). Poucas mulheres, obviamente, poderiam ser representadas pelo ideal da feminilidade universal, no entanto, parte constitutiva do modo como seriam reconhecidas e oprimidas, tinha a ver com o desajuste *vis-à-vis* esse ideal, obviamente a representatividade das mulheres negras não cabia nessa universalidade. Assim como forma de negação do outro, o racismo, manifesta nas relações entre professor(es), discentes e demais sujeitos:

“A sua voz é horrível, e me dá dor de cabeça”. Eu falei: “Meu querido, então, quem gosta de dentes é dentista, porque precisa deles pra viver ((a pesquisadora ri)). Você não é obrigado a ter carinho e gostar de mim. E eu não sou obrigada a gostar de aluno. A nossa relação é permeada por um regimento institucional. (Professora 2, UFBA/Brasil)

Lélia Gonzalez na introdução do seu texto onde explica a tentativa de domesticar-se os negros ou um olhar para a população negra como infantil e sem capacidade de ter fala própria, Lélia diz: "Neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa", mesmo que não suportem nossa voz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações sociais, como mecanismo do racismo contribui para a expressão do preconceito racial e branquitude. O racismo é institucional, estrutural, sistêmico, é mutável, aparece de diferentes maneiras, nas atitudes de indivíduos, em discentes ofendendo professores negros, nas relações intergrupais, descaracterizando e motivando discentes a se rebelarem contra professores negros.

Há um confinamento racial nas universidades. Em quase todos os relatos as professoras negras são humilhadas, pode-se perceber uma exaltação as professoras brancas, tanto em suas metodologias de ensino como em sua possível competência acadêmica em detrimento das professoras negras. Em algumas conversas informais, relatou-se que os discentes, incentivados por professores brancos, questionam metodologias e bibliografias utilizadas pelas professoras negras. Conforme Santiago (2019) O branco aparece como modelo universal de humanidade, inquestionáveis. Conforme Carvalho (2006) primeiro passo para qualificar essa discussão é realizar um censo étnico-racial geral de todas as nossas instituições superiores de ensino e pesquisa para produzir um diagnóstico. De acordo com as entrevistas desta pesquisa faz-se necessário ainda as universidades aceitarem que existe o racismo e criarem metodologias de combate.

Todas as professoras negras entrevistadas reconhecem todas as situações mencionadas, e apesar de todas as barreiras elaboram estratégias de lutas, realizam pesquisas de excelência, publicam em revistas importantes, constroem metodologias confiáveis, constituem grupos de pesquisa e de extensão de ponta, rompendo com os estereótipos e pré-conceitos no universo científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006

Davis, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016 (1981).

Fundação Carlos Chagas. Desigualdades de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação brasileira: 2000 e 2010. **Relatório final da Pesquisa**.

FERREIRA, Edimara Maria, FERREIRA, Marco Aurelio Marques, TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. REVISTA. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 303-315, maio-ago. 2022

Edimara Maria Ferreira¹ <https://orcid.org/0000-0001-8017-7022> Karla Maria Damiano Teixeira¹ <https://orcid.org/0000-0001-8078-9766> Marco Aurelio Marques Ferreira² <https://orcid.org/0000-0002-9538-169>

GARZÓN, M. T. “Alguien a Quien Amar”: representaciones de infancia y blanquitud em dos obras literarias. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 199-219, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v7i1.43693>

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: LUZ, M. (Org.) O lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GUBERNIKOFF, G. (2009). **A imagem**: representação da mulher no cinema. *Conexão: Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, UCS, v.8, n.15, p.65-77

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, EDGARDO (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais-perspectiva latino-americanas. Buenos Aires: Clasco, 2005.

VALA, Jorge., BRITO, Rodrigo. & LOPES, Diniz. Expressões dos racismos em Portugal. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). O racismo flagrante e o racismo sutil em Portugal. Em J. Vala (Org.), **Novos racismos: Perspectivas comparativas** (pp. 31-59). Oeiras: Celta.

Truth, Sojourner. E não sou uma mulher? 2014 [<http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.h8jBXJA> - acesso em 23 nov. 2016].

» <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.h8jBXJA>

A LUTA TAMBÉM É VIRTUAL: A PERPETUAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA DE GÊNERO EM RELAÇÃO ÀS MULHERES NO AMBIENTE DIGITAL

Rosana dos Santos Martins¹

Resumo: Inquestionável é a disseminação e progresso dos meios tecnológicos em todas as esferas da sociedade contemporânea. Concomitantemente a esse fenômeno, observa-se o surgimento da Inteligência Artificial (IA), juntamente com suas aplicações, evolução e modos de utilização, visando simplificar a vida de seus usuários. Todavia, surge a questão da discriminação algorítmica, uma vez que algoritmos podem perpetuar preconceitos devido à sua forma de geração, o que evidencia a necessidade de identificar medidas legais para combater estereótipos discriminatórios, ressaltando a importância da regulamentação e ética na era da IA. Assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar sobre a discriminação algorítmica de gênero perpetuada por sistemas de inteligência artificial sob a ótica da mulher por meio do aprendizado de máquina. Quanto a metodologia, foi realizada uma pesquisa qualitativa. No que tange ao objetivo, a pesquisa por ser classificada como descritiva, com enfoque na utilização de pesquisa de base bibliográfica que serviram como base teórica para a discussão proposta. Pode-se concluir que a inteligência artificial não se apresenta como uma opção neutra, visto que, por meio do aprendizado de máquina, aquela perpetua preconceitos e discriminações em razão do gênero, levando a uma continuidade e manutenção da discriminação contra a mulher.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Discriminação Algorítmica de Gênero; Mulher

Abstract: The pervasiveness and advancement of technological means across all spheres of contemporary society is undeniable. Concurrent with this phenomenon, the emergence of Artificial Intelligence (AI), along with its applications, evolution, and modes of utilization, has been observed, aimed at simplifying the lives of its users. However, the issue of algorithmic discrimination arises, as algorithms can perpetuate biases due to their generation method, highlighting the need to identify legal measures to combat discriminatory stereotypes, emphasizing the importance of regulation and ethics in the AI era. Thus, this paper aims to present the topic of algorithmic gender discrimination perpetuated by artificial intelligence systems from the perspective of women through machine learning. Regarding the methodology, a qualitative research was conducted. Concerning the objective, the research is classified as descriptive, with a focus on the use of bibliographic research as the theoretical basis for the proposed discussion. It can be concluded that artificial intelligence does not present itself as a neutral option, since,

¹ Advogada. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/Unimontes. Professora do curso de Direito da Funorte- Januária. E-mail: rosana.santos.martins.adv@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9688-1644>

through machine learning, it perpetuates biases and discriminations based on gender, leading to the continuity and maintenance of discrimination against women.

Keywords: Artificial Intelligence; Algorithmic Gender Discrimination; Woman

INTRODUÇÃO

Durante anos, a trajetória da evolução humana tem sido caracterizada por um incessante processo de ajuste e avanço. Desde os primórdios da existência humana, as pessoas têm procurado maneiras de aprimorar suas condições de vida, seja através do desenvolvimento de ferramentas rudimentares ou da domesticação de animais. No entanto, essa evolução não se restringe apenas à nossa biologia; também testemunhamos uma notável evolução tecnológica.

As constantes transformações no campo das ciências e da tecnologia assumem, sem sombra de dúvidas, o papel de ferramentas para atender às novas necessidades e desafios que surgem com o tempo. Um exemplo notável é a inteligência artificial, que vem ganhando cada vez mais força e ampla utilização nos dias de hoje. Essa tecnologia revolucionária está em constante desenvolvimento e sendo aplicada em diversas áreas da atividade humana.

Pensar em tecnologia hoje não se restringe mais falar de internet, rede sociais e smartphones. O “universo dos algoritmos” apresentam um cenário no qual temos a utilização de software para otimizar e automatizar as tarefas por meio de processamento de um grande volume de dados, gerando informações cada vez mais precisa sobre pessoas, instituições, objetivos entre outros.

Ao falar de inteligência artificial (IA), nos deparamos com máquinas que não apenas fazem trabalhos repetitivos, mas trabalhos que exigem a criatividade e o raciocínio, algo antes exclusivo do homem. Diante de todo potencial de aprendizado apresentado pela IA, a sociedade começou a perceber que a crença na neutralidade da máquina trás um risco diante da perpetuação de discriminação algorítmica de gênero.

Neste sentido, o presente artigo busca analisar a perpetuação da discriminação de gênero pela inteligência artificial no que tange a mulher no ambiente virtual. Para o seu desenvolvimento apresentaremos o conceito de inteligência artificial e como a máquina aprende, bem como o viés discriminatório em relação à mulher.

DESENVOLVIMENTO

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A APRENDIZAGEM DA MÁQUINA

Para chegar à discussão sobre a discriminação algorítmica de gênero, faz-se necessário traçar um breve panorama do desenvolvimento da inteligência artificial e suas formas de aprendizado, ainda que não seja fácil, uma vez que a sua conceituação é objeto de discussão na Ciência da Computação como no Direito.

Como uma tentativa de sistematizar as características da Inteligência Artificial, Russel e Norvig (2013) sistematizaram os seguintes conceitos: a) pensar como o ser humano; b) pensar racionalmente; c) agir como o ser humano; e d) agir racionalmente. Assim, para os autores, a Inteligência Artificial é um ramo da ciência da computação que se dedica à criação de sistemas capazes de realizar tarefas que, em geral, demandariam inteligência humana para serem executadas (RUSSEL e NORVIG, 2013). Já para Peixoto (2019), a Inteligência Artificial é a área da ciência da computação que se dedica a criar simulações de processos específicos da inteligência humana usando recursos computacionais, apoiando-se em conceitos de estatística, probabilidade, lógica e linguística. Para fins do presente artigo, vamos adotar a ideia de inteligência artificial como um subcampo da ciência da computação, centrado na criação de máquinas e programas capazes, de alguma maneira, de imitar comportamentos tidos como inteligentes (SAS Institute, 2021).

Uma das características dos sistemas de inteligência artificial é o aprendizado constante por meio de algoritmos. Segundo Lage (2022), algoritmo é o processo que, se for seguido, chegará na resolução de um problema pelo computador. O conceito apresentado por Thomas H. Cormen, que define que “um algoritmo é qualquer

procedimento computacional bem definido que toma algum valor ou conjunto de valores como entrada e produz algum valor ou conjunto de valores como saída” (CORMEN et al., 2002).

Assim, é por meio dos algoritmos que o processo de aprendizado da máquina ocorre, também chamado de *machine learning* e significa a capacidade que a máquina tem que aprender sem que alguém programado de forma explícita tal comando (ABREU et al.). Neste sentido:

O machine learning é uma técnica de longa data, em uso nos sistemas computacionais desde há muito. O que é novidade é o fato de hoje ser possível o acesso a dados massivos, estruturados e não estruturados, e sobre eles interpretar, modelar e fazer previsões automáticas, possibilitando assim ao sistema computacional “aprender” de forma independente de sua programação (ROVER, 2021, p.22).

Outra forma de aprendizado é o aprendizado profundo (*deep learning*) que se distingue do machine learning por estabelecer padrões com base em suas próprias correlações sem a necessidade de que o homem intervenha, dificultando saber qual o caminho percorrido para chegar em um determinado resultado pela inteligência artificial (PINTO, 2020). Essa forma é inspirada no cérebro humano e por isso também é chamada de redes neurais artificiais.

A redes neurais artificiais (Artificiais Neural Networks – ANNs) são algoritmos que imitam a estrutura biológica do cérebro humano. Nas ANNs, existem “neurônios” que possuem várias camadas e conexos outros “neurônios”. Cada camada (layer) escolhe um recurso específico para aprender, como curvas e bordas no reconhecimento de uma imagem, por exemplo. A aprendizagem profunda tem o seu nome em razão dessas várias camadas. A profundidade é criada com a utilização de múltiplas camadas em oposição a uma única camada de aprendizado pelo algoritmo. Esses algoritmos de aprendizado profundo formam as “redes neurais” e estas rapidamente podem ultrapassar a nossa capacidade de compreender todas as suas funções (ELIAS, 2017, s/n).

Podemos perceber que o aprendizado profundo permite que a máquina entenda padrões, encontre e aprenda com erros podendo fazer análises preditivas, o que exige cuidado na sua utilização.

Cumprе ressaltar que, para que o seu aprendizado da máquina ocorra, é necessária uma quantidade massiva de dados que consigam alimentar o sistema, para isso temos o *big data*. A Big Data é um dos pilares fundamentais da Revolução 4.0, desempenhando um papel central na coleta, armazenamento e análise de grandes volumes de dados gerados por dispositivos conectados e sistemas inteligentes. Esse termo refere-se à enorme quantidade de informações produzidas a cada segundo em diversos formatos, como texto, imagem, vídeo e áudio, que são coletadas de fontes variadas, incluindo redes sociais, sensores IoT, transações financeiras e registros médicos (LAGE, 2022).

O conceito de Big Data é caracterizado por três dimensões-chave, conhecidas como os "três Vs": volume, variedade e velocidade. O volume refere-se à quantidade massiva de dados gerados e armazenados continuamente, que pode variar de terabytes a petabytes e além. A variedade diz respeito à diversidade de tipos e formatos de dados, desde estruturados, como tabelas em bancos de dados, até não estruturados, como posts em redes sociais e vídeos. Por fim, a velocidade refere-se à taxa de geração e processamento dos dados, que muitas vezes ocorre em tempo real ou em intervalos muito curtos (NETO, 2015).

A análise de Big Data envolve o uso de algoritmos e técnicas avançadas para extrair insights significativos a partir desses enormes conjuntos de dados. Isso inclui técnicas de processamento de dados em larga escala, como MapReduce e Spark, e algoritmos de machine learning e inteligência artificial, que podem identificar padrões, tendências e correlações nos dados que seriam impossíveis de serem identificados por métodos tradicionais (LAGE, 2022).

A questão perpassa pelo fato que a grande quantidade de dados usadas para alimentar a inteligência artificial apresenta diversas formas de violências sistêmicas contra minorias e grupos minoritários, perpetuando a discriminação e preconceito presente nos espaços públicos

A LUTA DA MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL E A DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA

Antes mesmo de tratarmos aqui da discriminação em razão do gênero, no caso em relação à mulher, é imprescindível que haja um entendimento, num primeiro momento, sobre esse conceito.

O termo gênero é na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação, ou, se me permitirem adiantar-me para a segunda proposição, o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer; assim, o gênero atribui a uma entidade, digamos a uma pessoa, certa posição dentro de uma classe, e por tanto uma posição vis-à-vis outras classes pré-constituídas. [...] assim o gênero representa não um indivíduo, e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (LAURETIS, 1994, p.210-211).

Sem a pretensão de exaurir a conceituação de discriminação, temos que esta pode ser entendida como a construção social de práticas pautadas na subjugação de determinados grupos por fatores como crença, orientação sexual, origem étnico racial ou qualquer forma de estigmatização (ALCIOLY, 2022).

A problemática da discriminação contra a mulher é uma realidade que atravessa os tempos, desde épocas antigas até os dias atuais. Nossa sociedade tem sido moldada por uma cultura machista, na qual a violência contra mulheres é, lamentavelmente, associada ao exercício de poder. Abordar essa questão requer uma análise profunda, pois a discriminação dirigida às mulheres é um fenômeno que afeta indivíduos de diversas classes sociais. Independentemente da posição econômica ou social, a discriminação em razão do gênero é uma triste constante.

A discriminação e diminuição da mulher perdura de tempos primórdios até os dias contemporâneos. A nossa sociedade construiu uma cultura machista, que faz uso da violência contra a mulher (uma das vertentes da violência na sociedade) como sinônimo de poder.

Tecer uma abordagem que explicita a discriminação contra a mulher é abarcar um problema que atinge as mais diversas classes sociais, haja vista que a violência é contra o gênero feminino, seja qual for a situação econômica ou social.

O fenômeno desconhece qualquer fronteira: de classes sociais, de tipos de cultura, de grau de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer em qualquer lugar - no espaço público como no privado - e ser praticado em qualquer etapa da vida das mulheres e por parte de estranhos ou parentes/conhecidos, especialmente destes últimos (SAFFIOTI, 1994, p.8).

Existe notadamente uma estruturação social do machismo que permeia um pensamento em que a mulher tem um papel específico dentro da sociedade, papel esse sempre relegado à figura masculina. Na verdade, existe um paradigma que atribui às mulheres atividades voltadas para o contexto doméstico, seja com afazeres cotidianos ou nos cuidados com os filhos. A família “tradicional” é sem dúvida sinônimo também de um palco machista em que a mulher é espectadora.

Data do Brasil colonial o modelo patriarcal em que não só o gênero como a raça eram determinantes. Freyre (2003) nos lembra que o homem da raça branca é quem era o mantenedor da família e chefe, literalmente, da família, restando à esposa a obediência sem questionamentos.

Apesar dos diversos direitos conquistados pelas mulheres, é notória a relação de dominação exercida pelo homem, inclusive nos mesmos espaços de trabalho exercendo as mesmas funções. Podemos observar que em vários segmentos da nossa sociedade existem exemplos desse tipo de relação que retrata a violência de gênero contra a mulher. Diante desse cenário, é importante que haja uma discussão séria e esclarecedora acerca da tentativa de calar e oprimir que rodeiam o universo feminino.

Diariamente são noticiados pela mídia inúmeros casos de violência contra a mulher. Os casos de feminicídio são recorrentes e assustadores, muitos relatados com crueldade e por motivo torpe. Em sua grande maioria, esses crimes acontecem pela possessividade do homem. Existem também outros fatores geradores como insegurança ou machismo propriamente dito. Ressaltamos que a violência contra a mulher deixa resquícios não somente em quem sofre a agressão diretamente, mas também em membros da família e principalmente nos filhos. Nesse sentido, esse paradigma patriarcal, em que o homem é detentor da vida da mulher e de toda a família, deveria ser eliminado da sociedade por completo.

A violência de gênero: [...] é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício de função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. [...] Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este necessidade de fazer uso da violência (SAFFIOTI, 2001p.115).

Estamos em contato diariamente com a violência de gênero contra a mulher. O avanço tecnológico e a rapidez com que as informações chegam ao conhecimento da população ratificam isso de maneira surpreendente pelos números consideráveis de mulheres que sofrem com violência em nossos vários estados a cada minuto.

Como apresentado no tópico anterior, a discriminação se dá pela reprodução de comportamentos preconceituosos propagados pelos instrumentos de inteligência artificial, compostos por dados e algoritmos de aprendizagem que muitas vezes estão eivados de vieses discriminatórios e estereótipos infundados, já existentes dentro do atual contexto social. Tal fato, contribui de forma considerável para uma propagação ainda maior de violações raciais, de gênero e classe que, infelizmente e em grande massa, afetam a sociedade (LAGES, 2023).

De acordo com Barbosa (2021), a discriminação ocorre pelo fato de que os dados, informações e mecanismos de tomada de decisão e identificação são definidos e alterados pelos seus controladores, ora seres humanos, que transmitem vieses e estereótipos discriminatórios existentes para os mecanismos de inteligência artificial.

Significa dizer que se os dados coletados e usados como base de codificação forem tendenciosos por gênero, a IA tomará uma decisão preconceituosa de acordo com o que o desenvolvedor do programa fez refletir em sua codificação, visto que a IA é o reflexo do pensamento humano. O próprio banco de dados utilizado para a criação do algoritmo pode refletir em pensamentos que já não existem mais, com uma realidade diversa da atual, onde até mesmo os desenvolvedores ou programadores não tenham discriminado, por estarem inseridos em vieses inconsistentes, ainda que não seja intencionalmente (BASTOS, at all, 2021, p. 181)

Nesse sentido, a Unesco (2020), em seu relatório sobre Inteligência Artificial e Igualdade de Gênero afirma que o preconceito presente em modelos de IA colaboram para

a estigmatização da mulher, como podemos ver no caso das “assistentes virtuais que reproduzem uma submissão feminina em razão do uso estereotipada sexistas.

Vários outros casos são apresentados pela literatura, na qual a IA coloca a mulher em um lugar privado, doméstico e submisso², excluindo a mulher dos espaços públicos, apresentando conceitos e imagens estereotipadas³, perpetuando a discriminação que há tanto tempo lutamos. Agora a luta é no espaço público virtual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, a Inteligência Artificial se apresenta como uma das consequências do desenvolvimento tecnológico e da Revolução 4.0, sendo uma ferramenta que automatiza atividades desempenhadas pelo homem e auxiliam no dia a dia. Seu desenvolvimento se dá por meio de algoritmos que não se apresentam com uma linguagem neutra.

Dentre as formas de aprendizado da máquina, destacamos o *machine learning* e o *deep learning* no qual a máquina se utiliza de dados para estabelecer correlações e executar a tarefa proposta. Porém, os dados utilizados podem conter preconceitos humanos ou já apresentam esses preconceitos desde a programação, gerando a discriminação algorítmica contra grupos minoritários ou vulneráveis socialmente.

A discriminação de gênero se apresenta como uma forma de discriminação algorítmica na qual a mulher é subjugada a um lugar de submissão, tendo sua imagem estereotipada e diminuída. Nesse sentido, temos que a luta feminista se estende ao espaço virtual, para que seja reconhecido e garantido os seus direitos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Anderson Jordan Alves; FURTADO, Kathya Cristhyna Silva; SANTOS, Rennan Kevim Costa. Inteligência artificial e preconceito de identidade de gênero: o problema do viés na

² Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/rita-wu/tecnologia/dia-internacional-da-mulher-a-inteligencia-artificial-ia-e-machista/>. Acesso em 20 de abril 2024.

³ Disponível em: <https://theoutline.com/post/1528/this-pizza-billboard-used-facial-recognition-tech-to-show-women-ads-for-salad?zi=iq3ilt&t&zd=6>. Acesso em 20 de abril de 2024.

construção das IA's e a perpetuação das discriminações em sociedades previamente discriminatórias. **COR LGBTQIA+**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 229–247, 2022. Disponível em: <https://revistas.cceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/551>. Acesso em: 22 abr. 2024.

ACIOLY, Luis Henrique de Menezes. Reflexões sobre a Utilização da Inteligência Artificial e Algoritmos nas Relações Consumeristas à Luz da Lei Geral de Proteção de Dados. In: Revista Brasileira de Direito Comercial: Concorrência, Empresarial e do Consumidor. Porto Alegre: Lex Magister. v. 48, ago./set. 2022, p. 165-187.

ACIOLY; Luis Henrique de Menezes; OLIVEIRA, Micael Araújo de Souza. Espectro de Aplicação dos Smart Contracts à luz do Direito Contratual Brasileiro: Breves Considerações no contexto da Boa-fé objetiva. In: Conversas Civilísticas, Salvador, v. 2, n. 2, 2022, p. 98-121. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/conversascivilisticas/article/view/51935>. Acesso em: 2 mar. 2024.

BASTOS, E. A. V.; SOUZA, K. C. A. S.; BILÓIA, L. F. P. Gênero no Desenvolvimento das Inteligências Artificiais – Seus Reflexos Sociais e Sustentação a Submissão Feminina. In: **Direito e desenvolvimento da Amazônia** – Volume 3 / Coordenadores : Jean Carlos Dias, José Claudio Monteiro de Brito Filho, José Henrique Mouta Araújo. – [1. ed.] – Florianópolis, SC: Qualis Editora, 2021. Disponível em: <https://www.cesupa.br/MestradoDireito/docs/2023/Direito%20e%20Desenvolvimento%20na%20Amaz%C3%B4nia-v3.pdf>. Acesso em 05 abr. 2024.

CORMEN, T. H. Et al. Algoritmos: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio- INL, 1977.

LAGE, Fernanda de Carvalho. Manual de Inteligência Artificial no Direito Brasileiro. 2. ed., 2022.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: Heloísa Buarque de Hollanda. Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p206-242. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2022.

NETO, Antônio Marques Ferreira. **Fatores relevantes na adoção e uso de big data na prefeitura do Rio de Janeiro: o caso do p3ns4 – casa de ideias**. (Dissertação) Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.coppead.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/07/Antonio_Ferreira_Neto.pdf. Acesso em 10 março de 2024.

PINTO, Henrique Alves. A utilização da inteligência artificial no processo de tomada de decisões: por uma necessária accountability. In: Revista de Informação Legislativa, a. 57 n. 225, Brasília, jan./mar. 2020, p. 43-60. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/225/ril_v57_n225_p43.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PEIXOTO, Fabiano Hartmann; SILVA, Roberta Zumblick Martins da. Inteligência artificial e Direito. Curitiba: Alteridade, 2019. PEREIRA, José Renato Laranjeira de. Transparência pela cooperação: como a regulação responsiva pode auxiliar na promoção de sistemas de machine-learning inteligíveis. In: Revista de Direito Setorial e Regulatório, v. 7, nº 1, p. 194-223, mai.-jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rdsr/article/view/37976>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

ROVER, Aires José. Machine Learning no Poder Judiciário: uma biblioteca temática, ano 2020. In: PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Inteligência Artificial: Estudos de Inteligência Artificial. Curitiba: Alteridade, 2021.

RUSSELL, Stuart. Inteligência artificial a nosso favor: como manter o controle sobre a tecnologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RUSSELL, Stuart J. NORVIG, Peter. Inteligência Artificial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes-INL, 1969.

SAFFIOTI, H. I. B; VARGAS, M. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994

SAS INSTITUTE. Artificial Intelligence – What it is and why it matters. Disponível em: https://www.sas.com/en_us/insights/analytics/what-is-artificial-intelligence. html. Acesso em: 5 mar. 2024.

UNESCO. Working Document: Toward a Draft Text of a Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence. SHS/BIO/AHEG-AI/2020/3REV. Paris: UNESCO, 2020.

UNESCO. Artificial intelligence and gender equality: key findings of UNESCO's Global Dialogue. place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France, 2020.

ABANDONO DE MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: DISCUTINDO SEUS DILEMAS E PERSPECTIVAS

Luiz Claudio de Almeida Teodoro¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o abandono de mulheres no sistema carcerário no país. Numa sociedade machista, as mulheres encarceradas são vistas com um forte preconceito, pois não cumpriram seu papel ideal social na sociedade: doce, recatada e do lar. Neste sentido, quando presas, as mulheres são abandonadas pelos companheiros, que em muitos casos, foram quem induziram as mulheres ao crime. As famílias têm grande dificuldade de acompanhar as detentas, pois têm que cuidar dos filhos das mesmas, além dos obstáculos de acessar as unidades prisionais. Como consequência, as mulheres presas, além da falta de políticas públicas específicas para este público no sistema prisional, têm agravada sua saúde mental.

Palavras-chave: sistema prisional; abandono; saúde mental; mulheres.

Abstract: This work aims to analyze the abandonment of women in the prison system in the country. In a sexist society, incarcerated women are viewed with strong prejudice, as they have not fulfilled their ideal social role in society: sweet, modest and homely. In this sense, when arrested, women are abandoned by their partners, who in many cases were the ones who induced women to commit crime. Families have great difficulty accompanying inmates, as they have to take care of their children, in addition to the obstacles of accessing prison units. As a consequence, women prisoners, in addition to the lack of specific public policies for this population in the prison system, have worsened their mental health.

Keywords: prison system; abandonment; mental health; women.

INTRODUÇÃO

O ser humano nasce e vive em uma rede de relações representada por: família, escola, comunidade, trabalho, dentre outras. Nestes ambientes, as pessoas desenvolvem-se e conquistam uma diversidade de lugares de interação social. As relações entre pessoas e ambientes oferecem possibilidades de apoio nos momentos de crise ou mudança e podem criar oportunidades de desenvolvimento humano através da qualidade dos meios de subsistência, possibilidades de emprego, estudo, amizades, lazer, relações de suporte e de afeto. O apoio social e afetivo fornecido pela rede relacional das pessoas é mantido por laços afetivos e depende de percepções que se tem do próprio mundo social, de competências e recursos disponíveis para proteção.

¹ Cientista Político. Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET MG.

Na sociedade moderna a punição para crimes é o isolamento das pessoas em unidades prisionais. Assim, o sistema prisional enfrenta um forte dilema de como reintegrar pessoas que cometeram crimes isolando as mesmas, se é na interação social que os indivíduos internalizam regras e valores. Além disso, a falta de implementação de políticas públicas, para as pessoas encarceradas, aumenta os graves problemas do sistema prisional brasileiro. Neste contexto, pode-se afirmar que é quase impossível recuperar alguém dentro do cárcere.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é discutir o abandono de mulheres no sistema prisional. Companheiros não acompanham as mulheres encarceradas e as famílias têm grande dificuldades para visitarem as mulheres. O que causa efeitos psicológicos perversos nas internas. Para realização deste trabalho foi utilizado a revisão bibliográfica e a análise de 20 entrevistas realizadas com mulheres no sistema prisional em unidades de Minas Gerais.

Cabe ressaltar que este trabalho é resultado do Projeto **Mulheres Trajetórias e Movimentos** que foi uma proposta elaborada de uma parceria entre o Núcleo de Estudos Espaço Feminino (NEFE) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e tem ainda a coparticipação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET MG). O objetivo do projeto consiste em Mapear e analisar as trajetórias e movimentos de mulheres na articulação com três campos: política institucional, sistema prisional e condições de trabalho das mulheres negras no âmbito doméstico. O Projeto foi aprovado em edital e é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

PRISÃO: APARELHO DISCIPLINAR

A hipótese da sociedade disciplinar é um importante pano de fundo sócio-histórico que permite entender como são possíveis as instituições totalitárias e disciplinares na contemporaneidade, muito embora elas pudessem ser consideradas ultrapassadas, em razão do avanço tecnológico das diversas estratégias de controle e vigilância. Segundo

Foucault (1999), o poder disciplinar constrói uma sociedade adestrada, domando e produzindo coletivamente corpos individualizados e dóceis. Trata-se de uma modalidade de poder produtivo, e não essencialmente restritivo, mutilador ou repressivo. Ele liga as forças para multiplicá-las e utilizá-las em sua totalidade, apropriando-se delas ainda mais e melhor.

A ação do poder disciplinar é essencialmente produção de subjetividade moderna: a disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.

Ainda de acordo com Foucault (1999), a forma-prisão se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os diversos processos para repartir os indivíduos, fixá-los, distribuí-los espacialmente e classificá-los, visando tirar deles o máximo de tempo e de forças, treinando seus corpos, codificando seu comportamento continuamente, mantendo-os sob uma visibilidade sem lacunas, formando em torno deles um aparelho completo de observação, registro e anotações, produzindo sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, mediante um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição prisão antes que a lei a definisse como pena por excelência.

Na passagem do século XVIII para o XIX, criou-se a penalidade da detenção. Nesse momento, os mecanismos disciplinares colonizaram a instituição judiciária. A legislação definiu o poder de punir como função geral da sociedade, exercido da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igualmente representado. A justiça que se dizia “igual” para todos, organizada num aparelho judiciário “autônomo”, foi investida pelas assimetrias das sujeições disciplinares e passou a fazer da detenção a pena civilizada por excelência. Rapidamente esse processo foi “naturalizado” e a prisão-castigo assumiu logo um caráter de obviedade social. Apesar de todos os inconvenientes, do seu perigo e inutilidade, não se tem ideia do que poderia substituir a detestável invenção prisional. Ela é aceita com naturalidade por se fundamentar na forma simples da “privação da liberdade”.

Numa sociedade de homens livres, na qual a liberdade é um bem de todos na lógica liberal, privar o indivíduo dela é aceitável como uma pena “igualitária”. Isso oferece uma clareza jurídica para a prisão que não agride a sensibilidade do ser humano moderno. Ela também permite quantificar a pena segundo a variável do tempo. Usa-se o tempo para medir as trocas econômicas, calculando o salário por horas trabalhadas e é possível aplicar esse cálculo no castigo penal. Além disso, a prisão aparece ainda como reparação: retirar tempo do condenado significa que sua infração lesou, além da vítima, toda a sociedade.

Segundo Davis (2018), a sentença de prisão, que é sempre calculada em termos de tempo, está relacionada com a quantificação abstrata, evocando o surgimento da ciência e o que é muitas vezes referido como a Era da Razão. Este foi precisamente o período histórico em que o valor do trabalho começou a ser calculado em termos de tempo e, portanto; compensado de outra forma quantificável, pelo dinheiro. A computabilidade da punição estatal em termos de meses e/ou anos ressoa com o papel do tempo de trabalho como base para a computação do valor das commodities capitalistas. Os teóricos marxistas da punição observaram que precisamente o período histórico durante o qual a forma de mercadoria surgiu é a época em que as sentenças penitenciárias emergiram como a forma primária de punição.

São dois os fundamentos que fizeram a prisão parecer a forma mais imediata e civilizada das penas: a dimensão jurídico-econômica (articulando as variáveis da liberdade e do tempo) e a dimensão técnico-disciplinar (articulando a privação da liberdade e a técnica corretiva). A prisão foi desde o princípio uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo: instituição de modificação dos indivíduos que a privação da liberdade permite fazer funcionar no sistema legal, visando sua ressocialização.

A prisão, aparelho disciplinar exaustivo, toma a seu cargo todos os aspectos da vida do indivíduo, cuidando dele com zelo totalitário: treinamento físico, aptidão para o trabalho, comportamento cotidiano, atitude moral e disposições. Ela é “onidisciplinar”: disciplina incessante, sem exterior nem lacuna, não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa, sua ação sobre o indivíduo é ininterrupta. Na lógica de Foucault (1999), também possui uma disciplina despótica, dando poder quase total sobre os detentos e com mecanismos internos de repressão e de castigo. A solitária é a prisão da

prisão. Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido e seu modo de ação é a coação de uma educação integral, total.

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL FEMININO

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), o número de pessoas no sistema prisional em 2022 somou 832.295 indivíduos. Como o número de vagas existentes é menor, 601.717, **faltam 230.578 vagas nas prisões do país**. Além disso, a lentidão e a ineficiência da Justiça agravam a superlotação dos presídios. **Entre os mais de 800 mil detentos estão 233 mil sem julgamento ou condenação à prisão**, devido à morosidade da justiça. Essas pessoas estão presas com a chancela de “provisórios”. O Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo, atrás somente dos Estados Unidos da América e China. O número de pessoas no sistema prisional cresceu 595,2% desde 1990, mantendo esse ritmo, em 2030, teremos 1,9 milhão de adultos encarcerados.

A situação dos presídios femininos apresenta várias peculiaridades, o que corroborou a opção deste público para o desenvolvimento deste trabalho. Apesar do número de mulheres em situação de cárcere ser 45.388 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023), o que corresponde a 5,45% da população nas unidades prisionais no país, elas, nos últimos anos, têm se tornado mais numerosas entre as pessoas detidas. Segundo o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN (2023), a população carcerária feminina aumentou 567,4%, de 2000 a 2022, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%. Com 45.388 mulheres presas, o Brasil tem a quarta maior população carcerária feminina do mundo, ficando atrás de Estados Unidos (205.400 presas), China (103.766), Rússia (53.304). Os crimes de drogas são responsáveis por cerca de 68% das penas das mulheres presas, número infinitamente superior ao observado nas condenações de indivíduos do sexo masculino, aonde a predominância está relacionada principalmente aos crimes de roubo e furto.

Segundo Departamento Penitenciário Nacional (2020), oficialmente existem 53 penitenciárias femininas no país, 4 colônias agrícolas, 7 casas de albergados, 9 cadeias públicas e 5 hospitais de custódia para presas com problemas mentais.

É possível apontar vários problemas no sistema carcerário brasileiro, dentre eles se destaca a má infraestrutura na maioria das cadeias o que faz com que os presos firmem uma luta diária pela sobrevivência. Mesmo que estes vivam em um regime fechado, a superlotação e deterioração das celas e a falta de água potável provam a inexistência de atenção à integridade humana, visto que os indivíduos são postos à margem do descaso. No caso das prisões femininas a situação ainda se torna mais precária devido a negligência das condições higiênicas específicas desse público. Segundo Queiroz (2015), as mulheres sofreram com o mesmo tratamento dado aos homens, sendo excluídos os cuidados íntimos da mulher, vide a falta de absorventes, em algumas prisões, e, ausência de acompanhamento ginecológico. Esses aspectos revelam o hiato de políticas públicas que prezem pela saúde feminina e esconde, ainda, o tratamento destinado às gestantes, que não possuem um zelo diferenciado na gravidez e tampouco o auxílio médico na maioria dos sistemas carcerários.

O Levantamento Nacional, divulgado pelo Ministério da Justiça (2023), mostra que a maioria das prisioneiras (62%) é negra. Esse dado corrobora os dados referentes a todo o sistema prisional, que indica que a maioria dos prisioneiros no país são jovens negros, moradores de comunidades de baixa renda. Além disso, os dados demonstram que 50% da população prisional feminina são constituídos por jovens entre 18 e 29 anos. Ademais, 66% da população prisional feminina ainda não acessou o Ensino Médio, tendo concluído, no máximo, o Ensino Fundamental.

Existe um abismo quando se compara prisões femininas e masculinas. Numa sociedade como a brasileira, que ainda subjuga de acordo com o gênero, as mulheres são duplamente punidas. Se em uma sociedade machista, uma mulher livre sofre, imagine uma presidiária. Os presídios femininos são administrados, muitas vezes, por homens e o que deveria ser um espaço feminino acaba por ser um ambiente machista, com regras que em nada promovem o bem-estar e respeito às presidiárias.

Existe um descaso por parte do Estado na implantação de políticas públicas voltadas para os estabelecimentos prisionais específicos, como os femininos. Cabe ressaltar que as necessidades das mulheres privadas de liberdade vão muito além da menstruação e gravidez. As prisões são meras adaptações ou adequações dos presídios masculinos, o que

configura uma violação à Lei de Execução Penal e à Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), que determina em seu artigo 82, §1º, que as mulheres deverão ser “recolhidas” em estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal. A lei não vem sendo cumprida.

ISOLAMENTO E DESCASO: CONSEQUÊNCIA PERVERSA NAS PRISÕES FEMININAS

Segundo Benelli (2014), a prisão utiliza diversos operadores, instrumentos técnicos para promover a reeducação do indivíduo detido. O principal deles é o “isolamento individual”, que separa o detento do ambiente social que estimulava a criminalidade e dos demais prisioneiros também. A solidão é empregada como um instrumento positivo de reforma moral, permitindo a autorregulação da pena e uma individualização espontânea do castigo. O isolamento propicia uma influência completa e única sobre o prisioneiro, condição fundamental para a submissão total;

Neste contexto, pode-se apontar que a prisão é uma experiência desafiadora, que resulta em um afastamento significativo das relações sociais e afetivas que uma pessoa possuía antes de ser detida. Esta categoria evidencia que repercussões psicossociais são frequentes em pessoas submetidas às medidas de isolamento e distanciamento social, que se configuram como condição determinante para os comprometimentos vivenciados, estando, na maioria dos estudos, associadas ao desenvolvimento ou a intensificação de sintomas de ansiedade e depressão.

Consideradas as maiores causas de sofrimento emocional e diminuição da qualidade de vida, os sintomas de ansiedade representam as alterações mais incidentes na população geral, constituindo resposta adaptativa do organismo em meio a um sinal de perigo ou ameaça, sendo expressa por condições fisiológicas, comportamentais e cognitivas, e considerada patológica quando o nível de ativação ou duração é desproporcional à situação vivenciada.

No transtorno depressivo o estado de perturbação mental manifestado por tristeza, perda de interesse e prazer, sentimento de culpa, baixa autoestima e perturbações do sono, pode representar condição de maior risco quando relacionado pelo

comportamento suicida. Apesar de apresentar caráter evitável, ainda se configura como fenômeno universal, complexo, multifacetado, reconhecido, previsível e com elevados indicadores de mortalidade.

Outros eventos verificados envolvem estresse, raiva, paranoias e comportamentos compulsivos caracterizados por pensamentos, impulsos ou atos mentais recorrentes. Esses episódios são reconhecidos pelo seu curso crônico, assim como pela interferência no ambiente familiar e diminuição da autoestima do bem-estar subjetivo.

Assim, considera-se que as repercussões do distanciamento e isolamento social prevalecem na população no sistema prisional, podendo ocasionar impactos psicossociais e comprometimentos na qualidade de vida em diferentes contextos, apontando a necessidade de estratégias de cuidados e do direcionamento de políticas públicas que busquem a integralidade de cuidado e que valorizem a manutenção e preservação das funções psíquicas.

Segundo Queiróz (2015), uma questão a se destacar em relação às mulheres em situação de cárcere é o abandono por parte dos companheiros. Os parceiros (muitas vezes responsáveis por envolvê-las no crime), quando não estão presos, geralmente são os primeiros a não entrar mais em contato com as mulheres em situação de cárcere privado. As presas sofrem uma espécie de dupla pena: punidas pelo Estado e deixadas por quem deveria apoiá-las. Tanto que em muitos presídios a cela íntima foi desativada se transformando em algo mais “útil” para a instituição. Isso causa depressão, violência física e sexual entre as mulheres. Dado surpreendente, disponibilizado pela Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais em 2022, é que existem muito mais casos de estupro nos presídios femininos do que no masculino (estes recebem visitas constantes e não são abandonados pelas companheiras).

Porém é preciso ressaltar que existe uma grande diferença entre o abandono dos familiares e dos companheiros. As famílias visitam pouco as detentas e acabam abandonando-as no sistema carcerário. Mas, as famílias são a rede de apoio das internas, em muitos casos, do lado de fora da unidade prisional. A família é que cuida dos filhos de quem está cumprindo pena. Ademais, a família, quando tem recursos, envia os kits com alimentação e material de higiene pessoal para as mulheres encarceradas.

De qualquer forma, a visita de um familiar, que é algo raro nas penitenciárias femininas, representa um amparo não só emocional e psicológico, mas também a garantia de uma estadia um pouco melhor, tendo em vista que é a família que costuma levar objetos de higiene íntima e demais utensílios básicos de cuidado. Referente a escassez das visitas às internas, Varella (2017, p. 39) destaca: “Filas são pequenas, com o mesmo predomínio de mulheres e crianças; a minoria masculina é construída por homens mais velhos geralmente pais e avôs.” E, apesar de todo avanço no contexto social em relação as mulheres na Constituição Federal referente a igualdade entre os gêneros no que tange ao gozo dos mesmos direitos e obrigações, ainda há um longo caminho a ser percorrido, tendo em vista o fato de que todo o estereótipo engessado na sociedade civil é reproduzido nas instituições prisionais, e o pior: com o aval do Estado.

As medidas de punição aplicadas às mulheres costumam ser mais severas do que aquelas aplicadas aos homens. A começar pela limitação e quase proibição das visitas íntimas nas penitenciárias feminina, as quais ajudam no estreitamento dos laços extramuros, sem contar que também se trata de uma questão de saúde pública. Varella (2017, p.39) explica: As visitas íntimas são essenciais para a manutenção dos vínculos afetivos com os companheiros e para impedir a desagregação familiar. Isolar a mulher na cadeia por anos consecutivos causa distúrbios de comportamento, transtornos psiquiátricos e dificulta a ressocialização. Destaca-se que, quanto a isso, a Lei de Execuções Penais se restringiu apenas aos homens, e só mais tarde estendeu a prerrogativa das visitas íntimas às mulheres, homossexuais e menores infratores. Um dos argumentos para o controle de visitas íntimas para as mulheres é pautado numa suposta tentativa de controle de natalidade, fazendo com que as penitenciárias femininas analisem com muito mais rigor uma prática que é extremamente comum nos presídios masculinos.

Ao impedir o direito a visita íntima, o Estado também retira dessas mulheres o direito a sua sexualidade, e, conseqüentemente está negando a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana. A desigualdade do cárcere começa pela infraestrutura dos presídios, que foram construídos apenas para punir os homens, pois as mulheres não são observadas como transgressoras e sim diminuídas a outros papéis, esses presídios não oferecem nenhuma estrutura para as mulheres. Biologicamente falando, as mulheres são

muito diferentes dos homens, elas menstruam, ovulam e engravidam, e nenhuma dessas particularidades são observadas e respeitadas pelo poder público.

A visita íntima para as mulheres, quando permitida, é regida sob forte controle e com caráter discriminatório, como, por exemplo, comprovação de união estável, visitação contínua do parceiro por um período mínimo de quatro a seis meses, o uso obrigatório de contraceptivo e proibição dessa visita para parceiras do mesmo sexo (relações homoafetivas). Além disso, visto que as condições arquitetônicas dos presídios femininos são bem menores do que os presídios masculinos, não oferecendo ambientes adequados e privados para a prática desse direito.

Além disso, é importante reconhecer que sem o apoio familiar o cárcere se torna muito pior. A ausência de vínculos afetivos e apoio emocional pode comprometer sua saúde mental, autoestima e perspectivas de ressocialização. A falta de suporte também afeta negativamente a reintegração dessas mulheres após o cumprimento da pena, aumentando a probabilidade de reincidência criminal. Sobre o abandono, Varella (2017, p. 26) afirma que: “a sociedade encara a prisão de um parente homem com mais complacência do que a de uma mulher, o que acaba gerando uma vergonha para toda a família”. Essa falta de apoio e abandono afeta profundamente a saúde mental das detentas e dificulta sua ressocialização, tornando ainda mais difícil a reinserção na sociedade após o cumprimento da pena. Outro fator que acentua esse abandono é o econômico, haja vista a maior parte dos familiares serem de baixa renda. Os custos relacionados às visitas aos presídios, como transporte e despesas extras, podem ser um obstáculo muito grande para os familiares, especialmente se eles já estão enfrentando problemas financeiros.

A localização do presídio pode dificultar a visita regular por parte deles, especialmente se estiver longe de sua residência, haja vista a existência de poucos presídios femininos, e a maioria deles serem distante das grandes cidades. A distância pode tornar as visitas caras, cansativas e inconvenientes, o que pode desencorajar os familiares a manter contato regular com a mulher presa.

Assim, pode-se apontar que além do descaso por parte do Estado e o preconceito da sociedade das pessoas em situação de cárcere, que o abandono das mulheres no sistema prisional é mais um fator que contribui para não reintegração da interna. Pelo

contrário, se o isolamento social é considerado uma forma de punição a um crime cometido. O efeito que ele causa é mais violências e distúrbios psicológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo e a dor do indivíduo encarcerado, que na visão de Michel Foucault era objeto último da punição estatal, quando descreve os suplícios ocorridos dentro das prisões no século XVIII e início do século XIX, perderam espaço. Atualmente, podemos constatar que só mudou a “arte de punir”, uma vez que, hoje, existe uma penalidade abstrata que vai além da punição corporal, que é a dor psíquica suportada pelas pessoas presas, especialmente pela mulher. Como se não bastasse a punição estatal, com seus efeitos irreversíveis, a mulher presa também sofre outro tipo de punição, não menos dolorosa e talvez a maior delas o abandono do companheiro e as dificuldades da família em ir visita-la.

O abandono ocorre inicialmente pelos companheiros, sendo o principal motivo o estabelecimento de nova relação afetiva com outra pessoa. Depois vêm a ausência de recursos financeiros para a realização da visita e a não aceitação das regras impostas pelo sistema prisional. Vale observar que até pouco tempo atrás as mulheres não tinham direito à visita íntima. A prisão instrumentaliza um abandono social presente na vida dessas mulheres. Desde muito cedo, a grande maioria delas é acostumada com a violência e a pobreza, em uma sociedade na qual recai sobre elas uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado.

A partir das percepções da criminologia crítica, bem como da observação da realidade pode-se admitir que o sistema penal é violento com as pessoas que, por diversas razões, encontram-se vulneráveis socialmente. Essa vulnerabilidade social vem acompanhada de uma vulnerabilidade psíquica, fabricada por um processo de rejeição e marginalização. A mulher pobre e negra no sistema repressivo terá um aprofundamento dessa marginalização. A cultura social que pesa sobre as mulheres transgressoras faz com que os companheiros venham a abandoná-las quando cometem crimes.

O punitivismo existente no país corrobora a cultura de exclusão dos encarcerados, especialmente as mulheres que fugiram do padrão social. Impera em nossa sociedade um forte desejo de vingança na aplicação de suas penas; o sistema repressor brasileiro possui um sentimento irracional com grande dificuldade de analisá-lo a partir de dados objetivos. A transição da modernidade à modernidade recente pode ser vista como um movimento que se dá de uma sociedade inclusiva para uma sociedade excludente. Isto é, de uma sociedade cuja tônica estava na assimilação e na incorporação para uma que separa e exclui. É difícil para o sistema prisional lidar com mulheres, afinal elas engravidam, menstruam, as gestantes necessitam de um parto seguro, atendimento médico de pré-natal, escolta nas consultas, um lugar salubre para amamentar e cuidar do recém-nascido.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 18, 2020/23.

BENELLI, SJ. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar.

In: **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas**

[online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – DEPEN. Relatório Estatístico. Acessado em <https://www.gov.br/senappen/pt-br>. Em 27/04/24.

DAVIS, Mark H. **Empathy : a social psychological approach** Madison, Wis. : Brown & Benchmark Publishers, 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir. A História da Violências nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Acessado em <https://www.gov.br/senappen/pt-br>. Em 27/04/24.

QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON (org.)

Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1998.

SECRETARIA ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento Penitenciário de Minas Gerais. Acessado em: <http://www.depen.seguranca.mg.gov.br/>. Em 27/04/24.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – SISDEPEN. Acessado em <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Em 27/04/24.

VARELLA, Dráuzio. Prisioneiras. São Paulo, Cia. Das Letras, 2017.

PROGRAMA DE DIGNIDADE MENSTRUAL: ARTICULAÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL

Janikelle Bessa Oliveira¹

Resumo: O conceito de pobreza menstrual compreendido na falta de acesso a itens básicos de higiene durante a menstruação pela ausência de informação, recurso financeiro e infraestruturais, deve ser observado enquanto termo que abarca um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional (Unicef; Unfpa, 2021), que conforma os debates de gênero, raça, desigualdade e promoção da saúde reprodutiva e sexual. Desse modo, esse trabalho propõe analisar as articulações no Legislativo Federal que possibilitaram a implementação do Programa de Dignidade Menstrual, e para tal se utiliza de ferramentas do *Process Tracing* (Rastreamento de Processo) como metodologia de análise dos atores políticos envolvidos na proposição normativa, dos debates estabelecidos e da condução de agendamento, formulação e primeiros passos de implementação da política pública. Esse movimento perpassa pela trajetória da legislação de dignidade menstrual a partir da aprovação da Lei nº 14.214/2021, as barreiras cognitivas encontradas durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) decorrentes do veto ao projeto de lei e posterior estruturação no governo do presidente Luiz Inácio da Silva do Programa de Dignidade Menstrual. Entendendo esse processo enquanto inicial, mas fundamental para possibilitar a promoção da saúde da mulher.

Palavras-chave: Pobreza menstrual; Programa Dignidade Menstrual; Políticas Públicas, Agenda

Abstract: The concept of menstrual poverty, understood as the lack of access to basic hygiene items during menstruation due to the lack of information, financial and infrastructural resources, must be observed as a term that encompasses a complex, transdisciplinary and multidimensional phenomenon (Unicef; Unfpa, 2021), which constitutes debates on gender, race, inequality and the promotion of reproductive and sexual health. Therefore, this work proposes to analyze the articulations in the Federal Legislature that enabled the implementation of the Menstrual Dignity Program, and to this end it uses Process Tracing tools as a methodology for analyzing the political actors involved in the normative proposition, the established debates and conducting scheduling, formulation and first steps in implementing public policy. This movement permeates the trajectory of menstrual dignity legislation following the approval of Law No. 14.214/2021, the cognitive barriers encountered during the government of President Jair Bolsonaro (2019-2022) resulting from the veto of the bill and subsequent structuring in the government of President Luiz Inácio da Silva of the Menstrual Dignity Program. Understanding this process as initial, but fundamental to enable the promotion of women's health

Keywords: Menstrual poverty; Menstrual Dignity Program; Public Policies, Agenda

INTRODUÇÃO

A concepção de dignidade menstrual se apresenta enquanto um tema emergente no debate sobre saúde, direitos humanos e igualdade de gênero. E envolve o reconhecimento do direito das mulheres e pessoas menstruantes de viverem de forma digna e sem restrições relacionadas à menstruação. Assim, esse artigo objetiva explorar as

¹ Professora do Departamento de Política e Ciências Sociais - Unimontes. Doutora em Ciência Política pela UnB. Membro do Grupo de Pesquisa Nefe. ORCID: 0000-0002-7389-2682. E-mail: Janikelle.oliveira@unimontes.br.

articulações no Legislativo Federal brasileiro que possibilitaram a implementação do Programa de Dignidade Menstrual (PDM) como política pública que possibilite a redução de restrições com a naturalização da visão do ciclo menstrual e a oferta gratuita de absorventes higiênicos.

Phillips (1995) evidencia que a política do corpo é uma área fundamental na ciência política, que abarca questões de poder, controle e representação corporal, a dignidade menstrual está intrinsecamente ligada à política do corpo e envolve questões de autonomia, saúde e igualdade de gênero. E quando se relaciona com um cenário socio econômico em que uma a cada quatro mulheres e ou pessoas que menstruam já faltaram a aula por não ter acesso a absorventes, e que 48% destas esconderam que o motivo da ausência seria pela falta de absorventes e 45% acreditem que isso impactou o rendimento escolar (Unicef; Unfpa, 2021), têm-se a dimensão do implicações da pobreza menstrual no cotidiano de milhares de mulheres e pessoas que menstruam.

Deste modo, como ocorreu o processo de agendamento, formulação e implantação inicial do Programa Dignidade Menstrual (PDM) é a questão que busca-se responder - mesmo que forma sintética - neste trabalho. Para visualizar as dinâmicas no Legislativo utilizou-se algumas ferramentas² de *Process Tracing* (Rastreamento de Processo), particularmente, a concepção de evidências de Beach e Pedersen (2013) com a coleta de informações em documentos públicos, relatórios e pesquisas anteriores, com uma análise qualitativa que rastreia fenômenos sociais e políticos ao longo do tempo. O estudo proposto tem enquanto marcador temporal o debate do projeto de lei PL 4.968/2019 e a dinâmica que se estabeleceu até a implementação inicial do PDM.

O artigo se divide em duas partes, com a primeira resgatando a discussão sobre agendamento, formulação e implementação de políticas públicas em sua interface com a questão da pobreza menstrual, e a segunda parte explorando o processo de discussão no

² Beach e Pedersen (2013) apresentam quatro tipos de evidências para a aplicação de *Process Tracing*, i) Padrão: Em que observa-se um padrão estatístico que corrobora a teoria ou hipótese; ii) Sequência: onde observa-se a cronologia temporal e espacial dos eventos, demonstrando a relação causal entre eles; iii) Vestígio: Em que a mera existência de um traço ou vestígio indica a presença do mecanismo causal proposto; iv) Prova: Com uma evidência direta e conclusiva que confirma a relação causal entre a variável independente e a variável dependente.

Legislativos sobre a dignidade menstrual e a dinâmica com o Executivo na implementação do Programa de Dignidade Menstrual, as barreiras cognitivas e dilemas de um programa que estabelece suas ações iniciais.

AGENDAMENTO E FORMULAÇÃO DA POLÍTICAS PÚBLICAS E A INTERFACE COM A DIGNIDADE MENTRUAL

A agenda de políticas públicas configura-se como um palco dinâmico e multifacetado

onde se entrelaçam interesses, ideias, interesses e disputas de poder para jogar luz em problemas da sociedade e abrir espaço para soluções dentro do espectro desses jogos de interesse. Analisar a dinâmica de agendamento, construção de soluções com a formulação de políticas públicas e implementação, amplia as condições de observar como as disputas de poder se estabelecem sob determinada pauta.

Kingdon (1984) através do modelo de múltiplos fluxos contribui com a visualização da agenda como um fluxo em constante movimento, onde problemas vivenciam uma competição por atenção e ideias que solucionem esses problemas nas ‘janelas de oportunidade’ política, e por mais que esse modelo analítico receba críticas quanto a baixa percepção da incidência das instituições no processo de formulação de políticas públicas, não se pode descartar que contribui para a localização do papel das ideias na política pública.

O modelo de múltiplos fluxos de Kingdon além de não estabelecer a participação das instituições na formulação de políticas públicas também não consegue explicar a interlocução entre os fluxos do problema, soluções e das condições políticas, Cobb *et al* (1977) com a teoria de ‘agenda setting’ vão pelo caminho da análise da agência na construção de agendas, que busca elucidar como os atores políticos, munidos de recursos e estratégias, constroem influencias e prioridades para determinados temas.

O pensamento e materialização das políticas envolvem uma relação de interesses distintos o que fomenta um ambiente de tensão que permeia a formulação de políticas

públicas que em alguns momentos pode apresentar um ‘paradoxo político’, em que as tentativas de solução de um problema podem fomentar a criação de outras questões e impasses, o que demandaria dos formuladores a habilidade de se adaptar e cenários de negociação contínuos. (Stone, 2001)

Desse modo, a formulação de políticas públicas não se esgota com as escolhas de ações, mas uma contínua ponderação de alternativas a fim de alcançar soluções bem embasadas, essas alternativas podem emergir de atores políticos inseridos no cenário institucional ou mesmo representar os interesses de uma ‘coalizão de defesa’ mobilizada em torno de interesses em comum do agendamento até o monitoramento da implementação das políticas.

Quando relaciona-se o processo de articulação de interesses para agendamento e formulação de políticas públicas com a perspectiva de gênero é preciso apontar o contexto de sub-representação de mulheres nos cargos eletivos o que corrobora com um cenário de políticas públicas debatidas por uma maioria de homens e apresentando soluções sob a égide patriarcal. Beckwith (2014), aponta que os interesses e demandas das mulheres são amplamente marginalizados no processo decisório, a compreensão da participação das mulheres na política passa por uma abordagem interseccional que reconheça que as experiências das mulheres são moldadas por múltiplas identidades e condições sociais como gênero, raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais.

A agenda de dignidade menstrual parte do debate de mulheres e o reconhecimento da

Pobreza menstrual como uma questão a ser enfrentada pelo Estado. O rastreamento da gênese do PDM demonstra as articulações que partem do Legislativo Federal, mais particularmente por parlamentares mulheres que constroem e negociam a aprovação da Lei nº 14.214/2021 que serve de base para as demais articulações até a implementação do Programa de Dignidade Menstrual em 2023.

Bobel (2019) faz um alerta sobre a necessidade de observar de forma crítica o discurso de *Menstrual Hygiene Management* (Gestão da Higiene Menstrual) que permeia a construção de políticas públicas de enfrentamento da pobreza menstrual, principalmente de países do sul global. O questionamento da autora com políticas de Gestão da higiene

menstrual abarca a concentração destas no produto de higiene, por encarar e limitar a questão ao acesso do absorvente com direcionamento a uma agenda consumista centrada no produto.

O desafio ao discurso de Gestão de Higiene Menstrual (GHM) passa pela simplificação do debate, como se o problema fosse uma ‘crise higiênica’ e não as ressonâncias da vulnerabilidade de acesso a bens básicos como água potável, instalações sanitárias e educação menstrual, assim, Bobel apresenta três barreiras limitantes do GHM, a primeira relaciona-se ao foco nos produtos em detrimento da educação, a ênfase no fornecimento de produtos menstruais descartáveis levando a um desenho de política pública com peso ampliado ao acesso a absorventes, o que não seria um problema se não houvesse em muitos casos apenas esse passo no enfrentamento da pobreza menstrual.

A segunda barreira é a insensibilidade cultural de políticas de GHM que se propõe ter uma abordagem única negligenciando a diversidade de crenças e práticas culturais no que concerne a menstruação, a terceira barreira pode ser percebida como ressonância da insensibilidade cultural com o uso de uma ‘narrativa de resgate’ de mulheres e pessoas que menstruam nos países do sul global, como se necessitassem ser salvas de suas experiências menstruais, o que contrasta com a perspectiva de compreensão da menstruação como um processo corporal natural.

A porta de saída dessas limitações de políticas centradas em GHM está na alfabetização menstrual como uma estrutura alternativa que vai além da higiene e do acesso a produtos, mas coloca a educação abrangente como canalizador do reconhecimento da menstruação como natural, a gerência do período menstrual sai do foco do produto a passa a ser de mulheres e pessoas que faça a gerência em seus contextos culturais específicos, o que pressupõe uma abordagem holística. (Bobel, 2019)

RASTREAMENTO DO PROGRAMA DE DIGNIDADE MENSTRUAL: IMPASSES INICIAIS

O relatório³ "Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos" (Unicef; Unfpa, 2021), apresenta um panorama de condição de vulnerabilidade da realidade menstrual de mulheres e pessoas que menstruam no Brasil, e aponta a precariedade menstrual pode ser vista na falta de acesso a produtos menstruais em que 11 milhões de mulheres, meninas e pessoas que menstruam no Brasil não têm acesso adequado a produtos menstruais, como absorventes higiênicos, durante o ciclo menstrual. Devido à falta de acesso, por vezes improvisam utilizando materiais inseguros e pouco saudáveis, como pano, papel ou mesmo cascas de banana, colocando em risco a sua saúde e dignidade. Aponta ainda, escassez de banheiros com mais de 713 mil mulheres no Brasil vivendo em casas sem banheiro e 1,2 milhão que não têm acesso a papel higiênico nos banheiros das escolas que frequentam. A falta de infraestruturas dificulta a higiene menstrual adequada e causa constrangimento e insegurança, soma-se ainda que quatro milhões de meninas faltam à escola devido à menstruação, 14% das meninas de 15 a 19 anos faltam à escola devido à menstruação. E 5% das meninas entre os 15 e os 19 anos abandonaram a escola por causa da menstruação. que enquanto externalidade produz um cenário que influencia no rendimento escolar.

O agendamento do enfrentamento da pobreza menstrual como uma questão a ser enfrentada pelo Estado partiu da articulação feminina no Legislativo com o Projeto de Lei - PL 4.968/2019, criado pela deputada federal a época Marília Arraes (PT-PE), para desenvolver planos de proteção e promoção da saúde menstrual e alterar a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

O PL 4.968/2019 se tornou tema de debate na Assembleia Legislativa, tendo por um lado, os defensores da lei, liderados por entidades como o 'Plan Internacional Brasil'⁴ e o 'Fórum da Mulher Brasileira', que argumentavam que a medida é crucial para combater a pobreza menstrual, uma questão com incidência na vida de mulheres brasileiras e as impede de acessar educação, empregos e dignidade. Por outro lado, os

³ O relatório foi construído utilizando a base de dados do IBGE - por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

⁴ Organização não governamental e sem fins lucrativos, com objetivo de promoção dos direitos das crianças e a igualdade para as meninas.

críticos da lei, representados por parlamentares conservadores, expressaram preocupações sobre o custo do programa.

A proposta inicial da deputada Marília Arraes tinha como escopo a distribuição de absorventes para meninas nas escolas através do Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos (PFAH) nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio, com base na discussão da proposta foi alterado o objetivo inicial através da subemenda substitutiva⁵ da deputada Jaqueline Cassol (PP-RO) que alterou o art. 1º, passando a tratar da criação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, cujo escopo seria assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual.

A articulação de deputadas em prol da agenda de dignidade menstrual ilustra o debate apresentado por Phillips (1995) sobre os mecanismos de representação política de grupos historicamente marginalizados na esfera do poder, nesse sentido, a presença de mulheres, negros, indígenas, lgbtqiapn+ e outros grupos minorizados no processo decisório torna-se fundamental uma democracia representativa, meios de inclusão como cotas eleitorais se mostram como um passo interessante, mas desde que ultrapasse o interesse de números de representação, para agendas de representação desses grupos.

Após meses de debate, o PL 4.968/2019 foi aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados, com 362 votos a favor e 29 contrários. A votação evidenciou o apoio à proposta entre os parlamentares e uma articulação da bancada feminina que demonstrou efetividade. No Senado o PL foi aprovado em primeiro turno com 57 votos a favor e 10 contra. Com a aprovação da Lei nº 14.214/2021 esta foi enviada para o presidente Jair Messias Bolsonaro que vetou parcialmente (Veto nº 59/2021)⁶, que atingiu os capítulos nº 01, 05, 06 e 07 aos quais definia e estruturava o objetivo do programa em assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual, os critérios para acesso ao benefício e a dotação orçamentária.

⁵ O texto da subemenda se baseou em parte no substitutivo da relatora na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Deputada Professora Rosa Neide (PT-MT).

⁶ Texto do veto disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9039502&ts=1702658816631&disposition=inline>

O Veto nº 59/2021 teve a construção da justificativa de negativa dos artigos nº 01, 05, 06 e 07 construídas na consulta aos Ministérios da Educação, Economia e Saúde que argumentaram que a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que determina que os recursos sejam destinados às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito; o fato do programa não estar listado no objeto do Programa no rol de aplicação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – Funpen; ainda, os absorventes não se encontram na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME, o que impediria sua distribuição.

Por mais que a justificativa dos limites orçamentários e das barreiras programáticas possam aparentar ser concebidas de forma técnica, ela representa um discurso, uma agenda do governo Jair Messias Bolsonaro que não inclui programas de assistência social, ou direitos das mulheres enquanto prioridades, visto que, orçamentos assim como programas são resultados de articulação e vontade política e não instrumentos inflexíveis de ação governamental. Desse modo, a negativa de uma política ou programa que se utiliza dessa chave tem fortes tendências de não se encontrar no rol de ações de interesse governamental.

Uma evidência vestígio de que um programa de enfrentamento da pobreza menstrual pressupõe vontade política pode ser percebida na decisão contraditória tomada pelo presidente da república, com o movimento de veto da Lei nº 14.214/2021 que instituiu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, e pouco tempo depois, no dia 08 de março de 2022 publica o decreto nº 10.989 que instituiria o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, decreto esse que seria revogado com a derrubada do veto no dia 10 de março de 2022, dois dias após a publicação do decreto.

O Congresso Nacional, em sessão conjunta, decidiu derrubar o veto presidencial e promulgar a Lei n.º 14.214/2021, que instituiu o “Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual”. O veto foi derrubado por 319 votos a favor e 53 a favor. Mas o que poderia ter impulsionado a mudança de postura do Executivo em relação ao programa de dignidade menstrual? A primeira questão que deve se levar em consideração é que o ano de 2022 era um ano eleitoral e o lançamento de um programa no dia

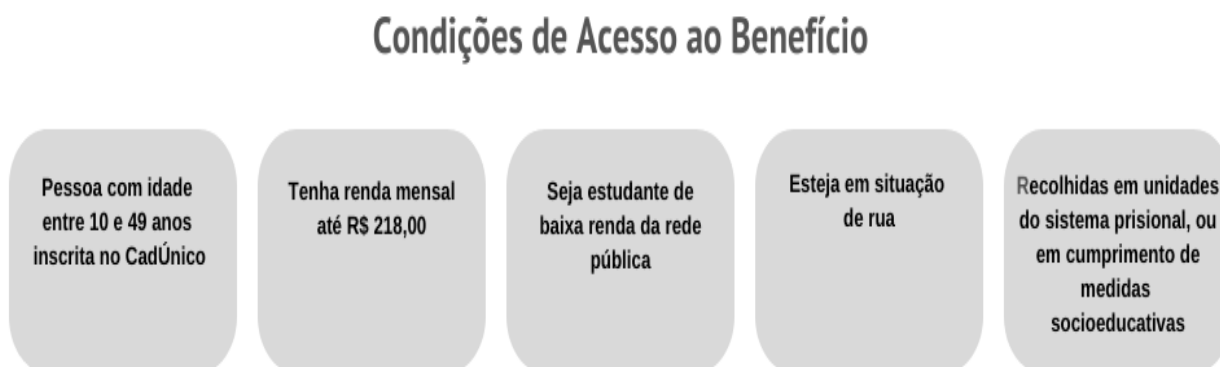
Internacional da Mulher traria visibilidade ao presidente, visto que a iniciativa do programa vetado parcialmente era do Legislativo, mais particularmente, da bancada feminina no Congresso.

Assim, não se pode descartar a tentativa de capitalização político eleitoral da institucionalização do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual via Executivo, movimento barrado pela derrubada do veto da Lei n.º 14.214/2021 e do desenho do programa via Legislativo. O programa via Executivo tinha a mesma disposição material de distribuição de absorventes higiênicos e cuidados básicos, a diferença estava na sua vinculação a pasta da Educação, mas mesmo essa diferença não atenua a condição de que as justificativas para o veto perderam valor com uma proposição de um programa com uma mesma intenção poucos meses antes.

O Programa de Dignidade Menstrual começa a ser implementado com a mudança de governo, com a janela de oportunidade apregoada por Kingdon (1995) que possibilitou as condições políticas para a aplicação de uma política pública concebida para o direito das mulheres, e a saída do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi o ponto de guinada para a possibilidade de implementação de fato.

O Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023 regulamentou a institui Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual com vinculação ao Ministério da Saúde e apoio técnico do Ministérios da Justiça, o programa garante a distribuição gratuita e continuada de absorventes higiênicos para pessoas beneficiadas, que estão entre 10 e 49 anos, cadastradas no CadÚnico e autorização no Meu SUS digital.

Figura 01. Beneficiários do Programa de Dignidade Menstrual



Fonte: Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023

O Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual está em fase inicial de implementação e nesse sentido, o monitoramento deve focar nos limites do desenho da política e nas relações intergovernamentais entre União, Estados e Municípios e articulação entre os Ministérios da Saúde, da Justiça e Segurança Pública, das Mulheres, da Educação, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Mas uma questão se apresenta de forma premente, por mais que o programa seja um passo positivo considerável na defesa da dignidade das mulheres e pessoas que menstruam, o seu desenho atual ainda está preso a estrutura criticada por Bobel (2019) e as políticas com foco na Gestão de Higiene Menstrual (GHM), o acesso ao absorvente higiênico em condições de vulnerabilidade é um ponto necessário para enfrentamento da pobreza menstrual, o problema ocorre quando ações de educação menstrual e educação sexual são diminuídas ou mesmo desconsideradas como parte da promoção da dignidade menstrual e da saúde de mulheres e pessoas que menstruam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza menstrual compreendida como a falta de acesso a itens básicos de higiene durante a menstruação pela ausência de informação, recurso financeiro e infraestruturais, deve ser observada enquanto termo que abarca um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional (Unicef; Unfpa, 2021), o seu agendamento enquanto uma questão de interesse de solução por políticas públicas ocorreu através da articulação de mulheres parlamentares no âmbito do Congresso Nacional e as negociações que se seguiram a aprovação da Lei n.º 14.214/2021 que instituiu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.

As evidências coletadas através de documentos, relatórios e informações públicas, apresenta vestígios (Beach e Pedersen, 2013) de que o processo de agenda, formulação e implementação estão balizadas na dinâmica de articulação das mulheres, o que corrobora com a defesa de Beckwith (2014) sobre a necessidade de ‘presença’ de mulheres e grupos minoritários em posições de tomada de decisão, mas mais do que números, precisa de ‘presença’ de agendamento de pautas de interesses desses grupos.

O processo de formulação da política de dignidade menstrual ainda lidou com uma barreira cognitiva de ideias conservadoras no governo de Jair Messias Bolsonaro que concretizou essa barreira através do veto parcial do texto da lei de instituição do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, seguido de uma tentativa de captação da agenda de dignidade das mulheres em ano eleitoral.

O cenário de implementação da política pública alterou-se com a mudança de governo e a abertura da janela de oportunidade, o que possibilitou os seus passos iniciais de trabalho. E por mais que o Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual seja um demonstrativo do potencial de articulação feminina no Legislativo, não se pode desconsiderar a necessidade de ampliação dos aspectos de educação menstrual e sexual do programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHRACH, Peter, e MORTON Kaplan. **The power of negative agenda setting: How bureaucracy shapes the public discussion of social problems.** Journal of policy analysis and management 4.4 (1985): 641-660.

BEACH, D., & PEDERSEN, D. **The Four Evidentiary Types and Forensic Science.** Argumentation, 27(4), 2013, 349-367.

BECKWITH, Karen. **Not all women are the same: An intersectional approach to women's political participation.** Oxford University Press, 2014.

BIMBER, Patrick R., et al. **Twitter activism: The role of social media in the Arab Spring.** Journal of Communication 62.2 (2012): 323-344.

BOBEL, C. (2019). **The Managed Body: Developing Girls and Menstrual Health in the Global South.** Palgrave Macmillan, 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021** - institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Brasília, DF, 6 de outubro de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.989, de 8 de março de 2022.** Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Brasília, DF, 8 de março de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023.** Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Brasília, DF, 8 de março de 2023.

BULMER, Simon, e Christopher Weaver. **The internationalization of public policy.** Sage Publications, 2014.

COBB, Roger W., Charles D. Lindblom, e Theodore R. Lowi. **The policy agenda.** Public administration review 34.6, 1974: 320-333.

DROR, Yehezkel. **The logic of policy formulation.** Public administration review 38.3, 1978: 269-278.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies.** Little, Brown and Company, 1984.

MAJONE, Gianfranco. **Evidence, persuasion, and policy analysis.** Yale University Press, 2009.

PHILLIPS, A. **The Politics of Presence: The Political Representation of Gender, Race, and Sexuality.** Oxford University Press, 1995.

PRESSMAN, Jeffrey L., e Aaron Wildavsky. **Implementation.** University of California Press, 1973.

SABATIER, Paul A. **An advocacy coalition framework: Interactive policy analysis.** Sage publications, 1998.

STONE, Clarence N. **Policy evaluation: Linking knowledge and decision-making**. CQ Press, 1995.

STONE, Deborah A. **Policy paradox and public education: Why we can't leave public schools alone**. Princeton University Press, 2001.

UNICEF; UNFPA. **Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos**. Brasília: UNICEF/UNFPA, 2021.

WEISS-WOLF, J. **Periods Gone Public: Taking a Stand for Menstrual Equity**. Arcade Publishing, 2017

**O ENFERMEIRO NA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DE SAÚDE MENTAL:
UM RELATO DE EXPERIENCIA****THE NURSE IN THE INTERDISCIPLINARY MENTAL HEALTH TEAM:
AN EXPERIENCE REPORT**

Deborah Fernanda Nunes Moreira

RESUMO: Objetivo: relatar a experiência de uma enfermeira que atua na Rede de Atenção Psicossocial, sob a lógica da interdisciplinaridade. **Metodologia:** Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo relato de experiência, desenvolvido por uma enfermeira que está inserida na RAPS de um município do Norte de Minas Gerais. **Resultados e discussão:** O enfermeiro está inserido na prática interdisciplinar e lança mão de ferramentas que sistematizam o seu fazer. A interdisciplinaridade busca ir além da lógica multiprofissional, propondo abertura ao que atravessa e ultrapassa todas as disciplinas. **Considerações finais:** o enfermeiro tem conseguido compor ativamente a equipe e realizar práticas interdisciplinares, impactando positivamente no processo de reabilitação psicossocial.

Palavras-chave: Saúde Mental, Comunicação Interdisciplinar, Enfermagem.

ABSTRACT: Objective: to report the experience of a nurse who works in the Psychosocial Care Network, under the logic of interdisciplinarity. **Methodology:** This is a qualitative study, of the experience report type, developed by a nurse who is part of the RAPS of a municipality in the North of Minas Gerais. **Results and discussion:** Nurses are part of interdisciplinary practice and use tools that systematize their work. interdisciplinarity seeks to go beyond multidisciplinary logic, proposing openness to what crosses and goes beyond all disciplines. **Final considerations:** nurses have been able to actively form part of the team and carry out interdisciplinary practices, positively impacting the psychosocial rehabilitation process.

Keywords: Mental Health, interdisciplinary Communication, Nursing.

INTRODUÇÃO

A história da assistência à saúde no Brasil é marcada pelas lutas e reivindicações sociais, tanto da população geral quanto dos próprios trabalhadores. O primeiro grande movimento foi o da Reforma Psiquiátrica, que culminou na III Conferência Nacional de Saúde, onde discutiu-se os desafios da atenção à saúde no país e outros setores relacionados. Estas discussões resultaram na elaboração da Constituição Federal de 1988 que, dentre outras coisas, assegura a saúde como direito de todos e dever do estado (SANTOS, LIMA, 2018).

Dois anos depois, a Lei Orgânica da Saúde, lei 8.080 em seu artigo terceiro afirma que a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a

alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais e que os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. Neste contexto, a partir desta e de outras legislações, é criado o Sistema Único de Saúde brasileiro, que tem como princípios a garantia da integralidade, a universalidade e a equidade no cuidado à saúde dos indivíduos (MEIRELES, KANTORSKI, HIPOLYTO, 2011).

Neste sentido, a criação de Redes de Atenção à Saúde (RAS) surge como uma estratégia para que estes princípios sejam alcançados, visto que objetivam interligar os dispositivos de saúde em forma de rede, e opera ainda no diálogo com outras políticas públicas. Isso acontece para que sejam garantidos os direitos integrais dos indivíduos, levando em conta não só as questões clínicas, como também os demais fatores que interferem no processo saúde-doença da população. Desta forma, pode-se afirmar que as RAS surgem para que se garanta a efetividade, eficiência, qualidade e segurança na assistência à saúde (SANTOS, LIMA, 2018).

No contexto da Saúde Mental, houve uma mudança paradigmática no modelo assistencial a partir do Movimento da Reforma Psiquiátrica, que teve início nos anos 1970. A partir de então, substituiu-se a lógica hospitalocêntrica, biológica, higienista e institucionalizadora pela lógica da atenção psicossocial, que considera o sujeito para além do seu adoecimento, levando-se em conta as dimensões bio-psico-social ((MEIRELES, KANTORSKI, HIPOLYTO, 2011).

Esta necessidade de mudanças no modelo assistencial prestado pela saúde culminou na elaboração da Lei 10.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, em 2001 e, dez anos depois, é instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) pela Portaria nº 3.088 para a garantia de articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento e do acompanhamento longitudinal (BRASIL, 2001; ALVES, SANTO, CASANOVA, 2021).

Desenvolver ações em saúde que venham ao encontro desse modelo, em especial no cuidado em saúde mental, exige a percepção de que os fatores determinantes da saúde estão implicados no modo como as pessoas, vivem em seu território, entendido como um

espaço político em permanente construção por seus sujeitos sociais e seus tencionamentos. Nesse sentido, uma maior diversidade de profissionais que possam, através de um processo de trabalho interdisciplinar, enfrentar as inúmeras dificuldades que se apresentam no trabalho para, num esforço compartilhado, construir práticas humanizadas de cuidado a partir de diferentes saberes e fazeres capazes de atender as necessidades de saúde da população (MEIRELLES, KANTORSK, HYPOLITO, 2011).

A interdisciplinaridade supera atitudes multidisciplinares e multiprofissionais apesar de contê-las. Esta prática envolve a concatenação de perspectivas e métodos durante todo o processo de estudo de um objeto e gera, ao final, um produto transdisciplinar, com potencialidade para subsidiar a prática transformadora. A interdisciplinaridade visa a unidade do conhecimento, articulando os conteúdos de forma a contribuir para a compreensão da realidade singular e complexa, representando uma cooperação e um pensamento organizador que ultrapassa o ato de meramente somar conhecimentos, mas sim de construir algo mais complexo e articulado (GIACOMINI, RIZZOTTO, 2022; TAVARES, 2005).

Percebe-se então, que a interdisciplinaridade se faz fundamental para a reformulação da atuação das categorias profissionais no campo da saúde mental, em especial a enfermagem, por convocar a abertura às novas contingências dos sujeitos e suas singularidades, demandando a superação do pensamento simplista e fragmentado dos processos de saúde e doença, produzindo novos conhecimentos. Nessa perspectiva, os profissionais de enfermagem devem também estar abertos para superar os caminhos já trilhados, e construir outros caminhos a partir do compartilhamento de novos enfoques (SANTOS, LIMA, 2018; ALVES, SANTO, CASANOVA, 2021).

A enfermagem deve exercer uma função de transformação dos processos de trabalho junto à equipe, visto que representa grande quantitativo nas equipes de equipes de saúde mental. Além disso, conforme deliberação do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), os enfermeiros para trabalharem em saúde mental precisam ter especialização na área, devido a saúde mental exigir do enfermeiro uma prática diferenciada das demais áreas de atuação profissional. Desta forma, o que se vislumbra é a relevância da força de

trabalho composta por enfermeiros especialistas em Saúde Mental (ALVES, SANTO, CASANOVA, 2021).

Neste contexto, fica claro que a mudança no campo da saúde mental impõe transformações na área da saúde, requerendo profissionais comprometidos com uma nova forma de lidar com o sujeito e seu adoecimento, capazes de articular conhecimentos profissionais específicos com o de toda a rede de saberes envolvidos no sistema de saúde, por meio de uma ação dialógica com diferentes atores sociais, visando o enfrentamento dos problemas de saúde e a melhoria nas condições de vida. O enfermeiro está inserido nesta nova realidade e pode operar como um ator importante de transformação da prática interdisciplinar, o que justifica a realização deste trabalho.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de uma enfermeira que atua na Rede de Atenção Psicossocial sob a Lógica da interdisciplinaridade.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo relato de experiência, desenvolvido por uma enfermeira especialista em Saúde Mental que está inserida na Rede de Atenção Psicossocial de um município do Norte de Minas Gerais.

A enfermeira atua na RAPS deste município desde 2020, ano em que se inseriu na Residência Multiprofissional de Saúde Mental e, em 2022, após conclusão da pós-graduação, se inseriu como funcionária do município. É baseado nas experiências vivenciadas neste período e no que a literatura trás acerca da atuação do enfermeiro sob a lógica da transdisciplinaridade que este trabalho será construído.

A RAPS do município, que atualmente possui mais de 400 mil habitantes e atende ainda, quatro municípios pactuados, é composta por aproximadamente 150 equipes de Estratégia de Saúde da Família com cobertura territorial total, sendo que todas as equipes possuem psicólogo de referência, é composta ainda pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), sendo o CAPS II Helena Macedo, CAPS AD II Robson Xavier, CAPS AD III e CAPS Infantojuvenil, possui dois Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), uma

Unidade de Acolhimento adulto mista e uma infantojuvenil mista, duas equipes de Consultório na Rua, além de leitos de saúde mental em dois hospitais gerais e atendimento em ambulatórios de Saúde Mental da cidade.

Este trabalho não envolveu pesquisa com seres humanos, portanto, dispensa aprovação do comitê de ética em pesquisa (CEP). Apesar disso, o estudo está de acordo com os preceitos éticos da Resolução nº 466/12, que dispõe sobre pesquisas com seres humanos (BRASIL, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A enfermeira, nestes quatro anos de atuação na RAPS do município em questão observou que as equipes tem composição multiprofissional, sendo formadas por psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais,icineiros e médicos, apenas um serviço possuía pedagogo e outro possuía profissional de educação física e terapeuta ocupacional. A categoria profissional predominante em todos os serviços é a psicologia.

Estes profissionais desempenham funções semelhantes nos processos de trabalho dos serviços, onde todos, exceto o médico, realizam acolhimento inicial às crises e assumem a referência técnica dos casos que forem admitidos, é de responsabilidade deste profissional a construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS) deste sujeito. Todos podem também assumir referência clínica, e o médico assume a referência médica dos casos que iniciarem a abordagem medicamentosa ou outra que se fizer necessária. Todos os profissionais participam das reuniões clínicas, que acontecem pelo menos uma vez por semana em todos os serviços, todos também realizam oficinas no espaço da permanência-dia.

As equipes trabalham com escalas, onde todas as categorias profissionais são contempladas, existem as funções de: acolhimento interno (acolhimento dos casos novos de crise), acolhimento externo (acolhimento dos casos que já são assistidos no serviço e, por algum motivo a referência técnica do caso não se encontra no serviço no momento) e assistência à permanência-dia. Cada categoria profissional integra no seu

fazer diário as práticas do seu núcleo, a exemplo do enfermeiro, que realiza funções gerenciais e assistenciais num mesmo serviço.

A Resolução do COFEN nº678 de 2021 regulamenta a atuação do enfermeiro na equipe multiprofissional de saúde mental e preconiza as ações que devem ser realizadas pelo mesmo nos serviços. Estas ações abarcam o campo gerencial, incluindo o planejamento, organização e avaliação dos processos de trabalho da equipe de enfermagem; incluem também as ações individuais e coletivas a serem realizadas como os atendimentos individuais e familiares, a escuta atenta e empática, realização do processo de enfermagem e prescrição de cuidados, coordenação e condução de grupos terapêuticos, articulação dos casos em rede, construção e discussão de caso clínico em equipe, participação na construção do PTS e matriciamento (COFEN, 2021). É possível identificar, a partir dessa listagem, que a enfermeira tem desenvolvido ações específicas e coletivas no campo de atuação.

Algumas das ferramentas preconizadas pelo COFEN são interdisciplinares, sendo utilizadas pelos demais profissionais da equipe de forma compartilhada. Alguns deles são o PTS, a construção do caso clínico, as reuniões clínicas, a escuta terapêutica, os atendimentos compartilhados e o matriciamento dos casos da Atenção Básica (AB).

Foi percebido no dia-a-dia do fazer nos dispositivos em que a enfermeira esteve inserida que, apesar das discussões acerca da interdisciplinaridade, esta metodologia de trabalho ainda não se estabelece por completo, apesar de uma boa parte dos profissionais se identificarem com este conceito. Nota-se que os profissionais que passaram pela pós graduação, principalmente na modalidade de residência multiprofissional, apresentam maior facilidade com o trabalho interdisciplinar.

No que se refere em específico ao enfermeiro, percebe-se que este profissional desempenha importante papel na equipe interdisciplinar, uma vez que consegue lançar mão de variadas teorias no seu fazer diário, incluindo a psiquiatria, psicopatologia, psicofarmacologia, psicanálise, além das teorias específicas de enfermagem, que norteiam um fazer sistematizado através do processo de enfermagem. Neste contexto, o enfermeiro se insere nos casos e contribui para além das questões clínicas e dos procedimentos técnicos, como acontecia anteriormente ao processo da

reforma psiquiátrica. Atualmente o enfermeiro conduz casos complexos, assume referências técnicas e clínicas, faz escuta terapêutica, articula o caso intra e intersetorialmente, coordena o cuidado de forma integral até o seu processo de alta.

No que diz respeito a composição das equipes multiprofissionais dos dispositivos da RAPS do município em questão, esta formação encontra-se de acordo com o que é preconizado pelas legislações vigentes do Ministério da Saúde, que apontam a composição básica das equipes dos CAPS. Esta composição está de acordo com a realidade de CAPS de outros estados, a exemplo do estudo realizado por Jafelice e Marcolan (2018).

A interdisciplinaridade busca ir além da lógica multiprofissional ou multidisciplinar, propondo abertura ao que atravessa e ultrapassa todas as disciplinas. Na realidade dos CAPS, verificam-se dificuldades no desenvolvimento das práticas interdisciplinares com as equipes, muitas vezes, transformadas em um conjunto de trabalhadores com práticas parceladas, ainda sob influência da autoridade médica, isso pode esclarecer o motivo de o médico, em alguns serviços, não assumir referência técnica de casos ou não realizar práticas coletivas como oficinas, não há tempo para isso quando o mesmo está com foco em prescrever medicações e “coordenar” a equipe. Para além dos desafios atrelados diretamente à integração disciplinar, há a articulação com o território e a carência estrutural como outras fragilidades das práticas interdisciplinares na RAPS. Mesmo que os discursos demonstrem a Atenção Psicossocial como concepção predominante, há conflitos internos nos processos de trabalho das equipes e questionamentos sobre a real viabilidade da execução das Políticas de Saúde Mental, que parecem depender exaustivamente da criatividade dos profissionais para serem executadas (JAFELICE, MARCOLAN, 2018; OLIVEIRA, SILVA; 2000).

Para a discussão acerca das práticas realizadas nos dispositivos da RAPS e dos instrumentos utilizados nos processos de trabalho, conforme descrição anterior, é preciso abordar os conceitos de clínica ampliada e humanização. A humanização enquanto uma política pública transversal do SUS aposta na indissociabilidade entre os modos de produzir saúde e os modos de gerir os processos de trabalho, entre atenção e gestão, entre clínica e política, entre produção de saúde e produção de subjetividade. Por humanização compreende-se a valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção

de saúde e, ao direcionar estratégias e métodos de articulação de ações, saberes e sujeitos, potencializa a garantia de atenção integral, resolutiva e humanizada (BRASIL, 2013).

Complementarmente, a clínica ampliada se configura como uma diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH) e busca se constituir numa ferramenta de articulação e inclusão dos diferentes enfoques e disciplinas. A clínica ampliada reconhece que, em um dado momento e situação singular, pode existir uma predominância, uma escolha, ou a emergência de um enfoque ou de um tema, sem que isso signifique a negação de outros enfoques e possibilidades de ação (BRASIL, 2009).

Para que seja possível a identificação desses enfoques ou temas, faz-se necessário o emprego da escuta terapêutica, ferramenta interdisciplinar do campo da saúde mental. Um estudo apontou, em 2015, que a escuta terapêutica era um recurso ainda pouco utilizado pela maioria dos profissionais que atuam na saúde mental, seja por opção particular ou por desconhecimento acerca da sua operacionalidade na área de atuação. Para os enfermeiros, isso ocorre devido à configuração dos serviços em que prevalecem a preocupação com o tempo de duração dos atendimentos e a redução do atendimento ao fornecimento da receita médica para obtenção medicamentos (SADIGURSKY, 2002; LIMA, VIEIRA, SILVEIRA, 2015).

Atualmente, o enfermeiro lança mão desta ferramenta no cuidado clínico de enfermagem em saúde mental, compreendendo a escuta terapêutica como referencial psicossocial, enquanto meio para se obter informações sobre o sujeito em sofrimento psíquico. Porém, é necessária a ampliação desta escuta clínica qualificada, que não deve ter como centralidade o enquadramento das queixas e dos sintomas dos sujeitos em quadros nosológicos, mas, sim, de perceber que as situações, que os levam a buscar por atendimento, são aquelas que estão causando sofrimento, e, portanto, precisam ser escutadas, pois o sofrimento psíquico está ligado às vivências, experiências, traumas, perdas e valores do sujeito, sendo marcado por questões que, para além do plano físico, envolvem vertentes éticas, morais, religiosas, psicológicas, sociais e culturais (NASCIMENTO et al., 2020; SILVA, GUAZINA, PIZZINATO, et al, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão apresentada neste estudo é possível concluir que a prática interdisciplinar é um objetivo possível de ser alcançado pelas equipes de saúde, em específico as de saúde mental. Percebe-se que algumas concepções difundidas nas equipes multidisciplinares ainda influenciam negativamente essa prática feita por muitos, a exemplo da crença de que o saber da saúde está centrado no médico, uma concepção relacionada a uma prática biologicista e médico-centrada.

Mesmo diante desta realidade, e de outros fatores que dificultam uma prática centrada no sujeito e sua relação com o mundo, o enfermeiro tem conseguido compor ativamente a equipe e realizar práticas interdisciplinares, impactando positivamente no processo de reabilitação psicossocial da pessoa em sofrimento mental ou uso prejudicial de álcool, crack e outras drogas. Para isso é preciso que este profissional esteja munido de ferramentas de trabalho que sistematizem e evidenciem o seu fazer e possibilite o diálogo com os demais profissionais.

Conclui-se que é necessário que os profissionais de todas as áreas, e neste caso, o enfermeiro, esteja em constante atualização de seus conhecimentos específicos, mas também a respeito das políticas públicas e mudanças paradigmáticas que a assistência à saúde ofertada no Brasil tem vivenciado. Desta forma, este profissional conseguirá dialogar com as variadas teorias que norteiam a prática interdisciplinar e prestar uma assistência de qualidade, respeitosa e efetiva aos usuários da RAPS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. RODRIGUES, M, G, A. **Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: perspectivas da rede de cuidado em saúde mental.** Revista Imagens da Educação. v. 11. n. 4. p. 213-232. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/51220>. Acesso em: 14 de abr. 2024.

ALVES, C, S, B. SANTO, T, B, S. CASANOVA, E, G. **Concepções de enfermeiras egressas da residência acerca da interdisciplinaridade em Centros de Atenção Psicossocial.** Rev. Enferm. UERJ. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.e-revista.serviçosocial.org.br/>
Revista Serviço Social em Perspectiva
Montes Claros (MG) | Vol. 8, Num. Especial I 2024 | ISSN: 2527-1849

publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/55570/39438. Acesso em: 12 de abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Humaniza SUS. **Política Nacional de Humanização**. 1º edição. Brasília. 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: 20 de abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 10.2016 de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 13 de abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Clinica ampliada e compartilhada**. Brasília. 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf. Acesso em: 20 de abr. 2024.

BRASIL. **Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 14 de abr. 2024.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução nº 678 de 2021**. Dispõe sobre a atuação da equipe de enfermagem em saúde mental e em enfermagem psiquiátrica. Brasília. 2021.

GIACOMINI, E. RIZZOTTO, M, L, F. **Interdisciplinaridade nas práticas de cuidado em saúde mental: uma revisão integrativa de literatura**. Rev. Saúde debate. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/mHJqTmBHqcN3tndQdGsVL6S/#>. Acesso em: 14 de abr. 2024.

JAFELICE, G, T. MARCOLAN, J, F. **O trabalho multiprofissional nos Centros de Atenção Psicossocial de São Paulo**. Rev. Bras. Enferm. [Internet]. V. 71. N. 5. P. 2259-66. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/nPcrXkKfVBKqTvXnMctCF5N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 de abr. 2024.

MEIRELES, M, C, P. KANTORSKI, L, P. HIPOLYTO, A, M. Reflexões sobre a interdisciplinaridade no processo de trabalho de centros de atenção psicossocial. R. Enferm. UFSM. v. 1. n. 2. p 282-289. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reufsm/article/view/2551/1689>. Acesso em: 15 de abr. 2024.

NASCIMENTO, J, M, F. NETO, F, J, C. VIEIRA, D, N, J., et al. **Escuta terapêutica: uma tecnologia do cuidado em saúde mental**. Rev. Enferm. UFPE. on line. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/244257/34678>. Acesso em: 11 de abr. 2024.

OLIVEIRA, F, B. SILVA, A, O. **Enfermagem em saúde mental no contexto da reabilitação psicossocial e da interdisciplinaridade.** R. Bras. Enferm. v. 53, n. 4, p. 584-592. Brasília. 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/TkGRgPSChgpWy5ftFpmSHyK/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 16 de abr. 2024.

SADIGURSKY, D. **A enfermeira na equipe transdisciplinar de saúde mental.** Rev. Baiana de enferm. v. 17. n. 3. p. 45-53. Salvador. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/3860>. Acesso em: 11 de abr. 2024.

SANTOS, T, S. LIMA, A, C, F. **Desafios da interdisciplinaridade no pet-redes de atenção psicossocial e atuação da enfermagem.** Rev. Enferm. UFPE. on line. v. 12. n. 5. p. 1493-9. Recife. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/230679/29014>. Acesso em: 15 de abr. 2024.

SILVA, J, R. GUAZINA, F, M, N. PIZZINATO, A., et al. **O "singular" do projeto terapêutico: (im)possibilidades de construções no CAPSi.** Rev. Polis. Psique. v. 9. n.1. Porto Alegre. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2019000100008. Acesso em: 13 de abr. 2024.

TAVARES, C, M, M. **A interdisciplinaridade como requisito para a formação da enfermeira psiquiátrica na perspectiva da atenção psicossocial.** Texto contexto - enferm. v. 14 n. 3. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/mVtpMncwFhF8FmJfsBCNPdL/#>. Acesso em: 11 de abr. 2024.

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS EQUIPES INTERDISCIPLINARES DE SAÚDE MENTAL**SOCIAL WORK AND MENTAL HEALTH: THE PROFESSIONAL PRACTICE OF THE SOCIAL WORKER IN INTERDISCIPLINARY MENTAL HEALTH TEAMS**Francine Rodrigues de Oliveira Rocha³³⁷

Resumo: O artigo objetiva contribuir com os estudos sobre a atuação profissional do assistente social na saúde mental. Com o advento da Reforma Psiquiátrica foram instituídos novos aparelhos de assistência às pessoas em sofrimento psíquico. Caracterizadas pela lógica antimanicomial, os equipamentos da saúde mental buscam por meio de formas mais humanizadas de tratamento a inserção do “louco” na vida pública e cultural da comunidade. Nesse contexto, destacamos o papel fundamental da atuação profissional do assistente social nas equipes multidisciplinares dos serviços, na construção de um cuidado integral, comprometida com o desenvolvimento da cidadania do usuário da Política de Saúde Mental.

Palavras-Chave: Assistente social, Serviço Social, Interdisciplinaridade, Saúde Mental.

Abstract: The article aims to contribute to studies on the professional performance of social workers in mental health. With the advent of the Psychiatric Reform, new assistance devices were instituted for people in psychological distress. Characterized by the anti-asylum logic, the mental health facilities seek, through more humanized forms of treatment, the insertion of the "insane" in the public and cultural life of the community. In this context, we highlight the fundamental role of the professional performance of the social worker in the multidisciplinary teams of the services, in the construction of comprehensive care, committed to the development of citizenship of the user of the Mental Health Policy.

KeyWords: Social Worker, Social Work, Interdisciplinarity, Mental Health.

INTRODUÇÃO

Com o advento da Reforma Psiquiátrica foram instituídos no Brasil novos aparelhos de assistência às pessoas em sofrimento psíquico. Caracterizadas pela lógica antimanicomial os serviços substitutivos visam a substituição do asilamento imposto pela internação hospitalar por formas mais socializantes de tratamento que garantam o resgate da cidadania, a recuperação

³³⁷Assistente Social - Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes 2023, Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde Mental da Universidade Estadual de Montes Claros.

e/ou criação de novos enlaçamentos sociais, promovendo a inserção do “louco” enquanto ser social e político na vida pública e cultural da comunidade.

Os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS enquanto componentes da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS oferecem por meio de equipes multidisciplinares o cuidado integral às pessoas em sofrimento psíquico grave, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas, respeitando as singularidades do sujeito com um olhar voltado para sua totalidade e complexidade (BRASIL, 2004).

Esse novo cenário institucional, decorrente da Reforma Psiquiátrica, convoca os diversos atores sociais inseridos nesses espaços, o desenvolvimento de um trabalho pautado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS. Desse modo, ao atuar nas equipes de saúde mental, “o assistente social deve contribuir para que a Reforma Psiquiátrica alcance seu projeto ético-político” (CFESS, 2010, p. 41).

A pluralidade de conhecimentos presentes no escopo da Política de Saúde Mental apresentam possibilidades e tensionamentos para o Serviço Social, à medida que colocam para o assistente social conceitos e demandas específicas que não estão equacionadas na formação generalista do Serviço Social. Nesse cenário, torna-se fundamental o fortalecimento do projeto ético-político profissional (Rosa, Lustosa, 2012, CFESS, 2010).

Destacamos que a intervenção profissional do assistente social localiza-se nas múltiplas expressões da questão social, e está interconectada com envolvimento do usuário nos seus direitos como cidadão. No campo da Saúde Mental, o fazer do assistente social encontra-se inserido “na trama das relações loucura/exclusão/discriminação e política de saúde mental/políticas públicas, que vão se delineando e se particularizando no cotidiano na questão social” (Scheffer e Silva, 2014, Machado, 2009, p. 83). Nessa direção, a investigação da realidade social é fundamental e precisa ser transversal a todas as ações.

Nesse sentido, o presente estudo a partir de pesquisas bibliográficas tem como objetivo contribuir com o acúmulo teórico sobre a atuação profissional do assistente social na saúde mental, evidenciando algumas ações que podem ser desenvolvidas em articulação com a equipe multidisciplinar, tornando o trabalho em saúde mental cada vez mais “coletivo” e “democrático” (Machado, 2009, p. 103).

A TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL

A Política de Saúde Mental no Brasil foi profundamente marcada pelas desigualdades no acesso da população aos serviços existentes. Por conseguinte, ela surge como possibilidade de redução do estigma e do processo de exclusão/segregação das pessoas em sofrimento mental, com o objetivo de viabilizar o acesso universal, público e de qualidade para a população brasileira. Cabral e Darosci (2019) evidenciam que não se trata de um resgate histórico evolucionista, pois a política social é produto da relação conflituosa entre Estado e sociedade.

O processo que culmina na mudança dos conceitos e na assistência à saúde mental é atravessado por disputas, caracterizada por avanços e retrocessos decorrentes da correlação de forças que se apresentam em determinadas conjunturas.

Segundo Silva, Nascimento e Almeida (2021) no percurso do século XIX para o XX, novas determinações históricas foram requisitadas para atender as demandas das transformações societárias no bojo do capitalismo, observou-se a partir dessas transformações diversas ações para preservação da força de trabalho que impactaram as políticas de controle social:

legislações sobre acidentes trabalhistas; ampliação da oferta de serviços de saúde estatal; a promulgação do Primeiro Código Sanitário; o sistema de previdência social privada; o avanço do processo de industrialização e urbanização nacional; a transição do período ditatorial para o democrático e entre outros fatores (Silva, Nascimento e Almeida, 2021, s/p).

Todavia, apesar da aparente modernidade e progresso nacional, no campo da saúde mental até a década de 1980 vigorava o modelo manicomial, centralizado na figura do médico. O sujeito em sofrimento mental, não era compreendido enquanto um ser complexo, dotado de direitos, longe disso, era totalmente excluído da vida familiar e comunitária, sendo dispensado a ele formas diversificadas de tratamentos degradantes (Souza e Brandão, 2019).

A lógica excludente, que retirava o problema, no caso o doente sempre esteve presente nos espaços destinados ao referido “tratamento”, que em muitas vezes era na forma de correção dos loucos” (Amarante, 2009, p. 16).

Nos anos de 1960, o Brasil encontrava-se em plena crise no campo da saúde, a política operada pela proposta liberal do Governo Autocrático Burguês desencadeou no país uma onda privatista. Nas décadas de 1965 a 1970 o setor psiquiátrico recebeu do governo investimentos

financeiros, sobretudo para a contratação de leitos privados. Esse tempo histórico ficou conhecido pela “indústria da loucura”, devido ao interesse privado pelo lucro com as internações e o aumento abusivo de internos.

Diante da mercantilização dos serviços de saúde, iniciou-se no país um questionamento profundo e fecundo no campo da saúde mental, gerando rebeldia e resistência. Na década de 1970, em plena ditadura militar surgiram os movimentos dos trabalhadores, usuários e familiares pela a mobilização da luta antimanicomial e da reforma sanitária³³⁸.

No contexto político de luta pela democracia na década de 1980, os trabalhadores da saúde mental consolidaram o processo de reformulação da assistência em seu campo de ação, imprimindo mudanças significativas no cenário institucional tais como: extinção dos leitos em hospitais psiquiátricos; regionalização do atendimento e nas ações em saúde mental; controle das internações na rede dos hospitais e nos serviços privados e públicos; expansão de rede ambulatorial em saúde com equipes multiprofissionais de saúde mental (Scheffer e Silva, 2014).

Como resultado, teve-se o início de uma ampla reforma psiquiátrica acompanhado as tendências de descentralização, municipalização, territorialização, e participação dos setores representativos da sociedade na formulação e gestão do sistema público de saúde. A desinstitucionalização da loucura e a construção de uma sociedade sem manicômios, tornaram-se lema do movimento em prol da reforma.

Vasconcelos (2000) aponta que a saúde mental entrou numa nova conjuntura, mobilizada pela I Conferência Nacional de Saúde em 1986. Nessa paisagem entrou em cena novas modalidades abertas de assistência às pessoas em sofrimento psíquico, substitutiva aos manicômios, tendo como objetivo promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais.

A Reforma Psiquiátrica está alicerçada no Sistema Único de Saúde - SUS, e nos seus princípios norteadores: equidade, integralidade, intersetorialidade, universalidade, igualdade e o controle social. E, objetivou não somente a desinstitucionalização da loucura, por meio

³³⁸Vasconcelos (2010) salienta a importância histórica da ação contínua de dois movimentos sociais mais importantes: O movimento antimanicomial visa à desconstrução do estigma da loucura na sociedade envolvendo os trabalhadores do campo, os usuários e familiares, buscando sua autonomia por dentro da luta na sociedade civil. E o movimento de reforma Sanitária, com articulações mais institucionais, no campo universitário, dos trabalhadores e, em especial, na gestão estatal, com o interesse popular-democrático. Os dois movimentos coexistem e estão ligados e articulados.

da extinção dos manicômios, mas também a defesa dos direitos dos sujeitos em sofrimento psíquico, operando mudanças na assistência à saúde dessa população. A saúde é um direito fundamental do ser humano, e cabe ao Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (Brasil, 1990).

A transformação dos Serviços de Saúde Mental rompe com fatores vivenciados pelos usuários, historicamente cruéis e desumanos. O tratamento ofertado para as pessoas em sofrimento psíquico passa a ser voltado para a promoção do cuidado em meio aberto, ou seja, mais próximo à família e à comunidade onde vive.

Na contemporaneidade a atenção à saúde mental se dá através da instauração da Política Nacional de Saúde Mental, que tem como objetivo atender a demanda de cuidado em saúde mental e promover a atenção integral ao usuário com transtorno mental grave. A efetivação da política se dá através da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) composta pelos: Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidade Básica de Saúde/Estratégia de Saúde da Família (UBS/ESF), Unidades de Acolhimento (UA), Serviços Residências Terapêuticos (SRT), Programa de Volta para Casa (PVC), Unidades de Pronto Atendimento (UA), SAMU, Hospitais Gerais e Centros de Convivência e Cultura.

O processo de trabalho na saúde mental está pautado em uma concepção ampliada de saúde, implicando determinantes e condicionantes sociais e econômicos. Isso significa que a saúde não é apenas ausência de doenças, mas também qualidade de vida e a satisfação das necessidades básicas e sociais das pessoas. Essa nova concepção busca abrir canais de democratização dos saberes profissionais, bem como das informações acerca do processo de saúde/sofrimento psíquico (Machado, 2009).

A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DA SAÚDE MENTAL

Bisneto (2011) no livro *Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática* afirma que a história do serviço social na saúde mental no Brasil é marcada por contradições e determinações que dificultaram o desenvolvimento de uma relação satisfatória entre teoria e prática no exercício profissional do assistente social. Segundo o autor, “muitos assistentes

sociais se sentem pouco alicerçados metodologicamente no campo da saúde mental” (Bisneto, 2011, p. 17).

Rosa e Lustosa (2012) demonstram que embora o Serviço Social brasileiro tem contribuído para o acúmulo teórico e reflexivo da profissão no interior da Reforma Psiquiátrica, o acervo ainda é limitado, com poucos elementos para o debate sobre as múltiplas inserções dos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais no campo da saúde mental. Para as autoras a apropriação de temáticas relacionadas à subjetividade não estariam equacionadas no interior da profissão, impulsionando muitos profissionais a realizarem uma formação específica, com base em referenciais teóricos estranhos ao Serviço Social, dada a hegemonia de determinados marcos teóricos em alguns serviços de saúde mental.

Nesse sentido, destacamos a Resolução CFESS N° 569, de 25 de março de 2010, que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Historicamente, o Serviço Social brasileiro superou suas vertentes iniciais psicologizantes e estrutural funcionalista. A realização de terapias não integram a fundamentação teórica contemporânea da profissão e nem as suas diretrizes legais. Todavia, o alcance terapêutico de muitas práticas e ações dos assistentes sociais na Saúde Mental é reconhecida por muitos profissionais e usuários dos serviços que “reconhecem o efeito catártico da escuta qualificada”³³⁹ (Rosa; Lustosa, 2012, p. 29).

Rosa e Lustosa (2012) argumentam ainda que acolhimento, escuta qualificada, vínculo, dentre outros, embora sejam conceitos estranhos ao Serviço Social, fazem parte de determinadas políticas públicas, circunscrevendo alguns desafios ao exercício profissional dos assistentes sociais. Essa é uma realidade que está posta na política da saúde e tem repercutido no Serviço Social, devendo ser problematizada à luz dos princípios e diretrizes do projeto ético-político.

Salientamos aqui, que o Serviço Social é um profissão generalista, de caráter predominantemente interventivo. Dessa forma, a formação profissional compreende a capacitação teórico-metodológica e ético política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à compreensão do significado social da profissão e

³³⁹Pressuposto da Política Nacional de Humanização - PNH, entendida como um caminho para o acolhimento na perspectiva de efetivação do Sistema Único de Saúde, em todos os seus níveis.

de seu desenvolvimento sócio-histórico, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade, identificando as demandas presentes na sociedade, com vistas a formulação de respostas profissionais para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

O Serviço Social está situado na divisão social e técnica do trabalho e possui características singulares. Atuando não somente sobre uma única necessidade humana, nem tampouco se destinando a todos os homens de uma sociedade sem distinção de gênero, raça/etnia ou classe social. Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma determinada classe social, destituída das condições necessárias para manutenção da vida, que são violentados, desumanizados cotidianamente, ou seja, “aqueles que compõe os grupos subalternizados, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riqueza desta sociedade. É por isso que os profissionais de Serviço Social atuam, basicamente, na trama das relações de conquista e apropriação de serviços e poder pela população excluída e dominada” (Netto; Falcão, 1987, p. 51).

Dessa forma, a produção do sofrimento e adoecimento estão associadas à realidade social, econômica, política, ética, estética e cultural em que estamos inseridos. Portanto, compreendemos que as respostas das singularidades são produtos históricos, políticos e sociais e as suas manifestações e ocorrências não podem ser identificadas sem a compreensão da realidade social. “As transformações das condições de vida e dos modos de produção atravessam a população, moldam as relações sociais e forjam as respostas individuais e coletivas, impactando diretamente na forma de sofrer e existir” (CFESS, 2022, p. 18).

Nesse sentido, torna-se fundamental identificar a concepção de saúde mental defendida pelos projetos que se encontram em disputa e que atravessam diretamente a execução do trabalho profissional. Também é urgente desmistificar que lidar com a temática compete apenas aos profissionais do campo *psi*. A luta por uma sociedade sem manicômios deve direcionar a atuação dos assistentes sociais em consonância com os princípios estabelecidos no Código de Ética (CFESS, 2022). Salientamos ainda, que dispomos de autonomia relativa³⁴⁰ para desempenhar estratégias e saídas para intervir na realidade posta.

³⁴⁰O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução de suas ações profissionais, socialmente legitimada pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o

Ademais, o documento *Parâmetros para atuação do assistente social na saúde* (2010) pontua que os assistentes sociais atuam em quatro grandes eixos na política de saúde: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional.

Assim, não cabe ao profissional de Serviço Social se utilizar no exercício de suas funções de terapias individuais, grupais, familiares ou comunitárias, mas sim potencializar a orientação social com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos aos direitos sociais. Nessa direção, o trabalho realizado requer interface com as políticas da Assistência Social, Previdência, Educação, Trabalho, Lazer, Meio Ambiente, Comunicação Social, Segurança, Habitação, dentre outras, (CFESS, 2010).

No caderno 8 da série intitulada *Assistente social no combate ao preconceito* produzido pelo Conselho Federal de Serviço Social (2022), são apontadas algumas ações que podem ser desenvolvidas por assistentes sociais no âmbito da saúde mental:

- Atendimento individual de usuários/as e familiares;
- Articulação, mobilização e realização de grupo com familiares;
- Articulação, mobilização e execução da assembleia;
- Organização e execução de oficinas;
- Realização de visitas domiciliares e institucionais;
- Articulação e mobilização com a Rede Intrasetorial e Intersetorial;
- Orientação e acompanhamento para viabilização dos direitos sociais;
- Participação na construção e na condução do Projeto Terapêutico Singular;
- Coordenação dos múltiplos serviços substitutivos;
- Supervisão institucional de serviços de saúde mental;
- Levantamento de recursos e articulação com o território; e
- Participação e/ou organização de reunião de equipe e mini equipe;
- Elaboração e socialização de material de orientação acerca do funcionamento e das orientações sanitárias adotadas no cotidiano do serviço;
- Participação no acolhimento dos novos casos;
- Utilização das redes sociais para mobilização de usuários/as, familiares e trabalhadores/as da saúde mental, principalmente para as comemorações do 18 de maio (CFESS, 2022, p. 19-20).

Entretanto, não cabe somente ao assistente social o envolvimento nas articulações das redes para a promoção da cidadania e reinserção social. As abordagens das profissões podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência, segregação e de exclusão social (Brendow; Dravanz, 2010).

exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos conselhos profissionais). Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras (Iamamoto, 2008, p. 415).

A atuação interdisciplinar na saúde mental requer a construção de uma prática político-profissional dialógica, que considere pontos de vista diferentes. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude em que se evidencia o reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, e do reconhecimento da necessidade da cooperação para o desenvolvimento da integralidade (CFESS, 2010).

Diante dos dilemas apresentados, e a partir da autonomia relativa que o profissional do Serviço Social dispõe, cabe perguntar, como os assistentes sociais têm construído uma prática interventiva na saúde mental, condizente com os princípios ético-políticos da profissão? Não temos a pretensão de esgotar o debate, nem tão pouco oferecer receitas do que fazer, como profissionais estamos submetidos a condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas, mesmo assim é possível desvendar a realidade e criar as estratégias necessárias para intervenção. Conforme elucida Guerra (2012), é a capacidade de dar respostas às necessidades histórico-sociais num determinado espaço e tempo, o que configura o pilar da dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Psiquiátrica no Brasil, vem retomando a complexidade do humano, da loucura e da saúde mental a partir de um novo paradigma, abrindo um campo comum de diálogo interdisciplinar. O trabalho coletivo não dilui as competências e atribuições de cada profissional, mas, ao contrário, exige maior explicitação no trato das mesmas. Tendo em vista tais aspectos, emerge-se a necessidade de caracterizar o modo com o qual é dada a inserção do profissional do Serviço Social nas instituições de saúde mental, junto com as atribuições direcionadas a ele neste contexto.

Os assistentes sociais, nas suas diversas inserções e na efetivação das suas atribuições e competências na saúde mental, precisam considerar as expressões específicas da questão social que desafiam o desvelamento da realidade social impulsionando ações inovadoras que possibilitem a autonomia, liberdade dos usuários, o combate ao estigma, e que promova o reconhecimento das pessoas em sofrimento psíquico enquanto sujeito de direito.

Nesse cenário, torna-se fundamental o fortalecimento do projeto ético-político profissional no cotidiano do trabalho.

Ressaltamos aqui que não existem fórmulas prontas, a tarefa posta ao Serviço Social na Saúde Mental é identificar o conjunto de necessidades políticas, sociais, econômicas, culturais que atravessam a realidade da população, ao realizar esse processo estaremos acumulando forças que propiciem um trabalho emancipatório em consonância com o movimento da Reforma Psiquiátrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007

BISNETO, J. A. Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007

BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil (1988). Emenda Constitucional nº.83, de 05 de agosto de 2014. Lex: legislação federal e marginália, Brasília, 62 p. 2014, ago. 2014.

BRASIL Política Nacional de Saúde Mental, Lei nº. 10.216 de 4 de junho de 2001. Brasília:2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em 19 de abril de 2024.

_____ Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BREDOW, Suleima Gomes; DRAVANZ, Glória Maria. Atuação do Serviço Social na Saúde Mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral resolutive. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 229-243, ago./dez. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde. Brasília, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.. Assistente Social no Combate ao preconceito. Caderno 8. Discriminação contra a população usuária da Saúde Mental. Brasília, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2011.

DE ARAÚJO, Adelina Almeida Moreira. O trabalho do assistente social na saúde mental: revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 59, p. e4250-e4250, 2020.

DE SOUZA, Leidiany Melo; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. Serviço Social e saúde mental: reflexões sobre a atuação do assistente social frente a pessoa com transtorno mental e sua família. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 3, n. 2, p. 99-112, 2019.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional, in Santos, Cláudia Mônica et al (Orgs.) A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

MACHADO, Graziela S. O trabalho do Serviço Social nos CAPS. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 8 n. 2, p. 241-254, jul./dez. 2009.

NETTO, JP; FALCÃO, M.C.. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987

SCHEFFER, G., & SILVA, L. G.. (2014). Saúde mental, intersetorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos. **Serviço Social & Sociedade**, (118), 366–393. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000200008>

VASCONCELOS, Eduardo. Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DIREITO À CIDADE, MULHERES NEGRAS E A URBANIZAÇÃO EXCLUDENTE

Priscila Dias Alkimim¹

Resumo: Este estudo examina a interação entre gênero, raça e classe no contexto urbano brasileiro, com foco especial nas experiências das mulheres negras e seu acesso ao "Direito à Cidade". Inspirado pelas ideias de Henri Lefebvre e outros teóricos urbanos como David Harvey e Arlete Moysés Rodrigues, o trabalho destaca como as dinâmicas de urbanização e as estruturas de poder capitalista contribuem para a exclusão e marginalização de grupos vulneráveis. Analisando as políticas urbanas e as práticas de segregação espacial, o estudo revela a complexidade das interações entre os agentes urbanos e os impactos sociais resultantes, particularmente sobre as mulheres negras, que enfrentam barreiras significativas que limitam seu acesso a recursos essenciais como moradia, emprego, saúde e segurança. A pesquisa argumenta pela necessidade de abordagens políticas que incorporem a interseccionalidade das opressões, visando garantir um desenvolvimento urbano mais inclusivo e equitativo.

Palavras-chave: Direito à cidade, Mulheres negras, Exclusão urbana.

Abstract: This study explores the interplay of gender, race, and class within the Brazilian urban context, focusing particularly on the experiences of black women and their access to the "Right to the City". Drawing on the ideas of Henri Lefebvre and other urban theorists like David Harvey and Arlete Moysés Rodrigues, the paper highlights how urbanization dynamics and capitalist power structures contribute to the exclusion and marginalization of vulnerable groups. By analyzing urban policies and spatial segregation practices, the study unveils the complexity of interactions among urban agents and their social impacts, particularly on black women who face significant barriers limiting their access to essential resources such as housing, employment, health, and safety. The research advocates for policy approaches that incorporate the intersectionality of oppressions to ensure more inclusive and equitable urban development.

Keywords: Right to the City, Black Women, Urban Exclusion.

INTRODUÇÃO

Em sua obra o "Direito à Cidade" de 1968, Henri Lefebvre discorre sobre as cidades e processo de urbanização, ressaltando os problemas trazidos pelo fenômeno urbano, contrapondo com a necessidade de se garantir o chamado direito à cidade aos seus moradores.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Social - PPGDS/Unimontes. Bolsista da FAPEMIG pelo Laboratório Multiusuário Cidadino. A pesquisa vinculada ao projeto "Maneiras de Fazer-cidade: sobre os desafios citadinos em Montes Claros-MG" (APQ-03040-22).

O autor é primeiro a conceituar o direito à cidade dispondo que é uma manifestação superior dos direitos à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar, ao direito à obra e ao direito à apropriação (distinto do direito à propriedade) (Lefebvre, 2011).

Nessa toada, o direito à cidade, refere-se, sobretudo, ao direito de experimentar e usufruir de toda centralidade urbana, sem que ocorram segregações (espaciais ou temporais) ou discriminações que impeçam os moradores de usufruírem dos direitos disponíveis no espaço urbano (Lefebvre, 2011).

No entanto, este direito muitas vezes é mediado por intersecções complexas de gênero, raça e classe, que podem limitar significativamente o acesso à cidade por certos grupos. Entre esses grupos, as mulheres negras enfrentam barreiras particulares que são moldadas por uma interação única dessas dimensões sociais. Este trabalho visa explorar especificamente os desafios e as experiências das mulheres negras no contexto urbano brasileiro, examinando como questões de gênero e raça influenciam seu direito à cidade.

Dada a complexidade da vida urbana moderna e a multiplicidade de fatores que afetam o acesso a recursos e oportunidades, torna-se crucial compreender como as mulheres negras são afetadas de forma desproporcional pelas dinâmicas de exclusão e segregação urbanas. Este estudo propõe-se a analisar como o entrelaçamento de discriminação racial e de gênero limita as oportunidades de moradia, emprego, saúde, segurança e participação política para as mulheres negras, enfatizando a necessidade de uma abordagem que considere a interseccionalidade das opressões na formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento urbano.

DESENVOLVIMENTO

O estudo do espaço urbano revela uma complexidade inerente, uma vez que este se encontra em contínua transformação, impulsionada pela atuação dinâmica de uma pluralidade de agentes cujos interesses frequentemente se opõem. David Harvey (1996, p. 51) interpreta a urbanização como um processo social desenvolvido no espaço por meio de agentes variados que seguem agendas distintas, utilizando práticas espaciais específicas para tal fim.

É fundamental enfatizar, conforme Lefebvre (2011, p.14), que a cidade é ao mesmo tempo obra e mercadoria. Como obra, ela reflete seu valor de uso, abrangendo atividades não

voltadas a ganhos financeiros, investimentos improdutivos, e como espaço de vivência coletiva. Como mercadoria, ela se relaciona com o valor de troca, orientada para a obtenção de dinheiro e geração de excedentes.

Dentro deste contexto, o solo assume uma posição central na análise da dinâmica urbana, posto que funciona como um canal de acesso aos benefícios e serviços urbanos. Contudo, sob a ótica capitalista, o solo é tratado como mercadoria, dotado tanto de valor de uso quanto de valor de troca. Harvey (1980) destaca que o solo urbano é uma mercadoria atípica por várias razões: i) sua imobilidade e o impacto da localização no seu valor e usos; ii) sua essencialidade para a existência humana, visto que é necessário para habitação, trabalho e lazer;

iii) a infreqüência de sua transferência entre proprietários; iv) sua natureza duradoura, que permite adições e melhorias, oferecendo oportunidades de acumulação de riqueza; v) seu uso prolongado, embora a transação de compra e venda no mercado ocorra num momento específico; e vi) as melhorias realizadas que podem servir a diferentes propósitos dependendo do usuário ou proprietário.

Arlete Moysés Rodrigues (2016, p. 45) reforça essa visão ao enfatizar a importância da propriedade fundiária urbana como um pilar para o avanço do capitalismo. Ela destaca que a terra não apenas facilita a produção e reprodução capitalista do espaço, mas também é fundamental para entender as desigualdades socioespaciais profundas que ela engendra.

O espaço urbano, portanto, reflete a complexidade e os conflitos resultantes dos diversos interesses de seus agentes, manifestando as contradições inerentes ao modo de produção capitalista no próprio espaço. O espaço é entendido como um produto social, uma materialização física da sociedade que serve como meio de controle, produção e dominação, organizado de maneira social, política e econômica por seus agentes.

Estes agentes, com seus interesses, estratégias e práticas espaciais distintas, frequentemente entram em conflito entre si e com outros setores da sociedade. Por um lado, há grupos ligados aos interesses do capital, que possuem grande poder de barganha junto ao Estado e veem a cidade como um campo para a produção e exploração de lucros, juros e rendas — tratando-a, essencialmente, como uma mercadoria destinada à reprodução do capital. Por outro lado, estão os usuários da cidade, que buscam dela condições de vida melhoradas, como

transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo e segurança (Maricato, 2013).

Definir as ações típicas de cada agente que influencia a produção do espaço urbano é uma tarefa de grande complexidade. Lefebvre (2011, p. 74-75), ao discutir a cidade, urbanização e industrialização, descreve que as práticas dos agentes capitalistas geralmente envolvem certas estratégias de reorganização espacial: i) A incorporação de terras rurais pelo avanço urbano envolve não apenas a apropriação do solo, mas também a transformação do estilo de vida, padrões de consumo e valores, resultando na erosão de elementos tradicionais da vida camponesa. No Brasil, por exemplo, a dissolução da estrutura agrária impulsiona os camponeses despossuídos para as cidades. Estes indivíduos, muitas vezes, encontram refúgio em favelas, que agem como mediadores insuficientes entre o campo e a cidade, consolidando-se como uma alternativa precária à vida urbana (Lefebvre, 2011, p. 80-81). ii) O aumento e a densificação do tecido urbano, que frequentemente deterioram ou desintegram os núcleos urbanos antigos. Esses núcleos tornam-se produtos de consumo, especialmente atrativos para estrangeiros e turistas, e assim, se convertem em locais de consumo e também em espaços consumidos pela cultura de consumo. A cultura, nesse processo, se dissolve e se transforma em objeto de lucro e produção mercantil (Lefebvre, 2011, p. 79). iii) A criação de áreas de exclusão e segregação residencial, muitas vezes justificada sob o pretexto de organizar a cidade. iv) A legitimação dessas práticas no contexto do poder público.

Estas estratégias destacam a interação entre os interesses capitalistas e a formação do espaço urbano, revelando como as dinâmicas de poder e capital moldam as cidades de maneiras que frequentemente exacerbam as desigualdades sociais e espaciais.

Em um contexto prático, o aumento do fenômeno urbano gera uma elevação no preço da terra urbanizada, o que faz com que trabalhadores de menor renda sejam expulsos para áreas menos urbanizadas e até sem urbanização alguma. Fora do circuito da riqueza, é visível a outra face do urbano, geralmente nas periferias distantes e nas áreas centrais "degradadas", onde se encontram trabalhadores, favelas, ocupações coletivas de terra, cortiços e casas precárias, demonstrando a segregação e a marginalização inerentes ao processo de urbanização (Rodrigues, 2007).

Nessa toada, as cidades contemporâneas, frequentemente projetadas sob a égide de uma "cidade ideal", tendem a negligenciar as classes mais baixas, operando como se essas

desaparecessem ao final do dia de trabalho. Contudo, como destaca Rodrigues (2007), na realidade urbana, os trabalhadores e seus problemas são palpáveis e visíveis. Longe de serem meros espectadores, esses trabalhadores são frequentemente rotulados como responsáveis pelos problemas urbanos, uma atribuição que mascara as verdadeiras causas de sua situação. Este estereótipo não apenas desvia a atenção das falhas sistêmicas que perpetuam a pobreza e a exclusão, mas também reforça um ciclo vicioso de desvalorização e negligência social.

A desigualdade socioespacial é cada vez mais evidente e é frequentemente mal interpretada como um mero descompasso entre o crescimento populacional e a ação do Estado. Essa visão simplista falha em reconhecer que, embora a implementação de infraestrutura possa temporariamente valorizar áreas empobrecidas, frequentemente resulta na expulsão dos residentes originais para regiões ainda mais distantes e precárias, perpetuando um ciclo de deslocamento e pobreza (Rodrigues, 2007).

Adicionalmente, os problemas urbanos são muitas vezes reduzidos à falta de moradias adequadas. Esse enfoque restrito leva a soluções precipitadas, como a demanda por mais habitação a baixo custo, que não apenas negligenciam as complexidades subjacentes mas também falham em abordar as raízes estruturais das questões sociais urbanas (Lefebvre, 2011, p. 26). Segundo Lefebvre, a sociedade moderna, com sua orientação industrial, comercial e econômica, opta por intervenções mínimas que apenas prolongam o estado atual das coisas, sem oferecer soluções substanciais para os desafios urbanos (2011, p. 80).

A vida cotidiana dos que se deslocam de suas moradias, muitas vezes situadas em bairros pobres, para trabalhar do outro lado da cidade é um testemunho das disparidades urbanas. O contraste entre bairros ricos e pobres é acentuado pela lógica capitalista que valoriza ou desvaloriza áreas baseadas nos interesses dos detentores de terras urbanas. Quando favelas são engolidas pela expansão da centralidade urbana, os conflitos se intensificam e seus habitantes são frequentemente realocados para periferias ainda menos desenvolvidas.

Esses movimentos refletem uma nova forma de miséria, que afeta não apenas o proletariado, mas também outras camadas sociais. A miséria do habitat e a vida cotidiana organizada sob uma sociedade burocrática de consumo dirigido exemplificam as condições opressivas que definem a classe operária na prática (Lefebvre, 2011, p. 138).

O Estado desempenha um papel central, tanto por meio de suas ações quanto por suas omissões, dada sua capacidade de influenciar significativamente as dinâmicas urbanas. Ele

estabelece normas, tributa propriedades conforme valor, uso e localização, conduz projetos de melhorias urbanas e define os tipos de usos permitidos em áreas específicas, influenciando diretamente na valorização ou desvalorização de espaços urbanos. Contudo, a atuação do Estado não é neutra, e é permeada por conflitos de interesse e disputas pelo poder (Corrêa, 1989, p. 26).

Nesse contexto, Raquel Rolnik destaca que o planejamento urbano constitui um elemento central na engrenagem de despossessão e dominação, essencial para a manutenção de um capitalismo financeirizado que é simultaneamente étnico, classista, patriarcal e racial. Ele regula o acesso à terra, determinando quem pode ocupar determinados espaços e quais formas de ocupação são permitidas ou proibidas. Assim, o planejamento urbano atua como uma cartografia de modos de vida, onde se estabelecem relações contraditórias e estigmatizantes com as formas de ocupação pré-existentes, e nesse contexto, o estado tem um papel fundamental tanto na constituição quanto no desfazimento concreto (remoções, destituições, despejos, etc.), conceitual ou político das áreas periféricas.

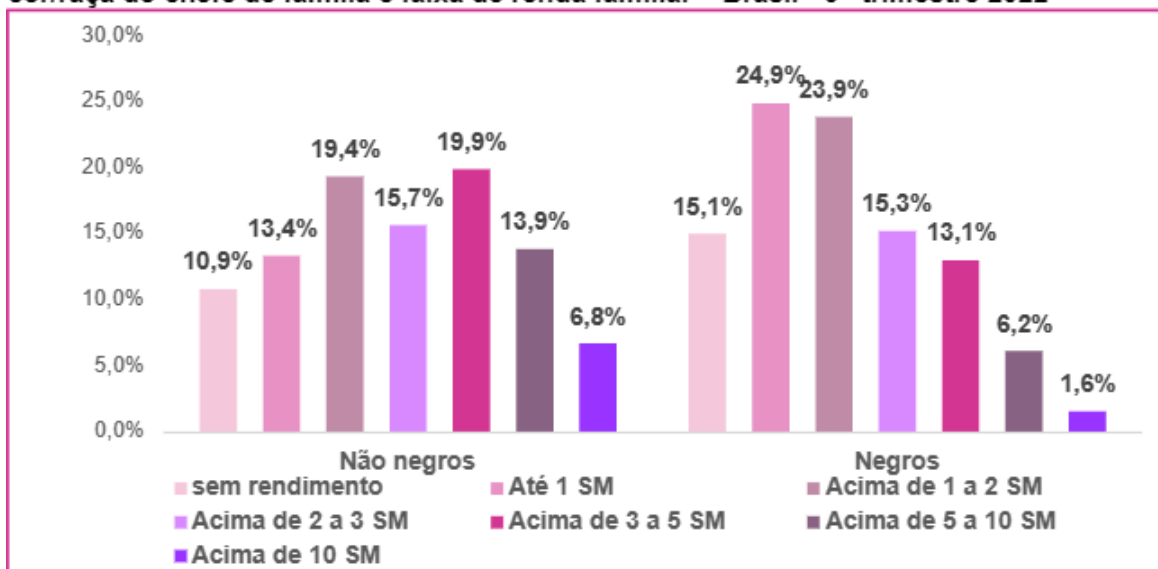
Dentro desse contexto, importante considerar que as restrições que se estabelecem nas sociedades urbanas modernas são definidas por opressões cruzadas resultantes da convergência entre gênero, classe e raça. É crucial entender que sem considerar as relações de gênero, torna-se impossível explicar a maior precariedade e vulnerabilidade enfrentadas pelas mulheres em comparação com os homens. De maneira similar, a ausência de uma análise que integre classe e raça impede uma compreensão adequada das posições assimétricas ocupadas pelas mulheres nas hierarquias sociais (Biroli, 2018).

O acesso ao trabalho remunerado varia significativamente entre homens e mulheres, e é ainda mais diferenciado entre grupos diversos de mulheres. As mulheres negras, em particular, enfrentam obstáculos substanciais que limitam suas oportunidades de trabalho remunerado, enquanto simultaneamente carregam uma grande carga de trabalho não remunerado em casa. (Biol, 2018)

Segundo dados recentes, há uma tendência crescente de mulheres assumindo a chefia das famílias no Brasil. Em 1995, 22,9% das famílias eram chefiadas por mulheres, número que subiu para 38,8% em 2013. Em 2022, o número passou para 50,8%, ou seja dos 75 milhões de lares brasileiros 38,1 milhões são liderados por mulheres, das quais 56,5% são mulheres negras. A disparidade é ainda mais acentuada quando consideramos que 32,2% das famílias chefiadas por

mulheres são compostas por mulheres com seus filhos, contrastando com apenas 4,3% das famílias chefiadas por homens que se encontram na mesma configuração (PnadC, 2022).

Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres com filhos, segundo cor/raça do chefe de família e faixa de renda familiar – Brasil - 3º trimestre 2022



A despeito disso, em termos de rendimentos, as mulheres ganham, em média, 21% a menos que os homens, o equivalente a R\$2.305,00 para elas e R\$2.909,00 para eles. Nos lares com chefia feminina, em 2022, recebiam até 2 salários mínimos 63,9% das famílias lideradas por negras e 43,7% por não negras (PnadC, 2022).

Fonte: IBGE, PnadC Elaboração: DIEESE

Obs: Os domicílios sem rendimento são aqueles sem rendimento do trabalho

Ademais, entre as mulheres ocupadas, uma em quatro mulheres chefes de família negras são empregadas domésticas (25,3%), das quais mais de 80% trabalham sem carteira assinada (PnadC, 2022).

Os indicadores revelam uma realidade vivenciada cotidianamente: um contingente significativo de mulheres, principalmente negras, enfrenta uma inserção precária no mercado de trabalho, ganhando menos e levando mais tempo para encontrar colocação. Esse panorama contribui para a perpetuação da vulnerabilidade não apenas das mulheres chefes de família, mas de todos os membros da família, impulsionando milhares de crianças e jovens a deixarem a escola e ingressarem no mercado de trabalho para auxiliar no sustento familiar.

Essas disparidades se traduzem em menor capacidade dessas mulheres para contratar serviços privados que poderiam aliviar as demandas da vida doméstica, resultando em jornadas de trabalho mais extensas e menos protegidas. A migração para as grandes cidades geralmente não melhora suas condições, pois a maioria dos empregos acessíveis, dados os baixos níveis de qualificação e capitalização, encontram-se na economia informal. Esses empregos oferecem baixos rendimentos, sem benefícios sociais ou segurança no emprego, e frequentemente não permitem acesso ao mercado de habitação formal, onde os valores são inflacionados por interesses especulativos e uma alta demanda (Calderón; Castells, 2019, p. 111).

A moradia informal, que constitui até um terço do patrimônio habitacional das grandes cidades, muitas vezes envolve invasões de terrenos e construções autônomas sob a supervisão de promotores imobiliários irregulares, muitas vezes em conluio com autoridades locais e políticos. Este tipo de crescimento urbano não é planejado e é frequentemente realizado em terrenos inadequados, sujeitos a diversas adversidades geológicas e climáticas. Assim, a estrutura da economia informal não apenas perpetua, mas também intensifica as desigualdades existentes, mantendo um ciclo de pobreza e exclusão difícil de romper (Calderón; Castells, 2019, p. 112).

Os investimentos públicos em transporte, infraestrutura e serviços urbanos frequentemente falham em atender às necessidades crescentes, devido à alocação de baixa prioridade nos orçamentos e à enormidade dos investimentos requeridos, que são exacerbados pelas altas taxas de crescimento da população metropolitana. Como resultado, os centros das cidades tornam-se áreas saturadas, empilhando seus habitantes em condições precárias e propensas a riscos estruturais. Por outro lado, o crescimento urbano descontrolado nas periferias resulta em longas horas de viagem diárias entre o domicílio e o local de trabalho, exacerbado por meios de transporte deficientemente mantidos (Calderón; Castells, 2019).

As infraestruturas de saneamento, água, eletricidade e comunicações permanecem cronicamente defasadas em relação às necessidades da população, perpetuando um ciclo de negligência que afeta desproporcionalmente as comunidades mais pobres. Esta situação não só evidencia uma falha crítica no planejamento e investimento urbano, mas também destaca a urgência de repensar as políticas públicas para garantir que o desenvolvimento urbano seja inclusivo e equitativo (Calderón; Castells, 2019).

Em 12 de junho de 2006, durante o Fórum Social Mundial Policêntrico, foi publicada a "Carta Mundial pelo Direito à Cidade". Este documento define o conceito e a abrangência do Direito à Cidade, um termo cunhado por Henri Lefebvre, ressaltando que este direito é interdependente de todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos. A Carta especifica que o Direito à Cidade engloba direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais já regulamentados por tratados internacionais de direitos humanos. Isso inclui o direito ao trabalho em condições justas, a liberdade de associação sindical, acesso à seguridade social, saúde pública, moradia adequada, água potável, energia elétrica, transporte, serviços sociais, educação pública de qualidade, cultura, informação, participação política, acesso à justiça, segurança pública e convivência pacífica. Também abarca o respeito às minorias e à diversidade étnica, racial, sexual e cultural, além do respeito aos direitos dos migrantes

Henri Lefebvre (2011) percebeu o direito à cidade como uma utopia necessária, uma aspiração que, embora não plenamente realizável, serve para destacar as deficiências do presente, mostrando a realidade urbana como uma arena segregadora que favorece o valor de troca em detrimento do valor de uso, e que é dominada pela lógica do capital.

Rodrigues (2007) reforça essa visão ao argumentar que a luta pelo direito à cidade é crucial para alterar a desigualdade socioespacial. Segundo ela, é essencial construir novas utopias e desenvolver ferramentas analíticas que permitam compreender as contradições e conflitos gerados pela reprodução ampliada do capital no espaço urbano. Ela concebe a cidade como um espaço coletivo culturalmente rico e diversificado, que pertence a todos os seus habitantes.

O direito à cidade, portanto, é fundamentalmente o direito à vida. Apesar de sua natureza utópica, é um objetivo que deve ser perseguido para transformar a segregação socioespacial, diminuir opressões, explorações e preconceitos, e mudar o espaço urbano que é produto do desenvolvimento desigual e do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou as complexidades inerentes ao espaço urbano, constantemente transformado por uma diversidade de agentes com seus conflitos e interesses. As contribuições dos estudos de Henri Lefebvre, Raquel Rolnik, Flávia Biroli e David Harvey revelaram como a

urbanização, ao mesmo tempo que oferece potencialidades, carrega consigo desigualdades estruturais que segregam e marginalizam, particularmente grupos vulneráveis como as mulheres negras.

O conceito de "Direito à Cidade", conforme explorado por Lefebvre, não se apresenta apenas como um ideal utópico, mas como uma necessidade urgente para reivindicar um espaço urbano mais inclusivo e equitativo.

As dinâmicas de gênero, raça e classe interagem de maneira complexa, influenciando significativamente o acesso à cidade e a qualidade de vida dos seus habitantes. Especialmente para as mulheres negras, os desafios são amplificados pela interseccionalidade das opressões que enfrentam, impactando seu acesso a emprego, moradia, saúde e segurança, e perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão.

É imperativo que as políticas públicas reconheçam e abordem essas intersecções para garantir que o desenvolvimento urbano não apenas responda às necessidades econômicas, mas também promova a justiça social e espacial.

Portanto, a luta pelo Direito à Cidade deve continuar sendo uma prioridade para todos aqueles engajados na transformação urbana. Ela não apenas desafia as práticas existentes que perpetuam a desigualdade, mas também nos convida a imaginar e construir cidades que verdadeiramente honrem a diversidade e a dignidade de todos os seus habitantes.

Em suma, o direito à cidade é mais do que uma prerrogativa legal; é um direito à vida, à inclusão e à participação plena na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS AMBIENTAL DE MONTES CLAROS. Editora Unimontes, Montes Claros, 2020. Disponível em: <extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/7/2020/03/atlas-compactado>.pdf. Acesso em: 10 de out. 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Carta Mundial pelo Direito à Cidade**. Porto Alegre: Fórum Social Mundial, 2006.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates, nº 39, São Paulo, NERU, 1996, p. 48-65.

_____. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, [S.l.], n. 29, p. 73-89, dez. 2012. Disponível em: . Acesso em: 11 jul. 2021.

_____. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Divulgação especial. Medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil. 2022, publicado em 28 de fevereiro de 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade** – 5ª edição; tradução: Rubens Eduardo Faria. São Paulo: Centauro, 2011.

MARICATO, Erminia. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades Rebeldes**: Passe livre e manifestações que tomaram as ruas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

_____. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Tese de Livre-Docência Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo - US. São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS – A LUTA PELO

DIREITO À CIDADE. **Revista Cidade**. v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/571/602>>. Acesso em: 02 de out. 2023.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

MULHERES NEGRAS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**UMA ANÁLISE TEÓRICA**

Ana Letícia Chaves Santos

Resumo: O artigo aborda a segregação socioespacial das mulheres negras nas cidades brasileiras, questionando por que esse processo persiste mesmo com uma certa evolução social desde os tempos da escravidão. A urbanização impulsionada pelo modelo capitalista negligencia as necessidades básicas das populações marginalizadas, resultando em segregação e miséria urbana. No Brasil, o histórico de escravidão e a negação de acesso à terra para pessoas negras, especialmente mulheres, contribuíram para dificultar o acesso à moradia. Como resultado, as mulheres negras representam a maioria do déficit habitacional do país até os dias atuais. Dessa forma, o Direito à Cidade vem sendo negado a essas mulheres devido à falta básica de acesso à moradia digna e também por estarem concentradas em bairros afastados que dificultam a sua locomoção pela cidade por falta de transporte público que atenda com eficiência tal demanda, isso se dá devido ao empobrecimento causado pela permanência em serviços que muitas vezes estão fora do mercado formal de trabalho. A partir disso o artigo retrata a uma falha no início do movimento feminista, que invisibilizava a situação da mulher negra e assim suas demandas dificultando ainda mais uma perspectiva de melhorias na sua condição.

Palavras-chave: Mulheres negras, direito à cidade, moradia, segregação

Abstract: The article addresses the socio-spatial segregation of Black women in Brazilian cities, questioning why this process persists despite some social progress since the times of slavery. Urbanization driven by the capitalist model neglects the basic needs of marginalized populations, resulting in segregation and urban misery. In Brazil, the history of slavery and the denial of land access to Black people, especially women, have contributed to hindering access to housing. As a result, Black women represent the majority of the country's housing deficit to this day. Thus, the Right to the City has been denied to these women due to the basic lack of access to decent housing and also because they are concentrated in remote neighborhoods that hinder their mobility within the city due to the lack of efficient public transportation to meet such demand. This is due to the impoverishment caused by their presence in jobs that are often outside the formal labor market. The article portrays a failure in the early feminist movement, which made the situation of Black women invisible and thus hindered their demands, further complicating the prospects for improving their condition.

Keywords: Black women, right to the city, housing, segregation

INTRODUÇÃO

Este artigo começa com a seguinte pergunta: por que a segregação socioespacial das mulheres negras se há este processo em todas as dimensões da sociedade? Para isso é muito importante pensar na constituição social que as cidades possuem, os empobrecidos normalmente sofrem com a segregação e isto acontece independente da cor ou raça. No entanto, devido ao passado histórico do Brasil com a escravidão e sua negação de terras as pessoas negras e uma restrição de acesso à terra pelas mulheres que só as adquiriam por meio de homens (pais ou maridos sendo proprietários), como a mulher negra pertence a essas duas minorias isso as faziam ter mais dificuldades à terra, e fruto disso é o que acontece com essas mulheres atualmente, que estão em grande parte do quantitativo do déficit habitacional que ocorre hoje no país.

A invisibilização das questões relacionadas a raça no início do movimento feminista fez com que as diferenças das demandas não fossem trazidas a tona, tornando assim a luta dessas mulheres ainda mais difícil, pois além de ter que lutar em uma sociedade machista ainda precisavam lutar contra o preconceito racial à qual sofriam dentro do próprio movimento feminino e fora dele. Miguel e Biroli (2014) vem mostrar essas diferenças dentro do feminismo, em que em algumas frentes tinha-se a busca por igualdade na cidadania de homens e mulheres, sendo porém o sentido dessa igualdade ir além da isonomia legal e indagar as condições reais das exigências de ambos, sendo questionadas premissas básicas e do funcionamento das instituições, A relação tensa entre feminismo, liberalismo e os direitos definidos a partir das premissas deste, que possui um indivíduo abstrato, ou seja, um que seja semelhante a todos os outros.

Este tipo de direitos adquiridos são os menos que normalmente não abrangem as mulheres negras, pois elas não possuem demandas semelhantes as mulheres brancas do movimento feminista e nem as dos homens negros dos movimentos negros. É notório que essas mulheres sofrem um duplo preconceito, permanecendo assim desamparadas pelo Estado e sem ter acesso a muitos dos seus direitos, principalmente o de viver com dignidade. Miguel e Biroli (2014) apontam que, a luta do feminismo é e deve ser por sociedades mais justas referentes às estruturas econômicas sem deixar de lado as particularidades de gênero. Assim, o feminismo negro que trouxe avanço na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades,

ao exigir que a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres não levasse a um esquecimento das que compartilham com os homens que estão na base na pirâmide os infortúnios relacionados a posição que ocupam devido a classe e raça.

É claro que as mulheres negras possuem um passado de escravidão e trabalho pesado que compartilham com os homens da sua cor e raça levando-os a um empobrecimento que os leva para as margens da cidade por não conseguirem pagar pelos valores dos imóveis nas áreas mais próximas do centro. Estes altos valores advêm da especulação imobiliária que norteia as cidades, a fim de gerar lucro para os agentes imobiliários desconsiderando assim o valor social da cidade. Isto se dá pois as cidades capitalistas adotam esse caráter de cidade mercadoria, levando assim a uma secundarização de todas as outras demandas, inclusive a social. Diante disto nota-se que há uma negação do direito à cidade a estas pessoas empobrecidas, mesmo sendo um direito fundamental que deve ser ofertado a todos pois é um meio de diminuir as desigualdades urbanas. Lefebvre fala que, a cidade pode ser considerada mais como obra, mais como obra de arte que como produto material (LEFEBVRE, pg 51-52, 1901).

A segregação socioespacial limita o uso da cidade pelas mulheres negras, pois como estão inseridas em bairros muito afastados o acesso a transporte público passa a ser limitado, devido aos altos preços que normalmente são cobrados e a falta de qualidade destes. Contudo essas mulheres precisam deste transporte para acessarem o trabalho, dessa forma o deslocamento normalmente é muito longo e cansativo fazendo com que elas percam muitas horas do dia, dessa forma o uso que elas estão fazendo da cidade é na chave do trabalho. Além dessa questão de limitação de mobilidade, ainda sofrem com o sobretrabalho, pois após essa grande jornada elas ainda precisam deixar todo o trabalho do lar preparado para que os filhos mais velhos possam tomar conta deste na sua ausência. É notório portanto que esta segregação destas mulheres em bairros marginalizados fazem com que elas não acessem a cidade de outra forma a não ser pelo trabalho, pois as distâncias que elas precisam percorrer são muito grandes inviabilizando assim viagens para o lazer pois isso significaria em uma perda de tempo para a execução de seus trabalhos nos seus próprios lares.

DESENVOLVIMENTO

A segregação socioespacial é fruto de uma cidade capitalista que a partir da industrialização fez surgir o processo de urbanização, este processo começa a ocorrer a partir do século XX, onde o Brasil deixa de ser um país totalmente agrário e passa a ser um país urbanizado, em que grande parte da sua população vive nas áreas urbanas. Este processo se deu devido a industrialização do país nesta época. Este rápido processo de industrialização que consequentemente causou um rápido crescimento dessas cidades se resulta em problemas urbanos como a falta de infraestrutura e moradia adequada que perduram até os dias atuais. No entanto, sabe-se que essas consequências sofridas pela rápida urbanização é vivida pela população empobrecida, marcando assim as diferenças sociais. Com isso, nota-se esse caráter segregador, em que as diferentes classes sociais são separadas em áreas diferentes, sendo as mais ricas detentoras de uma boa infraestrutura e equipamentos urbanos, enquanto as empobrecidas, favelas e ocupações normalmente não dispõe do mínimo para se viver com dignidade.

Nota-se que a questão da segregação socioespacial tem um impacto maior entre os negros, pois devido ao passado de escravidão e racismo estes ainda estão em posições de subarternidade no mercado de trabalho quando conseguem acessá-lo e muitos em situação de desemprego, tal fato leva-os a terem mais dificuldade de acesso à terra devido aos altos valores causados pela especulação imobiliária. Com isso, nota-se que a cidade está deixando de cumprir sua função social em nome do lucro, Lefebvre () fala que no contexto urbano que investigamos, observamos a manifestação desses embates específicos: entre a utilidade e o valor de troca, entre a mobilização dos recursos financeiros e o investimento não produtivo na cidade, entre a acumulação de riqueza e seu gasto extravagante em eventos, entre a expansão do território controlado e as demandas por uma gestão rigorosa desse território em torno da cidade dominante.

Esta perspectiva trazido pelo autor acima citado mostra que a cidade está em disputa entre o valor de uso e o valor de troca, ou seja, a cidade não cumpre a função social a qual traria uma maior igualdade entre os cidadãos em detrimento de ter uma cidade mercadoria que considera o lucro mais importante que qualquer coisa. Como a cidade capitalista é caracterizada pela mercantilização as diferenças sociais passam a se acentuar marginalizando ainda mais os empobrecidos (que são em sua grande maioria negros). Dessa forma, Lefebvre discorre sobre o valor de o valor de troca,

a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (LEFEBVRE, p. 14, 2001)

Quando se trabalha com gênero na dimensão da cidade o imaginário das pessoas os levam a pensar na limitação de acesso das mulheres a dimensão pública, no entanto esta mulher a qual pertence e essa característica é a mulher branca e de classe média, que tem essa característica de vida devido a uma constituição da burguesia como a mulher sendo um ser frágil, que precisa de proteção e dócil e delicada. Esta constituição social de ser mulher limita-se à classe dominante, visto que as mulheres negras não possuem esse imaginário, elas foram colocadas lado a lado com seus parceiros, irmãos, pais, etc., para trabalhar com qualquer tipo de trabalho braçal que fosse necessário nas fazendas. Com isso, é fato que esta categorização de fragilidade da mulher é colocada na sociedade burguesa como uma forma de dominação, pois essas mulheres escravas não mostram essas características e sim a força que possuem.

De fato essa inserção da mulher no mercado de trabalho ocorre muito antes com as mulheres negras, que não possuíam outra opção a não ser esta. Caminhando nesta perspectiva nota-se que elas ocupavam cargos de subalternidade e assim permaneciam numa condição de miserabilidade e semi escravidão. Com os avanços da sociedade e a conquista de muitos direitos pelas mulheres, estas outras ainda continuam a ocupar estes cargos agora para que as suas irmãs brancas atingissem o mercado de trabalho e a sua família não ficasse sem os cuidados femininos. Nota-se que para que as mulheres de classe alta atingissem cargos elevados foi preciso que as empobrecidas, normalmente negras, ficassem com os serviços e cuidado e assim suprissem a ausência destas, isso mostra que o racismo impregnado na sociedade brasileira estava presente no movimento feminista, pois não houve uma visibilização das demandas dessas mulheres marginalizadas pelo sistema.

Para tentar sobreviver na cidade capitalista, dentro desses aspectos de segregação essa mulheres em estudo buscam redes de sociabilidade para apoiá-las, visto que em muitos casos as suas famílias são monoparentais precisando assim buscar essas redes fora dos seus lares. Este fato mostra-se uma forma de resistência delas perante a segregação que sofrem, pois como há falta de escolas e creches nessas áreas favelizadas e marginalizadas a própria comunidade abraça os cuidados para com os entes destas mulheres para assim poderem trabalhar e garantir o sustento

da família. É notório que as políticas públicas não estão chegando aos bairros empobrecidos de forma que se tenha uma igualdade social plena nas cidades. O fato é, que por terem baixas remunerações grande parte das mulheres negras precisam recorrer a estratégias para resistir à cidade capitalista. Abaixo os gráficos mostrarão dados sobre as mulheres negras no Brasil.

Tabela 1: Participação de Mulheres Negras no Total da População (%)



Fonte: Ministério da Igualdade Racial (2023)

Tabela 2: População por Sexo e Raça/Cor 2022 (mil pessoas)



Fonte: Ministério da Igualdade Racial (2023)

Tabela 3: Razão de Rendimentos das Pessoas Ocupadas, 2018 (%)



Fonte: Ministério da Igualdade Racial (2023)

Analisando os gráficos acima percebe-se que as mulheres negras representam o maior grupo de população com 60,6 milhões, sendo que 11,30 milhões são mulheres e 49,3 milhões são pardas, totalizando 28% da população. Partindo deste quantitativo e analisando o gráfico dos rendimentos nota-se que as mulheres negras é o grupo que possui maior diferença de rendimentos em relação ao homem branco, como mencionado no próprio Relatório de Desigualdades, “a desigualdade de rendimentos está diretamente ligada à pobreza, que, embora existam controvérsias, geralmente é medida com base em um limiar de renda que seria suficiente para o atendimento das necessidades básicas”. Dessa forma, como a maioria da população é constituída por mulheres negras e estas são as que possuem essa maior desigualdade, conclui-se que grande parte destas estão em situação de empobrecimento. Este traz várias consequências como a segregação socioespacial e a limitação de acesso a direitos, como a garantia de moradia digna, transporte de qualidade, dentre tantos outros.

Este histórico de empobrecimento da mulher negra é herança do período colonial, devido as décadas de escravidão e trabalho forçado, dessa forma é notório que a segregação socioespacial é um fenômeno que reflete uma interação entre raça, gênero e classe. Com isso pode-se afirmar que estas mulheres não estão tendo um pleno acesso ao direito à cidade, visto que como já citado a localização das residências já um impedimento para a mobilidade fácil na cidade, além disso pode-se analisar a condição das moradias que estas possuem, ou seja, a moradia digna é o direito básico e fundamental para o direito à cidade se elas não possuem acesso à moradia digna também não possuem a este. Segundo Ramos e Junior (2011), os Tratados Internacionais, que são fundamentados para a garantia deste direito, possuem alguns elementos para a caracterização, são eles: afirmar a sua existência, a vinculação e a obrigação aos Estados-partes e generalidade ou especificidade.

Dentro das generalidades e especificidades, os autores dizem que existem elementos que as compõem como: a segurança jurídica da posse; disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; custo suportável; habitabilidade; acessibilidade; localização; adequação cultural. A partir desses elementos pode-se fazer uma análise sobre a questão da moradia digna no Brasil para as mulheres negras, pois estas sofrem com o duplo preconceito,

por serem mulheres e por serem negras, aliando-se a essa questão o empobrecimento à qual são vítimas desde que desembarcaram nessas terras.

As políticas habitacionais no Brasil são uma tentativa de trazer um acesso mais igualitário, no entanto quem está sob esse domínio são os agentes imobiliários e as grandes empreiteiras, que não estão preocupados com os aspectos sociais dessas políticas e sim com o lucro que será gerado através destes, mesmo que para isso se perca a parte social deste plano.

Com isso, a priorização por exemplo do direito de acesso ao Minha Casa, Minha vida para mulheres chefes de família, possuem um grande avanço social, já que grande parte dessas mulheres que estão nestes dados são negras, mas também há uma questão pois para acessar esta política faz-se necessário um comprovante de renda e como grande parte dessas mulheres estão no mercado informal ou desempregadas elas não possuem a comprovação exigida para serem contempladas, levando-as a permanecerem recorrendo às áreas de favelas ou ocupações para buscarem um teto para morar.

Quanto ao temor “teto para morar”, está relacionado a questão da habitabilidade dessas residências, visto que elas devem ser consideradas habitáveis, ou seja, disporem de espaço adequado, protegerem de doenças, intempéries climáticas, dentre outras. Analisando as condições das moradias nas favelas e ocupações, percebe-se que muitos são barracos que não dispõem de espaço adequado para abrigar o quantitativo de pessoas as famílias, além disso ainda há as que não possuem banheiro ou tratamento de esgoto, fazendo com que essas pessoas estejam sujeitas a contraírem doenças infectocontagiosas. Nota-se que não há um cumprimento das exigências de habitabilidade. Este tipo de moradias são recorridas devida a falta de acesso ao custo suportável à qual é mencionado como um dos elementos necessários para a moradia digna, este fato está ligado à cidade ser comandada pelas decisões do mercado imobiliário, ou seja, os agente imobiliários ditam as regras deste mercado para que se possa ter uma valorização do preço do lote e portanto maiores lucros, com este tipo de ação as pessoas empobrecidas passam a ter dificuldades de adquirir uma casa própria, sendo obrigados ou a recorrer ao aluguel, que possuem valores muito altos, ou as ocupações e favelas para morar muitas vezes em barracos.

A cidade está em constante mudança, ela não fica estática as mudanças e reações da sociedade, diante disso ela passa a seguir muito da filosofia liberal, devido a um crescimento deste discurso entre a sociedade, tal fato está ligado à segregação de gênero e raça, pois há uma

justificativa de pouco esforço para atingir as metas. Sabe-se da impossibilidade de uma mulher negra sair de uma situação de pobreza extrema e atingir um alto padrão somente através de esforço e trabalho duro, pois isto é o que ocorre para elas conseguirem apenas sobreviver, dessa forma essas receitas milagrosas de enriquecimento que os liberais pregam não são aplicáveis quando o dinheiro que você recebe no mês não dá nem para suprir as contas fixas mensais. Quando se menciona que a cidade passa a seguir filosofia liberal quer dizer que ela passou a ser muito competitiva, e essa mencionada competitividade é para todas as pessoas que a residem, não considerando as diferenças de classe, raça e gênero que normalmente impactam as oportunidades destes, como já mencionado.

Com este tipo de característica na cidade nota-se como se perpetua as diferenças sociais e a segregação dos empobrecidos, visto que sem poder competir de forma igualitária por melhores empregos, melhores salários e, portanto, condições de vida essas pessoas continuam nas margens onde são carentes de serviços e infraestrutura. É fato que a segregação socioespacial tem raça e classe, devido ao quantitativo de pessoas declaradas negras vivendo nessas condições, porém quando se coloca o marcador de gênero esses números aumentam ainda mais e as dificuldades acompanham esta crescente, visto que grande parte dessas mulheres negras são chefes de família e assim o acesso reduzido a creches e escolas nesses locais impõe mais um empecilho para elas irem em busca de serviços, como mencionado no texto muitas delas recorrem às redes de sociabilidade para driblar essa falta de acesso básico.

No discurso dominante, o Estado parece estar acima das contradições e conflitos que produzem e reproduzem a desigualdade socioespacial, considerada um problema que será solucionado com o desenvolvimento econômico e planejamento territorial urbano. Na matriz discursiva dominante, o desenvolvimento é promovido pelos agentes tipicamente capitalistas de produção do espaço urbano e pelo Estado. Os agentes não tipicamente capitalistas, como os que produzem a cidade com autoconstrução, mutirão, favelas, ocupações coletivas, parecem ser apenas os causadores dos problemas. A produção do espaço pelos diferentes grupos societários é abstraída, pois não faz parte do mundo idealizado. Os problemas advindos da urbanização, como a segregação espacial, são tidos como causas e como desvios de um modelo de urbanização cujo pressuposto é uma cidade ideal. (RODRIGUES, p.75, 2007)

O planejamento territorial que é tido pelo Estado como uma solução para a segregação, como menciona Rodrigues, na realidade é mais um fator que a causa, visto que como este é fundamentado por técnicos que normalmente são homens brancos e de classe média, portanto esses planos seguem uma demanda tida universal mas que na realidade abrange uma parte

pequena da população. Como as cidades são planejadas a partir de uma visão tecnicista e muitas vezes masculinas, as minorias não são contempladas, assim no lugar de garantir certa igualdade no uso dessas cidades o planejamento acentua as diferenças, pois a trajetória masculina na cidade geralmente é linear (bairro-centro), enquanto a feminina é diversificada, não linear (bairro-bairro/ bairro-centro) devido aos trabalhos de cuidados as quais são obrigadas a cumprir, como levar os filhos nas escolas, ir ao supermercado, ida a hospitais com dependentes, etc.

Helene (2019), menciona que o urbanismo baseado no capitalismo não oferece soluções para a facilitar a mobilidade das atividades reprodutivas, normalmente esta não é projetada para percursos curtos e concentrados nos arredores dos bairros residenciais, mas sim para deslocamentos longos entre casa e trabalho. Essa realidade é evidente na estrutura viária comum das nossas cidades, que é radial, ligando o centro à periferia, mas não conectando os bairros não centrais entre si. Muitas vezes, é necessário utilizar um meio de transporte até a área central para se locomover até um bairro vizinho, onde ficam a escola das crianças, o mercado ou o posto de saúde mais próximo. Até mesmo o sistema de transporte poderia ser repensado para reduzir o custo de várias viagens no mesmo dia. Dessa forma, a urbanização promovida pela sociedade capitalista prioriza significativamente as atividades relacionadas à produção em detrimento das necessidades, espaços e atividades ligadas às tarefas reprodutivas. As intervenções urbanas, o urbanismo e o planejamento urbano e territorial são concebidos para favorecer a produção capitalista (o fluxo de mercadorias, a circulação de trabalhadores e o lucro), e não o bem-estar diário de seus habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação socioespacial que ocorre com as mulheres negras no Brasil, são herança de um passado de empobrecimento a qual elas passaram aliado da constituição da cidade capitalista que prioriza o lucro. Dessa forma, os agentes imobiliários ditam as regras da cidade fazendo com que algumas áreas recebam muitos serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos para assim haver uma valorização dessas áreas e assim gerar mais valor do lote, com isso as pessoas empobrecidas não conseguem acessar essas áreas e imóveis, precisando recorrer a favelas ou ocupações onde há uma falta de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, que são as áreas que estes agentes não têm uma preocupação de levar melhorias.

As políticas habitacionais, apesar de serem apresentadas como soluções para a segregação socioespacial, muitas vezes falham em atingir seu objetivo devido à lógica mercadológica que prevalece na cidade capitalista. Com isso as mulheres negras enfrentam ainda mais dificuldades de acesso à moradia digna e, conseqüentemente, ao direito à cidade, devido à desigualdade de rendimentos e à falta de políticas públicas eficazes que as contemplem, pois a falta de emprego e os serviços no mercado informal não geram comprovações de renda para que estas possam ter acesso a políticas existentes, portanto por mais que o objetivo dessas políticas sejam muito bons mas ainda não conseguem agregar a parte mais vulnerável da população.

Além disso tem-se o planejamento territorial, que longe de ser uma solução para a segregação como os Estados pregam, muitas vezes contribui para acentuar as desigualdades sociais ao não considerar as demandas específicas das populações marginalizadas. A cidade idealizada pelos planejadores, geralmente homens brancos de classe média, refletem apenas uma visão particular da sociedade, excluindo as necessidades e realidades das mulheres negras e de outros grupos minoritários, ou seja, ferem as características de desenvolvimento sustentável das cidades que pregam que este seja feito de forma a excluir as diferenças sociais e tornar as cidades mais justas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HELENE, A. F. (2019). **Gênero e mobilidade urbana: uma reflexão sobre o deslocamento das mulheres na cidade de São Paulo**. Cadernos Metrópole, 21(42), 477-497.

LEFEBVRE, Henri. (2001). **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro.

MIGUEL, L. F., & BIROLI, F. (2014). **Gênero e Políticas Públicas: uma questão ainda não resolvida**. Revista de Estudos Feministas, 22(2), 561-579.

RAMOS, C., & JUNIOR, J. (2011). **Moradia e direito à cidade no Brasil: análise dos tratados internacionais sobre os elementos constitutivos da moradia digna**. Habitus, 9(1), 101-114.

RODRIGUES, A. M. (2007). **A reprodução da segregação socioespacial no discurso da “cidade ideal”**. Ambiente & Sociedade, 10(2), 65-82.

Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Informe MIR - Monitoramento e Avaliação: 2ª Edição - Mulheres Negras. Brasília, DF, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/InformeMIRMonitoramentoeavaliacaon2EdioMulheresNegras.pdf>.

Acesso em: 21 de abril 2024.

MULHERES E HABITAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Janaína Rodrigues Lopes

Resumo: Este artigo analisa as políticas públicas de habitação no Brasil, destacando o papel central das mulheres. Argumenta-se que o sucesso dessas políticas está ligado à participação ativa das mulheres, especialmente na titularidade de habitações. A inclusão das mulheres de camadas sociais periféricas é priorizada por meio de iniciativas governamentais de assistência social, reconhecendo a exclusão enfrentada por elas. Movimentos sociais, especialmente feministas, desempenharam um papel crucial na promoção de mudanças sociais e políticas favoráveis às mulheres. O programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, destaca-se no cenário nacional por facilitar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda, considerando a participação das mulheres na obtenção e gestão das habitações.

Palavras-chave: Políticas públicas, mulheres, habitação.

Abstract: This article analyzes public housing policies in Brazil, highlighting the central role of women. It argues that the success of these policies is linked to active participation by women, especially in property ownership of housing, land, and real estate. The inclusion of women from peripheral social strata is prioritized through government social assistance initiatives, acknowledging the exclusion they face. Social movements, particularly feminists, have played a crucial role in promoting social changes and policies favorable to women. Although society faces a variety of issues, only a small proportion is effectively addressed by public policies. The Minha Casa Minha Vida program, launched in 2009, stands out nationally for facilitating access to decent housing for low-income families, considering women's participation in obtaining and managing housing.

Keywords: Public policies, women, housing.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise das políticas públicas voltadas para habitação no Brasil, com foco na centralidade da atuação das mulheres. Por meio dessa investigação, busca-se demonstrar que a existência e o sucesso desses programas estão intrinsecamente ligados à participação ativa das mulheres. A questão da titularidade feminina em habitações, terras e propriedades emerge como um aspecto recente na história da luta

política e social das mulheres no Brasil, destacando a necessidade contínua de atenção nas políticas públicas implementadas pelos governos.

O desdobramento deste estudo também aborda as políticas e iniciativas que priorizam uma maior inclusão das mulheres de camadas sociais mais periféricas, através de benefícios concedidos por programas governamentais de assistência social. Essas iniciativas surgem de uma compreensão da condição feminina compartilhada, marcada por contextos de exclusão.

No contexto brasileiro, o movimento de articulação centrado na discussão da "mulher" foi impulsionado pelos movimentos sociais, especialmente pelos movimentos de mulheres e feministas, que catalisaram mudanças na sociedade e influenciaram a implementação de políticas públicas favoráveis às mulheres.

As políticas habitacionais assumem um destaque significativo no panorama atual do Brasil, com o programa Minha Casa Minha Vida ocupando posição de destaque. Este programa, lançado em 2009, tem como objetivo principal facilitar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda, incluindo medidas que consideram as mulheres ainda enfrentam diversos desafios para obter e gerenciar suas habitações, como a discriminação de gênero e a violência doméstica.

DESENVOLVIMENTO

Em um movimento transformador, países da América Latina vêm apostando, nos últimos anos, em programas e serviços sociais direcionados às famílias como a principal estratégia para combater a pobreza e fortalecer a proteção social.

Dentre esses programas, destacam-se o Puentes-Chile Solidario¹ implementado no Chile, o Familias en Acción², adotado na Colômbia, o programa Progres/Oportunidades³,

1 O Puentes-Chile Solidario foi criado pelo governo federal do Chile em 2002 e implementado nos anos subsequentes. Conectar famílias em situação de extrema pobreza à rede de serviços socioassistenciais para melhorar permanentemente suas condições de vida.

2 É um programa governamental de assistência social no México fundado em 2002, com base em um programa anterior chamado Solidaridad, criado em 1988 e renomeado Progres/Oportunidades em 1997. É concebido para combater a pobreza, fornecendo pagamentos em dinheiro às famílias em troca de frequência escolar regular, visitas a clínicas de saúde e apoio nutricional. Oportunidades é creditado por diminuir a pobreza e melhorar o desempenho em saúde e educação nas regiões onde foi implantado.

3 É uma iniciativa do Governo Nacional para fornecer subsídios de alimentação ou educação a crianças menores de 18 anos de famílias deslocadas cadastradas no Sistema de Informação de Famílias Deslocadas. Presta apoio monetário direto à mãe beneficiária, condicionado ao cumprimento dos compromissos da família: na educação, ao garantir a frequência escolar dos menores e na saúde,

em execução no México, o Programa Bolsa Família⁴. A estratégia de intervenção social do Estado direcionada às camadas pobres, conhecida como abordagem focada nas famílias, possui raízes históricas que remontam aos séculos XVIII e XIX, conforme evidenciado por um exame da história recente das intervenções sociais.

Na segunda metade do século XIX, a Europa vivenciou a implementação de uma "estratégia de familiarização das classes populares, com foco na figura materna" (Donzelot, 1977, 2005, p. 42). Segundo o sociólogo, essa estratégia incentivava as jovens mulheres a abandonar conventos e a evitar a prostituição, as únicas opções disponíveis para as mais pobres na época. Em vez disso, elas eram encorajadas a buscar atividades profissionais que aprimorassem suas habilidades domésticas, preparando-as para o casamento.

Essa mudança atendia a diversos interesses. Para os homens, garantia uma posição mais sólida no mercado de trabalho, livre da concorrência feminina. Além disso, permitia que eles se dedicassem exclusivamente ao trabalho produtivo, enquanto suas esposas assumiam as atividades reprodutivas e a criação dos filhos. Para as famílias, o trabalho feminino era visto como uma necessidade temporária para garantir a sobrevivência material.

Consequentemente, essa estratégia resultou em uma redefinição e disciplinamento dos papéis sociais de homens e mulheres das classes populares. Homens assumiram o papel de provedores e chefes do lar, fortalecendo o poder patriarcal enfraquecido. Mulheres ficaram responsáveis pelas tarefas domésticas e educacionais, incluindo a vigilância sobre seus maridos para garantir que desempenhassem adequadamente o papel de chefes de família (Donzelot, 1977, 2005, p. 43).

"Dentro desse contexto, a família das classes populares emerge como uma construção social cujo alicerce principal repousa sobre as mulheres pobres, que assumem os papéis de donas de casa competentes, esposas exemplares e mães dedicadas." (Donzelot, 2005, p. 42).

com o comparecimento dos bebês às consultas de controle de crescimento e desenvolvimento programado. Disponível em <https://www.scielo.br/lj/rk/a/MjYjB7GjNKGxfBGXSDTYRbc/>

⁴ É um programa de transferência de renda criado em 2004, é o atual programa de assistência social do Governo do Brasil

De acordo com Donzelot (2005) essa centralidade feminina se fortalece com a estratégia de familiarização, que encoraja as jovens a buscar atividades que aprimorem suas “habilidades domésticas.” (Donzelot, 2005, p. 42). Nesse cenário, a figura materna adquire uma importância crucial para o sucesso dessa estratégia. As mulheres são vistas como agentes de moralidade e educação, desempenhando um papel fundamental na reprodução da ordem social (Donzelot, 2005, p. 42).

Para Ceballos (2015), em importante análise acerca da política social de assistência como condição da cidadania na América Latina:

O imaginário político, que alimenta os relatos sobre o social em torno das políticas de assistência, mobiliza enunciados de “gênero” que deixam em evidência a glorificação do sacrifício cotidiano das mães e mulheres e a valorização da família como espaço de gestão feminina e como unidade social básica. (Ceballos, 2015, p. 171).

Esses programas têm como base a priorização das mulheres como beneficiárias dos programas sociais. Isso não apenas reconhece sua relevância como agentes econômicos, mas também questiona as normas de gênero tradicionais que as colocam à margem no acesso a recursos e oportunidades.

Ao conceder a titularidade dos benefícios às mulheres, esses programas visam fortalecê-las dentro da estrutura familiar e, conseqüentemente, promover a igualdade de gênero em um contexto mais amplo. Essa abordagem não é apenas uma característica peculiar dos programas sociais brasileiros, mas também contrasta com a prática em outros países latino-americanos.

É fundamental enfatizar que essa estratégia impulsiona o empoderamento econômico das mulheres, conferindo-lhes um papel central na gestão dos recursos financeiros familiares. Esse enfoque não apenas amplia sua autonomia financeira, mas também fortalece sua posição na tomada de decisões dentro do contexto doméstico.

Considerando que as mulheres frequentemente enfrentam desafios socioeconômicos mais pronunciados, essa priorização pode contribuir para reduzir as disparidades de renda e aprimorar tanto as condições de vida delas quanto as de suas famílias.

Ao abordarmos a integração da perspectiva de gênero em políticas públicas e programas governamentais em nível global e no Brasil, é essencial reconhecer o papel vital desempenhado pelo movimento feminista e pelas mulheres como líderes nesse diálogo entre a sociedade civil, o Estado e organismos internacionais.

Esse movimento foi responsável por pavimentar o caminho para a inclusão da temática não apenas nos programas desses órgãos, mas também na formulação de planos internacionais que fortaleceram as propostas dos movimentos nos respectivos países-membros das Nações Unidas (ONU) instigando-os à responsabilidade pela proteção dos direitos.

Céli Regina (2010) ressalta que, apesar do longo histórico de reivindicações promovido por diversos movimentos de mulheres e feministas desde o final do século XIX e o início do século XX, os marcos institucionais internacionais em prol da igualdade de direitos ganharam destaque na década de 1970. Durante a I Conferência Internacional da Mulher no México, da ONU proclamaram os próximos dez anos como a década da mulher. No Brasil, no mesmo ano, ocorreu uma semana de debates intitulada “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o apoio do Centro de Informações da ONU.

A autora enfatiza o papel daquele movimento que não se dedicava apenas a produzir uma nova compreensão do papel da mulher na sociedade, mas que propugnava por uma nova realidade de papéis entre todos:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que estas últimas tenham liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (Pinto, 2010, p. 16).

Mais tarde, no cenário político de redemocratização no país, na década de 1980, o movimento tomou impulso e expandiu o debate público, favorecendo, inclusive, a criação de diversos conselhos estaduais de direitos da mulher, em 1982.

Destaca-se ainda uma série de marcos legais que defendem essa linha de debate desde o seu início. Em 1967, a ONU já demonstrava preocupação com a questão,

proclamando, em assembleia geral, sua declaração pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e em favor do princípio da igualdade de direitos entre todos. Além disso, em 1979, foi adotada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher no âmbito global, com ampla adesão pelos Estados.

No entanto, é importante notar que houve um número significativo de reservas, especialmente na cláusula relacionada à igualdade de direitos entre homens e mulheres no âmbito privado. Esse aspecto levanta uma reflexão pertinente sobre a tensão existente em relação aos direitos humanos das mulheres e seus impactos nos domínios público e privado.

No contexto brasileiro, em resposta à realidade marcada pela violência de gênero, pelas inegáveis disparidades no mercado de trabalho entre homens e mulheres e pelas profundas desigualdades socioeconômicas, especialmente no âmbito das relações de gênero, foram implementadas políticas públicas em favor das mulheres. Dentre elas, destaca-se a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que visa combater a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ademais, houve a adequação das normas trabalhistas e civis aos princípios constitucionais de igualdade e, no âmbito habitacional, a implementação da política de titularidade residencial feminina. O direito à moradia surge como um elemento fundamental e central neste cenário de implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Essa última iniciativa se apresenta como um instrumento para superar o déficit habitacional e, transversalmente, contribuir para a erradicação da pobreza, principalmente entre as mulheres chefes de família de baixa renda.

Para compreender a amplitude das políticas públicas com foco em gênero, é crucial abordar a invisibilidade atribuída às mulheres no contexto urbano, resultando em cidades que não atendem às suas necessidades específicas.

Essa problemática se estende ao âmbito da moradia, pois as questões relacionadas à aquisição de habitação são vivenciadas de maneira distinta entre os gêneros.

A falta de moradia adequada e a insegurança na posse exacerbam a vulnerabilidade das mulheres.

No entanto, a vulnerabilidade feminina não se resume à violência de gênero. A interseção entre gênero e pobreza, exemplificada pela feminização da pobreza, revela desafios na transversalização das políticas públicas sob a perspectiva de gênero.

Esse fenômeno contribui para o aumento da pobreza em escala global, especialmente nos países menos desenvolvidos, onde no Brasil, está ligado ao desemprego e à precariedade das ocupações femininas, resultado de uma complexa teia de causas políticas, econômicas e culturais.

A segurança de posse como um direito a ser garantido para as mulheres é também importante porque a feminização da pobreza e a dependência econômica – aliadas à necessidade de proteção daqueles responsáveis por seus cuidados – costumam ser os principais fatores de manutenção de situações de violência doméstica. Isto é, a “casa” não é apenas o cenário, mas, muitas vezes o protagonista de um “enredo trágico: muitas mulheres não conseguem pôr um fim na relação com o agressor simplesmente por não terem pra onde ir com seus filhos”(Maylan, 2019. p.157)

Costa et al. (2005) definem o escopo das possíveis interpretações da feminização da pobreza, ressaltando que a sobre-representação das mulheres na pobreza e a própria feminização da pobreza são fenômenos correlacionados, embora distintos.

Enquanto o primeiro se refere à observação de uma maior incidência de pobreza entre as mulheres ou entre os lares chefiados por elas em um momento específico, o segundo conceito diz respeito às mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Para os autores, o processo de feminização da pobreza consiste no aumento (tanto absoluto quanto relativo) da pobreza dentro da população feminina ao longo de períodos históricos.

Para Maylan (2019) é importante considerar a perspectiva de gênero no debate sobre as diretrizes do programa nacional de habitação. Ela sugere que essa análise remete à reflexão sobre como as demandas das mulheres estão sendo incorporadas para promover sua emancipação e promoção na cidade.

A categoria de gênero se revela crucial para compreender as tensões presentes no debate sobre o direito à moradia, tanto na esfera pública quanto na privada. A autora, ao

reconhecer a complexa e multifacetada natureza do tema, propõe que a discussão não se esgote em soluções simplistas, mas sim que se aprofunde na análise dos desafios e oportunidades que se apresentam às mulheres em relação à moradia.

Nesse contexto, torna-se fundamental destacar o protagonismo das mulheres na luta por seus direitos e por cidades mais justas e igualitárias. A autora defende a necessidade de uma abordagem sensível ao gênero na formulação e implementação de políticas habitacionais, visando garantir a inclusão e o empoderamento das mulheres.

É fundamental entender que a categoria de gênero não se limita à dicotomia homem- mulher. A perspectiva relacional do gênero enfatiza as dinâmicas sociais que constroem as noções de masculino e feminino, reconhecendo a fluidez e a diversidade dos papéis de gênero existentes na sociedade

É importante ressaltar que a simples focalização nas mulheres não garante, por si só, uma perspectiva de gênero autêntica. Para alcançar uma análise crítica e propositiva, é necessário considerar as relações de poder e as desigualdades estruturais que permeiam as experiências de gênero, tanto no âmbito público quanto no privado.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Ao longo da história, a política habitacional brasileira tem se caracterizado pela ênfase na política da casa própria como principal ferramenta para combater o déficit habitacional. Essa estratégia revela uma estreita interdependência entre o combate à falta de moradia e o setor da construção civil.

Para Andrade e Azevedo (1982) os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a Fundação da Casa Popular foram pioneiros na promoção de habitação para a classe trabalhadora no período de 1937 a 1964, porém de forma seletiva, atendendo apenas aos assegurados dos institutos. Posteriormente, o Banco Nacional de Habitação, criado em 1964, assumiu esse papel, utilizando cadernetas de poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como fontes de recursos.

Essas políticas habitacionais foram alvo de críticas significativas. Apesar de serem justificadas pelo déficit habitacional, na prática, não alcançavam as metas estabelecidas. Muitas vezes, as ações eram implementadas apenas superficialmente, deixando de atender às necessidades reais das comunidades. Além disso, a construção civil, ao agenciar o problema da moradia, direcionava suas ações para os estratos de demanda solvável, resultando em políticas que beneficiavam principalmente os estratos superiores de renda, enquanto os mais pobres ficavam à margem.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte de um esforço para enfrentar o déficit habitacional e promover o acesso à moradia digna para as famílias de baixa renda no Brasil. O programa foi concebido como uma parceria entre o governo federal, estados, municípios, empresas da construção civil e beneficiários finais.

Dentro desse contexto, o PMCMV foi regulamentado pela Lei n. 11.977/2009, em vigor até agosto de 2020. O programa contemplou as famílias inseridas em quatro faixas de renda, sendo a faixa 1 o foco desta análise. Os imóveis destinados a essa faixa possuem algumas especificidades, como a proibição de comercialização, venda e locação durante o período do financiamento, exceto mediante quitação. Além disso, a política inclui um aporte de subsídio de até 95% do valor do imóvel para famílias de baixa renda, sujeito ao cumprimento de condicionalidades, como a permanência no imóvel por, pelo menos, dez anos. O não cumprimento dessas condicionalidades pode resultar na perda do imóvel e na impossibilidade de participar de novas ações do programa.

Desde o seu lançamento, o PMCMV passou por diversas fases e ajustes, com o objetivo de expandir sua abrangência e aprimorar seus mecanismos de operação. Inicialmente, o programa estava focado principalmente na construção de novas unidades habitacionais para famílias com renda de até três salários mínimos, por meio de subsídios e financiamentos facilitados.

Com o passar dos anos, o PMCMV foi ampliado para contemplar outras faixas de renda e modalidades de atendimento, como a aquisição de imóveis prontos, reforma de unidades existentes e regularização fundiária. Além disso, o programa passou a incorporar

critérios de sustentabilidade ambiental e acessibilidade, visando promover o desenvolvimento urbano sustentável.

Apesar dos desafios e críticas enfrentados ao longo do tempo, o Programa Minha Casa Minha Vida permanece como uma das principais políticas públicas de habitação do Brasil, desempenhando um papel crucial na promoção do acesso à moradia digna e na melhoria das condições de vida para milhões de brasileiros.

No entanto, ao analisarmos o programa sob a ótica de gênero, a titularidade dos imóveis concede às mulheres um maior controle sobre seus recursos financeiros e patrimoniais, permitindo-lhes tomar decisões independentes sobre investimentos, melhorias na habitação e planejamento familiar. Isso desempenha um papel fundamental na quebra de ciclos de dependência financeira e na promoção da autonomia econômica das mulheres.

A propriedade da casa por mulheres, tradicionalmente vista como um assunto do âmbito privado, assume relevância científica ao ser analisada como um fator de transformação das relações de poder familiares. Essa conquista transcende a esfera material, impactando significativamente as dinâmicas de poder dentro da família e na sociedade como um todo.

A conquista da plena autonomia feminina exige uma abordagem intersetorial que combine políticas públicas nas áreas de habitação, educação, emprego, saúde e assistência

social. Essa abordagem deve ser multidimensional, considerando as diversas realidades e necessidades das mulheres em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas habitacionais, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), desempenham um papel importante na promoção da igualdade de gênero e no

empoderamento das mulheres no Brasil. Ao priorizar a titularidade feminina dos imóveis e proporcionar acesso à moradia digna, o PMCMV desafia as normas de gênero tradicionais que colocam as mulheres em desvantagem no acesso a recursos e oportunidades.

Através da concessão de moradias próprias e do fortalecimento do papel das mulheres na gestão dos recursos familiares, esses programas têm o potencial de romper ciclos de dependência financeira e contribuir para a autonomia econômica das mulheres. Além disso, ao envolver as mulheres nas decisões familiares e promover uma redistribuição do poder dentro do lar, essas políticas podem transformar as dinâmicas sociais e promover relações de gênero mais equitativas.

No entanto, é importante reconhecer que as políticas habitacionais por si só não são suficientes para garantir a plena emancipação das mulheres. É necessário um enfoque abrangente que inclua medidas de apoio em áreas como educação, emprego, saúde e assistência social para garantir que as mulheres tenham oportunidades iguais em todas as esferas da vida.

A política habitacional, por si só, não é suficiente para combater a desigualdade de gênero e promover o empoderamento das mulheres. É fundamental que as políticas habitacionais sejam complementadas por iniciativas sociais que abordem as diversas dimensões da desigualdade de gênero e garantam que todas as mulheres tenham a oportunidade de viver com dignidade e autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L.; AZEVEDO, S. Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: SciELO, 1982.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jul. 2009. Seção 1

CEBALLOS, Marco. ¿Ciudadanía o ayuda social? del diseño de la política pública a la experiencia de las mujeres beneficiarias asistenciales en Chile. Caderno CRH, Salvador, vol. 28, n. 73, 2015, pp. 165-180. Disponível em: . Acessado em novembro/2016.

COSTA, J. S., Pinheiro, L., Medeiros, M., & Queiroz, C. (2005). **A face feminina da pobreza: Sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil.** Brasília, DF.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Editora Rumo, 2005.

MEYLAN, A. **A política de habitação social no Brasil: as inflexões da política habitacional pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.** Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU, Belo Horizonte: Fórum, v. 5, n. 8, p. 77-97, 2019. .

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, nº 36, 2010, p. 15-23.

MULHERES NEGRAS NA MOBILIDADE URBANA: UMA ANÁLISE DE DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS.

Jheimisson Ferreira de Oliva ¹

Resumo: O artigo aborda a complexidade da mobilidade urbana, destacando como a Interseccionalidade de gênero, raça e classe social afeta de forma desproporcional as experiências das mulheres negras nas cidades. A falta de infraestrutura adequada, os obstáculos financeiros, a violência de gênero e a localização inadequada de serviços essenciais contribuem para a exclusão dessas mulheres no acesso à cidade. Estas seriam, em regra, as pessoas mais expostas a situações de violência urbana e de vulnerabilidade social, haja vista que as condições de gênero e raça acabam por determinar sua sociabilidade nos bairros menos urbanizados. A análise aponta para a necessidade de políticas públicas inclusivas e conscientes das especificidades das mulheres negras para garantir uma mobilidade equitativa e segura.

Palavras-chave: Mulheres negras; mobilidade urbana; violência.

Abstract: The article addresses the complexity of urban mobility, highlighting how the intersectionality of gender, race and social class disproportionately affects the experiences of black women in cities. The lack of adequate infrastructure, financial obstacles, gender-based violence and the inadequate location of essential services contribute to the exclusion of these women from accessing the city. These would, as a rule, be the people most exposed to situations of urban violence and social vulnerability, given that gender and race conditions end up determining their sociability in less urbanized neighborhoods. The analysis points to the need for inclusive public policies aware of the specificities of black women to guarantee equitable and safe mobility

Keywords: Black women; urban mobility; violence.

INTRODUÇÃO

As cidades devem ser vistas como espaços de coexistência humana que prometem desenvolvimento social e económico, acesso à recreação, habitação, serviços e livre circulação. Portanto, é natural que qualquer pessoa faça parte do design sem discriminação. Garantir um melhor atendimento às necessidades individuais e coletivas que

surgem no dia a dia. Mas isso não aconteceu. Carvalho (2016) observa evidências de que a desigualdade social nas cidades garante justiça justa na sociedade.

A mobilidade nas cidades é crucial para o desenvolvimento urbano e a qualidade de vida dos moradores, pois ao inserir essa realidade na dinâmica urbana abrimos espaço para o desenvolvimento econômico, social e para a inserção democrática da população no espaço. É um sistema que envolve diversos elementos necessários aos deslocamentos de todos em prol do bem-estar e comodidade dos usuários de transporte, funcionando como um sistema composto por várias etapas interligadas. Segundo os autores Vasconcellos (2001); Resende e Ferreira (2009); Alves (2015), A mobilidade urbana é uma forma de pensar a natureza das cidades, explorando meios de movimentação de pessoas e mercadorias pelos espaços urbanos através de veículos motorizados e não motorizados que utilizam infraestrutura para movimentação. As condições de circulação de pessoas e bens através dos centros urbanos afetam toda a sociedade, gerando externalidades negativas como acidentes, poluição e congestionamentos, e afetando particularmente a vida das pessoas mais pobres que tendem a viver em áreas mais afastadas das oportunidades urbanas. (Carvalho, 2016).

O transporte é um dos elementos mais importantes da estrutura urbana. As necessidades e condições de viagem, bem como a tecnologia de transporte variam de acordo com a classe social (Villaça, 2001). Segundo David Harvey, “os ricos podem controlar o lugar, enquanto os pobres são seus prisioneiros” (Harvey, 1976, p.171). Isto acontece porque algumas áreas da cidade, especialmente onde estão localizadas instituições e serviços públicos, são determinadas como acessíveis apenas por carro – um modo de transporte, num local, até certo ponto, tem causado isolamento social em termos de mobilidade.

No entanto, as experiências de mobilidade são profundamente moldadas por questões de gênero, raça e classe social, gerando desigualdades estruturais que afetam de forma desproporcional as mulheres negras. A diferença que persiste ao longo da história é claramente visível, especialmente quando se trata das mulheres negras que vivem em regiões periféricas. Nesse contexto, questões como gênero, raça e localização geográfica são determinantes para a distinção, e as mudanças que ocorrem são pequenos avanços em

direção ao reconhecimento e libertação dessas mulheres. A luta por direitos é constantemente desafiada pelo sistema machista e preconceituoso que ainda prevalece, criando um conflito entre consciência e inconsciência. Para entender a estrutura da discriminação enfrentada pela mulher negra, é essencial voltar ao período da escravidão, que oficialmente acabou em 1888. No entanto, assim como acontece com todos os Direitos Humanos, a plena conquista desses direitos requer uma transição do plano jurídico para o plano da vida real, a fim de garantir a inclusão social (Lima; Santos, 2017).

A dificuldade das mulheres negras com a mobilidade urbana é um reflexo das desigualdades estruturais presentes nas cidades. A interseccionalidade de gênero e raça resulta em experiências únicas de exclusão e vulnerabilidade no contexto urbano. Mulheres negras enfrentam obstáculos que vão desde a falta de infraestrutura adequada até a violência e assédio nos espaços públicos e nos transportes coletivos. A falta de planejamento e urbanização nas áreas onde vivem estas impede que as elas exerçam seus direitos à cidade e usufruam dos espaços urbanos. Essas e outras variáveis os levam a vivenciar a solidão urbana porque seus espaços são considerados sujos e inadequados (Batista; Mastrodi, 2018). A segregação socioespacial aprofunda tais desafios, limitando o acesso a serviços essenciais, empregos e oportunidades educacionais. Essa realidade impacta diretamente a autonomia e a qualidade de vida das mulheres negras, aumentando o tempo gasto em deslocamentos e tornando a locomoção uma tarefa árdua e muitas vezes perigosa. Além disso, a precariedade do transporte público em áreas periféricas contribui para o isolamento e a falta de integração dessas mulheres na dinâmica urbana.

As resistências surgem por meio da organização comunitária, da luta por políticas de transporte mais inclusivas e da criação de espaços seguros e acessíveis. É fundamental promover a conscientização sobre essas questões e buscar soluções que garantam uma mobilidade urbana equitativa, respeitando as necessidades específicas das mulheres negras. A análise dessas dificuldades é essencial para promover mudanças significativas nas políticas públicas, no planejamento urbano e na consciência coletiva, visando construir cidades mais justas, inclusivas e acolhedoras para todas as mulheres, especialmente as negras.

DESENVOLVIMENTO

Dado a intensificação do processo de urbanização das muitas cidades brasileiras, percebe-se que os instrumentos utilizados para promoção de seu desenvolvimento, especialmente os planos diretores, têm colaborado para intensificação de dinâmicas de exclusão e segregação no espaço urbano, especialmente quando tais instrumentos estão associados à produção capitalista da cidade. Neste sentido, percebe-se que as populações empobrecidas são ainda mais impactadas, dado que, no contexto referido acima, que comumente são alocadas nas periferias da cidade, onde a vida urbana, amiúde, é negada a ela, sobretudo através de serviços e bens necessários a manutenção da vida.

Silva (2018) argumenta que há um reconhecimento de que a espacialidade é interseccional e que raça, classe, gênero e espaço são processos constitutivos. As questões de intersecção urbana são atualmente predominantes nos campos da arquitetura e do urbanismo, do planejamento urbano e da geografia urbana, e têm como ponto de partida a particularidade da relação entre o espaço público e os utilizadores. Em segundo lugar, como uma dimensão importante do direito à cidade, partimos do conceito de que a mobilidade urbana não se trata apenas de migração física, mas refere-se a uma prática social definida pelo significado, impacto e desempenho das migrações e movimentos diários das pessoas e coletivos nos espaços urbanos, que são cruciais para a sua participação social e cidadania efetiva. A mobilidade urbana ocorre, portanto, no cotidiano, marcada, influenciada e por vezes determinada pela posição social do sujeito e suas possibilidades na vida social (Gonçalves; Malfitano, 2021).

Para Carvalho (2016), o turismo urbano pode se movimentar dentro da cidade, seja a pé, de bicicleta, de ônibus, de trem ou de carro. É a capacidade de mover-se facilmente em campos de qualidade. No entanto, o conceito de mobilidade não é implementado de acordo com as regulamentações municipais devido à infraestrutura rodoviária destinada a atender às necessidades dos veículos particulares. As calçadas que deveriam dar prioridade aos pedestres são ocupadas por carros e utilizadas como vagas de estacionamento. O autor menciona que o transporte público está em péssimas condições. Lembre-se que toda

contagem de automóveis particulares, com o conseqüente abandono dos serviços de transporte público, é por vezes apanhada no imperativo do consumidor em favor do sistema capitalista.

Conforme Silva (2014), a mobilidade consiste nos deslocamentos das pessoas, levando em consideração suas diversas habilidades individuais, ligadas a características sociais específicas. Esse deslocamento ocorre no território, envolvendo a interação entre a sociedade e os meios de transporte como instrumentos que facilitam a locomoção. No contexto urbano, a mobilidade se manifesta através de movimentos organizados, que se interligam no tempo e no espaço, influenciando as práticas comuns de acesso aos locais. Devido à sua natureza caótica, a mobilidade é desigual, atravessando questões como renda, gênero, idade, etnia e classe social (Vasconcellos, 2001). Não se resume simplesmente a comparar preços e escolher o modo de deslocamento mais eficiente, mas representa uma ferramenta para analisar a segregação urbana, a desigualdade socioespacial e a estrutura social do espaço.

Dessa maneira, a rotina de deslocamento nas nossas cidades não é uniforme e carente de significado, visto que abarca uma variedade de elementos e processos distintos que são fundamentais tanto para o funcionamento estrutural do sistema produtivo quanto para a vida diária das pessoas. Isso vai além da simplificação de considerá-la meramente como uma movimentação física, pois implica compreender as experiências do movimento, que são socialmente construídas, localizadas espacialmente e vivenciadas de formas diversas (Cresswell, 2006).

As disparidades estruturais nos padrões de deslocamento entre homens e mulheres, que espelham as desigualdades de gênero nos territórios, interseccionadas com questões de raça e classe. Esses elementos são particularmente críticos nos países do chamado sul global, como o Brasil, onde as mulheres negras e pardas, majoritariamente de baixa renda, são as mais impactadas quando se trata dos desafios da mobilidade, porque veem diferentes aspectos da desigualdade que dizem respeito não só aos homens em geral, mas também às mulheres brancas e às mulheres com maior poder de compra; são mais afetados pelos riscos das infraestruturas de transporte e pela falta de transporte nas zonas onde vivem, bem como pela sua proeminência em zonas remotas; e são mais vulneráveis

aos riscos de violência e exclusão social (Itdp, 2020). Considerando o contexto de desigualdade socioespacial, esta parece ser fonte de outras desigualdades, como a imobilidade causada pelos preços elevados e pela falta de transporte público, segundo Milton Santos (Rolnik, 2000, p. 2). Os espaços públicos (hospitais, escolas) nos fragmentos urbanos onde vivem as pessoas mais pobres carecem de iluminação e de má manutenção, o que os torna mais pobres e aumenta o medo do assédio sexual (Santos, 2002). As estradas estão longe do centro e não existem instalações de saneamento básico. As péssimas condições de vida das mulheres negras podem ser confirmadas por meio de dados.

A escravidão negra-africana deixou profundas marcas que reverberam até os dias de hoje na vida da população negra no Brasil. Mesmo antes da abolição da escravatura, africanos e afrodescendentes já começavam a ocupar os centros urbanos. Seja como negros libertos ou escravos de ganho, eles desempenhavam diversas atividades, desde a venda de produtos até a prestação de serviços. Nestes locais, muitos africanos e afrodescendentes, libertos ou não, também residiam e faziam parte do cotidiano (Ipea, 2011).

De acordo com Conceição (2012) a mobilidade das mulheres negras urbanas segue horários de trabalho. Como a maioria deles reside em subúrbios e áreas isoladas, a sua mobilidade em áreas urbanas depende frequentemente da utilização de transportes públicos. Por outro lado, o transporte público causa desconforto às mulheres quando confrontadas com situações difíceis; superlotação, abusos, tempos de espera difíceis em áreas vulneráveis, longe de casa, e outros problemas persistentes.

A exclusão de gênero das mulheres na construção do espaço é evidente, sugerindo um lugar inseguro e vulnerável. Neste contexto, a mobilidade urbana, tal como a conhecemos, reproduz as desigualdades de gênero, raça e classe existentes na nossa sociedade. Independentemente de você andar a pé ou de transporte público, a verdade é que os padrões de transporte não são adaptados às necessidades das mulheres, especialmente daquelas que se identificam como negras e de baixa renda. Por isso, aqui queremos dar especial atenção à forma como a ideia da separação de ruas entrou em jogo neste movimento municipal como um direito social de todos. No caso das mulheres da

classe trabalhadora que são negras, a carga horária de trabalho costuma ser ainda mais extensa, de acordo com o Ipea (2017). Na perspectiva urbana, surge um fator adicional preocupante: geralmente, a concepção da infraestrutura das cidades não leva em consideração a vivência feminina, ocasionando um impacto significativo no dia a dia das mulheres, como apontado por (Buckingham, 2010; Moreno, 2015).

Mais da metade da população global é composta por mulheres, porém enfrentam discriminação de gênero de forma sistemática nas cidades (ONU Habitat, 2020), especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Mulheres negras e de baixa renda são as mais afetadas pela falta de consideração nas políticas de mobilidade. Elas experimentam diversas formas de desigualdade em relação aos homens em geral, bem como em comparação com mulheres brancas e de maior poder aquisitivo; são as mais prejudicadas pela escassez de opções de transporte em suas regiões, tornando-se mais suscetíveis à violência e à exclusão social.

Direito à Mobilidade não pode ser efetivado com um modelo único para toda a cidade; é necessário olhar as particularidades, levando em consideração o gênero, o contexto em que as pessoas estão inseridas, as necessidades e história de cada região. Para tanto, compreender o local é imprescindível para desenvolver políticas públicas em um território periférico. Conforme prevê a Carta Magna em seu artigo 182 caput 38 e o Plano Diretor Estratégico, no artigo 5º, inciso V, deveríamos ter direito a cidade o que é concretizado através do deslocamento adequado e o Plano Diretor Estratégico da Cidade, no artigo 303, inciso I, tem como objetivo a proteção de grupos sociais tidos como mais vulneráveis. As dificuldades que as mulheres enfrentam atingem diferentes fases do seu cotidiano e da dinâmica social. Quando se trata de mulheres negras, a desvantagem é enorme, uma realidade ligada às relações coloniais, à discriminação estrutural e à gravidade associada à discriminação na pobreza. São eles que apresentam as piores taxas de habitação, emprego e rendimento, acesso a cuidados de saúde, violência, proteções legais e muito mais (Bianchini, 2021).

As pessoas que vivem nas cidades do nosso país devem ter acesso a um lugar digno para viver e aos meios de subsistência, conforme exige a Constituição Federal, bem como as diversas leis nacionais e internacionais das quais o Brasil é parte. Mas devemos lembrar que

as pessoas vivem de forma diferente nas cidades, tal como vivem agora. No que diz respeito à exclusão na esfera territorial, não podemos esquecer que nas cidades brasileiras ainda estão ocultas questões relacionadas à intersecção de gênero, raça e classe, à arquitetura baseada em ideias patriarcais, escravistas e coloniais.

Portanto, as mulheres negras constituem grupo de maior vulnerabilidade social. Diante disso, pode-se compreender a importância de estudar aspectos vinculados à mobilidade urbana no cotidiano delas, que são, geralmente, moradoras da periferia das metrópoles brasileiras. A dificuldade de mobilidade urbana enfrentada por mulheres negras é um reflexo das intersecções de gênero, raça e classe na sociedade contemporânea. Essas mulheres enfrentam obstáculos específicos ao tentar navegar pelos espaços urbanos, que muitas vezes são inadequadamente projetados, inseguros e carecem de acesso adequado ao transporte público (Conceição, 2012).

A falta de infraestrutura adequada, como calçadas malconservadas ou ausência de rampas de acesso em estações de transporte público, torna ainda mais desafiador o deslocamento para mulheres negras com deficiência ou com carrinhos de bebê. Além disso, a violência de gênero e o assédio sexual são problemas persistentes, o que pode levar essas mulheres a evitarem certos espaços ou horários, limitando assim suas opções de mobilidade (Vasconcellos, 2001).

A desigualdade socioeconômica também desempenha um papel significativo, já que muitas mulheres negras enfrentam dificuldades financeiras que as impedem de acessar alternativas de transporte mais caras, como táxis ou aplicativos de transporte particular. Isso as força a depender de sistemas de transporte público muitas vezes superlotados e pouco confiáveis (Vasconcellos, 2001). Além disso, a localização inadequada de serviços essenciais, como creches e centros de saúde, pode aumentar o tempo de deslocamento e a carga de trabalho das mulheres negras, que muitas vezes são responsáveis pelo cuidado de suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade é instrumento e meio fundamental para efetivação de Direitos. Contudo, quando ela não é pensada a partir do cenário que as pessoas vivem, pode funcionar como verdadeiro obstáculo (Villaça, 2001). A segregação socioespacial continua a ser um obstáculo significativo para a mobilidade das mulheres negras nas cidades. No entanto, através de estratégias de resistência e resiliência, elas continuam a lutar por uma mobilidade mais segura e inclusiva. É imperativo que as políticas públicas e os planejadores urbanos reconheçam e abordem as desigualdades estruturais que perpetuam essa segregação, garantindo assim que todas as mulheres, independentemente de sua raça ou origem socioeconômica, tenham acesso igualitário aos benefícios da vida urbana.

Os sistemas de transporte, seu acesso e suas tecnologias, não segregam pessoas de classes sociais e gêneros distintos de forma isolada. A segregação e a exclusão através da mobilidade urbana pertencem a um outro sistema de controle e opressão global, regional e local em função da dominação de uma classe para outra.

A mobilidade urbana é muito mais do que simplesmente deslocar-se de um ponto a outro; é uma questão de equidade e justiça social (Vasconcellos, 2001). O estudo das experiências das mulheres negras nas cidades revela profundas desigualdades estruturais que precisam ser abordadas urgentemente. Políticas públicas sensíveis às interseccionalidades de gênero, raça e classe social são essenciais para promover uma mobilidade urbana verdadeiramente inclusiva e garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário aos recursos e oportunidades das cidades. É hora de reconhecer e enfrentar as barreiras que limitam a liberdade de movimento das mulheres negras, construindo assim cidades mais justas, acolhedoras e acessíveis para todos.

O estudo das desigualdades enfrentadas por mulheres negras na mobilidade urbana é essencial para promover mudanças significativas nas políticas públicas e no planejamento urbano. É fundamental reconhecer e enfrentar as barreiras que limitam a liberdade de movimento dessas mulheres, garantindo assim que todas as pessoas tenham acesso igualitário aos recursos e oportunidades das cidades. Somente através de uma abordagem inclusiva e consciente das interseccionalidades de gênero, raça e classe social podemos construir cidades verdadeiramente justas, inclusivas e acolhedoras para todos. Demonstra-se que as mulheres negras são discriminadas por serem mulheres, por serem

negras e por serem pobres, condições que as sujeitam a uma situação de extrema vulnerabilidade social e violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Waleska Miguel; MASTRODI, Josué. O dever de cidades includentes em favor das mulheres negras. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article>

/view/31664/24080. Acesso em: 14 abr. 2024.

BIANCHINI, J.; NARCISO, D.; COVALCHUK, G. A luta das mulheres negras pela sobrevivência e as barreiras criadas em tempos de crises sanitárias no Brasil. Revista Meditatio,

v. 2, 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição Federal de 1988.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 abr. 2024.

BUCKINGHAM, Shelley. (2010), “Análise do direito à cidade sob a perspectiva de gênero”, in A. Sugranyes, & C. Mathivet (org.), Cidades para todos: Propostas e experiências pelo direito à cidade. Santiago, Habitat International Coalition (HIC).

CARVALHO, C. H. R. Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas: estatuto da cidade e a Habitat III. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9186/1/Mobilidade%20urbana.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CARVALHO, C. H. R. Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas: estatuto da cidade e a Habitat III. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9186/1/Mobilidade%20urbana.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Carvalho, claudio; rodrigues, raoni. O direito á cidade. Rio de Janeiro: lumen juris, 2016. CRESSWELL, T. The production of mobilities. Routledge, 2008.

GONÇALVES, M. V.; MALFITANO, A. P. S. O conceito de mobilidade urbana: articulando ações em terapia ocupacional. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v.29, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2523/1491>. Acesso em: 15 abr. 2024.

HARVEY, David. Social justice and the City. London, Edward Arnold, 1976

INSTITUTO DAS HUMANIDADES E LETRAS Campus do Malês PROJETO DE

PESQUISA. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1351/1/2018_proj_jconceicao.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2017), "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995 - 2015". Brasília, Ipea. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_g_enero_raca.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2017), "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995 - 2015". Brasília, Ipea. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_g_enero_raca.pdf, Acesso em: 10 abr. 2024

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). História - O destino dos negros após a Abolição. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28. Acesso em: 10 abr. 2024.

ITDP Brasil. Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - O Carioca e o Transporte na Cidade. 2020. Disponível em: <https://itdpbrasil.org/wpcontent/uploads/2020/10/ITDP-Fatos-e-Propostas-para-a-mobilidade-no-Rio-de-Janeiro.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

LIMA, Renata Miranda; SANTOS, Isolda Pereira. AS QUESTÕES DAS MULHERES PERIFÉRICAS SOB UM OLHAR DE PESQUISADORAS PERIFÉRICAS. Florianópolis,

2017. Disponível em: [https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503857620_ARQUIVO_congresso_editado_finalrenataeisolda\(2\).pdf](https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503857620_ARQUIVO_congresso_editado_finalrenataeisolda(2).pdf). Acesso em: 18 abr. 2024.

MORENO, Renata. (2015), "Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades" in R. Moreno (org.), Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo.

MORENO, Renata. (2015), "Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades" in R. Moreno (org.), Reflexões e práticas de transformação feminista São Paulo, SOF.

RESENDE, Luiza de; FERREIRA, William Rodrigues. Mobilidade Urbana: diferentes visões de apropriação do espaço. In: RAMIRES, Júlio César de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

SANTOS, Milton. O país distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania. Organização e apresentação de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002. Disponível em: <http://geocrocetti.com/msantos/Distorcido.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SILVA, N. A Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional -espacial. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018

SILVA, R. B da. Mobilidade precária na metrópole: problemas socioespaciais dos transportes no cotidiano de São Paulo – da exceção à regra. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 2014.

VASCONCELLOS, E. Transporte urbano, espaço e equidade. São Paulo: Editora Annablume, 2001.

VASCONCELLOS, Eduardo. Alcântara. O que é trânsito. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

VILLAÇA, Flavio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Nobel, 2001.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO E SUA RELAÇÃO NO EIXO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Newton Ataíde Meira¹

Resumo: O texto aborda a complexa relação entre gênero, poder e ideologia no contexto do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. A pesquisa critica a visão tradicional do poder como monopólio exclusivo do Estado, propondo uma compreensão disseminada das camadas sociais. São analisadas as práticas sociais que marginalizam as mulheres, dentro da Segurança Pública. O Sistema Socioeducativo é contextualizado, destacando sua evolução histórica. No entanto, apesar dos avanços em políticas afirmativas, são persistentes os padrões de dominação e discriminação de gênero no Sistema Socioeducativo, limitando a ascensão das mulheres a cargos de liderança. Por fim, conclui-se enfatizando a necessidade de uma mudança cultural e institucional para superar os obstáculos históricos e estruturais entre os gêneros.

Palavras-chave: Gênero; Ideologia; Opressões; Poder; Sistema Socioeducativo.

Abstract: The text addresses the complex relationship between gender, power, and ideology within the context of the Socioeducational System of Minas Gerais. The research criticizes the traditional view of power as the exclusive monopoly of the State, proposing a more widespread understanding across social layers. It analyzes social practices that marginalize women within Public Security. The Socioeducational System is contextualized, highlighting its historical evolution. However, despite advancements in affirmative policies, patterns of gender domination and discrimination persist within the Socioeducational System, limiting women's ascent to leadership positions. In conclusion, it emphasizes the need for cultural and institutional change to overcome historical and structural obstacles between genders.

Keywords: Gender; Ideology; Oppressions; Power; Socioeducational System.

INTRODUÇÃO

A sociedade possui normas e padrões que se orientam a partir da convivência alicerçada pela civilidade. Com base na dinâmica social, encontram-se os mais diversos

¹ Bacharel em Direito. Mestrando no Programa em Desenvolvimento Social – PPDGS pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista Fapemig. Membro do Grupo de Estudos de Violência de Gênero – GPEG; Membro do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos – GPDH pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Membro Extensionista no programa In(serto). E-mail: newbunton@yahoo.com.br.

grupos inscritos por suas variabilidades culturais, étnicas, políticas, sociais, raciais, regionais e territoriais representadas por suas propriedades emblemáticas, definindo comportamentos que ensejam a formação de *ethos*. Partindo-se dessa premissa e pela heterogeneidade social, determinados grupos são categorizados como minorias, tornando-se classificados e estratificados às condições de subserviência pelos moldes identitários assumidos socialmente.

Nesse sentido e sob o norte das teorias foucaultianas em torno do poder é revelado um complexo multifacetado, possível à compreensão das relações sociais e das estruturas de dominação que se encontram revestidas em práticas, presentes na sociedade contemporânea, extensivas às instituições públicas. Dessa forma, o poder é explorado sob um viés reflexivo, cuja ordem androcêntrica é referenciada enquanto um fenômeno exercido por meios subliminares que sustentam práticas sociais e perpetuam desigualdades, domínio e opressões.

Nesse quesito, Foucault desafia a ótica tradicional do poder, enquanto monopólio exclusivo do Estado, propondo uma visão mais abrangente e disseminada, fundamentada em relações estratégicas possíveis de serem acessadas em todas as camadas sociais. Isso implica em reconhecer o poder como uma rede complexa de interações, de diversas formas de dominação, exclusão e marginalização que se entrelaçam e se manifestam.

Em conformidade a essa perspectiva, é instaurada a indagação pelo assentamento frente à complexa temática das disputas e construções culturais, ideológicas e simbólicas que perpetuam estereótipos de gênero e hierarquizam grupos sociais, cujo enfoque, recai no contexto da segurança pública, especificamente, no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais.

Por consequente, é necessário identificar o processo de construção das estruturas simbólicas, persistentes no cerne da segurança pública, diante à capacidade de gerar impactos diretos e indiretos às servidoras públicas no que tange à aceitabilidade dessas construções em torno do gênero e a subdivisão de suas funções dentro do sistema. Dessa forma, a partir do reconhecimento do universo simbólico que compõe a dinâmica social e que se infiltra em espaços institucionais, é possível identificar as práticas sociais em que a imagem feminina é estereotipada em funções privadas e subalternas como uma forma de

identidade projetada, fomentando papéis sociais, impulsionando a formações dessas identidades.

Nesse viés, as práticas sociais são concebidas simbólica e naturalmente legitimadas para a construção de estruturas e padrões persistentes à diferenciação, à segregação e à subjugação das mulheres. Sob essas considerações, depreende-se que as percepções socioculturais empreendidas são intensificadas e instrumentalizadas institucionalmente, por meio dos espaços concernentes à Segurança Pública, com efeitos diretos no foro íntimo das servidoras. Nessa tangente, são impostas aceitabilidade do ethos gerado em torno do gênero, com impactos impeditivos à operacionalização das servidoras para ascensão e escalonamento aos cargos de chefia, mesmo que pareadas aos homens quanto ao assentamento público.

O ethos gerado, conforme Fairclough (2001), reflete características e comportamentos que são constituídos de maneiras específicas cujas presunções identitárias conduzem aos modos de agir, sentir e pensar intrínsecos a um sistema de valores. Nesse tocante, construções são moldadas por contextos históricos e sociais diversos, englobando um conjunto complexo de normas que se tornam associadas a comportamentos, determinando as funções sociais entre os gêneros.

Por essa razão, é necessária uma releitura social com fulcro à desconstrução de estruturas discriminatórias em face do gênero feminino e, conseqüentemente, institucional, cujo cerne da discussão reside na análise crítica dos discursos, das práticas, das normas e das narrativas que se manifestam de maneira, consciente ou sutil, para perpetuarem desigualdades. Dessa forma, por meio dessas proposições, uma das estratégias contributivas para construção de ambientes mais inclusivos, com rompimento de amarras alicerçadas em discriminação que impedem o exercício pleno das potencialidades das mulheres, assenta-se pela mudança cultural conforme prescreve a Convenção do Pará (BRASIL,1996) em seu art. 8 alínea “b” o seguinte:

b) modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, inclusive a formação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis dos processos educacionais, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade

de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher.

Nesse contexto sociojurídico, espera-se o rompimento de estruturas que estejam consubstanciadas ao reforço de distinções sociais existentes entre os gêneros, em face do domínio androcêntrico visto que a sociedade brasileira se tornou signatária de Tratados Internacionais que contemplem a saúde, a integridade, o respeito e a acessibilidade da mulher aos mais diversos segmentos, reconhecendo-a em sua plenitude. Diante este cenário, torna-se fundamental o reconhecimento social e institucional com vistas à efetividade e transformação cultural, possíveis à superação dos obstáculos históricos e estruturais que cerceiam direitos e a igualdade entre os gêneros. IDEOLOGIAS, GÊNERO E PODER

A INFLUÊNCIA DAS IDEOLOGIAS NA PERCEPÇÃO SOCIAL PARA CONSTRUÇÃO DO GÊNERO

A complexidade das ideologias que permeiam as sociedades desempenha um papel fundamental na moldagem dos comportamentos e pensamentos tanto a nível individual quanto coletivo. Essas ideologias, muitas das vezes, enraizadas em crenças, normas culturais e valores influenciam, profundamente, a forma como as pessoas percebem a si mesmas e aos outros, assim como, comportamentos em diversos contextos. Através dessas construções ideológicas, identidades são formadas e, constantemente, redefinidas sob a influência da dinâmica resultante das interações sociais.

Nessa perspectiva, são identificados nos traços ideológicos cujas visões são acentuadas em opressões sistêmicas vivenciadas por grupos historicamente marginalizados. Isso porque, a sociedade atribui de maneira hierárquica desvantagens, diferentes privilégios e expectativas às pessoas com base em posições sociais, de gênero e de raça representando papel significativo na definição de suas inscrições. Nesse tocante, essas concepções ideológicas, frequentemente ancoradas em estereótipos, preconceitos e estruturas de poder, perpetuam desigualdades e restrições que visam ao encerramento

das raízes da resistência e da emancipação dos movimentos sociais que se unem em forças para instaurar mudanças profundas na sociedade, em resposta às ideologias opressivas.

Para isso, (des)construções são referenciadas a partir de uma abordagem que desafia concepções tradicionais sobre a natureza do gênero e da identidade, visto que, para elucidar as discussões em torno das relações sociais é preciso compreender os meios geradores dos processos de classificação e identificação das classes, cuja visão teórica, vislumbra-se pela contextualização sob a ótica filosófica-social que explique a complexidade permeada pelas instituições e pelas relações humanas.

Nessa seara, uma das percepções explicativas a esse processo classificatório, encontra-se alicerçado a partir da teoria da performatividade de gênero em que, Butler (1990), identifica o gênero não apenas como uma característica inata ou biológica, mas, sim, como uma construção social complexa e maleável, reforçada pela ideia de performatividade. Nesse sentido, o mesmo apontamento é feito por Scott (1995) ao indicar que gênero é uma construção social que envolve normas, expectativas e papéis associados ao ser masculino ou feminino diante uma sociedade. Trata-se de uma categoria de análise que vai para além da biologia e da anatomia. São identidades socialmente moldadas que operam e variam ao longo do tempo, e entre culturas, sendo uma dimensão importante das relações de poder e das estruturas sociais.

Consoante a esse pensamento, é rompida a concepção tradicional de que o gênero é uma característica fixa e imutável, atribuída a uma pessoa no momento de seu nascimento e com base em sua anatomia. Em contraposição a essa teoria, o gênero é proposto pela dinâmica e evolução cultural assumidos ao longo do tempo e contextos, sendo definido a partir daquilo que se foi construído e não daquilo que se foi concebido. Isso implica em dizer que o gênero é performativo de uma expressão ativa e contínua das normas e expectativas geradas em torno de sua identidade.

Nesse sentido, surgem os movimentos feministas interpelando quanto às suas identidades e representatividades sociais, contrapondo o universo sociopolítico consolidado pelo império androcêntrico, cuja visão, além de preestabelecer os papéis de gênero, representa um obstáculo para a conquista da igualdade de gênero, perpetuando a dominação masculina e subjugando as mulheres por meio de representações conceituais,

ideológicas e simbólicas de seus corpos, sustentando um sistema estruturado em práticas sociais baseadas em relações de exclusão, de monopólio e de poder, naturalizados e instituídos socialmente.

Nesse processo, encontra-se a organização de um sistema simbólico capaz de formar identidades individuais e coletivas a partir de critérios e normas sociais já estabelecidas e impostas, atuantes tanto aos seus agentes dominantes quanto aos seus agentes dominados. Por essa via, o respaldo científico desse sistema, assenta-se frente às teorias bourdieusianas ao identificar, no poder simbólico, os processos de classificação por condições culturais, étnicas, políticas, raciais, regionais, sociais e territoriais ao ponto de construir estereótipos à definição do ethos pela condição de gênero. Nessa ótica, uma das bases pertinentes à manutenção e repercussão hegemônica é proveniente do campo da linguística cujo signos se manifesta na comunicação, em certo contexto social, promovendo ideologias, intrinsecamente conectadas ao meio político-social do locutor com fulcro à manipulação ideológica que se pretende alcançar.

OS SIGNOS DISCURSIVOS ENQUANTO FORMA DE REGULAÇÃO DO PODER

Por essa interface, Foucault apresenta o discurso como uma construção do conhecimento, regulado por categorias textuais, às quais, são possíveis de serem faladas ou não, promovendo a inclusão/exclusão, assim como, a re/produção do poder e do conhecimento. Neste aporte teórico, Bakhtin (1992, p.29), indica que “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”.

Por essa base teórica, estruturas sociais são emergidas pelo discurso, construindo realidades sociais, em significados, que se materializam através de corpos e espaços em diversos gêneros discursivos, pelos elementos linguísticos e visuais nos contextos situacionais que revelam às construções discursivas ideológicas à existência das relações de hegemonia e poder. Nessa seara, é preciso compreender a construção textual e toda a carga controladora emergida das vozes existentes nas entrelinhas, às quais, fomentam os processos de dominação e manipulação dos sujeitos.

A partir dessa análise, depreende-se que o discurso possui propriedade predominantemente articulatória e se revela diante de presunções acerca do que existe, do que é possível, necessário e desejável à concorrência para atingir sua especificidade. Isso demonstra que, dentre as grandes particularidades do movimento feminista, um de seus maiores desafios, é, sem dúvida, a propagação e consequente receptividade social. Por vezes, é possível encontrar na dinâmica discursiva, alicerce para o afastamento de uma luta clara, precisa, objetiva e válida ao reconhecimento político-social concernentes às mulheres. Isso ocorre, porque é intencionalmente inculcada na mente social que as representações femininas se assentam por imposições agressivas, cujo objetivo encontra-se elencado à subversão da ordem social, visto que são mulheres que não aceitam sua condição biológica e rejeitam a performatividade social imposta.

Logo, a interlocução estabelecida socialmente, realiza-se pelo enquadramento da negação biológica do sexo feminino e prospectado à compreensão social de que as mulheres almejam ascender as posições de poder, naturalmente, acessadas pelos homens. Sendo que, a discussão em torno do feminismo, não se limita às mulheres e, sim, assenta-se por uma visão global em promover acessibilidade e respeito entre as classes, com vistas ao rompimento do modelo sistêmico androcêntrico que assola a sociedade. Ainda que as lutas feministas resistam à perspectiva social, seus corpos, continuam reféns do controle e regulamentação do Estado, uma vez que, a abordagem foucaultiana para compreender as estruturas de poder exercidas pelo Estado, revelam influência quanto à determinação dos papéis de gênero e as formas de violência adotadas na sociedade contemporânea. Em sua abordagem, Foucault (2008) referencia o poder exercido pelos Estados e instituições a partir do conceito de biopoder, como forma de regular e controlar a vida e o bem-estar das populações. Isso inclui o controle sobre aspectos como identidade, reprodução, saúde e sexualidade, afetando diretamente nas vidas das mulheres por meio de políticas de controle de natalidade, acesso limitado a serviços de saúde reprodutiva e restrições à autonomia reprodutiva das mulheres.

Nessa perspectiva, essas políticas reforçam estereótipos de gênero a partir de concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, ao delimitar o papel tradicional das mulheres, limitadas aos espaços domésticos sob as funções de cuidadoras e mães. Isso

resulta em um processo discriminatório, excludente e marginalizado frente àqueles que não se enquadram às categorias de gênero, tradicionalmente determinadas.

Neste contexto, a violência institucional, praticada pelo Estado, que se apresenta enquanto uma nova forma de infringência às condições individuais e coletivas, encontra fundamento nas teorias bourdieusianas ao apresentar os símbolos como formas complexas à percepção dos atos de violência da sociedade contemporânea. É identificada nesta violência enquanto, simbólica e promovida socialmente através de signos manifestados publicamente, a invasão no foro íntimo, levando à negação de si quando não atendidas às condições delimitadas pela imposição social, tornando um elemento estrutural à origem da aceitação e de comportamentos de submissão.

Nesse tocante, as relações laborais assumidas por mulheres em instituições públicas são profundamente permeadas por simbolismos que, frequentemente, geram indagações acerca da competência e viabilidade das funções que ocupam e desempenham, em determinados cargos públicos.

Essa dinâmica é um reflexo das construções culturais e sociais de gênero que persistem, atribuindo papéis específicos a homens e mulheres que são constantemente associados às esferas públicas e privadas. Segundo Pateman, as relações de gêneros são moldadas por uma espécie de “contrato social” em que as mulheres são submetidas prioritariamente à vida familiar e doméstica, compreendida pela esfera privada. Enquanto, aos homens, lhes são destinados a esfera pública por se tratar de um espaço majoritariamente reconhecido pelas relações de autoridade, sob o domínio político. Por essas razões em que subscrevem as distinções entre o público e o privado que as mulheres são tolhidas tanto ao acesso a cargos públicos quanto à conquista patrimonial.

No que concerne aos cargos inerentes à segurança pública, um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres é a persistência de padrões de dominação e discriminação de gênero. Esses fatores, culturais e ideológicos, refletem nas funções que essas mulheres são alocadas para exercerem, sendo que, muitas das vezes, representam funções de menor importância ou são associadas àquelas tradicionalmente destinadas ao espaço doméstico ou secretariado, ou assistências. No entanto, o paradoxo dessas funções, recaem pelo fato de que, as mulheres concorrentes aos cargos inerentes à

Segurança Pública, são submetidas aos mesmos critérios normativos e avaliativos dos homens. Não obstante, mesmo ao acessarem a esses assentamentos públicos, por questões socioculturais, essas instituições ainda são operadas pelos princípios inerentes ao militarismo. Nesse sentido, são refletidas barreiras explícitas e implícitas quanto à hierarquia das funções e dificuldades de ascensão aos escalões superiores.

Dessa forma, é iniciada a identificação de um dos mais diversos traços simbólicos que correspondem às formas de agir e pensar na segurança pública, moldando um conjunto cultural complexo e estruturado para preservar um espaço repleto de significados, guiando condutas individuais e coletivas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E OS DESAFIOS DAS MULHERES NA SEGURANÇA PÚBLICA

Para compreensão do Sistema Socioeducativo é necessário considerar o contexto histórico em que fora concebido. Durante o período do regime militar, precisamente em 14 de junho de 1966, foi promulgada a Lei nº 5.810, que deu origem à Fundação do Bem Estar do Menor (Febem). A Febem foi estabelecida como uma entidade de Direito Privado e recebeu a missão de cuidar de crianças e adolescentes considerados abandonados e infratores. A base de sua atuação, alicerçava-se pela denominada doutrina de situação irregular. Inicialmente, a Febem possuía enquanto foco assistencial, oferecer apoio a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, independentemente, à condição irregular que se encontravam. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) lei 8.069/1990, a então Fundação do Bem Estar do Menor (Febem) passou por uma transformação fundamental, continuando em alguns estados da federação enquanto fundação.

A mudança de nome simbolizou uma transição de paradigma no tratamento das questões da juventude em conflito com a lei. A Febem, anteriormente, estava associada à Doutrina da Situação Irregular, que focava na ideia de que crianças e adolescentes estavam em uma "situação irregular" que precisava ser corrigida e controlada pelo Estado. Essa abordagem, frequentemente, envolvia medidas correccionais, punitivas e segregacionistas.

Com a promulgação do ECA e a consequente alteração da Fundação, a perspectiva sobre a infância e a adolescência se tornou mais centrada nos direitos e na proteção integral. A nova doutrina enfatizou a prioridade absoluta dos direitos das crianças e dos adolescentes, com ênfase na dignidade e individualidade de cada um. Além disso, a proteção integral passou a ser estendida a todas as crianças e adolescentes, na faixa etária de zero a 18 anos, abrangendo não apenas aqueles em conflito com a lei, mas todas as crianças em situações de vulnerabilidade.

Essa mudança representou um compromisso com a construção de uma abordagem mais humanitária, respeitosa dos direitos humanos e eficaz para lidar com questões relacionadas à infância e adolescência. Ao adotar a Doutrina Sociojurídica da Proteção Integral, o Brasil se alinhou com as normas internacionais de direitos humanos e reafirmou seu compromisso com a promoção do bem-estar e da dignidade de todas as crianças e adolescentes em seu território.

Dessa forma, os Estados e seus Municípios iniciaram um processo de organização orçamentária para desenvolver as políticas de atendimento apregoadas pelo ECA. Assim, alguns Estados, descentralizavam o poder, por meio da administração indireta, gerando fundações como nos casos dos Estados do Pernambuco e Rio Grande do Sul. Já outros, apenas desconcentravam, por meio da administração direta, criando secretarias próprias ou inserindo o Sistema Socioeducativo em secretarias já existentes como no caso do Paraná. Já nos casos de Minas Gerais e Santa Catarina, o Sistema Socioeducativo possui secretaria conjunta com o Sistema Prisional. Fato curioso é que o Sistema Socioeducativo não contempla o rol de polícias descritas na segurança pública, pelo viés constitucional como, recentemente, atribuído à polícia penal – Emenda Constitucional nº 104/2019. Não obstante, o fato desse sistema se fazer inserido em um espaço da segurança pública, gera uma roupagem completamente compatível aos moldes do militarismo tanto pela forma de oferta dos serviços como as formas de vilipêndio em torno do gênero.

Aventa-se que, apesar do profuso avanço em direitos e políticas afirmativas voltadas para inserção e permanência das mulheres nos mais diversos espaços sociais, em especial, no mercado de trabalho. Verifica-se ainda que, parte dessas iniciativas permanecem predominantemente no âmbito da formalidade. Isso porque, tratando-se do

ingresso de algumas carreiras integradas à Segurança Pública, o número de vagas destinadas às mulheres corresponde igual ou pouco mais que 10% do montante geral das vagas.

Essa afirmativa é depreendida por meio do edital nº 01 – AGSE/2022 que é o instrumento convocatório mais recente para preenchimento do quadro pessoal do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. Neste instrumento, o processo seletivo para ocupação do cargo público, num primeiro momento, demonstra as prescrições legais tanto para o ingresso na Administração Pública por meio do certame quanto às atribuições do cargo, independentemente, do gênero. Não obstante, o quantitativo de vagas frente aos sexos simboliza a materialidade discrepante das ofertas de vagas, posto que, são 243 vagas para o sexo masculino em detrimento a 27 vagas para o sexo feminino. Nessa via, a promoção da igualdade entre os sexos resta demonstrada materialmente desconexa à realidade. Outro ponto é que, as atribuições inerentes ao exercício do cargo público são fundamentadas no texto legal por meio do diálogo, orientação e mediação de conflitos. Logo, são atribuições possíveis independentemente do gênero, sendo a contenção utilizada enquanto *ultima ratio*.

Contudo, ao passo que se aplica a exceção como regra, novos valores são implantados ou mantidos de modo a reafirmar as concepções que norteiam à identificação de múltiplas condutas, discursos e símbolos que se associam para formação cultural e ideológica cuja articulação produz significados com efeitos estratificados em que a biologia feminina é frequentemente percebida como um fator impeditivo para ocupação plena desses espaços. Assim, é condicionado um sistema cujos valores baseiam-se na multiplicidade de violências atingindo tanto ao destinatário final do serviço público, assim como, as servidoras que não reproduzem os padrões de dominação da ordem androcêntrica.

CONSIDERAÇÕES

Com base nos exames feitos, são perceptíveis as estruturas cujos, simbolismos, são empreendidos para definir as funções executadas tanto fora quanto dentro do Sistema

Socioeducativo ao que tange os papéis de gênero. Essa afirmativa é depreendida no instante em que, mesmo assumindo cargos públicos, ainda são delegadas a essas mulheres, atividades da esfera privada, alicerçadas pelas condições de gênero. São atribuídos efeitos morais e materiais para essas mulheres pelas formas de divisão de trabalho, mesmo submetidas à legislação que se revela, formalmente, sem gênero. Ou seja, instrumentalmente, essas mulheres são impedidas de assumirem seja posições de operacionalização das funções inerentes à segurança pública, seja de chefia. Sendo que, neste último caso, os impactos são negativos por não escalonarem na carreira com as mesmas possibilidades que os homens, tornando-as estagnadas na carreira.

Nesse quesito, a pesquisa foi desenvolvida pelo método de cunho exploratório-qualitativo, de revisão bibliográfica, para compreensão do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. O aporte teórico permitiu a compreensão das presunções culturais, ideológicas e identitárias, fomentadas tanto pelo discurso verbal quanto por outros meios simbólicos que interpelam a sensibilidade contextual.

Cumprе ressaltar que, em se tratando do nível discursivo e demais elementos semióticos, essas estruturas, revelam-se eficientemente sustentadas por significados tomados como tácitos, posicionados e conectados às relações de dominação que buscam pela hegemonia e a universalização de perspectivas particulares. Assim, condições ilusórias são conectadas e inculcadas a interesses particulares à postulação da hegemonia para reprodução de uma ordem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Coordenadora da tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber (Londres: Routledge, 1972/1995 ed, trans R. Sheridan)

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Ed. Loyola, 2004. FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault

FOUCAULT, M. Ditos e Escritos, vol. IV: “Poder e Saber” (1977); “Diálogo sobre o Poder” (1978); Ditos e Escritos, vol. VI: “O olho do poder” (1977) (disponíveis também em *Microfísica do Poder*).

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade [aula de 07 de janeiro de 1976]; FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1991. [Primeira parte, capítulo I - O corpo dos condenados; Terceira parte, capítulo I – Os corpos dóceis].

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HOOKS, Bell. Teoria feminista: da margem ao centro. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 1995.